

ALBERTO OLIVEIRA PINTO

# HISTÓRIA DE ANGOLA

Da Pré-História ao Início do Século XXI

Nota Prévia de  
Filipe Zau

Prefácio de  
Elikia M'Bokolo

Posfácio de  
Adriano Mixinge



# HISTÓRIA DE ANGOLA

Título: *História de Angola: Da Pré-História ao Início do Século XXI*

Autor: Alberto Oliveira Pinto

© Autor e Guerra e Paz, Editores, Lda., 2024

Reservados todos os direitos

Revisão: Guerra e Paz editores

Design de capa e paginação: Ilídio J.B. Vasco

ISBN: 978-989-576-142-5



Guerra e Paz, Editores, Lda

R. Conde de Redondo, 8-5.º Esq.

1150-105 Lisboa

Tel.: 213 144 488

E-mail: [guerraepaz@guerraepaz.pt](mailto:guerraepaz@guerraepaz.pt)

[www.guerraepaz.pt](http://www.guerraepaz.pt)

ALBERTO OLIVEIRA PINTO

# HISTÓRIA DE ANGOLA

Da Pré-História ao Início do Século XXI

Nota Prévia de  
Filipe Zau

Prefácio de  
Elikia M'Bokolo

Posfácio de  
Adriano Mixinge

MECENAS EXCLUSIVO

**dstgroup**  
building culture

NÃO-FICÇÃO · HISTÓRIA



Aos meus filhos, Joana e João Alberto

Aos meus pais,  
Maria José Nogueira Duarte de Oliveira Pinto e  
Alberto Alves de Oliveira Pinto

Ao Povo Angolano

# ÍNDICE

[Nota prévia](#)

[Prefácio](#)

[Nota do autor](#)

## **Capítulo I**

### **O substrato arqueológico e oral da História de Angola (c. 7000 a. C.-c. século XIII d. C.)**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - A discussão em torno dos conceitos de História e de Pré-História](#)
- [2 - A Idade da Pedra em Angola](#)
- [3 - A Idade do Ferro e a coexistência de povos Kung e Bantu](#)
- [4 - A problemática das «cartas étnicas» e as instituições «tradicionais» nas sociedades bantu](#)
- [5 - A oralidade nas sociedades bantu](#)

## **Capítulo II**

### **A formação dos Estados Bantu e os seus mitos de origem (séculos XIII-XV) O Reino do Kongo**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - Nimi a Lukeni e o mito da fundação do Reino do Kongo](#)
- [2 - A consolidação do Estado Kongo e das suas províncias](#)
- [3 - As províncias periféricas do Reino do Kongo](#)

## **Capítulo III**

### **A formação dos Estados Bantu e os seus mitos de origem (séculos XIII-XV) Os Estados Mbundu e Lunda**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - A formação dos Estados Mbundu. O Reino do Ndongo](#)
- [2 - A expansão do Libolo do Hango dia Kulembe através dos mavunga e a emergência do Reino Mbondo](#)
- [3 - Os antecedentes do Império Lunda ou do Mautiânvua](#)

## **Capítulo IV**

### **Primeiras relações diplomáticas do Reino do Kongo com Portugal (século XV) Os mitos historiográficos em torno das viagens de Diogo Cão**

#### CRONOLOGIA

- 1 - O mito de Diogo Cão na história oral solongo e na história colonial portuguesa
- 2 - Os antecedentes das duas viagens de Diogo Cão no contexto do expansionismo capitalista intercontinental português (1415-1482)
- 3 - A primeira expedição de Diogo Cão em 1482-1483: o Padrão de São Jorge e o Padrão de Santo Agostinho
- 4 - A segunda expedição de Diogo Cão em 1484-1486

### **Capítulo V**

#### **A génese da cristianização do Reino do Kongo (1491-1518)**

#### CRONOLOGIA

- 1 - A viagem de Rui de Sousa em 1491 e a cristianização do Mani Soyo
- 2 - A viagem de Rui de Sousa em 1491 e a cristianização do Ntolila Nzinga-a-Nkuvu em Mbanza Kongo
3. O final do reinado de D. João I Nzinga-a-Nkuvu (1492-1507) e o início do reinado de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga (1507-1514)

### **Capítulo VI**

#### **Desavenças entre o Reino do Kongo e Portugal no século XVI e a penetração do tráfico de escravos no Reino do Ndongo**

#### CRONOLOGIA

- 1 - O crescente atractivo do «Reino de Angola» para os Portugueses
- 2 - A primeira viagem de Paulo Dias de Novais ao Reino do Ndongo (1560-1565) e os seus antecedentes

### **Capítulo VII**

#### **As «invasões Jagas» ao Kongo e as conquistas de Paulo Dias de Novais no corredor do Kuanza**

#### CRONOLOGIA

- 1 - As discutíveis «invasões Jagas» ao Kongo (1568-1574)
- 2 - Paulo Dias de Novais e a fundação de Luanda em 1576
- 3 - As guerras do vale do Kuanza e a criação dos primeiros presídios portugueses no «Reino de Angola» (1577-1589)

### **Capítulo VIII**

#### **Os Imbangala e os Portugueses (séculos XVI-XVII)**

#### CRONOLOGIA

- [1 - Tradições do Kinguri e migrações imbangala no século xvi](#)
- [2 - A prossecução da conquista dos presídios portugueses do Kuanza e do «Reino de Benguela» \(1589-1626\).](#)

## **Capítulo IX**

### **O primeiro meio século da rainha Njinga Mbandi (c. 1582-1663): a presença holandesa em Angola (1641-1648).**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - Njinga Mbandi, princesa do Ndongo \(c.1582-1624\).](#)
- [2 - Njinga Mbandi, rainha do Ndongo e da Matamba \(1624-1639\).](#)
- [3 - A ocupação holandesa de Luanda e de Benguela \(1641-1648\).](#)

## **Capítulo X**

### **O segundo meio século da rainha Njinga Mbandi (c. 1582-1663): os interesses brasileiros em Angola**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - A reconquista brasileira de Angola aos Holandeses \(1648-1656\).](#)
- [2 - Os antecedentes e as consequências da \(re\)cristianização da rainha Njinga Mbandi \(1654-1663\).](#)

## **Capítulo XI**

### **A batalha de Ambuíla (1665) e as suas consequências em Angola e no Kongo nos séculos xvii e xviii**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - O «Mulato dos Prodígios» e o desmantelamento dos Estados do Kongo \(1665\), do Ndongo \(1671\), do Libolo \(1679\) e da Matamba \(1681\).](#)
- [2 - A fragmentação do Reino do Kongo após a Batalha de Ambuíla](#)

## **Capítulo XII**

### **Angola e Cabinda no século xviii**

#### **CRONOLOGIA**

- [1 - A autonomização dos Estados cabindenses de Ngoio, Kakongo e Loango com a emergência das linhagens mercantis](#)
- [2 - Governos de Angola de inspiração pombalina \(1750-1772\).](#)

## **Capítulo XIII**

### **Angola e Cabinda face aos antecedentes e às consequências imediatas da Independência do Brasil**

## **(1772-1836)**

### **CRONOLOGIA**

- 1 - Da **Viradeira** (1777) à primeira travessia da África (1804-1814).
- 2 - Angola perante a Independência do Brasil (1822): das Invasões Francesas a Portugal à Revolução Setembrista em Lisboa (1807-1836).
- 3 - A hegemonia comercial luso-brasileira em Cabinda: a génese da rivalidade entre os Franque e os Puna e da «Regência» (1783-c.1836).

## **Capítulo XIV**

### **O combate ao tráfico negreiro, os produtos alternativos e a difícil introdução da imprensa em Angola (c.1836-c.1870)**

#### **CRONOLOGIA**

- 1 - Angola e o decreto abolicionista de Sá da Bandeira de 1836
- 2 - Pedro Alexandrino da Cunha, o impositor em Angola dos interesses britânicos (1843-1848).
- 3 - O Decreto de Eusébio Queiroz de 1850

## **Capítulo XV**

### **Angola entre o tráfico negreiro clandestino, o início da «nova conquista» e o nativismo da «imprensa livre» (c.1850-c.1885)**

#### **CRONOLOGIA**

- 1 - Angola e Cabinda no terceiro quartel do século xix
- 2 - O despontar da «imprensa livre» de Luanda (1866-1885).

## **Capítulo XVI**

### **Dos antecedentes da Conferência de Berlim (1870-1884/1885) às consequências do Ultimato Britânico (1890-1900)**

#### **CRONOLOGIA**

- 1 - A Conferência de Berlim (1885): antecedentes e consequências
- 2 - Cabinda: de Francisco Franque ao «Protectorado Colonial» (1875-1885).
- 3 - O Ultimato Britânico: reacções em Portugal e em Angola

## **Capítulo XVII**

### **Voz de Angola Clamando no Deserto do dealbar do século xx e da desilusão da Primeira República Portuguesa (1900-1926)**

#### CRONOLOGIA

- 1 - Duas confecções coloniais portuguesas na viragem do século xix para o século xx: os «maus» Ambaquistas e os «bons» Cabindas
- 2 - Angola na primeira década do século xx, a última da Monarquia Portuguesa (c. 1900-c. 1910)
- 3 - Angola durante a Primeira República Portuguesa (1910-1926).

### **Capítulo XVIII**

#### **Vamos Descobrir Angola... na Ditadura Militar e no Estado Novo e em consequência da II Guerra Mundial (1926-1951)**

#### CRONOLOGIA

- 1 - Angola entre a Ditadura Militar e o Acto Colonial (1926-1930)
- 2 - Angola no apogeu do Império Colonial salazarista (1930-1947)
- 3 - **Vamos Descobrir Angola!**: os novos intelectuais de Angola e o projecto nacionalista da(s) revista(s) **Mensagem** (1948-1951)

### **Capítulo XIX**

#### **A Sagrada Esperança independentista angolana (1951-1974)**

#### CRONOLOGIA

- 1 - O Nacionalismo Angolano em contraste com as maquilhagens luso-tropicalistas do colonialismo português (1951-1960)
- 2 - A Guerra da Independência (1961-1974)

### **Capítulo XX**

#### **Angola Independente e em Guerra Civil (1974-2002)**

#### CRONOLOGIA

- 1 - A Transição para a Independência ou... a «Descolonização»?
- 2 - A I República ou a República Popular de Angola (1975-1991)
- 3 - A primeira década da II República (ou República de Angola) e a última e mais mortífera de todas as Guerras Civas (1991-2002).

#### Posfácio

#### Bibliografia

*Quanto é difícil à história descobrir a verdade! Os historiadores que escrevem alguns séculos depois dos acontecimentos têm diante de si o véu do tempo que lhes oculta o conhecimento; e a história contemporânea, cega pelo ódio e pela inveja, ou corrompida pela lisonja e pelo favoritismo, altera e dissimula os factos.*

PLUTARCO

Queroneia, Grécia, 46 d. C.-120 d. C.

*O Povo é o peão do xadrez da História de Angola.*

MONASANJI

Luanda, Angola, n. 1962

## **NOTA PRÉVIA**

Em era do conhecimento e face às rápidas mutações que, ao nível planetário, se operam de forma cada vez mais vertiginosa, chegámos ao nosso primeiro meio século de autonomização política, com o perpétuo desafio de continuarmos a edificar a angolanidade e a nossa própria História, no seio de uma sociedade culturalmente diversificada e desenvolvida ainda de forma assimétrica, cuja identidade nacional assenta em quatro vertentes:

- Nas raízes de uma mesma pertença civilizacional maioritariamente bantu;
- No resultado de um contacto histórico de meio milénio com os portugueses;
- No associativismo e na reivindicação cultural nativista e protonacionalista, entre outros diferentes factores ideológicos que se encontram na génese do moderno nacionalismo angolano;
- Na guerra que, em diferentes momentos ocorreu, como factor dissociativo e associativo, ao atingir de forma directa ou indirecta todos os angolanos.

Pela própria natureza, a guerra foi um factor dissociativo provocando inúmeras tragédias pessoais, familiares, comunitárias, sociais e económicas. Paradoxalmente, foi também um factor associativo, ao concorrer para a extensão da administração do Estado em todo o país e ao viabilizar o caminho para a construção da unidade nacional, independentemente da origem étnica e socioeconómica dos cidadãos, bem como, entre outros



aspectos, das opções ideológicas e/ou religiosas dos mesmos.

Segundo o antropólogo, cineasta e poeta Ruy Duarte de Carvalho, que em paz descansa sob as areias do deserto do Namibe, «procura-se hoje, em Angola, uma identidade que se adapte às configurações sociológicas, que decorrem do aparecimento do Estado (enquanto entidade política) e já não daquelas que o terão precedido. Isto mesmo quando se torna possível associar configurações sociológicas aos chamados Estados “pré-coloniais”». <sup>1</sup>

Também o sociólogo nacionalista Mário Pinto de Andrade referiu, ainda antes da independência de Angola, que «a angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias em direcção à nação. Esta, por seu turno, opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e a dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade de um povo.» <sup>2</sup>

Na esteira destes propósitos, e com a preocupação académica que se faz sempre necessária, para que, de forma objectiva, se possam narrar factos marcantes da memória colectiva dos angolanos, o historiador Alberto Oliveira Pinto decidiu revisitar fontes de consulta, analisá-las, complementá-las, confrontá-las e interpretá-las, para as poder narrar com a coerência indispensável à publicação deste relevante trabalho de folego, que já vai na sua 4.<sup>a</sup> edição. Devo também destacar complementarmente o carácter pedagógico dos vídeos, que, com o apoio do seu filho, vem semanalmente publicando nas redes sociais, sobre diferentes aspectos da História de Angola e que já ultrapassam a centena e meia.

Mais sujeita a estudos exploratórios de investigação de carácter endógeno, a História de Angola, tal como qualquer outra ciência social, não se rege por determinismos rígidos, mas sim tendenciais. Nesta ordem de ideias, ocorre, por vezes, a ausência de convergência de opiniões, mesmo quando há a consciência de que *doxa* difere de *episteme* e também de *gnose*. Contudo, a elaboração, revisão e reformulação da presente *História de Angola* representa um exercício académico que se fará sempre indispensável face à necessidade de assumirmos os aspectos positivos e negativos da nossa memória colectiva e à de continuarmos a equacionar de forma construtiva as diferentes críticas às versões já publicadas e também a outras que, no futuro, venham a concorrer para este mesmo desiderato.<sup>3</sup>

De realçar, ainda, que experiências vivenciadas no passado mais recente podem apresentar olhares divergentes na análise (não necessariamente politizada) dos mesmos acontecimentos, bem como também diferentes perspectivas do passado e dos dias de hoje se podem renovar em consonância com as distintas visões de um mundo em constante mudança. No caso presente de Angola, o tempo será sempre o maior remédio para que a realidade objectiva se sobreponha à «razão das emoções» e possa curar feridas que ainda sangram de um longo processo de construção do Estado e da criação da angolanidade, enquanto nação.

Luanda, 25 de Junho de 2024

FILIPPE ZAU

Ministro da Cultura da República de Angola

Ph.D em Ciências da Educação e Mestre em Relações Interculturais

## PREFÁCIO<sup>4</sup>

Não é demais reconhecer que ainda é difícil, muito difícil mesmo, escrever a história dos espaços, dos territórios e dos povos que constituem hoje em dia os Estados africanos. Angola é, evidentemente, parte receptora desta dificuldade real, sentida por todos os especialistas – investigadores, docentes, pedagogos e divulgadores de todos os géneros –, pese embora a impressão contrária que o grande público, mesmo o «letrado», como costuma dizer-se, possa ter.

Eis-nos perante o primeiro embaraço. Deveremos dizer «Estados» africanos ou «nações» africanas? Angola, que é «o objecto» analisado nesta obra e «o sujeito» activo da narração, não escapa a essa problemática geral. Decerto que essa dificuldade persistente da historiografia africana não será suplantada tão cedo, pois deve-se a uma conjugação inextricável de factores ao mesmo tempo objectivos e subjectivos.

Em primeiro lugar, os «factos» não são apenas extraordinários e de enorme singularidade. É muito frequente, em regiões e territórios constitutivos dos espaços políticos actuais, os «factos» emergirem, em termos espaciais, de uma maneira difícil de explorar, mercê do seu desequilíbrio e da sua extrema desigualdade conforme os enquadramentos geográficos. Os «Estados», os «reinos» e os «impérios» dominam tanto o espaço da escrita histórica quanto a memória «oficial» contemporânea, quando na realidade as formações sociais e políticas se revestiram durante muito tempo de extraordinária diversidade e fluidez, de que aliás se encontram vários exemplos neste livro.

Além disso, esses factos apresentam-se de maneira muito desequilibrada. Encontramo-nos na presença de pouquíssimos factos para os períodos remotos e de muitos factos, pelo menos aparentemente, para os períodos recentes. Mas a natureza desses factos não é idêntica, de um período para o outro ou, em termos mais globais, de um tema a tratar para o outro. Durante períodos demasiado longos, Angola evidencia-se como uma excepção positiva, de tal modo parece privilegiada pela abundância das «fontes escritas». Mas de que - ou melhor, de quem - é que falam essas «fontes»? Dos «Angolanos» de anteontem e de ontem? É necessária a vontade e a sorte de um garimpeiro para encontrar a pepita rara sobre o que foram esses homens e mulheres de outrora, assim como um conhecimento comprovado, associado a um mínimo de empenhamento, para sobre eles fornecer interpretações adequadas. São, portanto, poucas - muito poucas - as fontes, comparativamente com os dados contemporâneos que mais nos informam sobre os «Angolanos» de hoje. Mas, de ontem até hoje, de que «Angolanos» se trata? Das rainhas, dos reis, dos comerciantes ou de qualquer pessoa? Questões sobremaneira essenciais, pois «a nação» é, evidentemente, «toda a gente». Se a história escrita não consegue falar de «toda a gente», então é a história de quê?

Não há apenas os factos, reduzidos na maioria das vezes a datas ou a figuras de indivíduos ilustres ou incontornáveis. Também temos de considerar o perfil geral do continente africano e das suas partes constitutivas na longa história do mundo. Nessa história «global», que doravante não podemos deixar de ter em conta, Angola ocupa uma posição superior e de grande visibilidade. Qual o quinhão de Angola no desenrolar tão duradouro da história do mundo? E, na própria África, qual foi a quota-parte de Angola, entre as partes constitutivas a que hoje chamamos «nações»? Essa porção e esse papel terão sido

os mesmos para todos? Senão, quais terão sido as diferenças, porquê essas diferenças e de que natureza, em que épocas, sob que iniciativas e com que efeitos no imediato e na perenidade? Bem se vê, em se tratando de Angola, que a problemática da «mundialização» (a «mundialização arcaica», pré-capitalista, dos séculos xv ao xix, e a «mundialização moderna», capitalista, a partir do século xix) é, incontestavelmente, parte integrante da sua história. Temos, portanto, que encarar esta problemática da «mundialização» da perspectiva de uma longevidade de mais de meio milénio.

Será de estranhar que o professor Alberto Oliveira Pinto tenha decidido consagrar 20 capítulos ao desenrolar desta história de tão longa duração? Na verdade, não é o número de capítulos nem a quantidade que importam, e sim a sua organização e a sua articulação. Para já, estes 20 capítulos vêm romper, muito afortunadamente, com o fastidioso recorte trinitário entre o «pré-colonial», o «colonial» e o «pós-colonial».

Esta opção arrasta outra, a de uma «história narração», em lugar e em vez de uma «história problema», segundo uma distinção cara ao historiador François Furet. Eis uma escolha marcada pela preocupação da prudência e pela aposta na durabilidade. Muito paradoxalmente, a «história problema» de Angola é bem conhecida, muito mais conhecida do que sua «história narração». É essa a que é professada pelos especialistas de todas as ciências sociais, a justo título atentos às transformações, às práticas, às tendências e aos desafios contemporâneos de Angola. Sabe-se da pertinência, forçosamente passageira, desses trabalhos. A opção aqui feita em favor da «história narração», solidamente apoiada numa cronologia densa e detalhada, não exclui a exposição nem a análise dos problemas. Tal é, em primeiro lugar, o caso da questão dos conceitos, noções e palavras que utilizam, quer os especialistas, quer os profanos, para designar as realidades

sociais e políticas angolanas: etnias; tradições; Estado; reino; império; fronteira; aliança; expansão; conquista... Tal é, igualmente, o caso da questão das relações entre os mitos e a história: os mitos fundadores das formações políticas locais; mas também os mitos que acompanham as tão longas relações entre Angola e Portugal e fabricados, tanto do lado português, como do lado angolano. E tal é, finalmente, o caso da questão das oscilações socioculturais, espirituais e políticas, quer se trate do «nascimento» dos Estados, das «conversões» religiosas reais ou imaginárias, da «apropriação da escrita» e, evidentemente, das efervescências intelectuais que desabrocharão com «os novos intelectuais» logo a seguir à II Guerra Mundial.

Existe, em suma, uma espécie de fé que percorre todo o relato de Alberto Oliveira Pinto. Quem se admirará disso, quando é conhecida a ligação íntima que a prática e o conhecimento da história entretencem com a consciência política? Para nos convenceremos, basta ver a meticulosidade com que sistematicamente são desmontadas as figuras ditas heróicas que o colonialismo português não se cansou de exaltar. *A contrario*, ao longo do quase milénio abrangido pela narração, deparamos com a multiplicação de personalidades femininas e masculinas, por vezes míticas, cuja gesta constitui, em definitivo, o fio condutor da História de Angola. Uma história construída com sangue, mas também alicerçada num combate contínuo e, por fim, vitorioso contra a barbárie da espoliação escravagista e colonial. Uma história que testemunha, pela sua enorme duração, a vitalidade inextinguível da *Sagrada Esperança* de Agostinho Neto.

ELIKIA M'BOKOLO<sup>5</sup>

Paris, 18 de Outubro de 2015

## NOTA DO AUTOR

*A História de Angola. Da Pré-História ao Início do Século XXI*, que escrevi durante os anos da primeira metade da década de 2010, numa fase de pós-doutoramento, e publicada pela primeira vez em 2016, chega agora à sua quarta edição. Sem desprimor para os muitos estudiosos de múltiplas nacionalidades que, ao longo de anos, investigaram e continuam persistentemente a investigar sobre a vasta, complexa e inesgotável história desse imenso território de 1 246 700 quilómetros quadrados e dos povos que o habitaram e colonizaram, tenho a ousadia de afirmar que este livro foi a primeira experiência no género em 40 anos – agora quase 50 – de uma Angola independente. Como já antes o afirmei, e cito-me a mim próprio, era indispensável a existência de um livro que, podendo ser um manual, contivesse algo mais do que o essencial sobre a memória do povo angolano; um livro que, não só pudesse servir, tanto ao leitor comum quanto ao estudante – do ensino universitário, do secundário e mesmo do básico –, como ainda de instrumento de trabalho e consulta aos investigadores.

Outros houve antes dele, é verdade, e continuam a ser susceptíveis de consulta, todos elaborados e publicados antes de 1975, ano da Independência de Angola. Quase todos espelhando perspectivas colonialistas lusocêntricas, como os de Ralph Delgado e os de Gastão Sousa Dias, e mesmo os dos nativistas angolanos do início do século xx, como Alberto de Lemos ou Francisco das Necessidades Castelbranco. Também é de destacar o prestimoso, mas inevitavelmente incipiente, esboço nacionalista elaborado em Argel, em 1965, pelo Centro de Estudos Angolanos,

constituído por Henrique Abranches, Adolfo Maria, Mário Afonso (Kasesa), João Vieira Lopes e Artur Pestana (Pepetela), inelutavelmente eivado de facciosismo político e ideológico. E tem havido igualmente obras – como uma de Douglas Wheeler e de René Pélissier, publicada em Portugal em 2009 – que, por razões de mercado editorial e independentemente da qualidade intrínseca e dos desígnios dos autores, foram traduzidas para a língua portuguesa ostentando abusivamente, nas livrarias, o título *História de Angola*. Na realidade, não só os títulos originais eram outros, como se tratava de estudos de caso balizados no tempo, ainda que brilhantes.

Este meu trabalho, como é evidente, nem esgota a História de Angola, nem retira o lugar a outras experiências no género que é desejável que sejam feitas no futuro. Trata-se, apenas, da primeira tentativa de um angolano de narrar e explicar – pois desde Heródoto a História é acima de tudo analítica e, pelo menos desde o Romantismo, tem uma função explicativa e não meramente narrativa dos factos –, de modo abrangente, com todas as inevitáveis subjectividades e imperfeições, o entrosamento das acções e dos interesses humanos que, ao longo dos séculos, foram construindo o seu país. Escolhi deliberadamente, como baliza cronológica final, o ano de 2002, que tem sido unanimemente convencionado como o do início da era da paz. Nos quatro anos que decorreram desde a terceira edição do livro, hesitei se nesta quarta não haveria de ampliar essa baliza cronológica, abrangendo acontecimentos relevantes e já bem marcantes para a sociedade angolana, ainda que recentes. É certo que, em 2010, Angola conheceu uma terceira Constituição, e em 2017 um terceiro Chefe de Estado. Ainda assim, concluí que por ora não é possível uma análise devidamente distanciada deste primeiro quartel do século XXI, que aliás



ainda nem chegou ao fim. Outras edições reformuladas hão-de vir, disso faço votos.

Era inevitável a consulta de uma plêiade de autores que, muito antes de mim, se debruçaram sobre incontáveis momentos e temáticas da História de Angola. No entanto, num livro deste género, era-me impossível, por cada vez que os citasse, recorrer ao habitual expediente da nota de rodapé. Além de redobrar o número total de páginas, já por si assaz extenso, criaria, como soe dizer-se, obstruções à fluência da leitura. Mas tive a preocupação de fundamentar todas as minhas afirmações e de, frequentemente, mencionar os autores e as obras que me serviram de fonte, os quais o leitor encontrará devidamente inventariados na bibliografia apresentada a páginas finais. Quanto à cronologia, ela é indispensável ao historiador de todos os tempos, pois não é possível organizar a memória sem o recurso a marcadores. E, ao contrário do que alguns podem pensar, a história cronológica não invalida – antes lhe confere sentido – aquela que ilustres historiadores – com destaque para Elikia M'Bokolo – designam por «História em espiral». A espiral é uma linha helicoidal que se desloca sobre uma semi-recta, a qual lhe serve de fio condutor. Qual é o fio condutor da História? A cronologia!

Falando em espiral da História – ou, segundo a metáfora também recorrente, dos rodízios que impulsionam os ponteiros do tempo como os do relógio –, não é demais salientar que a minha construção historiográfica de Angola assentou nas dimensões política, económica, social e cultural, com todas as limitações e subjectividades na sua interpretação, delineação e articulação fatalmente inerentes a um trabalho desta natureza. Aos interesses económicos e políticos dos homens associam-se os imaginários e as representações. Todos contribuem para a História de Angola, que não se iniciou, evidentemente, em 1975, com a Independência do Estado angolano.

Tratando-se de um livro que só poderia ser escrito por um académico e sendo susceptível de leitura e de consulta por outros académicos, não é, de modo algum, um livro académico. Destina-se a qualquer leitor. E o leitor tem, evidentemente, como em tempos o enunciou Daniel Pennac, o direito de saltar páginas e capítulos. Mas o autor, ao concebê-lo, teve de obedecer escrupulosamente a dois ditames essenciais a um historiador: a noção inexorável da limitação dos seus conhecimentos; e a fidelidade à cronologia. Assim sendo, só muito pontualmente me socorri dos meus trabalhos pregressos. Era inevitável a consulta de uma plêiade de autores que, muito antes de mim, se debruçaram sobre incontáveis momentos e temáticas da História de Angola. No entanto, num livro deste género, era-me impossível, por cada vez que os citasse, recorrer ao habitual expediente da nota de rodapé. Além de redobrar o número total de páginas, já por si assaz extenso, criaria, como soe dizer-se, obstruções à fluência da leitura. Mas tive a preocupação de fundamentar todas as minhas afirmações e de, frequentemente, mencionar os autores e as obras que me serviram de fonte, os quais o leitor encontrará devidamente inventariados na bibliografia apresentada a páginas finais. Quanto à cronologia, ela é indispensável ao historiador de todos os tempos, pois não é possível organizar a memória sem o recurso a marcadores. E, ao contrário do que alguns podem pensar, a história cronológica não invalida – antes lhe confere sentido – aquela que ilustres historiadores – com destaque para Elikia M'Bokolo – designam por «História em espiral». A espiral é uma linha helicoidal que se desloca sobre uma semi-recta, a qual lhe serve de fio condutor. Qual é o fio condutor da História? A cronologia!

Falando em espiral da História – ou, segundo a metáfora também recorrente, dos rodízios que impulsionam os ponteiros do tempo como os do relógio –, não é demais salientar que a minha construção historiográfica de Angola

assentou nas dimensões política, económica, social e cultural, com todas as limitações e subjectividades na sua interpretação, delineação e articulação fatalmente inerentes a um trabalho desta natureza. Aos interesses económicos e políticos dos homens associam-se os imaginários e as representações. Todos contribuem para a História de Angola, que não se iniciou, evidentemente, em 1975, com a Independência do Estado angolano. Muita gente, aliás, me tem deixado perplexo quando afirma que a História de Angola só tem 40 anos ou quando se admira ao saber que o meu quadro cronológico se inicia por volta dos anos de 7000 a. C., como se em Angola – e na África Subsaariana em geral, tal qual o entendia o discurso colonial – não pudesse ter existido uma «Pré-História».

Na concepção da história desta realidade cultural, primeiro territorial, depois colonial e por fim nacional que é Angola, há que considerar, não apenas as fontes escritas – inclusive, evidentemente, as coloniais –, mas também as fontes orais e arqueológicas. Sobretudo no que diz respeito às informações sobre os Estados angolanos ditos «pré-coloniais». Quanto a esse e a outros pontos, este livro está longe de ser exaustivo. Um excelente exemplo diz respeito à história do povo Ovimbundu e da maioria dos povos angolanos a sul do Planalto Central antes do século XIX, para as quais há todo um caminho aberto à arqueologia e a outros historiadores, nomeadamente aos que se preocupam com a incontornável história regional.

Outro caminho inteiramente em aberto é o da ortografia dos vocábulos de origem bantu, sobretudo topónimos, incorporados na língua portuguesa falada em Angola. O tema daria para um ensaio, mas no curto espaço de que disponho limito-me a adiantar que não acredito em nenhum projecto de unificação dessa ortografia, a qual deriva, pelo menos, de três fontes bem distintas: do próprio critério ortográfico do português de Portugal, com todas as variantes seculares; do dos missionários católicos de

línguas latinas – Portugueses, Castelhanos e Italianos – disseminados sobretudo pelo Vale do Kuanza desde o século XVII; por fim, do dos missionários reformistas (ou protestantes) de línguas germânicas – Flamengos, Britânicos e Alemães –, preponderante do Planalto Central para sul a partir da segunda metade do século XIX. Presentemente, do meu ponto de vista, cabe aos poderes locais e não aos centrais a definição das fórmulas ortográficas, com toda a salvaguarda das diferenças regionais. Por exemplo, consoante as diferentes regiões, o adjectivo *kuanhama* ou *kwanyama* tanto pode ser grafado pela primeira fórmula, a latina, como pela segunda, a germânica. E porque não – tal como me acontece nos capítulos deste trabalho relativos às campanhas militares portuguesas no sul de Angola no dealbar do século XX – na fórmula vernacular portuguesa *cuanhama*? Aliás, em diversos momentos do meu trabalho, optei por manter a grafia portuguesa, não recorrendo ao *k* ambaquista e conservando o *c*. Tal é o caso, por exemplo, de nomes de rios e de localidades que ainda hoje, na toponímia oficial angolana, mantêm o *c*, tais como *Ambaca*, *Cacuaco*, *Cambambe*, *Cunene*, *Caculovar*, *Caconda* ou *Catumbela*.

Em várias passagens desta *História de Angola* pude advertir o leitor de que a minha opção se pautou, preferencialmente, pelo critério ortográfico latino, também designado por ambaquista. No entanto, no que diz respeito a topónimos, as conjunturas podem introduzir matizes. Por exemplo, o *Kongo* passa a *Congo* quando não é designado como Estado Bantu independente e sim como realidade colonial ou pós-colonial. Ou quando é grafado com *c* nas fontes citadas. A capital do antigo Reino do Kongo, *Mbanza Kongo*, torna-se *São Salvador do Congo* em 1595, com a criação da diocese homónima. Será necessário sublinhar que os naturais do Reino do Kongo, os *congueses*, diferem dos naturais das ex-colónias belga e francesa do Congo, os

*congoleses*? Também não se confunda o *Ndongo*, o Estado independente dos Ngola, com o *Dongo*, um Estado títere criado pelos Portugueses no século XVII. Aliás a elisão deliberada do *n* consta dos próprios documentos portugueses coevos.

Sejam-me permitidas mais duas advertências. Uma primeira ainda relacionada com a ortografia. Nos múltiplos mapas que o livro apresenta, destinados a contextualizar as matérias e cujas fontes são meticolosamente indicadas, o leitor deparará com as mais diversas fórmulas ortográficas para os topónimos angolanos. Que esta aparente incongruência nos incentive a um debate que nunca foi feito desde a Independência de Angola, sem que, insisto, nos deixemos levar por tentações espúrias como acordos ortográficos ou outras imposturas similares.

A segunda advertência também diz respeito à componente iconográfica deste livro. Deliberadamente, não figura nele qualquer retrato de nenhuma figura humana da história de Angola, nomeadamente de nenhum governador colonial nem de nenhum político nacional. O leitor encontrá-los-á noutras sedes. Abri, contudo, uma exceção para a rainha Njinga Mbandi, cujos retratos apresentados são imaginários.

O livro continuou a ser procurado avidamente por leitores angolanos e de outras partes do mundo e intensificaram-se, por telefone, por *e-mail* e nas redes sociais, as solicitações. Não é demais destacar o interesse crescente manifestado sobretudo pela juventude angolana, quer a que reside em Portugal, quer a que vive no seu país, em Angola. Apesar das mudanças que, paulatinamente, se vão verificando na sociedade angolana, os silenciamentos sobre a história do país, assim como os receios da sua abordagem, continuam a ser uma realidade.

O mesmo interesse tem sido manifestado em relação ao Curso Livre História de Angola, que tenho coordenado na

UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, em Lisboa, desde 2018 e onde este livro tem sido utilizado como manual. A adesão a este curso por parte de Angolanos, de Portugueses e de estrangeiros, se já foi grande nas primeiras edições, acentuou-se mercê da revolução informática em que se traduziu a pandemia, pelo que a partir de 2021 passou a realizar-se, não apenas presencialmente com frequentadores residentes em Lisboa, mas igualmente *online*, com alunos residentes noutros pontos de Portugal, em Angola, no Brasil e mesmo noutros lugares como a Polónia ou mesmo a China. Ao curso vieram a acrescer as séries sobre História de Angola que vim a criar no *Youtube*, como *Fragmentos da História de Angola*, com Anabela Carvalho, e sobretudo *Lembra-te Angola*, com o meu filho João Alberto.

Que esta nova edição sirva a muitos e muitos mais que se interessam pela História de Angola e dos Angolanos.

Alberto Oliveira Pinto  
Lisboa, Novembro de 2023

# CAPÍTULO I

## **O substrato arqueológico e oral da História de Angola (c. 7000 a. C.-c. século XIII d. C.)**



# Cronologia

**C. 2,59 milhões de anos a 10 mil a. C.** - Plistoceno Superior: o clima do continente africano estaciona, aproximando-se das características actuais; aparecimento em África do *Homo Sapiens Rhodesiensis*, contemporâneo do *Homo Sapiens Neardenthalensis* europeu, ambos com uma capacidade craniana muito próxima do Homem actual; são igualmente idênticos no modo de subsistência, baseado na recollecção.

**C. 2 milhões e meio a 2 milhões de anos a. C.** - Indústrias líticas da chamada Idade Antiga da Pedra no continente africano.

**600 mil a. C. a 5000 a. C.** - Paleolítico (ou pedra lascada) na África Ocidental.

**C. 70 mil a. C.** - O abaixamento da temperatura e o aumento da pluviosidade criam condições para que as florestas se retirem dos planaltos para os fundos dos vales e dêem lugar a savanas e prados, permitindo que a flora e a fauna se expandam.

**6000 a. C. a 5000 a. C.** - Mesolítico na África Ocidental: transição da economia depredadora das sociedades de caçadores colectores para uma economia de produção; descoberta do fogo.

**C. 5000 a. C.** - Neolítico (ou pedra polida) na África Ocidental: aparecimento da agricultura e da pastorícia.

**C. 2000 a. C. a c. 1000 a. C.** - Primeiras migrações dos povos Bantu da África Central para sul do Equador. Nem todos são ainda conhecedores do trabalho do ferro (como o demonstra o mito de Nentombe, no Soyo), mas os que o são impõem a metalurgia - e, conseqüentemente, a agricultura e a pastorícia - aos povos colectores Kung (ou Koi-San).

**C. 1000 a. C. a c. 1000 d. C.** - Idade do Ferro na África Central: pelo menos três vagas de migrações bantu penetram no actual território angolano, correspondentes às áreas kikongo/kimbundu, lunda e umbundu.



# **1 - A discussão em torno dos conceitos de História e de Pré-História**

Utilizar a clássica divisão, estabelecida pela historiografia ocidental, entre Pré-História e História para estudar a história de Angola não faria hoje em dia o menor sentido. Na verdade, esta bipartição talvez tenha perdido a sua razão de ser, mesmo no que diz respeito à História em geral. Ainda que, por uma questão de comodidade, nos socorramos dos modelos representativos dos diferentes estádios por que passou o percurso da humanidade, banalizados secularmente pela doutrina - como a idade da pedra lascada (Paleolítico), a idade da pedra polida (Neolítico) e as idades do cobre, do bronze e do ferro -, convém esclarecer, desde já, que não só todos estes ciclos podem variar cronologicamente consoante a diversidade das áreas geográficas e culturais a que se reportem, como inclusive, na maior parte dos casos, coexistem necessariamente uns com os outros, podendo mesmo sofrer avanços e retrocessos de acordo com os interesses circunstanciais dos povos cujas culturas se interpenetram. Esta segmentação dos tempos - à qual podemos acrescentar as chamadas idades Antiga, Média, Moderna, Contemporânea e Atômica -, influenciada pelo conceito de progresso introduzido pelos iluministas no século XVIII e que o nacionalismo romântico do século XIX viria a desenvolver, corresponde inevitavelmente a uma visão eurocêntrica e evolucionista da humanidade. Mas nas sociedades nunca existe evolução num sentido único. Evoluir para quê e para onde? Evoluir como e através de que etapas? Tudo, inclusive a noção de tempo, depende da perspectiva em que nos colocarmos.

O problema que desde sempre se levanta é o de saber o que separa ao certo as chamadas idades «pré-históricas» das idades «históricas». Por outras palavras, em que é que a Pré-História e a História diferem entre si em essência e qual o ponto de passagem de uma para a outra?

O evolucionismo biológico darwiniano – que até muito recentemente influenciou e sustentou um pseudo-evolucionismo social através, por exemplo, das teorias racistas –, aliado à ideia de que o objecto do estudo da História é o Homem, poderia levar-nos a identificar a passagem da Pré-História à História com a hominização, isto é, com a constituição do género *Homo* no seio da família dos Hominídeos. Estão hoje definitivamente abandonadas as concepções *poligenistas*, que defendiam a «criação» separada, em diferentes continentes e em momentos distintos, de «espécies humanas» diferenciadas correspondentes às chamadas «raças». Perfilhando a perspectiva *monogenista*, hoje universalmente aceite, que concebe uma origem humana única da qual as «raças» se teriam progressivamente demarcado através da dispersão por diferentes meios naturais ou da hereditariedade, é na África Oriental que se encontram os vestígios mais antigos de indivíduos «semelhantes ao homem», datados de há quatro milhões de anos. Mas este *Homo Habilis*, a que se sucederiam o *Homo Erectus* e o *Homo Sapiens*, coexistiu com o *Australopithecus* durante cerca de três milhões de anos para só cerca de meio milhão de anos a. C. se espalhar pela Europa e pela Ásia. Por volta de 20 mil anos a. C. atingiu certas zonas ocupadas pelos gelos, nomeadamente no continente americano. O fim do período glacial, há cerca de dez mil anos, obrigando-o a habituar-se às condições de climas mais frios, pode ter marcado a passagem da recollecção à domesticação de animais e à cultura de plantas e, conseqüentemente, à sedentarização.

Mas este fenómeno, evidentemente, ocorreu em tempos e espaços bem diversificados.

São igualmente o evolucionismo e o eurocentrismo que se encontram por detrás da criação da clássica baliza da escrita entre a Pré-História e a História, ainda hoje frequentemente adoptada nos manuais escolares e mesmo em obras de carácter universitário: a invenção da escrita marcaria o fim da Pré-História para dar início à História. Da domesticação dos animais e das plantas e do consequente aparecimento da pastorícia e da agricultura, resultaria a necessidade de o homem se fixar, criando as indústrias da tecelagem e da olaria, e viver em comunidade, inventando o conceito de propriedade e hierarquizando a sociedade em classes económicas e políticas. Da produção de excedentes derivaria o sistema de trocas e a alimentação das elites, que se organizariam em classes políticas, formando o Estado. Associada a este modelo, surgiria a necessidade de registar a memória da comunidade através de sinais gráficos, a escrita. Com a escrita nasceria a História e morreria a Pré-História. Deste postulado, e numa lógica dialéctica hegeliana, decorre a classificação teórica que estabelece as divisões entre: *sociedades com escrita e sociedades sem escrita* (ou «ágrafas», como se a escrita precedesse a oralidade, quando o que se passa é, evidentemente, o inverso); *sociedades históricas* (ou evoluídas, ou modernas) e *sociedades pré-históricas* (ou primitivas); *sociedades com Estado e sociedades sem Estado*; *sociedades de história cumulativa e sociedades de história estacionária*; ou, pura e simplesmente, *sociedades com história e sociedades sem história*.

Mas quando é que se deu a sedentarização? No Mesolítico, no Neolítico ou na Idade dos Metais? Ou no âmbito da coexistência dos três? E porque não ainda no tempo da pedra lascada? E quando é que surgiu a escrita e

porquê? E que dizer das sociedades assentes na produção agrícola ou pecuária e cuja acumulação de excedentes lhes permite serem organizadas em Estado independentemente da escrita, como a grande maioria das sociedades africanas pré-coloniais?

Os interesses da comunidade, aliados a uma técnica de mnemónica que procura fixar a memória colectiva através da síntese – a qual se opera mediante a fusão dos múltiplos relatos que vão, com o decorrer do tempo, ampliando o acervo do património do grupo –, contribuem para que a descrição de factos prolongados e assaz separados no tempo se processe pelo recurso a narrativas que, transmitidas de geração em geração, relatam a história da sociedade. As genealogias e as narrativas históricas tratam-se, portanto, de componentes importantes do património cultural das sociedades que, visando legitimar a sua identidade de grupo, se fixam através da tradição ou oralidade. Nisso reside a história. A história existe, pois, a partir do momento em que surgem processos de fixação e organização da memória do grupo, sendo os processos da oralidade muito anteriores aos da escrita, pelo que não há sociedades sem história.

No estudo da história de África, particularmente no da história de Angola, a oralidade constitui, pois, uma fonte imprescindível. Mas há que ter em conta que o historiador oral vê sempre a sua narrativa histórica numa perspectiva sincrónica de ligação do tempo passado ao tempo presente. A fixação da memória reside nessa ideia de ligação estabelecida através da analogia, o que leva a que, em muitas narrativas de tradição oral, os factos, as personagens ou os locais que mais se identificarem uns com os outros possam aparecer simbolicamente confundidos. Por se tratar de histórias de grupos, a nível geral, local e familiar, é raro estas narrativas referirem-se a indivíduos específicos. As suas personagens representam normalmente linhagens ou estruturas sociais e políticas. As

fusões de narrativas implicam, evidentemente, que a cronologia que delas possamos depreender seja muito relativa, detectando-se com frequência anacronismos ou imprecisões – nas genealogias, por exemplo, o número de gerações real é raro coincidir com o que nos é dado pela narrativa, e mesmo este varia conforme as diferentes versões, do mesmo modo que uma simples referência a alguns dias ou meses pode representar, consoante o contexto, o decurso de anos ou de séculos –, pelo que só um confronto com pesquisas arqueológicas nos permite obter dados mais exactos. Recorreremos, pois, às fontes orais e arqueológicas. Quanto a estas últimas, tivemos de nos apoiar nas pesquisas feitas sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970 por antropólogos e arqueólogos como G. M. Childs, J. D. Clark, José Redinha, Santos Júnior e, particularmente, Carlos Ervedosa, além de tantos outros, na maioria amadores.

## **2 - A Idade da Pedra em Angola**

A arqueologia tem entendido que a espécie humana surgiu em África há cerca de três milhões de anos. Foram, efectivamente, detectados no continente africano vestígios das indústrias líticas da Idade Antiga da Pedra, datados de entre dois milhões e meio a dois milhões de anos, ainda que confinados às regiões de vegetação aberta de clima quente e húmido, como estepes e savanas, com períodos secos durante os interpluviais. Com o início do Plistoceno Superior, há cerca de 70 mil anos, o abaixamento da temperatura e o aumento da pluviosidade criaram condições para que as florestas se retirassem dos planaltos para os fundos dos vales e dessem lugar a savanas e prados, permitindo que a flora e a fauna se expandissem. No entanto, na costa ocidental do continente, ainda que a descida do nível do mar tenha possibilitado o crescimento de populações ribeirinhas de actividade piscatória, os

anticiclones subtropicais e os ventos que sopravam de sul para norte produziram um efeito desidratante entre os 16° e os 30° de latitude sul que deu origem ao aspecto árido e seco de que ainda hoje se reveste o litoral de Angola.

Foi ainda durante esse período que, há cerca de nove mil anos (cerca de 7000 a. C.), o clima do continente africano estacionou, aproximando-se das características actuais. Data dessa época o aparecimento em África do *Homo Sapiens Rhodesiensis*, contemporâneo do *Homo Sapiens Neardenthalensis* europeu. À semelhança deste, constitui uma subespécie do *Homo Sapiens*, de capacidade craniana superior muito próxima da do homem actual. O *Homo Sapiens* começa a transformar a natureza em proveito dos seus interesses, utilizando as pedras como instrumentos de caça, de trabalho e de defesa. O seu modo de subsistência é a recollecção ou colheita de produtos vegetais (frutos, raízes, tubérculos) ou animais (vermes, mamíferos, aves ou peixes), consoante o seu meio ambiente.

Da primeira fase da Idade da Pedra, o Paleolítico, que na África Ocidental medeia aproximadamente entre os anos 600 mil a. C. e 5000 a. C., caracterizada pelas técnicas de lascar os seixos, isto é, de desbastar as suas extremidades através do embate de outras pedras, encontram-se no território angolano vestígios dos três períodos em que tradicionalmente a arqueologia a divide. De um primeiro período do Paleolítico, a Idade Antiga da Pedra, representada em Angola pelas técnicas *olduvense* e *acheulense*, o espólio concentra-se sobretudo no litoral a sul do rio Bengo e no nordeste, tendo aparecido diversas peças, particularmente machados *acheulenses* destinados a desbravar as florestas, nas regiões das Palmeirinhas e Calumbo, imediatamente a norte e a sul do rio Kuanza, e igualmente nas regiões de Lobito, Benguela e Baía Farta, na província de Benguela, na Ponta do Giraul e na localidade de Tômbua, na província do Namibe, e ainda nas

regiões de Kasenga, Kaúma, Toca Mai e Muto, na província da Lunda Norte. A sua ausência na zona Congo parece dever-se ao facto de o clima desta região, durante o período em questão, não se mostrar tão favorável à vida humana.

Dos períodos intermédios do Paleolítico, também conhecidos por Idade Média da Pedra, abundam restos de calhaus lascados em ambas as faces - raspadores, machadinhas, martelos e bigornas de pedra - em estações arqueológicas situadas em áreas correspondentes às actuais províncias de Cabinda (Cabinda), Uíge (Mavoio), Luanda (Benfica e Palmeirinhas), Malanje (Mamba), Lunda Norte (Dundo, Luaco, Mutu, Cambombe, Calonda, Chambuage), Kuanza Norte (Catete e Dondo), Benguela (Ponta das Vacas), Namibe (Capangombe, Caraculo, Ponta de Giraul, Vipango), Huíla (Lubango, Cangalongue), Cunene (Onkokua, Onjiva) e Kuando Kubango (Menongue e Galangue). Nestes períodos, a indústria lítica revela um grau mais elevado de especialização nas zonas costeiras.

O Mesolítico, período compreendido entre o Paleolítico e o Neolítico, que no continente africano terá mediado entre os 6000 anos a. C. e os 5000 anos a. C., caracteriza-se pela transição da economia depredadora das sociedades paleolíticas de caçadores recolectores para uma economia de produção já próxima da das sociedades agrícolas e pastoris do Neolítico. Foi durante o Mesolítico que ocorreu a descoberta do fogo. Segundo a arqueologia, este período é indiciado pela tendência apresentada pelos calhaus trabalhados para assumirem formas microlíticas e geométricas e também pelo desaparecimento gradual da indústria óssea. Em Angola foram encontrados vestígios das culturas mesolíticas em quatro áreas diferenciadas: na província de Cabinda (Ncasso, Macanga e Morro das Pacaças), na província de Luanda (Dande, Kifangondo e Cacuaco), na província da Lunda Norte (Caunga, Maunga, Konki Mongui, Malumba, Lussaca, Lombi, Candala) e no sudoeste, nas províncias do Namibe e da Huíla (Namibe,

Macahama, Leba, Lubango, Chitaca-Hue e Tchitundo-Hulo). A arte rupestre deste período caracteriza-se, por sua vez, pela ausência de figuras de animais ou de homens, consistindo em gravuras simbólicas de tipo geométrico, como as que foram encontradas na zona oriental do país, compreendendo a Lunda, ou estilizadas através de pontos e dedadas, à maneira de certos desenhos descobertos no sul, quer em Caninguiri, na província do Huambo, quer no Tchitundo-Hulo Mulume, na província do Namibe.

O Neolítico começa em África cerca de 5000 a. C., remontando a essa época os vestígios encontrados na Bacia do Congo. O termo Neolítico alude a uma técnica nova de trabalhar a pedra. Surgem e desenvolvem-se neste período a agricultura e a pastorícia, que permitem armazenar considerável quantidade de alimentos e produzi-los num grau superior às próprias necessidades. A pedra polida é o instrumento usado, não apenas na antiga actividade de recollecção, mas também nas novas actividades da agricultura e da pastorícia (os primeiros currais são de pedra) e, sobretudo, nas novas indústrias que vão surgindo, como a tecelagem e a cerâmica. Esta transformação económica tem, evidentemente, implicações no campo religioso, social e político.

Tem-se convencido que o processo de sedentarização e a ligação à propriedade, gerando o aparecimento da guerra, se inicia nesta fase do Neolítico, sendo posteriormente reforçada durante a Idade dos Metais. Podemos aceitá-lo se considerarmos a sedentarização, não enquanto fixação localizada, imóvel e estática, como frequentemente se pensa, e sim como uma tomada de consciência por parte dos povos acerca das regiões onde os recursos podem satisfazer as necessidades da comunidade, pelo que a itinerância fica daí em diante confinada a limites territoriais, podendo a fixação em determinados lugares ser essencialmente sazonal, embora cíclica. Tal não obsta, contudo, a que se crie uma ligação de afectação do homem





### 3 - A Idade do Ferro e a coexistência de povos Kung e Bantu

Ao contrário do que durante muito tempo se supôs, a metalurgia do ferro é um fenómeno endógeno no continente africano, interligado com a necessidade de desbastar a floresta equatorial e dar prossecução à cultura dos cereais, entretanto domesticados, particularmente o milho sorgo e o arroz. Não nos restam, portanto, dúvidas de que a arte de trabalhar o ferro foi introduzida no território angolano pelas populações bantu que, migrando aproximadamente a partir do início do segundo milénio a. C. da África Central para sul do Equador, a terão imposto aos povos que primitivamente habitaram o sul do continente, os Kung, também conhecidos por *Mukuankala* (ou *Ovakuankala*), *Musekele* (ou *Ovasekele*), *Bochímanes*, *Hotentotes* ou simplesmente *Koi-San*.

O primeiro termo, *kung*, significa *homens*, na sua língua dotada de *cliques* ou estalidos. Os outros dois termos, *Mukuankala* e *Musekele* (ou as suas variantes *Ovakuankala* e *Ovasekele*), são oriundos das línguas bantu e significam, respectivamente, *gente do caranguejo* e *gente da lebre saltadora*. Esta terminologia tem interesse por ser reveladora da imagem dos Kung aos olhos dos Bantu que com eles coabitaram. Com efeito, ao contrário destes últimos, os Kung desconheciam a técnica de trabalhar o ferro, pelo que os seus instrumentos líticos só lhes permitiam um modo de subsistência assente na recollecção, fosse ela a recolha de vegetais no seu estágio silvestre, fosse ela, nas regiões litorâneas, a pesca de peixe ou marisco de águas pouco profundas (como o *caranguejo*), ou, no interior, a caça de aves ou de mamíferos de pequeno porte (como a *lebre saltadora*), para cujo abate bastavam o arco e as flechas. Quanto aos dois últimos termos, *Bochímanes* e *Hotentotes*, são de origem europeia e,

portanto, posteriores ao século XVI. São atribuídos aos Holandeses que desembarcaram no Cabo da Boa Esperança em finais desse século e aí se instalaram em meados do século seguinte, os quais teriam designado as populações «primitivas» com que depararam por *Bosjesman* (*homens do bosque*) e por *Huttentut* (*homens brutos, estúpidos ou aqueles que falam aos soluços*). Estes povos Kung, que acendiam o fogo pela fricção dos sílex e vestiam peles de animais, desconheciam, portanto, a indústria da tecelagem e viviam da recollecção. Demonstra-o, não apenas a arte rupestre, mas também a tradição oral dos seus descendentes, que em pleno século XX ainda viviam em escassas comunidades nas Terras Altas da Huíla, no deserto do Namibe e no Kuando Kubango. São os povos mais antigos que se conhecem no território angolano. A sua presença no continente africano, particularmente em Angola, remonta ao Paleolítico.

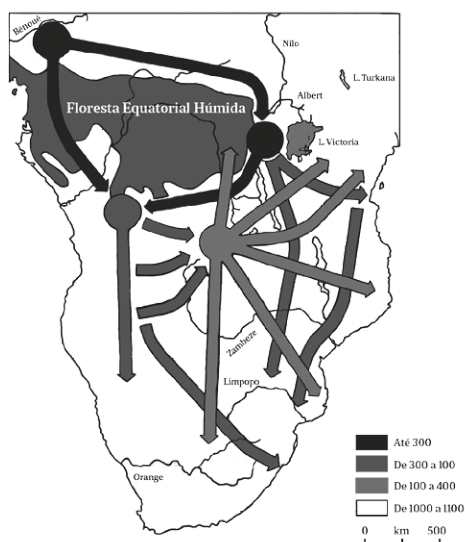
Deles diferem os agricultores e pastores bantu, conhecedores das técnicas da indústria ferrealítica, que ao longo do primeiro milénio a. C. e do primeiro milénio d. C., foram progressivamente, e em vagas diferenciadas no tempo, penetrando na área correspondente ao actual território angolano. Esta realidade, associada evidentemente à sua organização política sob a forma de Estados legitimados pela linhagem, ilustrada pelos mitos dos reis ferreiros, de que adiante apresentaremos alguns exemplos angolanos, reflecte-se claramente no conteúdo das narrativas genealógicas que a tradição oral transmitiu até à actualidade. Supõe-se que os Bantu, milenarmente maioritários em toda a África a sul do Equador, sejam oriundos da região correspondente à Nigéria oriental e aos Camarões, com o vale do Benué como eixo, tendo, à semelhança dos Mande, dos Voltaicos e dos Kwa, origem no chamado grupo *Níger-Congo*. Dele se teriam separado durante as migrações para sul da floresta equatorial que

remontam ao segundo milénio a. C. e dele se distinguiriam desde tempos remotos pela linguística, sendo os idiomas bantu caracterizados pela flexão por meio de prefixos. O próprio vocábulo *bantu* corresponde ao plural do substantivo *muntu*, que significa *ser humano*. Este elemento estrutural é comum a todas as línguas da mesma família. Em kimbundu, por exemplo, uma das nove línguas bantu faladas em Angola, o conceito de *ser humano* é designado pelo substantivo *mutu* (derivado de *muntu*), cujo plural, formado por prefixação, é *atu* (derivado de *bantu*).

Admitindo-se que as migrações bantu no continente africano remontam ao segundo milénio a. C. (ou ao terceiro, segundo alguns autores), é opinião generalizada entre os investigadores que estes povos só penetraram em território angolano já durante o primeiro milénio da era cristã, sendo muito impreciso se houve incursões ainda durante o milénio anterior. Os vestígios arqueológicos, assim como a arte rupestre, apontam para que tenham entrado em Angola três grandes vagas bantu, todas datadas do primeiro milénio d. C. e todas constituídas por populações de agricultores ou pastores que, portanto, sabiam trabalhar o ferro. No entanto, elementos constantes das narrativas de tradição oral provenientes de diversos pontos de Angola – como sejam os mitos de Nentombe entre os Basolongo, dos Bapende entre os Mbundu, de Féti entre os Ovimbundu ou mesmo o do Tshibinda Ilunga entre os Lunda-Kiokos, alusivo aos Tubungu – levam-nos a supor que possam ter ingressado no território angolano outros povos igualmente de origem bantu, porventura desconhecedores da metalurgia, durante um período muito anterior. O seu itinerário só pode ter sido traçado no sentido sul-norte ou este-oeste, nunca no sentido norte-sul, uma vez que a ausência de instrumentos de ferro não permitia a estes povos a transposição do tampão da floresta equatorial, logo a norte do rio Kongo/Zaire. A confirmação

desta hipótese poderia constituir, talvez, um caminho para a explicação da existência dos chamados povos pré-Bantu, os Kuissis e Kuepes, os quais constituiriam uma mistura entre esses primeiros Bantu e os Kung.

A arqueologia divide as primeiras migrações bantu, as do segundo milénio a. C., em dois grandes grupos: os Bantu do oeste, ou da floresta equatorial, e os Bantu do leste, ou das savanas. Os primeiros, dispersando-se mais cedo de entre os povos Níger-Congo e seguindo para oeste ao longo do curso do rio Níger, teriam posteriormente descido para sul ao longo da costa ocidental, ficando retidos pela floresta equatorial durante um tempo indeterminado, mas suficiente para que mais tarde um segundo grande grupo progredisse para sul pelo lado oriental do continente. Deste segundo grupo, os Bantu do leste, provêm certamente as migrações que eventualmente penetraram em território angolano ainda durante o primeiro milénio a. C. Circulando de sul para norte ou de leste para oeste, evitando a floresta equatorial, ter-se-iam misturado com os Kung e originado as chamadas populações pré-Bantu.



2 - Migrações bantu na África Subsaariana até 1000/1100 d. C. HENRIQUES, 2003, p. 150.

Mas a eles se viriam a sobrepor, já durante o primeiro milénio da era cristã, outros grupos, estes já munidos de instrumentos metalúrgicos e subsistindo, quer da agricultura, quer da pastorícia. A metalurgia permitiu, portanto, que alguns destes grupos transpusessem a floresta equatorial e penetrassem pelo norte no vasto território que muito mais tarde viria a constituir o Reino do Kongo. As condições climatéricas, porém, propícias à proliferação de doenças causadas por insectos, como a tripanossomíase (*doença do sono*), impediam a existência de gado e de pastos e, conseqüentemente, a domesticação de animais, pelo que os Bantu do norte de Angola eram tendencialmente agricultores. Já os Bantu da savana, que penetraram em Angola pelo Sul ou pelo Leste, dedicavam-se preferencialmente à pastorícia. A estes grupos se reportam os vestígios arqueológicos angolanos da Idade do Ferro e as pinturas rupestres alusivas à domesticação de animais e à agricultura. Mas de quantos grupos se tratava ao certo e qual a ordem cronológica pela qual se instalaram em território angolano?

Como já o dissemos, os vestígios arqueológicos e a arte rupestre parecem indiciar três grandes vagas bantu que terão penetrado no território de Angola por regiões diferentes durante o período da Idade do Ferro, já no primeiro milénio da era cristã: a norte (futuros Bakongo), a noroeste (futuros Balunda) e a sul, no Planalto Central (futuros Ovimbundu). Os dados apurados por Carlos Ervedosa em 1972 são insuficientes para que possamos chegar a uma conclusão segura acerca das datas das suas fixações nesses territórios, mas podem, no entanto, fornecer-nos pistas para algumas hipóteses. Foram exploradas, durante a década de 1970, cinco estações da Idade do Ferro distribuídas por três regiões do território de Angola correspondentes às áreas kikongo/kimbundu, lunda e umbundu. Na área kikongo/kimbundu foram examinadas

as estações de Kibaxe, Benfica e Kitala. As três localidades situam-se na área atribuída pela tradição oral e pelas cartas étnicas ao povo Mbundu e não ao povo Bakongo, ainda que possamos admitir eventuais alianças de linhagem dos Mbundu com os Bakongo em períodos anteriores ao século XVI. Das três, só Kibaxe, situada na região dos Dembos, zona fronteiriça entre os antigos Reinos de Kongo e Ndongo, ligeiramente a norte do rio Dande, na actual província do Kuanza Norte, se encontra no interior do território. Aí se encontraram peças de cerâmica, contas de colar, uma pulseira de cobre, um molde para brincos e também fragmentos de vasos. Benfica e Kitala, além de pertencerem à zona kimbundu, situam-se no litoral, entre Luanda e a Barra do Kuanza, e enquanto estações arqueológicas são constituídas por concheiros. Em Benfica foram encontradas peças de cerâmica negra e vermelha ornamentada com sulcos, e na Kitala, além de cerâmica estampada, apareceram igualmente contas de colar e ornamentos confeccionados em ossos de cetáceos e de peixes, o que denuncia a actividade predominantemente piscatória da população. O radio-carbono só conseguiu detectar a idade dos objectos encontrados em Benfica entre 140 d. C. e 180 d. C. Na estação do Dundo, na Lunda Norte, foram descobertas peças de cerâmica, tais como tigelas de boca larga e potes em forma de barril, datadas de entre 760 d. C. e 940 d. C. Finalmente na estação de Féti, na região umbundu do Planalto Central, os objectos de ferro encontrados, enxadas, facas de ponta recurva e ainda uma profusão de setas dispostas ao longo do labirinto da pirâmide, datam de cerca de 722 d. C.

A arte rupestre deste período, posterior à introdução do ferro, é tendencialmente figurativa, com personagens animais e humanas e, versando os motivos encontrados sobretudo sobre a caça, é notório que os instrumentos retratados são confeccionados em ferro, quer se tratando de flechas ou de machados, estes últimos podendo ser

usados igualmente na agricultura. É de notar a predominância do cágado entre os animais representados, o que pode sugerir uma relação muito estreita entre a arte plástica e um certo fabulário já instituído nestas sociedades, tendo em conta que o cágado personifica a sabedoria dos anciões na tradição oral bantu. As estações de arte rupestre que apresentam motivos datados da Idade do Ferro concentram-se sobretudo no sul, no Huambo (Caninguri, Kimbembe e Galangue), no Namibe (Thipópilo, Macahama e Tchitundo-Hulo Mulume) e no Kuando Kubango (Cuchi), e no leste (Bambala, Rio Capelo). A mais setentrional é a estação de Ebo, no Kuanza Sul, província que, como o próprio nome indica, se situa a sul do rio Kuanza, principal marco fronteiriço dos Estados Bakongo e Mbundu em relação aos outros Estados Bantu.

Que conjecturas podemos fazer a partir destes indicadores? Poder-se-á admitir que, de entre as migrações bantu realizadas no território de Angola durante a Idade do Ferro, as de leste foram as primeiras, seguidas das dos pastores do Sul e só mais tarde das dos agricultores do norte que desbastaram a floresta equatorial?

## **4 - A problemática das «cartas étnicas» e as instituições «tradicionais» nas sociedades bantu**

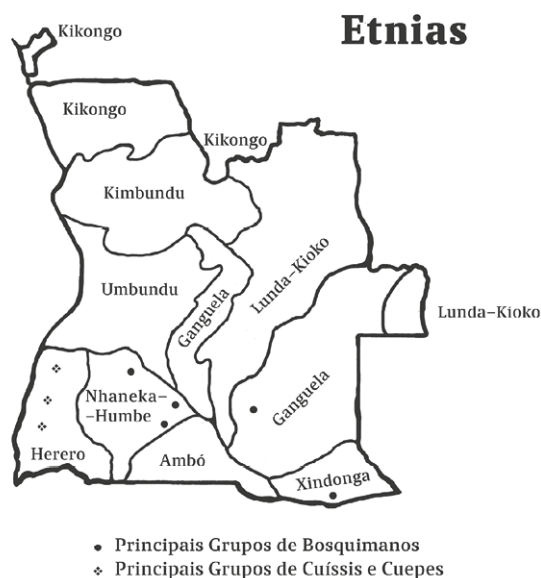
Já vimos que não há sociedades sem história nem sociedades de história estacionária. No entanto a tradição oral, sobrevivente mesmo nos meios urbanos coloniais e pós-coloniais, assim como as investigações antropológicas, arqueológicas e historiográficas assentes nas fontes documentais, têm permitido a identificação de elementos que se foram mantendo e cuja abordagem nos pode ajudar, num primeiro momento, a encontrar uma base para tentar compreender o percurso dos nove povos Bantu de quem,



segundo o modelo classificativo antropológico traçado pelas «cartas étnicas», descende a grande maioria dos Angolanos.

As chamadas «cartas étnicas» de Angola, ainda hoje divulgadas nos prospectos sobre cultura nacional, apoiaram-se na classificação elaborada num tempo em que a antropologia europeia servia as exigências do governo colonial de identificar e fixar geograficamente as populações angolanas, a fim de lhes impor com maior eficácia a ordem administrativa definida pelo colonizador português. Inauguradas por Ferreira Diniz em 1918 e aperfeiçoadas posteriormente, primeiro por José Redinha, depois por Lopes Cardoso e Mesquitela Lima, dividiram os povos Bantu angolanos de acordo com as línguas faladas ao longo de todo o território, de norte a sul: os Bakongo (de língua kikongo), os Mbundu (de língua kimbundu), os Lunda-Kiokos (predominantemente de língua kioko ou tuchokwe), os Ovimbundu (de língua umbundu), os Nganguela (de língua tchingangela), os Nhaneka-Humbe (de língua lunhaneka), os Herero (de língua tchiherero), os Ovambo (de língua ambo) e os Vaxindonga (de língua xindonga).

Cada uma destas agregações de povos era designada pela expressão *grupos étnicos*, criada a partir da noção de *etnia*, a qual por sua vez fora inventada no século XIX, a partir do vocábulo *ethnos* – que em grego antigo significava precisamente *nação* ou *povo* –, pelas teorias evolucionistas e eurocêntricas que recusavam aplicar os conceitos de *povo*, *nação* ou *Estado* às chamadas «raças primitivas», isto é, aos povos não europeus. Na verdade, tratava-se de verdadeiras *nações*, entendidas na acepção sociológica e política de comunidades ligadas por tradições, pela mesma cultura e aspirações. Quase todas, como veremos, se organizaram em Estados muito antes da presença portuguesa nos seus territórios.



3 - Carta étnica de Angola, concebida em 1969 por José Redinha (1975) e ainda utilizada actualmente.

Os chamados *grupos étnicos* foram, por sua vez, divididos em múltiplos *subgrupos*, aos quais correspondem os dialectos ou variantes linguísticas, consoante as regiões, de cada um dos idiomas. A confusão deliberada entre línguas e dialectos (as nove línguas foram frequentemente designadas pela expressão *dialectos* com propósitos reducionistas) e a consequente constatação de que o número de línguas era manifestamente superior ao número de «unidades étnicas» permitiu aos Portugueses, através da classificação e organização teórica dos *subgrupos étnicos*, reforçar a definição das fronteiras políticas coloniais angolanas com base no argumento da desorganização dos povos africanos entre si e da sua pretensa incapacidade de se unirem.

Surgiu então a expressão *tribalismo* - criada a partir de *tribo*, termo bíblico banalizado nos continentes africano e americano por acção dos missionários cristãos - para designar as cizânias entre os povos africanos, que passou a

ser utilizada em alternativa a *etnicidade* como vocábulo redutor dos povos não europeus em geral.

Quais são, afinal, os elementos institucionais que, embora não constituindo necessariamente apanágio destes povos, podem ser considerados comuns nas sociedades bantu?

### **a) A linhagem como fundamento de poder sobre a terra e de estratificação social**

As comunidades bantu formaram-se com base na *linhagem*, que consiste na ligação genealógica, estabelecida através da oralidade, de um grupo de indivíduos a um antepassado comum por um vínculo de filiação unilinear. *Matrilinear*, se os vínculos através dos quais se processa a ligação aos antepassados forem estabelecidos pela via feminina, ou *patrilinear*, se o registo genealógico for feito por via masculina. As sociedades bantu do território angolano eram todas tradicionalmente matrilineares.

Por definição, o *parentesco* consiste no inverso da *linhagem*, isto é, na ligação, genealógica ou não (os laços de parentesco podem ser consanguíneos ou simbólicos), de um indivíduo ao seu grupo. Mas o recrutamento dos parentes faz-se por referência ao antepassado comum, e na mesma comunidade integram-se necessariamente pessoas de linhagens diferentes, congregadas, quer por laços de parentesco reais, provenientes de alianças celebradas pelo casamento, quer por laços simbólicos, os chamados «pactos de aliança», de que o *kissoko*, entre os Mbundu, é o exemplo mais popular em Angola.

Quer se organizem em sociedades de economia baseada na pesca, na agricultura ou na pastorícia, a terra tem sempre, para os povos Bantu, um valor sagrado por nela morarem os espíritos dos antepassados, cuja presença legitima a prosperidade do solo e os direitos dos homens sobre ele. Veja-se a tradição de plantar uma figueira,

enquanto condição de o grupo se instalar num novo território, como tão bem o ilustra a crença caluanda de que a Mulemba Uaxa Ngola (a tradução literal para português é «*a figueira que o rei deixou*»), árvore milenar que ainda hoje se encontra à saída de Luanda, no início da estrada do Cacuaco, terá sido plantada pelo soberano mbundu Ngola Kiluanji kia Samba ao chegar àquela região. Caso a figueira – conhecida por *nsanda* entre os Bakongo e por *mulemba* entre os Mbundu – não cresça, é sinal de que os antepassados abandonaram aquela terra, pelo que os homens o devem fazer igualmente. São as linhagens mais próximas do antepassado fundador da comunidade que detêm maior número de meios de produção, com direito a cobrar um montante elevado de tributos em géneros e tendo, conseqüentemente, acesso ao exercício do poder político, o qual por sua vez também é legitimado pelos ancestrais.

O carácter sagrado da terra como fonte de produção e prosperidade justificava a instituição da poligamia: quanto maior o número de esposas de um indivíduo, maior era o número de braços para trabalhar a terra de que dispunha e maiores eram as possibilidades de os multiplicar, uma vez que as mulheres geram filhos. Mas para possuir grande número de esposas era necessário ser abastado, pois a saída da mulher da família de origem para a do marido implicava que este teria de compensar aquela família, privada de um elemento produtivo, com o pagamento em géneros do «preço da noiva», instituição com tendência a desaparecer hoje em Angola, mas cuja designação mais popularizada por todo o país acabou por ser o termo «alembamento», resultante do aportuguesamento do kimbundu *ilêmbu*.

As sociedades bantu assentavam em economias de mercado e de troca – raramente directa, pois são bem conhecidos os casos das moedas-mercadoria usadas nestas

transacções, tais como os búzios e os panos. A circulação de produtos oriundos do litoral, como o peixe e o sal, trocados por outros provenientes do interior, como produtos agrícolas, manufacturas ou gado, garantia um sistema de complementaridades.

Associada à linhagem e confundindo-se com ela, a terra legitima o poder político, o que leva ao estabelecimento de relações de parentesco entre as chefias das diferentes comunidades, entre as quais, por tradição, umas exercem uma proeminência simbólica sobre as outras que delas se vão separando durante as migrações. As migrações advinham da necessidade de explorar os solos pelo método tradicional da agricultura itinerante de pousio e eram decididas pelos intermediários entre os espíritos e os homens, detentores de poderes para celebrar os rituais respeitantes à terra, às chuvas e à fertilidade. Esses mesmos sacerdotes eram os responsáveis pela atribuição de poderes sobre a terra àquele que era considerado simbólica e conjunturalmente o «tio materno mais velho» da matrilinearidade, o rei (o *Ntotila* entre os Bakongo e o *Ngola* entre os Mbundu), descendente de um antepassado comum, chefe linhageiro supremo que se sobrepunha politicamente a todos os outros. As migrações levavam, evidentemente, a que as linhagens se fragmentassem, dando origem a pequenas unidades familiares, cuja autoridade era exercida por um chefe doméstico, que mantinha uma independência dos outros chefes de linhagem. Todos, no entanto, conviviam com o chefe político supremo, cujos poderes efectivos tanto mais se acentuavam quanto maior era a receita arrecadada na tributação às linhagens produtoras e quanto mais próspera fosse a redistribuição dos excedentes pelas diversas camadas sociais. Esta redistribuição de excedentes, proveniente de uma economia de mercado de trocas com o exterior, permitiu a formação de Estados com fronteiras

territoriais bem demarcadas, frequentemente a partir dos leitos dos rios.

Que classes sociais constituíam as sociedades bantu?

Consideremos em primeiro lugar a religião e os sacerdotes. A religião, palavra que provém do latim *religare*, consiste no sistema de crenças e de cerimónias que pretende ligar os homens aos espíritos dos seus antepassados. Antes de todos os antepassados está Deus, o Criador, que nas línguas bantu se designa por *Nzambi* ou por *Suku*. Todas as religiões bantu assentam na ideia de que o mundo se divide em duas partes antitéticas, mas complementares, como duas montanhas separadas por uma grande extensão de água, *Kalunga*. Ao mundo dos vivos era associada a cor negra e ao mundo dos mortos a cor branca. Progressivamente, com a evolução do sistema de crenças exclusivamente associadas aos mortos para outros igualmente ligados à fertilidade das terras e das águas e também aos espíritos demoníacos, o vermelho vai-se impondo como a cor da vida e o negro como a cor que serve para aplacar a cólera destes espíritos. Ainda que os mortos, quer em corpo quer em espírito, estivessem debaixo da terra, era *Kalunga*, o oceano, emparelhado com o firmamento, que era considerado o *outro mundo*, o qual albergava forças desconhecidas com repercussões no que acontecia de bem ou de mal no mundo dos vivos. Havia uma identificação dessas forças com os antepassados, de cor branca, a julgar pela designação que os homens europeus, vindos do mar (*Kalunga*), vieram a receber (*Ndele* ou *Mindele*, espíritos dos antepassados), mercê da confusão estabelecida entre a sua cor de pele e a cor atribuída a esses espíritos.

Os espíritos dos antepassados remotos, os *kalundus* – não confundir com os *kazumbis*, espíritos de familiares recentemente falecidos –, manifestando-se através da natureza, salvaguardavam a sobrevivência da sociedade

através da produção e da troca de géneros e legitimavam o poder do rei, escolhido entre os membros das linhagens (ou famílias) que de geração em geração controlavam a produção e o comércio, cobrando impostos aos comerciantes, aos agricultores e aos pescadores. Nas localidades do litoral, onde se vivia da pesca, os antepassados manifestavam-se através das sereias, (as *ianda* ou *kiandas* na cultura kimbundu e *isimbi* ou *simbi* na cultura kikongo), a quem os homens faziam oferendas porque sabiam que elas os ajudariam a pescar peixes e a extrair da água do mar o sal que trocariam por produtos agrícolas com os homens do interior. No interior, por sua vez, onde se vivia da agricultura, os antepassados manifestavam-se através dos espíritos das árvores e dos rios (as *ituta* ou *kitutas* na cultura kimbundu e *nkita* na cultura kikongo), e os homens veneravam-nos porque eles lhes dariam sorte no cultivo dos géneros que iriam trocar no litoral por peixe e por sal. Este facto levou os Europeus de formação cristã a chamarem *animistas* a estas religiões. Mas a expressão *animista* só faria sentido se os Africanos acreditassem que os elementos da natureza – o mar, os rios, as árvores – têm alma ou *animus*, o que não é verdade. Os Africanos acreditavam, isso sim, nos espíritos humanos dos antepassados e estes é que se manifestavam através da natureza.

Os sacerdotes (*nganga* em kikongo e *kimbanda* em kimbundu) – assistidos por indivíduos (os *kitomi* ou *nganga nsi* entre os Bakongo ou os *ilamba iaxi* entre os Mbundu) cujos defeitos físicos ou outras enfermidades que os afectavam durante a infância lhes conferiam um estatuto sagrado na sociedade – eram pessoas de ambos os sexos especialmente preparadas para chamar os espíritos dos antepassados nas cerimónias religiosas. Chamavam os espíritos benéficos e tinham, evidentemente, competência para curar doenças e resolver conflitos sociais. Faziam-no

por adivinhação, ou seja, consultando os espíritos – *adivinhar* significa *consultar o divino* –, para o que utilizavam figurinhas sagradas. Essas figurinhas, os *nkisi* – a palavra provém de *nsi* (em kikongo) ou *ixi* (em kimbundu), que significa *terra*, debaixo da qual se encontram os espíritos dos antepassados –, cuja pequenez tinha que ver com a crença de que os mortos mudavam de tamanho uma vez chegados à terra, eram esculpidas em madeira e pintadas predominantemente com três cores, combinadas segundo a sensibilidade do escultor: o *branco*, a cor dos mortos e dos antepassados, que se encontravam debaixo da terra; o *vermelho*, que representava tudo o que tivesse a ver com o sangue e, portanto, com a vida, nomeadamente o nascimento, a infância ou a sexualidade (não é por acaso que as raparigas se pintavam de vermelho no ritual de iniciação, por alusão ao ciclo menstrual); e o *negro*, que se destinava a agradar aos espíritos perversos, aplacando-lhes a cólera.

Também havia, portanto, espíritos maus. Estes não eram chamados pelo *kimbanda* e sim pelo *mulôji* (em kikongo *ndoki*), a quem os Europeus chamaram o *feiticeiro* ou o *bruxo*, e eram pagos para causar desgraças a alguém, normalmente também através de estatuetas por eles esculpidas, que espetavam com pequenas agulhas simbolizando o mal que infligiam. Os *mulôji* também estavam por detrás de associações políticas secretas nas quais o poder dos soberanos frequentemente se apoiava.

Os *kimbandas* intervinham em todas as cerimónias solenes, públicas ou privadas, em queurgia chamar os espíritos dos antepassados: o funeral do rei, a investidura do sucessor, a recepção de embaixadores estrangeiros com vista a negociar a guerra ou a paz, assim como a celebração e a bênção das partidas e das chegadas das caravanas dos comerciantes, que atravessavam o



continente africano muito antes da presença europeia e das viagens científicas dos exploradores do século XIX.

A actividade dos kimbandas estava directamente relacionada com a educação. Presidiam aos rituais que celebravam a passagem do estágio de infância ao estágio de adulto, que em comum tinham sempre o facto de os rapazes se submeterem à circuncisão, seguida de danças envergando máscaras simbólicas da relação do homem com o mundo, e as raparigas a um período de reclusão que implicava a unção com a tinta vermelha (a *kula* ou *takula*) como simbolização do início do ciclo menstrual.

Como em qualquer sociedade, os indivíduos desempenhavam funções diferenciadas consoante as suas actividades, tais como as de artesãos, comerciantes ou produtores (agricultores, pastores ou pescadores). Mas é discutível se esta diferenciação de funções correspondia a uma estratificação comparável, por exemplo, à que existia nas sociedades medievais da Europa Ocidental. O facto de o grau de «nobreza» – isto é, de probabilidade de acesso ao exercício de cargos políticos – se medir pela maior ou menor proximidade do antepassado comum na cadeia matrilinear das linhagens, assim como a existência de uma relação entre o vínculo da linhagem e o poder sobre a terra, podem levar-nos a pensar em feudalismo. Mas de modo algum podemos classificar os artesãos, os comerciantes ou os agricultores como plebeus ou burgueses apartados da nobreza, uma vez que todos eles eram indivíduos com linhagem. Era precisamente a linhagem que determinava, nestas sociedades, além da integração dos seus membros, a hierarquização social e a própria organização estadual. Eram frequentes, aliás, sobretudo depois da passagem das técnicas líticas ao trabalho nos metais, os casos de linhagens de ferreiros que ascendiam à posição de soberanos, como o demonstram o mito do Ngola Musuri (o *Rei Ferreiro*) ou a própria

expressão *ngola* (símbolo ferrealítico) entre os Mbundu para designar o rei.

## **b) Quem eram os dependentes, indivíduos privados de linhagem**

Podemos considerar que a grande divisão estatutária nas sociedades bantu se operava em virtude de se possuir ou não linhagem. Ou noutros termos, estas sociedades encontravam-se divididas entre os que tinham linhagem e os que a não tinham, quer porque voluntariamente se submetiam à vontade de outrem por necessidade de protecção, quer porque determinadas operações de exclusão por parte da sociedade dela os privava. Estes indivíduos sem linhagem encontravam-se, pois, sujeitos a um estatuto jurídico que os classificava como *dependentes* em relação aos outros, devendo servi-los na produção de bens e serviços necessários ao funcionamento da sociedade.

O facto de muitos destes *dependentes* terem sido, a partir do século XVI, transformados em mercadoria do comércio negreiro europeu, assim como as primeiras traduções das línguas bantu, da responsabilidade de missionários cristãos, levou a que fossem muitas vezes designados, na historiografia, pelo termo *escravos*. Não se conhece, porém, nenhum sistema jurídico tradicional bantu que contemplasse a figura do indivíduo «coisificado» ou desprovido da capacidade de exercer direitos e cumprir deveres que possa levar-nos a integrar estes *dependentes* num conceito de *escravatura* tal como o entendemos, isto é, como uma instituição segundo a qual certos indivíduos do género humano se encontram privados de personalidade jurídica e equiparados a coisas. Todos os *dependentes* tinham personalidade jurídica. É esta realidade que tem levado vários observadores, sobretudo Africanos, a argumentar – não sem razão, entenda-se! – que antes da chegada dos Europeus não havia escravatura em África ou,

pelo menos, que em nenhuma língua africana existia o vocábulo correspondente a «escravo». De facto, como ainda hoje pode verificar-se pelos dicionários de português-kimbundu ou de kimbundu-português – veja-se, no primeiro caso, o de António de Assis Júnior e, no segundo, o do padre António da Silva Maia –, o adjectivo *mbika* (em kikongo *mevika*), derivado do verbo *ku mbika* (*depende*), aparece frequentemente traduzido para português, quer pelo termo *dependente*, quer pelo termo *escravo*.

Note-se que nos referimos à África bantu, a sul do Equador, não islamizada. Excluímos, quer as populações subsarianas não bantu, quer os povos Bantu das margens africanas do Índico (nomeadamente os *Swahili*), entre os quais, pelo menos desde o século VII e por acção do tráfico negreiro árabo-muçulmano, o escravo era conhecido enquanto mercadoria transaccionável e, consequentemente, como coisa jurídica.

Mas quais eram, afinal, entre os Bantu, as funções desempenhadas pelos *dependentes*, e quais os factores que determinavam que certos homens e mulheres fossem incluídos nesta categoria social?

Reportando-nos aos estudos de Claude Meillassoux, prosseguidos em Portugal por Isabel Castro Henriques, eram seis os factores que levavam os indivíduos a serem reduzidos à condição de *dependentes* nas sociedades bantu: a *guerra*, a *feitiçaria*, as *dívidas*, a *condenação judicial por crime*, a *hereditariedade* e a *transacção*.

Importa desde já distinguir, dentro dos *dependentes*, os «excluídos» dos «integrados». Os primeiros, os «excluídos», eram aqueles cuja condição servil resultava de uma rejeição por parte da sociedade, fosse por se tratar de prisioneiros de guerra ou de indivíduos considerados incómodos por suspeita de «feitiçaria», fosse ainda por hereditariedade (filhos de «excluídos» do sexo feminino, no seio de sociedades matrilineares). Tínhamos, pois, em

primeiro lugar, os prisioneiros de guerra, que deveriam servir os seus captadores. Em segundo lugar, todos aqueles que eram julgados e condenados por *feitizaria* (*uanga*, em kimbundu), isto é, aqueles sobre quem recaíam suspeitas de, por acção dos espíritos perversos e involuntariamente, provocarem malefícios na comunidade, começando pela própria família. Relembre-se, a propósito, o provérbio kimbundu recolhido por Óscar Ribas onde se diz que o *feiticeiro começa na sua própria casa* (*mulôji umatekena m'onzo iê*). Uma vez julgados e provado judicialmente o seu malefício – frequentemente pelo recurso ao ordálio –, os sortilégos eram declarados *dependentes* de alguém.

Estas duas primeiras categorias de dependentes, os *prisioneiros* e os *feiticeiros*, que integravam os «excluídos», eram aquelas onde a operação de dessocialização e exclusão dos laços de linhagem e parentesco se processava de forma mais drástica e tendencialmente irreversível, pelo que não só eram, por tradição, considerados susceptíveis de ser vendidos, como inclusive foram os primeiros a ser transformados em mercadoria de comércio de longa distância, nomeadamente aquele que veio a ficar estreitamente ligado ao tráfico negreiro europeu.

Mas havia também os «integrados», indivíduos que se submetiam à dependência de alguém por necessidade, fosse de livre e espontânea vontade, fosse por condenação judicial. Estes *dependentes* não podiam, em regra, ser vendidos ou alienados. Tal era o caso dos que adquiriam esta condição social mercê de *dívidas* ou de *condenação judicial por crime*.

No primeiro caso, as *dívidas* podiam pertencer ao próprio condenado ou a alguém da sua família. Qualquer devedor poderia submeter-se, de livre vontade ou por decisão judicial, à autoridade do credor, passando a servi-lo como seu *dependente* até ao momento do ressarcimento da dívida. Em alternativa, poderia entregar ao credor alguém

da sua família, normalmente um parente pela via matrilinear (um sobrinho materno, filho ou filha de uma irmã), nas sociedades matrilineares, frequentemente alguém do sexo feminino, pois a mulher era um elemento produtivo muito mais valorizado do que o homem. Este(a) *empenhado(a)* podia, logo que a dívida do seu parente se encontrasse ressarcida ou quitada, recuperar o seu estatuto de homem ou mulher livre, sendo reintegrado(a) na sociedade e no seu sistema de linhagem e parentesco. No entanto, à medida que se processa a penetração europeia pelo interior do território, tornam-se frequentes os casos em que os *empenhados* – e sobretudo as *empenhadas* – a credores brancos se tornam mercadoria de comércio negreiro ou tão-somente escravos domésticos dos Europeus. A literatura angolana bem o ilustra com a personagem feminina da novela *Nga Mutúri*, escrita e publicada no século XIX por Alfredo Troni.

A sorte dos que eram condenados judicialmente por crime e a dos seus parentes não diferia em grande medida da dos *dependentes por dívidas* ou *empenhados*, podendo igualmente vir a recuperar a liberdade uma vez expirado o prazo do cumprimento da pena. A única particularidade residia em que a condição de *dependente* por este motivo, assim como a medida da pena, tinha necessariamente de ser decidida em tribunal.

Finalmente, a *hereditariedade* era factor de *dependência* no que dizia respeito aos filhos de progenitores dependentes ou apenas de mãe dependente, em sociedades matrilineares, ou de pai dependente, em sociedades patrilineares, a quem o estatuto se transmitia, do mesmo modo que o podemos considerar a *transacção*, isto é, a compra e venda (nos casos em que era admitida), a doação ou a cedência de *dependentes*.

Poderíamos ainda incluir, entre estas origens da condição de *dependente*, o acto voluntário de submissão a

outrem por necessidade de subsistência, plenamente institucionalizado nos direitos tradicionais e que muito mais tarde, na viragem do século XIX para o século XX, quando do colapso dos poderes económicos africanos mercê da hegemonia do colonialismo ocidental, justificaria vários casos de transição directa dos dependentes dos senhores Africanos para os Europeus. Estas estruturas essenciais, ainda que transformadas, mantiveram-se pelo menos até ao último quartel do século XIX.

## **5 - A oralidade nas sociedades bantu**

O que hoje entendemos por arte, expressão de sentimentos através das mais diversas formas de estética, destinava-se a desempenhar o papel de unificador e regulador social, político e religioso, quer se tratando de literatura, música, dança ou artes plásticas. A «literatura» consistia em provérbios, adivinhas e narrativas de tradição oral, isto é, em histórias que passavam dos pais para os filhos, e que, sofrendo transformações de geração em geração, relatavam lendas ligadas à Criação do Mundo, à genealogia dos reis, aos feitos dos heróis ou fábulas – cujas personagens eram animais personificados – para retratar a vida social. Os especialistas na narração destas histórias eram os guardiães da memória do povo e narravam-nas em público, em circunstâncias solenes, normalmente à noite, entoando cânticos, tocando instrumentos musicais, executando danças e envergando máscaras esculpidas para o efeito e pintadas de cores por eles próprios escolhidas. Assim se integravam na mesma função a literatura, a música, a dança, a escultura e a pintura.

Como em todas as sociedades, os indivíduos têm a necessidade de conhecer os antepassados para se identificarem uns com os outros e se sentirem unidos. São esses antepassados que legitimam a autoridade dos chefes da comunidade. Daí que a salvaguarda da identidade do

grupo e da estabilidade do poder se faça, preferencialmente, pelo recurso à genealogia ou, se preferirmos, a uma história genealógica. A organização dessa história é feita, pois, em função do que a memória colectiva guardou da genealogia das famílias dominantes, aquelas cuja linhagem - matrilinear ou patrilinear - remonta a um antepassado comum fundador do grupo. E a união verifica-se quando todos vêm como modelo os actos de fundação do antepassado mais remoto. Ou seja, é no mito de origem da sociedade que se inicia a sua história.

Esta história genealógica e mitológica do grupo, que pretende ligar os vivos aos espíritos remotos dos antepassados, reveste-se de um carácter sagrado. A sua transmissão, à semelhança de todos os valores culturais que a sociedade considera importantes para o perfeito funcionamento das suas instituições, processa-se pela via da tradição, ou oralidade (ou, pleonasticamente, *tradição oral*), entendida esta como processo pelo qual as gerações mais velhas transferem verbalmente para as mais novas um testemunho, o seu, ou o do que é colectivamente aceite como o que os antepassados deixaram da vida da comunidade. É perpetrada, por isso, por homens revestidos dessa função no quadro da sociedade em que se inserem, os guardiães da memória colectiva, os chamados «homens-memória», «genealogistas» ou «tradicionalistas», conhecidos em kikongo pela expressão *mpovi* e em kimbundu pelo termo *kaboko*. O guardião da palavra e das tradições podia igualmente desempenhar funções judiciais de magistrado ou advogado durante os pleitos. À semelhança, aliás, do que acontece em qualquer sociedade, o advogado (em latim *ad vocatio*, literalmente, *ao lado da voz*) é «aquele que fala pelos outros» ou «pela voz dos outros» e que nos julgamentos possui a faculdade de «ter palavra», «fazer palavra», «cortar palavra» ou «puxar palavra».

Nas sociedades orais a fixação da memória colectiva opera-se, portanto, não apenas através da capacidade criativa e mnemónica do narrador (ou «falador»), mas igualmente pela intervenção dos auditores, num jogo de «*palavra puxa palavra*» que, a partir do termo kimbundu *sûngui* (de *ku sunga*, que significa *puxar*, verbo que por sua vez está na origem de outro *ku sunguila*, o qual se traduz por *puxar por*), originou a expressão, em português de Angola, *sunguilamento* ou *acto de sunguilar*. No *sûngui* processa-se um entendimento perfeito entre uma pluralidade de interlocutores, dentro dos códigos linguísticos e culturais que gera um entretecer de «textos» ou «géneros» orais convergentes para uma construção. Podemos caracterizá-la, quer através dos aforismos «*quem conta um conto acrescenta sempre um ponto*» ou «*a conversa é como as cerejas*», quer pela expressão poética «*missanga de cassungos grossos*» usada por Arnaldo Santos no seu romance *A Casa Velha das Margens*.

As narrativas da tradição oral, todas susceptíveis de se entretecerem no *sûngui*, organizavam-se em quatro categorias, que enunciámos em português e em kimbundu: as *canções* (*miimbu*); as *adivinhas* (*jinongonongo*), os *provérbios* (*jisabu*) e as *narrativas* (*misoso*). Podemos subdividir esta última categoria, as *narrativas*, em quatro subcategorias: as *fábulas*, pequenas histórias protagonizadas por personagens animais que pretendem simbolizar sentimentos ou instituições; os *contos fictícios* (são estes que, normalmente, em kimbundu, aparecem designados pelo termo *misoso*), pequenas histórias protagonizadas por seres humanos; os *casos tidos como verídicos*, designados por *maka* em kimbundu e por *mambu* (termo também aplicável aos casos jurídicos) ou *ki mona mesu* (esta expressão traduz-se literalmente por «*o que os olhos vêem*» ou por «*o que pelos olhos é visto*») em kikongo; finalmente as *narrativas épicas*, as quais podem



reportar-se, quer a mitos universais ou cosmogónicos, etiológicos ou religiosos (*malunda*), quer a histórias de linhagens que radicam no mito do herói fundador (*misendu* em kimbundu e *mvila* em kikongo).

Nos próximos capítulos, analisaremos alguns *misendu* que procuram narrar, pela oralidade, a constituição de Estados angolanos pré-coloniais.

## CAPÍTULO II

# **A formação dos Estados Bantu e os seus mitos de origem (séculos XIII-XV) O Reino do Kongo**



# Cronologia

**Meados do século ix (ou dos séculos xiii ou xiv?)** – Período provável da formação do Reino do Kongo pelas linhagens Mpangu, vindas do norte, e Nlaza, vindas de leste.

**Século ix** – Segundo a arqueologia, penetração da bananeira no continente africano, pelo Oceano Índico, vinda da Malásia.

# **1 - Nimi a Lukeni e o mito da fundação do Reino do Kongo**

Como já vimos atrás, os Bakongo integram-se na vaga de povos Bantu que penetrou no território angolano pelo norte ao longo do primeiro milénio da era cristã, uma vez transposto o tampão da floresta equatorial. É, portanto, ponto assente que se tratava de povos conhecedores das técnicas de trabalhar o ferro e cuja principal actividade económica consistia na agricultura. Tem-se datado a formação do chamado Reino do Kongo em meados do século XIV, embora tal facto possa ter ocorrido num momento anterior do primeiro milénio da nossa era. Além da insuficiência de pesquisas arqueológicas a este respeito, há que ter em conta que o que levou os autores ocidentais a situar a formação do Reino do Kongo no século XIV foi essencialmente o número de soberanos indicados pelas listas genealógicas da tradição oral. No entanto, na hipótese mais provável, estas listas indicam nomes, não de indivíduos, e sim de linhagens que se foram sucedendo e revezando no poder. Um só nome pode abranger vários soberanos e, conseqüentemente, vários reinados, abarcando um tempo muitíssimo mais alargado.

Interpretando as primeiras recolhas de narrativas épicas relativas à fundação do Reino do Kongo, da autoria de Andrew Battel, marinheiro inglês do final século XVI, e de João António Cavazzi de Montecúccolo, missionário capuchinho italiano da segunda metade do século XVII, tudo leva a crer que houve migrações diferentes de Bakongo a atravessar o rio Kongo/Zaire de norte para sul em momentos históricos bem distintos, porventura separados por vários séculos. Battel e Cavazzi são concordantes, em afirmar que, segundo a tradição oral kikongo, o fundador de Mbanza Kongo, capital do Reino do Kongo, é Nimi a

Lukeni. Segundo os relatos recolhidos por ambos os cronistas, Nimi a Lukeni seria «filho» de Nimi a Nzinga e de uma princesa chamada Lukeni Nzanza, «irmã» do chefe de Nsuku e «filha» de Nsaku Lau. Ou seja, a linhagem fundadora do poder em Mbanza Kongo, representada por Nimi a Lukeni, remontaria pela via matrilinear à linhagem Nsaku, através de Lukeni Nzanza, que se encontraria aliada pela via patrilinear a outra linhagem, Nimi a Nzinga. O nome Nimi a Lukeni aglutina, pois, um elemento patrilinear, Nimi, e um elemento matrilinear, Lukeni. Houve, portanto, um fenómeno migratório de uma ou mais linhagens aliadas, que se fixaram em Mbanza Kongo, a sul do Kongo/Zaire, nas margens do rio Kuílu.

Onde os dois cronistas parecem divergir é na proveniência desta migração. Se para Battel, Nimi a Nzinga, «pai» de Nimi a Lukeni, é um chefe *iombe* (o mesmo subgrupo kikongo que viria a dar nome ao Loango oriental, o Maiombe) que vivia na margem norte do Kongo/Zaire, na região do Vungu (ou Bungu), para Cavazzi o mesmo Nimi a Nzinga chefiaria um «reino» situado muito a nordeste, em Kuimba, nas margens do Kuango. Segundo a hipótese levantada por António Custódio Gonçalves, ambos os autores se referem a correntes migratórias distintas cujas alianças de linhagens estarão na origem da formação e da legitimação do poder do futuro Reino do Kongo. Battel, que viajou pelos portos de Ngoio, Kakongo e Luango (futura Cabinda), onde recolheu informações, referir-se-ia à genealogia dos grupos Nzinga, que, vindos do norte do Kongo/Zaire, algures do Loango, se aliariam aos grupos Mpangu, constituindo os chefados de Nsundi e Mpangu. Cavazzi, por sua vez, havendo missionado no Alto Kuango, aí teria recolhido um relato referente a uma corrente migratória vinda do Kuango, também designado por Kongo dia Nlaza, pelo que essa linhagem, de nome

Nlaza, fundaria, a oeste do rio Kuango, o chefado de Mbata.

Em suma, eis evidenciadas as duas linhagens principais que futuramente se revezariam no poder em Mbanza Kongo: a linhagem Mpangu, que atravessou o Kongo/Zaire de norte para sul, e a linhagem Nlaza, que atravessou o Kuango de oriente para ocidente. Ambas provêm, segundo a tradição oral, do antepassado comum Nimi a Lukeni, ainda que Mpangu pela via patrilinear e Nlaza pela via matrilinear. O visconde de Paiva Manso afirma mesmo, na sua *História do Reino do Congo*, que «Mpangu é o macho, e Nlaza a fêmea». A primeira linhagem, Mpangu, predominaria nos chefados de Nsundi e Mpangu, e a segunda, Nlaza, no chefado de Mbata.

Os dois autores transcrevem as versões orais do mito da fundação do Reino do Kongo. Nimi a Lukeni, filho de Nimi a Nzinga e de Lukeni Nzanza, pôs fim à vida de uma tia materna ao abrir-lhe o ventre e retirar-lhe do interior o feto de um filho que nele se desenvolvia, depois de lhe modificar a posição fetal. Por este facto, logrou reunir à sua volta um grupo de partidários e foi proclamado chefe com o título de Ntinu (ou Lutinu), mas sendo obrigado a partir da «aldeia» de seu «pai», perseguido pelo «crime» que praticou. Segundo Battel, atravessou o Kongo/Zaire. Segundo Cavazzi, atravessou o Kuango. Como já o dissemos, admitimos que a primeira versão do mito se reporte ao périplo da linhagem Nzinga, de norte para sul, que se aliaria com os Mpangu e fundaria os chefados de Nsundi e Mgangu. Já a segunda versão simbolizaria o percurso dos Nsaku, de leste para oeste, aliando-se aos Nlaza. Ambas as linhagens migratórias se identificam com Nimi a Lukeni, uma pela via patrilinear, outra pela via matrilinear. O importante, desde já, a assinalar é que as duas versões descrevem a travessia de um rio (e «rio poderoso», como melhor veremos adiante), o que sugere a

passagem de um mundo para outro através de Kalunga, aqui representado por um rio caudaloso, pelo que é possível antever a preparação de uma transição para um novo sistema político e social.

Depois de atravessar o Kongo/Zaire, Nimi a Lukeni penetrou nos territórios de Nsundi e de Mpemba, onde derrotou o chefe Mbunlulu Muana Mpangala. Em Mpemba, com os chefes dos 12 *kanda* (grupos de parentesco) que o acompanhavam, instalou-se na colina de *Mongo ua Kaila* (o *Monte da Reaparição*), onde distribuiu pelos seus companheiros as terras recentemente conquistadas. Mais tarde escolheu, para fixar a sua residência definitiva, outra colina, a de *Nkumba a Ngudi*. *Ngudi* significa *mãe*, pelo que este topónimo pode ser alusivo à predominância das linhagens matrilineares. A colina viria a adquirir o nome de *Mbanza Nkanu*. *Nkanu* significa *litígio* ou *tribunal* ou, mais concretamente, *lugar do julgamento*. À medida que o poder de Nimi a Lukeni se foi expandindo na organização de um reino, *Mbanza Nkanu* tornou-se *Mbanza Kongo* (*dia Ntotila*), a *cidade do poder do rei*. Segundo Cavazzi, um «tio» materno de Nimi a Lukeni, descendente de Nsaku Lau – provavelmente um tal Nsuku, que o mesmo autor indica como irmão de Lukeni Nzanza – assumiu o governo da província de Mbata, a leste, sendo, no entanto, obrigado a reconhecer a soberania de Lukeni e recebendo o título de Kaka Dienene Kongo, isto é, *grande avô do Rei do Kongo*.

O «expansionismo» do Kongo, ainda que frequentemente simbolizado nos relatos orais pelas guerras onde Nimi a Lukeni se evidencia como herói triunfador, pode na realidade ter tido muito mais a ver com alianças clânicas ou de linhagem do que com campanhas militares. Deste modo, o primitivo chefe de Mpemba, proveniente de uma migração anterior à de Lukeni, figura nos relatos como chefe derrotado, mas o seu título Muana Pangala – *muana*, termo que seria deturpado para *mani*, significa *filho* no

sentido de membro de uma linhagem que se alia com outra, a do *pai*, que se lhe sobrepõe no poder sobre a terra – será sempre usado pelos senhores de Mpemba Nkasi, cidade localizada no Nsundi ocidental, na margem esquerda do rio Kongo/Zaire, tendo em frente, a norte, na outra margem, o Vungu, território de origem da migração. Este facto sugere que terá havido alianças entre a linhagem de Nimi a Lukeni e outras mais antigas em Mbanza Kongo, de onde provêm os senhores de Mpemba Nkasi, os Mani Pangala.

É, no entanto, a linhagem «invasora» que predomina sobre as outras, como parece demonstrá-lo outra versão sobre a fundação do Kongo, oriunda precisamente do Nsundi, segundo a qual o fundador não é designado por Nimi a Lukeni e sim por Ntinu Uene, onomástica que os cronistas europeus, sobretudo portugueses, corromperiam para *Motino-Bene*. *Ntinu*, título muito antigo significando *rei*, pode simbolizar a transmissão do poder sobre a terra para aqueles com os quais as linhagens aparentadas com Nimi a Lukeni – sejam os Nzinga do norte ou os Nsaku do leste – se aliaram. O herói fundador é, portanto, ao mesmo tempo invasor e unificador. E o *uene* é o seu poder sagrado sobre a terra dos antepassados.

Antes de essas alianças serem consumadas a sul do grande rio, fundamentando o expansionismo kongo, operaram-se rupturas com as linhagens de origem que reinavam, quer no Vungu, quer no Kuango, fundando-se novas linhagens, num caso os Mpangu (pela via dos Nzinga), noutro caso os Nlaza (pela via dos Nsaku). O mito de Nimi a Lukeni conduz-nos, portanto, através das duas vias, a patrilinear e a matrilinear, à ideia inquestionável de ruptura de um vínculo linhageiro perpetrada com o fim de fundar uma nova linhagem e, conseqüentemente, estabelecer uma nova legitimação do poder sobre o território. Para isso contribuem dois indícios bem evidentes nas diferentes versões da narrativa do mito. O primeiro é o



da quebra do tabu do incesto, tendo em consideração as versões da narrativa segundo as quais Lukeni teria violado a tia. Surge, pois, um novo povo, uma nova memória e uma nova história. O segundo, mais significativo ainda do que o primeiro e que o vem reforçar, é o da violação do tabu do sangue, a ofensa à linhagem que antes detinha o poder, com o fim de o alcançar e de o expandir. Lukeni é, portanto, o fundador de uma linhagem que detém o poder em Mbanza Kongo e que, mediante alianças com outras que governam em territórios limítrofes, vai formando uma federação de Estados ligados por vínculos de parentesco que subsistem de trocas, directas ou não, de produtos comerciais entre uns e outros, sendo esses produtos provenientes da agricultura, da pesca ou da produção de sal. Essa federação de Estados, congregando chefes de linhagem, os *mani*, *muani* ou *muene*, dotados de um poder sagrado sobre a terra que lhes advém dos antepassados, o *uene*, cujos territórios, compreendendo toda a bacia do rio Kongo, se estendiam para norte até quase ao actual Gabão, para leste até ao rio Kuango, e para sul até às margens setentrionais do rio Kuanza, recebeu o nome genérico de Kongo dia Ntotila, isto é, aproximadamente, *Kongo unificado*.

O termo *kongo* aglutina o substantivo *ngo* e a preposição *ku*. *Ngo* significa *leopardo*, animal considerado símbolo do poder político. O uso da sua pele é exclusivo dos chefes e dos altos dignitários. Por conseguinte, *ngo* designa igualmente o poder, mas um poder político muito superior ao poder familiar sobre a linhagem (*nkasi* ou *mfumu*) ou ao poder sagrado sobre a terra (*uene*). *Ngo* é a autoridade discricionária, comparável à força do leopardo, que cabe ao chefe de todas as linhagens e de todas as terras. A sua tradução latina poderia ser *jus imperii*. A preposição *ku*, desaparecida do kikongo moderno, mas mantendo-se noutras línguas bantu como, por exemplo, no kimbundu,

indica movimento em determinada direcção. Não é, pois, por acaso, que os principais rios angolanos de grande caudal apresentam nomes iniciados por esta preposição de movimento, mesmo que frequentemente contraída com o substantivo, com o adjectivo ou com o verbo (Kongo, Kuango, Kassai, Kuanza, Kunene). A sua tradução literal para a língua portuguesa é *para* e é igualmente usada em certas línguas (como o kimbundu) como prefixo que marca o modo infinitivo dos verbos. Assim sendo, o vocábulo Kongo ou Kuango (*ku-a-ngo*), aplicado tanto ao território quanto aos rios que o delimitam, quer ao rio Kongo, quer a um dos seus maiores afluentes, o Kuango, significaria algo como «*aquele que se dirige para o poder*» ou tão-somente «*aquele que tem poder*». Daí, aliás, que possamos admitir que a primeira designação usada pelos primeiros cronistas portugueses para o rio Kongo, o Rio Poderoso, fosse uma tradução literal da língua local. Só mais tarde os Portugueses designariam o mesmo rio por Zaire, termo também derivado de um vocábulo kikongo, *nzadi*, mas traduzindo uma perspectivação do curso do rio a partir da embocadura, uma vez que *nzadi* é o particípio passado do verbo *kuíza*, isto é, *vir*, pelo que Zaire será, pois, *aquele que vem*.

Quanto ao termo *ntotila* (ou *ntotela*), deriva do verbo *tota*, cujo significado é *unir*, sendo então o Kongo dia Ntotila a grande congregação de poderes políticos sob a alçada de um soberano único que utiliza, enquanto título, precisamente a mesma expressão, Kongo dia Ntotila, ou, em alternativa, Muene Kongo ou Mani Kongo (*Senhor da Terra Poderoso*). Esta última expressão evoluiu por elisão da primeira sílaba para Ne Kongo, originando o título híbrido Mani Kongo dia Ntotila ou Ne Kongo dia Ntotila. Foi essa federação de Estados, o Kongo dia Ntotila, que os missionários cristãos designaram por Reino do Kongo, assim como o seu soberano, o Ne Kongo dia Ntotila, por rei

do Kongo, do mesmo modo que os Estados que se lhe submetiam passaram a ser designados nos seus escritos e na sua cartografia por províncias.

## **2 - A consolidação do Estado Kongo e das suas províncias**

Ainda que se ignore ao certo a data da fundação do Reino do Kongo, parece confirmado que, já ao longo do século que a antecedeu, todo o vasto território onde este Estado se viria a impor se revelava próspero na produção de bens agrícolas, a cargo sobretudo das mulheres, consistindo essencialmente em inhames, milho sorgo (*massambala*) e milho-miúdo (*massango*), sendo a mandioca só muito mais tarde introduzida, importada do continente americano. Abundava igualmente a criação de animais no que se refere a galináceos, cabras, porcos e ainda algum muito escasso gado bovino nas raras regiões do sul onde não penetrava a mosca tsé-tsé. No que diz respeito a actividades produtivas a cargo dos homens, destaca-se a arboricultura (*sole*), sendo frequentemente apontadas pelos autores as plantações de palmeiras e bananeiras.

A existência da primeira destas árvores, a palmeira, de cujo fruto, o dendém, é extraído o óleo de palma, faz-nos supor que a alimentação dos antigos Bakongo, à semelhança de outros povos Bantu, já incluía cozinhados que se aproximavam de alguns que são hoje considerados pratos típicos (e mesmo nacionais) angolanos, como a muamba de galinha, guisado de galinha em óleo de palma que se combina com a massa cozida de farinha de milho (*funji* em kimbundu e *nfundi* em kikongo), ainda que os ingredientes do funji se restringissem, naquele tempo, à massambala e ao massango. Não obstante, há quem ponha em causa a presença da palmeira em território angolano

num período anterior à introdução do comércio atlântico pelos Portugueses.

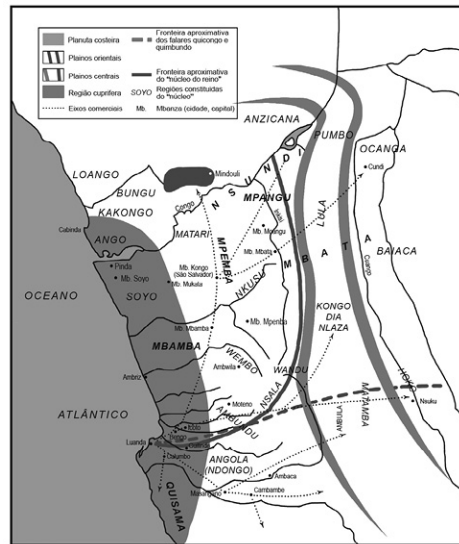
Mais discutível tem sido a presença da bananeira, que muitos consideram introduzida na costa ocidental africana já depois do século XVI, trazida do continente americano. No entanto, a convicção manifestada por parte de autores tão autorizados como Elikia M'Bokolo de que a bananeira já existia no território congues antes da fundação do Reino do Kongo leva-nos, não só a admiti-lo, como a levantar aqui uma hipótese histórica que até ao momento só nos tínhamos atrevido a veicular através da ficção, no nosso romance *Mazanga*. A arqueologia demonstrou que a bananeira, trazida da Malásia, terá penetrado no continente africano pela costa oriental, no século IX. É perfeitamente admissível a sua existência na costa ocidental num período que medeia entre o século IX e o século XV. Mas neste caso há que admitir igualmente que o Reino do Kongo ou os Estados que o antecederam estabeleceram relações comerciais com outros Estados da costa oriental africana, através das quais a bananeira teria atravessado o continente, em obediência ao princípio enunciado por Alfredo Margarido segundo o qual as plantas mais domesticáveis são «as que estão mais dispostas a viajar». Porque não admitir que o Reino do Kongo tenha tido relações comerciais com o Grande Zimbabué do Muene Mutapa? Só encontraremos uma resposta segura quando forem aprofundados os estudos acerca das rotas comerciais africanas anteriores à fundação do Reino de Kasanje pelos Imbangalas, no primeiro quartel do século XVII.

O Reino do Kongo, do ponto de vista territorial, firmou-se sobre três regiões geográficas bem demarcadas: a região do Nkisi, vasta planície que se estende da margem noroeste do rio Kuango, aproximadamente até ao rio Lukunga, a norte, que abrangeria futuramente as províncias de Mbata e de Mpangu; a região das planícies elevadas a oeste deste

ponto até ao curso do Kongo/Zaire, futura província do Nsundi, de solos demasiado pobres; finalmente a região costeira, da embocadura do Kongo/Zaire à Barra do Kuanza, que abarcaria as províncias de Soyo e de Mbamba.

A primeira região, o Nkisi, era rica na produção de panos de ráfia (ou *mabela*), de que se tornaria reputada exportadora. A terceira região, o litoral, por ser árida e de clima sahérico por contraposição aos planaltos do interior – alguns autores, como Joseph C. Miller, chegaram a comparar a costa angolana a um pires virado ao contrário –, não atraía grandes concentrações populacionais, mas em contrapartida evidenciava-se pelo monopólio da produção de sal marinho e de conchas (*nzimbu* e *songo*), mercadorias assaz procuradas, cuja extracção, tal como a dos bens agrícolas, cabia às mulheres. Mas uma quarta região pode ser assinalada, a do Vungu, a norte do rio Kongo/Zaire, que albergava as jazidas de cobre de Minduli e de Boko-Songo, metal usado no fabrico de utensílios de caça e de guerra e também de ornatos, como manilhas e colares, consideravelmente transaccionados numa rede de comércio local e regional.

A rede de mercados – havia mercados todos os quatro dias da semana kikongo –, assente num sistema monetário em que eram utilizadas as conchas *nzimbu* na zona costeira e numa parte da zona central e os tecidos de ráfia a leste da zona central, foi-se expandindo à medida que se intensificaram as relações de troca entre o vale do Nkisi, no extremo leste, e o Vungu, no extremo noroeste, a primeira região exportando tecidos e, a última, o cobre produzido nas jazidas de Minduli e Boko-Songo. Esta estrada comercial, a rota do cobre, cruzava-se com outra mais antiga, a rota do sal, que ligava o litoral aos mesmos chefados do Nkisi, e a encruzilhada de ambas verificava-se precisamente na região central de Mpemba, onde futuramente se viria a erguer Mbanza Kongo.



4 – Rotas comerciais do Reino do Kongo e seus vizinhos e as três regiões geográficas que determinaram as rotas comerciais e a fundação de Mbanza Kongo. M'BOKOLO, 2003, p. 180.

Tendemos a simpatizar com a hipótese de Anne Hilton, citada por Elikia M'Bokolo, segundo a qual terá sido a emergência deste mercado inter-regional e a complexidade do sistema de trocas o factor essencial para que se acelerasse o processo de formação de um Estado unificador. M'Bokolo indica três factores que terão levado os chefes das diferentes comunidades a unirem-se e a elegerem entre si um «rei» comum: a dispersão regional das jazidas de cobre, espalhadas por vários chefados; o desejo de uniformizar as formas de produção e o sistema de taxaço; e a vontade de aumentar a produção e os lucros do comércio. Esse chefe único romperia com a sua própria linhagem (ou *kanda*) e com todas as restrições do parentesco e salvaguardaria o bem comum de todos os que se congregassem neste novo sistema político. O mito explicaria este fenómeno através do «crime» praticado por Nimi a Lukeni em relação à tia materna. A ruptura com o sistema de linhagem e parental, a fim de controlar o comércio do cobre, poderia ter-se operado precisamente no

Vungu, o «reino» mítico de onde Nimi a Lukeni emigrou, e a sua fixação nas margens do rio Kongo/Zaire, erigindo Mbanza Kongo na zona da encruzilhada das rotas comerciais, simbolizaria uma secessão por parte de um governador dessa região que se apoderasse do controlo desse comércio e, com o apoio de outros chefes locais, proclamasse um Estado independente.

O Ntotila, ou rei do Kongo, com o fim de legitimar o seu poder totalitário, apropria-se então dos modelos de organização social e dos sistemas de crenças até então dispersos pelo território. Consegue, desde logo, conjugar, como fundamento de poder, as crenças associadas aos mortos e os seus sacerdotes (*nganga atombola*) com as práticas religiosas evocativas dos espíritos de fertilidade da terra e das águas (*mbumba*) e com um terceiro corpo de crenças, as ligadas aos espíritos demoníacos (*nkadi mpemba*), instituindo a partir deste último caso, quer associações secretas destinadas a salvaguardar e perpetuar a sua soberania, quer um poder taumatúrgico a ela associado. São, conseqüentemente, aglutinadas na teia de relações sociais que sustentam o poder do Ntotila todas as formações políticas que se tinham constituído antes do Reino do Kongo, em que se incluíam, além das unidades políticas assentes na linhagem e no parentesco (*kanda*), aquelas outras que, de essência religiosa, eram dirigidas e controladas pelos *bitomi* (plural de *kitomi*), e ainda, relacionados com o *nkadi mpemba*, os chefados que se uniam à volta de chefes ditos «feiticeiros». O Ntotila apropria-se igualmente dos dois sistemas de organização social e políticos que se complementavam: a linhagem (o *kanda*) e a residência (a *vata*). Ou por outras palavras, o fundamento do poder político, num processo que prepara aquela que virá a ser mais tarde a adesão ao Cristianismo, erige-se com base na transição do chefe de linhagem (*ki nkasi*) para o chefe de aldeia (*ki mfumu*), podendo haver

chefes de aldeia nomeados a partir da posição linhageira (*mfumu a vata*) e sempre dependentes dos governadores de província (*nkuruntu*), igualmente considerados «mais velhos» nas linhagens a que pertenciam.

Assim se afirmaram, no Reino do Kongo, as diferenças entre a aldeia (*vata*) e a cidade (*mbanza*). As aldeias, cujas estruturas residenciais assentavam no parentesco, contavam com uma população muito escassa e esparsa antes da formação do Estado Kongo, mercê da frequente segmentação das linhagens na busca da exploração de novos solos. Depois da fundação do reino terão mantido o mesmo modo de produção, tendo por base a propriedade comum da terra e a sua repartição pelas famílias, embora cabendo agora aos chefes locais – religiosos (*bitomi*) ou laicos (*nkuruntu*) – arrecadar uma parte reduzida da produção, devendo a parte maior ser transferida para as cidades e para a capital, onde se integraria numa economia de mercado. Entre os bens de que as aldeias se tornaram fornecedoras das cidades contavam-se o sal marinho, objectos de metal, tecidos, animais e conchas, de entre as quais podemos evidenciar o *nzimbu* da Ilha de Luanda, que melhor trataremos adiante. Nos meios urbanos, por sua vez, o grupo dirigente, constituído por várias linhagens consideradas mais importantes e com acesso rotativo ao poder, controlava directamente os meios de produção, para o que utilizava a mão-de-obra servil dos «dependentes». O aumento do número destes e a multiplicação dos seus processos de recrutamento foi crescendo progressivamente à medida que se acentuavam as necessidades de uma economia de mercado da qual resultava a concentração nas cidades dos principais consumidores daqueles bens, tornados de luxo, produzidos nas aldeias. Por sua vez, a população da cidade era cada vez mais heterogénea, constituída por notáveis, comerciantes, artesãos, mas também por um número cada vez maior de indivíduos que a



ela acorriam em busca de trabalho e que engrossavam a quantidade dos que tinham o estatuto de «dependentes».

O testemunho escrito de autores de entre os séculos XVI e XVII leva-nos a supor que nunca se terá diluído a diferença entre os descendentes dos invasores fundadores do reino e os descendentes dos povos que, ainda que de origem bantu, já ocupavam anteriormente estas regiões. As diferenças entre uns e outros notavam-se, quer na tendência dos primeiros para se concentrarem nas cidades e os segundos nas aldeias – sendo os das cidades designados por *essikongos* –, quer na alimentação e no vestuário de uns e de outros. Os das cidades alimentavam-se preferencialmente de carne, galinha, porco, cabra e, às vezes, vaca, com acompanhamento de milho painço e sorgo, a contrastar com os das aldeias, que se alimentavam de ovos, de ervas e das diversas variedades de milho. Do mesmo modo que só os notáveis vestiam roupa de ráfia confeccionada pelos artesãos. O tecido usado pelos habitantes das aldeias era a casca do imbondeiro (*likonde*). As províncias eram, aliás, divididas em subprovíncias, cujos governos cabiam, não a indivíduos nomeados por Mbanza Kongo (os *manis* ou *nkuruntu*), como nas províncias, e sim a entidades anteriores à formação do reino.

Quais eram, afinal, estas províncias, governadas por *manis*, que conheceriam a sua representação cartográfica mais detalhada em 1946, no mapa da autoria do missionário belga Monsenhor Jean Cuvelier, e em 1968, na carta elaborada por W. G. Randles?

De acordo com documentos dos finais do século XV, é indubitável que estavam integradas ao tempo no Reino do Kongo, pelo menos, seis províncias.

A mais importante de todas era Mpemba, no centro do território, onde se situava, além da capital provincial, Mbanza Mpemba, a capital do reino, Mbanza Kongo, a mesma cidade a que o Ntotila cristianizado D. Álvaro II

Mpangu Lua Mvemba chamaria São Salvador em 1595 e que recuperaria o seu antigo nome com a Independência de Angola, em 1975. Era lá que residia o Kongo dia Ntotila e era lá que os grandes sacerdotes, os *nganga* ou *bitomi*, nomeavam os chefes de linhagem (*manis*) que desempenhariam as funções de governadores (*nkuruntu*) em representação do Ntotila nas outras províncias. O topónimo Mpemba parece denunciar o carácter sagrado da província, uma vez que coincide com o nome do caulino branco, a *mpemba*, usado nas cerimónias religiosas de chamamento dos antepassados. É em Mpemba que prevalece o espírito de Lukeni, o antepassado comum.



5 - O Reino do Kongo e as suas «províncias» por volta do século xv, segundo Monsenhor Jean Cuvelier, 1946.

O Soyo era uma província litoral, banhada a norte pelo rio Kongo/Zaire, na parte onde o seu caudal excede os 40 quilómetros de largura e se confunde com o mar, e a oeste pelo oceano Atlântico. Com capital em Mbanza Soyo, onde residia o Mani Soyo, considerado, por laços de linhagem, «sobrinho» do Ntotila, era uma região comercial por excelência, quer a nível terrestre, quer fluvial ou marítimo. Para servir as transacções fluviais, efectuadas muito antes

do século xvi por canoas providas de vela, emergiu o porto de Mbanza Pinda, na margem sul do Kongo/Zaire.

Separada do Soyo a norte pelo rio Mbridje (cujo nome está na origem dos topónimos coloniais Ambriz e Ambrizete) e estendendo-se para sul aproximadamente até ao rio Loje, Mbamba era a província mais populosa, com capital em Mbanza Mbala (cidade também conhecida por Kibala, que não deve ser confundida com a Kibala do Kuanza Sul), cujo governo competia necessariamente a um familiar próximo na linha matrilinear do Ntotila nomeado por Mbanza Kongo. Uma tradição remontando ao século xvi refere-a como uma «província» dotada de grande exército destinado a repelir os ataques dos vizinhos do sul. Mais adiante, ao tratarmos, quer do Reino do Ndongo, quer das incursões bélicas portuguesas anteriores e posteriores a Paulo Dias de Novais, compreenderemos melhor a origem destas tradições.

A história oral das três «províncias» de Mbata, Nsundi e Mpangu, mostra como eram complexas as relações de linhagem na fundamentação da alternância do poder no Kongo dia Ntotila. Mbata ficava a leste de Mpemba, com a qual fazia fronteira, e estendia-se para oriente até às margens do rio Kuango, que corre de sul para norte, abrangendo os chefados de Zombo, Nsuku, Uembu e Uandu. O seu governador, o Mani Mbata, não era nomeado por Mbanza Kongo, pois provinha, por tradição, de uma linhagem autónoma, os Nlaza, identificados com os ascendentes matrilineares de Lukeni, oriundos do Kuango. Daí que também fossem designados por Nsaku, por alusão ao «avô materno» do fundador. Por esse motivo os Nlaza podiam candidatar-se ao cargo de Ntotila em caso de vacatura do poder.

Nsundi ficava a norte de Mpemba, estendendo-se para nordeste ao longo do curso do Kongo/Zaire e por ele separada do território dos Anzikos (ou Nteke ou Bateke),

povos hostis localizados a norte. Nela se rivalizavam, na sucessão do poder, as duas linhagens provenientes de Lukeni, uma pelo ramo patrilinear, os Mpangu, outra pelo ramo matrilinear, os Nlaza. Era no Nsundi que se situava Mpemba Kasi, governada pelos Mani Pangala, provenientes de alianças dos Mpangu e dos Nlaza com os antigos soberanos do território. O mesmo acontecia com a província de Mpanzu ou Mpangu, que tinha como limites geográficos o Nsundi a norte, Mbata a sul, Mpemba a oeste e o rio Kuangu a leste.

Quer as cartografias antigas, quer as cartas dirigidas pelo rei do Kongo ao rei de Portugal em meados do século xvi, referem ainda outras cinco províncias do Reino do Kongo localizadas em zonas periféricas: o Vungu, ao norte do rio Kongo/Zaire, abrangendo os «reinos» litorais e piscatórios de Ngoio, Kakongo e Loango; o Uembu e o Uandu, logo a sul de Mpemba, mas em território dos povos Mbundu; no litoral e a sul de Mbamba, o Ndembo, localizado entre os cursos dos rios Loje e Bengo; o Ndongo, para sul do rio Bengo, abrangendo a Ilha de Luanda, e estendendo-se ao longo do curso do Kuanza; e ainda a Matamba, para leste do rio Lukala.

Tem sido muito discutida a inserção destes territórios, todos correspondentes a Estados com poder organizado e com as suas histórias orais próprias, no Reino do Kongo. No entanto, quer as tradições orais, quer os documentos escritos a partir do início do século xvi, indiciam sempre uma presença conguesa neles. A hipótese mais admissível é a de terem feito parte do Reino do Kongo em determinados períodos, anexados pela via militar ou pela das alianças de linhagem, e dele se terem tornado independentes em períodos posteriores. Mas quais? E porquê?

### **3 - As províncias periféricas do Reino do Kongo**

### **a) O Vungu e os reinos de Ngoio, Kakongo e Loango: Muam Poenha e o mito da fundação do Reino de Ngoio**

À expansão do Reino do Kongo para o Vungu, a norte do Kongo/Zaire e delimitado a leste pela parte setentrional do Nsundi, não é alheio o facto de esta região, o Vungu, de onde seriam oriundas as linhagens dominantes em Mbanza Kongo, ser rica em jazidas de cobre sobre as quais o Ntotila pretendia deter o controlo exclusivo. A tradição oral confirma-o através dos mitos de fundação dos reinos de Ngoio, Kakongo e Loango, situados no Vungu, os três integrados no antigo Reino do Kongo, os três divididos numa parte interior, predominantemente cuprífera, onde se encontravam instaladas as respectivas capitais (Mbanza Ngoio, Mbanza Kakongo e Mbanza Loango) e residiam os respectivos soberanos (Mangoio, Makakongo e Maloango), e numa parte litoral, que vai da margem norte da embocadura do Kongo/Zaire até aos 5° de latitude sul, predominantemente piscatória, onde os seus representantes cobravam tributos aos produtores de bens marítimos. Delimitado a norte pelo rio Massabi e a sul pela ponta de Tafe, o território do Vungu é banhado por uma vasta baía designada por *Mbinda*. Este substantivo, à semelhança de *sanga*, *disanga* ou *zanga*, significa igualmente, em kikongo e em kimbundu, *recipiente de água* ou *baía*. Acrescido do prefixo *ka*, aqui na qualidade de pronome possessivo, transformar-se-á em adjectivo, passando a ser *kambinda* (*ka mbinda*), isto é, «relativo à baía» ou «da baía». No entanto, o uso do termo *Cabinda* – inaugurado na escrita por Andrew Battel no primeiro quartel do século XVII – para designar, tanto os indivíduos naturais desse território, como o próprio território, só viria a banalizar-se muito mais tarde, já depois da presença europeia na região e do incremento do tráfico de escravos.

Todas as tradições orais integram, portanto, os três reinos do Vungu no Reino do Kongo, pelo menos em períodos temporários, e atribuem as suas fundações a migrações de linhagens segmentadas a partir de Mbanza Kongo, as quais se misturaram com povos que nelas habitavam. Seriam esses povos aparentados com o mítico Nimi a Nzinga? As questões mais pertinentes que se colocam, no entanto, são outras. Em primeiro lugar, há que saber em que época ou épocas se deram essas migrações. Tudo parece indicar que são posteriores à fundação do Reino do Kongo, embora anteriores à chegada dos Europeus. Em segundo lugar, as fundações dos reinos de Ngoio, Kakongo e Loango terão resultado de alianças clânicas operadas por meios pacíficos ou de conquistas militares? Ou de ambas? Finalmente, será que em algum momento estes Estados se tornaram independentes do Reino do Kongo? No caso afirmativo, quando?

António Fonseca apresenta, com base em tradições bakongo que recolheu na região de Tomboco (algures entre o Nzeto e Mbanza Kongo), três variantes bem distintas para a explicação da origem de Cabinda, termo hoje generalizado para designar os antigos reinos de Ngoio, Kakongo e Loango: uma delas seria a conquista do território pelos exércitos do Ne Kongo dia Ntotila (rei do Kongo), entregando-a este a um dos seus parentes para a governar; a segunda, partindo do modelo simbólico da ruptura da linhagem, alude a um crime (de homicídio, no caso) praticado por um sobrinho do Ne Kongo, que terá gerado a sua expulsão do reino e a conseqüente emigração de alguns elementos da família real conguesa para a região de Cabinda, onde teriam sido bem recebidos e onde se impuseram; finalmente uma terceira refere uma aliança política celebrada através de casamentos de príncipes de Cabinda com princesas do Kongo.

As três narrativas poderão completar-se e documentar oralmente verdades históricas. Concentrar-nos-emos na

terceira, que alude directamente à penetração nos reinos do Vungu de linhagens matrilineares (as *princesas*) vindas de Mbanza Kongo e que se aliarão a linhagens patrilineares (os *príncipes*) já instaladas há mais tempo no território. Não nos esqueçamos, a propósito, de que Nimi a Nzinga, mítico «rei» do Vungu, era o «pai» de Nimi a Lukeni e representava, por isso, o ramo patrilinear das linhagens de Mbanza Kongo. Este ramo patrilinear, havendo ficado no Vungu, controlava as jazidas de cobre. O ramo matrilinear, proclamando a independência em Mbanza Kongo, pretende agora sobrepor-se ao patrilinear e deter doravante o monopólio da produção daquele metal através de alianças com as linhagens do Vungu. O mito de Muam Poenha, fundadora do Reino do Ngoio, parece ir, aliás, neste sentido.

Domingos José Franque, natural de Cabinda e membro de uma das suas mais prestigiosas linhagens, apresenta em *Nós, os Cabindas*, livro publicado em 1940, a sua versão do mito da fundação do «Reino de Ngoio» e a lista da sucessão linhageira dos seus chefes em páginas redigidas num estilo próximo do das *nvila*, as narrativas genealógicas das autoridades tradicionais e sagradas do Kongo. A fixação no Ngoio da princesa Muam Poenha, dissidente do Reino do Kongo, coincide com a versão de outro cabindense, António João Fernandes, recolhida e analisada na década de 1970 por Carlos Serrano, e confirma que à fundação do Reino do Ngoio e dos seus vizinhos Kakongo e Loango está ligada a migração de uma linhagem ou de um grupo de linhagens provenientes do Reino do Kongo.

Muam Poenha, irmã do rei do Kongo (Ntotila ou Ne Kongo), é expulsa de Mbanza Kongo por decisão dos *bitomi*, os quais atribuem a seca que o Reino do Kongo atravessa ao comportamento «dissoluto» da princesa que, segundo o relato, «vivía em mancebia com quem quer que fosse» da Corte do seu irmão. Este pormenor leva-nos,

desde já, a adiantar que a reprovação da «*mancebia*» se refere, não a qualquer espécie de conduta da princesa de ordem menos moral, e sim à urgência da exogamia. Isto é, para que prospere, o Reino do Kongo necessita de fazer alianças matrimoniais e políticas com outros Estados e não se limitar a casamentos endogâmicos dentro da mesma «Corte». Daí que, mercê das secas, que simbolizam um período menos afortunado, há que fazer prosperar o reino pelo recurso à exogamia matrilinear, isto é, ao casamento de «*princesas*» conguesas com «*príncipes*» de outros Estados. É então que a princesa Muam Poenha emigra de Mbanza Kongo acompanhada dos seus três filhos gémeos: duas raparigas, Lilo e Silo, e um rapaz, Tumba. Acompanha-a igualmente uma sua sobrinha de nome Muam Catilo, que é corcunda, uma *kitomi* intérprete das forças naturais ocultas, destinada a proteger a linhagem na sua migração e a legitimar o seu poder onde ela se instalar.

Muam Poenha efectua, com o seu séquito, uma longa viagem para o litoral. Este itinerário explica-se, sem dúvida, pelo facto de o litoral ter tido, antes do tráfico de escravos, uma grande importância na produção do sal, obtido pela evaporação da água salgada. A viagem durará, segundo o relato, 15 anos (intervalo de tempo sempre susceptível de ser interpretado como sendo muito mais amplo), ao fim dos quais chega ao Soyo. A sua demora nesta localidade pode, talvez, identificá-la com os heróis dos mitos de fundação *basolongo* e com as suas eventuais invasões aos reinos de Ngoio, Kakongo e Loango, que virão muito mais tarde a constituir Cabinda. No entanto, o mais importante a reter parece-nos ser o facto de ter sido aí, no Soyo, que tomou a decisão de seguir para a outra margem do rio, tendo passado pela praia do Vumú e seguindo depois com destino ao Ngoio. Muam Poenha representa, portanto, uma linhagem ligada ao Ntotila, seu «irmão», que procura uma terra onde fixar o seu domínio pela aliança



com outros grupos. É o que, efectivamente, acontecerá, ao casar-se com Mibimbi Pucuta, senhor das terras do Ngoio proveniente, quiçá, de uma migração mais antiga e possivelmente descendente de Nimi a Nzinga. A partir daqui, Muam Poenha, ou a linhagem que representa, está decidida a introduzir no Ngoio, não apenas o princípio da autoridade doméstica, o *ki-nkazi* – o qual, de resto, já aí devia ser antes exercido por alguém, talvez por Mibimbi Pucuta –, mas, mais do que isso, a instituir o poder de um chefe da terra, o *ki-mfumu*, usando, para isso, a sua ligação linhageira ao Ntotila. Mibimbi Pukuta, por sua vez, ao unir-se a Muam Poenha, está disposto a ceder a legitimidade sobre a sua terra a uma linhagem mais poderosa, a do Ntotila, irmão de Muam Poenha. Mais poderosa, provavelmente, por dispor de recursos mais sofisticados para a exploração da terra ou das salinas, que permitam a transição para um modo de produção mais eficaz do que o anterior. Mibimbi Pucuta está, por isso, disposto a aderir ao modelo de organização estatal seguido pelo Reino do Kongo.

A narrativa procura demonstrar que na base da fundação dos três Estados do Vungu, os reinos de Ngoio, Kakongo e Loango, estariam linhagens descendentes de Muam Poenha e, portanto, aparentadas com os soberanos do Kongo. Os próprios nomes dos reinos, assim como os títulos das autoridades clânicas que os governavam, parecem indicá-lo. Ngoio deriva de dois vocábulos: de *ngo*, que já vimos significar poder ou designar o animal que o simboliza, o leopardo, e de *oio* ou *moio* que, segundo Carlos Serrano, significa *alma*, *espírito* ou *força vital*. O poder no Ngoio é, pois, legitimado pelos antepassados congueses. Do mesmo modo que, se interpretarmos a partícula *ka* como um prefixo diminutivo (e não como um pronome demonstrativo ou possessivo), Kakongo significará *Pequeno Kongo*, e se interpretarmos o mesmo prefixo *ka* como preposição (em

português *de*), o nome do reino indicia ser algo *que deriva do Kongo*.

Os títulos dos soberanos dos três Estados – Mangoio, Makakongo e Maloango – são todos iniciados pelo prefixo *ma* (com a variante *mo*), o qual por sua vez deriva de *muene*, *mane* ou *mani*, que significa, em kikongo, *senhor de terras*, detentor do *wene*, o poder sagrado que lhe vem dos antepassados por via da terra. No entanto, as linhagens fundadoras de Ngoio e Kakongo seriam matrilineares e a do Loango patrilinear, pelo menos a julgar pelo pormenor que nos chega pela tradição oral através do qual o fundador do Loango seria, não uma filha de Muam Poenha, e sim um filho, Tumba.

Ao saber do casamento da irmã com Mibimbi Pucuta, o Ntotila:

[...] convocou todos os seus conselheiros e, em grande reunião, propôs a desanexação do seu império dos reinos de N'Goio, Cacongo e Loango-Grande [...], determinando [Muam Poenha] que tomassem conta daqueles três reinos as princesas e o príncipe seus filhos, cabendo a Lilo o reino de N'Goio, a Silo o de Cacongo e a Tumba – o filho expulso – o reino de Loango-Grande, tendo ficado assim constituídos os três reinos que são, hoje, conhecidos por Macacongo, Mangoio, Maloango [*sic*].

Esta «desanexação» pode tratar-se, na verdade, de uma «anexação», pois Muam Poenha, unindo-se em casamento a Mibimbi Pucuta, integra de algum modo, por estar ligada ao Ntotila, o Ngoio e os outros territórios na autoridade do irmão, transferindo para eles o estatuto de uma chefia, não já familiar, e sim política, de território. Daí o uso da palavra «realeza».

Em ambas as versões da narrativa a que tivemos acesso, a de Domingos José Franque e a de António João Fernandes, só depois desta decisão de «desanexação» tomada pelo Ntotila é que Muam Poenha atribui o Reino de Ngoio à sua filha Silo, o de Kakongo à outra filha, Lilo, e o de Loango ao filho, Tumba. Este facto demonstra que a

transmissão de poderes do Ntotila para outros chefes que a ele estão ligados por vínculos de linhagem se opera, não apenas para o chefe do Ngoio, mas também para os dos Estados vizinhos. A união que se verifica entre estas linhagens que exercem o poder nos referidos Estados tanto melhor se compreende se repararmos que Tumba, o filho de Muam Poenha, «atentou contra a honra» de uma de suas irmãs uterinas (não se diz qual). Violou, portanto, o tabu do incesto, só permitido, nas sociedades regidas pelo direito matrilinear, como ritual que legitima o acesso ao poder. Havendo praticado este acto antes de Muam Poenha se casar com Mibimbi Pucuta, isto é, antes de Muam Poenha dispor de poder político sobre o Ngoio, Tumba é punido pela mãe, que o expulsa para o Loango. Depois de consumado o casamento de Muam Poenha, Tumba é chamado a reconciliar-se com a mãe e por ela então reconhecido como soberano do Loango. Ou seja, uma vez investida nas funções de governante, depois de haver celebrado uma aliança de parentesco, um casamento, Muam Poenha reconhece as relações incestuosas entre os seus próprios filhos, reafirmando assim o carácter sagrado dos laços de linhagem que tornam os três Estados interdependentes.

Mas Muam Poenha, ao unir-se a Mibimbi Pucuta, tem dele dois filhos varões, sendo o mais velho Mõe Panzo e o mais novo Mõe Pucuta. Na realidade serão eles, e não Lilo, os dois primeiros Mangoios, primeiro Mõe Panzo e depois Mõe Pucuta. Segundo a lenda, ao ser marcado o *nkandu*, cerimónia da coroação da princesa Muam Lilo, esta encontrava-se em período de fluxo menstrual e, pelos usos e costumes do Ngoio, em tal estado princesa alguma poderia ser coroada. Por este facto, os conselheiros resolveram dar os direitos da princesa Muam Lilo ao seu meio-irmão, o príncipe Mõe Panzo, primeiro filho do matrimónio de sua mãe com Mibimbi Pucuta.

Aqui se sobrepõem, portanto, duas estruturas da sociedade kongo que equilibrarão, doravante, o poder no território do Ngoio. Se, por um lado, é insuficiente agora, para a identificação dos elementos do grupo entre si, uma ligação através da linhagem e da fertilidade da terra – a princesa Lilo, da linhagem do Ntotila e potencial mãe fecunda, que se encontra no período de fluxo menstrual, não pode reinar –, há que recorrer a uma autoridade local que domine sobre aquele território de fronteiras definidas, uma autoridade masculina, precursora de um vínculo patrilinear: o príncipe Mõe Panzo, filho de Mibimbi Pucuta, representante do território do Ngoio, agora «parente» do Ntotila por aliança de casamento com uma sua irmã. Mas nem por isso Mõe Panzo se encontra desligado de um vínculo matrilinear às linhagens do Kongo, visto que é igualmente filho de uma irmã do Ntotila.

Estas duas estruturas sociais, uma mais antiga, outra mais recente, sobrepõem-se e complementam-se. Muam Poenha é a linhagem matrilinear que detém o poder no Ngoio, aliada a um chefe territorial (*mfumu-nsi*), Mibimbi Pucuta. Por sua vez Mõe Panzo, filho dessa união, é o chefe político, o Mangoio, que legitima a sua autoridade na aliança dos progenitores. Mas o «reino» de Mõe Panzo, sendo uma unidade política nova e autónoma, está «dependente», por via da linhagem, de outra unidade política mais forte e mais abrangente, que é representada, em Mbanza Kongo, pelo Ntotila. Este, legitimando-se no facto de ser o chefe do ramo mais antigo da linhagem, pretende submeter, nesta fase, todos os outros chefes de linhagem ao seu poder político.

## **b) Nezinga e o mito da fundação do Nsoyo dia Nsi**

A tradição oral do Soyo recolhida por Henrique Abranches também indicia que um povo Bantu, provavelmente proveniente de uma primeira vaga anterior

ao primeiro milénio d. C. e desconhecedor das técnicas da metalurgia, habitou este local, que se estende ao longo do litoral para sul da embocadura do rio Kongo/Zaire, antes da fundação do «reino» do Soyo ou, se preferirmos, da «província» do Soyo do Reino do Kongo. Essa migração, vinda, evidentemente, dos territórios orientais, uma vez que o desconhecimento do ferro lhe não permitia atravessar a floresta equatorial, mais a norte, e instalando-se na região do Ntombe, ao sul da Kifuma, aparece personificada na nebulosa e remota figura mítica de Nentombe.

A anterioridade de Nentombe e da sociedade por ele representada em relação ao Reino do Kongo parece-nos assegurada pelo conteúdo da máxima corrente entre os Basolongo mais velhos ao longo da década de 1980, segundo a qual «Nentombe foi colocado por Deus, aqui na terra do Soyo...» [*sic*]. A sua linhagem, vinda de oriente, teria seguido do Mbridge (Ambriz) até Noqui, mais a norte, passando por Tomboko, e ter-se-ia dividido em três ramos: Kimvuzi, Kifuma e Soyo dia Nsi (Soyo da Terra). O nome deste terceiro ramo, embora localizando-se no Ntombe e não no Pângala, confunde-se com o da linhagem que muito mais tarde, já no tempo do Reino do Kongo, seria fundada pelo dissidente Nezinga. Daí que os trechos de algumas das narrativas orais citadas por Abranches, resultantes de múltiplas transformações e transposições de tempos, refiram ambigualmente Nentombe como aparentado com o rei do Kongo, sem que, contudo, nenhum mitema vá nesse sentido. Parece-nos um anacronismo bem próprio da oralidade e ideologicamente introduzido pelos Basolongo, esses sim, como veremos em seguida pelo mito de Nezinga, provenientes do Reino do Kongo. Na memória colectiva dos Basolongo, o «fantasma» de Nentombe serviu sempre, em épocas diferentes, para fundamentar a sua identidade, nuns casos aproximando-se do Reino do Kongo, o que justifica a

invenção do parentesco de Nentombe com o Ntotila, noutros casos dele se apartando, como o demonstra outra máxima igualmente citada por Henrique Abranches, esta já da década de 1990, que nega a sua existência: «Não há, nunca houve nenhum *Nentombe*! Os Basolongo foram postos aqui na terra por Deus!».

Às linhagens de Nentombe, particularmente à do Soyo dia Nsi, aliar-se-ão as que, provenientes do Reino do Kongo, emergem com a migração personificada por Nezinga. Henrique Abranches recolheu duas versões do mito de Nezinga, uma de 1980, outra de 1990, obtidas através da sintetização de cerca de 24 relatos de informadores. A elas se justapõe uma terceira, narrada por Paulo Mvangi, *mfumu a vata* (chefe de aldeia) do Ntombe, que remete para a versão original. Consideremos as três.

Nezinga nasceu no Kongo dia Ntotila, isto é, no Reino do Kongo. Era sobrinho do soberano do Kongo, o Ne Kongo (designação *basolongo* para o Ntotila), o qual se chamava Lukeni. O pai de Nezinga chamava-se Lukeni a Mpangu e a sua mãe Nsundi a Mpangu. Nezinga era, pois, de sangue real congus, e provinha da linhagem patrilinear de Mpangu. Tinha seis irmãos: Nzinga a Nsumbo, Nsumbi a Nekongo, Nzambi za Nekongo, Nguvu a Nekongo, Lwanji a Nekongo e Mbondje a Nekongo.

Um dia o rei do Kongo, Lukeni, tio de Nezinga, promulgou uma lei segundo a qual era considerado crime matar alguém. A sua esposa estava grávida. Nezinga quis conhecer a posição do feto dentro do útero da tia, a esposa do rei, e por isso lhe abriu o ventre e lhe pôs fim à vida. Percebemos por aqui que Nezinga rompeu com o vínculo de linhagem e parental que unificava o Estado do Kongo e que este facto é considerado um crime. Mas com que fim o fez? Pretenderia criar um Estado independente? Ou o seu objectivo não seria antes, através de novas alianças, explorar os recursos marítimos do Soyo, no litoral, e

estender até esta região a autoridade do Ntotila/Nekongo? O decurso da narrativa, como veremos, leva-nos a simpatizar com esta segunda hipótese.

O Nekongo, tio de Nezinga, após a morte da esposa, reuniu todo o povo: a família da vítima, sua mulher, e a sua própria família. Ficou decidido que Nezinga seria condenado à morte. Deparamos em seguida com uma passagem do mito que é omitida na versão de 1980, mas que é relatada de modo diferente na de 1990 e na de Paulo Mvangi. No primeiro caso, são os próprios irmãos de Nezinga que o procuram depois do crime para o matar, dando execução à prescrição do tio. Não tendo coragem para o fazer, avisaram-no de que deveria fugir e mataram uma cabra no seu lugar para apresentar ao tio. Acabaram, contudo, por fugir todos para evitar eventuais represálias do Nekongo. Os locais para onde fugiram três dos irmãos de Nezinga, assim como os cargos que vieram a desempenhar segundo o mito, simbolizam, na narrativa de tradição oral, as alianças políticas baseadas no parentesco que posteriormente o Reino do Kongo viria a fazer, respectivamente, com o Vungu (Ngoio e Loango), com o Maiombe e com o Reino do Ndongo, do Ngola Kiluanji, no corredor do Kuanza.

Mas, segundo a versão de Paulo Mvangi, não são os irmãos de Nezinga e sim os guardas do Nekongo que o procuram para o executar. Não o conseguindo encontrar, pois Nezinga já havia fugido quando entraram na sua casa, capturaram um cabrito e apresentaram ao soberano e à população o seu sangue derramado num prato como se fora o do fugitivo. Nezinga, entretanto, encontrava-se clandestinamente na casa do tio, que furtivamente protegeu a sua fuga e o aconselhou a fugir para Mbala, a sudoeste de Mbanza Kongo, na margem norte do rio Mbridje. Numa e noutra versão pode observar-se, já nestes trechos iniciais, como a oralidade procura simbolizar o prenúncio das alianças de parentesco que estão na base da

expansão do Reino do Kongo: na primeira através das fugas dos irmãos de Nezinga e dos seus destinos; na segunda através da própria cumplicidade do Ntotila/Nekongo protegendo a fuga do seu sobrinho.

Nezinga acabará por instalar-se temporariamente no Nzeto, mesmo na embocadura do rio Mbridje, embora percorrendo diversas localidades do território compreendido entre este rio, a norte, e o Loje, a sul: parte primeiro para Malimba, não muito longe de Mbanza Kongo, depois para Mbala, passando em seguida por Vongo-Vongo e Lufiko. No Nzeto arranja uma mulher, de quem tem um filho, ao qual chama precisamente Nzeto. Tal mitema simboliza a ligação patrilinear das linhagens das chefias do Nzeto ao Ntotila/Nekongo. Segundo outras versões, Nzeto não seria o nome de um filho de Nezinga e sim o de uma esposa do seu tio que o acompanha e que ele abandona nessa localidade, ou então o de uma sua concubina que é surpreendida em adultério com um escravo. Nestes casos estaremos perante a explicação da componente matrilinear da ligação de parentesco das chefias do Nzeto ao mesmo rei do Kongo.

Segue depois para Senge dya Ntadi, a norte, já a caminho do Soyo. Nesta localidade, Senge dya Ntadi, constrói uma cabana e toma uma mulher de quem tem 33 filhos, dos quais dois são filhas. Ou seja, nesta região a linhagem do Ntotila/Nekongo, de onde Nezinga provém pela via matrilinear, multiplica-se por 33 ramos, 31 dos quais são patrilineares e apenas dois matrilineares. É aqui que Nezinga se separa da escolta que o Nekongo, seu tio, pôs clandestinamente à sua disposição. Mas nem todos os componentes da escolta regressam a Mbanza Kongo: um deles vai para norte e funda Boma, adquirindo o título de Nemboma; outro vai ainda mais para norte, para o Maiombe, e submete Mumbinda, passando a ter o título de Mwembinda (título anacrónico, sem dúvida introduzido



pelas sobreposições no tempo das narrativas, pois *binda*, como já o dissemos, é uma designação relativa ao litoral do antigo Vungu e só se banalizará após a presença europeia); um terceiro vai para sudoeste, para a ilha da Kisanga, já no estuário do rio Kongo/Zaire, e adquire o título de Mwenzadi ou Muene Nzadi; finalmente um quarto vai para o Ngoyo (Cabinda) e é designado por Mwengoyo, embora não se confunda com os primeiros Mangoios descendentes de Muam Poenha, pois, ao que parece, fixa-se ligeiramente a sul, em Yombe dya Ngoyo, actual Kisongo, em Banana. Mais uma vez observamos que o Reino do Kongo se expande pela via do parentesco.

Nezinga passa ainda por Mvunda e Ngande e Ntomba, antes de chegar ao Soyo. Na praia do Soyo encontra pegadas e uma espada e daí conclui que o território era habitado, sem dúvida pelos descendentes das anteriores migrações bantu, quer das migrações líticas, personificadas em Nentombe, quer, eventualmente, de outras posteriores já conhecedoras da metalurgia, como o demonstra a presença da espada. Estamos, no entanto, em crer que estas eventuais migrações posteriores a Nentombe, não obstante poderem ser provenientes do sul, são, decerto, anteriores à formação do Estado do Kongo, do qual, como veremos, Nezinga vem a ser o principal agente no Soyo. Nezinga é encontrado por um grupo de mulheres, o que já por si prenuncia uma futura ligação fecundadora do herói em relação à terra onde chega, e essas mulheres vão avisar a mais alta autoridade do Soyo, que na versão de 1990 é designada por Nzulungu, o «mais-velho» do Pângala, e na de Paulo Mvanji por Nenkumbi za Soyo. Mas é a designação da primeira versão, a de 1980, que nos parece a mais crível. Essa autoridade é aqui designada por *Nesoyo dya Nsi*, isto é, o *Senhor da Terra do Soyo*. E os mitemas que descrevem a terra e os seus habitantes também nos parecem indiciar algo quanto à existência de duas

migrações bantu no Soyo anteriores a Nezinga (ou anteriores ao Reino do Kongo), uma anterior à descoberta da metalurgia, outra posterior. Diz a narrativa que o território se chama *Soyo dya Nsi* (*Terra do Soyo*) e que foi criado por Deus. Soyo dia Nsi é também o nome da *ndikanda* (linhagem) dominante. Entendemos que nesta narrativa há dois Nentombes: um primeiro, aquele «que foi posto na terra por Deus», representando a primeira vaga migratória, pré-ferrealítica; outro, o «originário de Mbanza Kongo», representando a segunda migração, provinda do sul, provavelmente do mesmo território que só muito mais tarde seria o Reino do Kongo (Kongo dia Ntotila), com capital em Mbanza Kongo.

Mas é Nezinga quem leva o Reino do Kongo, na sua conformação estadual e federal, para o Soyo. Tanto assim é que Nezinga, ao mesmo tempo que se apresenta à população do Soyo e declara querer fixar-se no seu território, expõe ao Nesoyo dia Nsi a natureza do crime que praticou em Mbanza Kongo e a razão da sua fuga. O Nesoyo dia Nsi recebe-o hospitaleiramente, entregando-lhe um local para construir a sua casa e encarregando-o do poder administrativo, ressaltando, no entanto, que continua a ser o proprietário do território. Mas Nezinga ambiciona muito mais do que o poder administrativo: ambiciona o controlo da produção, isto é, o poder económico, e consequentemente o poder político, com vista a que, através da linhagem que fundou, o Soyo venha a constituir mais uma organização política congregada na unidade que constitui o Kongo dia Ntotila, dirigido pelo Nekongo, seu tio. Por isso Nezinga compra ao Nesoyo dia Nsi um território para a sua casa por 30 moedas de prata e só se instala depois de plantar a sua árvore sagrada, uma *nsanda*, para salvaguardar a perpetuação da sua linhagem no Soyo. É nesse lugar, chamado Nsaka dya Ntadi ou Ntamba dia Wau, que contrai matrimónio com mulheres do

Soyo, embora trouxesse esposas de Mbanza Kongo, e é de umas e de outras que, segundo certas versões, tem os tais 33 filhos, dos quais dois são filhas. De entre os filhos destacam-se Mbenza a Nzinga, Mazina ma Nzinga e Fwa kwa Nzinga. As duas filhas chamam-se Ndilu kya Nzinga e Mfutila kya Nzinga. Ficando a viver algum tempo no Soyo e exercendo o poder administrativo, Nezinga juntou riqueza pessoal: peixe seco, sal e areia. Nezinga conseguira o poder económico, pois detinha o controlo da produção dos bens do litoral solongo. Faltava-lhe ainda o poder político. Consegui-lo-ia fazendo-se valer do prestígio da sua linhagem.

Discutiui-se, no Soyo, em assembleia, sobre o «assunto» de Nezinga depois de este ter os 33 filhos. Ou seja, polemizou-se sobre a sua situação de controlador das rotas comerciais de bens marítimos, peixe e sal, com os bens do interior, cobre e tecidos, nomeadamente com as «províncias» do Reino do Kongo, e também sobre a legitimação da sua linhagem para assumir o poder no Soyo. No entanto, diz a versão de Paulo Mvangi que «não teve ninguém que dirigisse o debate e não havia compreensão [...] quem reuniu o povo fê-lo mal». Gerou-se, portanto, no Soyo uma situação de anarquia e vacatura de poder efectivo. Nezinga critica então os Basolongo e afirma-se como seu chefe com base na sua linhagem conguesa, afirmando: «Doravante sou eu quem há-de dirigir-vos. Entretanto parto para o Kongo a fim de buscar as insígnias reais» [*sic*].

Antes de partir para o Kongo, Nezinga recebeu do Nesoyo dia Nsi duas garrafas, uma contendo areia da praia, outra água do mar. Com este gesto, o Nesoyo dia Nsi pretende mostrar a Nezinga que reconhece o seu poder político, assim como o da sua linhagem, sobre o Soyo. E é na posse dessas garrafas, que simbolizam o poder comercial e político detido sobre o Soyo, que Nezinga

regressa a Mbanza Kongo, a fim de o relatar ao tio, o Ntotila/Nekongo. Em Mbanza Kongo, Nezinga distribui pela população a riqueza que traz consigo. Consegue ser recebido pelo tio e mostra-lhe as garrafas, além de lhe dizer que se instalou num país maravilhoso, o Soyo, de onde provêm as riquezas que aquelas garrafas simbolizam, representando a areia a população do Soyo a ele submissa e a água do mar os produtos marítimos, e tem agora vários filhos. Embora tendo sido no passado condenado à morte, Nezinga foi julgado e absolvido, depois de ter sido defendido no pleito pelo próprio Ntotila/Nekongo.

Depois disto, o soberano ordena ao sobrinho, Nezinga, que regresse ao Soyo e aí governe em seu nome. Diz-lhe que deve regressar por causa do crime que cometeu em tempos em Mbanza Kongo, isto é, reconhece que Nezinga é agora chefe de linhagem. No entanto essa linhagem por ele fundada depende da sua, a do Ntotila/Nekongo, sendo como que sua «sobrinha». Daí em diante, portanto, os soberanos do Soyo passam a intitular-se «sobrinhos» do rei do Kongo. Para o comprovar, o Ntotila/Nekongo Lukeni entrega ao seu sobrinho Nezinga as insígnias do poder: espada, sino, faca, pele de leopardo, pele de cabrito e pele de pantera. Mas entrega-lhe igualmente duas pedras e duas peças de *nzamba*, tecido delicado de fibra de bordão. Pretende com isto que Nezinga utilize esses objectos para celebrar um «casamento», ou seja, uma aliança de parentesco com o Nesoyo dya Nsi. O tecido de bordão simboliza a troca e a complementaridade entre Mbanza Kongo e o Soyo, pois que o bordão se trata de um produto agrícola do interior que daí em diante será trocado pelo peixe e pelo sal do litoral. Quanto às pedras, elas constituirão doravante uma divisa do *makutu matatu*, fraternidade que reunirá as principais linhagens do Soyo: as antigas, remontando a Nentombe, e as mais recentes, que incluem a do Ntotila/Nekongo e também a que foi

fundada por Nezinga. Mas é o Ntotila/Nekongo quem superintende a toda esta cadeia de alianças parentais solongo que ficarão integradas na vasta federação estadual que é o Reino do Kongo ou Kongo dia Ntotila, sendo ele o seu chefe político supremo. Assim se compreende como, recebendo Nezinga das mãos do Nesoyo dia Nsi o trono do Soyo, o seu tio lhe faça saber que Nezinga resolverá apenas os casos mais simples, cabendo-lhe a ele, Ntotila/Nekongo, os casos mais complicados. Caso contrário, Nezinga teria a cabeça cortada. Esta ordem transmitiu-se de geração em geração.

Mas como se deu, politicamente, a sucessão de Nezinga no trono do Soyo e como é que ela foi repartida, com o tempo, pelas suas linhagens? Durante a viagem de regresso, Nezinga adoece e fica retido em Ntadi dia Mwingo (Pedra do Feitiço). Sabendo da sua doença, as duas filhas vão ao seu encontro, recusando-se os irmãos a acompanhá-las. Mfutila e Ndilu procuram o pai em Nsenge dia Ntadi, terra da sua mãe, mas aí são informadas de que ele se encontra em Ntadi dia Mwingo. É nesta localidade que contam a Nezinga que os seus filhos varões se recusaram a ir vê-lo. Nezinga decide partir com as duas filhas para a capital do Soyo, o Pângala, onde se desenrolará a cerimónia da sua entronização como soberano do Soyo. Nesse dia convida a população e os filhos a partilhar consigo a refeição. Segundo a versão de 1980, Nezinga entorna a panela no chão, põe-se a comer a mistura de comida e terra e convida os filhos, um por um, a imitarem-no. Todos os filhos se negam a obedecer-lhe, excepto as duas filhas, Mfutila e Ndilu. Nezinga expulsa então todos os filhos varões para diferentes regiões do Soyo, vindo a dar origem às linhagens dominantes. Segundo a versão de Paulo Mvangi, Nezinga convida apenas as filhas a comer a mistura da comida com a terra, expulsando desde logo os filhos, declarando que eles não pertencem à terra, ao contrário das irmãs Mfutila e Ndilu,

que a hão-de dirigir. As linhagens dirigentes do Soyo são, pois, as matrilineares, ficando as restantes distribuídas pelos mais diversos pontos do território.

### **c) A questão da origem do topónimo Luanda**

Muazanga – vocábulo kimbundu formado a partir da contracção da preposição *mu* (*em* ou *onde*), do pronome demonstrativo *a* (*este, estes, esta, estas*) e do substantivo *zanga* (*recipiente, baía* ou *ilha*), significando, portanto, algo como *nesta(s) baía(s)* ou *nesta(s) ilha(s)* – e Mazanga – vocábulo kimbundu correspondente ao plural de *dizanga* (*baía* ou *ilha*) – são os termos mais utilizados pela tradição oral e também por documentos escritos posteriores ao século xvii para designar o sistema lagunar fronteiro a Luanda, constituído pelas actuais Ilha de Luanda e Península do Mussulo, além da pequena Ilha da Kazanga. A própria tradição oral também tem designado estas formações de terra por ilhas ou baías de Luanda ou tão-somente por Luanda, nome que só em 1576 seria aplicado à povoação (depois de 1606 cidade) que a partir de então viria a crescer no continente fronteiro. O significado deste termo proveniente do kimbundu, *Luanda*, que, ao contrário de Muazanga ou de Mazanga, não se trata de um substantivo comum e sim de um substantivo próprio, tem sido alvo, desde o século xix, de polémicas muito acesas sobre as quais ainda hoje não se encontrou um consenso.

São quatro as hipóteses conhecidas para a origem do termo *Luanda*. Além de se registar a existência de um afluente do Kuanza, de uma modalidade de tambor na Lunda e de uma divindade em Cabinda com esse nome, Luanda, a hipótese mais antiga para a origem do termo foi formulada no século xix por João Vieira Carneiro e reproduzida em 1943 por Lourenço Mendes da Conceição. Atribui a Luanda o significado de *parte baixa*, derivação do nome dos *luando*, as esteiras de mabela (ráfia) usadas para conversar ao serão ou para dormir. Para estes autores, as

ilhas e penínsulas da baía de Luanda, pela lisura da sua configuração, quase ao nível da água do mar, assemelhar-se-iam a uma longa esteira. Daí o nome.

Uma segunda interpretação, veiculada também nos anos de 1940 por Monsenhor Alves da Cunha, que a atribui ao padre Moreira Basílio, autor de um opúsculo sobre o município de Luanda datado de 1918, relaciona Luanda com outro substantivo kimbundu, desta vez a *uanda*, a rede de pesca. Os pescadores, ancestralmente a população das ilhas, considerar-se-iam a si próprios os *homens da rede* (ou os *filhos das redes*, os *ana a manda*, termo que viria a servir a Ruy Duarte de Carvalho de título da sua tese de doutoramento). Simplesmente, num kimbundu arcaico, o vocábulo correcto para designar *rede* teria sido *luanda*, processando-se com o tempo a elisão do *l* inicial. Esta interpretação tem sido seguida ainda recentemente pelos investigadores mais cautelosos, nomeadamente por Arlindo Barbeitos.

Se as duas primeiras hipóteses para a origem do nome Luanda partem do princípio de que o termo é indubitavelmente de origem kimbundu, uma terceira interpretação, a que presentemente tem sido mais aceite e que era perfilhada por Ruy Duarte de Carvalho, embora não desdenhe da eventual origem kimbundu, admite quanto ao termo uma hipotética raiz kikongo. Remete, consequentemente, para a polémica incontornável que tem sido genericamente designada por *questão ambunda*: a de se saber se as ilhas de Luanda pertenceram ao Reino do Kongo, do Ntotila, de língua kikongo, ou ao Reino do Ndongo, do Ngola, de língua kimbundu. Sem que em nenhum momento o mencione, Ruy Duarte de Carvalho dá a entender que *luanda* significa *tributo* ou *imposto*, quer na língua kikongo, quer na língua kimbundu. Para o afirmar, parte do opúsculo de Lourenço Mendes da Conceição, de 1943, o qual por sua vez se baseia em dois autores de

dicionários de kimbundu: J. P. do Nascimento, autor de um dicionário de português-kimbundu datado de 1903, e Joaquim Dias Cordeiro da Matta, autor de um *Ensaio de Dicionário de Kimbundu-Português* datado de 1893. De notar que este último autor, Joaquim Dias Cordeiro da Matta, confessa reproduzir a definição que encontrou no *Dicionário de Língua Bunda ou Angolense* do capuchinho italiano frei Bernardo Maria de Canneccatin, de 1804, obra que, tanto quanto nos foi dado verificar, mistura confusamente de ponta a ponta o léxico kimbundu com o kikongo, possivelmente porque partiu de recolhas efectuadas em regiões fronteiriças dos antigos Estados, de transição de uma língua para a outra. Acrescente-se que um autor bem posterior que Ruy Duarte de Carvalho não cita, o padre António da Silva Maia, no seu *Dicionário Complementar Português-Kimbundu-Kikongo*, cuja edição que consultámos data de 1994, faz corresponder a *luanda* o significado de *tributo* ou *imposto* tanto em kimbundu como em kikongo. A questão que se levanta a Ruy Duarte de Carvalho, que não duvida que o imposto em causa era pago em conchas *nzimbu* da Ilha de Luanda, é a de saber se o mesmo imposto era cobrado pelo Ntotila do Kongo ou antes pelo Ngola do Ndongo, como o parece dar a entender, já em 1505, Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, designando este último soberano pela corruptela «Rei de Angola». Levanta então Ruy Duarte Carvalho, a esse respeito, duas sub-hipóteses: numa delas, a ilha sempre pertenceu ao rei do Kongo e então a questão estaria definitivamente resolvida, sendo o imposto cobrado aos seus vassallos na ilha e conseqüentemente transportado para Mbanza Kongo; na outra, a ilha teria pertencido ao Ngola antes de estar sob o domínio do Ntotila, a quem aquele se submetera pela via militar, e então ela própria constituiria um tributo pago pelo vencido ao vencedor.



Embora não ponhamos em causa que fossem cobrados impostos na Ilha de Luanda – pelo rei do Kongo, pelo rei do Ndongo ou por qualquer outra entidade mbundu anterior ou não à fundação do Estado Ndongo –, discordamos em grande medida da orientação seguida por Ruy Duarte de Carvalho. Pomos em relevância dois aspectos. O primeiro é que, como temos vindo a tentar demonstrar, é pouco provável que tenha havido uma submissão pelas armas dos Mbundu em relação aos Bakongo. Aconteceram, isso sim, entre estes dois povos, alianças políticas de vínculo linhageiro no âmbito do processo de expansão estadual do Kongo. Mesmo nesta possibilidade, que nos parece aceitável, é duvidoso entender que no tempo dessas alianças clânicas com o chefe supremo do Kongo já existisse um estado Ndongo, constituído pelo povo Mbundu e centrado na figura de um rei, o Ngola, pois como o demonstrou J. C. Miller, o Reino do Ngola Kiluanji Kia Samba da Matamba vai emergir do Reino do Kongo pelo menos dois séculos depois da formação deste. Mas há ainda um segundo aspecto a salientar. Ruy Duarte de Carvalho parece aceitar sem discussão que foi o imposto, *Luanda*, que deu nome à ilha. Mas porque não levantar a hipótese inversa? Isto é, porque não entender que o que sucedeu foi o contrário, que a ilha é que deu o nome ao imposto?

Dentro desta linha de pensamento, tendemos a simpatizar com uma quarta hipótese para a origem do nome Luanda a ser aplicado à(s) ilha(s) da Mazanga, sugerida em diversos estudos do antropólogo Virgílio Coelho. Esta interpretação prende-se directamente com os movimentos migratórios bantu de leste para oeste e a ela voltaremos quando tratarmos os Mbundu, os Lundas e os Imbangalas. Retenhamos, de momento, que *luanda* e *lunda* significam o mesmo, ocidente (*ku lunda* ou *ku luanda*, *ir para ocidente*), e são a mesma palavra, ainda que pronunciada de modo diferente consoante as regiões. Se

*lunda* é o território que se estende para oeste do rio Kasai, *luanda* corresponderá ao território ocidental que se segue ao rio Kuangu. Segundo um informante de Virgílio Coelho, as ilhas do cordão sedimentar de Luanda seriam designadas pelos antigos por *Mazanga na Lunda* (porque não, em alternativa, igualmente por *Mazanga na Luanda*?).

Mas afinal que ilhas eram essas e como evoluíram ao longo dos séculos em termos físicos e populacionais?

#### **d) A Ilha de Luanda e o mito de Kanzi a Pakala**

A formação sedimentar genericamente conhecida por Muazanga ou Mazanga terá constituído em tempos uma única península, iniciada no istmo das Palmeirinhas, onde ainda hoje se inicia a Península do Mussulo. Prolongar-se-ia para norte sob a forma de uma língua de terra de cerca de 50 quilómetros de comprimento, atingindo a actual extremidade da Ilha de Luanda ou do Cabo. Tal cordão de terra não terá nunca atingido uma largura superior a um quilómetro - presentemente, aliás, as larguras da Península do Mussulo e da Ilha do Cabo não vão além de meio quilómetro - e terá sido alimentada sobretudo pela sedimentação das areias do rio Kuanza, cuja foz, a Barra do Kuanza, se situa a cerca de 50 quilómetros a sul das Palmeirinhas, e tais areias seriam empurradas de sul para norte pela corrente fria vinda de Benguela. As agitações violentas do mar, as *calemas* (aportuguesamento do kimbundu *kalembe*), verificadas sazonalmente, foram originando, ao longo dos séculos, rupturas no transporte dos sedimentos a partir da Barra do Kuanza e, conseqüentemente, cortes no cordão de terra que constituía a longa península, gerando a configuração lagunar que, grosso modo, estas formações de terra ainda actualmente apresentam.

Continua actual a questão polémica - a que José Redinha chamou em 1962 de «problema ambundo» e Ruy Duarte de

Carvalho, em 1989, «questão ambunda» – de se saber se o território da Mazanga (ou Muazanga) pertenceu politicamente ao Reino do Kongo, do povo Bakongo e do Ntotila, inserindo-se na chamada «província» de Mbamba, ou se não terá antes pertencido ao Reino do Ndongo, do povo Mbundu (ou Ambundo) e do Ngola Kiluanji. A discussão reporta-se, evidentemente, a um período compreendido entre o século ix, data a partir da qual é admissível a formação do Reino do Kongo, e o século xvi, que assinala o início da presença portuguesa no local.

Tal polémica só poderá encontrar uma resposta segura no dia em que for possível, por hipótese através da arqueologia, determinar com precisão as datas de fundação do Reino do Kongo e do Reino do Ndongo, as suas fronteiras exactas e sobretudo os períodos de expansão de um e de outro. Há ainda que ter em conta que já existiam Estados Mbundu antes da formação do Reino do Ndongo ou do Ngola, dele independentes e que com ele viriam a coexistir, como muito bem o sublinhou Ilídio do Amaral, entre «Ambundos» e «Reino de Angola». Torna-se, portanto, admissível que antes da anexação do Ntotila com vista ao controlo das pescarias do *nzimbu*, a Ilha de Luanda tenha pertencido a um Estado mbundu anterior ao do Ngola Kiluanji kia Samba. Mais adiante, a propósito dos Mbundu, voltaremos a esta questão.

Por agora, mais importante do que entrarmos na polémica é esclarecer um ponto prévio sem o qual qualquer discussão sobre a história da Ilha de Luanda se tornaria ociosa: é que a península ou as ilhas que constituíram a Mazanga sempre foram, mesmo em períodos anteriores ao primeiro milénio da era cristã, antes das migrações bantu, as líticas e as metalúrgicas, e ao contrário de quase todo o litoral angolano, habitáveis. Como já o vimos acima, o clima árido e seco de que se reveste a costa ocidental africana compreendida entre os 16° e os 30° de latitude sul desde o

quinto milénio a. C. nunca foi convidativo à instalação de populações, a não ser em casos pontuais de pequenas comunidades ribeirinhas que viviam da pesca em sistema de recollecção ou da extracção do sal marítimo. Pertenciam, certamente, a estas populações esparsas, os instrumentos líticos encontrados em estações arqueológicas próximas, como por exemplo, justamente, a das Palmeirinhas. Mas não podemos incluir entre estas populações os habitantes da Mazanga, pelo menos depois das migrações bantu conhecedoras do trabalho dos metais e da consequente formação de sociedades estatais. A esses Estados não interessava a fundação de cidades no litoral devido à aridez do clima e à prevalência da agricultura como principal factor de produção. Mas interessava-lhes a fixação de colónias em determinadas regiões ribeirinhas que, como a Mazanga, se revelavam particularmente produtivas. Quais eram, então, as riquezas naturais da Mazanga?

Em primeiro lugar há a registar a existência das *cacimbas*, os poços de água doce, que possibilitavam que estas ilhas, revestidas de uma vegetação verdejante bem em contraste com a do continente fronteiro, fossem propícias à criação de gado caprino e suíno. Daí a designação de Ilhas das Cabras, usada já no início do século XVI por Duarte Pacheco Pereira para as descrever, e também a tradição, que se manteve até hoje, dos porcos (*ngulu*) da Ilha de Luanda cuja carne sabe a peixe, a sua principal fonte de alimentação, com a qual, de algum modo, o escritor Manuel Rui brinca na novela *Quem Me Dera Ser Onda*. O vasto lençol freático que as ilhas apresentavam permitia, além disso, a extracção de minérios, nomeadamente de carvão formado pela decomposição das substâncias vegetais, como parece indiciá-lo o nome que ainda conserva a ponta meridional da Ilha de Luanda, a Xikala. É tentador fazer radicar esta palavra, Xikala, que significa literalmente *terra do carvão* (*ixi ia dikala*), na

língua kimbundu. Mas nada nos impede, no entanto, à partida, de lhe encontrar igualmente uma origem no kikongo (*nsi* e *kala*). Além disso, há que assinalar, quer a abundância na região de conchas *nzimbu*, usadas como moeda de troca nas transacções comerciais, quer a proximidade das regiões produtoras de sal marinho, a norte, no Cacuaco, e a leste, no Kassekele, e de sal-gema a sul, na Kissama. Portanto, independente das origens étnicas ou linguísticas dos povos, o que interessa ter em conta é que a Mazanga, ou o conjunto formado pelas ilhas sedimentares da baía de Luanda, estava necessariamente dependente da soberania de quem controlava a produção e o comércio da água doce das cacimbas, do carvão vegetal, das conchas *nzimbu* e mesmo, ou sobretudo, do sal. Mas quem o fazia afinal? Os Bakongo do Ntotila ou os Mbundu dependentes ou não do Ngola?

Mantemos, em princípio, de pé a hipótese que nos parece ser a mais provável e que levantámos há anos, quer em ficção, no romance *Mazanga*, quer no estudo de análise à carta do padre Garcia Simões, que posteriormente publicámos em revista académica: pelo menos em finais do século xv, à data da viagem de Diogo Cão, a(s) ilha(s) de Luanda encontrava(m)-se sob a soberania do rei do Kongo, representado por um governador laico, um *nkuruntu*, nomeado a partir da sua posição de linhagem em relação ao Ntotila. Esse governador residiria na capital da província de Mbamba, Mbanza Mbala, e decerto arrecadava uma parte da produção das conchas *nzimbu* da Ilha de Luanda, que serviam de moeda de troca nas transacções comerciais realizadas dentro e fora do Reino do Kongo. É de admitir que uma pequena parte dessa produção, cuja colheita se encontrava a cargo das mulheres, coubesse em primeira mão a um chefe de aldeia (*mfumu a vata*) residente na própria Ilha de Luanda e subordinado ao governador de Mbamba. Já é discutível é se esse *mfumu a vata*, termo

kikongo, era nomeado pelo rei do Kongo, como ficcionámos em *Mazanga* e como o confirma Cadornega já no século XVI, ou se não era antes um natural da região, oriundo de povos Bantu que nela habitassem antes da sua anexação pelo Estado Kongo e a ele se tenham submetido. Referimo-nos aos tais Mbundu anteriores à criação do Reino do Ndongo pelo Ngola Kiluanji kia Samba. Vários documentos escritos, tais como a carta do padre Garcia Simões, que analisámos noutro lugar, apontam para a existência de dois povos Bantu bem distintos na Ilha de Luanda: um constituído pelos invasores Bakongo, que se vestiriam de mabela (ráfia), e outro pelos pescadores, que forneciam o peixe e o nzimbo aos primeiros. Estes últimos pertenceriam ao povo Mbundu, que só às vésperas do século XVI se organizaria em Estado e se tornaria independente do Reino do Kongo, através do Ngola Kiluanji kia Samba, mas a partir da Matamba. No entanto, nada nos impede de supor que o mesmo povo não tenha antes habitado o litoral entre o Dande e o Kuanza, como parecem indicá-lo, quer certos documentos escritos, como a carta do padre Garcia Simões, quer as narrativas orais de Luanda alusivas ao culto da árvore sagrada, a mulemba (não as alusivas ao Ngola Kiluanji, pois essas, como veremos, são anacrónicas). Contudo a *mulemba* (termo kimbundu derivado de *mu*, lugar, e *lemba*, linhagem matrilinear) tem o seu correspondente em kikongo na *nsanda* (termo kikongo com origem em *kanda*, igualmente linhagem matrilinear), e ambos os termos eram usados em Luanda desde o século XVI (o segundo, *nsanda*, frequentemente aportuguesado para *ensandeira*) para designar as figueiras africanas plantadas nas ilhas, pelo que a variedade linguística se torna extremamente insuficiente para que possamos determinar uma cronologia.

Um dos argumentos mais credíveis utilizados para pôr em causa a soberania do Reino do Kongo sobre a Mazanga

tem sido o da dimensão da província de Mbamba. Efectivamente, como já o dissemos, e de acordo com a tradição oral e com a cartografia de Cuvelier, esta província kongo era limitada a norte pelo rio Mbridje e a sul pelo rio Loje. Toda a região que se estende do Loje para sul, até à bacia do Kuanza, é apontada, nas cartas dos primeiros reis do Kongo cristianizados, por Reino dos Ambundos. Mas nada nos impede de supor que os mesmos Ambundos ou Mbundu, sobre os quais os mesmos reis do Kongo cristianizados diziam ter soberania, estivessem até um determinado momento - aproximadamente o da chegada dos Portugueses, que grosso modo coincide com a fundação do Estado do Ngola Kiluanji kia Samba na Matamba - sob a dependência do rei do Kongo, muito embora algumas das suas chefias pudessem, mesmo sob a sua suserania, controlar a produção de alguns bens essenciais. É o que parecem insinuar os historiadores que, como Thorton, reconhecem que o rei do Kongo detinha o controlo sobre as pescarias do *nzimbu* nas ilhas, mas não sobre as salinas a norte de Luanda. Ou como J. C. Miller que, embora afirmando que as salinas do Cacuaco eram território congus, põe em questão se a sua produção era encaminhada para o norte, para o Ntotila, ou para leste, para a região mbundu. Mas em que períodos? E que chefias mbundu eram essas?

Aceitamos como indubitável a presença kongo no território litoral compreendido entre o Loje e o Kuanza, ainda que com hegemonia sobre um povo mbundu aí pré-existente e que essa hegemonia se vai perdendo a partir de meados do século xvi, período em que o Reino do Ndongo, fundado pelo Ngola Kiluanji kia Samba, se expande sobremaneira. A hegemonia kongo deve-se à capacidade por parte de Mbanza Kongo de controlar a produção e as trocas nessas regiões, com cujos povos autóctones vão os Bakongo estabelecendo alianças, não apenas de linhagem,

como as dos *nkuruntu*, mas também religiosas, como as dos *bitomi*, os chefes religiosos oriundos do Kongo que também se vão instalando como governadores de província. O mito de Kanzi a Pakala serve para demonstrá-lo, do mesmo modo que se torna útil para explicar, quer a existência nessa região de topónimos presumivelmente de origem kikongo, tais como Mussulo ou Corimba, quer o fenómeno de miscigenação cultural e linguística entre Bakongo e Mbundu observada em relação aos seus habitantes.

Registámos duas versões orais do mito de Kanzi a Pakala. A primeira foi-nos narrada em correspondência epistolar por Henrique Abranches, que a recolheu no Soyo. A outra foi-nos contada pessoalmente pelo Pastor Gabriel António Neto, natural de Ikolo e Bengo, que nos disse tê-la recolhido no Mussulo do Ambriz. Em qualquer das versões da narrativa, Kanzi a Pakala é apresentado como um chefe religioso, um *nganga atombola* ou um *kitomi*, que conquista a confiança do rei do Kongo, isto é, que se torna seu vassalo com a unificação do Estado. Kanzi a Pakala nunca se separa da *ndanji*, a raiz da nsanda, que possui poderes mágicos. As versões de Henrique Abranches e de Gabriel António Neto diferem apenas quanto ao pormenor do poder mágico da *ndanji*. Segundo a versão recolhida por Henrique Abranches, o Kanzi a Pakala conseguia, com a *ndanji*, detectar os lugares onde há nascentes de água potável e onde, conseqüentemente, as terras são férteis, indicando ao rei do Kongo os territórios onde o seu povo podia sem receio cultivar os seus feijões e o seu milho-miúdo, o massango e a massambala, porque eram solos onde se acumulara a água das chuvas de muitos anos anteriores. A *ndanji* está, portanto, desde logo associada à ideia de produtividade, pois que se trata de um instrumento de culto das águas e da fertilidade dos solos. Mas, segundo a versão de Gabriel António Neto, a *ndanji* possuía ainda mais poderes além destes: permitia a quem a detivesse



identificar os lugares mais propícios para a criação de colmeias de abelhas que produzissem mel e cera. Este aspecto tem muita relevância, pois sugere que interessava ao Ntotila entrar em contacto com as rotas comerciais do mel e da cera e alargar o Reino do Kongo para as regiões produtoras destas mercadorias, fosse a área restrita do actual Ambriz, na foz do rio Loje, fosse a Kissama, na margem sul do rio Kuanza.

O rei do Kongo encarregou o Kanzi a Pakala da missão de atravessar o rio Loje e o rio Dande e entrar em contacto com o soberano dos povos que viviam a sul desses rios e que considerava seu parente. As versões de Henrique Abranches e de Gabriel António Neto designam esse soberano por Ngola Kiluanji. Cremos, no entanto, não se tratar ainda do Ngola e sim de uma ou mais autoridades mbundu que o antecederam nestas regiões. Do que não restam dúvidas é que o rei do Kongo pretende uma aliança de linhagem com estes povos, daí a referência ao parentesco, e essa aliança de linhagem visa tirar proveito dos produtos naturais das regiões habitadas pelos Mbundu, nomeadamente a água, o sal ou o mel e a cera. É toda esta realidade que o Kanzi a Pakala personifica e todo o seu périplo é a simbolização deste processo de expansão do Estado Kongo. O Kanzi a Pakala segue munido da *ndanji* e acompanhado de um séquito que vai sendo cada vez mais numeroso à medida que vai avançando para sul. Consegue celebrar, em nome do Ntotila, alianças de vassalagem com os povos das margens do Mbridje e do Loje. Mas é ligeiramente mais a sul, entre o Loje e o Dande, próximo do actual Ambriz, que a sua fama mais se espalha e o seu mito é transmitido pela tradição oral até aos dias de hoje. Referimo-nos à região conhecida por Mussulo do Ambriz, onde ainda são populares, na memória remota do povo, as colmeias e as cacimbas do Kanzi a Pakala.

Segundo Henrique Abranches, este topónimo, Mussulo, querará dizer *terra dos Basolongo* e poderá resultar de migrações de naturais do Soyo para sul e que se instalaram na região, possivelmente dissidentes da sociedade patrilinear imposta por Nezinga. A mesma tradição solongo, que de resto serviu de fonte a Abranches, refere que o Kanzi a Pakala jamais conseguiu encontrar o Ngola, pelo que não se trata de um herói e sim de um anti-herói. Estamos em crer, no entanto, como já o insinuámos acima, que a referência ao Ngola neste mito pode tratar-se de um anacronismo. Em contrapartida, o Kanzi a Pakala consegue obter a aliança por parte de um chefe vindo de leste, do Kuango, o Mani Korimba e, mais importante a registar, consegue chegar às ilhas de Mazanga com os seus acólitos e nela se instalar. É tentador acreditar que os seus aliados são antepassados do Mani Mussulo e do Mani Korimba referidos já no século XVI pelos Jesuítas que acompanharam Paulo Dias de Novais à Ilha de Luanda, e que terão originado os topónimos ainda actualmente existentes, como a Península do Mussulo e a região continental que lhe fica fronteira, a Corimba.

## CAPÍTULO III

# **A formação dos Estados Bantu e os seus mitos de origem (séculos XIII-XV) Os Estados Mbundu e Lunda**



# Cronologia

**Meados do século XIII (segundo Miller)** - Período provável da formação do Reino do Ndongo, legitimado pelo símbolo ferrealítico do ngola e sob a dinastia dos Ngola Kiluanji kia Samba.

**Século XIV (meados)** - Ruptura na genealogia perpétua do Yala Muaku na Lunda, simbolizada na tradição oral por um parricídio, a favor das linhagens juniores.

**Séculos XIV/XV** - Período provável para a formação do Estado do Muatiânvua - aliança entre a Lunda e a Luba, simbolizada na tradição oral pelo casamento da princesa Lueji com o Tshibinda Ilunga -, também conhecido por «Império Lunda».

# **1 - A formação dos Estados Mbundu. O Reino do Ndongo**

## **a) Os Mbundu: o significado enigmático do termo e as sociedades em que se organizavam antes do século xv**

Continua por explicar o significado etimológico do termo *Mbundu*, aplicado aos povos Bantu que, oriundos da região de Angola compreendida entre o litoral atlântico a oeste, os rios Dande e Cauale a norte, o rio Longa e as montanhas da Kibala a sul e o rio Kuango a leste, se expressam em língua kimbundu. A maioria dos autores de dicionários de kimbundu-português, começando pelo isentíssimo Cordeiro da Matta, definem o termo de uma forma muito vaga que não pode deixar de reflectir uma perspectiva colonial eurocêntrica, pois atribuem a *Mbundu* ou *Ambundo* o significado de *homem negro* ou *homem preto* ou *natural de Angola*. A mesma perspectiva aparece, aliás, reproduzida em algum cancioneiro angolano bilingue, do qual um exemplo notório é a canção gravada em finais da década de 1950 pelo Duo Ouro Negro com o refrão *tala o mbundu uakambe o sonhi (olha o preto não tem vergonha)*.

A definição mais interessante encontrada para *Mbundu* ou *Ambundo* consta de uma comunicação apresentada pelo cónego A. Miranda Magalhães, no Porto, por ocasião do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, em 1934, no Porto, que faz derivar estes termos do verbo *kubunda* (*saquear, desbaratar, conquistar*). O interesse reside no facto de, a partir daqui, conforme o fizeram vários historiadores e antropólogos posteriores, podermos presumir que os *mbundu* seriam os *conquistadores* ou os *vencedores* em relação a outros povos *conquistados* e

*vencidos*. Ainda assim, a noção permanece vaga. Conquistadores e vencedores de que outros povos e em que circunstâncias?

As fontes para o estudo da sua história anterior ao século xvii revelam-se muito reduzidas em comparação, por exemplo, com o que sucede com o Reino do Kongo. Além da tradição oral, os documentos escritos mais antigos a respeito dos Mbundu datam precisamente do século xvii. Destacam-se a obra do português António de Oliveira de Cadornega *História Geral das Guerras Angolanas*, publicada pela primeira vez em 1680, a obra do capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecuccolo *Descrição histórica dos três reinos de Congo, Matamba e Angola*, publicada pela primeira vez em Bolonha em 1687, com tradução para a língua portuguesa apenas em 1965, e ainda os esparsos, mas prolíferos e elucidativos relatórios redigidos por eclesiásticos constantes de *Monumenta Missionaria Africana*, colectânea de 11 volumes reunida entre 1952 e 1971 pelo padre António Brásio. Todavia, sobretudo ao longo do século xx, têm sido realizados importantes estudos antropológicos e historiográficos sobre os Mbundu e a formação dos seus Estados. Sem querermos menosprezar o contributo incontornável de muitos investigadores, angolanos, portugueses e outros, que se evidenciaram num período anterior à Independência de Angola, como José Redinha, Mário Milheiros, Lopes Cardoso ou os colaboradores das publicações coloniais *Boletim (da Agência) Geral das Colónias* (depois do *Ultramar*) e *O Mundo Português*, centrar-nos-emos em três autores cujos estudos se impuseram no pós-independência, não obstante dois deles terem iniciado as suas investigações muito antes. Aquele em que nos baseamos fundamentalmente é o historiador norte-americano Joseph Calder Miller, que elaborou, a partir de um trabalho de campo realizado em Angola nos anos de 1969 e 1970, um estudo detalhado

sobre a história das instituições mbundu e imbangala, de que resultou um livro, *Kings and Kinsmen, Early Mbundu States in Angola* (1976), traduzido para português em 1995 pela historiadora angolana Maria da Conceição Neto e então publicado pelo Arquivo Histórico Nacional de Angola com o título *Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Tomaremos também em consideração estudos como o de Ilídio do Amaral *O Reino do Kongo, os Mbundu (ou Ambundus), o Reino dos «Ngola» (ou de Angola) e a Presença Portuguesa de Finais do Século XV a Meados do Século XVI*, publicado em 1996, assim como os trabalhos de campo do antropólogo angolano Virgílio Coelho, na maioria elaborados durante as décadas de 1980 e de 1990.

Os territórios de todas as organizações políticas mbundu encontram-se incluídos no Reino do Kongo, como «províncias» deste Estado, quer na carta de Jean Cuvelier de 1946, quer na de Randles de 1968, o que indicia que todas se foram formando à medida que o mesmo Reino do Kongo se expandia. Entre essas sociedades, Miller evidencia em primeiro lugar os Hungu (*Mahungos*), localizados a leste do rio Lukala, quase na margem esquerda do Lui, afluente do Kuango, que teriam sofrido grande influência cultural do Kongo, sobretudo através dos Suku (*Mussucos* nas cartas étnicas de Redinha, Cardoso e Lima, onde aparecem incluídos entre os Bakongo), situados a leste do Kuango, naquela que foi a província kongo do Nsuku, os quais teriam celebrado alianças de parentesco com o Ntotila e com as linhagens conguesas.

Uma parte dos Libolo terá atravessado o Kuanza de sul para norte e, tendo-se misturado com os Pende que viviam no planalto imediatamente a oeste da Baixa de Kassanje, formaria o Estado Mbondo, numa área a oeste da nascente do Lui, abrangendo a actual província de Malanje. Finalmente, um pouco mais a oeste, expandindo-se para

norte e para sul, entre o curso inferior do Lukala e a margem norte do Kuanza e atingindo a margem esquerda do rio Kambo, afluente do Kuango, os Ndongo, vindos do norte – provavelmente já aliados com o rei do Kongo – terão absorvido os Lenge e uma parte da população autóctone Pende (ou *Bapende*), empurrando outra para leste, que corresponderá aos actuais Pende congoleses.

São estes Ndongo (ou *Mundongo*), cujos domínios posteriormente se alastrariam para a Kissama e para o corredor do Kuanza, que terão fundado, segundo Miller, em meados do século XIII, o Reino do Ndongo, legitimado pelo símbolo ferrealítico do *ngola* e sob a dinastia dos Ngola Kiluanje kia Samba. Importa perceber a estrutura social dos Mbundu que levou à formação dos seus Estados independentes do Reino do Ndongo (ou *do Ngola* ou *de Angola*), sejam-lhe eles anteriores, contemporâneos ou posteriores. Seriam, portanto, estes os Ambundos dos quais no século XVI, conforme bem o sublinhou Ilídio do Amaral, Afonso I do Kongo se afirmava rei, do mesmo modo que o fazia igualmente, segundo as cartas redigidas pelos seus escribas, em relação a outros Ambundos deles bem distintos, os Ndongo (ou *Mundongo*), que integravam aquele que as mesmas cartas designam por *Reino de Angola*, isto é, o Ndongo dos Ngola.

Miller considera, portanto, que em meados do século XIV e num período que pode remontar ao século IX, existiram pelo menos sete organizações políticas mbundu no actual território angolano, todas conhecedoras do trabalho do ferro. A organização estadual processou-se em todas elas com base em fundamentos diversificados que, embora podendo coexistir, obedeceram a uma ordem evolutiva das linhagens no controlo dos meios de produção, particularmente no domínio dos graus de sofisticação das técnicas da metalurgia, o que vem a corresponder à



detenção por parte dos chefes de três símbolos de poder bem distintos: a *mulemba*, o *lunga* e o *ngola*.

### **b) A Mulemba. A expansão das primeiras alianças segmentares dos Mbundu**

No período que medeia entre o século ix e o século xv, as sociedades mbundu, fabricando o ferro, viviam, como a grande maioria das sociedades bantu, tendencialmente da agricultura e concentravam-se em aldeias. Devido à ferratização e permeabilidade dos solos, própria dos climas tropicais, as colheitas esgotavam a sua fertilidade em poucos anos, pelo que o uso de instrumentos agrícolas mais penetrantes do que os tradicionais machados e enxadas de cabo curto e lâmina curva e rasteira correria o risco de tornar o terreno estéril. Por isso mesmo, o sistema de cultivo era itinerante, devendo os agricultores de tempos a tempos deixar as terras em pousio, até que voltassem a ser adubáveis daí a alguns anos, e procurar outras onde se instalavam depois de queimarem a vegetação local para logo a seguir nelas semear plantas alimentares. Não pretendendo, de maneira nenhuma, cair num determinismo geográfico, temos de reconhecer que nestas condições mesológicas de que os Mbundu se rodeavam se encontra, de algum modo, quer a origem da tradição das queimadas – temática que no tempo colonial tanto rentabilizou uma certa pintura paisagística, nomeadamente a de Albano Neves e Sousa –, quer a explicação para a longevidade da tradição da matrilinearidade para assegurar a herança e a descendência nestas sociedades.

Sendo a fertilidade da mulher identificada com a fertilidade da terra, a cada povoado mbundu correspondia uma determinada linhagem matrilinear, o *ngundu*, a qual legitimava a propriedade e o controlo por parte dos seus membros sobre as terras (*íxi*), que abrangiam os solos para a agricultura, os rios para a pesca e as florestas para a caça

e a colecta de frutos. Os homens adultos que constituíam essas aldeias pertenciam todos, portanto, a um único grupo de filiação matrilinear, isto é, todos se encontravam ligados a um antepassado comum pela via feminina. Tinham como esposas mulheres de outras linhagens, vindas de outras aldeias, devendo as mulheres da sua linhagem arranjar maridos noutros povoados. As mulheres, em geral, só depois de enviuvarem ou de se divorciarem é que voltavam para a sua aldeia de origem e para o seu *ngundu*. Os filhos pertenciam, evidentemente, à linhagem da mãe, sendo regra os rapazes, ao atingirem o estado de adulto, partirem para a comunidade de onde a mãe era oriunda e aí criarem família. A autoridade máxima de cada aldeia/linhagem cabia, pois, a um homem, pertencente ao *ngundu*, normalmente o homem mais velho, designado pelo título *lemba dia ngundu*, isto é, o *tio da linhagem*. Competia-lhe tomar as decisões quanto ao acesso à agricultura, à pesca, à caça e às florestas, quer em relação aos membros da sua linhagem, os seus sobrinhos maternos, quer eventualmente em relação a terceiros que com eles partilhassem os recursos naturais – Miller refere, a propósito, casos de caçadas comunitárias realizadas com queimadas no final de cada estação seca –, mas estes estranhos não podiam transmitir aos sobrinhos os seus privilégios pessoais.

Atente-se no nome do cargo deste chefe de linhagem, o *lemba dia ngundu*, que, por inerência, era o chefe da comunidade e a quem competiam também, na qualidade de intermediário entre os membros vivos do *ngundu* e os seus antepassados, funções rituais tais como assegurar chuvas copiosas que permitissem colheitas abundantes, atrair a caça com fartura e garantir a fertilidade das mulheres da linhagem, pelas quais distribuía a *pemba*, o caulino branco sagrado da cor dos antepassados. O substantivo *lemba*, significando *tio materno*, não pode deixar de se relacionar com o nome da árvore venerada como símbolo de

autoridade, a *mulemba* (figueira africana ou *ficus psilopoga*), que os Mbundu plantavam em frente da sua residência na aldeia. A aglutinação da preposição *mu* (*em* ou *onde*) com o substantivo *lemba*, designativo do tio materno e do mais velho da linhagem matrilinear (*lemba dia ngundu*) querera dizer algo como *onde* ou *em que se encontram os antepassados da linhagem matrilinear*. Alude, portanto, aos antepassados dessa linhagem que estão sepultados sob a terra onde se fixam as raízes da árvore. O carácter sagrado da *mulemba* tem a ver, precisamente, com a agricultura itinerante, pois o facto de os seus ramos criarem raízes, uma vez plantados no solo sempre que o *ngundu* se fixava em novo local, assegurava à comunidade que o terreno era fértil. E era fértil porque os antepassados, que se encontravam no fundo da terra, a abençoavam. Consequentemente, a autoridade que a *mulemba* simbolizava era a do chefe da linhagem matrilinear, o *lemba dia ngundu*, e a dos outros mais velhos que o assessoravam, os *makota* (plural de *dikota*, isto é, o *mais velho*), os quais escolhiam a sombra desta árvore para local onde se realizavam as suas reuniões deliberativas.

A *mulemba*, sempre ligada à terra, à fertilidade da mulher e aos antepassados, fundamentava, quer a união das linhagens, proveniente dos casamentos, quer as suas eventuais cisões, resultantes da iniciativa de determinados membros do *ngundu* que quisessem formar uma nova aldeia, os quais se muniam de ramos da *mulemba* da linhagem de onde saíam e plantavam-nos nos locais onde se fossem fixar e gerar filhos. A evolução semântica do substantivo *lemba* dentro das variantes da língua kimbundu reflecte, aliás, a ligação permanente deste termo à matrilinearidade e à fertilidade do ventre feminino, como o demonstraram os dicionaristas António de Assis Júnior e Óscar Ribas ao identificarem o termo *lemba* com o nome de uma divindade tutelar protectora das mulheres grávidas,

sendo neste caso um substantivo próprio, mas também ao lhe atribuírem significados tão díspares tais como o designativo de diversas enfermidades ginecológicas, do hermafroditismo e da esterilidade. O verbo que dele deriva, *ku lemba*, aportuguesado para *alembar* e gerando o substantivo adverbiente *alembamento*, significa *pagar o preço da noiva*, isto é, *pagar o preço da linhagem matrilinear*.

A estrutura da organização política mbundu assentava, portanto, inicialmente, na linhagem matrilinear, enquanto legitimadora da exploração dos recursos agrícolas, fluviais e florestais, e a autoridade cabia, por isso, ao membro da linhagem considerado o tio mais velho, que detinha a posse da *mulemba* como símbolo de poder. As relações entre as diferentes aldeias/linhagens, os *jingundu* (plural de *ngundu*) – presididas regionalmente pelos *jisoba* (plural de *soba*), baseavam-se em laços genealógicos resultantes, quer das cisões das linhagens, quer dos casamentos dos membros de uma linhagem com os de outras. O acesso dos indivíduos a actividades de prestígio, fossem de carácter religioso, como a de adivinho ou de curandeiro (*nganga* ou *kimbanda*), fossem de carácter económico, como a de ferreiro (*ngangula* ou *musúri*) ou de caçador (*kibinda* ou *mona a ianga*), era determinado pelo seu posicionamento na linhagem matrilinear. Mas tal não impedia que indivíduos de linhagens diferentes pertencentes à mesma actividade profissional se congregassem em associações ou irmandades que constituíam instituições transversais dentro do sistema social ditado pela regra do *ngundu* e por vezes mesmo desvios às suas prescrições. Tal era o caso, por exemplo, de certas comunidades de adivinhos, que favoreciam os filhos na herança do seu estatuto profissional, em detrimento dos sobrinhos maternos. Estas congregações, independentemente de poderem ser de carácter público ou secreto, formal ou informal, e de

pressuporem ou não entre os seus membros vínculos provenientes de alianças de parentesco simbólico - os caçadores associados, por exemplo, consideravam-se *parentes* entre si - demonstram que entre os primeiros Mbundu, de organização política e social fundamentada na *mulemba*, já existiam interesses e objectivos que iam para lá dos da linhagem e ultrapassavam fronteiras regionais ditadas pelo parentesco.

A expansão dos Mbundu, efectuada através da segmentação das linhagens, por via das alianças entre *jingundu*, fundamentadas pela *mulemba*, mas também pela criação de laços de parentesco simbólico entre as congregações profissionais de sacerdotes (adivinhos ou curandeiros), ferreiros e demais artesãos e caçadores, poderá ter ocorrido, segundo Miller, muito antes do século xv, estendendo-se, a partir do território compreendido entre o Dande e o Kuanza, para norte, para sul, para leste e para oeste. Num primeiro caso, referimo-nos a alianças com linhagens provenientes do Reino do Kongo (Kongo dia Ntotila), eventualmente já em expansão neste período, como foi o caso dos já referidos Nsuku e, pelo lado mbundu, os Songo. Um segundo caso poderá corresponder a alianças com os povos dos planaltos a sul do Kuanza, entre os quais os Libolos, originando o que muito futuramente viriam a ser os Ovimbundu, de língua umbundu, do Planalto Central de Huambo/Bié, e mesmo, ainda mais a sul, os Nhaneka das Terras Altas da Huíla. Um terceiro caso, o da expansão das alianças segmentares para leste, nordeste ou sudeste, atingiria a região dos Grandes Lagos, mas passaria primeiro pelos Lunda do Katanga, os antigos Tubungu, e pelos Luba (*Baluba*).

Miller admite a hipótese de, entre os Mbundu, já existir a instituição dos *ibinda*. Tratava-se de caçadores cujas «artes mágicas» se acreditava permitirem-lhes tornar-se invisíveis perante a presa, voar pelos ares ou manejar armas

enfeitiçadas que nunca falhavam o alvo. Diferentes dos *ianga*, cujos aprendizes eram os *mona a ianga*, que mais não eram do que caçadores especializados no uso do arco, flechas e zagaia, que usavam para matar a chamada «caça grossa», constituída por hipopótamos, leões, leopardos, javalis, grandes antílopes, pacaças e crocodilos. O movimento de alianças terá estado na origem de uma dinastia de *ibinda* reinante entre os Baluba e que mais tarde se aliaria com os Lunda. As «artes mágicas» mais não simbolizam do que a introdução da metalurgia. Ou seja, a transição das técnicas líticas para a metalurgia deu-se de leste para oeste. Mas também é admissível a hipótese inversa, isto é, a de que a instituição dos *ibinda* migrou de leste para oeste, precisamente através dos Luba aliados com os Lunda, num período bem mais tardio, já nos séculos xv e xvi.

Um quarto caso, finalmente, conduz-nos ao litoral, particularmente à embocadura do Kuanza e às ilhas da Mazanga. Antigas linhagens mbundu ter-se-iam, pois, instalado nestes lugares ainda antes da expansão do Reino do Kongo e do uso do nzimbu como moeda mercadoria de troca. Prová-lo-iam, por exemplo, as tradições da região de Luanda referentes às mulembas milenares aí existentes, nomeadamente a famosa *Mulemba uaxa Ngola* (*Mulemba deixada pelo Rei, o Ngola*), do início da estrada do Cacuaco. Mas nesse caso tratar-se-ia de mulembas plantadas pelos Mbundu ainda não organizados sob o símbolo do *ngola*, os mesmos que Ilídio do Amaral insiste em dizer serem os «Ambundos» que não são do «Reino de Angola», pois esse reino – mais precisamente o Reino do Ndongo – ainda não existia. A referência ao Ngola, constante do nome pelo qual o povo de Luanda designa a conhecida árvore milenar, mais não será então do que um anacronismo resultante da sobreposição de tradições na oralidade. Ainda assim, tudo continua a ser muito impreciso, tanto mais que os Bakongo

também veneravam a mesma árvore, que designavam por *nsanda*, e nada nos impede de pensar que possam ter sido eles a plantar a chamada *Mulemba uaxa Ngola*.

Outro vestígio de uma provável presença dos primeiros Mbundu na área de Luanda poderá ser o topónimo Maianga, referente a um dos bairros da cidade, pelo menos segundo a perspectiva de Óscar Ribas na interpretação do termo. Para Óscar Ribas, Maianga deriva do nome de uma entidade, *Dinhanga*, protectora dos caçadores mbundu, os *ianga*, e o local da cidade com esse nome seria alusivo precisamente às reuniões das congregações desses mesmos caçadores. Mas porque não acreditar igualmente, sobretudo atendendo a que no lugar da Maianga – pelo menos no de uma das duas maiangas de Luanda – se situou em tempos a «lagoa dos elefantes» e nele ainda hoje se localiza um dos mais abundantes lençóis freáticos da cidade de Luanda, na hipótese tradicionalmente mais defendida, isto é, a de que Maianga se trata de um vocábulo kikongo que corresponde ao plural de *eianga*, ou seja, *lagoa(s)*?

### **c) O Lunga. O reforço das fronteiras no controlo das rotas comerciais**

Vimos que a organização política e social fundamentada na *mulemba* possibilitava a segmentação das linhagens mbundu através de alianças de casamento entre elas, mas que tal não obstava a que, paralelamente, se gizassem interesses e objectivos políticos para lá dos da linhagem, nomeadamente os que levavam os membros das congregações profissionais a criarem entre si laços de parentesco simbólico. Ainda segundo Miller, é a partir daqui que os Mbundu, através da distribuição de símbolos de autoridade e da delegação da autoridade, tenderão a transformar progressivamente instituições como a *mulemba* que, embora desempenhando funções políticas,

se encontravam ainda muito dependentes das relações familiares e de uma economia essencialmente agrícola ou eventualmente pecuária, noutras instituições que, como o *lunga* e o *ngola*, legitimarão a constituição de estruturas políticas que se identifiquem com o Estado.

O historiador norte-americano parece, no entanto, dar pouca importância a factores regionais de ordem económica que terão estado na origem dos tais interesses e objectivos e dos motivos pelos quais eles vieram a suplantir os meros interesses da linhagem. Que factores económicos são esses? Os que se prendem com o entrosamento entre as rotas comerciais e os recursos naturais da região que se estende para o litoral e também para sul e norte do Kuanza.

Na distribuição cartográfica proposta por Jean-Luc Vellut em 1979 e reproduzida e analisada por Isabel Castro Henriques em 1997 é bem evidente a abundância nestas regiões de lugares de extracção de sal e de jazidas de ferro, dois produtos essenciais, o primeiro para conservação e condimentação dos alimentos, o segundo para a confecção de armas e sobretudo de instrumentos agrícolas e de caça e utensílios domésticos. A eles poderíamos acrescentar o mel e a cera. Trata-se, pois, de mercadorias assaz transaccionadas nas rotas comerciais onde intervêm os povos vizinhos, nomeadamente os Bakongo a norte, os Balunda e os Baluba a nordeste e os Libolo (futuros Ovimbundu e Nhaneka?) a sul. É a necessidade de assegurar o controlo sobre a sua produção que incentiva os Mbundu a transformarem os seus símbolos de autoridade e a reforçarem a demarcação das fronteiras territoriais.

O sal marítimo, o mais procurado, predomina na região litoral compreendida entre as embocaduras do Loje e do Kuanza, destacando-se nas que viriam a ser as localidades de Ambriz, Cacuaco e Cassequele, ainda que também se registem lugares de extracção muito mais a sul, perto do



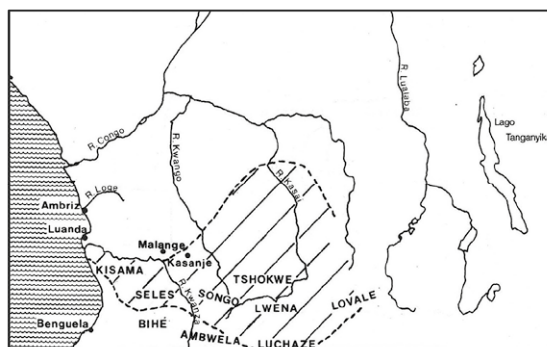
que muito futuramente viria a ser Benguela. Não obstante a existência de sal-gema na Kissama, ligeiramente a sul da foz do Kuanza, cremos que, de início, o sal cuja produção mais interessou aos Mbundu controlar foi o dos lagos. Tal explicaria a associação permanente do símbolo de poder *lunga* aos espíritos aquáticos. Tem relevância o facto de se registarem centros de extracção de sal dos lagos nos lugares de Kasanje e Tchibondi, respectivamente nas margens ocidental e oriental do Kuango, e mesmo mais a sudoeste, já no Planalto do Bié.

Quanto a jazidas de ferro, podemos encontrar quatro a sul do Kuanza, situando-se uma delas logo junto da margem meridional, já em terras da Kissama, e outras três no Planalto Central, sendo duas delas no Bailundo e no Bié e uma terceira em Cassinga, próxima da nascente do Kubango. Mas é para norte do Kuanza, mais concretamente entre o Kuanza e o Loje, num espaço delimitado a leste pelo Kuango, que elas se intensificam, o que vai explicar a inevitável interacção entre linhagens Kongo em expansão para o sul e linhagens Mbundu em movimento para norte. Os vestígios dessa segmentação interactiva de linhagens entre dois povos distintos são bem notórios em particular no que respeita à relação entre os Nsuku, pelo lado kongo, e os Songo, pelo lado mbundu, e manifestam-se quer nas suas tradições orais, quer nas suas variantes linguísticas, falando os Nsuku uma variante do kikongo com elementos do kimbundu e os Songo uma variante do kimbundu com elementos do kikongo. Registam-se jazidas de ferro precisamente, no Songo, que antecedem as que, considerando o mapa de sul para norte, se estendem pelas áreas de Malanje, Ambaca e Golungo Alto.

Finalmente, há que assinalar ainda que não nos é difícil crer que as áreas produtoras de mel e de cera, estendendo-se da bacia do Kuanza para o litoral e também para leste, abrangendo o território dos Songo, contribuíram

igualmente para um confronto entre Bakongo e Mbundu, resolvido por meio de alianças de linhagem, se admitirmos que a realidade simbolizada pelo mito do Kanzi a Pakala se expandiu das regiões do Ambriz e da Ilha de Luanda para sul e para sudeste.

Foram estes os factores que mais contribuíram para que os Mbundu, passando de um sistema de subsistência meramente rural para uma economia mercantil de relação com terceiros, tenham sentido a necessidade de criar um símbolo de poder que lhes legitimasse uma forma de autoridade baseada no território e não já apenas na linhagem ou no parentesco. Esse símbolo veio a ser o *lunga*, cujo detentor reclamava uma autoridade sobre qualquer indivíduo que vivesse ou passasse por um domínio territorialmente definido, independentemente das relações de linhagem. Trata-se agora de delimitar fronteiras territoriais face a estrangeiros para preservar o controlo sobre os meios de produção, mesmo que esta operação possa eventualmente envolver alianças de linhagens com esses mesmos estrangeiros. É a criação dessa autoridade essencialmente territorial que leva autores como Miller a falar, e bem, em formação de estadualidade.



6 - As regiões produtoras de mel e cera, de acordo com proposta de Vellut, 1979. HENRIQUES, 1997, p. 695.



Em que regiões do território Mbundu começou por emergir o *lunga*? Certamente nas mesmas onde, ao tempo da investigação de Miller, nos anos de 1970, ele ainda subsistia, isto é, entre os Mbundu orientais das margens do Kuango e do baixo Lui, seu afluente, abrangendo as populações Pende, Hari e Paka. Daí pode ter irradiado para norte e ter-se espalhado, quer entre aqueles que viriam a ser os «povos Yaka», quer para o Katanga, sendo assimilado pelos Kuba e pelos Luba, onde daria nome a linhagens poderosas, o que explicaria a introdução do termo, *lunga*, no sobrenome da figura mitológica do Tshibinda Ilunga.

#### **d) O Ngola. O mito do Ngola Musuri e a fundação do Reino do Ndongo**

É inquestionável que a transição do *lunga* para o *ngola* como símbolos de poder unificador entre os Mbundu ficou a dever-se ao facto de os *malunga*, essencialmente associados a massas hidrográficas de água, terem conseguido unificar linhagens, de preferência em regiões demarcadas ou em espaços regionais restritos. Não sendo os *malunga*, tal como a *mulemba*, facilmente transportáveis, dificultavam a mobilidade física e social das linhagens, condenando-as à territorialidade, uma vez que as impediam de se deslocarem sem o risco da desagregação. Revelaram-se, por isso, ineficazes para satisfazer necessidades de mudanças caso as condições económicas ou as ameaças militares externas o exigissem. A introdução do *ngola* permitiu, pois, aos grupos de filiação Mbundu unirem-se por agregados que abarcavam territórios mais vastos.

O *ngola* era uma insígnia de linhagem que consistia num pequeno pedaço de ferro: um martelo, um sino, uma enxada ou uma faca. Tal como a *mulemba* e o *lunga*, era incorporado nos grupos de filiação e reforçava a

independência de uns em relação aos outros. Embora o objecto que o representava fosse considerado mediador entre os vivos e os mortos da linhagem, inicialmente o *ngola* não atribuía ao seu guardião, escolhido entre os membros da linhagem que o recebia, o estatuto de autoridade que centralizasse em si o poder. Com o tempo, porém, os mesmos guardiães do *ngola* foram adquirindo direitos e deveres que anteriormente eram exclusivos dos chefes da linhagem, os *malemba dia ngundu*, e alcandorados à dignidade de *malemba dia ngola* (os tios do *ngola*). As atribuições dos primeiros ficaram reduzidas a meras funções rituais e simbólicas, tais como a distribuição da pemba pelas mulheres do grupo de parentesco. Os *malemba dia ngola* é que passaram a ser os verdadeiros chefes políticos.

Uma particularidade que o *ngola* oferece em relação à *mulemba* e ao *lunga* é a de ter viabilizado, em escala muitíssimo superior, por um lado um aumento da criação de novas linhagens pela via da segmentação das tradicionais, por outro, e em consequência, o estabelecimento entre elas de coligações que assentavam num reordenamento por hierarquias. A mobilidade física do *ngola* permitiu que se multiplicassem os casos de homens jovens que, furtando-se à autoridade do seu parente mais velho, requeriam um novo *ngola* a outra linhagem, que lhes garantia a protecção em troca de serviços prestados na guerra ou noutra empreendimento como o comércio. Assim se fundavam novas linhagens, detentoras de novos *jingola*, que, todavia, na maioria dos casos, ficavam subordinados à autoridade daquelas linhagens mais ricas ou mais influentes que lhes forneciam e que detinham a posição principal na coligação. Acima de todas, e adaptando as antigas instituições de parentesco perpétuo e de sucessão nas posições titulares, encontrava-se uma linhagem superior e centralizadora, que baseava a sua autoridade no

*ngola*, garantindo uma unidade estadual mais coesa. O detentor dessa autoridade, o mais poderoso dos reis, era designado precisamente por Ngola e a sua influência estendia-se, já no século XVI, por uma área vasta delimitada a norte pelo Kongo, a leste pela Matamba, a sul pelos Estados Ovimbundu e pela Kissama, e a oeste pelo Oceano Atlântico. Esta área, correspondente ao reino do Ndongo, do povo Ndongo, governado pelo Ngola, seria chamada «Reino de Angola» pelos Portugueses, que inicialmente confundiram o nome do Estado com o título do seu soberano.

As grandes questões que se têm levantado acerca do *ngola* é quando e onde terá surgido pela primeira vez. O seu aparecimento ocorreu decerto bem antes do século XVI e a sua difusão como insígnia de linhagem pode reportar-se, de acordo com Miller e admitindo que acompanhou a expansão para sul da influência e estruturas políticas Kongo, ao século XIII ou ao século XIV. Encontra-se, sem dúvida, directamente associado a um súbito aperfeiçoamento das técnicas no trabalho do ferro, pois conforme o salienta Cavazzi a partir da tradição oral que recolheu, o primeiro soberano a detê-lo terá sido o Ngola Musuri, isto é, o «Rei Ferreiro». O seu reinado terá permitido pela primeira vez aos Mbundu o fabrico de utensílios de guerra mais sofisticados, tais como machados, machadinhas, facas e pontas de flecha. Ao contrário do que o supuseram alguns investigadores menos prevenidos e impregnados de uma perspectiva ocidental sobre a história, o mito do Ngola Musuri não representa uma revolta de ferreiros ou artesãos com o fim de tomar o poder e sim a fundação de uma linhagem que a ele ascende provavelmente por uma via democrática, com o beneplácito das populações, devido ao facto de saber trabalhar o ferro segundo uma técnica mais perfeita e poder, consequentemente, controlar os meios de produção.

Segundo as tradições orais recolhidas no século XVII por Cavazzi, a linhagem que trouxe os *jingola* para os Mbundu foram os Samba, fundadores da dinastia dos Ngola Kiluanji kia Samba, cujo nome pode ser traduzido, segundo as interpretações, por *os reis vitoriosos Samba* ou *os reis vitoriosos (oriundos) da Samba*. Atendendo a que o significado da palavra *kiluanji* pode não ser o de *vitorioso*, como durante muito tempo se pensou – o que nos remeteria de novo, evidentemente, para uma ideia incorrecta de conquista ou de revolta armada –, e sim uma alusão às forças espirituais representadas pelo objecto *ngola*, a tradução do título Ngola Kiluanji kia Samba seria antes algo como *rei venerável* [ou *divino* ou *sacro*] *Samba* ou *oriundo da Samba*. Mas onde se localizaria esta Samba, da qual provieram os primeiros reis detentores do *ngola*?

Mais uma vez nos reportamos aos estudos de Miller para alvitarmos que Samba se identifica com Matamba, a região planáltica próxima das nascentes do rio Lukala. Entende este historiador que a mesma região, embora governada já desde o século XIII pelos *malemba dia ngola* detentores dos *jingola*, teria permanecido até finais do século XV ou inícios do século XVI sob o domínio do Reino do Kongo, sendo uma sua província. Os Bakongo designariam a região por Tsamba, palavra que os Mbundu, cuja língua, o kimbundu, não tem a consoante inicial *ts-*, pronunciariam com a elisão do *t*, Samba. Só mais tarde os Portugueses, de língua igualmente desprovida do *ts-* inicial, ao transformarem o termo kikongo Tsamba em Tamba, introduziriam o termo Matamba, aglutinando à palavra o prefixo *bantu* do plural *ma* para nomear os povos seus naturais.

Samba (ou Matamba?) seria, portanto, o nome da primeira linhagem difusora do *ngola*, assim como o da região de onde a mesma linhagem era oriunda. É ainda impreciso determinar o número de Estados Mbundu que se

foram fundando com base no *ngola* entre meados do século XIII e os começos do século XVI, data unanimemente considerada a mais provável para a emergência de um soberano que se autoproclama Ngola Inene (Ngola, o Grande) e que seria o unificador do Reino do Ndongo. O certo é esses Estados já existirem antes do século XVI, inclusive o Reino do Ndongo (ou dos Mundongo da dinastia Samba), embora quase todos até então submetidos ao Reino do Kongo por vassalagem decorrente da hierarquia das linhagens segmentadas.

É este período de dois séculos e meio que se encontra contido na narrativa de tradição oral recolhida por Cavazzi alusiva ao Ngola Musuri (o Rei Ferreiro ou Serralheiro) e às suas filhas. O Ngola Musuri teve várias esposas, mas só uma concebeu. Isto é, o *ngola* só conseguiu inicialmente expandir-se pela via matrilinear numa direcção, provavelmente Kalandula, já no Alto Lukala, ao sul da Matamba. Dessa esposa, que intitulou Ngana Inene (a «Grande Senhora»), teve três filhas: Zunda-dia-Ngola, Tumba-dia-Ngola e uma terceira cujo nome não é indicado. Temos, portanto, três linhagens matrilineares a expandir o Ngola como símbolo de poder. A primogénita desposa um escravo, que há-de assassinar o sogro e morre subitamente. Zunda-dia-Ngola governa até à velhice, mas sem ter filhos. Elege como seu herdeiro um dos dois filhos da sua irmã Tumba-dia-Ngola, casada com um tal Ngola Quiluanji. Mas revela-se uma soberana desconfiada e acaba por pôr fim à vida do próprio sobrinho. Por fim, é a irmã e o cunhado que a assassinam, sendo Tumba proclamada rainha.

Este episódio revela instabilidade no primeiro reino ou nos primeiros reinos baseados no *ngola* e, conforme o demonstrou Miller, relata as guerras entre os Mbundu do norte («Zunda-dia-Ngola») e as linhagens do centro («Tumba dya Ngola»). O prenúncio do que virá a ser a futura unificação é personificado no filho de Tumba-dia-



Ngola e de Ngola Quiluanji, proclamado rei sob o nome de Ngola Kiluanji kia Samba. Cavazzi refere-o como alguém que «prolongou o reino com novas conquistas», que teve numerosas concubinas de onde advieram «muitíssimos descendentes, que foram os chefes das mais importantes famílias do reino» e como sendo o «quarto rei de Angola».

Sem dúvida que o que quer dizer é que o Ngola Kiluanji kia Samba já é uma quarta linhagem que posteriormente se segmenta em muitas outras que, tal como Kalunga ka Ngola, Muhi wa Ngola e Nzungi a Ngola, se estenderão pelos rios Mukari, Luximbi e Tumba. Concedendo outros títulos *ngola* para oeste do alto Lui e estendendo a influência dos reis do centro para leste, entre as linhagens Pende da Baixa de Kassanje, confrontar-se-ão com a província de Mbamba do Reino do Kongo e darão progressivamente origem ao Reino do Ndongo. A emergência do Ngola Kiluanji kia Samba ter-se-á dado em meados do século xv.

## **2 - A expansão do Libolo do Hango dia Kulembe através dos mavunga e a emergência do Reino Mbondo**

Miller assinala a existência de Estados a sul do rio Kuanza muito anteriores ao século xv e, portanto, contemporâneos dos reis *lunga* dos Pende e mais antigos do que o Ngola Kiluanji kia Samba. A existência de tais unidades políticas foi, provavelmente, silenciada pelas tradições orais dos Mbundu. Trata-se de Estados legitimados por um título denominado *vunga* (plural *mavunga*), os quais por sua vez radicavam num Estado muito mais remoto, o Hango dia Kulembe, que vários séculos antes teria reivindicado a sua autoridade sobre uma grande parte do Planalto de Benguela, com capital próxima das nascentes dos três principais rios que correm

a noroeste: o Longa, o Kuvu e o Ngango. O objectivo desta expansão seria o controlo de uma rota comercial muito antiga dos Mbondo, que seguia das margens do Kuanza até aos depósitos de sal do rio Luhanda, situados a noroeste, na região da actual Baixa de Kassanje.

Tudo leva a crer que o símbolo do *kulembe* chegou aos Mbundu do sul através de uma dinastia intermediária de reis com o título de *hango*. Mas a data da origem do Reino ou Estado do Hango dia Kulembe, assim como a da sua desagregação, é obscura. A partir das genealogias perpétuas dos Mbondo chegadas ao século xx pela tradição oral, as quais identificam a autoridade máxima do Libolo com o Hango dia Kulembe no sentido de ser um «filho» do *kulembe*, Miller estabeleceu duas hipóteses para tentar explicar a provável expansão do Kulembe, insígnia de poder muito antiga, da região a sul do Seles, atravessando o rio Kuvu, até à região do Libolo, na margem sudoeste do Kuanza. A primeira hipótese admite que os predecessores dos reis *hango* tenham permanecido entre os Mbundu meridionais durante algum tempo (quanto?) sob outro nome até obterem o título de «filho» do *kulembe*, que permitiria ao reino penetrar na região do alto Ngango. A expansão do *kulembe* processar-se-ia, portanto, de sul para norte, correspondendo o *hango* a um título que designaria um cargo derivado daquele que era desempenhado pelo detentor do *kulembe*, provavelmente o de governador de província, exercido pelo membro de uma linhagem segmentar.

Mas uma segunda hipótese já abre a possibilidade de uma movimentação inversa, isto é, de norte para sul, sendo então os portadores do *kulembe* vistos como invasores, pacíficos ou não, dos Mbundu meridionais, e impondo a sua autoridade entre estes através da delegação de poderes em governadores provinciais – ou vassalos, com cargo hereditário, utilizando o título de *hango*. Todavia seriam

repelidos para sul, já no século xvi, pelos portadores do título *ngola*, refugiando-se os seus últimos soberanos no extremo sudoeste do grande Libolo, a área mais próxima da Kissama.

Em ambos os casos, Miller entende que os reis *hango* do Libolo conseguiram dominar uma área mais vasta do que quaisquer reis Mbundu, mas através da delegação de poderes em governadores provinciais temporários, cuja autoridade subalterna era assegurada pela detenção do título *vunga* (plural *mavunga*). Este não era transmissível aos seus herdeiros ou parentes. Os *mavunga* assegurariam, portanto, aos reis do Libolo, a centralização do poder, contrariamente ao que acontecia com os detentores dos *malunga* ou do *ngola*, títulos pouco flexíveis devido à sua dependência da rigidez das fronteiras marcadas pela hidrografia do território.

A tradição oral recolhida por Miller evidencia uma província do antigo Reino do Libolo chamada Ndala Kisua, nome de uma serpente venenosa tida entre os Mbundu e os Ovimbundu por mágica e guardiã do sobrenatural, incutindo nestes povos um grande temor supersticioso. A Ndala era venerada igualmente no Planalto de Benguela, para sul do Libolo, como se fora um vestígio do prestígio remoto dos olvidados reis *hango*. No entanto é sabido que a Ndala também é temida no Kuanza-Norte. Demonstram-no, quer o topónimo Dalatando (*Ndala Ntandu*), quer inúmeras narrativas mbundu recolhidas no século xix pelo missionário suíço Héli Chatelain. Além de que o ofídio existe praticamente em todo o território de Angola e é designado sempre pelo mesmo nome. O escritor colonial Luís Figueira, por exemplo, que viveu no Moxico como comerciante de borracha nos anos de 1910, faz aparecer a Ndala entre os Nganguela no seu romance *Princesa Negra. O Preço da Civilização em África*, publicado em 1932.

Outro aspecto discutível nas ilações do historiador norte-americano é o significado que atribui ao sobrenome Kisua. Apoiando-se nas fórmulas do kimbundu arcaico *kisuba* ou *kisuva*, encontradas em textos de autores do século XVII, nomeadamente em Baltasar Rebelo de Aragão, assim como no isentíssimo dicionarista do século XX António de Assis Júnior, é compreensível que Miller faça derivar *kisua* do verbo *kuíza* (*vir*) para sustentar que a palavra significa, no kimbundu ocidental, algo como «aquilo que sobra ou alguma coisa deixada para mais tarde». Assim sendo, como conclui, o Ndala Kisua, constituindo um complemento do título do rei Mbondo, designaria na tradição oral mbundu, após a decadência do antigo Libolo, «o *ndala* que sobrou» ou «o *ndala* que ficou para trás». Mas porque não associar *kisua* com *kisueia*, que em kimbundu – e Assis Júnior confirma-o – significa *fera*? *Kisua* mais não seria, neste caso, do que um adjectivo utilizado para acentuar o carácter atemorizador da *Ndala* ou, simbolicamente, a discricionariedade do detentor deste título.

O papel da Ndala Kisua na expansão do Estado do Libolo encontra-se directamente relacionado com o passado obscuro dos Pende, povo aparentado com os Nsuku e que a antropologia colonial situou no sudoeste do Congo Belga, para onde teriam sido rechaçados pela expansão lunda do século XVII. Contudo, no tempo em que se expandiu o Estado do Libolo, anterior ao Ngola Kiluanji e provavelmente anterior ao século XIII, os Pende assinalados no território angolano dividir-se-iam em dois grupos, instalados em regiões distintas. Um primeiro, estendendo-se do rio Kuango para oeste, até ao curso médio do rio Lukala, estaria, precisamente, na origem das linhagens dominantes na província de Ndala Kisua, uma vez submetidos ao rei do Libolo. Um segundo grupo, o mais numeroso, habitava as terras altas a leste do rio Luxindo e a norte do rio Kuíje. Foram estes Pende que adquiriram

uma nova identidade, como Mbondo, quando os reis *hango* – provavelmente o poderoso rei Pende Butatu a Kuhonga kua Huto ua Nyama, atraído pelos depósitos de sal do rio Luhanda, na Baixa do Kasanje – os integraram no Reino do Libolo, submetidos à autoridade de um titular *vunga* chamado *ndala*. O Ndala Kisua passou a guardar a fronteira leste do Libolo.

As genealogias modernas dos Mbundu descrevem metaforicamente a fundação do Reino Mbondo – dos tais antigos Pende – com a chegada de Kajinga ka Mbulu, uma antepassada fundadora das linhagens Mbondo. Kajinga ka Mbulu fixou-se na região do Lambo, nas terras altas próximas das nascentes do rio Kambo, onde se casou com um homem cuja variedade de nomes que lhe são atribuídos – Ndala a Kikasa, Kikala kia Ndala, Kikasa kia Kikululu kia Hango, Kikasa kia Hango ou, pura e simplesmente, Ndala Kisua – evidencia frequentemente os epítetos *ndala* e *hango*. A coexistência de ambos reflecte uma conexão entre os Mbondo e os Libolo, do mesmo modo que o «casamento» deste «homem» com Kajinga ka Mbulu não pode deixar de simbolizar as alianças entre as linhagens de uns e de outros povos. Segundo uma versão mais antiga, Kajinga ka Mbulu, sempre associada ao Ndala Kisua, tem uma origem meridional, pois terá vindo algures do sul do Kuanza, o que assinala claramente a conexão existente entre o Estado Mbondo e o Estado do Libolo. Mas numa versão mais recente registada em Dalatando e à qual Miller atribui maior credibilidade, Kajinga ka Mbulu atravessou o Kuanza de norte para sul com a ajuda de Katumbi ka Ngola a Nzenza, um chefe que dispunha de apetrechos mágicos para transportar as pessoas para lá do grande rio. Concordamos com Miller quando afirma que a imagem de um rei ou de uma rainha em dificuldades para atravessar um rio – o Kuanza é aqui uma metáfora das dificuldades – é um lugar-comum nas narrativas mbundu

para simbolizar uma inovação na estrutura política e social. Katumbi ka Ngola a Nzenza colocou então Kajinga ka Mbulu num grande baú, que flutuou e cruzou o rio como um barco. Mas Katumbi ka Ngola a Nzenza tinha enganado Kajinga ka Mbulu, pois pretendia capturá-la e matá-la quando ela chegasse à margem sul do rio. Vendo-a sã e salva, Katumbi ka Ngola a Nzenza tentou prendê-la dentro do baú, sentando-se em cima da tampa. Mas Kajinga também estava equipada com uma forte magia. Conseguiu escapar de dentro da caixa e matar Katumbi ka Ngola a Nzenza. Cortou-lhe então o corpo em pedaços e confeccionou com a pele dele quatro símbolos de autoridade: uma corda, um tambor, uma corda de arco e uma marimba. Foram eles que lhe permitiram controlar os poderes mágicos dos inimigos que defrontou.

Graças ao seu feiticeiro, que provocou inundações em todos os rios, Kajinga ka Mbulu conseguiu escapar aos perseguidores. O nome deste feiticeiro, Muta a Kalombo (ou Mutu a Kalombo, ou Mutakalombo), corresponde a um título muito antigo, cuja origem Miller localiza num titular do *vunga* do Libolo, a quem foram atribuídos poderes sobrenaturais. Quer Sousa Calunga, informador de Miller, quer as recolhas da tradição oral mbundu de Héli Chatelain, referem Muta a Kalombo como um «demónio» da mitologia dos Mbundu, que governava as florestas, ou como um «deus da caça», controlando caçadores e viajantes, assim como os rios, capacidade de que gozavam especialmente os caçadores profissionais kibinda (ou txibinda). Embora, na esteira de Assis Júnior, reconheça que *lombo* significa, em kimbundu, *esterilidade*, Miller atribui o radical *lombo* às línguas ovimbundu, pelo que persiste no carácter essencialmente, senão mesmo exclusivamente, meridional do título Muta a Kalombo. No entanto, tradições posteriores à presença portuguesa e cristã, recolhidas a norte do Kuanza por Óscar Ribas,

descrevem Mutakalombo sobretudo como um «espírito que superintende na esfera dos animais aquáticos» ou «entidade espiritual da fauna aquática», que se desloca sempre acompanhado de um jacaré que, como um cão fiel, o ajuda a punir as faltas graves. As recolhas de Óscar Ribas, já marcadas pelo sincretismo, acrescentam que Mutakalombo é o espírito de um cônego cristão nascido em Portugal e que percorreu muitas localidades angolanas. Terá morrido de velho, mas refugiado num musseque de Luanda - versão, sem dúvida, posterior a meados do século XIX - e enclausurado num morro de salalé.

Chegada ao sul do Kuanza, Kajinga ka Mbulu, apaixonou-se por um homem chamado Kima a Pata. Este nome corresponde a um título que pertencia ao grupo linhageiro Swela, de ambas as margens do Kuanza. O casamento de Kima a Pata com Kajinga ka Mbulu não pode deixar de simbolizar uma união de linhagens, por intermédio da incorporação de um título libolo por parte dos grupos de filiação Mbondo fixados a sul do Kuanza. Mas deste casamento, durante anos, não nasceram filhos. O próprio nome do marido de Kajinga, Kima a Pata é equívoco. Diz Miller que Kima - derivado de *hima* (*símio*) - seria o nome de um babuíno muito ligado a tradições políticas, que não refere. No entanto, *kima* significa igualmente, em kimbundu, *coisa*. E *pata* é um adjectivo cuja tradução é *descrença* ou *dúvida*. Seriam as alianças efectuadas pela linhagem de Kajinga ka Mbulu, *coisas duvidosas*?

Anos depois, Kajinga consultou um adivinho, que atribuiu a sua esterilidade à transgressão de ter atravessado o rio Kazanga sem permissão. O adivinho aconselhou Kajinga ka Mbulu a expiar a sua culpa lançando ao rio Kori - segundo Miller, Guri, pequeno curso de água próximo da embocadura do rio Luhandu - um preparado feito de uma mistura de ovos, óleo de palma e *uxila*. Miller desconhece esta última palavra, *uxila*, e parece não lhe atribuir grande

importância na narrativa. No entanto, sabemos que, em kimbundu, *uxilu* significa *surdo*. Admitimos, pois, que, no relato do informador de Miller, *uxila* seja um advérbio de modo, algo de similar a *surdamente* ou *em surdina*, caracterizando o modo furtivo e espontâneo como se foi dando, a sul do Kuanza, a transição das instituições do Libolo para as Mbondo. Por outras palavras, a densidade populacional da região, bem evidente na fecundidade proveniente dos ovos deitados ao rio, assim como o modo de produção, frequentemente simbolizado nas narrativas orais bantu pelo óleo de dendém ou pelo óleo de palma, transformaram-se com os anos e com os séculos de forma furtiva, mas prolífera.

De resto, Kajinga ka Mbulu não tardou a engravidar e a dar à luz cinco filhos: Kikato kia Kajinga, Kisua kia Kajinga, Nyanga a Kajinga, Yivo ia Kajinga e Mupolo ia Kajinga. Os nomes destes filhos são títulos de novas linhagens que demonstram que a união do Kima com os Mbondo se revelou fértil, vendo-se os soberanos do Libolo livres do *hango*. No entanto, segundo Miller, estes títulos viriam a ser descredibilizados e tornar-se-iam obsoletos no tempo da hegemonia Mbundu, datada já do século XVI, a sul do Kuanza. Daí a esterilidade de Kajinga ka Mbulu na tradição oral posterior.

### **3 - Os antecedentes do Império Lunda ou do Mautiânvua**

#### **a) O assassinato de Yala Muaku pelos seus «filhos» Kinguri e Kiniama ou a ruptura do vínculo de parentesco perpétuo tubungu**

A terminologia Império Lunda, hoje banalizada e assaz utilizada pela historiografia, foi introduzida por Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843-1909), o oficial do exército português enviado em 1884 em expedição ao Muatiânvua a



fim de propor a este soberano africano a assinatura de um tratado de protectorado colonial. Posteriormente, Henrique de Carvalho pugnaria activamente, com êxito, pela criação do Distrito da Lunda na chamada «província de Angola». Mas foram as suas extensíssimas notas de viagem, publicadas massivamente em Lisboa nos anos de 1890, os primeiros textos a registar por escrito a história oral do povo Lunda. Constituirão sempre, portanto, uma fonte imprescindível para o estudo da história desta região do nordeste do território angolano. O contributo de Henrique de Carvalho para trabalhos criativos de outros autores não se restringiu, aliás, às produções historiográficas, estendendo-se às literárias, como o demonstram, por exemplo, a obra ficcional vasta e notável de Castro Soromenho (1910 -1968) e o inesquecível romance de Pepetela, *Lueji. O Nascimento de um Império*, publicado em primeira edição em 1990.

Sempre partindo das informações de Henrique de Carvalho, os investigadores – historiadores, antropólogos e arqueólogos –, desde a segunda metade do século xx, têm entendido que, embora o chamado Império Lunda – ou, mais concretamente, o Estado do Muatiânvua – apresente antecedentes muito anteriores ao século xvii, só a partir de então é que se terá tornado um Estado centralizado. Os cálculos apresentados pelos historiadores J. C. Miller e Jean-Luc Vellut em 1972 apontam para que as transformações políticas, sociais e económicas sofridas na Lunda até à consolidação da hegemonia do Muatiânvua – segundo Vellut, por volta de 1700 – tenham decorrido ao longo de dois séculos ou mais, pelo que os acontecimentos representados nas narrativas recolhidas por Henrique de Carvalho podem perfeitamente remontar aos séculos xiv e xv. A oralidade regista que, até ao século xiv, a Lunda terá sido governada por linhagens matrilineares e suas segmentações que, agregando-se em pequenas aldeias –

designadas por *mpat* -, se distribuíam por uma área relativamente pequena, ao longo do rio Kalanyi (ou Calaanhi), a oeste do grande Kasai. Recorde-se, a propósito, que *lunda* - como, aliás, também *luanda*, segundo a perspectiva que atrás perfilhámos - significa *oeste* ou *ocaso*. O substantivo já indicia uma ou mais migrações para ocidente.

A unificação destas linhagens era assegurada por uma posição linhageira perpétua chamada *tubungu* (singular *kabungu*). O nome indicado como o do antepassado comum/fundador é Mbumba a Mbulu, de onde se evidencia uma linhagem *sénior*, isto é, reputada como a mais antiga e mais próxima deste ancestral. Esta linhagem, registada por Henrique de Carvalho com o nome de Yala Muaku, também tem sido designada, pelos guardiães da tradição oral recolhida no século xx, por outros nomes, tais como Kunda a Ngamba ou Konde a Matita.

A esta linhagem *sénior* se submeteriam, pelo menos, três linhagens *juniors*, reputadas pela tradição oral como suas «filhas»: *kinguri*, *kinyama* e *lueji*. Nas narrativas recolhidas por Henrique de Carvalho, as personagens que alegorizam as duas primeiras linhagens, *kinguri* e *kinyama*, são masculinas, ao passo que *lueji* é sempre uma personagem feminina. *Kinguri* significa, nas línguas bantu, *linhagem matrilinear* (*nguri* ou *ngudi* é *mãe*, sendo a *kingudi* ou *kinguri* a linhagem matrilinear, por contraposição à *kitata*, a linhagem patrilinear, derivando de *tata*, que significa *pai*). *Kinyama*, aglutinando o prefixo *ki* - aqui no sentido de *linhagem* - com o sufixo *nyama* ou *nhama*, que significa *caçador*, sugere que se trate de uma linhagem de caçadores, o que bem se conjugará com o destino desta linhagem ao migrar futuramente para sul e para leste. Por sua vez *lueji*, sendo a fórmula lunda-tchokue do kimbundu *mbeji*, significa *lua* ou *mês*, o que remete para o ciclo menstrual associado, evidentemente, à feminilidade.

Considerando a sobreposição de tradições orais pendes e quiocas (ou tchokue ou kiokwe), em meados do século XIV deu-se uma ruptura na genealogia perpétua do Yala Muaku a favor das linhagens *juniores*. Ou seja, assistiu-se à transformação de um sistema político não hierarquizado, chefiado pelo *yala muaku*, para um Estado mais centralizado onde predominará a linhagem *lueji*. É essa ruptura política e essa reforma social lunda que aparecem relatadas na narrativa recolhida por Henrique de Carvalho.

Certo dia, Kinguri e Kinyama, os filhos do tubungu Yala Muaku, o rei da Lunda, regressaram a casa ao cair da noite, depois de terem passado a tarde a beber vinho de palma. Encontraram o pai, no pátio da sua residência, a tecer uma esteira das que se usavam para dormir. Ao seu lado estava um copo com água, no qual ele mergulhava as fibras de ráfia para as tornar flexíveis e prontas para serem tecidas. Kinguri e Kinyama, devido à embriaguez, confundiram a água turva com vinho de palma e exigiram que o velho lhes desse de beber. Quando Yala Muaku negou que o pote contivesse vinho de palma, eles zangaram-se e bateram-lhe violentamente.

Segundo umas versões, Kinguri e Kinyama agredem o pai com uma moca de madeira, segundo outras com o *pokwe*, a faca de ferro tradicionalmente utilizada em combate pelos Lunda. Esta diferença é importante porque nos pode dar conta de em que medida é que o parricídio cometido pelos filhos de Yala Muaku é ou não anterior à introdução do fabrico do ferro entre os Lunda. A primeira hipótese é a mais provável, ainda que seja admissível que o ferro já existisse entre os Tubungu (os Pré-Lunda), embora as técnicas metalúrgicas não fossem ainda tão sofisticadas como o vieram a ser, conforme o veremos adiante, após a aliança com os Luba. Os Lunda não dispunham ainda, decerto, de ferro em quantidades suficientes para fabricar armas de lâmina larga, e os caçadores utilizariam ainda, na

captura da caça, armadilhas de madeira, em vez das futuras flechas e zagaia com ponta de ferro. Aliás, segundo Henrique de Carvalho, *hiala muaku* significaria *atirador de pedras*.

Lueji, filha de Yala Muaku e irmã de Kinguri e de Kiniama, chegou a tempo de ouvir os últimos desejos do pai, antes de este expirar. Yala Muaku entregou então a Lueji o *lukano*, bracelete tecido com veias humanas que incarnava a suprema autoridade política dos Lunda. O chefe supremo transmitia assim à filha o seu título, recompensando-a da sua fidelidade, e castigava Kinguri e Kiniama pela sua desobediência, ignorando os direitos deles a esta posição. As linhagens portadoras dos títulos *kinguri* e *kiniama* envolveram-se em hostilidades contra a linhagem *yala muaku* e tentaram, em determinado momento, usurpar-lhe o poder. Esse momento é simbolizado pelo acto do parricídio. Uma primeira sublevação não terá tido êxito, pelo que a confusão da água turva com o vinho de palma, estabelecida pelos parricidas, mais não é senão uma ironia da derrota.

As divergências de interpretação podem surgir apenas a respeito da simbologia do vinho de palma. Se, para Miller, ele constitui uma metáfora para os aspectos históricos, verdadeiros, mas não claramente expressos nas narrativas, que levaram os titulares das linhagens *juniores* a tentar eliminar a posição que lhes era hierarquicamente superior, para o fidedigno Jan Vansina os Lunda associam sempre o vinho de palma aos varões e ao poder político. Admitimos que o vinho de palma pode representar, neste contexto, o modo de produção. Se Kinguri e Kiniama, ao embriagarem-se com vinho de palma, demonstram que ainda não controlam os meios de produção, aspiram, contudo, a fazê-lo, eliminando o Yala Muaku. Mas esta pretensa hegemonia das linhagens Kinguri e Kiniama ainda é confusa, como o demonstra a sua embriaguez. Assim como é turva, tal como

o é a água onde Yala Muaku tenta flexibilizar as fibras da esteira de dormir, que outra não é senão a estabilidade política.

Mas a morte de Yala Muaku arrastou as velhas estruturas políticas da Lunda para uma situação ambígua, por um lado caracterizada por um aparente período de relativa estabilidade, por outro lado de instabilidade. De relativa estabilidade porque, através da jovem Lueji, o conselho dos mais velhos, os Tubungu, conseguiu controlar o *lukano* e assegurar uma fase de transição. De instabilidade porque o Yala Muaku, efectivamente, «morreu». Ou seja, os seus inimigos destruíram-lhe as insígnias de autoridade e, ritualmente, eliminaram-no da estrutura política à qual tinha pertencido. As linhagens da Lunda libertaram-se do vínculo de parentesco perpétuo, mas os títulos dependiam todos do Yala Muaku. Logo, o seu desaparecimento conduziu, inevitavelmente, a guerras intestinas, travadas entre os detentores do *kinguri* – aliados ou não aos do *kiniamo* e ainda a outros grupos – e os do *lueji*.

O derrube do Yala Muaku pode significar igualmente uma ruptura com os Luba, os quais, segundo algumas tradições, terão com ele tido em tempos conexões e mesmo alianças. Ainda que assim seja, a reunificação da Lunda à Luba só virá a dar-se quase no dealbar do século xv, com o casamento da princesa Lueji com o príncipe Tshibinda Ilunga. Só então será possível à linhagem *lueji* expulsar do território a confederação das linhagens *kinguri* e *kiniamo*, assim como garantir a centralização do poder entre os Lunda através do Muatiânvua, o «filho» de Lueji e de Ilunga.

## **b) O casamento da princesa Lueji com o Tshibinda Ilunga. A centralização do poder imperial no Muatiânvua e na Musumba**

Tentar compreender o verdadeiro significado simbólico da personagem mitológica Tshibinda Ilunga, imortalizada como herói, se não fundador, pelo menos cultural do «Império Lunda» ou «Império do Muatiânvua», obriga-nos a voltar atrás, à hipótese, veiculada por Miller, da expansão de linhagens segmentares Mbundu para leste do Kuango, passando pelos Lunda do Katanga, os antigos Tubungu, e pelos Luba (ou Baluba). Tal hipótese articula-se, aliás, com as tradições segundo as quais o Yala Muaku manteria alianças ancestrais com os Luba, quebradas abruptamente pelo «parricídio» praticado pelo Kinguri e pelo Kiniamo. Um pilar essencial do Estado Luba, independente da Lunda dos Tubungu, seria, portanto, a instituição – segundo Miller, de origem mbundu – dos *ibinda* (singular *tshibinda* ou *kibinda*).



8 – Representações escultóricas do Tshibinda (ou Txibinda) Ilunga, apresentando a segunda e a terceira, como objecto da modernidade, a carabina de repetição. CURTEL, 1991.

Recorde-se que os *ibinda* eram caçadores que caçavam por «artes mágicas», as quais se acreditava permitirem-lhes tornar-se invisíveis perante a presa, voar pelos ares ou manejar armas enfeitiçadas que nunca falhavam o alvo. A eles se contrapunham os *ianga*, que mais não eram do que caçadores especializados no uso do arco, flechas e zagaia, que usavam para matar a chamada «caça grossa», constituída por hipopótamos, leões, leopardos, javalis,

grandes antílopes, pacaças e crocodilos. As «artes mágicas», simbolizando a sofisticação na metalurgia do ferro, confeririam, portanto, aos *ibinda* um estatuto superior ao de meros caçadores, abrangendo o prestígio de sábios e de guerreiros. Por outras palavras, além de «caçadores de animais», seriam igualmente «caçadores de homens». As armas simbolizadas pelas «artes mágicas» eram eficazes, portanto, não apenas na caça, mas essencialmente na guerra. Parece-nos ponto assente que, entre os Luba, nos séculos XIV e XV, reinava uma dinastia de *ibinda*.

Era a esta linhagem real de *ibinda* da Luba que pertencia o jovem caçador Tshibinda Ilunga, protagonista da narrativa recolhida por Henrique de Carvalho no século XIX entre os Lunda, mas partilhada igualmente pelos recentes invasores quiocos. Certo dia, o jovem Tshibinda Ilunga resolveu efectuar uma caçada para oeste do rio Kasai, isto é, em território controlado pelos Tubungu. Uma vez nesse território, afastou-se do seu séquito de caçadores *ibinda* e foi encontrar, perto do rio Kalanyi, uma rapariga. Era Lueji, princesa da Lunda, acompanhada pela sua comitiva. Essa comitiva era constituída pelos mais velhos, os Tubungu que, após o assassinato de Yala Muaku, procuravam controlar o *lukano* e salvaguardar a custo uma fase de transição política, face às hostilidades de Kinguri e Kinyama, os príncipes parricidas deserdados. Vendo que o Tshibinda Ilunga e os seus companheiros tinham falta de sal para a carne dos animais que haviam abatido, Lueji ofereceu-se para arranjar todo o sal de que necessitassem. O sal referido na narrativa é, decerto, o sal-gema da vasta região compreendida entre os cursos dos rios Lualaba e Kasai. Lueji e Ilunga apaixonam-se e casam-se, com o beneplácito dos Tubungu mais velhos. Lueji entrega a Ilunga o *lukano*, conferindo-lhe o estatuto de soberano da Lunda. Não é difícil vislumbrar neste desfecho a

complementaridade entre os meios de produção entre a Lunda e a Luba: ao sal fornecido pelos Lunda, contrapõem-se as «artes mágicas», isto é, a sofisticação das técnicas de metalurgia, dos Luba, que permitirão a estes últimos a hegemonia política, simbolizada pelo *lukano* nas mãos de Ilunga.

Ao casar com Lueji e aceitar o *lukano*, o Tshibinda Ilunga assegura, na Lunda, a transição das técnicas líticas para a metalurgia, porventura já em curso nos séculos antecedentes, mas interrompida pela ruptura do parentesco perpétuo celebrada pelo assassinato do Yala Muaku. Introduce, além disso, a modernização dos rituais e das relações entre as diferentes autoridades do Estado. E assegura também a passagem de um Estado matrilinear – daí, decerto, o desprezo manifestado em relação ao Kinguri – para a patrilinearidade, que já caracterizava o poder luba. Esta complementaridade entre o elemento masculino, a «carne», e o feminino, o «sal», já se encontrava bem evidente no primeiro encontro entre Lueji e Ilunga. E talvez a transição de um sistema de matrilinearidade para a patrilinearidade esteja na origem do facto de a linhagem *lueji* se ter tornado, para sempre, feminina, nas tradições orais sobrepostas ao longo dos séculos.

Esta tríade de operações foi decisiva para o afastamento da confederação das linhagens de Kinguri, Kiniamo e outras que, procuravam em vão arrancar o *lukano* das mãos de Lueji. Não é despidendo ter em conta a dimensão militar do Tshibinda Ilunga, evidenciada por Pepetela na sua ficção. Ou seja, as «artes mágicas», isto é, a tecnologia metalúrgica e a melhor organização dos exércitos, teriam permitido aos partidários de Lueji expulsar de vez do território os seus parentes refractários e encolerizados. O certo é que é depois do casamento de Lueji com Ilunga, que o mesmo é dizer depois da (renovação da) aliança entre a



Lunda e a Luba, que se assiste, segundo a tradição oral, à partida das linhagens que nos séculos vindouros originariam os chamados povos «lundaizados». Por outras palavras, só depois da aliança com a Luba é que a linhagem *lueji* consegue sobrepor-se, na Lunda, às outras linhagens juniores suas rivais, das quais se destacam a linhagem *kinguri* e a linhagem *kiniaama*. Conforme o afirma muito bem Isabel Castro Henriques, é então que a sociedade tubungu se moderniza e se torna Lunda.

Kinguri, irmão de Lueji, foi o primeiro a partir. Seguiu para oeste, para as vastas regiões banhadas pelo rio Kuanza. Segundo a tradição coeva, partiu em busca das salinas ocidentais. Quais? Apenas as do sal dos lagos do Kassanje e da Matamba ou também as do sal marítimo do litoral? Kiniaama, o outro irmão de Lueji, partiu para sul e para sudeste, dando origem aos Tchokwe e, também, segundo alguns vestígios orais, a outros povos lundaizados, nomeadamente os Bienos, os Bailundos e alguns Nganguela do Moxico. Porém, segundo tradições remotas, Kiniaama viajou acompanhado por uma tia de nome Anguina Kambanda e por parentes do sexo masculino, tais como Andubam e Anduma-ua-Tembwe (ou Ndumba-ua-Ntembua). A dispersão destas linhagens, nas quais se incluem algumas segmentações que se fixam a nordeste e dão origem aos Lundas do Kazembe, vai originar os povos lundaizados de Angola que, além de conservarem nas suas tradições orais vestígios indubitavelmente lundas – nomeadamente, e desde logo, a noção remota de «parentesco perpétuo» –, terão relevância, como veremos, na sustentação futura do chamado «Império» do Muatiânvua.

Do casamento de Lueji com o Tshibinda Ilunga nasceu um filho, o Mwata Yanvo. É, portanto, depois do casamento de Lueji com o Tshibinda Ilunga que a Lunda transita de uma federação em crise, constituída por chefes tubungu liderados pelo título *lueji*, para um Estado muito mais

centralizado sob o comando de um novo título luba, o *mwata yanvo*, muito mais tarde aportuguesado para Muatiânvua.

Mas a modernização da sociedade tubungu implicou, conforme aliás o termo *lunda* (ocidente) o indicia, uma migração para oeste do rio Kasai. De facto, reza a tradição que os antigos guardiães tubungu transferiram as suas residências dos seus territórios de origem, a leste do Kasai, para os domínios originais da linhagem ou do símbolo *lueji*, a oeste deste grande rio. É nesta região que será fundada a primeira cidade capital lunda, a Musumba. Esta capital também pode ser designada por Musumba do Muatiânvua, porquanto nela assistiremos a uma forte centralização do poder nos titulares deste cargo, tidos por descendentes da união entre Lueji e Ilunga ou, noutros termos, da aliança da Lunda com a Luba.

Apoiando-nos nos estudos de Isabel Castro Henriques, que por sua vez analisam minuciosamente as notas deixadas por Henrique de Carvalho, que já evidenciava a importância do modelo familiar na organização política lunda, há que assinalar desde já que, na expansão do «Império Lunda», as técnicas militares são sempre antecedidas pelas de integração, baseadas no parentesco. As sedimentações das linhagens foram, contudo, longas e morosas, havendo, sem a menor dúvida, atravessado meio milénio até atingirem o último quartel do século XIX.

A organização do Império centrava-se, portanto, na Musumba, a capital, onde residia o Muatiânvua. A palavra lunda *musumba* (ou *mussamba*, segundo alguns autores) parece ser, à semelhança de *mbanza* noutras línguas bantu, nomeadamente em kikongo e em kimbundu, um designativo genérico para a sede de um soberano. Em suma, significa *capital*. A planta da Musumba desenhada por Henrique de Carvalho apresenta a forma de uma tartaruga projectada sobre a terra. O formato da estrutura urbana da capital da

Lunda indicia, desde logo, que a tradição de longa vida atribuída à tartaruga – ou ao cágado, este também associado à sabedoria, como o revelam as narrativas da tradição oral angolana e a ficção de Pepetela na novela *Parábola do Cágado Velho* (1996) – deve caracterizar a longevidade do Império. Como o assinala Isabel Castro Henriques, cada cargo político lunda está associado a uma parte do corpo da tartaruga. E muitos desses cargos registados no desenho por Henrique de Carvalho são delegados por chefes disseminados pelo Império, que devem renovar regularmente as suas provas de submissão ao Muatiânvua, e que representam na cidade os chefes locais. Outros cargos são próprios da Corte da Musumba e, sendo desempenhados pelos «mais velhos» das posições linhageiras, os *makota*, a eles correspondem igualmente delegados, os *ilolo* (singular *kilolo*), junto dos chefes locais. Os *ilolo*, considerados «gémeos» ou «duplos» das autoridades centrais, devem proceder localmente à cobrança dos tributos ou zelar pelo seu cumprimento.



## CAPÍTULO IV

# **Primeiras relações diplomáticas do Reino do Kongo com Portugal (século xv) Os mitos historiográficos em torno das viagens de Diogo Cão**



# Cronologia

**1415** - Conquista de Ceuta pelos Portugueses, no reinado de D. João I.

**1469** - A Coroa portuguesa arrenda por cinco anos (mais um no fim do contrato) a Fernão Gomes, comerciante de Lisboa, o monopólio do resgate [de escravos] da Guiné.

**Dezembro de 1471 e Janeiro de 1472** - «Achamento», pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro de Escobar, das ilhas de São Tomé, Ano Bom e Santo Antão (futuramente Príncipe), no Golfo da Guiné.

**1482/1483** - Data provável da primeira viagem de Diogo Cão ao rio Kongo/Zaire e à Corte do Ntotila (Manicongo) em Mbanza Kongo.

**1484/1486** - Data provável da segunda viagem de Diogo Cão ao rio Kongo/Zaire e à Corte do Ntotila (Manicongo) em Mbanza Kongo; envio a Portugal da embaixada conguesa dirigida por Caçuta (ou Kasuta), depois baptizado João da Silva.

**1485** - Carta Régia de D. João II de Portugal, concedendo aos colonos de São Tomé o privilégio de negociarem livremente escravos e outras mercadorias.

**1490** - Doação da capitania de São Tomé a João Pereira.

# 1 - O mito de Diogo Cão na história oral solongo e na história colonial portuguesa

A inclusão de Diogo Cão na história de Angola deve-se apenas ao facto de este navegador do século xv ter sido apontado, quer pela tradição oral conguesa, sobretudo dos Basolongo - isto é, dos naturais da antiga «província» litoral do Soyo -, quer pela historiografia colonial portuguesa, como o primeiro português - ou o primeiro «homem branco» - a chegar ao que viria a ser o território angolano.

Daí que Diogo Cão seja inevitavelmente evidenciado como herói nas obras coloniais consagradas à *História de Angola* - assim intituladas ou não -, quer as da autoria dos Angolanos nativistas, como as de Francisco das Necessidades Castelbranco e de Alberto de Lemos, ambas publicadas em 1932, quer as da lavra de historiadores marcadamente comprometidos com o discurso colonial português, de entre as quais destacamos a *História de Angola* de Ralph Delgado, publicada em 1948, e a obra *Os Portugueses em Angola*, de Gastão Sousa Dias, publicada postumamente em 1959. Em todas, Diogo Cão é considerado o «descobridor» de Angola. Consequentemente, já no século xx, em plena Angola colonial, a sua efígie - fictícia, pois desconhece-se-lhe qualquer retrato coevo -, assim como a celebração do seu feito histórico de «descobrimento de Angola», viriam a ser reproduzidas nas mais diversas representações imagéticas: em moedas e notas de angolar, na decoração de murais - como seja um painel de azulejos na sede do Banco de Angola e outro que se tornou famoso no principal liceu de Luanda, liceu cujo nome era paradoxalmente evocativo... de

Salvador Correia! - e em estátuas erigidas em praças centrais das principais cidades angolanas. A mais conhecida é a que figurou em Luanda, após a II Guerra Mundial e por quotização dos sócios da Casa de Trás-os-Montes, no antigo Largo do Bungo, a partir de então asfaltado e delimitado pela Estação dos Caminhos-de-Ferro, pelo novo porto de mar e pelo Hotel Presidente. Também o nome de Diogo Cão baptizou extemporaneamente largos e ruas - desde logo a antiga Estância da Matriz, na Cidade Alta de Luanda (actual Rua 17 de Setembro) - e até, imagine-se, estabelecimentos de ensino, de entre os quais se destaca o principal liceu da cidade de Sá da Bandeira (actual Lubango).

Diogo Cão é, portanto, um dos principais símbolos ou marcadores da memória na cultura colonial angolana. Mas não podia deixar de intervir igualmente na primeira *História de Angola* nacionalista, concebida em Argel em 1964 pelo Centro de Estudos Angolanos de Argel e redigida por Henrique Abranches, Adolfo Maria, João Vieira Lopes e Artur Pestana (Pepetela). O conteúdo desta obra seria adoptado pelos manuais escolares angolanos dos anos que se seguiram imediatamente à Independência. É precisamente ao seu ilustrador e principal redactor, Henrique Abranches, que recorreremos para uma apreciação do mito de Diogo Cão perpetuado pela tradição oral do Soyo, uma das mais relevantes antigas províncias do Reino do Kongo.

Num trabalho antropológico meticoloso e incontornável, *Sobre os Basolongo. Arqueologia da Tradição Oral*, obra publicada em 1991, Henrique Abranches apresenta duas narrativas do mito de Diogo Cão por ele recolhidas no Soyo. O autor tem a preocupação de advertir os leitores de que, já no século xv, o Soyo se encontrava dividido em duas partes: o Mfutila Neanda ou Baixo Soyo, a norte, onde vivia a Corte, com capital no Pângala, e o Mfutila Nentandu ou



Alto Soyo, a sul, vassalo do primeiro. A população do Neanda chamava depreciativamente aos do Nentandu, os «bárbaros», ou «os da pedra». No entanto, é o Baixo Soyo, a norte, que confina com o rio Kongo/Zaire, e é nele que se situa a localidade de Pedra do Feitiço (Ntadi dia Muingo), próxima da futura Noqui. É igualmente no Baixo Soyo que se desenrolam as duas narrativas do mito de Diogo Cão recolhidas por Henrique Abranches, embora a referência ao território do Kavuji na segunda o desloque para sul, para o Alto Soyo. Ambas as narrativas tendem a aglutinar as duas viagens do navegador português, realizadas, respectivamente, em 1482-1483 e em 1484-1486. A primeira narrativa confunde-as mesmo, deliberadamente, numa só.

Na primeira narrativa, Diogo Cão chega à praia do Soyo num barco à vela (*nkumbi dya nkutuktu*). Este barco simboliza mais do que um, pois é sabido que as duas expedições de Diogo Cão à costa africana eram constituídas por mais do que uma caravela. Ignora-se o número de embarcações da primeira viagem. Mas na segunda viagem, a acreditar na leitura feita em 1892 por Luciano Cordeiro das inscrições das Pedras de Ielala, a frota de Diogo Cão contava com três caravelas. Como todos os homens brancos, nas tradições africanas, Diogo Cão vem do mar, considerado o reino dos antepassados. Daí a importância da cor da pele – o branco, tal como os mortos –, reforçada pela cor do velame da embarcação, que de futuro originaria, a partir do substantivo kikongo *ndele* (*espírito dos antepassados*), o termo *mundele*, aplicado aos Europeus.

Diogo Cão desembarca em Mbanza Malele e encontra um pescador, Ndom Lwolo, súbdito da rainha Malele kya Nsi. Estes três nomes são posteriores ao tempo de Diogo Cão, pois já indiciam uma presença portuguesa na região, à época inexistente. O pescador é decerto um homem de linhagem encarregado pelo soberano do Soyo, o Mani

Soyo – distinto do Nesoyo dya Nsi, provavelmente o antigo kitomi –, de cobrar impostos sobre a produção de peixe e de sal do litoral. Mas não pode chamar-se *Ndom Lwolo* em 1482, pois *Ndom* deriva do título honorífico português *Dom*. Aliás Henrique Abranches, ao colocar posteriormente esta personagem no seu romance histórico *E Nsanta Madiya Habitou entre Nós*, designa-a muito acertadamente por Ne-Lwolo, sendo *Ne* uma abreviatura solongo de *muene* ou *mani*, isto é, *senhor* em kikongo.

Quanto ao soberano do Soyo, não é garantido que se trate de uma mulher, pois outras versões da narrativa referem-no como um rei. Na segunda narrativa recolhida por Abranches, o Mani Soyo reinante no tempo de Diogo Cão era um homem chamado Nsamu a Nzau. Não sabemos se este Nsamu a Nzau – que ostenta curiosamente um nome, *nzau*, que, significando *elefante* e alusivo, decerto, ao poder do controlo sobre o comércio do marfim, é comum a várias famílias aristocráticas do Reino do Kongo – é o mesmo Mani Soyo, ou rei do Soyo – ou «Conde do Sonho», segundo os Portugueses –, que nove anos depois da primeira viagem de Diogo Cão, aquando da expedição de Rui de Sousa, será baptizado com o nome de D. Manuel. É tentador acreditar nesta hipótese, o que explicaria a antecipação do patronímico *Malele*, corruptela de *Manuel*.

Diogo Cão pergunta ao pescador Lwolo qual o nome da terra e o do rio caudaloso que nela desagua. À primeira pergunta, o interpelado responde «ki nzadiko» («não sei»), e à segunda «Nzadi» («Rio»). A explicação dada pela tradição oral solongo para o facto de os Portugueses haverem chamado Zaire ao rio que, na foz, os Congueses designavam por *Engaze*, *Nzade* ou *Nzare* por, alegadamente, engolir todos os outros, é quase coincidente com a que o português Duarte Pacheco Pereira apresenta em 1506 no seu tratado de cosmografia e marinharia *Esmeraldo de Situ Orbis*.

Diogo Cão manifesta então o desejo de ver a dita «rainha». No entanto, ao ser informada, a soberana lembra-se de uma ordem dada pelo tio a um seu antepassado, a qual impedia este e os seus descendentes de estabelecer relações com povos estrangeiros. É bem evidente que este «tio» é o rei do Kongo – conhecido em todo o território por Kongo dia Ntotila, ou tão-somente por Ntotila, e pelos Basolongo por Nekongo – e que o «antepassado» é o herói fundador, Nezinga. Lembremo-nos de que Nezinga se comprometeu a ser «sobrinho» do Ntotila, isto é, submeteu o Soyo à suserania de Mbanza Kongo. A evidenciação do vínculo de vassalagem que impende sobre o Soyo encontra-se bem nítida no pormenor da proibição que recai sobre este Estado de encetar relações internacionais.

Nesta primeira narrativa do mito de Diogo Cão também se introduzem elementos da segunda viagem do navegador português, a de 1484-1486. A «rainha» – ou o Mani Soyo – dá ordens para que Diogo Cão e os seus homens sejam levados a Mbanza Kongo por um guia. Os Portugueses seguem, efectivamente, rio acima, até perto de Noqui, sendo obrigados a desembarcar num local chamado Nsuku a Nsambi a Nzombo, onde havia uma grande pedra com uma mulembeira que lhe crescera no topo. Devido à violência dos ventos da região, originados nas montanhas, tiveram então de abandonar o barco e de seguir para sul, em direcção a Mbanza Kongo, por terra.

A «grande pedra» que se ergue abruptamente no leito do rio Kongo//Zaire faz pensar, evidentemente, nos rochedos das cataratas de Ielala, onde de facto Diogo Cão e o seu séquito se deteriam antes de se dirigirem a Mbanza Kongo, embora isso se desse só já na segunda expedição, a de 1484-1486. Mas o pormenor da mulembeira (ou *mulemba* ou, em kikongo, *nsanda*) no topo do pedregulho outra coisa não evidencia senão uma fronteira política. Ou seja, ao contrário da historiografia colonial portuguesa, onde o

Kongo é apresentado como um «potentado» que os Portugueses vão «civilizar» pela via da evangelização, a tradição oral solongo, ao definir a fronteira demarcada pela árvore nsanda, deixa bem claro que Diogo Cão, no Kongo, mais não é do que um representante do rei de Portugal e que as suas relações com o Ntotila (ou Nekongo) são tão-somente diplomáticas, isto é, Estado a Estado. A narrativa, aliás, reforça bem esta ideia, ao referir que era aí, no cimo desse rochedo de onde brotava a árvore sagrada Nsanda, o lugar onde «as pessoas habitualmente saltavam para o outro lado». Mais reforçada sai a ideia de que Diogo Cão é tratado pelo Ntotila como um embaixador do rei de Portugal na conclusão da narrativa, cujo desfecho é a entrega pelo navegador português ao soberano congues de um presente, um rico pano que foi chamado Nkampa.

Na segunda narrativa do mito apresentada por Henrique Abranches, Diogo Cão, ao desembarcar na praia do Soyo, encontrou uma pedra alta, sobre a qual havia dois santos: Santo António e Santa Maria. Preocupado em evidenciar o aparecimento no Soyo do culto de Santa Maria e do Antonismo, muito posteriores a Diogo Cão, Abranches, embora reconhecendo que, para a tradição oral solongo, a passagem do navegador português marca uma época de renovação ou de viragem, limitou-se a ver na «pedra alta» uma referência provável ao Padrão que o próprio Diogo Cão colocou na praia, o Padrão de São Jorge. cremos que, também aqui, a pedra tem por função demarcar uma fronteira, pese embora a importância que no futuro os Basolongo atribuiriam efectivamente ao Padrão de São Jorge. Há que esclarecer o significado de «santo» na terminologia kikongo. «Santo» (ou «nsanto») é um substantivo adjectivante proveniente da língua portuguesa e que se foi banalizando no Reino do Kongo ao longo dos decénios subsequentes às viagens de Diogo Cão, ou seja, ao longo da última década do século xv e de todo o século xvi, mercê da missão cristã. Nas narrativas orais bakongo,

uma vez impregnadas de elementos sincréticos, «Santo» mais não é do que um sinónimo de *nkisi* e/ou de *wene*. O primeiro termo, *nkisi* – do radical *nsi*, significando *domínio, terra* –, designa as estátuas religiosas, os objectos sagrados representativos dos espíritos dos antepassados, tingidas de caulino branco, a cor dos que deixam o mundo dos vivos, cuja pequenez é alusiva à mudança de tamanho dos mortos uma vez regressados à terra. O segundo conceito, *wene*, corresponde à autoridade dos chefes de linhagem, acima dos quais se encontra o Ntotila, legitimada precisamente pelos *nkisi*. Logo, o Santo António e a Santa Maria encontrados por Diogo Cão são os espíritos da terra que legitimam a autoridade do Mani Soyo, «sobrinho» ou vassalo do Ntotila. Mais uma vez, a história oral demarca a fronteira política do Reino do Kongo, reforçando a sua inequívoca independência, no século xv, em relação a Portugal.

Prossegue a narrativa referindo que Diogo Cão quis levar os «santos» para Portugal, mas Santa Maria recusou-se a deixar a terra do Soyo. Ou seja, nos tempos vindouros, o século xvi, a adesão ao Cristianismo por parte dos Congueses, acolhendo os missionários, não significará, ao contrário do que pretende a história colonial, uma renúncia aos valores da cultura tradicional, mas, bem pelo contrário, um reforço deles. Os Congueses, não obstante o discurso dos sacerdotes cristãos pretendendo desapossá-los dos valores ancestrais ligados às forças ctónicas, não abdicarão, portanto, de reivindicar o direito de definirem a sua relação com a transcendência. No esforço de preservarem a ligação à própria ancestralidade, vão proceder, ao longo do século xvi, à domesticação das figuras religiosas trazidas pelos Europeus, os «santos», identificando-as com os *nkisi* e submetendo-as aos seus rituais de culto. Contudo, a centralização a que no futuro, com o apoio do Cristianismo, o Ntolila procederá em

Mbanza Kongo, desvalorizaria consideravelmente os *wenes*, isto é, os poderes dos senhores das «províncias» vassalas. A continuação da segunda narrativa sobre o mito de Diogo Cão recolhida por Henrique Abranches confirma-o, como veremos de seguida.

Não querendo acompanhar Diogo Cão a Portugal, Santa Maria encerra-se numa arca – segundo algumas versões, é o próprio Diogo Cão quem a encerra – cravejada de jóias, a qual é arrastada pelo mar até à praia de Kavuji, onde é encontrada pelo pescador Lwolo. Abranches assinala que o facto de a Santa se encontrar encerrada na arca significa que não teve qualquer contacto com a água. Reforça-se assim o «tabu do mar» entre os Africanos, teorizado por Jean Devisse. Acrescenta Abranches que a vocação da Santa é toda dirigida para as águas do rio e da chuva. Já vimos que o Ne Lwolo (ou Ndom Lwolo), o pescador que logra encontrar na praia de Kavuji a arca onde Santa Maria, voluntariamente ou não, se encontra enclausurada, é um *mfumu a lumbu* (ou um *ki-nkasi*), isto é, um chefe de linhagem, ou doméstico, que tem sob a sua jurisdição um *lumbu*, ou seja, uma residência familiar de entre as várias cujo conjunto constitui a *vata* ou *mbuala*. Representa o Ntotila na cobrança de impostos – daí que seja um «pescador» –, mas não dispõe do *wene*, do poder sobre a terra, que lhe permitiria ser um *mfumu a vata*, chefe político ou de território. Muito menos poderia ser um *mani* ou chefe de província, como o é, na diegese da narrativa, o «rei» Nsamu a Nzau. Porém, o facto de haver encontrado a Santa Maria, confere ao Ne Lwolo esse poder. O Cristianismo não deixa, portanto, de ameaçar o reforço dos poderes subalternos em detrimento das elites.

O Ne Lwolo revela-se incapaz de abrir a arca, só o conseguindo a sua esposa. A manipulação daquela «arca sagrada» era, como o sublinha Abranches, um tabu para os homens, mas não para as mulheres. Acrescentemos, pois,

que o reforço do *wene* que o Cristianismo trará – e que, conforme o futuro o revelará –, manterá incólume o vínculo da matrilinearidade, quer no Soyo, quer em todo o Kongo.

A Santa, saída de dentro da arca graças à esposa do Ne Lwolo, viverá durante um período indeterminado com o casal. Este período é dividido em duas fases: uma feliz, de prosperidade entre os membros do *lumbu*; e outra infeliz, de grande seca na região de Kavuji. Por outras palavras: numa primeira fase, o reforço do poder político, ou do *wene*, do *mfumu a lumbu* de Kavuji, é reforçado pelo Cristianismo; porém, essa prosperidade – ou esse poder de controlar o modo de produção – revelar-se-á transitória, porquanto o *mfumu a vata* se vê obrigado a intervir e a apelar para as instâncias superiores, primeiro para o Mani Soyo (Nsamu a Nzau), depois para o próprio Ntotila. Vejamos. A mulher do pescador contou a história da Santa às amigas e a notícia chega assim aos ouvidos do «rei» Nsamu a Nzau. Estas «amigas», evidentemente, mais não são do que o *mfumu a vata*, legitimado pela matrilinearidade. O «rei» Nsamu a Nzau, o Mani Soyo, e mais tarde o Ntotila ordena o confisco da Santa.

São estas as narrativas a respeito de Diogo Cão que a tradição oral angolana regista. Mas quem foi Diogo Cão e em que contexto se deslocou à costa africana?

## **2 - Os antecedentes das duas viagens de Diogo Cão no contexto do expansionismo capitalista intercontinental português (1415-1482)**

É chegado o momento de nos debruçarmos sobre a articulação dos principais factos históricos que viabilizaram expedições ao continente africano no século xv, como as de

Diogo Cão, e nos quais os historiadores coloniais faziam assentar a «história de Angola», concebendo-a como uma continuidade da história de Portugal e, particularmente, do expansionismo capitalista intercontinental europeu, desencadeado pelos reinos ibéricos.

A conquista de Ceuta pelos Portugueses em 1415 – episódio da história de Portugal considerado pelos historiadores coloniais a raiz da «história de Angola» –, realizada no reinado do rei português D. João I (reinado 1385-1433), fundador da Dinastia de Avis, obedeceu a uma política motivada por factores económicos que se prendiam com uma situação de penúria da Península Ibérica em relação a bens essenciais a uma economia de trocas tal como fora desenvolvida nos últimos dois séculos: o trigo, de que Marrocos era exportador; o ouro, indispensável nas transacções com os países do Ocidente; e o açúcar, introduzido na Europa pelos cruzados por volta de 1100 e a que eram atribuídas virtudes culinárias e medicinais. Mas a mercadoria privilegiada era, evidentemente, o escravo, então utilizado na Europa ainda preferencialmente em serviços domésticos ou militares.

Durante os séculos XIII e XIV, a grande maioria dos escravos na Europa era de origem eslava – como aliás a expressão *escravo*, derivando de *eslavo*, o evidencia –, provenientes das margens do Mar Negro ou do Cáucaso. À Península Ibérica, porém, na sequência de uma tradição que remontava aos progressos da Reconquista cristã a partir do século XI de transformar em escravos os cativos de guerra muçulmanos, já durante esse período chegavam escravos do continente africano – árabes, berberes ou negros, designados os primeiros por «sarracenos» e os últimos por «etíopes» –, através do comércio marítimo com o Magrebe. Os seus preços, que inicialmente eram em regra inferiores aos dos escravos brancos, começam a crescer no século XIII, reflectindo um aumento da procura



de escravos africanos pelo mercado europeu. A cor da pele dos indivíduos transaccionados vai ganhando importância e começa a figurar nos actos notariais de compra e venda celebrados nos portos europeus meridionais, não apenas nos ibéricos, mas também nos do sul da França e da Itália, onde os escravos negros, embarcados sobretudo nos portos magrebinos, vão sendo cada vez mais requestados ao longo dos séculos XIV e XV.

Eram estas as rotas comerciais islâmicas do Magrebe que, no caso português, o Infante D. Henrique (n. 1394-m. 1460), terceiro filho varão do rei D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre, visou inicialmente controlar. A esta personagem, absurdamente eleita pelos historiadores coloniais como um «fundador da história de Angola», foi atribuída, pela tradição popular portuguesa, a iniciativa de haver convencido o pai a montar a campanha da conquista de Ceuta, onde efectivamente participou com os dois irmãos mais velhos e na sequência da qual logrou ser nomeado cavaleiro e receber os títulos de senhor da Covilhã e de duque de Viseu. Entre 1415 e 1419, na qualidade de governador de Ceuta, fortificação decisiva para os Portugueses no sentido de vedarem o acesso dos Muçulmanos ao Oceano Atlântico, zelou militarmente pela sua manutenção sob a administração portuguesa, contra as investidas dos reis de Fez e de Granada, havendo inclusive tentado atacar Gibraltar. Foi por esta época que Henrique de Avis – estranhamente chamado de o *Navegador* ou, por antonomásia, tão-somente o *Infante* –, revelando um espírito empresarial inédito no seu tempo, organizou uma enérgica armada de corso, a qual, actuando inicialmente entre Ceuta e Gibraltar, não tardaria a ser transferida para o Atlântico.

Em 1419, os seus escudeiros João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira desembarcaram nas ilhas do arquipélago da Madeira – já conhecidas por navegadores

portugueses do século anterior, o que contraria duramente a falácia dos «achamentos», depois chamada dos «descobrimientos» -, as quais no futuro se revelariam de grande importância na produção industrial de cereais e de especiarias como o açúcar. Mas foi a partir de Maio de 1420, uma vez nomeado Grão-Mestre da Ordem de Cristo, cargo que desempenharia até ao fim da vida, que D. Henrique se voltou definitivamente para a exploração do Atlântico. Criada em 1319 pela Bula *Ad ea ex-quibus*, do papa João XXII, a pedido do rei D. Dinis (reinado 1279-1325), a Ordem de Cristo congregou na Coroa Portuguesa o património da Ordem dos Templários e de outras ordens religiosas militares, muito do qual proveniente dos espólios das Cruzadas. Ao tomar posse da direcção da Ordem de Cristo, sucedendo assim a outros príncipes portugueses desde o reinado de D. Dinis, o Infante D. Henrique, como qualquer empresário inteligente, já se apercebera de que o projecto de recuperação das rotas comerciais islâmicas do Magrebe era uma causa perdida. Não obstante, em 1437 ainda apoiou o projecto desastroso de tomada de Tânger do seu irmão mais novo, o beato D. Fernando de Portugal (1402-1437), chamado o *Infante Santo*. Mas, ao investir os seus capitais em equipamento humano e náutico com vista à expedição de Gonçalo Velho Cabral aos Açores em 1427, D. Henrique tinha em mente a utilização das ilhas deste arquipélago, à semelhança da Madeira, como centro agrícola na produção industrial de cereais e de especiarias. Percebera que tal não era possível sem a utilização da mão-de-obra barata dos escravos negros. Não os conseguira apoderando-se das rotas comerciais dos Magrebinos, que os transaccionavam? Consegui-los-ia mediante razias nas costas africanas atlânticas.

Eis a razão pela qual, não abdicando da actividade do corso, o Infante D. Henrique se empenha para que os

sábios italianos, contratados graças aos capitais da Ordem de Cristo, lograssem conceber embarcações portuguesas dotadas de vela latina triangular – originariamente «vela la trina» –, capaz de bolinar contra os ventos adversos. Se é verdade que a vela latina (ou «la trina») já era usado pelos muçulmanos do Mediterrâneo, também é verdade que os colaboradores do Infante D. Henrique conseguiram adaptá-la a barcos de maior envergadura, capazes de navegar no Atlântico. A mítica «escola náutica de Sagres» – que aliás nunca foi escola e muito menos se situou alguma vez em Sagres, pois é sabido que o ponto de partida e de chegada destes navios se situava no Algarve, é certo, mas em Lagos – mais não representa senão este mero acto de investimento económico, precursor do capitalismo moderno. Só com estas embarcações, chamadas caravelas, foi possível ao navegador Gil Eanes, escudeiro de Henrique de Avis, dobrar, em 1435, o Cabo Bojador (actual Cabo Juby, na costa atlântica marroquina), situado na latitude das Ilhas Canárias. Se, daí para sul, os alísios e as correntes eram favoráveis aos veleiros de vela quadrada ou rectangular, o mesmo não acontecia na viagem de regresso para norte, na qual todos se perdiam caso não navegassem muito para Oeste – correndo o risco de esgotarem os mantimentos – até 30° de latitude norte. Ora o novo tipo de embarcação utilizado pelos Portugueses, a caravela, dotada da vela latina, permitiu bolinar e enfrentar os ventos adversos. A partir de 1435, as viagens de exploração portuguesa à costa africana tornaram-se sistemáticas e, ainda durante a vida do Infante, que faleceria em 1460, os seus navegadores atingiram:

1. O Cabo Branco (na fronteira entre a Mauritânia e o Sara Ocidental), por Nuno Tristão e Antão Gonçalves, em 1441;

2. As ilhas do Golfo de Arguim (na costa da Mauritânia), em 1443, com a consequente construção de uma feitoria em 1448;
3. O rio Senegal e o Cabo Verde, por Dinis Dias, em 1444;
4. O Golfo da Guiné, em finais da década de 1450;
5. O rio Gâmbia, por Cá da Mosto, em 1455;
6. A Serra Leoa, por Pedro de Sintra, em 1460.

Que mercadorias obtinham os Portugueses nestas viagens à costa africana? Decerto que o ouro, adquirido em troca de tecidos, cavalos e trigo, que alguns historiadores portugueses, apoiando-se nos depoimentos do navegador veneziano Cá da Mosto – que trabalhou ao serviço do príncipe português – procuram pôr em evidência, teve a sua importância. De igual modo tinham importância o marfim, os gatos-de-algália – felinos que têm abaixo do ânus uma pequena bolsa onde se aloja uma substância utilizada em perfumaria –, a goma, e mais tarde, já depois da morte do Infante e segundo os navegadores Cá da Mosto e Diogo Gomes, a malagueta e a pimenta-de-rabo. Mas a principal mercadoria que interessava ao Infante D. Henrique era, sem qualquer sombra de dúvida, o escravo negro, inicialmente capturado pela técnica da *razia* do litoral, depois – após a morte de Gonçalo de Sintra em 1444, no arquipélago de Arguim, em combate com os Africanos – pela negociação com as autoridades africanas.

O Infante D. Henrique, ao qual aliás cabia a quinta parte do valor dos cativos desembarcados no porto de Lagos, conseguia assim, não apenas a obtenção da mão-de-obra a utilizar nas plantações das ilhas «descobertas», mas também uma situação de monopólio sobre a transacção de uma mercadoria lucrativa, porque ainda barata, o escravo negro, requestada por toda a Europa. Tal monopólio coubera até então apenas aos Magrebinos. Os termos *negro*

e *etíope* – este último vocábulo, *etíope*, devia-se à convicção errónea dos Europeus, aliás já secular e só desfeita em finais do século XVI, depois das viagens de Diogo Cão, de que a Etiópia Ocidental era banhada pelo Atlântico – consolidaram-se definitivamente, na Europa ocidental cristã, como sinónimos de *escravo*. De resto Gomes Eanes de Zurara, cronista pessoal do Infante D. Henrique, não hesita, nas suas crónicas, em confirmá-lo.

A política expansionista do Infante D. Henrique, que pode ser considerado o primeiro capitalista da era moderna, já era legitimada pelo *direito do padroado*, faculdade juridicamente reconhecida pela Santa Sé aos Estados cristãos de adquirirem, ainda que pela força, territórios e bens patrimoniais aos «infiéis», desde que nesses territórios «ajudassem a expandir a fé de Cristo», ou seja, contribuíssem para a prossecução do projecto de ampliação do poder de influência dos Estados ocidentais sobre o resto do mundo seguindo a estratégia, gizada por Roma, do desmantelamento religioso dos povos, afastando-os por persuasão dos seus tradicionais sistemas de crenças. O Estado português, na pessoa do rei, viu-lhe reconhecido este direito através das bulas pontifícias emitidas nos anos de 1452, 1454, 1514 e 1516. As duas primeiras bulas, como pode verificar-se, são contemporâneas de D. Henrique, ainda que o *direito do padroado* seja por elas atribuído ao seu sobrinho, o rei D. Afonso V, que reinou entre 1438 e 1481. Os navegadores portugueses começam, a partir de então, a colocar padrões – primeiro de madeira, posteriormente de pedra – nos territórios ribeirinhos que consideravam pertencer à Coroa portuguesa.

Durante os nove anos que se seguiram à morte do Infante D. Henrique, em 1460, registou-se um afrouxamento das expedições marítimas portuguesas, mercê da política desastrosa de D. Afonso V de tentativa de conquista do Magrebe. Mas, em 1469, a Coroa portuguesa

arrendou por cinco anos (mais um no fim do contrato) a Fernão Gomes, comerciante de Lisboa, o monopólio do resgate da Guiné, com a condição, além do pagamento de uma renda anual de 200 reais, de mandar «descobrir» anualmente cem léguas ao longo do litoral atlântico africano, a partir da Serra Leoa. Fernão Gomes utilizou como navegadores, neste empreendimento, os capitães João de Santarém e Pedro de Escobar, ambos Cavaleiros da Casa de D. Afonso V, além de Lopo Gonçalves, Fernão do Pó (ou Fernando Pó) e Pedro de Sintra, que lograram ultrapassar as cem léguas previstas no contrato, transpondo o Equador e percorrendo o Golfo da Guiné nos primeiros anos da década de 1470. Data do início do ano de 1471 a chegada destes navegadores portugueses à Costa da Mina, no actual Gana, onde inicialmente se descobriu um auspicioso comércio de resgate de ouro de aluvião, mas que não muito mais tarde, em 1482 e já no reinado de D. João II, conforme o demonstra a construção no local de uma Fortaleza evocativa de São Jorge, se revelaria um dos principais pontos de embarque portugueses de escravos africanos para outros continentes.

Ainda no Golfo da Guiné, a sul da Mina – futuramente São Jorge da Mina –, supõe-se que os navegadores João de Santarém e Pedro de Escobar tenham «achado»:

- a. A ilha de São Tomé, a 21 de Dezembro do mesmo ano de 1471;
- b. A ilha de Ano Bom, no dia 1 de Janeiro de 1472;
- c. A 17 de Janeiro de 1472, a ilha de Santo António ou Santo Antão, por referência, evidentemente, a Antão do Deserto ou Santo Antão de Alexandria (Egipto, 251 d. C.-356 d. C.) e não a Fernando de Bulhões, Santo António de Lisboa e de Pádua (Lisboa, 1191/1195?-Pádua, 1231). Mais tarde foi chamada Ilha do Príncipe, homenagem do rei D.

João II, O Príncipe Perfeito, ao seu malogrado filho  
D. Afonso de Portugal (1465-1491).

Como pode ver-se, os nomes de duas destas ilhas devem-se ao facto de haverem sido «descobertas» nos dias consagrados pela Igreja aos festejos dos santos homónimos, e é mais do que óbvio que Ano Bom é sinónimo de Ano Novo, pois o «descobrimento» da ilha deu-se no primeiro dia do ano. Já na década de 1480 seria descoberta uma quarta ilha que, até ao século XIX, conservaria o nome do seu descobridor, Fernão do Pó (ou Fernando Pó), actual Bioko, pertencente à Guiné Equatorial, a qual, ao contrário das outras ilhas do Golfo da Guiné, que eram desertas, dispunha de uma população africana, porquanto dista apenas 20 milhas da costa.

Conforme muito bem o escreveu Isabel Castro Henriques, o achamento e a ocupação iniciais das ilhas de São Tomé e Príncipe deram-se num contexto da expansão portuguesa «dominado por objectivos comerciais cuja concretização oscilava entre o regime do monopólio do Estado e o comércio por particulares, dependente da autorização da Coroa ou de concessionários desta» [*sic*]. Este pormenor da clivagem entre interesses públicos portugueses e interesses privados portugueses e santomenses revelar-se-á, como melhor veremos nos próximos capítulos, determinante para a História de Angola, sobretudo para o aparecimento da feitoria de Luanda.

Saliente-se de momento, ainda acompanhando os estudos de Isabel Castro Henriques, que os interesses portugueses, primeiro do Infante D. Henrique, depois da própria Coroa, se centraram desde o início em territórios não habitados, desdenhando aqueles que tinham população e onde esta manifestava resistência à fixação de colonos. Tal aconteceria em 1480 com a renúncia portuguesa à

colonização das ilhas Canárias – habitadas pelos Guanches, população de origem berbere e greco-cartaginesa – e repetir-se-ia em 1778 com a transferência para a Espanha do domínio sobre as ilhas de Fernão do Pó e de Ano Bom, esta última, entretanto, povoada ao longo de três séculos com uma população oriunda, na sua maioria, de Angola. Em contrapartida, os arquipélagos desabitados, considerados pelos Portugueses propícios à actividade agrícola, particularmente ao cultivo da cana-de-açúcar, não tardaram a sofrer processos de povoamento, dinamizados pelo sistema das capitanias donatárias. Tal foi o caso das ilhas da Madeira e de Porto Santo a partir de 1440, do arquipélago dos Açores a partir de 1450 e do arquipélago de Cabo Verde a partir de 1460. Se os dois primeiros arquipélagos, Madeira e Açores, foram povoados exclusivamente por Europeus e por Magrebinos, ao terceiro arquipélago, Cabo Verde, foi afluindo igualmente uma população africana que viria a acentuar-se depois da descoberta do continente americano e do incremento do tráfico de escravos.

Também em São Tomé se incentivou a plantação da cana-de-açúcar e foi introduzido em 1485 o sistema das capitanias por D. João II, que reinou entre 1481 e 1495. Em 1474 expirou o contrato de Fernão Gomes. E D. João II subiria ao trono meses depois de lhe haver sido doado pelo seu pai e antecessor, D. Afonso V, o monopólio da exploração e do comércio no Golfo da Guiné e na Costa da Mina, a partir de então definitivamente centrados na Coroa Portuguesa. Estas e outras regiões do litoral atlântico africano destinavam-se a ser percorridas com vista a encontrar novos parceiros comerciais, mas também um eventual caminho marítimo para a Índia.

Foi nesta conjuntura, e ainda na primeira metade do período de 14 anos que perfez o reinado de D. João II, que se realizaram as duas expedições de Diogo Cão à costa africana.



### **3 - A primeira expedição de Diogo Cão em 1482-1483: o Padrão de São Jorge e o Padrão de Santo Agostinho**

Pouco se sabe sobre a figura de Diogo Cão e continuam a ser enigmáticos, quer a sua origem e descendência, quer o seu destino depois de 1486, termo da sua segunda incursão à costa africana atlântica. Há mesmo quem alvitre que o silenciamento acerca do seu percurso biográfico depois desta data se ficou a dever à política de sigilo do rei D. João II a respeito da política portuguesa das expedições intercontinentais.

Segundo Luciano Cordeiro, que se apoia no diploma que nomeia cavaleiro o navegador a 14 de Abril de 1484, Diogo Cão seria neto de Gonçalo Cão, soldado que se distinguiu ao lado de D. João I e do Condestável D. Nuno Álvares Pereira durante as contendas com Castela entre 1383 e 1385, sendo mesmo mencionado nas crónicas de Fernão Lopes. O documento que nomeia Cavaleiro Diogo Cão, lavrado em Santarém, menciona, além do avô, o pai do navegador, sem, todavia, indicar o seu nome.

Segundo António Soares de Albergaria, genealogista do século XVII citado por Luciano Cordeiro, a família Cão remonta à fundação de Vila Real, em Trás-os-Montes, no nordeste de Portugal, em 1289. No foral então concedido pelo rei D. Dinis, que reinou entre 1279 e 1325, para efeitos de povoamento local é possível encontrar, entre os nomes dos três administradores civis e judiciais, o de um tal Pedro Afonso Cão. O referido genealogista seiscentista é o primeiro a identificar o apelido Cão com a forma obsoleta *Cano* (do latim *canus*) e a atribuí-lo a um prematuro e hereditário encanecer do cabelo nos indivíduos dessa família.

A partir destes elementos, a tradição popular portuguesa, transferida para Angola na viragem do

século XIX para o século XX, fez de Diogo Cão um transmuntano, nascido em Vila Real em data desconhecida. A mesma tradição, aliás, vai ao ponto de atribuir à presumível naturalidade de Diogo Cão a origem de um facto histórico confirmado, mas ainda não plenamente explicado: o de ter sido ele o primeiro navegador a utilizar, no exercício do *direito do padroado* em terras africanas, padrões em pedra de capitel quadrangular ou rectangular, na vez de cruces de madeira. Fundada e demarcada pela Coroa e reservada à sua jurisdição exclusiva, a povoação transmuntana de Vila Real terá sido balizada, desde a sua fundação, por enormes marcos de pedra similares aos quatro que Diogo Cão viria a distribuir pela costa africana a sul do rio Kongo/Zaire. Ainda que esculpidos a partir das pedras com que foi erigida a Fortaleza de São Jorge da Mina em 1481, seriam estes padrões, como o sugere Luciano Cordeiro, o produto de uma «recordação pátria» de Diogo Cão?

São quatro as fontes escritas portuguesas mais próximas no tempo de Diogo Cão e das suas viagens nas quais a historiografia se tem apoiado:

- a. A *Crónica de D. João II*, de Rui de Pina (Guarda, c. 1440-1522), escrita em data desconhecida, mas posterior a 1497;
- b. A *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende (Évora, 1470- -1536), publicada em 1545;
- c. As *Décadas da Ásia*, de João de Barros (n. Viseu, c. 1496-m. Pombal, 1570), publicadas em quatro volumes entre 1552 e 1615;
- d. A *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis (Alenquer, 1502-1574), publicada nos anos de 1566 e 1567.

Dos quatro autores mencionados, Rui de Pina e Garcia de Resende são, portanto, os únicos contemporâneos das viagens de Diogo Cão, pois os outros nasceram muito depois. No entanto, nem Rui de Pina, nem Garcia de Resende seguiram de perto as expedições do futuro «descobridor de Angola». O primeiro, Rui de Pina, porque nos anos de 1480 desempenhava funções diplomáticas na Catalunha, só havendo sido nomeado cronista-mor do reino em 1497, já no reinado de D. Manuel I (1495-1501). O segundo, Garcia de Resende, por ser ao tempo, como as datas o demonstram, um adolescente. Por conseguinte, os quatro escritores relataram o percurso de Diogo Cão a partir do que lhes foi narrado oralmente ou de algo que leram. E todos escreveram as suas obras num tempo em que as relações diplomáticas e comerciais estabelecidas entre Portugal e o Reino do Kongo já estavam há muito plenamente institucionalizadas.

Estes cronistas tardios tendem a concordar que Diogo Cão fora, na juventude, Escudeiro da Casa do Infante D. Henrique. Em 1480, 20 anos volvidos sobre a morte do Infante, comandou uma das embarcações da frota de Diogo de Azambuja, que defrontou, em São Jorge da Mina, uma congénere castelhana. Mas é pouco provável que Diogo Cão tenha participado na construção da Fortaleza de São Jorge da Mina, no ano seguinte, pois é sabido que no início de 1482, ainda com o estatuto de Escudeiro da Casa Real, embarcou do porto de Lisboa, comandando uma pequena frota enviada por D. João II em exploração à costa africana. Desconhece-se o número de navios que constituíam essa frota, mas presume-se que não era superior a três.

Esta expedição, que se realizou durante os anos de 1482 e 1483, tinha por objectivo principal, na prossecução do estabelecimento de relações comerciais com os Africanos, transpor o Cabo de Santa Catarina, na foz do rio de Fernão Gomes, a sul da Mina, última etapa atingida por Rui de

Sequeira em 1474. A sul do Cabo de Santa Catarina e entre os territórios que muito mais tarde seriam considerados cabindenses, a frota de Diogo Cão – segundo reconstituições cartográficas da crónica de Rui de Pina – visitou e baptizou lugares como as Duas Moitas (Mamas de Banda), a Praia Formosa de São Domingos (Loango), a Praia Branca ou Ponta Branca (Lândana), a Ponta da Barreira Vermelha (Molembo) e o Cabo do Paul, na margem norte da embocadura do rio Kongo/Zaire. Segundo os cronistas, este rio de caudal formidável, chamado Rio Poderoso pelos Portugueses, fazia-se anunciar muito a norte da embocadura, porquanto a junção da sua torrente copiosa com a corrente marítima fria vinda do Cabo (da Boa Esperança) levava a que «a 20 léguas da costa se achassem as suas águas doces».

Contudo, em conformidade com o que em tempos ficcionámos em *Mazanga*, é nossa convicção que os marinheiros de Diogo Cão se terão apercebido de que navegavam num rio, não apenas por haverem provado a água doce, mas sobretudo por o verem sulcado de «almadias» – ou canoas – tripuladas por negros que efectuavam transporte fluvial de mercadorias. Pese embora o facto de Diogo Cão e de outros navegadores portugueses não levarem consigo nenhum intérprete de nenhuma língua subsariana, mas apenas de árabe (ou «mourisco») – eram essas as «línguas [...] mui bem providos» de que fala João de Barros, o qual, aliás, não hesitava em afirmar que as línguas subsarianas [ditas «etíopes»] eram insusceptíveis de ser escritas –, aqueles «negros das almadias» do Rio Poderoso ter-lhes-ão dito serem súbditos do Mani Kongo, isto é, do rei do Kongo, «um rei poderoso, o qual estava dentro pela terra» a «muitos dias de andadura». Tudo indica que a recepção aos homens de Diogo Cão na margem sul da foz do Kongo/Zaire – num lugar designado por Praza, mas que de futuro seria conhecido pelo nome de

Cabo do Padrão ou Ponta do Padrão – foi amistosa por parte do Mani Soyo, que nos documentos portugueses não tardou a ser designado por «Príncipe do Sonho» e, mais tarde e num fenómeno de hibridismo linguístico, por «Manisonho».

Os interesses comerciais justificaram, sem dúvida, a afabilidade para com os Portugueses por parte deste vassalo do rei do Kongo e a autorização que concedeu a Diogo Cão de colocar na praia o primeiro padrão concebido em pedra. Tratava-se do Padrão de São Jorge que, tal como a Fortaleza da Mina e outros monumentos portugueses, era consagrado a um santo tomado de empréstimo por Portugal à Inglaterra deste o século XII. Este padrão viria a ser destruído pelos Holandeses no século XVII, só restando dele alguns fragmentos guardados na Sociedade de Geografia de Lisboa. Contudo, presume-se que Diogo Cão o terá deixado no Soyo em fins de Maio de 1482.

No seu papel de plenipotenciário ao serviço do rei de Portugal, Diogo Cão enviou uma pequena embaixada – não se sabe o número de emissários portugueses que a constituíam – a Mbanza Kongo, onde se encontrava instalada a corte do Ntotila Nzinga-a-Nkuvu, carregada de presentes para este. Eis o primeiro contacto diplomático entre o Reino do Kongo e o Reino de Portugal.

Mas, enquanto os seus emissários se embrenhavam pelo interior do território congues, Diogo Cão, possivelmente obedecendo ao desígnio já bem evidente do rei português de que os seus navegadores dobrassem o então chamado Cabo das Tormentas (futuro Cabo da Boa Esperança) e trilhassem um caminho marítimo para a Índia, prosseguiu, para sul, o seu périplo ao longo do que muito mais tarde viria a ser a costa angolana. A 22 de Julho de 1482, chegou à foz do Rio de Madalena (rio Loje), onde permaneceu alguns dias, seguindo depois para a foz do Rio de Fernão Vaz (rio Dande) e vindo a fazer aguada na foz do rio Bengo, que, contudo, não baptizou. Segundo João de Barros, terá

alcançado aquelas a que Duarte Pacheco Pereira chamaria, em 1506, as Ilhas das Cabras, isto é, as ilhas de Luanda e da Kazanga. A ser assim, sem a menor dúvida que encetou relações comerciais com os representantes do Ntotila, os *nkuruntu*, que nelas se encarregavam de colher o zimbo, os búzios utilizados como moeda, e terá tido contacto com a população Mbundu submetida aos Bakongo. Deste modo, mantém-se, em nosso entender, verosímil o que ficcionámos em *Mazanga*. Em todo o caso, estranhámos que Diogo Cão tenha aportado na Muazanga e não tenha, não muito mais a sul, encontrado a foz do Kuanza, pois tudo indica que lhe passou ao lado mercê da adversidade dos ventos e das correntes.

Seja como for, nesta sua primeira viagem, Diogo Cão passou indubitavelmente além do litoral do antigo Reino do Kongo, avançando muito mais para sul. As crónicas falam de uma Ponta das Camboas, por referência às «camboas» – pequenos lagos artificiais junto ao mar onde a preia-mar deixa entrar peixe miúdo –, na qual, alegadamente, os negros pescavam. Tratava-se, provavelmente, de uma das muitas aldeias piscatórias na dependência do Reino do Libolo, muito embora as «camboas» nos façam pensar mais em recollecção do que em pesca. Diogo Cão baptizou a Ponta das Camboas com um nome cristão, Cabo de São Brás, que viria a ser assinalado na cartografia. Pela sua localização nos mapas, presumimos ser o actual Cabo Ledo. Mais a sul, terá feito aguada na foz do rio Longa e baptizou com o nome de Terra das Duas Pontas o planalto que se segue à foz deste rio e onde se fundaria mais tarde a povoação a que no século xvi se chamou Benguela(-a-Velha) e no século xx Porto Amboim. Ainda mais a sul, chamou Rio do Paul ao rio Catumbela e crê-se ter fundeado, a 5 de Agosto, na Angra de Santa Maria das Neves, que outra não é senão a baía onde no século xvii se ergueria a cidade de Benguela(-a-Nova) ou São Filipe de Benguela. No litoral

que se lhe segue para sul, é anotado um ponto designado por Ponta Choca, ao qual é posteriormente dado o nome de Castelo de Alter Pedroso. Mas é ainda mais abaixo, no Cabo do Lobo, ou Cabo de Santa Maria – cerca de 200 quilómetros a sul de Benguela e de 150 a sul da foz do rio Coporolo –, que Diogo Cão coloca, a 28 de Agosto desse ano de 1482, o seu segundo padrão de pedra: o Padrão de Santo Agostinho.

Foi este Padrão de Santo Agostinho que, derrubado igualmente no século XVII pelos Holandeses, chegou intacto à Sociedade de Geografia de Lisboa, o que permitiria a Luciano Cordeiro decifrar brilhantemente, em 1892, as suas inscrições, demonstrando que, contrariamente ao que pareciam dar a entender os cronistas coevos, Diogo Cão comandou efectivamente duas viagens à costa africana atlântica e não apenas uma. A primeira viagem, que acabámos de descrever, deu-a ele por finda em finais de Agosto de 1482, ao colocar o referido Padrão de Santo Agostinho no Cabo de Santa Maria, a sul de Benguela. Porque terá Diogo Cão voltado para trás nesse momento?

A resposta a esta questão permanece até hoje um mistério, o que nos leva, de momento, a aceitar como prováveis as hipóteses alvitadas pelos historiadores coloniais, nomeadamente por Ralph Delgado. Além da escassez de alimentos e das dificuldades de navegação, Diogo Cão ter-se-ia confrontado com a decepção de, contrariamente às suas expectativas e às conjecturas dos geógrafos seus coevos, não ter atingido o extremo sul da África.

Poderíamos, de resto, acrescentar que tudo indica que a convicção errónea de que a chamada Etiópia Ocidental era banhada pelo Atlântico, pesem embora as viagens de Diogo Cão, se continuou a manter consistente no reinado de D. João II, porquanto é sabido que a expedição marítima de Bartolomeu Dias, em 1486, ainda tinha como missão procurar o mítico Preste João – o Negus da Abissínia –, o

mesmo acontecendo no ano seguinte, embora por via terrestre, com Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã. Estaria Diogo Cão convencido de que o Mani Kongo era o Preste João, como o ficcionámos em *Mazanga*? A ser assim, e aliás em conformidade com a nossa referida ficção, estas dúvidas colocam-se, não apenas a respeito do termo da primeira viagem de Diogo Cão, entre 1482 e 1483, mas sobretudo a respeito do termo da segunda, realizada entre 1484 e 1486. A hipótese é admissível atendendo a que, como já o dissemos, os quatro cronistas portugueses que descrevem as viagens de Diogo Cão e referem o Mani Kongo escreveram as suas obras já num período posterior a 1491, isto é, à viagem de Rui de Sousa, estando já plenamente institucionalizadas, inclusive pela via religiosa, as relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e este Estado africano ocidental.

Ainda sobre a primeira viagem de Diogo Cão, subsiste outro mistério. Este diz respeito ao seu percurso de regresso a Portugal. Relatam as crónicas que Diogo Cão, ao alcançar de novo a foz do Kongo/Zaire, soube pelos Basolongo que os seus emissários enviados à corte do Ntotila Nzinga-a-Nkuvu, pese embora o acolhimento amistoso do soberano africano, teriam sido por este retidos em Mbanza Kongo e impedidos de voltar ao Soyo e de acorrer ao ponto de encontro marcado pelo seu chefe. Porque não foi Diogo Cão resgatá-los a Mbanza Kongo, preferindo continuar a viagem para norte?

Ao decidir zarpar para Portugal, Diogo Cão, não só reteve como reféns a bordo do seu navio os visitantes do Soyo que lhe vieram dar notícias dos seus emissários a Mbanza Kongo, como os levou cativos para Lisboa. Estes Basolongo seriam, contudo, recebidos com honras de embaixadores pelo rei D. João II. Segundo João de Barros, Diogo Cão, ao deixar o Soyo, terá dito ao Mani que lhe



restituiria os reféns ao fim de 15 luas, o que efectivamente aconteceu. Mas porquê este sequestro?

## **4 - A segunda expedição de Diogo Cão em 1484-1486**

### **a) O Padrão do Cabo Negro e o Padrão do Cabo Cross (ou Cabo do Padrão)**

Presume-se que, finda a sua primeira viagem ao Kongo, Diogo Cão tenha chegado a Lisboa - e é essa a convicção, nomeadamente, de Luciano Cordeiro - em finais de 1483 ou princípios de 1484. Em meados do ano de 1484, Diogo Cão encontrava-se ainda em território português, pois a 8 de Abril foi lavrada por D. João II - que entretanto acrescentara ao seu título majestático o indicativo de *Senhor da Guiné* - uma carta que lhe atribuía uma tença de dez mil réis brancos, para a sua vida e de um filho seu, em caso de morte. No dia 14 do mesmo mês, era acrescentada a esta a carta de enobrecimento do navegador, nomeando-o Cavaleiro.

Fazendo esta última carta referência a um próximo envio de Diogo Cão para a Guiné - entendido este topónimo na acepção arcaica que designava a África Subsariana - a fim de expandir a religião e de «descobrir» novas terras, tem-se entendido que partiu ainda em Abril de 1484 para a sua segunda expedição, a qual se prolongaria por 26 meses, incluindo os 19 do regresso, efectuado depois de percorridas 1200 léguas ou milhas a partir de Lisboa. São estes os dados em que nos apoiaremos na descrição da segunda viagem de Diogo Cão, os quais correspondem a ilações que Luciano Cordeiro retira de três documentos coevos da lavra de autores germânicos:

- a. O *Insulariu Illustratum Henrici Martelli Germani*. Trata-se de um mapa mundial concebido em 1489 ou 1490 pelo cartógrafo alemão Heinrich Hammer, que viveu em Florença entre 1480 e 1496 e que latinizou o seu nome para Henricus Martellus Germanicus ou simplesmente Martellus;
- b. A legendagem do *Erdapfel* («Maça do Mundo») – ou, simplesmente, o *Globo* –, um dos primeiros globos terrestres conhecidos, construído entre 1491 e 1493 pelo cosmógrafo Martin Behaim (n. Nuremberga, 1459-m. Lisboa, 1507), também conhecido por Martinho da Boémia, que se supõe ter acompanhado Diogo Cão à costa atlântica da África na sua segunda viagem;
- c. A *Crónica de Nuremberga*, de Hartman Schedel (Nuremberga, 1440-1514), história do mundo ilustrada, publicada em 1493, incluindo informações fornecidas por Martin Behaim.

Nesta expedição de Diogo Cão seguiram duas caravelas tripuladas, abastecidas e armadas para três anos além das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), transportando várias mercadorias, entre as quais se incluíam 18 cavalos, destinadas ao negócio com os soberanos africanos. A primeira caravela era comandada pelo próprio Diogo Cão e a segunda por Martinho da Boémia (Martin Behaim). Acompanhava igualmente Diogo Cão o célebre piloto João Afonso, de Aveiro. Ao decifrar as inscrições dos rochedos de Ielala – em obra póstuma publicada em Janeiro de 1901, um mês depois da sua morte –, Luciano Cordeiro demonstraria que, afinal, os navios que constituíam a segunda frota de Diogo Cão eram três e não apenas dois, sendo o terceiro comandado por um tal Pêro Anes (ou Eanes), supostamente descendente de Gil Eanes.

Duas questões permanecem enigmáticas quanto a esta segunda viagem de Diogo Cão ao Reino do Kongo. A primeira diz respeito aos reféns basolongo que o navegador levava para Lisboa aquando da primeira expedição e que teriam, presumidamente, sido convertidos ao Cristianismo em Portugal, depois de o rei D. João II haver mandado que os vestissem de «panos mui finos» e que fossem muito bem tratados e doutrinados nos mandamentos da fé católica. Só João de Barros nos diz serem quatro e afirma terem regressado ao Soyo nesta segunda viagem de Diogo Cão. Teriam constituído um salvo-conduto para esta segunda penetração do navegador no território congues e para a recepção diplomática que o Ntotila lhe reservou em Mbanza Kongo. Ainda segundo João de Barros, um desses quatro basolongo convertidos ao Cristianismo teria sido previamente enviado como emissário a Nzinga-a-Nkuvu, a fim de lhe comunicar o regresso de Diogo Cão, juntamente com os seus demais vassalos, carregados de presentes do rei de Portugal. Este emissário teria transmitido igualmente ao Ntotila a exigência, por parte de Diogo Cão, da «libertação» dos Portugueses que haviam permanecido na corte conguesa. Foi a hipótese pela qual optámos em *Mazanga*.

A segunda questão prende-se com a eventualidade de Diogo Cão ter levado ou não missionários ao Kongo nesta sua segunda viagem de 1484. Com toda a probabilidade os levou, mas as fontes são lacónicas a este respeito, senão mesmo silenciosas. Este silêncio, aliás, levou os ficcionistas mais preocupados com o realismo e a verosimilhança a introduzir nas viagens de Diogo Cão apenas um confessor de bordo, que, contudo, permanecerá no Kongo. Foi esta a origem de frei João de Arroios, personagem de *E Nsanta Madiya Habitou entre Nós*, de Henrique Abranches. E foi igualmente esta a origem do nosso frei Jorge do Rosário em *Mazanga*. Se atribuímos a frei Jorge do Rosário o estatuto

de dominicano foi porque estávamos influenciados pelas informações de João de Barros relativas à expedição de Gonçalo de Sousa (e de Rui de Sousa), em 1490, na qual efectivamente seguiu para o Kongo uma missão de Dominicanos. No entanto, Rui de Pina e Garcia de Resende indicam os Franciscanos. Ao tempo em que escrevemos o romance não atentámos numa nota de Ralph Delgado na qual este historiador, baseando-se num memorial relativo ao Convento de São José de Luanda existente na Academia de Ciências de Lisboa, informa que seguiram para o Kongo como missionários a bordo das caravelas de Diogo Cão, em 1484, o ministro do Convento de Santa Catarina de Santarém, frei João da Costa, e alguns dos seus súbditos. A ser assim, os Dominicanos teriam sido precedidos, no Reino do Kongo, pelos Franciscanos, porquanto a Ordem dos Frades Menores e a Terceira Ordem da Penitência, às quais pertencia o Convento de Santa Maria de Santarém, eram constituídas por religiosos desta congregação, não obstante a padroeira do referido convento, Santa Catarina de Siena (1347-1380), haver sido uma leiga da Ordem Terceira de São Domingos.

Inexplicavelmente, Diogo Cão, embora detendo-se na foz do Kongo/Zaire durante cerca de três meses, não visitou o Ntotila de imediato, preferindo partir para sul enquanto lhe enviava os emissários basolongo. Provavelmente confiava no prestígio diplomático dos seus próprios homens instalados em Mbanza Kongo havia quase dois anos. Ou julgava-os mortos, como também se alvitrou?

A frota portuguesa seguiu, portanto, pelo litoral africano. Não há notícia de que tenha feito qualquer aguada antes de atingir o Cabo do Lobo, pelo que a sua passagem pelas Ilhas de Luanda no nosso romance *Mazanga* é completamente fictícia. Diogo Cão ultrapassou, portanto, o Cabo do Lobo ou de Santa Catarina – que fora, recorde-se, o termo da sua viagem anterior, onde colocara o Padrão de

Santo Agostinho - e atingiu o Cabo Negro. Este promontório foi inicialmente designado pelos homens de Diogo Cão por Monte Negro pelo facto de ser um barrocal coberto de mato raso que o escurecia. Corresponde aproximadamente à Angra do Negro, que no século XVIII receberia o nome de Moçâmedes (actual Namibe). Foi aí, no Cabo Negro ou Monte Negro, a cerca de 15° 40' 30" de latitude sul, que Diogo Cão colocou o seu terceiro padrão, a 16 de Janeiro de 1485.

Os documentos apresentam sobreposições das nomenclaturas dos pontos do litoral desta região a sul do Dombe Grande que Diogo Cão então contornou. Vale a pena, por isso, reproduzir a lista das latitudes elaborada por Luciano Cordeiro a partir das indicações fornecidas pelo impressor e tradutor germânico Valentim Fernandes (m. Lisboa, 1518 ou 1519), naquele que se supõe ter sido o seu último trabalho, *Reportórios do Tempo*, publicado em 1518. Latitudes que, a partir do mesmo Valentim Fernandes, haviam sido aproveitadas por João de Barros:

14° [de latitude sul] - *Monte Negro* (futura Angra do Negro/Moçâmedes/Namibe), onde Diogo Cão coloca o terceiro padrão.

15° - *Serra Parda*.

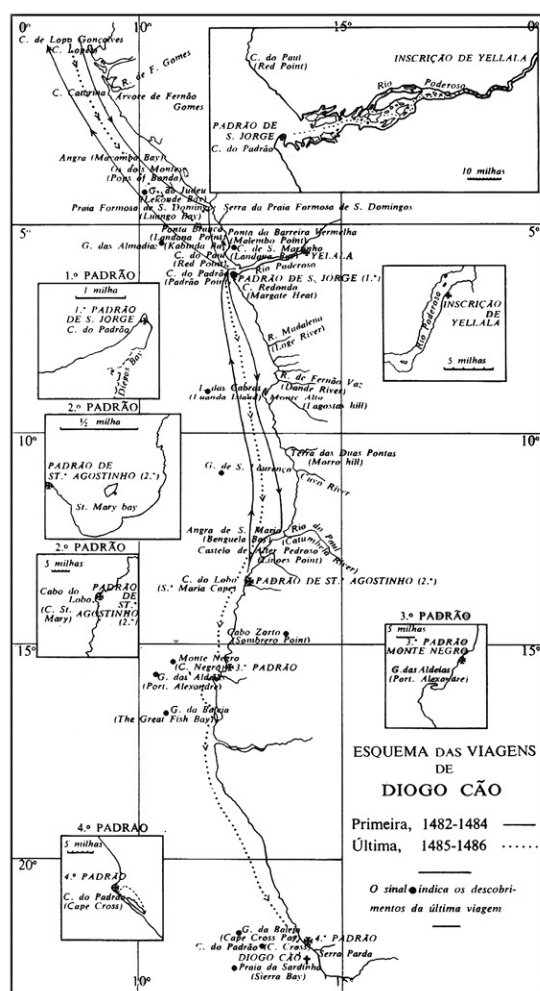
16° - *Angra das Aldeias* (futuro Porto Alexandre no século XIX, actual Tômbwa).

17° - *Manga das Areias* (também chamada *Golfo da Baleia*, futura Baía dos Tigres).

18° - *Cabo Negro*.

Em 1892, num tempo em que a costa angolana se encontrava sujeita aos ataques dos cruzadores britânicos e germânicos, o Padrão do Cabo Negro foi retirado por iniciativa das autoridades portuguesas e levado para a Sociedade de Geografia, em Lisboa.

A sul do Monte Negro, a armada de Diogo Cão fundeou em dois lugares habitados por populações piscatórias bantu, como o insinuem os nomes com que foram baptizados: a Angra das Aldeias, assim chamada por haver nela duas aldeias de pescadores; e a Manga das Areias, «com 2 léguas na largura da boca» [sic], estendendo-se cinco ou seis pela terra dentro, que também foi designada por Golfo da Baleia por nela haverem sido encontrados abrigos de pescadores confeccionados com ossadas de cetáceos.



10 – Roteiros das duas viagens de Diogo Cão – a de 1482-1483 e a de 1484-1486 – esboçados nos anos de 1930 pelo comandante A. Fontoura da Costa e reproduzidos por Ralph Delgado. DELGADO, s.d. [1971], I vol., p. 70.

Na prossecução da viagem de Diogo Cão para sul, é de notar a ausência de qualquer referência à foz do Cunene. No entanto, foi aproximadamente a 800 quilómetros e a cerca de 8° de latitude a sul da foz do Cunene que Diogo Cão fundeou para colocar o seu quarto e último padrão, naquele que ficou conhecido por Cabo do Padrão e muito mais tarde por Cape Cross.

Este padrão viria a ser recolhido em 1893 pelo comandante alemão Beder, que o enviou para Kiel, na Alemanha, onde as suas inscrições viriam a ser estudadas pelo investigador Scheppig que, em consonância com o seu confrade português Luciano Cordeiro, estabeleceu que a data da colocação deste padrão foi o ano de 1485.

Neste ponto da costa atlântica africana, os Portugueses depararam com a região desértica da actual Namíbia, pelo que chamaram Costa dos Esqueletos ao longo litoral onde afluía grande quantidade de cadáveres provenientes de naufrágios. Não muito mais abaixo, passando a Baía das Sardinhas e atingindo a Serra Parda (Costa dos Farilhões), Diogo Cão deu por finda a sua missão e retornou ao Kongo/Zaire.

Também a respeito do que motivou esta decisão de Diogo Cão se conjecturaram as mais variadas especulações. Quase todas, tal como no que toca ao termo da sua primeira viagem, giram em torno da eventual falta de alimentos ou da desilusão de não haver descoberto o caminho marítimo para a Índia. Houve mesmo quem aventasse a hipótese da morte do navegador, como o refere Ralph Delgado em nota de rodapé à sua *História de Angola*. Estas efabulações baseavam-se numa legenda latina da carta ou mapa do mundo de Henricus Martellus, de 1489 ou 1490, cuja tradução para português é a seguinte:

Até este monte que se chama Negro chegou a armada do rei de Portugal (João) segundo, da qual armada era comandante Diogo Cão, que erigiu uma

coluna de mármore em memória do facto e seguiu avante até à Serra Parda, que dista do Monte Negro 20 milhas e aqui morre [*sic*].

Evidentemente que, conforme bem o elucidaram Luciano Cordeiro e Damião Peres, a expressão «aqui morre» – «*hic moritur*», em latim – se refere à Serra Parda e não a Diogo Cão. De resto, a crónica de João de Barros é clara no sentido de assinalar que a visita de Diogo Cão ao rei do Kongo, o Ntotila (ou Manicongo), se efectuou depois do regresso da sua viagem ao sul. E confirmá-lo-iam as inscrições das Pedras de Ielala, decifradas por Luciano Cordeiro.

### **b) As inscrições das Pedras de Ielala e a embaixada de Caçuta a Portugal com vista à obtenção da «magia da escrita»**

O que dizem as inscrições das Pedras de Ielala, de quando é que datam e por que motivo suscitaram tanta polémica?

Subindo o rio Kongo/Zaire, o navegante depara, aproximadamente à longitude de Vivi e de Noqui e a mais de 170 quilómetros do mar, com a região das cataratas e dos rápidos do grande Rio Poderoso, que tornam a navegação fluvial impossível para as embarcações de alto mar e perigosa para as pequenas embarcações. Ao dirigir-se a Mbanza Kongo, ao encontro do Ntotila, ainda no ano de 1485, Diogo Cão optou, sem a menor dúvida, por levar as suas caravelas, pelo que foi obrigado a deter-se neste troço acidentado do rio, cuja última barreira, um elevado penhasco rochoso que forma uma violenta catarata, é designada por Ielala. As inscrições deixadas em três dos rochedos, em português arcaico e em caracteres góticos, são indubitavelmente da lavra de Diogo Cão e dos seus companheiros, mas ignora-se se foram grafadas quando esta delegação portuguesa se dirigia a Mbanza Kongo, quando de lá voltava para retomar a foz do Kongo/Zaire e



regressar a Lisboa, ou em ambas as ocasiões. Há, inclusive, assinaturas de navegadores que mais tarde voltaram ao Kongo, como é o caso, vê-lo-emos, de Pedro Escobar.

Sobretudo nos séculos XVIII e XIX, estas inscrições intrigaram comerciantes portugueses instalados nas localidades das margens do Kongo//Zaire, nomeadamente em Vivi, em Noqui ou em Matadi, e houve mesmo quem chegasse a considerá-las «o quinto padrão de Diogo Cão». Durante o século XIX, viajantes europeus não portugueses passaram pelos rochedos de Ielala, como o britânico Tuckey, em 1816, e o seu compatriota Henri Morton Standley (1841-1904).

Nos anos de 1880, sem sair de Lisboa, Luciano Cordeiro decifrou as inscrições de Ielala a partir de uma fotografia que lhe foi enviada por um comerciante português de Matadi. Com a maior honestidade intelectual, transcreve em português hodierno o que se encontra grafado em três dos rochedos de Ielala:

1. No primeiro rochedo:

- a. O desenho de um escudo com as cinco quinas - as cinco chagas de Cristo - das armas de Portugal;
- b. O desenho de um cruzeiro similar aos padrões de pedra que assinalavam o Direito do Padroado a favor dos Portugueses;
- c. O texto «Aqui chegaram os navios do esclarecido rei D. João II de Portugal»;
- d. As firmas dos oficiais de marinha Diogo Cão, Pêro Anes e Pêro da Costa.

2. No segundo rochedo: as firmas dos navegadores Álvaro Pires e Pedro Escobar, sabendo-se ser o primeiro um veterano do tempo das viagens ao serviço do Infante D. Henrique e o segundo um jovem que voltaria ao Kongo/Zaire na expedição de

Gonçalo de Sousa e de Rui de Sousa em 1490. Dataria esta inscrição já da sua segunda viagem?

3. No terceiro rochedo: as firmas de João de Santiago, Diogo Pinheiro e Gonçalo Álvares, os quais Luciano Cordeiro supõe serem os mestres dos navios da frota de Diogo Cão.

As crónicas de Rui de Pina e de João de Barros são as únicas fontes que nos permitem ter uma ideia do que significou a visita de Diogo Cão ao Ntotila, o soberano Nzinga-a-Nkuvu, e do interesse manifestado por este de se converter ao Cristianismo. No entanto, por ocasião desta embaixada de Diogo Cão, Nzinga-a-Nkuvu limitou-se a propor, com êxito, que alguns comerciantes portugueses – os *mundeles* – permanecessem no Kongo e que uma delegação de aristocratas congueses de linhagem real acompanhasse Diogo Cão a Lisboa. O facto de esta embaixada, chefiada por um tal Caçuta (ou Kasuta), transportar presentes – dentes de elefante e demais peças de marfim trabalhadas e panos de palma – destinados ao rei de Portugal já denota o objectivo do soberano do Kongo de vir a conseguir, pela via da adesão aos valores cristãos, alianças políticas com os Portugueses que lhe permitiriam a legitimação do reforço do seu poder sobre a terra do Kongo.

Rui de Pina refere, aliás, que o soberano do Kongo pedia que lhe fossem enviados de Portugal, além de missionários:

[...] lavradores para amansarem bois e [...] ensinarem o proveito e cultivo da terra, algumas mulheres para ensinarem as de seu reino a amassar pão, [...] mestres de carpintaria e pedraria para fazerem igrejas e outras casas de oração», pois desejava ter coisas «como as dos reinos de Portugal».

Nzinga-a-Nkuvu via, portanto, na adesão ao Cristianismo e à cultura portuguesa, um aperfeiçoamento tecnológico,

sem suspeitar que nele se encontrava o embrião de um futuro vínculo colonial. Também percebeu que a evangelização significava aquilo a que teoricamente Jack Goody chamou a penetração da «magia da escrita» numa sociedade oral, permitindo-lhe consolidar os interesses comerciais. Rui de Pina diz claramente que Nzinga-a-Nkuvu enviou a D. João II «[...] certos moços pequenos de seu reino, os quais lhe pedia por mercê que mandasse logo fazer cristãos e ensinar a ler e escrever». [*sic*]

## CAPÍTULO V

# **A génese da cristianização do Reino do Kongo (1491-1518)**



# Cronologia

- 1485** - Introdução em São Tomé, por D. João II, do sistema de capitánias donatárias; o primeiro capitão donatário foi João de Paiva.
- 1490 (14 de Dezembro)** - Partida de Lisboa da terceira embaixada portuguesa ao Reino do Kongo, dirigida por Gonçalo de Sousa e depois por Rui de Sousa.
- 1491 (29 de Março)** - Chegada da embaixada de Rui de Sousa ao Soyo. - **(3 de Abril)** - Baptismo do Mani Soyo, com o nome de D. Manuel. - **(3 de Maio)** - Baptismo, em Mbanza Kongo, do Ntotila Nzinga-a-Nkuvu, que passa a ser designado pelo nome cristão de D. João I do Kongo.
- 1492 (c. Julho)** - Vitória de D. João I Nzinga-a-Nkuvu, pela primeira vez aliado aos Portugueses, contra os Bateke insurrectos; conclusão da construção da primeira igreja em Mbanza Kongo e regresso de Rui de Sousa a Portugal.
- 1493** - Doação da capitania de São Tomé a Álvaro de Caminha; data provável da chegada a São Tomé dos «meninos judeus» castelhanos.
- 1494 (7 de Junho)** - Tratado de Tordesilhas, entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha, destinado a dividir as terras «descobertas e por descobrir» por ambas as Coroas fora da Europa. - Embaixada de João Soares ao Reino do Kongo.
- 1499** - Doação, por D. Manuel I de Portugal, da capitania de São Tomé a Fernão de Melo.
- 1500** - «Descoberta» do Brasil por Pedro Álvares Cabral. - Doação da capitania do Príncipe a António Carneiro e aos seus sucessores. - **(8 e 26 de Março)** - Cartas Régias de D. Manuel I de Portugal concedendo aos moradores de São Tomé o monopólio do resgate de escravos no Kongo.
- 1504** - Embaixada portuguesa ao Reino do Kongo. - O Ngola Inene do Ndongo envia a D. João I Nzinga-a-Nkuvu do Kongo um emissário com braceletes e manilhas de prata, solicitando ao rei de Portugal um contacto diplomático.
- 1507** - Data provável da chamada «Revolta de Panso Aquitimo», no Kongo.  
1508/1509 - Embaixada de Gonçalo Roiz (ou Rodrigues) ao Reino do Kongo.
- 1512** - Embaixada de Simão da Silveira (ou da Silva) - em princípio, o primeiro embaixador residente português - ao Reino do Kongo.
- 1513** - Primeira embaixada do Reino do Kongo a Roma, ao papa Leão X.
- 1514** - O Ngola Kiluanji kia Samba envia, em navios santomenses, embaixadores a Lisboa, que ficam retidos em São Tomé por ordem do capitão

donatário Fernão de Melo. - **(5 de Outubro)** - Carta de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga do Kongo a D. Manuel I de Portugal, onde o Ntotila se queixa da instabilidade dos seus súbditos e províncias e dos abusos dos comerciantes de escravos de São Tomé e de Portugal.

**1515** - Primeiras cartas de alforria em São Tomé, onde D. Manuel I de Portugal concede a liberdade às escravas africanas que dêem à luz filhos de Europeus, já designados por mulatos (do português «mula», animal híbrido e infértil).

**1518** - D. Henrique, filho do Ntotila D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, é nomeado bispo de Utica por Roma.

# **1 - A viagem de Rui de Sousa em 1491 e a cristianização do Mani Soyo**

A embaixada de Caçuta (ou Kasuta) a Lisboa em 1486 foi a primeira missão diplomática enviada a Portugal por iniciativa de um Ntotila. Nzinga-a-Nkuvu ficaria para sempre com a reputação de ser o soberano do Kongo que inaugurou uma relação de cooperação entre os dois Estados, a qual se prolongaria por século e meio. Rui de Pina e João de Barros referem «assim alguns moços, filhos dos principais do reino, em modo de embaixada» [sic]. Portanto, além de Caçuta, a maioria dos componentes da embaixada conguesa eram adolescentes provenientes das linhagens (ou *kandas*) mais proeminentes no Kongo, aparentados com os governadores (*manis* ou *nkuruntu*) das províncias. Desembarcaram em Lisboa, com a armada de Diogo Cão, em Abril ou Maio de 1486, mas seguiram de imediato para Beja, onde então se encontrava o monarca português. D. João II mostrou-se acolhedor para com os emissários do Manicongo e tomou logo a iniciativa de os mandar baptizar. Caçuta teve como madrinha a própria esposa de D. João II, a rainha D. Leonor de Avis. Recebeu o nome do rei de Portugal, João, e o apelido da Silva, do seu padrinho Aires da Silva, camareiro-mor do rei.

Segundo Rui de Pina, Caçuta (João da Silva) e os seus jovens compatriotas ficaram durante cerca de dois anos entregues à educação dos frades da Congregação dos Cónegos de São João Evangelista ou Congregação dos Lóios, os chamados «cónegos azuis», no seu convento de Santo Elói, em Alfama. A julgar pelas datas apresentadas pelos cronistas, estes Congueses neófitos esperariam ainda mais dois anos para regressar ao seu país. Tal só aconteceria quando foi organizada a terceira embaixada oficial portuguesa ao Reino do Kongo, a primeira a ser

incumbida de uma missão evangelizadora. Esta teve como capitão-mor Gonçalo de Sousa, fidalgo da Casa Real.

Durante esses quatro anos, D. João II ouviu atentamente, segundo Rui de Pina, o conselho dos teólogos, sobretudo dos eclesiásticos da Ordem de São Francisco

[...] acerca da maneira que teriam na conversão do dito rei [do Kongo] e nos de seu reino e que princípios lhes dariam primeiro da nossa Fé, para que tudo se fizesse com muita temperança, sobre o qual se formou uma grande, devota e mui católica instrução, que foi aos ditos frades entregue» [sic].

É perceptível a meticulosidade do Príncipe Perfeito na prossecução do projecto de desmantelamento das crenças africanas, ao serviço dos interesses de Roma e da Europa. Também se depreende que esta primeira missão evangelizadora no Reino do Kongo foi entregue preferencialmente aos Franciscanos. Mas não é de excluir a hipótese, levantada por Ralph Delgado, de na expedição de Gonçalo de Sousa seguirem igualmente Dominicanos e mesmo Lóios, os cónegos «azuis» da Ordem de São João Evangelista. O vigário-geral da expedição era frei João de Santa Maria, o primeiro da Cristandade Portuguesa da Etiópia Ocidental, a quem caberia a honra de baptizar o Ntotila e os fidalgos congueses.

A frota de Gonçalo de Sousa, na qual viajavam Caçuta e os seus compatriotas, assim como os primeiros missionários cristãos, partiu de Lisboa a 19 de Dezembro de 1490. Era constituída por três navios, comandados respectivamente por Gonçalo de Sousa, Fernando de Aguilar e Afonso de Moura, trazendo por pilotos Pêro de Alenquer e Pedro Escobar, este último já experimentado nas viagens de Diogo Cão, pelo menos na segunda. Entre as oferendas escolhidas por D. João II para serem levadas ao Ntotila predominavam, ainda segundo Rui de Pina, objectos de culto religioso cristão, tais como:



[...] muitos e mui ricos ornamentos de altares, de cruzes, galhetas, castiçais, sinos, campainhas, capas, vestimentas, órgãos e todos os outros cumprimentos que se requeriam em uma igreja catedral [sic].

Admitimos que tenham seguido igualmente os operários e os agricultores que haviam sido requestados por Nzinga-a-Nkuvu e que alguns de entre eles levassem consigo esposas portuguesas.

A primeira parte da viagem, até à ilha de Santiago, em Cabo Verde, foi marcada por várias mortes inusitadas. Entre as vítimas, contaminadas pela peste, ou «pestenença», que grassava em Portugal havia já uma década, contava-se o tão benquisto congus D. João da Silva, o Caçuta. Faleceu igualmente um dos seus jovens compatriotas, «outro moço negro já cristão», segundo Rui de Pina. E faleceu também o próprio chefe da expedição, Gonçalo de Sousa. A falta do capitão-mor e do embaixador congus quase levou os expedicionários a desistirem. Mas, por decisão tomada em Cabo Verde, na presença do capitão da ilha de Santiago, Fernão de Góis, foi escolhido para sucessor do falecido Gonçalo de Sousa, como capitão-mor da armada, Rui de Sousa, seu primo co-irmão segundo Rui de Pina e seu sobrinho segundo João de Barros. Este Rui de Sousa, que antes já desempenhara cargos diplomáticos importantes em Castela, na Inglaterra e em Marrocos, é o mesmo que daí a quatro anos, a 7 de Junho de 1494, viria a ser um dos plenipotenciários portugueses no Tratado de Tordesilhas.

Sob o comando de Rui de Sousa, a armada fez-se ao mar e fundeou no porto do Pinda, em Praza, cidade costeira da província do Soyo, na foz do Kongo/Zaire – Rui de Pina já o designa por Rio do Padrão –, a 29 de Março de 1491. A respeito do bom acolhimento que os emissários de Rui de Sousa tiveram por parte do Mani Soyo (ou Manisonho), o mesmo vassalo do Ntotila (ou Manicongo) que já se avistara por duas vezes com Diogo Cão, vale a pena

transcrever alguns excertos da crónica de Rui de Pina, tais como este:

[...] era senhor [deste território] um grande senhor, tio de el-rei [o Manicongo] e seu sujeito que se chamava Mani-Sonho, homem de 50 anos e de boa humanidade e saber, o qual estava [a] duas léguas do porto, onde foi avisado da frota e pediu que desse aviamento como el-rei soubesse da sua vinda [sic].

Se o Mani Soyo residia a duas léguas – isto é, a apenas dez quilómetros – do Pinda, presumimos que a capital do Soyo já não se situava em Pângala, no Baixo Soyo, a norte, e sim no Alto Soyo, a sul, bem perto da foz do Kongo/Zaire. Certos documentos referem vagamente uma Mbanza Soyo como capital da província conguesa do Soyo, provavelmente a futura cidade colonial de Santo António do Zaire. Também parece contraditório com o mito de Nezinga o facto de o Mani Soyo ser «tio» e não «sobrinho» do Ntotila/Nekongo. Mas, provavelmente, o Mani Soyo utilizaria o título de «tio» por ser um *nkuruntu*, isto é, um governador de província. Daí ser considerado o «mais velho» na linhagem (*kanda*) de Lukeni, tal como o seu antepassado Nezinga.

O Mani Soyo apressou-se, portanto, a enviar a Mbanza Kongo – na província de Mpemba, a 50 léguas (250 quilómetros) do Soyo – um emissário a Nzinga-a-Nkuvu a informá-lo da chegada dos Portugueses. A receptividade do senhor do Soyo ao Cristianismo, tal como a de todos os Bakongo, não implicava uma renúncia aos valores da sua religião tradicional, porquanto este vassalo do Ntotila não hesitou, ao receber a embaixada portuguesa, em tocar no chão num gesto de veneração pelos *nkisi*, os antepassados que se encontravam debaixo da terra:

E o dito Mani-Sonho, com mostranças e sinais de muita ledice, tendo as coisas de el-rei de Portugal em sua lembrança e por sua reverência, tocou

ambas as mãos no chão e as pôs sobre seu rosto, que é sinal de maior acatamento que se pode fazer aos seus reis [*sic*].

Ao saber da morte de Caçuta (D. João da Silva), o Mani Soyo quis homenagear a sua memória ordenando festejos a fim de:

[...] mostrar com sua pessoa e de todos os seus o que mostraria el-rei, seu senhor [o Ntotila], se fosse presente [...] E para isso se juntou logo muita gente com arcos e frechas e com atabaques e trombetas de marfim e com violas, tudo segundo seu costume, bem acordado, parecia bem: vinham todos nus da cinta para cima e tintos na carne de branco e de outras cores, em sinal de grande prazer e alegria, vestidos de panos de palma ricos da cinta para o fundo e com penachos na cabeça feitos com penas de papagaios e de outras aves diversas, que fazem e lhes dão por empresa as gentis mulheres [*sic*].

Contrariando o que ainda hoje há quem o argumente, este texto deixa bem claro que os instrumentos musicais dos Africanos, antes da presença europeia, não se limitavam aos de precursão, abrangendo, como de resto sempre aconteceu em qualquer parte do mundo, instrumentos melódicos de sopro e de cordas. A nudez parcial dos corpos nada tem a ver – também aqui contrariando um lugar-comum do discurso colonial – com o desconhecimento da tecelagem atribuído aos Africanos. Trata-se da preocupação destes em exhibir, numa cerimónia de óbito, as pinturas fúnebres, feitas com *pemba* (caulino), entre as quais predominava, como é evidente, a cor branca dos antepassados apaziguadora dos demónios. Tal não obstava, contudo, a que os bailarinos exibissem igualmente máscaras de cores diversas em alusão à vida, neste caso feitas com penas de papagaio e, segundo o autor do texto, confeccionadas pelas mulheres.

Discutível é a descrição que Rui de Pina faz dos ornamentos usados pelo Mani Soyo nesta cerimónia: «E o senhor trazia na cabeça uma carapuça em que andava uma

serpe mui bem lavrada de agulha e mui natural» [sic]. Nunca ficou devidamente esclarecido se esta serpe, que «andava» na cabeça do senhor do Soyo, era um ofídio verdadeiro e vivo ou se não se tratava antes de um adorno em forma de serpente ou mesmo de uma serpente embalsamada. Embora desconheçamos qualquer tradição ligada aos répteis entre os símbolos do poder dos notáveis bakongo, a terceira hipótese, a do embalsamamento, parece-nos a mais aceitável, a fazer fé nas palavras de Rui de Pina «serpe mui bem lavrada de agulha e mui natural».

Logo após haver despedido os mensageiros de Rui de Sousa, o Mani Soyo correu entusiasticamente ao porto, ao encontro dos navios portugueses:

[...] acompanhado com 3000 archeiros e com outro muito estrondo de tangeres e com muitas gentes carregadas de muitos mantimentos, porque naquela terra não há besta nem alimária que sirva de carga, salvo os homens que servem em tudo [sic].

Esta afirmação de Rui de Pina deixa entrever a evidente ausência no Kongo de animais herbívoros próprios para a tracção ou para o carregamento de mercadorias, tais como bovinos ou equídeos, devido à proximidade da floresta equatorial e à predominância na região da mosca tsé-tsé, propagadora da doença do sono ou tripanossomíase. Também é perceptível que estes «homens que servem em tudo» não são escravos e sim «dependentes» (*mbika* ou *mvika*).

Perante a chegada do senhor do Soyo ao porto de Pinda, a atitude de Rui de Sousa, embaixador do rei de Portugal, foi de respeito, pois «o saiu a receber fora dos navios, acompanhado de boa gente dos cristãos bem armados de bestas, lanças e espingardas e com trombetas diante, como cumpria» [sic]. Seguiram-se, durante a noite, mais festejos, agora em homenagem aos soberanos de Portugal e do Kongo.

Só no dia seguinte é que Rui de Sousa solicitou ao Mani Soyo uma escolta que o conduzisse em segurança, assim como à sua comitiva, a Mbanza Kongo, a 50 léguas (250 quilómetros) para o interior – dali a cerca de 23 dias de jornadas –, à presença do Ntotila, para quem seguiam importantes oferendas do rei de Portugal. O Mani Soyo acedeu ao pedido, mas fez questão de ser previamente feito cristão, isto é, de ser baptizado pelos eclesiásticos portugueses. Perante o que «o capitão [Rui de Sousa] lhe respondeu que era mui contente e lhe louvava muito sua tenção». E, logo em seguida, o texto de Rui de Pina descreve em poucas palavras as circunstâncias em que foi construída a primeira igreja do Soyo:

E depois de [Rui de Sousa] falar com os frades, [estes] acordaram fazer, como logo fizeram com grande diligência, uma boa casa de madeira coberta de palha para a igreja, que por dentro foi aparelhada rica e devotamente com os panos e os ornamentos que levavam, em que se levantaram três altares. [sic].

A 3 de Abril de 1491, Domingo de Páscoa, cinco dias depois da chegada da embaixada de Rui de Sousa ao porto do Pinda, o Mani Soyo assistiu à primeira missa e submeteu-se ao baptismo que lhe foi ministrado pelos sacerdotes cristãos, sob os altos tectos de madeira da capela improvisada, conforme aliás se encontra ilustrado em gravuras bem conhecidas, divulgadas, quer nas edições de *Relações do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* de Filippo Pigafetta e Duarte Lopes, quer em *Monumenta Missionaria Africana*. Rui de Pina, no entanto, descreve um episódio ocorrido antes do início da cerimónia, a que a historiografia tem sido relativamente indiferente. À entrada da capela, uma multidão de súbditos do Soyo, manifestou o desejo de ser igualmente baptizada e considerada cristã. Estes «súbditos» eram, na realidade, as linhagens dirigentes do Soyo, as matrilineares – descendentes de

Mfutila e Ndilu, as filhas de Nezinga -, pois que a manifestação é constituída essencialmente por aristocratas basolongo, entre os quais se encontram, inclusive, «filhos» do próprio Mani Soyo. Mas o Mani Soyo fez questão de que, antes de o Ntotila ser baptizado em Mbanza Kongo, só ele e um «filho pequeno» recebessem o baptismo ali em Mbanza Soyo.

Que concluir daqui? Que a adesão ao Cristianismo serviu de instrumento suplementar ao Mani Soyo para salvaguardar aquilo que o seu antepassado Nezinga organizou e inaugurou: a cadeia de alianças parentais solongo integradas na vasta federação estadual que era o Reino do Kongo ou Kongo dia Ntotila, cujo chefe político supremo era o Ntotila/Nekongo. Tal cadeia, como já o vimos, reunia todas as principais linhagens do Soyo: as antigas, remontando a Nentombe, e as mais recentes, que incluíam a do Ntotila/Nekongo e também as que foram fundadas por Nezinga, onde as duas matrilineares, com origem em Mfutila e em Ndilu, predominavam sobre as restantes 31 linhagens patrilineares, com origem nos filhos varões do herói fundador. Mas todos deviam vassalagem ao Ntotila/Nekongo.

Contudo, porventura cedendo às instâncias dos evangelizadores e ao mesmo tempo procurando seguir uma tendência já notória no Soyo, o Mani Soyo optou por privilegiar a patrilinearidade nesta cerimónia do baptismo. Presumimos, portanto, que o «filho» que designou para ser baptizado juntamente consigo, ainda que «pequeno», isto é, criança, fosse um parente na linha patrilinear, por contraposição ao outro «filho» adulto. Esse «filho pequeno» do Mani Soyo recebeu o nome cristão de D. António, talvez por referência ao santo padroeiro de Lisboa.

Mas são interessantes os motivos que, na linha do que daí a um mês, a 3 de Maio, aconteceria em Mbanza Kongo aquando do baptismo de Nzinga-a-Nkuvu, levaram o Mani Soyo, ao cristianizar-se, a escolher para si o patronímico de

D. Manuel. É que em Portugal, neste mês de Abril de 1491 – a três meses da morte trágica do príncipe herdeiro D. Afonso (1475-1491), filho do rei D. João II, a terceira figura da Corte portuguesa era ainda D. Manuel de Avis, futuro rei D. Manuel I de Portugal, primo direito de D. João II e irmão da rainha D. Leonor. O vínculo de vassalagem em relação ao rei de Portugal era, portanto, idêntico ao do Mani Soyo em relação ao Ntotila. Daí a escolha da homonímia.

## **2 - A viagem de Rui de Sousa em 1491 e a cristianização do Ntolila Nzinga-a-Nkuvu em Mbanza Kongo**

Ao partir por terra para Mbanza Kongo, ao encontro do Ntotila, Rui de Sousa deixou alguns marinheiros nos navios ancorados numa ilha do rio Kongo/Zaire a que os Portugueses chamaram Ilha dos Cavalos, por alusão aos «cavalos-marinhos», isto é, aos hipopótamos (em grego, literalmente, *cavalo do rio*) que nela abundavam. Segundo cartas holandesas posteriores, tratar-se-ia de uma ilha situada entre Banane e Boma. O embaixador do rei de Portugal seguiu então escoltado por um «capitão do Manisonho», ou seja, um homem da confiança do agora D. Manuel do Soyo, que comandava 200 Basolongo armados, e acompanhado de numerosos carregadores africanos, assim como dos Portugueses do seu séquito, que incluíam marinheiros, operários, agricultores e, evidentemente, os missionários.

A comitiva chegou às imediações da capital do Kongo a 29 de Abril de 1491. Como a chegada da embaixada portuguesa fora previamente divulgada, tinham ocorrido a Mbanza Kongo muitos dignitários das províncias do reino, a fim de receber estes cristãos cujos valores religiosos contribuiriam para a consolidação do domínio das

linhagens aristocráticas sobre a terra. Eis a razão pela qual Rui de Pina refere que:

[...] sendo em caminho, lhe veio [ao encontro da embaixada portuguesa] um fidalgo de el-rei [do Kongo] com seu recado, alegrando-se com sua vinda e com mandato geral que aos cristãos em seu reino, sob pena de morte, se desse de graça quanto quisessem [sic].

Passado o rio Lelunda, afluente do Kongo/Zaire, o cronista de D. João II acrescenta:

E sendo já juntos da corte de el-rei, veio a eles [aos Portugueses] outro senhor, seu grande privado, com muitos mil *zimbo*s, que é sua moeda, os quais são cascas pequenas e alvas de marisco que se acham no mar feito como caramujos e são eles, e de todos os da terra tão estimados como moeda de ouro ou prata, de que naquela terra não há uso nem conhecimento; e assim lhes fez trazer muitos carneiros, cabras, farinha de milho, galinhas, mel, vinho de palma e frutas e outras coisas para seus mantimentos [sic].

A expedição de Rui de Sousa, provavelmente depois de transpor a fronteira entre a província do Soyo e a de Mpemba, onde se situava a capital, viu-se, portanto, de um momento para o outro, bem abastecida. Não lhe faltou sequer, a crer neste texto, a sorte de obter gratuitamente moeda local, as conchas *nzimbu*, sem quaisquer contrapartidas, facto para o qual não é de excluir a hipótese de ter havido igualmente influência dos comerciantes portugueses já instalados na capital conguesa desde as viagens de Diogo Cão. A entrada da comitiva de Rui de Sousa na capital e na corte do Ntotila terá merecido um acolhimento ainda mais aparatoso do que no Soyo. Foram inúmeros os músicos e os bailarinos que rodearam os expedicionários até ao local da residência do soberano, que os recebeu num «grande terreiro dos seus paços, tão coberto de povo que com grande trabalho a gente dos capitães podia fazer lugar» [sic].



Abstraindo da imagética italiana apresentada na obra *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* de Filippo Pigafetta e de Duarte Lopes, de 1591, não deixam de ser interessantes os registos escritos das primeiras descrições da figura do Ntotila Nzinga-a-Nkuvu nesta cerimónia de recepção a Rui de Sousa, que muito contribuíram para o imaginário daí em diante tecido em torno deste primeiro soberano do Kongo a estabelecer relações diplomáticas com Portugal. Nzinga-a-Nkuvu encontrava-se:

[...] em um terreiro de seus paços, acompanhado de gentes sem conto e posto em um estrado rico ao seu modo, nu da cinta para cima, com uma carapuça de pano de palma lavrada e muito alta posta na cabeça, e ao ombro, um rabo-de-cavalo guarnecido de prata, e da cinta para baixo, coberto com uns panos de damasco que el-rei [D. João II de Portugal] lhe tinha mandado, e no braço esquerdo, um bracelete de marfim [*sic*].

Um documento eclesiástico já de 1624, recolhido pelo padre António Brásio em *Monumenta Missionária Africana* e citado por Ralph Delgado e por Ilídio do Amaral, procura especificar, sem dúvida a partir de leituras de cronistas anteriores, que o soberano do Kongo se encontrava «num cadafalso de madeira, tão alto que podia ser visto de todas as partes, [...] sentado numa cadeira de marfim com algumas peças de pau lavradas, ao seu modo mui bem» [*sic*]. O mesmo documento vai ao pormenor de assinalar que, se o Ntotila se apresentava nu da cintura para cima, em contrapartida da cintura para baixo envergava, não roupa de ráfia conforme aos usos bakongo, mas sim um pano de damasco que lhe teria sido oferecido por Diogo Cão. Este pano de damasco, curiosamente, coincide com o Nkampa a que se referem as duas narrativas basolongo recolhidas por Henrique Abranches a respeito do mito de Diogo Cão, pelo que nos encontramos, indubitavelmente, perante uma confluência de elementos entre o registo escrito eclesiástico dos evangelizadores e a tradição oral

dos evangelizados. O nome de Diogo Cão é, neste e noutros pontos, uma mera alegoria da presença portuguesa no Reino do Kongo. Embora admitamos que houve influência portuguesa no vestuário congues, achamos um exagero que ela se fizesse sentir tão prematuramente e de modo tão ostensivo sobre Nzinga-a-Nkuvu. De resto, assinale-se que o mesmo texto eclesiástico do século XVII entra em contradição com Rui de Pina ao mencionar que o bracelete que o Ntotila exhibe no braço esquerdo é de latão e não de marfim.

Cabe, a este respeito, recordar os elementos que, segundo Elikia M'Bokolo e a partir de dados antropológicos hodiernos, constituíam, antes da cristianização, as insígnias de poder do Ntotila do Kongo:

- o barrete de folha de palma (*mpu*), que também usavam os notáveis do reino;
- as três pulseiras de ferro (*nlunga*) no braço esquerdo;
- um colar também em ferro, com medalhão do mesmo metal (*simba*);
- um saco de fibras de palmeira, destinado a receber o tributo dos seus súbditos (*nkoto*);
- um cesto dos antepassados (*lukobi lu baluku*), que o rei trazia ao ombro direito e cujo contacto era estimado «dar força, saúde e prosperidade»; os *Mani Vunda* e os *Mani Vata* tinham o direito de utilizar um cesto análogo;
- o trono feito de marfim e de madeira;
- um espanta moscas (*nsessa*) feito com o rabo de um animal reputado pela sua nobreza ou pelos seus poderes mágicos, búfalo e antílope na maior parte dos casos, mas também de zebra ou de leão [pelos vistos, depois das viagens de Diogo Cão, este

objecto também passou a ser feito com rabos-de-cavalo ibéricos];

- um tambor sagrado: «Não era nunca mostrado em público, diz um texto de 1624, a não ser quando o rei vai à guerra e quando morre ou quando é coroado. É guarnecido com pele de leopardo com um rabo de onça (talvez um gato bravo) e com dentes daqueles que morreram revoltados em guerra contra o rei»;
- um cetro (*ngwanda* ou *mvwala*), talhado numa madeira dura e decorado com esculturas cuja primeira menção só aparece no século XVIII. [sic]

M'Bokolo sublinha, aliás, que, por ocasião da eleição de um novo rei do Kongo, a cargo de um conselho de notáveis, cabia ao ex-kitomi de Mbanza Kongo – o qual, por descender do kanda (ou linhagem) Nsaku Vunda, adquirira o título de Mani Vunda – o encargo de anunciar o nome do eleito, conferindo-lhe as insígnias do seu antecessor e atribuindo-lhe as três legitimidades para o seu poder: a dos espíritos de fertilidade da terra e das águas, venerados pelos cultos *mbumba*; a dos espíritos demoníacos *nkadi mpemba*; e a dos chefados antigos. E M'Bokolo conclui, a propósito, que o recurso às três legitimidades acumuladas denunciava que o rei não possuía a sua própria legitimidade única e exclusiva, o que terá levado o Ntotila e a aristocracia conguesa a aceitarem tão rapidamente o Cristianismo. Como viria tal operação a processar-se?

Segundo Rui de Pina, ao chegar a Mbanza Kongo a 29 de Abril de 1491, Rui de Sousa beijou a mão a Nzinga-a-Nkuvu em sinal de respeito, conforme ao protocolo da Corte portuguesa. Por cada uma das oferendas apresentadas pelo embaixador português, o soberano congus «tomou terra nas mãos e correu pelos peitos do capitão e depois pelos

seus dele mesmo rei, que é o maior acatamento que o rei, segundo o seu estado e costume, pode fazer» [sic]. Aqui se patenteia o ponto importante, para os Bakongo, da adesão ao Cristianismo e, daí a pouco tempo, à «magia da escrita»: a preocupação com a consolidação do poder sobre os territórios, a redução do ainda relevante poder dos sacerdotes *kitomi* e a facilitação do controlo dos adivinhos, os *nganga*. Aliás, com o tempo, o termo *nganga* foi-se tornando, em kikongo, sinónimo de *padre*. Assim sendo, não causa admiração que Nzinga-a-Nkuvu tenha aceiteado os objectos oferecidos pelo rei de Portugal – «brocado em peça, rico de pêlo e raso, muitos panos de seda, veludos carmesins e doutras muitas cores, cetins, damascos, escarlata, holanda em peças, e assim rabos-de-cavalo guarnecidos de prata» –, os quais ao tempo não assumiam ainda, para os Congueses, a importância de bens de prestígio que no futuro adquiririam.

Quatro dias depois, a 3 de Maio de 1491, «foi posta a primeira pedra» da Igreja de Mbanza Kongo, segundo João de Barros evocativa de Santa Cruz e segundo Garcia de Resende e Rui de Pina evocativa de Santa Maria. Foi grande a mobilização, quer dos Congueses, quer dos Portugueses, no sentido de procurarem as pedras e a madeira necessárias para a edificação do templo. Porém, há que notar que, aquando da chegada de Rui de Sousa a Mbanza Kongo, o Ntotila Nzinga-a-Nkuvu se preparava para partir com um exército para o norte, a fim de repelir os «Mundequetes» que se haviam rebelado. Estes «Mundequetes» outros não eram senão os Nteke ou Bateke. Futuramente também designados por *Anzikos* – sendo o seu território chamado, nos textos escritos e nos documentos cartográficos vindouros, *Anzicana* –, estes povos habitavam na região situada a norte do rio Kongo/Zaire que era delimitada a norte pelo Cabo de Santa Catarina e confinava a sul com a província conguesa do

Nsundi. Lembremos que esta província, governada pelos Mani Pangala, provenientes de alianças dos Mpangu e dos Nlaza com os antigos soberanos do território, visava controlar a exploração das jazidas de cobre, uniformizando as formas de produção e o sistema de tributação. As ilhas de onde se desencadeou esta revolta contra o Ntotila, em 1491, situar-se-iam no lago que muito mais tarde seria designado por Standley-Pool.

Ao ver-se na iminência de partir para a guerra contra os Bateke (ou Anzikos), Nzinga-a-Nkuvu «exigiu» aos Portugueses ser imediatamente baptizado, sem lhes dar tempo de que fosse terminada a construção da Igreja de Mbanza Kongo, nem tão-pouco lhes viabilizando a dilação necessária para que os missionários preparassem devidamente a cerimónia. Porquê? Porque pretendia, nesse empreendimento, o auxílio militar de Rui de Sousa, o que efectivamente viria a conseguir. A adesão do Ntotila ao Cristianismo implicava igualmente, portanto, a exigência de um reforço do seu exército e a legitimação do uso das armas de pólvora, as quais o soberano do Kongo já conhecia desde a visita de Diogo Cão e cujo manejo decerto aperfeiçoara durante os anos em que permaneceram na sua corte os companheiros daquele navegador.

Logo que foi colocada a primeira pedra da futura igreja de Mbanza-Kongo, Nzinga-a-Nkuvu perguntou aos frades se podia ser baptizado o mais brevemente possível e fora daquele recinto ainda em construção, ao que estes se apressaram a responder afirmativamente. E a crónica de Rui de Pina prossegue:

Ao outro dia os frades aparelharam uma casa, qual nos Paços de el-rei acharam mais rica e para o auto do Baptismo mais conveniente, na qual ergueram altares e concertaram tudo em grande perfeição e com tochas e velas acesas e oferta e com bacias de água grandes cheias de água postas em mesas e tudo em muito singular ordem. E como tudo foi concertado, mandaram dizer a el-rei que poderia vir quando quisesse, o qual veio logo à

dita casa com muita gravidade e sinais de grande devoção, acompanhado de seis grandes fidalgos de seus reinos, para com ele serem logo cristãos» [sic].

Seriam estes «seis grandes fidalgos de seus reinos» representantes dos governadores (*manis* ou *nkuruntus*) de seis províncias do Reino do Kongo? Se excluirmos o Soyo, por onde a embaixada portuguesa já havia passado e baptizado o seu senhor, assim como Mpemba, província onde se localizava a capital e era governada pelo próprio Ntotila, tratar-se-iam estes fidalgos dos representantes dos *manis* de Mbamba, Mbata, Nsundi, Mpangu e ainda, por hipótese, do Uembu e do Uandu? E porque não do Vungu? Baptizado por frei João de Santa Maria, Nzinga-a-Nkuvu tomou o nome cristão do rei de Portugal, D. João II, passando à posteridade como D. João I do Kongo ou D. João I Nzinga-a-Nkuvu. Os outros seis notáveis escolheram nomes de fidalgos da casa do rei de Portugal: D. Francisco, D. Gonçalo, D. Jorge, D. Lopo, D. Diogo e D. Rodrigo. Todos seguiriam igualmente para a guerra contra os *Bateke*.

A crer em Rui de Pina, Nzinga-a-Nkuvu acabou por ser baptizado logo a 3 de Maio de 1491, isto é, no mesmo dia em que foi colocada a primeira pedra da futura igreja de Mbanza Kongo. Ainda segundo Rui de Pina, logo no dia seguinte, a 4 de Maio de 1491, D. João I Nzinga-a-Nkuvu, contando aliás com um apoio arrebatado da maioria dos seus súbditos, manda queimar alguns «ídolos», isto é, alguns dos *nkisi*, as pequenas estatuetas representativas dos espíritos dos antepassados, e destruir «suas casas e altares», ou seja, os santuários onde eram venerados. E um dia depois, quinta-feira, 5 de Maio, dá-se um acontecimento insólito: dois dos seis fidalgos congueses baptizados na antevéspera apresentam-se em praça pública diante do Ntotila e dos Portugueses e, em perorações de tonalidades shakespearianas, declaram solenemente ter sonhado com a Virgem Maria.

Eis o discurso do primeiro, um tal D. Jorge:

Verdadeiramente agora creio eu, Senhor, quanta mercê tu, e nós contigo, temos recebido de Deus; e já agora sei que não há outro bem, nem outra verdade senão ser cristão; porque toda esta noite nunca me deixou uma mulher muito formosa que com muito prazer me dizia que te dissesse que agora eras tu com teu reino ganhado; e deu-me por isso tanto esforço que agora só me matarei com cento [isto é, contra cem homens] e não lhe[s] haverei medo: e por isso, Senhor, faz cristãos teus fidalgos e vassalos, e com ele [o Cristianismo] sabe certo que dobrarás em tudo teu grande poder [sic].

E eis o discurso do segundo, este chamado D. Diogo e irmão do malogrado Caçuta (D. João da Silva):

Senhor, por aquela mesma maneira me aconteceu a mim também com aquela mesma mulher, e já tinha em cuidado de to contar como sonho; mas agora creio que é verdade, porque não podíamos ambos sonhar juntamente uma coisa; e mais, em saindo pela manhã de casa, achei uma coisa santa de pedra que eu nunca vi, e feita como aquela que os padres tinham quando fomos [feitos] cristãos, e diziam pela cruz [sic].

É mais do que evidente que o discurso de D. Diogo procura reforçar o de D. Jorge, quer ao tentar tornar verosímeis as aparições da Virgem através do argumento da coincidência dos sonhos, quer ao materializar este «milagre urdido» pelos sacerdotes cristãos, como muito acertadamente comenta Ralph Delgado, numa cruz de pedra. Note-se que é uma cruz de pedra, conforme ao ritual cristão, e não uma cruz traçada no chão, segundo as tradições bantu, que seria banal para os Bakongo. E note-se igualmente que esta cruz de pedra é deliberadamente pintada de preto, uma cor maldita entre os Africanos. Ou seja, não apresenta as cores das religiões bantu, o branco e o vermelho da *pemba* e do *ucussu*. A cruz negra, sendo da cor da *uanga* ou da maldição, sobrepõe-se a esta e torna-se sagrada.

O texto de Rui de Pina, ainda que timidamente, parece fazer referência a este pormenor:

E el-rei [D. João I Nzinga-a-Nkuvu] lhe mandou [a D. Diogo] que fosse logo [procurar] por ela [a cruz], e ele [D. Diogo] em pessoa a trouxe coberta e com muito acatamento a deu a el-rei. E era uma cruz de pedra de dois palmos muito bem feita, e os braços dela redondos e tão lisos e concertados como que com grande indústria foram lavrados, e a pedra era de cor preta e sem alguma semelhança das da terra [sic].

As «da terra» serão as pedras ou as cruzes? Em qualquer dos casos, concordamos com Ralph Delgado quando este historiador fala em «milagre urdido», mas acrescentamos que a urdidura do milagre não é apenas da autoria dos sacerdotes portugueses, mas também, e sobretudo, das elites conguesas. Esta evidência, aliás, já mereceu a atenção de ficcionistas angolanos, nomeadamente a de Pepetela na sua peça de teatro *A Revolta da Casa dos Ídolos*. Mesmo apresentando a cruz encontrada por D. Diogo uma cor maldita, o Ntotila abençoou-a e, depois de se levantar e começar a andar «abraçando os cristãos e a levantá-los nos braços, que são sinais do maior prazer que entre eles [os Congueses] se pode assegurar» [sic], apressou-se a pedir a Rui de Sousa e aos frades que a levassem em procissão para a capela em construção, onde foi guardada como «reliquia de sagrado favor divino» [sic].

A cronologia de Rui de Pina não deixa de ser bizarra, porquanto o Ntotila D. João I Nzinga-a-Nguvu, tão apressado em partir para guerra contra os Bateke no início de Maio de 1491, um mês depois, a 4 de Junho, ainda se encontrava em Mbanza Kongo. Nesse mesmo dia, um Sábado, foi baptizada a rainha. Ignoramos de que esposa do Ntotila, um polígamo, se tratava. O sacramento foi ministrado por frei António e não pelo vigário-geral da expedição evangelizadora de Rui de Sousa, frei João de Santa Maria, pois este, entretanto, e à semelhança de alguns dos seus confrades, falecera acometido de doença tropical. Não sabemos se este frei António, que



permaneceria alguns anos no Kongo na qualidade de vigário-geral, é o frei António Fernandes, que em 1509 ainda se encontrava na Corte de D. Afonso I Memba-a-Nzinga, ou se não será antes, como o pretende frei Luís de Sousa citado por António Brásio, frei António da Piedade, professo do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão.

Os Portugueses não hesitaram em chamar D. Leonor à putativa soberana do Kongo, em homenagem à então rainha de Portugal, D. Leonor de Viseu, esposa e prima coirmã do rei D. João II. Mas porque é que a «rainha» só foi baptizada um mês depois do «rei» e na ausência do misterioso «príncipe herdeiro»?

Esta questão, até à data ainda não resolvida, nem pelos múltiplos documentos escritos, nem pelos historiadores, nem tão-pouco pelos ficcionistas, leva-nos, por momentos, a incorrer no risco de uma hipótese escolástica. Para que o Ntotila D. João I Nzinga-a-Nkuvu pudesse conseguir o pleno apoio político e militar do representante do rei de Portugal, Rui de Sousa, no empreendimento bélico que contava levar a cabo contra os Nteke e provavelmente contra outras unidades políticas recalcitrantes, necessitava de, além de se deixar baptizar, ceder a duas exigências impostas pelos sacerdotes portugueses: institucionalizar oficialmente na soberania do Kongo, quer a monogamia, quer a sucessão patrilinear *ipso facto*, concretamente a do filho – e não do sobrinho – primogénito. Provavelmente esperou em vão durante cerca de um mês que o senhor do Nsundi, ou Mani Sundi, Mvemba-a-Nzinga, que elegera como herdeiro e presumível «filho», acorresse a Mbanza Kongo, quando efectivamente este se encontrava muito mais a norte: ou na sua própria província, ou mesmo já no campo de batalha contra os Nteke, como o dá a entender Rui de Pina. Na realidade, como veremos adiante, Mvemba-a-Nzinga só viria a aderir ao Cristianismo depois da vitória sobre os

insurrectos e depois da partida de Rui de Sousa para Lisboa, ou seja, depois de Julho de 1492. A doença que se fez de repente sentir sobre vários sacerdotes portugueses e vitimou mesmo o seu chefe permitiu ao Ntotila uma solução de compromisso com estes: adiaria o baptismo do seu «herdeiro», mas apressaria a cristianização da sua esposa «legítima», provavelmente a mãe - ou uma parente - do bem-aventurado Mani Sundi Mvemba-a-Nzinga. Quanto a este, embora só viesse a ser baptizado muito mais tarde, já era designado pelos Portugueses pelo nome do príncipe herdeiro de Portugal, D. Afonso, que por ironia faleceria de duvidosa queda de um cavalo em Julho desse mesmo ano de 1491, facto evidentemente ignorado pelos homens de Rui de Sousa.

O certo é que só nesse dia 4 de Junho de 1491, esse Sábado em que foi baptizada a «rainha», Rui de Sousa entregou o estandarte português a D. João I do Kongo, uma bandeira com a cruz de Cristo. E na segunda-feira seguinte, dia 6 de Junho, o primeiro exército constituído por Portugueses e Bakongo partiria para a guerra, a norte do rio Kongo//Zaire, sendo o estandarte transportado pelo fidalgo neófito D. Gonçalo, inusitadamente nomeado alferes-mor. Segundo os cronistas, foi graças a esta bandeira, em tempos oferecida pelo papa Inocêncio VIII ao rei D. João II de Portugal para a guerra contra os «infiéis», que D. João I do Kongo venceu os seus inimigos nesta primeira contenda em que foi oficialmente auxiliado por um exército português.

A Igreja de Mbanza Kongo ficou pronta um ano depois, no dia 1 de Julho de 1492 e, segundo as crónicas, foi por volta desta data que, uma vez vencidos os Bateke pelo exército do Ntotila, Rui de Sousa apresentou as suas despedidas a D. João I do Kongo, pronto a regressar a Portugal. Partia, sem dúvida, embora as crónicas não o digam, com um bom espólio de guerra, constituído

nomeadamente por escravos. Negócio lucrativo para ambos os Estados, o congues e o português, marcando aquela que veio a ser a primeira guerra de *kuata-kuata* (literalmente *de agarra-agarra*, isto é, *de captura*).

Em Mbanza Kongo, na Corte de D. João I Nzinga-a-Nkuvu, ficavam cinco frades portugueses, dirigidos por frei António, o novo vigário-geral. Este, assim como o seu confrade Rodrigues Eanes, viriam a ter, como veremos, grande importância na conquista do poder por parte de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, sucessor de D. João I Nzinga-a-Nkuvu, e permaneceriam no Kongo até 1509. Rui de Sousa, por sua vez, partiu para Lisboa acompanhado por um fidalgo congues de nome D. Pedro e da sua esposa. Segundo alvarás do rei de Portugal, este casal de embaixadores do rei do Kongo ainda se encontrava na capital portuguesa em finais do ano seguinte, 1493.

Resta referir que a vasta correspondência epistolar entre os soberanos do Kongo e de Portugal, que se prolongaria até meados do século XVII, se iniciou ainda durante a permanência de Rui de Sousa em terras africanas, pois data de 22 de Setembro de 1491 a primeira carta do rei do Kongo D. João I para o rei de Portugal D. João II. Embora essa correspondência tenha vindo a ser assegurada sobretudo por secretários bakongo letrados, educados pelos missionários em Mbanza Kongo ou em Portugal, é de supor que esta primeira missiva seja ainda da lavra de um religioso português.

### **3. O final do reinado de D. João I Nzinga-a-Nkuvu (1492-1507) e o início do reinado de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga (1507-1514)**

Como evoluíram as relações entre o Reino do Kongo e Portugal durante o período que vai da data do regresso a

Lisboa de Rui de Sousa, em 1492, até à data da morte do primeiro Ntotila cristão, D. João I Nzinga-a-Nkuvu, em 1507? Que acontecimentos conturbados se desenrolaram no Kongo em torno da sua sucessão e durante o primeiro ano do reinado do seu sucessor D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga? Quais os verdadeiros desígnios dos missionários e dos comerciantes e artesãos portugueses entretanto instalados em Mbanza Kongo ou nas suas imediações? Qual o papel dos comerciantes de São Tomé? Quais os interesses públicos e privados em jogo?

### **a) A importância da colonização de São Tomé para o incremento do tráfico de escravos a partir do Kongo**

O caminho para responder a estas questões passa necessariamente por uma abordagem da história da colonização do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Lembremos que em 1485, D. João II de Portugal, a fim de incentivar o plantio da cana-de-açúcar, introduziu na ilha de São Tomé o sistema de capitánias, nomeando capitão-donatário João de Paiva, o qual fundou no noroeste da ilha uma pequena povoação com os primeiros povoadores. As capitánias donatárias (ou hereditárias) assentavam na enfiteuse, instituto jurídico originário do Direito Romano, mas corrente em Portugal com o nome de «sesmarias» desde meados do século xiv - a primeira Lei das Sesmarias data de 1575 e foi promulgada pelo rei D. Fernando (reinado 1367-1383) -, que consistia na concessão de terras a colonos com direito de exploração e de propriedade, mas com a obrigação de as povoar e de as cultivar num prazo de, geralmente, cinco anos, sob pena de as perderem, regressando à posse do capitão donatário. Estes colonos pagavam anualmente um imposto ao donatário, a redízima, isto é, 10 % da dízima, correspondente à décima parte da colheita anual da terra que exploravam.

A carta régia de 1485 já concedia a estes colonos de São Tomé o privilégio de negociarem livremente escravos e outras mercadorias - com a excepção do ouro, cujo comércio era monopólio da Coroa - «nos cinco rios dos escravos que são além [para sul] da nossa [dos Portugueses] fortaleza de São Jorge da Mina» [*sic*]. Entre estes «cinco rios dos escravos» já se incluía, evidentemente, o rio Kongo/Zaire - aliás o documento menciona explicitamente «toda a terra do Manicongo» -, porquanto já se haviam realizado as viagens de Diogo Cão e já se encontravam súbditos portugueses instalados, quer na foz do grande rio, no Pinda, quer em Mbanza Kongo, a capital do Estado, na província de Mpemba. Em 1490, a capitania de São Tomé seria doada a João Pereira, e três anos depois, em 1493, por morte deste, a Álvaro de Caminha. Na carta de doação da ilha a este natural de Faro, que se comprometia a «morar nela [na ilha] continuamente», era-lhe concedida a jurisdição civil e criminal e eram ampliados os privilégios aos colonos estabelecidos ou que viessem a estabelecer-se. Álvaro de Caminha, o grande impulsor da colonização de São Tomé, seria capitão-donatário até à data da sua morte, em 1499. Nesse mesmo ano, o sucessor no trono de Portugal de D. João II - que falecera, segundo Rui de Pina, envenenado em Outubro de 1495 -, o seu primo e cunhado D. Manuel I, concederia a capitania de São Tomé a Fernão de Melo, reforçando-lhe as prerrogativas, nomeadamente atribuindo-lhe o direito de aplicar a pena de morte a escravos negros e a homens livres brancos. No ano seguinte, 1500 - o mesmo ano do «descobrimento» do Brasil por Pedro Álvares Cabral -, a ilha do Príncipe era doada a António Carneiro e aos seus sucessores e nela se iniciava igualmente um processo de povoamento muito idêntico ao de São Tomé.

Mais uma vez julgamos imprescindível que nos detenhamos no estudo de Isabel Castro Henriques *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, no que diz respeito à procedência e à composição sociocultural dos povoadores do arquipélago de São Tomé, a fim de melhor compreendermos a origem da maioria dos homens que, nas décadas subsequentes e a título privado, norteariam as transacções comerciais efectuadas a partir das costas angolanas, não apenas ao longo do corredor do rio Kongo/Zaire, mas também muito mais a sul, ao longo do corredor do rio Kuanza.

Ao contrário do que aconteceu nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, territórios cujo clima ameno justificou o aliciamento de comerciantes, técnicos e trabalhadores essencialmente Europeus e Magrebinos, as ilhas africanas dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé, por se situarem em zonas cujas condições climatéricas provocava elevada mortalidade, obrigaram ao recrutamento de africanos, considerados naturalmente adaptados à região, para as colonizar. Assim sendo, Isabel Castro Henriques tem a preocupação em estabelecer a distinção em São Tomé e Príncipe, ao tempo das capitânias de Álvaro de Caminha e de Fernão de Melo, entre a população europeia e a população africana.

Entre a primeira, a europeia, distingue três categorias de indivíduos:

Portugueses livres, uns instalando-se na ilha atraídos pelos privilégios concedidos pela Coroa portuguesa, outros de permanência tendencialmente temporária e desempenhando tarefas político-administrativas ou militares;

Portugueses degredados por crimes cometidos no reino ou em outros espaços sob o controlo português, e que constituíam a maioria da população europeia das ilhas, conseguindo nelas condições para enriquecer. Eram sobretudo estes que, segundo o manuscrito de 1506 atribuído ao impressor e tradutor germânico Valentim Fernandes de Morávia acumulavam escravos nas suas roças açucareiras e comerciavam no litoral africano. O degredo por crime comum constituiria, aliás, o principal método de colonização

portuguesa no continente africano assaz duradoiro, excedendo mesmo o primeiro quartel do século xx. Embora a maioria destes degredados adquirisse o estatuto de homens livres, há que ter em conta que, na carta de doação a Fernão de Melo, de 1499, o rei D. Manuel I menciona escravos brancos;

Europeus de diversas nacionalidades, atraídos às ilhas pelas autoridades portuguesas, embora a sua afluência só se acentuasse a partir do segundo quartel do século xvi, segundo a relação de viagem à ilha de São Tomé do Piloto Português anónimo, documento de cerca de 1545. Mas já em 1493 se encontravam na ilha de São Tomé os «meninos judeus» castelhanos levados por Álvaro de Caminha e cuja sobrevivência, tanto tem sido posta em causa, mercê de a mortalidade dos Europeus ser tão elevada nesta região de clima tropical. O Piloto anónimo refere igualmente comerciantes Castelhanos, Franceses, Genoveses e «de qualquer outra nação» [sic].

Quanto à população africana de São Tomé e Príncipe, o texto do Piloto anónimo refere «escravos negros com as suas negras da Guiné, Benim e Manicongo» [sic]. Segundo Valentim Fernandes, São Tomé contaria em 1506 com cerca de mil moradores e dois mil escravos. Parece-nos possível dividir a população africana de São Tomé, na viragem do século xv para o século xvi, em duas grandes categorias:

## 1. Os Escravos:

### a. *Os escravos dos moradores*

Propriedade dos moradores da ilha, que os iam buscar directamente ao continente africano. São estes os escravos que, segundo Valentim Fernandes, contabilizam, no ano de 1506, cerca de dois mil indivíduos. Encontramos entre eles, quer aqueles que eram destinados exclusivamente aos serviços domésticos, quer aqueles utilizados como mão-de-obra nas plantações açucareiras, porventura a maioria.

### b. *Os escravos de resgate*

Cativos trazidos do continente africanos pelos chamados «arrendadores» e destinados a ser transaccionados, quer

para as plantações da ilha, quer para a Europa, quer ainda para o continente americano, sobretudo depois da criação das capitanias donatárias no Brasil, em 1534. Achamos pertinente transcrever um excerto do texto do Piloto anónimo, o qual, embora referindo-se preferencialmente à Costa da Mina e às ilhas do arquipélago de Cabo Verde, cremos ser plenamente aplicável a São Tomé e ao litoral congolês e, posteriormente, angolano, tanto mais que refere claramente o Manicongo:

Toda esta costa, [desde a Mina] até ao Reino de Manicongo, é dividida em duas partes [divisão estabelecida, decerto, em função da linha do Equador e dos grupos linguísticos dos Africanos, com povos ditos «sudaneses» para norte do Equador e bantu para sul], as quais se arrendam todos os 4 ou 5 anos [pelas autoridades locais africanas] a quem mais oferece, para poder ir contratar àquelas marinhas e portos. Chamam-se, aqueles que tomam este contrato, arrendadores e, salvo estes ou seus delegados, não pode mais ninguém avizinhar-se, nem descer àquelas marinhas, nem vender nem comprar. Vêm aqui [às costas africanas] inúmeras caravanas de negros, que trazem ouro e escravos para vender, em parte, dos que eles aprisionam na guerra e, em parte, dos próprios filhos que os pais e mães conduzem para o mesmo fim, parecendo-lhes que lhes fazem o maior benefício do mundo em os mandando por este meio habitar noutros países mais abundantes. Todos vêm nus como nasceram, tanto machos como fêmeas, do mesmo modo que se fosse um rebanho de gado. Recebem por resgate contas de vidro de diversas cores e várias quinquilharias de cobre ou latão, panos de algodão de diferentes cores e outras coisas semelhantes que conduzem por toda a Etiópia; e os arrendadores levam depois os escravos [...]. Quando conduzem estes escravos por mar, separam-nos das mulheres, fazendo estar aqueles debaixo da coberta e estas por cima, não consentindo que os machos as vejam quando lhes dão de comer, porque não fariam mais nada do que olhar para elas [*sic*].

## 2. Os Africanos Livres

### a. Os «negros ricos»

Trata-se de elites oriundas do litoral africano, desde a Costa da Mina até ao Manicongo, ou, mais concretamente, desde o Loango/Maiombe até à Ilha de Luanda, que, mercê



das relações cordiais que Portugal sempre se preocupou em manter com as chefias africanas – já vimos, por exemplo, como na Corte de Lisboa eram bem acolhidos os aristocratas congueses –, desde o início colaboraram com os Portugueses na colonização do arquipélago de São Tomé e com eles partilharam os proventos das actividades mais lucrativas: a indústria açucareira e o tráfico de escravos.

A plêiade de investigadores, encabeçada por Isabel Castro Henriques, a quem coube o mérito de evidenciar a existência destes colonos africanos de São Tomé, partiu da impressionante figura de João Menino, descrita pelo Piloto Português anónimo:

Por cinco vezes que estive aqui [em São Tomé] com navios principiando em o ano de 1520, afirmo ter falado com um negro chamado João Menino, homem muito velho, o qual dizia ter sido conduzido ali com os primeiros que foram da costa de África para esta ilha, quando ela foi povoada por ordem de el-rei de Portugal; e este negro era riquíssimo e tinha filhos, netos e bisnetos casados, os quais já tinham filhos» [sic].

E teria, presumimos, também muitos escravos que trabalhavam nas suas roças de cana-de-açúcar, e também obteria avultados lucros nas suas transacções. Outros como João Menino proliferavam em São Tomé, reforçando o seu estatuto social pelo casamento que, tal como o afirma Isabel Castro Henriques, «constituía um dos principais mecanismos de inserção social do indivíduo (o nome cristão servindo para reforçar o processo de integração na sociedade)» [sic].

#### b. Os «negros forros»

O povoamento de São Tomé também foi, desde o início, assegurado pela concessão da alforria a muitos escravos por parte dos seus amos, quer em vida destes, quer por disposição testamentária. No ano de 1515 surgem as cartas de alforria. A primeira é do mês de Janeiro e foi lavrada pelo rei D. Manuel I de Portugal. Concede a liberdade às

escravas africanas que dêem à luz filhos de europeus, aqueles que futuramente seriam chamados *mulatos*. A sua «invenção» jurídica, posteriormente extensiva ao Kongo e a Angola, prende-se exclusivamente com a necessidade de os Portugueses criarem intermediários nas suas transacções com os Africanos.

Os intervenientes Santomenses no tráfico de escravos congus e angolano nas décadas vindouras provêm todos destas categorias socio-raciais que enumerámos. São eles os moradores de São Tomé a quem cartas régias portuguesas de 8 e de 26 de Março de 1500 concedem o monopólio do resgate de escravos no Kongo. Trata-se de um monopólio que diz respeito apenas ao comércio privado, o qual vai concorrer com o que é feito pelos navios da Coroa portuguesa, o que tantas atribulações causará ao Ntotila Afonso I Mvemba-a-Nzinga.

### **b) A sucessão D. João I Nzinga-a-Nkuvu (1493-1507): a chamada «Revolta de Panso Aquitimo» ou a clivagem entre o partido tradicional e o partido cristianizado de Mvemba**

D. Pedro de Sousa, também conhecido por Pêro Manipango, o aristocrata congus que, acompanhado pela sua esposa, partira para Portugal em meados de 1492 com Rui de Sousa, tornou-se um verdadeiro diplomata de carreira, porquanto pressupomos que por quatro vezes voltaria ao seu país, depois de influenciar os monarcas portugueses a enviar ao Kongo expedições de cooperação eclesiástica e militar destinadas a reforçar os poderes do Ntotila. A primeira foi logo em 1494 – ano do Tratado de Tordesilhas, ainda reinava no Kongo D. João I Nzinga-a-Nkuvu e em Portugal D. João II –, acompanhando uma embaixada com presentes do rei de português para o Ntotila, mas também com eclesiásticos e um contingente

militar, e era liderada por um tal João Soares. A segunda, em 1504 – já enviada por D. Manuel I de Portugal, mas ainda no reinado de D. João I do Kongo –, não diferia substancialmente da de dez anos antes, apesar de os documentos que a referem darem particular ênfase ao facto de nela seguirem livros, material escolar e religioso e «mestres de ler e escrever». A terceira e a quarta realizaram-se já no reinado de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga: uma em 1508 ou 1509, seguindo na armada de seis navios e de 180 homens armados comandados por Gonçalo Roiz (ou Rodrigues); a outra em 1512, acompanhando a embaixada de Simão da Silveira (ou da Silva).

Mas quem é D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga? Este antigo Mani Nsundi, ou seja, senhor da província homónima, com capital em Mpemba Kasi – daí que o nome deste aristocrata tanto pode ser Mvemba-a-Nzinga quanto Mpemba-a-Nzinga –, lograria tornar-se o Kongo dia Ntotila e reinaria durante 33 anos, entre 1507 e 1540. Uma carta de 1516 redigida por Rui de Aguiar, vigário de São Tomé – o bispado de São Tomé só seria inaugurado em 1534 –, e dirigida a D. Manuel I, rei de Portugal, descrevia-o como um rei africano que «não traz outro sentido senão em Nosso Senhor» e acrescentava que «não parece um homem, mas antes um anjo mandado ao Congo» [*sic*]. No entanto desconhecem-se a data e as circunstâncias em que se converteu ao Cristianismo, assim como é duvidoso que fosse filho biológico do seu antecessor, contrariamente ao que as crónicas cristãs coevas pretendem dar a entender. O certo é que, em 1507, por morte de D. João I Nzinga-a-Nkuvu, conseguiu o trono do Reino do Kongo mais por conquista do que por herança. Qual a conjuntura que viabilizou este facto?

Só nos é possível compreender o xadrez político que se jogou no Kongo durante os últimos 15 anos do reinado de D. João I Nzinga-a-Nkuvu, entre 1492 e 1507, se

acompanharmos a nossa análise de uma inventariação de quem eram as peças desse tabuleiro, sobre o qual, aliás, permaneceriam bem assentes ao longo de todo o século XVI, e quais os interesses, públicos e privados, que as norteavam:

### 1. Os Portugueses residentes em Mbanza Kongo e noutras localidades conguesas

Provenientes de, pelo menos, cinco vagas – das duas expedições de Diogo Cão, de 1482-1483 e de 1484-1486, da expedição de Rui de Sousa de 1491-1492, da embaixada de João Soares de 1494 e da que se lhe seguiu em 1504 –, todos, inclusive os que originariamente eram embarcadinhos, militares ou eclesiásticos, se dedicavam a actividades comerciais cuja principal mercadoria era o escravo, destinado, quer a Portugal, quer aos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé, quer ainda e sobretudo, a partir de 1534, ao Brasil. Tais actividades lucrativas contavam com a legitimação, quando não com a cumplicidade, dos missionários. Aliás já vicejava, entre eles, a génese do argumento de retórica colonial segundo o qual a escravatura seria meritória por subtrair os Africanos à selvajaria e à idolatria. Ainda que, alegadamente, muitos destes comerciantes actuassem em nome da Coroa portuguesa, os seus interesses eram preferencialmente privados.

### 2. Os Santomenses

Trata-se dos «arrendadores» de que falava o Piloto anónimo, provenientes de todas as categorias socio-raciais de povoadores das ilhas de São Tomé e Príncipe. Gozando das prerrogativas que lhes eram concedidas pelo rei de

Portugal, deslocavam-se à costa conguesa para transaccionar escravos tripulando navios particulares. Serviam, quer os interesses dos capitães donatários de São Tomé – Álvaro de Caminha entre 1493 e 1499 e Fernão de Melo a partir desta data –, quer os seus próprios interesses. Privados, evidentemente.

### 3. Os manis cristãos (ou proto-coloniais)

Encabeçados pelo próprio Ntotila D. João I Nzinga-a-Nkuvu, haviam aderido ao Cristianismo com o fim de reforçar os seus poderes sobre a terra e sobre o controlo das rotas comerciais internas. Embora beneficiassem do apoio militar português contra os súbditos recalcitrantes – nomeadamente os Anzicos e ainda, como veremos, os chamados Panzelungos (naturais da província de Mpanzu ou Mpangu) –, confrontavam-se com a contrapartida de ter de seguir à letra os preceitos ditados pelos missionários, alguns dos quais eram manifestamente prejudiciais aos seus interesses económicos. Reportamo-nos, sobretudo, à tão propalada questão da regra da monogamia exigida pelos cristãos. Não é difícil perceber que a resistência exercida por D. João I Nzinga-a-Nkuvu, no final do seu reinado, à proibição da poligamia, ao contrário do que rezam as crónicas coevas e o sustentam os historiadores coloniais, nada teve a ver com lubricidade atávica. Teve a ver, isso sim, com o facto de a poligamia ser uma instituição essencial ao crescimento económico da sociedade bakongo. Como já o dissemos repetidamente, da multiplicidade de braços a trabalhar na terra, esposas e filhos, advinha a prosperidade.

Estes manis cristãos – ou cristianizados – contavam, ao tempo, com o pleno apoio de todos (ou quase todos) os Portugueses – comerciantes, militares e missionários – residentes no Kongo. Tanto mais o obtinham quanto maior

era a sua renúncia ao casamento poligâmico, porquanto esta renúncia mais não significava do que a fragmentação do latifúndio, o que só podia interessar aos estrangeiros. Daí, aliás, o facto de nas décadas subsequentes haverem sido canalizados para a condição de escravos a exportar, não apenas os prisioneiros de guerra e os «feiticeiros», como inicialmente, nem tão pouco os dependentes por delitos ou dívidas, mas também homens e mulheres livres pertencentes às linhagens que se mantinham na poligamia. Esta realidade revelar-se-ia, assim, assaz lucrativa, quer para os Portugueses, quer para as elites cristãs e monogâmicas então emergentes no Kongo.

Um dos precursores destas elites foi Mvemba-a-Nzinga, senhor do Nsundi, que em data desconhecida se deixou baptizar com o nome de D. Afonso. Por ter recebido o nome do malogrado filho do rei de Portugal D. João II, Afonso, entenderam os cronistas coevos que o Mani Nsundi era o «filho primogénito» do Ntotila cristianizado com o nome de D. João I. Sem dúvida que, por detrás deste artifício, houve diligências, por parte dos Portugueses – e em particular dos eclesiásticos – de, em nome do Cristianismo, ser instituído no Reino do Kongo o princípio, adoptado na Europa ocidental no século XII por imposição de Roma, da sucessão pela primogenitura.

#### 4. Os manis não cristãos ou tradicionais (ou populares)

A ideia da imposição da monogamia e do princípio da sucessão pela primogenitura não podiam deixar de criar crispções entre a grande maioria dos manis. Além da depredação das estruturas económicas e sociais, os Portugueses, assim como os Congueses que aderiram ao Cristianismo, visavam subverter os princípios do poder político e os alicerces em que assentava o próprio Estado.

Tratava-se de abolir o secular sistema colegial de eleição do monarca, escolhido entre os sobrinhos matrilineares do antecessor, e cabendo a decisão final ao ex-kitomi de Mbanza Kongo, o Mani Vunda.

Terá sido este, o Mani Vunda, o principal mani a opor-se aos projectos portugueses de instituição no Kongo da monogamia e da regra da sucessão hereditária no trono, preconizada sobretudo pelo Mani Nsundi, D. Afonso Mvemba-a-Nzinga. Os cronistas portugueses, desde logo João de Barros, não hesitam, aliás, em reconhecer que foi grande e generalizado o descontentamento no Kongo perante a perspectiva da transformação das instituições ao sabor dos interesses portugueses e da Igreja. Também não ocultam o clima de instabilidade que levou D. João I Nzinga-a-Nkuvu, alegadamente por ele próprio querer continuar a ser polígamo, a «afastar» temporariamente – alguns historiadores utilizam mesmo o verbo «expulsar» – o seu «filho» D. Afonso da capital, Mbanza Kongo, para os seus domínios no Nsundi.

Este facto parece-nos mais do que banal e óbvio, uma vez que D. Afonso Mvemba-a-Nzinga era, efectivamente, o senhor da província do Nsundi. Até este ponto, subscrevemos plenamente o que Pepetela ficcionou na sua peça de teatro *A Revolta da Casa dos Ídolos*. Mas João de Barros, assim como os historiadores coloniais, nomeadamente Ralph Delgado, argumentam que, ao partir para o Nsundi, D. Afonso foi alvo de cabalas tecidas pelos seus inimigos de Mbanza Kongo – ou seja, pelo Mani Vunda e pelos seus partidários –, que o acusaram de prevaricar nas obrigações religiosas cristãs, «servindo-se [pecaminosamente] das concubinas do pai» [*sic*]. Encontramo-nos, evidentemente, perante uma falácia da autoria dos mesmos que classificavam como «idólatras» a maioria dos Congueses. Não deixa, no entanto, de ser verdade – e o venerável António Brásio bem o confirma –

que D. Afonso Mvemba-a-Nzinga seguiu para o Nsundi acompanhado por padres influentes, supõe-se que António Fernandes e Rodrigo Anes, e que a província que governava, o Nsundi, depressa se tornou o principal centro religioso cristão do Kongo.

Entretanto, e ainda antes da morte de D. João I Nzinga-a-Nkuvu - portanto, antes de 1507 -, ganhava grande popularidade o senhor da província de Mpangu ou Mpanzu, provavelmente, tal como D. Afonso Mvemba-a-Nzinga, um sobrinho matrilinear do soberano susceptível de lhe suceder no trono. Este Mani Mpanzu, também conhecido pelos nomes de Mpanzu-a-Nzinga e de Mpanzu-a-ki-Ntinu - o que deu origem à corruptela Panso Aquitimo dos cronistas portugueses -, era indubitavelmente o eleito do conselho dos anciãos, presidido pelo Mani Vunda, para ser o sucessor do Ntotila moribundo. Seguindo na linha do partido dos manis, que na realidade era o partido popular, Panso Aquitimo - designemo-lo por este aportuguesamento - recusou-se a baptizar-se e a aderir ao Cristianismo, o que lhe valeu, da parte dos padres e dos cronistas cristãos, epítetos tais como os de selvagem, herético, idólatra e mesmo de feiticeiro, que permaneceriam na posteridade da historiografia colonial. Aliás, cremos não ser alheia ao asselvajamento do título do seu cargo político, Mani Mpanzu, a criação do substantivo *manipanso*, futuramente usado e abusado na terminologia antropologista e coleccionista colonial da língua portuguesa para designar as estatuetas africanas que fossem, supostamente, objectos de cultos maléficos.

Com a morte do Ntotila D. João I Nzinga-a-Nkuvu, desencadeou-se inevitavelmente uma guerra civil que a historiografia colonial, a partir das crónicas coevas, registou com a designação de «Revolta de Panso Aquitimo» e cujos factores que determinaram o seu desfecho a favor da ascensão de D. Afonso Mvemba-a-Nzinga ao lugar de



Ntotila se encontram, até hoje, nebulosos. Procuraremos dar aqui a nossa interpretação pessoal, a partir, essencialmente, quer da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis (de 1566-1567), quer de um Códice da Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora, minuciosamente analisado por Ilídio do Amaral.

Os textos são unânimes em afirmar que, à data da morte de D. João I do Kongo, os dois rivais na sua sucessão, D. Afonso Mvemba-a-Nzinga e Panso Aquitimo – alguns cronistas e historiadores coloniais como Ralph Delgado designam-nos por «príncipes» e atrevem-se mesmo a atribuir-lhes a condição de «irmãos», sendo o primeiro o mais velho e o segundo o mais novo –, se encontravam ambos nas províncias que governavam, respectivamente no Nsundi e no Mpangu. Panso Aquitimo, no Mpangu (ou Panzelúndia, mais um topónimo aportuguesado), vira-se recentemente a braços com uma rebelião dos Muzumbos – isto é, os naturais da região do Zumbo, no actual Uíge, onde futuramente se ergueria Maquela do Zombo –, a qual lograra dominar, recrutando, entre os vencidos, mercenários com os quais formou um exército destinado a atacar Mbanza Kongo. Em *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, Duarte Lopes, embaixador português que viveria em Mbanza Kongo cerca de 70 anos depois destes acontecimentos, afirma que o contingente de Panso Aquitimo, constituído na maioria por Panzelungos e Muzumbos, ascendia aproximadamente a 200 mil homens.

D. Afonso Mvemba-a-Nzinga, por sua vez, ao saber da morte do «pai» e do acto de «usurpação» do «irmão, teria acorrido à capital, mas acompanhado apenas por 37 homens, entre os quais o fiel D. Pedro de Sousa, eterno embaixador itinerante entre o Kongo e Portugal, dito seu primo, assim como o cristianizado Mani Soyo, provavelmente já não o D. Manuel kia Nsi que recebeu Diogo Cão e Rui de Sousa e sim o seu sucessor. Segundo

Damião de Góis e o referido Códice, os dois exércitos defrontaram-se à entrada norte de Mbanza Kongo, mas os escassos 37 guerreiros de D. Afonso Mvemba-a-Nzinga lograram pôr em fuga os 200 mil de Panso Aquitimo apenas porque... evocaram em altos brados os nomes de Nosso Senhor Jesus Cristo e do apóstolo São Tiago! Acrescentam ainda estes textos que, só depois da contenda, é que os apoiantes de D. Afonso Mvemba-a-Nzinga se aperceberam de que o que efectivamente amedrontara os «idólatras» fora um milagre muito ao estilo da histórica Batalha de Ourique (1139) e da futura Batalha de Ambuíla (1665): todos, inclusive o chefe Panso Aquitimo, foram acometidos da visão de uma enorme cruz branca que abria caminho a um São Tiago armado à frente de um número aterrador de cavaleiros.

O destino que coube a Panso Aquitimo diverge consoante as versões. Nas crónicas mais conhecidas, depois de ter debandado perante a imagem de São Tiago, terá voltado à carga e tentado atacar de novo Mbanza Kongo, pelo que os inimigos o obrigaram a recuar com os seus homens para uma zona pantanosa, onde seriam vítimas da sua própria armadilha, morrendo trespassados pelas estacas que antes haviam colocado para aprisionar os cristãos. Ralph Delgado, no entanto, refere em nota o capuchinho italiano Jerónimo de Sorrento de Mérola, na sua *Breve e succinta relatione del viaggio nel regno di Congo nell'Africa meridionale* (1692), que diz ter-se Panso Aquitimo refugiado nas montanhas e ser aí capturado pelos partidários do seu «irmão». Este tê-lo-ia «perdoado», mas, ainda assim, o idólatra – agora descrito como «filho ilegítimo» de D. João I – sucumbiria vitimado pelo próprio ódio que lhe minava o coração, quem sabe se por um milagre suplementar de São Tiago, cumprindo-se um julgamento divino de sabor bem medieval.

As versões já convergem quanto ao destino do Mani Vunda (ou Manibunda), o ex-kitomi de Mbanza Kongo e venerável presidente do conselho dos anciãos do Reino do Kongo. O «magnânimo» D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, já na qualidade de Ntotila, também lhe teria perdoado os pecados e, ao mandar construir em Mbanza Kongo uma Igreja consagrada à Santa Cruz, condená-lo-ia, assim como à esposa – ou às esposas – e aos filhos, às penitências de carregar pedras na construção do templo e de acartar água benta para os batismos daqueles que quisessem converter-se ao Cristianismo. Foi esta a versão que Pepetela usou magistralmente em *A Revolta da Casa dos Ídolos*.

A introdução da hagiografia cristã, concretamente dos milagres medievais portugueses, no discurso colonial acerca das guerras de Angola, foi, pelos vistos, inaugurada em Mbanza Kongo em 1507 com a pretensa «Revolta de Panso Aquitimo». Mas, na realidade, o que esteve por detrás deste «milagre» que deu o trono do Kongo a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga foi um contingente reforçado de homens armados vindos de Portugal. E o «milagre» em si consistiu no poder das armas de fogo e na rigidez das armaduras de ferro mais sofisticadas utilizadas pelos cristãos.

### **c) O que documentam o Regimento dado a Simão da Silveira em 1512 e a Carta que em 1514 o Ntotila D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga enviou ao rei de Portugal D. Manuel I**

Sobre as relações diplomáticas desenvolvidas entre o Reino do Kongo e Portugal durante os primeiros cinco anos do reinado de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, se descontarmos a correspondência epistolar já regular entre os soberanos dos dois reinos, há apenas a registar dois factos, ambos respeitantes ao desembarque em terras

conguelas de expedições portuguesas no ano de 1508. Uma dessas expedições era de carácter religioso e consistia numa missão de 13 frades Lóios, encabeçada por um tal frei João de Santa Maria. A outra expedição, de carácter militar, tratava-se da já aludida armada de seis navios e de 180 homens armados comandados por Gonçalo Roiz (ou Rodrigues), destinada a auxiliar o Ntotila nos conflitos contra as sublevações dos seus vassallos, como parece ter sido o caso, nesse mesmo ano, dos naturais do Loango. Mas só através de documentos datados de momentos posteriores foi possível apurar qual o desfecho destes dois empreendimentos. Dois documentos têm sido incontornáveis para a compreensão da política de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga na segunda década do século XVI: o Regimento dado pelo rei de Portugal D. Manuel I a Simão da Silveira em 1512; e a Carta enviada pelo próprio Ntotila Afonso I Mvemba-a-Nzinga ao mesmo rei de Portugal D. Manuel I, datada de 5 de Outubro de 1514.

### I) O Regimento de Simão da Silveira de 1512

Simão da Silveira (ou da Silva), fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi o primeiro português a ser enviado oficialmente ao Kongo na qualidade de embaixador residente. O teor das instruções codificadas no Regimento que lhe foi dado por D. Manuel I em 1512 tem sido considerado um prenúncio da futura política colonialista portuguesa no Kongo e em Angola, porquanto nele eram atribuídos a este embaixador poderes de intervir directamente na política interna do Kongo. Vale a pena salientar as instruções mais importantes:

1. Instruções sobre a viagem e sobre um projecto prematuro de expansão portuguesa em terras

## africanas

Os navios que constituíam a frota que transportava a embaixada de Simão da Silveira, em número de três, não deveriam nunca afastar-se do navio chefe e, em caso de perigo, nomeadamente de temporal, dirigir-se-iam directamente para o porto de Pinda, na foz do Kongo/Zaire, e ali esperariam uns pelos outros. Uma vez reunidos no porto de Pinda pessoas, presentes e animais – que incluíam cavalos de raça lusitana –, os navios deveriam permanecer no melhor ancoradouro do rio, entregues aos pilotos e a alguns marinheiros, prosseguindo a comitiva para Mbanza Kongo «na melhor ordem e concerto», sem que causasse «nenhum dano à gente da terra nem a coisas suas». Cabia mesmo a Simão da Silveira a obrigação de castigar qualquer dos seus homens que se atrevesse a tomar alguma atitude agressiva em relação aos Africanos. O rei D. Manuel I sublinhava, a propósito, que era desejável que, durante a viagem para Mbanza Kongo, a embaixada de Simão da Silveira se socorresse da ajuda das populações locais no carregamento dos objectos pesados destinados ao Ntotila. Para o aliciamento dessas populações a esse serviço, o soberano português contava com o «aviamento», isto é, com o zelo, do congês D. Pedro. Ficamos, pois, informados de que D. Pedro de Sousa (ou de Manicongo) seguia na comitiva de Simão da Silveira, sendo esta a quarta viagem diplomática que efectuava entre Portugal e o seu país.

Note-se que o Regimento de Simão da Silveira é o primeiro documento relativo ao Reino do Kongo onde um soberano português, antecipando projectos de expansão territorial – ou colonial? – no continente africano, se mostra preocupado com o aprofundamento do conhecimento geográfico do território, porquanto nele se lêem estas palavras:

Vós trabalhais de saber do lago que diz que está na fronteira com o reino do Congo, a saber: que tamanho é, e se é povoado, e de que gentes, se há nele navios e a que distância fica da terra de Manicongo, e para que parte; e podendo ele [o Manicongo] enviar alguns homens dos nossos, fazei-o e escrevei-nos o que nisso achais. [...] Vós informai da grandeza da terra do rei do Congo, assim do comprimento como de largura, e dos senhores que nele há, e do poder da gente que o rei terá, e a maneira de que é armada. [...] Que reis e senhores são seus vizinhos [do Manicongo] e que poder têm, e o modo como vivem, e a crença que têm, e os que têm guerra com o rei do Congo; e se têm guerra uns com os outros e o poder de cada um, e a grandeza da sua terá e para que partes se estendem os seus senhorios; e de tudo o que souberdes, nos avisareis. [...] Vós trabalhareis de mandar pelo rio do Congo acima pessoa ou pessoas que o bem vejam e saibam dar recado da grandeza dele, e se possível for, chegarem até ao lugar onde nasce, e ver a gente que habita ao longo dele, para de tudo nos enviardes recado [sic].

Estas palavras do rei português D. Manuel I, O Venturoso, escritas no ano de 1512, mais parecem da lavra de um político europeu do último quartel do século XIX.

## 2. Instruções relativas à actuação junto do rei do Kongo

### a) *Instruções sobre reformas políticas, jurídicas, administrativas e militares*

O rei de Portugal recomendava ao seu embaixador que comunicasse ao soberano do Kongo «como tivemos prazer com a vinda de D. Manuel, seu irmão, e de D. Pedro, seu primo, que a nós enviou, e muito mais, com suas cartas, que por eles nos escreveu» [sic]. É, portanto, o Regimento de Simão da Silveira que documenta, não apenas que um irmão de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, de nome D. Manuel, se deslocara a Lisboa na companhia do seu primo, o já experimentado diplomata D. Pedro de Sousa, mas também que tinham sido eles, através das cartas de que foram portadores, quem informara D. Manuel I de Portugal da vitória obtida por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga sobre

Panso Aquitimo, devida a um «milagre de Nosso Senhor» [sic].

Simão da Silveira entregaria a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga as cartas lavradas por D. Manuel I e também «todas as coisas» levadas pelo feitor Álvaro Lopes, o qual seguia a bordo de um navio chamado *Gaio*, e apresentar-lhe-ia o escrivão Diogo Fernandes. A presença deste na embaixada era uma resposta de D. Manuel I ao pedido que lhe fizera D. Afonso I do Kongo, transmitido em Lisboa pelo emissário D. Pedro de Sousa, de que o rei de Portugal enviasse ao Kongo uma pessoa «que ministrasse as coisas da justiça em seus reinos ao nosso costume; e assim também entendesse nas coisas da guerra e a metesse [à justiça] em uso ao modo de cá» [sic]. O letrado Diogo Fernandes levava, por isso, consigo os livros das Ordenações Manuelinas, destinados a servir de base às sentenças que proferiria em terras conguesas.

Segundo o Regimento, este letrado – e, por maioria de razão, o próprio embaixador Simão da Silveira – dispunha de poderes de expulsão do Reino do Kongo de todos os Portugueses, laicos ou eclesiásticos, que fossem considerados «viciosos ou de mau exemplo» [sic]. Aqueles que, atingidos por esta punição, viessem a ser enviados para o Reino de Portugal, ficavam interditados de transportar escravos – de sua propriedade ou para transaccionar – a bordo de navios pertencentes à Coroa portuguesa, não obstante poderem utilizar, para esse efeito, outros navios. É mais do que evidente que, com esta determinação, o rei de Portugal abria a porta à intervenção dos navios privados dos comerciantes de São Tomé e favorecia descaradamente os interesses económicos do capitão donatário Fernão de Melo. Mas também é evidente, conforme consta de um item final do Regimento, que D. Manuel I pretendia averiguar dos comportamentos das gentes que haviam seguido com Gonçalo Roiz (ou

Rodrigues), no que só viria a ser verdadeiramente elucidado muito mais tarde, na carta que lhe enviou D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga a 5 de Outubro de 1514.

Consta também do Regimento de Simão da Silveira a oferta do rei de Portugal ao rei do Kongo de um selo de armas, sinete do fac-símile da assinatura que D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga e os seus sucessores deveriam utilizar em documentos régios, em conformidade com os usos dos reinos cristãos. O brasão do rei do Kongo, constante da cota de armas que D. Manuel I lhe enviava, era elaborado ao estilo da heráldica portuguesa e procurava adaptar a simbologia cristã da fundação do Estado português – a das cinco quinas das armas de Portugal (as cinco chagas de Cristo) e a do milagre da Batalha de Ourique – a uma pretensa «refundação» do Reino do Kongo, centrada na evocação da batalha onde Panso Aquitimo fora derrotado. Confirma-o o próprio D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga em carta posteriormente dirigida ao rei de Portugal, na qual o Mani Kongo descreve o seu brasão nestes termos:

[...] o campo vermelho é em significação do muito sangue que em batalha que houvemos se espargiu. O chefe do escudo azul com a cruz de prata significa aquela cruz branca que naquela batalha foi vista no céu, que é azul; e a cruz [é] florida, pelo vencimento que se houve, assim contra os inimigos como conta o diabo. As vieiras de ouro, em cada canto do chefe, por ser divisa de Santiago, que ali chamámos e nos socorreu. Um dos cinco escudos de Portugal em azul, em pé de prata, em sinal de que Portugal é fundamento da fé que temos em Nosso Senhor donde nos veio nossa salvação. E os dois ídolos negros quebrados, de cabeça para baixo, um de cada lado do dito escudo de Portugal, significam que foi causa de serem quebrados e destruídos. No vermelho – os cinco braços armados; cada um com a sua espada, em sinal dos homens armados que no céu foram vistos, em nossa ajuda, que eram anjos. E por isso estão em quina, à honra das cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, com que nos salvou. O elmo de ouro aberto, e em cima uma coroa do rei, e o timbre dos cinco braços com suas maças de ouro nas mãos [*sic*].

Simão da Silveira levava para o Kongo, além de uma armadura e de um escudo bélico destinados ao Ntotila, de



onde constavam as insígnias que acabámos de descrever, assim como bandeiras a utilizar em caso de guerra, uma «carta de armas» onde era conferida a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga a faculdade de atribuir aos seus fidalgos títulos nobiliárquicos europeus, nomeadamente os de príncipes e infantes para os seus familiares mais próximos e de duques para os governadores das províncias. Assim, por exemplo, os manis de Mbata, Nsundi e Soyo passavam, respectivamente, a ser os duques de Mbata, Nsundi e Soyo (ou Sonho). O Ntotila também podia nomear marqueses, condes, viscondes ou barões os seus súbditos mais distintos, os quais seriam armados cavaleiros de Cristo, sob juramento perante um sacerdote cristão.

b) *Instruções sobre reformas religiosas, incluindo o projecto português de um «bispo negro», e suas contrapartidas económicas*

Simão da Silveira, com a colaboração dos frades e dos operários que o acompanhavam, deveria erigir em Mbanza Kongo, quer uma igreja ou mosteiro de pedra e cal, quer uma «casa sobradada» para o Ntotila:

Logo como em boa hora chegardes, depois de estares assentado, folgaremos que trabalheis para fazer uma boa igreja ou mosteiro de pedra e cal, daquela grandura que vos parecer bem, na qual poreis sinos, retábulos e ornamentos, dos quais levais e lá estão; e, porque levais gizamentos [projectos arquitectónicos] para cinco altares da invocação dos retábulos que levais, para isso deixamos-vos que o façais [...] e também tende respeito ao que virdes com que nisto mais folgar el-rei. [...] Depois de feita esta igreja ou mosteiro, folgaremos que façais uma boa casa para o rei, para ele nela se recolher, dizendo como nós mandamos fazer para ele, assim para ser melhor a sua saúde, como para mais sua segurança; dizendo-lhe o modo das casas de cá, e como nós folgaríamos que em tudo vivesse como fiel cristão, que é, e a modo dos cristãos. Isto porém, da fabricação da casa, será achando vós na terra bom aviamento para isso [sic].



11 - Território do Reino do Kongo dividido pelos Portugueses em ducados, condados e marquesados depois de 1512. DELGADO, s.d. [1971], I vol., p. 162.

Por intermédio de Simão da Silveira, D. Manuel I assegurava ao seu homólogo D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, não apenas um templo e uma moradia luxuosa, mas também a criação de relações diplomáticas do Reino do Kongo com a Santa Sé, pois o embaixador português informaria o Ntotila de que fora feita notificação da sua conversão ao papa Júlio II. D. Afonso I, por sua vez, deveria agora «mandar a sua obediência a Sua Santidade». Para tanto, sugeria-lhe o rei de Portugal que enviasse a Roma uma embaixada cujo chefe poderia ser o já experimentado diplomata congues D. Pedro de Sousa. Acompanhá-lo-iam, acrescentava o soberano português, mais «doze pessoas, homens fidalgos [do Kongo], avisados e de bom recado, e com eles seus servidores» [sic]. Nesta primeira embaixada do Reino do Kongo a Roma, seria igualmente integrado um filho de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, o jovem D. Henrique, de 18 anos, o qual já há alguns anos se encontrava em Portugal recebendo educação religiosa e que, por estar «bem ensinado e doutrinado nas coisas da fé» [sic], ficaria encarregado de proferir em latim a oração de obediência perante o Santo Padre. D. Manuel I manifestava no Regimento de Simão da Silveira uma preocupação com o futuro deste jovem eclesiástico africano, no sentido de que viesse a ser, ao serviço dos

interesses portugueses, o principal agente da criação de uma eventual diocese no Kongo:

[...] com a ajuda do Nosso Senhor esperamos que venha o dito D. Henrique, seu [do Ntotila] filho provido do Santo Padre de prelado principal dos seus reinos [do Kongo], porque nós o suplicaremos e mandaremos assim pedir a Sua Santidade; por tal, no que no espiritual seja ele, por ser seu filho, o primeiro e mais principal, e começo de todos os outros arcebispos e bispos, que nele [no Kongo] houver [sic].

Mas a Arquidiocese de Angola e Congo só viria a ser criada em 1595. Quanto a D. Henrique, integraria efectivamente a embaixada conguesa à Santa Sé, que chegaria a Roma em meados do ano de 1513, depois da morte do papa Júlio II, a 21 de Fevereiro, sendo a comitiva recebida pelo seu sucessor, Leão X. Cinco anos depois, pela Bula de 13 de Maio de 1518, D. Henrique seria nomeado bispo de Utica *in paribus* e nunca do Congo. O seu estatuto de bispo foi meramente simbólico, pois não existia qualquer diocese efectiva em Utica, cidade magrebina a noroeste da antiga Cartago e, tal como esta, completamente abandonada e em ruínas. No entanto, o facto de ser o primeiro «bispo negro» – desta vez somática e literalmente «negro», e não «mouro», como o famoso D. Çoleima de Coimbra de 1130, imortalizado por Alexandre Herculano – foi o suficiente para que este filho de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga merecesse lugar de destaque na propaganda colonialista portuguesa e nas páginas de historiografia colonial sobre Angola, nomeadamente na obra de Ralph Delgado. Segundo este mesmo autor, D. Henrique terá regressado ao seu país em 1521, recebendo do pai – ironia das ironias! – o senhorio de Mpangu, que pertencera ao malogrado Panso Aquitimo. Porém em 1539, a convite do rei português D. João III, sucessor de D. Manuel I, o «bispo negro» terá viajado para Lisboa e tido a desgraça de falecer durante a travessia.

Mas toda a política de D. Manuel I no sentido da evangelização do Kongo implicava, evidentemente, contrapartidas económicas. O monarca português não o esconde no regimento de Simão da Silveira:

Trabalhareis de saber do trato que lá [no Kongo] pode haver, e de que coisas; e se os escravos, cobre e marfim e outras mercadorias que na terra houver se são todas do rei, ou se há aí mercadores; e até que soma das ditas coisas se poderá fazer e tirar cada ano, e por que mercadorias; e se da mão do rei as mercadorias são, e o que delas nos poderá dar; e atentar se ele se oferece a nos dar cada ano alguma soma, e quanta. Isto como de vosso; e de todo nos avisais cumpridamente por vossa carta para sabermos o proveito que de lá se pode tirar [sic].

Ou seja, D. Manuel I ordenava ao seu embaixador que apresentasse a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga como sugestão sua – portanto, do próprio Simão da Silveira e não do seu soberano – a proposta de que as despesas das missões religiosas no Kongo e da educação dos jovens congueses em Portugal fossem pagas em escravos, cobre e marfim, mercadorias a embarcar nos navios portugueses que zarpassem do Pinda.

## II) A carta que em 1514 o Ntotila D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga enviou ao rei de Portugal D. Manuel I

Esta longa missiva, datada de 5 de Outubro de 1514, foi ditada por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga a um tal João Teixeira, «moço de escola [...], criado do mui paciente e mui atribulado príncipe, Rei dos reinos do Congo» [sic].

Marcada sobretudo pelas queixas do rei do Kongo ao rei de Portugal, a carta de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga de 1514 tem sido objecto de múltiplas análises por parte dos investigadores e, tal como outros documentos recolhidos pelo padre António Brásio em *Monumenta Missionária Africana*, revelou-se uma fonte prolífera para a construção de narrativas ficcionais. Sem dúvida que em todo o texto

transparece o descontentamento do Ntotila ao aperceber-se de que a aliança diplomaticamente estabelecida com Portugal gerava mais problemas para o Reino do Kongo do que benefícios. No entanto, cremos poder evidenciar duas temáticas de maior relevo, em torno das quais teceremos a nossa apreciação sumária do documento:

1. As queixas de D. Afonso I do Kongo dos abusos dos comerciantes de São Tomé e de Portugal

Embora, porventura pela enésima vez, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga referisse a histórica vitória sobre Panso Aquitimo e elogiasse o apoio dos padres Rodrigues Anes e António Fernandes, não deixava, contudo, de se queixar permanentemente, não apenas dos povos vizinhos seus inimigos, entre os quais os Mbundu, mas também dos muitos súbditos e senhores de província congueses que se recusavam a aderir ao Cristianismo. Relatava que ordenara a apreensão geral dos objectos simbólicos de culto da terra – os *nkisi*, que já designava pelo termo pejorativo cristão *ídolos* – e que os reunira todos numa cubata em Mbanza Kongo, à qual mandara pegar fogo. O Ntotila não escondia que este auto-de-fé causara grandes manifestações de descontentamento no reino, nomeadamente por parte do Mani Mbata, que fora obrigado a cristianizar-se com o nome de Jorge. Foi esta passagem do seu texto que, na segunda metade dos anos de 1970, logo após a Independência de Angola, inspirou Pepetela para conceber a peça de teatro *A Revolta da Casa dos Ídolos*, na qual D. Jorge Muxuebata, com o apoio do ex-*kitomi* Mani Vunda, conspira efemeramente contra o seu soberano. No entanto, já no fim da missiva dirigida ao rei de Portugal, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga mostra-se reconhecido ao Mani Mbata D. Jorge por este se haver convertido ao Cristianismo e pede mesmo a D. Manuel I que lhe envie dois padres.

Mas a grande maioria das queixas do rei do Kongo ao rei de Portugal incidia sobre os abusos cometidos pelos Portugueses e pelos Santomenses no exercício da sua actividade comercial no tráfico negreiro. A esse respeito, ficamos informados de que Gonçalo Roiz (ou Rodrigues), o mesmo que em 1509 chegara de Lisboa com uma armada de «6 velas e com 100 homens» a fim de auxiliar o Ntotila contra alguns insurrectos, aproveitara essas contendas para capturar mulheres e crianças, que embarcou à socapa nos seus navios, a fim de as vender em São Tomé. Além disso, embarcara igualmente os padres Rodrigues Anes e António Fernandes, a pretexto de que tinha instruções do soberano português nesse sentido, pelo facto de os dois sacerdotes se encontrarem já há muito tempo no Kongo. D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga viu-se obrigado a deixá-los partir e, ainda por cima, a recompensar Gonçalo Roiz com 1500 manilhas e 150 escravos. Só posteriormente, por informação de Gonçalo Peres, comandante de um navio mercante santomense às ordens do capitão donatário Fernão de Melo, é que o Ntotila viria a saber que o primeiro dos padres que partira com Gonçalo Roiz não tardara a morrer no mar e o outro em Cabo Verde. Soube também que se havia, portanto, perdido as missivas que, por intermédio desses padres, enviara ao rei de Portugal. Mas conseguiu convencer Gonçalo Peres, dando-lhe 20 escravos, a levar ao donatário de São Tomé mais 800 manilhas e 50 escravos, pedindo-lhe que em troca destes lhe enviasse armamento a fim de combater no Kongo os «inimigos da fé cristã». No navio, que depois de São Tomé seguia viagem para Lisboa, embarcaram igualmente um sobrinho do Ntotila e um seu criado, portadores de mais uma missiva para o rei de Portugal. Passado um ano, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga percebeu que fora burlado por Fernão de Melo, o qual não lhe enviou qualquer armamento nem se dignou sequer responder à sua mensagem.

Foi pouco tempo depois destes acontecimentos que chegou a Mbanza Kongo a missão dos 13 frades Lóios chefiada por frei João de Santa Maria. Estes clérigos depressa se desentenderam e, conseqüentemente, não tardaram a abandonar a sua profissão de fé, passando a dedicar-se ao comércio de escravos em nome individual. O mesmo, aliás, aconteceu com os operários e artífices portugueses que haviam chegado com Gonçalo Roiz. Entre eles havia oito pedreiros que não chegaram a construir nenhum edifício, um sapateiro que não confeccionou qualquer sapato e um mestre-escola, Rui Rego, que jamais deu uma aula. Todos aumentaram o número de comerciantes de escravos no Reino do Kongo, país que, como é evidente, se revelava para os Portugueses uma terra propícia para grandes negócios.

Merece igualmente referência a passagem por Mbanza Kongo de um certo Estêvão da Rocha que se dizia «moço da câmara» do rei de Portugal e se apresentava munido de um mandado de captura para Gonçalo Roiz. Alegava que o mandato fora emitido para São Tomé, onde não encontrara o desaparecido Roiz, pelo que o capitão donatário Fernão de Melo o «autorizara» a procurá-lo no Kongo. Acreditando que era efectivamente um enviado do rei de Portugal e que, não havendo, mais uma vez, encontrado quem procurava – o misterioso Gonçalo Roiz, do qual, aliás, não tornou a haver qualquer notícia –, Estêvão da Rocha seguiria para Lisboa, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga confiou-lhe «setecentas manilhas e muitos escravos e papagaios e gatos-de-algália» destinados a D. Manuel I. Também lhe pediu que seguissem no seu navio o seu sobrinho D. Pedro de Castro e outros parentes seus com cartas de recomendação para o soberano português. Ao ver-se a bordo do navio e ao verificar que tudo tinha sido embarcado, Estêvão da Rocha deitou pela borda fora as cartas destinadas ao rei de Portugal e obrigou os Congueses a abandonar a embarcação, quebrando mesmo o

braço a D. Pedro de Castro, que lhe oferecera resistência. Quanto às manilhas, aos papagaios, aos gatos-de-algália e aos escravos, esses foram todos parar a São Tomé.

Pouco tempo volvido, o Ntotila D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga tornaria a ser burlado por outro Estêvão, este de apelido Zuzarte e intitulado-se sobrinho, quer do capitão donatário de São Tomé, Fernão do Melo, quer do próprio monarca português. Logrou levar consigo – para São Tomé, presume-se – inúmeros potes de mel, gatos-de-algália e, evidentemente, escravos.

Finalmente, desgostoso pelo facto de os homens de Fernão de Melo, efectuarem, em pleno território congues, nomeadamente com os Panzalundos, negócios à sua revelia, o Ntotila D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga chegava ao ponto de implorar, em vão, ao rei de Portugal que lhe cedesse as ilhas do arquipélago de São Tomé.

2. O que aconteceu ao embaixador Simão da Silveira e aos seus companheiros?

A carta de D. Afonso I do Kongo de 5 de Outubro de 1514 informa-nos também de qual a sorte que caberia àquele que, supostamente, seria o primeiro embaixador português residente no Reino do Kongo, Simão da Silveira. Ao desembarcar em Pinda, foi recebido pelo ex-mestre-escola Rui Rego. Este havia-se fixado naquele porto da foz do Kongo/Zaire, como intermediário dos comerciantes de São Tomé no tráfico de escravos, desde que, mal visto em Mbanza Kongo pelo Ntotila e pela elite cristianizada por haver infringido as leis da Igreja comendo carne durante a Quaresma, abandonara a capital conguesa. A conversa com Rui Rego deixou Simão da Silveira na dúvida sobre se deveria, de facto, dirigir-se pessoalmente a Mbanza Kongo. O embaixador português acabou por achar preferível enviar em seu lugar ao encontro do Ntotila o médico da expedição. Este emissário não regressaria ao litoral, pois adoeceria na capital. Mas teve tempo de escrever a Simão da Silveira



uma carta a pedir-lhe que subisse a Mbanza Kongo. Com esta missiva, chegou outra do próprio Ntotila, transportada por um primo seu chamado D. João, incitando o embaixador português a que não se demorasse em seguir para Mbanza Kongo, onde era ansiosamente esperado. Simão da Silveira pôs-se a caminho, mas, durante a viagem, morreu subitamente acometido de febres.

Falecido o embaixador de Portugal, pelo menos três dos seus companheiros de expedição reivindicaram a sua sucessão no cargo, e nessa qualidade se apresentaram a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga. Outros, porém, menos ambiciosos ou, porventura, menos afoitos, conseguiram convencer o soberano congolês de que, nos termos da carta credencial e do Regimento, o legítimo sucessor de Simão da Silveira como embaixador residente, em caso de morte, era o feitor de armada, Álvaro Lopes, cujo navio em que viajava, o *Gaio*, se desviara dos outros e ainda não ancorara em Pinda. No entanto não tardou a chegar a Mbanza Kongo alguns dias depois, sendo então nomeado efectivamente residente, pesem embora as tentativas de oposição por parte de Diogo Belo, vigário de São Tomé.

D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga fez embarcar para Lisboa, numa nau e numa caravela provenientes da expedição do malogrado Simão da Silveira, o seu filho D. Francisco e dois sobrinhos para serem educados em Portugal, e ainda 500 escravos. No *Gaio* seguiria para Lisboa, igualmente com um carregamento de escravos, o já experimentado embaixador D. Pedro de Sousa. Ao passarem por São Tomé, D. Francisco e os dois primos ficaram retidos por ordem de Fernão de Melo, só seguindo viagem depois de entregarem os 500 escravos ao voraz capitão donatário, que deles, mais uma vez, dispôs a seu alvedrio. Quanto a D. Pedro de Sousa, não chegou a embarcar, pois alguns clérigos da confiança do capitão de São Tomé e Rui do Rego

conseguiram que o *Gaio* zarpasse sem ele, uma vez embarcados os escravos.

Em Mbanza Kongo, o Ntotila teve de se ausentar, a fim de combater um tal «Munza [...], fidalgo dos Ambundos», que fazia guerra a um dos senhores do reino. Alguns Portugueses acompanharam-no, mas Álvaro Lopes ficou na capital, incumbido de zelar pela ordem. Pela primeira vez eram concedidos a um português os poderes de Regência do Reino do Kongo. Arrogando-se desta circunstância, Álvaro Lopes pôde arrecadar o produto da venda de mais de cem escravos apreendidos a Manuel Cão e ao vigário Diogo Belo, que os tentavam embarcar clandestinamente para São Tomé. Depois do regresso de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, o mesmo Álvaro Lopes não inventariou por escrito, como era sua obrigação, o espólio de guerra. Vendeu por sua conta e em seu proveito próprio 320 escravos de entre os 410 capturados durante a guerra pelos apaniguados do rei e dos 190 capturados pelo seu compatriota João de Estremoz.

Este ganancioso primeiro embaixador residente efectivo do rei de Portugal em Mbanza Kongo depararia, porém, com um opositor. Tratava-se de Diogo Fernandes, o bacharel da embaixada de Simão da Silveira, que, acompanhado do escrivão da armada, só chegara a Mbanza Kongo já durante a ausência do rei, na guerra contra os Mbundu. Também ele não tardou a envolver-se no comércio negreiro e, por esse facto e também movido pela inveja contra Álvaro Lopes, reivindicou para si próprio o estatuto de embaixador residente logo que D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga regressou à capital do reino. Diogo Fernandes não obteve o apoio do Ntotila, mas conseguiu-o do donatário de São Tomé, Fernão de Melo, que não tardara a reagir contra Álvaro Lopes, enviando a Mbanza Kongo ordens a um certo frei Nuno, homem da sua confiança, no sentido de convencer D. Afonso I a nomear corregedor o despeitado

bacharel. Não tardou, então, a suceder-se uma violenta campanha, movida pelos Santomenses, contra Álvaro Lopes, que se viu publicamente acusado de ladrão por Diogo Fernandes, sendo também por ele fisicamente agredido em diversas ocasiões. Mas foi Álvaro Lopes quem acabou por assassinar Diogo Fernandes, apunhalando-o e refugiando-se depois numa igreja.

Os Santomenses não hesitaram em exigir de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga a cabeça de Álvaro Lopes, mas o soberano do Kongo mostrou-se solidário para com o desventurado residente português. Ordenou que Álvaro Lopes fosse levado para São Tomé e aí escondido dentro de outra igreja, para que não perdesse o privilégio do coito, que o preservava dos seus inimigos.

O interesse da narração de todas estas intrigas reside apenas no facto de evidenciarem a importância que os interesses privados no lucro obtido no comércio negreiro, nestes primeiros 15 anos do século XVI, já assumia para os Portugueses instalados no Reino do Kongo, fossem eles oriundos de Portugal ou de São Tomé.

A presença destes Portugueses e a adesão do soberano do Kongo ao Cristianismo não podia deixar de interferir na socialização dos espaços urbanos, desde logo o da capital, Mbanza Kongo. Contudo, pese embora a emergência no Kongo de novas linhagens comerciais que lucraram com o comércio negreiro, a base da economia conguesa continuava a ser a agricultura. Nas periferias dos espaços urbanos, atrás do recinto amuralhado, mantinham-se os camponeses, produtores dos cereais mais consumidos pela classe dominante: o massango (sorgo) e a massambala, em «grãos de várias espécies». Sobre eles pagavam tributos a senhores feudais residentes dentro e fora da cidade. Mostra-o, ainda que 90 anos depois da conquista do poder por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, o embaixador português Duarte Lopes na sua *Relação do Reino do Congo e das*

*Terras Circunvizinhas*, num texto onde se evidencia que, apesar de tudo, o Ntotila e os seus dignitários conservavam a sua soberania e os Portugueses nunca deixaram de se considerar estrangeiros nem de ser tratados como tal pelos Congueses:

A cidade [de Mbanza Kongo] está posta numa esquina ou ângulo ao sul daquele cume de montanha; a qual el-rei D. Afonso, o primeiro cristão, cercou de muros, dando aos Portugueses separadamente o seu lugar, vedado com muros, e deixando no meio destes dois haréns um grande espaço, onde foi construída a igreja principal com o seu terreiro defronte; e as portas, assim como das casas como das habitações dos Portugueses, avistam o lado da dita igreja; e no princípio do terreiro moram alguns senhores, grandes da corte; e nas traseiras da igreja o terreiro acaba numa rua estreita, que tem uma porta, passada a qual há muito casario da banda do levante. Fora destas muralhas, em que estão contidos os paços reais e a cidade dos Portugueses, muitas outras casas se topam de senhores diversos: cada um tomando desordenadamente o sítio que lhe parece bem, para residir junto à corte, de maneira que se não podem determinar a extensão desta cidade para lá dos dois circuitos de muralhas, sendo toda esta campina cheia de quintas e de palácios: qualquer senhor em seus prédios se enclausura como num bairro. O circuito dos Portugueses abraça obra de uma milha, e outro tanto os paços de el-rei; as muralhas são muito grossas; não se fecham as portas de noite e nem sequer estão guardadas [*sic*].

A Corte do Ntotila ocupava, portanto, uma área que excedia os dois quilómetros e meio – uma milha corresponde, aproximadamente, a cerca de 1603,3 metros – e o espaço onde se moviam os Portugueses outro tanto. Instalados num bairro de Mbanza Kongo contíguo ao centro de decisão política e à zona habitacional dos aristocratas Congueses, estes Portugueses mostrar-se-iam sempre refractários à vinda de qualquer representante do rei de Portugal que zelasse pelos interesses públicos.

## CAPÍTULO VI

# **Desavenças entre o Reino do Kongo e Portugal no século xvi e a penetração do tráfico de escravos no Reino do Ndongo**



# Cronologia

- 1519 (18 de Novembro)** - Alvará de D. Manuel I de Portugal reservando o comércio com o Kongo aos navios da Coroa portuguesa. A partir de então, o tráfico clandestino português estende-se pelo corredor do rio Kuanza.
- 1520 (16 de Fevereiro)** - D. Manuel I de Portugal lavra, em Évora, o Regimento de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro, primeiros embaixadores portugueses ao Reino do Ndongo (ou «de Angola»).
- 1526 (15 de Outubro)** - Baltasar de Castro, que permanecera prisioneiro do Ngola Inene durante seis anos, é libertado e escreve uma carta a D. João III de Portugal assegurando que não existe prata em Angola.
- 1532 (15 de Fevereiro)** - Carta de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga do Kongo a D. João III de Portugal, onde é referido por escrito o «Reino de Angola» ou «dos Ambundos» como vassalo do Reino do Kongo.
- 1534 (3 de Novembro)** - Criação do Bispado de São Tomé. Início do regime das capitanias donatárias no Brasil.
- 1540** - A Companhia de Jesus, fundada em 1534, é reconhecida por Bula Papal de Paulo III e introduzida em Portugal com o beneplácito entusiástico de D. João III.
- 1545** - Data provável da redacção da relação de viagem à ilha de São Tomé do Piloto Português anónimo.
- 1546** - Eventual fundação de uma feitoria portuguesa em Benguela (-a-Velha), futuro Porto Amboim.
- 1548 (18 de Março)** - Chegada ao Kongo da primeira Missão Jesuíta. Os três padres que a constituem tornam-se, em pouco tempo, comerciantes de escravos.
- 1549 (Dezembro)** - Segunda Embaixada a Portugal do padre mestiço congues Diogo Gomes, futuro jesuíta Cornélio Gomes.
- 1550/1560 (c.)** - Tomé de Sousa é nomeado primeiro governador do Brasil (1549-1553). Segundo Miller, «homicídio» do último Kinguri, na ilha de Mbola na Kasaxe, no Alto Kuanza.
- 1553** - O padre Cornélio Gomes regressa ao Kongo, liderando a segunda Missão Jesuíta.
- 1555** - O Ntotila D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi expulsa do Reino do Kongo a maioria dos Portugueses aí residentes. - Controvérsia de Valladolid, na qual os eclesiásticos portugueses primaram pela ausência e onde se convencionou que os índios americanos tinham alma, mas não os negros africanos.

**1556** – Batalha do Dande, entre os Bakongo do Reino do Kongo e os Mbundu do Reino do Ndongo, ambos auxiliados pelos Portugueses. Os Mbundu saíram vencedores, adquirindo o Reino do Ndongo a sua autonomia política.

**1558** – Chegada a Lisboa da embaixada do Ndongo – no reinado do Ndambi-a-Ngola – enviada nove anos antes pelo Ngola Inene e até então retida em São Tomé.

**1559 (20 de Dezembro)** – Instrução Régia nomeando Paulo Dias de Novais embaixador do rei de Portugal junto do «rei de Angola».

**1560 (3 de Maio)** – Embaixada de Paulo Dias de Novais fundeia na Barra do Kuanza. – (final do ano) – Paulo Dias de Novais, acompanhado de Jesuítas, nomeadamente do padre Francisco de Gouveia, fica prisioneiro do Ndambi-a-Ngola durante cinco anos.

**1564 (Outubro?)** – Incêndio de Kabasa, a capital itinerante do Ngola, descrito numa carta do padre Francisco de Gouveia, de 1 de Novembro, ao padre Diogo Mirão.

**1565 (meados do ano)** – Libertação inexplicável de Paulo Dias de Novais pelo Ndambi-a-Ngola.

**1567 (finais do ano)** – Chegada a Portugal de Paulo Dias de Novais, que daí em diante tudo diligenciará para conseguir obter uma capitania donatária em Angola.

# **1 - O crescente atractivo do «Reino de Angola» para os Portugueses**

O neologismo *Angola* deriva, evidentemente, de *ngola*, e tanto pode provir do aportuguesamento da consoante nasal *n*, gerando o prefixo *an*, conforme a interpretação corrente, como da contracção da preposição kimbundu *a* – que une o nome ao seu complemento, correspondendo ao português *de* – com o substantivo *ngola*, pelo que *a-ngola* designaria uma ou diversas pessoas relacionadas com o *ngola*, fossem os seus detentores ou titulares, isto é, os monarcas mbundu, fossem os seus súbditos.

A apreciação das relações entre o Reino do Ndongo (ou dos Ambundos ou «dos Ngola» ou «de Angola») com Portugal e com os Portugueses ao longo da primeira metade do século xvi deve ser feita tendo em conta duas dimensões: a formal (ou pública) e a informal (ou privada). A primeira, a formal, diz respeito a relações diplomáticas tuteladas oficialmente pelo Ngola e pelo rei de Portugal, salvaguardando os interesses públicos de ambos os Estados. A segunda, a informal, prende-se com a presença no Reino do Ndongo de indivíduos que, sendo súbditos do Reino de Portugal, operavam em território mbundu a título particular e de modo frequentemente clandestino. Em ambos os casos, os interesses comerciais mbundu e portugueses, ligados sobretudo ao tráfico negreiro e legitimados pela evangelização, estavam sempre presentes. E em ambos os casos os intervenientes procediam a estratégias de sigilo.



## **a) Como D. Manuel I tomou conhecimento do Reino do Ndongo antes de 1520**

Não é improvável que os primeiros contactos informais estabelecidos pelos Portugueses com os Estados Mbundu datem já do tempo das viagens de Diogo Cão, isto é, dos anos de 1480. Desde que há Portugueses residentes no Reino do Kongo que é admissível que alguns deles se deslocassem ao território do seu então vassalo a sul do rio Dande, o Reino do Ndongo, a fim de aí efectuarem transacções comerciais lucrativas. Tais viagens terão, porventura, tido como destinos iniciais as ilhas e a baía de Luanda e a Barra do Kuanza – então designada pelos Portugueses por «foz do Rio de Angola» –, locais propícios ao embarque clandestino de escravos.

O documento escrito mais remoto a dar testemunho da antiguidade das relações comerciais informais entre Portugueses e Mbundu, intitulado «Relação da Costa da Guiné», é de autor anónimo e data já de 1607:

[...] o comércio de Angola se descobriu desde o tempo de El-rei D. João o segundo, posto que com pouca frequência. E neste tempo o rei de Angola era amigo e quase súbdito do rei do Congo e lhe mandava cada ano seu tributo, em modo de presentes, e com sua licença iam os portugueses negociar à ilha de Luanda, que é nos confins de ambos os reinos [*sic*].

O autor deste texto designa o Ngola, soberano do Ndongo, por «rei de Angola», utilizando o já então banalizado aportuguesamento do seu título de realeza e aplicando-o impropriamente ao território. O mesmo «rei de Angola» é aqui nitidamente apresentado como vassalo do «rei do Congo». O Ngola não teria ainda, portanto, no início do século XVII, autonomia política em relação a Mbanza Kongo e pagaria um tributo ao Ntotila. Mas o mais interessante é o facto de o texto situar estas primeiras deslocações de Portugueses à Ilha de Luanda durante o reinado de D. João II de Portugal, num período que medeia

entre as viagens de Diogo Cão e 1495, data da morte daquele rei.

Ilídio do Amaral articula este documento anónimo com outro que lhe é anterior em cerca de um século: o alvará de D. Manuel I de 13 de Novembro de 1504, onde este monarca português proíbe aos seus súbditos a navegação e a cartografia para lá do «rio de Manicongo», isto é, para sul do rio Kongo/Zaire. Além da política de sigilo, por detrás destas determinações de D. Manuel I estão igualmente compromissos diplomáticos com o soberano do Kongo. D. Manuel I já se confrontava, ao tempo, com os mesmos problemas que, dez anos depois, se espelhariam na carta D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga de 5 de Outubro de 1514: os abusos dos comerciantes privados portugueses, sobretudo os sediados em São Tomé ou naturais deste arquipélago, que prejudicavam os Congueses com uma concorrência desleal no resgate de escravos.

A 18 de Novembro de 1519, D. Manuel I, sem dúvida que cedendo às súplicas do seu homólogo congues, promulga outro alvará, desta vez reservando o comércio com o Kongo aos navios da Coroa portuguesa e vedando-o aos navios particulares dos seus próprios súbditos e dos moradores de São Tomé. É a partir de então que os comerciantes de São Tomé e os Europeus instalados no Kongo vão multiplicar os seus esforços na busca de lugares a sul do rio Dande, a fim de aí realizarem os seus negócios, à revelia do rei de Portugal e do rei do Kongo. Um desses lugares era a Ilha de Luanda.

No tocante à Ilha de Luanda (ou Muazanga), D. Manuel I parece ter tido igualmente a preocupação de «formalizar» ou «oficializar» a prematura coexistência de comerciantes portugueses com os dignitários do *nkuruntu* do Ntotila e com os pescadores mbundu súbditos do Ngola. É o que transparece numa informação duvidosa fornecida já em 1620, pelo negreiro português Garcia Mendes Castelo

Branco, e empolada, quer no século XIX por Luciano Cordeiro, quer no século XX por Ralph Delgado. Segundo essa informação, D. Manuel I teria doado em 1512, a um criado seu, uma feitoria portuguesa já existente na Ilha de Luanda. Doação nebulosa, pois além de ser impossível doar o que não se tem – e, pesem embora os padrões já espalhados pela costa africana ocidental por Diogo Cão, não era reconhecido ao tempo pela Santa Sé a Portugal qualquer Direito de Padroado a sul do rio Kongo/Zaire –, violaria os princípios da política de sigilo preconizados pelo mesmo monarca no alvará de 1504.

Não menos nebulosas são as vias através das quais o mesmo rei D. Manuel I tomou conhecimento, antes de 1520, quer da existência do Estado mbundu do Ndongo e do seu soberano, o Ngola, quer do mito segundo o qual, na mesma região a sul do Dande, proliferariam valiosas minas de prata. Não existe qualquer texto escrito coevo que o documente. Nenhuma carta do Ntotila recebida por D. Manuel I refere os Mbundu ou o Ngola. Só a 15 de Fevereiro de 1532, numa missiva dirigida a D. João III, sucessor de D. Manuel I, é que D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga inclui pela primeira vez entre os seus domínios, como se fora seu vassalo, um certo «Reino de Angola».

Os escreventes de língua portuguesa que secretariavam D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga em Mbanza Kongo já haviam aderido às corruptelas «Ambundos» e «Reino de Angola». Mas como é que, muito antes disso, chegaram essas expressões a D. Manuel I, que as utiliza no Regimento de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro, em 1520?

Uma resposta aceitável a esta questão encontra-se num documento britânico muito posterior, de 1625, o *Purchas his Pilgrims*, publicação de Londres que incluía os relatos das aventuras de Andrew Battel, marinheiro inglês que comercei escravos na região do Kongo entre 1589 e 1616. Segundo Battel, um emissário do Reino do Ndongo – não se

sabe se era um português, como já se tem especulado, ou um kimbundu, que é a hipótese mais provável – ter-se-á deslocado em 1504 a Mbanza Kongo e terá oferecido ao então Ntotila, D. João I Nzinga-a-Nkuvu, «alguns braceletes de prata» com o pedido de que fossem entregues ao rei de Portugal, solicitando-lhe da parte do seu soberano, o Ngola Inene, o envio de missionários a fim de se converter ao Cristianismo.

O Reino do Ndongo, cuja capital, Cabasa (ou Kabasa), obedecendo ao modo de subsistência da agricultura de pousio, era itinerante, deslocando-se sazonalmente algures entre a margem norte do Kuanza e o Médio Lukala, encontrava-se neste período em processo de ruptura com a aliança linhageira – ou de «vassalagem», segundo a designação portuguesa – outrora estabelecida com o Kongo. Mercê das relações comerciais, baseadas no tráfico de escravos, que alguns Portugueses, à revelia das orientações oficiais do rei de Portugal e do rei do Kongo, foram estabelecendo com os Mbundu a partir da baía de Luanda e ao longo do corredor do Kuanza, foi o Ngola Inene, à semelhança do que já acontecera com o Ntotila do Kongo, tomando conhecimento das vantagens do lucro comercial adveniente deste tráfico. Assim como das vantagens da adesão ao Cristianismo, fundamento para reforçar o seu poder, quer face aos sobados a si submissos, quer face à permanente ameaça hegemónica do Kongo.

Assim se explica que em 1504 o Ngola Inene enviasse um emissário ao seu suserano do Kongo a fim de, por intermédio deste e pela oferta de braceletes e de manilhas de prata, solicitar ao rei de Portugal um contacto diplomático. Dez anos depois, em 1514, o Ngola Kiluanji kia Samba, presumível sucessor do Ngola Inene, terá expedido embaixadores a Lisboa, embarcados em navios santomenses, pedindo ao rei D. Manuel I o envio de sacerdotes cristãos para o Reino do Ndongo. Tais emissários jamais desembarcariam na capital portuguesa,

pois ficariam retidos em São Tomé por ordens do implacável Fernão de Melo. No entanto, uma das inúmeras embaixadas de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, faria chegar ao rei de Portugal objectos de prata de 1504.

O futuro demonstraria que a prata de que eram feitas estas manilhas não era proveniente de minas situadas em território angolano. A sua verdadeira origem permanece um mistério, mas não é difícil alvitrar que se situasse muito mais a leste, em territórios de Estados africanos com os quais o Reino do Ndongo – presumivelmente existente desde o século XIII – mantivera relações comerciais antes do século XVI.

Estes acontecimentos apressaram D. Manuel I a enviar a primeira embaixada portuguesa ao Reino do Ndongo: a de Manuel Pacheco e de Baltasar de Castro, em 1520. Mas o que é que levou o rei de Portugal a responder tão pressurosamente ao pedido de estabelecimento de relações diplomáticas, a pretexto de evangelização, com este Estado africano, solicitado pelo seu soberano, o Ngola? Outra coisa não foi, evidentemente, senão o engodo da prata e das propaladas jazidas argentíferas.

O objectivo era fazer face à dramática situação de endividamento em que o Estado português já mergulhara no reinado de D. João II, que atravessaria o de D. Manuel I e se revelaria tragicamente irreversível nos de D. João III e de D. Sebastião. Como bem o estudaram os historiadores portugueses João Lúcio de Azevedo, Fortunato de Almeida e Vitorino Magalhães Godinho e inteligentemente o notou Ilídio do Amaral, se D. João II, O Príncipe Perfeito, já morreu endividado, o reinado de D. Manuel I, o Venturoso, ficou marcado por um descalabro financeiro do qual Portugal jamais se recomporia. Apesar do afluxo dos metais preciosos do Oriente e da baixa do valor intrínseco da moeda, a Coroa portuguesa persistia na política de enfraquecimento monetário, através da desvalorização e da inflação. No reinado de D. João II e no início do de D.

Manuel I, as moedas de ouro e de prata eram importadas da Europa Central, sobretudo da Alemanha, através dos portos de Antuérpia e de Amesterdão, e pagas em especiarias. Posteriormente, depois da descoberta, pela Espanha, das minas de ouro e prata do México e do Peru, violentamente arrebatadas aos impérios Asteca e Inca por Hérnan Cortés e Francisco Pizarro durante as décadas de 1520 e 1530, o principal fornecedor de Portugal passaria a ser a praça de Sevilha. Tal, porém, revelava-se insuficiente para fazer face às despesas do Estado e aos investimentos elevados na exploração dos territórios ultramarinos, cuja relativa soberania portuguesa era legitimada, quer pelo Tratado de Tordesilhas (1494), quer pelas bulas papais.

A Coroa portuguesa tinha de recorrer a contratos com entidades privadas, negócios que acentuavam o desequilíbrio orçamental do Erário Régio. O recurso à intervenção de privados justifica, por exemplo, a discricionariade que era atribuída aos capitães donatários de São Tomé e, a partir de 1534, do Brasil. No entanto, no caso santomense, em 1522, uma das primeiras medidas tomadas por D. João III foi suprimir o regime de capitania donatária: João de Melo, filho do truculento Fernão de Melo, foi acusado de corrupção e expulso da ilha de São Tomé, sendo substituído por um governador nomeado pelo rei para gerir o arquipélago em nome da Coroa. Ainda que mantendo em São Tomé o regime de enfiteuse, D. João III chamava a si, em certa medida, os lucros provenientes da monocultura açucareira santomense para fazer face à situação deficitária do Estado português. Os mesmos desígnios tinham orientado, dois anos antes, o seu pai e antecessor, D. Manuel I, ao lavrar o Regimento de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro. O Rei Venturoso pretendia, assim, obter por meios pacíficos e diplomáticos a putativa prata do Reino do Ndongo. Em alternativa não desdenhava, como veremos, o comércio do marfim e, evidentemente, o dos escravos.

## **b) O Regimento de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro de 1520**

### **l) As determinações do Regimento**

O Regimento foi lavrado em Évora a 16 de Fevereiro de 1520 e começa por informar, nas primeiras linhas, ser Manuel Pacheco escudeiro e fidalgo da Casa Real e Baltasar de Castro um criado do próprio D. Manuel I. Manuel Pacheco seguiria na qualidade de capitão e Baltasar de Castro na de escrivão da expedição e do navio que fretariam em Lisboa e que, nos termos do documento, deveria proceder ao «descobrimento do reino de Angola até ao Cabo da Boa Esperança» [sic]. D. Manuel I propunha-se, portanto, caso a expedição de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro viesse a ter êxito, quebrar a política de sigilo, porquanto agora preconizava o «descobrimento» de territórios africanos até então interditos pela Coroa portuguesa de serem cartografados.

Um documento igualmente lavrado por D. Manuel I permite perceber que Baltasar de Castro já estivera no Kongo quatro anos antes, acompanhando o padre Rui de Aguiar, vigário de São Tomé, encarregado de «negócios e alguns presentes para serviço da casa de el-rei D. Afonso e da rainha sua mulher» [sic]. A experiência africana anteriormente adquirida por Baltasar de Castro explica talvez os motivos pelos quais o seu soberano o encarregava, neste Regimento de 1520, de uma missão bem mais arriscada do que aquela que cabia ao seu companheiro e superior na missão diplomática.

D. Manuel I, obnubilando aparentemente as finalidades económicas da embaixada, começava por deixar explícito que o seu principal «fundamento» era o de «fazer com que el-rei de Angola se faça cristão, e assim a gente de sua terra, [tal] como [já o] é el-rei do Congo, porque somos informados que o deseja, e que vieram já seus embaixadores ao Congo declarando que o deseja ser» [sic],

pelo que Manuel Pacheco - é a ele que o texto do Regimento é dirigido - começa por ser encarregado de solicitar ao feitor de Lisboa que lhe dê, para levar, «pertences e mercadorias e ornamentos para celebrar missa» [sic].

Uma vez chegados ao Kuanza, Manuel Pacheco procuraria reféns a fim de garantir que Baltasar de Castro desembarcasse em segurança na companhia de um intérprete, o *língua*, e se dirigisse à Corte do «Rei de Angola» para lhe comunicar da chegada da embaixada do rei de Portugal e das suas intenções evangelizadoras. Todos, inclusive o capitão Manuel Pacheco, eram obrigados a permanecer a bordo até que o escrivão Baltasar de Castro regressasse ou, em alternativa, avisasse por carta de que o Ngola estava interessado em receber o baptismo. Enquanto tal não acontecesse, era permitido a Manuel Pacheco receber cordialmente a bordo qualquer africano, sendo, no entanto, manifestamente proibido tratar mal os reféns ou efectuar resgates, isto é, capturas ou compras de escravos. Mas, logo que recebesse boas notícias, deveria Manuel Pacheco partir ao encontro do Ngola, deixando o navio ao cuidado do piloto, e levando consigo o sacerdote vindo de São Tomé e também «alguma coisa de presente [...] para amostra» [sic]. Teria então de usar da maior precaução na entrevista com o soberano do Ndongo, limitando-se a transmitir-lhe que a sua missão mais não era do que uma resposta do rei de Portugal às diversas embaixadas que o Ngola mandara ao rei do Kongo solicitando homens brancos e padres para se tornar cristão.

O Regimento lavrado por D. Manuel I abria, a partir daqui duas hipóteses. Na primeira, a de o Ngola aceder a converter-se ao Cristianismo, Manuel Pacheco mandaria então buscar ao navio os restantes presentes, os mais valiosos, que o rei de Portugal lhe enviava, «com as maiores palavras de amor e amizade» [sic]. Nesse caso, um



clérigo de São Tomé e dois letrados da Mina deveriam permanecer na Corte do Ngola, assim como outros Portugueses e «todas as coisas da igreja», as quais Baltasar de Castro inventariaria por escrito. Curiosamente, D. Manuel I acrescentava a Manuel Pacheco uma ordem para que insistisse com o Ngola no sentido de, à semelhança do que já acontecia com o Kongo desde havia perto de 40 anos, enviasse a Portugal «um filho ou sobrinho para cá aprender e tomar os costumes [...], e assim outros dois ou três filhos desses homens principais que na terra houver» [sic].

Na hipótese inversa, a de o Ngola não querer tornar-se cristão, Manuel Pacheco deveria insistir nesse sentido, com a colaboração do clérigo, antes de pedir ao soberano do Ndongo licença para regressar, mas sem que nunca se desviasse do discurso oficial segundo o qual a sua presença era meramente evangelizadora. Todavia, neste ponto do texto, o monarca português aconselhava o seu embaixador a aproveitar a ocasião para, discretamente, dar a entender ao Ngola qual era afinal o verdadeiro objectivo da missão: os minérios e o comércio de marfim e escravos. Assim, escrevia D. Manuel I:

Carregando vós o dito rei de Angola o navio de escravos e marfim ou metais, parece-nos que não deveis passar por diante, e que deveis regressar com a dita carga e dar conta do que achais. E se o dito navio puder trazer mais escravos [do que] aqueles que o dito rei nos enviar, até à ilha [de São Tomé], trareis aqueles que mais couberem no navio; e isto será quando [enquanto] houver mercadoria nossa para resgatar por [cambiar com] eles, e deles nos pagarem o meio os que os trouxeram, o qual se pagará até à ilha [de São Tomé] [sic].

Na hipótese de seguirem para o Cabo da Boa Esperança, havendo saído do Ndongo de mãos vazias, Manuel Pacheco e Baltasar de Castro passariam a pente fino a costa ocidental africana na busca de outro soberano africano que estivesse disposto a receber a fé cristã. A ele, acrescentava

o rei de Portugal, «dareis os ornamentos que levais da igreja, e deixareis aí o clérigo; e carregareis o navio de escravos e marfim, e metais, se os houver» [sic]. Mantinha-se, portanto, o objectivo da aquisição dos metais preciosos e do escambo das mercadorias portuguesas por escravos e marfim, do mesmo modo que os embaixadores deveriam entregar a este outro rei a mesma mensagem destinada ao Ngola, ainda que «emendando-se naquela parte que for necessário» [sic], ou seja, introduzindo-se nela as necessárias adaptações.

Mas D. Manuel I também previa a possibilidade de os seus embaixadores regressarem do Cabo da Boa Esperança «de vazio». Nesse caso, o Kongo e São Tomé seriam sempre um último recurso para a obtenção de lucros, pois Manuel Pacheco e Baltasar de Castro passariam pelo Kongo e entregariam ao Ntotila:

[...] o presente que levais, e fareis por trazer a melhor carga que puderdes: e ireis com ela à dita ilha de São Tomé e daí ao Reino [de Portugal] na maneira que dito é; e, não vos dando carga em abastança tomareis peças de partes e meio, segundo o costume, e vos vireis à dita ilha resgatando por peças, marfim e mercadorias que vos sobejarem [sic].

Por fim, admitindo que o Regimento não fosse integralmente cumprido, o rei de Portugal preconizava que a viagem se fizesse directamente para o Cabo da Boa Esperança e de lá, decerto aproveitando os ventos, seguissem os expedicionários para Angola. Neste caso, deveriam «descobrir» uma angra chamada S. Brás, onde Baltasar de Castro permaneceria e receberia posteriormente, por esse serviço, uma importância correspondente ao seu ordenado anual e ainda algumas mercês.

## II) Os destinos de Manuel Pacheco e de Baltasar de Castro

Esta primeira embaixada de Portugal no Reino do Ndongo viria, contudo, a revelar-se um fracasso. Baltasar de Castro desembarcou, de facto, no Kuanza nesse mesmo ano de 1520 e, em obediência às instruções que recebera, dirigiu-se à Corte do Ngola Inene, com quem efectivamente se avistou. O soberano kimbundu acabou por recusar converter-se ao Cristianismo, e disso deu Baltasar de Castro participação num relatório a Manuel Pacheco, que partiria para o Kongo, deixando o companheiro cativo do rei do Ndongo. Mas permanecem mal explicadas as razões da recusa do Ngola em receber o baptismo. Ralph Delgado admite a hipótese de os dois embaixadores não terem conseguido recrutar nenhum padre em São Tomé, devido à habitual desobediência às ordens régias por parte dos moradores locais. Baltasar de Castro ter-se-ia apresentado em Kabasa sem nenhum clérigo com competência para baptizar o Ngola e os seus dignitários. Mas Ralph Delgado parece esquecer a letra de outro documento por ele próprio consultado, o único existente a deixar informações, ainda que ténues, acerca do destino que levou a missão diplomática portuguesa de 1520.

Trata-se de uma carta de Baltasar de Castro para o sucessor de D. Manuel I no trono de Portugal, D. João III, datada de Mbanza Kongo, de 15 de Outubro de 1526, isto é, de seis anos depois da data do Regimento. Segundo esta carta, o escrivão seguira, seis anos antes, para a capital do Ndongo acompanhado de um clérigo – não é provável que fosse o requestado vigário Rui de Aguiar – e o Ngola, inicialmente, aceitara o baptismo. Mas veio depois a renegá-lo, mercê de intrigas espalhadas por um enviado do Kongo. Foi na sequência destes acontecimentos, aliás assaz mal contados, que o Ngola Inene retardou a partida de Baltasar de Castro e o aprisionou. Na interpretação de Ralph Delgado, Baltasar de Castro parece ter tido esperanças, durante o período do seu cativeiro, de que chegasse a haver um entendimento entre o rei de Portugal

e o Ngola Inene, pois este enviara a Lisboa um emissário a insistir no pedido de eclesiásticos. Tal emissário, porém, voltou meses depois a Kabasa sem ter conseguido sequer embarcar para São Tomé, e viu-se, por isso, condenado à morte pelo Ngola.

Só ao fim de seis anos, em 1526, é que Baltasar de Castro se decidiria a apelar por carta para o rei do Kongo. Nessa época, o seu antigo companheiro Manuel Pacheco residia em Mbanza Kongo na qualidade de Corregedor, primeiro representante do rei de Portugal junto da comunidade portuguesa. A sua presença junto do Ntotila, assim como o cargo que desempenhava, são testemunhados pelo próprio D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, em carta dirigida a D. João III de Portugal a 25 de Agosto de 1524. Em resposta ao apelo de Baltasar de Castro, o Ntotila enviou um emissário especial ao Ngola e este libertou o desventurado escrivão, que chegaria a Mbanza Kongo, a 30 de Setembro de 1526, andrajoso e debilitado. Duas semanas depois, a 15 de Outubro, ainda em Mbanza Kongo, Baltasar de Castro redigia a carta que endereçaria ao rei de Portugal.

Nesta carta, Baltasar de Castro lamenta ter sabido, ao chegar a Mbanza Kongo, que por ordem de D. João III a sua fazenda havia sido toda apreendida, apesar dos serviços prestados por ele «com muita verdade e lealdade» ao rei português anterior, D. Manuel I. Com esta queixa, Baltasar de Castro demonstra que, antes de partir para o Reino no Ndongo, exercera actividade comercial em Mbanza Kongo. Por outro lado, Baltasar de Castro informa que as notícias propagadas acerca das minas de prata no «Reino de Angola» seriam falsas, pois ele, ao fim de seis anos a viver naquela terra, não vira nenhuma. Acrescenta ainda que tudo o que pudera saber de outros já transmitira por intermédio de Manuel Pacheco. Através desta informação, é possível pressupor que Manuel Pacheco conseguiu partir para Lisboa entre 1524 e 1526, embora voltando ao Kongo

mais tarde, em 1531. Ainda sobre Baltasar de Castro, presumimos que tenha regressado a Lisboa depois de 1528. Viveria muitos anos, pois dele obteve Damião de Góis importantes informações para as suas crónicas, publicadas em 1566 e em 1567.

Quanto a Manuel Pacheco, sabe-se, através da carta de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga para D. João III de 25 de Agosto de 1524, que nesse mesmo ano ainda estava no Kongo como Corregedor. Nessa carta relata-se o desembarque, no ano anterior, de um navio corsário francês no porto do «Sonho» (Soyo). Por ordem do Ntotila, foi imediatamente atacado pela nau de um tal Afonso Torres e por um caravelão, embarcações tripuladas por homens armados congueses e Portugueses sob o comando... do Corregedor Manuel Pacheco! Este navio francês em costas africanas sete anos antes da criação das capitanias donatárias no Brasil para exploração do pau-brasil e do açúcar e 16 anos antes da nomeação de Tomé de Sousa como primeiro governador-geral do Brasil - a fim de impor a ordem entre os capitães donatários desavindos -, tratava-se, provavelmente, ainda de um simples observador. Todavia indiciava que Francisco I de França (reinado 1515-1547), em contestação ao Tratado de Tordesilhas (1494), já incentivara, nas costas brasileiras, que já era o destino da grande maioria dos escravos embarcados no Kongo, o curso aos navios transportadores do pau-brasil e mais tarde dos proventos da indústria açucareira.

O veleiro corsário, bem artilhado, escapou aos perseguidores. Foi possível aos Congueses e aos Portugueses capturar 11 espiões franceses que tinham ficado em terra, um dos quais «padre de missa». Em Dezembro de 1523, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga deportou para São Tomé, de onde seguiriam para Lisboa, nove de entre os 11 prisioneiros Franceses. Mas, na carta que escreveu ao rei de Portugal em Agosto do ano seguinte,

solicitava a D. João III que o deixasse ficar com os dois restantes, pois um era um carpinteiro experimentado e o outro mestre-escola. Surpreendentemente, 30 anos depois da embaixada de Rui de Sousa, não havia em Mbanza Kongo nenhum carpinteiro nem nenhum mestre-escola portugueses. A resposta de D. João III foi afirmativa, mas morosa, pois só chegaria a Mbanza Kongo em finais de 1529.

Presumimos que Manuel Pacheco tenha ido, entretanto, a Portugal e regressado ao Kongo em 1531, pois numa carta de 28 de Março de 1536 afirma residir em Mbanza Kongo há cinco anos, desde que, depois de haver sido Corregedor, fora nomeado para um cargo judicial mais importante em representação do rei de Portugal, o de Ouvidor. E informa que, para grande desagrado de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, chegara a Mbanza Kongo, por ordem de D. João III, um prospector de minas de cobre, Rui Mendes, acompanhado de alguns operários e fundidores. Os mesmos não tardariam a ser expulsos do Kongo pelo Ntotila. Aliás Manuel Pacheco não esconde o descontentamento do soberano congues com a aliança com Portugal, descontentamento que, de resto, já vinha de 1514. A ruptura das relações entre os dois Estados ocorreria efectivamente duas décadas depois, já no reinado de D. Diogo I Nkumbi-a-Mpudi.

Mas até 1540, data em que regressou a Portugal – o mesmo ano em que a Companhia de Jesus, fundada seis anos antes por Inácio de Loyola, era reconhecida por Bula papal de Paulo III e logo introduzida em Portugal com o beneplácito entusiástico de D. João III –, a dois anos da morte de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, Manuel Pacheco representaria no Kongo uma minoria de Portugueses, residentes em Mbanza Kongo, mas ao serviço das determinações de Lisboa, que pretendia desesperadamente persistir nessa aliança. Diferentes destes eram os comerciantes a título privado, quer os santomenses, quer

os outros Portugueses cada vez mais enraizados nos lugares mais recônditos do Reino do Ndongo ou, como já vinha sendo conhecido, de Angola.

### **c) Declínio das relações amistosas do Kongo com Portugal (1529-1542)**

Como decorreriam as relações de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, ao longo dos últimos 13 anos do seu reinado – entre 1529 e 1542 –, com D. João III, rei de Portugal?

Podemos, desde já, adiantar que pessimamente. Os principais factores deste descalabro diplomático encontram-se, aliás, na política negligente do monarca português em relação ao Kongo. D. João III herdara um Estado deficitário que lhe exigiu violentas restrições orçamentais, as quais redundariam no abandono da maioria das possessões portuguesas do Norte de África – à excepção de Ceuta e de Tânger, no estreito de Gibraltar, e do Presídio de Mazagão, na costa atlântica –, sem prejuízo da manutenção de São Tomé como intermediário comercial inevitável com o Reino do Kongo. Além disso, há que assinalar que é no reinado de D. João III que aumentam abruptamente as expectativas portuguesas nos lucros advenientes da produção açucareira do Brasil e que, conseqüentemente, a redução do Kongo e de Angola ao papel de meros fornecedores de escravos, à escala internacional, para as plantações americanas se consolidaria de forma definitiva para os três séculos seguintes.

D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga parecia prever esta realidade e temos de reconhecer que, à sua maneira, embora em vão, tudo tentou fazer para que, na qualidade de principal exportador de mão-de-obra servil, o Kongo se impusesse na economia internacional e conseguisse que os escravos que exportava chegassem directamente ao continente americano, sem necessidade de intermediários, gerando maiores lucros para o Estado congês. O principal

obstáculo a transpor era o tampão de São Tomé, cujos donatários e moradores embargavam sistematicamente as mercadorias provenientes do Kongo, chegando mesmo muitos pilotos dos navios santomenses ao ponto de recusar embarcar em Pinda os escravos vendidos pelo Ntotila. Alegavam descaradamente que as embarcações já se encontravam pejadas de cativos transaccionados por Santomenses e por outros Portugueses. O erro de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga foi ter-se sempre mantido dependente, quer do rei de Portugal, quer da Santa Sé, nunca se atrevendo, como só no final do século XVIII o fariam os Cabindenses, a tomar a iniciativa de incentivar os súbditos a construírem eles próprios os seus navios negreiros.

Mas o Ntotila persistia na correspondência com o rei de Portugal, que aliás era frequentemente apreendida pelos senhores de São Tomé e à qual D. João III levava anos a responder. Na linha do pedido, obviamente infrutífero, que já em 1514 fizera a D. Manuel I de lhe ceder o arquipélago de São Tomé, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga solicitou a D. João III, numa carta de 25 de Agosto de 1526, um navio. A resposta do rei português, que só chegaria em missiva de finais de 1529, só poderia ser negativa: replicava com sobrançeria que a utilidade dos navios portugueses era a de servir os navegantes que viviam do comércio e não os reis. Na mesma carta de 1526, o soberano congus não hesitava em exigir veementemente de D. João III a suspensão, no Reino do Kongo, da actividade comercial dos Portugueses, quer relativa a escravos, quer a outras mercadorias. Quanto ao resgate de escravos, os argumentos do Ntotila incidiam em duas ideias falaciosas que muito mais tarde alimentariam o discurso colonial português: por um lado, a do pretensu despovoamento do Reino do Kongo, alegadamente devido à captura e venda de indivíduos de linhagem e já não apenas dos antigos «dependentes»; por outro, a de que a meritória subtracção dos cativos à selvajaria pela via da cristianização deveria



ser feita essencialmente em terras conguesas e não no exterior. Por sua vez, na resposta de finais de 1529, D. João III esquivou-se às exigências do rei congûês, a respeito das mercadorias em geral e dos escravos em particular, escrevendo:

O não quererdes vós que se levem mercadorias a Congo é contra a condição de todas as terras, porque a Portugal vêm de todas as partidas do mundo, e compra e vende quem quer; e assim é a terra abastada de todas as coisas; e assim vão de Portugal para todas as partes. [...] Me dizem da grandeza de Congo e como é povoado, que parece que nunca dele saiu um escravo; e assim me dizem que os mandais fora e que os casais e fazeis cristãos, pelo qual a terra é mais povoada. O que me parece bem. E assim agora, com esta ordem que esta gente leva e com a que lá tendes de mandar aos pumbos [feiras de escravos], parece que haverá muitos escravos [sic].

Em nenhum ponto desta carta – ao contrário do que pretende dar a entender Ralph Delgado, preocupado em enxertar na sua historiografia colonial o embuste hodierno do pioneirismo abolicionista português – se vislumbra o menor vestígio de algum intuito de D. João III em condescender na suspensão do comércio de escravos no Kongo. O facto de aprovar a cristianização dos cativos em nada reduz os seus sentimentos esclavagistas, antes os reforça, pois bem sabemos que a evangelização era um argumento privilegiado na legitimação da captura e do tráfico de escravos africanos. De resto, o próprio soberano português o reconhece, ao acrescentar que, caso fosse suspenso o resgate, Portugal mais não poderia fornecer ao Kongo senão «farinha e vinho para as missas» e os navios limitar-se-iam a «um caravelão por ano», o que prejudicaria o prestígio do Ntotila sobretudo na sua notável missão de expandir a fé cristã. E concluía que era «mais de louvar [...] tirarem-se cada ano do Congo 10 000 escravos e 10 000 manilhas e outros tantos dentes de marfim» [sic].

As argumentações dos dois monarcas, ambos com reputação de fervorosos devotos da Igreja – D. João III viria

a ser cognominado O Piedoso -, encobriam, evidentemente, desígnios que de pios nada tinham. Os objetivos de D. João III eram mais do que óbvios. Pretendia salvaguardar os lucros advenientes do comércio negreiro no Kongo, os quais - não nos esqueçamos - eram exclusivos da Coroa portuguesa desde 1519. É isso que explica, quer o atractivo exercido pelo «Reino de Angola» sobre os comerciantes privados portugueses, nomeadamente os de São Tomé, quer a presença em Mbanza Kongo de representantes oficiais do rei de Portugal, de entre os quais o mais destacado foi, até 1540, Manuel Pacheco. Aliás, durante os três anos que mediaram entre as duas missivas reais, esses mesmos funcionários de Lisboa residentes no Kongo, com a superintendência de Manuel Pacheco, não hesitaram em colaborar com o Ntotila na organização de uma comissão constituída por dois distintos fidalgos congueses - D. Manuel Manissaba e D. Pedro Manipango - e pelo português Gonçalo Pires, lugar-tenente de Manuel Pacheco, destinada a recensear os súbditos congueses de linhagem ou que auferissem do estatuto de forros, e evitar assim que os negreiros impunemente os capturassem e os embarcassem em Pinda. Portanto, como está à vista, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga não tinha o menor motivo, em 1526, para se queixar do tráfico de escravos como factor de despovoamento do Kongo. Muito menos motivos havia para que D. João III em 1529, conforme antes de nós tão bem o observou Ilídio do Amaral, recomendasse paternalmente ao Ntotila a criação de registos escritos das contas do reino. Burocracia era o que, nesta época, não faltava no Kongo.

Assim sendo, quais as pretensões de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga na carta 25 de Agosto de 1526? As de cercear a concorrência que, no inelutável tráfico negreiro, lhe faziam os comerciantes de São Tomé e a maioria dos Portugueses então já dispersos, ainda que clandestinamente, pelo «Reino de Angola». Admitimos que o Ntotila tenha, de início, alimentado expectativas de que o

monarca português se solidarizaria com ele no combate aos comerciantes privados europeus. Porém, ao deparar com a resposta desconcertante de D. João III em 1529, mudou de estratégia. Eis a razão pela qual logo no ano seguinte, em 1530, enviou a Lisboa outro funcionário da Coroa portuguesa sediado no Kongo, Jerónimo Leão, um antigo criado da já falecida D. Leonor de Viseu, esposa do também há muito falecido D. João II. Além de um relatório sobre a situação no Kongo, Jerónimo Leão levava a D. João III duas manilhas de prata que D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga afirmava serem provenientes de outro Estado mbundu seu vassalo, a Matamba. Tal como já acontecia em relação ao Ndongo, o soberano do Kongo receava que, mercê do contacto intenso com os negreiros portugueses, a Matamba se emancipasse económica e politicamente. Por isso, mais uma vez, procurava aliciar o rei de Portugal com outra miragem de minas de prata fictícias.

D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga visava igualmente a projecção internacional do Reino do Kongo, apoiando-se, quer na «magia da escrita», quer no princípio há muito vigente na Europa Ocidental de legitimação da soberania dos Estados pelo reconhecimento da Santa Sé. Quanto à «magia da escrita», D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga continuava a atribuir grande importância à instrução dos Congueses em Portugal e à presença de sacerdotes portugueses no Kongo. Aliás o vocábulo kikongo *nkanda*, tradicionalmente designativo dos rituais de iniciação dos rapazes, ia progressivamente adquirindo a conotação de *carta* ou *texto escrito*, apanágio dos «iniciados», tal como futuramente aconteceria com a *mukanda* do kimbundu. Na mesma carta de 25 de Agosto de 1526, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga solicitava a D. João III o envio de 50 padres, assim como de físicos e boticários para os cuidados de saúde, de artífices e operários para as obras públicas, e de «mestres da escola» para a intensificação do ensino das

letras entre os jovens. D. João III acedeu a enviar uma missão ao Kongo em finais de 1529, embora lavrando ao seu chefe, o novo vigário do Kongo, um Regimento onde deixava bem claro que a igreja do Kongo dependia directamente de Portugal. Os físicos e boticários, os artífices e os «mestres da escola» seguiam igualmente.

D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga também moveu esforços para conseguir estabelecer contactos directos com o Papa. Mas neste campo encontrou como opositores, não apenas os intermediários de São Tomé, mas sobretudo o próprio rei de Portugal, D. João III. Numa carta datada de 21 de Fevereiro de 1535 dirigida ao papa Paulo III, eleito em Outubro do ano anterior, o Ntotila prestava-lhe obediência filial como cristão, à semelhança do que acontecera em 1512 em relação a Leão X. Além disso, nomeava seus embaixadores, prestes a seguir para Roma, homens da sua inteira confiança. Agora, porém, contrariamente ao que sucedera na embaixada de 1512, em nenhum passo da missiva do soberano do Kongo para o Sumo Pontífice era mencionado o rei de Portugal.

Este, por sua vez, quase três anos antes, em Maio de 1532, enviara a D. Martinho de Portugal, seu embaixador junto do papa Clemente VII, instruções que não se revelariam favoráveis às pretensões de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga. Ordenava D. João III a D. Martinho de Portugal que comunicasse ao papa Clemente VII que:

[...] já em vida de D. João, meu tio [D. João II], e depois em vida de el-rei meu senhor e pai [D. Manuel I], [...], um rei de Guiné, que se chama rei do Congo, rei muito poderoso de senhorio e terra e de muita gente chamada do mato, com mais parte de seus senhorios se converteram à nossa santa fé católica e receberam a água do Santo baptismo [...], pelo muito que trabalhou nisso el-rei meu senhor e pai, enviando muitos sacerdotes e letrados seculares e religiosos e pessoas virtuosas para os ensinarem e doutrinarem acerca de coisas da Fé [*sic*].

Evocando uma idolatria atávica nos naturais do Kongo, D. João III solicitava ainda ao papa Clemente VII que autorizasse os congueses cristianizados que «se casam com parentas mui chegadas» a conservarem as mulheres que tinham, desde que «uma só». Não se percebem estas determinações do rei de Portugal, porquanto a tradição no Kongo jamais tolerou a endogamia ou o incesto. As palavras do monarca português só podem ser entendidas no sentido de uma operação de asselvajamento para com o Ntotila e os seus súbditos, procurando espalhar a intriga a seu respeito junto de Roma. Compreende-se, portanto, porque é que, na mesma data, D. João III pedia ao Pontífice a criação do Bispado de São Tomé, abrangendo um território desde a Mina até ao Cabo da Boa Esperança e que incluía, evidentemente, o «reino de Manicongo». Embora fosse proposto para bispo um natural do Reino do Kongo, D. Diogo Ortiz de Vilhegas – que aliás nem chegaria a assumir o cargo, quando ele efectivamente foi criado por bula emitida pelo papa Paulo III a 3 de Novembro de 1534 –, era bem evidente que o rei de Portugal pretendia que a diocese fosse sediada em São Tomé e não em Mbanza Kongo. A principal povoação de São Tomé seria, aliás, elevada à categoria de cidade no ano seguinte, com o nome da própria ilha, São Tomé.

Obviamente que o Bispado de São Tomé só contribuiria para reforçar os poderes do governo do arquipélago na concorrência comercial e política com o rei do Kongo. Provam-no as diligências efectuadas por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga no sentido de, em 1539, enviar uma nova embaixada a Roma. Segundo carta datada de 25 de Março de 1539, escrita por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga ao rei de Portugal, os membros dessa embaixada seriam os mesmos que, supostamente, já haviam integrado a de sete anos antes, o que leva a crer que esta, a de 1532, não chegou a concretizar-se. Agora, porém, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga dirigia-se a D. João III, solicitando a sua ajuda, e

não directamente ao Papa. Não se conhece nenhuma resposta do soberano português a este pedido do Ntotila. E nenhuma das missivas que posteriormente o papa Paulo III enviou a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga refere qualquer embaixada conguesa a Roma.

Elucidativas da situação parecem ser duas cartas que, no ano de 1540, foram recebidas em Lisboa por D. João III e que ficaram sem resposta. A primeira era assinada por D. Manuel, irmão de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga. Nomeado embaixador em Roma pelo seu irmão, D. Manuel conseguira chegar com a sua comitiva a São Tomé, mas fora retido na ilha pelos pilotos dos navios, que se recusaram a transportá-lo para a Europa. Em São Tomé, a 12 de Julho de 1540, depois de já haver escrito ao rei de Portugal «mais de cinco ou seis cartas», este irmão do Ntotila redigiu mais uma onde, além de se queixar da falta de transporte, pedia a D. João III que lhe enviasse «uma caravela bem armada» porque receava os assaltos dos corsários franceses.

A segunda carta sem resposta era da lavra do próprio D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga e datava de 4 de Dezembro desse mesmo ano de 1540. Agora o Ntotila pedia desesperadamente a D. João III cinco mil cruzados para despachar a sua embaixada para Roma e propunha-se compensar essa quantia com 150 «cofos» [cestos de ráfia] de *nzimbu* provenientes de um «pumbo» [feira de escravos] lucrativo que recentemente fundara. Tudo em vão. A embaixada conguesa nunca chegaria a Roma.

#### **d) A invenção portuguesa do «Reino de Benguela»: a eventual fundação da feitoria de Benguela (a Velha) em 1546**

Achámos pertinente deixar um breve apontamento sobre a invenção portuguesa do «Reino de Benguela», que ocorreu ainda na primeira metade do século XVI.

A terminologia «Reino de Benguela» é praticamente contemporânea da referente ao «Reino de Angola», pois já era utilizada na primeira metade do século XVI por navegadores portugueses para designar o território que se estendia ao longo das margens do rio Longa e, para sul, até ao Cabo Negro (o futuro Porto Alexandre/Tômbwa), com fronteiras a leste com a Mbembe Baixa e a sul com os rios Kunene e Lutira. Foi pela primeira vez reproduzida por escrito em 1542 - «*regno de Bemguella*» - na Carta de Mercê lavrada por D. João III ao seu irmão, o infante D. Luís, autorizando-o a mandar «descobrir» por quem lhe aprouvesse dois rios situados a sul do «Rio de Angola» e aí comerciar até dez léguas da costa sem pagar direitos. D. Luís, por sua vez, lavrou em 7 de Junho de 1546 um Regimento encarregando o comerciante Henrique Pais e o escrivão Diogo de Soveral de levar por diante essa missão em seu nome. A Carta de Mercê de D. João III ao seu irmão é de 1542, o mesmo ano em que morria D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga, notícia que aliás só chegaria a Portugal no ano seguinte. Em todo o caso, o certo é que o rei português fazia concessões aos seus súbditos à revelia das relações diplomáticas então ainda vigentes entre o Reino do Kongo e Portugal.

Conforme bem o observou Ilídio do Amaral, o infante D. Luís usa no Regimento de 1546, emitido quando no Kongo já reinava D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, duas expressões - «novamente» e «meu rio Longa» - que dão a entender já ter sido o litoral do chamado «Reino de Benguela» anteriormente percorrido por navegadores portugueses. Um desses navegadores - que não podiam ser nem Diogo Cão, nem Duarte Pacheco Pereira, pois nenhum deles faz alusão ao rio Longa - teria baptizado o mesmo rio Longa com esse nome «por ser navegável 25 milhas por ele acima» [sic]. Ilídio do Amaral chama igualmente a atenção para o facto de o Regimento lavrado por D. Luís

estabelecer a distinção entre «negros» e «moradores da terra». Será que já existia, na embocadura do rio Longa ou algures nas suas margens, uma feitoria portuguesa?

O objectivo visado pelo Regimento de 1546 para a exploração do «Reino de Benguela» era, além do resgate de escravos, do ouro e da prata, em concorrência com o que era transaccionado no «Reino do Congo» (baía do Pinda) e no «Reino de Angola» (baía de Luanda), o acesso às minas de cobre que, segundo os tais navegadores que anteriormente haviam baptizado o rio Longa, proliferariam na região. Desconhecem-se os povos que habitavam no chamado «Reino de Benguela» ao tempo do desembarque de Henrique Pais e de Diogo de Soveral. Os documentos coevos denominam os autóctones apenas por *gentio*. Desconhece-se igualmente a origem do termo *Benguela* – relacionar-se-á com *bângala* ou *imbangala*? –, não sendo, quanto a nós, convincente a que lhe é atribuída pelo historiador colonial que mais se preocupou em escrever sobre esta região, Ralph Delgado, que faz derivar o topónimo do nome de um eventual chefe africano residente na baía do Longa, provavelmente um mundombe, um amboim ou um seles, três dos subgrupos do muito mais tarde designado por «grupo étnico Ovimbundu».

Pese embora o insucesso da expedição de Diogo de Soveral e de Henrique Pais, emissários do infante D. Luís, massacrados pelo dito *gentio* em local indeterminado – segundo as já mencionadas «Provanças ao embargo de Paulo Dias de Novais» de 1579 –, o «Reino de Benguela» voltaria a ser alvo de uma incursão portuguesa em 1578, desta vez militar, sob o comando de António Lopes Peixoto, sobrinho do então capitão governador Paulo Dias de Novais. Foi por essa ocasião erigida uma fortificação na baía do Longa que pretendia ser o Presídio de Benguela, mas que viria em pouco tempo a sucumbir às hostilidades do, mais uma vez, denominado *gentio* local. Esta povoação



seria chamada Benguela-a-Velha, depois da fundação de S. Filipe de Benguela em 1617, por Manuel Cerveira Pereira, a Benguela-a-Nova, como veremos adiante. E só em 1925 seria Benguela-a-Velha elevada à categoria de vila com o nome de Porto Amboim.

### **e) O papel nefasto dos Jesuítas no Kongo**

Falecido D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga em 1542, sucederam-lhe, nos quatro anos que se seguiram, dois monarcas sobre cujos curtos reinados as informações documentais são muito deficientes e por vezes mesmo contraditórias. O imediato sucessor do segundo Ntotila cristianizado terá sido D. Pedro Nkanga-a-Mvemba, seu filho para uns, seu sobrinho para outros. D. Pedro Nkanga-a-Mvemba manteve-se no trono apenas um ano, findo o qual foi derrubado por opositores apoiados pelos burocratas portugueses nomeados por Lisboa e adversos aos interesses privados dos comerciantes de São Tomé. D. Pedro Nkanga-a-Mvemba, que viveria até 1566 refugiado numa igreja de Mbanza Kongo salvaguardado pela imunidade do coito, teria conspirado contra os seus inimigos correspondendo-se com os capitães de São Tomé através de um homem de confiança chamado D. Rodrigo. Entre 1544 e 1546, o poder real terá pertencido a D. Francisco Mpudi-a-Nzinga, mas a título provisório, pois em 1546 seria eleito D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi. A monarquia no Kongo, contrariamente às veleidades dos reis portugueses desde meio século antes, aquando do início da cristianização, mantivera-se, portanto, electiva, e não sucessória ou dinástica. D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi reinaria até 1561.

É discutível a descrição que dele fez, em *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* (1591), o português Duarte Lopes, que não o conheceu, pois chegou ao Kongo em 1578, 17 anos depois do falecimento desse Ntotila:

Foi criado [eleito, escolhido] o quinto rei [cristão], chamado D. Diogo, mais chegado à linhagem real, de ânimo elevado, magnífico e engenhoso, de bom entendimento, prudente de conselho e, sobretudo, mantenedor da fé cristã, tão grande guerreiro que em poucos anos conquistou algumas terras vizinhas. [...] Amava muito os portugueses, vestindo à europeia e abandonando o modo de vestir tradicional. Era pomposo, tanto nas roupas como nos adereços do seu paço. Liberal e cortês, dando largamente aos seus e aos portugueses. Comprava por alto preço as alfaias que lhe agradavam, afirmando que as coisas raras não deviam ser possuídas senão pelos reis. Vestia um traje duas ou três vezes somente e logo o presenteava aos seus. Por isso, vendo os portugueses que apreciava as telas de ouro e de preciosas louças, levavam-lhas de Portugal, começando então naquele reino o gosto pelos panos de ouro e de seda e por galas senhoris [sic].

O retrato idílico que Duarte Lopes traça de D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, que aliás no século seguinte seria retomado pelo padre italiano João Cavazzi de Montecúccolo, prossegue com um elogio a surpreendentes relações amistosas mantidas entre este monarca congues e o terceiro bispo de São Tomé. Porém estas relações, ainda segundo Duarte Lopes, teriam sido inquinadas pelo «Demónio, inimigo da fé cristã» [sic]. Mas Duarte Lopes mais não era do que mais um funcionário da Coroa portuguesa em Mbanza Kongo. Teria ele razão no seu juízo sobre D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi?

Logo no início do seu reinado, além de, tal como os seus antecessores, ter tentado em vão estabelecer relações diplomáticas directas com a Santa Sé, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi enviou uma embaixada a Portugal. Chefiava-a o próprio confessor do Ntotila, Diogo Gomes, um padre jovem, de 27 anos, mestiço para uns e branco para outros, nascido no Kongo e filho de um comerciante português. Na carta que Diogo Gomes entregou em Lisboa a D. João III, datada de 15 de Agosto de 1546, o Ntotila manifestava pretender de Roma um breve papal que lhe daria prestígio para combater um tal Chalanga, «inimigo dos cristãos» [sic]. Para além da chamada Batalha do Dande (1556), de

que trataremos adiante, esta é a única guerra que se conhece no reinado de D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi e é, evidentemente, insuficiente para que se justifiquem as palavras de Duarte Lopes segundo as quais este rei teria alargado consideravelmente, pela via da conquista, o território do Kongo.

Em cartas dirigidas a Diogo Gomes, uma de 12 de Dezembro de 1546 e outra de 25 de Fevereiro de 1547, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi mostrava-se contente com os serviços que lhe eram prestados pelo seu jovem embaixador em Lisboa. Mas em ambas as missivas se queixava dos abusos do bispo de São Tomé e dos comerciantes por ele protegidos. Mais uma contradição em relação ao historial posteriormente lavrado por Duarte Lopes. A segunda missiva, a de 25 de Fevereiro de 1547, era aliás acompanhada de outra dirigida ao próprio rei de Portugal, D. João III, narrando os mesmos factos desagradáveis. E meses mais tarde, a 25 de Abril desse mesmo ano, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi escrevia novamente a D. João III, desta vez para declarar abertamente que no seu reino, o Kongo «o culto divino estava quase todo esquecido, pelo descuido dos poucos sacerdotes [...] para mais todos desavindos e em contendas de que provinham grandes males» [*sic*]. Em resposta, D. João III, a 8 de Agosto de 1547, endereça ao Ntotila uma carta onde lhe anuncia o envio para o Kongo da primeira missão jesuíta.

Esta congregação religiosa, a Companhia de Jesus, fora fundada em 1534 por sete estudantes da Universidade de Paris – cinco espanhóis, um francês e um português – que, na Capela dos Mártires, na colina de Montmartre, fizeram votos de pobreza e castidade e juraram «desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém ou para onde o Papa nos enviar, sem questionar» [*sic*]. O líder destes sete estudantes era o basco Iñigo López de Loyola, posteriormente conhecido como Santo Inácio de

Loyola. No âmbito do Concílio de Trento, convocado pelo papa Paulo III e que se prolongaria entre 1545 e 1563 para proceder à chamada Reforma Católica ou Contra-Reforma, a Companhia de Jesus não tardaria a ser confirmada como ordem religiosa – privilegiando, entre os seus membros, os clérigos seculares – pela Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, emitida pelo mesmo papa Paulo III a 27 de Setembro de 1540. Na Primavera desse mesmo ano, já tinham chegado a Portugal, por solicitação de D. João III ao papa e a conselho do Doutor Diogo de Gouveia – outro licenciado pela Universidade de Paris e antigo condiscípulo de Inácio de Loyola e dos seus companheiros –, dois dos sete jovens professores de Montmartre: o português Simão Rodrigues de Azevedo e o basco Francisco de Jaso y Azpilicueta, que passaria à posteridade como São Francisco Xavier. Se o primeiro, Simão Rodrigues de Azevedo, ficaria em Portugal, onde criaria a primeira casa da Companhia de Jesus e fundaria colégios em Lisboa, Coimbra e Évora, aliciando os poderosos a ter Jesuítas como confessores – é, sem dúvida, o principal responsável pelo «lobby» jesuíta que, no reinado de D. Sebastião, alimentaria o projecto suicida de Alcácer-Quibir –, Francisco Xavier partiria para a Índia em missão evangelizadora logo no ano seguinte, em 1541, inaugurando assim a reputada acção dos Jesuítas no Oriente. Três anos depois, em 1544, era ordenado padre, pela Companhia de Jesus, o jovem português Manuel de Nóbrega, que em 1549 embarcaria para o Brasil com o governador Tomé de Sousa, tornando-se famoso como precursor da não menos reputada obra jesuítica na América do Sul. Contudo, se o papel dos Jesuítas na Ásia e no continente americano teve, logo à partida, grande notoriedade, no Kongo cedo se revelou, como veremos, desastroso.

Os três padres mencionados por D. João III na carta de 8 de Agosto de 1547 e que constituíram a primeira missão

jesuíta ao Kongo - Jorge Vaz, Cristóvão Ribeiro e Jácome Dias - desembarcaram no Pinda a 18 de Março de 1548 e logo seguiram para Mbanza Kongo. Nos meses seguintes, apesar de terem baptizado 2700 Congueses e de haverem edificado três igrejas dedicadas a Nossa Senhora, a São João Baptista e a São Salvador - esta última viria a dar a Mbanza Kongo, em 1595, o seu nome colonial, São Salvador, quando lá se instalaria o só então criado Bispado de Angola e Congo -, escreveram várias cartas ao capitão de São Tomé queixando-se dos maus procedimentos do Ntotila D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, quer no que dizia respeito às «coisas da cristandade», quer do mau tratamento por ele dado a «alguns homens portugueses» [sic]. Estas queixas serviram de pretexto às autoridades de São Tomé para pressionar o rei de Portugal, D. João III, a suspender o envio de Portugueses ao Kongo e também a apoiar as pretensões do deposto «el-rei D. Pedro [Nkanga-a-Mvemba] que está [refugiado] na Igreja, e de D. Rodrigo que está na ilha [de São Tomé]» [sic].

Como bem o notou Ilídio do Amaral, as cartas dos Jesuítas traduziam a vontade dos traficantes de escravos portugueses residentes em Mbanza Kongo, já desejosos de comerciar livremente nos territórios do chamado «Reino de Angola». Aliás, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi mandou efectuar, em 1548, uma inquirição sobre os comerciantes portugueses, depois de saber que os feitores de São Tomé pretendiam enviar navios ao «Reino de Angola», o que estava proibido desde 1532. O Ntotila pretendia acima de tudo mostrar que o Kongo estava em condições de fornecer escravos ao mercado internacional sem que os comerciantes europeus tivessem necessidade de os procurar em Angola. Claro que era igualmente evidente o interesse dos Santomenses em substituir D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi por um Ntotila que se mostrasse mais favorável aos seus interesses, no caso o deposto D. Pedro Nkanga-a-

Mvemba, ou Canguano Bemba, segundo o aporuguesamento coevo. Este, por sua vez, apoiando-se em muitos Congueses que consideravam D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi um usurpador, conseguira, mesmo recluso na Igreja, organizar uma conjura para recuperar o poder e conseguira embarcar o seu amigo e parente D. Rodrigo para Roma, a fim de que aí obtivesse uma bula papal que legitimasse os seus direitos ao trono do Congo. A informação consta de um auto de uma inquirição que o próprio D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi mandou fazer em 1550. Todavia, em 1553, D. Rodrigo ainda permanecia em São Tomé à espera de embarcar para a Europa. Sem dúvida que os próprios Santomenses o retinham como refém, na esperança de o utilizarem livremente para a prossecução dos seus interesses no Kongo, à revelia do conhecimento do rei de Portugal.

Entretanto os três padres Jesuítas da primeira missão também se haviam tornado comerciantes de escravos. Jorge Vaz, poucos meses após a sua chegada, tomara o partido dos Santomenses e auferia, no Pinda, dos lucros do embarque de entre 60 e 70 escravos por cada navio que daí zarpava. Partiria em 1549 para Lisboa, onde morreria dois anos depois. Quanto a Cristóvão Ribeiro e a Jácome Dias, acabariam mesmo por se fixar em São Tomé, onde continuariam a viver do mesmo negócio. Terão sido as opções de vida dos três Jesuítas que levaram D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi a tornar a enviar a Lisboa o seu confessor Diogo Gomes em Fevereiro de 1549, a fim de pedir a D. João III que tomasse providências. Estas, porém, só chegariam quatro anos depois, em 1553, quando o padre Diogo Gomes regressou a Mbanza Kongo ordenado jesuíta, agora com o nome de Cornélio Gomes. Trazia ainda consigo, como catequistas, três «meninos órfãos», isto é, crianças da Casa dos Catecúmenos de Lisboa. Foi esta a segunda Missão Jesuíta no Congo, que anulou a anterior.

As relações do padre Cornélio Gomes com o seu soberano, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, não tornaram, no entanto, a ser as mesmas. Cornélio Gomes fez ao Ntotila três exigências que não foram atendidas:

- a. A de que fossem transferidas para outro lugar umas «mulheres de mau viver e desonestas» que eram concubinas, quer dos grandes senhores do reino, quer dos padres, quer do próprio D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi;
- b. A de que «mandasse abrir os pumbos e caminhos aos homens brancos», pois o soberano restringira as entradas apenas a alguns, aos quais cobrava mais de 15 mil maravedis;
- c. Finalmente, que recebesse o provisor enviado pelo rei de Portugal, cuja chegada em nada agradara ao Ntotila.

D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi acusou Cornélio Gomes de não haver sido leal por não o ter avisado da vinda do provisor. Segundo uma carta datada de 18 de Julho de 1553 dirigida a D. João III e redigida por um tal Belchior de Sousa Chichorro, o rei do Kongo também se indispusera pelo facto de no mesmo navio em que chegaram os Jesuítas ter vindo igualmente, embarcado de São Tomé, D. Rodrigo, o parente e cúmplice do seu rival D. Pedro Nkanga-a-Mvemba.

O decurso dos acontecimentos demonstra que D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, que não desistiria de tentar estabelecer relações diplomáticas directas com a Santa Sé, estava manifestamente apostado em cortar cerce a intervenção comercial no Kongo dos Portugueses, sobretudo a dos Santomenses. Cornélio Gomes ainda escreveu ao rei de Portugal a solicitar mais padres. Em 1555, D. João III preparava-se para enviar para o Kongo dois Jesuítas

destinados a inaugurar um colégio para crianças. Mas o Ntotila proibiu terminantemente a abertura do colégio. Nesse mesmo ano, negou-se a receber o bispo de São Tomé, frei Gaspar Cão, que se deslocara a Mbanza Kongo para com ele parlamentar. Logo a seguir, pela imposição de uma força militar de cinco a seis mil homens, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi decretou a expulsão de todos os Portugueses e outros Europeus residentes no seu reino.

O próprio padre Cornélio Gomes se viu obrigado a embarcar para São Tomé, com dois dos órfãos que havia trazido de Portugal, e acabaria por fixar-se em Lisboa nesse mesmo ano. Permaneceria no Kongo, no entanto, uma minoria de Portugueses muito chegada à Corte de Mbanza Kongo, constituída por comerciantes que originariamente tinham sido funcionários públicos de Lisboa ou eclesiásticos.

## **2 - A primeira viagem de Paulo Dias de Novais ao Reino do Ndongo (1560-1565) e os seus antecedentes**

### **a) A batalha do Dande (1556) e a embaixada de Paulo Dias de Novais ao Reino do Ndongo (1560)**

A chamada batalha do Dande, travada entre forças militares conguesas do Ntotila D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi e guerreiros mbundu do Ngola Inene algures a sul deste rio em meados de 1556, contando com o apoio de Portugueses em ambas as frentes, pode ter-se traduzido, como o sublinha Ilídio do Amaral, num conjunto de acções bélicas e não apenas numa só contenda. O certo é que dela saíram vitoriosos os Mbundu e o Reino do Ndongo. Porquê?

Trata-se de um facto histórico que, em nosso entender, não recebeu até hoje uma merecida reflexão, ainda que breve. Se os historiadores coloniais, encabeçados por Ralph



Delgado, embora referindo-se-lhe friamente, se preocuparam em empolar a importância da batalha do Dande, alcandorando-a à categoria de marco da «independência» do «Reino de Angola» em relação ao «Reino do Congo», os historiadores pós-coloniais parecem desvalorizá-la. É o caso de Ilídio do Amaral, que a reduz a duas frases:

Há vagas referências a acções bélicas em terras a sul do rio Dande, atribuíveis à intenção de D. Diogo [Nkumbi-a-Mpudi] de punir um acto de rebeldia. A batalha terá tido lugar em 1556, saindo vencidos os congolezes [sic].

Ter-se-á o Reino do Ndongo tornado, efectivamente, «independente» em relação ao Reino do Kongo depois da batalha do Dande? Tentar compreender o que significou efectivamente a batalha do Dande implica, à partida, tomar em consideração os interesses comerciais em jogo de quatro intervenientes no tabuleiro de xadrez que era Angola em meados do século XVI. O principal de todos esses actores era a ilha de São Tomé, representada pelos seus donatários e moradores e também, desde a criação do Bispado em 1534, pelos seus eclesiásticos. Evidentemente que a expulsão do Kongo dos comerciantes portugueses e santomenses não podia deixar de abrir caminho a São Tomé para reforçar as suas relações de cooperação com o «Reino de Angola» e com o soberano deste Estado, o Ngola Inene. Cooperação sobretudo comercial, é certo, centrada no comércio de escravos, mas também cooperação militar e mesmo, pese embora um posicionamento inicialmente refractário por parte do Ngola, religiosa.

É este, portanto, o segundo actor em cena, o Ngola Inene, que há muito pretendia intensificar o tráfico de escravos com os Europeus autonomamente em relação ao seu suserano congouês, o Ntotila D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi. As pretensões deste terceiro actor são conhecidas:

monopolizar o controlo do comércio de escravos e travar a tendência de Portugueses e santomenses para os transaccionar cada vez mais em Angola. Daí que, vendo no relacionamento comercial dos Santomenses com o Ngola Inene um acto de sublevação, o soberano do Kongo decidisse atacar militarmente os Mbundu. Fê-lo com a ajuda dos escassos Portugueses que lograram ficar sediados na sua Corte. Mas decerto não esperava que o número de Portugueses – sobretudo de Santomenses – a apoiar o Ngola Inene, assim como o armamento de que dispunham, fosse consideravelmente superior ao seu, pelo que saiu derrotado.

Falta referir o quarto actor, D. João III, rei de Portugal, que aliás faleceria no ano seguinte. Sem dúvida que fechou sempre os olhos às incursões dos Santomenses e dos comerciantes portugueses privados no «Reino de Angola». Aliás, em Agosto desse mesmo ano de 1556, escreveu a D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi uma carta a pedir-lhe que não se ofendesse por seguir para Angola um navio de Lisboa destinado a recolher dois portugueses que estavam retidos há seis anos algures na Barra do Kuanza.

Do que não há dúvidas é de que, depois da Batalha do Dande, o Ngola Inene parece ter usufruído de muito maior autonomia em relação ao Kongo nas suas relações diplomáticas com o exterior, quer com São Tomé, quer com Portugal. Prova-o a embaixada que enviara a Portugal em 1549, com o objectivo de solicitar a ida de missionários portugueses para o reino do Ndongo, a qual logrou finalmente chegar a Lisboa em 1558, depois de nove anos retida em São Tomé. Entrevemos uma relação directa entre o desfecho da batalha do Dande e o acto magnânimo das autoridades santomenses ao acabarem por facultar a viagem para Lisboa aos diplomatas mbundu. O rei D. João III já falecera a 11 de Junho de 1557 e sucedera-lhe no trono o neto, D. Sebastião, de apenas três anos, pelo que a Regência foi assegurada pela viúva do falecido monarca, D.

Catarina de Áustria. Foi ela, pois, quem recebeu os embaixadores do Ngola Inene, que declararam ser o seu senhor «mui poderoso e não sujeito a nada, nem constrangido ao que pedia, senão por sua vontade» [sic].

Os interesses do Estado português em relação ao «Reino de Angola» transcendiam, evidentemente, os da evangelização. Daí que a regente D. Catarina tenha tido a preocupação de preparar uma embaixada que, embora integrada por padres Jesuítas – a Companhia de Jesus já conquistara definitivamente uma posição de supremacia nos meandros da política portuguesa –, fosse liderada por um diplomata laico. Para essa liderança foi escolhido um jovem solteiro, natural de Lisboa e residente em Xabregas, cavaleiro da Ordem de Cristo e antigo escrivão da fazenda: Paulo Dias de Novais, filho de António Dias de Novais e neto do famoso Bartolomeu Dias, que «dobrara» o Cabo da Boa Esperança em 1488. A expedição, contudo, levou cerca de um ano a ser preparada e a sair de Lisboa, porquanto quer a regente, quer o seu cunhado, o cardeal D. Henrique, procuraram averiguar junto do bispo e do capitão de São Tomé sobre se o mesmo Ngola, que nove anos antes enviara os embaixadores a Lisboa a solicitar padres, mantivera tanto tempo depois a mesma disponibilidade para aderir ao Cristianismo. Esta dúvida dos governantes de Portugal é confirmada por um documento avulso recolhido por Alfredo de Albuquerque Felner e também por uma carta do padre Inácio de Azevedo, vice-provincial da Companhia de Jesus, datada de 19 de Agosto de 1558, recolhida por António Brásio. Ambos os documentos, não só noticiam que o Ngola Inene, soberano do Ndongo em 1549, já havia falecido em 1558, como mostram que permaneceram, entre os governantes portugueses, as dúvidas sobre os propósitos de o seu sucessor, o Ndambi-a-Ngola, se cristianizar.

Continua mal esclarecido se, ao longo do ano de 1559, D. Catarina e o cardeal D. Henrique receberam em Lisboa, através do capitão e do bispo de São Tomé, uma resposta afirmativa do Ndambi-a-Ngola no sentido de acolher amigavelmente a embaixada portuguesa. Mas tudo leva a crer que sim, pois já no final do ano, no dia 20 de Dezembro, Paulo Dias de Novais recebeu efectivamente a sua Instrução Régia como embaixador do rei de Portugal junto do «rei de Angola». Além deste documento, redigido pelo escrivão Pantaleão Rebelo como se fora da lavra do rei D. Sebastião, o monarca português ainda menor de idade, outras instruções mais detalhadas a Paulo Dias de Novais constariam de um Regimento específico que, infelizmente, se perdeu.

A Companhia de Jesus indicara, para acompanhar Paulo Dias de Novais a Angola, os padres Agostinho de Lacerda (castelhano) e Francisco de Gouveia (português) e os irmãos Manuel Pinto e António Mendes (ambos portugueses). Seguiam igualmente outros expedicionários, de entre os quais se exceptuavam eventuais cristãos-novos, sob pena de serem deixados na ilha de São Tomé caso fossem descobertos. A expedição era constituída por duas embarcações: uma caravela, comandada por Paulo Dias de Novais e um caravelão pertencente à Companhia de Jesus. Os dois navios deveriam aguardar alguns dias, em São Tomé, por um terceiro, no qual viajava, vindo de Lisboa ao encontro de Paulo Dias de Novais e dos seus companheiros, Ambrósio de Azevedo, embaixador do rei do Kongo. Todavia, se este demorasse, deveria a missão seguir para Angola.

Esta instrução dá-nos conta da preocupação que D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, depois de derrotado no Dande, teve em enviar a Lisboa um embaixador. Admitimos, na esteira de Ralph Delgado, que o Ntotila possa ter sido a isso instigado pelos escassos Portugueses de que ainda se rodeava e que faziam questão de que o Kongo e Portugal mantivessem as

suas relações diplomáticas independentemente do envio de missões religiosas portuguesas ao Ngola, o antigo vassalo. A instrução dada a Paulo Dias de Novais de não esperar muito tempo em São Tomé pelo embaixador Ambrósio de Azevedo, retido em Lisboa por razões não esclarecidas, dá a entender que a regente D. Catarina, embora não querendo ficar mal vista pelo rei do Kongo, se socorreu de um estratagema subtil para desembaraçar a sua embaixada a Angola da vigilância conguesa. Uma vez chegado ao «Reino de Angola» e avistando-se com o seu soberano, Paulo Dias de Novais deveria transmitir ao Ngola que o objectivo da embaixada era apenas o de responder a solicitações do seu antecessor, feitas ainda no reinado de D. João III de Portugal. Caso o Ngola recusasse o baptismo, a decisão a tomar posteriormente pela embaixada caberia aos Jesuítas, os quais deliberariam de acordo com as instruções recebidas dos deputados da Mesa de Consciência, em documento que se perdeu. Qual a sorte desta segunda embaixada portuguesa ao Reino do Ndongo?

### **b) Ndambi-a-Ngola e os primeiros anos do cativo de Paulo Dias de Novais e do padre Francisco de Gouveia em Kabasa (1560-1563)**

A embaixada de Paulo Dias de Novais partiu de Lisboa logo dois dias depois da Carta Régia, a 22 de Dezembro de 1559. Pelo menos é o que afirma o irmão António Mendes em carta dirigida ao padre Leão Henriques, datada já de 20 de Fevereiro de 1562. Os dois navios aportaram em São Tomé a 14 de Fevereiro de 1560, onde os padres foram acolhidos durante 15 dias pelo bispo Gaspar Cão. É curioso como este prelado, em carta datada de 20 de Fevereiro de 1560, apenas seis dias depois da chegada dos seus hóspedes, escreveu ao rei de Portugal, o menor de idade D. Sebastião, manifestando o seu interesse em que a expedição de Novais aguardasse pela chegada do embaixador do rei do Kongo, Ambrósio de Azevedo.

Argumentava Gaspar Cão que essa era uma atenção devida para com D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi porque, acrescentava o bispo, «se não deve aventurar o certo pelo duvidoso» [*sic*]. Ou seja, também São Tomé, à semelhança de Lisboa, embora com grandes interesses em relação ao Ngola, não deixava de jogar pelo seguro, preservando boas relações com o Ntotila.

O bispo Gaspar Cão insistia muito na ideia de que as relações portuguesas com os Mbundu deveriam incidir mais na actividade comercial do que na cristianização, sobre a qual, aliás, exprimia algum cepticismo, achando os súbditos do Ndambi-a-Ngola ainda muito apegados à religião tradicional, que classificava como idolatria:

[...] eu estou muito desconfiado de se fazer cristandade não lhe dando [ao Ngola] o trato e negócio das mercadorias [...] e mais por ser informado que os Angolas têm ídolos aos quais o Demónio os tem mui atados e lhes perturba o juízo e entendimento natural e os não deixa considerar que são [apenas] obras que eles fazem com as suas mãos e têm olhos [mas] não vêem [e] boca e não falam [*sic*].

Estas palavras do bispo Gaspar Cão, pouco animadoras para Paulo Dias de Novais e para os seus companheiros, podiam igualmente traduzir os interesses dos donatários e moradores de São Tomé, com os quais o prelado se encontrava conluiado. São Tomé não tinha, evidentemente, o menor interesse em que se criassem relações diplomáticas formais entre Lisboa e o Ngola, pois sabia serem prejudiciais aos seus negócios, preferindo mantê-los na clandestinidade.

Os dois navios de Paulo Dias de Novais prosseguiram a sua viagem - presumimos que sem esperar pelo embaixador congus Ambrósio de Azevedo - e viriam a fazer provisão de lenha e de água no Pinda, na foz do Kongo/Zaire, mas sem estabelecerem qualquer contacto com o Ntotila, o que muito ofenderia D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi. O desejo de manterem o soberano do Kongo à

margem do seu empreendimento levou-os a nem sequer ancorarem na baía de Luanda, uma vez que a ilha era território congus. Na vez disso, preferiram um local muito menos propício para aportar, a «boca de outro rio que é o de Angola», ou seja, a barra do Kuanza, onde os barcos tiveram de ficar ancorados ao largo. É possível que, nesta missão um tanto sigilosa, Novais e os companheiros quisessem igualmente evitar o contacto com os comerciantes portugueses que se encontravam instalados na Muazanga à revelia das determinações oficiais da Coroa portuguesa, da qual, no fim de contas, a embaixada era representante. No entanto, a opção pela via fluvial para contactar o Ngola não livrou Paulo Dias de Novais de se confrontar com os interesses adversos dos seus compatriotas disseminados pelo corredor do Kuanza. Prova-o a morosidade dos contactos que, a partir da foz deste rio, tentou encetar. Aí fundeou a 3 de Maio de 1560 e aí permaneceu durante meio ano, só se decidindo em Novembro ou Dezembro a meter-se pelo sertão adentro ao encontro do Ngola, que estava numa «cidade [...] a oitenta léguas» do mar.

Que aconteceu, entretanto? Durante os primeiros quatro meses na barra do Kuanza, período em que adoeceu muita gente e faleceram dez pessoas, entre as quais o padre castelhano Agostinho de Lacerda, o chefe da embaixada portuguesa enviou por quatro vezes emissários ao Ndambi-a-Ngola. O primeiro emissário foi um tal Luís Dias, parente do próprio Paulo Dias de Novais. Seguiu no dia 12 de Maio pelo sertão, acompanhado por D. António, um dos embaixadores mbundu que o Ngola Inene, antecessor do actual Ngola, enviara a Lisboa, e por um marinheiro mulato. Os três regressaram 49 dias depois, acompanhados de alguns escravos oferecidos pelo soberano e com o recado deste de que ficara satisfeito por «saber das coisas que traziam de Portugal, porque as desejava muito» [*sic*].

Ou seja, tinha interesse em comerciar com os representantes da Coroa portuguesa. Porém, a respeito de uma eventual disposição do Ndambi-a-Ngola em converter-se ao Cristianismo, Luís Dias não conseguira apurar nada. Mas Luís Dias entregou ao seu parente uma carta de um português natural do Barreiro e residente no Ndongo, que aconselhava o embaixador de Portugal a não subir o Kuanza, empresa que poderia revelar-se perigosa. Eis aqui a primeira manifestação de hostilidade dos comerciantes portugueses instalados no «Reino de Angola» para com Paulo Dias de Novais: um convite subtil, ainda que sob a forma de uma simples advertência, a que se retirasse. Mas outras haveriam de vir.

A segunda incursão no Kuanza a partir da barra foi feita igualmente por Luís Dias e pelo ex-embaixador D. António, agora acompanhados por «outro homem preto [...] um bom língua» que também estivera em Lisboa, com a finalidade de esclarecerem se o Ngola queria ou não tornar-se cristão. Voltaram acompanhados de um homem da casa do «feiticeiro mor» do Ngola, que garantiu estar este disposto a receber o baptismo. Paulo Dias de Novais, mesmo assim, hesitou e achou preferível, na vez de ele próprio se meter ao caminho, enviar ao Ngola novamente D. António. Este, acompanhado pelo mestre da caravela, levou ao soberano do Ndongo objectos litúrgicos: um retábulo, livros, paramentos e uma pedra de ara. Novais solicitava igualmente a presença de Portugueses que andassem pelo interior. Este pedido não lhe foi satisfeito, ou porque o Ngola não permitiu que se realizasse o encontro entre estes Portugueses e o embaixador do seu país, ou porque – e esta parece-nos a hipótese mais crível – eles próprios, os Portugueses do sertão, se recusaram a encontrar-se com Novais. Eis a segunda manifestação de hostilidade, depois do «aviso» do sertanejo barreirense. Embora o Ngola se mostrasse mais uma vez receptivo à conversão ao Cristianismo, o não comparecimento na Barra do Kuanza

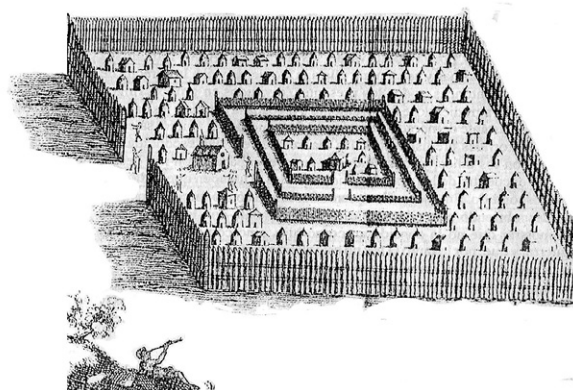


dos Portugueses instalados no Ndongo levou Paulo Dias de Novais a hesitar novamente e a enviar pela quarta vez ao Ngola mensageiros, agora com uma mula e algumas mercadorias.

Em Setembro, depois de esgotados os mantimentos e das mortes a que aludimos, Paulo Dias de Novais e os companheiros sobreviventes saíram dos barcos e instalaram-se em terra, como hóspedes do senhor da Corimba. Este obedecia, quer ao Ntotila, quer ao Ngola, e aceitou cristianizar-se. O Mani Corimba forneceu à embaixada portuguesa «três bois e algumas cabras», o que indicia que as baías e ilhas da Muazanga, que incluíam a Corimba, eram propícias à criação de gado caprino e bovino. Aliás veremos adiante como o interesse do Ntotila nestas baías e ilhas não se restringia ao *nzimbu*, utilizado como moeda, nem aos produtos piscatórios, mas estendia-se igualmente ao gado, o qual assegurava uma relação de complementaridade económica entre os Estados do Ndongo e do Kongo, fazendo face à esterilidade deste último.

Só em Novembro ou Dezembro, não sem antes ser acusado pelos seus homens de ter medo do Ngola, é que Paulo Dias de Novais se decidiu finalmente a meter-se «pelo rio [o Kuanza] adentro 30 léguas». Levava 38 homens, sete dos quais num batel do navio e os outros em dongos, descritos como «almadias, [...] um certo género de barcos feitos de um pau muito grande e largo, que usam os negros» [*sic*]. A subida do Kuanza fez-se até Massangano, na confluência do grande «rio de Angola» com o seu afluente Lukala, prosseguindo a expedição a pé a partir daí. Prova de que Kabasa, a capital itinerante do reino do Ndongo, se encontrava ao tempo muito para o interior. Aliás Paulo Dias de Novais e os companheiros levaram ainda quase um mês para lá chegar, passando por terras de «20 vassalos do rei de Angola» – isto é, de 20 sobas –, o

primeiro dos quais, aliás amistoso para com a missão portuguesa, residia a cinco léguas de Massangano.



12 – Representação de uma hipotética Kabasa, capital itinerante do Reino do Ndongo. Este Kilombo, constante da *Relation historique de l’Ethiopie occidentale* (1732) de Labat, ainda que reportando-se à capital do Ndongo de Njinga Mbandi e dos «Jagas» da Matamba, pode servir para ilustrar a descrição que, em 1563, o irmão António Mendes faz da cidadela real da Kabasa do Ndambi-a-Ngola. O mesmo recinto – embora porventura situado noutro local – arderia em 1564, conforme é descrito numa carta do padre Francisco de Gouveia, de 1 de Novembro (v. cap. VII).

A informação da chegada da missão a Kabasa, assim como a descrição da capital do Ndongo e do seu soberano, devem-se ao irmão António Mendes, em carta que escreveu a 9 de Maio de 1563 ao geral da Companhia da Jesus. Sobre a cidade, diz este frade que era ampla e bem construída e «não muito mais pequena que Évora» [*sic*]. frei António Mendes acrescentava que Kabasa era uma cidade:

[...] toda cercada de árvores e palmeiras que lhe servem de muros e estão muito juntas umas com as outras e [a paliçada é] revestida com palha mui grossa e com as mesmas palmas, de maneira que não pode entrar ninguém dentro dos seus muros senão pelas portas [*sic*].

Ainda segundo o irmão António Mendes, os componentes da comitiva de Paulo Dias de Novais, entre os quais ele se incluía, foram todos alojados no recinto do «feiticeiro maior

[...] em três casinhas de palha» e, embora o Ngola os tenha presenteado com galinhas, cabras, farinha, muitas cabaças de vinho e algumas frutas da terra, tiveram de aguardar quatro ou cinco dias, conforme era protocolar, até que o soberano do Ndongo os recebesse presencialmente. Passados esses dias, foram conduzidos ao recinto onde vivia o Ngola, atravessando diversos compartimentos cuja disposição era complexa:

[...] primeiro que chegássemos, passámos dez ou doze portarias; todas têm seus porteiros com chaves; [...] a primeira portaria a que chegámos está num pátio mui grande e tem muitas árvores mui grandes ao redor dele e sai el-rei muitas vezes fora a este pátio, onde se ajunta com todos os seus e ali manda fazer muitas justiças aos malfeitores; é esta portaria uma grande casa e tem dois porteiros, um à entrada da porta e outro à saída, porque tem duas portas: e, saídos desta portaria, fomos por uma rua dentro, a qual vai em voltas até chegarmos a outra portaria e assim as passamos todas e fomos a outro pátio mui grande aonde el-rei tinha uma casa à maneira de alpendre; era mui grande e toda cheia de colunas de paus mui grossos e forrada toda com esteiras pintadas, e por baixo argamassada na qual casa estava el-rei sentado em uma coisa quadrada; era de palma, à maneira de assento de mulheres e tinha na mão um corno por onde bebia o vinho e uma grande cabaça cheia de vinho no meio da casa e muita gente sentada com ele e todos os mais bebendo vinho pelos seus cornos [*sic*].

A complexidade da organização dos espaços na cidadela real do Ngola, para cuja descrição este texto constitui um documento escrito ímpar, reflecte, conforme muito bem o aprofundou o antropólogo angolano Virgílio Coelho, os dois elementos sagrados sempre presentes nos sistemas de crenças mbundu: Kakulu e Kabasa. O primeiro, Kakulu, o mundo dos antepassados e do transcendente, corresponderia a uma área onde o soberano guardava as relíquias do Estado e à qual os Portugueses jamais tiveram acesso. O segundo, Kabasa, o mundo dos vivos, traduzia-se neste espaço, aqui descrito pelo irmão António Mendes, no qual o rei convivia com os seus súbditos mais próximos e também com os seus convidados.

O Ndambi-a-Ngola, um homem de grande estatura, um verdadeiro gigante ainda segundo o irmão António Mendes, recebeu Paulo Dias de Novais com cordialidade e ambos trocaram presentes. O capitão português apressou-se a mandar um emissário a Luís Dias, que ficara na barra do Kuanza, pedindo-lhe que enviasse «os vestidos, a bacia e o fole de ferreiro» [*sic*]. Durante algum tempo, a presença da embaixada portuguesa na Corte do Ngola foi amena. O Ndambi-a-Ngola, embora sem nunca se decidir a tomar o baptismo, ia sempre afirmando que queria os padres na sua terra e fazer-se cristão, chegando mesmo a reunir 15 ou 20 crianças, algumas das quais seus filhos, cuja educação confiou ao padre Francisco de Gouveia e aos dois frades.

Todavia um dia, inesperadamente, o Ngola retirou as crianças e acusou Paulo Dias de Novais e os missionários de traidores, passando a tratá-los como prisioneiros. As razões desta súbita mudança de atitude têm sido atribuídas a uma carta que o Ndambi-a-Ngola recebeu do rei do Kongo – o qual poderia ser ainda D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, que só seria assassinado em finais desse mesmo ano de 1561 – aconselhando-o a desconfiar dos diplomatas e missionários portugueses, pois estes só pretendiam alcançar as minas de prata e ouro e acabariam por arrebatá-lo o reino aos Mbundu. Os desígnios do Ntotila prendiam-se, quer com um desagrado pela presença oficial de representantes do rei de Portugal em Angola, o que prejudicaria o Kongo nos lucros advenientes do comércio de escravos, quer com um receio de que a progressiva autonomia do Ngola inviabilizasse os fornecimentos de cabeças de gado, indispensáveis à subsistência do Kongo. Além disso, o soberano do Ndongo, ainda que usufruindo de alguma autonomia em relação ao Ntotila, estava longe de se sentir seguro no respeitante a relações com os seus outros vizinhos, como aliás bem o mostra o irmão António

Mendes, pelo que ainda necessitaria de algum apoio do seu antigo suserano.

Escreve o irmão António Mendes que o Ndambi-a-Ngola, pai de mais de 60 filhos de muitas mulheres, além de ser um homem colérico e temido pelos seus, vivia constantemente em guerras, quer contra vassallos seus, quer contra outros «reis», como os «de Kitango e de Benguela». O frade assistiu mesmo ao recrutamento de cerca de 50 mil homens destinados a combater 12 grandes senhores que se haviam revoltado contra o Ndambi-a-Ngola, o qual logrou vencê-los e capturá-los a todos juntamente com «as mulheres, filhos, escravos, com mais de três mil bois e muito gado miúdo, muito cobre e marfim» [*sic*]. Assistiu também à captura de «um rei de Benguela» – provavelmente, um soberano da Kissama, visto que, ao tempo, os Portugueses designavam por «Benguela» as terras a sul do Kuanza próximas do litoral –, que o Ndambi-a-Ngola condenou à morte para depois se apoderar do seu território e dividi-lo por alguns dos seus filhos. Estes, ainda que obrigados ao pagamento de tributos anuais, recuperariam algum tempo depois a sua autonomia em relação ao Ngola e jamais lhe pagaram qualquer contribuição.

Inexplicavelmente, já no ano de 1562, o Ndambi-a-Ngola libertou alguns Portugueses, entre os quais o irmão Manuel Pinto, que presenteou com escravos e autorizou a regressarem ao litoral. Não tiveram a sorte de encontrar o navio da expedição, pois Luís Dias decidira regressar a São Tomé para reabastecimento. O irmão Manuel Pinto e os seus companheiros foram ajudados por um soba «amigo dos portugueses», talvez o Mani Corimba, que lhes forneceu almadias para viajarem, ao sabor da corrente do sul, rumo ao «porto do Congo», isto é, ao Pinda. Daí embarcaram numa nau para São Tomé, onde faleceria de doença o irmão Manuel Pinto.

Em meados de 1563, seria igualmente libertado o irmão António Mendes, mas aqui os motivos parecem bem explicados pelos documentos. O navio de Luís Dias, que fora abastecer-se em São Tomé, chegara ao Kongo em Dezembro de 1562 e enviara ao Ndambi-a-Ngola, como emissário, o piloto da caravela, que já estivera no Ndongo, acompanhado de um «homem preto». Este piloto adoeceria durante a subida do Kuanza, tornando a viagem mais morosa, só se encontrando com o Ngola em meados do novo ano. O soberano do Ndongo fez questão de que os dois homens regressassem ao litoral e lhe trouxessem as mercadorias que o navio transportava. Luís Dias, contudo, opôs-se a esta medida sem antes ter notícias sobre a sorte do parente Paulo Dias de Novais. Foi depois de o piloto regressar a Kabasa que o Ndambi-a-Ngola achou por bem que o irmão António Mendes o acompanhasse ao litoral como garantia de que Novais e os companheiros se achavam vivos. Luís Dias enviou ao Ndambi-a-Ngola as mercadorias requeridas, mas não consentiu que o irmão António Mendes, que subira a bordo da caravela, voltasse a desembarcar. O frade seguiria na mesma nau para São Tomé, e depois para Lisboa.

### **c) A enigmática libertação de Paulo Dias de Novais em 1565**

Se o padre Francisco de Gouveia se manteria prisioneiro do soberano do Ndongo até à data da sua morte, em Junho de 1575, em contrapartida Paulo Dias de Novais viu-se, dez anos antes, em meados de 1565 – alguns historiadores supõem que no mês de Maio –, inexplicavelmente libertado pelo Ndambi-a-Ngola. O embaixador português só chegaria a Portugal mais de dois anos depois, já em finais de 1567, num tempo em que D. Catarina de Áustria fora substituída na Regência do reino, havia cinco anos, pelo Cardeal D. Henrique, que nela se manteria até ao ano seguinte, em que D. Sebastião atingiria a maioridade. Permanecem

enigmáticas, e mesmo polémicas, as circunstâncias em que o Ndambi-a-Ngola libertou Paulo Dias de Novais.

Cinco documentos escritos ajudam a encontrar caminhos para a resposta a este enigma. Três desses documentos podem considerar-se coevos de Paulo Dias de Novais, na medida em que um deles é um depoimento por ele próprio prestado e os outros dois são da lavra de autores seus contemporâneos e que com ele conviveram. O quarto e o quinto documentos datam da década de 1680, isto é, de quase um século após a morte de Paulo Dias de Novais, que ocorreu em 1589, e são escritos por quem não o conheceu.

Pela ordem cronológica, o primeiro documento é uma carta do companheiro de cativeiro de Paulo Dias de Novais, o padre Francisco de Gouveia. A carta, escrita em Kabasa – onde o jesuíta, ainda que prisioneiro do Ngola, gozava de alguma liberdade de circulação pela cidadela, convivendo, quer com os fidalgos angolanos, quer com os comerciantes portugueses lá residentes – é dirigida ao Colégio das Artes da Companhia de Jesus e é datada de 19 de Maio desse mesmo ano de 1565. Foi, sem dúvida, a data desta carta que levou Ralph Delgado e outros historiadores a convencionarem Maio desse ano como mês da libertação de Paulo Dias de Novais. O certo é que, quando o padre Francisco de Gouveia a redige, já o embaixador português não se encontrava prisioneiro do Ndambi-a-Ngola. Segundo o jesuíta, que ficara retido como refém, o Ngola houvera «por bem de despachar» Paulo Dias de Novais, acompanhado por «um seu escravo», com diversos presentes para o rei de Portugal, entre os quais se incluíam «40 argolas de cobre, 35 dentes de elefante, 40 paus [...] de quicongo e [...] mais certos escravos». Em troca, o soberano do Ndongo pedia «milhares de coisas» que o padre Francisco de Gouveia não especifica na carta.

O segundo documento é um auto levantado em Massangano pelo desembargador João Morgado de Resende, a 17 de Janeiro de 1585, a pedido de Paulo Dias

de Novais, então já há dez anos capitão donatário e governador de Angola, relativo a uma reclamação dos terços do rendimento de escravos. O agora governador, em depoimento prestado nesse auto, refere-se vaga e laconicamente aos anos em que fora prisioneiro no «reino de Angola». Afirma ter conseguido aprender a «falar a língua» – o kimbundu – e que saiu daquele reino «em uma embarcação» feita «por suas mãos». Acrescenta que passara «outrossim, assaz trabalhos e riscos na viagem até São Tomé», depois de ter estado em Pinda. Presumimos, pois, que conseguiu embarcar num navio santomense neste porto da embocadura do Kongo/Zaire. Já em São Tomé, tudo fizera para convencer Álvaro Furtado, feitor naquela ilha, a mandar «navios correr» com o resgate de Angola, ou seja, navios que levassem ao Ndambi-a-Ngola a quantia exigida por este soberano para o resgatar a ele próprio, Paulo Dias de Novais, e ao desventurado padre Francisco de Gouveia. O feitor de São Tomé rejeitou a proposta, alegando que «não havia que aventurar o [feitor?] de Congo por coisa tão incerta» [sic].

O terceiro documento é um relatório escrito em Madrid em 1620 por Garcia Mendes Castelo Branco, um dos antigos companheiros de Paulo Dias de Novais na sua segunda viagem a Angola, a de 1575. Deste documento, recolhido por António Brásio em *Monumenta Missionária Africana*, reproduzimos literalmente o mesmo excerto, aliás assaz elucidativo, citado por Ilídio do Amaral:

[O Ndambi-a-Ngola] cativou ao dito Paulo Dias com a gente que levava e aos padres da Companhia e os teve cativos por espaço de anos, até que, obrigado da necessidade e aperto em que o havia posto um vassalo seu, poderoso, por nome Quiloange Queacoango [Kiluanji kia Koango], que se lhe havia rebelado, movendo-lhe grande guerra, concertou com [o] dito Novais que fosse a Portugal a buscar-lhe socorro, deixando-lhe em reféns os ditos padres da Companhia, prometendo-lhe que levando-lhe [o] dito socorro [...] conseguiria seu intento do trato e comércio, e o mais que pretendia [sic].



Refiram-se, por fim, duas versões romanescas sobre a maneira como Paulo Dias de Novais se viu livre do cativo do terrível Ndambi-a-Ngola. A primeira é de António de Oliveira de Cadornega. Na sua incontornável *História Geral das Guerras Angolanas*, concluída em 1681, Cadornega relata os amores que uma «princesa gentia», a filha do Ndambi-a-Ngola, nutriu pelo capitão português Paulo Dias de Novais. A princesa conseguiu que o seu amado e alguns companheiros fugissem para as terras do soba Quilonga-Quiabundu [Kilongo kia Mbundu], algures no local onde quase 40 anos depois se ergueria a fortaleza de Cambambe. O soba tê-los-ia ajudado a construir uma canoa com a qual desceriam o Kuanza. Passada a embocadura do grande rio, navegaram junto ao litoral até ao porto do Pinda, onde embarcaram num navio para Portugal.

João António Cavazzi de Montecúccolo, capuchinho italiano que andou por terras de Kongo, Angola e Matamba entre 1654 e 1667, tomaria conhecimento deste antecedente quinhentista e seiscentista de um certo imaginário da literatura colonial. Na sua *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, editada em Roma em 1687, relata um episódio idêntico ao de Cadornega, mas confundindo-o com a chamada «invasão dos Jagas», que só ocorreria três ou quatro anos depois de 1565, data da libertação de Paulo Dias de Novais. Em nenhum ponto do seu texto se menciona o nome de Paulo Dias de Novais e diz-se apenas que a filha de «Mbandi-a-Ngola-Quiluanji» se apaixonou por um «capitão português». Mas esse «capitão português» terá vindo do Kongo, à frente de um exército de socorro que o Ngola demandou ao Ntotila, expulsando com êxito do Ndongo, como já o fizera no Kongo, os sanguinários Jagas. O «capitão português» não seria, então, Paulo Dias de Novais, mas sim Francisco de Gouveia Sotomaior, o oficial que, entre 1571 e 1577, venceria os Jagas no Kongo.

Observe-se como, no imaginário do século XVI para o século XVII, ao conceber-se a fantasia de uma princesa africana que se apaixona por um «herói» português, já se encontrava presente o fantasma da colonização sexual indirecta, sobre o qual teorizámos noutros lugares. Este elemento da retórica colonial, que aliás não se restringe ao imaginário português nem ao continente africano, estaria bem presente nas literaturas coloniais dos séculos XIX e XX. No caso da literatura colonial portuguesa em relação a Angola, atingiria o ponto culminante com Luís Figueira, no seu romance *Princesa Negra*, publicado em 1932.

Já agora, talvez não seja demais lançar um apelo irónico às Produções Walt Disney ou aos seus eventuais seguidores sobre se não estarão interessadas em projectar na tela cinematográfica esta Pocahontas angolana, desenhada em primeira mão por Cadornega e Cavazzi. Não duvidamos de que as receitas de uma tal produção – agora com uma Barbie negra em vez de índia – não ficariam, de modo algum, atrás das que resultaram da lamentável longametragem em desenho animado de 1995.

## CAPÍTULO VII

# **As «invasões Jagas» ao Kongo e as conquistas de Paulo Dias de Novais no corredor do Kuanza**



# Cronologia

**1564** - O Reino do Kongo, por iniciativa do Ntotila D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga, adere à Contra-Reforma do Concílio de Trento. - **(Outubro?)** - Incêndio de Kabasa, a capital itinerante do Ngola.

**1568** - Início das «invasões Jagas» ao Reino do Kongo.

**1571 (27 de Fevereiro)** - O rei D. Sebastião de Portugal envia, em socorro de D. Álvaro I do Kongo e contra os «Jagas», o capitão veterano Francisco de Gouveia Sotomaior. - **(19 de Setembro)** - O rei D. Sebastião de Portugal lavra a carta de doação da capitania de Angola a Paulo Dias de Novais.

**1574** - Ano provável da expulsão dos «Jagas» do Reino do Kongo por Francisco de Gouveia Sotomaior. - **(23 de Outubro)** - Larga do Tejo, rumo a Angola, a armada de Paulo Dias de Novais.

**1575 (11 a 20 de Fevereiro)** - Chegada à Ilha de Luanda da armada de Paulo Dias de Novais. - **(29 de Julho)** - Falecimento, em Kabasa, do padre Francisco de Gouveia, ao fim de 15 anos de cativo. - **(20 de Outubro)** - Famosa carta ao provincial de São Tomé da autoria do Superior dos Jesuítas em Angola, padre Garcia Simões, descrevendo a Ilha de Luanda e os seus habitantes; nela se informa que na Ilha de Luanda já se encontravam 40 Portugueses instalados como comerciantes.

**1576 (25 de Janeiro)** - Paulo Dias de Novais funda o Presídio de São Paulo de Luanda. - **(7 de Setembro)** - Segunda carta do padre Garcia Simões descrevendo os primórdios da cidade de Luanda e queixando-se da passividade de Paulo Dias de Novais.

**1577** - Regresso a Portugal e falecimento do capitão Francisco de Gouveia Sotomaior.

**1578 (Abril a Agosto)** - Campanhas militares portuguesas no Magrebe, comandadas pelo rei D. Sebastião, que culminariam na fatídica Batalha de Alcácer-Quibir. - Fundação de Benguela-a-Velha (futuro Porto Amboim), por António Lopes Peixoto, sobrinho de Paulo Dias de Novais. - Chegada de Garcia Mendes Castelo Branco ao Cabo Negro, futura Moçâmedes (Namibe). - Fundação nas margens rio Kuanza, por Paulo Dias de Novais, dos Presídios de Tombo (Santa Cruz), Calumbo (São Pedro) e Anzele. - **(ou 1579?)** - Chegada ao Kongo do comerciante e embaixador português Duarte Lopes.

**1579 (Setembro?)** - «Cerco» de Anzele.

**1580/1581** - Saga de Paulo Dias de Novais a caminho de Cambambe, fortificando-se em Mucumbe.

- 1582** - Ano provável do nascimento de Njinga Mbandi, futura rainha do Ndongo e da Matamba. - **(Novembro)** - Fundação, por Paulo Dias de Novais, do Presídio de Massangano, onde passa a ficar aquartelado.
- 1583** - D. Álvaro I do Kongo envia a Filipe II de Espanha (e I de Portugal) e ao papa Sisto V uma embaixada dirigida pelo português Duarte Lopes.
- 1587** - Duarte Lopes avista-se em Madrid com Filipe II, não conseguindo convencê-lo a enviar missionários para o Kongo.
- 1589 (9 de Maio)** - Morte de Paulo Dias de Novais, em Massangano.
- 1590** - Já ordenado, Duarte Lopes avista-se em Roma com o papa Sisto V. - Primeira coligação antiportuguesa do Kongo, do Ndongo e da Matamba na Batalha de Angoleme-Akitambo.
- 1591** - Publicação em Roma de *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, de Duarte Lopes e de Filippo Pigafetta. - *Relatório sobre o «Reino de Angola» e a Ilha de Luanda, Sumária Descrição do Reino de Angola*, dirigido ao rei Filipe II de Espanha (e I de Portugal) pelo licenciado Domingos de Abreu de Brito, texto onde preconiza para Angola, além da colonização de feitoria, uma colonização agrícola e de povoamento, similar à do Brasil.

# **1 - As discutíveis «invasões Jagas» ao Kongo (1568-1574)**

## **a) A revitalização internacional do Kongo através de Lisboa e de Roma**

Ao fim de 16 anos de reinado, D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, o quinto rei cristão do Kongo, morreu tragicamente assassinado em Setembro/Outubro de 1561, num tempo em que Paulo Dias de Novais e o padre Francisco de Gouveia já se encontravam prisioneiros do Ndambi-a-Ngola. D. Diogo fora vítima de uma conjura na qual tiveram participação os Portugueses ainda residentes em Mbanza Kongo. Sucederam-lhe um filho bastardo, D. Afonso II Mvemba-a-Nzinga, que só se manteve no trono «poucos dias», pois não tardou a ser morto por D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga, num golpe de Estado igualmente urdido pelos Portugueses.

Os Portugueses residentes no Kongo dividiam-se em duas facções, uma favorável aos interesses de São Tomé e de Lisboa, outra adversa. Foi a primeira facção que derrubou D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi e D. Afonso II Mvemba-a-Nzinga. Segundo Cristóvão d'Orta e Sousa, os «tratadores» de São Tomé preferiam enviar os seus navios a Angola «por o Kongo estar [en]cerrado» à navegação santomense. Contrariamente à interpretação de Ralph Delgado, a interdição dos portos congueses aos navios de São Tomé e de Lisboa não se tratava de uma consequência dos assassinatos de D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi e do seu sucessor. Pelo contrário, foi o seu motivo. Subindo D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga ao poder, as portas do Kongo escancaravam-se de novo aos missionários enviados por Lisboa e por Roma e, conseqüentemente, aos negreiros santomenses e lisboetas, assim como aos que aspiravam à

exploração das minas de cobre conguesas em proveito da Coroa portuguesa.

D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga começou por enviar a Lisboa uma embaixada chefiada pelo eclesiástico português frei Estêvão de Lagos. A missão teve êxito porque, a 26 de Julho de 1562, D. Catarina escrevia para o soberano do Kongo uma carta muito lisonjeira do seu «fervor e zelo» nas «coisas de serviço de Nosso Senhor, conservação e augmentação da cristandade» [sic]. A regente de Portugal recordava também ao novo Ntotila o facto de ter sido graças aos reis portugueses que os seus antecessores receberam «o conhecimento de [...] Santa fé e nome de Cristo» [sic]. Lembrava-lhe assim que era devido à intervenção de Portugal que o Kongo tinha o reconhecimento de Roma como Estado cristão e, portanto, como parceiro comercial no plano internacional. Posto isso, D. Catarina decidira enviar um embaixador português para o Kongo, o mesmo frei Estêvão de Lagos que viera a Lisboa como embaixador do Ntotila.

O reinado de D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga, que duraria cinco anos, até 1567, ficaria marcado por um passo decisivo na expansão do Cristianismo no Kongo, traduzido pela introdução neste reino dos preceitos estabelecidos no Concílio de Trento. Este concílio ecuménico, o mais longo da história da Igreja Católica, prolongara-se por 18 anos, entre 1545 e 1563. Abrangeria cinco pontificados – os de Paulo III (1534-1549), de Júlio III (1550-1555), de Marcelo II (o mês de Abril de 1555), de Paulo IV (1555-1559) e de Pio IV (1559-1565) – e, no Kongo, coincidia com todo o reinado de D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi, que a ele se mantivera sempre alheio. Na sua política de Contra-Reforma em oposição à chamada Reforma Protestante, o Concílio de Trento aprovara inúmeros decretos dogmáticos e doutrinários, unificados em bula papal de Pio IV de 26 de Janeiro de 1564 e adoptados em Portugal no mesmo ano.

Não tardaram a seguir, quer para o bispado de São Tomé, quer para o Kongo, por carta de 2 de Outubro do cardeal D. Henrique, entretanto já regente em Lisboa, dirigida a D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga, que não hesitou em acatá-los nem em impô-los aos seus súbditos.

D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga morreu em 1567 em batalha contra os Anzicos (ou Anzicanos) – ou Nteke (ou Bateke) –, os ancestrais inimigos do Reino do Kongo. A mesma sorte veio a ter, dois anos depois, o seu sucessor, D. Henrique Mvemba-a-Nzinga – também chamado Nerika-a-Mpudi –, de reinado breve. Algumas fontes, nomeadamente a *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, de Duarte Lopes e Filippo Pigafetta, publicada em 1591, chamam Jagas a esses Anzicanos. Outros textos posteriores, já do século XVIII, designam-nos mesmo por «Jagas de Anzica». Por que motivo? E quem seriam, efectivamente, os «Jagas»?

O desaparecimento de D. Henrique Mvemba-a-Nzinga em 1568 marcou o regresso ao poder, em Mbanza Kongo, de uma antiga linhagem há muito tempo afastada, a dos Mpangu, da província homónima, também chamados, mercê das alianças clânicas, Lukeni-lua-Mvemba. O Ntotila que reinaria durante 19 anos, até 1587, intitulava-se D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba. Subiu, portanto, ao trono do Kongo em 1568, o mesmo ano em que, em Portugal, o jovem rei D. Sebastião, de 14 anos, assumiu responsabilidades governativas.

A crer na corrente historiográfica colonial, liderada por Ralph Delgado, a controversa invasão dos Jagas ao Reino do Kongo, pela província de Mbata (ou Bata), a nordeste, teria ocorrido nesse mesmo ano. No entanto Ralph Delgado, quiçá preocupado em antecipar a data do início das relações amistosas eventualmente havidas entre os dois monarcas, o congûês e o português, mais não faz senão reproduzir o que é relatado por Duarte Lopes, na prosa de



Filippo Pigafetta, em *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, texto que, como bem o assinala Ilídio do Amaral, é muito parco em referências cronológicas. A problemática da controversa invasão do Reino do Kongo pelos Jagas e das suas consequências leva-nos a antecipar cronologicamente a abordagem do percurso de Duarte Lopes, que só chegou ao Kongo em 1578 ou 1579, isto é, dez anos depois da data em que Ralph Delgado e outros historiadores situam o acontecimento das incursões violentas dos chamados Jagas.

### **b) O périplo de Duarte Lopes (1578-1589) segundo Filippo Pigafetta (1591)**

O geógrafo e ex-militar Filippo Pigafetta, natural de Vicenza, no nordeste italiano, onde nasceu em 1533 e faleceu em 1604, inicia a *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* com estas palavras a respeito de Duarte Lopes:

No ano de 1578, em que se embarcou [a 25 de Junho] D. Sebastião, rei de Portugal, para a conquista do reino de Marrocos, Duarte Lopes, natural de Benavente, terra a 24 milhas de distância de Lisboa, na margem sul do rio Tejo, navegou também, no mês de Abril, para o porto de Luanda, sito no reino do Congo, numa nau chamada *Santo António*, pertencente a um seu tio, carregada de diversas mercadorias para aquele reino [sic].

Duarte Lopes viajou para o Kongo dois meses antes da partida de D. Sebastião para Marrocos e quatro antes da fatídica batalha de Alcácer-Quibir. Tinham decorrido apenas dois anos sobre a fundação do Presídio de Luanda, por Paulo Dias de Novais, e da data em que a baía local se tornou – oficialmente, pois antes já o era clandestinamente – um porto português. Ao tempo em que Filippo Pigafetta redigia o seu texto, por volta de 1590, Paulo Dias de Novais, o primeiro governador colonial de Angola, acabara de falecer. Mas o cronista italiano ignorava-o, pois apresenta Luanda como sendo um porto do

Reino do Kongo. No mesmo ano de 1578 – ou já no seguinte, pois o relato de Pigafetta dá a entender que a nau *Santo António* deambulou durante meses pela Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Luanda, seguindo para o Pinda ao sabor dos ventos e das correntes de feição de sul para norte, como a partir de então passou a ser usual –, Duarte Lopes instalou-se, como comerciante de escravos, em Mbanza Kongo. Em pouco tempo conseguiu conquistar a confiança, não apenas dos seus escassos congêneres portugueses aí residentes, mas sobretudo a do soberano D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba. Este, três anos depois, já em 1582 e no âmbito da prossecução da política dos seus antecessores de preservar o prestígio internacional do Kongo através do acolhimento de missionários católicos, decidiu enviar uma embaixada ao rei Filipe II de Espanha – que era igualmente rei de Portugal desde 1580, como Filipe I – e ao papa Sisto V. A projecção diplomática internacional do Kongo, até então processada através de Lisboa e de Roma, substituíra agora, compreensivelmente, Lisboa por Madrid. Segundo Pigafetta, D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba, ao requerer o envio de mais missionários, procurava aliciar Filipe II, de cuja ascensão ao trono de Portugal fora informado pelo capitão de São Tomé, «oferecendo-se para se descobrirem as minas de metais escondidas pelos outros reis [do Kongo] seus antecessores e mandando-lhe [a Filipe II] várias amostras deles» [sic]. Algo de idêntico deveria o embaixador, depois da sua passagem por Madrid, transmitir e entregar em Roma ao papa Sisto V.

O embaixador escolhido para esta missão veio a ser precisamente Duarte Lopes. A sua viagem para a Europa foi morosa. O reputado negreiro, agora diplomata, partiu do porto do Pinda, embarcando em Janeiro de 1583 num velho navio português com um carregamento de cem toneladas, que se dirigia a Lisboa. O mau estado da

embarcação levou a que não pudesse ancorar em Cabo Verde. O piloto decidiu então mudar de rota e «tomando o vento em popa, foram atracar às ilhas da Nova Espanha [...] nas Índias Ocidentais», isto é, às Antilhas. O navio acabou por naufragar ao largo do Vice-Reino da Nova Granada, no noroeste da América do Sul, abrangendo os territórios dos actuais Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela. Os passageiros foram salvos, mas Duarte Lopes teve de esperar mais de um ano que chegasse uma frota castelhana que o conduzisse à Europa. Adoeceu durante algum tempo e, ao recuperar-se, navegou para o porto de São Domingos, na então ilha Espanhola, futuro Haiti. Daí seguiu, a bordo de um navio militar português, para Lisboa, onde foi encontrar-se com familiares, não sem antes viver um périplo atribulado, que passou pelos Açores e por Sevilha. Permaneceu todo o ano de 1584 em Lisboa, de onde partiria a cavalo para Madrid. O facto de Duarte Lopes ter visitado os familiares lisboetas, a fim de «prover-se do necessário» [*sic*], indicia que o embaixador do rei do Kongo se vira despojado de todos os seus haveres no naufrágio nas Antilhas, inclusive das amostras de minerais que lhe dera o Ntotila.

Em 1587, Duarte Lopes avistou-se com Filipe II em Madrid, mas sem conseguir levar a bom termo a missão de que o encarregara o soberano do Kongo. Filippo Pigafetta indica dois motivos que, embora circunstanciais, se afiguram plausíveis para este fracasso: por um lado, a morte do próprio D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba, ocorrida nesse mesmo ano, cuja notícia chegara a Duarte Lopes; por outro, a Guerra Anglo-Espanhola, que se iniciara dois anos antes e prosseguiria até 1604 e na qual Filipe II se encontrava intensamente envolvido. Dera-se recentemente a vitória inglesa em Cádiz. E no ano seguinte a Invencível Armada espanhola seria repelida no Canal da Mancha e metade dos seus 130 navios desapareceria ao

contornar as Ilhas Britânicas, sucumbindo às tempestades. A bordo da Invencível Armada seguiam, aliás, muitos membros da Companhia de Jesus, que pretendiam restaurar o Catolicismo em Inglaterra. Compreende-se assim o desinteresse de Filipe II, apostado em combater os súbditos da cunhada Isabel I, que considerava uma bastarda e uma herética, em aceder ao pedido do Ntotila, transmitido por Duarte Lopes, de enviar Jesuítas para o Kongo.

No ano seguinte, Duarte Lopes «vestiu o hábito de frade em Madrid» [sic] – presumimos, pois, que tomou ordens – e seguiu para Roma, onde foi recebido pelo papa Sisto V. Acerca deste encontro de Duarte Lopes com o Pontífice, escreve Pigafetta:

Foi muito bem recebido por Sua Santidade, a quem falou do estado lastimoso em que se encontravam os povos cristãos do reino do Congo, no tocante ao culto e ao serviço de Deus, o pequeno número de sacerdotes que ali havia para ensinar a doutrina do Evangelho e prestarem os sacramentos da Igreja, devido à grande quantidade daquelas gentes, as quais todos os dias se apresentavam para serem baptizadas, doutrinadas, confessadas e comungadas. Além disso, o seu voto foi de também se propor a edificar as faculdades que Deus lhe concedeu no Congo (que não são, porém, mínimas): uma casa, na qual ao serviço divino estivessem diversos mestres e sacerdotes para ensinarem à mocidade daquelas regiões as boas línguas, as artes liberais, a doutrina do Evangelho e os mistérios da nossa salvação. [...] A isso juntava o hospital que fosse refúgio e abrigo dos pobres de Deus, os quais, de terras estranhas e navegantes, naquele hospício tivessem agasalho, medicados e restaurados das suas necessidades [sic].

Duarte Lopes referiu também ao Pontífice a existência no Kongo de minas de ouro, prata, cobre e outros metais, assim como o informou da intenção do Ntotila de doar à Santa Sé cem léguas de terra. Mas o papa recusou-se a intervir directamente nos negócios religiosos do Kongo, com a argumentação de que queria evitar dificuldades no relacionamento de Roma com a Espanha. Remetia, aliás, o assunto para o rei de Espanha, a quem considerava que o

Reino do Kongo pertencia por direito. A Espanha de Filipe II constituía um baluarte importante na defesa do Concílio de Trento e um travão contra o alastramento do Protestantismo na Europa. Num tempo em que os Países Baixos – embora pugnando pela sua independência, com a liderança da Casa de Orange-Nassau e o apoio activo dos *gueuzen* calvinistas – ainda se encontravam sob o domínio da Espanha imperial, decerto que Filipe II e Sisto V estavam longe de imaginar, não só a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada daí a 30 anos, em 1621, como o interesse que esta revelaria na exploração das unidades agrícolas das colónias americanas e na mão-de-obra escrava recrutada no continente africano. Se o pudessem prever, sem dúvida que teriam prestado mais atenção a Duarte Lopes.

Foi desalentado que Duarte Lopes, ainda em Roma, travou conhecimento com Filippo Pigafetta, a quem fez um relato oral e forneceu notas manuscritas sobre a região e a história do Reino do Kongo. A obra foi ilustrada com cartografia entregue ao autor pelo próprio Duarte Lopes e imediatamente traduzida em latim, francês e alemão, só vindo a ter tradução portuguesa no século xx. As informações geográficas e etnográficas que constam da *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* suscitaram grandes polémicas na historiografia. Os historiadores do século xix, com destaque para o viajante francês Léon Cahun, seguido já no século xx pelo arqueólogo português Manuel Hellen, sustentaram exageradamente que Duarte Lopes teria sido o «primeiro dos exploradores» ou, pelo menos, o primeiro europeu a efectuar uma travessia terrestre do continente africano, ao ponto de explorar a região dos Grandes Lagos e subir até às nascentes do rio Nilo. Mas as viagens de Duarte Lopes não foram além das que indicámos e – conforme bem o demonstraram os historiadores portugueses Armando

Cortesão e Avelino Teixeira da Mota – o conhecimento de Duarte Lopes, na carta que acompanha a *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, não transcendia o que já se encontrava em cartas portuguesas anteriores. Sabe-se ainda que Duarte Lopes voltou a Espanha em 1589 e apresentou a Filipe II um relatório no qual fazia saber ao monarca da vantagem de recrutar escravos em Angola e em São Tomé para as Índias Ocidentais. Depois disso, perde-se-lhe o rasto.

Mas do que trata *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*? A obra divide-se em duas partes. Uma primeira que, depois de exposta sumariamente a viagem de Duarte Lopes para o Kongo, se estende por 13 capítulos centrados em descrições geográficas das terras congolezas, assim como das fronteiras e das províncias do Reino do Kongo. E uma segunda, dividida por dez capítulos, que se ocupa de três temáticas: da descrição da cidade de Mbanza Kongo e da Corte do Ntotila, de um historial do Cristianismo – ou da presença portuguesa – no mesmo reino, da embaixada de Duarte Lopes a Madrid e a Roma, e ainda, nos três últimos capítulos fantasiosos – provavelmente provenientes apenas da imaginação de Filippo Pigafetta –, de considerações incongruentes sobre lugares tão díspares como o Cabo da Boa Esperança e o rio Nilo, o Reino de Sofala, ou o Mar Vermelho e a Etiópia do Prestes João. Foram, sem dúvida, esses três capítulos que levaram muitos leitores a considerar erroneamente Duarte Lopes, como vimos atrás, um «explorador», atribuindo-lhe viagens que não fez. Centrar-nos-emos apenas nos Capítulos V e VI da segunda parte, relativos às «Incursões dos povos Jagas no Reino do Congo e suas condições e armas, e da tomada da capital».

**c) As «invasões jagas» ao Kongo (1568-1574)  
segundo Duarte Lopes e Filippo Pigafetta  
reinterpretadas por historiadores modernos**

Não foram poucos os investigadores do século xx que puseram em causa a existência dos invasores do Kongo em 1568 dados como Jagas. Destacamos J. Vansina (1966), J. C. Miller (1973 e 1978), J. Thornton (1978), F. Bontinck (1979), A. Hilton (1983) e Ilídio do Amaral (1996). Todos estão de acordo no facto de esses supostos «Jagas», que Duarte Lopes, por intermédio de Filippo Pigafetta, refere, não serem os mesmos Jagas provenientes do leste, de que fala o eclesiástico britânico Samuel Purchas (1557 - 1626) a partir do relato que lhe foi feito por Andrew Battel, o marinheiro inglês que comercializou escravos no Kongo e em Angola entre 1589 e 1616, e com os quais os Portugueses entrariam em contacto a partir de 1575. Estes últimos Jagas são os Imbangala ou Bângala, ligados às migrações do Kinguri, de que falaremos adiante. Em todo o caso, podemos antecipar que, quer aos Jagas de Duarte Lopes, quer aos Jagas de Andrew Battel, se pode aplicar a pertinente conjectura de E. G. Ravenstein, anotador em 1901 do relato de Battel a Purchas: «Jaga» não se tratava do nome de nenhum povo e sim da corruptela de um título político, provavelmente Yaka. Duarte Lopes, que chegou ao Kongo dez anos antes de Andrew Battel, pode ter ouvido pronunciar o título Yaka, por hipótese aplicado aos Anzikos (ou Bateke). Mas o que é que, em nome de Duarte Lopes, escreveu Filippo Pigafetta sobre as invasões Jagas ao Kongo?

O Capítulo V da segunda parte de *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* descreve os invasores Jagas nos seguintes termos:

[...] algumas nações que vivem do mesmo modo dos Árabes e dos antigos nómadas vieram depredar o reino do Congo, chamadas Jagas [...]; gente cruel e homicida, de grande estatura e de semblante horrível, comendo carne humana, combatentes ferozes e valorosos. As suas armas são escudos, dardos e punhais e andam nus. São selvagens nos costumes e no viver de cada dia. Não têm reis estes povos e passam a vida em cabanas, na floresta, à maneira dos pastores. Apareceram, destruindo e pondo a ferro e fogo,

roubando todas as terras por onde passavam, até chegarem ao reino do Congo, onde entraram pela comarca de Bata, rechaçando os primeiros que lhes fizeram resistência, dirigindo-se depois para a capital [Mbanza Kongo], na qual o rei [D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba] estava desanimado pela vitória dos inimigos, obtida na província de Bata [sic].

Não somos os primeiros a observar que Filippo Pigafetta apresenta a invasão dos Jagas como uma punição divina sobre o Ntotila, equiparando Mbanza Kongo em 1568 à Roma invadida e saqueada pelos Germanos em 410. O asselvajamento dos invasores é inevitável, nomeadamente na retórica da antropofagia, que se tornaria banal, e no argumento da anomia, pois os Jagas, segundo Pigafetta, não teriam rei. O exército de D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba foi «ao encontro dos adversários com aquelas suas gentes, na mesma planície onde, no passado, o Pango [Panso Aquitimo] combatera com o rei D. Afonso» [sic]. Ou seja, a batalha travou-se precisamente na mesma planície onde 60 anos antes D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga vencera o «herege» Panso Aquitimo. Agora, porém, a sorte foi adversa aos cristãos:

Travou-se aí batalha, tendo as tropas reais sofrido uma derrota e o rei, meio roto, [...] refugiou-se num certo ilhéu do rio Zaire, chamado dos Cavalos, juntamente com os sacerdotes portugueses e os outros senhores principais do reino [sic].

Prossegue Pigafetta, procurando acentuar o dramatismo desta punição divina, quer por todo o território do Kongo em relação aos seus habitantes em geral, quer quanto ao soberano e à sua Corte, refugiados na Ilha dos Cavalos. No tocante aos primeiros, os habitantes do Kongo, escreve o geógrafo italiano:

Ficaram assim os Jagas senhores da capital e de todo o reino. Os naturais fugiram, indo abrigar-se nas montanhas e lugares desertos, tendo os Jagas queimado a capital e as igrejas e tudo assolaram, não perdoando a vida a ninguém. De maneira que, nesta região ou naquela, subjugaram todo o



reino, repartidos em vários exércitos. Nesta perseguição foram castigados, geralmente, todos os habitantes do reino do Congo [sic].

A respeito da vida precária e, a certa altura, desumana e perversa para fazer face à penúria, que D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba e os seus dignitários levavam na Ilha dos Cavalos, acrescenta o geógrafo italiano:

O rei com os seus, que se salvaram e refugiaram na ilha já referida, sendo pequena e as gentes muitas, houve escassez tão terrível de mantimentos que a maioria da gente morreu de fome e de pestilência, subindo os preços, como, por exemplo, o valor da pouca comida custava um escravo, que, pelo menos, se comprava por 10 escudos. [...] De forma que, constrangidos pela necessidade, o pai vendia o filho, o irmão o irmão, e assim cada qual procurava obter a subsistência com toda a espécie de vilezas. As pessoas que com a fome se vendiam eram compradas a diversos por mercadores portugueses que de São Tomé vinham com navios carregados de mantimentos, dizendo os vendedores que aqueles outros eram escravos, o que os vendidos confirmavam, a fim de saírem do tormento da fome, e desta forma foram para São Tomé e para Portugal muita quantidade de escravos, vendidos por tal necessidade, nativos do Congo, alguns dos quais eram de sangue real e de senhores principais. Daqui reconheceu claramente o rei [D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba] que por seus delitos lhe recresceram tantas desgraças, e se não foi punido pela fome, como rei, todavia não escapou à cruel enfermidade da hidropisia, inchando-se-lhe fortemente as pernas, causada pelo ar e pelas péssimas comidas e ainda pela humidade daquela ilha, a qual enfermidade o acompanhou até à morte. [...] Doente destas calamidades, o rei converteu-se a Deus, pedindo perdão dos seus crimes e fazendo penitência dos pecados, e, aconselhado pelos portugueses, mandou pedir socorro ao rei de Portugal com embaixadores [sic].

Ao ler esta passagem de Pigafetta, Ralph Delgado completou-a com uma informação constante do epitáfio do túmulo de Francisco de Gouveia Sotomaior, sepultado na Casa do Capítulo do Convento de São Francisco, em Lisboa. Dizia essa inscrição tumular que D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba enviou, da Ilha dos Cavalos a Lisboa, o seu parente D. Sebastião Álvares, provavelmente já em 1569. Prossegue, muito justamente, Pigafetta:

[...] caso que sucedeu no tempo em que [em Portugal] começava a reinar D. Sebastião, o qual com brevidade e amor [ao Ntotila] o socorreu, enviando um capitão experimentado, chamado Francisco de Gouveia [Sotomaior], nas diversas guerras, na Índia e em África, com mais de 600 soldados e muitos fidalgos aventureiros [sic].

Efectivamente, em resposta à mensagem transmitida pelo embaixador congues, o jovem rei D. Sebastião nomeou por três anos, por carta régia de 27 de Fevereiro de 1571, Francisco de Gouveia Sotomaior – que já prestara serviços «por 50 anos», no «Reino e Senhorios da Índia, Pérsia, África, Guiné e na ilha de São Tomé» – para o cargo de «Capitão e Governador» da força militar que enviou ao Kongo em socorro dos refugiados na Ilha dos Cavalos. Presume-se que Francisco de Gouveia Sotomaior, homem já de idade avançada, e os seus 600 homens – para alguns autores eram 500 e para outros 700 – tenham permanecido no Kongo e pelejado contra os invasores durante os três anos previstos na carta régia, portanto entre 1571 e 1574. Outra carta régia escrita a Francisco de Gouveia Sotomaior por D. Sebastião em Almeirim, datada já de 19 de Março de 1574, na qual o monarca português dá por finda a missão do velho soldado no Kongo, parece confirmá-lo. No entanto, a inscrição do túmulo de Francisco de Gouveia Sotomaior dá-o como regressado a Lisboa «em 24 de Setembro de 1577», falecendo «daí a 36 dias na idade de 70 anos» [sic].

Como observa Ilídio do Amaral, nem as cartas régias de 27 de Fevereiro de 1571 e de 19 de Março de 1574, nem o epitáfio do túmulo de Francisco de Gouveia Sotomaior, fazem a menor referência a Jagas. Contudo, parecem deixar claro que Francisco de Gouveia Sotomaior, graças à eficácia dos arcabuzes sofisticados, repeliu com êxito os invasores – provavelmente Anzikanos – e restabeleceu a ordem no Kongo, devolvendo o trono a D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba. O que, aliás, se harmoniza com

o que Filippo Pigafetta relatará no Capítulo VI da segunda parte da sua obra, que assim se inicia:

[Francisco de Gouveia Sotomaior] Levava consigo ordem para que a ilha de São Tomé o abastecesse de navios e de mantimentos e de tudo o que fosse necessário para aquela empresa. Chegou, finalmente, com esses apetrechos ao ilhéu dos Cavalos, onde estava o rei [do Kongo], com o qual, partindo daqui [da Ilha dos Cavalos], os Portugueses, juntas todas as gentes de guerra da terra, tão depressa quanto lhes foi possível, avançaram contra os inimigos, com os quais combatendo diversas vezes em campanha, ao cabo de um ano e meio restituiu o seu estado ao rei, vencendo mais com o estrondo e com a força dos arcabuzes, temendo muito os Jagas aquele engenho, do que com o resto das gentes. [...] Desta maneira foram expulsos do reino do Congo e bem poucos tornaram a ver os seus, e o capitão português [Francisco de Gouveia Sotomaior], ao fim de quatro anos que ali se demorou para repor o soberano no reino, se recolheu a Portugal, levando cartas do rei, em que pedia que lhe enviassem sacerdotes para manter a religião. Ficaram muitos portugueses que com eles navegaram para aquelas regiões, onde são hoje ricos e remediados de bens. [...] Restaurado o reino, e reposto o rei na antiga dignidade, continuou [D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba] muito bom cristão e casou-se com D. Catarina, que hoje ainda vive, da qual teve quatro filhas, e das escravas que tinha, dois filhos e uma filha, e, porque naquelas partes não sucedem as mulheres, ficou herdeiro do reino o filho maior, chamado também D. Álvaro, que ainda hoje reina [sic].

D. Álvaro II Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba, que sucederia ao seu pai quase homónimo em 1587, reinaria até 1614. Mas Francisco de Gouveia Sotomaior permaneceu no Kongo até bem depois de 1574. Articulando a data fornecida pelo seu epitáfio para a sua chegada a Lisboa e para a sua morte, o ano de 1577, com duas cartas de Luanda do padre Garcia Simões, uma de 1575 que anuncia o seu regresso a Portugal para breve, e outra de 1576 que confirma que a sua partida já se efectivou nesse mesmo ano, podemos concordar com Ralph Delgado na hipótese de Francisco de Gouveia Sotomaior se haver demorado em São Tomé e só chegar a Lisboa no ano seguinte. Que fez Francisco de Gouveia Sotomaior no Kongo durante os anos de paz de 1574 a 1576?

Desde logo, seguiu as instruções que lhe deu D. Sebastião na carta de 19 de Março de 1574, no sentido de, antes de deixar Mbanza Kongo, amuralhar a cidade com uma fortificação que lhe parecesse «conveniente para defesa do rei e recolhimento dos portugueses», para que estes não ficassem «sujeitos a outros tais insultos como os passados» [sic]. Também tudo tentou fazer para tentar explorar as minas de ouro e de prata do Kongo em proveito do rei de Portugal, de onde chegou a mandar vir dois técnicos prospectores. Mas, neste empreendimento, Francisco de Gouveia Sotomaior, tal como Paulo Dias de Novais no Reino do Ndongo pela mesma época, como veremos adiante, deparou com a obstrução de um residente português, Francisco Barbudo, conforme aliás bem o relata Pigafetta:

No tempo em que o sobredito capitão [Francisco de Gouveia Sotomaior] morava no Congo, sabendo o rei D. Sebastião que naquele reino havia minas de prata e ouro e de outros metais, mandou dois mestres de tal arte, que tinham servido aos Castelhanos no Ocidente, a reconhecê-las e tirarem proveito delas. Mas o rei do Congo foi, por um português, chamado Francisco Barbudo, seu confessor íntimo, persuadido a não consentir que se descobrissem aquelas minas, fazendo-lhe crer com isso, porventura, a pouco e pouco, [que] lhe seria também tirada a livre posse do reino, e com esse propósito mandou conduzir aqueles mestres por outros caminhos em que sabia não haver minas de metais. Não permitindo aquele rei [D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba] que no Congo se exercitasse a arte de pesquisar e fundir os metais, tão prezados na Europa, vindo também a cessar os grandes tráfegos. E os mercadores portugueses não se interessavam muito em navegar por aquelas terras e habitá-las, e, por conseguinte, poucos religiosos para lá foram [sic].

Ou seja, também no Reino do Kongo, os residentes portugueses que defendiam os seus interesses privados, como Francisco Barbudo, se opunham resolutamente à presença de representantes do rei de Portugal, como era o caso de Francisco de Gouveia Sotomaior que, não o

esqueçamos, havia sido nomeado oficialmente «governador do Congo».

Este estatuto atribuído a Francisco de Gouveia Sotomaior esteve na origem de um dos mais controversos factos da historiografia angolana: o pretenso compromisso de vassalagem assumido por D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba relativamente ao rei de Portugal, em agradecimento pelo socorro prestado. Se os autores de ideologia colonialista, como Ralph Delgado, não hesitam em dá-lo como verdadeiro, outros, como Ilídio do Amaral, põem-no em causa por motivos bem compreensíveis, nomeadamente por falta de documentação escrita oficial a esse respeito. Ralph Delgado baseia-se, quer no primeiro autor a aludir à pretensa vassalagem, o jesuíta Garcia Simões, na carta de 7 de Novembro de 1576, quer no enigmático epitáfio de Francisco de Gouveia Sotomaior, quer ainda em meras conjecturas de Luciano Cordeiro segundo as quais, depois da acção de Francisco de Gouveia Sotomaior contra os «Jagas», a Ilha de Luanda ter-se-ia mantido na posse do soberano do Kongo. Mas este, sendo agora tributário da Coroa portuguesa, ver-se-ia obrigado a pagar a esta um quinto da receita do njimbu. Estranha vassalagem que, como bem o nota Ilídio do Amaral, entra em contradição com o não muito posterior *Sumário e Descrição do reino de Angola*, o relatório do inspector Domingos de Abreu de Brito, abrangendo os anos de 1590 e 1591 e onde se reivindica insistentemente, mas em vão, que Portugal ocupe a Ilha de Luanda.

Filippo Pigafetta dará conta, no Capítulo VI da segunda parte da sua obra, das diversas tentativas vãs diligenciadas por D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba para conseguir missionários europeus no Kongo. A primeira foi logo em 1569, aquando da embaixada a Lisboa do seu parente D. Sebastião Álvares. D. Sebastião, rei de Portugal, enviou-lhe três anos depois um bispo castelhano, Martinho

de Ulhoa, que se manteve em Mbanza Kongo apenas oito meses. Depois da morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, a 4 de Agosto de 1578, D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba nada conseguiu de Lisboa durante o curto reinado do tio-avô do monarca precocemente desaparecido sem descendência, o cardeal D. Henrique, que morreria a 31 de Janeiro de 1580. Mas, depois de informado de que Filipe II de Espanha acedera ao trono de Portugal, o Ntotila enviou-lhe um primeiro embaixador, Sebastião da Costa, que morreu num naufrágio ao largo da costa portuguesa. A ele se seguiria Duarte Lopes, cujo percurso já conhecemos. Mas só em 1598, já no reinado de D. Álvaro II Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba, seria criado o Bispado de São Salvador do Congo.

## **2 - Paulo Dias de Novais e a fundação de Luanda em 1576**

### **a) Os antecedentes da carta de doação a Paulo Dias de Novais entre 1567 e 1571: a crise financeira do Reino de Portugal e os interesses dos Jesuítas**

Paulo Dias de Novais, depois de cativo do Ndambi-a-Ngola, chegou a Lisboa em finais de 1567. A regência do Reino de Portugal passara, no início de 1563, das mãos de D. Catarina de Áustria para as do cardeal D. Henrique. Meses depois do desembarque de Novais na capital portuguesa, em Janeiro de 1568, o jovem D. Sebastião, aos 14 anos, assumiu os negócios do Estado. Durante os três anos subsequentes, até 19 de Setembro de 1571, data em que lhe seria passada a carta de doação da capitania de Angola, o neto de Bartolomeu Dias travou, certamente, uma luta árdua com os centros de decisão política e com os serviços burocráticos de Lisboa para que lhe fosse

atribuída uma nova missão em terras angolanas. Que factores levaram a que a conseguisse?

O principal factor a evidenciar é a dramática situação de bancarrota vivida ao tempo em Portugal, que suscitava nos dirigentes políticos um sentimento de cupidez no desejo de obtenção fácil de metais como ouro e prata que entrassem urgentemente para os cofres do Estado. Foi o que levou D. Sebastião, a 18 de Março de 1569, pouco mais de um ano depois de assumir o poder, a lavrar em Almeirim um alvará que nomeava Francisco Barreto - antigo governador da Índia, membro do Conselho Real e ex-capitão geral das galés do Reino - «capitão-mor da empresa do senhorio do Monomotapa».

O objectivo era que Francisco Barreto se apoderasse das minas de ouro e de ferro exploradas no Grande Zimbabué, capital do Estado xona do Muene Mutapa, situado entre o Planalto do Zimbabué e o Oceano Índico. O Estado do Monomotapa sucedera, por volta de 1450, ao antigo Estado do Grande Zimbabué, cujo apogeu durara dois séculos. Desde o início do século XVI que os comerciantes portugueses, apoiados por exércitos privados, se foram infiltrando no território do Monomotapa, apropriando-se de feitorias comerciais árabes já existentes. Tal foi o caso de Tete, no rio Zambeze, em 1530, de Sena, em 1537, e de Quelimane, na costa do Índico, em 1544.

A expedição, que atraiu em Portugal muita gente interessada em embarcar para esta região da África Oriental, quer fidalgos, quer plebeus, não seria, todavia, bem-sucedida, pois Francisco Barreto viria a morrer na fortaleza de S. Marçal, em Sena, em Maio de 1573, deixando dívidas pelos empréstimos assumidos, embora os seus restos mortais tenham sido transportados para Lisboa, onde os esperavam exéquias solenes. Mas os massacres perpetrados nos rios de Sena por Francisco Barreto e por outros que o antecederam e que lhe sucederam são equiparáveis aos genocídios de Pizarro no Peru e de Cortés

no México e mais do que suficientes para apagar de vez a falácia dos «brandos costumes portugueses», que alguma imbecilidade iconoclasta ainda alimenta, infelizmente, nos dias de hoje, em Portugal. Pesem embora as dificuldades por que passou, Paulo Dias de Novais não ficaria atrás de Barreto nos morticínios que praticaria ao longo de 14 anos no corredor do Kuanza. Não encontraria, porém, como veremos, qualquer jazida argentífera nessa região, não obstante o rei D. Sebastião, ao conceder-lhe a carta de doação, não ter sido, sem dúvida, indiferente ao mito das minas de prata do território compreendido entre o rio Dande e o rio Kuanza, nomeadamente da serra de Cambambe, suscitado em Portugal havia já mais de meio século.

O segundo factor para que Paulo Dias de Novais tenha conseguido a capitania donatária de Angola prende-se com o facto de ela ir ao encontro dos interesses dos membros da Companhia de Jesus de Portugal. Novais, que já contara com os Jesuítas na sua primeira viagem a Angola, não hesitou em tornar a solicitar os seus favores logo que se viu de novo em Lisboa. Ilídio do Amaral apresenta quatro documentos que o comprovam. O primeiro dá a entender que Paulo Dias de Novais, logo após a sua chegada a Lisboa, não só efectuou diligências junto dos Jesuítas, mas também – e quiçá por intermédio deles – junto do próprio rei D. Sebastião. Trata-se de uma carta régia datada de Almeirim, de 5 de Abril de 1568, na qual o jovem monarca informa o conde D. Francisco de Faro de que tinha decidido «enviar Paulo Dias de Novais a el-rei de Angola, aos negócios» [*sic*]. O segundo documento é uma carta escrita em Évora, a 25 de Julho de 1568, pelo padre Maurício Serpe ao geral da Companhia de Jesus em Roma, na qual o autor justificava a necessidade do envio de uma missão a Angola com a urgência na libertação de um membro da



## Companhia que permanecia prisioneiro do Ngola, o padre Francisco de Gouveia:

Trata-se cá de fazer nova missão a Angola, onde está aquele nosso padre Francisco de Gouveia, retido há perto de nove anos com muitos trabalhos, sem se confessar e sem dizer missa, e com comer muito mal e vestir muito pior, sem fazer nenhum fruto e sem poder sair daquela terra; nos quais trabalhos até agora deu bom exemplo de si e muitas mostras de virtude [*sic*].

Efectivamente, o padre Francisco de Gouveia continuava prisioneiro em Kabasa, a capital itinerante do Reino do Ndongo, mas manteve sempre, mesmo no cativeiro, uma correspondência regular com os seus correligionários, quer antes, quer depois da libertação de Paulo Dias de Novais. A carta mais impressionante de todas as que escreveu é dirigida ao geral da Companhia de Jesus e data de 1 de Novembro de 1564, de um tempo em que Novais, assim como «dois moços criados de pessoas do primeiro navio», ainda se encontravam cativos. Nela dá notícia da recente chegada ao «reino de Angola» de um tal António Casado, criado do pai de Paulo Dias de Novais, que muito alegrou o capitão com as notícias que trazia de Lisboa. A presença deste homem na capital do Ndongo demonstra que, durante o cativeiro de Paulo Dias de Novais e de Francisco de Gouveia, vários Portugueses, e não apenas os residentes, entravam e saíam livremente de Kabasa. Seriam, decerto, eles os portadores das missivas dos prisioneiros para a Europa, embarcadas nos navios ancorados na Barra do Kuanza ou na baía de Luanda. Aliás os próprios prisioneiros portugueses, segundo a mesma carta do padre Francisco de Gouveia, circulavam livremente dentro do recinto amuralhado da cidade, alguns vendendo mesmo «farrapos, coisas velhas, a fidalgos da terra, a troco de mantimentos e sal para os comprar» [*sic*]. Para todos os cristãos de Kabasa, portugueses residentes ou prisioneiros, e mesmo

para alguns escassos aristocratas mbundu neófitos, o padre Francisco de Gouveia rezava missas regularmente.

Sem pretendermos aprofundar a missiva do padre Francisco de Gouveia de 1 de Novembro de 1564 e remetendo para a notável análise que dela faz Ilídio do Amaral, não podemos deixar de salientar dois pormenores. Um deles é o relato do enorme incêndio que, meses antes, devastara Kabasa, «a cidade de Angoleme, onde el-rei [Ndambi-a-Ngola] residia, ao tempo em que despachou João Pinto com o piloto João Soeiro» [sic]. O incêndio começara à uma hora da noite e durara toda a madrugada. Embora, para o debelar, tivessem ocorrido «perto de 100 000 pessoas», o fogo reduziu a cinzas «uma cerca tamanha como os muros da cidade de Évora, com cinco ou seis mil casas de palha, a madeira muito grossa, e muros de paus altos e grossos, tecidos de palha e canas» [sic]. Além disso, «por fora da cerca, como por todas as ruas da cidade, [tinha-se] ateado tudo em um estranho e vivo fogo, por todas as partes, com mui tempestuoso vento», que fez arder as mais altas palmeiras da cidade com «o mais espantoso estrondo que se podia imaginar» [sic].

Curiosamente, o incêndio poupou as casas onde viviam os Portugueses, embora «pegadas com os muros» do Ngola, no que o padre Francisco de Gouveia não deixou de ver uma obra da «providência e misericórdia de Deus». Houve mesmo um fidalgo kimbundu, parente do Ngola, que passou a partir de então a frequentar as suas missas e a pedir-lhe amiudadamente «água benta e a caixa das relíquias para beijar», embora continuasse «gentio» e mantivesse «os seus ruins costumes», como os da poligamia. Aliás, se o padre Francisco de Gouveia atribuiu a salvação dos Portugueses e dos seus bens à graça divina, em contrapartida não hesitou em reconhecer que o incêndio de Kabasa também constituiu, para os Mundu, uma punição do Diabo, que «assim o acostuma com eles e

com todos os seus servos que [eram] obrigados a fazer-lhe muitos serviços e maldades» [sic]. E é este o segundo pormenor da carta do padre Francisco de Gouveia que queremos evidenciar. É que, ainda que conhecendo bem os «gentios» e tendo convívio quotidiano com eles, este jesuíta entendia com convicção que os Africanos dificilmente deixariam as «suas feitiçarias» e que só poderiam aderir ao Cristianismo se avassalados pela força.

O padre Maurício Serpe, que lera as suas cartas, partilhava dos mesmos princípios e transmitiu-os ao geral da Companhia de Jesus em Roma na carta de 25 de Julho de 1568.

E porque se tem cá mui bem entendido, por isto e por outras experiências, que a cristandade em gente bárbara não se pode bem fundar nem se pode conservar sem sujeição - o que não acontece em gente polida, como são chinas e japões [...] O padre [Francisco de Gouveia] tem escrito por algumas vezes do estado e disposição daquela gente, e o principal é dizer que, se não for sujeita, que não tem remédio, mas se houvesse nela alguma sujeição, que todos se fariam cristãos e muito bons cristãos [sic].

Já era consensual entre os Jesuítas portugueses, alheios às conclusões da Controvérsia de Valladolid de 1555, da qual estiveram ausentes - e onde, de resto, se convencionou que os índios americanos tinham alma, mas não os negros africanos -, o parecer de que os habitantes do «Reino de Angola» eram seres desprovidos de alma. Por issourgia que os missionários se deslocassem àquelas terras acompanhados de militares. O padre Maurício Serpe procurava convencer o geral da Companhia nesse sentido, reforçando o argumento com a referência ao depoimento de um laico, Paulo Dias de Novais:

[...] determinaram [...] agora ultimamente de mandar sujeitar esta terra e fundar nela nova cristandade, especialmente por informação do embaixador, que foi com os padres: o qual pôde de lá sair o ano passado com muito trabalho, deixando lá alguns dos seus criados para fazerem companhia ao padre [sic].

O geral da Companhia de Jesus em Roma intercedeu com êxito junto das entidades mencionadas na carta do padre Maurício Serpe. Pouco mais de um ano depois, a 19 de Novembro de 1569, o padre Leão Henriques escrevia ao geral outra carta onde lhe comunicava que tudo estava pronto para levar por diante o projecto angolano. É este o terceiro documento que menciona Ilídio do Amaral, o qual consta, tal como o quarto, da *História da Companhia de Jesus* do padre Francisco Rodrigues. O quarto e último documento é uma carta de 28 de Abril de 1570, proveniente de Roma, na qual os Jesuítas recomendavam que se insistisse junto de D. Sebastião apenas na necessidade da libertação do padre Francisco de Gouveia. O monarca ficou convencido, pois em Setembro do ano seguinte lavrava a carta de doação a Paulo Dias de Novais.

### **b) A carta de doação a Paulo Dias de Novais de 19 de Setembro de 1571**

A carta de doação da capitania de Angola, concedida por D. Sebastião a Paulo Dias de Novais a 19 de Setembro de 1571, estabelece um regime de capitania donatária que, como escreve Ilídio do Amaral, aparece:

[...] mais de um século depois das primeiras cartas [de doação] das ilhas atlânticas, oitenta e nove anos após Diogo Cão ter descoberto a foz do rio Zaire e estabelecido os primeiros contactos com o reino do Congo, e cerca de quarenta anos depois das primeiras capitanias brasileiras [sic].

Compreender o conteúdo desta carta de doação um tanto obsoleta implica, em nosso entender, determo-nos em duas passagens que são basilares no longo documento.

A primeira encontra-se logo no início do texto, quando D. Sebastião, depois de lisonjear, quer os serviços já prestados por Paulo Dias de Novais como embaixador no «dito reino

de Angola», quer os de seu avô, Bartolomeu Dias, no «descobrimento do Cabo da Boa Esperança», declara:

[...] por esta presente carta faço mercê e irrevogável doação entre vivos, com validade a partir deste dia por todo o sempre, de juro e verdade para ele [Paulo Dias de Novais] e todos os seus filhos, netos e herdeiros e sucessores que após eles vierem, assim descendentes como transversais e colaterais, [...], de 35 léguas de terra na costa do dito reino de Angola, que começará no rio Cuanza e águas vertentes a ele para o sul e entrará pela terra dentro tanto quanto puderem entrar e for minha conquista [...] e quero e me apraz que o dito Paulo Dias e todos os seus herdeiros e sucessores que a dita terra herdarem e sucederem se possam chamar e chamem capitães e governadores dela [sic].

A segunda passagem, constituindo uma derrogação à primeira, figura muito mais adiante e reza assim:

[...] faço mercê ao dito Paulo Dias de Novais, em dias de sua vida somente, das terras que estão do rio Dande para sul até aos limites do rio Cuanza, o qual rio Dande pelo sertão dentro vai dividindo o reino do Congo do reino de Angola e terá nas ditas terras em sua vida, como dito é, a terça parte de todas as rendas e direitos [...] e por falecimento do dito Paulo Dias de Novais ficarão as ditas terras do rio Dande até aos limites do rio Cuanza livres a mim e à Coroa de meus reinos para fazer delas o que quiser, por meu serviço, sem ficarem nelas aos herdeiros do dito Paulo Dias [sic].

Ou seja, a doação feita a Paulo Dias de Novais para norte do rio Kuanza e até ao Dande – território supostamente pertencente ao Reino do Kongo, mas que, na verdade, a crer nas elucubrações de Ralph Delgado sobre os resultados das batalhas de Mussulu e Ambuíla, travadas por volta de 1574 e favoráveis aos Mbundu, já não o seria – era apenas vitalícia, devendo por sua morte reverter para a Coroa portuguesa.

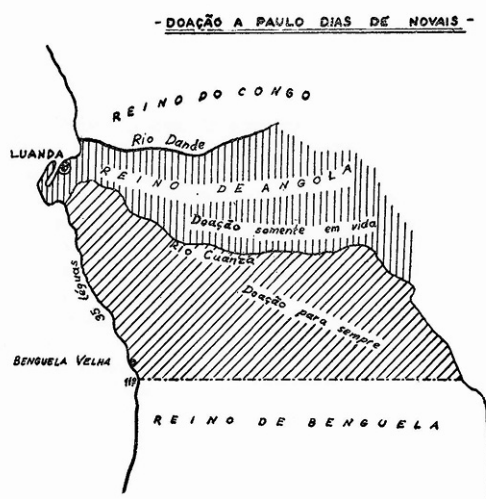
Portanto, embora governador do «Reino de Angola», Paulo Dias de Novais nomeado capitão donatário apenas de um território que se estendia para sul do rio Kuanza por 35 léguas, isto é, por cerca de 175 quilómetros. Abrangia, pois, a Kissama, o Amboim e o Seles. Mas, neste ponto,

aparece um elemento inovador que nunca constara de nenhuma carta de donataria, quer das relativas às ilhas atlânticas, quer das respeitantes ao Brasil: o dever de «sujeitar e conquistar».

O facto de a carta de doação deixar bem claro que o capitão donatário de Angola faria a missão inteiramente às suas custas levou a que Paulo Dias de Novais passasse por grandes dificuldades para a obtenção de empréstimos que subvencionassem a expedição, assim como para conseguir a cedência de barcos e de armas. Viu-se obrigado a empenhar os próprios bens e os de familiares e amigos, pelo que passou mais três anos em Lisboa. Não há indícios de que a Companhia de Jesus tenha dado o menor contributo financeiro. A expedição foi custeada essencialmente pelo próprio Paulo Dias de Novais, pelo seu pai, António Dias de Novais, e pela sua irmã, Guiomar de Novais, que foram também fiadores, dando como garantia os seus bens pessoais.

Há ainda notícia de dois outros financiadores. O primeiro é Jorge Silva, um amigo de Paulo Dias de Novais que viria a morrer em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir. Mas o único documento que se lhe refere é muito posterior, um regimento de Manuel Cerveira Pereira, governador de Angola, de 26 de Março de 1607. O outro terá sido Jerónimo Castanho, autor de um memorial dirigido a Filipe II de Espanha e I de Portugal, de 5 de Setembro de 1599, onde reivindica os seus direitos a recuperar o dinheiro investido na empresa de Angola, segundo afirma, em 1573, ano em que «se ofereceu um particular a conquistar a dita terra à sua custa [...], o qual se chamava Paulo Dias de Novais, homem solteiro de fraco caudal, mas [que] tinha notícia daquelas partes» [*sic*]. Finalmente, há ainda que ter em conta, conforme aliás consta da carta de doação, que depois do dia em que findou o contrato de São Tomé, isto é o Dia de São João Baptista (24 de Junho) do ano de 1572, D.

Sebastião concedeu a Paulo Dias de Novais o senhorio de algumas fazendas dessa ilha, por cujo arrendamento receberia mil cruzados anuais a pagar na «feitoria de Angola». Tais rendas, contudo, poucos benefícios lhe trouxeram, e apenas nos primeiros anos.



13 – Territórios angolanos constantes da doação da capitania de Angola, concedida por D. Sebastião a Paulo Dias de Novais, a 15 de Setembro de 1571.  
GARCIA, 1964, p. 195.

Só a 23 de Outubro de 1574 largaria Paulo Dias de Novais do Tejo, com uma armada composta de dois galeões, duas caravelas, dois patachos e uma galeota, com um total de 700 homens a bordo, entre tripulantes, eclesiásticos, comerciantes, algumas famílias de futuros colonos, servidores e soldados. Seguiam quatro membros da Companhia de Jesus: o padre Garcia Simões, superior da missão, natural de Alenquer e alistado na Companhia em 5 de Março de 1556; o padre Baltasar Afonso, natural de Portel e alistado a 20 de Novembro de 1559; o irmão Cosme Gomes, transmuntano do bispado de Miranda, com cinco anos de Companhia; finalmente o irmão Constantino Rodrigues, alentejano natural de Elvas, com quatro anos de religioso. São também de destacar alguns dos oficiais que se distinguiriam nas campanhas militares fundadoras dos

primeiros presídios do Kuanza: Luís Serrão, André Ferreira Pereira, Pêro da Fonseca, Garcia Mendes Castelo Branco, Manuel João e João Castanho Velez.

### **c) A chegada à Ilha de Luanda do capitão donatário e governador dos «Reinos de Sebaste» em 1575 e a fundação de Luanda em 1576**

Os dois padres Jesuítas que acompanharam Paulo Dias de Novais viajaram, certamente, em barcos diferentes, pois em cartas dirigidas ao provincial de São Tomé indicam datas distintas para a chegada da frota portuguesa à baía de Luanda. Se o padre Baltasar Afonso diz que o desembarque se deu a 11 de Fevereiro de 1575, o seu superior, o padre Garcia Simões, afirma que Paulo Dias de Novais chegou à Ilha de Luanda no dia 20 do mesmo mês. O certo é que foi na Ilha de Luanda – também chamada Muazanga ou Ilha das Cabras – que o capitão governador decidiu instalar-se e onde veio a permanecer por quase um ano, pois só se mudaria para a faixa continental fronteira à ilha em meados de Janeiro do ano seguinte.

O documento mais elucidativo sobre a longa estada de Paulo Dias de Novais na Ilha de Luanda é uma carta do padre Garcia Simões datada de 20 de Outubro de 1575. Como sabemos, na Ilha de Luanda o governador kikongo, o *nkuruntu*, e o seu séquito, encarregados pelo Ntotila da recolha do njimbu, coabitavam com os pescadores mbundu. O padre Garcia Simões distingue, aliás, muito claramente os dois povos e acrescenta que os habitantes da ilha constituíam, ao todo, «mais de três mil pessoas e as mais delas são gentios» [*sic*]. Diz também que, ao fundearem na baía, Paulo Dias de Novais e os seus companheiros depararam com 14 navios atracados, sete dos quais pertencentes a comerciantes de São Tomé. Além disso, o capitão governador encontrou instalados na Ilha de Luanda



cerca de 40 Portugueses que se dedicavam ao comércio de escravos, livres de qualquer controlo administrativo, quer do rei do Kongo, quer do rei de Portugal. Entre esses Portugueses encontrava-se um padre – segundo Ralph Delgado, sob a tutela do rei do Kongo – que rezava missa numa Ermida consagrada a Nossa Senhora da Conceição. A Ermida situava-se algures onde muito mais tarde, na segunda metade do século XVII, seria construída a actual Igreja de Nossa Senhora do Cabo.

Já o demonstrámos noutro lugar que o padre Garcia Simões não tem razão ao alvitrar que os 40 Portugueses da Ilha de Luanda haviam fugido do Kongo às «invasões Jagas». A sua chegada à Muazanga foi muito anterior a 1568, data convencionada para o início daquelas «invasões». Muitos nunca terão sequer passado pelo Kongo. A presença, quer deles, quer dos Santomenses que tripulavam os navios ancorados na baía, mais não é do que uma prova, como muito bem o afirma Ilídio do Amaral, de que o negócio do resgate de escravos no «Reino de Angola» há muito que suplantara o do Kongo.

Ainda segundo o padre Garcia Simões, logo que o galeão onde viajava Paulo Dias de Novais passou a ponta norte da Ilha de Luanda, «vieram os principais da ilha em suas embarcações visitar [ao galeão] o senhor governador, os quais nos deram muito boas novas do nosso padre Francisco de Gouveia» [*sic*]. Nunca ficou bem esclarecido quem eram estes «principais da ilha», que presumimos serem o *nkuruntu* kikongo e o seu séquito. No entanto, sendo eles representantes do Ntotila, pareciam indiferentes às relações comerciais que, a partir da Muazanga, os Portugueses já mantinham de longa data com os Mbundu pelo corredor do Kuanza, e estavam até bem informados acerca da sorte do padre Francisco de Gouveia, que permanecia cativo do Ngola, no interior, desde 1560. Entre esses «principais da ilha» encontrava-se, inclusive, um

piloto português. As relações entre o governador português Paulo Dias de Novais e o governador kikongo da Ilha de Luanda foram, portanto, inicialmente amistosas.

Um manuscrito de 1594, intitulado *História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola e Coisas Tocantes ao Reino e Conquista*, reproduzindo, certamente, informações do padre Garcia Simões e dos seus subordinados, regista o que se passou na Ilha de Luanda logo que Paulo Dias de Novais desembarcou:

Saiu o governador em terra com toda a gente das naus muito luzidia, com suas trombetas diante, e postos em procissão acompanharam com muita devoção umas relíquias das onze mil virgens, que o padre Garcia Simões levava debaixo de um palio, até à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Ao som das trombetas acudiu muita gente preta que na ilha vive, e tem por ofício tirar zimbo do mar, que é o dinheiro [...] mais estimado. [...] Por ser entrada a Quaresma começaram os padres de fazer seu ofício pregando aos domingos, e confessando a gente do mar, da terra e de São Tomé [...]. [...] Começaram os padres aos domingos às tardes a juntar com companhia os pretos e ensinar-lhes a doutrina, com que também se fez muito fruto nas almas [sic].

Continuando a viver no galeão ao largo da Ilha de Luanda, enquanto os Jesuítas Garcia Simões e Baltasar Afonso se instalaram numa «choupana» construída junto da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, Paulo Dias de Novais manifestou duas grandes preocupações. Uma foi a de contactar o desventurado padre Francisco de Gouveia, que no dizer do texto de *História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola*, «havia já 14 anos que [...] estava como cativo do rei de Angola, por o não deixar [este rei de Angola] chegar ao porto do mar, dizendo que não podia viver sem ele» [sic]. O Ndambi-a-Ngola que aprisionara o padre Francisco de Gouveia e Paulo Dias de Novais em 1560 já falecera. O nome do seu sucessor nunca é mencionado nos documentos. Mas, segundo a *História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola*,

parece ter sido educado pelo padre Francisco de Gouveia: «Porque como o padre o criara, tinha-lhe o rei algum respeito, e tratava-o muito bem» [sic]. Contudo, durante os primeiros meses da sua estada na Ilha de Luanda, pelo menos até Junho, Paulo Dias de Novais teve dificuldades em estabelecer contactos diplomáticos com o novo Ngola. Terá, porventura aconselhado pelos Jesuítas, pensado em intimidá-lo militarmente. Mas o próprio padre Francisco de Gouveia, a quem Novais e o superior da nova missão dos Jesuítas, Garcia Simões, enviaram uma mensagem logo que chegaram, não hesitou em aconselhar o governador português e o seu confrade a nada diligenciarem contra o soberano do Ngongo.

A explicação para esta situação parece encontrar-se na segunda preocupação de Paulo Dias de Novais ao chegar à Ilha de Luanda. Foi ela a de convocar os Portugueses, quer os da Ilha de Luanda, quer os residentes no Ndongo, quer ainda os próprios residentes no Kongo, no sentido de os informar da sua condição de governador ao qual eles tinham de se submeter, pois vinha mandatado pelo rei de Portugal através da carta de doação que lhe conferia todos os poderes. Enviou-lhes convocatórias para que comparecessem na Ilha de Luanda e lhe prestassem obediência. Quase nenhum o fez. Não é difícil imaginar que a presença deste governador não agradasse a esses Portugueses residentes no Kongo e no Ndongo havia já décadas. A maioria recusou-se a comparecer perante Paulo Dias de Novais e alguns urdiram mesmo intrigas a seu respeito perante o Ntotila e o Ngola. Transcrevamos mais uma passagem da *História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola* e reconstituamos em seguida o que, em nosso entender, verdadeiramente se passou:

Mandou um rei vizinho embaixadores ao [rei de] Angola, os quais diante do padre [Francisco de Gouveia] e dos portugueses [residentes] lhe deram o

recado, e era que como amigo o mandava avisar se não fiasse no governador [Paulo Dias de Novais] nem dos portugueses que tinha em sua corte, porque tratavam de lhe tomar o reino, e minas de prata. O rei [o Ngola] espantado, e os nossos [os Portugueses] frios de tão cruel traição, de um rei a que não tínhamos agravado deram suas razões; respondeu o Angola, fica-se o negócio para se tratar outro dia. Foram-se logo os portugueses com o padre à igreja a rezar umas ladainhas, e pedir a Deus defendesse a sua inocência. Ajuntou-se o padre com alguns homens de autoridade e bem entendidos na língua e deram tais razões em contrário que o rei em mostra de estar satisfeito tomou os embaixadores, e presos os entregou aos portugueses. Vieram a esta [Ilha de] Luanda, e daqui foram a São Tomé, aonde o governador Diogo Salema, que ali estava com alçada, os mandou justicar [sic].

Este «rei vizinho» era D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba do Kongo, como é fácil de demonstrar através de uma carta sua dirigida ao padre Garcia Simões e datada de 27 de Agosto de 1575. Nessa missiva, o Ntotila, além de declarar que capturara escravos que pretendia enviar a Paulo Dias de Novais e aos Jesuítas para serem embarcados na Ilha de Luanda e daí receber uma parte dos proventos – o que só revela que o Kongo estava em dificuldades financeiras e visava aproximar-se do Ndongo através do governador português e dos eclesiásticos inacianos –, declarava-se inocente em relação às intrigas espalhadas junto do Ngola e atribuía-as a «Muxicongos», isto é, a súbditos seus. No entanto, entre estes «Muxicongos», os tais «embaixadores», podiam incluir-se igualmente portugueses residentes em Mbanza Kongo.

Entretanto, o desventurado padre Francisco de Gouveia faleceria a 29 de Julho desse mesmo ano e seria sepultado em Kabasa, conforme consta da *História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola*:

Sepultaram-no os portugueses na igreja que o padre tinha feito na cidade de Cabassa. Foi sua morte sentida assim dos nossos como do mesmo rei; dos nossos porque tinham nele amparo em seus trabalhos, e perigos de vida, e fazendas; do rei pelo muito amor, e respeito que lhe tinha, por o padre o ter criado e doutrinado de pequeno [sic].

Ainda segundo o mesmo documento, foram grandes as homenagens que o Ngola prestou ao finado padre Francisco de Gouveia:

Primeiramente quando o padre estava doente lhe mandou seus cantores e tangedores que de dia e de noite lhe andavam ao redor da casa cantando e tangendo para espantarem a morte, que não chegasse ao padre. No dia do seu enterramento mandou dar muitos bois aos portugueses para que o chorassem. E por entender que aquela embaixada [a dos intriguistas do Kongo] fora ocasião da morte do padre, mandou tomar os caminhos para que nenhum homem branco nem preto viesse mais daquele reino [do Kongo] à sua corte, pois lhe mataram o pai que o criara [*sic*].

O padre Garcia Simões, que parece bem informado da organização política do Reino do Ndongo, descreve pormenorizadamente, a chegada à Ilha de Luanda, ao encontro de Paulo Dias de Novais, de uma embaixada do Ngola:

[...] tem este rei de Angola, segundo se diz, 10 ou 12 sobas, entre os quais tem dividido todo o seu reino, que são como duques e grandes senhores, e cada um deles em sua terra tem alçada para poder vender e matar a seus vassallos, quando a qualidade do delito em que foram tomados o requerer [*sic*]

A data referida para a chegada à Ilha de Luanda deste *mocunje* – ou *mukunji*, que significa, em kimbundu, *mensageiro* ou *embaixador* – é o dia de «S. Pedro e de São Paulo», 29 de Junho de 1575, portanto exactamente um mês antes da morte do padre Francisco de Gouveia em Kabasa. O *mukunji* fora enviado de «Gloanga Loamba» ou «Glounga Coamba», local onde ao tempo se encontrava instalada a Kabasa do Ngola. Embora a sua localização não seja fácil de determinar, Garcia Simões assegurava que não ficava a mais de 15 dias de marcha da Ilha de Luanda. No entanto, o *mukunji* demorara quatro meses na viagem, pelo facto de ser um grande senhor muito próximo do Ngola e,

por isso, haver andado a colectar os sobas das redondezas, seus subordinados, dos quais obtivera mais de cem escravos e uma infinidade de cabeças de gado.

Paulo Dias de Novais resolveu receber solenemente o *mukunji* na «choupana» dos Jesuítas, numa audiência que duraria três dias. Não nos deteremos, nem na descrição da extravagante indumentária deste embaixador do Ngola, nem nos pormenores dos instrumentos musicais que acompanhavam a sua chegada, nem tão-pouco nas múltiplas saudações protocolares que trocou com o capitão governador português, as vénias acompanhadas de palmas que Garcia Simões designa por *sequerilas*, sem dúvida o aportuguesamento do verbo kimbundu *ku sakirila* ou *ku sakidila*, cuja evolução semântica tornaria sinónimo de *agradecer* (*nga sakidila/eu agradeço*). Basta referir que quem serviu de intérprete a Paulo Dias de Novais e ao *mukunji* foi um comerciante português que acompanhara este último. O *mukunji* partiu satisfeito, levando ao seu soberano, o Ngola, «uma dádiva de peças ricas» da parte de Paulo Dias de Novais e em nome do rei de Portugal. Com ele seguiu para Kabasa, além do comerciante português, um homem natural do Kongo e criado em Portugal de nome Dom Pedro da Silva, que voltou tempos depois à Ilha de Luanda e entregou ao governador português, da parte do Ngola, «algumas manilhas de prata e cobre, peças e pedaços de um pau» [*sic*].

O «pau» era o sândalo. O congues transmitiu a Paulo Dias de Novais que ao Ngola agradara particularmente «saber que o Governador vinha com poder, não para lhe fazer guerra, mas para o ajudar nas suas [guerras]» [*sic*]. Assim se selou um pacto de aliança entre o soberano do Ndongo, o Ngola, e o governador português, representante de uma potência estrangeira. A aliança foi harmoniosa, mas obrigava Paulo Dias de Novais a prestar socorro militar ao

Ngola, sempre que este o requeresse, contra os muitos súbditos que contra ele se sublevavam.

Durante a primeira metade de 1576, supostamente logo no mês de Janeiro, Paulo Dias de Novais decidiu mudar-se, juntamente com a maioria dos seus companheiros, da Ilha de Luanda para o morro continental que lhe fica fronteiro. Permanece sem resposta a questão colocada por Ilídio do Amaral: «a quem pertencia efectivamente essa extensão de terreno? ao reino do Congo?, a sobas aliados dos *ngola*, aos invasores Imbangala provenientes do longínquo oeste?». Pese embora a importância do marcador milenar de memória que é a Mulemba Uaxa Ngola – a qual pode ser Uaxa Ngola apenas de nome, isto é, não ter sido plantada por nenhum Ngola – e a referência de documentos escritos anteriores, nomeadamente o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, de 1505, a populações africanas instaladas transitoriamente nesse local – alguns historiadores localizam o terreno mencionado por Duarte Pacheco Pereira algures onde actualmente se situa o bairro dos Coqueiros –, estamos em crer que antes de Paulo Dias de Novais não houve nele qualquer povoação de grande relevância, mercê da aridez do solo e da ausência de rios nas redondezas. Só a configuração da baía, propícia ao embarque de navios negreiros, poderia atrair os Portugueses a criar aí uma feitoria. E foi para legalizar esses embarques, até então clandestinos, que Paulo Dias de Novais, furtando-se à influência do Ntotila restrita à Muazanga, começou a edificar a vila que, embora só adquirisse o estatuto de cidade em 1606, designou por São Paulo de Luanda, supostamente fundada a 25 de Janeiro, ou seja, no Dia de São Paulo.

Inicialmente, em homenagem ao rei D. Sebastião, Paulo Dias de Novais chamou «Reinos de Sebaste» aos territórios a conquistar e de que era governador. Mas esta designação depressa caiu no esquecimento. No morro que actualmente

é conhecido como sendo o da Fortaleza de São Miguel, erigiu em adobe, no extremo poente, uma fortaleza que baptizou com o nome do seu santo padroeiro, Fortaleza de São Paulo. Eis, portanto, a primeira fortificação que, em cumprimento das obrigações constantes da carta de donataria, construiu. No alto desse barrocal, que até à invasão holandesa de 1641 se chamou Morro de São Paulo, erguer-se-iam igualmente, de poente para nascente, uma igreja, inicialmente evocativa de São Sebastião – o santo padroeiro do soberano português – e muito mais tarde de Nossa Senhora da Conceição, e a própria residência do governador, embrião dos futuros palácios. Deu-se início à construção de um hospital e de uma misericórdia chamada Casa de Nossa Senhora do Loreto, em homenagem à padroeira dos navegantes. E os Jesuítas tornaram-se os principais proprietários dos terrenos de São Paulo de Luanda. Junto à praia, no sopé do morro e no lugar do futuro Bairro dos Coqueiros, instalaram-se os comerciantes de escravos.

Luanda, o primeiro presídio português do corredor do Kuanza, nascia assim com as duas faces de Janus de que jamais abdicaria: a Cidade Alta, sede dos poderes político-administrativo, militar e eclesiástico; e a Cidade Baixa, voltada para o comércio e para o Atlântico.

### **3 - As guerras do vale do Kuanza e a criação dos primeiros presídios portugueses no «Reino de Angola» (1577-1589)**

#### **a) Paulo Dias de Novais e as «delícias de Cápu» de Luanda (1576-1578)**

Os dois primeiros anos, entre 1576 e 1578, que Paulo Dias de Novais viveu em paz em São Paulo de Luanda – tal



como o conquistador cartaginês Aníbal Barca em Cápuia, durante o ano de 215 a. C. -, estabelecendo relações aparentemente amistosas, quer com o Ntotila, quer com o Ngola, dão a entender que o neto de Bartolomeu Dias, pese embora o facto de estar vinculado pela carta de doação ao dever de «sujeitar e conquistar», acreditou de início, ingenuamente, que o seu projecto obsoleto de capitania donatária para Angola poderia equiparar-se aos das ilhas atlânticas e do Brasil. Confirmá-lo-ia, aliás, o seu companheiro de armas Garcia Mendes Castelo Branco, num texto redigido muitos anos mais tarde, em 1620, quando já residia em Madrid.

Paulo Dias de Novais terá, pois, sonhado em estruturar a exploração do solo angolano na base da concessão de sesmarias, que beneficiariam quatro comunidades; as famílias portuguesas que o acompanhavam; os Africanos com quem eventualmente conseguisse fazer alianças; os padres da Companhia de Jesus; e ainda os Portugueses há décadas residentes entre Angola e Kongo. Mas foram precisamente os Jesuítas e os Portugueses de Angola, estes estimados em cerca de 300 indivíduos, os primeiros a incitá-lo a empregar a força e a iniciar a conquista do vale do Kuanza. Qual o objectivo? Arrebataram ao Ngola e aos Mbundu o controlo das rotas comerciais dos escravos, do marfim e da cera entre o interior e o litoral angolano.

Comecemos pelos Jesuítas. O seu superior, o padre Garcia Simões, escreveu a 7 de Setembro de 1576 uma carta dirigida ao padre Luís Perpilhão, a mesma onde dava conta da partida de Francisco de Gouveia Sotomaior para Portugal e onde argumentava que o rei D. Sebastião dispunha de documentos escritos que confirmariam que o rei do Kongo se tornara vassalo de Portugal depois da «invasão dos Jagas». Não resistimos a citar o remate final da missiva, que é talvez a primeira descrição escrita do que viria a ser a Cidade Alta de Luanda:

Já estamos em um sítio que no princípio se ofereceu a muitos ser mais cómodo para nossa povoação que outros. Tem nele o governador feito um forte de taipa e assestada a sua artilharia e é um monte que entra com uma grande ponta pelo mar, na qual ponta estamos situados por ser bom sítio [sic].

Mas o mais importante a registar nesta carta é que o padre Garcia Simões adere abertamente aos princípios, já preconizados pelo defunto padre Francisco de Gouveia, segundo os quais os Africanos só poderiam ser cristianizados pelo uso da força. Confessa inclusive que, mesmo os poucos «gentios» que baptizou, só acederam a submeter-se ao sacramento movidos pelo medo: «Baptizaram-se alguns gentios que pediam. Estes somente são alguns que estão em artigo ou perigo de morte» [sic].

Prossegue o padre Garcia Simões criticando a tibieza, a passividade, e mesmo a ingenuidade de Paulo Dias de Novais. A utilização do adjectivo «tenro» é, aliás, bem significativa:

Verdade é [que] se o nosso governador [Paulo Dias de Novais], tendo já a possibilidade, vendo como estas terras lhe cabem por sua doação, ele poderá fazer o que dizíamos; mas ele está ainda muito tenro e muito devagar, esperando que Sua Alteza [D. Sebastião] o bafeje e favoreça [sic].

Ou seja, segundo o padre Garcia Simões, Paulo Dias de Novais, há muito aconselhado pelos Jesuítas a declarar guerra ao Ngola, não acatava estes conselhos e antes insistia em «ir a seu salvo devagar com o negócio da guerra», sempre à espera de mais apoios ou reforços de Portugal.

O interesse da continuação desta carta do padre Garcia Simões reside no facto de ser notavelmente elucidativa quanto à actividade da maioria dos cerca de 300 Portugueses residentes de longa data em Angola:

Estão aqui como 300 portugueses com os que estão pela terra dentro; são tantos os escravos que saem daqui cada ano comprados e vendidos que

ordinariamente são 12 000 peças, e este ano passado, com 4000 que morreram, foram 14 000. De maneira que pretendo saber como são cativos, acho que quase toda esta gente é escrava cativa do rei [o Ngola] por serem alevantados cada passo, em que concorreram por suas leis em pena de morte, por adultérios ou roubos, e em tal caso os vendem se os acham em coisa sua para os não matarem [*sic*].

Por outras palavras, o padre Garcia Simões afirmava que os 300 Portugueses de Angola se dedicavam ao comércio de escravos e que anualmente conseguiam embarcar entre 12 e 14 mil, não obstante os que morriam durante a viagem, que no ano de 1575 tinham sido quatro mil. Contudo, e tal facto indignava o jesuíta, a principal entidade a lucrar com este negócio era o próprio Ngola. Garcia Simões é muito claro, aliás, ao identificar como *dependentes* (*mbika*) os indivíduos que o Ngola vendia como escravos aos Portugueses, e em distinguir entre eles os *excluídos*, isto é, os cativos de guerra, chamados «alevantados» – decerto por quase todos serem insurrectos –, dos *integrados*, ou seja, os que temporariamente ficavam desprovidos de linhagem por «concorrerem por suas leis em pena de morte, por adultérios e roubos». Há muito, porém, que o Ngola deixara de estabelecer tal distinção jurídica ancestral, bem como a consequente proibição de vender os *integrados*, pois vendia todos os *dependentes* como escravos aos Portugueses, auferindo de lucros avultados.

Mas a principal indignação do padre Garcia Simões não era essa e sim outra: porque é que os lucros da transacção dos escravos iam todos para o Ngola e para os 300 Portugueses que viviam há décadas em Angola e não iam antes, e justificadamente, para o governador Paulo Dias de Novais, representante do rei de Portugal, para os Portugueses que com ele vieram e, acima de tudo, para a Companhia de Jesus?

Bastaria, para inverter esta situação, que Paulo Dias de Novais pegasse em armas contra o Ngola. Mas o governador, segundo o padre Garcia Simões, era um frouxo. Tanto mais que, acrescentava o superior dos Jesuítas, de entre os 300 Portugueses que andavam por Angola, pelo menos uns 50 apoiariam as pretensões da Companhia de Jesus, pois pediam:

[...] insistentemente [ao governador] para dar guerra aos alevantados que estão embaraçando o caminho de Angola, assim diz o rei [o Ngola] que, se os portugueses querem lá ir resgatar, que levem diante a cabeça dos alevantados que lhe têm morta muita gente e feito muitos agravos [*sic*].

O padre Garcia Simões estava informado de que o Ngola não se importava que Paulo Dias de Novais, com o apoio de muitos Portugueses antigos em Angola, capturasse escravos, desde que interviesse em seu auxílio por ocasião de sublevações dos seus súbditos. Mas o capitão e governador português, tal era a sua tibieza, nem a isso se atrevia. No entanto, segundo o relatório do inspector Domingos de Abreu de Brito, escrito em 1591, consta que, logo no início do ano de 1576, Paulo Dias de Novais enviou um destacamento militar de 80 soldados, comandados pelo capitão João Castanho Velez, contra um «Kasange, (a) uma jornada da vila de Luanda», acusado de obstruir os caminhos para o Bengo, a norte, e para leste. A acção de João Castanho Velez foi, aparentemente, um êxito, pois julgou atemorizar o soba. Porém, como não recebera do governador «ordens de seguir a vitória», decidiu regressar a Luanda, sendo então a sua coluna assaltada pelos homens do soba e quase toda dizimada ou aprisionada, salvando-se por sorte o comandante.

Este episódio parece relacionar-se com outro que o padre Baltasar Afonso relata numa carta de 9 de Outubro de 1577, ocorrido logo a seguir à Páscoa desse mesmo ano:

[...] foi um padre pela terra dentro à terra de Angola e a uma povoação onde estão mais de 100 Portugueses, e alguns cristãos muxicongos; aqui estando os nossos cercados de inimigos, com as armas vestidas, ouviam missa, e em rebate que houve o que ajudava à missa estava vestido com suas armas de algodão e morrões nos braços, e acabada a missa, começou a guerra sem os perturbar de a ouvir, e seriam os inimigos alguns 4000 e somente 7 ou 8 espingardas que pelejavam dos nossos os fizeram fugir, matando-lhes 12 pessoas, e dos nossos nenhuns, e assim nos tiraram o cerco [*sic*].

A referência aos «cristãos muxicongos» dá a entender que esta povoação onde residiam mais de cem portugueses se situava bem a norte de Luanda, algures nas margens do Bengo, e que os «inimigos» seriam Mbundu ou, muito provavelmente, os chamados «Jagas» da «ensaca» de Kasanje. Logo após descrever o incidente, o padre Baltasar Afonso informa que o rei do Kongo, que ao tempo ainda era D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba, se prontificou a informar Paulo Dias de Novais de que poderia contar com o auxílio da «gente de guerra» do Mani Mbamba, cujas terras se estendiam até ao Bengo, contra quaisquer agressões dos Portugueses ou dos Congueses cristianizados. Paulo Dias de Novais recusou expressamente esta oferta de aliança do Ntotila, o que muito indignou o padre Baltasar Afonso, que concluiu: «[...] e tem-se que, se o não impedira, [Paulo Dias de Novais] estivera hoje de posse de quase toda Angola e suas minas» [*sic*].

Nota-se que os Jesuítas, como o padre Baltasar Afonso, já concebiam Angola como um território vasto que incluía o Kongo e sobre o qual Portugal teria plena soberania, a qual só o governador Paulo Dias de Novais não se atrevia a assumir. A esse propósito, observe-se que a partir de 1577 não se encontram quaisquer cartas assinadas pelo padre Garcia Simões, nem mais nenhum documento que lhe faça referência. Segundo *Uma História Inédita de Angola*, o padre Garcia Simões terá falecido a 12 de Maio de 1578,

possivelmente vitimado por uma doença tropical, sucedendo-lhe o seu adjunto, o padre Baltasar Afonso.

### **b) Os baluartes de Tombo, Calumbo, Anzele e Mocumbe (1578-1581)**

Paulo Dias de Novais só começou a tomar medidas mais activas para a «conquista do Reino de Angola» depois de 29 de Janeiro de 1578, data do desembarque em São Paulo de Luanda dos primeiros reforços vindos de Portugal. Tratava-se de cerca de 400 homens comandados por um sobrinho seu, António Lopes Peixoto, e a expedição, assim como as munições e outros fornecimentos, fora inteiramente custeada pelo seu próprio pai, António Dias de Novais. Paulo Dias de Novais apressou-se a enviar um contingente militar de 50 homens, comandado pelo seu recém-chegado sobrinho, António Lopes Peixoto, ao «Reino de Benguela». António Lopes Peixoto e os seus soldados conseguiram erigir uma fortificação na enseada da foz do rio Longa, que pretendia ser o Presídio de Benguela e que viria a dar origem a uma povoação mais tarde chamada Benguela-a-Velha e, muito mais tarde ainda, Porto Amboim. Em pouco tempo, porém, segundo o relatório de Domingos de Abreu de Brito, o «gentio local» revelou-se hostil e os seus ataques puseram fim à vida de António Lopes Peixoto e de muitos dos seus homens, dos quais só alguns lograram regressar a Luanda no navio que mantiveram ancorado ao largo da praia.

Nesse mesmo ano de 1578, Garcia Mendes Castelo Branco foi enviado ao Cabo Negro, em pleno deserto do Namibe, a futura Moçâmedes. É o próprio Garcia Mendes Castelo Branco quem, nas suas memórias escritas em 1620, informa que inicialmente seguiu acompanhado de Paulo Dias de Novais, primeiro até ao vale do rio Bengo, depois muito mais para sul, ao longo do rio Kuanza, desde Tombo até Calumbo. A coluna chegou até Anzele, na província mbundu da Ilamba, no sobado de Kakulu kia Nkangu,

«coisa de 10 ou 11 léguas [a leste] da cidade de São Paulo, e três ou quatro [a norte] do Cuanza, e outras tantas [a sul] do rio Bengo» [sic]. O objectivo do capitão e governador já era atingir Cambambe e as míticas minas de prata. No Tombo, a que chamara Santa Cruz, e em Calumbo, a que chamara São Pedro, fundara dois presídios, fortificações militares que pretendiam assegurar a protecção dos comerciantes portugueses e dos seus intermediários africanos.



14 - Presídios portugueses fundados ao longo do corredor do Kuanza entre 1578 e 1581: Luanda, Tombo, Calumbo, Anzele, Mocumbe e Massangano.

GARCIA, 1964, p. 250.

Ao saber da morte do rei de Portugal, D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, e da sucessão efémera do cardeal D. Henrique, Paulo Dias de Novais encontrar-se-ia já em Anzele, uma terceira fortificação.

O ano seguinte, 1579, ficou marcado por um episódio dramático, provavelmente ocorrido em Setembro, que a historiografia colonial designou, ora por «cerco de Anzele», ora por «traição de Ngola Kiluanji». Adiante-se, a título de curiosidade, que este «Ngola Kiluanji», segundo a discutível genealogia mais tarde registada pelo capuchinho Cavazzi, já não seria o mesmo que fora educado pelo padre Francisco de Gouveia e sim um usurpador de nome Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda. Quanto às cinco fontes escritas coevas que relatam o episódio em si, são todas da lavra de autores portugueses, pelo que tendem a culpabilizar exclusivamente o Ngola. Enumeremo-las pela ordem

cronológica por que foram produzidas: um auto levantado pelo capitão Pêro da Fonseca em Kabasa a 18 de Abril de 1579; uma carta do padre Baltasar Afonso do mesmo ano; uma carta do padre Frutuoso e Almeida, de 14 de Março de 1580; a *História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola*, de 1594; por fim, a *Relação* de Garcia Mendes Castelo Branco, de 1620. Procuremos agora reconstruir este caso quase romanesco.

Segundo a *História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola*, assim como para o padre Baltasar Afonso, um dos seus redactores, as relações de Paulo Dias de Novais com o soberano do Ndongo - presumimos que com o recentemente reinante Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda -, eram de início de tal modo amigáveis que este último solicitou ao governador português que instalasse na cidade itinerante de Kabasa um representante do rei de Portugal, ou seja, um embaixador português residente. Paulo Dias de Novais designou para o desempenho dessas funções um parente seu, o capitão Pêro da Fonseca. Contudo, para Garcia Mendes Castelo Branco, Pêro da Fonseca não foi a Kabasa na qualidade de embaixador e sim na de comandante de 20 homens que transportavam fazendas a entregar ao Ngola, a fim de as resgatar por escravos que seriam exportados por Paulo Dias de Novais e em seu benefício. Num caso ou noutro, o certo é que Pêro da Fonseca se confrontou em Kabasa com a inimizade de um português que andava entre Angola e Kongo havia mais de 25 anos. Tratava-se de Francisco Barbudo, o mesmo que, segundo Filippo Pigafetta, ludibriara três anos antes, no Kongo, os seus compatriotas prospectores de ouro e de prata. Este Francisco Barbudo, ao ver Pêro da Fonseca avistar-se com o Ngola, insultou publicamente, em kimbundu e em português, Paulo Dias de Novais e o rei de Portugal e declarou alto e bom som que não reconhecia outra



autoridade «senão a [de] el-rei de Angola, que lhe dava rendas» [sic]. Citamos o próprio Pêro da Fonseca que, pelos vistos investido de facto no estatuto de embaixador, mandou enclausurar Francisco Barbudo lá mesmo em Kabasa, decerto num ergástulo improvisado no recinto reservado pelo Ngola aos diplomatas portugueses. Contudo, segundo o padre Baltasar Afonso, Francisco Barbudo conseguiu libertar-se «por peitas», isto é, subornando os carcereiros. Depois foi avistar-se com o Ngola e «disse-lhe que era seu cativo e como tal o mandasse ferrar, [mas] que lhe descobriria um grande segredo» [sic]. Que segredo era esse? Barbudo revelou-o ao Ngola diante dos conselheiros do soberano:

[...] o governador [Paulo Dias de Novais] lhe vinha [ao Ngola] tomar seu reino, e minas de prata, e para isso tinha já na cidade de Cabasa quarenta soldados com seu capitão, e muita pólvora, e outros quarenta vinham a caminho [sic].

Mesmo vendo-se o seu contingente fantasiosamente duplicado de 20 para 40 homens – 80, se acrescentarmos os que vinham a caminho –, Pêro da Fonseca não deixou de ser considerado um espião e massacrado por ordem de Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda. O mesmo, aliás, aconteceria, não apenas com os seus homens, mas com a generalidade dos Portugueses que comerciavam no Reino do Ndongo, incluindo o sinistro Francisco Barbudo. Os cerca de 40 Portugueses que residiam em Kabasa foram atraídos a uma cilada pelo próprio Ngola, que simulou uma guerra para os dizimar e lhes subtrair as mercadorias que lhes pertenciam, as quais segundo uns valiam «mais de 20 000 [panos] lifucos», ou seja, o correspondente a «mais de 60 000 cruzados», segundo outros ascendiam a «mais de um milhão de [barras de] ouro».

Em seguida, o Ngola preparou-se para atacar Paulo Dias de Novais com um exército de 12 mil homens. Segundo os

Jesuítas, o governador português encontrava-se então já aquartelado em Anzele. Segundo Garcia Mendes Castelo Branco, Novais só seguiu para esta fortificação depois de, acampado num penedo junto do Kuanza, lhe ter chegado a notícia alarmante do iminente ataque das forças abundas. O número de Portugueses não ia além dos 60 homens, mas contavam com o apoio da chamada «guerra preta», constituída pelos Africanos que iam sendo avassalados e que já contabilizavam 200 «pretos cristãos». Cremos que Paulo Dias de Novais e os seus homens permaneceram sitiados em Anzele durante cerca de cinco meses, pois só em Fevereiro de 1580 é que chegaria de Portugal mais um reforço, embarcado em Lisboa em Outubro do ano transacto e patrocinado pelo pai do governador e pelo monarca português, o cardeal D. Henrique. Este, como é sabido, falecera no mês anterior, em Janeiro de 1580, durante as Cortes de Almeirim. Iniciara-se a crise dinástica que só seria resolvida em Novembro, com a aclamação do rei Filipe II de Espanha como rei de Portugal, na condição de que as possessões ultramarinas portuguesas, como o «Reino de Angola», não se tornassem espanholas. Mas em Fevereiro de 1580 desembarcaram em Luanda cerca de 200 homens armados, embora encabeçados por dois jesuítas, os padres Baltasar Barreira e Frutuoso de Almeida. O primeiro deles, o padre Baltasar Barreira, seguiu para o Kongo, a pedir reforços ao Ntotila, enquanto o grosso da expedição acorreu a Anzele a socorrer Paulo Dias de Novais. A partir desta fortificação da Ilamba, o sargento-mor Manuel João ainda teve tempo de fazer uma surtida que desbaratou uma parte considerável do exército de Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda.

Graças ao reforço que recebeu, Paulo Dias de Novais pôde sair da Ilamba em finais de Setembro de 1580 e retomar a margem norte do rio Kuanza, prosseguindo para leste em demanda de Cambambe. A coluna contava agora com 1200 homens, entre os quais cerca de 200 escravos,

que puderam subir o rio com duas galeotas, um caravelão e dois batéis. O principal texto escrito a documentar esta saga é uma carta do padre Baltasar Afonso escrita ao padre Miguel de Sousa já quase um ano depois, em Mocumbe, a 4 de Julho de 1581. A primeira paragem de Paulo Dias de Novais e das suas gentes, depois de deixarem Anzele, durou cerca de 15 dias e deu-se nas margens do Kuanza, na libata de um dos primeiros sobas a prestar vassalagem ao capitão e governador português e a manifestar-se contra o Ngola: um tal Muchima Quitangombe (Muxima kia Ngombe), nome cuja tradução literal do kimbundu é *Coração de Touro*. Este soba – cujo nome não deve levar a que os seus domínios sejam confundidos, como o faz Ralph Delgado, com o futuro Presídio da Muxima –, forneceu-lhes vitualhas, nomeadamente galináceos e bovinos, mas solicitou-lhes o apoio militar contra um soba inimigo, ao que os Portugueses acederam com êxito. Desta maneira foi a comitiva de Paulo Dias de Novais subindo o Kuanza durante os dois meses que se seguiram, expostos à chuva e às doenças tropicais – o próprio padre Baltasar Afonso chegou a adoecer gravemente, mas sobreviveria à enfermidade –, saqueando e submetendo povoações, em fações nas quais se distinguiram sobretudo os capitães Luís Serrão e Manuel João. Por fim, em Novembro de 1580, deter-se-iam num porto fluvial que supuseram encontrar-se apenas a três dias de marcha das «minas de prata» de Cambambe, para onde não avançaram decerto por encontrarem forte resistência dos exércitos do Ngola, não obstante o padre Baltasar Afonso atribuir tal empecilho aos desígnios de Deus. Permaneceram Paulo Dias de Novais e os seus companheiros nesse porto fluvial, a que chamaram Mocumbe (embora Domingos de Abreu de Brito escreva Macunde e Garcia Mendes Castelo Branco registe Macumbe), por cerca de oito meses que se revelaram assaz acidentados na guerra contra o Ngola e contra os sobas

seus aliados. Uma escaramuça contra o soba Katala, da Kissama, valeu a morte ao capitão Manuel João e a cinco dos seus homens.

Este episódio parece ter ocorrido já no início do ano de 1581, o mesmo acontecendo com a chegada de um socorro enviado pelo rei do Kongo, no qual se incluíam 50 Portugueses, os quais, todavia, «ao chegarem à arraia dos ambundos, que assim se chamam os angolas, foram desbaratados e fugiram, com perda de muitos milhares, que ficaram no campo» [sic]. Quem o relata, numa carta de 31 de Janeiro de 1582, é um jesuíta que chegara a Angola no socorro de 1580 e que daqui para a frente daria muito que falar. Trata-se do dinâmico padre Baltasar Barreira, que mal desembarcado em Luanda seguira para o Kongo a pedir reforços ao Ntotila, os mesmos que Novais recusara três anos antes. Conseguira-os, muito embora tudo leve a crer que tenha permanecido em Luanda quando a expedição conguesa partiu, em Janeiro, para a abortada operação militar em Mocumbe. Contudo em meados do ano, em Junho, quando Paulo Dias de Novais já desesperava, sem armas nem munições e abandonado por uma boa parte dos seus companheiros, que decidiram regressar a Luanda, o padre Baltasar Barreira, que se encontrava nesta vila, confessa ter visto:

[...] os negócios em tais termos que foi necessário, depois de o encomendar muito a Deus, publicar que queria ir aonde estava o governador, exortando alguns que por cá [em Luanda] andavam espalhados a que fizessem o mesmo [sic].

Acompanhado daqueles que conseguiu aliciar, seguiu então o intrépido jesuíta para Mocumbe, onde milagrosamente chegou no Dia de São João Baptista, 24 de Junho, com soldados, mantimentos, armas e munições, a tempo de encorajar o capitão governador contra o inimigo.

### **c) A fundação do Presídio de Massangano**

## **(1581-1589)**

Depois de rebaptizar Mocumbe com o nome cristão de Porto de São João, foi um Paulo Dias de Novais revigorado quem, ainda nesse mesmo ano de 1581, praticou três proezas assaz exaltadas pela história colonial:

- I. Derrota e submissão do soba Songa, da Kissama, por uma coluna comandada pelo capitão António da Costa, parente do governador;
- II. Derrota do soba Angola Quicaito (Ngola ki Kaitu), da Ilamba – que foi substituído por outro soba, «amigo» dos Portugueses –, por uma coluna igualmente comandada pelo capitão António da Costa;
- III. Derrota de outros sobas da Ilamba, por uma coluna comandada pelo capitão Luís Serrão.

O padre Baltasar Barreira, na sua longa carta de 31 de Janeiro de 1582, confere particular relevo ao baptismo do soba Songa – que ocorreu menos de um mês antes de escrita a carta, a 6 de Janeiro, Dia de Reis –, pela simples razão de o território deste soba, que se estendia desde a barra do Kuanza por 30 léguas – ou seja, 150 quilómetros – para o interior, haver sido integralmente doado por Paulo Dias de Novais à Companhia de Jesus. Foi o próprio padre Baltasar Barreira, que aliás nesse mesmo dia realizou mais de 400 baptismos, quem baptizou o soba, o qual passou a chamar-se D. Paulo Novais por ser afilhado do governador. Mas já um ano antes, o padre Baltasar Barreira deixara em Songa o seu confrade Baltasar Afonso, que aí ergueu uma igreja, e levou para Luanda um filho e um irmão do soba, que foram catequizados na residência da Companhia, no Morro de São Paulo. O baptismo de ambos viria a celebrar-se no dia 21 de Dezembro de 1581, Dia de São Tomé, pelo

que o irmão do soba recebeu o nome de Tomé. Quanto ao filho do soba, passou a chamar-se Constantino, nome do primeiro imperador romano cristão, que viveu entre 272 e 337. Ambos passaram o Natal na Ilha de Luanda e regressaram depois à sua terra, onde se revelaram cristãos fervorosos:

Por onde quer que iam, queimavam e faziam em pedaços todos os ídolos que achavam, os quais descobriam como ladrões de casa, sem lhes escapar nenhum. E a todos os que queriam aprender, ensinavam as orações e falavam de Deus com tanto fervor que bem pareciam ser já instrumento do Espírito Santo [sic].

Na primeira metade do ano de 1582, Mocumbe foi novamente cercada pelos exércitos do Ngola, mas uma coluna portuguesa conseguiu dizimar cerca de 500 inimigos e pôr os outros em fuga. Luís Serrão seguiu depois, à frente de 80 soldados portugueses, em socorro de vários sobas da Ilamba seus aliados, e mais uma vez as gentes do Ngola fugiram sem sequer travar combate. Consequentemente, os Portugueses conseguiram a adesão de um número ainda maior de sobas. Estas vitórias são, aliás, arrebatadamente cantadas pelo padre Baltasar Afonso, antes tão céptico em relação ao arrojo de Paulo Dias de Novais, numa carta escrita a 31 de Julho desse ano de 1582:

São tantas as vitórias que os nossos têm alcançado destes nossos inimigos que não se pode crer, por carta, principalmente, tendo até aqui por impossível poder-se conquistar Angola sem grande poder [esforço] dos portugueses, e quer Deus que o governador com 100 tem tomado metade do reino de Angola, e sujeitando muitos e grandes fidalgos, que com ele vão conquistando a terra toda. Em obra de 3 meses venceu três guerras do próprio rei de Angola, matando e cativando infinidade deles. Somente falta ajudá-lo el-rei desse reino [de Portugal] com pólvora e munições, e alguma gente para que se vão refazendo em lugar dos que morrem [sic].

Foi por esta altura que Paulo Dias de Novais, depois de, por influência do capitão de São Tomé, António Monteiro Maciel, haver prestado por escrito obediência a Filipe II de Espanha, tornado rei de Portugal, solicitou ao soberano socorros em homens, armas e munições para continuar a conquista de Angola. Como seus emissários, partiram para Lisboa, e decerto depois para Madrid, os capitães Diogo Rodrigues, António da Costa e João Castanho Velez. Contudo os reforços requeridos, decerto devido à situação de instabilidade política então vivida em Portugal, levariam mais de dois anos a chegar a Paulo Dias de Novais. Mas, entretanto, o governador e capitão donatário não perdeu tempo. Em Novembro de 1582 abandonou, com os seus homens, a fortificação de Mocumbe, arraial onde haviam permanecido perto de dois anos. Documenta-o uma carta do padre Baltasar Barreira para o seu provincial, datada de Luanda, de 20 de Novembro de 1583. O exército de Paulo Dias de Novais prosseguiu na subida do Kuanza com o fito de alcançar Cambambe, onde, insiste o padre Baltasar Barreira, supunham encontrar «as minas e as riquezas de Angola» [sic]. O jesuíta especifica que, pelo caminho, foram os Portugueses dar «num sítio que pareceu acomodado», ou seja, que se situava na confluência entre dois rios, e aí «começaram [...] a fazer as suas moradas» [sic]. Os dois rios só podiam ser o próprio Kuanza e o seu afluente Lukala. Em kimbundu, *confluência* diz-se *masanganu*, substantivo derivado do verbo *ku sangana* – por sua vez decorrente de *ku sanga* (*juntar*) –, que significa *confluir*. Paulo Dias de Novais e os seus companheiros acabavam de fundar a localidade que se viria a chamar Massangano.

Porém, só algum tempo depois fortificariam a pequena colina calcária fronteira à confluência dos dois rios. Algum tempo depois de quê? Presumindo nós que, na sua carta de 20 de Novembro de 1583, o padre Baltasar Barreira toma Massangano por ponto de referência, acrescenta o jesuíta

que o Ngola, residindo «a quatro jornadas dali [de Massangano]», ao saber da localização das forças portuguesas «ajuntou um exército que haveria perto de um conto e 200 000 homens» [sic]. A palavra «conto», que em português arcaico significa «milhão», tem sido considerada exagerada. No entanto, cremos que o Ngola pôs efectivamente a circular um mujimbo que utilizava tal termo, porquanto, ainda segundo o padre Baltasar Barreira, a notícia atemorizou os sobas que estavam do lado dos Portugueses: «A fama deste poder tão grande [do Ngola] meteu tanto pavor aos fidalgos que estavam da nossa parte que não houve quem quisesse acudir aonde estava o governador» [sic].

Onde é que estava Paulo Dias de Novais? Em Massangano ou noutra lugar? É neste ponto que cremos ser pertinente articular o que o padre Baltasar Barreira relata na sua carta em 1583 com o que cerca de dez anos depois aparece exposto na *História da Residência dos Padres da Companhia...* Aí se diz que, ao tempo em que recebeu a notícia de que o Ngola o ameaçava com «um conto» de homens, Paulo Dias de Novais, embora deixando gente em Massangano, saíra deste local com um contingente armado de 120 homens a fim de tentar alcançar Cambambe. De caminho, atravessaram uma província chamada Musseque – não nos esqueçamos nunca de que *mu seke*, em kimbundu, significa *terreno arenoso*, o que confere um aspecto de aridez à paisagem – e «destruíram um poderoso [soba] inimigo por nome Mambantungo e puseram outro [soba] na terra, e o arraial se alojou em Talandongo, que na língua deles quer dizer terra donde se vê a cidade do rei». De facto, *tala ndongo* significa, em kimbundu, *olha o Ndongo*. Ainda segundo o texto da *História da Residência dos Padres da Companhia...*, Paulo Dias de Novais teria fundado nesta Talandongo, que aliás se situaria apenas a uma légua das minas de



Cambambe, uma «cidade» efémera a que chamou Nova Gaza. Porque não seria esse o local que distava apenas quatro jornadas da residência do Ngola, isto é, da Kabasa?

Prossegue o texto da *História da Residência dos Padres da Companhia...*:

Estando aqui [em Talandongo/Nova Gaza] alojado o governador Paulo Novais, com seu capitão-mor Luís Serrão e todos os mais portugueses, que não passavam de 120, senão quando aos 2 de Fevereiro da dita era [de 1583], que é dia de Purificação de Nossa Senhora, desce sobre eles o mais grosso exército que dizem ajuntou nunca rei algum de Angola.

Ou seja, o tal exército de «um conto de homens». A partir daqui o relato coincide com o do padre Baltasar Barreira, com a ligeira diferença de que este refere apenas um soba que acorreu em socorro dos Portugueses, o já conhecido D. Paulo Novais, o soba Songa, ao passo que o historial de 1594 fala também em escravos e «gente de alguns sobas». No mais, o desfecho é idêntico, com a vitória retumbante de Paulo Dias de Novais e das suas parcas hostes atribuído a um milagre da padroeira do dia 2 de Fevereiro, Nossa Senhora da Purificação, também chamada Nossa Senhora das Candeias, decerto porque depois do triunfo houve uma procissão. Essa procissão, porém, já veio a realizar-se em Massangano, para onde Paulo Dias de Novais e os seus, apesar do empolamento das crónicas, foram obrigados a recuar, adiando a descoberta das míticas minas de prata. Tal se devia ao bom posicionamento estratégico da colina calcária que se ergue sobre a confluência do Lukala com o Kuanza. Massangano, daí em diante baptizada Vila de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, seria, efectivamente, o baluarte central da conquista portuguesa do corredor do Kuanza, aliás continuada pelos sucessores de Paulo Dias de Novais até meados do século XVII.

Pese embora a existência de cartas dos padres Baltasar Afonso e Baltasar Barreira desse mesmo ano de 1583 que

afirmam terem chegado a Massangano, decerto trazidas por aventureiros, «amostras da prata de Cambambe» [sic], Paulo Dias de Novais jamais alcançou esta localidade. Bem pelo contrário, ao longo dos seis anos que ainda decorreram até à sua morte, a 9 de Maio de 1589, permaneceu, mesmo fazendo surtidas arrojadas, sempre aquartelado em Massangano em situação assaz precária. Durante esse período, ainda recebeu três socorros de Portugal. O primeiro foi o tão esperado contingente dos 80 soldados de João Castanho Velez, que chegou a Massangano em Outubro de 1584. Com ele vinha igualmente um prospector de minas e um jovem padre jesuíta, Diogo da Costa, que nos anos seguintes se revelaria mais um cronista dos «milagres» da conquista portuguesa do Kuanza. João Castanho Velez morreria chacinado nas margens do Lukala, às vésperas do Natal do ano seguinte. Mas esse ano de 1585 registaria vários «milagres», nomeadamente a vitória, em Kasikola, do capitão-mor André Ferreira Pereira sobre a maioria dos sobas da Ilamba. Mais dois socorros viriam de Portugal, ambos sem grande significado: um no ano de 1586, constituído por 90 soldados comandados pelo capitão Jácome da Cunha; o outro em 1587, este sem que chegasse a pelejar, apesar de numeroso, pois compunham-no cerca de 150 mercenários de várias nacionalidades – Tudescos (isto é, alemães), Flamengos e Castelhanos – que, todavia, não tardaram a sucumbir às doenças tropicais.

A morte surpreendeu Paulo Dias de Novais no dia 9 de Maio de 1589, quando se preparava para um novo ataque contra o Ngola. Deixou como sucessor, por disposição testamentária, um dos seus capitães, Luís Serrão, a quem sucederia dois anos depois outro dos seus companheiros de armas, André Ferreira Pereira. Mas o primeiro governador e capitão donatário de Angola morreu pobre, endividado e sem herdeiros na linha recta. Foi sepultado em frente da

Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no Presídio de Massangano, em túmulo de pedra de que ainda restam os vestígios, embora o corpo tenha sido mais tarde, em 1609, trasladado para a Igreja dos Jesuítas, em Luanda.

A figura de Paulo Dias de Novais tornar-se-ia emblemática para a história de Angola, e não apenas na sua vertente colonial. A fundação de Luanda ficar-lhe-á sempre associada. Cabe, no entanto, referir, que Paulo Dias de Novais permaneceu estranhamente no desconhecimento e no esquecimento até ser parcialmente recuperado pela historiografia de António de Oliveira de Cadornega, de meados do século XVII. Não se lhe conhece qualquer retrato. As efígies que ilustraram notas de angolares emitidas pela Junta da Moeda de Angola em 1928 são imaginárias. Foi da fisionomia de Paulo Dias de Novais fantasiada nessas notas que partiu o escultor Manuel de Oliveira para conceber a estátua que foi erigida em frente à Igreja de Nossa Senhora do Cabo, na Ilha de Luanda, e que após a Independência de Angola, em 1975, seria transferida para a Fortaleza de São Miguel.

## CAPÍTULO VIII

# **Os Imbangala e os Portugueses (séculos xvi- xvii)**



# Cronologia

**Século xv/Viragem para o século xvi** – Período provável, segundo a antropologia e a arqueologia, para as migrações imbangala do Kinguri e travessia imbangala do Kasai.

**1550 ou 1560** – «Morte» simbólica, no Alto Kuanza, do Kinguri pelos Imbangala, que instituem o Kilombo.

**1575 (c.)** – Os Imbangala do Kinguri atingem o Alto Kuanza e confrontam-se com os Estados Mbundu organizados e centralizados do Ngola Kiluanji e com os Estados do Libolo.

**1582 (c.)** – Nascimento, em lugar indeterminado do corredor do Kuanza, de Njinga Mbandi, futura rainha do Ndongo e da Matamba.

**1590** – Batalha de Angoleme-Akitambo.

**1591** – Publicação em Roma de *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*, de Duarte Lopes e de Filippo Pigafetta. – *Relatório sobre o «Reino de Angola» e a Ilha de Luanda, Sumária Descrição do Reino de Angola*, dirigido ao rei Filipe II de Espanha e I de Portugal por Domingos de Abreu de Brito.

**1595** – Criação do Bispado de Angola e Congo, com sede em Mbanza Kongo, que passa a chamar-se São Salvador do Congo. – Primeira embaixada do Kongo à Corte espanhola e a Roma, no reinado do Ntotila D. Álvaro II.

**1599** – Fundação, na margem sul do Kuanza, do Presídio da Muxima, pelo capitão Baltasar Rebelo de Aragão, em combate contra os Kissamas.

**1601** – Primeiro encontro entre os Imbangala – do kilombo de Kalanda ka Imbe (ou Imbe ia Kalandula) – e os Portugueses, na foz do rio Keve/Kuvu, segundo Andrew Battel (1625).

**1603 (Agosto)** – O capitão Manuel Cerveira Pereira sucede a João Rodrigues Coutinho no governo de Angola, por iniciativa do jesuíta Jorge Pereira.

**1603** – Primeiro governo de Manuel Cerveira Pereira.

**1604** – Conquista e fundação do Presídio de Cambambe, por Manuel Cerveira Pereira.

**1606** – Luanda adquire o estatuto de cidade; para salvaguardar o abastecimento de água aos moradores, Cerveira Pereira manda construir a Maianga do Povo.

**1603/1607** – Permanência de Andrew Battel no Loango, em cuja descrição será o primeiro a grafar a palavra Cabinda para designar todo a vasta baía que banhava, além daquele Estado, os de Kakongo e de Ngoio.

**1607 (26 de Março)** - Regimento nomeando Manuel Pereira Forjaz governador de Angola, instituindo os baculamentos, tributos cobrados aos sobas angolanos pela Coroa portuguesa. - Inauguração do primeiro Colégio da Companhia de Jesus em Luanda, na chamada «Praça da Feira», contígua ao pavilhão de pau a pique que viria a ser o palácio do governador. Deste Colégio dos Jesuítas resta a Igreja de Jesus, actualmente Sé de Luanda. - Segunda embaixada do Kongo a Roma, no reinado do Ntotila D. Álvaro II, chefiada pelo sobrinho de D. António Emanuel Nsaku Nevunda, *o Nigrita*.

**1611** - Bento Banha Cardoso funda, nas margens do rio Lukala, o sétimo presídio português: Anjo, mais tarde transferido para a Pemba Real (ou Ambaca).

**1615 (Fevereiro)** - Separação oficial do «Reino de Angola» do «Reino de Benguela».

**1617 (17 de Maio)** - Fundação de São Filipe de Benguela, a Benguela-a-Nova, por Manuel Cerveira Pereira. - **(Final do ano, segundo Cadornega)** - Governador Luís Mendes de Vasconcelos ocupa a localidade mbundu de Pemba Real, na Ilamba, para onde transfere o Presídio de Ambaca, fundado quatro anos antes no Anjo. Inicia-se uma campanha militar contra os Mbundu; pela primeira vez, os Imbangala são incorporados no exército português.

**1620 (c.)** - Fundação do Estado de Kasanje pelos Imbangala, legitimados pelo título Kulaxingu, que sucedeu ao Kinguri.

# 1 - Tradições do Kinguri e migrações imbangala no século XVI

## a) A travessia do Kasai e a proibição definitiva de contactos sexuais e do nascimento de crianças

O «parricídio» de Yala Muaku simbolizou, na Lunda a leste do rio Kasai, a ruptura do vínculo de parentesco perpétuo tubungu. Lueji, irmã dos parricidas Kinguri e Kiniama, uniu-se ao Tshibinda Ilunga e consumou-se então a aliança da Lunda com a Luba, que viabilizou o aperfeiçoamento das técnicas metalúrgicas no grande território delimitado a oeste pelo rio Kuango e a centralização do poder imperial na pessoa do Muatiânvua e na cidade da Musumba. A linhagem *lueji* conseguiu sobrepor-se às outras linhagens «juniores» suas rivais, como a linhagem *kinguri* e a linhagem *kiniama*.

Segundo a tradição oral recolhida por Joseph Calder Miller, os detentores do título *kinguri* só abandonaram a Lunda depois de haverem adquirido alguns «poderes sobrenaturais» transmitidos pelo Tshibinda Ilunga. Lueji governou a Lunda apenas como regente, enquanto Kinguri, o mais velho dos varões, foi menor. Mas um dia, quando Lueji e Kinguri caminhavam juntos ao longo do rio Lukongolo, Kinguri afastou-se por instantes da irmã e embrenhou-se na mata à procura de outros homens que o ajudassem a fazer maluvo, o vinho de palma, símbolo da autoridade política. Ou seja, ainda na Lunda, as linhagens do Kinguri abandonaram a federação de chefes tubungu, chefiada transitoriamente por Lueji, e procuraram em vão aliados externos.

Enquanto isso, Lueji encontrou um caçador que lhe ofereceu uma cauda de elefante em troca de alimentos.

Este caçador é designado pelo nome de Lukokexa pelos narradores imbangala, mas outro não é senão o Tshibinda Ilunga. Ao mesmo tempo, Kinguri sentiu o coração a pulsar com força e, vendo nisso um mau presságio, regressou a casa a correr. Encontrou Lueji a confraternizar com o caçador estrangeiro, o que era uma transgressão às normas lundas. Outra transgressão era o facto de Lueji, simples regente, ostentar como ceptro uma cauda de elefante, o que na Lunda só era permitido aos reis entronizados, direito que viria um dia a caber ao próprio Kinguri.

Por duas vezes tentou Kinguri expulsar o Tshibinda Ilunga da Lunda. Primeiro atacou-o com uma faca mágica que dizia ter herdado do seu pai, mas o caçador luba repeliu-o com o fogo assustador que então se soltou em labaredas da sua cabeça. Quando Kinguri voltou à carga, a boca do Tshibinda Ilunga transformou-se nas presas e nas mandíbulas de um felino selvagem. Segundo certas versões, o próprio Tshibinda Ilunga se transformou num leão ou num leopardo. Kinguri compreendeu então que o seu inimigo era o mais poderoso dos dois, como aliás o demonstra a simbologia do felino. Kinguri ainda tentou roubar os talismãs que conferiam ao Tshibinda Ilunga os seus poderes sobrenaturais. Mas quando viu que não conseguia, decidiu abandonar a Lunda, na condição de que, antes disso, o caçador luba lhe ensinasse alguns dos seus «segredos mágicos» e lhe conferisse alguns dos seus encantamentos.

O Tshibinda Ilunga concordou em entregar a Kinguri dois dos seus amuletos: um *arco mágico*, que lhe permitiria vencer os animais mais perigosos; e o *nzungu*, uma substância feita a partir da casca da *mbamba* – árvore que cresce nos muxitos, as florestas-galeria ao longo dos rios –, que não só conferia a Kinguri a possibilidade de soltar fogo pela cabeça ou transformar-se em leão ou leopardo tal como o príncipe luba, mas também apartava as águas dos



rios e adivinhava a presença de cobras e as matava logo em seguida. Munido destes objectos sagrados, Kinguri, seguido do seu séquito, iniciou o seu périplo para oeste, em busca das salinas.

Segundo Miller, em tradições imbangala posteriores ao início do século XVII, o *arco mágico* aparecerá várias vezes nas mãos de Kulaxingo, sucessor do Kinguri. Efectivamente, legitimados pelo título *kulaxingo*, o qual sucedeu ao título *kinguri*, os Imbangala fundariam o Estado de Kasanje, aproximadamente na década de 1620. Mas outras insígnias lundas de poder foram levadas para oeste pelo Kinguri, nomeadamente:

- a. Os braceletes *tuzekele* (singular, *kazekele*) - distintos do *lukano*, a pulseira feita de tendões humanos, exclusiva do Muata Yanvu da Lunda -, inicialmente associados às autoridades linhageiras na Lunda, mas mais tarde, no Kasanje, tornados símbolo de autoridade política;
- b. O *lubembe*, sino duplo sem badalo;
- c. O *mondo*, tambor falante, assim como o tambor comum *ngoma ya kukumba*.

Ainda segundo Miller, outras posições titulares provenientes da Lunda migraram para oeste durante o século XVI. As tradições imbangala apontam para que a maioria dos titulares Lunda que acompanhou o Kinguri pertencia a linhagens diferentes das do seu líder. Além disso, ainda no século XVI foram fundados Estados Mbundu e Kiokos a partir de segmentações das linhagens do Kinguri. É o caso da linhagem Kiniama, nome que é apresentado nas recolhas de Henrique de Carvalho e nas ficções de Castro Soromenho e de Pepetela como sendo o

do irmão de Kinguri que com ele colaborou no parricídio de Yala Muaku. Em conformidade com estas narrativas, o título *kiniamo* partiu da Lunda na mesma época que o *kinguri*, embora deslocando-se numa direcção diferente, para sul/sudeste, vindo a deter-se entre os povos Luena do Alto Zambeze. É igualmente o caso da linhagem Ndumba ua Tembu, personificada, na tradição oral recolhida por Henrique de Carvalho, por um chefe de caçadores lundas que, contestando o poder de Lueji e do Tshibinda Ilunga, ter-se-iam dirigido para o sul, ao longo do rio Kasai, e instalado na região das nascentes deste rio e do rio Kuango, ligando o Império Lunda às regiões do sal dos lagos e fundando os principais Estados Kiokos.

Kinguri aparece sempre, na oralidade imbangala, como um título personificado por um chefe atemorizador que sacrificava a vida do seu próprio povo, ao ponto de, sempre que queria levantar-se ou sentar-se, forçar dois escravos a ajoelharem-se ao seu lado para depois se apoiar em dois punhais que lhes cravava nas costas. Numa fase inicial, depois de deixar o Kalanhi e atravessar o Kasai e já espalhando o terror por onde passava, Kinguri parou durante «muito tempo» em três locais ainda a leste do Kuangu, na esperança de conseguir um exército forte que lhe permitisse vir a recuperar o poder perdido na Lunda. Duas das paragens terão sido em Itengo, perto da futura Saurimo, e na localidade que só muito mais tarde seria conhecida como Mona Kimbundu. Continuou em direcção às nascentes dos rios Kuangu e Kakumbi e parou pela terceira vez, antes de continuar na direcção do Songo. Evidentemente que estas três paragens simbolizam a fundação de três pequenos Estados baseados no *kinguri*.

Nas nascentes de um rio chamado Nanguiji, recebeu emissários da irmã, Lueji, que lhe propunham uma reconciliação. Kinguri declinou a oferta e rejeitou qualquer aliança com os seus antigos parentes. O rio onde se

encontrava passou-se a chamar Cikapa (ou Txikapa ou Xikapa), que significa, precisamente, «separação». Miller admite a hipótese de esta «separação» de fronteiras com a Lunda marcar a fundação de um pequeno Estado em Itengo, mais tarde recuperado pela expansão lunda e luba.

Sempre perseguidos pelo avanço dos Luba, os detentores do título *kinguri* foram forçados a seguir progressivamente para oeste, estabelecendo novas linhagens que integravam populações às quais não tinham qualquer ligação genealógica. Pelo caminho foram-se formando, igualmente, linhagens segmentares, fundadas por aqueles componentes do grupo que optavam por sedentarizar-se. A simbologia da morte dos dois escravos – que aliás não podiam ser escravos e sim dependentes – apunhalados por Kinguri, de cada vez que este se levantava ou se sentava, mais não representa senão as rupturas com as rígidas divisões de linhagens a que o grupo se via forçado a proceder, assim como a permanente incorporação de novos grupos de parentesco local, pesem embora as vítimas exigidas pelos espíritos que apoiavam o título. E os fenómenos do estabelecimento de novas linhagens recrutadas entre as populações locais e da formação de linhagens segmentares fundadoras de novos Estados, durante as primeiras décadas do século XVI, são, respectivamente, representados por duas narrativas interessantes.

A primeira narrativa é a do ingresso da linhagem de Kulaxingu nas hordas do Kinguri. Tal aconteceu ainda na região de Mona Kimbundu, imediatamente a oeste do rio Xikapa. Kinguri avistou-se com um chefe local kioko chamado Musumbi wa Mbali. Este, que dominava um território sobrepovoado, estava disposto a ceder vários dos seus súbditos. Suspeitou, porém, que o Kinguri pretendia utilizá-los nos seus sacrifícios humanos. Por isso exigiu que a cedência deles fosse feita sob a protecção de um dos seus titulares subordinados, Kulaxingu. Não é difícil de

adivinhar que esse nome fosse, no início do século XVI, designativo da linhagem que a partir de então, na hierarquia, se posicionaria imediatamente abaixo do Kinguri. *Kulaxingo* deriva de *xingu*, que em kimbundu quer dizer *pescoço*. Se Kinguri era a cabeça, Kulaxingu seria o seu suporte. Com o Kulaxingu, ingressaram no bando do Kinguri outras linhagens do Xikapa.

A segunda narrativa descreve a travessia do Kasai pelo grupo de Kinguri e a dissidência da linhagem de Kanhika ka Tembo. Quando a horda chegou à margem daquele grande rio, num ponto onde o leito era estreito e a transposição para a margem oposta podia ser feita com um simples salto, os objectos prodigiosos fornecidos pelo Tshibinda Ilunga ao Kinguri tinham perdido o seu poder. O *arco mágico* revelara-se incapaz de fornecer caça suficiente para alimentar o grupo. Quanto ao *nzungu*, do qual uma das grandes propriedades era precisamente permitir a travessia dos rios, não conseguiu impedir que as águas do Kasai crescessem abruptamente e engolissem todos aqueles que ousassem saltar para a outra margem. A que se devia este impasse?

Uma das explicações podia encontrar-se na cominação decretada pouco tempo antes por Kanhika ka Tembo, um dos lugar-tenentes do Kinguri: a proibição de qualquer contacto sexual entre homens e mulheres do grupo, com o pretexto de evitar atrasos causados pelos nascimentos e pela presença de crianças pequenas. Com esta determinação, Kanhika ka Tembo cortava cerce com a tradição da organização da comunidade com base nas linhagens matrilineares e, conseqüentemente, no parentesco. A partir de então, as crianças só entrariam para o grupo através da adopção ou da captura e todas ficavam vinculadas a deveres de fidelidade apenas para com o Kinguri.



Tal permitiria perceber, por exemplo, se a árvore era ou não uma mulemba, símbolo do poder estadual legitimado pela linhagem. O marido da sobrinha de Kanhika ka Tembo conseguiu matar um dos pássaros, proeza que foi considerada um favor sobrenatural, pois só lograva atingir os pássaros nas asas quem estivesse em harmonia com os espíritos. Ao abrir as entranhas do pássaro morto, encontrou sementes de painço (massango) e de sorgo (massambala). O pássaro, portanto, não era carnívoro nem necrófago e alimentava-se de sementes de plantas domesticadas. Prova de presença humana nas proximidades e presságio de que a horda poderia finalmente matar a fome.

Os chefes Kinguri e Kanhika ka Tembo decidiram então atravessar o rio. Mas, como o *arco mágico* e o *nzungu* de Kinguri tinham perdido os seus poderes e encantamentos, a travessia do curso de água teve de ser feita por uma ponte improvisada em madeira de *muyombo*, árvore onde se acreditava repousarem os espíritos da linhagem. O construtor da ponte foi Ndonje, nome de uma linhagem que, por este facto, adquiriria a honra de se tornar zeladora oficial das insígnias de autoridade do Kinguri. Do outro lado do Kasai, encontraram uma aldeia com cujos habitantes estabeleceram boas relações e de quem obtiveram massango e massambala. Kinguri e Ndonje, com toda a alimentação de que necessitavam, prosseguiram para oeste com uma parte do grupo. Mas a outra parte estabeleceu-se naquela região e nas nascentes do Kasai, sob o comando de Kanhika ka Tembo, que decerto viu na boa sorte que coube ao marido da sobrinha um presságio para o regresso à sedentarização e à segurança da organização com base na linhagem. O grupo do Kinguri, porém, na prossecução do seu périplo, persistiu nas prescrições proibitivas dos contactos sexuais e do nascimento de crianças.

## **b) A formação do Kilombo, a lendária Temba Andumba e a morte do Kinguri**

A supressão das linhagens do grupo do Kinguri permitiu, não só que os indivíduos de fora se juntassem à comunidade, mas também a centralização da autoridade no seu chefe. Por esse motivo, outros chefes, além de Kanhika ka Tembo, foram abandonando o grupo e fixando-se com um modo de vida sedentário em determinados territórios. Tradições orais indicam nomes tais como os dos futuros kiokos Mwata Kandala e Ndumba a Tembo, este último também conhecido por Muandumba. No território songo, a oeste do Kuango, vários dissidentes ostentando o título *kinguri*, fundaram novos Estados, fazendo fronteira, a sudeste, com o poderoso Estado do Libolo. Quando atingiu o Alto Kuango, em meados do século XVI, o grupo do Kinguri encontrava-se mais coeso e desprovido de linhagens segmentares, embora tendo absorvido múltiplas populações dos territórios que percorrera. Ao enveredar para sul e alcançando o Alto Kuanza por volta de 1575, confrontou-se com os Estados organizados e centralizados do Ngola Kiluanji, como o Ndongo, e com os do Libolo. Pela primeira vez, desde a saída da Lunda, Kinguri encontrava forte resistência à progressão para oeste. Por isso enviou à Lunda um emissário em busca de mais objectos mágicos que lhe permitissem vencer a oposição do Libolo. O emissário escolhido foi Ndonje, o mesmo que já construía a ponte sobre o Kasai. Mas Ndonje não voltaria para o grupo do Kinguri, pois a linhagem portadora do seu título aliar-se-ia a outras provenientes dos Minungo e fundaria, ao longo do Médio Kuango, um novo Estado.

Outro «emissário» do Kinguri terá transposto o Kuanza e, atravessando o Libolo, seguiu para sul, fundando um Estado entre os Songo e outro no Planalto dos Ovimbundu, nas montanhas «Nzambi na Ngombe», isto é, «grande espírito do gado» ou, literalmente, «Deus do Boi». Esta

linhagem dissidente, cujo título é Munjumbo wa Ngamba ou Mujumbo wa Konde, foi a primeira, de entre as provenientes do Kinguri e proclamando-se Imbangala, a procurar atingir o rio Kuvu, na encosta setentrional do que viria a ser o Planalto de Benguela, e antecederia as outras linhagens que nesse mesmo local se viriam a cruzar com os Portugueses no início do século seguinte. Face ao tampão do Libolo, Kinguri viu-se obrigado a estabelecer-se temporariamente na margem sul do rio Luhandu, embora persistindo na manutenção de um modo de vida guerreiro. Quando se esgotou a capacidade dos Songo de fornecerem gente para os sacrifícios, os titulares do *kinguri* começaram a guerrear-se entre si. No entanto, alguns deles optaram por uma vida sedentária baseada na agricultura e, com esse fim e para se oporem às determinações belicosas do seu chefe, fundaram contra ele uma «sociedade secreta». Lázlo (Ladislás) Magyar (Szombathely/Hungria, 1818-Benguela/Angola, 1864), nas suas notas sobre a história dos reinos Ovimbundu, designa aquela «sociedade secreta», pelo termo aportuguesado «empacaceiros» – porque eram destros na captura das *pacaças* (ou *jipakasa*), os búfalos africanos (*bufalus caffer*) –, que decerto recolheu entre Ovimbundu falantes de português. cremos, contudo, que o termo bantu adequado era *ibinda* (singular, *kibinda*), a instituição de origem luba que consistia em sociedades secretas constituídas por caçadores por artes mágicas. Estes «empacaceiros» ou *ibinda* defrontaram o Kinguri em guerras sangrentas, após o que atravessaram o Kuanza e migraram para sudoeste, onde, segundo Magyar, terão fundado o Estado do Bié.

Foi ainda a leste do Alto Kuanza e a sul do Luhandu que os titulares que restavam ao Kinguri procuraram uma solução para as suas divergências institucionalizando o Kilombo, primitivamente uma instituição societária dos Ovimbundu relacionada com os ritos de iniciação



masculina. Aliás, em umbundu, o termo *ocilombo* relaciona-se com a circuncisão. Mas o Kilombo do Kinguri – mais tarde também chamado Kilombo Imbangala – destinava-se sobretudo a agrupar e a disciplinar guerreiros que, dispersos por bandos, defrontaram, muitas vezes com êxito, os Estados Mbundu situados a norte do Kuanza, desde logo o reino do Ndongo do Ngola Kiluanji. Já na segunda metade do século XVII, o termo Kilombo, além de frequentemente aplicado ao acampamento de caravanas comerciais, seria transferido para o novel Estado do Kasanje, dando nome à sua capital. Seria igualmente transferido para o Brasil, onde designaria os bandos formados pelos escravos fugidos e as localidades por eles fundadas, como foi o caso da cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

No último quartel do século XVI, os fundadores do Kilombo angolano legitimaram-no com base em dois mitos. Um deles consiste na oposição permanente entre o Kinguri, associado a uma fera temível, e o Munjumbo, que tinha o estatuto de *kibinda* e, por esse facto, liderando o Kilombo, poderia vencer a fera que era o Kinguri. O outro mito traduz-se numa narrativa que remete necessariamente para a matrilinearidade, pois elege como herói fundador do Kilombo uma mulher, Tembanza, nome que posteriormente corresponderia ao título da principal esposa do chefe do Kilombo. Mas o nome mais conhecido da Tembanza é Temba Andumba, rainha lendária cuja história serviu de mito de origem aos Imbangala.

Filha de Ndonje, o construtor da ponte de madeira de *muyombo* sobre o rio Kasai, Temba Andumba era uma guerreira que teria, em tempos mitológicos, conquistado um vasto território e fundado um Estado onde instituiu as chamadas *leis kesila* ou *ijila* (singular *kijila*). Estas, impondo sacrifícios humanos e a prática da antropofagia ritual, preconizavam a proibição de contactos sexuais aos guerreiros e a morte das crianças dadas à luz pelas

mulheres que, em prevaricação a estas normas, com eles praticassem o coito. Ao proclamar as *leis kesila*, Temba Andumba introduziu um ritual cuja prática, já na segunda metade do século XVII, o padre italiano João Cavazzi de Montecuccolo atribuiria à rainha Njinga Mbandi do Ndongo e da Matamba.

Durante a cerimónia de proclamação das *leis kesila*, Temba Andumba atirou, sem misericórdia, a filha recém-nascida para dentro de um kinu, grande almofariz feito de tronco de árvore, onde se batem os cereais para os reduzir a farinha. Com um grande pilão, Temba Andumba massacrava a filha como se fosse massango ou massambala e transformou-a num funji de carne e sangue ao qual adicionou raízes, ervas e pós. Depois ferveu toda a mistura e obteve um unguento a que chamou *maji a samba* e com o qual untou o próprio corpo e o dos seus mais fiéis seguidores. Ungidos com o *maji a samba* proveniente dos seus filhos mortos, os guerreiros de Temba Andumba devastaram os territórios onde fundariam novos Estados. Após a conquista, a rainha ordenou-lhes que pegassem nos filhos menores sobreviventes, os cortassem em pedaços e comessem o que daí restava. Evidentemente que a prática do ritual do *maji a samba* e o cumprimento escrupuloso das *leis ijila* simbolizam, neste ponto, um inevitável fraccionamento de unidades políticas. Mas a história de Temba Andumba prossegue com um elemento que indicia o ingresso no Kilombo de alguns Estados do Libolo ou, pelo menos, de muitos dos seus dissidentes. Temba Andumba apaixonou-se perdidamente por um indivíduo chamado Kulembe, um título dinástico do Libolo. Este Kulembe, depois de desposar Temba Andumba, matou-a e ficou senhor de todo o seu território e ainda de outros que conquistou, sempre praticando o ritual do *maji a samba* e cumprindo as *leis ijila*.

O grupo do Kinguri, desprovido de linhagens e privado dos encantamentos do *arco mágico* e do *nzungu*, não teve outro remédio senão aderir aos rituais do *maji a samba* e às *leis ijila* para conseguir alguma unidade através do Kilombo. As forças unidas do Kilombo conseguiram empurrar o Kinguri para norte e também para oeste, em direcção ao Ndongo, com cujos soberanos, os Ngola Kiluanji, se confrontaram, nem sempre com êxito. As fragmentações foram inevitáveis e o Kinguri acabou por ser morto, não pelo Ngola Kiluanji, mas pelos seus próprios homens, ainda provenientes da Lunda, agora designados por *makota* (*mais velhos*) dada a antiguidade das suas linhagens esquecidas. O homicídio do último Kinguri ocorreu, segundo Miller, por volta das décadas de 1550 ou de 1560, na ilha de Mbola na Kasaxe, no Alto Kuanza, numa região outrora pertencente aos reis do Libolo e depois conquistada pelo Ngola Kiluanji.

A morte do Kinguri simbolizou a eliminação definitiva do título. Miller apresenta três narrativas tradicionais imbangala que a relatam. Em todas, Kinguri morre como um leão numa armadilha, pois Kinguri, na sua sede de sangue humano, era equiparado a um temível leão de rugidos assustadores. Mas Kinguri era protegido pelos espíritos e por isso só por estratagema lhe puseram os seus homens fim à vida.

Numa primeira narrativa, encontrando-se o bando acampado na ilha de Mbola na Kasaxe, os *makota* construíram um cercado circular com pesadas estacas, dotado apenas de uma entrada. Tradicionalmente essas paliçadas tinham duas entradas, a fim de possibilitar fugas de emergência em caso de cerco. Com o pretexto irónico de o proteger contra os ataques dos leões – irónico porque, na realidade, o verdadeiro leão era o Kinguri, e esta referência a leões era, no fundo, feita a ele próprio –, os *makota* convenceram o Kinguri a entrar no tal cercado de uma só

entrada. Como o Kinguri dispunha de poderes sobrenaturais que o poderiam avisar dos perigos, os *makota* esperaram que ele adormecesse até fecharem a porta. Depois mantiveram-se nas imediações durante alguns dias até terem a certeza absoluta de que o Kinguri morrera de fome. Em algumas das variantes da narrativa, os *makota* alimentam o Kinguri durante o seu sequestro, mas apenas com sementes podres, envenenando-o. Noutra narrativa, os *makota* cavam um enorme fosso que disfarçam com uma cobertura de capim, sobre a qual estendem a esteira destinada ao rei no momento de este receber as homenagens hieráticas. O Kinguri, acedendo ao convite de se sentar na esteira, cai no buraco, que os *makota* não tardam a cobrir de terra, asfixiando o seu soberano. Finalmente, uma terceira narrativa relata que os *makota* construíram um palácio sumptuoso para o Kinguri onde o enclausuraram, tal como na versão do fosso. Mas aqui, através de um buraco aberto no tecto, em cumprimento das exageradas exigências de bens alimentares por parte do seu chefe, deitam para dentro do recinto do palácio uma grande quantidade de farinha de mandioca que leva à morte do Kinguri por indigestão e por asfixia.

Portanto, na primeira das narrativas, Kinguri é morto pela privação de alimentos ou envenenado, na segunda por asfixia e na terceira, além de asfixia, por indigestão. Em qualquer dos casos não há derramamento de sangue. Além de um total aniquilamento das linhagens, as quais o sangue simbolizaria, evidencia-se uma situação de decadência política e mesmo de anomia. Provam-no os bandos de guerreiros que, após a morte do Kinguri e desprovidos de qualquer título, se dispersaram e se intitularam Imbangala.

Permanece um mistério saber se o substantivo *Imbangala* é uma autodenominação ou se, à semelhança do que aconteceu em relação aos títulos dos seus chefes, os

chamados «Jagas», não foi antes uma terminologia introduzida pelos Portugueses no século xvii. Henrique de Carvalho, o oficial português do século xix que procurou analisar meticulosamente esta questão com base nas populações de Kasanje, acaba por encontrar uma resolução que corre o risco de ser contraditória. Começa por fazer radicar o nome *Imbangala* no substantivo comum português *bengala*, designativo dos grandes e grossos varapaus com a extremidade superior curva que os oficiais de justiça e os cobradores de impostos dos sobas transportavam na mão direita durante as suas deslocações. Só por si, esta ideia é deficiente, pois com muito maior probabilidade – e probidade – os Portugueses designariam os cajados dos meirinhos dos sobas por *báculos*, o que aliás justifica a criação do neologismo *baculamento(s)*. No entanto, Henrique de Carvalho, embora atribua a origem do termo *Imbangala* à língua portuguesa, afirma noutro passo da sua obra que eram os próprios habitantes do Kasanje que se autodenominavam *Aquibangala*. Por sua vez, Isabel Castro Henriques, cuja preocupação é sobretudo a de estudar os Imbangala depois do seu contacto com os Portugueses e da fundação do Estado do Kasanje por Kulaxingu, portanto a partir do século xvii, parece dar crédito a Henrique de Carvalho, embora ressalvando que, além das populações do Kasanje, só se autodenominavam *Imbangala* aqueles indivíduos que, provenientes deste povo, prestaram serviços aos Portugueses.

E durante toda a segunda metade do século xvi, antes do contacto dos Imbangala com os Portugueses? Seriam então os membros do Kilombo já conhecidos como Imbangala? A explicação fornecida por Miller, a partir das recolhas das tradições orais, é a de que o termo *Imbangala* seria originariamente um adjectivo, proveniente do radical umbundu *vangala*, que significa ser valente e/ou vaguear pelo território. É provável que Imbangala fosse uma

autodenominação e que datasse da segunda metade do século XVI, sendo, portanto, contemporânea da fundação do Kilombo.

Após a eliminação do Kinguri, bandos de Imbangala seguiram para sudoeste e confrontaram-se, quer a norte, quer a sul do rio Kuanza, durante a década de 1560, com os guerreiros do Ngola Kiluanji. Estes, segundo as tradições orais, terão empurrado alguns dos Imbangala para norte e para nordeste. Os Imbangala que seguiram para norte seriam os mesmos «Jagas» invasores do Reino do Kongo em 1568, de que falam, entre outros, Duarte Lopes e Filippo Pigafetta? E, de entre esses Imbangala, teriam emergido as facções que fundaram o Estado da Matamba, ao qual Domingos de Abreu de Brito alude ainda em 1592? E os Imbangala que seguiram para nordeste seriam os súbditos de Kulaxingu que, nos anos de 1620, fundariam o Estado do Kasanje?

Mas outros bandos de Imbangala se conhecem que viajaram para o litoral, para sul do local mais tarde ocupado pela cidade portuguesa de Benguela (a Nova), avançando para norte ao longo da costa durante as décadas de 1580 e de 1590. Terão sido esses os que massacraram António Lopes Peixoto e os seus homens, em 1578, na recente Benguela-a-Velha e futura Porto Amboim? Ou tratar-se-iam antes de populações piscatórias e seria, portanto, prematura esta incursão imbangala à foz do rio Keve ainda no século XVI? No entanto foi aqui, na foz do rio Keve, que segundo documentos escritos britânicos, de Purchas e Battel, os Imbangala estabeleceriam o primeiro contacto oficial com os Portugueses, mas já em 1601. Com que fim?

## **2 - A prossecução da conquista dos presídios portugueses do Kuanza e**

## **do «Reino de Benguela» (1589-1626)**

### **a) O período intercalar dos governos de Luís Serrão e de André Ferreira Pereira (1589-1592)**

l) A primeira coligação antiportuguesa do Kongo, do Ndongo e da Matamba na batalha de Angoleme-Akitambo (1590)

Após a morte de Paulo Dias de Novais em Massangano, a 9 de Maio de 1589, improcederam judicialmente em Lisboa todas as pretensões dos seus herdeiros na linha colateral ao senhorio da capitania de Angola. Esta atravessaria um curto período, de cerca de três anos, governada por dois companheiros de armas do antigo donatário – Luís Serrão, entre Maio de 1589 e Fevereiro de 1591, e André Ferreira Pereira, entre esta data e Junho de 1592 –, até passar a ser administrada por governadores nomeados pelo rei de Portugal, o primeiro dos quais veio a ser D. Francisco de Almeida.

Os actos administrativos mais relevantes de Luís Serrão foram a institucionalização das vilas de São Paulo de Luanda e de Nossa Senhora da Vitória de Massangano como municípios, dotados de Senado da Câmara, com juízes e vereadores, escrivão e procurador. No campo religioso, foram criadas paróquias nessas mesmas vilas, com párocos nomeados pelo bispo de São Tomé. Também data do governo de Luís Serrão a criação da figura do *tandala* (ou *tendala*), administrador de justiça nomeado por Luanda para «dar assistência» aos sobas avassalados a Portugal e cobrar-lhes, inicialmente as suas «doações» em escravos e em géneros aos Jesuítas, e mais tarde, depois do governo de D. Francisco de Almeida, os *baculamentos*, isto é, os tributos por eles pagos «voluntariamente» à Coroa portuguesa. Mas *tendala* seria também um título usado

pelos comandantes da chamada «guerra preta», destacamentos africanos integrados no exército português, cujos componentes foram, durante muitos anos, soldados armados apenas de arcos e flechas e não de arcabuzes nem de mosquetes. Ou seja, durante os séculos XVI e XVII, os Angolanos não tinham direito ao uso de armas de fogo. Exceptuavam-se os guardas das caravanas de escravos dos pumbeiros e os chamados «empacasseiros». Os primeiros foram, possivelmente, recrutados entre os *ibinda*, a sociedade secreta que se opusera ao Kinguri e que antecedeu o Kilombo.

No que diz respeito à continuação da «conquista», Luís Serrão não foi feliz. O seu exército, ainda que reforçado com 120 Portugueses vindos de Luanda sob o comando de um sargento-mor chamado Francisco de Sequeira e por 15 mil archeiros (ou «frecheiros») da «guerra preta» comandados por um tendala de nome híbrido, Manipedro, seria estrondosamente derrotado nas margens do Lukala, num local designado por Angoleme-Akitambo, pelas forças do Ngola – não sabemos se ainda o Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda ou se já o Mbandi-a-Ngola Kiluanji –, por ocasião do Natal de 1590, precisamente na última semana do ano. O comandante da vanguarda da retirada das forças de Luís Serrão em Angoleme-Akitambo era João de Vilória (ou Velória), um degredado espanhol que mais tarde se distinguiria, não só como capitão da «conquista», mas também como um dos mais respeitáveis moradores de Luanda.

Luís Serrão morreria em Fevereiro de 1591 e suceder-lhe-ia o seu companheiro de armas André Ferreira Pereira, beneficiando dos votos dos militares de Massangano, mas em detrimento do escrutínio dos magistrados das Câmaras Municipais daquele presídio e do de Luanda, que preferiam que o governador fosse o reputado jesuíta Baltasar Barreira. Este, porém, não quis tomar posse. Quanto ao



consulado de André Ferreira Pereira, que decorreu ao longo de todo o ano de 1591 e da primeira metade do ano seguinte, mais não foi do que uma administração transitória, até que em Junho de 1592 chegasse a Luanda o primeiro governador-geral nomeado em Lisboa por delegação de Madrid, D. Francisco de Almeida.

A derrota portuguesa em Angoleme-Akitambo ficou a dever-se ao facto de o Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda (ou o Mbandi-a-Ngola Kiluanji) se ter coligado com dois outros soberanos angolanos. Eram eles o Ntotila do Kongo, D. Álvaro II Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba, que reinava deste 1587 e... o rei da Matamba, um «Jaga»! Na pequena *História de Angola* publicada pelo MPLA em Argel, em 1965, Henrique Abranches tem razão ao afirmar que esta coligação, a qual duraria cerca de dez anos, foi a primeira a formar-se em Angola contra o projecto colonialista português. Mas qual a principal fonte escrita a documentá-lo?

A principal fonte escrita é o *Sumário e Descrição do Reino de Angola e do Descobrimento da Ilha de Luanda e da Grandeza das Capitanias do Estado do Brasil*, longo relatório publicado em 1591, dirigido ao rei Filipe II de Espanha e I de Portugal, e redigido pelo licenciado Domingos de Abreu de Brito. O primeiro historiador a reeditar e a analisar o extensíssimo texto de Domingos de Abreu de Brito foi o oficial português Alfredo de Albuquerque Felner, em 1933. Ao contrário do que algum tempo depois escreveu Ralph Delgado, que atribui a chegada a Angola de Domingos de Abreu de Brito, «almotacé e aposentador-mor do Reino» [sic], em 1590, a uma solicitação do efémero governador Luís Serrão, a interpretação de Felner para a missão de Domingos de Abreu de Brito em Angola parece-nos mais singela e credível. Segundo Felner, o licenciado Domingos de Abreu de Brito ter-se-á deslocado a Angola, onde permaneceu

durante os dois anos de 1590 e 1591, vindo do Brasil e nomeado pela Coroa a fim de efectuar uma inspecção àquela capitania portuguesa da África ocidental.

O seu relato da batalha de Angoleme-Akitambo é o primeiro texto português onde o termo «Jaga» – designando «reis comarcões ao reino de Angola», ou seja, Estados cujos territórios eram vizinhos do território do Estado do Ndongo, onde reinava o Ngola – surge associado à Matamba, isto é, à região situada a norte do rio Lukala, entre os rios Kuale, Kuango e Kambo:

Estando o governador Luís Serrão com o arraial assentado légua e meia do rio a que chamam Lucala, que serão 70 léguas além do forte Presídio de Massangano, com determinação de passar a banza [Kabasa,] do rei [de Angola] que é a sua corte no qual lugar lhe foi dado recado, em sexta-feira derradeira oitava do Natal do ano de noventa, onde soube o governador como o rei da Matamba com socorros de el-rei do Congo, e o mesmo rei de Angola e dos Guindas, e dos Jagas [ou Imbangala?] reis comarcões ao reino de Angola, para o qual efeito assentou o governador em conselho com a mais gente da guerra que do exército que tinham mandassem 15 000 homens frecheiros da gente preta, e com eles 128 homens brancos arcabuzeiros entre os quais iam 3 de cavalo, os quais eram de muito curso de guerra por serem cursados nela, levando por seu capitão a Francisco de Sequeira, pessoa que por seu esforço merecia, e depois de o campo ir marchando teve o governador aviso como os reis acima ditos vinham com cópia de um milhão de homens com determinação de darem batalha ao governador e nossos vassallos, e sendo-lhes dado recado em Angoleme Aquitambo [sic].

## II) Propostas de alargamento da Conquista Portuguesa e da Colonização

Mas as conclusões do relatório de Domingos de Abreu de Brito iam no sentido de que valia a pena prosseguir na «conquista» de Angola, de que era urgente reforçar os seus contingentes militares, e mesmo de que o rei de Espanha e de Portugal deveria impulsionar, em relação a Angola, uma política de incentivo à colonização, não apenas à colonização de feitoria, assente no comércio negreiro para

o continente americano, mas também a uma colonização de povoamento, idêntica à do Brasil. Muito próximas das suas perspectivas eram as de dois autores seus contemporâneos que Ilídio do Amaral teve o mérito de analisar cuidadosamente.

O primeiro desses autores é um tal Diogo Ferreira – ou Diego Herrera, pois pode tratar-se de um castelhano ou de um galego e não de um português – que, embora considerado por Jaime Cortesão um companheiro de Paulo Dias de Novais, sabe-se ter tido um passado ligado, quer às campanhas militares no Reino de Marrocos, por onde andou cerca de 14 anos, quer às conquistas espanholas da América do Sul, havendo servido oito anos no Peru. Diogo Ferreira redigiu em 1588, para o rei Filipe II de Espanha e I de Portugal, um memorial relativo às conquistas de Paulo Dias de Novais no «Reino de Angola», depois do que solicitou ao monarca uma «carta de encomenda para ir servir para África». O segundo autor é Jerónimo Castanho, o português que afirma ter sido um dos patrocinadores da segunda expedição de Paulo Dias de Novais e que produziu três memoriais da conquista de Angola, o primeiro dos quais em 1599.

Estes três autores tinham a plena consciência da importância de Angola ser, ao contrário das ilhas atlânticas e à semelhança do Brasil, um território habitado e não deserto. Sabiam também que as populações angolanas eram mais numerosas e mais organizadas politicamente do que as americanas. Contudo partilhavam das teorias que Bartolomeu de las Casas consagrara em Valladolid em 1550, segundo as quais, se os Índios americanos tinham alma e, como tal, não podiam ser submetidos à escravatura, em contrapartida os Africanos não a tinham, e por isso deviam ser escravizados e evangelizados à força. Aliás, como vimos, os jesuítas portugueses Francisco de Gouveia, Garcia Simões e Baltasar Barreira também perfilharam essa perspectiva.

Domingos de Abreu de Brito, Diogo Ferreira e Jerónimo Castanho estavam igualmente cientes de que grassava em Angola e no Kongo uma presença portuguesa clandestina praticamente centenária, remontando às viagens de Diogo Cão, e de que a actividade desses Portugueses era o comércio negreiro, principal fonte de rendimentos lucrativos para eles e, caso se prosseguisse na empresa iniciada por Paulo Dias de Novais, também para o próprio Estado português. Os dois primeiros autores, Domingos de Abreu de Brito e Diogo Ferreira, não hesitam, inclusive, em atribuir as sublevações do Ntotila contra o rei de Portugal a esses Portugueses instalados de longa data no Kongo e em alvitrar que, sem esses «homens brancos», o Kongo mais facilmente reconheceria uma pretensa soberania portuguesa. Domingos de Abreu de Brito, Diogo Ferreira e Jerónimo Castanho sabiam também que, quer os portos de Pinda, Luanda e Benguela – este último, a «Benguela-a-Velha», recentemente reactivado por iniciativa dos governadores Luís Serrão e André Ferreira Pereira –, quer os presídios das margens do Kuanza, eram pontos essenciais da rota do escravo e, por esse facto, deviam multiplicar-se para o interior do continente, sob a tutela portuguesa.

Contudo, se em relação ao comércio negreiro estes três autores eram realistas e pragmáticos, em relação ao embuste das minas de metais preciosos não deixavam de ser homens do seu tempo, acreditando nele piamente. Tal se devia, evidentemente, ao facto de os conhecimentos dos Portugueses a respeito da geografia do continente africano serem muitíssimos restritos. Nesta viragem para o século XVII ainda se supunha que a distância do «Reino de Angola» para o «Reino do Monomotapa», assim como para a Etiópia do Preste João e para as nascentes do Nilo, era muito curta, como aliás o demonstram a cartografia coeva e, por exemplo, as fantasias de Filippo Pigafetta e de Duarte Lopes nos capítulos finais da sua obra. Domingos de

Abreu de Brito acreditava que as minas de ouro do Monomotapa – isto é, o Zimbabué – ficavam apenas a cem léguas (500 quilómetros) das serras de Cambambe – distância quase idêntica às 105 léguas que atribuía à que medeia entre Luanda e o rio Lukala – e que, conseqüentemente, se Portugal, com a «conquista do Reino de Angola», avassalasse os que calculava serem mais de mil fidalgos angolanos, ficaria «facilitado conquistar-se as serras do ouro do Monomotapa por terra firme [a partir] do reino de Angola» [*sic*].

Qual o estádio, até então, da conquista portuguesa do «Reino de Angola» ou, mais concretamente, da conquista portuguesa do corredor do Kuanza? Domingos de Abreu de Brito, Diogo Ferreira e Jerónimo Castanho estavam informados de que, à data em que redigiram os seus textos, os presídios portugueses no «Reino de Angola» eram apenas quatro: São Paulo de Luanda, fundado em 1576; Santa Cruz de Calumbo, fundado em 1578; Mocumbe, fundado em 1580; e Nossa Senhora da Vitória de Massangano, fundado em 1583. No mais, houvera perdas portuguesas importantes, quer de territórios, quer de sobas antes avassalados. Há que dizer, a propósito, como muito bem o observa Ilídio do Amaral, que os companheiros de Paulo Dias de Novais terão, porventura, em várias ocasiões, combatido contra muitos sobas que, por ostentarem o título de Ngola, os levaram a tomá-los erroneamente pelo próprio soberano do Ndongo. Mesmo as informações dos padres da Companhia de Jesus a respeito dos presumíveis limites do «Reino de Angola» eram extremamente deficientes, pois, como vimos, dividiam-no em apenas «três províncias» cujas localizações não são muito precisas e que não iam além do rio Lukala: Quissama, Musseque e Ilamba.

Mas a grande novidade nos textos de Domingos de Abreu de Brito, Diogo Ferreira e Jerónimo Castanho é o facto de

inaugurarem, quanto a Angola, a preconização de uma colonização agrícola, pois viam o «Reino de Angola» como:

[...] muito grande e rico e são e abastado de todo o modo de mantimentos, caça, peixes e aves, em grande quantidade, por a terra ser fertilíssima em grande abundância e muito povoada e tanto que se afirma ser a mais povoada do mundo [*sic*].

E Domingos de Abreu de Brito, embora persistisse em mencionar as famigeradas minas de prata, acrescentava que as terras angolanas eram propícias ao cultivo da cana-de-açúcar e que, por isso, seria possível criar em Angola um «outro segundo Brasil» [*sic*].

## **b) Os primeiros governos coloniais no «Reino de Angola» (1592-1601)**

A 15 de Novembro de 1582, o rei Filipe II de Espanha e I de Portugal deferira uma patente de graças e mercês de privilégios, constituída por 25 artigos, aos naturais do Reino de Portugal. Se o artigo 3.º daquele decreto instituíra o cargo de vice-Rei de Portugal, que deveria ser exercido em Lisboa por um português, os artigos 6.º, 7.º e 8.º estipulavam respectivamente:

Que do mesmo modo se estenderá quanto aos lugares e ofícios grandes e pequenos, de mar e terra, que no presente ou no futuro se criarem. [...] As guarnições de soldados nas Praças serão portuguesas;

Que se não modificarão as normas e privilégios do Comércio da Índia, Guiné e de outras conquistas destes reinos [de Portugal], já descobertas ou que se venham a descobrir, e que todos os cargos e ofícios ultramarinos sejam providos em portugueses, conservando-se também a navegação nacional;

Que todo o ouro e prata que vier dos seus domínios, será amoedado, devendo essa moeda ser exclusivamente portuguesa, gravada com as suas armas, sem mescla de quaisquer outros símbolos nacionais [*sic*].

Ao abrigo desta legislação e gozando dos privilégios por ela previstos, quase dez anos depois, a 9 de Janeiro de 1592, foi lavrada a carta régia que nomeava governador do

«Reino de Angola» o fidalgo português D. Francisco de Almeida. Auferindo de um vencimento anual de 800 mil réis, D. Francisco de Almeida desembarcou em Luanda a 24 de Junho de 1592 com um contingente militar que contava entre 400 e 600 soldados de infantaria e de cavalaria. Entre eles destacava-se o então jovem aventureiro Baltasar Rebelo de Aragão, futuro capitão-mor do «Reino de Angola», que ficaria conhecido por *Bangalambata* – de *Mbanga a Mbatê*, literalmente o *Testículos Prolíferos*, decerto devido aos muitos filhos mestiços que gerou – e que residiria em Luanda até à sua morte, em 1624, em combate contra o ataque de uma esquadra holandesa. Um irmão do governador, D. Jerónimo de Almeida, acompanhava a expedição na qualidade de almirante da armada e de mestre de campo de terra. E a comitiva incluía uma missão de seis padres Jesuítas, cuja liderança cabia ao visitador (inspector) Pedro Rodrigues. Contudo, segundo a *História da Companhia de Jesus*, estes Jesuítas não tiveram a honra de viajar na nau do governador porque este «não os convidou a ir nela» [sic]. Por que motivo? O que é que D. Francisco de Almeida tinha contra a Companhia de Jesus?

D. Francisco de Almeida aceitara o cargo de governador de Angola em regime de sociedade com a Coroa, à qual cabia uma posição leonina. O governador de Angola era obrigado a suportar as despesas da conquista e, uma vez esta levada a cabo, tinha o direito a arrecadar apenas a quarta parte do saque. Evidentemente que, ao chegar a Luanda, D. Francisco de Almeida tinha de se confrontar com aqueles que beneficiavam das prerrogativas concedidas por Paulo Dias de Novais e pelos seus sucessores: os *conquistadores* e os padres da Companhia de Jesus. A uns e a outros, Novais e os sucessores tinham feito concessões de terras, correspondentes à maioria dos terrenos que mais tarde viriam a constituir a cidade de Luanda, a alta e a baixa, e também outros nas imediações

de Massangano. E atribuíram-lhes igualmente o estatuto de *amos* dos sobas avassalados, sobre os quais exerciam o chamado *direito de doação*. Os Jesuítas e os militares que acompanharam Paulo Dias de Novais na conquista do «Reino de Angola» tinham o direito exclusivo a arrecadar os impostos exigidos aos sobas vencidos, cuja matéria colectável consistia em escravos a embarcar para o Brasil. Com as receitas resultantes do embarque dos escravos, os Jesuítas tencionavam construir no «Reino de Angola» os seus colégios, o primeiro dos quais, na realidade, só seria inaugurado em Luanda em 1607, com o apadrinhamento do governador Manuel Cerveira Pereira, no terreno da chamada «Praça da Feira», contígua ao que viria a ser o palácio do governador, ao tempo um simples pavilhão de pau a pique.

A primeira medida tomada por D. Francisco de Almeida foi decretar, por provisão real, a abolição das *doações dos sobas aos amos* e das concessões de terrenos feitas por Paulo Dias de Novais. Claro que não podia deixar de suscitar descontentamentos entre os moradores de Luanda. O padre Baltasar Barreira, o ilustre jesuíta antigo companheiro de Paulo Dias de Novais, escreveu vários requerimentos ao governador a solicitar a suspensão daquela provisão real insensata. D. Francisco de Almeida respondeu com arrogância a todos os requerimentos e ignorou todos os conselhos avisados do padre Pedro Rodrigues, superior da missão que com ele viera de Lisboa. Em Novembro desse mesmo ano de 1592, chegou ao ponto de se apropriar do direito ao pagamento de honorários aos Jesuítas, que competia exclusivamente ao bispo de São Tomé havia quase dez anos. Não contente com isto, proibiu ainda os padres da Companhia de dar guarida e comida aos pobres na Casa do Loreto. Perante esta situação consternadora, o padre Baltasar Barreira excomungou o governador D. Francisco de Almeida e embarcou para a



metrópole a fim de defender os seus direitos e os da Companhia, quer perante o vice-rei em Lisboa, quer mesmo perante o rei, em Madrid.

Nos primeiros meses de 1593, D. Francisco de Almeida organizou e comandou pessoalmente uma expedição militar contra um soba revoltado, Kakulu Kahenda, que redundaria num fracasso estrondoso para o exército português. Este exército, segundo a *História da Companhia de Jesus*, era constituído por «700 homens e 50 africanos». Ralph Delgado tem, aliás, o cuidado de advertir, apoiando-se no famoso ensaio do administrador colonial José Joaquim Lopes de Lima, publicado em 1846, que o termo «africanos» não se referia então a naturais de Angola ou a negros e sim a homens de armas portugueses que se haviam distinguido nas «guerras de África», ou seja, em Marrocos e na Mauritânia. Porém, diz a *História da Companhia de Jesus*, «a demais gente morreu assim de doença como de outras calamidades na terra do dito soba [Kakulu Kahenda], sem que o fizessem vir à obediência» [sic]. Ou seja, até do ponto de vista militar D. Francisco de Almeida foi insensato, pois nunca ninguém se lembraria de organizar uma incursão semelhante pelo sertão angolano em plena estação das chuvas.

Este insucesso desprestigiou consideravelmente D. Francisco de Almeida junto dos seus homens. Muitos dos soldados sobreviventes à catástrofe desertaram e fugiram para o Kongo e para o Brasil. Mas outros tiveram a coragem de prender o governador e de o embarcar a ferros para Pernambuco, no Brasil, no dia 8 de Abril de 1593. Duas semanas depois, a 22 de Abril, em reunião na Câmara, os capitães e os moradores de Luanda nomeavam governador D. Jerónimo de Almeida, irmão do deposto. Entre estes moradores de Luanda, destacava-se Garcia Mendes Castelo Branco, antigo companheiro de armas de Paulo Dias de Novais e agora juiz desembargador daquele

município, assim como o degredado espanhol João de Vilória, agora ouvidor, além de capitão de guerra. D. Jerónimo de Almeida, que anos mais tarde viria a ser condenado em Lisboa por usurpação do governo de Angola ao irmão, devolveu à Companhia de Jesus a posse dos terrenos outrora concedidos por Paulo Dias de Novais. A 10 de Junho assinou uma provisão, que enviou ao rei, a suspender a que fora lavrada pelo irmão. E a 15 de Junho aprovava a construção do Colégio dos Jesuítas e da igreja adjacente, a Igreja de Jesus.

Quanto ao padre Baltasar Barreira, arrastar-se-ia entre Lisboa e Madrid até 1596, sem ser bem-sucedido nas suas pretensões. Teve como principal adversário o próprio D. Francisco de Almeida, que regressara do Brasil e conseguira congregar um número considerável de fidalgos que alegaram junto do rei pretenderem os Jesuítas ser donos de Angola e do Kongo. Também não lhe foi favorável uma embaixada conguesa enviada à Corte espanhola em 1595 pelo arrojado Ntotila D. Álvaro II Mpungu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba. De igual modo, terá contribuído para o seu insucesso a recente criação do Bispado do Congo e de Angola, que assumiu a jurisdição eclesiástica sobre estes territórios, derogando definitivamente a da Diocese de São Tomé. O novo Bispado do Congo e de Angola ficou sediado em Mbanza Kongo, cidade agora baptizada São Salvador e o cargo de bispo foi entregue a frei Miguel Rangel, um franciscano, membro de uma ordem religiosa rival da Companhia de Jesus no empreendimento da evangelização. O padre Baltasar Barreira viu-se votado a nunca mais voltar a Angola, acabando os seus dias a missionar no arquipélago de Cabo Verde.

Ainda em Junho de 1593, D. Jerónimo de Almeida organizou uma expedição de conquista onde foi mais feliz do que o fora o seu irmão, certamente porque a campanha decorreu durante os meses do cacimbo, época do ano menos propícia às doenças tropicais, e não nos meses das

chuvas, como a de D. Francisco de Almeida. O alvo a abater era o soba Songa da Kissama, que foi derrotado pela coluna do espanhol João de Vilória, composta por 160 soldados de infantaria e por 18 cavaleiros, proveniente de um exército de 400 infantes e 20 cavalos que congregava as guarnições de Luanda e de Massangano. Esta vitória permitiu ao exército português apoderar-se das minas de sal da Kissama e erguer nas imediações o Presídio de Ndemba. D. Jerónimo de Almeida preparava-se para seguir para Cambambe, a fim de alcançar as míticas minas de prata, quando adoeceu e se viu forçado a voltar para Luanda. A 15 de Agosto de 1594, receberia João Furtado de Mendonça, o novo governador de Angola.

Na comitiva de João Furtado de Mendonça, desembarcou em Luanda um contingente militar de 400 homens e 30 cavalos, embarcados em cinco urcas, duas galés e um patacho. Mas esta comitiva tem sobretudo a particularidade de ter feito chegar a Angola duas novidades: os dois primeiros frades Franciscanos e 12 órfãs convertidas da Casa Pia de Lisboa, normalmente consideradas as primeiras mulheres brancas portuguesas a pisar o solo angolano. Os dois Franciscanos, cuja presença em Luanda era reveladora da importância que esta ordem religiosa vinha adquirindo junto das esferas do poder político em Lisboa e em Madrid, ficaram confinados a uma capelinha construída num terreno bem afastado daqueles que foram doados aos Jesuítas, muito próximo do Rio Seco e do poço que já então era designado por Maianga do Rei. Como contaram com a ajuda da Confraria de São José, a capela adquiriu o nome do santo padroeiro.

Quanto ao destino que coube às 12 órfãs convertidas da Casa Pia de Lisboa, permaneceu sempre um mistério. Aquelas que não perecerem vítimas de doenças tropicais casaram, decerto, com moradores de Luanda, militares ou comerciantes. Mas não é de excluir a hipótese de algumas terem contraído matrimónio com sobas avassalados e

cristianizados. Uma delas, aliás, inspiraria em 1991 ao dramaturgo angolano José Mena Abrantes um interessante solilóquio, *A Órfã do Rei*. Mas é discutível se terão sido estas as primeiras mulheres brancas portuguesas em território angolano. Se descontarmos as das expedições ao Reino do Kongo, de Diogo Cão, de Rui de Sousa e as que se seguiram, é de presumir que outras mulheres tenham seguido anteriormente para Angola, quer com Paulo Dias de Novais logo em 1575, quer nas expedições portuguesas de reforço à conquista de Angola que acudiram a este primeiro governador e capitão donatário ao longo dos 14 anos subsequentes. Autores como Carlos Alberto Garcia e Ilídio do Amaral concluem-no através da leitura das cartas que Paulo Dias de Novais escreveu a seu pai e a sua irmã entre 1575 e 1578.

O governo de João Furtado de Mendonça, iniciado em 1594, seria longo, durando quase sete anos e meio, pois só cessaria em 1601. Contudo, no início, saldou-se com outro tremendo fracasso militar para os Portugueses, pois em Março de 1595 este governador reincidiu no erro dos seus antecessores de empreender outra peleja no sertão angolano durante a estação das chuvas. Ao subir o rio Bengo para o interior a fim de combater o soba Kafuxi Kambari, o exército que comandava viu-se assaltado pelas cheias e pelas inundações e perdeu mais de 200 homens vitimados pelo paludismo, assim como todos os cavalos, atingidos pela doença do sono. O próprio governador adoeceu, e os sobreviventes que o conduziram em padiola até Luanda tiveram de se alimentar, durante esta retirada, da carne contaminada dos equídeos.

No ano seguinte, João Furtado de Mendonça voltou ao Bengo com os seus soldados, desta vez no cacimbo, e logrou obter algumas vitórias, sem nunca conseguir, no entanto, vencer ou capturar o soba Kafuxi Kambari. O capitão Baltasar Rebelo de Aragão, o *Bangalambata*,

distinguiu-se a partir de então, primeiro em 1597, vencendo os Kissamas que cercavam a fortaleza de Massangano, depois em 1599, quando, perseguindo os mesmos Kissamas no seu território, fundou na margem sul do Kuanza aquele que ficaria conhecido por Presídio da Muxima. Sobre a origem deste topónimo, Muxima, que em kimbundu significa literalmente *coração*, há que confrontar a documentação escrita, quer a produzida pelos Jesuítas que acompanharam Paulo Dias de Novais, quer os relatórios de Cerveira Pereira já do século XVII, que o atribuem a nomes de sobas locais, com a tradição oral kimbundu, nomeadamente a recolhida por Óscar Ribas. Segundo esta, o local da margem do Kuanza onde Baltasar Rebelo de Aragão fundou um presídio no fim do século XVI não se chamaria Muxima e sim Sêxi. Só nos anos vindouros seria construída pela Companhia de Jesus, ao lado do presídio, uma pequena igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que atrairia as populações locais cristianizadas a um culto sincrético consagrado, quer a Santa Maria, quer a Santa Ana, sua mãe, consideradas as *akua-maka ma muxima*, isto é, as *confidentes do coração*. A partir de então, o substantivo *muxima*, além de se tornar extensivo ao nome Conceição - as mulheres chamadas Maria da Conceição têm como diminutivos Muxima, Xima ou Ximinha -, daria nome ao Presídio do Sêxi.

O governo de João Furtado de Mendonça ficou, em 1600, marcado pelo receio de um assalto a Luanda pelos corsários franceses de Henrique IV e do duque de Sully, que nesse mesmo ano, com quatro navios, saquearam o porto de Pinda. Trata-se, sem dúvida, dos primeiros Franceses a conquistar a hegemonia comercial com os Estados da chamada Cabinda, contrariando os artifícios oitocentistas do visconde de Santarém, que afirma absurdamente que o «domínio português» sobre Cabinda se iniciou com João Furtado de Mendonça. O facto de este

governador ter enviado ao Loango, como veremos, o inglês Andrew Battel, aliás o primeiro a grafar o neologismo *Cabinda*, nada indicia nesse sentido, bem pelo contrário. O alvoroço injustificado que se viveu em Luanda em 1600 por causa dos Franceses só teve um mérito: o de permitir que fossem reforçadas as defesas da Fortaleza de São Paulo (muito mais tarde de São Miguel).

João Furtado de Mendonça foi o primeiro governador colonial de Angola a tentar resolver um problema com o qual Paulo Dias de Novais já se confrontara um quarto de século antes. Referimo-nos à velha disputa entre os Portugueses funcionários nomeados por Lisboa e os comerciantes privados, que continuavam a comerciar livremente escravos e outras mercadorias, quer nas margens do Kuanza, quer no litoral, e cada vez mais para sul. Foi, certamente, por saber da existência de comerciantes portugueses privados a negociar escravos, nas margens do rio Keve, com chefes locais, que João Furtado de Mendonça, a fim de chamar a si próprio e ao governo colonial de Luanda o controlo sobre este comércio, enviou ao lugar, em 1601, um navio mercante tripulado por 60 homens. Entre eles seguia o inglês Andrew Battel.

### **c) As aventuras do inglês Andrew Battel e o início da aliança entre Imbangala e Portugueses**

Em 1601, a tripulação de um navio mercante português vindo de Luanda ancorou na foz do rio Keve (ou Kuvu), ligeiramente a sul de Benguela a Velha, o futuro Porto Amboim, e encontrou acampado, na margem sul daquele rio, um exército Imbangala, cujo chefe era um tal Kalanda ka Imbe (ou Imbe ia Kalandula). Daí em diante, os Imbangala e os Portugueses desenvolveriam oficialmente uma parceria comercial duradoura, assente no tráfico de escravos.

Quem o testemunha é um membro desta tripulação, o inglês Andrew Battel, que depois de regressado a Leighton-Sea, no Essex, sua terra natal, em 1607, relataria as suas aventuras em Angola ao seu compatriota e vizinho Samuel Purchas (1557-1626), que as reproduziria nos seus livros *Purchas, His Pilgrimages* (1614) e *Purchas, His Pilgrims* (1625). Andrew Battel, ao qual atrás já fizemos várias referências, nasceu no condado do Essex, por volta de 1565, e navegou em 1589 com o capitão Abraham Cocke pela costa sul-americana em demanda do Rio de la Plata. Esta é, pelo menos, a versão que transmite ao seu amigo Purchas, mas o mais provável é que a principal actividade de Cocke e de Battel fosse o corso, cujos alvos preferenciais eram os entrepostos portugueses do litoral brasileiro. Porém, admitindo que se encontravam de facto na foz do Rio de la Plata, a fome e os ventos adversos obrigaram-nos a seguir para norte, vindo Andrew Battel e mais cinco companheiros a ser capturados, ao largo do Rio de Janeiro – cidade recuperada aos Franceses pelo português Estácio de Sá em 1565 –, por índios Temiminós que os entregaram aos Portugueses. Battel foi depois degredado para Angola, permanecendo em Luanda, durante meses, prisioneiro do governador João Furtado de Mendonça.

É evidente que, do ponto de vista cronológico, Battel não foi rigoroso nas informações que forneceu a Purchas, pois afirmou que estivera aprisionado no Rio de Janeiro apenas «quatro meses» antes de ser embarcado para Angola. A ser assim, ao desembarcar em Luanda, em 1589 ou 1590, teria sido prisioneiro, ou ainda de Paulo Dias de Novais, ou de um dos seus sucessores imediatos, Luís Serrão e André Ferreira Pereira, ou de um dos irmãos Almeida. João Furtado de Mendonça, como vimos, só chegou a Luanda, para iniciar o seu mandato de governador – que se prolongaria até ao fim do ano de 1601 –, em Agosto de

1594, isto é, cinco anos depois de Battel haver sido capturado no Brasil. Portanto, o mais provável é Battel ter permanecido encarcerado, entre o Rio de Janeiro e Luanda, durante quase cinco anos – e não «quatro meses», como torna a afirmar – antes de seguir, ainda prisioneiro, para Massangano, por ordem já de João Furtado de Mendonça no início do seu governo.

Presumimos que o presídio para onde foi enviado tenha sido este, pois fala numa fortaleza situada nas margens do Kuanza que distava 150 milhas (cerca de 278 quilómetros) de Luanda. Portanto, outra fortaleza não pode ser senão a de Nossa Senhora da Vitória de Massangano. Ao fim de pouco tempo, tornou-se piloto do patacho que fazia a ligação fluvial entre Massangano e Luanda, através do Kuanza, substituindo o falecido piloto português antes encarregado desta tarefa. Parece-nos ser esta a versão mais verosímil, aliás em consonância com a de Pepetela no seu romance *A Sul. O Sombreiro*, pois também neste ponto Battel (ou Purchas?) não é claro, podendo induzir o leitor no erro de que o patacho navegava pelo litoral e não, como efectivamente, pelo rio Kuanza.

O certo é que, depois disto, Andrew Battel, embora tenha adoecido durante oito meses, conquistou a confiança do governador João Furtado de Mendonça, pois este veio a encarregá-lo, uma vez restabelecido, de seguir com um patacho – agora sim, pelo litoral – até ao Reino do Kongo – presumimos que ao porto de Pinda –, a fim de obter dos Bakongo marfim, óleo de palma e farinha, a troco de missangas. Battel revelou-se um excelente negociador e inspirou tal confiança ao governador português que este chegou a autorizá-lo a comerciar por sua conta bem mais a norte, no Loango, Estado independente de Mbanza Kongo e cujas autoridades estabeleciam livremente relações comerciais, quer com Franceses, quer com Holandeses,



quer com Ingleses, quer com Portugueses, embora estes últimos chamassem corsários àqueloutros europeus.

Mas, no Loango, Battel tentou embarcar num veleiro holandês e fugir para a Europa. Capturado pelos Portugueses, foi recambiado para Luanda, novamente agrilhado, e daqui seguiu para Massangano, condenado à pena reservada aos desertores e aos degredados: a incorporação no exército português como soldado raso. Neste ponto do relato, curiosamente, Purchas e Battel transcrevem mesmo o nome do presídio, Massangano, e são exactos ao dizerem que este era, ao tempo – ainda a segunda metade da década de 1590 –, a fortificação portuguesa mais oriental das margens do Kuanza e o limite do controlo português sobre o corredor comercial do grande rio. Battel ficaria em Massangano durante seis anos, até tentar fugir para norte com um grupo de companheiros, para ser novamente apanhado pelos Portugueses. Tornou a ingressar no exército, desta vez integrado num destacamento constituído por Portugueses e Africanos que seguiu para uma campanha militar na Ilamba.

Depois desta guerra, apesar de gravemente ferido na perna direita – ou talvez por esse motivo, como o ficciona Pepetela –, Battel conseguiu recuperar a confiança do governador João Furtado de Mendonça, que o nomeou piloto auxiliar de uma embarcação comercial que efectuou várias expedições ao longo da costa até ao sul. Sem dúvida que, ao encontro da ficção de Pepetela, este patacho terá atingido a Baía das Vacas ou Baía da Torre, a futura Benguela a Nova ou São Filipe de Benguela. Há, no entanto, que sublinhar que estes comerciantes agiam por conta do governador e que, antes deles, outros Portugueses actuando por conta própria terão viajado por estas paragens. Mas, de entre estas expedições, aquela que mudaria a vida de Battel foi uma em que o veleiro fundeou mais a norte, na foz do rio Keve (ou Kuvu), a sul de

Benguela a Velha. Aconteceu, como dissemos, no ano de 1601, e os Portugueses entabularam negociações com os Imbangala de Kalanda ka Imbe (ou Imbe ia Kalandula).

Baseando-se na tradição oral imbangala, Joseph C. Miller diz ser este Kalanda ka Imbe o terceiro *kota* lunda, ou chefe de Kilombo, a governar sem concluir as cerimónias de iniciação, após a ruptura com o Kinguri. A partir da mesma tradição oral, Miller conclui que a «Serra do Leão», à qual Battel atribui a origem dos Imbangala, não se tratava da Serra Leoa, na Guiné Superior, e sim de uma referência ao Kinguri, que os Imbangala e os povos do Huambo temiam «como a um leão ou uma fera», vindo mesmo o termo *ngudi* ou *nguli* a significar leão num dos dialectos da língua umbundu. O historiador norte-americano chama também a atenção para o facto de, noutro passo da narrativa, Purchas, informado por Battel, sublinhar que apenas os Portugueses chamavam «Jagas» aos Imbangala. E salienta ainda que Battel afirma que o «rei dos Imbangalas», ou seja, Kalanda ka Imbe, nunca tinha visto homens brancos anteriormente, o que indicia que esta migração imbangala provinha do interior e que a sua presença no litoral era recente.

Ao fim de uma semana de negociações proveitosas com os Imbangala, os Portugueses ao serviço do governador propuseram-se apoiá-los na transposição do Keve e no ataque às populações da margem norte do rio, os Benguelas ou Bângalas, na condição de obterem entre os vencidos cativos susceptíveis de ser embarcados como escravos para São Tomé e para o Brasil. Assim se iniciou um pacto duradouro entre os Imbangala e os Portugueses, sendo sempre aqueles por estes designados pelo epíteto alienígena «Jagas». Daí em diante, os Imbangala, armados oficialmente pelos Portugueses – isto é, pelo governador de Luanda e mais tarde também pelo de Benguela – e a troco

de mercadorias europeias, capturaram escravos que estes compravam e embarcavam para as Américas.

Segundo a narração do próprio Andrew Battel, o primeiro ataque à margem norte do Keve foi um êxito, após o que os Portugueses, passado algum tempo, decidiram voltar à foz do mesmo rio a fim de, não só capturarem mais escravos, mas também de reencontrarem os Imbangala, que já lá não estavam. Enviaram por isso, em busca do kilombo de Kalanda ka Imbe, um grupo de 50 homens. Foi então que um governante local, porventura um bângala ou um kissama, exigiu que deixassem um homem como refém. A sorte coube, evidentemente, a Andrew Battel, que para todos os efeitos, entre os Portugueses, era um degredado inferior aos outros por se tratar de um «herege» inglês. Os marinheiros portugueses deixaram o inglês entre os habitantes do litoral, armado de um mosquete, e prometeram voltar à foz do Keve dentro de dois meses, o que não aconteceu. Battel acabou por ser ele próprio a procurar os Imbangala, no meio dos quais viveu, vagueando pelo território compreendido entre o Keve e a margem sul do Kuanza durante 16 meses dos anos de 1601 e de 1602.

É neste ponto da narrativa que Andrew Battel fornece informações incontornáveis acerca da vida quotidiana e dos costumes dos Imbangala, nomeadamente sobre os sacrifícios humanos por eles praticados, assim como sobre a devastação dos palmares para a obtenção do *maluvo* ou *marufo*, o vinho de palma, na vez da simples e habitual recolha da seiva através de uma cabaça. O inglês informa igualmente que participou, ao lado dos homens de Kalanda ka Imbe, na conquista de uma cidade mbundu, capital de um chefe que se dizia «tio» do Ngola, e a que chamava «Shillambansa» (Xila Mbanza?). Joseph Miller alvitra ser essa «Shillambansa» a mesma «Axilambambe, terra do Munguo (terra do sal)» cuja conquista o português Domingos de Abreu de Brito propusera dez anos antes. É

bem possível, embora possamos conciliar com esta hipótese a misteriosa fundação da localidade da Gabela, palavra que, em português, designava os impostos pagos em sal.

Miller chama também a atenção, e avisadamente, para um episódio ocasional, descrito por Battel e já no fim do século XVII confirmado por Cadornega: uma aliança entre Imbangala e amotinados do exército português, que saquearam a região da Kissama. Este episódio evidencia apenas que, nos primeiros tempos, os Imbangala se sentiam mais à-vontade aliando-se àqueles Portugueses que agiam por conta própria e livres dos impostos governamentais e não aos que dependiam de Luanda.

Algum tempo depois, em meados de 1602 e já durante os primeiros meses do curto governo de João Rodrigues Coutinho, o primeiro governador de Angola nomeado pelo novo rei, Filipe III de Espanha e II de Portugal, Andrew Battel conseguiu fugir dos Imbangala e, após múltiplas aventuras pelos sertões, atravessar o Kuanza e alcançar novamente o Presídio de Massangano, onde foi nomeado sargento. Segundo a interessante ficção de Pepetela, a iniciativa desta nomeação coube a Manuel Cerveira Pereira, então ainda um capitão do exército chegado há meses de Portugal com o novo governador e que, aquartelado em Massangano, se preparava para alcançar a Cambambe das míticas minas de prata, onde ergueria um presídio meses depois.

Foi em Massangano que Andrew Battel tomou conhecimento, por intermédio de padres da Companhia de Jesus, dos acordos de paz celebrados entre a Espanha e a Inglaterra em consequência da morte de Isabel I e da ascensão ao trono inglês do monarca escocês Jaime I (VI da Escócia). Tal aconteceu em meados de 1603, pois Isabel I faleceu em Março desse ano. No mês de Agosto, em Angola, morria o malogrado governador João Rodrigues Coutinho, sucedendo-lhe no cargo, com o apoio do jesuíta Jorge Pereira, o ambicioso capitão Manuel Cerveira

Pereira. Andrew Battel pôde então solicitar ao novo governador autorização para regressar ao seu país, mas esta foi-lhe sendo sempre adiada. Resolveu, por isso, embrenhar-se pela mata a norte de Luanda e esperar que chegasse outro governador. Conseguiu embarcar na foz do Bengo, no patacho de um antigo companheiro de navegação, para o Loango. Beneficiando da amizade do soberano deste Estado, o Maloango, Battel aí permaneceria por mais três anos, até regressar definitivamente a Inglaterra, por volta de 1607. Mas é na descrição do Loango, quer da sua costa, quer dos seus habitantes, que se conclui a narrativa das suas aventuras. E é nesta passagem da obra de Purchas que surge pela primeira vez grafada a palavra *Cabinda* («Port of Cabenda»). Embora Battel pareça designar por «Port of Cabenda» o mercado litoral de Tchioua – a futura cidade de Cabinda –, localidade pertencente ao reino meridional do Ngoio, cremos que queria referir-se a toda a vasta baía que banhava, quer este Estado, quer, logo a norte, o Kakongo e o Loango.

#### **d) As duas décadas de Manuel Cerveira Pereira, o conquistador e fundador de Benguela (1603-1626)**

##### **I) O primeiro governo de Manuel Cerveira Pereira (1603-1607): a desmitificação da prata de Cambambe**

Passando à posteridade como conquistador, fundador e primeiro povoador da cidade de São Filipe de Benguela – a Benguela a Nova –, em 1617, Manuel Cerveira Pereira impressionou particularmente os historiadores e a sua personalidade obstinada já inspirou obras literárias, quer coloniais, quer nacionais. Entre as primeiras, destacamos *Manuel Cerveira Pereira* (1940) e *Julgareis qual é mais excelente...* (1948), de Gastão Sousa Dias. No âmbito da

literatura nacional angolana, evidencia-se a peça de teatro *Sem Herói nem Reino* (1997), de José Mena Abrantes, e o romance *A Sul. O Sombreiro* (2011), de Pepetela. Quem era este homem ambicioso e que marcas deixou em Angola?

Através de duas cartas do rei Filipe III de Espanha e II de Portugal para o governador de Angola Fernão de Sousa, datadas respectivamente de 24 de Junho e de 22 de Agosto de 1625, sabe-se ser Manuel Cerveira Pereira filho de Gaspar Cerveira Pereira, natural de Ponte de Lima (Minho, noroeste de Portugal), e de D. Catarina Bernardes Pimenta, natural de Ponte da Barca, igualmente no Minho. Gastão Sousa Dias chama-lhe «misto de aventureiro e *condottiere*» e a ficção de Pepetela convida-nos a imaginar que tenha sido um dos companheiros de armas do duque de Alba, quer na batalha de Bruxelas (1567), quer na batalha de Lepanto (1571), quer ainda nas incursões a Portugal e aos Açores contra D. António Prior do Crato entre 1581 e 1583. Chegou a Luanda em Janeiro de 1602, na qualidade de capitão, integrado na comitiva de João Rodrigues Coutinho. Este, irmão do famoso Manuel de Sousa Coutinho – a partir de 1614 conhecido pelo nome eclesiástico de frei Luís de Sousa – foi o primeiro governador de Angola a ser nomeado no reinado de Filipe III de Espanha e II de Portugal, que sucedera ao pai, Filipe II de Espanha e I de Portugal, por morte deste, em 13 de Setembro de 1598.

Decerto graças à política do novo monarca, e sob a influência da Companhia de Jesus, o governador João Rodrigues Coutinho, ao contrário dos seus antecessores, gozava de direitos excepcionais e discricionários. Fora-lhe atribuído, em sociedade com um tal Gomes Reinol, o chamado «contrato de Angola» – também conhecido por «renda dos negros» –, cabendo-lhe a arrecadação quase integral das receitas dos direitos aduaneiros sobre os escravos a embarcar para o Brasil, receitas que chegaram a atingir os quatro mil réis. Incumbiam-lhe as obrigações de

fornecer anualmente às colónias americanas um mínimo de 4250 escravos, de pagar ao rei de Espanha e Portugal a quantia anual de 162 mil ducados e de conquistar as minas de Cambambe em seis anos.

João Rodrigues Coutinho trazia consigo um exército de mil homens e outros tantos cavalos, o maior que até então desembarcou em Angola. No segundo ano do seu governo, depois de erguer um poderoso paiol de pólvora no morro de São Paulo, em Luanda, apressou-se a subir com as suas legiões o rio Kuanza, determinado a capturar o indomável soba Kafuxi Kambari. Porém, logo após transpor Massangano, onde reforçou o contingente das tropas, e ao alcançar o Songo, foi atacado pelas febres e viu-se obrigado a voltar ao presídio. Faleceria em Massangano em Agosto de 1603 e seria sepultado na Muxima, onde os padres da Companhia de Jesus já erguiam a ermida. Segundo o jesuíta Jorge Pereira, determinou em testamento que o seu sucessor no governo de Angola fosse o capitão Manuel Cerveira Pereira.

Militar experimentado, Manuel Cerveira Pereira não teve dificuldade em derrotar o soba Kafuxi Kambari na segunda metade desse ano de 1603. O facto de não ter exercido represálias sobre o soba vencido e haver preferido negociar com ele 40 «peças» – isto é, 40 escravos –, atraiu à pessoa deste novo governador as primeiras críticas invejosas. Elas não vieram apenas da parte dos sobas que com ele se aliaram contra Kafuxi Kambari, decepcionados por Cerveira Pereira haver poupado a vida ao seu inimigo. Vieram sobretudo de sectores portugueses, para quem as relações comerciais estabelecidas entre Cerveira e os chefes africanos derrotados, os quais deveria por princípio aniquilar, serviram de pretexto às primeiras acusações de apropriação ilegítima de direitos exclusivos do seu falecido antecessor e herdeiros. O principal desses direitos era o de arrecadação de 140 mil ducados anuais pela transacção de escravos, que por morte de João Rodrigues Coutinho

revertiam automaticamente para o seu irmão Gonçalo Vaz Coutinho, residente em Portugal. De facto, Cerveira Pereira nada diligenciou por contactar o irmão do falecido governador e prosseguiu indiferente a sua campanha militar até Cambambe.

O ano de 1604 ficaria para a posteridade como aquele em que os Portugueses, comandados por Manuel Cerveira Pereira, conquistaram finalmente a região de Cambambe, onde ergueram um presídio que, por se encontrar situado perto do antigo mercado africano do Dondo, se revelaria estrategicamente importante no controlo português do corredor do Kuanza em relação aos Mbundu do Ngola Kiluanji. A história colonial portuguesa regista a edificação no local de uma igreja evocativa de Nossa Senhora do Rosário.

Deixando na fortaleza de Cambambe uma guarnição de 250 soldados comandados pelo seu parente João de Araújo, o governador Manuel Cerveira Pereira percorreu a região e dedicou, durante meses, o seu tempo a recolher e a analisar amostras da suposta prata extraída das minas locais. O resultado, contudo, foi decepcionante: não havia prata nas jazidas de Cambambe, mas apenas chumbo.

Segundo relatórios da Companhia de Jesus, Manuel Cerveira Pereira recebeu, pouco tempo depois de regressar a Luanda, uma embaixada insólita de 15 homens do soberano do Ndongo, Mbandi-a-Ngola Kiluanji. Este, cuja capital itinerante, a Kabasa, se encontrava ao tempo apenas a 14 léguas (70 quilómetros) do novo Presídio de Cambambe, além de propor um tratado de paz e solicitar Jesuítas que baptizassem os seus súbditos, fazia saber que controlava minas de prata e que cederia ao governador português e aos seus compatriotas «quanta [prata] quisessem, e no demais fossem amigos» [*sic*]. Manuel Cerveira Pereira acedeu ao tratado de paz com o rei do Ndongo, a quem enviou igualmente uma embaixada e



Jesuítas evangelizadores. Fê-lo, não pela prata, que sabia inexistente, mas pelos escravos que podia obter do Ngola Kiluanji e, conseqüentemente, transaccionar no porto de Luanda, reforçando a posição de quase monopólio sobre o resgate, que por direito, como sabemos, cabia aos herdeiros do seu antecessor. Foi o que levou os seus detractores, todos portugueses, a mais uma vez o condenarem por pactuar com os chefes africanos em vez de os aniquilar.

O pecúlio de Cerveira Pereira viu-se em breve ainda mais aumentado, pela entrega de cem escravos por parte de mais um soba que lhe prestou vassalagem. Tratava-se do soba Ngola Kabanga, da região de Massangano, que lhe pedia auxílio militar contra Axilambanza, um parente do Ngola Kiluanji que ameaçava as suas terras. Cerveira Pereira derrotou Axilambanza e fez dele vassalo. Esta operação fez estrebuchar as relações amistosas de Cerveira com o Ngola Kiluanji, de quem o governador português aprisionou o embaixador então enviado a Luanda. Os detractores de Cerveira Pereira não tardaram a censurá-lo com um argumento contrário aos anteriores. Se antes o condenavam por benevolência e cumplicidade com o Ngola Kiluanji, agora reprovavam-lhe o belicismo, pois declarara guerra a um soberano angolano que, havendo já estabelecido alianças com o Kongo e com os «Jagas» da Matamba, era dotado de um exército muito mais poderoso do que qualquer simples soba.

Mas Manuel Cerveira Pereira continuou indiferente às acusações que lhe eram feitas. Entretanto, conferia foros de cidade a Luanda. A povoação fundada por Paulo Dias de Novais crescia consideravelmente, quer na parte baixa, com a actividade dos mercadores, quer na parte alta, destinada ao poder, que já se estendia desde o morro de São Paulo até à Ermida de São José, ao lado da qual os escravos já acartavam pedras para a construção de um Convento. Tal se devia à liberalidade dos representantes

laicos da Confraria de São José e ao próprio Cerveira Pereira que, ainda que privilegiando sempre os Jesuítas, que já construíam o seu Colégio junto à Praça da Feira, concedera aquele local muito mais afastado aos cinco Franciscanos recentemente desembarcados em Luanda a instâncias do bispo do Congo e de Angola.

Cerveira Pereira preocupou-se igualmente com a resolução de um problema crónico em Luanda: o do abastecimento de água. Foi ele quem, em 1606, mandou construir, atrás do Convento de São José (futuro Hospital Maria Pia/Josina Machel), uma parede de seis palmos de largura em torno de uma pequena lagoa, inaugurando assim a chamada Maianga do Rei. Curiosamente conferiu o estatuto de cidade, não a Massangano, e sim ao então chamado porto de Benguela, o futuro Porto Amboim, decerto devido à importância que este ponto da costa vinha adquirindo, quer no comércio com os Imbangala, quer como trampolim para a Baía da Torre ou das Vacas, mais a sul, que Cerveira já acreditava – ilusoriamente, conforme o futuro o demonstraria – ser rica em minas de cobre.

Mas o novo governador, Manuel Pereira Forjaz, desembarcaria em Luanda em Agosto de 1607 com uma ordem de prisão para Manuel Cerveira Pereira, que foi imediatamente embarcado a ferros para Lisboa. Mercê das suas influências na corte, conseguiria ser absolvido em 1609 e regressar a Angola em 1615, como veremos. Mas é interessante registar que, logo dois meses depois da expulsão de Cerveira Pereira de Angola, outro bacharel, Manuel Nogueira, concluía em Luanda um relatório acerca das acusações que lhe eram feitas. Não resistimos a enumerar algumas delas, citando Ralph Delgado:

1. Desistência na batida de Ngola Kiluanji [e de Kafuxi Kambari], depois da fundação do Presídio de Cambambe, quando era fácil arrasá-lo[s];

2. Guerra injusta movida aos sobas Axilambanza e Langere;
3. Libertação de um homem preso por Filipe Butaca e desrespeito pela autoridade deste enviado do rei para administrar justiça em Angola;
4. Liquidação de mercadorias e minérios a baixo preço;
5. Convocação de colonos para a guerra quatro vezes no ano de 1606 [*sic*].

A estas acusações acrescia a de «perseguição» – hoje em dia dir-se-ia «assédio» – a mulheres (brancas?) casadas. Mas este pormenor é de somenos importância para a história de Angola e por isso, a respeito dele, remetemos o leitor para o romance de Pepetela e para a peça de teatro de José Mena Abrantes.

## II) A miragem do cobre de Benguela; o Kongo com novas alternativas religiosas e novos parceiros comerciais

Os objectivos do rei Filipe III de Espanha e II de Portugal, ao lavrar o Regimento de 26 de Março de 1607, que nomeava Manuel Pereira Forjaz governador de Angola, parecem ser, manifestamente, os de uma inusitada política de centralização na Coroa dos lucros advenientes da exploração do «Reino de Angola». Eis algumas das determinações mais relevantes desse Regimento:

1. Cessaçã da «conquista»;
2. Proibiçã das convocatórias forçadas dos moradores [de Luanda e de Massangano] para a guerra;

3. Imposição de regime de paz, exclusivamente reservado ao tráfico [negreiro], à agricultura e à exploração do subsolo;
4. Criação de receitas para construção, em Luanda, de edifícios públicos, nomeadamente da Câmara, da Feitoria Real, da Cadeia e do Açougue;
5. Proibição do desvio de moeda pela via da cambolação, isto é, da atracção de especuladores aos negócios;
6. Revisão das distribuições de terras e revogação definitiva das «doações dos sobas» concedidas por Paulo Dias de Novais e por Luís Serrão, revertendo os tributos dos sobas para a Coroa.

Esta última determinação, instituidora do que ficou conhecido por *baculamentos*, foi levada à risca por Manuel Pereira Forjaz, que se apressou a aumentar para 12 mil cruzados o valor do tributo anual agora devido pelos sobas à Fazenda Real. Este governador, que jamais sairia de Luanda até morrer inesperadamente em Abril de 1611, chegou ao ponto, segundo Cadornega, de criar, com um tal João de Argomedo, uma sociedade que visava fazer circular pelos sertões angolanos vinhos e fazendas da Europa e das Canárias – mais tarde também aguardente do Brasil – como moeda de troca para obtenção de escravos. Incentivou o envio ao interior de aviados ao seu serviço e é provável, por isso, que tenha sido o primeiro a legislar em Angola sobre os *pardos, mascavados, enxertados* ou *mulatos*.

Este último termo português, *mulato*, derivado literalmente de *mula*, o animal híbrido que não se reproduz, já constava de textos oficiais do século anterior relativos a São Tomé e ao Kongo. A sua institucionalização, assim como o incentivo, pela via do relacionamento de homens portugueses com mulheres africanas, à procriação de

indivíduos designados por essa terminologia classificativa de hierarquizações somáticas, nada teve a ver com fantasiosas idiossincrasias mistófilas portuguesas, contrariamente à falácia do luso-tropicalismo, infelizmente ainda hoje bem viva nas mentes perversas, que persistem em impô-las aos incautos e aos néscios com intuitos de moralidade duvidosa. Ficou, isso sim, a dever-se a uma operação com finalidades exclusivamente políticas e económicas de criar intermediários, os aviados, entre os poderes coloniais do litoral e os poderes africanos independentes e soberanos do interior.

Admitimos que, no campo jurídico, Manuel Pereira Forjaz tenha sido o precursor, em Angola, dessa artificiosa operação portuguesa de hibridação, que ficaria fraudulentamente conhecida por «invenção do mulato». Mas não nos é possível comprová-lo, porquanto o mesmo cronista Cadornega informa que a 19 de Outubro de 1641, por ocasião da invasão holandesa e do conseqüente êxodo dos moradores de Luanda para Massangano, toda a documentação produzida pelos governadores anteriores ficou destruída pelo fogo de um ataque flamengo às embarcações que a transportavam no rio Bengo. Mas àquelas seis prescrições do regimento de Manuel Pereira Forjaz acrescia uma sétima que também merece destaque: o urgente aproveitamento das minas de cobre do sul e do «Reino de Benguela». A miragem do cobre de Benguela tomara, pois, o lugar do esborado mito da prata de Cambambe.

Os anos do governo de Manuel Pereira Forjaz, assim como os do de Bento Banha Cardoso, o capitão-mor de guerra que, por eleição do Senado da Câmara de Luanda, lhe sucedeu interinamente entre 1611 e 1615, ficaram marcados por duas preocupações com a salvaguarda da hegemonia política, económica e mesmo religiosa portuguesa em território angolano: por um lado a salvaguarda do controlo dos presídios e feiras do corredor

do Kuanza, ameaçados pela coligação do Ndongo com a Matamba; por outro, a contenção da política emancipadora do Ntotila do Kongo, D. Álvaro II Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba.

O primeiro destes dois problemas, levantado já no final do governo de Manuel Pereira Forjaz, foi rapidamente resolvido pela força das armas pelo seu sucessor. No mesmo mês em que foi eleito governador, em Abril de 1611, e com a aquiescência do bispo do Congo e de Angola, o franciscano Manuel Baptista Soares, Bento Banha Cardoso comandou pessoalmente um ataque retumbante ao exército do Ngola. Além de liquidar e de avassalar muitos sobas que antes apoiavam o soberano do Ndongo, Bento Banha Cardoso fundou mais um presídio, este nas margens do rio Lukala, afluente do Kuanza. Este sétimo presídio, ao qual os Portugueses chamaram inicialmente Ango, seria transferido sete anos depois, pelo belicoso governador Luís Mendes de Vasconcelos, para a localidade que outrora fora a Pemba Real dos soberanos do Ndongo. Seria várias vezes recuperado pelos Mbundu do Mbandi-a-Ngola, sucessor do Ngola Kiluanji, e só definitivamente reconquistado pelos Portugueses em 1625. A designação, pelas populações locais, da fortificação nele erguida – *mbaka*, que em kimbundu significa *fortaleza* –, rebaptizá-lo-ia na segunda metade do século. E é esta a Ambaca dos Ambaquistas, de que nos ocuparemos muito mais adiante.

Quanto à política emancipadora do rei do Kongo, D. Álvaro II, começara por se manifestar no plano internacional, através de duas embaixadas enviadas a Roma ao papa Paulo V, com pleno êxito e sem qualquer intervenção dos missionários portugueses. A primeira fora a de 1595 e que tanto prejudicou as pretensões do padre Baltasar Barreira. A segunda, que ficaria ainda mais famosa, realizou-se em 1607, e foi chefiada por um neto do Ntotila, D. António Manuel. Este príncipe congûês, também

conhecido por marquês de Funesta ou por António Manuel Nigrita, faleceu em Roma um ano depois da sua chegada, mas foi honrado com funerais pontifícios, na Igreja de Santa Maria Maior, e com uma sepultura na capela de Sisto V. A sua imagem foi cunhada numa moeda e reproduzida num fresco da biblioteca do Vaticano.

Mas D. Álvaro II do Kongo não desistiu da sua pugna contra os Jesuítas de Luanda. As suas boas relações com a Santa Sé permitiram-lhe, em 1610, solicitar para o Kongo apenas missionários Dominicanos e Carmelitas Descalços. Contudo, a sua morte em 1614 gerou um clima de instabilidade por mais de um ano, durante o qual se digladiaram o seu irmão, D. Bernardo II Nimi-a-Mbpanzu - apoiado pelo poderoso duque de Mbamba, D. João da Silva, mas incompatibilizado com o bispo - e o seu filho D. Álvaro III Mbiki-a-Mpanzu. Este último sairia vencedor e reinaria até 1622, agora sob grande influência da Companhia de Jesus. A estas incompatibilidades entre o Ntotila e o bispo do Congo e de Angola não será, decerto, alheia a transferência da sede do episcopado - agora chamado de Angola e do Congo - para Luanda, a qual foi definitivamente consumada em Agosto de 1627, com a chegada do bispo frei Francisco Soveral. A Igreja da Conceição, a meio caminho entre a Fortaleza e o Palácio, seria residência dos Bispos de Angola e Congo e sede da mesma Diocese até à ocupação holandesa, em 1641. A ela confluíam, até essa data, as caravanas de escravos vindas do corredor do Kuanza - segundo Cadornega, partiam anualmente de Luanda entre oito e dez mil cabeças de escravos para o Brasil - a fim de receberem o baptismo colectivo do bispo, o qual, descendo as barrocas, acompanhava a comitiva até ao local de embarque, a bacia meridional da enseada - a confinar com a Samba e a Corimba -, que ficaria, por esse facto, conhecida pelo nome de Praia do Bispo.

### III) A separação do «Reino de Benguela» do «Reino de Angola»: conquista e fundação da cidade de São Filipe de Benguela (1617-1618)

Mercê da sua influência sobre o rei de Espanha e Portugal, Manuel Cerveira Pereira conseguiu, em sete anos, desenvencilhar-se das graves acusações que lhe foram feitas durante o seu primeiro governo de Angola. A 14 de Fevereiro de 1615 era emitida uma provisão real que, ao abrigo do que Domingos de Abreu de Brito preconizara mais de 20 anos antes, separava oficialmente o «Reino de Benguela» do «Reino de Angola». No mesmo dia, um alvará nomeava Manuel Cerveira Pereira conquistador de Benguela e principal prospector das minas de cobre a descobrir.

Partindo de Lisboa em fins Abril de 1615, Manuel Cerveira Pereira, que entregara a mulher e o filho aos cuidados do rei, chegou a Luanda em fins de Setembro do mesmo ano, acompanhado pelos padres jesuítas Jerónimo Vogado e Manuel Afonso, e foi recebido em triunfo. Exerceu interinamente as funções de governador de Angola até que fosse nomeado um novo por Madrid, o que lhe permitiria então seguir para o sul à conquista das minas de cobre. A patente de Luís Mendes de Vasconcelos foi emitida a 6 de Maio de 1616, mas só cerca de um ano depois é que este novo governador chegaria a Angola.

Ao longo desse período, cerca de ano e meio, Manuel Cerveira Pereira escreveu várias cartas ao rei a solicitar que o novo governador lhe trouxesse reforços em homens, armas, cavalos e mantimentos. O motivo era o facto de muitos dos indivíduos com ele vindos de Portugal para a conquista de Benguela, na maioria degredados de delito comum, desertarem e fugirem para o Brasil ou mesmo para o Libolo, no interior do sertão angolano. Uma missiva de Filipe III para a Mesa Real da Fazenda, datada de 20 de Fevereiro de 1616, parece confirmar que o monarca estaria



disposto a fornecer este apoio a Cerveira Pereira por intermédio do novo governador de Angola, Luís Mendes de Vasconcelos. Este, porém - e desconhecem-se os meandros palacianos que, entre Madrid e Lisboa, levaram a esta reviravolta -, conseguiu que lhe outorgassem um Regimento a 3 de Setembro de 1616, ao qual se sucedeu um Alvará a 24 de Novembro onde, à excepção do clausulado relativo ao «Reino de Benguela», lhe eram conferidos tantos ou mais poderes quanto os do próprio Cerveira: a troco do pagamento dos quintos à Fazenda Real, era-lhe entregue a «conquista de Angola e do Monomotapa», além do título de «Vice-Rei da Etiópia em tudo o que há no Congo, Angola e Cabo da Boa Esperança até ao Mar Vermelho» [sic].

Manuel Cerveira Pereira, evidentemente, ignorava-o. Mas não quis ficar dependente das decisões metropolitanas nem da chegada do novo governador. Por isso, a 1 de Abril de 1617, entregou o cargo de governador de Angola a António Gonçalves Pita, o capitão-mor do Reino do Congo, e partiu para o sul por mar, com quatro navios e um patacho e 130 soldados, brancos e pretos, muitos dos quais desertores que o diligente Baltasar Rebelo de Aragão lograra recapturar. Segundo uma carta que enviou ao rei já quase um ano depois, a 6 de Março de 1618, sabe-se que Cerveira Pereira se deteve durante três dias, com a sua frota, no fortim da primitiva baía de Benguela (o futuro Porto Amboim), mandado construir por António Lopes Peixoto, sobrinho de Paulo Dias de Novais. Depois desceu até 15° 30' de latitude sul, atingindo o Cabo Negro, onde decerto avistou o padrão colocado por Diogo Cão. Daqui flectiu para norte e perscrutou a costa até se deter, a 17 de Maio de 1617, na ampla enseada da até então chamada Baía de Santo António, ou da Torre ou das Vacas, delimitada a norte por um morro encimado por uma coroa

adveniente da erosão da argila que lhe daria o nome de Sombreiro.

Manuel Cerveira Pereira escolheu esta praia para ser a capital do «Reino de Benguela», ergueu com os seus homens, em pedra e adobe, um fortim e uma igreja rudimentar, e chamou ao local cidade de São Filipe de Benguela. A evocação de São Filipe é, evidentemente, uma homenagem ao homónimo rei de Espanha e Portugal. Mas ficaram famosas as palavras de Cerveira Pereira dirigidas ao seu soberano, na mesma carta de 6 de Março de 1618, justificando a sua predilecção por aquele lugar:

[...] por não achar em toda esta costa até à altura dita [de 15° 30' de latitude sul] melhor porto, terra de mais salutíferos ares, fértil e abundante do mantimento da terra, como na abundância de muito e diverso peixe que há nesta baía, estando vizinho de dois rios que correm de excelente água [*sic*].

Temos de concordar com as observações dos benguelenses Ralph Delgado e Pepetela a respeito do logro de Manuel Cerveira Pereira que, iludido pela estação do cacimbo, não percebeu que o local era pantanoso e insalubre. E também não percebeu que os dois rios que refere, o Cavaco (ou Marimbombo) e o Corinje, tal como o afirma Pepetela:

[...] só têm água nos últimos séculos (e os arqueólogos geológicos poderiam apontar para milénios [...]) durante três ou quatro dias por ano, numa enxurrada de água barrenta depressa absorvida pela secura dos leitos [*sic*].

Mas salientemos – e Ralph Delgado e Pepetela fizeram-no antes de nós – que a baía de Benguela, além de rica em nzimbu, que serviria como moeda alternativa à conguesa da Ilha de Luanda, se mostrava particularmente propícia ao embarque das mercadorias que interessavam, quer a Manuel Cerveira Pereira, quer aos Jesuítas que o acompanhavam: não apenas o almejado cobre, mas também o sal e os escravos, com os quais no futuro se

locupletariam. Algo de idêntico terão pensado, aliás, os compatriotas de Cerveira Pereira que, mais de cem anos antes, instalaram na árida baía de Luanda um porto mercantil. Talvez a grande ilusão de Cerveira Pereira a respeito de Benguela a Nova fosse sobretudo a existência de dois rios, o que não acontece em Luanda, onde não há qualquer curso de água.

Os pioneiros de São Filipe de Benguela confrontaram-se, durante os primeiros 19 meses de permanência na região, essencialmente com duas adversidades: a existência de populações locais tendencialmente hostis e, evidentemente, a insalubridade das cacimbas, geradoras do paludismo e de outras doenças mortíferas. Quanto ao primeiro aspecto, as populações locais, Musumbes e Mundombes, quase todas criadoras de gado bovino e caprino, Cerveira Pereira mandou logo nos primeiros dias atacar os kimbo (aldeias) mais próximas, sob a autoridade do soba Peringue, que se viu obrigado a fugir, sendo decapitadas 31 cabeças e aprisionados 40 cativos destinados a enviar como escravos para o Brasil. Tempos depois, arrasou as povoações do soba Cangombe, da Catumbela, sitas na foz do rio homónimo, quatro léguas (20 quilómetros) a norte de Benguela, por este se haver negado a transaccionar escravos. Também aprisionou e decapitou o soba do Cuio, apreendendo-lhe 150 cabeças de gado e capturando 200 peças (escravos) para embarcar. É possível, como o alvitra José Mena Abrantes na sua peça de teatro, que as incursões do pequeno exército de Manuel Cerveira Pereira tenham atingido o rio Cuporolo, cerca de 50 quilómetros a sul de Benguela, capturando reses igualmente aos povos Herero. O gado apreendido servia, sem dúvida, aos companheiros de Manuel Cerveira Pereira, não apenas para a alimentação, mas também para uma tentativa de colonização agrícola e pecuária.

As doenças tropicais provocadas pelos pântanos e pelas lagoas de água estagnada vitimaram metade destes fugazes

moradores de São Filipe de Benguela logo nas primeiras semanas, sobretudo os Europeus, entre os quais se contava um irmão – João Cerveira Pereira –, um cunhado e um sobrinho do governador. Não é, decerto, alheia à sobrevivência do grupo a habilidade que Manuel Cerveira Pereira revelou para efectuar alianças com chefes africanos, nomeadamente com os chamados «Jagas» de alguns kilombos imbangala itinerantes. Mas o descontentamento dos seus companheiros brancos aumentava de dia para dia, e sem dúvida que se agravou substancialmente após o dia 20 de Agosto de 1617, apenas três meses depois de haverem desembarcado na baía. É que nesse dia, cumprindo a rota atlântica já habitual de tocar em terras africanas a sul do Cabo Negro e alcançar Luanda através de uma navegação para norte ao sabor dos ventos e das correntes, fundeara na baía de Benguela a frota que conduzia a Luanda o novo governador de Angola, Luís Mendes de Vasconcelos, por cujos reforços Cerveira Pereira tanto ansiava. Conforme o escreveria mais tarde ao rei, o recente governador de Benguela enviou um emissário ao navio onde lhe pareceu viajar o seu congénere de Angola. Mas Luís Mendes de Vasconcelos não se dignou sequer responder-lhe e logo «se tornou a fazer na volta do mar e se foi para Luanda» [*sic*].

Depois desta humilhação e ao longo de todo o ano de 1618, Manuel Cerveira Pereira foi alvo de, pelo menos, quatro traições por parte dos seus subordinados: duas tentativas de fuga, uma das quais com êxito, e dois atentados contra a sua própria vida. A primeira tentativa de fuga, perpetrada por um piloto, um cirurgião e um clérigo, valeu a execução capital dos dois primeiros e o confisco dos bens do eclesiástico. Dois meses depois, 70 homens tentaram fugir num patacho, mas o alferes que planeava a evasão adoeceu e morreu de repente. No entanto, o piloto do patacho e outro oficial aproveitaram uma deslocação à

foz do rio Catumbela, destinada à aquisição de mantimentos, para seguir para Luanda e não mais voltarem. Depois disso, um degredado chamado Gaspar Penso, dirigiu uma conspiração contra o governador, que conseguiu desmascará-lo e fuzilá-lo em público. Porém, os conspiradores eram, no total, 47, e Manuel Cerveira Pereira viu-se obrigado a perdoá-los para, como o escreveu, «não ficar de todo só» [sic]. Mas logo outra conjuração abortada se seguiu, desta vez urdida por um oficial espanhol, André Coronado, que ao ser capturado e torturado pelo governador, confessou só ter desejado matar Cerveira Pereira para fugir do inferno aterrador que era Benguela.

#### IV) O fim da miragem do cobre e a inusitada subsistência do Presídio de São Filipe de Benguela (1618-1626)

Manuel Cerveira Pereira, pese embora o ódio justificado que votava a Luís Mendes de Vasconcelos, ainda tentou mais uma vez solicitar-lhe os reforços a que tinha direito, enviando em vão a Luanda o capitão Lourenço Dias Ferreira. E não se cansava de mandar ao rei de Espanha e de Portugal manilhas e braceletes de cobre usadas pelos Angolanos, assim como cartas nas quais assegurava ao monarca que as minas onde esse cobre se encontrava se situavam apenas a cinco dias de marcha de São Filipe de Benguela – ligeiramente a norte, a sul do rio Keve, no porto de Sumbe-Ambuela (o futuro Novo Redondo ou, simplesmente, Sumbe) – e que para delas se apoderar bastava receber gente para não deixar desguarnecida a povoação que fundara.

Numa dessas cartas, à qual já fizemos referência, a de 6 de Março desse ano de 1618, confessava ao soberano o seu cansaço, assim como o desejo de, logo que possível, regressar ao reino a fim de reencontrar, além da mulher e

do filho, duas irmãs solteiras – Susana Cerveira Pereira e Ângela Pimenta Cerveira – que dele dependiam. Mas acrescentava:

[...] e também espero que Vossa Majestade me faça mercê conceder-me licença para que, depois de pôr o cobre corrente e mandar navio com ele, eu possa ir para minha casa deixando pessoa de confiança que aqui fique governando isto até Vossa Majestade mandar prover a quem for servido, porque sou velho e quase cego da vista e com uma flechada numa perna que me deram na guerra, que todas estas coisas são bastantes para que Vossa Majestade me faça mercê [*sic*].

No entanto, ao longo de todo o ano, além de sofrer os dissabores que referimos, Manuel Cerveira Pereira não recebeu quaisquer reforços, nem de Madrid, nem de Luanda, que lhe permitissem partir, como desejava, em busca das minas de cobre do Sumbe-Ambuela. E na manhã de 12 de Janeiro de 1619, encontrando-se a convalescer de febres que o atacaram, foi subitamente agredido no seu próprio quarto por dois clérigos e alguns homens armados, que o puseram a ferros e o embarcaram para Luanda num batel, apenas acompanhado de um soldado e alimentado de peixe e vinagre. As correntes marítimas permitiram que em cinco dias chegasse a Luanda, onde conseguiu que Luís Mendes de Vasconcelos dele se compadecesse e o recebesse em audiência. Depois ficou hospedado no Colégio da Companhia de Jesus, onde ao fim de poucos dias, a 24 de Janeiro, escrevia ao rei uma carta na qual relatava todas as suas desventuras.

Só ano e meio depois, em Julho de 1620, é que regressou a São Filipe de Benguela, agora com um contingente tardiamente enviado pelo rei e constituído por 70 soldados demasiado jovens, e acompanhado pelos jesuítas Duarte Vaz e Gonçalo João. Pôde então reassumir as suas funções de governador do Reino de Benguela, recuperar os bens que lhe haviam sido apreendidos, no valor de 23 mil cruzados, e organizar, em Setembro, uma expedição ao

Sumbe-Ambuela, de cujo solo extraiu três quintais de pedra com metal. Correu para Luanda, de onde enviou, a 21 de Janeiro de 1621, parte das amostras a Filipe III – e também cartas apresentando queixas contra Luís Mendes de Vasconcelos –, deixando outra parte do cobre extraído ao cuidado da Companhia de Jesus, a fim de ser analisado pelos padres. A 18 de Março, Manuel Cerveira Pereira regressava a Benguela, a menos de duas semanas do falecimento do seu principal protector, Filipe III de Espanha e II de Portugal, que expirou a 31 desse mesmo mês.

O novo monarca, Filipe IV de Espanha e III de Portugal, levou tempo a dar uma resposta sobre as amostras do cobre enviado. Mas parece ter ouvido as queixas do conquistador de Benguela a respeito das impertinências do seu homólogo de Luanda, Luís Mendes de Vasconcelos, pois logo que subiu ao trono nomeou um novo governador para Angola com ordem de prender o antecessor. O novo governador, João Correia de Sousa, chegaria a Luanda em Outubro de 1621 e desterraria Luís Mendes de Vasconcelos para Massangano. Porém, poucos dias antes, a frota onde navegava fizera aguada em Benguela e João Correia de Sousa, contrariamente às determinações régias, também votou Cerveira Pereira ao desprezo.

Desta vez o conquistador do sul encontrava-se enfermo e fisicamente debilitado, havendo sido nos últimos dias sangrado quatro vezes, pois ao tempo acreditava-se que as sangrias curavam o paludismo. Mas mandou emissários a bordo do navio fundeado, com uma missiva para o novo governador que rezava assim:

Aqui estou com 55 companheiros, entre velhos e meninos, e eu quase cego do olho esquerdo e cada dia com as armas na mão pelos inimigos verem o miserável estado em que estamos. Se Vossa Senhoria, por serviço de Sua Majestade, nos pode fazer mercê de nos socorrer com alguns soldados, a ela faz grande serviço, e a nós muita mercê para não perecermos em mão de inimigos [*sic*].

Ao que, no mesmo dia, João Correia de Sousa, antes de zarpar logo de seguida para Luanda, fez chegar a Cerveira Pereira, pelos mesmos emissários, esta resposta negativa:

Conforme as novas que acho de Angola de estar tudo revolto e baralhado, mal me posso eu resolver no negócio de soldados, de mais de trazer mui poucos, e eles de mui má vontade ficarem neste sítio [*sic*].

Mesmo compreensivelmente indignado, Manuel Cerveira Pereira ainda endereçou para Luanda, no mês seguinte, uma carta onde requeria a João Correia de Sousa o envio de cem soldados idosos, de um capitão veterano, do tendala António Dias para a guerra preta, de um barbeiro, de um serralheiro, de três cavalos que lhe haviam sido roubados por Luís Mendes de Vasconcelos e de um navio. Obviamente que não obteve qualquer resposta. Cerveira Pereira não suspeitava que, por esse tempo, João Correia de Sousa, tal como o faria ao longo dos seus quase dois anos de mandato, já endereçava ao rei cartas nas quais, com intuitos perniciosos, o acusava de se entregar, em Benguela, ao comércio clandestino para o Brasil de escravos e de sal da baía de São Francisco, descuidando da exploração do cobre, de cuja existência aliás duvidava.

Foi a partir de então que as cartas dirigidas por Manuel Cerveira Pereira ao rei de Espanha e Portugal, sempre solicitando-lhe ajuda para que pudesse a breve trecho regressar à sua terra, passaram a preconizar a união do «Reino de Angola» com o «Reino de Benguela», sob a alçada de um mesmo governador, ainda que sediado em Luanda. No entanto a resposta do monarca, que só chegou a Cerveira Pereira em meados de 1622, além de lhe negar o apoio para regressar à metrópole, incitando-o a continuar na «conquista» de Angola, nada referia quanto à união dos dois «reinos» coloniais. Mas, quiçá sob a influência das intrigas de João Correia de Sousa e de outros detractores –



ou não? –, a missiva real era peremptória no sentido de declarar que nas amostras enviadas no ano anterior não se vislumbrava o menor vestígio de cobre, pelo que já não se justificavam as despesas com a «conquista do reino de Benguela».

Depois da miragem da prata de Cambambe, esboroava-se agora a do cobre de Benguela. Só muito mais tarde os Portugueses compreenderiam que a prata e o cobre das manilhas usadas pelos Angolanos provinham de muito mais a leste. No entanto, neste primeiro quartel do século XVII, os governadores Manuel Pereira Forjaz e Luís Mendes de Vasconcelos talvez tenham intuído esta realidade, ao tentarem organizar, ainda que sem êxito, expedições ao Monomotapa.

Manuel Cerveira Pereira ainda sobreviveu quatro anos, só vindo a falecer em Abril de 1626. Durante esse tempo permaneceu isolado em São Filipe de Benguela, votado ao ostracismo, quer pela Corte de Madrid, quer pelos três governadores de Luanda que, depois de Maio de 1623, se sucederam ao sinistro João Correia de Sousa: Pedro de Sousa Coelho e frei Simão de Mascarenhas, ambos interinos, e o enérgico Fernão de Sousa. Malquistado por estes e outros inimigos, Manuel Cerveira Pereira contou com um contingente de soldados muito reduzido e debilitado. Valeram-lhe as alianças com os sobas da região e com os Imbangala (Jagas), com quem permutava nzimbu local – distinto do de Luanda – e fazendas para obtenção de gado caprino, ovino e bovino. Valeu-lhe igualmente a exportação dos escravos e do sal, que lhe permitiu acumular uma fortuna da qual não veio a beneficiar.

A 28 de Setembro de 1624, o governador Fernão de Sousa escrevia ao rei uma carta onde, além de persistir, tal como o seu antecessor e quase homónimo João Correia de Sousa, em acusar Cerveira Pereira de locupletamento ilícito, se mostrava receoso, face às ameaças holandesas à costa angolana, com a manutenção do Presídio de São

Filipe de Benguela, pois considerava que «não é sítio defensável nem tem quem o defenda, antes se pode muito rezear que se entregue ao inimigo pelo grande ódio que todos têm a Manuel Cerveira» [sic]. Foram, decerto, informações desta natureza que levaram o rei de Espanha e Portugal, já em 1626, a emitir, finalmente, a ordem oficial de que Manuel Cerveira Pereira regressasse à metrópole. Porém, quando tal autorização chegou a Luanda, o conquistador de Benguela já falecera dias antes.

Ao contrário do que seria de esperar, a morte de Manuel Cerveira Pereira, não só não viabilizou a união entre o «Reino de Angola» e o «Reino de Benguela», que manteriam uma independência económica até 1779, com governadores autónomos, como muito menos implicou a transferência da capital benguelense de São Filipe para o Sumbe-Ambuela, conforme até então o preconizavam os governadores em Luanda. O património do falecido conquistador foi apreendido e reverteu para a Coroa. Mas o Presídio de São Filipe de Benguela, considerado um excelente ponto estratégico para defender uma região que, apesar do clima insalubre, se revelara lucrativa, não tardou a acolher outros governadores. Foram-no inicialmente, e por pouco tempo, os capitães António Pinto e Cristóvão Rodrigues e depois, durante 12 anos, Lopo Soares Lasso.

Quanto aos restos mortais de Manuel Cerveira Pereira, supõe-se que tenham sido sepultados em Luanda, na Igreja dos Jesuítas, seus eternos aliados. O fundador do imaginário «Reino de Benguela» ficaria por muitos anos votado ao esquecimento, só vindo a ser recuperado no século xx, pela historiografia colonial do Estado Novo, valendo-lhe ao tempo uma estátua erguida numa das principais praças de Benguela e removida depois da Independência de Angola, em 1975. A sua efígie, reproduzida a partir de um retrato a óleo coevo, figuraria na nota de 50 angolares emitida pelo Banco de Angola em

1946. E também foi, mais recentemente, recuperado por uma certa literatura angolana da melhor qualidade, como a de Pepetela e a de José Mena Abrantes.

## CAPÍTULO IX

# **O primeiro meio século da rainha Njinga Mbandi (c. 1582-1663): a presença holandesa em Angola (1641-1648)**



# Cronologia

**1621** - Criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

**1622 (Maio)** - Embaixada do Ngola Mbandi a Luanda, chefiada pela sua irmã, a princesa Njinga Mbandi, que é recebida pelo governador João Correia de Sousa e acede a baptizar-se com o nome de Ana de Sousa a troco da expulsão, pelos Portugueses, dos Imbangala instalados no território mbundu.

**1622 (22 de Junho)** - Criação da Propaganda Fide, por Bula do papa Gregório V.

**1624 (Junho)** - Njinga Mbandi ascende ao trono do Reino do Ndongo; nos cinco anos subsequentes, a rainha Njinga reforça consideravelmente as fortificações do seu povo nas ilhas do Kuanza e do seu afluente Lukala e oferece resistência enérgica aos Portugueses, empenhados em prolongar a rede dos presídios do corredor do grande rio.

**1624** - Os Portugueses repelem dois ataques de esquadras holandesas a Luanda, num dos quais perde a vida o velho morador da cidade Baltasar Rebelo de Aragão.

**1624** - O Reino do Kongo alia-se comercial e militarmente com a Holanda.

**1625** - Publicação, em Londres, de *Purchas his Pilgrims*, onde são relatadas as aventuras de Andrew Battel em território angolano.

**1626 (Início do ano)** - Njinga Mbandi cerca a feira de Mpungu-a-Ndongo, ameaçando Aidi Kiluanji, vassalo dos Portugueses. Perante o arsenal militar trazido de Lisboa por Bento Banha Cardoso, a rainha do Ndongo refugia-se nas ilhas do Kuanza.

**1626 (12 de Outubro)** - Governador português Fernão de Sousa nomeia oficialmente Ngola Aidi, que adquire o nome de D. Filipe de Sousa, rei do Estado títere do Dongo.

**1627 (Agosto)** - Transferência definitiva da sede do Episcopado de Angola e Congo para Luanda, com o bispo frei Francisco de Soveral; partiam anualmente de Luanda entre oito e dez mil escravos para o Brasil, colectivamente baptizados na que ficou conhecida por Praia do Bispo.

**1629 (Maio)** - Expulsa das ilhas do Kuanza por Paio de Araújo de Azevedo, Njinga Mbandi transpõe a Kina Grande das Ganguélas, vindo depois a aliar-se por casamento com os Imbangala da Matamba. As suas duas irmãs são capturadas pelos Portugueses.

**1635** - Njinga Mbandi consegue unir, contra os Portugueses, o Ndongo, a Matamba, o Kasanje, os Dembos e o Kongo, na maior coligação de Estados angolanos do século XVII, que se manterá incólume até 1648.

**1640** - Primeira missão de Capuchinhos italianos da Propaganda Fide no Congo, fundando em São Salvador a Prefeitura Apostólica do Congo.

**1640 (1 de Dezembro)** - Golpe de Estado em Portugal, restabelecendo a Independência contra a Espanha e levando os Bragança ao trono, com D. João IV.

**1641 (22 e 23 de Agosto)** - Ocupação de Luanda e de Benguela pelos Holandeses, que duraria sete anos, concentrando-se os Portugueses em Massangano.

**1645 (25 de Maio)** - Chegada ao Soyo da segunda missão de Capuchinhos italianos, reforçada com missionários espanhóis, mas encabeçada pelo napolitano Frei Boaventura de Alessano. Assegurou a livre circulação de missionários entre Mbanza Soyo e São Salvador do Congo.

# 1 - Njinga Mbandi, princesa do Ndongo (c.1582-1624)

## a) Representações culturais de Njinga Mbandi

A rainha Njinga Mbandi, a personagem mais popular e emblemática de toda a História de Angola, nasceu por volta do ano de 1582 e faleceu em 1663. Na grafia do seu nome, além da fórmula mais corrente, *Jinga [Bandi]*, de origem ambaquista, mas com a omissão do prefixo nasal *n*, e de outras grafias também usuais, como *Nzinga*, de raiz kikongo, conhece-se ainda o aportuguesamento *Ginga*. Adoptamos *Njinga* por nos parecer a fórmula mais conforme à ortografia introduzida para o kimbundu pelos missionários de língua latina na Missão de Ambaca, incluindo o prefixo nasal *n*.

O facto de Njinga Mbandi se tratar de uma mulher não é alheio ao seu prestígio e já houve mesmo quem lhe chamasse a Cleópatra angolana. Anatemizada pela historiografia e pela literatura coloniais portuguesas, Njinga Mbandi é considerada na República de Angola, presentemente, uma heroína nacional, mercê da sua reputação de resistente ao domínio português ao longo de três décadas do século XVII. Em 2003, foi-lhe erguida uma estátua no centro de Luanda, no Largo do Kinaxixi, que mais tarde seria removida para a Fortaleza de São Miguel. Mas desde 1975 que a rainha Njinga Mbandi vem dando nome a ruas - particularmente a uma das principais artérias da baixa luandense, unificadora de duas ruas que no tempo colonial se chamavam, respectivamente, Avenida dos Restauradores de Angola e Avenida de Salvador Correia -, escolas, praças, instituições, grupos de dança e de música e ainda a marcas de produtos alimentícios, nomeadamente farinha, café e cerveja.

O mais completo biógrafo de Njinga Mbandi continua a ser um seu contemporâneo, o capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecúccolo (n. 1621-m. 1678), autor de *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, vasta obra em cinco volumes editada em Bolonha em 1687. Desembarcado em Luanda em 1654, Cavazzi missionou durante oito anos pelo Kongo, por Mpungu-a-Ndongo, pelo Libolo e pela Kibala. Só conheceu Njinga Mbandi em 1662, quando foi nomeado seu confessor, na Matamba, por falecimento do anterior superior dos Capuchinhos em Angola, o padre António Romano. Cavazzi acompanhou, pois, Njinga Mbandi, a quem deu a extrema-unção no dia 17 de Dezembro de 1663, apenas durante o último ano da longa vida desta soberana do Ndongo e da Matamba. A leitura da obra de Cavazzi implica ter em conta as apropriações que este capuchinho, aliás em plena conformidade com os usos da escrita missionária, terá feito dos textos deixados pelo seu falecido superior, esse sim, (re)conversor de Njinga Mbandi ao Cristianismo em 1657 e confessor pessoal da soberana durante os cinco anos que se seguiram. E há que tomar igualmente em consideração que Cavazzi, além de transmitir a perspectiva de um estrangeiro, se apoia em muitos depoimentos orais e escritos que não refere e escreve com a preocupação de agradar aos seus principais destinatários, os membros da Igreja.

As ilustrações da obra de Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, da autoria de pintores italianos que nunca estiveram no continente africano, foram mais tarde reproduzidas, ainda que invertidas e subtilmente alteradas pela técnica do linóleo, num livro da lavra de um eclesiástico francês que muitas vezes os vindouros confundiriam com o próprio Cavazzi: o Abade Jean-Baptiste de Labat (Paris, 1663-1738), autor de *Rélation historique de l’Ethiopie occidentale*, obra publicada



em 1732. Labat, tradutor da obra de Cavazzi para a língua francesa em 1732, nunca missionou no continente africano, mas sim no Brasil e nas Antilhas. No entanto, as suas muitas referências à rainha Njinga, assim como a transposição, para os seus livros, das gravuras italianas originárias da obra de Cavazzi, tiveram, sem dúvida, uma enorme influência, não só na literatura francesa, mas sobretudo nas representações da soberana da Matamba nas festividades brasileiras de origem africana, nomeadamente as *congadas* dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Baía, Paraíba ou Pernambuco. Nelas, tal como nas ilustrações dos livros de Cavazzi e Labat, Njinga Mbandi exibe uma coroa metalizada de modelo ocidental, que provavelmente nunca usou, na vez da tradicional *kijinga*, o gorro de peles ou de ráfia dos soberanos mbundu.

A mesma coroa fantasista viria a figurar no retrato imaginário de Njinga Mbandi concebido em 1830 pelo pintor, litógrafo e ilustrador francês Achille Déveria (Paris, n. 1800-m. 1857), famoso como retratista de artistas e de escritores, mas também como autor de inúmeros desenhos de motivos eróticos sobre os costumes da sua época. O seu retrato imaginário da rainha Njinga Mbandi, imagem presentemente por demais banalizada, pois, atravessando os séculos XIX e XX, tornar-se-ia, pelo menos desde a década de 1950, emblemática do nacionalismo angolano, pretendia originariamente associar o exotismo ao erotismo: além de o rosto da retratada ser belo e sensual, de grandes olhos pestanudos, o colo, semicoberto por uma túnica rematada por um diadema em forma de flor, exibe um colar de missangas e o braço esquerdo um bracelete provavelmente dourado, apresentando-se o seu seio esquerdo descoberto.



16 - Njinga Mbandi vista, em 1830, por Achille Déveria, num retrato imaginário que se tornaria emblemático.

Mas o carácter aguerrido, rebelde e também despótico de Njinga Mbandi, espelhado nos textos de Cavazzi e de Labat - aos quais poderíamos juntar os do físico Olfer Dapper (n.?-m. 1689), que se presume ter sido um dos jovens oficiais holandeses que integraram a guarda pessoal flamenga da rainha entre os anos de 1642 e 1648 -, produziria grande impacto na «literatura negrófila» europeia dos séculos XVIII e XIX. Numa França, quer anterior, quer posterior à criação da Société des Amis des Noirs, em 1788, Njinga Mbandi seria protagonista de, pelo menos, dois romances: *Zingha, Reine d'Angola. Histoire Africaine en Deux Parties*, publicado em 1769, da autoria de Jean-Louis Castillon (n. Toulouse, 1720--m. Bouillon, 1782), onde Njinga, rodeada de súbditos que vivem numa natureza edénica, é equiparada às figuras da mitologia grega relacionadas com o Inferno; e *Zingha Reine de Matamba et d'Angola*, publicado em 1835, da autoria de Laure Junot, duquesa de Abbrantès (n. 1784-m.1838).

Contudo, se na literatura francesa dos séculos XVIII e XIX, a rainha Njinga enfileira entre as heroínas da negrofilia, o mesmo não acontece na literatura portuguesa de então, produzida por eventuais leitores de Cavazzi, de Labat, mas também de António de Oliveira de Cadornega (n. Vila Viçosa, c. 1624-m. Luanda/Angola, c. 1690), onde

predomina uma visão profundamente negrófoba. De facto, em Portugal, país colonizador de Angola, os escritores coevos parecem carregar dentro de si uma enorme aversão à ideia de eles próprios poderem descender de Africanos, porquanto o nome e a imagem da rainha Njinga só são evocados quando alguém pretende insultar outrem que se presume ter antepassados negros. No sonetário português do último quartel do século XVIII e do primeiro do século XIX, é frequente o uso das expressões insultuosas «neto da Rainha Ginga» ou «nojenta prole da Rainha Ginga» como sinónimos pejorativos de mestiçagem. E os principais sonetos onde emergem estes insultos racistas são da autoria de alguém que foi e é, inegavelmente, um dos grandes génios da literatura portuguesa de todos os tempos, o setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage (n. Setúbal, 1765-m. Lisboa, 1805).

O nativismo angolano - ou «angolense» - da elite letrada de Luanda e de Benguela da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX deu algum contributo para a dignificação da imagem de Njinga Mbandi na escrita em língua portuguesa. Tal aconteceu, quer em muitos dos artigos reivindicativos da identidade angolana esparsos pelos inúmeros periódicos da imprensa livre, quer, eventualmente, na própria literatura de ficção. Presume-se que o escritor e jornalista angolano Joaquim Dias Cordeiro da Matta, nascido em Icolo-e-Bengo em 1857 e falecido na Barra do Kuanza em 1894, tenha deixado inédito o manuscrito de um romance intitulado *A Verdadeira História da Rainha Jinga*. Tal manuscrito, porém, nunca foi encontrado.

Já no século XX, Njinga Mbandi chegou à literatura colonial portuguesa, ainda que de forma tímida. O único escritor colonial português a dar-lhe relevo foi o integralista Hipólito Raposo (1885-1953), num conto intitulado «A Rainha Jinga», que incluiu em *Ana a Kalunga*.

*Os Filhos do Mar*, livro publicado em 1926, depois de o autor haver exercido a profissão de advogado em Luanda durante dois anos. Apesar das suas ideias políticas radicais e da brevidade da sua passagem por Angola, Hipólito Raposo revelou-se um dos autores da literatura colonial portuguesa mais informados acerca da cultura e das realidades angolanas. E o seu conto «A Rainha Jinga» prima por um brilhantismo literário surpreendente.

A imagem pictórica da rainha Njinga, concebida quase século e meio antes por Achille Déveria, circularia clandestinamente, sob a forma de panfletos, durante as movimentações políticas independentistas perpetradas em Luanda na década de 1950, que levariam às prisões em massa efectuadas pela PIDE, entre Março e Junho de 1959, genericamente conhecidas por «Processo dos 50», e posteriormente à sublevação de 4 de Fevereiro de 1961, que marcou o início da Guerra da Independência. Foi precisamente um desses independentistas, Manuel Pedro Pacavira (n. 1939), quem, durante o tempo em que cumpriu a pena de prisão na Colónia Penal do Tarrafal (Santiago, Cabo Verde), escreveu um romance intitulado *Nzinga Mbandi*, que seria publicado em 1985, dez anos depois da Independência de Angola. A edição apresentava na capa o imortalizado retrato imaginário desenhado por Déveria, que presentemente já pode ser considerado uma imagem de Épinal da rainha Njinga.

Recentemente, Njinga Mbandi não escapou a uma literatura portuguesa saudosista e amadorística, mas compreensível e necessária face aos silêncios e aos desvirtuamentos a que é votado o recente passado colonial português. O melhor exemplo deste fenómeno é o romance *Ginga, Rainha de Angola*, de Manuel Ricardo Miranda, publicado em 2008. Em 2014, no seu romance *A Rainha Ginga. E de como os africanos inventaram o mundo*, José Eduardo Agualusa distancia-se de Ginga Mbandi e refugia-

se num narrador mais brasileiro do que angolano. E a mini-série televisiva angolana homónima, produzida em 2013 pela Semba Comunicação, peca por muitas imperfeições e despropósitos, entre os quais o de confundir, numa aberrante Njinga Mbandi *pin-up*, duas referências masculinas euro-africanas: Robin Hood e Shaka Zulu. E, em nosso entender, a série da Netflix divulgada em 2023 não foi muito mais longe.

## **b) O percurso biográfico de Njinga Mbandi até se tornar rainha**

Cavazzi consagra à biografia da rainha Njinga Mbandi as últimas 20 páginas do Livro V e a quase totalidade do Livro VI da sua obra. De acordo com a genealogia mbundu por ele próprio recolhida, Njinga Mbandi nasceu no ano de 1582 e era filha de Ganguela-Cacombe, uma das esposas do Ngola Kiluanji, o oitavo soberano do Estado do Ndongo, pelo menos da dinastia Samba. O carácter itinerante da capital do reino, Kabasa, torna imprecisa a localização do nascimento de Njinga Mbandi.

Ainda segundo a tradição oral recolhida pelo capuchinho italiano, o nascimento de Njinga foi visto pelos adivinhos mbundu como um mau agouro, embora o pai a preferisse aos outros filhos por ver nela particular sagacidade e inteligência. Por isso, acrescenta Cavazzi,

[...] deu-lhe como companheira, não sei se para a educar, se para a habituar ao mal, uma mulher preta, um verdadeiro tição do Inferno, que, com infâmia do régio decoro, a entregou a diversos amantes, tornando-se a rapariga mãe dum menino que era toda a delícia do seu coração [*sic*].

Esta passagem, evidentemente, tem de ser lida descontando a retórica europeia, usada pelo capuchinho no intuito de asselvajar e de diabolizar os Africanos com notas de lubricidade, sobretudo aqueles que (ainda) não se converteram ao Cristianismo. Sem dúvida que Njinga Mbandi, à semelhança de qualquer outra jovem da sua

comunidade, foi iniciada nos rituais de puberdade femininos mbundu por mulheres mais velhas. Entre esses rituais incluía-se, provavelmente, o *karindolo* (ou *kadindolo*), que consistia, como muito bem o descreve Óscar Ribas, no exercício da distensão do clítoris nas raparigas desde a sua mais tenra idade, de modo a torná-las boas parceiras sexuais quando adultas. Talvez seja essa a «infâmia» a que alude Cavazzi. Quanto aos «diversos amantes», outros não serão senão os companheiros de juventude, um dos quais, pelos vistos, engravidou Njinga Mbandi, que deu à luz uma criança do sexo masculino.

Por morte do Ngola Kiluanji nos primeiros meses de 1617, sucede-lhe o filho Ngola Mbandi, cuja subida ao trono é marcada pela prática de três actos de violência:

- I. Mata o filho de Njinga Mbandi, ainda criança;
- II. Torna estéreis as três irmãs, Njinga, Nfunji e Nkambu, mutilando-lhes os úteros com água fervente e ferros em brasa;
- III. Finalmente, declara guerra aos Portugueses.

A estas notas de Cavazzi desfavoráveis ao Ngola Mbandi, acresce ainda outra de Cadornega, segundo o qual o jovem soberano do Ndongo, uma vez entronizado, também pôs fim à vida de um seu irmão igualmente criança, tal como o sobrinho, e que, alegadamente, seria o herdeiro legítimo do trono. Em todo o caso, não é de excluir a possibilidade – como aliás muito bem o assinalaram historiadores coloniais, nomeadamente o luso-tropicalista Alberto de Lemos – de o filho de Njinga Mbandi, mercê da regra da matrilinearidade, ser o legítimo herdeiro do trono do Ndongo.

A propósito dos dois primeiros actos praticados pelo Ngola Mbandi no início do seu reinado, Cavazzi não hesita

em declarar que estão na base do ódio que Njinga votará daí em diante, quer ao irmão reinante, quer a todas as crianças do sexo masculino, uma vez que lhe lembrariam o filho assassinado. Quanto à guerra contra os Portugueses, tratava-se, na realidade, da velha disputa entre estes e os soberanos mbundu pelo controlo das rotas comerciais dos escravos, do marfim e da cera entre o interior e o litoral angolano. A declaração de guerra referida por Cavazzi mais não era do que a reacção do Ngola Mbandi à ocupação, em finais de 1617, pelo governador Luís Mendes de Vasconcelos (1617-1621), da localidade mbundu de Pemba Real, na Ilamba, para onde aquele governante português transferiu o Presídio de Ambaca, fundado quatro anos antes no Anjo. Quais os antecedentes destas campanhas militares?

Luís Mendes de Vasconcelos fora nomeado governador de Angola com os títulos de «Conquistador de Angola e do Monomotapa» e de «Vice-Rei da Etiópia em tudo o que há no Congo, Angola e Cabo da Boa Esperança até ao Mar Vermelho». Dispunha-se este governador a conquistar os «reinos» de Angola e do Monomotapa por sua própria conta e risco, auferindo de um ordenado anual de apenas 800 escudos. Mas ao desembarcar em Luanda, a 27 de Agosto de 1617, Luís Mendes de Vasconcelos apercebeu-se de que as despesas exigidas para aqueles empreendimentos eram bem superiores às que calculara. Por isso se apressou a escrever uma carta ao rei, na qual, a pretexto da preparação das defesas dos portos angolanos contra os assaltos dos corsários holandeses, requeria um portentoso arsenal militar que nunca lhe foi enviado. Depressa compreendeu que os seus projectos ambiciosos de atingir o Zimbabué só eram viáveis se pusesse urgentemente em prática três expedientes:

- I. Participação pessoal no tráfico de escravos e sua intensificação, para obtenção célere de proventos financeiros;
- II. Incorporação no exército português dos guerreiros nómadas Imbangala que recentemente haviam atingido a margem norte do rio Kuanza;
- III. Reforço, e mesmo prolongamento, da rede dos presídios portugueses do corredor do Kuanza, através da salvaguarda da vassalagem dos sobas já submetidos a Luanda e da sujeição de outros ainda tutelados pelo jovem Ngola Mbandi, que se revelava o principal tampão ao avanço português para leste.

Entregando o governo de Luanda ao filho mais velho, Francisco Mendes de Vasconcelos, o governador Luís Mendes de Vasconcelos meteu-se pelo sertão com os seus homens de armas, boa parte dos quais mercenários Imbangala, no intuito de «pacificar a terra» e de «obter mais peças», medidas que reprovava aos antecessores. Começou por combater o soba Caita Calabanga, que se revoltara contra o capitão português do Ango. Em finais do ano, transferiu o Presídio do Ango (ou Ambaca) para a Pemba Real, em plena Ilamba, território que ocupou enérgica e violentamente. Os assaltos de represália dos exércitos do Ngola Mbandi ao novo presídio português foram todos repelidos com êxito e, mercê de todas estas vitórias infligidas ao soberano do Ndongo, o governador Vasconcelos logrou aprisionar grande número de cativos prontos a ser embarcados em Luanda como escravos.

Durante a estação das chuvas, entre Janeiro e Março de 1618, o exército de Luís Mendes de Vasconcelos manteve-se acampado na que fora a capital do Ngola Mbandi, a Kabasa, cujo soberano e cuja população escorraçou. Vendo que a maioria dos seus soldados adoecia, Luís Mendes de



Vasconcelos chegou a enviar emissários ao Ngola Mbandi a propor-lhe tratados de paz, que o soberano do Ndongo recusou, exigindo que, em primeiro lugar, as tropas portuguesas saíssem das suas terras. Embora adoecendo igualmente, Luís Mendes de Vasconcelos não cedeu às exigências do Ngola. Retirou-se para Luanda, mas deixou o filho mais novo, João Mendes de Vasconcelos, de apenas 19 anos, à frente de um exército constituído por kilombos dos Imbangalas de Kulaxingu, o qual, ao longo dos três meses seguintes, arrasou 94 sobados e aprisionou centenas de cativos. Entre os sobas capturados, contava-se o de Kasanje, pelos que estas campanhas militares do jovem João Mendes de Vasconcelos contribuiriam para a fundação do Estado Imbangala Kulaxingu da Baixa do Kasanje, daí uma década.

A acção devastadora de Luís Mendes de Vasconcelos e dos seus filhos na maior província do Reino do Ndongo, a Ilamba, foi severamente censurada pelo bispo de Angola e Congo, frei Manuel Baptista Soares, o qual, numa carta ao rei de Espanha e de Portugal, os acusou de haverem bloqueado o ritmo normal das feiras do interior angolano e de se apropriarem abusivamente da exclusividade dos direitos sobre os proventos do resgate de escravos. Entretanto, em Lisboa, o capitão e antigo governador interino Bento Banha Cardoso prestava declarações à Fazenda Real que não se revelariam nada abonatórias para Luís Mendes de Vasconcelos. Mas este, contudo, enquanto não se viu substituído no governo de Angola, persistiu nos seus ataques ao Ngola Mbandi, que em 1620, depois de uma batalha em que lhe foi capturada a própria mãe e a principal das suas esposas, acabou por se refugiar numa ilha do Kuanza.

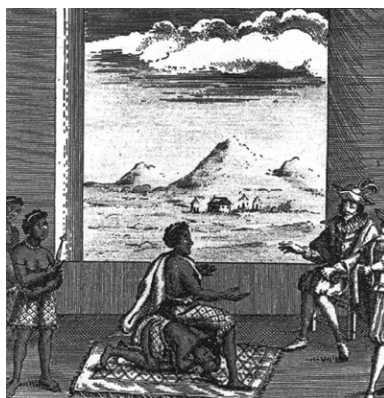
Seria o fim do Reino do Ndongo? Ainda não. O novo governador português, João Correia de Sousa, mal desembarcado em Luanda a 12 de Outubro de 1621, apreendeu os bens e desterrou, sob prisão e obedecendo a

ordens reais, Luís Mendes de Vasconcelos e os filhos para Massangano, de onde só mais tarde seguiriam para Lisboa. Logo no primeiro mês do seu governo, João Correia de Sousa enviou dois padres negros, Dionísio Faria Barreto e Manuel Dias, como emissários ao Ngola Mbandi com propostas de paz. O soberano do Ndongo, contudo, manteve-se inflexível, exigindo a retirada dos Portugueses do Presídio de Ambaca, assim como a expulsão do Kasanje do chefe imbangala (o «Jaga») que aí se instalara.

As relações entre Luanda e as ilhas do Kuanza onde o Ngola Mbandi se refugiara mantiveram-se assaz tensas durante os meses que decorreram até Maio do ano seguinte. Nesse entretanto, o governador João Correia de Sousa teve tempo de receber o novo bispo de Angola e Congo, frei Simão de Mascarenhas, de se empenhar em obras nos edifícios da cidade de Luanda, que contava já com cerca de 400 moradores brancos, e de confiscar injustificadamente, na Ilha de Luanda, bens pertencentes ao Reino do Kongo, inclusive o direito ao controlo sobre a produção do nzimbu, suscitando, evidentemente, a inimizade do novo Ntotila que, entretanto, fora entronizado em São Salvador, D. Pedro II Afonso. No entanto, ainda em finais de 1621, reunido em Luanda com a Câmara Municipal, com o vigário-geral e alguns oficiais e religiosos, João Correia de Sousa acedeu à proposta de tornar a entrar em contacto com o Ngola Mbandi a fim de lhe comunicar que estava disposto a mudar o Presídio de Ambaca para o rio Luinha.

Instado pelo padre Manuel Dias, o Ngola Mbandi só se decidiu a enviar uma embaixada a João Correia de Sousa já em Maio de 1622. A embaixada era encabeçada por uma das irmãs do Ngola, a princesa Njinga Mbandi, ao tempo com cerca de 40 anos. Essa embaixada, à frente da qual, segundo Cavazzi, Njinga Mbandi – que aliás revelou um domínio surpreendente da língua portuguesa – entrou na cidade de São Paulo de Luanda «[...] carregada de gemas

preciosas, bizarramente enfeitada de penas de várias cores, majestosa no porte e rodeada por grande grupo de donzelas, de escravas e de oficiais da sua corte» [sic], ficaria famosa.



17 – Audiência da princesa do Ndongo, Njinga Mbandi, com o governador português João Correia de Sousa, em Luanda, em 1622. Gravura reproduzida pelos ilustradores franceses de Jean-Baptiste de Labat – *Relation Historique de l'Ethiopie Occidentale* (1732) –, que inverteram pela técnica do linóleo a que consta de *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola* (1622), de Cavazzi.

Tal se deve sobretudo a dois episódios que impressionaram particularmente os moradores de Luanda, os quais mais tarde os relatariam aos cronistas Cadornega e Cavazzi. Também impressionaram os ilustradores deste último, que lhes dedicaram duas gravuras que viriam a tornar-se paradigmáticas. Um deles é a reunião no palácio, onde a princesa, não lhe havendo o governador entregado uma cadeira, se sentou sobre uma escrava que ostensivamente abandonou no fim da audiência, conseguindo por fim que o reino do seu irmão ficasse livre do tributo de cem escravos por ano a prestar aos Portugueses. O outro episódio prende-se com o facto de Njinga Mbandi haver acedido a ser baptizada por um sacerdote cristão. O seu baptismo ocorreu na Sé Catedral de Luanda, meses depois da audiência com o governador português. A princesa mbundu foi apadrinhada pelo próprio

governador João Correia de Sousa e por D. Gerónima Mendes, esposa do capitão-mor de cavalos Luís Gomes Machado. Assumiu, ainda que por um período breve, o nome cristão de Ana de Sousa. Enquanto permaneceu em Luanda, Njinga Mbandi foi hóspede do comerciante Rui de Araújo de Azevedo, possivelmente pai do oficial mestiço Paio de Araújo de Azevedo, que, em 1629, noutro contexto, viria a persegui-la até à Kina Grande das Ganguélas.

Segundo Cadornega, a embaixada de Njinga Mbandi a Luanda também parece ter tido êxito no que diz respeito às pretensões do Ngola Mbandi de obrigar o governador português a expulsar os Imbangala do seu território, pelo menos aqueles que eram designados por «Jagas de Ensaca de Cassange». Foi, efectivamente, contra o Jaga da Ensaca de Kasanje que o governador João Correia de Sousa, logo a seguir à sua entrevista com Njinga Mbandi, enviou uma expedição punitiva, comandada pelo capitão-mor Pedro de Sousa Coelho, mas onde também participaram os antigos degredados espanhóis Roque de São Miguel e João de Vilória, assim como o genro deste último, o sargento-mor António Bruto. A própria Njinga Mbandi, decerto impressionada pelo aparato desta expedição militar portuguesa, se encarregou de baptizar dois dos locais por onde ela passou: o Penedo do Bruto e o Penedo do Roque.

O Jaga da Ensaca de Kassanje foi aprisionado e decapitado publicamente em Luanda. Mas os sobreviventes da chacina perpetrada por Roque de São Miguel, João de Vilória e António Bruto logo se refugiaram mais a sul, em território compreendido entre os cursos dos rios Kuango e Luí. Aí, sim, na região que muito mais tarde viria a ser conhecida por Baixa do Kasanje, fundaram o Estado Imbangala Kulaxingu. O soberano do Ndongo não viu, evidentemente, com bons olhos a fundação de mais este Estado Imbangala. Ao longo de toda a segunda metade do ano de 1622 e da primeira do de 1623, o Ngola Mbandi, sempre refugiado nas ilhas do Kuanza e assessorado, quer

pela sua irmã Njinga Mbandi, quer pelos padres negros Manuel Dias e Dionísio de Faria, tentou por várias vezes contactar o governador português, solicitando-lhe que providenciasse igualmente pela supressão daquele novo «Jagado». Mas João Correia de Sousa não o quis ouvir, pois tinha outros assuntos mais prementes em que pensar.

A principal preocupação de João Correia de Sousa viria a revelar-se-lhe fatal. Era a de, contrariamente ao seu antecessor Luís Mendes de Vasconcelos, que almejava avançar impetuosamente para leste, voltar-se antes para o norte e conquistar, pela força das armas, o Reino do Kongo. Depois de se incompatibilizar com o Ntotila D. Pedro II Afonso, mercê do confisco injustificado do nzimbu da Ilha de Luanda, decidiu organizar um exército que atacasse várias povoações conguesas onde, acreditava, poderia obter escravos mais rendosos. Não contou, no entanto, nem com os interesses dos Portugueses residentes no Kongo, que apresentaram queixa em Luanda, nem com os interesses dos sacerdotes da Companhia de Jesus, nem tão-pouco com os interesses dos próprios moradores de Luanda. O ouvidor-geral e os vereadores de Luanda negaram-se a dar execução aos projectos bélicos do governador. Com eles se solidarizaram os oficiais do exército. João Correia de Sousa não hesitou então em chamar traidores a estes seus opositores e em mandar prender a maioria. Furioso com a fuga de vários deles, o governador mandou degolar em público estátuas representativas dos fugitivos e persistiu na emissão de ordens de captura, chegando ao ponto de devassar, quer o Convento dos Franciscanos, quer o Colégio da Companhia de Jesus.

Já nenhum soldado lhe obedecia, pelo que João Correia de Sousa teve de recorrer aos serviços dos escravos. Foram estes que, com redes de pesca, aprisionaram os jesuítas Jerónimo Vogado, António do Amaral e Mateus Cardoso e os embarcaram num navio com destino a Pernambuco, no

Brasil. No entanto, nesse mesmo mês de Abril de 1623, João Correia de Sousa teve a noção de que a sua prepotência o perdera e que, caso permanecesse em Luanda, acabaria chacinado pelos moradores da cidade. Por isso, a 2 de Maio, embarcou numa nau para Lisboa, onde acabaria por ser preso, denunciado pelos três Jesuítas que expulsara para Pernambuco. Um deles, António do Amaral, continuou em Lisboa, acompanhando o processo judicial. Mas os outros dois, Jerónimo Vogado e Mateus Cardoso, regressaram a Luanda logo no ano seguinte. Este último, Mateus Cardoso, veio a relatar estes acontecimentos num texto que redigiu intitulado *Relação do que se passou em Angola em 1623*.

João Correia de Sousa foi substituído pelo seu lugar-tenente Pedro de Sousa Coelho só por alguns meses, pois em Agosto de 1623 os Jesuítas entregaram o governo de Angola ao bispo frei Simão de Mascarenhas. Os direitos sobre a Ilha de Luanda foram devolvidos ao Reino do Kongo e reataram-se as relações amistosas da Companhia de Jesus com o Ntotila, quer com o malogrado D. Pedro II Afonso, falecido em meados do ano, quer com o seu sucessor D. Garcia I Afonso. Em Janeiro de 1624, frei Simão de Mascarenhas recebeu em Luanda embaixadores do Ngola Mbandi e, na esperança de uma reconciliação com o soberano do Ndongo, prometeu-lhes organizar uma expedição militar contra o Jaga do Kasanje. Encarregou desta missão o ex-governador interino Pedro de Sousa Coelho, que não a cumpriu, entrincheirando-se em Ambaca.

O Ngola Mbandi, sempre refugiado nas suas ilhas do rio Kuanza, só soube desta manobra dilatória, que aliás muito o irritou, no mês de Julho, já o novo governador Fernão de Sousa tomara posse em Luanda. Pelo menos foi por essa altura que o Ngola Mbandi se incompatibilizou com o padre Dionísio de Faria, expulsando-o da sua corte. A historiografia colonial, não apenas a de Ralph Delgado, mas

também, e com maior assertividade, a de Alberto de Lemos, não hesita em afirmar – aliás baseando-se em informações de Cavazzi que o capuchinho italiano diz terem-lhe sido transmitidas pela própria Njinga Mbandi – que o soberano do Ndongo ter-se-ia sentido humilhado pela irmã quando esta, vinda de Luanda, lhe levava à presença aquele sacerdote negro e o aconselhara a dele receber o baptismo cristão. O Ngola Ndambi recusara-se então a ser baptizado por Dionísio de Faria por o considerar, mercê da sua cor da pele, um súbdito seu e, conseqüentemente, um inferior. Esta atitude do Ngola Ndambi é perfeitamente crível, embora não o tenha impedido de manter Dionísio de Faria na sua Corte durante dois anos. Mas, passados esses dois anos, em meados de 1624, dá-se um golpe de teatro: o Ngola Mbandi e o seu filho, ainda menor, morrem subitamente envenenados... e a princesa Njinga Mbandi proclama-se rainha e detentora do título Ngola!

## **2 - Njinga Mbandi, rainha do Ndongo e da Matamba (1624-1639)**

### **a) O cerco de Mpungu-a-Ndongo e a invenção do fictício Reino do Dongo**

Cavazzi afirma ter-lhe a própria Njinga Mbandi confessado, nos últimos meses da sua vida, ao longo do ano de 1663, que envenenara o irmão e o sobrinho em 1624 com o intuito de alcançar o poder. E prossegue o capuchinho italiano, relatando à sua maneira as primeiras medidas de política interna tomadas nas ilhas do Kuanza pela nova rainha:

[...] empunhando as armas, [Njinga] com um grupo de fiéis, matou todos aqueles que pareciam não aceitar a sua autoridade. [...] Depois da morte do Ngola Mbandi, de que ela própria era culpada, apanhou alguns ossos do cadáver e guardou-os num cofre coberto com chapas de prata [...]. Recorria a ele por meio dum *xinguila*, como se fosse possuída pelo espírito do Ngola

Mbandi, e nessas ocasiões comportava-se como uma bacante no meio dos presentes dispostos em redor, com pouca vergonha do decoro real. [...] Desta maneira saciava a sua avidez de matar sob o pretexto da fome daquele morto, sacrificando frequentemente 50 ou 60 vítimas. [...] Entre o povo tonto correu o boato de que ela era uma grande bruxa e uma adivinha infalível, que se podia transformar em vários monstros, como melhor lhe aprouvesse. Por isso ninguém ousou comprometer-se em conspiração, como frequentemente acontece com os tiranos. Por sua parte, ela fazia o possível por manter viva a sua crença, por meio de numerosos espiões que a informavam diligentemente de tudo o que acontecia [sic].

O substantivo *xinguila*, utilizado por Cavazzi e pelos seus tradutores, evoluiu no português falado em Angola para a fórmula *xinguilamento*. O termo deriva do verbo kimbundu *ku xinguila*, que designa, nos rituais religiosos mbundu, a incorporação mediúnica dos espíritos. Os *xinguilamentos* de Njinga Mbandi diante do cofre onde são guardadas as ossadas do irmão, na Ilha das Imbilas (Sepulturas), são ilustrados, na obra de Cavazzi, por uma gravura onde Njinga, seminua e rodeada de súbditos igualmente seminus, fuma um cachimbo – cujo fumo que dele emana simboliza, pictoricamente, o próprio acto do xinguilamento – e onde, pela primeira vez, na qualidade de rainha, é representada com uma coroa de modelo ocidental e não com a kijinga, isto é, com o gorro de peles ou de ráfia tradicional usado pelos soberanos mbundu.

Nos cinco anos subsequentes, Njinga Mbandi reforçaria consideravelmente as fortificações do seu povo nas ilhas do Kuanza e do seu afluente Lukala e ofereceria resistência enérgica aos Portugueses, empenhados em prolongar a rede dos presídios do corredor do grande rio. Durante os seis anos do mandato de Fernão de Sousa, até 1630, a soberana jamais deu tréguas a este governador português, a pretexto da recuperação de Ambaca e, a partir de 1626, de Mpungu-a-Ndongo. O exército da rainha foi sendo progressivamente fortalecido, quer pela adesão dos escravos fugidos aos Portugueses e dos sobas mbundu



contra estes revoltados, quer, por fim, pela aliança de Njinga Mbandi com os Imbangala que controlavam a Matamba, região situada a norte do Lukala, entre os rios Kuale, Kuango e Kambo, desposando o seu chefe, o chamado *Jaga*. Esta aliança levou a que, na década de 1630, a Matamba, vizinha do recentemente fundado Estado do Kasanje e como ele um dos principais difusores do comércio de escravos provenientes da Lunda, fosse plenamente dominada por Njinga Mbandi.

A sucessão de Njinga Mbandi no trono do seu desventurado irmão quase coincide com a data - Junho de 1624 - da chegada a Luanda do novo governador de Angola, Fernão de Sousa. Mas os seis primeiros meses do seu governo ficaram marcados quase exclusivamente pela defesa contra os ataques das armadas holandesas. Ao fazer aguada na Ponta das Palmeirinhas, 30 quilómetros a sul de Luanda, depois de haver passado por Benguela com a frota que o trouxera de Lisboa, Fernão de Sousa foi avisado de que uma esquadra holandesa, proveniente do Brasil depois de haver ocupado São Salvador da Baía no mês anterior, sulcava a baía de Luanda havia quase duas semanas. As embarcações armadas enviadas contra os Flamengos pelo governador interino da cidade assediada, frei Simão de Mascarenhas, tinham-se revelado impotentes para expulsar os sitiantes. Avançando para a Barra da Corimba, o novo governador conseguiu afugentar os Holandeses, que rumaram para norte, para o porto do Pinda, onde foram bem acolhidos pelo Mani Soyo.

Todavia, segundo Cadornega, os mesmos Holandeses recearam que o novo governador português trouxesse com ele consideráveis reforços militares e souberam da sua chegada por um compatriota residente em Luanda e com negócios na Corimba, conhecido pela alcunha de Trombeta. O interesse desta informação reside apenas no facto de demonstrar que na década de 1620 já havia Flamengos,

possivelmente católicos e oriundos dos Estados meridionais da Flandres – a maioria situados na actual Bélgica –, instalados nas feitorias dos Portugueses e a coexistir pacificamente com estes. Duas décadas mais tarde, ao chegar a Angola, António de Oliveira de Cadornega conviveria com alguns desses Holandeses, de entre os quais destaca, na sua obra, Baltazar Van Dum (ou Van-Dúnem?). Ficcioneando sobre esta personagem, Pepetela escreveria um romance admirável, *A Gloriosa Família. O Tempo dos Flamengos*, publicado em 1997, ao qual voltaremos amiúde.

Mas o governador Fernão de Sousa teve de se confrontar, em meados de Outubro de 1624, apenas quatro meses depois de repelir aquela frota flamenga, com mais uma ameaça de ataque holandês à costa luandense. Desta vez tratava-se de uma armada de oito caravelas, comandadas pelo famoso almirante Pieter Pieter Hein (1577-1629) – mais conhecido por Piet Hein –, que conseguiu apoderar-se da Barra da Corimba e de cinco navios espanhóis ali ancorados. Luanda centrou a artilharia na Fortaleza de São Paulo e nas fortificações que se disseminavam a norte desta, ao longo da baía. O tiroteio custaria a vida ao velho morador Baltazar Rebelo de Aragão, comandante do Forte de Santa Cruz. Os Flamengos foram repelidos da cidade, mas em contrapartida encontraram bom acolhimento entre as autoridades conguesas da Ilha de Luanda, que os reabasteceram para que seguissem viagem para o Kongo.

Vários aristocratas congueses, com destaque para o Mani Soyo, já se mostravam particularmente simpatizantes dos Flamengos. Pese embora a opção conguesa já centenária do Reino do Kongo pelo Catolicismo e o seu repúdio pelos credos protestantes, a adversidade contra os Portugueses, que levava os Congueses a procurar outros parceiros comerciais europeus, mesmo Calvinistas, não era recente e

era compreensível. Devia-se, quer à já longa concorrência que Luanda, pelo menos desde o tempo de Paulo Dias de Novais, fazia ao Pinda e ao Soyo no embarque de escravos, quer à depreciação do valor monetário do nzimbu do Kongo, assaz acentuada desde que Manuel Cerveira Pereira injectara no mercado angolano o nzimbu de Benguela. Foi, sem dúvida, nesta época de aproximação do Kongo à Holanda que se deu a destruição do Padrão de São Jorge, deixado em tempos no Soyo por Diogo Cão.

Entretanto, ainda em 1624, Fernão de Sousa já enviava mensageiros à rainha Njinga Mbandi – ou a D. Ana de Sousa, como era oficialmente tratada pelos Portugueses –, intimando-a a deixar as ilhas do Kuanza e a instalar-se em terra firme, enquanto prometia mandar-lhe padres jesuítas. Mas a soberana não lhe fez qualquer cedência, mantendo-se firme na exigência da retirada dos Portugueses do Presídio de Ambaca e da entrega dos seus súbditos ainda aprisionados por Luís Mendes de Vasconcelos. Ao longo do ano de 1625, muitos *Quimbares*, antigos escravos guias de caravanas, agora alforriados e a viver da agricultura, abandonaram as suas lavras, nos arredores de Luanda, para se juntarem às hostes de Njinga Mbandi, nas ilhas do Kuanza. Este facto esteve na origem de um terrível jogo de forças entre a rainha e o governador de Luanda. Logo em Janeiro do ano de 1626, Fernão de Sousa enviou ao Kuanza vários portadores de mensagens ameaçadoras de declaração de guerra caso Njinga Mbandi não entregasse aos Portugueses os *Quimbares* fugidos. Os últimos desses mensageiros foram dois Jesuítas: o português Jerónimo Vogado, um veterano do tempo de Cerveira Pereira, e o italiano Francisco Pacónio, a missionar em Angola havia apenas três anos, mais tarde autor do primeiro catecismo em kimbundu-português e também de um interessante

relatório sobre Njinga Mbandi. Mais uma vez, a rainha não cedeu.

Fernão de Sousa mandou então reforçar o Presídio de Ambaca e fez espalhar pelos sobas seus vassalos o boato de que Njinga Mbandi não tinha legitimidade para ser soberana do Ndongo, por haver assassinado o sobrinho, e de que o herdeiro legítimo do Ngola Mbandi era um remoto parente seu, o Aidi Kiluanji, senhor das Pedras do Mpungu-a-Ndongo. Estes rochedos, situados a cerca de 116 quilómetros a oeste do que muito mais tarde viria a ser a cidade de Malanje, abrigavam uma feira de escravos a cujo controlo dos lucros, cabendo maioritariamente a Njinga Mbandi, os Portugueses aspiravam. Também eram conhecidas, em português, como Pedras de Mapungo ou Pedras Negras, e em kimbundu como Matadi Maupungu, ou seja, Pedras Altas. O topónimo Mpungu-a-Ngongo – muito mais tarde aportuguesado para Pungo Andongo – não deixava, portanto, de fazer referência ao reino, o Ndongo, no qual o sobado e a feira de escravos se integraram indubitavelmente até então. Tal evidência, contudo, é insuficiente para conferir credibilidade à crença popular segundo a qual Njinga Mbandi teria deixado a marca dos seus pés descalços nas pedras de Mpungu-a-Ndongo. Além de o tamanho dos pés talhados nas rochas ser descomunal, é de crer, conforme veremos em seguida, que Njinga Mbandi, embora senhora do local e principal instigadora do cerco a Mpungu-a-Ndongo em 1626, nunca lá tenha estado.

Aidi Kiluanji, soba de Mpungu-a-Ndongo, aceitou o convite do governador português para comparecer a um encontro no Presídio de Ambaca, o que levou Njinga Mbandi a mobilizar contra ele uma profusão de sobas seus aliados, que cercou Mpungu-a-Ndongo. Ainda assoberbado pela iminência dos ataques holandeses a Luanda, Fernão de Sousa limitou-se a mandar para Mpungu-a-Ndongo, em socorro do seu vassalo, pequenos contingentes militares que se revelaram impotentes para repelir os exércitos de

Njinga Mbandi. O último desses esquadrões foi o do capitão da «guerra preta» Sebastião Dias Tição, que regressou a Luanda com notícias alarmistas de que Njinga Mbandi fomentara um «levantamento geral do gentio» [*sic*].

Em Fevereiro de 1626, Fernão de Sousa enviou a Mpungu-a-Ndongo um exército muito mais reforçado, que já não se limitava à «guerra preta». O comandante era o ex-governador interino Bento Banha Cardoso, que seis meses antes regressara de Lisboa com 20 quintais de pólvora e 300 mosquetes destinados a combater os Holandeses. Mas todo esse armamento era agora dirigido, não contra os Flamengos, e sim contra Njinga Mbandi. E Bento Banha Cardoso conseguiu juntar ao seu contingente militar os de Massangano, Cambambe e Ambaca.

Antes do grande assalto português aos sitiados de Mpungu-a-Ndongo, ainda foram trocadas missivas entre Njinga Mbandi e Bento Banha Cardoso, numa das quais a rainha tentou habilmente convidar o capitão português a uma aliança, procurando convencê-lo de que Aidi Kiluanji era um rebelde que lhe roubara 30 escravos. Mas o objectivo dos Portugueses já não era avassalar Njinga Mbandi e sim capturá-la, ou mesmo aniquilá-la, a fim de se apoderarem, quer de Mpungu-a-Ndongo, quer de outros mercados de escravos das imediações. Os destacamentos de Sebastião Dias Tição e de António Bruto assenhorearam-se das pedras negras e, em Abril, arrasaram e avassalaram vários sobados da margem meridional do Kuanza.

Segundo relatórios enviados para Luanda pelos capitães de Massangano, no início de Maio já só restava a Njinga Mbandi uma única ilha do Kuanza, onde a rainha ainda se manteria entrincheirada durante dois meses, defrontando o próprio Bento Banha Cardoso, que entretanto chegara ao local. Uma epidemia de bexigas que grassou na região vitimou então mortalmente cerca de quatro mil homens do lado português, inclusive o Aidi Kiluanji. Mas tal não

impediu que os Portugueses levassem por diante um assalto à ilha de Mapolo, dirigido por António Bruto e por Lopo Soares Lasso, e que entrassem por fim, em Julho, na ilha onde habitara a rainha, que, todavia já fugira para a Tunda, na margem norte do rio. O engenho de Njinga Mbandi ainda se fez sentir: sem jamais revelar aos Portugueses o seu esconderijo, fez chegar a Bento Banha Cardoso mensageiros que perguntaram ousadamente ao capitão-mor qual o motivo daquelas hostilidades. Indignado pelo que considerou um acto de insolência, Cardoso exigiu que em 24 horas lhe fossem entregues seis prisioneiros portugueses e ainda os Quimbares dissidentes. Njinga fez-lhe chegar os prisioneiros portugueses, mas não os Quimbares. Após esta manobra, a rainha retirou-se para leste e refugiou-se nas terras de Ambola Cassague. Bento Banha Cardoso ainda a perseguiu, aprisionando, durante essa marcha, vários sobas afectos a Njinga Mbandi, entre os quais o próprio Ambola Cassague. Por eles soube que a rainha também fora vitimada pelas bexigas, mas conseguira sobreviver graças ao Jaga Caza, em cujas terras, situadas já fora do Reino do Ndongo, ela se refugiara. Cardoso renunciou então à perseguição.

Depois do regresso de Bento Banha Cardoso a Luanda, o governador Fernão de Sousa deu curso a uma falácia de retórica colonial sobre a qual já conjecturava, pelo menos, desde o início do ano: uma vez que Njinga Mbandi fora proscrita, já não se justificava a existência do «Reino de Angola», aliás de invenção portuguesa. Havia, isso sim, que apadrinhar um artificioso Reino do Dongo através da «eleição» de um novo rei que fosse vassalo de Luanda. Como o Aidi Kiluanji falecera vítima das bexigas, o seu meio-irmão Ngola Aidi desempenharia na perfeição esse papel. Foi assim que, a 12 de Outubro de 1626, o próprio Fernão de Sousa se encontrava em Mpungu-a-Ndongo onde, na presença do capitão-mor Bento Banha Cardoso e dos Jesuítas, nomeou oficialmente Ngola Aidi, que passaria

a ser conhecido como D. Filipe de Sousa, rei do Dongo. Meses depois, um filho seu seria baptizado em Luanda com o nome de Francisco e no ano seguinte seria a sua esposa que receberia o nome cristão de Guiomar. Com a criação deste fictício Reino do Dongo, os Portugueses, não só consolidavam mais um presídio, sito na sua capital, Mpungu-a-Ndongo, como asseguravam o prolongamento do controlo do comércio no corredor do Kuanza.



18 – Njinga Mbandi vista, nos anos de 1960, por Albano Neves e Sousa, onde exhibe o toucado de ráfia (kijinga), mais fidedigno do que a coroa da imagética europeia. EÇA DE QUEIROZ (neto), s.d., p. 391.

### **b) Da retirada da Kina Grande das Ganguélas à segunda coligação contra os Portugueses (1629-1639)**

Com a derrota de Mpungu-a-Ndongo, Njinga Mbandi não perdeu o domínio sobre as ilhas do Kuanza. Regressou a elas graças a um estratagema que gizou em Novembro desse ano de 1626. Enviou o seu manilumbo, o principal administrador do seu reino, ao capitão-mor de Ambaca. No presídio, o manilumbo garantiu ao oficial português que a rainha estava disposta a prestar vassalagem ao governador Fernão de Sousa. Trazia com ele dez escravos, quatro para o capitão-mor do presídio e seis destinados a serem entregues em Luanda ao governador. A soberana pretendia

com este gesto mostrar que *baculava*, ou seja, que pagava tributos em escravos ao governador de Angola e, por intermédio deste, ao rei de Portugal.

Em Luanda, informado deste acontecimento, Fernão de Sousa não levou tempo a perceber que se tratava de mais um ardil de Njinga Mbandi. Tanto mais que, pela mesma altura, o governador português recebia, vindas de Mpungu-a-Ndongo, mensagens desesperadas do rei títere D. Filipe Ngola Airi, nas quais este se mostrava alarmado e lhe pedia reforços pelo facto de a verdadeira soberana do Ndongo, Njinga Mbandi, já se haver reinstalado na Ilha das Imbilas (Sepulturas), aquela onde se encontravam os restos mortais do Ngola Ndambi e onde, segundo Cavazzi, Njinga Mbandi aterrorizava os seus súbditos com rituais de xinguilamento. D. Filipe Ngola Airi acrescentava mesmo que Njinga Mbandi era muito mais poderosa do que ele por dispor de um número de escravos muitíssimo mais elevado para vender aos Portugueses.

A ordem que Fernão de Sousa enviou para foi a de que prendesse imediatamente o manilumbo de Njinga, considerado um espião. A prisão foi efectuada a 5 de Dezembro e, logo a seguir, Fernão de Sousa consultou, em Luanda, a Junta Governativa, da qual faziam parte, entre outros, o capitão-mor Bento Banha Cardoso, o seu adjunto Paio de Araújo de Azevedo e ainda o agora juiz ordinário Roque de São Miguel. Todos decidiram por unanimidade que o manilumbo de Njinga Mbandi fosse decapitado publicamente em Ambaca, o que veio a acontecer na véspera do Natal, a 24 de Dezembro, no adro da igreja do presídio.

Logo nos primeiros dias de Janeiro de 1627, Bento Banha Cardoso partiu à frente de uma coluna em socorro de D. Filipe Ngola Airi. A expedição conseguiu destruir a fortificação que Njinga Mbandi erigira na ilha do Kuanza onde então se encontrava, Kataxe Katolo, mas não impediu



que a arrojada rainha se refugiasse noutra ilha fluvial. Também não impediu que Njinga Mbandi enviasse, quer a Ambaca, quer a Luanda, mensageiros a manifestar o seu protesto pela condenação à morte do seu manilumbo, muito embora persistisse em propor a Fernão de Sousa tornar-se sua vassala. Mais uma vez, o governador português não lhe fez a menor concessão e foi peremptório na sua resposta: advertiu a soberana de que não lhe enviasse mais nenhum mensageiro, sob pena de o condenar à morte, tal como acontecera com o manilumbo, e convidou-a a render-se e a entregar-se aos exércitos portugueses em Cambambe ou em Ambaca. Caso contrário, a guerra prosseguiria.

E, de facto, a guerra continuou. Embora vendo-se obrigado a regressar a Luanda em Março, em resposta a um falso alarme de mais uma provável invasão holandesa, Bento Banha Cardoso deixou em Mpungu-a-Ndongo tropas suficientes para defenderem D. Filipe Ngola Airi. Mas em Maio, o capitão-mor dirigia-se de novo a Ambaca. A campanha foi implacável durante mais de um ano, e valeu aos Portugueses a captura de muitos sobas afectos a Njinga Mbandi, até ao dia em que Bento Banha Cardoso faleceu de febres, em Massangano, em Agosto de 1628. Mas Njinga Mbandi não foi capturada, continuando aquartelada na ilha de Kindonga, esta situada no rio Lukala.

O substituto de Bento Banha Cardoso como capitão-mor, Paio de Araújo de Azevedo, levou por diante uma campanha arrasadora do sertão angolano, da qual foi dando conta ao governador Fernão de Sousa em cartas que lhe escreveu nos meses de Fevereiro, Março, Maio e Junho de 1629. Aniquilou os sobados de Kituxela e de Cangola-Cacombo, sem jamais conseguir encontrar Njinga Mbandi, embora obtendo a informação de que ela se refugiara em terras de Andala Quissuba. Para lá seguiu Paio de Araújo de Azevedo com uma força constituída por cem arcabuzeiros e ainda por cavaleiros e soldados da «guerra preta». O kilombo da rainha Njinga ia-se dispersando pelo

caminho, o que permitiu ao exército de Paio de Araújo de Azevedo capturar vários retardatários. Foi o caso, a 25 de Maio, de uma coluna onde seguiam as duas irmãs da soberana, Nfunji (ou Quifunge) e Nkambu (ou Mucambo), as quais foram imediatamente enviadas para Luanda, onde chegaram a 20 de Julho escoltadas pelo oficial português Domingos Lopes de Sequeira, e onde permaneceriam aprisionadas durante anos. Ambas receberiam o baptismo cristão, a primeira com o nome de D. Engrácia (ou D. Graça) e a segunda com o de D. Bárbara (da Silva).

Mas a 29 de Maio, quatro dias depois da captura das duas princesas, Paio de Araújo de Azevedo renunciou à perseguição da rainha ao ser informado de que ela encontrara refúgio entre os Songos e, com a ajuda destes e de outros fiéis, conseguira descer um penhasco abrupto, alcançando a Matamba. Paio de Araújo de Azevedo designou, nas suas cartas ao governador, esta falésia por Kina (*cova* em kimbundu) Grande das Ganguélas. Njinga Mbandi descera-a socorrendo-se de cordas improvisadas com lianas das árvores do mato.

Foi depois desta audaciosa fuga pela Kina Grande das Ganguélas que Njinga Mbandi se aliou aos Imbangala da Matamba, desposando o seu chefe. Sobre este facto, a documentação escrita escasseia. O próprio Cavazzi não é muito explícito, embora dê a entender que Njinga Mbandi conseguiu dominar os Imbangala, não apenas pela recuperação ritual da figura mítica feminina de Temba a Ndumba, mas também por se dar ao luxo de ter vários concubinos à semelhança, sublinha o capuchinho, das mulheres imbangala, que tinham vários parceiros sexuais e rejeitavam os filhos:

Foram celebrados os esponsais [entre Njinga Mbandi e o Jaga] conforme os ritos dos Jagas [Imbangala], isto é, com bárbaros sacrifícios e danças obscenas. [...] Sentindo-se firmemente segura no trono, Njinga pensou em dilatar as fronteiras do seu reino. [...] Mas, para poder dispor de guerreiros

mais aptos a tão grande empreendimento, abraçou a seita dos Jagas e tornou-se chefe da mesma. Juntou assim uma grande multidão destes bárbaros, gente que desprezava a própria vida [...], ávida de carne humana mais que de glória militar. [...] Contou-me ela muitas vezes [...] que desejava ardentemente não só imitar, mas superar a própria Temba-Ndumba. Como não podia imitá-la sacrificando o filho, quis adoptar um para poder sacrificá-lo. [...] Todavia, este ódio contra o sexo masculino não chegou ao ponto de lhe fazer abominar as pecaminosas relações com o mesmo, pois seria milagre muito grande que sobre a negra fronte das mulheres idólatras brilhassem os candores da pudicícia. Quanto às mulheres jagas, infamíssimas de profissão, é claro que por um nada mancham a sua aparente continência. Jinga também fez o mesmo com diversos oficiais, mas às escondidas, de maneira que as outras mulheres não pudessem censurar-lhe a fraqueza para com o sexo odiado. [...]. Entre todos os amantes que ela teve, nunca houve um que estivesse seguro no seu amor, pois ela, dissimulando com extrema sagacidade os sentimentos interiores, alternava os seus amores com ódios implacáveis. [...] Deste modo aterrorizava os próprios amantes, exigindo que vestissem trajes femininos e depois sacrificando-os, para que nenhum deles se ufanasse de ter cativado o seu coração. [...] Para estar certa de que o natural instinto das mães as não levava a conservarem com vida algum dos filhos, empregava diligentíssimos espões para os descobrir e muitos animais acorrentados na estrada do quilombo a fim de os devorar. Muitas vezes ouvi eu da sua própria boca que sempre tivera repugnância em comer carne humana, mas que, para incitar os outros, frequentemente mandava preparar copiosa comida desse género, vencendo por meio de um zelo fantástico a natural aversão. Os seus cortesãos viam-na sempre ávida e nunca saciada de beber o sangue ainda quente, e muitas vezes fez morrer crianças e adultos unicamente para encher do seu sangue as taças e o estômago *[sic]*.

Entre 1630 e 1635, ao longo dos cinco anos do mandato do governador português que se seguiu, Manuel Pereira Coutinho, Njinga Mbandi efectuou diligências notáveis junto das principais chefias africanas incompatibilizadas com os Portugueses, conseguindo, passado esse lustre, liderar a maior coligação de Estados angolanos do século XVII. Essa coligação suscitaria a simpatia dos Holandeses e manter-se-ia intacta até à expulsão destes de Angola, em 1648. Formada inicialmente pelo Ndongo, pela Matamba e pelo Kasanje, veio depois a congregar os sobados da Kissama, a sul do Kuanza, e também alguns a

norte do Kuanza, os chamados Dembos. Mas atraiu igualmente a simpatia dos Ntotila que reinaram no Kongo durante esse período: D. Garcia Afonso I (1624-1626), D. Ambrósio I (1626-1631), D. Álvaro IV (1631-1636), D. Álvaro V (1636), D. Álvaro VI (1636-1641) e D. Garcia Afonso II (1641-1663). Sobre esta matéria das coligações de Njinga Mbandi muito há ainda a apurar, porquanto as principais fontes escritas a darem conta delas são europeias, quer holandesas, quer sobretudo portuguesas, destacando-se a incontornável obra de António de Oliveira de Cadornega. Mas os esforços dos historiadores para a sua compreensão têm sido grandes, assim como os dos ficcionistas, nomeadamente os de Pepetela no seu notável romance *A Gloriosa Família* (1997).

Os anos do governo de Francisco de Vasconcelos da Cunha, entre 1635 e 1639, ficaram marcados, não apenas pelas ameaças das investidas holandesas a partir do Brasil, mas também pela intensificação dos ataques dos Kissamas aos presídios portugueses do corredor do Kuanza, agora reforçadas pelos exércitos da coligação de Njinga Mbandi. Este governador intensificou as nomeações de oficiais portugueses para cargos específicos de guardiães do rio, sediados em ilhas fluviais consideradas estratégicas, onde comandavam terços de homens de armas e dispunham de patachos, lanchas, canoas e outras embarcações apropriadas para patrulhar as margens.

Entre estes «capitães do Cuanza», que se tornavam, nas suas ilhas, uma espécie de «sobas brancos», casados com mulheres negras e rodeados das suas famílias mestiças, evidenciaram-se dois durante o século XVII. Um deles foi Gaspar Gonçalves, proprietário de uma ilha situada a seis léguas – isto é, a 30 quilómetros – a sudeste da cidade de São Paulo de Luanda e a cerca de 50 quilómetros da foz do Kuanza, no esteiro do Tombo, prolongando-se até ao Caué, ligeiramente a sul de Kalumbu. Nela se encontravam

instalados vários agricultores europeus, nomeadamente padres jesuítas, salvaguardados dos vizinhos Kissamas. Na ilha havia uma mulemba centenária. O termo *nsanda*, que significa mulemba em kikongo, foi aportuguesado para *ensandeira*, neologismo que baptizou, não apenas a ilha, mas também o proprietário, o capitão Gaspar Gonçalves, o Ensandeira, ou simplesmente Gaspar Gonçalves Ensandeira.

O outro «capitão do Cuanza» chamava-se Fernão Rodrigues e dominava a Ilha de Dalangombe, que mais tarde receberia o seu nome, Ilha do Fernando, vasta extensão de terra que se expandia para sudeste do Presídio de Nossa Senhora da Vitória de Massangano. Separava o Kuanza do braço fluvial de Samba Kuanza, a sul do qual ficavam as terras do soba kissama Mulumba Acambolo. Ainda que indirectamente, o cronista António de Oliveira de Cadornega informa que contraiu casamento católico com uma das filhas mestiças deste capitão Fernão Rodrigues, tornando-se seu genro. Mas quem foi, na realidade, António de Oliveira de Cadornega?

### **3 - A ocupação holandesa de Luanda e de Benguela (1641-1648)**

#### **a) A infância e a adolescência do cronista António de Oliveira de Cadornega**

Nascido em Vila Viçosa, no Alto Alentejo (Portugal), por volta do ano de 1624, António de Oliveira de Cadornega pertencia a uma família de cristãos-novos. O próprio apelido, combinando o nome de uma árvore, a oliveira, com o de um animal – *cadornega* é a fórmula arcaica de um diminutivo do substantivo *codorniz*, designando, portanto, uma *pequena codorniz* –, denuncia esta realidade. No entanto, na dedicatória que, no início da sua *História Geral das Guerras Angolanas* (1680-1681), faz ao príncipe

regente D. Pedro – futuro rei D. Pedro II de Portugal –, Cadornega declara ter sido a sua família sempre muito dedicada à Casa de Bragança.

Depois dos três grossos volumes de *História Geral das Guerras Angolanas*, obra concluída em Luanda em 1681 e na qual o autor nunca esconde um permanente sentimento de nostalgia pela sua terra natal, Vila Viçosa, onde jamais regressou, António de Oliveira de Cadornega – que se supõe ter falecido em Luanda por volta do ano de 1690 – produziria ainda um opúsculo intitulado *Descrição de Vila Viçosa*. Nele fornece timidamente algumas informações, quer sobre a sua família, quer sobre o seu próprio percurso antes de partir para Angola em 1639, provavelmente com 15 anos ou menos. No início desse mesmo ano de 1639, acompanhado do irmão Manuel, igualmente adolescente, fugira para Lisboa depois de a mãe e a irmã terem sido presas pela Inquisição. Os dois dirigiram-se a Almada, onde ao tempo se encontrava instalado o 8.<sup>o</sup> duque de Bragança, D. João (n. Vila Viçosa, 1604-m. Lisboa, 1656), o qual mal suspeitava que daí a menos de dois anos, a 1 de Dezembro de 1640, seria aclamado rei de Portugal com o nome de D. João IV. A ele suplicaram que, a todo o custo, os ajudasse a sair de Portugal. D. João de Bragança parece ter sido, tal como o fora o seu pai, D. Teodósio, um acérrimo protector dos marranos, pois não hesitou em escrever uma carta a Pedro César de Menezes, que nesse mesmo mês de Abril deveria seguir para Angola na qualidade de governador, pedindo-lhe que aceitasse os irmãos Cadornega como soldados do seu contingente militar de 300 homens, destinado a combater «nas guerras da Conquista».

Pedro César de Menezes, vigésimo governador de Angola, era filho do famoso Vasco Fernandes César, personagem de *Luta de Gigantes*, o genial romance de Camilo Castelo Branco, e de D. Ana de Menezes, filha de Manuel Pereira Forjaz, antigo governador da Angola. Partiu

de Lisboa em Abril de 1639 e, em Outubro, decidiu fazer escala por três dias em São Filipe de Benguela. O seu objectivo era reforçar a cidade com mosquetes e arcabuzes, a pedido do governador local Nicolau Lemos Landim, que substituíra Lopo Soares Lasso, morto em 1637 numa escaramuça infeliz em terras do soba Ngola Ngimbu (Angola Anguimbo). Só a 18 de Outubro, Pedro César de Menezes desembarcou em São Paulo de Luanda, e com ele os irmãos Cadornega, o mais velho dos quais, Manuel, não tardaria a ser destacado para Cambambe como alferes. Mas António de Oliveira de Cadornega permaneceria em Luanda com o governador até Agosto de 1641. O que aconteceria, entretanto, durante esses quase dois anos?

### **b) A expansão comercial e militar flamenga para o Brasil e para Angola**

Pedro César de Menezes foi faustosamente recebido em Luanda pelo bispo de Angola e Congo, Francisco de Soveral, com a honra de subir a cavalo desde o porto até ao Palácio e ao Colégio dos Jesuítas, quando os mais altos dignitários seguiam normalmente transportados por escravos nas *maxilas* (redes). As primeiras preocupações do novo governador foram as de retomar os contactos com a rainha Njinga Mbandi. Começou por intimá-la, por intermédio de um enviado, a devolver-lhe os Quimbares fugidos e os Portugueses ainda seus prisioneiros. É o próprio Cadornega quem nos dá conta da prontidão da resposta da soberana da Matamba a Pedro César de Menezes:

Sabendo a Rainha Ginga Dona Ana de Sousa que era chegado o Governador [Pedro César de Menezes] e foi correndo a fama pela terra dentro que trazia muita gente de guerra, e como o Governador lhe havia escrito sobre entregar gente fugida dos Vassalos Portugueses e sobre outras conferências, respondeu com seus Embaixadores vindo com suas Cartas ao Governador mandando-lhe um mimo de peças [escravos], e outras para o Bispo e Ouvidor Geral, vindo em sua companhia o enviado que havia

mandado com as Cartas a dita Rainha por António Pinto de Vargas, morador autorizado ao qual entregou algumas cabeças de escravos de gente fugida, mas já tão velha que já não lhe sabiam senhores; e a vinda destes seus [de Njinga Mbandi] Embaixadores, conforme se presumiu, foi para com mais certeza se informarem do poder da gente que o Governador havia trazido, sem embargo de ter em a Cidade sua irmã a Infanta Dona Grácia, que de tudo a avisava, causa porque nunca tratou de a pedir nem resgatar, como fez com a outra irmã Dona Bárbara, que tão astuciosa era como tudo isso [sic].

Ao longo dos dez anos que haviam decorrido desde a sua fuga pela Kina Grande das Ganguélas, Njinga Mbandi – provavelmente durante o governo de Manuel Pereira Coutinho, entre 1630 e 1634 – resgatara, portanto, a irmã D. Bárbara Mucambo aos Portugueses. A mesma sorte não coube, contudo, a D. Engrácia Quifunge, a qual, segundo Cadornega, se tornara, ainda que reclusa, uma espia da irmã, quer em Luanda, quer em Massangano, para onde seria levada aquando do êxodo de 1641. A soberana da Matamba requereu igualmente ao novo governador português que «lhe mandasse algum dos moradores [de Luanda] dos principais para tratar com ele de algumas coisas de importância entre as duas Coroas» [sic]. As «duas Coroas» eram, claramente, a de Portugal e a da Matamba, pelo que eram evidentes os propósitos de Njinga Mbandi de estabelecer com Portugal relações diplomáticas legítimas entre dois Estados autónomos e independentes. Pedro César de Menezes enviou efectivamente, à Matamba, um embaixador, Gaspar Borges Madureira, genro, tal como António Bruto, do velho conquistador espanhol João de Vilória e cunhado do agora ouvidor-geral Francisco de Vilória Pinto. Tal, porém, não agradou aos capitães-mores de Massangano e de Ambaca, o que levou a que as hostilidades portuguesas contra Njinga Mbandi se reacendessem.

Outra preocupação de Pedro César de Menezes nos primeiros meses do seu governo foi, tal como os seus



antecessores, a de fazer face aos ataques costeiros dos Holandeses. O problema não era novo. Remontava a 1568, início daquela que ficou conhecida por Guerra dos 80 Anos ou Revolta Holandesa, durante a qual o território dos Países Baixos, por iniciativa de Guilherme I de Orange-Nassau (1533-1584), também chamado «Guilherme o Taciturno», e com grande influência e apoio do Calvinismo, se tornaria independente da Espanha católica de Filipe II (1527-1598). A grande cisão dera-se em 1579, com as assinaturas, quer da União de Utrech, tratado que deu origem à República das Províncias Unidas protestantes, quer da União da Atrecht (Arras), acordo onde as províncias flamengas católicas da Valónia e do norte da França expressaram a sua lealdade ao rei de Espanha. A República das Sete Províncias Unidas, ou República Holandesa, tornar-se-ia uma potência mundial. O objectivo, quer da Companhia Holandesa das Índias Orientais, criada em 1602, quer da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada em 1621, era o de monopolizar a rota asiática das especiarias e a atlântica do açúcar e dos escravos, entre o Brasil e Angola, esta última controlada até então por Portugal, dependente da Espanha desde 1580.

O príncipe alemão João Maurício de Nassau (n. 1604-m. 1679), cognominado «O Brasileiro», seria o principal impulsionador, nas décadas de 1630 e de 1640, da ocupação das possessões portuguesas no Brasil produtoras de açúcar, com destaque para a região nordestina do Recife, onde veio a aperfeiçoar os métodos da exploração açucareira. No entanto, os direitos de importação de mão-de-obra escrava para o Brasil continuavam a ter custos elevados, pois tinham de ser pagos aos Portugueses que dominavam Luanda e Benguela. Havia, pois, que controlar igualmente os pontos de embarque da mão-de-obra escrava, Luanda e Benguela, assim como o importante ponto de passagem que era São Tomé. Eis a razão das

permanentes ameaças flamengas a estas possessões portuguesas e as tentativas de aliança das esquadras holandesas com os Estados africanos vizinhos, nomeadamente com o Kongo.

A 2 de Fevereiro de 1641, uma esquadra holandesa ocupou Benguela e obrigou os moradores a retirarem-se para a Caconda. E no Kongo, desde a subida ao trono de D. Garcia II Afonso, no mesmo mês, que os portos do Pinda e do Soyo passaram a ser controlados por navios flamengos. Mas bem antes disso, ainda no início do ano de 1640, já Pedro César de Menezes tinha a noção de que a ocupação de Luanda pelos Flamengos era inevitável. Pese embora o armamento que trouxera de Lisboa e as alianças que renovara com alguns kilombos imbangala, o governador apressou-se a escrever, a 30 de Março de 1640, uma carta ao rei de Portugal, então ainda Filipe IV de Espanha, a pedir-lhe reforços. A carta não obteve qualquer resposta.

Pouco mais de um ano depois, em Abril de 1641, ao mesmo tempo que em Pernambuco, no Brasil, o Conselho Flamengo, presidido por Maurício de Nassau, tomava a decisão de enviar uma esquadra de 20 navios para atravessar o Atlântico e ocupar os portos angolanos, Luanda rejubilava com uma notícia trazida de Portugal por uma caravela: a do golpe de Estado revolucionário ocorrido em Lisboa a 1 de Dezembro do ano anterior, que proclamava rei de Portugal o duque de Bragança e declarava à Espanha uma guerra que duraria 28 anos e que ficaria conhecida, para os Portugueses, por Guerra da Restauração. Com a mesma caravela vinha a notícia da morte do pai do governador – o «gigante» Vasco Fernandes César, personagem do gigante literário Camilo Castelo Branco –, o que levou Pedro César de Menezes a hesitar entre decretar luto ou festa na cidade. Acabou por decretar festividades, pondo fim às compreensíveis hesitações, que, todavia, não o livraram de suspeitas de ser, tal como o fora

o falecido pai, um partidário dos Habsburgo de Espanha e não dos Bragança de Portugal.

As festas de aclamação do novo rei português D. João IV entretiveram Luanda durante uma semana. Houve salvas de artilharia, fogos-de-artifício e procissões de luminárias à noite, cerimónias religiosas solenes na Igreja da Conceição e no Colégio dos Jesuítas, missas campais, jogos de canas e alcanzias, e ainda touradas a pé e equestres, nas quais se distinguiram os oficiais Paio de Araújo de Azevedo e António Bruto, que descuidaram as defesas da cidade. Durante estes dias festivos, Luanda ofereceu, sem a menor dúvida, um excelente alvo para os Mafulos, nome depreciativo pelo qual já eram conhecidos os Holandeses em Angola. Contudo, tal alvo só viria a ser efectivamente atingido quatro meses depois, a 22 e a 23 de Agosto.

Foi então que a armada comandada pelo almirante Cornélio Jol, o *Pé de Pau*, e pelos comandantes Henderson e Pierre le Grand, depois de bloquear a baía entre a Ponta da Ilha e o Morro da Cassondama, a norte, desembarcou em força, ocupando os pontos estratégicos das fortalezas de São Paulo, Nossa Senhora da Guia e do Penedo, além de São Fernando, na Barra da Corimba. Os moradores foram obrigados a fugir pela Maianga, a leste, primeiro para o rio Bengo, mais tarde para Massangano. António de Oliveira de Cadornega, que viveu intensamente este êxodo, deixou um testemunho escrito incontornável.



19 - Êxodo dos moradores de Luanda (entre Agosto e Dezembro de 1641) para Massangano, visto, nos anos de 1960, pelo pintor Albano Neves e Sousa (n. Matosinhos, 1921-m. São Salvador da Baía, 1995). EÇA DE QUEIROZ (neto), s.d., p. 396.

A 3 de Julho desse mesmo ano de 1641, Pedro César de Menezes enviara nova missiva ao rei de Portugal, agora já D. João IV, a renovar o pedido de reforços. A resposta do novo rei de Portugal só seguiria para Angola em Outubro, já Luanda e Benguela se encontravam ocupadas pelos Holandeses. Ignorando estes factos e baseando-se apenas no Tratado de Tréguas com a Holanda que Portugal celebrara a 15 de Julho – que, todavia, nunca chegaria a ser ratificado –, D. João IV reprovava que Pedro César de Menezes se opusesse aos Holandeses e aos Congueses, seus aliados. Preconizava, por ironia, que os Portugueses deveriam devolver à rainha Njinga Mbandi o reino que lhe havia sido arrebatado pelo governador Fernão de Sousa. E não deixava de aconselhar Pedro César de Menezes a realizar tratados de aliança, quer com o Ntotila D. Garcia II Afonso, quer... com Njinga Mbandi! Por muito boa vontade que pudesse ser a do governador português, de nada lhe serviriam quaisquer esforços neste sentido, pois estes dois soberanos já se encontravam, de há muito, coligados com os Holandeses.

### **c) A saga dos moradores de Luanda em**

## **Massangano durante os sete anos da hegemonia holandesa no litoral (1641-1648)**

Segundo Cadornega, o padre jesuíta João de Paiva, residente em Luanda ao tempo da invasão holandesa, prognosticou num sermão, onde afirmou ter-se baseado numa profecia do sacerdote bíblico Esdras – descendente de Arão, irmão de Moisés –, que «sete anos havia de durar o castigo de Deus em os Reinos de Angola» [*sic*]. Ou seja, vaticinou que a ocupação holandesa de Luanda e de Benguela duraria sete anos e que durante esse tempo os antigos moradores de Luanda se confinariam ao interior angolano, concentrados em Massangano. Em *A Gloriosa Família*, fazendo daquele padre um amante da vidente Matilde Van Dum, Pepetela atribui a esta personagem feminina fictícia a verdadeira autoria da profecia e procede, como o estudámos noutro lugar, a uma interessante operação literária de auto-reflexividade. Profecia ou não, da autoria do padre João de Paiva ou de Matilde Van Dum, o certo é que a hegemonia política holandesa no litoral de Angola durou efectivamente sete anos exactos.

A saga do êxodo dos moradores de Luanda é impressionante e já foi objecto de diversas abordagens. Além das da literatura e de alguma estatuária colonial, há que destacar os desenhos notáveis de Neves e Sousa sobre o tema, ilustrações hoje esquecidas nas páginas de uma obra sofrível de pretensa literatura de viagens dos anos de 1960, *Angola. Seara dos Tempos*, de José Maria de Eça de Queiroz (neto).

E nunca podemos esquecer que Pepetela foi, com *A Gloriosa Família*, o primeiro escritor angolano a ter a coragem de, em 1997, 22 anos depois da Independência de Angola, transpor para o género romanesco a saga angolana do «Tempo dos Flamengos». Coragem redobrada, porquanto a sua ficção evidencia sobretudo o lado

holandês, procurando mostrar o que se passava em Luanda com os Flamengos durante os sete anos em que Cadornega e os seus companheiros permaneceram em Massangano.

Apreciando o testemunho deixado por António de Oliveira de Cadornega, observa-se que a ocupação de Angola pelos Holandeses atravessou várias fases.



20 – Rota do êxodo de moradores de Luanda (Agosto a Dezembro de 1641) para Massangano, onde se concentrariam até Agosto de 1648. DELGADO, s.d. [1971], p. 233.

### I) Da fuga de Luanda à fixação em Massangano (Agosto-Dezembro de 1641)

Durante três dias, até à noite de 25 de Agosto de 1641, o governador Pedro César de Menezes, entrincheirado em Luanda no Forte de Santa Cruz, ainda tentou resistir aos Holandeses e propôs-se mesmo parlamentar com o invasor. Mas acabou por seguir na pegada do bispo D. Francisco de Soveral, o primeiro a decidir que a população de Luanda largasse para a planície do Bem-Bem (futuro Muculusso), a cinco quilómetros a norte da cidade. O prelado já para lá se dirigira, na companhia de «estudantes filhos da terra», os meninos do Colégio dos Jesuítas. Foi assim que uma imensa caravana de homens, mulheres e crianças abandonou Luanda nessa noite, contornando o Convento de São José (futuro Hospital Maria Pia). Nela seguiam, além dos comerciantes e das suas famílias, os militares, os escravos

e os religiosos, Jesuítas e Franciscanos do Convento de São José. E seguia também a principal mascote angolana dos Portugueses naquele tempo, o jovem príncipe D. Francisco, filho de D. Filipe Ngola Airi, o rei embusteiro do Dongo. Muitos dos escravos que aguardavam o embarque para o continente americano tinham aproveitado para fugir em debandada em direcção ao interior, na esperança de se juntarem às hostes da rainha Njinga. Mas os moradores de Luanda, na maioria comerciantes, conseguiram compensar este prejuízo arrumando mercadorias à pressa e salvaguardando o ouro e a prata das igrejas, que transportaram em carroças, em mulas ou nas costas dos escravos domésticos.

O imenso cortejo dos retirantes de Luanda, cada vez mais engrossado pelos retardatários escapulidos aos Flamengos que saqueavam a cidade, avançando penosamente em marcha lenta, chegou ao Bem-Bem ao romper da alvorada do dia 26, sem água nem mantimentos. Só atingiu os arimos (lavras) do Sequeli e a fazenda que a Companhia de Jesus possuía nas margens do rio Bengo ao meio-dia do dia seguinte. Foi já a uma légua de distância a montante do Bengo, no arimo de Gregório Ribeiro, que Pedro César de Menezes se avistou com três oficiais portugueses do sertão, aos quais comunicou a tomada de Luanda pelos Flamengos. O principal destes três oficiais era o capitão Fernão Rodrigues, cabo de navegação do rio Kuanza e futuro sogro de Cadornega. Os outros dois pertenciam à guarnição de Cambambe e eram, respectivamente, o capitão João de Mendonça de Vasconcelos e o alferes Manuel de Oliveira de Cadornega, irmão presuntivamente mais velho do futuro cronista.

Ao ver Fernão Rodrigues, o governador lembrou-se de lhe requisitar dois patachos que pudessem sair de Angola através da Barra do Kuanza e seguir para Portugal a pedir reforços ao rei D. João IV. Aquela primeira expedição de pedido de socorro, liderada pelo capitão António Fonseca

Dornelas, largaria efectivamente para Lisboa, onde só chegaria a 20 de Dezembro, não sem antes passar pelo Brasil ao sabor dos ventos. Os resultados das diligências junto da Corte de Lisboa, mais preocupada com as despesas da guerra com a Espanha, nunca foram concludentes. Fernão Rodrigues chegou a improvisar uma fortificação na Barra do Kuanza, a fim de a defender dos ataques dos Congueses, que, entretanto, se haviam apoderado da Barra do Dande, de onde, em articulação com o Mani da Ilha de Luanda, D. Cristóvão Corte Real, preparavam os seus ataques marítimos contra os Portugueses.

O arraial português, inicialmente instalado no arimo de Gregório Ribeiro, em breve foi transferido, por iniciativa de Pedro César de Menezes, para a Lagoa da Kilunda, fértil em pesca. Nesse lugar, recebeu o governador a visita do capitão-mor de cavalaria de Massangano, António Teixeira de Mendonça, que chegou à Kilunda acompanhado por 150 soldados veteranos, antigos conquistadores, e ainda por mercenários da guerra preta. Pedro César de Menezes autorizou-os a fazer uma incursão clandestina a Luanda e a armarem uma emboscada aos Holandeses na Lagoa dos Elefantes, onde estes se abasteciam da água do poço aberto pelos Portugueses, a Maianga do Povo. A operação, porém, falhou, pois foi denunciada aos Holandeses por dois dissidentes da guerra preta portuguesa. António Teixeira de Mendonça e os seus companheiros foram corridos a tiro, mas conseguiram levar prisioneiro, à presença de Pedro César de Menezes, um soldado inglês ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais. As suas declarações, ao ser interrogado, levaram o governador português a acreditar que o director Henderson estaria disposto a devolver-lhe Luanda em troca de um resgate pecuniário. Foi o que originou o encontro no Sequeli (futuro Cassequel) entre o governador português e o director holandês, que redundou em mais uma cena de tiroteio.



Pedro César de Menezes e os seus homens, assim como a maioria dos moradores de Luanda, tornaram a entrincheirar-se no acampamento da Kilunda, onde durante dois dias se viram cercados pelos Holandeses e pelos Congueses, seus aliados. A única escapatória que o governador português encontrou foi transferir o acampamento para a fazenda do seu compatriota António Vieira, situada na margem norte do rio Bengo. No entanto, por essa ocasião, muitos soldados portugueses desertaram e conseguiram fugir para sul, para o rio Kuanza, onde embarcaram num patacho com a intenção de zarpar para o Brasil. Informado disto, Pedro César de Menezes enviou mensageiros ao capitão Fernão Rodrigues, que os interceptou na Barra do Kuanza. Só então, a 19 de Outubro de 1641, Pedro César de Menezes tomou a decisão de incendiar o acampamento e de transferir toda a sua comitiva para a fortaleza de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, no intuito de fazer deste presídio, ainda que transitoriamente, a nova capital colonial portuguesa em Angola. Mas a odisseia dos antigos moradores de Luanda até ao Presídio de Massangano também seria prolífera em peripécias.

Vários patachos largaram pelo rio Bengo acima carregando a população de Luanda e os seus pertences. A retaguarda foi violentamente atacada pelos soldados holandeses, apoiados pelos Congueses e pelos guerreiros do soba Manigango. As embarcações portuguesas retardatárias, que levavam a bordo os doentes e os livros e os documentos da Câmara de Luanda, foram afundadas e incendiadas, perdendo-se tudo o que transportavam. Este desaparecimento abrupto de todos os documentos escritos relativos a Luanda até então – se exceptuarmos, evidentemente, os que foram enviados para fora de Angola, na correspondência para a Corte Portuguesa ou para os superiores das missões eclesiásticas – inspirou Pepetela a

apelar para a história oral e a dar voz, em *A Gloriosa Família*, a um angolano silenciado pela história escrita dos colonizadores.

Merecem destaque os lugares, assinalados por Cadornega, onde foi bivacando a comitiva do governador Pedro César de Menezes, entre Outubro e Dezembro de 1641, no seu longo périplo, efectuado pelo norte, entre a foz do rio Bengo e o Presídio de Massangano, muito mais a sudeste, na confluência do Lukala com o Kuanza:

- I. O sobado do Quiongo (ou Kiongo), aliado dos Portugueses;
- II. A libata de um antigo escravo agora alforriado, Francisco Mendes de Carvalho, família cujo nome viria a dar que falar nos séculos vindouros;
- III. Uma sanzala no Itombe;
- IV. Os sobados de Quitundili (ou Kitundili), de Angola Quiaito (ou Ngola Kiaitu) e de Zambi-a-Caita (ou Nzambi a Kaita), já nas margens do rio Lukala.

Uma vez chegada a caravana a Massangano, em Dezembro de 1641, Pedro César de Menezes tratou de reconstituir o Senado Municipal, a Santa Casa da Misericórdia e sobretudo de reorganizar os sistemas de defesa e de contacto com os sobados vizinhos, fornecedores de escravos a embarcar para o Brasil, com vista a salvaguardar a continuação da estabilidade financeira da colónia portuguesa de Angola.

## II) O *modus vivendi* entre Luanda e Massangano até ao desastre do arraial do Gango (1641-1643)

Cadornega não esconde que, durante todo o período da ocupação holandesa, houve moradores de Massangano que,

tolerados pelos Flamengos, se deslocaram a Luanda para fazer negócios com estes. Alguns acabaram mesmo por se tornar a fixar na cidade e por conviver pacificamente, durante sete anos, com os burocratas e os militares da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Estes comerciantes, embora na maioria Portugueses, eram de várias nacionalidades. Cadornega destaca de entre eles o holandês católico Baltazar Van Dum, sobre o qual Pepetela viria a ficcionar. Foi através das informações destes indivíduos que Cadornega pôde reproduzir as ténues transformações que Luanda sofreu durante o período da ocupação flamenga, sobretudo as respeitantes ao centro dos poderes político, militar e eclesiástico, a Cidade Alta. As modificações notavam-se, preferencialmente, na toponímia, levando o calvinismo à eliminação do nome do padroeiro, São Paulo. A cidade chamava-se, portanto, apenas Luanda, e não São Paulo de Luanda. E o morro e a fortaleza de São Paulo eram agora o morro e a fortaleza de Amesterdão. Aliás esta última, a fortaleza, até então edificada em adobe, seria reedificada em pedra pela engenharia militar flamenga, vindo mais tarde esta obra a aproveitar aos reconquistadores católicos que apoiaram Salvador Correia de Sá, que a rebaptizariam como Fortaleza de São Miguel, com o nome do alferes-mor simbólico da expedição do general brasileiro, o arcanjo São Miguel.

O Palácio do Governador manteve-se intocável, embora os directores holandeses não o habitassem, preferindo o edifício do antigo Colégio da Companhia de Jesus. Quanto à Igreja dos Jesuítas, serviu de templo protestante aos *predikant* calvinistas. O único caso gritante foi o da Igreja da Conceição, antiga residência dos bispos de Angola e do Congo e sede da mesma Diocese, que Cadornega ainda designa por Igreja Matriz de Luanda. Esta igreja ficou em completo abandono e jamais seria recuperada, pois após a

reconquista luso-brasileira, Nossa Senhora da Conceição seria transferida, como padroeira, para a antiga Igreja da Misericórdia de Luanda, situada muito mais acima e datada de 1617, quando foi construída para ser o primeiro hospital da cidade. A poeirenta sacristia da devoluta Igreja da Conceição durante o tempo dos Flamengos – que mal suspeitava que no século XIX viria a ser um estábulo até que uma das suas torres sineiras fosse transformada em Observatório Meteorológico do Balão – foi utilizada por Pepetela, em *A Gloriosa Família*, como lugar onde se realizam os encontros amorosos de Matilde Van Dum com o seu amante Joost Van Koin e onde ambos são dramaticamente surpreendidos pelo marido traído Jean du Plessis.

Logo em Janeiro de 1642, os moradores de Massangano depararam-se com uma tragédia: a morte súbita, vítima de febres palúdicas, do bispo D. Francisco de Soveral, que foi substituído nas suas funções por um padre, Bento Ferraz. O próprio governador Pedro César de Menezes adoeceu gravemente, embora tenha conseguido sobreviver depois de sangrado 37 vezes. Cadornega alonga-se então por páginas e páginas caudalosas, no relato exaustivo das campanhas militares que os Portugueses, durante esse ano, ainda que precariamente acoitados em Massangano – «sítio doentio, mas tal qual é, se guarneciam e sustentavam naquela vila, à voz de el-rei nosso senhor D. João IV, [na] conservação destes reinos» [*sic*] –, levaram a cabo com êxito contra os sobas seus inimigos. Nessas campanhas evidenciaram-se sobretudo dois veteranos: o sargento-mor António Bruto e o capitão do Presídio de Ambaca, António de Abreu de Miranda.

Mas, ao longo do primeiro ano da sua presença em Angola, os Holandeses nunca conseguiram sair do litoral. Quaisquer tentativas de avanço para o interior eram repelidas pelos Portugueses, quer no Icolo, a norte, quer ao

longo do rio Kuanza, a sul, mercê da pertinácia dos capitães fluviais Fernão Rodrigues e Gaspar Gonçalves Ensandeira. Ainda que aliados com o Ntotila D. Garcia Afonso II e com Njinga Mbandi, os Holandeses tinham, manifestamente, dificuldade de acesso às rotas comerciais do interior, o que lhes causava enorme prejuízo quanto ao número de escravos a embarcar em Luanda para as suas possessões no Brasil. Por seu lado, os Portugueses continuavam a fazer livremente as suas capturas e a comprar aos sobas seus aliados escravos que logravam embarcar à revelia dos Flamengos, nomeadamente nas barras do Bengo e do Kuanza. Por isso o novo director holandês, Cornélio Nieulant, mal desembarcado em Luanda em Setembro de 1642 – embora retendo prisioneiro António Fonseca Dornelas, chegado com reforços exíguos de Portugal no mês anterior –, não hesitou em enviar emissários a Pedro César de Menezes com propostas de acordos de paz.

Quatro meses se seguiram de vaivéns de plenipotenciários entre Luanda e Massangano. Mas só a 30 de Janeiro de 1643 é que Cornélio Nieulant e Pedro César de Menezes assinaram, na barra do rio Bengo, um acordo segundo o qual era tolerada pelos Flamengos a presença de várias famílias luandenses num arraial improvisado em torno de uma igreja erguida num outeiro, o Gango, próximo da foz do rio. António Fonseca Dornelas foi então autorizado a desembarcar e a entregar aos seus compatriotas do arraial do Gango, entre os quais se incluía o próprio governador, o escasso armamento que trouxera de Portugal, embora os Flamengos tenham escoltado o seu barco até à barra do Bengo e não tenham permitido que a embarcação subisse o rio.

A cláusula mais interessante deste tratado de *modus vivendi* entre Holandeses e Portugueses consistia na autorização que os primeiros concediam aos segundos de

se deslocarem a Luanda para embarcar escravos cativos ou adquiridos aos seus aliados africanos, na condição de pagarem ao director holandês um tributo correspondente a 25 % da mercadoria. Em contrapartida, os Holandeses abasteciam os moradores do Gango de peças de vestuário e de géneros alimentícios. Escreve Cadornega:

Com esta singeleza vinham os Flamengos ao nosso alojamento [no Gango] a vender as suas drogas, queijos e manteiga e outras coisas para vestir, a troco de patacas e prata lavrada, e alguns escravos, indo Portugueses também à cidade vender e comprar, estando tudo em bela paz e segurança, tanto assim que mandou o governador [Pedro César de Menezes] vir de Cambambe, onde até então tinha [guardada grande] quantidade de prata lavrada e patacaria, que importavam até as patacas 30 000, a prata lavrada pouco menos, e um escritório com ricas jóias, tudo valia uma grande fazenda [sic].

Esta coexistência pacífica, estipulada por nove meses, estendeu-se a Benguela, onde viria a manter-se até Julho de 1645, daí a dois anos, data do desembarque do governador Francisco Sotomaior. Porém, entre Luanda e o arraial do Gango, a trégua não chegou a durar três meses. Na manhã de 17 de Maio de 1643, um exército de 300 soldados holandeses, armados de mosquetes e de carabinas, arrasou o arraial português, saqueando as residências – segundo os relatos de Cadornega e de dois jesuítas, o espólio ascendeu a 200 mil cruzados de prata, oiro, fazendas e escravos –, assassinando mais de 30 moradores e aprisionando quase duzentas pessoas, que seguiram acorrentadas para Luanda. Entre as vítimas mortais da chacina, contavam-se o sargento-mor António Bruto e o capitão João Pegado da Ponte. E entre os prisioneiros levados para Luanda, encontrava-se o próprio governador Pedro César de Menezes.

O relato de Cadornega acerca do inesperado massacre do arraial do Gango é, compreensivelmente, parcial, pondo a razão toda do lado dos Portugueses. Esta perspectiva

viria, aliás, a ser reforçada pelo direito internacional, quando o próprio príncipe Maurício de Nassau reconheceu, logo um mês depois, a chacina do Gango como um acto de felonía por parte da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Mas revisitemos os antecedentes e as consequências do massacre do Gango.

A 9 de Março de 1643, Pedro César de Menezes não hesitara em enviar novamente António Fonseca Dornelas a Portugal, a pedir mais reforços, largando da foz do Bengo à revelia dos Holandeses. Manifesto acto de má-fé, uma vez que praticado logo a seguir à assinatura de uma trégua, conforme muito bem o reconhece Ambrósio Van Dum, personagem de Pepetela. O próprio Cadornega, aliás, informa que este segredo de Polichinelo não tardou a transpirar para Luanda, pela boca dos Flamengos e dos Portugueses que circulavam entre uma povoação e outra.

No fim do mesmo mês de Março, chegou a Luanda um navio holandês vindo de São Tomé, a bordo do qual viajava o novo director, Hans Molt, que vinha tomar posse como adjunto de Cornélio Nieulant. A tripulação trazia a notícia da recente revolta dos Portugueses contra os Holandeses na ilha de São Tomé. Consequentemente, aumentaram em Luanda os boatos de que os Portugueses do arraial do Gango também tencionavam amotinar-se. Pedro César de Menezes tentou então conseguir uma entrevista com Cornélio Nieulant, para o tentar convencer de que tudo não passava de mujimbos. A entrevista foi-lhe recusada, embora o director holandês lhe enviasse, em sinal de paz, uma «comissão de reféns», escoltada por Croesen, o seu próprio secretário.

A aparente harmonia entre Luanda e o Gango ainda conseguiu manter-se até 14 de Maio. Nesse dia, desembarcou em Luanda mais um navio flamengo, este vindo de Pernambuco, no Brasil, com mais uma notícia bombástica: também no Maranhão os Portugueses se haviam revoltado com êxito contra os Holandeses. Logo

Pedro César de Menezes enviou a Luanda o licenciado António Guerreiro a fim de tranquilizar os directores da Companhia. Mas Hans Molt recusou-se a recebê-lo, a pretexto de que o seu colega, Cornélio Nieulant, se encontrava doente. Três dias depois, Cornélio Nieulant falecia e dava-se o massacre e a pilhagem do outeiro do Gango.

Levado para Luanda aprisionado, Pedro César de Menezes, a pretexto de se encontrar doente, foi enclausurado no Palácio que antes ocupara como governador. Aí permaneceu durante meses, tratado respeitosamente pelos Flamengos, até se evadir em Dezembro desse mesmo ano. Pior foi a sorte que coube aos outros cerca de 170 prisioneiros do Gango. Humilhados publicamente nas ruas de Luanda, exibidos de correntes e grilhões, foram embarcados para o Recife, no Brasil, numa nau sem piloto e sem água doce para beber. Entre eles seguia o capitão António Teixeira de Mendonça e... o padre João de Paiva, autor da «profecia» dos sete anos de ocupação holandesa!

Embora muitos destes expatriados tenham, evidentemente, morrido durante a viagem, aquelas duas personagens contavam-se entre os sobreviventes que lograram chegar ao Brasil um mês depois. Graças à generosidade de Maurício de Nassau, voltariam logo em meados do ano seguinte, nomeadamente António Teixeira de Mendonça, que teve então a sorte de ser de novo nomeado capitão-mor de Massangano.

Como prosseguiria, entretanto, a saga dos refugiados de Massangano?

### III) O governo interino e o regresso a Massangano de Pedro César de Menezes (1643-1645)

Os sobreviventes do massacre do Gango que conseguiram fugir para Massangano foram salvos por uma



coluna do capitão-mor António de Abreu de Miranda. Este velho militar, com 40 anos de vivência em Angola, não tardou a ser eleito, pelos moradores de Massangano, governador interino de Angola, em substituição do cativo Pedro César de Menezes. A escolha deste veterano, António de Abreu de Miranda, para governador de Angola, ainda que legitimada por uma maioria de votos, suscitou fortes oposições e inimizades por parte de importantes sectores portugueses, particularmente a do capitão-mor do Presídio de Ambaca, Francisco da Fonseca Saraiva, conhecido como o *Beijorra*, que sempre se recusaria a prestar-lhe obediência.

Cadornega não é muito claro acerca dos motivos desta desavença e limita-se a acusar o *Beijorra* de invejas em relação a António de Abreu de Miranda. No entanto, quer a leitura de Cadornega nas entrelinhas, quer a fuga de Luanda, no final do ano, de Pedro César de Menezes, com vista a retomar as suas funções em Massangano – evasão indubitavelmente preparada por um conluio secreto entre Holandeses e Portugueses –, levam-nos mais uma vez a simpatizar com a ficção de Pepetela em *A Gloriosa Família*. Ou seja, o belicismo desenfreado de António da Abreu de Miranda contra as unidades políticas africanas do interior angolano – quer as aliadas dos Portugueses, quer as suas inimigas, como os Jagas de Njinga Mbandi –, assim como a sua atitude inflexível de recusar estabelecer quaisquer relações comerciais com os Flamengos, não obstante ter aceitado as tréguas propostas por Hans Molt, mostravam-se prejudiciais aos lucros do negócio negreiro, fossem os auferidos pelos Holandeses em Luanda, onde o número de «peças» a embarcar para o Brasil diminuía consideravelmente, fossem os arrecadados pelos Portugueses do sertão, nomeadamente pelos capitães-mor dos presídios.

O temperamento tortuoso de António de Abreu de Miranda ficou bem espelhado no único acto político digno de relevância que praticou durante os sete meses do seu governo. Em Outubro de 1643, depois de aceitar a trégua que lhe foi proposta pelos plenipotenciários holandeses que o director Hans Molt enviara de Luanda, Miranda apressou-se a aproveitá-la para tomar à descarada uma medida que cinco meses antes Menezes tomara à socapa. Solicitou aos Flamengos que viabilizassem a partida, de Massangano para Lisboa, através de Luanda, de um emissário seu, o sargento-mor Domingos Lopes de Sequeira, com uma carta para o rei de Portugal, D. João IV. Tratava-se de uma manifesta desconsideração por Pedro César de Menezes, recluso em Luanda, que antes de ser capturado já enviara para a Corte de Lisboa em segunda missão, como sabemos, António Fonseca Dornelas.

Com a autorização das autoridades flamengas de Luanda, Domingos Lopes de Sequeira embarcou para Lisboa, com escala no Brasil. Mas a carta que transportava, da lavra de António de Abreu de Miranda, além de dar conta ao monarca português do desastre do Gango, acusava Pedro César de Menezes de ser, à semelhança do seu falecido pai, um partidário do rei de Espanha, Filipe IV, pelo qual aliás fora nomeado governador de Angola. Miranda, de resto, era bem claro ao solicitar a D. João IV que enviasse para Angola um novo governador que fosse «zeloso do serviço de Deus e de Vossa Majestade, e que não tenha o coração em Castela» [*sic*].

Domingos Lopes de Sequeira só se avistaria com D. João IV, em Lisboa, em Julho de 1644, já sete meses depois do regresso a Massangano de Pedro César de Menezes e da morte, alegadamente por doença, de António da Abreu de Miranda. No entanto, desinformado destes acontecimentos, o rei de Portugal enviou três cartas ao então já falecido governador interino de Angola, que chegaram a

Massangano só em 1645. Nas duas primeiras, de 18 de Agosto de 1644, D. João IV, embora confirmasse António de Abreu de Miranda como governador interino durante a ausência de Pedro César de Menezes, admoestava-o por haver aceitado fazer tréguas com os Holandeses sem a sua autorização. Na terceira carta, de 20 de Outubro de 1644, o monarca português comunicava aos moradores de Massangano que tomara providências para responder aos seus pedidos de socorro. Encarregara Domingos Lopes de Sequeira de partir para a Baía, no Brasil, e de aí organizar, com o homiziado António Teixeira de Mendonça, um exército que deveria, em breve, seguir para Angola, constituído por 300 soldados, de entre os quais cem negros, ex-escravos de origem angolana – os chamados «angolistas» ou «henriques» –, recrutados ao esquadrão do também ex-escravo Henrique Dias.

Nesta diligência, já é possível entrever a influência exercida sobre o rei de Portugal por aqueles que controlavam de facto a economia açucareira no Brasil: quer a Companhia de Jesus, quer os abastados comerciantes e fazendeiros da Baía e do Rio de Janeiro. Entre estes, destacava-se Salvador Correia de Sá e Benevides, que desde o ano anterior já se encontrava em Lisboa a desempenhar funções no Conselho Ultramarino. Salvador Correia de Sá e os demais comerciantes e fazendeiros brasileiros, assim como os sectores açucareiros da Companhia de Jesus, constituíam o principal suporte financeiro de D. João IV e da Corte de Lisboa na guerra movida contra a Espanha.

Em Dezembro de 1642, Pedro César de Menezes evadiase de Luanda, para retomar em Massangano o seu lugar de governador efectivo de Angola. Segundo Cadornega, na preparação dessa fuga intervieram, quer um padre jesuíta, Sebastião Gonçalves, quer o capitão do Kuanza, Gaspar Gonçalves Ensandeira. Na ficção de Pepetela, interveio sobretudo o comerciante católico flamengo Baltasar Van

Dum. Num caso ou noutro, é bem evidente que as autoridades holandesas de Luanda fecharam os olhos à evasão do aristocrata português. Cadornega relata detalhadamente que Pedro César de Menezes saiu pelas traseiras do palácio durante uma noite escura e se embrenhou por entre o capim das barrocas que conduzem à Praia do Bispo, onde o esperava o Ensandeira com alguns escravos. Carregaram-no depois numa rede, em longa caminhada a pé até ao Kuanza, 50 quilómetros a sul. O cronista e historiador brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa (Rio de Janeiro, 1753 -?), que viveu em Angola no último quartel do século XVIII – portanto, mais de século e meio depois destes acontecimentos –, acrescenta, porventura fantasiosamente, que Pedro César de Menezes se disfarçou de negro durante todo o seu périplo até à Ilha do Ensandeira, no Kuanza. Daí seguiria de barco até Massangano, onde conseguiu dominar a escassa resistência que lhe moviam os poucos partidários de António de Abreu de Miranda.

Os 22 meses que ainda decorreram de governo de Pedro César de Menezes em Massangano, até ser substituído em Outubro de 1645 por Francisco Sotomaior, foram aparentemente pacíficos no que diz respeito às relações entre os Holandeses de Luanda e os Portugueses de Massangano. Menezes confirmou a trégua com os Flamengos, mas, ao contrário do desastroso Miranda, restabeleceu os contactos comerciais com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, tabelando os preços das mercadorias e dos escravos a transaccionar pelos Portugueses em Luanda. No entanto, este clima de entendimento seria perturbado por um terceiro jogador no xadrez dos interesses económicos do controlo do corredor do rio Kuanza: Njinga Mbandi.

Nos primeiros meses de 1644, após o regresso do governador Pedro César de Menezes a Massangano, a soberana da Matamba mobilizou os seus vassalos

Imbangala do Libolo, comandados por Lulembe, um chefe de kilombo, para atacar os entrepostos portugueses situados nas imediações de Cambambe. O oficial elvense Diogo Gomes de Morales conseguiu repelir os atacantes para sul do Kuanza, mas logo a norte, em Ambaca, outro kilombo, este sob o comando de Angolem-a-Caita, arremetia contra o presídio português do Lukala. Desta vez, a reacção portuguesa, a partir de Massangano, reuniu toda a «guerra preta» e um forte contingente encabeçado por Francisco da Fonseca Saraiva, o *Beiçorra*, agora o principal lugar-tenente de Pedro César de Menezes. Esta campanha revelou-se desastrosa para os Portugueses e nela o *Beiçorra* perdeu a vida. A explicação para o desaire português residiu no facto de Angolem-a-Caita haver solicitado o auxílio de um dos principais e mais valorosos generais de Njinga-Mbandi, o dembo Jinga-Mona (ou Jinga Amona), literalmente *o Filho de Njinga*, muitos anos mais tarde baptizado com o nome cristão de António Carrasco.

Os 300 homens vindos do Brasil, comandados por Domingos Lopes de Sequeira e por António Teixeira de Mendonça, chegaram a terras angolanas a 12 de Abril de 1645. O desembarque deu-se na Baía do Quicombo, a meio caminho entre as embocaduras dos rios Longa e Keve/Kuvu, e não em Cabo Ledo, bem mais a norte – apenas 120 quilómetros a sul de Luanda –, como estava previsto. Tratou-se de uma questão de prudência, pois a expedição tinha sido avistada pelos Holandeses de Benguela. Do Quicombo, onde permaneceram cinco dias, tencionavam seguir para Massangano. Auxiliados pelo Maniquicombo e pelo soba Gunza Cabolo, avançaram dez léguas para o interior, ao encontro do soba Angolalondo e também do soldado mestiço António Manuel, enviado pelo governador de Benguela. Esta deslocação e a estação das chuvas foram fatais para dois terços destes homens de armas, subitamente vitimados pelo paludismo. António

Teixeira de Mendonça ficou então detido num sobado a cuidar dos enfermos, enquanto Domingos Lopes de Sequeira seguia para Massangano com os ainda sãos e mais alguns guerreiros dos sobas aliados. Mas esta coluna avançada, comandada por Domingos Lopes de Sequeira, estava votada a um fim trágico, pois em fins de Junho foi integralmente chacinada por um ataque dos Jagas da Kissama.

Segundo Cadornega, sobreviveram apenas, para dar testemunho da tragédia a António Teixeira de Mendonça, os soldados André Soares e Toar. Curiosamente, nesta passagem do seu texto, Cadornega evidencia, entre os haveres encontrados junto ao cadáver de Domingos Lopes de Sequeira, dois documentos lavrados por D. João IV, rei de Portugal, mencionando duas filhas do desventurado capitão, que nos permitem saber que o seu famoso filho Luís, o «Mulato dos Prodígios», tinha pelo menos duas irmãs:

[...] e muitos que pereceram naquele desbarato, traziam outros despachos de sua Liberal e grandiosa mão [...] Domingos Lopes de Sequeira com o posto de Sargento-Mor à Fortaleza de Massangano por seis anos para quem casasse com sua filha, e a Provedoria dos defuntos e ausentes para outra filha, que ambas gozarão estas mercês com os maridos com quem casarão [*sic*].

Uma dessas filhas de Domingos Lopes de Sequeira, Brites Cortes, casaria, efectivamente, com um oficial português chamado Luís Félix da Cruz, que por ser genro do distinto sargento-mor seria nomeado capitão-mor de Massangano em 1652, já no final do governo de Salvador Correia de Sá. É Luís Félix da Cruz o autor daquele que é considerado o primeiro poema escrito em Angola, reproduzido na obra de Cadornega, e retratando Massangano

Ao ser informado do infortúnio dos seus companheiros de armas, António Teixeira de Mendonça regressou com os

sobreviventes à Baía do Quicombo, que só alcançaram a 27 de Julho. Mas aí depararam com a armada do novo governador português de Angola, Francisco Sotomaior, que chegara do Brasil quatro dias antes.

#### IV) Reacende-se a guerra entre Portugueses e Holandeses (1645-1646)

À nomeação de Francisco Sotomaior para governador de Angola, formalizada por decreto de 24 de Dezembro de 1644, não foram alheios os interesses dos plantadores de açúcar brasileiros, encabeçados por Salvador Correia de Sá. Este, no ano anterior, quando era governador da capitania-mor do Rio de Janeiro, fora alvo de acusações graves, a saber: sequestro de navio; desvio de bens e impostos régios; uso inadequado dos recursos da Coroa; nepotismo; criação de impostos sem a autorização régia; utilização de material de má qualidade nas construções da capitania.

Ao ver-se em dificuldades, Salvador Correia de Sá seguiu os conselhos da Companhia de Jesus, que o protegia desde a sua infância. Renunciou ao cargo que ocupava no Rio de Janeiro, onde foi substituído por Luís Barbalho Bezerra, e dirigiu-se imediatamente a Lisboa, onde conseguiu do rei D. João IV, não só ser nomeado general das frotas do Brasil, mas também tornar-se, ele próprio, membro do Conselho Ultramarino. Em finais de 1644, regressava ao Brasil, levando consigo o documento que nomeava Francisco Sotomaior governador de Angola. Quem era Francisco Sotomaior? Oriundo de uma família da nobreza rural de Mesão Frio, no norte de Portugal, de onde era natural, tratava-se de um oficial do exército que, tendo sido enviado para o Brasil, desempenhava agora interinamente as funções de capitão-mor do Rio de Janeiro, desde que, em Junho desse mesmo ano, falecera o governador Luís Barbalho Bezerra. Afastando-o do Brasil, Salvador Correia

retomava o governo discricionário do Rio de Janeiro, como aliás o escreveu descaradamente a D. João IV, em carta datada de 14 de Maio de 1645. Mas Salvador Correia de Sá podia dar-se ao luxo da impudência, pois na mesma missiva especificava ao rei ter sido ele próprio quem custeara na íntegra a expedição à frente da qual uma semana antes, a 8 de Maio, Francisco Sotomaior partira para Angola. Constituíam-na 260 soldados de infantaria.

Segundo uma carta que escreveu ao rei D. João IV da Baía do Quicombo, datada de 13 de Setembro de 1645, Francisco Sotomaior desembarcara nessa mesma baía a 23 de Julho onde, poucos dias depois, juntou ao seu contingente militar o desditoso e desbaratado batalhão de António Teixeira de Mendonça. Mas antes, quando a armada ancorara na Catumbela, onde fora avistada por dois soldados benguelenses que ali se deslocaram para pescar, já congregara a esmagadora maioria dos moradores de São Filipe de Benguela, entre os quais se encontrava um holandês, Cornélio Noels, casado com uma portuguesa. O exército de socorro do novo governador ascendia agora a cerca de 400 homens. Francisco Sotomaior fortificou-se então na enseada e enviou a Massangano um emissário que comunicou a Pedro César de Menezes, quer a sua chegada na qualidade de novo governador, quer a solicitação de que viesse ao seu encontro e o ajudasse a transportar para o Presídio do Kuanza/Lukala todo o armamento que trouxera, que incluía canhões pesados.

Numa segunda carta ao monarca português, esta datada apenas de quatro dias depois da primeira, e que enviou pelo mesmo navio, Sotomaior informava que já obtivera a resposta de Pedro César de Menezes. Este aconselhava o seu sucessor a não seguir para Massangano a partir de Quicombo, pois eram conhecidos os perigos dos Jagas da Kissama, súbditos de Njinga Mbandi, mas antes a levar a esquadra mais para norte, algures para entre o cabo Ledo e a barra do Kuanza, onde mais facilmente lhe conseguiria



fazer chegar «gente preta» para o transporte do material bélico. Ao garantir ao sucessor a segurança da navegação ao longo do litoral, Menezes aproveitava para sublinhar a importância da trégua vigente com os Holandeses. Francisco Sotomaior, embora não simpatizasse com a ideia de tréguas com o inimigo e desejasse fazer do Quicombo um importante baluarte contra os Flamengos, seguiu os conselhos de Menezes e largou, a 4 de Outubro, com a sua esquadra, até uma enseada minúscula situada ligeiramente a sul da Barra do Kuanza, que adquiriria o nome de Suto, derivado, afirma Cadornega, do nome do novo governador.

Aí permaneceram os navios e os homens de Francisco Sotomaior durante cerca de uma semana, aliás assaz agitada. Essa semana bastou para que numa das naus de socorro de Francisco Sotomaior, aquela que transportaria Pedro César de Menezes para o Brasil, fossem embarcados cerca de dois mil escravos adquiridos ao soba Songa, vassalo dos Portugueses e senhor das terras do Suto. Mas o mais relevante é que, logo na primeira manhã da sua estada na baía, a de 8 de Outubro, os navios e os homens de Francisco Sotomaior foram vistos pelos tripulantes de um patacho holandês, que logo correram a Luanda a dar a notícia ao director Henry Redinckove. No dia 16, chegou ao Suto um novo patacho com uma carta na qual o director flamengo exigia a Sotomaior explicações sobre a sua presença na costa angolana. O português respondeu, em carta redigida num estilo polido, mas não desprovido de ironia, que não tinha de prestar quaisquer explicações, pois não se encontrava em território holandês e sim nas terras do soba Songa, vassalo de Portugal.

No mesmo dia 16 de Outubro, Pedro César de Menezes, o governador cessante, vindo ao encontro do seu sucessor, aportava na Ilha do Ensandeira com soldados e moradores de Massangano. Dali partiram alguns vereadores para o Suto, onde se reuniram com Francisco Sotomaior. Advertiram-no de que era urgente prevenir os Holandeses

da sua chegada, ao abrigo do tratado de tréguas. O novo governador encolheu os ombros, limitando-se a comunicarlhes o mesmo que escrevera na carta que acabara de enviar a Redinckove. E, dois dias depois, ele próprio, com a sua comitiva e toda a artilharia, se pôs a caminho da Ilha do Ensandeira, onde se avistou com Pedro César de Menezes e se apressou a tomar posse como governador efectivo de Angola.

A 17 de Novembro, no arraial do Kuanza que se formou em frente à Ilha do Ensandeira, Francisco Sotomaior preparava-se para partir para Massangano quando lhe chegou mais uma carta de Redinckove. Desta vez, o director holandês queixava-se da falta de cordialidade do novo governador português. Com sobranceira – provavelmente empertigado nas suas roupas totalmente negras, à maneira de um «conquistador espanhol», como o imagina Pepetela em *A Gloriosa Família* –, Francisco Sotomaior não hesitou em ditar ao escrivão uma missiva onde replicou à letra a Redinckove, acusando-o de ter sido ele o descortês ao enviar os patachos ao Suto. A paz entre Flamengos e Portugueses começava, portanto, a estrebuchar.

Recebido entusiasticamente em Massangano, com retumbantes toques de tambor e de clarim no meio de salvas de artilharia, Francisco Sotomaior iniciou, logo nesse mês de Dezembro de 1645, uma política de ruptura com os Holandeses. Além de escrever ao rei de Portugal duas cartas a pedir que fosse urgentemente reforçada a fortificação do Quicombo, enviou imediatamente a Luanda uma embaixada encabeçada pelo elvense Diogo Gomes de Morales, que comunicou ao director Redinckove a decisão do governador português de quebrar os acordos de tréguas com os Flamengos e de lhes declarar guerra. Sotomaior pôr imediatamente uma pedra sobre as relações comerciais que de há muito se arrastavam entre Portugueses e Holandeses

com a condescendência do seu antecessor. Chamou a Massangano e reteve no presídio o principal intermediário destas transacções, o português Domingos Fernandes de Pinda. Ordenou, além disso, que fossem vedados todos os acessos a Massangano a comerciantes vindos de Luanda.

A resposta holandesa não tardou. No início do ano de 1646, os soldados flamengos, ajudados pelos aliados Congueses, atacaram a Ilha do Ensandeira, assassinando o capitão Gaspar Gonçalves, seu proprietário, e escorraçaram todos os agricultores, angolanos e portugueses, que nela residiam. Foi então erguida, nessa ilha do Kuanza, uma fortaleza holandesa destinada a vedar a passagem às forças portuguesas para o litoral. E data, aliás, dessa ocasião, o fracassado projecto flamengo de abrir um canal que, a partir do Kuanza, permitiria fornecer água a Luanda.

Mas Francisco Sotomaior permanecia indiferente a estas escaramuças. É-lhe atribuída a afirmação «Não temo todo o poder da Holanda! O Flamengo me há-de temer a mim!», num tempo em que a sua principal preocupação era preparar os esquadrões dos presídios portugueses de Massangano, Muxima, Ambaca e Cambambe contra a rainha Njinga Mbandi. Chegaram-lhe notícias, através do capitão-mor de Ambaca, de que ela persistia nos assaltos às Pedras de Mpungu-a-Ndongo, senhorio de D. Filipe Ngola Airi, o fictício rei do Dongo vassalo dos Portugueses. Por intermédio do capitão de cavalaria Estácio de Sá de Miranda, que fugira para Massangano, Francisco Sotomaior soube que a soberana da Matamba se atrevera, inclusive, a mandar um dos seus oficiais, Gaspar Akibuata, arrasar e pilhar o gado de uma libata muito próxima do arraial português de Ambaca, a de um forro chamado Gregório. Saiu então de Massangano, contra Njinga Mbandi, um portentoso exército comandado pelo capitão Gaspar Borges Madureira e que incluía, além de soldados portugueses, «quilambas capitães da guerra preta do Jaga

Cabucu, e escravos e forros dos Portugueses» [sic]. É esta, aliás, a primeira vez que Cadornega utiliza o termo *quilamba* (ou *kilamba*) – que em kimbundu significa *intérprete das sereias, sacerdote do culto das sereias* ou *condutor dos espíritos da terra (kilamba kiaxi)* – no sentido de «capitão da guerra preta». As instituições portuguesas, nomeadamente a «guerra preta», começavam, portanto, a contribuir para a evolução semântica dos termos da língua kimbundu: de *condutor dos espíritos*, o *kilamba* transforma-se progressivamente em *condutor de homens*.

#### V) Da Batalha de Xila à «Restauração de Angola» (1646-1648)

A coluna de Gaspar Borges Madureira capturou e matou Gaspar Akibuata. Depois disso marchou para norte, atravessando o rio Zenza, designação do Bengo no interior, mercê certamente de informações fornecidas por espiões no sentido de que o kilombo de Njinga Mbandi se encontraria para lá deste rio. No lugar de Xila, algures entre o Zenza e o Dande, juntou-se ao pelotão português de 330 soldados o contingente de 20 mil arqueiros de D. Filipe Ngola Airi, rei do Dongo. Depois de uma travessia penosa do rio Dande, confrontaram-se finalmente com as tropas de Njinga Mbandi, comandadas pelo temível Jinga Amona. Ao lado deste, e como manilumbo da rainha, encontrava-se um futuro rival de Jinga Amona na sucessão da Coroa da Matamba, o príncipe Ngola Kanini, parente de Njinga Mbandi. Do outeiro onde subiu a perscrutar aquele que escolheu para ser o campo de batalha, o capitão Gaspar Borges Madureira pôde divisar ao longe a própria Njinga Mbandi, vestida com trajes guerreiros, coberta por um guarda-sol, no meio de um batalhão onde se encontravam seis holandeses, sem dúvida a guarda flamenga pessoal da soberana.

Embora não indicando exactamente o dia de Março de 1646 em que se desenrolou a batalha do Xila, iniciada às nove horas da manhã e terminada às duas horas da tarde, com uma vitória esmagadora dos Portugueses, Cadornega dedica seis densas páginas ao seu relato detalhado, às quais se seguem 13 não menos densas na descrição do saque dos vencedores à mbanza – ou Kabasa, se preferirmos – abandonada de onde debandou o kilombo de Njinga Mbandi. O interesse destas últimas páginas é o facto de constituírem um documento ímpar para a caracterização de uma cidade mbundu, assim como dos espaços urbanos destinados aos cortesãos da rainha Njinga.

A soberana logrou mais uma vez escapar. Mas foram libertados muitos prisioneiros. E foi de novo capturada a irmã da rainha, a infanta D. Bárbara Mucambo, levada ao capitão-mor pelo kilamba Mulundo – futuro genro de D. Filipe Ngola Airi –, que a encontrara em casa, sentada tranquila e rodeada das damas de companhia. Eis como Cadornega descreve D. Bárbara Mucambo:

[...] vinha ela mui ornada de ricos panos, os dedos cheios de anéis de ouro, a cabeça e o pescoço com boas jóias e gargantilha, com muitas *xingas* [fios, cordéis ou cordas] de endure, que são uns cabelos ou sedas de uns animais que têm esse nome; são mui compridos [os cabelos] e agibixadas [as tranças], coisa que se faz muita estimação, amarradas na cabeça e pescoço, caídas atrás, mãos, e pernas e seus artelhos, misturados com as jóias, e o mais que vestem; com [embora] esta infanta ser [fosse] já de idade, parecia uma moça de 25 anos, com os arreios e bom trato de sua pessoa; [...] e por constar o bom trato que ela dava aos nossos prisioneiros, acudindo-lhes a seus trabalhos e misérias com demasiada bondade às escondidas da rainha sua irmã, excedeu [não cumpriu] o capitão-mor a ordem que levava do governador, concedendo-lhe a vida, mas não o que trazia sobre si, que logo a foram despojando pouco a pouco; que o que lhe não fez o Quilamba lhe fizeram os Portugueses; depois disso a tomou o sargento-mor à sua conta, dando-lhe o agasalho e sustento, tendo-a em sua casa, o que lhe (a ela) veio a ser de proveito em outro tempo, o que agora havia sido a caridade cristã [sic].

No espólio de Njinga Mbandi apreendido em Xila pelos Portugueses foi encontrada correspondência entre ela e a sua irmã, D. Engrácia Quifunge, que efectivamente lhe servia de espia em Massangano. Por esse motivo, logo a seguir a esta batalha, e como medida de punição e de prevenção contra futuras delações, os Portugueses afogaram cruelmente D. Engrácia Quifunge no rio Kuanza.

Mas dois meses depois desta vitória portuguesa sobre Njinga Mbandi, o governador Francisco Sotomaior morria subitamente em Massangano. Embora Cadornega afirme que Sotomaior fora atingido pela «doença da terra», o carácter repentino da enfermidade do governador leva o cronista a duvidar de que o mal se tratasse de paludismo e a aventar a hipótese de envenenamento ou mesmo de *uanga*, isto é, de feitiço. De facto, durante a semana que antecedeu o seu falecimento, quatro factos descritos por Cadornega auguraram a má sorte do orgulhoso governador:

Tinham sucedido ao governador algumas coisas que lhe havia dado pena, e as havia de tomar por má estreia, [...] foi morrer-lhe o cavalo em que montava e havia trazido do Brasil, e um papagaio do mesmo país, a que chamavam Curica, que uma coisa e outra era o seu regalo e passatempo; também indo a uma festividade à Igreja Matriz lhe caiu a sua cadeira forrada de damasco carmesim, e em pano de seda que a cobria, quantidade de azeite da terra de uma lâmpada por descuido do sacristão ou de seus criados, que tudo encheu de nódoas [...] [*sic*].

Depois da morte de Francisco Sotomaior, em Maio de 1646, os moradores de Massangano nomearam, para o substituir, um triunvirato que perduraria dois anos, até Agosto de 1648. Esse triunvirato era constituído por Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, João Zuzarte de Andrada e António Teixeira de Mendonça, todos militares e proprietários de arimos nas imediações do presídio. Durante esse período de dois anos, foi grande o isolamento dos cerca de mil habitantes de Massangano, pois os

Holandeses não tornaram nunca mais a conceder-lhes tréguas. Cadornega não se poupa a pormenores na descrição da penúria por que passou o presídio, completamente isolado do litoral e, conseqüentemente, dos portos e das baías, pontos de embarque e desembarque de mercadorias e também de contactos com a Europa e com a América. Ocorre-nos destacar apenas o pormenor, evidenciado por Cadornega, da improvisação das velas das igrejas de Massangano com cera das abelhas da Kissama.

Reforçando a coligação com o Kongo e com a Matamba de Njinga Mbandi, os Flamengos não cessaram de atacar os presídios portugueses da Muxima, de Cambambe e de Ambaca, que, todavia, ofereceram forte resistência. Um eventual assalto a Massangano revelava-se mais difícil, porquanto a coligação não dispunha de canhões. Mas, na viragem do ano de 1646 para o de 1647, depois de terem tentado instalar-se a leste do Lukala, no lugar da Kavala, expulsando o soba Ngola Kiaitu, os Portugueses viram-se derrotados militarmente em campo de batalha e compelidos a entrincheirarem-se no presídio. Só no cacimbo de 1647, nos meses de Julho e de Agosto, é que os Holandeses refizeram a coligação com Njinga Mbandi e com os Congueses, derrotando estrondosamente os Portugueses em terras da Ilamba, numa batalha onde perdeu a vida o arrojado Gaspar Borges Madureira, assim como o jovem D. Francisco Ngola Aidi, filho do rei do Dongo. O contingente congusês contou desta vez com um apoio massivo do Mani da Ilha de Luanda, D. Cristóvão Corte Real, que comandou cerca de 500 homens. Os refugiados de Massangano ainda penariam mais um ano, até lhes ser anunciado, na segunda quinzena de Agosto de 1648, que Salvador Correia de Sá expulsara de Luanda os Holandeses com navios de guerra vindos do Brasil.

## CAPÍTULO X

# **O segundo meio século da rainha Njinga Mbandi (c. 1582-1663): os interesses brasileiros em Angola**





# Cronologia

**Primeira metade do século xvii** - Os Estados de Ngoio, Kakongo e Loango, que outrora haviam constituído a província conguesa do Vungu, tornam-se independentes do Reino do Kongo.

**1645 (25 de Maio)** - Chega ao Kongo a segunda missão de Capuchinhos italianos, dividindo-se pelo Soyo e por São Salvador.

**1648 (14 a 18 de Agosto)** - Recuperação de Luanda aos Holandeses por Salvador Correia de Sá, naquela a que a historiografia colonial portuguesa designou por «Restauração de Angola».

**1649 (Janeiro)** - Ocupação definitiva da Ilha de Luanda pelos Portugueses, por ordem de Salvador Correia de Sá, privando o Reino do Kongo do seu centro emissor de moeda.

**1649 (Dezembro)** - Após um acordo entre Salvador Correia de Sá e Frei Boaventura de Alessano, os missionários capuchinhos da Propaganda Fide vindos do Congo instalam-se na Cidade Alta de Luanda, na Praça da Feira, defronte do Palácio. Assim se criou a Prefeitura Apostólica de Luanda, presidida por Frei Serafim de Cortona, e surgiu o Convento de Santo António dos Capuchos, demolido no início do século xx.

**Segunda metade do século xvii** - Hegemonia comercial britânica e francesa em Cabinda.

**1651/1654** - Terceira missão dos Capuchinhos em Angola e Congo, repartidos por Mbanza Soyo, por São Salvador do Congo (Mbanza Kongo) e por Massangano.

**1654 (Novembro)** - Desembarque em Luanda da quarta missão de Capuchinhos italianos para Angola e Congo, presidida por António Romano (Emílio de Laudati) e constituída por sete missionários, entre os quais João António Cavazzi de Montecúccolo.

**1656 (12 de Outubro)** - Assinatura, na Matamba, do tratado de paz entre a rainha Njinga Mbandi e Portugal, incentivado pelo capuchinho Frei Serafim de Cortona.

**1657 (4 de Fevereiro)** - Reconversão ao Cristianismo da rainha Njinga Mbandi, pelo padre capuchinho António Romano, e construção na Matamba da capela de Santa Ana; casamento católico de Njinga Mbandi com D. Salvador, o Jaga da Matamba; segundo Cavazzi, no mesmo ano, D. Bárbara Mucambo, irmã e sucessora de Njinga Mbandi, casou-se com o dembo D. António Carrasco Njinga Amona.

**1658 (Abril)** - A fim de estabelecer relações diplomáticas com o papa Alexandre VII, Njinga Mbandi envia como embaixador a Roma o padre Serafim de Cortona.

**1659 (28 de Setembro)** - Desembarque em Luanda dos Carmelitas Descalços, cujos trabalhos agrícolas abriram a lagoa do Kinaxixi e que em 1669, depois de construída a Ermida da Madalena e o primeiro cemitério angolano cristão, no Alto das Cruzes, inaugurariam na encosta da Ingombota o Convento de Santa Teresa (actual Igreja do Carmo).

**1661 (Maio)** - Construção, na extremidade norte da cidade de Luanda, da Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, por iniciativa do governador André Vidal de Negreiros.

**1662** - João António Cavazzi de Montecúccolo é nomeado confessor da rainha Njinga Mbandi, substituindo o seu falecido superior, o padre António Romano.

**1663 (17 de Dezembro)** - Falecimento da rainha Njinga Mbandi, na Matamba.

# **1 - A reconquista brasileira de Angola aos Holandeses (1648-1656)**

## **a) Salvador Correia de Sá e a «Restauração de Angola», em Agosto de 1648, segundo Cadornega**

Filho de pai brasileiro e de mãe espanhola, Salvador Correia de Sá e Benevides (Rio de Janeiro, 1594-Lisboa, 1688 ou Cádis, 1602-Lisboa, 1681) é visto como português pela história colonial portuguesa e como brasileiro pela historiografia nacionalista angolana. De facto, viveu a maior parte da sua vida no Brasil, para onde terá voltado em 1615 – presumimos que já com 23 anos –, acompanhando o pai, Martim Correia de Sá, que para lá regressava, novamente na qualidade de governador da capitania do Rio de Janeiro. Concluiu então os seus estudos em São Paulo, no Colégio da Companhia de Jesus, congregação religiosa a que a família sempre estivera ligada. Durante a juventude, participou em várias expedições em busca de minas, nos sertões de Sergipe e São Paulo, em guerras contra os Índios em território brasileiro e paraguaio, e em campanhas militares contra os Holandeses.

Em 1625, distinguiu-se na recuperação, para Portugal e para Espanha, da cidade de São Salvador da Baía. Em 1637, tal como o pai, o avô e o tio-avô – o famoso Estácio de Sá, o conquistador do Rio de Janeiro aos Franceses –, foi nomeado governador da capitania do Rio de Janeiro, em substituição de Rodrigo de Miranda Henriques. Mas desde 1635 que os Fluminenses o apodavam de *A Sombra do Sol*, pois controlava toda a economia açucareira do Rio de Janeiro. Mercê da fortuna arrecadada ao longo de anos pela sua família na exploração das minas e dos solos brasileiros,

o Senado da Câmara concedera-lhe a exploração exclusiva dos engenhos e dos armazéns de embarque, por um período inicialmente previsto para 19 anos, mas que se perpetuaria pelos seus descendentes até 1851. Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Maria de Mendonça e Benevides e marido de Catarina de Ugarte e Velasco, ambas espanholas naturais de Cádiz, foi sempre alguém benquisto na Corte filipina.

Foi, sem dúvida, com o apoio dos Jesuítas que, durante a juventude, ao lado de outros roceiros e comerciantes, Salvador Correia de Sá se distinguiu nas campanhas de expulsão dos Holandeses do Brasil, espelhando um sentimento anti-flamengo que constituiu um primeiríssimo embrião do que viria a ser mais tarde o nativismo brasileiro. Subsistia, no entanto, um problema: a exploração açucareira implicava o uso de mão-de-obra escrava vinda do continente africano e os principais portos fornecedores, Luanda e Benguela, assim como o entreposto incontornável que era o arquipélago de São Tomé e Príncipe, encontravam-se ocupados pelos Holandeses, pelo que os custos de importação dessa mercadoria essencial encareciam sobremaneira.

Se, em 1643, foram os Jesuítas quem aconselhou Salvador Correia de Sá, a fim de escapar às acusações graves dos seus conterrâneos fluminenses, a afastar-se voluntariamente do governo da capitania do Rio de Janeiro, a escrever ao Conselho Ultramarino e a dirigir-se pessoalmente a Lisboa, não é de admirar que tenha sido igualmente por diligências dos padres da Companhia de Jesus que D. João IV o protegeu. Nomeou-o, nesse mesmo ano, general das frotas do Brasil, e no ano seguinte membro do Conselho Ultramarino. E apressaria também, em meados de 1647, um ano depois da morte de Francisco Sotomaior em Massangano, a nomeação de Salvador Correia de Sá como governador de Angola, com ordens

secretas para recuperar Luanda e outros pontos do litoral angolano ocupados pelos Holandeses desde 1641.

Meio ano depois da Revolução de 1 de Dezembro de 1640, Portugal celebrara, a 12 de Junho de 1641, um tratado de tréguas com a Holanda. Mas esse tratado visava, segundo os Holandeses, obter a paz com os Portugueses apenas na Europa, uma vez que tal aliança com Portugal interessava à Holanda na sua guerra contra a Espanha. Pelo que não impediu que Maurício de Nassau ordenasse a ocupação de Luanda, de Benguela e de São Tomé em Agosto de 1641, sem o menor sinal de protesto por parte de Lisboa. Tudo leva, pois, a crer que a violação deste tratado de tréguas em 1648, através do envio a Angola da esquadra secreta comandada por Salvador Correia de Sá, tenha resultado de manobras de influência da Companhia de Jesus, a qual, à revelia da Santa Sé – que só muito mais tarde, em 1669, reconheceria a independência de Portugal face a Espanha –, terá pressionado o governo de Lisboa nesse sentido. Pretendia defender os seus próprios interesses e também os dos fazendeiros e comerciantes de escravos brasileiros.

Em Luanda, em 1874, foi erguida a Salvador Correia de Sá uma estátua na Cidade Alta, mesmo em frente ao Palácio dos Governadores e à Igreja de Jesus, por iniciativa dos comerciantes nativistas, de entre os quais se destacou Francisco Barbosa Rodrigues. O rosto dessa estátua foi moldado a partir de uma gravura da autoria de Charles Legrand, datada de 1841. Nessa gravura, assim como na estátua, os olhos do «Restaurador de Angola» encontram-se arredondados, bem diferentes dos olhos indiáticos herdados da avó temiminó que figuram no retrato para o qual posou, e o seu aspecto mais parece um decalque da imagem do «Restaurador de Portugal», D. João IV. É, aliás, essa mesma fisionomia «europeizada» de Salvador Correia de Sá aquela que figura igualmente nas efígies

reproduzidas em notas de angular e de escudo emitidas pelo Banco de Angola entre 1929 e 1974.



21 – Efígie de Salvador Correia de Sá na nota de 20 angolares emitida pelo Banco de Angola entre 1929 e 1974. SOUSA, 1967, p. 119.

A Primeira República Portuguesa, com início em 1911, impôs o nome de Salvador Correia na toponímia das cidades angolanas, baptizando a mais longa das artérias que atravessa a baixa luandense, desde os Coqueiros até ao Bungo, depois da Independência chamada Rua Rainha Jinga. A primeira instituição do ensino secundário em Angola, e também a única durante dez anos, um liceu criado em Luanda em 1918, na Avenida Brito Godins, o eixo que separava os antigos musseques da Ingombota e do Maculusso, chamou-se Liceu Salvador Correia até, em 1975, passar a ser a Escola Secundária Mutu ya Kevela. A estátua de Salvador Correia de Sá permaneceria na Cidade Alta de Luanda durante exactamente cem anos, ao longo dos quais congregou à sua volta as festividades de 15 de Agosto, comemorativas, quer do dia de Nossa Senhora da Assunção, quer da «Restauração» de Angola aos Holandeses. Só após a Independência de Angola, em 1975, seria removida para a Fortaleza de São Miguel.

Como se desenrolou, então, em 1648, a reconquista de Luanda aos Holandeses, que a historiografia colonial portuguesa, reproduzindo a terminologia usada para a Revolução de Dezembro de 1640, dos Portugueses contra o domínio espanhol, consagraria com a designação de «Restauração de Angola»? A principal fonte narrativa coeva desse facto, erigido pela mesma historiografia em acto de

heroísmo e de bravura, é, mais uma vez, a *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)* de António de Oliveira de Cadornega. A respeito da reconquista de Luanda, este documento só parcialmente corresponde a um depoimento testemunhal, pois Cadornega, conforme aliás o reconhece expressamente, não presenciou as operações militares, uma vez que, entre os dias 14 e 18 de Agosto de 1648, não se encontrava em Luanda e sim em Massangano. No relato do que se passou em Luanda entre os dias 14 e 18 de Agosto de 1648, Cadornega certamente se baseia no que lhe foi contado por alguns dos soldados brasileiros que desembarcaram com Salvador Correia de Sá, reinterpretando os testemunhos a partir do seu ponto de vista pessoal. Segundo o seu texto, a esquadra de Salvador Correia de Sá, inicialmente constituída por sete navios, mas reduzida a cinco pelas intempéries, terá saído de Lisboa em Novembro de 1647, rumo ao Rio de Janeiro. Nesta cidade, Salvador Correia conseguiu obter mais dez navios, cinco dos quais à sua própria custa e outros cinco com o dinheiro de outros comerciantes brasileiros. Partiu para Angola com um total de 15 embarcações a 12 de Maio de 1648, dia consagrado ao arcanjo São Miguel, que por isso foi eleito alferes-mor simbólico da expedição.

Apenas 11 navios e 1100 homens, incluindo Índios quase nus de penas na cabeça, chegaram em Julho às costas da futura Moçâmedes, no sul, de onde a expedição, seguindo a rota normal dos veleiros, ao sabor dos ventos e da corrente fria de Benguela para atingir de sul para norte a Barra do Kuanza e o porto de Luanda – só alterada muito mais tarde com o aparecimento dos navios a vapor –, partiu rumo ao Quicombo. Previam-se que, nessa enseada, Salvador Correia de Sá, seguindo as recomendações de Francisco Sotomaior e à semelhança de Cerveira Pereira em Benguela 30 anos antes, reforçasse as fortificações e fundasse uma feitoria que fizesse concorrência a Luanda. Do Quicombo seguiria

por terra para Massangano. No entanto, a perda de um galeão numa tempestade ao largo de Benguela, precisamente a nau-almirante, trouxe mais uma vez a Salvador Correia a evocação do arcanjo São Miguel, que o levou a renunciar a esse projecto e a dirigir a esquadra directamente para Luanda. Fundeou entre a Barra da Corimba e a Ilha do Cabo na madrugada do dia 14 de Agosto e intimou os Holandeses do Forte do Morro de Amesterdão a renderem-se.

Os Flamengos solicitaram uma trégua de uma semana, pois esperavam que alguns dos seus compatriotas voltassem de Massangano, para onde tinham seguido dias antes, aliados à rainha Njinga Mbandi e ao Ntotila do Kongo, D. Garcia II Afonso, com o objectivo de atacar e massacrar os luandenses lá refugiados. Informado desse facto, Salvador Correia de Sá – a esse propósito chamado «general anfíbio» por Gastão Sousa Dias – decidiu surpreender o inimigo por terra. Daí que tenha concedido aos Flamengos apenas dois dias das tréguas pedidas, os quais aproveitou para fundear mais a norte, junto ao Forte do Penedo, mais ou menos onde se situa o actual porto de Luanda e a Av. da Boavista, abaixo da actual encosta do Miramar. Cerca de 900 homens desembarcaram aí e subiram as barrocas, rezando missa campal à sombra de uma grande árvore, talvez um imbondeiro. Em *A Gloriosa Família*, de Pepetela, o holandês católico Baltazar Van Dum acolhe Salvador Correia de Sá nesse lugar, então inóspito.

A infantaria de Salvador Correia de Sá foi então subindo pelas barrocas, e depois avançando pelo mato, seguindo um itinerário que corresponde aproximadamente à actual Av. Brito Godins (ou Lenine), dando uma curva na Maianga, então Lagoa dos Elefantes, e chegando ao Convento de São José, futuro Hospital Maria Pia (ou Josina Machel). O objectivo era atingir a Cidade Alta, o pólo dos poderes. À entrada desta, os Holandeses haviam-se entrincheirado no



lugar referido por Cadornega como Porta dos Negros ou Porta do Rosário, onde então se erguia a Igreja do Rosário dos Pretos, existente desde 1628. Mas, surpreendendo os Flamengos, que contavam com um ataque por mar e não por terra, os Brasileiros não tardaram a transpor essa trincheira e tomaram a Igreja de Jesus e o Colégio dos Jesuítas. Foi neste ponto que o destacamento brasileiro deu curso à operação estratégica gizada por Salvador Correia, dividindo-se em quatro colunas, todas com o objectivo de atacar o morro de São Paulo (ou de Amesterdão):

- I. A primeira desceria as barrocas setentrionais, por detrás do actual Estádio dos Coqueiros, seguindo pela então Praia Grande (actual fim da Marginal, perto do Largo Lopes de Sequeira ou do Atlético), a fim de tomar a Fortaleza da Guia, no sopé do morro, onde actualmente se encontra o Largo do Baleizão;
- II. A segunda avançaria directamente pela Estância da Matriz (actual Rua de Diogo Cão ou 17 de Setembro), conducente à Fortaleza de Amesterdão (ex-Fortaleza de São Paulo e futura Fortaleza de São Miguel);
- III. A terceira desceria as barrocas meridionais, percorrendo o que viria a ser a Samba até à Praia do Bispo, e atacando depois o baluarte sudoeste da Fortaleza;
- IV. Uma quarta coluna vinha pela baía, em batéis, atacando o baluarte norte.

Ao contrário do que se previa, estas quatro operações não conseguiram ser simultâneas, pelo que só três dias depois, a 18 de Agosto, os Holandeses capitularam.



A ligação de Salvador Correia de Sá aos Jesuítas está na origem das comemorações da «Restauração», cujas festividades, sempre associadas às celebrações das cerimónias religiosas de 15 de Agosto, de que destacamos as missas campais nas barrocas da Fortaleza ou na Igreja de Jesus e a procissão em acção de graças a Nossa Senhora da Assunção, se repetiriam por muitos anos na Cidade Alta, com grande adesão popular, até 1975. A elas ainda assistiria o autor destas linhas.

Um dos primeiros actos públicos do «Restaurador», após a retirada dos Flamengos, foi precisamente devolver à Companhia de Jesus o seu Colégio e a sua Igreja, onde ordenou que se celebrassem festas comemorativas da reconquista da cidade durante oito dias. A tradição subsistiu todos os dias 15 de Agosto, mesmo depois de a Igreja de Jesus ter sido abandonada em 1760, por ocasião da expulsão dos Jesuítas pelo marquês de Pombal, e de o seu telhado ter ruído em 1783, só vindo a Igreja a ser integralmente restaurada depois de 1948, precisamente na sequência das comemorações do terceiro centenário da «Restauração» de Luanda, embora seguindo um processo de obras moroso que duraria até 1965. Isso não obstou, contudo, a que a procissão do dia 15 de Agosto tivesse sempre, até à Independência, mantido a tradição de sair de uma das igrejas localizadas na Cidade Alta, fosse ela o Convento franciscano de São José (futuro Hospital Maria Pia) entre 1818 e 1833, ou, depois dessa data, a Igreja da Misericórdia, então chamada da Conceição por albergar a paróquia da antiga Sé, voltando a sair da Igreja de Jesus após a conclusão da sua reconstrução em 1965.

### **b) Os Capuchinhos italianos da Propaganda Fide começam a intervir nas relações de Luanda com o Kongo (1648-1654)**

Pouco depois de tomar posse como governador de Angola, Salvador Correia de Sá enviou a Njinga Mbandi um

embaixador, Rui Pegado da Ponte, que lhe levou presentes e cartas com propostas de acordos de paz. Embora a soberana da Matamba tenha respondido diplomaticamente, presenteando com escravos e fazendas o novo governador brasileiro de Luanda, as pazes não se concretizaram por iniciativa deste, que não cedeu às exigências da rainha de lhe devolver a irmã, D. Bárbara Mucambo, agora em cativeiro em Luanda e considerada uma refém preciosa. No entanto, até ao fim do ano de 1648, os exércitos portugueses conseguiram submeter a maioria dos sobados outrora aliados aos Holandeses e efectuar um tratado de paz com o Jaga de Kasanje.

Mais complexos, no entanto, foram os contactos de Salvador Correia de Sá com o Kongo, incompatibilizado com Luanda havia mais de 20 anos, desde o tempo das aventuras belicosas de João Correia de Sousa. Ainda assim, em Setembro de 1648, logo um mês depois de assumir o governo de Angola, Salvador Correia enviou a D. Garcia II Afonso uma proposta de paz de teor paternalista, onde declarava perdoar ao Ntotila a aliança que fizera com os Holandeses. A resposta de D. Garcia II Afonso só podia ser, como efectivamente o foi, seca e negativa, afirmando que não havia quaisquer motivos para arrependimentos. Passados quatro meses, em Janeiro de 1649, Salvador Correia de Sá tomou a decisão de se apoderar pela força da Ilha de Luanda, para onde nomeou um governador congues da sua confiança. Os Portugueses apropriavam-se assim, finalmente, do principal centro de emissão de moeda conguesa. Prejudicado financeiramente e impedido de levar por diante uma ofensiva militar contra Luanda, mercê do tampão inexpugnável que os exércitos portugueses formaram nas margens do rio Dande, linha de fronteira entre o Kongo e Angola, D. Garcia II Afonso decidiu-se então a recorrer às vias diplomáticas. Enviou a Luanda, como embaixador, frei Boaventura de Sorrento, um missionário capuchinho italiano da Propaganda Fide.

Criada em 1622, pela Bula *Inscrutabili Divinae* do papa Gregório XV, como dicastério da Cúria Romana vocacionado para ministrar as questões relativas à evangelização, a *Congregatio pro Gentium Evangelizatione* (Congregação para a Evangelização dos Povos), mais conhecida por Propaganda Fide, tivera a sua primeira intervenção em território congues em 1640, às vésperas da ocupação de Angola pelos Holandeses. Fundara então a Prefeitura Apostólica do Congo, em São Salvador (antiga Mbanza Kongo), entregue aos Capuchinhos italianos. Tratava-se da resposta do papa Urbano VIII, sucessor de Gregório XV, a uma solicitação do Ntotila D. Álvaro VI. Este monarca congues, simpatizante da Companhia de Jesus, fora derrotado em 1636 e em 1637, em duas guerras que movera contra o seu sogro, o Mani Soyo D. Miguel da Silva, ao tempo já militarmente apoiado pelos Holandeses. D. Álvaro VI suscitara então a simpatia dos governadores portugueses de Luanda, não apenas pelas suas hostilidades contra os Basolongo, já aliados aos Holandeses, mas também por haver pedido ao papa Urbano VIII um reforço de missionários católicos.

A Santa Sé, por intermédio da Propaganda Fide, criou, consequentemente, a Prefeitura Apostólica do Congo, para onde deliberou enviar seis Capuchinhos italianos, cujo superior era frei Boaventura de Alessano. A missão, contudo, não chegou a partir para o Congo, pois em fins de Abril de 1641 foi retida em Lisboa por determinação do rei D. João IV, que hesitava em fazer concessões à Propaganda, não apenas pelo facto de a Coroa portuguesa depender economicamente da Companhia de Jesus, sua rival, mas também porque o monarca português pretendia exercer pressões sobre Roma no sentido do reconhecimento pela Santa Sé da independência de Portugal. A chegada à capital portuguesa, em Dezembro do mesmo ano, da notícia da tomada de Luanda pelos Holandeses quatro meses

antes, trazida pelo capitão António Fonseca Dornelas, mais contribuiu para embargar a partida dos Capuchinhos, que, todavia, ainda se mantiveram em Lisboa até meados de 1642, data em que regressaram a Roma desalentados.

Entretanto, a 22 de Fevereiro de 1641, o Ntotila D. Álvaro VI falecia subitamente. Segundo suspeitas do então governador português Pedro César de Menezes, o monarca congouês fora envenenado pelo seu irmão e sucessor, D. Garcia II Afonso, que enveredou por uma política de plena aliança com os Flamengos. Prosseguiu, no entanto, nas disputas com o Mani Soyo, D. Miguel da Silva, quer no que diz respeito a contactos diplomáticos com a Holanda, ambos enviando emissários a Pernambuco e a Haia, quer na solicitação a Roma de missionários não Portugueses, ainda que católicos. No que diz respeito ao apoio dos Holandeses, o auto-proclamado Grande Príncipe do Soyo D. Miguel da Silva levou a melhor, quer nos lucros que arrecadou no negócio de embarque de escravos no porto de Pinda, quer na vitória militar que obteve em combate contra o senhor de Mutaku, D. Afonso, filho do Ntotila. Perante a obstrução obstinada do rei de Portugal, D. João IV, à passagem dos missionários da Propaganda Fide por Lisboa, o papa conseguiu então do rei de Espanha, Filipe IV, a autorização para que os Capuchinhos embarcassem num porto espanhol.

Assim chegou ao Pinda, no Soyo, a 25 de Maio de 1645, a segunda missão dos Capuchinhos italianos, agora reforçada com alguns missionários espanhóis, mas igualmente encabeçada pelo napolitano frei Boaventura de Alessano, como a primeira. Devido à inimizade existente entre o Mani Soyo e o Ntotila, os missionários foram inicialmente divididos em dois grupos, mantendo-se um no Soyo, dirigido por outro napolitano, frei Boaventura de Sorrento, e seguindo o outro grupo para São Salvador, dirigido pelo prefeito frei Boaventura de Alessano. Nesse mesmo ano, outra missão de Capuchinhos italianos vindos de Roma

tentou juntar-se a esta, mas foi capturada pelos Flamengos em Luanda, em Março de 1646, e daí recambiada para o Brasil. Ainda em 1645, foram grandes os esforços dos Capuchinhos italianos para tentar reconciliar o Ntotila com o seu vassalo do Soyo. Conseguiram que o filho de D. Garcia II Afonso fosse libertado e reconduzido a Mbanza Kongo. Mas no ano seguinte, a guerra recomeçou e o sucessor de D. Miguel da Silva, falecido em 1641, o Grande Príncipe do Soyo D. Daniel da Silva, saiu vencedor da maioria das contendidas.

Todavia, a segunda missão dos Capuchinhos conseguiria, pelo menos, assegurar a livre circulação dos missionários entre Mbanza Soyo e São Salvador do Congo. Em Janeiro de 1649, foi frei Boaventura de Sorrento, chefe da missão do Soyo, o escolhido por D. Garcia II Afonso para ser enviado a Luanda, na qualidade de embaixador do Kongo, a Salvador Correia de Sá. O governador brasileiro não reconheceu o estatuto de embaixador ao capuchinho italiano pelo facto de este não lhe levar qualquer missiva assinada pelo Ntotila. Recusou-se, por isso, a retirar as forças militares portuguesas das margens do Dande, conforme lhe era pedido. Só a 19 de Fevereiro é que D. Garcia II Afonso mandou a Luanda nova embaixada, desta vez constituída por um jesuíta, por um capuchinho e por dois fidalgos congueses, com uma carta onde o Ntotila se afirmava amigo e irmão em armas do rei de Portugal. As negociações de paz só ficaram concluídas no dia 13 de Abril. D. Garcia II Afonso ficou obrigado a pagar ao governo de Luanda indemnizações de guerra pela colaboração com os Holandeses, a conceder aos Portugueses direitos exclusivos à exploração das (presumíveis) minas de ouro de Mpemba e ainda a reconhecer a Portugal o domínio sobre a Ilha de Luanda e sobre os sobados (ou Dembos) de Nambuanguongo e de Ambuíla. Saboreando esta histórica primeira submissão política do Kongo a Portugal, Salvador Correia de Sá não

hesitou em tomar uma atitude de manifesta insolência para com D. Garcia II Afonso, nomeando para São Salvador do Congo um capitão-mor português.

Curiosamente, em Angola e no Congo, Salvador Correia de Sá não se mostrou tão dependente da Companhia de Jesus quanto o parecera ter sido no Brasil e em Portugal. Ao longo de toda a segunda metade do ano de 1649, depois da capitulação do Ntotila, o governador defrontou em Luanda, ousadamente e com êxito, o padre António Couto, um jesuíta que o acompanhava desde Lisboa. Muito chegado ao rei D. João IV, este padre António Couto nunca tinha estado anteriormente em Angola, mas distinguira-se em 1642 ao publicar, em Lisboa, o primeiro catecismo em kimbundu, escrito dez anos antes pelo seu confrade italiano Francisco Pacónio. Ainda que nomeado director do Colégio da Companhia de Jesus de São Salvador do Congo, António Couto não viu com bons olhos a aproximação que Salvador Correia de Sá persistia em fazer ao chefe da Prefeitura Apostólica do Congo, frei Boaventura de Alessano. Não hesitou, por isso, a 28 de Julho de 1649, em escrever a D. João IV uma carta em que acusava os Capuchinhos italianos de serem agentes de Filipe IV de Espanha nas suas alegadas pretensões a Angola, como de resto, acrescentava, já o haviam sido dos Holandeses.

Indiferente às increpações do jesuíta, Salvador Correia de Sá, apoiado pelo Senado da Câmara de São Paulo da Assunção, conseguiu convencer o prefeito do Apostolado de São Salvador do Congo, frei Boaventura de Alessano, a enviar alguns Capuchinhos para Luanda. Efectivamente, em Dezembro de 1649, os missionários da Propaganda instalaram-se na Praça da Feira, defronte do Palácio. Assim surgiu, na Cidade Alta de Luanda, o Convento de Santo António dos Capuchos, sobre cujas ruínas o governador Norton de Matos mandaria construir, entre 1912 e 1915, o jardim da Cidade Alta, com um coreto no meio, ainda hoje existente. O Convento de Santo António dos Capuchos deu



nome a uma rua, a Calçada de Santo António (hoje, oficialmente, Rua Domingos Tehakanga), que estabelece a ligação entre o Palácio e o que foi no século XIX o Musseque do Kibandu e no século XX o Largo D. Afonso Henriques (actualmente Largo do Lumege ou da Associação Chá de Caxinde).

Salvador Correia de Sá conseguiu, assim, que se criassem duas Prefeituras Apostólicas com missionários capuchinhos: uma em Luanda, presidida por frei Serafim de Cortona, além da já existente em São Salvador do Congo, sob a direcção de frei Boaventura de Alessano. Ambas prestaram obediência ao rei de Portugal, a quem Salvador Correia de Sá endereçou, nesse mesmo mês de Dezembro de 1649, uma missiva onde aconselhava D. João IV a ter confiança nos Capuchinhos, mesmo que italianos:

V. Majestade fará um grande serviço a Deus, se adquirir mais quinze ou vinte sujeitos destes, para se espalharem por todo este sertão, que farão muitíssimo fruto às almas desta multidão de gentio *[sic]*.

O governador brasileiro tinha, portanto, a plena convicção de que, naquela conjuntura, os missionários Capuchinhos eram os intermediários mais privilegiados entre os Portugueses e os Africanos, quer no Congo, quer em Angola, no sentido de salvaguardar os interesses açucareiros do Brasil através da intensificação do embarque de escravos.

Entretanto, com a anuência de Salvador Correia de Sá, D. Garcia II Afonso enviava a Lisboa e a Roma, na qualidade de seu embaixador, outro capuchinho italiano, o fiel frei Boaventura de Sorrento. Este religioso chegou a Lisboa a 30 de Março de 1650 e conseguiu, não apenas que D. João IV ratificasse o tratado de paz de Salvador Correia de Sá com o Ntotila, mas também conquistar a confiança do monarca português. Chegando a Roma a 8 de Junho, frei Boaventura de Sorrento, instruído por D. João IV,

convenceu o papa Inocêncio X a preparar uma terceira missão de Capuchinhos para o Congo que partisse obrigatoriamente de Lisboa, um porto português. Daí seguiu, no final do ano, o novo prefeito Apostólico de Angola e Congo, frei Jacinto de Vetralla, munido de provisões assinadas por D. João IV, que parecia reconciliado com a Propaganda Fide. Mas o mesmo não aconteceu com a terceira missão dos Capuchinhos, que embarcaria, em Fevereiro de 1651, num porto espanhol, Cádiz, por ironia a terra natal da família materna de Salvador Correia de Sá e também a da sua esposa.

Embora reconheçamos que, no seio da Propaganda Fide, se digladiavam, ao tempo, dois grupos de interesses políticos distintos, um a favor da Espanha, outro a favor de Portugal, cremos que esta clivagem, ao contrário do empolamento que lhe confere Ralph Delgado, não teve grande relevância em Angola e no Congo. Quer Salvador Correia de Sá, quer os governadores que lhe sucederam, mantiveram-se indiferentes às diatribes lançadas contra a Propaganda Fide por parte do director do Colégio da Companhia de Jesus de São Salvador do Congo, o jesuíta António Couto, que nelas persistiu em vão até à data da sua morte, em 1666. Se alguns documentos indiciam que o chefe da terceira missão dos Capuchinhos, frei João Francisco de Roma, foi admoestado em Luanda pelo prefeito Jacinto de Vetralla, por haver embarcado em Cádiz e não em Lisboa, há outros, todavia, que dão conta da presença do mesmo frei João Francisco de Roma e dos seus confrades, quer no Soyo e em São Salvador do Congo, em 1651, quer em Massangano, em 1654, onde fundaram uma missão.

Quanto a Salvador Correia de Sá, deixou o governo de Angola no início de Março de 1652, sendo substituído pelo igualmente brasileiro Rodrigo de Miranda Henriques, por coincidência (ou não?) seu antigo antecessor nas funções de governador da capitania do Rio de Janeiro. Rodrigo de

Miranda Henriques desembarcou em Luanda afectado por problemas de saúde, nomeadamente uma paralisia e graves perturbações mentais. Ao fim de 11 meses, a 12 de Fevereiro de 1653, morreria, para dar lugar a mais um governo interino presidido pelo colono Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, um dos antigos triúnviros de Massangano.

Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha governou interinamente Angola durante ano e meio, até Outubro de 1654, período durante o qual em Lisboa, nas secretarias do Conselho Ultramarino, se acumularam três candidaturas ao governo de Angola. A sorte coube em primeiro lugar a Luís Martins de Sousa Chichorro, um antigo governador da Índia, que tomou posse em Luanda a 17 de Outubro de 1654. Mas os outros dois candidatos, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, só tiveram de aguardar pacientemente, em lista de espera, até que daí a poucos anos fossem brindados com a mesma sorte. Ambos, tal como Salvador Correia de Sá e Benevides, eram latifundiários brasileiros e também auferiam do estatuto de heróis das guerras contra os Holandeses no Brasil. A hegemonia brasileira em Angola tornava-se, sem dúvida, por demais evidente.

## **2 - Os antecedentes e as consequências da (re)cristianização da rainha Njinga Mbandi (1654-1663)**

### **a) Os inimigos de Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658): os comerciantes de Luanda, D. Garcia II Afonso e a Companhia de Jesus**

Os interesses açucareiros do Brasil não tardaram a afirmar-se em Angola durante o governo do não brasileiro

Luís Martins de Sousa Chichorro. Este governador, tal como timidamente e em vão o tentaram fazer alguns raros dos seus antecessores, procurou incentivar, na linha das propostas formuladas por Diogo Ferreira, por Domingos de Abreu de Brito e por Jerónimo Castanho no final do século anterior, uma política de economia agrária com vista a fazer de Angola, no futuro, não só uma colónia de povoamento, mas sobretudo uma fonte de matérias-primas para Portugal. Nesse sentido, preconizou que se introduzissem em território angolano as culturas da cana sacarina e do algodão. Recebeu, da parte dos magistrados e vereadores da Câmara Municipal de Luanda, uma resposta rotundamente negativa.

As razões evocadas pelos moradores de Luanda contra os propósitos do governador, em carta de reclamação que enviaram para Lisboa, a 3 de Fevereiro de 1655, e que obteve a aprovação do rei D. João IV, eram as seguintes:

- I. A impossibilidade de cultivo, em terras angolanas, de canas capazes de obter açúcar, pois já em 1641 se verificara que elas se desfaziam em água;
- II. A carência de lenha, em Angola, para os engenhos exigidos por estas unidades de exploração agrícola;
- III. A escassez de capitais, entre os moradores de Luanda e de outras cidades e presídios angolanos, para um empreendimento tão dispendioso e cujos rendimentos, além do mais, eram duvidosos, ou mesmo nulos;
- IV. As deficiências dos navios para transportarem de Angola para Portugal, com garantia de qualidade, produtos como o açúcar ou o algodão;
- V. O perigo de uma concorrência nociva e ruínosa à navegação comercial entre Angola e Brasil.

Este último argumento era, na realidade, o mais autêntico e o mais conforme aos verdadeiros interesses dos moradores das cidades angolanas. Na maioria eram comerciantes e os seus lucros principais advinham da exportação de escravos para as plantações brasileiras onde, aí sim, fazia sentido o cultivo do açúcar e do algodão. A introdução destas culturas em Angola iria, sem dúvida, prejudicar os seus negócios, além de reduzir consideravelmente a mercadoria a transaccionar para o exterior, através do desvio do destino de boa parte da mão-de-obra escrava para plantações internas.

Luís Martins de Sousa Chichorro tentou igualmente restringir as licenças para os comerciantes de escravos nas feiras do sertão, assim como proibir as vendas, em terras do interior, de armas e de pólvora aos chefes africanos, que já era um negócio assaz lucrativo. Também quanto a estas medidas do governador, a Câmara Municipal de Luanda apresentou queixa ao Conselho Ultramarino, por meio de carta enviada para Lisboa a 19 de Fevereiro de 1656. E também nesta matéria obtiveram os queixosos o pleno deferimento do rei D. João IV. Por estas políticas, às quais acresce o facto de haver hesitado em respeitar a opinião da Câmara Municipal de Luanda quando, em Junho de 1656, na iminência de um ataque naval à cidade pelos Holandeses do Loango, levou tempo a ordenar a imediata retirada total do exército português da Kissama, onde havia meses se esvaía num conflito bélico sangrento, é fácil adivinhar quais os primeiros inimigos com quem o governador Sousa Chichorro se confrontou em Angola: os moradores das cidades ou, utilizando um termo mais hodierno, os colonos. Mas não foram os únicos.

Outro adversário ameaçador foi D. Garcia II Afonso, o Ntotila do Kongo que, durante a década anterior, se aliara aos Holandeses e que, em 1649, se vira forçado a assinar com Salvador Correia de Sá acordos de paz humilhantes. Este monarca confrontava-se com a realidade dramática de

um Estado financeiramente arruinado e politicamente cada vez mais dividido. A população da capital, São Salvador do Congo, que no final do século anterior, mercê do grande movimento comercial, se aproximava, segundo Duarte Lopes, dos dez mil habitantes, contava agora com não mais do que 500 indivíduos. Segundo depoimentos dos missionários Capuchinhos, era ruinoso o estado das múltiplas igrejas de São Salvador, inclusive a Sé, votada ao abandono pelo facto de o bispo residir há muito em Luanda, na Cidade Alta.

Foi precisamente em 1655 que os comerciantes abastados de Luanda custearam, na baixa, a construção da Igreja dos Remédios. Embora esta igreja só ficasse concluída em 1679 e só tenha vindo a adquirir o estatuto de Sé de Luanda em 1815, é sabido que os comerciantes endinheirados de Luanda não se cansaram de reivindicar tal estatuto para a Igreja dos Remédios desde o início da sua construção. Provam-no os pedidos insistentes formulados ao rei D. João IV nas muitas cartas que lhe foram enviadas pelo Senado da Câmara Municipal de Luanda, constituído por esses mesmos comerciantes enriquecidos graças ao intercâmbio comercial permanente com o Brasil. Aliás a Igreja dos Remédios, ainda que despojada das suas riquezas pelos vandalismos do regime liberal do segundo quartel do século XIX e por isso mais tarde restaurada num estilo desgracioso ainda hoje evidente, patenteou durante quase 200 anos, num barroquismo ostensivo, o ouro brasileiro de quem a construiu.

Sempre envolvido em guerras com os seus vassallos, nomeadamente com o príncipe do Soyo e o marquês de Mpemba, D. Garcia II Afonso recusava-se a pagar ao governador de Angola os 900 *motetes* – os cestos destinados a arrecadar impostos – de fazendas previstos no tratado de paz (ou de vassalagem?) que celebrara com

Salvador Correia de Sá em 1649. Também se recusava a devolver a Luanda os escravos evadidos da capital e refugiados no Kongo, que incorporava nos exércitos organizados contra os seus inimigos congueses. Além disso, cobrava elevados tributos, os *xicacos*, aos pumbeiros portugueses que atravessavam o seu território, prejudicando os lucros dos seus aviantes de Luanda.

Nos anos de 1655 e de 1656 o governador Sousa Chichorro e a Câmara de Luanda formularam por carta para o Conselho Ultramarino, em Lisboa, pedidos de autorização para declararem guerra ao soberano do Kongo. A resposta de Lisboa, em carta régia de 27 de Setembro de 1656 assinada por D. João IV, foi no sentido de não aprovar um conflito bélico contra o Ntotila, mas apenas a captura de um dos seus capitães que aliciava os escravos a fugir de Luanda. A preocupação da Coroa portuguesa era, evidentemente, a de evitar conflitos que pudessem prejudicar o acesso dos Portugueses às presumíveis minas de ouro de Mpemba. Mas a 9 de Junho de 1657, com a justificação de acudir a um apelo desesperado de socorro lançado pelo marquês de Pemba contra um ataque do Ntotila, Luís Martins de Sousa Chichorro deliberou que fosse imediatamente declarada guerra contra D. Garcia II Afonso. Valeu-lhe a aquiescência da rainha D. Luísa de Gusmão, que, entretanto, assumira a Regência de Portugal desde a morte do marido, D. João IV, em Novembro do ano anterior, pois o herdeiro do trono português, D. Afonso VI, contava apenas 13 anos.

Contudo, esta campanha militar contra o Kongo, organizada a partir de Massangano, não foi além do marquesado do Manilumbi e do ducado de Bamba, pois os soldados portugueses, segundo Cadornega, recusaram-se a avançar para norte do rio Loje por acreditarem, supersticiosamente, ser este o «rio do esquecimento», que jamais tornaria a ser visto por quem o atravessasse.

Evidentemente que a explicação de Cadornega não se nos afigura convincente. O certo é que, enquanto decorria a campanha, D. Garcia II Afonso se comprometeu a entregar alguns escravos fugidos ao governador Sousa Chichorro, conseguindo deste modo suscitar a sua complacência. O esmagamento do Reino do Kongo, decisivo para o poder colonial português, ficava assim adiado por oito anos, até ao massacre de Ambuíla de 1665.

A terceira inimizade que Luís Martins de Sousa Chichorro suscitou em Angola foi a da Companhia de Jesus, devido aos privilégios que este governador, seguindo os passos de Salvador Correia de Sá, concedeu aos Capuchinhos italianos da Propaganda Fide. Mas a primeira alteração de Chichorro com os Jesuítas ocorreu logo no início do seu mandato e nada teve que ver com os missionários da Propaganda. Constitui uma interessante ilustração do ambiente vivido em Luanda nos anos que se seguiram às duas «Restaurações», a de Portugal em 1640 e a de Angola em 1648.

Uma vez recuperado aos Holandeses o domínio português sobre o litoral angolano por Salvador Correia de Sá, tinham sido *ipso facto* introduzidas em Angola as determinações de Lisboa que proibiam aos portos portugueses o acolhimento de navios espanhóis. No caso angolano, contudo, a lei abria uma excepção para os navios castelhanos provenientes do continente americano. As razões deviam-se ao facto de os portos espanhóis da América do Sul, nomeadamente o de Buenos Aires, serem então um excelente escoadouro para a mão-de-obra escrava embarcada em Luanda. Por conseguinte, as escalas destes navios constituíam uma importante fonte de receitas para os comerciantes luandenses. Entre esses comerciantes, evidenciavam-se os padres da Companhia de Jesus, que continuavam a ser os proprietários da maioria dos edifícios e dos armazéns da cidade, assim como dos arimos da



periferia. No entanto, as escalas em Luanda dos navios espanhóis vindos da Europa ou das Canárias também se revelavam lucrativas. Nenhum deles, no fim de contas, vinha com outro intuito que não fosse o de adquirir e embarcar escravos para a América do Sul, as Índias Ocidentais, cativos que os Espanhóis obtinham dos luandenses a troco de prata ou de peroleiras de vinho de Sevilha. Por esse motivo, os governadores de Angola, desde Salvador Correia de Sá, fechavam os olhos às determinações de Lisboa e permitiam que os comerciantes de Luanda se locupletassem por conta das escalas de todos os navios castelhanos.

Mas Luís Martins de Sousa Chichorro, contrariamente aos costumes dos seus antecessores, embora houvesse acolhido dois desses navios espanhóis, não os deixou negociar com os luandenses nem seguir viagem. Sequestrou as suas tripulações, apreendeu o carregamento e apropriou-se assim, a título pessoal, de um pecúlio orçado em milhares de réis. Evidentemente que só pôde suscitar o ódio dos comerciantes de Luanda e dos Jesuítas, que logo reclamaram para Lisboa, acusando-o de prevaricador da lei que proibia o acolhimento dos navios espanhóis, a mesmíssima lei que eles próprios tanto transgrediam. O processo judicial que se seguiu não impediu, no entanto, que Sousa Chichorro cumprisse na íntegra o seu mandato de três anos e meio.

Luís Martins de Sousa Chichorro seria postumamente absolvido deste litígio. Postumamente porque este governador, cujo mandato se concluiu em Abril de 1658, teve a infelicidade de morrer durante a viagem de regresso a Portugal. Em Julho desse mesmo ano, o navio britânico onde viajava na companhia do ex-prefeito da Missão dos Capuchinhos de Luanda, o italiano frei Serafim de Cortona, foi assaltado, ao largo da costa brasileira, por corsários holandeses. Os Flamengos saíram vencedores, mas, graças a uma intervenção do capuchinho italiano, não atiraram ao

mar os prisioneiros. Desembarcaram-nos numa ilha deserta da Baía da Traição, no litoral da Paraíba. Luís Martins de Sousa Chichorro, gravemente ferido no peito, não sobreviveu mais do que três dias, durante os quais se alimentou exclusivamente de caranguejos.

### **b) O tratado de paz da rainha Njinga Mbandi com Portugal (1656)**

Mas o governo de Luís Martins de Sousa Chichorro em Angola ficou essencialmente marcado por algo a que se chamou, pela primeira vez, «política pacificadora do gentio». Esta política levaria, em 1656, à concretização de um facto histórico impensável e quimérico para os Portugueses durante os últimos 32 anos: as pazes com a rainha Njinga Mbandi e a aliança de Portugal com a Matamba.

Para a prossecução da sua «política pacificadora do gentio», Luís Martins de Sousa Chichorro apostou, desde o início, na colaboração da quarta missão dos Capuchinhos italianos da Propaganda Fide, que recebeu de braços abertos em Luanda em Novembro de 1654, apenas um mês depois de tomar posse como governador.

Por solicitação do prefeito da Missão dos Capuchinhos de Luanda, frei Serafim de Cortona, que precisava de sacerdotes para a concretização de um projecto arrojado – a fundação de uma missão apostólica na terrível Matamba da rainha Njinga Mbandi –, a quarta missão de Capuchinhos italianos destinados a Angola e ao Congo fora aprovada em Roma exactamente um ano antes, em Novembro de 1653. A Propaganda Fide escolheu para seu superior Emílio de Laudati, um sacerdote oriundo de uma família aristocrática napolitana, mas súbdito da Coroa espanhola. Nascido em Gaeta, no Lácio (Itália), em 1617, Laudati fez os seus estudos nas províncias de Bolonha e da Toscana e envergou, depois, o hábito da Ordem de Malta, só ingressando na ordem dos Capuchinhos em 1632.

Adoptou então o nome de António Gaetano (ou Caetano) ou António Romano. Também ficou conhecido tão-somente por António de Gaeta.

O padre António Romano, superintendia a uma missão constituída pelos capuchinhos António de Sarravezza, Bernardino de Sena, Crisóstomo de Génova, João António Cavazzi de Montecúccolo, Inácio de Valsássina e Leonardo de Nardó. Eram, portanto, ao todo, sete missionários. Por terem decidido embarcar no porto de Cádis, tiveram de esperar durante largos meses que lhes chegassem de Lisboa os passaportes para Angola, mercê da desconfiança que a Coroa portuguesa continuava a votar à Propaganda Fide, acusando-a de servir os interesses do rei de Espanha. Mas os sete capuchinhos conseguiram, por fim, partir de Cádis a 11 de Julho de 1654 e chegar a Luanda a 11 de Novembro. Também aqui encontraram resistência por parte dos moradores mais fanáticos da causa do rei D. João IV e só lhes foi permitido desembarcarem depois de terem passado cinco dias retidos a bordo do barco ancorado na baía. O desembarque ficou a dever-se à intervenção de frei Serafim de Cortona, que ao tempo já merecia grande apreço do governador Sousa Chichorro.

Frei Serafim de Cortona, prefeito da Missão de Luanda, desde o tempo de Salvador Correia de Sá sediada no Convento de Santo António dos Capuchinhos, na Cidade Alta, achou ser então o momento de seguir para Massangano e, a partir deste presídio, entrar em contacto epistolar com Njinga Mbandi. Foi na sequência das cartas do capuchinho que a soberana se decidiu, em meados de 1655, a enviar uma embaixada a Luanda. Além de levarem a Sousa Chichorro cem escravos de presente, os embaixadores de Njinga Mbandi solicitavam ao governador a libertação de D. Bárbara Mucambo, irmã da rainha, e o envio de missionários cristãos para a Matamba. A ideia de um precipitado resgate irrisório da princesa encontrou, evidentemente, resistências em Luanda, que fizeram com

que as negociações se prolongassem até 12 de Outubro de 1656, data em que, na Matamba, um embaixador de Sousa Chichorro, o capitão Manuel Fróis Peixoto, assinou finalmente um acordo de paz com Njinga Mbandi.

Muito antes disso, porém, já frei Serafim de Cortona distribuía, a partir de Massangano, os sete Capuchinhos da quarta missão por diversos pontos do sertão. Tudo leva a crer que o governador Sousa Chichorro, ainda que permanecendo em Luanda, teve interferência nessas escolhas, pois os primeiros missionários a serem destacados seguiram precisamente para junto de chefes africanos hostis a Njinga Mbandi, decerto com a finalidade de os preparar para uma previsível adesão ao Cristianismo por parte da soberana da Matamba. Foi o caso de frei António de Sarravezza, que logo em 1655 seguiu para o kilombo do Jaga Kasanji Kakinguri Kalunda, o qual, todavia só conseguiu converter ao Cristianismo dois anos depois, baptizando-o com o nome de D. Pascoal Rodrigues Machado. Foi também o caso de frei João António Cavazzi de Montecúccolo, enviado em meados de 1656 para as Pedras de Mpungu-a-Ndongo.

A missão de Cavazzi em Mpungu-a-Ndongo, onde o rei fictício D. Filipe de Sousa Ngola Aidi já fora cristianizado havia 30 anos, revestia-se de um carácter manifestamente político. É que este rei do Dongo havia enviado, em 1653, uma carta ao rei de Portugal apresentando três reclamações sobre os moradores de Luanda:

- I. Terem-se apropriado indevidamente de dez mil escravos que lhe pertenciam, apenas cedidos temporariamente a um capitão português, António Teixeira de Mendonça, que vivera amancebado com uma filha sua, mas que entretanto falecera;
- II. Utilizarem gratuitamente súbditos seus como carregadores de mercadorias;

### III. Não o protegerem contra os ataques dos exércitos de Njinga Mbandi.

Tendo o Conselho Ultramarino, em Lisboa, e o próprio rei D. João IV, por carta endereçada a Sousa Chichorro, dado razão às reclamações de D. Filipe Ngola Aidi, o governador de Angola cumpriu as determinações da metrópole através do reforço da velha aliança com o rei do Dongo, ao mesmo tempo que tentava unificar todos os seus vassalos angolanos por meio de uma rede tecida com a colaboração dos Capuchinhos.

Quanto ao superior da quarta missão dos Capuchinhos da Propaganda Fide, frei António Romano, veio a ser precisamente o escolhido para a Corte de Njinga Mbandi, na Matamba, para onde seguiu a 8 de Abril de 1656. A solicitação veio da própria soberana, em carta dirigida ao prefeito frei Serafim de Cortona. E foi igualmente com a autorização dela que frei António Romano começou a dirigir na Matamba a construção de uma capela evocativa de Santa Ana, uma vez que, não nos esqueçamos, o nome cristão adoptado por Njinga Mbandi, havia 34 anos, era D. Ana de Sousa. Sem dúvida que foram muitas as conversas de temática transcendental então travadas entre Njinga Mbandi e frei António Romano. Mas duvidamos que esses diálogos fossem de teor tão grosseiro quanto os apresenta Cavazzi, que atribui à rainha da Matamba um absurdo ateísmo selvagem, e tal como os reproduziriam mais tarde o ficcionista Hipólito Raposo e o historiador Ralph Delgado.

Por que motivo Njinga Mbandi, agora com cerca de 75 anos, capitulou tão depressa com os Portugueses através dos missionários Capuchinhos? Outro não podia ser senão o facto de se encontrar privada dos apoios flamengos e congueses, ao mesmo tempo que se confrontava com uma profusão de vassalos revoltados. Uma das cláusulas do acordo de paz assinado a 12 de Outubro de 1656 é, aliás,

muito clara em referir que o rei de Portugal, D. João IV, se obrigava a prestar-lhe, pela via das armas, toda e qualquer protecção por ela solicitada. Njinga Mbandi sabia que, doravante, só aliada aos Portugueses conseguiria continuar a salvaguardar o controlo sobre as rotas comerciais do rio Kuanza. Em contrapartida, a agora novamente D. Ana de Sousa comprometia-se a conceder a exploração e o povoamento das suas terras às gentes de D. Filipe Ngola Aidi, rei do Dongo, e de D. Pascoal Rodrigues Machado, Jaga do Kasanje, ambos vassallos de Portugal, assim como a livre circulação pela Matamba dos pumbeiros portugueses ou dos aviados de Luanda.

Entre os signatários deste tratado figurava, pelo lado português, além do embaixador Manuel Fróis Peixoto e do próprio frei António Romano, o capitão José Carrasco, que fora encarregue de escoltar até à Matamba a princesa D. Bárbara Mucambo, finalmente libertada e entregue à irmã a troco de 130 escravos. Iniciou-se imediatamente, sob a direcção de frei António Romano, a construção da Igreja de Santa Maria da Matamba, erigida em devoção a Nossa Senhora da Conceição. E Njinga Mbandi decidiu contrair casamento católico com o Jaga da Matamba a quem há muito se aliara, agora baptizado com o nome de D. Salvador.

O matrimónio, celebrado por frei António Romano na capela de Santa Ana, realizou-se a 4 de Fevereiro de 1657. Mas apenas um mês e meio depois, a 21 de Março, frei Serafim de Cortona escrevia de Massangano uma carta ao governador Sousa Chichorro onde fazia datar de 31 de Janeiro – ou seja, de poucos dias antes do casamento católico da idosa rainha da Matamba – um discurso interessante, ainda que com muitas passagens de autenticidade duvidosa, alegadamente proferido pela soberana aos seus súbditos, uma multidão de cerca de duas mil pessoas reunidas ao som de tambores e acenando com

bandeiras junto ao largo da igreja, aos quais a anciã exhibia, enquanto perorava, o seu velho arco de guerra:

Quem poderá vencer jamais este meu arco? Só o maniputo, el-rei de Portugal, o pode vencer agora; digo a todos vós outros que já tenho feito pazes com ele, nem quero andar mais pelos matos como até agora tenho feito; agora é tempo que eu deite o arco de parte (e dizendo isto o botou no chão), quero viver em paz e quietação, já estou velha e não me convém andar mais nada como até agora tenho feito. Rendo as graças a todos os trabalhos que tendes padecido nas guerras e agora em resgatar a minha irmã. Ela aqui está para me fazer companhia, que é o que eu desejava (aqui veio D. Bárbara e se botou no chão, revolvendo-se nele como é seu estilo de agradecimento). [...] Nós temos feito igreja, aqui, temos um *nganga* capuchinho que nos está ensinando a verdade e aquilo que devemos fazer para estar em paz com Deus. Cada um pense assim mesmo e reconheça a mercê que Deus lhes faz agora. Por diante não se há-de viver mais como gentios, todos havemos de baptizarmo-nos e fazermo-nos cristãos, e quem quiser casar se case. Eu vos dou exemplo como haveis de fazer. Minha irmã, D. Bárbara, ela também casará com [o] manilumbo D. João [*sic*].

Este manilumbo – ou mordomo-mor – D. João, a quem Njinga Mbandi se refere neste discurso que lhe é atribuído por frei Serafim de Cortona, outro não era senão Ngola Kanini, um fidalgo kimbundu aparentado com os antigos Ngola, pouco tempo antes baptizado pelos missionários de Ambaca. Como o seu padrinho de baptismo fora o capitão português João Guterres de Moraes, este parente de Njinga Mbandi passara a chamar-se D. João Guterres Ngola Kanini. Sem descendência directa, Njinga Mbandi architectava a sua sucessão por meio de uma aliança de parentesco com uma linhagem preferencialmente kimbundu e não imbangala. Contudo, os Capuchinhos não aprovaram o seu projecto de casamento de D. Bárbara Mucambo com D. João Guterres Ngola Kanini, alegando que este já era casado segundo os preceitos cristãos, encontrando-se a sua esposa a residir em Ambaca. Njinga Mbandi viu-se, por isso, obrigada a casar a irmã com o seu principal general, o dembo Jinga Amona, que foi então baptizado com o nome de António Carrasco. Dele foi

padrinho o mesmo capitão português que conduziu D. Bárbara Mucambo à Matamba, José Carrasco.

A respeito da cristianização de António Carrasco Jinga Amona, é curioso registar um episódio hagiográfico ao qual Cavazzi, na sua *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, atribui o regresso de Njinga Mbandi ao Cristianismo. Cavazzi, que acompanhou a rainha da Matamba como seu confessor apenas durante o último ano da sua vida, 1663, faz datar de 1656, o mesmo ano da chegada à Matamba do seu superior António Romano e do tratado de paz celebrado entre Njinga Mbandi e os representantes de Sousa Chichorro e de D. João IV, a seguinte efabulação. Havendo Jinga Amona derrotado um soba cristão, os seus homens apresentaram-lhe, entre os despojos de guerra, um crucifixo de cinco palmos de altura. Jinga Amona desprezou o objecto, ordenando aos soldados que o largassem na mata. Porém, durante a noite, o general ouviu em sonhos uma voz que lhe dizia ser aquele objecto uma representação de Nzambi (Deus) e lhe ordenava que o entregasse solenemente à rainha Njinga. Cavazzi acrescenta, aliás, terem logo os homens de Jinga Amona, por ordem do seu chefe, retirado os pregos das mãos e dos pés da imagem de Cristo representada no crucifixo, a fim de com eles confeccionarem pontas de setas e de lanças.

### **c) A Angola dos últimos anos de vida da rainha Njinga Mbandi (1656-1663)**

João Fernandes Vieira, o governador de Angola que sucedeu a Luís Martins de Sousa Chichorro em Abril de 1658, embora natural do Funchal, onde nasceu em 1613, brotando do ventre de uma escrava negra, tinha grandes interesses no Brasil. Fora governador da Paraíba, depois de expulsar os Holandeses de Pernambuco, ao fim de 30 anos de guerra. Celebrado como herói das guerras brasileiras contra o domínio flamengo, teve mesmo direito, em 1679, dois anos antes da sua morte, a uma biografia encomiástica



da autoria do beneditino frei Rafael de Jesus, intitulada *Castrioto Lusitano. História da Guerra entre o Brasil e a Holanda durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes*. Nela é apodado de «O Paladino Mulato», depois de o papa Inocêncio X lhe haver atribuído o título honorífico de «Restaurador da Igreja Americana».

Em Angola, ao contrário do seu antecessor, João Fernandes Vieira contou com todo o apoio do Senado da Câmara e dos moradores de Luanda, pelas razões óbvias de a sua política comercial haver salvaguardado plenamente os interesses brasileiros. Em contrapartida, o mesmo não se pode dizer do seu prestígio em relação aos moradores de Massangano. E seria tão malquisto quanto o fora Sousa Chichorro, quer pelos membros da Companhia de Jesus, quer pelo soberano do Kongo, fosse ele o coriáceo D. Garcia II Afonso, falecido no início de 1661, a meio ano do fim do mandato do governador, fosse o seu sucessor, D. António I Manimulaza.

A indignação da Companhia de Jesus era compreensível, face à receptividade que os governadores, desde Salvador Correia de Sá, manifestavam perante a chegada a Angola de outras congregações religiosas. E agora não havia que contar apenas com os Capuchinhos da Propaganda Fide. O governo de João Fernandes Vieira, a instâncias da regente D. Luísa de Gusmão, aprovara a chegada dos Carmelitas Descalços.

A 28 de Setembro de 1659, desembarcaram em Luanda os primeiros clérigos deste ramo da Ordem do Carmo (ou dos Irmãos da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo), criado em 1568 pelas reformas introduzidas por Santa Teresa de Ávila (Espanha, n. 1515--m. 1582) e por São João da Cruz (Espanha, n. 1542-m. 1591). Também conhecidos por Padres Marianos Descalços, os Carmelitas instalaram-se primeiro na Cidade Alta, em casas

pertencentes a Franciscanos do Convento de São José. Mas logo em Dezembro se transferiram para a encosta da colina inóspita da Ingombota, topónimo que, derivando da aglutinação dos termos mbundu *ngombo* (foragido) e *kuta* (estabelecer), aludia ao facto de a colina ser então refúgio de escravos fugidos. Iniciaram imediatamente a construção do Convento de Santa Teresa dos Carmelitas Descalços, que só ficaria integralmente concluído quase uma década depois, em 1669.

Os Carmelitas Descalços cultivaram os vastos terrenos que se estendem desde a Ingombota até à Ermida de Santa Maria Madalena, edificada, segundo Cadornega, pela mesma época em que o foi a de Nossa Senhora da Nazaré (c. 1665) e no cume da barroca acima desta. Atrás da Ermida da Madalena não tardou a crescer, ainda no último quartel do século xvii, o mais antigo cemitério cristão de Luanda – antes os mortos cristãos eram sepultados nos adros das Igrejas –, o Cemitério do Alto das Cruzes, que muito mais tarde, em meados do século xx, viria a ser rodeado pelo bairro colonial do Miramar. Mas, da actividade agrícola levada a cabo pelos Carmelitas Descalços na vasta extensão de terras entre a Ingombota e o Alto das Cruzes, terá emergido a famosa lagoa pantanosa e sagrada que só no século xix adquiriria o nome polémico de Kinaxixi (de *kina kia quilamba kiaxi/sepultura do senhor da terra* ou simplesmente *kina kiaxi/cova da terra?*). Do antigo Convento de Santa Teresa dos Carmelitas Descalços, resta hoje apenas a Igreja Conventual, comummente conhecida em Luanda por Igreja do Carmo.

Em Abril de 1659, expirou o prazo, concedido a D. Garcia II Afonso do Kongo ainda por Sousa Chichorro, para entregar ao governo de Luanda os escravos fugidos prometidos. Perante o acto de insolência do Ntotila, ao lhe enviar apenas 200 «peças deficientes», isto é, escravos velhos e crianças, João Fernandes Vieira não hesitou em

declarar-lhe guerra. Mas a campanha militar organizada a partir de Luanda viria a ser bloqueada pelos moradores de Massangano, que se recusaram a combater, invocando uma cláusula do regimento do próprio governador que proibia a mobilização de moradores de cidades e presídios de Angola para as guerras ofensivas. João Fernandes Vieira ainda replicou que a mobilização não fora ordenada por ele e sim pela regente D. Luísa de Gusmão, mas mais não pôde fazer senão enviar para Lisboa uma reclamação da qual não teve tempo de obter resposta, pois, entretanto, terminou o seu mandato. Mais uma vez, a chacina do Reino do Kongo ficava adiada. Aguardava pelo governo de André Vidal de Negreiros, outro herói das guerras brasileiras.

E Njinga Mbandi? Como viveu esta rainha quase octogenária os últimos anos da sua vida durante os mandatos destes dois governadores brasileiros? A única fonte coeva fidedigna continua a ser a obra de Cavazzi que, como sabemos, deve ser lida com as devidas precauções. Logo por ocasião da saída de Angola do governador Sousa Chichorro, em Abril de 1658, Njinga Mbandi enviou um embaixador ao papa, com o fim de estabelecer relações diplomáticas com Roma. O escolhido foi precisamente o prefeito cessante da Missão dos Capuchinhos de Luanda, frei Serafim de Cortona. Foi por esse motivo que este missionário acompanhou o ex-governador de Angola na viagem dramática que lhe poria fim à vida na costa da Paraíba. Sobrevivente daquela tragédia, frei Serafim de Cortona seguiu para Lisboa, e depois para Roma, onde conseguiu que a rainha D. Ana de Sousa da Matamba obtivesse o reconhecimento do papa Alexandre VII como soberana cristã. De Roma, frei Serafim de Cortona seguiu para a sua terra natal, na Toscânia, onde acabaria os seus dias em 1660.

Cavazzi insiste em empolar um alegado entusiasmo com que Njinga Mbandi acompanhou, nas margens do rio Uamba, as obras da construção da Igreja de Santa Maria da

Matamba. Segundo o capuchinho, a soberana, arrependida das heresias do seu passado, terá chegado ao ponto de lhe entregar o cofre de prata onde guardava os restos mortais dos seus antepassados e dos seus antecessores. Esse mesmíssimo cofre, junto ao qual, segundo o relato do mesmo Cavazzi, Njinga Mbandi, xinguilando, tantas mortes causara nas ilhas do Kuanza, oferecia-o ela agora aos Capuchinhos para que fosse destruído e para que a prata de que era constituído fosse fundida e utilizada na feitura de um candelabro que ornamentaria e iluminaria a Igreja de Santa Maria da Matamba.

Dois anos mais tarde, em Agosto de 1662, sempre usando a assinatura de D. Ana de Sousa, Njinga Mbandi escreveria ao papa Alexandre VII a pedir-lhe indulgências para as igrejas da Matamba e também para a celebração, no seu reino, das festas de Nossa Senhora da Assunção e de Santa Cruz. A outrora temível rainha Njinga ainda teve tempo de, a 15 de Agosto de 1663, presidir à celebração da primeira missa rezada por Cavazzi na Igreja de Santa Maria da Matamba. E em Outubro de 1663 acolheu calorosamente na Matamba os primeiros missionários Carmelitas Descalços. Faleceu dois meses depois, em Dezembro, com cerca de 82 anos e com a extrema-unção do confidente Cavazzi. As exéquias duraram cerca de 15 dias, e a inolvidável Njinga Mbandi foi solenemente sepultada na Igreja de Santa Maria da Matamba, de construção recente. No trono, sucedeu-lhe a irmã, D. Bárbara, casada com o truculento António Carrasco Jinga Amona.

## CAPÍTULO XI

# **A batalha de Ambuíla (1665) e as suas consequências em Angola e no Kongo nos séculos xvii e xviii**



# Cronologia

**1665 (29 de Outubro)** - Batalha de Ambuíla, entre os exércitos portugueses de Luanda, comandados por Luís Lopes de Sequeira, e os Congueses do Ntotila D. António I Manimulaza. A sorte foi favorável aos primeiros, sendo o rei do Kongo decapitado em combate e a sua cabeça depositada na Igreja da Nazaré, em Luanda.

**1667 (29 de Janeiro)** - Revolta pré-nativista angolana, em Luanda, contra o governador Tristão da Cunha.

**1669** - Completo abandono da cidade de São Salvador/Mbanza Kongo; debandada dos Capuchinhos e partida definitiva dos Jesuítas, que não voltariam a missionar no Kongo.

**1671 (Agosto e Setembro)** - Cerco a Mpungu-a-Ndongo, pelos Portugueses, comandados por Luís Lopes de Sequeira, que culminou na derrota de D. João Ngola Airi e na fundação do oitavo presídio português da rede comercial do Kuanza.

**1679** - Campanha militar do Libolo, finda a qual Luís Lopes de Sequeira submete à vassalagem de Portugal a maioria dos sobas da região. - Depreciação, em Luanda, do valor dos panos *libongo* em consequência da guerra civil do Kongo.

**1681** - António de Oliveira de Cadornega conclui, em Luanda, os três volumes da sua *História Geral das Guerras Angolanas*. - **(Agosto e Setembro)** - Campanha militar portuguesa na Matamba, que culminou com a morte de Luís Lopes de Sequeira, na Batalha de Katole, mas se saldou com uma vitória portuguesa que pôs fim definitivo à independência da Matamba.

**1682** - O governador João da Silva e Sousa funda o Presídio de Caconda-a-Velha, no corredor comercial de Benguela, e inaugura o relacionamento dos Portugueses com os Estados do Planalto do Bié; dois anos depois, os Bailundos arrasam a fortaleza portuguesa.

**1687** - Publicação, em Bolonha, dos cinco volumes de *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, da autoria do capuchinho João António Cavazzi de Montecúccolo.

**1694** - Aclamação, no Monte Kimpangu, do rei D. Pedro IV Nsaku-a-Mvemba (D. Pedro IV Água Rosada), enquanto em Mbula reinava D. João II Nzuzi-a-Ntumba; durante o mesmo período, o Soyo é um reino próspero, governado por D. António II Barreto, com o apoio dos Holandeses de Boma, dos Capuchinhos italianos e valões e dos negreiros portugueses. - Os Capuchinhos regressam ao território congus, reinstalando-se na Missão de Mbanza Soyo, a convite do príncipe do Soyo, D. Paulo III da Silva. - **(29 de**

**Setembro)** - Chegada a Luanda das primeiras moedas de cobre, com o governador brasileiro Henrique Jacques de Magalhães, que se confronta com uma revolta dos soldados da infantaria; entre eles, encontrava-se o poeta baiano Gregório de Matos Guerra.

**1704 (10 de Fevereiro)** - Autorização régia de Lisboa para que a moeda de cobre que circula em Angola tenha o mesmo valor facial que no Brasil. - **(Meados do ano)** - Início do movimento messiânico antonista, de Beatriz Kimpa Vita (Santa Beatriz do Kongo ou «a Santo António»), apelando ao regresso do Ntotila e do povo a São Salvador e à reunificação do Reino do Kongo.

**1706** - Em Evululu, Beatriz Kimpa Vita é condenada à fogueira por D. Pedro IV Água Rosada, D. Ana Afonso de Leão e pelo capuchinho frei Bernardo da Gallo.

**1709 (15 de Fevereiro)** - Batalha de Monte Evululu, onde os últimos Antoninhos são derrotados por D. Pedro IV Água Rosada, que conquista São Salvador//Mbanza Kongo, com o apoio dos Capuchinhos.

**1710** - D. João II Nsuzi-a-Ntumba, rei de Bula, desloca-se a São Salvador para prestar obediência a D. Pedro IV Água Rosada.

# **1 - O «Mulato dos Prodígios» e o desmantelamento dos Estados do Kongo (1665), do Ndongo (1671), do Libolo (1679) e da Matamba (1681)**

## **a) O carácter enigmático da figura de Luís Lopes de Sequeira e a sua presença nos discursos historiográficos colonialistas, nativistas e nacionalistas**

Filho de mãe angolana e do capitão português de infantaria Domingos Lopes de Sequeira – o mesmo que, regressado de São Salvador da Baía, foi massacrado pelos Jagas da Kissama em 1645 –, Luís Lopes de Sequeira, nascido provavelmente em Luanda por volta do ano de 1634 e falecido em combate em 1681, em Katole, a caminho da Matamba, permanece até hoje uma figura enigmática. Distinguindo-se como o mais valoroso dos comandantes militares dos exércitos portugueses em Angola no século XVII, seria alvo das atenções, quer dos historiadores coloniais, quer dos intelectuais nativistas da segunda metade do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, quer por fim, depois de 1975, dos escritores nacionalistas angolanos. Porquê e a partir de que fontes?

Se exceptuarmos as referências pontuais constantes de cartas endereçadas aos reis e regentes de Portugal pelos governadores de Angola que conheceram Luís Lopes de Sequeira já adulto – ao todo 13, entre Salvador Correia de Sá (1648-1652) e João da Silva e Sousa (1680-1684) – e alguns documentos do Arquivo Histórico de Angola, nomeadamente relatórios dos mesmos governadores, as escassas fontes escritas acerca do percurso biográfico do



«Mulato dos Prodígios» utilizadas pelos historiadores e por alguns ficcionistas são essencialmente quatro:

- I. As crónicas coevas de António de Oliveira de Cadornega, reunidas nos três volumes de *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)* e escritas, portanto, na segunda metade do século XVII;
- II. Os dois volumes da *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Corrêa, redigidos provavelmente no último quartel do século XVIII, depois de o autor, nascido no Rio de Janeiro em 1753, ter vivido em Angola, como militar, entre 1775 e 1790;
- III. As *Memórias* do oficial português de infantaria J. C. Feo Cardoso de Castelo Branco e Torres, publicadas em 1825;
- IV. O *Ensaio sobre a statistica d'Angola e Benguella e suas dependências na costa occidental d'Africa ao Sul do Equador*, do diplomata e administrador colonial José Joaquim Lopes de Lima (n. Porto, 1797-m. Batávia, 1852), publicado em 1846.

Depois da criação, em Luanda, da Liga Nacional Africana, em 1930, poucos anos após a extinção da imprensa livre por Norton de Mattos, o jornalista e escritor angolano António de Assis Júnior (n. Luanda, 1887--m. Lisboa, 1960), procurando reivindicar para os letrados angolanos um estatuto de cidadãos portugueses equiparável ao dos metropolitanos, preconizou, em artigos publicados no jornal *O Direito* durante os anos de 1932 e 1933, que os sócios da Liga Nacional Africana se quotizassem para que fossem erguidos na capital de Angola

monumentos a quatro figuras históricas de Portugal, entre as quais três mestiços angolanos. Dos três mestiços – a quarta figura, não mestiça nem angolana, era o rei D. Afonso Henriques, fundador de Portugal –, só Luís Lopes de Sequeira veio, de facto, a dar nome a um largo da cidade, no lugar da baixa luandense onde outrora se situara, primeiro, a fortaleza de Nossa Senhora da Guia, mais tarde, a Igreja do Corpo Santo. Embora popularmente o largo tenha sido conhecido, desde sempre, pela designação popular Largo do Atlético – por referência ao Clube Atlético de Luanda e Saudade, fundado em 1924 pelo mesmo António de Assis Júnior e por outros futuros membros da Liga Nacional Africana, num tempo em que os negros não podiam inscrever-se no Clube Naval de Luanda –, manteve, mesmo após a Independência, na parede de um dos prédios que o enquadram, no canto sudoeste, os azulejos com o dístico: Largo de Luiz Lopes de Sequeira (Vencedor do Ambuíla Século XVII). No centro do largo foi instalado um pedestal encimado por um canhão evocativo da Batalha de Ambuíla, o qual, aliás, seria destruído após a Independência, em 1975. Subsiste, contudo, um mistério: porque é que, em vez do canhão, não foi esculpida uma estátua representando figurativamente Luís Lopes de Sequeira? Será que tal se deveu ao facto de o homenageado se tratar de um mulato?

Luís Lopes de Sequeira e os seus feitos militares não podiam deixar de ser exaltados nas obras dos quatro historiadores de Angola que mais se distinguiram antes da Independência, todos leitores das fontes que acima indicámos. O primeiro desses historiadores é Francisco das Necessidades Castelbranco, um funcionário público mestiço nascido ainda no século XIX, pertencendo, portanto, à geração de António de Assis Júnior e a uma burguesia angolana assumidamente nativista. Em 1932, Francisco das Necessidades Castelbranco publica a sua *História de*

*Angola*. Mas no mesmo ano é publicada uma obra com o mesmo título, da autoria de outro funcionário público angolano, Alberto de Lemos, este já nascido no século xx. Havendo ocupado lugares de destaque na administração de Luanda e tendo tido particular intervenção, mesmo depois dos anos de 1930, na organização da Repartição de Estatísticas e do Arquivo Histórico de Angola, Alberto de Lemos era um simpatizante *avant la lettre* das visões «lusotropicalistas» ou «crioulizantes» da sociedade angolana e, enquanto tal, perspectivou uma *História de Angola* tendencialmente lusocêntrica.

Os outros dois historiadores que mais se distinguiram no período colonial evidenciaram-se sobretudo a partir da década de 1940 e a pretexto da preparação das comemorações do tricentenário da «Restauração de Angola», a 15 de Agosto de 1948. Foram eles o benguelense Ralph Delgado (ainda que nascido em Luanda em 1901), autor de uma *História de Angola* em quatro volumes, que viria a merecer, pelo menos, três edições, mas que se inicia com o Infante D. Henrique e se estende cronologicamente apenas até 1836, e o transmontano Gastão Sousa Dias, que deixou ensaios incontornáveis tais como *A Batalha de Ambuíla* (1942), *Julgareis qual é mais excelente...* (1948) e *Os Portugueses em Angola* (1959).

Finalmente, no âmbito da ficção literária, e década e meia depois da Independência de Angola, em 1975, há que destacar a peça de teatro que José Mena Abrantes (n. Malanje, 1945) escreveu em 1991 e levou à cena, com o Grupo Elinga-Teatro de Luanda, em 1993: *Sequeira, Luís Lopes ou o Mulato dos Prodígios*. A partir de então, o epíteto introduzido por José Mena Abrantes, o «Mulato dos Prodígios», tornou-se popular e indissociável do nome do vencedor da batalha de Ambuíla. Por isso nos apropriamos dele e o utilizaremos amiúde a propósito de Luís Lopes de Sequeira.

Partindo da historiografia e socorrendo-se de saltos no tempo pela via da intervenção do sobrenatural, José Mena Abrantes interroga-se, na sua peça de teatro, sobre o que levou à morte em combate de Luís Lopes de Sequeira e sobre em que medida é que este homem, que derrotou os principais Estados angolanos que se opunham à penetração colonial portuguesa (Kongo-1665, Ndongo-1671, Libolo-1679 e Matamba-1681), tinha ou não consciência da existência de uma futura nação angolana. A questão manter-se-á de pé para as gerações vindouras de Angolanos. Mas o mais importante a evidenciar neste momento é apenas a ideia de que a vida e os feitos de Luís Lopes de Sequeira perdurarão na memória dos Angolanos como uma alegoria do desmantelamento dos principais Estados adversos aos interesses coloniais portugueses. Parece-nos ser essa a explicação para a presença permanente do «Mulato dos Prodígios» nos discursos historiográficos colonialistas, nativistas e nacionalistas sobre Angola.

Efectivamente, Luís Lopes de Sequeira deu o golpe de misericórdia, quer ao Kongo, ao vencer a batalha de Ambuíla em 1665, quer ao Ndongo, com o massacre de Mpungu-a-Ndongo em 1671, quer ao Libolo, mercê do êxito da campanha militar de 1679, quer finalmente à Matamba, em 1681, na batalha onde caiu morto, em Katole. Depois da vida, curta, mas fulgurante, do «Mulato dos Prodígios», nada tornaria a ser como antes em Angola. O caminho encontrava-se agora plenamente aberto aos Portugueses para que fossem consumando, pelo menos nos territórios a norte do Planalto Central e a oeste do tampão imbangala do rio Kuango, o colonialismo.

Presumimos, tal como José Mena Abrantes, que Luís Lopes de Sequeira tenha nascido em Luanda no ano de 1634 ou no de 1635. Apoiamo-nos apenas na informação constante dos *Arquivos de Angola*, vol. IV, segundo a qual

se alistou como alferes na companhia de Jorge da Silva a 12 de Fevereiro de 1649. Luís Lopes de Sequeira seria, por essa altura, apenas seis meses volvidos sobre a «Restauração» de Angola, um adolescente de cerca de 15 ou 16 anos, idade na qual a maioria dos mancebos que não seguia a carreira eclesiástica assentava praça no exército. Em 1641, ainda criança, terá acompanhado a população luandense no seu êxodo para Massangano.

Possivelmente, António de Oliveira de Cadornega, mais velho do que Luís Lopes de Sequeira apenas cerca de dez anos, conheceu de perto o «Mulato dos Prodígios». A respeito do seu pai, o sargento-mor Domingos Lopes de Sequeira, já vimos que o infatigável cronista alentejano nos fornece algumas informações. O mesmo, contudo, não acontece em relação à mãe de Luís Lopes de Sequeira, cuja identidade permanece obscura nas páginas de Cadornega. Tratava-se, sem dúvida, de uma mulher negra, embora não necessariamente de uma escrava, como o ficciona José Mena Abrantes, nem de uma concubina. Pode ter sido, com grande probabilidade, uma parente de um chefe político com o qual Domingos Lopes de Sequeira, como aliás era frequente entre os oficiais portugueses, houvesse celebrado, pela via matrimonial, uma aliança com vista à salvaguarda de interesses políticos, económicos e militares.

Em Setembro de 1658, no primeiro ano do governo de João Fernandes Vieira, o nome de Luís Lopes de Sequeira figura entre os dos oficiais mobilizados para a campanha militar contra os sobas revoltados da região do Cassequeli, próxima de Massangano. O exército, reforçado pela guerra preta de D. Filipe Ngola Airi do Dongo e do jaga Kabuku, sitiou as terras do soba Angolem-a-Caita durante meses, findos os quais, e após a rendição dos sitiados, foram muitos os escravos capturados pelos Portugueses no sertão. Luís Lopes de Sequeira já era então sargento-mor.

## **b) A batalha de Ambuíla (1665)**

## I) Antecedentes remotos no Kongo da Batalha de Ambuíla

Ainda durante o governo de João Fernandes Vieira, mas já numa fase final, no início do ano de 1661, o nome de Luís Lopes de Sequeira torna a emergir num documento escrito, desta vez uma carta proveniente do Kongo e associada à subida ao trono de D. António I Manimulaza, sucessor do recém-falecido D. Garcia II Afonso.

Durante os 20 anos do seu reinado, aquele Ntotila, D. Garcia II Afonso, pertencente ao grupo ancestral de parentesco Mpangu (ou Kimpanzu), tudo tentara fazer para impor no Kongo a sucessão directa dos monarcas. Esta, ao contrário do que tinham pretendido os eclesiásticos e os comerciantes portugueses da viragem do século xv para o século xvi, não conseguira ser assegurada pelas adesões ao Cristianismo de D. João I Nzinga-a-Nkuvu e de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga.

Os sucessores de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga repartiram-se por três dinastias, todas legitimadas pelas descendências das três filhas deste segundo rei cristão: da primeira filha de D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga descendiam os Ntotila entre D. Pedro I Nkanga-a-Mvemba (1540-1544) e D. Henrique Mvemba-a-Nzinga (1567-1568); da segunda filha descendiam os que mediarão entre D. Álvaro I Mpangu Nimi-a-Lukeni lua Mvemba (1568-1574) e D. Álvaro III Mvika-a-Mpangu Lukeni lua Mvemba (1615-1622); e da terceira filha os que reinaram entre D. Pedro II Afonso Nkanga-a-Mvika lua Ntumba-a-Mvemba (1622-1624) e D. Garcia II Afonso Nkanga-a-Lukeni (1641-1661).

Todos estes soberanos do Kongo pertenciam ao grupo de parentesco (ou clã) Mpangu, que resultara de alianças ancestrais estabelecidas entre as linhagens Mpangu e Nzinga, e dominavam as províncias do Nsundi e do Mpangu. Mas, uma vez instituído o Cristianismo, e ao longo

de mais de século e meio, os Mpangu tornaram-se hegemónicos em Mbanza Kongo/São Salvador, a capital localizada na província sagrada de Mpemba. O grupo de parentesco (ou clã) Nlaza - resultante de alianças das linhagens Nsaku e Nlaza e dominando sobretudo a província de Mbata - jamais deixara de rivalizar com os Mpangu e de aspirar à conquista do poder central. Esta rivalidade ancestral levava a múltiplas alianças de casamento entre as duas linhagens. Tais alianças, contudo, só contribuíram para semear a discórdia no Kongo. Porquê?

Ao contrário do que conjecturavam os historiadores coloniais, centrados no argumento do «tribalismo atávico» dos Africanos, o principal factor de desunião no Kongo nos séculos XVI e XVII não foi a ambição desmedida dos aristocratas dos grupos Mpangu e Nlaza. A explicação encontra-se no facto de o Cristianismo não ter satisfeito as expectativas dos Ntotila que a ele aderiram. O Cristianismo pouco ou nada fortaleceu o seu poder de soberanos sobre a terra e sobre os manis. Pelo contrário, enfraqueceu-o. E prejudicou a cooperação mercantil já existente entre as quatro regiões geográficas em que o Reino do Kongo se dividia e que constituíam os seus pilares:

- I. O Vungu - a futura Cabinda -, no extremo noroeste, a norte do rio Kongo/Zaire, região produtora e exportadora do cobre de Minduli e de Boko-Songo;
- II. O Nkisi, a sudoeste do rio Kongo/Zaire, abrangendo as províncias de Mpangu e de Mbata, região produtora e exportadora de panos de ráfia (ou *mabela*);
- III. As vastas planícies de Nsundi e de Mpemba, que lucravam com os impostos cobrados às províncias vizinhas, nas suas rotas comerciais;
- IV. Finalmente a região litoral, compreendendo as províncias do Soyo e de Mbamba, que detinham o

monopólio da produção do sal marinho e também da cera.

O Cristianismo, indissociável do tráfico negreiro lucrativo, ao qual aderiu a maioria das elites bakongo e que deu origem ao aparecimento de novas elites, foi o principal causador do desmoronamento daquele sistema de trocas comerciais que sustentava uma federação de Estados como o Kongo. A economia passou a assentar nos lucros advenientes das relações comerciais com os Europeus e o principal e quase único produto a transaccionar passou a ser o escravo, oriundo dos antigos dependentes e mesmo, em alguns casos, da própria aristocracia dividida. A rede de rotas comerciais bakongo empobreceu-se e sofreu acentuadas alterações em função das conveniências ligadas à circulação das caravanas negreiras.

Mbanza Kongo/São Salvador, governada pelos Mpangu, teve que se confrontar, inicialmente, com a concorrência de Luanda – dominada pelos Portugueses, pelo menos desde que Paulo Dias de Novais tornou oficialmente este porto um dos principais pontos de embarque de escravos da costa angolana, prestígio esse mais tarde consideravelmente reforçado com a hegemonia brasileira inaugurada por Salvador Correia de Sá –, depois com as dissidências dos seus próprios vassallos, empenhados em monopolizar o tráfico negreiro. Entre eles, evidencie-se o Ndongo dos Ngola Kiluanji, cujo apogeu, pesem embora as graves cisões internas, como a do Ngola Airi, perdurou até ao colapso da Matamba de Njinga Mbandi. Evidencie-se também o Vungu, com a independência dos Reinos do Ngoio, do Kakongo e do Loango, e com a emergência das novas linhagens mercantis e das parcerias comerciais exclusivas com Holandeses, Ingleses e Franceses (só muitíssimo mais tarde com Brasileiros e Portugueses). E evidencie-se, por fim, o Soyo, cujo principal porto de



embarque de escravos, o Pinda, nunca deixou de ser comercialmente dominado pelos Holandeses desde o primeiro quartel do século XVII. Esta hegemonia comercial flamenga sustentou uma efectiva autonomia do Soyo em relação ao Kongo, protagonizada pelo auto-proclamado Grande Príncipe do Soyo, D. Miguel da Silva, e prosseguida, após a sua morte em 1641, pelos seus sucessores.

Perante estas permanentes ameaças ao seu antigo poderio, os Mpangu que reinavam em Mbanza Kongo aliavam-se baldadamente com os seus rivais Nlaza. Foi esse o motivo pelo qual um dos últimos actos políticos de D. Garcia II Afonso foi designar seu sucessor o filho de uma das suas esposas pertencentes ao grupo Nlaza, ainda que antigo governador do território do Mpangu. Tratava-se de Nevita-a-Nkanga, que ficaria conhecido para a posteridade pelo nome de D. António I Manimulaza, isto é, *Senhor da Terra de Nlaza*.

Cumprindo o preceituado no humilhante tratado de paz celebrado pelo seu antecessor com Salvador Correia de Sá em 1649, D. António I Manimulaza, viu-se obrigado, logo que subiu ao trono em 1661, a prestar vassalagem ao rei de Portugal. O governador de Angola, que ainda era João Fernandes Vieira, enviou então a São Salvador um emissário encarregado de receber das mãos do novo Ntotila o documento confirmativo dessa submissão. O emissário de Luanda foi, precisamente, Luís Lopes de Sequeira, com o qual D. António I Manimulaza antipatizou logo à partida pelo facto de se tratar de um mulato, não obstante a maioria dos Jesuítas que então constituíam o cabido do Kongo, e no qual o Ntotila tanto se apoiava, fossem igualmente mestiços.

Luís Lopes de Sequeira regressou a Luanda escoltando os escravos há tanto tempo devidos pelo Kongo ao governador português. Trazia também uma carta do

Ntotila, na qual D. António I Manimulaza reivindicava de João Fernandes Vieira o mesmo que não se cansaria de exigir do seu sucessor, André Vidal de Negreiros, que tomaria posse em Maio desse mesmo ano de 1661. Que exigências eram essas?

D. António I Manimulaza fora avisadamente informado pelos Jesuítas do cabido de São Salvador do Congo de que, ao contrário do que Luanda o queria convencer, o tratado de 1649, enviado para Lisboa no ano seguinte, não fora ratificado na íntegra por D. João IV. Efectivamente, o então rei de Portugal anulara desse tratado as cláusulas XII e XIV, referentes, quer à Ilha de Luanda, quer aos direitos de exploração cedidos aos Portugueses das terras pertencentes ao Kongo e situadas a sul do rio Dande, ou seja, os sobados dos Dembos. D. João IV propunha, aliás, em despacho régio, que «tudo o que antes era de el-rei [do Kongo] se lhe restitua, particularmente a ilha de Luanda, junto a Luanda, em que se criam caracóis, dinheiro daquela gente» porque, concluía, «el-rei do Congo não é vassalo desta coroa [de Portugal] senão irmão em armas dos reis dela e não é justo capitular com ele conforme ao poder se não há razão alguma» [sic]. Era flagrante a disparidade entre os interesses de Lisboa, personificados em D. João IV, que procuravam preservar as relações Estado a Estado com o Kongo, e os interesses do Rio de Janeiro, personificados em Salvador Correia de Sá, apostados em prejudicar, e mesmo em aniquilar, esse terrível rival no tráfico atlântico de mão-de-obra escrava.

Escudado pelo despacho régio lavrado por D. João IV em 1650, D. António I Manimulaza não cessou de reivindicar, em inúmeras cartas dirigidas a André Vidal de Negreiros, que lhe fosse devolvida a Ilha de Luanda. E acrescentava que não existiam minas de ouro nos Dembos e que «se as houvera, as não devo a nenhum» [sic].

## II) A dívida portuguesa à Inglaterra e à Holanda repercutida em Angola e a hagiografia da Batalha de Ambuíla

A reacção inicial do governador André Vidal de Negreiros às exigências de D. António I Manimulaza terá sido a tentativa de conquistar a simpatia dos Axiluanda, população piscatória da Ilha de Luanda de origem ou de influência kikongo. Nessa época, os Axiluanda, que atravessavam quotidianamente a baía de Luanda nos seus dongos, eram os únicos fornecedores de peixe fresco à cidade. Eram igualmente essenciais, quer na salga do peixe, quer na captura das mabangas, o marisco a partir do qual era fabricada a cal utilizada nas construções urbanas. Talvez não seja alheia a uma política de aliciamento dos Axiluanda a primeira decisão tomada por André Vidal de Negreiros logo que chegou a Luanda, em Maio de 1661: a construção, na extremidade setentrional da Cidade Baixa, de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Nazaré.

O culto de Nossa Senhora da Nazaré remonta aos primeiros tempos do Cristianismo e surgiu a partir de uma imagem esculpida em madeira, cuja autoria é atribuída ao carpinteiro São José, onde a Virgem amamenta o Menino Jesus sentada num barquinho de pesca. Não é difícil, portanto, adivinhar por que motivo Nossa Senhora da Nazaré depressa se tornou, nos meios piscatórios cristianizados da Ásia Menor, da Europa e, posteriormente, da África, a substituta dos espíritos tutelares pagãos da actividade económica da pesca. Chegou a uma povoação piscatória do litoral português no ano de 711, às vésperas de deposição, pelos Muçulmanos, do rei cristão D. Rodrigo, o último monarca visigodo ibérico. Mas instalar-se-ia definitivamente na mesma povoação portuguesa, tornando-a um santuário e dando-lhe nome, em 1182, depois de lhe ter sido atribuído o milagre de haver salvado a vida, durante uma caçada, a D. Fuas Roupinho, o senhor feudal

da região. Brasileiro de origem portuguesa, o governador André Vidal de Negreiros era devoto de Nossa Senhora da Nazaré. A tradição colonial atribui a sua iniciativa de erguer aquela ermida em Luanda ao cumprimento de uma promessa que fizera à santa da sua devoção durante a viagem do Brasil para Angola, onde por pouco não sucumbiu a um naufrágio. Mas porque não admitir que este governador não pretendia igualmente agradar aos pescadores cristianizados de Luanda, os quais ao tempo se cingiam aos Axiluanda da Muazanga?

Porém, a partir de Julho de 1662, data em que, em Lisboa, a conspiração do conde de Castelo Melhor afastou a regente D. Luísa de Gusmão e levou ao poder o jovem rei D. Afonso VI, André Vidal de Negreiros multiplicou-se no envio de amostras de cobre e de ouro ao novo monarca português. Procurava a todo o custo convencê-lo, nas cartas que lhe escrevia, de que tais minérios provinham do solo angolano e que a sua exploração em proveito de Portugal justificaria a revogação da carta régia outrora emitida pelo seu defunto pai, D. João IV. Insistia, aliás, em recordar a D. Afonso VI e a Castelo Melhor a gravidade do estágio deficitário das finanças do reino, invocando dois convénios internacionais celebrados por Portugal no ano anterior que só tinham contribuído para endividar os Portugueses e, conseqüentemente, os Angolanos.

Um dos convénios, assinado em Londres a 23 de Junho de 1661, resultara no casamento da infanta D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão e irmã de D. Afonso IV, com o rei Carlos II de Inglaterra, recentemente reinstalado no poder após o colapso do regime republicano de Cromwell. A fim de obter o apoio de Carlos II na guerra contra a Espanha, Portugal cedera Tânger e Bombaim à Inglaterra, concedera aos Britânicos plena liberdade comercial no Brasil e, além disso, ainda gastara, com o dote da infanta, dois milhões de cruzados,

dos quais 60 mil seriam obtidos em Angola ao longo dos 16 anos subsequentes.

O outro convénio foi o Tratado de Paz e Confederação que D. Afonso VI celebrou com os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, assinado a 6 de Agosto de 1661, em Haia. Portugal ficava definitivamente reconciliado com a Holanda e contava com mais um excelente aliado na guerra contra a Espanha. Mas, em contrapartida, comprometia-se a pagar aos Países Baixos uma indemnização orçada em quatro milhões de cruzados. Na liquidação desta dívida, Angola deveria contribuir com 300 mil cruzados por ano. O débito angolano ascendia, portanto, a 360 mil cruzados no total, o que já gerava ondas de protestos entre os moradores de Luanda e de outras cidades e presídios.

D. Afonso VI atendeu às queixas de André Vidal de Negreiros no sentido de revogar a carta régia de D. João IV, pois a 22 de Dezembro de 1663 emitia nova carta régia que ordenava a exploração do cobre da costa angolana e «de outras utilidades». Tal bastou a André Vidal de Negreiros para convencer os exércitos portugueses de Luanda e demais cidades e presídios angolanos a prepararem-se para, a qualquer momento, dinamizarem contra o Ntotila D. António I Manimulaza uma campanha militar que não conhecesse o fracasso das anteriores, movidas contra o seu antecessor. E, de facto, a falsa calmaria entre Luanda e São Salvador que antecedeu a borrasca de Ambuíla não duraria mais do que um ano e meio.

Em 1664, André Vidal de Negreiros endereçou para Lisboa duas cartas, uma a 26 de Junho e outra a 20 de Novembro, nas quais relatou a D. Afonso VI episódios ocorridos durante a primeira metade do ano e que seriam decisivos para a ruptura definitiva com D. António I Manimulaza. Logo nos primeiros meses do ano, o duque do Uandu, incompatibilizado com o seu suserano, o Ntotila,

por motivos que permaneceram sempre por explicar, fugiu do seu território e refugiou-se no sobado de Ambuíla, a sul do rio Dande, cuja regente, D. Isabel Afonso, era vassala de Portugal. Daí enviou a Luanda um emissário que comunicou, da sua parte, a André Vidal de Negreiros, a confirmação da existência efectiva das alegadas minas de cobre e de ouro em território congus. O duque do Uandu fez mesmo questão de prometer ao governador brasileiro ajudá-lo a encontrar as referidas jazidas e também de lhe assegurar que D. António I Manimulaza lhas ocultava deliberadamente.

André Vidal de Negreiros encarregou o já então capitão-mor Luís Lopes de Sequeira de ir ao encontro do duque de Uandu, não apenas para lhe dar protecção, mas também para que averiguasse da localização das tais minas. O «Mulato dos Prodígios» regressaria a Luanda com amostras que pareciam ser de cobre. Não encontrara ouro. Mas trazia igualmente um auto de devassa resultante de um inquérito que efectuara, a pedido do governador, contra D. António I Manimulaza junto dos Dembos, e no qual colaboraram D. Isabel Afonso e um seu irmão.

Com base nesse auto de devassa redigido por Luís Lopes de Sequeira, que era contundente na demonstração da má-fé de D. António I Manimulaza em ocultar dos Portugueses as minas de cobre, assim como na carta régia lavrada por D. Afonso VI em 1663, André Vidal de Negreiros pôde declarar guerra ao Kongo. Antes ainda tentou convencer em vão o Ntotila a retratar-se, enquanto esperou durante meses pela chegada da autorização de Lisboa para o início das hostilidades. Os exércitos de Luanda e de Mbanza Kongo confrontar-se-iam, finalmente, a 29 de Outubro de 1665.

A Batalha de Ambuíla travou-se no vale do rio Ulanga, um afluente do Dande. Um imenso exército do rei do Kongo procurava defender a zona das minas de cobre. Cadornega, que não assistiu à batalha, exagera na disparidade de

contendores ao descrevê-la. Fala de cem mil homens armados do lado de D. António I Manimulaza e dos seus aliados – os duques de Mbamba, de Mbata e do Sundi, o príncipe do Soyo (ou Sonho) e os marqueses de Bumbi e Pemba –, contra apenas 400 do lado das forças portuguesas, comandadas por Luís Lopes de Sequeira. Historiadores do século xx, nomeadamente o norte-americano John Thornton no seu estudo *Warfare in Atlantic Africa* (1998), fornecem números mais verosímeis.

A componente conguesa, contando com o apoio do Principado do Soyo – que vivia em clima de instabilidade política desde a morte de D. Daniel em 1650, mas continuava a receber um forte apoio holandês –, incluía cerca de 15 mil arqueiros camponeses, acrescidos de cinco mil soldados de infantaria equipados com escudos e espadas e de um regimento de 380 mosqueteiros, 29 dos quais portugueses, todos comandados pelo também português Pedro Dias Cabral. O lado português, vindo de Luanda e comandado pelo «Mulato dos Prodígios», era composto, pelo menos, por 450 mosqueteiros e duas peças de artilharia pesada – os tais canhões que inspirariam a estátua erigida mais tarde na baixa de Luanda –, além de cerca de 1500 soldados brasileiros, brancos e índios, e também os mercenários imbangala, sempre designados, nos documentos, por «Jagas».

Os Congueses não conseguiram quebrar a formação portuguesa e, numa investida desesperada final para tentar romper o quadrado, D. António I Manimulaza acabou morto e decapitado em combate. A sua cabeça, assim como a coroa de prata revestida de pedrarias, outrora oferecida pelo papa Inocêncio X, foi transportada para Luanda, onde seria depositada com solenidade, pelo governador André Vidal de Negreiros, na recentemente erguida Igreja da Nazaré. As paredes desta igreja foram depois ornamentadas com azulejos evocativos da batalha.

Vale a pena visitar os murais de azulejos da Igreja da Nazaré, recentemente restaurados. Um deles, desenhado com grande rigor geométrico, centra-se numa panorâmica do campo da peleja, onde D. António I Manimulaza, avançando de espada em riste à frente dos seus homens, procura quebrar em vão a formação em quadrado do exército de Luís Lopes de Sequeira. Outro mural é de temática mais livre e exhibe esparsamente imagens que procuram exaltar o êxito da dominação portuguesa em Angola. Entre elas distingue-se uma fortificação, um escudo com as armas de Portugal, a ramagem de uma árvore angolana que parece ser a de uma acácia, uma embarcação à vela de navegação fluvial, possivelmente um palhabote no Kuanza, e ainda... uma bandeja onde é exibida a cabeça decapitada de D. António I Manimulaza!

Eis, sucintamente, o desfecho da Batalha de Ambuíla tal como a descreve Cadornega, certamente a partir de informações que obteve de soldados que participaram na contenda e de relatórios do governo de Angola entretanto perdidos. E eis igualmente as representações imagéticas que a vitória do contingente de Luís Lopes de Sequeira sobre D. António I Manimulaza não tardou a inspirar à arte sacra de Luanda. Mas outros pormenores viriam a ser acrescentados à Batalha de Ambuíla por relatos orais que atravessariam, pelo menos, quatro gerações, até serem, cem anos depois, reproduzidos na *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Corrêa.

O historiador e cronista brasileiro evidencia duas fantasias, que reconhece terem-lhe sido transmitidas pelo que designa por «tradição». A primeira delas é o facto de ser o próprio Luís Lopes de Sequeira quem, em pleno campo de batalha e expondo-se às balas do inimigo, se afasta subitamente dos seus homens para saltar como um felino sobre D. António I Manimulaza. Num abrir e fechar de olhos, o «Mulato dos Prodígios» decapita de um só golpe



o rei do Kongo, cuja cabeça ensanguentada exhibe vitoriosamente aos seus soldados e aos seus inimigos, espetada na ponta de uma lança.

Esta proeza do «Mulato dos Prodígios», efabulada por Elias Alexandre da Silva Corrêa, seria reproduzida por Feo Cardoso em 1828 e por Lopes de Lima em 1846. Influenciaria os historiadores angolanos dos anos de 1930, Alberto de Lemos e Francisco das Necessidades Castelbranco. Escreve Alberto de Lemos:

Mas o grupo português em que se encontrava o capitão-mor [Luís Lopes de Sequeira], e que se batia contra o do rei do Congo [em Ambuíla], não deixa escapar a ocasião. Desfaz a golpes de espada aquela muralha de dedicações e Sequeira dum só golpe decepa a cabeça de D. António I, que faz mostrar aos seus atónitos vassallos do alto dum pique [sic].

Francisco das Necessidades Castelbranco, procurando dar maior protagonismo aos Africanos, preocupa-se mais em pôr em evidência o arrojo de D. António I Manimulaza, atribuindo a sua morte a uma bala perdida do seu próprio exército e mitigando, assim, o efeito espectacular e ímpio da espadeirada desferida por Luís Lopes de Sequeira:

O rei do Congo, de espada e rodela, procurou o comandante da força inimiga para com ele combater. Encontrou-o e, quando com maior ardor se batiam, uma bala do seu próprio exército prostrou-o, morto. [...] Lopes de Sequeira cortou-lhe então a cabeça que mandou colocar num poste. À vista da cabeça do seu chefe, os pretos puseram-se em debandada, devendo Sequeira a vitória a esta fuga [sic].

A segunda fantasia introduzida na batalha de Ambuíla é de ordem hagiográfica, pois trata-se de um «milagre» similar ao de Ourique, em 1139, ou ao da vitória infligida, por volta de 1507, por D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga a Panso Aquitimo. Escreve o historiador brasileiro setecentista: «A tradição instrui de que os inimigos afirmavam haverem visto entre os portugueses uma formosíssima Mulher ministrar-lhes a pólvora e alentá-los

na peleja» [sic]. O «Mulato dos Prodígios» teria sido, portanto, ajudado em Ambuíla por Nossa Senhora da Nazaré.

### **c) Da revolta pré-nativista contra o governador Tristão da Cunha (1666-1667) ao massacre de Mpungu-a-Ndongo (1671) e à campanha do Libolo (1679)**

Depois da vitória de Ambuíla, André Vidal de Negreiros tornou a encarregar Luís Lopes de Sequeira de recolher, nos territórios do Uandu abandonados pela debandada conguesa, mais amostras do tão requestado minério. Os resultados das análises foram decepcionantes, pois desta vez ficou definitivamente demonstrado que não se tratava de cobre. As dívidas onerosas de Portugal para com a Inglaterra e para com a Holanda continuariam, portanto, por pagar.

Assim se explica o regime draconiano que, em obediência a ordens régias de Lisboa, impôs em Angola o novo governador que tomou posse em Luanda a 28 de Agosto de 1666, na agora sacrossanta Ermida de Nossa Senhora da Nazaré. Tristão da Cunha não prestou a menor atenção aos vereadores da Câmara Municipal que lhe pediram que esperasse o regresso de três deles de Lisboa, para onde haviam partido a fim de protestarem junto de D. Afonso VI contra o envolvimento coercivo dos Angolanos no pagamento de uma dívida que não lhes dizia respeito e pela qual não eram responsáveis. Na vez disso, o implacável governador lançou pesados impostos sobre os moradores das cidades e dos presídios, cobrando mil réis por cada «peça» exportada, o que correspondia à retenção em seu poder de metade dos escravos a embarcar para o Brasil. Argumentou falaciosamente que o dinheiro e os escravos apreendidos se destinavam a custear um projecto brasileiro megalómano já abortado havia quase cinco anos: o da construção de uma fábrica de galeões no Rio de Janeiro.

Essa ideia nepotista - da qual, na Ilha do Governador, ao largo do Rio de Janeiro, ainda restariam por muito tempo vestígios de um estaleiro abandonado no lugar do antigo engenho de açúcar dos Correia de Sá e onde, muito mais tarde, em 1945, seria construído um aeroporto internacional popularmente conhecido pelo nome de Galeão - valera, aliás, ao seu autor, Salvador Correia de Sá e Benevides, a expulsão definitiva do Brasil, por iniciativa dos seus próprios conterrâneos, em 1662.

Mas onde as medidas de austeridade de Tristão da Cunha mais se fizeram sentir foi no sector militar. Ordenou que regressassem a Luanda todas as unidades espalhadas pelo sertão, entre as quais a de Luís Lopes de Sequeira, que ainda se mantinha em Ambuíla. Diminuiu, em mais de um terço, o número de efectivos, ficando cada presídio limitado a 25 soldados. O vencimento dos oficiais foi reduzido para mais de metade. Como se não bastasse, e sem se compadecer de todos aqueles militares desmobilizados que tentaram desesperadamente sobreviver dedicando-se ao comércio, proibiu o uso gratuito de carregadores nas kibukas, as caravanas comerciais, obrigando os comerciantes a remunerar os escravos.

Evidentemente que Tristão da Cunha não podia aguentar-se no governo de Angola mais do que cinco meses. A 29 de Janeiro de 1667, uma revolta da infantaria, que partiu das fortificações da Ingombota e da Ermida de Santa Maria Madalena, obrigou o governador a demitir-se e a refugiar-se no Forte de Santo Amaro. Por ironia, foram os vereadores da Câmara Municipal de Luanda que lhe salvaram a vida, embarcando-o num navio para o Brasil. Este governador execrável viria, curiosamente, a dar nome a um largo da baixa de Luanda que, ao contrário de muitos outros topónimos coloniais, se manteve após a Independência de Angola e perdura ainda hoje, decerto por inadvertência das municipalidades luandenses posteriores a 1975. Temos, no entanto, de reconhecer que a política

odiosa de Tristão da Cunha teve, pelo menos, um mérito: o de conseguir exaltar, ainda que pela negativa, um sentimento de nativismo angolano já latente, porquanto pela primeira vez os Angolanos tentaram manifestamente demarcar-se do colonizador, opondo-se ao pagamento de dívidas por ele contraídas.

Este arrebatamento nativista revelar-se-ia, porém, sol de pouca dura. Ainda em Novembro de 1667, menos de um ano depois da expulsão de Tristão da Cunha, os três moradores de Luanda enviados a Lisboa apoiaram o golpe de Estado que afastou do poder o conde de Castelo Melhor e o próprio rei D. Afonso VI, declarado impotente e incapaz pelo seu irmão mais novo, D. Pedro, que se tornaria príncipe regente. Em Luanda, o Senado da Câmara governaria Angola em obediência cega às prescrições de Lisboa, durante os dois anos e meio que se seguiram, limitando-se apenas a persistir inutilmente na prospecção das inexistentes minas de cobre do Kongo, com a ilusão de protelar o pagamento dos 360 mil cruzados. O Tratado de Lisboa de 13 de Fevereiro de 1668, que poria fim à guerra que grassava entre Portugal e a Espanha desde 1640, atenuaria o peso da dívida, pelo menos no respeitante a um dos credores, a Inglaterra, que concedeu quitação a Portugal em troca da cedência a súbditos Britânicos de privilégios comerciais equiparados aos dos Portugueses nas feitorias indianas de Goa, Cochim e Diu e brasileiras de São Salvador da Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Mas quando, a 26 de Agosto de 1669, tomou posse em Luanda o novo governador de Angola nomeado pelo príncipe regente D. Pedro, o fidalgo D. Francisco de Távora, de apenas 22 anos – conhecido como *O Menino Prudente* –, já o sertão angolano fervilhava em acontecimentos conturbados. Em Mpungu-a-Ndongo, a capital do Estado títere do Dongo em tempos inventado pelos Portugueses, viviam-se convulsões que remontavam

ao início de 1664, data da morte de D. Filipe I Ngola Airi, ao fim de 38 anos de reinado. O seu filho, D. João Ngola Airi, depressa se tornou alvo vulnerável dos interesses expansionistas em relação ao controlo do corredor do rio Kuanza por parte daquele que, na prática, fora o sucessor de Njinga Mbandi na Matamba, o seu cunhado D. António Carrasco Jinga Amona, assim como de Ngunza, o soberano do Libolo. Ambos instigaram D. João Ngola Airi a perpetrar contra os aviados dos comerciantes de Luanda assaltos e saques que acabariam por desencadear, em 1671, a declaração de guerra por parte do jovem governador D. Francisco de Távora.

Luís Lopes de Sequeira desempenhava as funções de capitão-mor de Ambaca, o presídio mais próximo de Mpungu-a-Ndongo e o mais cobiçado pelos três soberanos africanos. Por isso foi destacado para dirigir um cerco às Pedras de Maupungo, que se prolongou entre os meses de Agosto e de Novembro. Não havendo D. João Ngola Airi manifestado o menor desejo de capitulação, Luís Lopes de Sequeira decidiu atacar o reduto durante a noite, escalando com os seus homens as estranhas formações rochosas e pondo em fuga o inimigo em direcção ao Kuanza. Foram-lhe então atribuídas as palavras «Entra lá o Sol? Pois eu também lá hei-de entrar...». Também lhe chamaram «terror do gentio» e «Atlante das conquistas», por referência a Atlante (ou Atlas), o titã da mitologia grega que sustentava a abóbada celeste. Segundo Cadornega, o «Mulato dos Prodígios» perseguiu então D. João Ngola Airi até às margens do Kuanza, onde o capturou e mandou decapitar no próprio local. Com este feito e com a construção de uma fortaleza, Luís Lopes de Sequeira punha fim a um reino fictício e inaugurava em Mpungu-a-Ndongo o oitavo presídio português da rede comercial do Kuanza.

A disputa pelo controlo do corredor do «rio de Angola» continuou, contudo, mesmo depois do desmantelamento desta coligação da Matamba, a acirrar os soberanos

africanos, particularmente os montanhese do Libolo, região sobrevivente do antigo Reino do Ndongo, situada a sul do Kuanza e vizinha das savanas da Kissama. Luís Lopes de Sequeira veio igualmente a distinguir-se com êxito na campanha do Libolo, a qual, por iniciativa do novo governador Aires Saldanha de Menezes, cujo mandato perdurou entre 1676 e 1680, prosseguiu ao longo de todo o ano de 1679 e submeteu ao domínio de Luanda a maioria dos sobas desta região.

#### **d) A aniquilação da Matamba na batalha de Katole (1681) e os imaginários sobre a morte de Luís Lopes de Sequeira**

Que acontecera, entretanto, na Matamba, desde a morte de Njinga Mbandi, no final de 1663? Mais uma vez, o nosso principal informador é o capuchinho Cavazzi, que afirma ter-se oposto terminantemente a que se celebrasse o *tambo*, cerimónia fúnebre tradicional entre os Imbangala onde se praticavam sacrifícios humanos, por ocasião das exéquias de Njinga Mbandi. Suscitou assim o ódio de D. António Carrasco Jinga Amona, que pouco tempo depois tentou envenená-lo com vinho da missa. Gravemente doente, Cavazzi foi transportado para Luanda, de onde seguiu para a Europa. Mas o último confessor de Njinga Mbandi regressaria a Angola dez anos depois, em 1673.

Prossegue Cavazzi, relatando outras atrocidades praticadas, nos primeiros meses do ano de 1664, por D. António Carrasco Jinga Amona, o marido da nova rainha da Matamba, D. Bárbara Mucambo. O novo rei consorte da Matamba começou por tentar eliminar o seu principal rival, D. João Guterres Ngola Kanini. Mas este logrou fugir e mover-lhe-ia uma longa guerra. A mesma sorte não teve D. Calisto Zelote, antigo secretário de Njinga Mbandi, que acabou degolado por ordem de D. António Carrasco Jinga Amona, assim como outros fidalgos da confiança da defunta soberana.

Ainda segundo Cavazzi, a própria D. Bárbara Mucambo, que, entretanto, cegara, ficou horrorizada com as crueldades do marido e abandonou a residência real. Passou, contudo, a ser estritamente vigiada e guardada, e acabou por morrer daí a dois anos, em Março de 1666.

Cavazzi relata igualmente que D. António Carrasco Jinga Amona não hesitou em vender antigas damas da Corte de Njinga Mbandi a comerciantes negreiros, a troco de diversas mercadorias, entre as quais bebidas alcoólicas, e que para tal terá argumentado que gastara demasiado dinheiro nas exéquias da rainha. Este déspota reinaria na Matamba durante dez anos, até ser decapitado em 1674, numa cerimónia pública à qual assistiu o próprio Cavazzi, entretanto regressado a Angola. Mas que interesses se jogaram no sertão angolano durante essa década?

Os mesmos interesses de sempre: a disputa pelo controlo comercial do corredor do rio Kuanza. Foram eles que nortearam o longo conflito bélico em que se envolveram durante anos D. António Carrasco Jinga Amona e D. João Guterres Ngola Kanini. Este último perdeu a vida numa batalha travada em 1670, mas sucedeu-lhe o seu filho, D. Francisco Guterres Ngola Kanini, que fez questão de receber o baptismo cristão do venerável capuchinho Cavazzi logo que este regressou ao sertão angolano, em 1673. Cavazzi insiste, aliás, em realçar ter sido ele próprio quem educou e ensinou as primeiras letras a D. Francisco Guterres Ngola Kanini – que diz ser filho ilegítimo do seu antecessor – quando este era criança. Um ano depois do regresso de Cavazzi, em Julho de 1674, D. Francisco Guterres Ngola Kanini derrotou estrondosamente o seu velho inimigo D. António Carrasco Jinga Amona com o apoio do governador português Francisco de Távora. Depois de decapitado o antigo e temível general de Njinga Mbandi, D. Francisco Guterres Ngola Kanini tornou-se rei da Matamba. Aparentemente tinha o apoio do governo

português de Luanda, que jamais abdicara dos seus interesses comerciais sobre o corredor do Kuanza.

O reinado de D. Francisco Guterres Ngola Kanini na Matamba manteve-se estável durante o mandato de Aires de Saldanha de Meneses, entre meados de 1676 e 1680. Mas a paz seria perturbada com o governo de João da Silva e Sousa, a partir da segunda metade de 1680. Este governador privilegiou as relações com os Imbangala do Kasanje, vizinho da Matamba. O objectivo português já era alcançar as rotas comerciais lunda, para lá do rio Kuango. Mas desde que se celebrou a aliança entre Luanda e o Kasanje, multiplicaram-se as hostilidades dos exércitos de D. Francisco Guterres Ngola Kanini, não só contra o Jaga, o soberano do Kasanje, mas também contra os aviados dos comerciantes portugueses que atravessavam o seu território. Foi o que levou, em 1681, à campanha da Matamba, que culminou na Batalha de Katole.

Embora Cadornega seja contemporâneo desta campanha militar da Matamba, já não a relata na sua *História Geral das Guerras Angolanas*, uma vez que deu esta obra por concluída precisamente no ano da campanha. O único texto escrito coevo que a documenta é um relatório do próprio governador João da Silva e Sousa datado de 18 de Março de 1682, portanto de seis meses depois da Batalha de Katole. E o documento que dele mais se aproxima no tempo é-lhe posterior em cerca de cem anos, *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Corrêa.

Em Agosto de 1681, o governador João da Silva e Sousa declarou guerra ao rei da Matamba, D. Francisco Guterres Ngola Kanini, e enviou a Luís Lopes de Sequeira, então ainda a residir em Ambaca na qualidade de capitão-mor deste presídio, a ordem de organizar um exército constituído, segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, por:

530 infantes [entenda-se *peões*], 37 cavalos [entenda-se *cavaleiros*], 10 000 arcos de gente preta, e muitos outros sobados, destinados para a



condução de artilharia, bagagens, e mais petrechos de guerra [sic].

Após prolongada caminhada a partir de Ambaca, o exército comandado pelo «Mulato dos Prodígios» acampou em Katole, a três dias de jornada da Corte de D. Francisco Guterres Ngola Kanini. Contudo, na madrugada de 4 de Setembro de 1681, foi surpreendido na retaguarda por um ataque do inimigo e pela propagação de um incêndio provocado pelos assaltantes. Luís Lopes de Sequeira conseguiu dominar a situação e orientar os seus lugartenentes no sentido de as forças portuguesas saírem vencedoras da contenda, mas perdeu a vida trespassado por uma flecha.

A descrição deste episódio por Elias Alexandre da Silva Corrêa é, porventura, o primeiro registo escrito da representação que, ao longo de cem anos e pela via da oralidade, vinha sendo construída em torno do estatuto de herói que coube a Luís Lopes de Sequeira, quer no tocante à sua reputação de invencibilidade, quer no que diz respeito ao mito sobre o seu enigmático assassinio:

[...] e também morre, /que sensível perda, /o famigerado Sequeira, este ilustrado comandante, terror dos Sertões, e honra dos Angolenses: contudo os Portugueses vencem; e assim consegue o memorável e falecido Chefe ser o vitorioso até o fim dos seus dias; por que não gozem os inimigos a vaidade de vencer a quem jamais poderão competir. O seu Nome respeitado, ainda hoje é temido entre os bárbaros; e as suas Cinzas veneradas entre os brancos [sic].

A Matamba perderia a sua independência após esta batalha e a eliminação de D. Francisco Guterres Ngola Kanini, a quem sucedeu a sua irmã, D. Verónica Guterres, que assinaria com João da Silva e Sousa um pacto de vassalagem a Portugal.

Subsistiram, no entanto, os mitos sobre como Luís Lopes de Sequeira perdeu a vida ou, mais concretamente, sobre quem lhe pôs fim à vida. Quer o relatório do governador

João da Silva e Sousa, quer o texto de Elias Alexandre da Silva Corrêa são bem claros em reconhecer que a morte do «Mulato dos Prodígios» foi causada por uma flecha e não por uma bala. Contudo, o historiador brasileiro, sempre apegado à tradição oral, evidencia uma suspeita que terá atormentado a opinião pública luandense ao longo dos cem anos que se seguiram à tragédia de Katole:

A maior sensibilidade que sentiu a conquista portuguesa nasceu da presunção de que não foi inimiga, mas sim traidora a flecha que, com pontaria certa, atravessou o Coração deste invicto Comandante, e o derrubou do Cavalo, subitamente morto. Efeitos, sem dúvida, da emulação e inveja sempre oposta ao valor e fortuna daquele famoso Homem, que não se podia lembrar do meio mais vil para um infame desafogo [*sic*].

Ou seja, será que Luís Lopes de Sequeira foi morto à traição? Por outras palavras, será que a flecha que o vitimou foi disparada do lado português e não pelo inimigo?

Há que ter em conta que, do lado português, os únicos soldados munidos de arcos e flechas eram os componentes da chamada «Guerra Preta», os mercenários africanos, nomeadamente os Imbangala. A crer nesta possibilidade, a aludida «inveja» tanto podia provir dos Africanos, um dos quais dispararia a flecha fatal, quanto dos Portugueses, que poderiam ter encarregado um africano de ser o autor material do homicídio. Mas seria Luís Lopes de Sequeira tão digno de «invejas»? Só a sua condição de mulato, de algum modo encarada como o seu calcanhar de Aquiles, poderia suscitar tais ambiguidades a seu respeito.

A tese da «traição» e da «inveja» a respeito da morte do «Mulato dos Prodígios», formulada no século XVIII por Elias Alexandre da Silva Corrêa, foi reproduzida no século XIX por Lopes de Lima e, no século XX, pelo menos por três dos mais eminentes historiadores coloniais. Alberto de Lemos não hesita em escrever:

A Batalha da Matamba [ou de Katole] (4 de Setembro de 1681) foi uma proeza incomparável. Perdeu nela a vida o maior cabo-de-guerra da conquista de Angola, o invencível Luís Lopes de Sequeira, que foi assassinado traiçoeiramente por mão portuguesa! [sic].

Já Francisco das Necessidades Castelbranco é muito mais discreto, limitando-se a referir, em nota de rodapé, que o oficial mulato foi «traíçoeiramente assassinado durante o combate, por um dos componentes da força que comandava» [sic].

O transmuntano Gastão Sousa Dias (n. Chaves, 1887-m. Sá da Bandeira [Lubango], 1955), antigo oficial do exército português, fundador e reitor do Liceu Nacional Diogo Cão do Lubango e, paradoxalmente, grande entusiasta das políticas segregacionistas em Angola, é o primeiro historiador a apresentar abertamente Luís Lopes de Sequeira como mestiço e a atribuir – apoiando-se no *Catálogo dos Governadores do Reino de Angola* – as invejas de que alegadamente foi alvo e que o vitimaram em Katole a essa sua condição:

[...] a figura de Lopes de Sequeira adquirira um grande prestígio, não isento, como sempre acontece, dos dissabores provenientes de mesquinhas invejas: a sua qualidade de mestiço mais uma vez o tornou alvo de despeitos, que facilmente se poderão imaginar, tratando-se de uma sociedade em que perduravam os preconceitos de sangue e um invencível orgulho de raça [sic].

Falta referir a tese de Ralph Delgado, que é o primeiro a aventar uma hipótese completamente original para a morte do «Mulato dos Prodígios»: a do suicídio. Cansado de viver e, certamente, de ser discriminado na sua condição de mulato, Luís Lopes de Sequeira ter-se-ia, deliberadamente, entregado aos projecteis dos arqueiros de D. Francisco Guterres Ngola Kanini e deixado morrer. Ralph Delgado fundamenta o seu ponto de vista no próprio relatório do governador João da Silva e Sousa:

Contra as minhas advertências, [Luís Lopes de Sequeira] passou a noite naquele sítio com tanto descuido, e sem prevenção, quando devia estar muito vigilante e cuidadoso pela vizinhança do inimigo em que se achava. Na madrugada de 4 do dito mês de Setembro de 1681, [...] vendo o capitão-mor do campo naquele conflito que estava perdido, fez conveniência de se acabar de perder e mais tímido da vergonha que, escapando, havia de padecer, do que do horror da morte que se via ameaçar, precipitado se entregou às flechas do inimigo, adonde com poucas se acabou [sic].

Por sua vez, José Mena Abrantes, com a sua notável peça de teatro *Sequeira, Luís Lopes ou o Mulato dos Prodígios* consegue conciliar na sua personagem todas estas versões, convidando o espectador a novos imaginários. Mas o que é a história senão um eterno entretecer de imaginários?

## **2 - A fragmentação do Reino do Kongo após a Batalha de Ambuíla**

### **a) O Kongo imerso em guerras fratricidas (1665-1703)**

Ao desaparecimento de D. António I Manimulaza em 1665, na Batalha de Ambuíla, sucederam-se no Reino do Kongo cinco décadas de guerras civis e de lutas pelo poder e uma inaudita fragmentação do território. Até 1710, reinaram no Kongo 14 monarcas. Na maioria, morreram assassinados. As clivagens entre os grupos de parentesco Mpangu (ou Kimpanzu) e Nlaza (ou Kimulaza) acentuaram-se. Os Mpangu concentraram-se em Mbula (ou Bula), no noroeste da província de Mpemba, fazendo de Mbanza Nlemba a sua capital. Os Nlaza fixaram-se no Monte Kimpangu, no extremo leste de Mpemba, na fronteira com a província de Mbata, que secularmente dominavam. Entre as duas localidades, situava-se a velha e sagrada capital São Salvador, conhecida como a «cidade dos sinos», completamente abandonada desde 1678.



Salvador com o título de D. Álvaro VII Mpangu-a-Nsundi. Mas pouco tempo depois foi morto pelo príncipe do Soyo, D. Paulo da Silva, que colocou no trono de São Salvador o jovem D. Álvaro VIII, igualmente um Mpangu. Em menos de um ano, em meados de 1667, o jovem monarca era assassinado por um parente seu, o marquês de Mpemba, D. Pedro, que invadiu São Salvador e se proclamou rei D. Pedro III Nzuzi-a-Ntumba. Este fidalgo já antes tinha marchado com um exército sobre o ducado de Mbamba e degolado o seu titular. Depois de arrasar o que restava da «cidade dos sinos», fixou a sua Corte em Mbanza Nlemba, na província de Bula. Foi o primeiro Mpangu a reinar em Bula. Mas, em paralelo e durante os dois anos do seu reinado, até 1669, dois Ntotila do clã Nlaza, D. Afonso III Afonso e D. Garcia III Nkanga-a-Mvemba, reinaram no Monte Kimpangu.

Em 1669, outro marquês de Mpemba, D. Rafael I, proclamava-se igualmente rei e tentava recuperar São Salvador. Mas foi derrubado e perseguido pelo novo príncipe do Soyo, D. Estêvão da Silva, que impôs que o Ntotila fosse um Nlaza, D. Álvaro IX Nimi-a-Mvemba, e que reinasse no Monte Kimpangu. No ano seguinte, D. Rafael I encontrava-se refugiado no senhorio de Bumbi, a sul do rio Loje. Dada a proximidade de Luanda, enviou uma embaixada com um pedido de socorro ao jovem governador português D. Francisco de Távora. D. Rafael I seria, assim, o primeiro Ntotila, depois do desastre de Ambuíla, a solicitar uma aliança com os Portugueses. A sua embaixada pagou a D. Francisco de Távora uma indemnização de 30 mil cruzados, ainda por conta da derrota de Ambuíla, e propôs-lhe, em caso de vitória do exército português contra os Holandeses da feitoria de Boma – sustentáculo económico e militar de D. Estêvão da Silva –, a cedência a Portugal do Principado do Soyo e do porto do Pinda.

Se D. Francisco de Távora tivera, nesse mesmo ano de 1670, êxito ao repelir de Benguela corsários holandeses,

igual sorte não obteria quanto aos Flamengos do Kongo/Zaire. O contingente militar que enviou para norte do rio Mbridje logrou inicialmente, numa batalha travada perto do Ambriz - onde D. Estêvão da Silva perdeu a vida - vencer as tropas basolongo. Mas D. Pedro da Silva de Castro, irmão do falecido príncipe do Soyo e seu sucessor, organizou um exército com o apoio do Ngoio e do Kakongo e arrasou os Portugueses em Chitombo. Por sua vez, os Holandeses de Boma rechaçaram por mar uma armada portuguesa também proveniente de Luanda. Segundo Cadornega, e o visconde de Paiva Manso na sua *História do Congo*, o fracasso do apoio militar português não impediu D. Rafael I de se tornar a instalar na desbaratada São Salvador, onde - enquanto dois outros Ntotila seus rivais governavam, respectivamente, em Bula e no Monte Kimpangu - reinou durante cinco anos, até falecer em 1675. Decerto que beneficiou da condescendência dos três príncipes que então se sucederam no Soyo: D. Pedro da Silva e Castro, D. Paulo III da Silva, que chamou os missionários Capuchinhos, e por fim D. Estêvão II da Silva.

Sucedeu-lhe o seu filho D. Daniel I de Gusmão, que reinaria, segundo uns, também cinco anos, até 1680, segundo outros apenas três, até em 1678 ser derrotado e morto por D. Pedro III Nzuzi-a-Ntumba, o rei de Bula. A partir de então, o abandono de São Salvador é inquestionável. O rei de Bula, contudo, só sobreviveria mais um ano, pois caiu na armadilha de aceitar desposar uma filha de D. Estêvão II da Silva, na esperança de conseguir uma aliança com esse poderoso príncipe do Soyo. Mas, na cerimónia do noivado, quem se apresentou disfarçado de noiva foi o irmão do falecido D. Daniel I, acompanhado de guerreiros basolongo disfarçados de damas de companhia. Com um tiro na cabeça, puseram fim à vida de D. Pedro III Nzuzi-a-Ntumba. Depois disso, o Mani Soyo conseguiu aniquilar esse irmão de D. Daniel I, em quem se apoiara.

A D. Pedro III Nzuzi-a-Ntumba sucedeu em Bula, outro Mpangu, o seu irmão D. João II Nzuzi-a-Ntumba (ou Nsimba-a-Ntumba, literalmente *o gémeo mais novo*), que reinaria até 1710. Mas com ele rivalizariam cinco Ntotila do clã Nlaza em Monte Kimpangu. Todos foram eleitos por influência dos príncipes do Soyo, primeiro D. Estêvão II da Silva, depois D. António I Barreto da Silva, que lhe sucedeu em 1680. Mas, na imposição dos Nlaza – os quais, entretanto, haviam adoptado um nome português, Água Rosada –, os príncipes do Soyo contaram com a colaboração dos Capuchinhos da Propaganda Fide. Apoiados pelos governadores portugueses de Luanda, os missionários italianos serviam os interesses de Roma e de Lisboa de tentar reunificar o Kongo sob a égide do Catolicismo, de modo a conseguir a expulsão dos Holandeses de Boma e do Pinda. Tudo fizeram, aliás, nesse sentido durante cerca de 30 anos, embora nem sempre legitimando os Água Rosada. Os Capuchinhos italianos, secundados pelos governadores portugueses, apoiaram sempre apenas aqueles candidatos ao trono do Kongo que se revelassem circunstancialmente mais fortes do ponto de vista económico ou militar.

Um exemplo flagrante foi a diligência que frei Jerónimo de Mérola, chegado a Luanda a 6 de Maio de 1683, diz ter efectuado em meados do ano seguinte. Ao saber que D. João II Nzuzi-a-Ntumba, rei de Bula, saíra vitorioso de várias batalhas contra os Água Rosada, este capuchinho não hesitou em deslocar-se a Mbanza Nlemba, a sua capital, no intuito de aconselhar o soberano do clã Mpangu a regressar à abandonada São Salvador e a fazer-se coroar solenemente nesse lugar sagrado. Mas D. João II Nzuzi-a-Ntumba chamou-lhe a atenção para um problema: a coroa dos Ntotila encontrava-se em Luanda desde a Batalha de Ambuíla, havia quase 20 anos. Atacado de febres palustres, frei Jerónimo de Mérola ficou no Soyo, mas encarregou um



seu subordinado de seguir para Luanda, a fim de convencer o recente governador português, Luís Lobo da Silva, de que era urgente devolver a D. João II Nzuzi-a-Ntumba a coroa apreendida em 1665 ao malogrado D. António I Manimulaza.

Luís Lobo da Silva verificou que a coroa havia desaparecido, mas mandou fazer em Lisboa uma coroa nova para o rei de Bula, assim como um ceptro. Só no ano de 1688 é que os dois objectos reais, vindos de Portugal, desembarcaram em Luanda, de onde Luís Lobo da Silva os fez transportar para Bula por embaixadores do próprio D. João II Nzuzi-a-Ntumba. No entanto, a coroa e o ceptro jamais chegariam ao destinatário, pois foram apreendidos, e certamente destruídos, por homens do duque de Mbamba, D. Miguel Vale de Lágrimas, que assaltaram a embaixada durante a sua viagem para Bula. Consta que o duque de Mbamba, inimigo do rei de Bula, fora avisado por espões do príncipe do Soyo residentes em Luanda.

Em Abril de 1689, o novo governador de Angola, D. João de Lencastre, enviava ao rei de Portugal, D. Pedro II, uma carta a avisá-lo de que, graças ao empenho dos Capuchinhos da Propaganda Fide, celebraria em breve um acordo de paz com o príncipe do Soyo. Este tratado viria, de facto, a ser assinado em Luanda por D. João de Lencastre com embaixadores de D. António I Barreto, a 18 de Outubro de 1690. Mas limitava-se a garantir a segurança, no Soyo, dos comerciantes portugueses ou angolanos que fossem vassalos de Portugal, assim como a devolução a Luanda, pelo príncipe do Soyo, de eventuais escravos fugidos ou soldados desertores. Nenhuma das 12 disposições do preceituado do convénio se referia, nem à criação em São Salvador de um vicariato-geral das missões católicas, nem à edificação, na antiga capital conguesa ou em qualquer outro ponto do território do Kongo, de uma fortaleza portuguesa. Tinham sido estes os principais objectivos visados, quer por Roma e pela Propaganda Fide,

quer por Lisboa e por Luanda, e para cuja concretização umas e outras haviam alimentado expectativas quanto à condescendência de D. António I Barreto. A sua não contemplação no tratado de paz põe em evidência, não apenas o facto de estas finalidades não terem sido atingidas, mas também o grau de autonomia e de soberania dos príncipes do Soyo, que se prolongaria pelos sucessores de D. António I Barreto – os seus sobrinhos D. João Barreto da Silva e D. António II Barreto – até 1710.

Aos três principais centros de poder do Kongo durante a longa guerra civil – o Soyo, Mbula, e o Monte Kimpangu –, acresceria, no final do século, um quarto: o de Mukondo. Nesta localidade do noroeste do ducado do Uandu residia a velha rainha-mãe, D. Ana Afonso de Leão, grande chefe do clã Mpangu. Avó de D. António I Manimulaza, o derrotado de Ambuíla em 1665, e bisavó do príncipe do Soyo D. António II Barreto, esta octogenária, depois da morte do neto, consorciara-se, segundo frei Jerónimo de Mérola, pelo menos com dois Ntotila, dos quais enviuvou: D. Álvaro VII, o último Mpangu a reinar em São Salvador, apenas até 1667, e D. Afonso III Afonso, o primeiro Nlaza a reinar no Monte Kimpangu. Em 1694, quando, no Monte Kimpangu, o duque de Mbamba, D. Pedro Vale de Lágrimas, o duque do Nsundi, D. Domingo, e o duque de Mbata, D. Álvaro, aclamaram como rei D. Pedro IV Nsaku-a-Mvemba, mais conhecido como D. Pedro IV Água Rosada – um Nlaza pelo lado paterno e Mpangu pelo lado materno –, D. Ana Afonso de Leão já vivia em Mukondo com dois sobrinhos que a odiavam: os infantes D. Aleixo e D. Pedro Constantino de Castro e Sousa, este último também conhecido por *O Chibenga*, isto é, *O Valoroso*. Os dois tentaram matar a tia, mas ela fugiu para o Monte Kimpangu. A anciã refugiou-se inicialmente na Corte de D. Pedro IV Água Rosada. Mas depois solicitou o auxílio de um dos eleitores do Ntotila de

Monte Kimpangu, o duque de Mbamba, D. Pedro Vale de Lágrimas, contra os seus irreverentes sobrinhos.

No ano de 1697, D. Aleixo e D. Pedro Constantino de Castro e Sousa derrotaram estrondosamente D. Pedro Vale de Lágrimas, que pereceu na Batalha do Vale do Kavuji. O próprio D. Aleixo se proclamou então duque de Mbamba. Mas, não muito tempo depois, acabaria degolado pelo legítimo sucessor da titularidade do ducado, D. Miguel Vale de Lágrimas. Quanto a D. Pedro Constantino de Castro e Sousa, o Chibenga, apoderou-se do marquesado de Mpemba e beneficiou da protecção do rei D. Pedro IV Água Rosada, que o nomeou capitão-general dos seus exércitos. Este acto levou a que D. Ana Afonso de Leão retirasse o seu apoio a D. Pedro IV Água Rosada. Mas nem por isso a venerável senhora reconheceu o outro Ntotila seu adversário em Bula, D. João II Nsuzi-a-Ntumba, alegando que este não tivera nunca a coragem de transferir de vez a sua Corte para São Salvador, a velha capital, que continuava abandonada.

No dealbar do século XVIII, D. Ana Afonso de Leão e o novo duque de Mbamba, D. Miguel Vale de Lágrimas, acabariam por se aliar ao bisneto da rainha-mãe, o cada vez mais poderoso príncipe do Soyo, D. António II Barreto. Este príncipe apoiava-se, não apenas nos Holandeses de Boma, mas também, como muito bem o mostra Henrique Abranches no seu romance *Misericórdia para o Reino do Kongo!*, em alguns negreiros portugueses instalados no Pinda. Também exercia grande influência sobre os Capuchinhos. Estes, assinale-se, nem todos eram italianos. Conforme o referem as tradições orais basolongo igualmente recolhidas por Henrique Abranches, também havia, entre eles, missionários flamengos naturais das províncias católicas da Valónia.

Aliás, é pertinente salientar como, neste período, mercê sobretudo do dinamismo comercial holandês no porto do

Pinda, o Soyo era um território próspero e populoso. Se a cidade de São Salvador, a antiga Mbanza Kongo, se encontrava em ruínas e ao abandono, em contrapartida Mbanza Soyo, segundo os dados fornecidos pelo prefeito da Propaganda Fide, o capuchinho Lorenzo da Lucca (ou Laurent de Lucques), contava ao tempo com uma população que ascendia a 12 mil habitantes.

### **b) Efeitos económicos em Angola da guerra civil no Kongo (1679-1704)**

As primeiras quatro décadas de guerra civil no Kongo não puderam deixar de causar graves problemas económicos aos Portugueses de Luanda e de Benguela. O principal foi a progressiva depreciação causada no valor dos panos de ráfia, os *libongos* – cada dez dos quais constituía uma *macuta* –, que consistiam na única moeda utilizada nas transacções comerciais, na cobrança dos impostos e na remuneração dos soldados. Há muito que eram adquiridos no Kongo e no Loango pelos comerciantes de escravos – os contratadores – e postos a circular em Luanda e nos demais presídios portugueses.

Durante anos, o preço de aquisição de cada pano libongo no Loango rondava os 20 réis, negócio lucrativo para os negreiros que os compravam, pois injectavam-nos depois na massa monetária angolana por 50 réis. Embora os libongos já circulassem, em Luanda e em Benguela, antes da ocupação holandesa, a sua utilização como moeda fiduciária intensificara-se desde que, em 1649, Salvador Correia de Sá se apropriara da Ilha de Luanda e suprimira o nzimbu. No mesmo ano, aliás, este governador propusera a substituição dos panos libongo por moedas de cobre, mas a concretização desta proposta viria a ser sucessivamente protelada até à viragem do século. Não é difícil perceber que a hegemonia comercial do Soyo, sustentada pelos Holandeses de Boma, constituía o principal obstáculo a que os contratadores portugueses se deslocassem ao Loango, o

que esteve na base da sucessiva diminuição do tamanho e da qualidade dos panos libongo que chegavam a Luanda e aos outros presídios. Um documento datado já da década de 1670 informa que um pano libongo:

[...] constava de retalhinhos em forma quadrada de largura e comprimento de uma mão-travessa, fabricados a modo de esteiras, de uma palha ou feno tão ténues que, só [pelo] uso de passar de umas mãos para outras como dinheiro, se consumia em breve tempo [*sic*].

A deterioração dos libongo chegou ao ponto de, em 1679, durante o governo de Aires Saldanha de Meneses e Sousa (1676-1680), o prejuízo anual sofrido pelos moradores de Luanda cada três e quatro anos atingir um valor de 15 mil cruzados. Além disso, causou uma quebra brutal no poder de aquisição de escravos no sertão. As peças exportadas anualmente para o Brasil encontravam-se reduzidas a um número comportado entre os seis e os sete mil, mais do que insuficiente para satisfazer as necessidades dos plantadores açucareiros.

Revelando-se um governador moralista e pouco pragmático, Meneses e Sousa proibira, nesse mesmo ano, a importação da aguardente de cana brasileira, a jeribita, também ela um importante meio de troca para obtenção de escravos no sertão angolano e que poderia compensar os prejuízos provocados pela desvalorização do libongo. Mas, no ano seguinte, o mesmo governador conseguiu que o Conselho Ultramarino, em Lisboa, propusesse a emissão de quatro moedas de cobre para Angola: 3, 6, 10 e 20 réis, todas com um valor intrínseco de metade das correspondentes que circulavam em Portugal. O motivo evocado para justificar esta disparidade monetária foi o facto de, uma vez perdidas as ilusões da existência de cobre em Angola, o metal ter de ser adquirido em Hamburgo, o porto comercial europeu onde era vendido por preço mais baixo. Embora o rei D. Pedro II tenha

homologado esta deliberação do Conselho Ultramarino a 24 de Agosto desse ano de 1680, a sua aplicação em Angola seria adiada por tempo indeterminado. Tal se deveu, com toda a probabilidade, a pressões exercidas por aqueles que verdadeiramente controlavam o preço da moeda na colónia, os negreiros, para quem, apesar da escassez do número de peças a adquirir no sertão, continuava a ser mais vantajoso transaccionar a mercadoria em panos libongos.

O governador João da Silva e Sousa, cujo mandato mediou entre 1680 e 1684, procurou intensificar o número de escravos a embarcar para o Brasil – prejuízo devido, não apenas à depreciação do libongo, mas também à correlativa concorrência comercial do Soyo e dos portos da futura Cabinda –, investindo no sul, na rota comercial que conduzia à feitoria de São Filipe de Benguela. Foi o que levou, em 1682, à fundação do Presídio da Caconda-a-Velha, nos sobados de Bonga e de Kilula, dominados pelos Portugueses desde 1640. Datam de então as primeiras relações estabelecidas entre os Portugueses e os Estados do Planalto do Bié, nomeadamente os Reinos de Tchiyaka do Andulo, do Bié e do Bailundo – sendo este o do lendário rei Katiavala –, fundados pelos Imbangala ao longo do último século. Os contactos acabaram por ser mais belicosos do que amistosos, devido às resistências oferecidas à presença portuguesa por estes povos, eles próprios empenhados em salvaguardar o controlo comercial da região. O facto de disporem de armas de fogo, adquiridas ainda durante as coligações lideradas por Njinga Mbandi, permitiu-lhes, em 1684, arrasar a fortaleza da Caconda-a-Velha, que os Portugueses só recuperariam, rebaptizando-a como Caconda-a-Nova, em 1718.

Durante o governo de Luís Lobo da Silva (1684-1688), os libongos continuavam a circular em Luanda, entre os moradores da cidade, a 50 réis, e a ser adquiridos no Loango pelos raros contratadores portugueses que lá se deslocavam. Mas o seu custo de aquisição aumentara, de

20 réis, para o dobro. No entanto, os vencimentos dos soldados continuavam a ser calculados em função da primitiva paridade dos 20 réis de aquisição, pelo que os militares ficavam manifestamente prejudicados em relação ao comum dos moradores das cidades. Em Janeiro de 1685, a infantaria de Luanda, mesmo desarmada, organizou uma manifestação de protesto, concentrando-se na Igreja da Nazaré. No mês seguinte, o governador Luís Lobo da Silva ordenava aos contratadores que os soldos dos militares fossem tabelados pelos mesmos 50 réis em libongos que corriam entre os moradores. Ao mesmo tempo, enviava missivas para Lisboa a solicitar, em vão, que fosse renovada a emissão de moeda de cobre para o «Reino de Angola» e para o «Reino de Benguela».

Os panos libongo continuaram a ser a moeda corrente durante os mandatos dos governadores D. João de Lencastre (1688 e 1691) e Gonçalo da Costa Meneses (1691 e 1694). No entanto, o primeiro deles, endereçou para Lisboa, a 4 de Março de 1691, uma missiva insistindo na urgência da emissão da moeda de cobre para Angola e informando D. Pedro II de que, após um inquérito que mandara efectuar, verificara que «os pretos [do Loango] já não fabricam macutas [libongos] por tirarem mais interesse de outros negócios que fazem com os estrangeiros que lá vão» [*sic*]. Embora omitindo a guerra civil do Kongo, este governador reconhecia abertamente a existência de «estrangeiros» por detrás da desvalorização dos panos libongo. Confirmava assim a hegemonia comercial holandesa no Soyo e a britânica e francesa na futura Cabinda.

A moeda de cobre – em peças de 20, 10 e 5 réis, cunhadas na cidade do Porto e com o dobro do valor da moeda metropolitana – só chegaria a Angola no navio que transportou o governador Henrique Jacques de Magalhães, desembarcado em Luanda a 29 de Setembro de 1694. Este

governador brasileiro, que levava ordens para pagar aos militares apenas 200 réis por mês da nova moeda, só tomou posse a 3 de Novembro. Poucos dias volvidos, na noite de 7 para 8, viu-se a braços com uma revolta dos soldados da infantaria, que o repeliram para o lugar ermo da Nazaré e o sequestraram na Igreja. Os insurrectos exigiam receber 700 réis em moeda de cobre, tal como já recebiam em panos libongo. Ameaçaram, por isso, chacinar os moradores, o que levou o Senado da Câmara a pedir a Henrique Jacques de Magalhães que promettesse à infantaria a entrega da quantia reivindicada. Apenas que promettesse, uma vez que o governador não dispunha de moedas de cobre em quantidade suficiente. Tal bastou para desencadear, apenas duas semanas depois, a 28 de Novembro, um novo levantamento dos soldados. Desta vez os amotinados concentraram-se na Praia do Bispo e propunham-se subir à Cidade Alta e tomar o Palácio à machadada, pois o governador apreendera-lhes as armas de fogo. Por meio do estratagema de um toque de recolher, Henrique Jacques de Magalhães conseguiu capturar sete dos revoltosos e fuzilá-los em praça pública. Este acto aplacou a rebelião, mas o governador, reconhecendo que o exército era fundamental à estabilidade angolana, não baixou o valor dos soldos.

Henrique Jacques de Magalhães reconheceu, inclusive, que Angola vivia uma situação de penúria financeira aguda, pelo que não hesitou em declarar, em carta dirigida a D. Pedro II, que não dispunha de condições para dar execução à ordem régia de lançar um tributo anual de cinco mil cruzados. E, recuando nas medidas tomadas por Meneses e Sousa 15 anos antes, tornou a legalizar a importação da jeribita do Brasil. Graças ao empenho do contratador Luís Fernandes, a aguardente brasileira reentrou em Angola e contribuiu para revitalizar o comércio negreiro sertanejo.

O poeta brasileiro Gregório de Matos Guerra (n. São Salvador da Baía, 1636-m. Recife, 1696), cujas



irreverências lhe custaram, além da alcunha *Boca do Inferno*, a deportação para Angola em 1694, encontrava-se entre os amotinados da Nazaré e da Praia do Bispo. Num poema escrito em Luanda, de que transcrevemos apenas um excerto, descreve com humor e inteligência estes acontecimentos e o seu desfecho:

*Angola é terra de pretos  
mas por via de Gonçalo  
[Gonçalo da Costa Meneses, antecessor de  
Henrique Jacques de Magalhães]  
que o melhor do mundo é Angola,  
e o melhor de Angola os trapos.  
Trapos foi o seu dinheiro [...] [mas]  
hoje há trapos que não correm  
corre dinheiro mulato [...]   
por cuja causa em Angola  
houve os seguintes fracassos.  
Houve o motinar-se o Terço [de Infantaria] [...]   
na praia de Nazareth, [...]   
Houve, que Luís Fernandes  
foi entonces aclamado  
por rei dos geribiteiros  
e por soba dos borrachos.*

Não é difícil adivinhar que a moeda de cobre levou tempo a implantar-se no interior angolano. Em carta ao rei D. Pedro II, a 24 de Fevereiro de 1699, o governador Luís César de Meneses evidenciava, pela primeira vez, o cerne do problema da circulação da moeda de cobre em Angola. Solicitava que não fossem enviadas mais moedas de cobre para Angola sem que a mesma moeda corresse no Brasil. Mais uma vez eram os interesses económicos brasileiros que norteavam a vida angolana. Mas a autorização régia para que circulasse a mesma moeda nas duas colónias,

Brasil e Angola, só chegaria cinco anos depois, a 10 de Fevereiro de 1704.

### **c) O Movimento Profético Antonista de Beatriz Kimpa Vita (1704-1707) e a aparente reunificação do Kongo sob a insígnia dos Água Rosada a partir de 1709**

#### **I) Rumo a São Salvador**

O sincretismo religioso foi uma constante no Kongo desde a implantação do Cristianismo e representou sempre, para os Bakongo, um expediente inteligente de conciliarem a relação com os outros povos e a harmonização com a transcendência. No entanto, embora os cronistas europeus, eclesiásticos e laicos, assinalem manifestações de «profetismo» sincrético já na primeira metade do século XVII – nomeadamente, na região do vale do Mbridje, o caso do profeta Francisco Kasola, registado por volta dos anos de 1630 pelo capuchinho Pêro Tavares –, é indubitável que foi a guerra civil conguesa, arrastada ao longo das cinco décadas agitadas que prepararam a viragem para o século XVIII, que abriu plenamente as portas ao chamado Antonismo.

A guerra civil vitimava sobretudo os agricultores e os artesãos, cujas famílias eram arbitrariamente arroladas para enfileirar nos exércitos dos poderosos que se digladiavam impiedosamente. Mercê de um sistema político e económico há muito desprovido de cobranças de impostos, a sustentação desses exércitos assentava exclusivamente nas receitas provenientes do comércio negreiro, que por sua vez acabavam por constituir o principal motivo das disputas sangrentas. A guerra civil não podia, portanto, deixar de suscitar no povo do Kongo a necessidade da recuperação da antiga unidade estadual, mesmo que legitimada por sublimações messiânicas que prometiam às populações, associada à redenção divina,

uma ilusória nova era de prosperidade e de bem-estar material.

Os principais testemunhos escritos do fulgurante movimento Antonista no Kongo, nas suas vertentes religiosa, política, social e popular, são da lavra de dois missionários italianos da Propaganda Fide e constam dos seus relatórios dirigidos aos papas Inocêncio XII (1691-1700) e Clemente XI (1700-1721). O primeiro destes missionários é o prefeito da Missão dos Capuchinhos de Luanda, frei Lorenzo da Lucca, autor das *Relações sobre o Congo 1700-1717*. O outro é um seu correligionário, o pregador frei Bernardo da Gallo, que redigiu as *Relações 1694-1718*. A primeira data indicada por Da Gallo no título do seu texto, 1694, é o ano em que os Capuchinhos regressaram ao território congues, reinstalando-se na Missão de Mbanza Soyo, a convite do príncipe do Soyo, D. Paulo III da Silva. Haviam debandado em 1669, aquando da destruição e do abandono de São Salvador. O mesmo acontecera, aliás, com os Jesuítas, que não tornariam nunca mais a missionar no Kongo.

Frei Bernardo da Gallo começa por relatar uma cena patética que, em 1704, presenciou no Monte Kimpangu, a localidade onde há muito tempo residia D. Pedro IV dia Nlaza e Água Rosada, eleito Ntotila havia já dez anos. Uma mulher idosa chamada Apolónia, também conhecida por Mfuta Mfumaria ou Apolónia Mfumaria, apregoava pelas ruas da cidadela de Monte Kimpangu ter recebido uma mensagem da Virgem Maria, que «a informou da indignação de Cristo perante a situação no Kongo» [sic]. Apelando a que toda a gente recitasse diariamente três ave-marias e invocasse três vezes a misericórdia divina (*kyadi*) nas orações vespertinas, Apolónia Mfumaria profetizava que o povo do Kongo seria castigado por Deus caso não regressasse à capital, São Salvador, e não a reconstruísse para que o Ntotila nela se reinstalasse. A

praga divina seria o incêndio do Monte Kimpangu e o seu desmoronamento. Acrescenta Bernardo da Gallo que a anciã anunciava «ter encontrado a cabeça de Cristo, uma pedra rolada do rio Mbridje, toda deformada pelas facadas da maldade dos homens e pelas machadadas das mulheres que trabalhavam nos dias de festa» [sic]. Apolónia Mfumaria preconizava igualmente que se queimassem os «ídolos», quer os tradicionais, quer os cristãos, e proclamava que a reunificação do Reino do Kongo só se consumaria pela via da «congolização» da Igreja Católica.

Por iniciativa dos Capuchinhos, Apolónia Mfumaria foi enclausurada na ermida onde residia frei Bernardo da Gallo, em Nsuku, uma pequena aldeia situada a um dia de viagem de São Salvador. Mas, meses depois, chegava ao Monte Kimpangu outra profetiza, desta vez uma jovem de 20 anos, cujo nome era Beatriz Kimpa Vita. Tratava-se da *mfumu a vata* – isto é, da *chefe de aldeia* – da povoação de Tubi, no Soyo, próxima de Pedra do Feitiço. Aparentada com a aristocracia solongo, a jovem Beatriz ostentava um patronímico que agregava o substantivo *kimpa* (*fábulas* ou *adivinhação*) com o nome da linhagem do saudoso D. António I Manimulaza, também conhecido como D. António Nvita-a-Kanga. *Nvita* significa, em kikongo, *emboscada* ou *guerra*. Beatriz Kimpa Vita – que também passou à posteridade com os epítetos de Santa Beatriz e de D. Beatriz do Kongo ou tão-somente de «a Santo António» – defendia o que designava por «Cisma de Mfumaria», reincidindo nos apelos ao regresso do Ntotila e do povo a São Salvador e à reunificação do Reino do Kongo.

Frei Lorenzo da Lucca descreve Beatriz Kimpa Vita nestes termos:

Essa rapariga tinha cerca de 22 anos de idade. Era elegante e de finos traços. Aparentemente era muito devotada. Falava com gravidade, parecendo pesar todas as palavras. Previa o futuro e anunciava, entre outras coisas, que o Juízo Final estava próximo [sic].

## E acrescenta Da Gallo:

Caminhava na ponta dos dedos do pé sem quase tocar o solo, [...] movia o corpo como uma cobra de água sempre que esticava o pescoço, [...] tinha os olhos exorbitados [e] falava de modo frenético e delirante [sic].

Inicialmente, Beatriz Kimpa Vita contou com a protecção do rei D. Pedro IV Água Rosada, no Monte Kimpangu, e particularmente da sua esposa, D. Maria Mpanzu, sobrinha do capitão-general D. Pedro Constantino de Castro e Sousa, o Chibenga. A influência então exercida pela jovem profetiza sobre os Nlaza foi indubitável, pois o Ntotila D. Pedro IV Água Rosada chegou a descer do Monte Kimpangu com o seu exército e a instalar-se num campo fortificado em Evululu, a curta distância de São Salvador, sem, todavia, se atrever a avançar para a antiga capital.

Por essa altura, frei Bernardo da Gallo foi visitado na sua igreja, em Nsuku, pela própria Beatriz Kimpa Vita. O catequista que lhe anunciou a sua chegada disse-lhe literalmente que «uma mulher chamada Santo António» desejava ser recebida. Observe-se um excerto do texto que o capuchinho enviou para Roma e onde relata ao papa Clemente XI o diálogo bizarro que então travou com a jovem profetiza:

Perguntei-lhe: se ela era uma mulher, como é que podia dizer que era Santo António? Ela respondeu que Deus tinha enviado [às terras do Kongo] Santo António, o primeiro dos santos da Ordem de São Francisco. Inicialmente [Santo António] fora enviado para a cabeça de uma mulher, no Nzetu, no vale do Mbridje. Como esta aldeia não o quis acolher, o santo partiu e foi alojar-se na cabeça de um velho que vivia no Soyo. Também fugiu de lá porque um padre missionário queria dar-lhe bastonadas. Seguiu depois para Bula, onde a mesma coisa aconteceu. Finalmente, [Santo António] veio para a sua cabeça [de Beatriz Kimpa Vita] para [ela] pregar no Kimpangu e foi recebido com aplausos e alegria. Por isso é que ela pregava a palavra de Deus, instruindo o povo, apressando a sua partida para São Salvador e confirmando tudo o que a velha Apolónia (ou Mfuta) dissera. [...] Dizia ela [Beatriz Kimpa Vita] que as coisas se passaram desta maneira. Encontrando-

se doente, e na hora da morte, na agonia, apareceu-lhe um frade com o hábito dos Capuchinhos. Ele disse-lhe [a Beatriz Kimpa Vita] ser Santo António, enviado por Deus à sua cabeça para pregar ao povo e incitar à restauração do reino [do Kongo], ameaçando com castigos rigorosos todos os que prevaricassem. Morta, porque, em vez da sua alma, Santo António lhe entrara na cabeça, sem saber como, ela sentiu-se reviver com o desejo de se levantar, curada e livre para ir pregar. Levantou-se então e, chamando os seus parentes, pô-los a par da ordem divina de ir pregar e instruir as populações de que se apressassem a partir para São Salvador. [...] Começou por distribuir os poucos haveres que tinha, renunciando às coisas do mundo [...]. Feito isto, subiu ao Monte Kimpangu e com toda a liberdade cumpriu o seu dever como Deus lhe havia ordenado [sic].

No remate da estranha entrevista, Beatriz Kimpa Vita reprovou a frei Bernardo da Gallo a inexistência de santos negros na Igreja Católica:

Não quereis admitir que haja santos no Congo. Por isso mantendes a velha [Apolónia Mfumaria] nas vossas mãos para a castigardes. Vós não desejais a restauração do reino [do Kongo]. Vós não tendes coragem suficiente, mas ela fá-lo-á [sic].

Frei Lorenzo da Lucca consegue, em poucas palavras, mostrar como Beatriz Kimpa Vita, a «Santo António», congregou notavelmente, na sua doutrina, as tradições religiosas conguesas e o Cristianismo: «Ela tinha tido sonhos e visões; apareciam-lhe rapazinhos muito jovens e de cor branca que lhe faziam carícias» [sic]. Evidentemente que estes rapazinhos eram os espíritos dos antepassados, que na religião tradicional do Kongo adquirem a cor branca depois da morte, e cujo corpo diminui de tamanho. O prefeito da Missão dos Capuchinhos de Luanda também refere outros hábitos da «Santo António», estes mais conformes com os ensinamentos do Cristianismo:

Ela tinha o hábito de morrer todas as Sextas-Feiras. Ia até ao Céu cear com Deus para Lhe pedir sobretudo reforços para a restauração do Congo; depois ressuscitava ao Sábado [sic].

Mas, tal como Apolónia Mfumaria, a «Santo António» também pugnava pela destruição dos nkisi, os santos tradicionais do Kongo, e procedia, nas suas orações, à desmitificação dos rituais cristãos. Veja-se a *Salve Antoniana*, onde se desvaloriza deliberadamente a mensagem da *Salve Regina* do Cristianismo:

Vós dizeis *Salve* e não sabeis porquê. Vós recitais *Salve* e não conheceis o porquê. *Salve* bastonadas e não sabeis o porquê. Deus exige a intenção. A intenção, Deus toma-a. O casamento não serve para nada. Deus toma a intenção. O baptismo não serve para nada. Deus toma a intenção. As confissões não servem para nada e Deus toma a intenção. As orações não servem para nada. Deus quer a intenção. [...] A mãe e o filho que se ponham de joelhos! Se Ela [Beatriz Kimpa Vita] não fosse Santo António, que poderíamos nós fazer? Santo António é Aquele que possui a piedade. Santo António é o nosso remédio. Santo António é o restaurador do Reino do Kongo. Santo António é o consolador do Reino dos Céus. É Ele, Santo António, a porta do Céu. Santo António está acima dos Anjos e da Virgem Maria. Santo António é, Ele próprio, o segundo Deus [*sic*].

Transcrevemos esta oração tal como a reproduz frei Bernardo da Gallo, mas cremos que ela foi sofrendo transformações consoante os lugares por onde errava Beatriz Kimpa Vita. O próprio frei Bernardo da Gallo acrescenta, aliás, noutro passo do seu relatório, que a jovem profetiza defendia igualmente que «não se devia adorar a Cruz, pois ela tinha sido um instrumento da morte de Nosso Senhor Jesus Cristo» [*sic*]. Acompanhada de dois acólitos principais, os «Anjos da Guarda», um dos quais designava por São João e o outro por São Francisco, Beatriz Kimpa Vita seguiu de Monte Kimpangu até Mbanza Nlemba, em Bula, atraindo ao seu séquito multidões massivas de populares, muitos deles armados, enquanto atravessava o país. Prossegue frei Bernardo da Gallo:

Ela dizia que Jesus Cristo nascera em São Salvador, que era Belém. Fora baptizado em Nsundi, que era a Nazaré, e que Jesus Cristo, assim como a Virgem Maria e São Francisco, eram originários do Congo, sendo de raça

negra. Dizia ainda com muita clareza, embora a minha pena fique horrorizada por o transcrever, que São Francisco pertencia à linhagem do marquês de Nvunda e que a Virgem Maria, Mãe de Jesus Cristo, descendia de uma escrava ou serva do marquês Nzinga Mpangu [sic].

O cortejo restaurador dos chamados «Antoninhos» de Beatriz Kimpa Vita engrossou consideravelmente em Bula, embora não tenha suscitado a simpatia nem conseguido o apoio do rei D. João II Nsuzi-a-Ntumba. Indiferente aos desígnios dos monarcas reinantes, Beatriz Kimpa Vita decidiu seguir, com os seus «Antoninhos», para a capital sagrada, São Salvador. À entrada da cidade abandonada, foram surpreendentemente saudados e reverenciados por uma multidão armada que apoiava um novo e terceiro candidato ao lugar de Ntotila: D. Pedro Constantino de Castro e Sousa, o Chibenga, que se rebelara contra o seu senhor, D. Pedro IV Água Rosada, e aderira com o seu exército ao Antonismo.

Quanto a D. Pedro IV Água Rosada, influenciado pelos Capuchinhos e pelos mensageiros do governo de Luanda, que lhe prometiam o apoio português, hesitava em romper abertamente com o Catolicismo e com estes aliados. Manteve-se, por isso, entrincheirado em Evululu. Mas a sua esposa, D. Maria Mpanzu, não hesitou em abandonar o marido e em seguir o tio, o Chibenga, até São Salvador. Com ele participou nos rituais antonistas regidos pela jovem profetiza. Aliás D. Maria Mpanzu, uma Mpangu, desposara contrafeita o Nlaza D. Pedro IV Água Rosada, por instâncias do capuchinho frei Francisco de Pavia.

Foi à entrada de São Salvador e perante as hostes do Chibenga e de D. Maria Mpanzu que, segundo frei Bernardo da Gallo, Beatriz Kimpa Vita discursou:

[...] disse que, até ao momento, não havia rei do Congo, mas que todos os pretendentes deviam reunir-se na igreja [a antiga Sé de São Salvador], e aquele que recebesse à porta, vinda do Céu, a coroa na cabeça, esse deveria ser o rei do Congo [sic].



E acrescenta o capuchinho italiano:

Depois da sua chegada a São Salvador, [Beatriz Kimpa Vita] construiu a sua cabana nas traseiras dos muros da antiga catedral, onde outrora existira o episcopado [...] [e] foi ao encontro de Pedro Chibenga. O Chibenga, que alimentava a ambição de reinar, ou pelo menos de se tornar um rei à sua maneira, acolheu-a de bom grado. Aqui, em São Salvador, os seus sectários multiplicaram-se [sic].

## II) A Guerra Santa

De facto, em São Salvador, Beatriz Kimpa Vita foi adorada como uma santa pelos notáveis e pela população cada vez mais numerosa, como bem o relata, mais uma vez, frei Bernardo da Gallo:

Os caminhos para a porta da sua cabana eram limpos pelas damas principais, como a mulher do Chibenga, e pelos mais importantes; [...] quando ela comia, estes senhores estendiam-lhe as capas, à guisa de mantilhas ou de toalhas de altar. Feliz daquele que conseguisse trincar uma bucha entregue pela sua mão ou meter na boca um pedaço de comida que ela deixasse cair. Quando ela bebia, estendiam-lhe as mãos em concha, e se uma gota de água ou de vinho, de propósito ou por acidente, caía da patena, bebiam-na com devoção.

Graças a Beatriz Kimpa Vita, a antiga capital do Reino do Kongo reerguia-se e repovoava-se a olhos vistos:

Assim foi São Salvador rapidamente povoada, porque uns iam lá para venerar a pretensa santa, outros para ver a pátria renovada, alguns para cumprimentar os amigos, outros impulsionados pelo desejo de dominar e de serem os primeiros a ocupar o lugar. Desta maneira, a falsa santa foi eleita restauradora, dominadora e senhora do Congo [sic].

O capuchinho italiano não deixa de assinalar que o segredo da «Santo António» para arrastar multidões residia, não apenas na proclamação da intenção divina, conforme está explícito na *Salve Antoniana*, mas sobretudo na capacidade de, a partir do apelo às virtudes da raça

negra, usar de expedientes para prometer ao povo o bem-estar material:

Ela anunciava que a capital ressuscitada e repovoada devia possuir todos os bens [...] as raízes das árvores abatidas transformar-se-iam em ouro e em prata [...]; nas ruínas da capital seriam descobertas minas de pedras e de metais preciosos, assim como outras riquezas, tecidos diversos, como a seda e outras riquezas dos brancos [...]. Para fazer acreditar nisso, mandou enterrar em segredo moedas do país, isto é, umas certas conchas do mar [nzimbu], em diversos recantos da catedral destruída e depois, publicamente, revelou os esconderijos e mandou desenterrar as ditas conchas [sic].

Entre os moradores de São Salvador, a profetiza teve a preocupação de instituir uma ordem hierárquica e hierática, através da criação de insígnias de poder para uso dos seus acólitos. Da Gallo, que desenhou um retrato de Beatriz Kimpa Vita, vestida com um traje verde e ostentando uma coroa antonina dourada, prossegue no relato:

enviou ainda, a todas as províncias, embaixadores com o título de «Antoninhos»... Os que usavam na cabeça coroas feitas de casca da mesma árvore «nsanda» eram os mais distinguidos dos seus amigos, dos seus íntimos ou dos seus partidários. Os mais importantes, como o Chibenga, os seus irmãos e os outros homens principais, tinham uma coroa maior do que as outras. As mulheres não a usavam, excepto ela. Ela ordenava que se usassem estas coroas na cabeça, fosse como insígnias por serem Antoninos, fosse porque esperavam, com este sinal, libré ou estandarte, *alcançar a vitória contra o rei* [...] Ela também queria começar a formar religiosas [sic].

Da Lucca completa esta informação:

Ela começou a criar discípulos. Chamou-lhes *anjos*. Estes *anjos* distinguiam-se dos outros porque usavam na cabeça a coroa feita da casca da árvore «nsanda». Dizia ela que esta coroa era do mesmo tecido com que foi feita a primeira roupa do Menino Jesus. Acrescentava que, aos *anjos* que usassem essas coroas, não faltaria nada, nem ouro, nem prata, nem roupas de seda, nem o que quer que fosse que desejassem [...]. Foi de São Salvador que ela enviou os primeiros dos seus acólitos que usavam coroas na cabeça [...].

Percorreram as províncias do reino, intitulado-se embaixadores de Santo António. Convidavam os príncipes a reunirem-se em São Salvador para restaurarem o reino. Não cessavam de repetir que as suas disputas pelo poder real provocavam a cólera divina, e que Deus queria que fosse eleito um novo rei, *com a exclusão de todos aqueles que reinavam no presente...* [sic].

Esse novo rei era o Chibenga que, em São Salvador, se proclamou Ntotila com o título de D. Pedro Constantino I Mpangu. Apoiado por um exército de milhares de «Antoninhos», efectuou ao longo de cinco anos consideráveis razias, designadas por «Guerra Santa», aos territórios sob a jurisdição de D. Pedro IV Água Rosada. Este, tal como a rainha-mãe D. Ana Afonso de Leão, solicitou a aliança do príncipe do Soyo, D. António II Barreto. Movendo-se entre Mbanza Soyo, Monte Kimpangu, Evululu e Mukongo, este trio, com o apoio declarado dos Capuchinhos da Propaganda Fide e encoberto do governador de Luanda, Lourenço de Almada (mandato 1705-1709), congregaria um meio de fazer Beatriz Kimpa Vita cair no descrédito do seu povo.

Embora, evidentemente, os Capuchinhos não o digam, estamos em crer, na linha do que Henrique Abranches ficcionou em *Misericórdia para o Reino do Kongo!*, que havia, entre os Antoninos de São Salvador, espiões de D. Pedro IV Água Rosada. Foram, decerto, esses espiões os primeiros a fazer espalhar por São Salvador um boato de que frei Bernardo da Gallo nos dá conta: o de que, para unir o Kongo e usar o título de Ntotila, não bastava residir em São Salvador nem erguer das cinzas a antiga capital. O Chibenga teria de solicitar a consagração ritual a D. João II Nsuzi-a-Ntumba, rei de Bula, presumível detentor da bula papal onde o papa Urbano VIII impunha que os Ntotila fossem consagrados pelos Capuchinhos. Estes, por sua vez, só sagrariam como Ntotila aquele que trouxesse ao pescoço a bolsa que continha aquela bula papal.

Beatriz Kimpa Vita, que em tempos alardeara estar na posse dessa bolsa, viu-se obrigada a falar ao povo de São Salvador, alegando que deixara a insígnia do poder à guarda de alguns dos seus «Anjos», depositada a um dia de jornada, em Nsuku, precisamente a pequena aldeia onde frei Bernardo da Gallo residia. Por isso a «Santo António» se ausentou de São Salvador durante algum tempo, acompanhada do seu fiel São João e da velha Apolónia Mfumaria – agora rebaptizada Velho Simeão –, não sem antes deixar de pretextar aos populares que se tratava de mais uma das suas «mortes», destinadas a ir cear com Deus, embora agora levasse mais dias a «ressuscitar».

Na realidade, Beatriz Kimpa Vita não se dirigiu, nem ao Céu, nem a Nsuku. Retirou-se para uma mata próxima de São Salvador, a fim de dar à luz uma criança que concebera pela prática do coito com o seu fiel São João, cujo verdadeiro nome era João de Barros. Afinal a «Santo António», que se proclamara santa e casta, cometera o pecado da carne com o seu «Anjo da Guarda». Afastara-se de São Salvador quando a gravidez entrou em fase adiantada e para que o povo dela não se apercebesse. Mas os inimigos surpreendê-la-iam a amamentar o filho recém-nascido. Escreve Da Gallo:

No ano de 1706, o duque de Bamba e a velha rainha do Congo [D. Ana Afonso de Leão] enviaram emissários ao rei [D. Pedro IV Água Rosada]. Estes, passando ao pé do Monte Kimpangu, no início de Maio, ouviram um choro de bebé. [...] Os embaixadores [...] encontraram a falsa Santo António, que dava de mamar a uma criança, acompanhada de um homem e de uma pretinha, servidora da falsa santa. [...] Perguntaram logo ao homem, tratando-o pelo seu nome, Barros, porque é que saíra de São Salvador, pois tinham sido informados de que ele se encontrava lá como Anjo da Guarda da Santo António, para onde é que ele ia e quem era aquela mulher com uma criança que ele acompanhava. O homem respondeu que eles diziam a verdade, que ele era de facto o Anjo da Guarda da Santo António, mas que agora partia para outras paragens, e que aquela mulher que ia com ele era a própria Santo António. «Santo António?», replicaram os embaixadores. «Santo António no meio da mata e do capim? Santo António com uma

criança nos braços e a aleitá-la para lhe aplacar os prantos? E de quem é filho este menino?» «De Santo António», respondeu o Anjo da Guarda. «De Santo António?», volveram os embaixadores, «mas se ele é Santo António, como é que faz filhos? Desde quando Santo António, que é um religioso de São Francisco, faz filhos? Diz-me lá, talvez o tenha feito contigo, não foi?». «Não», respondeu ele. «Mas como é que isso pode ser?», perguntaram eles. «Ah, ah», respondeu o Anjo da Guarda, «isso são segredos divinos que não podem nem devem ser perscrutados». «Ó malvado que tu és!», concluíram os embaixadores. [...] E, com os sabres levantados, ordenaram aos seus servidores: «Prendam-nos imediatamente aos dois e veremos se são santos e se as suas perversidades são segredos imperscrutáveis de Deus». E, assim bem amarrados, conduziram-nos ao rei [D. Pedro IV Água Rosada] em Evululu [*sic*].

No relato deste mesmo episódio, frei Lorenzo da Lucca só acrescenta o pormenor de Beatriz Kimpa Vita, com indignação, ter replicado aos embaixadores do duque de Mbamba e de D. Ana Afonso de Leão: «Não posso negar que [o filho] seja meu, mas não sei como é que o tive. Sei, no entanto, que ele me veio do Céu» [*sic*]. A profetiza tentara, portanto, em vão, ludibriar os captores com a equiparação da sua pretensa beatitude aos milagres da ubiquidade de Santo António, simbolizados pela clássica representação do santo lisboeta com o Menino Jesus nos braços.

Em Monte Evululu, D. Pedro IV Água Rosada e D. Ana Afonso de Leão delegaram em frei Bernardo da Gallo a responsabilidade de decidir da punição a aplicar a Beatriz Kimpa Vita. O capuchinho confessa no relatório que dirigiu ao papa: «Não havia ali um Santo Ofício nem ninguém com autoridade própria ou delegada tendo podido remediar a uma série de males tão fortes, urgentes e iminentes» [*sic*]. Por isso tomou a liberdade de condenar à fogueira a profetiza, com o seu cúmplice João de Barros, o «Anjo da Guarda» São João. D. Pedro IV Água Rosada ordenou então que cada um dos seus súbditos levasse um pedaço de madeira para atizar o fogo castigador e se procedesse, assim, a uma condenação colectiva.

A morte da «Santo António», contudo, em nada contribuiu, nem para aplacar a «Guerra Santa», avivada por D. Pedro Constantino I, o Chibenga, que se prolongaria ainda por três anos, nem para que os Antoninos, agora mais obstinados, abandonassem São Salvador. frei Lorenzo da Lucca e frei Bernardo da Gallo dão conta do que se seguiu ao desaparecimento de Beatriz Kimpa Vita e de João de Barros:

Os seus partidários espalharam o boato de que os locais onde foram queimados se transformaram em dois poços profundos e que em cada um deles apareceu uma estrela muito bela; uma delas era a alma da Santo António e a outra a do Anjo da Guarda [...]. À noite iam recolher alguns fragmentos do que restara dos seus ossos, que guardavam como relíquias. Depois diziam que tinha morrido a forma da Santo António, mas não Santo António [...]. [...] Espalharam o boato de que a dita mulher, depois de ter sido queimada, aparecera em cima de algumas árvores da cidade [de São Salvador]. Por essa altura, surgiu outra mulher que os encorajou, dizendo-lhes que não deviam perder a coragem, porque não tinham perdido a sua Santo António; ela própria gerara outras, pois ela era a mãe das virtudes [sic].

De facto, nos anos seguintes, multiplicaram-se nas regiões do Soyo e do Vale do Mbridje os duplos da «Santo António». frei Lorenzo da Lucca conheceu, pelo menos quatro casos, de dois homens e de duas mulheres. No Soyo, um homem que se dizia Santo António chegou a ser recebido na Corte de D. António II Barreto. No Vale do Mbridje, pregou um homem dizendo-se São João, e duas mulheres, uma conhecida por Santa Lúcia e a outra por Santa Isabel. Segundo Henrique Abranches, o Antonismo, ou o cisma antonino, teria continuidade no culto de Santa Maria do Soyo, identificada com a Santa Beatriz do Kongo. E o profetismo no Kongo prosseguiria no século xx, com o Kimbanguismo e o Tocoismo, movimentos religiosos onde as estrelas de Beatriz Kimpa Vita e do seu Anjo da Guarda viriam a ter muita relevância como insígnias sagradas.

D. Pedro Constantino I de Castro e Sousa acabaria derrotado por D. Pedro IV Água Rosada na Batalha de Monte Evululu, que se travou a 15 de Fevereiro de 1709, precisamente no local onde Beatriz Kimpa Vita fora sacrificada na fogueira três anos antes. O Chibenga foi esquartejado e os pedaços do seu corpo enviados para vários senhores do Kongo. D. Pedro IV Água Rosada, com o apoio dos Capuchinhos e de Luanda, conquistaria São Salvador, a cidade sagrada dos sinos, onde reinou até falecer, em 1718. Em 1710, D. João II Nsuzi-a-Ntumba, rei de Bula, deslocar-se-ia a São Salvador para lhe prestar obediência. Aparentemente, os Nlaza, ou Água Rosada, haviam triunfado sobre os Mpangu. Os próprios príncipes do Soyo, D. António II Barreto e os seus sucessores, reconheceriam a legitimidade aos Água Rosada, mas impuseram sempre a condição de os Holandeses permanecerem no Pinda e em Boma e de jamais os Portugueses estabelecerem feitorias em território solongo. E expulsaram os Capuchinhos de Mbanza Soyo. As cisões intestinas no Kongo não cessaram depois da morte de D. Pedro IV Água Rosada, embora os seus descendentes tenham reinado em São Salvador com aparente independência até meados do século XIX. Tratar-se-ia da concretização das profecias de Beatriz Kimpa Vita?

Desde que se instituiu o ilusório advento dos Água Rosada em São Salvador, Portugal não cessou de apregoar à comunidade internacional que o Kongo era seu vassalo. Tratava-se de uma falácia, pois na verdade quem detinha a legitimidade para coroar os reis do Kongo eram os Capuchinhos residentes em Luanda. O Kongo continuou dividido, sem que dele desaparecessem as aspirações, quer religiosas, quer laicas, à recuperação da antiga unidade. Esse sonho quimérico chegaria ao século XX.

## CAPÍTULO XII

# **Angola e Cabinda no século XVIII**





# Cronologia

**1722 (Maio a Novembro)** - O navio de guerra português *Nossa Senhora da Atalaia* patrulha o litoral cabindense, acabando por arrasar o forte britânico erigido nas imediações do porto de Tchioua, então já conhecido por porto de Cabinda, não obstante os Ingleses terem continuado a comerciar livremente no território.

**1755/1756** - Início da reforma urbanística de Luanda, para a qual contribuíram as iniciativas pombalinas advenientes do terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755.

**1755/1756** - Manuel Correia Leitão, sargento-mor do Distrito do Dande, transpõe o rio Kuango e fica retido no Kasanje, demonstrando no seu Relatório que o Estado fundado pelos Imbangala no século anterior se fortalecera consideravelmente, sobretudo graças ao incremento do comércio de escravos provenientes da Lunda, o Estado vizinho.

**1759** - Extinção, por iniciativa do marquês de Pombal, da Companhia de Jesus em Portugal e nas colónias portuguesas. Criação do Presídio de São José do Encoje, situado no Alto Loje. Restauro, pelos Portugueses, das igrejas matrizes de São Salvador, em Mbanza Kongo, e de Santo António, no Soyo. Início da circulação da moeda de prata designada por *macuta*.

**1764/1772** - Governo reformador de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, considerado pela história colonial portuguesa o «Marquês de Pombal de Angola».

**1767** - Fixação de colonos portugueses na localidade de Alba Nova, futura povoação da Huíla.

**1769** - Publicação, em França, do romance *Zingha, Reine d'Angola. Histoire Africaine en Deux Parties*, de Jean-Louis Castillon.

**1769** - Criação, pelo governador Sousa Coutinho, do Presídio meridional de Novo Redondo.

**1770 (Janeiro)** - Partida da Huíla de João Pilarte da Silva para uma longa viagem pelo deserto do Namibe até à foz do rio Coroca, que julga ilusoriamente ser o Cunene.

**1783** - Expedição militar portuguesa de Pinheiro Furtado a Cabinda, que erige a efémera fortificação militar de Santa Maria.

**1786** - Convenção de Madrid, que reconhece a Portugal o direito aos portos de Molembo e Cabinda, sem que, contudo, Portugal tivesse soberania política sobre eles.

**1787** - Ainda em território angolano, o brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa inicia a redacção da sua *História de Angola*.

**1792 (c.)** - Declínio do tráfico negreiro francês em Cabinda, em consequência, não apenas da criação da *Société des Amis des Noirs* em 1788, mas também da Revolução Francesa de 1789.

**1792 (depois de)** - Emergência da nova linhagem comercial cabindense dos Franque, cujo nome significa «francês».

**1799** - Ligação política e territorial de Benguela a Luanda.

# **1 - A autonomização dos Estados cabindenses de Ngoio, Kakongo e Loango com a emergência das linhagens mercantis**

## **a) A hegemonia comercial britânica na segunda metade do século xvii e na primeira metade do século xviii**

Antes do tráfico de escravos, introduzido pelos Europeus, o modo de subsistência do Reino do Ngoio assentava na troca dos bens produzidos no litoral, sal e peixe, por mercadorias provenientes de Estados vizinhos: produtos agrícolas, metais, marfim e panos libongo. A complementaridade estabelecida entre as diferentes economias era, pois, assegurada pelo comércio a longa distância. Esta circulação de mercadorias levou a que no Ngoio surgisse a necessidade de um controlo administrativo, quer da produção de bens no litoral, quer das rotas comerciais terrestres.

Ainda que a autoridade central estivesse sediada no interior, em Mbanza Ngoio, capital do reino e residência do Mangoio, o soberano, e dos seus colaboradores mais próximos, todos provenientes das principais linhagens nobres, criaram-se no litoral representantes (ou «duplos») daqueles dignitários, oriundos dessas mesmas linhagens que partilhavam rotativamente o poder. O Mangoio era representado no litoral pelo Manbuko, o seu «duplo». Ao Mamboma za Ngoio, principal administrador do Mangoio, correspondia, entre os senhores da costa, o Mongovo, imediatamente abaixo do Manbuko. O Mamboma za Ngoio e o Fulcico za Ngoio, conselheiros do Mangoio, também tinham no litoral os seus homólogos, o Mamboma e o

Manfuka. Este último era o cobrador de impostos do Manbuko e responsável directo pelos assuntos comerciais. Competia ao Manfuka cobrar um tributo em géneros, o *nbicó*, aos comerciantes que seguiam para o interior a partir dos mercados do litoral, como o de Tchioua, na baía de Cabinda, ou aos que a eles afluíam, pertencentes às linhagens produtoras. A receita era redistribuída pelas linhagens hierarquicamente superiores, as «linhagens antigas», detentoras do poder sobre a terra e dos bens de prestígio. Essas linhagens tinham o monopólio da produção do sal e do uso de artefactos em marfim ou de panos libongo.

Mas o tráfico de escravos, impulsionado depois da chegada dos Portugueses ao Kongo em finais do século xv, veio a intensificar o fenómeno migratório para os pontos de maior concentração comercial, nomeadamente os do litoral. A adesão, por parte dos grupos do litoral, ao comércio negreiro levou a que um novo poder económico, assente no lucro comercial, se tenha sobreposto ao prestígio da antiguidade da linhagem. No litoral prosperaram, assim, as «linhagens novas», provenientes dos grupos imigrados, que se foram ligando por alianças às «linhagens antigas». Processou-se então uma partilha do poder sobre o território e sobre a detenção dos seus símbolos entre as «linhagens novas» e algumas «linhagens antigas» que com elas se aliaram, a qual implicou a perda da autoridade de outras «linhagens antigas».

O cabindense António João Fernandes apresenta, no seu manuscrito de 1928, analisado por Carlos Serrano, uma lista de sete Manbukos, da qual constam os nomes de quatro «linhagens antigas» que desempenharam este cargo político no litoral: os Nsambo, os Nsimbo, os Monkata Kalombo e os Npuna. Entre elas, só as duas últimas aderiram ao tráfico de escravos. Esta adesão levou a que os Monkata Kalombo se dispersassem ao longo do litoral da

baía de Cabinda, adquirindo mesmo um dos seus ramos, por contacto com os Ingleses, o nome de Jack, e que os Npuna, linhagem de ferreiros oriunda de Ntali (*ntali* significa *ferro*), se concentrassem na povoação ribeirinha de Tchimambuco (Simulambuco), nas margens do rio Lukola, não muito distante da costa. Em contrapartida, os Nsambo vieram a ser substituídos por «linhagens novas» às quais se aliaram. Quanto aos Nsimbo, terão perdido o prestígio por se encontrarem estabelecidos numa região meridional muito afastada da baía de Cabinda.

Foram, portanto, as linhagens que se dedicaram ao tráfico negreiro e que auferiram dos lucros que dele advinham as que passaram a ter acesso aos cargos políticos do litoral, nomeadamente ao de Manfuka, agora cobrador dos impostos sobre os comerciantes europeus, e ao de Manbuko, a quem competia, na qualidade de «duplo» do Mangoio, tomar as decisões principais no contacto com os estrangeiros. Os escravos, mercadoria a transaccionar para o Atlântico, assim como tudo o que se relacionava com o seu comércio, nomeadamente mercadorias vindas da Europa, tornaram-se bens de prestígio, cujo monopólio cabia agora às «linhagens novas» do litoral.

Mercê desta autonomia financeira adveniente do comércio negreiro, os Estados de Ngoio, Kakongo e Loango, que outrora haviam constituído a província conguesa do Vungu, conseguiram tornar-se independentes do Reino do Kongo ainda na primeira metade do século XVII, muito antes do descalabro do seu antigo suserano desencadeado pelo desastre de Ambuíla em 1665. A tradição oral recolhida por Carlos Serrano parece confirmá-lo. Pela mesma época, estes três Estados já estabeleciam alianças entre si para salvaguardar os seus interesses comerciais. Por referência à baía, fonte de prosperidade comum aos três, já utilizariam o termo Cabinda, registado pela primeira vez por escrito pelo inglês Andrew Battel no

início do século, para designarem essas coligações. O topónimo Cabinda também figura, na segunda metade do século XVII, nos documentos escritos europeus, quer nos portugueses, que já reclamavam internacionalmente direitos inexistentes sobre o território, quer nos ingleses, que reportavam uma parceria comercial efectiva com os Cabindenses. De facto, a presença massiva de navios comerciais britânicos em Cabinda remonta, pelo menos, aos Actos de Navegação impulsionados por Oliver Cromwell em 1651, aos quais se seguiu, dez anos depois, a criação da primeira companhia negreira com monopólio em Inglaterra, a *Company of Royal Adventurers Trading in Africa*, e em 1672 a *Royal African Company*. Ambas exportavam anualmente cerca de três mil escravos para as possessões americanas.

Relatórios de capitães da marinha mercante britânica da segunda metade do século XVII, assim como depoimentos de comerciantes da primeira metade do século XVIII, confirmam que a capacidade de os Cabindenses garantirem um fornecimento constante de escravos contribuía para atrair mais navios estrangeiros aos seus portos. Um relatório de 1687 refere que o filho do então Manfuka de Cabinda embarcara para Inglaterra a fim de estudar em Londres. Esses estudos, custeados pelo pai, eram provavelmente realizados na Academia Naval, pois os Cabindenses, sobretudo os das linhagens novas ou renovadas do litoral, já se revelavam bons marinheiros. Em 1720, o comerciante inglês John Atkins avistou, a navegar para norte, entre o Kongo e a baía de Cabinda, «uma canoa de velas içadas, capaz de transportar 200 passageiros». As velas de ráfia (*mabela* em kimbundu, *nteva* ou *diteva* em kikongo) eram encarniçadas, por serem frequentemente sujeitas a um banho numa solução vegetal destinado a aumentar-lhes a durabilidade, e o cordame era feito de trepadeiras da floresta.

A hegemonia comercial britânica nos portos cabindenses na segunda metade do século XVII e na primeira do século XVIII foi indubitável. No entanto, os Portugueses, ainda que impedidos de navegar para norte do rio Loje pelos príncipes do Soyo e pelos Holandeses do Pinda e de Boma, tudo diligenciaram para conseguir erigir fortificações em Cabinda e desalojar os Ingleses. Inicia-se então, paralelamente ao embuste da vassalagem do Kongo a Portugal, a falácia portuguesa dos direitos históricos de Portugal sobre Cabinda, que atravessaria séculos. Com esses argumentos, D. João V, rei de Portugal desde 1707, encarregou em 1722 o governador de Angola, António de Albuquerque Coelho de Carvalho, da tarefa fantasista de convencer o rei do Ngoio a fiscalizar os negócios britânicos. O governador mais não pôde fazer senão enviar a Cabinda um navio de guerra, o *Nossa Senhora da Atalaia*, comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra José Semedo da Maia. Durante três meses, entre Maio e Setembro, esta embarcação patrulhou o litoral cabindense, acabando por arrasar o forte britânico erigido nas imediações do porto de Tchioua, então já conhecido por porto de Cabinda. Mas os documentos portugueses omitem o que aconteceu depois deste episódio, tudo levando a crer que a expedição do capitão José Semedo da Maia voltou a Luanda sem se fixar no território, onde os Ingleses continuariam a comerciar livremente.

Os Estados de Cabinda mantiveram, portanto, a sua plena independência política em relação aos parceiros comerciais europeus. E esta liberdade de acção dos Cabindenses foi extensiva às missões religiosas cristãs, das quais fora precursor, nos anos de 1640, o capuchinho húngaro Bernardino, proveniente da primeira missão que a Propaganda Fide enviara então ao Soyo, a de frei Boaventura de Sorrento. Trinta anos depois, o próprio frei Jerónimo de Mérola seria convidado pelo rei de Kakongo a

instalar-se na sua Corte, onde viria a falecer. Mas em 1702, o rei do Ningo não consentiu que o capuchinho Zuccelli baptizasse os seus filhos, obrigando-o a regressar ao Soyo. Os Cabindenses, portanto, acolhiam ou não as missões religiosas consoante as suas conveniências. E esta prática, contrariamente ao que pretendem dar a entender as crónicas europeias, eclesiásticas e laicas, prolongar-se-ia pelos dois séculos vindouros.

### **b) A hegemonia comercial francesa e a emergência da linhagem Franque (c.1650-c.1792)**

Embora documentos do século XVI, nomeadamente relatórios dos governadores portugueses de Angola, já assinalassem nas costas africanas a presença de corsários franceses provenientes de La Rochelle, de Bordéus, do Havre e de Ruão, o tráfico negreiro francês só começou a expandir-se em grande escala a partir do século XVII. Tal se deveu à instalação dos Franceses nas Antilhas (Santo Domingo [antiga Hispaniola], 1604; São Cristóvão, 1626; Dominica, Guadalupe e Martinica, 1635). A introdução da cultura da cana-de-açúcar nas Antilhas em 1640 impulsionaria 20 anos mais tarde Jean-Baptiste Colbert a organizar devidamente o sistema negreiro com a criação da Companhia das Índias Ocidentais (1664), da Companhia das Índias Orientais (1664) e da Companhia do Senegal (1673). A promulgação por Luís XIV do *Código Negro*, em 1685, visava rendibilizar o comércio e a exploração dos escravos. Tem-se convencionado que o apogeu do tráfico negreiro francês se estendeu, desde meados do século XVII, até aproximadamente ao ano de 1792. O seu declínio, a partir desta data, atribuído a factores tais como a pressão abolicionista da *Société des Amis des Noirs*, criada em 1788, ou como a proibição da escravatura decretada em 1794 pela Convenção - e interrompida entre 1802 e 1815 -, não obstou, todavia, a que o tráfico clandestino



prosseguisse por mais de meio século. Os portos cabindenses foram pontos privilegiados no embarque de escravos para as colônias francesas, pelo menos até ao final do século XVIII, como o demonstra a emergência da linhagem dos Franque.

Na sua obra *Nós, os Cabindas; História, Leis e Costumes dos Povos de N'Goio*, publicada em 1940, Domingos José Franque relata a história da sua linhagem. Os Franque descenderiam de Bilumbi, natural do Reino do Kongo, de uma linhagem aparentada com a do Ntotila. Bilumbi fora condenado, numa grave questão judicial, a entregar à parte vencedora do pleito, conforme a tradição, um membro da sua família como «escravo». A «escravidão» a que o texto se refere não é a do ingresso do familiar do condenado no número de dependentes da parte vencedora do litígio, que seria o mais provável em se tratando de uma dívida, podendo sempre esta vir a ser ressarcida e o dependente recuperar a liberdade. A palavra «escravo» é usada já no sentido de mercadoria a ser transaccionada no comércio atlântico, pois está bem expresso que a pessoa da família do Bilumbi se destinava a «ser vendida e posta fora do reino» [sic].

Os Europeus não são referidos na narrativa, mas a sua presença é uma evidência. A enorme quebra do prestígio do Ntotila durante a guerra civil que assolou o Kongo depois da Batalha de Ambuíla de 1665 reflecte-se bem nesta narrativa, onde a autoridade do soberano congus aparece desprestigiada em três momentos significativos. Num primeiro momento, o Ntotila, sendo parente de Bilumbi, não consegue evitar que este seja condenado em julgamento em favor de uma família (ou linhagem) rival. Num segundo momento, o Ntotila não se conforma com a sentença e viabiliza, por isso, uma fuga a Bilumbi, que aliás se revela infrutífera, pois o condenado, encontrando-se numa grande planície, vê ser-lhe arrebatada uma «filha»

ainda criança, que é levada para Cabinda pelos raptadores. Finalmente, o Ntotila revela-se impotente para resgatar, através do envio de escravos, a «filha» do Bilumbi daqueles a quem ela é vendida. O Ntotila é, portanto, sempre desrespeitado, quer pelos seus súbditos de Mbanza Kongo, quer pelos Cabindenses do Reino de Ngoio, que, entretanto, dele se autonomizaram.

Pango Bilumbi, «filha» de Bilumbi, é levada intencionalmente pelos raptadores para Cabinda. Estes, pelo caminho, informam um cabindense, Buá Pucuta, das suas intenções de vender a menina aos comerciantes da costa. Estes comerciantes tanto eram os Europeus como os naturais de Cabinda envolvidos no tráfico negreiro. Buá Pucuta consegue então aquilo que o Ntotila do Kongo não conseguirá nunca: «resgatar» Pango Bilumbi e levá-la consigo. O texto utiliza o verbo «resgatar» e não «comprar», não indicando, aliás, que preço foi estipulado nesta transacção, pelo que presumimos que Pango Bilumbi, a partir do momento em que acompanha Buá Pucuta, se torna livre. Já não é uma escrava e sim uma natural de Cabinda (ou do Ngoio). Pango Bilumbi simboliza, portanto, as linhagens de Cabinda que se autonomizaram do Kongo durante a guerra civil. Mas essas «linhagens antigas» darão lugar a «linhagens novas». Na sua nova condição de cabindense livre, Pango Bilumbi é pretendida por um «irmão» de Buá Pucuta chamado Kokelo, que «ao saber do acontecido, mandou àquele um presente para que a criança resgatada, quando mulher, lhe pertencesse» [sic]. Pango Bilumbi «pertenceria» a Kokelo, não como escrava, mas como esposa. O próprio texto utiliza os termos «marido» e «casamento»: «Passaram-se os anos e a criança fez-se uma mulher. O futuro marido deu a seu irmão as fazendas do casamento e levou-a para sua casa» [sic]. Desta união nasceu um filho, ao qual foi transmitido o nome do pai, Kokelo.

A frase alusiva à infância do filho da união de Kokelo com Pango Bilumbi pressagia a sua ascensão no futuro como fundador de uma nova linhagem produtora: «O rapazinho Kokelo mostrava ser muito inteligente e era ele que, com a idade de sete anos, subia às palmeiras e fazia o vinho extraído das mesmas» [sic]. Essa ascensão social passa pela prestação de serviços aos Europeus:

Depois foi para casa de um branco como criado; mas, pouco tempo passado, ganhava a confiança do patrão e era seu despenseiro e assim, ganhando amizade e consideração, foi subindo até que, tendo já alguma coisa de seu, propôs ao patrão ir-se embora para começar nova vida [...] começou [então] a fazer riqueza e depois constituiu família [sic].

Que «riqueza» era essa que fez prosperar o jovem Kokelo e o tornou economicamente independente do «patrão» europeu? A que provinha do tráfico negreiro. Este «patrão branco» só podia, aliás, ser um dos – ou os – comerciantes que, instalados no litoral e mediante o pagamento de um tributo ao Mangoio, o N’Bicó, negociavam com as caravanas vindas do interior a aquisição de escravos destinados a embarcar para o continente americano. Kokelo adopta o nome de Franque, que significa *franco* ou *francês*.



24 – Antigos Estados cabindenses de Ngoio, Kakongo e Loango, outrora província do Vungu do Reino do Kongo que dele se tornaram independentes,

provavelmente, ainda na primeira metade do século XVIII. PINTO, 2006, extratexto.

Este nome indicia, não só a nacionalidade do patrão, um francês – ou os Franceses –, como ainda a época em que estes acontecimentos se desenrolam: a segunda metade do século XVIII, num período anterior aos anos de 1786 e de 1789. Estes anos são, respectivamente, o da assinatura da Convenção de Madrid, que reconheceu os direitos de Portugal aos portos de Molembo e Cabinda, e o da Revolução Francesa, datas a partir das quais começa a dar-se o declínio da influência comercial francesa na região da embocadura do Kongo/Zaire. Franque é, pois, um nome de prestígio de uma «linhagem nova» e revela a apropriação de valores culturais franceses por parte de Cabindenses que, por contraposição à tradição do interior, se impõem no litoral, através do tráfico de escravos, como uma «burguesia aristocrática», assente nas famílias dos «príncipes». Segundo Mário António F. Oliveira, a expressão *príncipe*, usada ao longo da baía de Cabinda para designar os senhores da terra (*nfumu nsi*) ou os membros das suas linhagens, foi introduzida por influência dos Franceses, originando, em fiote, a palavra *plince*. Os Portugueses, por sua vez, introduziriam mais tarde o termo *reizete*, igualmente por influência do francês *roitelet*.

Para realçar o seu novo estatuto perante as populações do interior, Franque Kokelo comprou ao Mangoio coevo, Bat'chi N'Congo (Mbatchi Nkongo), pagando-lhe em bens e serviços, o título nobiliárquico de Manfuka. Domingos José Franque define o Manfuka como sendo um cargo atribuído pelo Mangoio aos «fidalgos do litoral, que tinham por missão receber a contribuição que os comerciantes pagavam aos Reis do N'Goio» [*sic*].

O *nbicó*, imposto cobrado pelo Manfuka aos comerciantes, era constituído, segundo Domingos José Franque, «por muitas peças de fazenda, barris ou garrafões

de aguardente, roupas e outros objectos ou artigos de uso comum» [sic], mas sem dúvida, também por escravos. Ao exercer este cargo, Franque Kokelo arrecadava uma parte do imposto, destinando a restante ao Mangoio. Pôde assim, não apenas reforçar o seu património, mas sobretudo controlar as rotas comerciais que afluíam do interior para o litoral na condução das caravanas de escravos destinados a transaccionar com os Franceses. Franque Kokelo possuía cada vez maior número de dependentes, pois os escravos eram os principais bens de prestígio advenientes da cobrança do imposto.

### **c) A substituição dos Sambo pelos Franque (c.1785-c.1800)**

Os Franque, como qualquer «linhagem nova», sabiam que só podiam assegurar a sua hegemonia sobre grupos já instalados através de uma ligação à tradição em que assentava o seu prestígio. Só uma estratégia que visasse o estabelecimento de alianças com esses grupos, assegurando novos laços genealógicos a partir da sua segmentação, lhes permitiria dirimir conflitos entretanto gerados pela desagregação das «linhagens antigas» e recuperar a autoridade por elas perdida.

A preocupação de Franque Kokelo, fundador da linhagem nova dos Franque, em estabelecer alianças com as «linhagens antigas» consegue entrever-se noutra narrativa oral apresentada por Domingos José Franque. O Mafuka Franque Kokelo é mencionado no texto como «general» do principal chefe da linhagem Nsambo, o Mani Nsambo, designado por príncipe Iambo I. A localidade de Manbuko Mani Sambo, situada na margem sul do rio Lukola e a menos de um quilómetro da baía de Cabinda, assume o nome que só mais tarde os Brasileiros lhe deram, Pernambuco. O topónimo primitivo era, evidentemente, alusivo ao facto de o cargo de Manbuko ser então desempenhado por um mani pertencente à linhagem

Nsambo. Carlos Serrano entende que o próprio nome Nsambo alude ao prestígio da linhagem, já que derivaria do verbo *sambo*, que significa *adorar* ou *invocar*. Acrescenta ainda que os panos libongos, quando usados como bens de prestígio de que só os chefes das linhagens eram detentores, também eram conhecidos por «panos sambos».

Antes do tráfico de escravos, isto é, antes da presença europeia, os Nsambo dominaram o comércio de toda a vasta região compreendida entre aquele ponto do litoral, Pernambuco, e a região de Mbaca, muito mais a sul, depois de Nsinda (Povo Grande), aproximadamente a meio do caminho que ligava Tchioua (Cabinda) a Mbanza Ngoio. Há indícios de que tenham participado no tráfico negreiro e prosperado com ele pelo menos até meados do período da hegemonia comercial francesa. Segundo Dégranpré, que viajou pela região nos anos de 1786 e 1787, um dos seus chefes, Andriz Sambo, ainda contava com cerca de 700 dependentes numa das povoações que controlava. Mas a narrativa de Domingos José Franque dá a entender que, já perto do final do século XVIII, a autoridade dos Nsambo sobre as linhagens que no passado a eles se subordinaram por vínculos de parentesco se encontrava em franco declínio.

O Mongovo Velho do Povo Grande, chefe de Nsinda, povoação incorporada no vasto território até então controlado pela linhagem Nsambo, desobedece ao seu «tio», o príncipe Iambo (Sambo), e desencadeia uma guerra. Quando as hostes do «tio» e do «sobrinho» se defrontaram, o príncipe Iambo viu esgotar-se-lhe a pólvora. Ou seja, o depauperamento dos seus recursos financeiros impedira-o de comprar armas e munições aos Europeus. Resolveu, por isso, pedir auxílio a outro chefe de linhagem a quem se encontrava igualmente aliado por laços de parentesco, o Mafuco Gimbe Macanza, um seu «cunhado».

Se a primeira parte da narrativa representa a desagregação das tradicionais alianças de parentesco, que levou à queda da hegemonia de uma «linhagem antiga», os Nsambo, a segunda mostrará como é que, depois do descalabro, a linhagem em decadência procurará subsistir, embora agora «substituída» por uma «linhagem nova». Operar-se-á uma segmentação dos Nsambo, através de novas alianças que integrarão na «linhagem antiga» elementos pertencentes a uma «linhagem nova», os Franque.

A linhagem Nsambo, desprovida do prestígio do passado, pois o seu poder de controlo sobre a produção e sobre as rotas comerciais ficara reduzido, fora desobedecida, e mesmo derrotada, pelas linhagens suas parentes, mas continuava a ser venerada por estas, pelo menos na memória colectiva. Essa memória, porém, seria recuperada e difundida por aquelas «linhagens novas» com as quais os Nsambo, em decadência, estabeleceram alianças. Eis a razão pela qual o Mongovo Velho de Nsinda, mesmo ganhando a guerra, ainda se «submetia às ordens de seu tio» [sic] . E o Mafuco Gimbe, «cunhado» do príncipe Iambo, foi aconselhado por outros «parentes» a que «fosse também ao Povo de Pernambuco pedir perdão ao príncipe por lhe haver recusado a pólvora» [sic]. O texto não nos diz que «parentes» são estes. Só sabemos que esses «parentes» vinham da parte dos «conselheiros» do príncipe Iambo. Quem eram esses «conselheiros»? As «novas linhagens» com as quais os Nsambo se aliaram, os Franque.

As «novas linhagens» avisaram então o Mafuco Gimbe de que, se aparecesse no Povo de Pernambuco, tinham ordem de lhe «cortar os pés». Ou seja, indo a Pernambuco, o Mafuco Gimbe reconheceria, perante o príncipe Iambo, uma realidade já antiga: a de que as fronteiras do seu território se encontravam delimitadas pela influência deste.

Este reconhecimento interessava, evidentemente, aos tais «parentes» e «conselheiros» do príncipe Iambo, as «novas linhagens». O Mafuco Gimbe acedeu em fazer o que lhe aconselharam e seguiu confiado para Pernambuco. Seguiu «confiado» porque era «cunhado» do príncipe Iambo, o texto di-lo expressamente. Ser «cunhado» significa ser parente e essa aliança de parentesco há muito que fora celebrada. O Mafuca Gimbe seguia «confiado» porque sabia que o príncipe Iambo não lhe podia «cortar os pés», pois estes já se encontram «cortados» desde que a sua linhagem celebrara com os Nsambo a aliança de parentesco que ele agora ia tão-somente reafirmar. Ou seja, para o Mafuca Gimbe, o território compreendido entre Mbaca e Pernambuco mantinha-se ainda sob a autoridade da linhagem Nsambo, a mesma autoridade que lhe «cortara os pés» e que ele, pese embora não a haver respeitado pontualmente, queria reconhecer. No entanto, a viagem que o Mafuca Gimbe empreendeu até Pernambuco mostrou-lhe que quem exercia de facto essa autoridade sobre o referido território já não eram os Nsambo e sim uma «linhagem nova» à qual estes se tinham aliado: os Franque. Com efeito, outras tradições orais cabindenses referem que Franque Kokelo casou com uma filha do Mani Sambo (o príncipe Iambo). Dessa união nasceria o magnate Francisco Franque.

Durante a viagem, o séquito de Mafuca Gimbe foi surpreendido por dois maus presságios: uma praga de formigas bravas e uma grande cobra. Os conselheiros aproveitaram a ocasião para advertir o Mafuca Gimbe de que devia reflectir mais uma vez sobre a decisão a tomar, pois suspeitavam (ou sabiam) que a verdadeira autoridade em Pernambuco não era quem ele julgava, pelo que lhe propuseram: «É conveniente regressarmos para o povo, para depois tomarmos nova resolução» [*sic*]. O interpelado não quis ouvi-los, continuando convicto, conforme afirmou,



de que «não há novidade alguma». A «novidade» encontrava-se, contudo, no final do percurso:

Quando se aproximavam do caminho da Bonga, entre o povo da Vitória, que era do finado meu pai, já perto do povo de Pernambuco, encontraram um homem numa palmeira a cortar dem-dem que, ao ver o Mafuco, gritou para outra gente que estava emboscada: – Cá está o Mafuco Gimbi Macanza a quem fizemos o protesto de cortar os pés se ele tivesse o atrevimento de vir ao nosso povo [*sic*].

Este trecho já nos permite entrever melhor quem é que efectivamente «cortara os pés» ao Mafuco Gimbe. Ele foi surpreendido pelos assaltantes perto da povoação de Vitória, a qual, como o texto refere, pertencia aos Franque. Domingos José Franque escreve que Vitória «era do finado meu pai» [*sic*]. Refere-se, evidentemente, não ao Manfuka Franque Kokelo, e sim ao seu filho Francisco Franque. Este pormenor, no entanto, parece-nos neste contexto irrelevante, pois o que esta narrativa pretende mostrar é o estabelecimento dos Franque em Pernambuco, Vitória, Mutamba e outras povoações próximas do rio Lukola, o qual, segundo Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, terá ocorrido ainda durante o século XVIII. Os homens emboscados eram, certamente, os dependentes do Manfuka Franque Kokelo. O facto de um deles, aquele que deu o alerta, se encontrar «numa palmeira a cortar dem-dem» demonstra que era esta «linhagem nova» que controlava agora o sistema de produção.

Prossegue a narrativa:

Todos correram sobre ele [o Mafuco Gimbi Macanza], que ainda conseguiu fugir para casa de seu tio, o Mafuco Lanchima. Ali, encontrou uma grande caixa de madeira, das que vinham do Ambriz com fazendas, e meteu-se-lhe dentro. [...] Os seus perseguidores foram à procura, mas não o encontraram, porém, ele, como já se sentia asfixiar, começou a falar e denunciou-se. Então agarraram-no e cortaram-lhe os pés [*sic*].

O Mafuco Gimbe, portanto, ainda conseguiu fugir. Ou seja, a sua linhagem procurava furtar-se à influência daqueles que tomaram o lugar dos Nsambo, os Franque, e tentava recuperar o seu antigo poder económico (re)estabelecendo relações comerciais com outra linhagem sua «parente», a do Manfuco Lanchima, seu «tio». Esta linhagem antiga subsistira ainda graças ao comércio de fazendas com o Ambriz. Recorrendo a esse comércio, a linhagem do Mafuco Gimbe pretendia igualmente sobreviver, pois o Mafuco Gimbe «meteu-se dentro» de uma caixa que continha essas fazendas. Essa actividade comercial, porém, já não era rendosa, mercê da desvalorização dos panos libongo (ou «sambo»), e por esse motivo o Mafuco Gimbe «asfixiou» dentro da caixa das fazendas. Não restou, pois, outra saída à sua linhagem a não ser a de deixar que aqueles que substituíram os Nsambo na hegemonia comercial e política, os Franque, lhe «cortassem [de novo] os pés».

A narrativa realça bem que quem «corta os pés» ao Mafuco Gimbe não é o príncipe Iambo, ou seja, quem exerce sobre a sua autoridade territorial já não é a linhagem Nsambo, pois refere claramente que o «príncipe» se encontra ausente. Também o Manfuco Lanchima está «ausente»: a sua linhagem, tal como a dos Nsambo, perdera prestígio e poder. Mas mais significativa ainda é a «ausência» da «mulher» do «príncipe». Se o Mafuco Gimbe era «cunhado» do príncipe Iambo, seria porventura «irmão» da sua esposa, sendo esta «mulher», portanto, a personificação da aliança entre as duas linhagens. A «ausência» da «mulher» do príncipe Iambo demonstra, assim, que a antiga aliança estabelecida entre a linhagem do Mafuco Gimbe e a linhagem Nsambo, ou se desfez, ou ficou desacreditada.

O príncipe Iambo foi informado do que se passara. A sua reacção, porém, é mais do que reveladora da sua impotência:

Quando a notícia lhes chegou, o príncipe ficou furioso, pegou na sua espada e foi ao sítio onde o cunhado se encontrava. Aí, chorou a sua sorte e disse a toda a gente: – O que vocês fizeram é a minha desgraça e uma coisa inaudita! Já que lhe cortaram os pés, matem-no de uma vez, cozinhei-o e comei-o. Se o não fizerem, vou eu cortar as vossas cabeças e como a minha desgraça está prestes, morro também [*sic*].

A linhagem Nsambo sabia, portanto, que não sobreviveria caso não se submetesse àqueles que, substituindo-se-lhe, «cortaram os pés» ao seu «parente». Por isso lhes reconheceu a supremacia, pedindo-lhes que a celebrassem pelo recurso à antropofagia, um ritual mais significativo do que a amputação dos pés. Os substitutos dos Nsambo satisfizeram o pedido do chefe desta linhagem porque sabiam que, «cozinhando» e «comendo» um seu «parente», apropriar-se-iam do seu corpo. Ou seja, utilizariam o antigo prestígio dos Nsambo em seu proveito. Mais do que dominar o território das «linhagens antigas» com que se aliaram e os chefes de outras linhagens que delas dependiam, interessava agora aos Franque, para salvaguarda do seu próprio prestígio, assumir a memória daquelas. Eis a razão pela qual fizeram correr «por toda a região de Cabinda» [*sic*] a notícia de que tinham «comido» o Mafuco Gimbe.

A última parte da narrativa é alusiva àquelas linhagens que, ocupando parcelas do vasto território que no passado fora dominado pelos Nsambo, não se submeteram no século XVIII à hegemonia dos Franque e de outras «linhagens novas». Foi o caso da linhagem do Mongovo Velho de Nsinda (ou Povo Grande), que fez um apelo aos povos de:

T'chenga, Téhia-Lemba, Zengoila, Povo Grande e Balança para que toda a gente se preparasse para ir atacar o povo de Pernambuco, a fim de castigarem o príncipe de um facto de que não havia exemplo em Cabinda [*sic*].

Mas esta revolta não parece ter tido êxito:

Os povos do príncipe que ficavam no caminho de Pernambuco entregaram-se sem resistência, mas o príncipe tinha um bom general – o meu avô Mafuca Franque [Kokelo] –, e a guerra durou dois dias [sic].

Além de controlarem o sistema económico, os Franque já detinham igualmente, portanto, o poder militar, organizando sob a forma de exércitos os dependentes de que dispunham.

Conclui Domingos José Franque, a respeito do seu avô, o Manfuka Franque Kokelo:

Para mais nome deixar na história de Cabinda, mandou fazer na Europa um objecto em madeira e prata sobre o qual assenta uma estátua, também em prata, representando meu avô com duas pessoas nos ombros e que tem uma legenda que diz: – Todos os príncipes e cavalheiros de Cabinda estão nos meus ombros [sic].

## **2 - Governos de Angola de inspiração pombalina (1750-1772)**

### **a) Os porquês do falso reformismo pombalino**

O reinado de D. José I em Portugal, que durou 27 anos, entre 31 de Julho de 1750 e 24 de Fevereiro de 1777, confundir-se-ia com a dominação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (n.1699-m.1782), mais conhecido por marquês de Pombal, título que só adquiriria no fim da vida. Afastado do poder em 1777, com a morte do seu soberano, o marquês de Pombal acabaria os seus dias em 1782. No entanto, a sua política colonial fez-se sentir em Angola durante toda a segunda metade do século XVIII e ainda no século seguinte, até à Independência do Brasil, em 1822.

Tal como em Portugal, o «período pombalino» traduziu-se em Angola por um pretenso reformismo autocrático

assente no esbulho da coisa pública com vista a satisfazer as conveniências de uma oligarquia cúpida e gananciosa. Mas o primeiro aspecto a evidenciar é que a política pombalina em Angola vem na continuidade da já secular hegemonia dos interesses comerciais brasileiros. Foi no ano de 1763, em pleno consulado de Pombal, que se institucionalizou o título de vice-rei para os governadores do Brasil e que a capital brasileira se transferiu de São Salvador da Baía para o Rio de Janeiro. No reinado de D. João V (1707-1750), antecessor de D. José I, o Brasil deixara de ser apenas uma colónia de plantação de açúcar para atrair igualmente os Portugueses como território de extracção e produção aurífera. Ora a exploração das minas de ouro brasileiras exigia a multiplicação do número de escravos embarcados em Angola.

Como já o denunciámos em vários lugares – inclusive num romance, *A Sorte e a Desdita de José Policarpo* (1995) –, é iníqua a persistência de muitos intelectuais portugueses, ainda nos dias de hoje, em quererem fazer de D. José I e do seu ministro precursores do abolicionismo, apenas porque em 1773 emitiram um decreto que proibia o desembarque de escravos em Portugal e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Esta legislação, além de não ter abolido a escravatura, mais não foi do que uma medida circunstancial destinada a reduzir o número de indigentes que o abandono dos escravos por parte de uma nobreza arruinada aumentava. Ao nomear vice-rei do Brasil o seu irmão Francisco Xavier de Carvalho e Mendonça e ao criar, em 1755, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, e em 1759 a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Sebastião José de Carvalho e Melo revelou-se um dos maiores negreiros de toda a história da humanidade. Quando foram constituídas, as duas companhias, cujos navios mercantes operariam em conjunto em território angolano, previam que a média de escravos a exportar de

Angola para o Brasil ao longo dos 20 anos subsequentes rondasse as cem mil peças. Vinte anos depois, um relatório de uma delas assinalava com orgulho que a exportação efectiva durante as duas décadas se cifrara em cerca de 200 mil escravos, o dobro do que fora previsto. Onde está a honestidade intelectual de quem afirma que o marquês de Pombal foi um abolicionista?

Para dar curso à intensificação do empreendimento negreiro e de canalizar os seus lucros para o aparelho do Estado, centrado na monarquia absoluta de D. José I, o Portugal de Pombal antecipou, em 1759, uma medida punitiva que a Igreja Católica, com o papa Clemente XIV, só tomaria em 1773: a extinção e a expulsão da Companhia de Jesus, com a consequente apreensão do seu património. Os efeitos em Angola do desaparecimento dos sacerdotes da Companhia de Jesus seriam marcantes até ao dealbar do século xx, tanto na subversão do tecido urbano das cidades de Luanda e de Benguela, quanto numa alteração profunda do ordenamento territorial do interior, que já não se restringiria ao corredor do Kuanza.

Um ano antes da expulsão dos Jesuítas e do confisco, em Luanda e em Benguela, dos seus imóveis, arimos e escravos, um alvará régio proveniente de Lisboa abolira em Angola uma velha lei promulgada em 1620 por Luís Mendes de Vasconcelos e reforçada em 1666 por André Vidal de Negreiros. Tratava-se da proibição que impendia sobre os comerciantes «brancos» - incluindo negros e mestiços que andassem calçados - de se deslocarem ao sertão angolano para transaccionar escravos. Essa norma, que vigorara durante quase século e meio, atingira ao longo desse período o seu principal objectivo: o de concentrar os lucros advenientes do tráfico negreiro nos próprios governadores, nos militares, com destaque para os capitães dos presídios, e nas congregações religiosas, com destaque para os Jesuítas, colocados em posição privilegiada perante as chefias africanas. Não impedira,

porém, os comerciantes particulares de Luanda e de Benguela de entrarem clandestinamente no sertão ou de enviarem intermediários negros e mestiços, conhecidos como «pumbeiros descalços».

A liberalização do comércio sertanejo aos negreiros europeus laicos, de iniciativa pombalina, viabilizou, como muito bem o reconheceram vários historiadores, o aumento do número de comerciantes cuja actividade se circunscreveria ao sertão: quer os aviados, que agiam por conta de credores sediados no litoral; quer os funantes, agindo por contra própria. Mas foi acompanhada do afastamento dos militares e dos religiosos do comércio sertanejo, e sobretudo de um aumento brutal dos direitos aduaneiros cobrados aos comerciantes no embarque e na exportação dos escravos, cujas receitas revertiam agora para a Coroa portuguesa e para as elites brasileiras, camufladas pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. E viabilizou, evidentemente, a prática do tráfico clandestino, quer por parte dos capitães dos presídios, quer por parte das congregações religiosas, à excepção da Companhia de Jesus, pela razão óbvia de haver sido extinta.

Igualmente com o fito de dinamizar o comércio negreiro, os governadores pombalinos de Angola viram-se obrigados a reforçar as defesas militares contra os seus concorrentes europeus e africanos sediados a norte do rio Loje: os Holandeses do Pinda e de Boma, apoiados pelos Basolongo; e os Ingleses e os Franceses do Ngoio, do Kakongo e do Loango, apoiados pelos Cabindenses. Foi o que justificou em 1759 – no mesmo ano em que foram expulsos os Jesuítas e confiscados os seus bens –, quer a criação do Presídio de São José do Encoje, situado precisamente no Alto Loje, quer o fortalecimento dos arsenais de artilharia nos portos de Luanda e de Benguela. Mas havia que criar presídios também a sul, como o veio a fazer, dez anos

depois, o governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao fundar o Presídio de Novo Redondo.

O mesmo governador, a quem alguns chamariam «o Pombal de Angola», ficaria famoso por haver tentado incentivar em Angola as indústrias extractivas, sobretudo a do ferro. Compreende-se, pois o ferro era usado no fabrico dos canhões destinados a satisfazer as incontornáveis necessidades de defesa em relação ao norte e de ocupação militar, tanto do sertão, como do litoral a sul. Outra indústria extractiva a ser dinamizada, esta de carácter alimentar, foi a do sal, apenas o sal marinho no litoral, pois o sal-gema do interior era inalcançável. Aliás o afastamento dos Jesuítas agravou o problema da alimentação das populações portuguesas de Angola, tanto nos presídios do interior, quanto nos portos do litoral. As carências destes últimos tinham redobrado com a multiplicação do número de navios negreiros a largar para as viagens transatlânticas, que evidentemente exigiam um reforço da ração base das tripulações e da mercadoria humana. A produção dos bens alimentares de primeira necessidade, com destaque para a farinha de mandioca e para o feijão, era assegurada pelas unidades agrícolas, os arimos, situadas nas periferias dos presídios, quase todas até então administradas pela Companhia de Jesus. A expulsão dos Jesuítas e a expropriação dos seus bens incitou os governadores a inaugurarem políticas de colonização de povoamento, para cuja concretização não cessaram de insistir com a metrópole para que reforçasse o envio para Angola de famílias portuguesas. Mas a resposta de Lisboa a estes pedidos restringiu-se ao aumento do embarque, para o continente africano, de degredados de delito comum.

Se a colonização penal em território angolano fora uma constante desde os tempos de Diogo Cão, é interessante observar como, segundo dados registados pela Câmara Municipal de Luanda entre os anos de 1714 e de 1757, desembarcaram em Angola, durante esse período, cerca de



1328 degredados, sendo 777 provenientes de Lisboa e 170 do Brasil. As suas origens eram diversas, incluindo antigos Jesuítas e Índios brasileiros, aprisionados durante a revolta de 1756. Entre os expatriados portugueses, destacavam-se 67 Ciganos, obrigados a usar um determinado tipo de vestuário que os distinguisse dos outros condenados. Em 1765, segundo o padre capuchinho Rosário del Parco, citado por José Carlos Venâncio, os 500 europeus que então habitavam em Luanda eram quase todos Judeus, não obstante a existência, entre eles, de Ciganos, assaz elogiados em 1754 pelo governador D. António Álvares da Cunha. A supressão da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, oficializada por um decreto de 1773 e considerada por alguns historiadores portugueses uma medida modernizadora do marquês de Pombal, mais não foi do que um artifício destinado a encobrir a realidade da colonização penal. Não restam, portanto, dúvidas de que a intensificação do envio de degredados para Angola no século XVIII se destinou a aumentar o número de braços em empreendimentos tais como o comércio de escravos, a agricultura, as indústrias extractivas e as campanhas militares de alargamento territorial.

A insensatez do mercantilismo pombalino, num Estado secularmente deficitário como o português, esteve igualmente na origem de uma política que os governadores setecentistas impulsionaram em Angola de modo assaz discreto e modesto, mas que se prolongaria, não com menor precariedade de meios, no século seguinte: a das travessias pelo interior africano, visando ligar Angola à contra-costa. Tratava-se da recuperação das veleidades de alguns dos seus antecessores da primeira metade do século XVII, que pretenderam atingir as minas do Monomotapa ou os Rios de Sena, como foi o caso de Manuel Pereira Forjaz, com a malograda expedição de Baltazar Rebelo de Aragão em 1607, e de Luís Mendes de Vasconcelos, com as suas aventuras sertanejas na década

seguinte. A diferença, a partir de agora, é que estes apetites alegadamente expansionistas – mas, na realidade, escravagistas – já não eram de carácter privado e passariam a ser tutelados, ainda que discretamente, por Lisboa. Os Portugueses teriam de esperar pelo final do século XIX e pelo colapso do delírio infeliz do Mapa Cor-de-Rosa para se aperceberem minimamente de quão extravagantes eram estes projectos.

### **b) O cronista brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa, os três primeiros governos pombalinos e o fantasma francês**

Embora a documentação escrita sobre Angola no século XVIII não seja escassa, o papel do historiador e cronista brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa é incontornável. Nascido no Rio de Janeiro em 1753, Elias Alexandre da Silva Corrêa assentou praça no Regimento de Santa Catarina em 1771. Seguiu depois para Lisboa, onde foi alferes de infantaria durante quatro anos, sob a protecção de Martinho de Melo e Castro (1716-1795), ministro e secretário dos Negócios do Ultramar e da Marinha entre 1770 e 1795 e primeiro-ministro entre 1782 e 1786. Em 1775, Elias Alexandre partiu como voluntário para Angola. Participaria na expedição que, em 1783, erigiu em Cabinda a efémera fortificação militar de Santa Maria. E em 1788 seria promovido a capitão de granadeiros, sob os auspícios de D. José de Almeida Vasconcelos, mais conhecido como barão de Mossâmedes, que governou Angola entre 1784 e 1790. Sempre protegido pelo barão de Mossâmedes, Elias Alexandre da Silva Corrêa regressou ao Brasil em 1789, a bordo do *Carmo*, um bergantim negreiro, na ilusão, confessa-o, de «seguir melhor fortuna e carreira militar» [sic]. Mas afirma que iniciou a redacção da sua *História de Angola* dois anos antes, ainda em território angolano. Dedica a sua obra ao príncipe regente, o futuro D. João VI, que assumira a

Regência de Portugal em 1792, quando os médicos declararam a insanidade mental da sua mãe, D. Maria I. A dedicatória foi, portanto, lavrada, ou nesse mesmo ano de 1792, ou depois dele, mas antes de 1816, data da morte de D. Maria I e da subida ao trono de D. João VI. Nas palavras dirigidas por Elias Alexandre da Silva Corrêa ao príncipe regente D. João está bem expressa a sua intenção de que a obra não se restringisse à mera narrativa dos factos passados e representasse, igualmente, um testemunho crítico da contemporaneidade. Esses propósitos iriam reflectir-se nas três partes em que dividiu o livro:

- I. Cerca de 190 páginas de informações detalhadas sobre a vida económica, agrícola, religiosa e militar em Angola naquela segunda metade do século XVIII, com a descrição meticulosa dos portos, das fortificações, das igrejas e das jurisdições;
- II. Narração do que o autor designa por «Conquista de Angola», repartida por 57 capítulos que correspondem aos 57 governos de Angola entre o de Paulo Dias de Novais, iniciado em 1575, até ao do conde de Lavradio, iniciado em 1749;
- III. Continuação da narração anterior, com a mesma metodologia, percorrendo os 11 governos de Angola que decorreram entre o 58.º, do conde de Lavradio (1749-1753), e o 68.º, de D. Miguel António de Melo (1797-1802).

Se, na segunda parte da sua *História de Angola*, Elias Alexandre da Silva Corrêa recorreu preferencialmente a informações que lhe chegaram pela tradição oral, em contrapartida a primeira e a terceira constituem testemunhos escritos únicos para a compreensão da colonização portuguesa em Angola na segunda metade do

século XVIII. Elias Alexandre da Silva Corrêa era um profundo conhecedor da língua francesa. Por isso foi por duas vezes destacado para Cabinda, então predominantemente francófona. Mas o temor em Luanda das ameaças dos Franceses de Cabinda, quer comerciais, quer militares, foi uma realidade incontestável que, não só impregnou as páginas de Elias Alexandre da Silva Corrêa, como pautou a política de todos os governadores portugueses de Angola durante a segunda metade do século XVIII.

No governo de D. António de Almeida de Alarcão Eça e Melo, o conde de Lavradio, entre 1749 e 1753, há a assinalar, além da cunhagem de novas moedas de cobre para circularem em Angola, a reconstrução total do Trem Real em São Paulo da Assunção de Luanda. O Trem Real era um arsenal, localizado na Cidade Alta, destinado a guardar as munições de guerra. Aliás em 1752 foi construída de raiz em Luanda uma fábrica de munições. A prevenção contra os ataques franceses era evidente.

D. António Álvares da Cunha foi o primeiro governador de Angola a ser nomeado pelo rei D. José I, governando entre 1753 e 1758. Logo no primeiro ano do seu governo, construiu em Luanda três edifícios militares de grande envergadura, ainda hoje existentes. Os dois primeiros, os Aquartelamentos para as Tropas de Infantaria e de Cavalaria, ergueram-se à direita do Palácio. Neles se encontra actualmente sediado o Ministério da Defesa de Angola. O terceiro era uma fortificação abandonada pelos Holandeses havia um século, agora recuperada. Tratava-se do Forte de São Pedro da Barra, situado a uma légua - isto é, a cinco quilómetros - a norte da Nazaré, ponto extremo setentrional da baixa de Luanda. Mais uma prevenção contra os ataques franceses. Aliás as ameaças francesas provenientes de Cabinda não se restringiam à concorrência comercial no embarque de escravos nem aos assaltos aos portos angolanos. Estendiam-se ao campo religioso, pois

em 1756 a Propaganda Fide criou a Prefeitura Apostólica do Loango e entregou-a a missionários franceses.

Em 1755, o ano do terramoto de Lisboa, D. António Álvares da Cunha criou, na capital de Angola, a Junta do Comércio, destinada a estipular os preços das mercadorias e a cobrar os tributos aos comerciantes. E mandou elaborar uma planta topográfica de Luanda. Através dela, os historiadores Ilídio do Amaral e José Carlos Venâncio perceberiam que, nos anos do mandato deste governador, já se assistia à transição do ordenamento urbanístico introduzido por Salvador Correia de Sá entre 1648 e 1652, centrado na Cidade Alta, para outro que só se consumaria em pleno durante o governo de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, entre 1764 e 1772, marcado pela descentralização dos serviços administrativos, agora disseminados pela baixa portuária e pela periferia. Esta abrangia, quer o grupo de ilhas em frente à cidade, a Muazanga – que Cadornega ainda descrevia como uma única ilha, enquanto Elias Alexandre da Silva Corrêa já testemunha a sua compartimentação –, quer as regiões a norte e a oriente da zona comercial. O objectivo da reforma urbanística de Luanda era tornar a cidade mais operativa na satisfação das exigências do mercantilismo e do escravagismo pombalino.

Em 1755, a Cidade Alta de Luanda ainda correspondia à descrição feita por Cadornega no século anterior: congregava, além dos centros de decisão político, militar e eclesiástico, o Senado da Câmara, a prisão e o açougue da carne a distribuir pela cidade. A norte da Praia do Bispo, já quase no Alto da Maianga, a Capela do Rosário dos Pretos ainda servia exclusivamente de abrigo aos escravos dos sacerdotes da Companhia de Jesus. Com a expulsão destes, daí a quatro anos, o Rosário passaria a ser uma freguesia, como o mostram plantas posteriores. Em contrapartida, a baixa de Luanda já diferia substancialmente da de Cadornega e ia-se aproximando progressivamente da

descrição que dela faria Elias Alexandre da Silva Corrêa no final do século. Em torno da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, crescia uma freguesia, cujos moradores viviam do comércio de escravos e da pequena agricultura das hortas. O mesmo acontecia com o extremo norte, o Bairro da Nazaré, que para Cadornega ainda era uma zona exclusivamente rural. Entre ambas, a Feira do Bungo era o único mercado da periferia, distinta da Feira Grande e da Feira dos Coqueiros, situadas no interior da cidade, no sopé da Fortaleza de São Miguel. Para leste do Bungo, na encosta da Ingombota, alargava-se o Bairro do Carmo, a partir do Convento dos Carmelitas Descalços. E, entre este e a região rural do Bem-Bem (futuro Maculusso), também emergia uma nova freguesia com o nome de uma lendária princesa etíope, Santa Efigénia, o que indicava ser habitada predominantemente por Africanos cristianizados.

No mesmo ano de 1755, o governador D. António Álvares da Cunha inaugurou em Angola a política das expedições, alegadamente de estudo e de reconhecimento do interior, mas na realidade destinadas a encontrar novos parceiros Africanos no negócio negreiro e também a alcançar os lugares de extracção de sal-gema situados a leste do rio Kuango. Manuel Correia Leitão, sargento-mor do Distrito do Dande, foi encarregue da missão de transpor o rio Kuango e seguir para a costa oriental da África. Detido no Alto Kuango pelo Jaga de Kasanje, regressou a Luanda logo no ano seguinte.

Conforme o estudou Isabel Castro Henriques, o relatório de Manuel Correia Leitão demonstrou que o Reino de Kasanje, outrora fundado pelos Imbangala Kulaxingu com a conivência dos Portugueses, durante a primeira metade do século XVII, e já descrito por Cadornega na segunda metade desse século como um Estado poderoso, fortalecera-se substancialmente no século XVIII. Ocupando uma área de cerca de 75 mil quilómetros quadrados, numa região de baixa altitude conhecida por «Baixa de Casanje», limitada a

oeste pelas montanhas de Tala Mungongo, a leste pela margem esquerda do Kuango e a norte pela confluência deste rio com o Lui, o Kasanje era governado por um «imperador», que Manuel Correia Leitão designa por «Jaga» e que teria congregado, ao longo de mais de um século, quer os sobados circundantes, quer populações provenientes do Libolo, da Kissama, dos Dembos e mesmo do Kongo. Manuel Correia Leitão sublinhava que o poderio do Jaga do Kasanje e a expansão territorial dos seus domínios se deveram, não apenas ao uso das armas de fogo, mas também à divulgação de práticas religiosas, a que aderiram crentes de diversas origens.

A principal fonte de subsistência do Estado do Kasanje era o tráfico de escravos provenientes da Lunda, actividade em relação à qual não admitia a parceria nem a concorrência dos Portugueses. Eis a razão pela qual Manuel Correia Leitão deixou bem claro que o Kasanje constituía um tampão intransponível ao avanço dos Portugueses para lá do rio Kuango:

Este grande Cassange impede que em caso algum tenham os portugueses trato ou comércio com os muitos poderosos de além do rio; pena de vida e de geração vendida aos seus vassalos que mostrarem tal caminho, e a razão da sua teima e ordem é, além de outras particularidades, para que se não ponham os portugueses da outra banda do rio e lhe tiremos o comércio de escravos de que vivem, e os deixemos avassalados e sujeitos a presídios e nos não façamos senhores dessas muitas gentes que habitam tão dilatadas terras. [...] Terá o Cassange negros capazes de tomar armas mais de cento e vinte mil desta sua nação natural, por outro nome chamados *quimbangalas*, que vale o mesmo que valorosos [...]. O número de gente capaz de tomar armas de seus potentados e mais gente que avassalou desde o tempo que passou estas partes da nossa Ambaca com licença dos portugueses, com só duas armas de fogo, conforme tradição entre eles, passa de duzentas e trinta e cinco mil, de cujos potentados tenho tomados os nomes com distinção, fora os potentados já nomeados atrás, dos que negam a passagem aos portugueses à outra banda do rio, porque nenhum deles é seu vassalo; e não falo em outros muitos sobetas, como alguns da nossa Ambaca, que lhe obedecem firmemente, e, nesta conformidade, vem a ser este Cassange potentado grande [*sic*].

O governador seguinte, D. António de Vasconcelos, cujo mandato decorreria entre 1758 e 1764, em obediência às determinações de Lisboa, mandou confiscar, a 19 Janeiro de 1759, sem qualquer pré-aviso, todos os bens da Companhia de Jesus. Os imóveis e os arimos dos Jesuítas foram executados e vendidos em hasta pública, para o que foi criada expressamente a Casa das Contas. Os seus escravos passaram a pertencer à Fazenda Real, o que viabilizou que o seu antigo ponto de abrigo, a Capela do Rosário dos Pretos, desse lugar a mais uma fortaleza defensiva. A Igreja de Jesus foi temporariamente encerrada, assim como o Convento e o Colégio, mas em pouco tempo seriam transformados na Residência do Bispado e num Seminário. Os Jesuítas residentes em Luanda e capturados nesse início do ano de 1759 eram apenas 13 e foram imediatamente expulsos para o Rio de Janeiro. Tal não impediu, no entanto, que Angola acolhesse, como já o dissemos, Jesuítas expulsos do Brasil. O próprio governador D. António de Vasconcelos chegou a recorrer aos serviços de engenheiro de um deles, quando tentou em vão recuperar o projecto holandês de abastecer Luanda com as águas do rio Kuanza. Por falta de apoios metropolitanos, o projecto não teve continuidade e o carregamento quotidiano de barricas de água do rio Bengo para Luanda continuaria a efectuar-se por muito tempo. Contudo, segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, a construção da Fortaleza do Rosário terá sido ideia e obra de um jesuíta engenheiro vindo do Brasil.

No mesmo ano de 1759, D. António de Vasconcelos daria um passo importante na ofensiva portuguesa à concorrência comercial e às ameaças militares dos Holandeses do Kongo e dos Franceses de Cabinda, fundando o Presídio de São José do Encoje. Elias Alexandre da Silva Corrêa informa que o projecto já vinha do tempo do seu antecessor, assaz instado nesse sentido pelos



Portugueses que tentavam comerciar na região do Alto Loje e se viam prejudicados na venda dos seus escravos pelo facto de os Franceses disporem de melhores panos de algodão para os pagarem aos Congueses:

Eles se lamentam do atraso que sofrem desde o tempo que as nações estrangeiras, havendo estabelecido feitorias nos portos de Loango, Molembo e Cabinda, espalhavam as suas fazendas [...]; e com efeito, passando-as os negros de mão em mão pelo Reino do Congo, Principado do Sonho, Marquesado do Mussulo [no Ambriz] e outros mais pequenos domínios, chegavam a vender-se em Angola por preço cómodo, sendo de mais subida qualidade do que a portuguesa [sic].

Depois de haver convocado os comerciantes portugueses para uma Junta privada, D. António de Vasconcelos acedeu às suas reivindicações da criação de um presídio a norte de Angola e organizou uma expedição militar que seguiu para a Pedra de Encoje. Embora a fortificação do Encoje tenha sido erigida nesse mesmo ano, só três anos depois, em 1762, é que os militares portugueses conseguiram submeter os sobas de Ambuíla, de Ambuela e de Kitexi. Elias Alexandre da Silva Corrêa atribui à criação do Presídio de São José de Encoje uma importância relativa para os interesses do governo de Angola e dos comerciantes portugueses. Por um lado, os Bakongo viram-se obrigados a «aceitar as fazendas portuguesas em troco dos cativos, não obstante serem mais subidas no preço e mais inferiores na qualidade que as estrangeiras [francesas]» [sic]. Talvez tenha sido uma preocupação de coexistência pacífica com os Portugueses que levou os reis do Kongo de então, os Águas Rosadas D. Pedro V e D. Álvaro XI, a autorizarem que operários enviados por Luanda restaurassem a Igreja Matriz de São Salvador, o mesmo acontecendo com o príncipe do Soyo em relação à restauração da Igreja de Santo António. Mas, em contrapartida, os Franceses ampliaram a sua influência comercial, e mesmo militar, muito para sul de Cabinda,

estendendo-a até ao Ambriz, na foz do rio Loje, onde o soba da povoação litoral vedou o caminho para norte aos Portugueses, longe de imaginar, evidentemente, a chacina a que estes procederiam na localidade daí a quase cem anos.

Limitando legalmente o comércio de escravos às feiras dos novos presídios – dois deles criados em território congus, os de São José de Encoje e do Lembo (no Uíje), outro na margem norte do Kuanza, o do Dongo, e ainda mais dois para lá do rio Lukala, o de Lukamba e o de Pungo Andongo –, e pondo a circular uma moeda de prata a que chamou *macuta*, nome pedido de empréstimo aos antigos conjuntos de dez panos *libongo* –, D. António de Vasconcelos muito contribuiu para a concentração dos proventos de Angola na Fazenda Real, abrindo caminho às reformas do seu sucessor, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Todavia, no final do mandato, viu-se a braços com uma rebelião de degredados, que pretendiam apoderar-se dos imóveis e dos arimos apreendidos aos Jesuítas. Todos os insurrectos morreram supliciados na roda, na praça da Cidade Alta de Luanda. Excepto um, que conseguiu fugir para o Principado do Soyo.

#### **d) Francisco Inocêncio Sousa Coutinho, o «Marquês de Pombal de Angola»**

Aquele que a história colonial celebrizou como o «marquês de Pombal de Angola», Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governou a colónia de Junho de 1764 a 21 de Novembro de 1772. Nunca em nenhum governo pombalino a Junta da Fazenda Real assumiria em Angola um papel tão parasitário e perverso – comparável apenas ao do Banco Ultramarino um século mais tarde – na sucção dos rendimentos dos comerciantes e agricultores angolanos. A avidez despótica da administração de Sousa Coutinho levou-a ao ponto de punir com multas pesadas a *cambulação* (do kimbundu *ku kambula*) – ao tempo

designada por *reviro* –, isto é, a venda pelos aviados de mercadorias dos seus aviantes, prática inevitável depois da liberalização do comércio a crédito no sertão angolano. Iguais medidas repressivas caíram sobre os capitães dos presídios e sobre os eclesiásticos: sabendo-os obrigados a recorrer ao comércio clandestino, agora que a actividade comercial legítima lhes era vedada, o implacável governador obrigou-os inusitadamente ao pagamento de dízimos, votando-os à miséria e triplicando os proventos do erário público destinados aos senhores do Brasil. Aos esbulhos gananciosos de Sousa Coutinho nem os contratadores escaparam: foram extintos e substituídos pelo próprio governador, que em nome dos interesses do Estado português passou pessoalmente a arrecadar as receitas do embarque dos escravos. Procurando encobrir o seu locupletamento com moralismos de fachada, Sousa Coutinho obrigou os comandantes dos navios negreiros a assegurarem condições de alimentação e higiene à mercadoria que transportavam, medida que os historiadores coloniais, na sua hipocrisia, empolaram como sendo de protecção ao indígena.

Mas as transformações sofridas em Angola durante os oito anos do governo de Sousa Coutinho podem ser apreciadas sumariamente em quatro aspectos. O primeiro diz respeito às reformas urbanísticas, particularmente em Luanda. Nos dois primeiros anos, ameaçando expropriar os proprietários de terrenos que se conservassem incultos, nomeadamente os do Bem-Bem, e forçando-os a dar ocupação aos escravos vagabundos sob pena de os enviar para o Brasil e com a receita da sua venda aumentar o pecúlio da Fazenda Real, Sousa Coutinho criou o Terreiro Público na baixa de Luanda, no sopé da Fortaleza de São Miguel. Esta praça, que muito mais tarde adquiriria o nome actual de Largo do Baleizão, apresentava a forma quadrangular, para aproveitamento da água de uma

cacimba situada a meio. Destinava-se a assegurar, a partir de Luanda, o controlo de toda a produção agrícola, quer a proveniente dos arredores da cidade, quer a que afluía do sertão. Concentrados no Terreiro Público, os agricultores eram mais facilmente tributados pela Fazenda Real, inclusive os pequenos quitandeiros, futuros *fubeiros*, que subsistiam precariamente com a venda avulsa de feijão e de farinha de mandioca. Mas a baixa de Luanda seria prolongada com a construção da Alfândega, contígua ao Arsenal da Marinha, de um novo edifício da Junta da Fazenda Real e de um estaleiro naval na Ribeira das Naus.

Elias Alexandre da Silva Corrêa, que procede a uma descrição detalhada das fortificações defensivas assaz reforçadas, quer nas barrocas de Luanda, quer ao longo da vasta extensão da parte baixa da cidade, pretendendo abranger todo o contorno da baía e transpor o limite norte marcado pela Nazaré, destaca, a um quarto de légua para norte desta Igreja, a Fortaleza de São Francisco do Penedo, «erigida sobre um raso penedo distante da praia um tiro de pedra» [*sic*]. E acrescenta, a propósito, que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho tomou a iniciativa de abrir uma estrada, ao longo da baía, procurando ligar a Nazaré àquela fortaleza:

A rua que mandou abrir da Nazaré à Fortaleza de São Francisco [do Penedo], conhecida pelo nome de Passeio do Penedo, a fez ornar de frondosas árvores, que deleitavam pela vista e pela sombra: o tempo e o descuido as consumiram depois da época do seu governo [*sic*].

No entanto, a estrada inaugurada pelo governador Sousa Coutinho viria a ser continuada para sul da Nazaré, mas muito mais tarde, já em meados do século xx, ao tornar-se a Avenida Marginal.

O segundo aspecto marcante do governo de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho diz respeito ao desenvolvimento das indústrias extractivas. A mais

espectacular foi a do ferro, proveniente da fundição que, em 1765, o governador mandou edificar em terrenos da jurisdição de Massangano já prospectados pelo seu antecessor. A fábrica mandada construir nas margens do rio Luínha – um afluente do Lukala, por sua vez afluente do Kuanza – recebeu o nome de Fundição de Nova Oeiras e teria um desdobramento em Nova Belém, junto ao rio Kamukala, na Ilamba. Ao contrário do que especularam os historiadores coloniais, a Fundição de Nova Oeiras – que aliás seria votada ao abandono depois do governo de Sousa Coutinho pelo seu sucessor D. António de Lencastre (mandato 1772-1779) – não empregou trabalhadores livres e assalariados. Os ferreiros e fundidores eram escravos cedidos por senhores europeus e africanos que, esses sim, é que recebiam remunerações. José Carlos Venâncio chama a atenção para a importância da localização da Fundição, junto a um subafluente do Kuanza, o que permitia, durante a estação das chuvas, quando o leito do Luínha se enchia, o acesso fluvial a Luanda. No tempo seco, o cacimbo, o ferro era transportado por jumentos importados do Brasil. Eis a razão pela qual Sousa Coutinho criou várias coudelarias em Angola e procurou combater em vão as doenças tropicais que vitimavam as bestas cavалares. Os historiadores coloniais, na operação obsessiva de eclipsar o escravagismo, conjecturaram que o «Pombal de Angola», à semelhança do seu émulo metropolitano, seria um «abolicionista», pelo que teria importado jumentos e criado coudelarias para aliviar filantropicamente os escravos e os carregadores do seu trabalho penoso.

Com a utilização do trabalho de 400 ferreiros africanos e o aproveitamento das suas técnicas tradicionais de fundição, a Fábrica de Nova Oeiras produzia mensalmente entre 40 e 50 quintais de ferro. Dela saíam os canhões que reforçaram as fortalezas defensivas dos ataques franceses, sempre iminentes. E saíria também matéria-prima a ser utilizada noutra criação de Sousa Coutinho: o

estaleiro naval, onde em 1768 foi concebida a fragata *Loanda*, um navio corsário português que futuramente patrulharia as costas angolanas contra os Franceses a norte do Ambriz.

O terceiro aspecto a apreciar na administração de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho é a sua preocupação com a ciência e com a educação, a qual Elias Alexandre da Silva Corrêa não deixa de elogiar. Contudo, tal como século e meio depois viria a acontecer com Norton de Matos, a política do «Pombal de Angola» foi, neste campo, abrupta, descontextualizada e acima de tudo efémera e desastrosa. É certo que, além de procurar formar engenheiros militares em Luanda, criou em 1769 escolas primárias com professores laicos. Mas os estudos não tardaram a ser abandonados, mercê da ruptura com a metodologia de ensino bilingue, em português e em kimbundu, até então utilizada pelos Jesuítas e agora subitamente postergada com a proscrição destes. O manual de catecismo em kimbundu, escrito em 1632 pelo padre Francisco Pacónio, saiu de Angola, e os estudos eclesiásticos das línguas bantu só seriam recuperados no início do século seguinte, com a obra notável de frei Bernardo Maria de Cannecatim. Tal como em Portugal, como muito bem o denunciou Camilo Castelo Branco, as reformas pombalinas em Angola só contribuíram para multiplicar o flagelo do analfabetismo.

Apreciemos, finalmente, a tão propalada política de Sousa Coutinho de colonização de povoamento naquele que viria a ser o sul de Angola, directamente associada ao incentivo das viagens de exploração. Há que sublinhar que, na origem desta política, se encontra igualmente a pressão exercida pelos Franceses no Kongo e em Cabinda. Pese embora a existência do Presídio de São José do Encoje, permanentemente atacado pelos Franceses e pelos chefes africanos locais, bem que Sousa Coutinho, em cartas que

enviou para Lisboa, se esforçou por convencer Sebastião José de Carvalho e Melo e o seu irmão Francisco de Carvalho e Mendonça - antigo vice-rei do Brasil e agora secretário dos Negócios do Ultramar e da Marinha - da urgência de uma acção militar em Cabinda contra os Franceses e da ocupação portuguesa dos «portos do norte». Em 1764 queixava-se da vizinhança dos Ingleses e dos Franceses, acusando-os de serem a principal causa da decadência do comércio em Angola e participando a saída de Cabinda, ao longo do mesmo ano, de 57 navios negreiros dessas nacionalidades. Mais tarde, nos anos de 1770 e de 1771, o «Pombal de Angola» expunha a Martinho de Melo e Castro - que substituíra Francisco de Carvalho e Mendonça na pasta dos Negócios do Ultramar e da Marinha - a necessidade da ocupação urgente pelo exército português dos portos de Cabinda, Molembo e Loango. Mas Martinho de Melo e Castro protelaria por uma década esse ataque a Cabinda, decretando-o só quando já ministro da rainha D. Maria I, em 1782, ano da morte do marquês de Pombal, cinco anos volvidos sobre o seu afastamento do poder e dez sobre o fim do governo de Sousa Coutinho em Angola.

Os exércitos de que dispunha Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, pese embora a preocupação do governador de os reorganizar, foram sempre constituídos por mercenários Brasileiros e por degredados, como testemunha Elias Alexandre da Silva Corrêa. Se eram impotentes para atacar Cabinda, não menos o eram para invadir a Kissama. Esta vasta região, compreendida entre os leitos dos rios Kuanza e Longa e dominada pelos Imbangala, era rica em sal-gema, mas era inacessível aos Portugueses de Luanda, que só podiam contar com o sal marítimo dos territórios já conquistados do Cacuaco e de Cassequele, insuficiente para as suas necessidades alimentares. Logo no primeiro ano do seu governo, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho compreendeu que as reservas de sal de que Luanda dispunha tinham de ser

reforçadas pelo sal marítimo produzido na capitania de São Filipe de Benguela, fundada em 1617 por Cerveira Pereira, e que superintendia nas terras de Caconda e Quilengues. O governador pombalino classificava Benguela e as suas circunscrições como «colónia de bandidos e atravessadores» [sic] pelo facto de os seus moradores negociarem com os Ingleses e com os Franceses. Constituindo a Kissama o tampão ao avanço dos Portugueses para sul pela via terrestre, Sousa Coutinho organizou, em 1764, uma expedição militar que alcançou São Filipe de Benguela pela via marítima e massacrou impiedosamente os moradores da cidade. Data de então, quer a edificação da Fortaleza de Benguela, mais um baluarte contra os Ingleses e os Franceses, futuramente conhecida pelo designativo bantu Mombaka, quer o projecto de ligação territorial e política de Benguela a Luanda, que só viria a consumir-se em 1799. Depois de instalar em São Filipe de Benguela comerciantes da sua confiança, Sousa Coutinho facilitou o seu acesso ao Planalto do Bié e ao contacto directo com os Ovimbundu quando, em 1766, ordenou ataques à Caconda, a Quilengues e ainda à Galanga, onde se refugiaram os comerciantes privados dali escorraçados. Em 1770 fundaria o Presídio do Bailundo e em 1772, o último ano do seu mandato, com uma Companhia de Milícias, criaria a Capitania-Mor do Bié.

Os conhecimentos científicos de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho permitiram-lhe perceber que o Planalto de Benguela e as terras altas da Huíla dispunham de condições climatéricas propícias à instalação de colónias portuguesas. Por isso incentivou, em 1767, a fixação de Portugueses na localidade de Alba Nova, futura povoação da Huíla. Dela partiu para uma viagem de exploração, em Janeiro de 1770, João Pilarte de Silva, figura a quem o romancista angolano Jorge Arrimar (n. Chibia, 1953)



inventaria uma família fictícia cujas gerações percorrem a sua trilogia de sagas no Planalto da Huíla: *O Planalto dos Pássaros* (2002), *O Planalto do Salalé* (2012) e *O Planalto do Kissonde* (2013). Com o fim de atingir o Cabo Negro e socorrer náufragos chegados às chamadas «Praias dos Macorocas», João Pilarte de Silva percorreu o deserto do Namibe até à foz do rio Coroca, que julgou ser o Cunene. Seria depois nomeado regedor da recém-criada povoação de Alba Nova (futura Huíla).

Na enumeração das povoações criadas por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho no sul de Angola, todas dotadas de protecção militar e de igrejas paroquiais e baptizadas com topónimos portugueses, que tanto impressionaram os historiadores coloniais, preferimos recorrer à citação directa de dois deles, Ralph Delgado e Gastão Sousa Dias:

*Contins*, em Caconda Nova (padroeiros: Nossa Senhora da Conceição, São José e São Joaquim); *Sarzedas*, no Luceque (São Francisco de Assis e Santo António); *Linhares*, em Galangue (Santa Ana e São Francisco de Paula); *Paço de Sousa*, no Quipeio (Santa Mãe dos Homens e São Goaz); *Alba Nova*, na Huíla (Senhora das Lágrimas); *Borba*, em Invangondo (Santa Justa e Santa Rufina); *Salvaterra de Magos*, em Quilengues (Senhora dos Remédios e São João Nepomuceno); *Amarante*, no Bié (Senhora do Desterro e São Gonçalo); *Nova Belém*, no Tinde (Senhora da Vida e Santa Rita); *Nova Golegã*, no Bailundo (São José); *Vila Viçosa*, na Quitata (Senhora das Dores e Santa Ana); *Novo Redondo*, em Gunza-Cabolo (Senhora da Conceição e Santo António); e *Benguela Velha*, na antiga e primitiva Benguela (Senhora da Graça) [sic].

Pese embora o abandono destas povoações logo no governo seguinte, algumas viriam a ser recuperadas, como foi o caso de Benguela-a-Velha, rebaptizada Porto Amboim em 1913. Mas a única que atravessaria incólume dois séculos e meio, até aos dias de hoje, foi um presídio fundado em 1769 perto da foz do rio Keve/Kuvu – no lugar de Gunza-Cabolo, muito próximo do Sumbe-Ambuela, em tempos tão requestado por Manuel Cerveira Pereira – por

razões estratégicas contra as ameaças francesas e também por se tratar de um bom porto de embarque no reforço pombalino do tráfico negreiro. Tratava-se do Presídio de Novo Redondo, cujo nome era uma homenagem de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao seu amigo conde de Redondo. Após a Independência de Angola, esta cidade adquiriria o nome de Sumbe.

O governo de Sousa Coutinho foi indubitavelmente inovador na criação de condições para a penetração comercial e militar portuguesa em Angola para lá do litoral e do corredor do Kuanza. Como o regista Elias Alexandre da Silva Corrêa, a criação de feiras junto dos novos presídios viabilizaria uma nova organização administrativa da Angola colonial que, embora só se consumasse plenamente em meados do século XIX, teria raízes ainda no século XVIII com a introdução, ao lado dos presídios, das jurisdições, então chamadas igualmente distritos. Mas o comércio negreiro continuaria a ser a principal actividade económica em Angola, e a sua intensificação esteve na base de todas as transformações políticas.

## CAPÍTULO XIII

# **Angola e Cabinda face aos antecedentes e às consequências imediatas da Independência do Brasil (1772-1836)**



# Cronologia

- 1776** - Nascimento, em Cabinda, do futuro magnate Francisco Franque.
- 1783** - Independência dos Estados Unidos da América.
- 1784 (20 de Março)** - O pequeno Francisco Franque é enviado para o Brasil.
- 1785** - Expedições de Pinheiro Furtado e de Gregório José Mendes à Angra do Negro, baptizada Mossâmedes em homenagem ao governador, o barão de Mossâmedes.
- 1789** - Tomada da Bastilha em Paris e desencadear da Revolução Francesa. Desmantelamento da Inconfidência Mineira, em Minas Gerais (Brasil). O barão de Mossâmedes obtém do Jaga de Kasanje um termo de vassalagem a Portugal.
- 1790 (Outubro)** - Revolta do marquês do Mussulo, repelida pelos Portugueses.
- 1792** - Chegam a Angola os sete degredados brasileiros da Inconfidência Mineira.
- 1799** - Francisco Franque regressa a Cabinda, após 15 anos no Brasil, e concebe um barco capaz de transportar escravos para o continente americano.
- 1804/1814** - Primeira travessia da África Subsariana da era moderna, pelos angolanos Pedro João Baptista e Anastácio Francisco, pombeiros de Honorato da Costa.
- 1807 (1 de Outubro)** - A Grã-Bretanha proíbe definitivamente o comércio negreiro.
- 1808 (22 de Janeiro)** - Perante as invasões francesas napoleónicas, a Corte portuguesa muda-se de Lisboa para o Rio de Janeiro (Brasil).
- 1810** - O jovem príncipe cabindense Manuel José Puna segue para o Brasil com o capitão de um navio negreiro português, que faz dele escravo doméstico.
- 1812** - A Corte portuguesa, no Rio de Janeiro, recebe uma delegação de Cabindenses, encabeçada por Francisco Franque, com a qual realiza um acordo secreto sobre a intensificação do tráfico negreiro entre o Brasil e Cabinda.
- 1813** - Barão de Água Izé introduz em S. Tomé o cacau, proveniente do Brasil.

**1815 (entre 2 de Maio e 9 de Junho)** – Congresso de Viena: os embaixadores das potências europeias redesenham o mapa político da Europa.

**1817** – 3.º Tratado de Comércio e Navegação assinado, no Rio de Janeiro, pelo rei D. João VI com a Grã-Bretanha: Portugal autoriza a visita de autoridades britânicas a navios negreiros portugueses e a sua captura, mas apenas no hemisfério norte.

**1820 (24 de Agosto)** – Golpe de Estado liberal em Portugal, na cidade do Porto.

**1821 (24 de Fevereiro)** – D. João VI regressa a Portugal, ao mesmo tempo que desembarcam em Angola degredados napolitanos e sicilianos.

**1822 (Fevereiro)** – Angolanos recusam-se a comparecer em Lisboa como deputados à Assembleia Constituinte, alegando que Angola não pertencia a Portugal e sim ao Brasil. – **(7 de Setembro)** – Proclamação da Independência do Brasil.

**1823 (Maio)** – O governador Cristóvão Avelino Dias obriga o clero angolano a jurar a Constituição portuguesa.

**1825** – Fim da guerra do Brasil com Portugal e das revoltas nativistas em Angola do «partido brasileiro», perdurando em Benguela a Confederação Brazílica.

**1828/1834** – Sangrenta e traumatizante Guerra Civil em Portugal, que a historiografia portuguesa registou com o eufemismo «Lutas Liberais».

**1830 (década de)** – Desaparecimento, nos Estados cabindenses, das figuras monárquicas Mangoio, Makakongo e Maloango, substituídos por órgãos colegiais tripartidos designados por «Regências» e constituídos por representantes das linhagens comerciais.

**1830** – Achille Déveria concebe, em Paris, o mais famoso retrato imaginário da rainha Njinga Mbandi, que se tornaria a sua imagem de Épinal colonial e nacionalista.

# **1 - Da *Viradeira* (1777) à primeira travessia da África (1804-1814)**

## **a) A infeliz aventura da Fortaleza de Santa Maria de Cabinda (1783-1784)**

O governador D. António de Lencastre, cujo mandato decorreu entre os anos de 1772 e 1779, foi vilipendiado pelos historiadores coloniais, que o acusaram de haver votado deliberadamente ao abandono a Fundição de Nova Oeiras, a tão empolada criação do seu antecessor, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. No entanto, há três aspectos interessantes a salientar no governo de D. António de Lencastre. Um deles é o facto de ter sido, ao fim de dois séculos de presença portuguesa em Angola, o primeiro governador a desembarcar em Luanda acompanhado da esposa e da filha.

O segundo aspecto, também evidenciado por Elias Alexandre da Silva Corrêa, é a vocação predominantemente militar de D. António de Lencastre. Este governador não descurou das campanhas bélicas e, mesmo sem o apoio de Lisboa, procurou averiguar as possibilidades do ataque aos portos de Cabinda, preconizado pelo seu antecessor. Para tal, enviou em 1775 uma missão ao Loango, comandada pelo capitão Maximino de Sousa e Magalhães. Dela fez parte o tenente Elias Alexandre da Silva Corrêa, brasileiro versado na língua francesa, há pouco tempo em Angola. É ele quem informa que, apesar de armada, a expedição portuguesa não se atreveu a desembarcar, nem no Loango, nem em Molembo, nem em Cabinda, por «os pretos não quererem contratos com os portugueses» [*sic*]. Em contrapartida deparou, nestes três portos cabindenses, com inúmeros navios negreiros ameaçadores, franceses, ingleses e holandeses.

O terceiro aspecto tem enorme relevância do ponto de vista político: é que o governo de D. António de Lencastre viu-se surpreendido, no início de 1777, pela morte do rei D. José I, pela subida ao trono da sua filha D. Maria I e pelo consequente afastamento do marquês de Pombal do governo do reino. D. António de Lencastre foi, portanto, o primeiro governador de Angola do período que ficou conhecido, em Portugal, por *Viradeira* e que se caracterizou, quer pela expulsão do marquês de Pombal da cidade de Lisboa, condenado pelos crimes que praticou durante quase 30 anos, quer pela libertação dos incontáveis presos políticos encarcerados durante o seu governo despótico, quer sobretudo pela extinção dos monopólios mercantis por ele criados. A iniciativa privada seria restabelecida no comércio angolano. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi extinta em Janeiro de 1778. Seguiu-se-lhe a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em Maio de 1780, quando em Angola já governava, há meio ano, José Gonçalo da Câmara Coutinho.

José Gonçalo da Câmara Coutinho teria a infelicidade de morrer de apoplexia a meio do seu governo, em Dezembro de 1782. Mas ainda teve tempo de, por instâncias do primeiro-ministro Martinho de Melo e Castro, enviar a Cabinda uma expedição similar à do seu antecessor, a fim de averiguar a possibilidade da construção de fortalezas portuguesas nos portos cabindenses e também no Ambriz, cujas minas de sal marítimo eram uma tentação. Martinho de Melo e Castro contava com a fragilização das fortificações inglesas e francesas, mercê do envolvimento dos Ingleses e dos Franceses na Guerra da Independência dos Estados Unidos da América, que decorria desde 1775. Mas, em carta de 27 de Abril de 1780, José Gonçalo da Câmara Coutinho informou o primeiro-ministro de que, embora achasse fácil o estabelecimento de fortes portugueses no Ambriz, em Cabinda e no Loango, já via

dificuldades na sua manutenção e reabastecimento, mercê da falta de qualidade dos soldados. Por isso solicitava de Lisboa o envio de tropas disciplinadas e de uma fragata de 20 peças, que permitiria reduzir as fortalezas a apenas uma, a edificar no porto de Cabinda. Martinho de Melo e Castro enviou efectivamente uma centena de homens e uma dúzia de peças de artilharia, que, todavia, só chegaram a Luanda depois da morte de José Gonçalo da Câmara Coutinho.

O infeliz governador seria substituído, até à tomada de posse do barão de Mossâmedes, em Setembro de 1784, por dois triunviratos governativos. Foi durante a vigência do segundo triunvirato, em Julho de 1783, e já depois de terminada a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América, que partiu finalmente para Cabinda uma expedição militar portuguesa, na qual seguiu novamente o tenente Elias Alexandre da Silva Corrêa, que dela nos dá conta na sua *História de Angola*:

A 11 de Julho do mesmo ano de 1783, saíram para esta empresa a fragata *Graça*, a corveta *Invencível*, a fragatinha *Loanda* e as corvetas de transporte *Sororoca* e *São José* com 380 infantes, 10 cavalos, 67 artífices, 116 negros serventes, 20 canhões de grosso calibre e 6 de libra.

A expedição era constituída, ao todo, por 1100 pessoas, e levava como capelão um capuchinho italiano. O comando das tropas e a inspecção-geral da fortificação a erigir cabiam ao tenente-coronel de engenharia Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado. Foi este quem, logo que avistadas as praias de Cabinda, tomou a iniciativa de distribuir maços de missangas pelos outros oficiais portugueses, a fim de melhor poderem negociar com os Cabindenses. Partiu também de Pinheiro Furtado a ideia de convidar o Manbuko e a sua Corte a subirem a bordo da fragata *Graça* e a serem nela recebidos amistosamente. O Manbuko, que Elias Alexandre da Silva Corrêa descreve



como um «molecão alto, membrudo, quase nu, mas asseado» [sic], aceitou ao convite de visitar a fragata portuguesa, mas deslocou-se, juntamente com os seus cortesãos, em escaleres fornecidos por dois comerciantes franceses, La Motte e Candeau, proprietários de dois navios negreiros ancorados ao largo. A bordo da fragata *Graça*, Pinheiro Furtado, exprimindo-se em francês e a troco das missangas, convenceu o Manbuko a assinar um documento que autorizava os Portugueses, não só a instalarem um posto comercial, mas também a erguerem uma fortaleza em Cabinda.

Para celebrar este tratado, o Manbuko convidou Pinheiro Furtado e os outros oficiais portugueses, assim como o capuchinho italiano, a descerem a terra no dia seguinte e a jantarem na sua *banza*, situada a menos de dois quilómetros do litoral. Os plenipotenciários portugueses aceitaram o convite, mas, como muito bem o descreve Elias Alexandre da Silva Corrêa, arrepender-se-iam amargamente no dia seguinte:

Desceram a terra e, marchando um quarto de légua, entraram no Palácio do Príncipe. Pouco a pouco os convidados se foram cobrindo de terror à vista da multidão de negros armados que bordavam os corredores do seu trânsito: corredores que, por um e outro lado, tinham paredes tecidas de palha, e se comunicavam com outros em forma de labirinto. No fim daquele por onde os encaminharam, acharam um átrio, que lhes pareceu ser próprio para os sacrifícios, e palpitando-lhes o coração penetrado de temor vacilavam se seriam ou não vítimas das suas oblações. Usando, porém, de estudados esforços, que animam as aparências, continuaram a andar até à sala de audiências, que era outro átrio, tapeçado o pavimento, e ornado de assentos para os convidados cobertos com coxins de veludo lavrado. [...] O Director Engenheiro em cadeira de braços se assentou à direita do Mambuco, com quem começou a falar no idioma francês [sic].

Mas desta vez, o discurso do Manbuko em língua francesa não agradou a Pinheiro Furtado nem aos seus companheiros. O Cabindense deu a entender que não simpatizava com a ideia da construção da fortaleza porque

queria preservar a sua independência. Além disso, deixou claro que pretendia manter relações comerciais com todas as nações europeias, recusando qualquer vínculo de exclusividade com os Portugueses. Outra saída não restou a Pinheiro Furtado e aos companheiros senão despedirem-se do Manbuko com reverências e regressar a bordo da fragata *Graça*. Aí reuniram um conselho onde foram unânimes em concluir que a mudança de atitude do Manbuko se devia a influências dos franceses La Motte e Candeau. Decidiram, por isso, intimá-los a tiro de canhão a abandonar Cabinda. Foi o que aconteceu no dia 31 de Julho. Mas, quando os veleiros franceses já se faziam ao mar alto, o Manbuko correu num escaler à fragata *Graça* e implorou aos Portugueses que convidassem os Franceses a regressar, porque num dos navios se encontrava acidentalmente um filho seu que só subira a bordo para aprender a língua francesa. Pinheiro Furtado acedeu a chamar os Franceses de volta, pelo que o Manbuko, não só aceitou assinar o tratado de comércio exclusivo com os Portugueses, como lhes ofereceu logo, gratuitamente, escravos para exportarem para o Brasil. Elias Alexandre da Silva Corrêa, embora afirmando que daí em diante reinou temporariamente em Cabinda a tranquilidade «entre brancos e negros» [sic], nada refere sobre a reacção dos franceses La Motte e Candeau. Presumimos que tenham seguido para França e apresentado queixa às autoridades de Paris, o que explica a intervenção hostil, dez meses depois, da esquadra do capitão Bernard de Marigny.

A partir de Agosto de 1783, os Portugueses começaram a edificar a Fortaleza de Santa Maria de Cabinda sobre os escombros de uma antiga fortificação britânica, decerto a mesma que fora arrasada em 1722 pelo capitão José Semedo da Maia. Mas não tardaram a verificar-se deserções entre os trabalhadores, brancos e negros, que serviam os Portugueses na construção da Fortaleza. O

motivo foi uma epidemia de escorbuto, gerada pelas carências de víveres. Pinheiro Furtado acusou o Manbuko de ter ajudado os desertores a fugirem para a feitoria francesa de Molembo, e de aí ter vendido como escravos os que eram negros. Por isso mandou aprisionar o Manbuko a bordo de uma lancha francesa que capturou. Concedeu-lhe logo em seguida a liberdade, mas manteve o seu filho como refém. Em Abril de 1784, o número de soldados portugueses mortos pelo escorbuto ascendera aos 300, entre os quais nove oficiais. E a 17 de Junho, quando duas fragatas de guerra francesas comandadas por Bernard de Marigny entraram no porto de Cabinda e intimaram, em nome do rei de França, a que os Portugueses pusessem em Cabinda «as coisas [...] no estado em que estavam anteriormente» [*sic*], Pinheiro Furtado não teve outro remédio senão capitular e regressar a Luanda.

No seu longo relato, contudo, Elias Alexandre da Silva Corrêa fornece uma informação digna de registo. É que em Novembro de 1783, um dos triúnvios de Luanda, o coronel Pedro Álvares de Andrade, procurando socorrer os seus compatriotas, deslocou-se a Cabinda com apenas cem soldados negros e tentou entrar em contacto com o Mangoio, em Mbanza Ngoio, no interior. As diligências revelaram-se infrutíferas e Elias Alexandre da Silva Corrêa dá a entender que o Manbuko, «duplo» do Mangoio na costa, já deteria mais poderes do que o seu soberano do interior. Porque seria?

Esta questão torna-se ainda mais interessante se compararmos o texto do cronista brasileiro com *Voyage à la côte occidentale d'Afrique. Faite dans les années 1786 et 1787*, da autoria do negreiro francês Louis de Grandpré (Saint-Malo/França, n. 1761-m. 1846), que passou por Cabinda apenas dois anos depois de Elias Alexandre da Silva Corrêa e do abandono da Fortaleza de Santa Maria. Além de assinalar os primeiros navios franceses que foram

a Cabinda traficar a seguir à «paz» de 1783 – refere-se à «paz» imposta por Pinheiro Furtado a La Motte e Candéau –, De Grandpré acrescenta que o Manbuko de então pertencia à linhagem mercantil Monkata Kalombo.

E ainda mais interessante é o facto de, na sua obra *Nós, os Cabindas* (1940), Domingos José Franque informar que o seu pai, Francisco Franque, filho do Manfuka Franque Kokelo e nascido em 1776, foi embarcado pelo pai para o Brasil, aos cuidados de um capitão negreiro brasileiro, aos oito anos, a 20 de Março de 1784. Portanto, poucos meses antes da expulsão dos Portugueses de Cabinda por Bernard de Marigny. Cremos encontrar, mais adiante, respostas plausíveis para estas questões.

### **b) O expansionismo do governo do barão de Mossâmedes (1784-1790)**

D. José de Almeida e Vasconcelos, que tomou posse como governador de Angola a 8 de Setembro de 1784, cargo que exerceu até 31 de Setembro de 1790, ficaria conhecido para a posteridade como barão de Mossâmedes, título nobiliárquico que adquiriu ainda no período pombalino por ser oriundo de uma família portuguesa de proprietários rurais do reguengo de Mossâmedes, na Beira Alta, no centro de Portugal. Foi o segundo governador a desembarcar em Luanda acompanhado da esposa, que teve a particularidade, segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, de dar à luz dois filhos em território angolano. Na vasta comitiva que desembarcou em Luanda com o barão de Mossâmedes, que integrava, além de um importante contingente militar e de um bispo, um mestre de gramática latina, um médico e um cirurgião-mor, merece destaque o capitão português de origem italiana Manuel Velasco Galiano, que daria origem a uma ilustre e reputada família angolana.

O governo do barão de Mossâmedes ficou marcado por uma política de expansionismo territorial português para

sul do rio Kuanza, na qual os seus sucessores persistiriam, pelo menos até à Independência do Brasil, em 1822. Estes governadores aperceberam-se de quão urgente era para Portugal impedir os Ingleses, os Franceses e os Holandeses, não só de se assenhorearem das enseadas meridionais, ainda sem presença europeia e propícias ao lucrativo embarque de escravos, mas também de encetarem relações com os povos dos correspondentes territórios interiores. Havia, portanto, que evitar um iminente emparedamento geográfico de Luanda e de Benguela.

Relatórios anónimos de 1784, recolhidos por Felner e comentados por Isabel Castro Henriques, reportam-se a comerciantes portugueses que, a partir do Bié, terão negociado produtos alimentares com os Kiokos e com os Nganguela, descobrindo e trilhando rotas comerciais alternativas para o Lovale, a leste do rio Luena. Mas foi em 1785, organizadas por uma Junta propositadamente constituída em Benguela, que se realizaram as três principais viagens de exploração a terras do sul no governo do barão de Mossâmedes, uma por mar e duas pelo interior. À Junta presidia o tenente-coronel de engenharia Pinheiro Furtado, o mesmo que fora escorraçado de Cabinda no ano anterior.

O governador de Benguela, Pedro de Quevedo, travou dura oposição ao projecto de Pinheiro Furtado. Quevedo temia a interferência de Luanda nos negócios benguelenses e preconizava a autonomia da feitoria fundada por Cerveira Pereira, vangloriando-se de, só no ano de 1784, terem zarpado da baía do Sombreiro, com rumo ao Brasil, 20 grandes navios com cerca de oito mil escravos nos porões. Mas Pinheiro Furtado conseguiu levar por diante os seus intentos. Em finais de Julho, ordenou que a fragata *Luanda*, sob o comando do seu imediato, o tenente José de Sousa Sepúlveda, seguisse à frente até à Angra do Negro, cerca

de 400 quilómetros a sul. A 7 de Agosto, o próprio Pinheiro Furtado embarcou num escalper, com alguns marinheiros, e procedeu a um reconhecimento do litoral que durou 25 dias. Ao chegar à Angra do Negro, a 31 de Agosto, Pinheiro Furtado encontrou a fragata *Luanda* ancorada à sua espera. Mas o tenente Sepúlveda, o médico de bordo e dois marinheiros estavam mortos, chacinados na véspera por um grupo de pastores Mucubais, da nação Herero. Ao fim de um mês à espera de Pinheiro Furtado, haviam decidido desembarcar e incendiar e pilhar, ligeiramente a sul, nas margens do rio Bero, uma aldeia que, segundo Elias Alexandre da Silva Corrêa, julgaram abandonada. A retaliação dos Mucubais não tardou a manifestar-se. Ao narrar pormenorizadamente esta tragédia, Elias Alexandre da Silva Corrêa é o primeiro autor a designar o Bero por «Rio das Mortes» e a colocar os Mucubais num dos graus mais inferiores da escala do «asselvajamento» dos Angolanos. À galeria dos «rebeldes sanguinários», inaugurada por Panso Aquitimo e abrilhantada por Njinga Mbandi, os Portugueses acrescentavam agora o nome de Monchuro, chefe da onganda do Bero. E estava longe de ser o último.

Ao encontro de Pinheiro Furtado, na Angra do Negro, e confirmando as informações recolhidas ao longo da costa pelo oficial de engenharia, ocorreu por terra, desde Benguela, Gregório José Mendes, próspero comerciante há 20 anos a funar no sertão meridional. Foi o único morador de Benguela que o barão de Mossâmedes convenceu a participar naquele projecto de exploração territorial, prometendo-lhe uma patente no exército. Gregório José Mendes partira de Benguela a 30 de Setembro e, durante um mês, descreveu um largo círculo pelo interior, até chegar à Angra do Negro, a 3 de Novembro, de onde prosseguiria de novo para Benguela. Os seus avultados capitais permitiram-lhe recrutar para a viagem, além de 20

soldados do presídio de Benguela e de alguns mercenários europeus, uma impressionante multidão de 20 famílias de escravos negros. A insólita caravana de Gregório José Mendes logrou avassalar algumas comunidades de pastores Herero, mas não hesitou em massacrar outras e em pilhar-lhes cabeças de gado ovino e bovino. Ao contrário do que alardeou, o excêntrico Gregório José Mendes jamais conseguiu capturar o chefe pastor Monchuro.

Uma terceira expedição de exploração assinalada durante o governo do barão de Mossâmedes e no mesmo ano de 1785 é a do capitão de granadeiros António José da Costa, que atravessou a as terras altas de Quilengues, Huíla e Jáu e que, depois de calcorrear um troço da margem norte do rio Coroca – que, tal como João Pilarte da Silva 15 anos antes, tomou erroneamente pelo Cunene –, desceu mais a sul do que o Cabo Negro, de onde flectiu para norte, para a Angra do Negro. Mas, muito mais do que de exploração territorial, a expedição de António José da Costa traduziu-se numa campanha militar de chacinas e de pilhagens às populações locais.

Todavia, os relatórios de Gregório José Mendes e de Pinheiro Furtado bastaram para que fosse fundada, na Angra do Negro, uma povoação litoral portuguesa, que foi baptizada com o título nobiliárquico do governador: Mossâmedes. A Pinheiro Furtado ficou igualmente a dever-se a elaboração de um mapa de Angola, datado de 1790. A particularidade do Mapa de Pinheiro Furtado que mais tem impressionado os historiadores, encabeçados por Avelino Teixeira da Mota (Lisboa, n. 1920-m.1972), é a configuração errónea do leito do rio Cunene. Mas já tivemos oportunidade de observar que este mapa, além de reproduzir a recente reorganização administrativa da colónia, à qual alude Elias Alexandre da Silva Corrêa, é igualmente esclarecedor sobre os territórios angolanos efectivamente dominados pelos Portugueses no final do século XVIII. Esses territórios continuavam a limitar-se ao

corredor do Kuanza e ao litoral, este delimitado a sul por duas localidades que ainda não apresentavam os nomes com que o próprio Pinheiro Furtado as baptizou, Mossâmedes e Baía dos Tigres, mantendo os antigos, Angra do Negro e Cabo Negro. Não menos interessante é observar que, à excepção do Presídio de São José do Encoje, a toponímia do «Reino do Congo» é imprecisa, o que só pode dever-se ao facto de Portugal não exercer ao tempo qualquer soberania para norte do rio Loje. Mais imprecisos ainda são o planalto do Bailundo e os territórios situados a leste da nascente do rio Kuanza - inclusive o planalto da Lunda -, todos mencionados como «terras desconhecidas» ou como «terras pouco conhecidas».

Merecem ainda referência dois factos registados em 1789, o ano da Tomada da Bastilha, em Paris, desencadeando a Revolução Francesa, do desmantelamento da Conjuração (ou Inconfidência) Mineira na capitania brasileira de Minas Gerais, mas também o penúltimo ano do governo do barão de Mossâmedes em Angola. O primeiro é a nomeação do madeirense António Rodrigues Jardim para suceder a Paulo Pilarte da Silva como capitão-mor do Presídio de Alba Nova, localidade que se chamaria Huíla meio século mais tarde. Este facto - devidamente documentado, mas para cujo aprofundamento remetemos para o notável romance *O Planalto dos Pássaros*, de Jorge Arrimar - mostra que o barão de Mossâmedes, depois dos empreendimentos de Pinheiro Furtado e de Gregório José Mendes e da criação do porto português a que deu nome, se empenhava na prossecução da política de povoamento europeu do Planalto da Huíla, inaugurada duas décadas antes por Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

O segundo facto é a embaixada enviada pelo barão de Mossâmedes a Kasanje, chefiada pelos oficiais Marco Pereira Bravo e António de Medeiros Frazão, que terão conseguido obter do Jaga D. Pascoal Rodrigues Machado



Quitamba a assinatura de um termo de vassalagem ao Estado português, institucionalizando assim, em favor de Portugal, aquela que os Portugueses já designavam por Feira de Kasanje. É inquestionável que, depois da viagem de reconhecimento de Manuel Correia Leitão em 1755, foi viabilizada uma coabitação comercial entre Portugueses e Imbangala em Kasanje, que de resto muito se deveu à política de Sousa Coutinho. No entanto há que ter em conta, conforme o advertiram os historiadores Jean-Luc Veillut e Isabel Castro Henriques, que a instalação dos comerciantes portugueses na chamada Feira de Kasanje, embora administrada por funcionários enviados por Luanda (o director e o secretário), esteve sempre dependente do controlo das autoridades imbangala, a quem cabia fixar os preços das mercadorias.

### **c) O nativismo da Inconfidência Mineira em Angola e a primeira travessia da África a partir de Kasanje pelos pombeiros de Honorato da Costa (c.1790-1804/1814)**

Os governadores portugueses de Angola que se sucederam ao barão de Mossâmedes tentaram todos, com maior ou menor convicção, seguir-lhe o exemplo expansionista. O primeiro foi D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, irmão segundo uns, primo direito segundo outros, do próprio barão de Mossâmedes. No início do seu governo, que se estenderia entre 1790 e 1797, regista-se a revolta contra os Portugueses de um fidalgo kikongo sediado a sul do Loje e do Ambriz, precursora das futuras «rebeliões» dos Dembos. Tratava-se do Mani Kitungu, também conhecido por marquês do Mussulo. Repellido em Outubro de 1790 por uma expedição de 350 soldados brancos e de 600 negros, o marquês do Mussulo capitulou no ano seguinte e deslocou-se a Luanda para assinar um acto de vassalagem a Portugal, que nos anos de 1850 serviria ao visconde de Santarém (n. 1791-m. 1855) para

legitimar teoricamente o já então estafado princípio dos direitos históricos dos Portugueses aos territórios africanos.

Foi durante o governo de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, em 1792, que desembarcaram em Angola os degredados brasileiros condenados pela conspiração conhecida como «Inconfidência Mineira». A conjura – um dos muitos movimentos nativistas que pululavam pelo Brasil desde o século anterior e se prolongariam por mais três décadas, até à Independência – remontava a 1783 e visava, em reacção ao tributo anual de tonelada e meia de ouro, libertar Minas Gerais do colonialismo português, declarando, por inspiração iluminista francesa e norte-americana, uma República independente. O símbolo era uma bandeira branca com um triângulo – correspondendo à actual bandeira do Estado de Minas Gerais – e com o dístico latino *Libertas Quae Sera Tamen* («liberdade ainda que tardia»). Os conjurados eram numerosos e pertenciam às classes mais abastadas de Minas Gerais, abrangendo proprietários rurais, intelectuais, clérigos e militares. A maioria centrava-se em Vila Rica (actual Ouro Preto), sendo o agente de ligação entre todos o conspirador de condição social mais humilde: o alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pela alcunha *Tira-Dentes*.

Mas a conspiração abortou em 1789 por denúncias de alguns dos próprios conjurados ao visconde de Barbacena, governador de Minas, que mandou deter os outros e conduzi-los encarcerados ao Rio de Janeiro, acusados de «Inconfidência» (infidelidade ao rei [no caso à rainha] de Portugal). A sentença do processo foi lida a 18 de Abril de 1792 e condenou à morte 12 dos «inconfidentes». Porém, só o *Tira-Dentes* – o único que, durante o interrogatório judicial, não negara a participação no movimento e, pelo contrário, assumira a responsabilidade da chefia – foi

enforcado daí a três dias, sendo depois o seu corpo esquartejado e espalhado pelas estradas de Minas Gerais «para terrível escarmento dos povos» [sic]. Os outros 11 viram as penas comutadas para o degredo no continente africano. Em Angola desembarcaram sete, distribuídos por sete presídios: Inácio José de Alvarenga Peixoto em Ambaca; Francisco de Paula Freire de Andrade no Encoje; Luís Vaz de Toledo Pisa em Cambambe; José Álvares Maciel em Massangano; Domingos de Abreu Vieira na Muxima; Francisco António de Oliveira Lopes no Bié; e Fernando José Ribeiro em Benguela. Nenhum sobreviveria mais do que uma década. Mas a presença em Angola destes independentistas brasileiros não deixou de ser uma pedra importante na construção do nativismo angolano, que se afirmaria em pleno na segunda metade do século seguinte.

Em Setembro de 1796, em Lisboa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho do antigo governador pombalino de Angola, foi nomeado secretário de estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O filho de Francisco Inocêncio revelou-se um entusiasta do projecto megalómano da ligação de Goa a Portugal por via de Moçambique e de Angola. Por isso patrocinou, no ano seguinte, a viagem do matemático brasileiro Francisco José de Lacerda e Almeida desde os Rios de Sena até ao Cunene e incitou o governador de Angola a apoiá-la. Se D. Rodrigo de Sousa Coutinho encontrou em D. Manuel de Almeida e Vasconcelos um cúmplice para este empreendimento – que aliás se revelaria um fracasso, pois, em 1799, Lacerda e Almeida morreria de febres em pleno Zimbabué do rei de Cazembe –, o mesmo não aconteceria com o ao seu sucessor da viragem do século, D. Miguel António de Melo.

Este lente de Coimbra, que governou Angola entre 1797 e 1802, não hesitou, nas cartas escritas ao filho de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em manifestar o seu cepticismo quanto aos projectos de travessia africana,

receando que as mercadorias «se percam, vindo trazidas por terra, desde Sena até Benguela, por entre diversas e imensas nações de negros bárbaros» [sic]. Iluminista e pré-romântico, D. Miguel António de Melo era um seguidor da concepção herderiana e hegeliana que via no homem negro uma raça sem cultura e indolente e, tal como os abolicionistas coevos, utilizava estas teorias para condenar o tráfico de escravos e a escravatura, preconizando o que muito mais tarde viria a ser o «indigenato»:

[...] sem eles [os negros] nos ajudarem, nada poderíamos fazer, e constrangê-los aos trabalhos, ainda que suavemente, seria o mesmo que ver para logo toda a terra deserta e eles fugidos, porque não há negro que queira trabalhar por maiores lucros que lhe ofereçam, donde vem que, só sendo escravo e vigiado por seu senhor mui de perto, é que deixa de viver em ócio, ao qual se entrega por natureza, por influência do clima e da educação e até por princípios supersticiosos a que todos os povos desta África Ocidental são grande e geralmente afeiçoados [sic].

Se, quanto ao «indigenato», D. Miguel António de Melo antecipa o pensamento de António Enes, o mesmo acontece quanto ao de Oliveira Martins no momento em que este universitário, que nunca deveria ter saído de Coimbra – como, decerto, enquanto governou Angola, nunca saiu de Luanda –, procura convencer D. Rodrigo de Sousa Coutinho a que:

[...] se desenganasse que Angola não é o Brasil, que tudo quanto tentarmos fazer na África, há-de ser perdido, e pelo contrário aproveitado o que se despende, ou de cabedais ou de fadigas, na América [sic].

Angola deveria, pois, para D. Miguel António de Melo, continuar a ser um embarcadouro de escravos para o Brasil, mesmo que esses escravos fossem declarados livres e, conseqüentemente, transformados em «indígenas». No entanto, para não desagradar ao filho do ilustre Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e porque acreditava que o único metal aproveitável em Angola era o ferro, este

governador, escravagista e abolicionista ao mesmo tempo, além de tentar reorganizar o exército – constituído por «facinorosos que vieram degredados e negros quase bárbaros» [sic] –, procurou ressuscitar a famosa Fundação de Nova Oeiras. Para tanto, aproveitou os serviços do «inconfidente» brasileiro José Álvares Maciel, degredado em Massangano, no que viria a ser seguido pelo seu sucessor, D. Fernando António Soares de Noronha, que governaria Angola entre 1802 e 1806. Porém, a efémera recuperação da exploração do ferro teria um fim definitivo com a morte do desventurado José Álvares Maciel, vitimado pelo escorbuto em 1803.

Durante o governo de D. Fernando António Soares de Noronha evidenciou-se uma personagem chave, quer para as relações de Portugal com o Kasanje – e, podemos adiantá-lo, para a fundação da povoação de Malanje, daí a meio século –, quer para aquela que foi efectivamente a primeira travessia oficial de Angola a Moçambique. O estudo do seu percurso muito deve aos historiadores Jean-Luc Veillut e Isabel Castro Henriques. Trata-se do coronel Honorato José da Costa, comerciante em Luanda até 1795, ano em que ficou arruinado pelo facto de um dos seus aviados haver sido roubado em Kasanje. Concebera então, com a aprovação do governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, um projecto ardiloso: manter alguns dos seus aviados em Kasanje e, ao mesmo tempo, sem disso informar o Jaga, organizar uma nova feira em Bondo, a leste de Ambaca. Nos anos seguintes, Honorato José da Costa foi paulatinamente criando, nas proximidades da cidade capital do Jaga de Kasanje, arimos cultivados por escravos, e instalando na Feira, com carácter de permanência, comerciantes *quilambas* – chefes africanos que recebiam dos Portugueses terras em sesmaria a troco de serviços prestados – e *quimbares* – negros livres ou libertos que viviam junto dos brancos –, ao mesmo tempo que

viabilizava uma rede fixa de correspondentes no interior. Conforme o conclui Isabel Castro Henriques, Honorato José da Costa instalou «uma espécie de aldeia portuguesa» junto das residências dos mais importantes chefes imbangala.

Mas os conflitos com o Jaga de Kasanje reacenderam-se em 1804 e, cinco anos mais tarde, Honorato José da Costa viu-se obrigado a abandonar a Feira de Kasanje e a fixar-se mais a oeste, em Mucari, recebendo do então governador de Angola, D. António Saldanha da Gama, o título de director da «Feira de Mucari e Bondo». Ainda em 1804, Honorato José da Costa atrevera-se, à revelia do Jaga de Kasanje, a enviar dois dos seus pombeiros, os escravos Pedro João Baptista, um mulato, e Anastácio Francisco, um negro, numa expedição que visava descobrir o caminho mais directo que levava a Tete. Pedro João Baptista, que deixaria um relatório onde afirma ter partido da Feira de Mucari, levou alguns historiadores a alvitarem a hipótese de se tratar de um ambaquista pelo facto de saber ler e escrever.

O importante a salientar é que a expedição dos angolanos Pedro João Baptista e Anastácio Francisco foi uma manobra de Honorato José da Costa para tornear o tampão que o território do Estado de Kasanje constituía ao acesso à via que, pela travessia do Kuango a 9° 30' de latitude sul e a 18° 30' de longitude leste, ligava directamente o Kasanje à Musumba, capital do Império Lunda. O objectivo do Jaga do Kasanje era impedir que os Portugueses, aos quais fornecia escravos e marfim a troco de mercadorias europeias, entrassem em contacto directo com o Muatiânvua, de cujo território provinha a maioria dos escravos e do marfim transaccionados. Em 1807, o Jaga do Kasanje impediu que uma embaixada do Muatiânvua se dirigisse a Luanda, ao encontro do governador português. Mas, três anos antes, em 1804, os pombeiros de Honorato José da Costa conseguiram ludibriar o Jaga, contornando o

## 2 - Angola perante a Independência

## **do Brasil (1822): das Invasões Francesas a Portugal à Revolução Setembrista em Lisboa (1807-1836)**

A 29 de Novembro de 1807, após combinação com a Grã-Bretanha perante a iminência das invasões francesas napoleónicas, a família real portuguesa, encabeçada pela rainha demente D. Maria I e pelo seu filho, o príncipe regente D. João, embarcou para o Brasil com uma comitiva de dez mil pessoas, entre aristocratas, funcionários, militares, comerciantes e artífices. A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, a 22 de Janeiro de 1808, e a sua instalação no Rio de Janeiro, que se tornaria a capital de Portugal por quase 14 anos, impulsionou os nativistas brasileiros a exigirem, com êxito, a autonomização financeira – alguns historiadores falam mesmo em «descolonização económica» – em relação a Lisboa. A primeira medida nesse sentido, que teria grande repercussão em Angola, foi tomada poucos dias depois da chegada do príncipe regente ao Rio de Janeiro, por um decreto emitido a 28 de Janeiro: a abertura dos portos brasileiros a navios estrangeiros, com a importação de mercadorias de todas as proveniências. Embora tomada por solicitação dos comerciantes baianos, esta medida correspondia a uma exigência da Grã-Bretanha feita nas negociações do ano anterior.

As mesmas contrapartidas exigidas pela Grã-Bretanha a Portugal pela sua intervenção no território português em repressão às incursões napoleónicas forçaram o príncipe regente D. João a assinar no Rio de Janeiro com os Britânicos dois Tratados de Comércio e Navegação, datando um de 19 de Fevereiro de 1810 e o outro de 22 de Janeiro de 1815, este último realizado a menos de um mês da adesão à declaração abolicionista subscrita por todos os intervenientes na Conferência de Viena. Se, no primeiro



tratado, o Estado português se comprometia a extinguir gradualmente o tráfico de escravos, no segundo, que aliás previa uma futura cessação definitiva do tráfico em todas as colónias portuguesas, ficava sujeito à proibição de comprar e vender escravos a norte do Equador, o que viabilizou que, através de um terceiro tratado, em 1817, Portugal autorizasse a visita de autoridades britânicas a navios negreiros portugueses e a sua eventual captura e julgamento, ainda que apenas no hemisfério norte. No hemisfério sul, porém, entre a costa angolana e o litoral brasileiro, o tráfico negreiro português, perdurando após a Independência do Brasil em 1822, manter-se-ia legal até meados do século XIX, caso único entre todas as potências coloniais da época.

Mas por que motivo a Grã-Bretanha impunha o abolicionismo a todos os seus pares europeus de forma tão aguerrida, ao ponto de equiparar o esclavagismo à pirataria? Por filantropia para com os Negros? Nem por sombras. A Independência dos Estados Unidos da América, em 1783, privara a Grã-Bretanha dos lucros auferidos nas suas colónias de plantação, o que tornou a escravatura uma fonte de despesas aflitiva e urgente de extinguir. Esta realidade, aliada ao que já vinha sendo a chamada Revolução Industrial – que demonstrou que era menos dispendioso para os patrões utilizar o trabalhador livre e explorado nas suas unidades de produção do que o escravo –, foi o principal factor para a abolição do tráfico de escravos e da escravatura (realidades bem distintas), e não as ideologias falaciosas dos chamados abolicionistas, ainda hoje não menos falaciosamente esgrimidas pelo liberalismo moderno. Por isso a Grã-Bretanha decretou, em 1806, o fim do transporte de escravos para as colónias estrangeiras e, em 1807, a proibição definitiva do comércio negreiro. Depois, aproveitando-se da sua vantagem na industrialização perante os outros Estados europeus, empreendeu uma dinâmica de realização de tratados com

eles no sentido de os forçar a aderir ao princípio da condenação do tráfico de escravos como delito de direito internacional, consagrado na Conferência de Viena (1815), o que veio a acelerar a sua abolição na Suécia em 1813, na Holanda e na Dinamarca em 1814 (este último país apenas reforçou a sua posição, pois já abolira o comércio negreiro em 1792), em França em 1815 e em Espanha em 1817. Portugal e o Brasil – países dependentes da mão-de-obra africana e para os quais, consequentemente, o tráfico de escravos e a escravatura eram realidades legítimas e naturais, como natural era o carácter «selvagem» do homem negro –, ainda que igualmente atingidos pela pressão abolicionista britânica, procuraram evasivamente resistir-lhe durante décadas. As tergiversações portuguesas e brasileiras marcariam por muito tempo o curso da História de Angola, particularmente no caso de Cabinda.

Entretanto, em 1815, os nativistas brasileiros conseguiram pressionar o ainda príncipe regente D. João a elevar o Brasil à categoria de Reino. E em 1817, um ano após a morte da rainha D. Maria I, eclodiu no Recife uma revolta independentista contra os Portugueses, que ficaria conhecida como Revolução Pernambucana e pretendia proclamar uma República com ligação económica aos Estados Unidos da América. Foi sangrentamente reprimida pelos sectores afectos ao agora já rei D. João VI.

Em Angola, como temos vindo a ver, o sentimento de nativismo já era latente no século anterior, no seio das burguesias mercantis de Luanda e de Benguela, veiculado, nomeadamente, pela profusão de irmandades religiosas, de entre as quais se destacava, em Luanda, a de São Pedro Gonçalves Telmo, também conhecida por Irmandade do Corpo Santo, por se concentrar na igreja do mesmo nome, situada na freguesia da Praia (algures no actual Largo do Atlético ou de Lopes de Sequeira). O historiador angolano Carlos Pacheco, pela leitura de arquivos da Diocese de Luanda, apurou que aquela congregação, vocacionada para

proteger os interesses dos «homens do mar», ou seja, dos comerciantes luandenses, tinha poderes para cobrar taxas sobre os navios que entravam na baía de Luanda. Agora, porém, nesta segunda década do século XIX, marcada pela presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e pela emancipação económica do Brasil, o sentimento de nativismo acentuava-se em Angola. E um dos factores relevantes era a livre publicação de jornais no Brasil, até então reprimida. Num ofício do governador Luís da Mota Fêo e Torres lavrado a 22 de Setembro de 1817, o mesmo historiador Carlos Pacheco põe em evidência uma ordem de apreensão de jornais e panfletos considerados «revolucionários e incendiários», trazidos a bordo do bergantim *Regeneração*, proveniente de Pernambuco.

Os dois anos do governo do almirante Luís da Mota Fêo e Torres, entre 1816 e 1818, ficaram associados a mais uma tentativa frustrada de recuperação do projecto holandês de um canal que ligasse o Kuanza a Luanda, assim como à realização de obras de embelezamento da capital de Angola. Destacam-se a inauguração do Jardim da Cidade Alta, no lugar do antigo Convento dos Capuchinhos – com um coreto ao meio, além de um obelisco em homenagem a D. João VI, que 55 anos mais tarde seria substituído pela estátua de Salvador Correia de Sá –, e os melhoramentos do Passeio Público (futura Marginal) junto à Nazaré, devidos à transformação da Fortaleza do Penedo numa casa de vilegiatura para os governadores, construída em estilo chinês.

Mas os documentos alfandegários revelam que o número de importações do Brasil orçava em mais de um milhão e meio de réis, muito superior aos 76 mil réis das importações de Portugal. Também as exportações angolanas eram esmagadoramente dirigidas ao Brasil, num total de 1 307 330 réis, dos quais 1 288 796 advinham dos escravos embarcados, sendo os restantes 71 035 relativos à

cera exportada. Durante o mandato do governador seguinte, Manuel Vieira Tovar de Albuquerque, entre 1819 e 1821, Angola continuava a exportar para o Brasil uma média anual de 20 a 22 mil escravos, contabilizando uma receita de cerca de 177 contos de réis. Não admira, portanto, que já grassasse, entre a burguesia urbana de Luanda e de Benguela, um sentimento de simpatia pela previsível independência brasileira e por uma consequente transferência de Angola, de colônia de Portugal, para colônia do Brasil, o que mais não seria do que a institucionalização de uma realidade inequívoca com quase dois séculos.

A 24 de Agosto de 1820, eclodiu em Portugal, na cidade do Porto, uma revolta burguesa que exigiu a libertação do domínio inglês e o regresso do rei D. João VI. O seu êxito deveu-se à adesão, a 15 de Setembro, das tropas de Lisboa, onde se formou uma Junta Provisional Governativa e se reuniram, a 26 de Janeiro de 1821, Cortes Gerais Constituintes com vista à elaboração de uma Constituição. Pela mesma época, no Brasil, em resposta à já propalada e denominada Revolução Liberal Portuguesa, multiplicavam-se as revoltas independentistas no Pará, na Baía e no Rio de Janeiro. O rei acabou por jurar que aceitaria a Constituição que as Cortes viessem a decretar em Lisboa. Deixando no Brasil o príncipe herdeiro, D. Pedro de Alcântara, como «Príncipe Regente do Reino do Brasil», D. João VI partiu para Portugal a 24 de Fevereiro de 1821. Por coincidência, poucos dias antes haviam desembarcado em Benguela 213 degredados napolitanos e sicilianos, – antigos partidários de Napoleão Bonaparte – ao abrigo de um protocolo que D. João VI, ainda no Brasil, assinara com o rei da Sicília, Fernando I de Bourbon. Foi de entre esses degredados napolitanos e sicilianos que se evidenciaram, em Angola, famílias ainda hoje bem conhecidas, nomeadamente os Víctor (ou Vittori), os Sant’Ana e Palma e os Fançony (ou Fansone).

O governador enviado para Angola pela Junta Provisional Governativa de Lisboa foi o coronel Joaquim Inácio de Lima, que tomou posse em Luanda a 22 de Julho de 1821. Teve de se confrontar com múltiplas tentativas de revolta e de manifestações populares de simpatizantes do projecto de ligação de Angola ao Brasil. Estas tentativas de rebelião, que aliás já remontavam a 1817, quando proliferaram em Luanda e em Benguela panfletos de solidariedade com a Revolução Pernambucana, contaram com o apoio do bispo frei João Damasceno da Silva Póvoas e de todo o clero angolano. No início do ano de 1822, ao mesmo tempo que, no Rio de Janeiro, o ainda príncipe D. Pedro de Alcântara declarava em público «que fico» [*sic*], o governador de Angola, Joaquim Inácio de Lima, teve dificuldade em convencer a seguir para Lisboa os burgueses angolanos que indicou para que comparecessem nas Cortes Constituintes portuguesas. A maioria recusou, afirmando que Angola não pertencia a Portugal. Acabaram por partir para Lisboa três deputados angolanos: o padre Manuel Patrício Correia de Castro, o jovem jurista Eusébio de Queiroz Coutinho e o capitão Fernando Martins do Amaral Gourgel. Dos três, só Correia de Castro era opositor à anexação de Angola pelo Brasil, sendo os outros dois acérrimos defensores dessa anexação, pelo que acabaram por ir viver para o Brasil.

Em Fevereiro de 1822, rebentou em Luanda uma revolta que levou ao governo o bispo João Damasceno Póvoas e obrigou o governador Joaquim Inácio de Lima a fugir para Portugal. Daí a meses, o bispo João Damasceno Póvoas recusou-se a reconhecer a Constituição Portuguesa, aprovada em Lisboa a 23 de Setembro de 1822, que no seu artigo 20.º ainda considerava o Brasil parte integrante de Portugal, assim como incluía Angola e Benguela nas dependências portuguesas ultramarinas. E foi com grande júbilo que em Luanda e em Benguela foi acolhida a notícia

do que acontecera no Brasil duas semanas antes da aprovação da Constituição em Lisboa: a 7 de Setembro de 1822, D. Pedro de Alcântara proclamara a ruptura definitiva do Brasil com Portugal, soltando o famoso grito do Ipiranga «Independência ou Morte». Um mês depois, era oficialmente proclamado D. Pedro I, imperador constitucional do Brasil. À declaração da Independência do Brasil, seguir-se-iam três anos de guerra com Portugal, até Agosto de 1825, período de enorme empolgamento para os nativistas angolanos, organizados, entre Luanda e Benguela, num movimento designado por «partido brasileiro». Mas os levantamentos de Luanda e de Benguela depressa foram reprimidos. Se, em finais de 1822, o regente enviado de Lisboa para o Brasil não conseguiu conter o avanço independentista, melhor sorte teve o governador Cristóvão Avelino Dias, desembarcado em Luanda em Maio de 1823. Com um forte contingente militar trazido de Lisboa, obrigou o clero angolano, inclusive o bispo Póvoas, a jurar a Constituição Portuguesa.

Quem não jurara a Constituição, em Lisboa, fora a rainha D. Carlota Joaquina, esposa do rei D. João VI e irmã de Fernando VII, rei de Espanha, país onde os partidários da Constituição de Cádiz de 1812 haviam sido recentemente derrotados pela Santa Aliança, sendo restaurada a monarquia absoluta. A 27 de Maio de 1823, enquanto em Angola se jurava à força a Constituição – muito embora em Benguela perdurasse a Confederação Brazílica, que continuava a defender a Independência de Angola enquadrada numa relação federal com o Brasil –, em Portugal o infante D. Miguel, filho mais novo de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, organizou em Vila Franca uma revolta antiliberal – a «Vila-Francada» – à qual aderiu a guarnição de Lisboa e levou a que o rei D. João VI autorizasse a suspensão da lei constitucional. Embora no ano seguinte, em Abril, o infante D. Miguel tenha sido obrigado a sair de Portugal depois de haver falhado um

golpe radical - a «Abrilada» - contra o rei, a monarquia absoluta manter-se-ia em Portugal até à morte do próprio D. João VI, em Março de 1826.

Durante esse período, Portugal reconheceu a Independência do Brasil, ainda que as relações entre os dois Estados estivessem longe de se tornar amistosas. E o Brasil continuava a ser o melhor comprador de escravos à colónia portuguesa de Angola, o que rendia às finanças angolanas cerca de 620 mil réis anuais. Foi com o dilema da adversidade do absolutismo português ao Brasil independente e dos lucros das transacções comerciais entre o Brasil e Angola que tiveram de se confrontar, quer Cristóvão Avelino Dias até 1824, quer o governador que lhe sucedeu até 1829, Nicolau de Abreu Castelo Branco. Este foi o primeiro político a governar Angola durante a mais sangrenta Guerra Civil Portuguesa, que se arrastaria entre 1828 e 1834, mas que a historiografia portuguesa baptizaria com o eufemismo «Guerras Liberais».

A partir de morte de D. João VI, em 1826 - segundo os Liberais, envenenado por D. Carlota Joaquina; segundo esta, envenenado por aqueles -, a questão dinástica da sucessão ao trono português passou a confundir-se com a clivagem política entre Liberais, defensores do constitucionalismo, e Absolutistas. Segundo as potências europeias do Congresso de Viena e da Santa Aliança, todas absolutistas, o sucessor natural de D. João VI seria, por ironia, aquele seu filho que representava os ideais constitucionalistas, o imperador D. Pedro I do Brasil, por ser o primogénito, e não o que representava o absolutismo, o infante D. Miguel, por ser o filho cadete. Mas o Brasil independente não via com bons olhos um eventual retorno à unificação com Portugal pela via da ascensão do seu próprio imperador ao trono português. Com o apoio do diplomata austríaco Metternich - grande entusiasta da restauração da dinastia dos Bourbon em França e da reconquista absolutista em Portugal por D. Miguel -, o

imperador D. Pedro I do Brasil esboçou uma solução que julgou ser de compromisso: abdicaria do trono de Portugal em favor da sua filha D. Maria da Glória, de sete anos, na condição de D. Miguel casar com a sua sobrinha menor e de ser aprovada, em Portugal, uma Carta Constitucional por ele lavrada no Brasil e, como o disse, outorgada.

A Carta Constitucional - na qual, aos três poderes teorizados por Montesquieu, acrescia um quarto, o *moderador*, competindo ao rei - foi efectivamente aprovada, mas a sua entrada em vigor em Portugal acentuou os conflitos entre os agora chamados Vintistas, defensores da Constituição de 1822, e os Cartistas, defensores da Carta Constitucional de 1826. Em 1828, D. Miguel, até então exilado em Viena de Áustria, regressou a Portugal, mas repudiou o casamento com a sobrinha e proclamou-se monarca absoluto. A Carta Constitucional foi rejeitada e D. Miguel entusiasticamente aclamado, reinando em Portugal durante seis anos com um apoio popular esmagador. Em Angola, o rei D. Miguel contou com a adesão dos governadores Nicolau de Abreu Castelo Branco, que lhe jurou fidelidade em Agosto de 1828, em colaboração com o Senado da Câmara de Luanda, e José Maria de Sousa Macedo Almeida e Vasconcelos, cujo governo findaria abruptamente a 25 de Junho de 1834, quando chegou a Luanda a notícia da capitulação de D. Miguel perante os Liberais dois meses antes, na Convenção de Évora Monte. Embora o estudo desta matéria necessite de aprofundamento, é indubitável que Angola manteve excelentes relações diplomáticas e comerciais com o Brasil durante os seis anos do absolutismo miguelista em Portugal ou, se preferirmos, durante os seis anos da Guerra Civil Portuguesa. Que aconteceu, entretanto, no Brasil?

O imperador D. Pedro I, a braços com dificuldades com os seus ex-apoiantes independentistas, agravadas por escândalos sexuais com cortesãs, em que se envolvia



obstinadamente, acabou por abdicar, a 7 de Abril de 1831, no seu filho, D. Pedro II, de apenas cinco anos, deixando-o aos cuidados do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência do Brasil. Depois, acompanhado da filha, agora com 12 anos e nominalmente rainha D. Maria II de Portugal, dirigiu-se à Europa para no ano seguinte já se encontrar, entre os Açores e Portugal, à frente dos exércitos liberais. O Romantismo e uma certa historiografia de nacionalismo duvidoso, infelizmente ainda bem viva, promoveram o lúbrico e incompetente D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, o príncipe mais medíocre de toda a história portuguesa, a herói, com o epíteto de *O Rei Soldado*. Este Porco de Epicuro chegou ao ponto de ofuscar a memória do brilhantismo do pai, D. João VI, e mesmo a do irmão, D. Miguel, vergonhosamente expulso de Portugal pela Convenção de Évora Monte de 26 de Maio de 1834. Quatro meses depois de ver reinstituída a Carta Constitucional e sentada no trono, em Lisboa, a sua filha D. Maria II, o Rei Soldado, aos 34 anos, morria vítima de sífilis, doença venérea que a arte dos puritanos e dos falsificadores da História transformou, inusitadamente, em tuberculose.

A instabilidade política vivida em Portugal durante os dois primeiros anos de constitucionalismo, marcados por divergências permanentes entre o Governo e o Parlamento, levou à revolução ultraliberal de 9 de Setembro de 1836, que viabilizou um regime político não menos instável que duraria quatro anos. Foi durante esse período – que ficaria conhecido em Portugal por *Setembrismo* – que emergiu, como ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, mais conhecido por marquês de Sá da Bandeira, autor de um decreto que, entrando em vigor no final do mesmo ano de 1836, se revelaria, nas colónias portuguesas, particularmente em Angola, a primeira tentativa inoperante de abolição do

tráfico de escravos e da escravatura, que não tardou a ser letra morta passado um ano.

### **3 - A hegemonia comercial luso-brasileira em Cabinda: a génese da rivalidade entre os Franque e os Puna e da «Regência» (1783-c.1836)**

Francisco Franque, filho do Manfuka Franque Kokelo e de uma filha do Mani Sambo, nasceu em 1776 e, aos oito anos, a 20 de Março de 1784, foi enviado pelo pai para o Brasil, entregue aos cuidados do capitão de um navio negreiro. No Brasil, foi baptizado, aprendeu a ler e a escrever em português e, segundo o seu neto, Domingos José Franque, adquiriu o hábito de se vestir à maneira portuguesa. Regressou a Cabinda 15 anos depois, aos 21 anos, e manifestou ao pai o desejo de «construir um barco de grande envergadura e de levar por sua conta um carregamento de escravos àquele país» [sic]. Uma vez construído o barco, Francisco Franque «levou [para o Brasil] os escravos que vendeu a troco de onças de ouro» [sic].

Por essa época, o Manfuka Franque Kokelo, que em tempos servira um comerciante francês e alterara mesmo, por esse facto, o nome de família para Franque, começou a entabular, portanto, maior número de negócios com Portugueses e Brasileiros. Foi essa, sem dúvida, a razão pela qual enviou o seu filho para o Brasil e não para a Europa, nomeadamente para França ou para a Grã-Bretanha, como antes o fizeram outros senhores do litoral de Cabinda. Foi igualmente por esse motivo que, mais tarde, Francisco Franque encarregaria da educação dos seus filhos um natural de Luanda, falante e escrevente de português. Na viragem do século XVIII para o século XIX, à semelhança do que acontecera anteriormente entre as

famílias de Cabindenses em relação ao inglês e ao francês, o português tornara-se a língua comercial por excelência em Cabinda. Porquê? Porque era a língua falada e escrita pelos Portugueses e pelos Brasileiros, agora parceiros privilegiados dos Cabindenses no tráfico de escravos.

A própria Corte Portuguesa recebeu no Rio de Janeiro, em 1812, uma delegação de Cabindenses, liderada por Francisco Franque. Deste encontro resultou um acordo secreto que visava intensificar o tráfico de escravos já então existente entre o Brasil e a baía de Cabinda. Tinham decorrido dois anos desde que a mesma Corte Portuguesa celebrara com a Grã-Bretanha um tratado de aliança onde se comprometia a promover a extinção gradual do tráfico negreiro. Durante esses dois anos, aliás, a marinha de guerra britânica não hesitou em apresar navios negreiros portugueses, sobretudo provenientes de Salvador da Baía, com o pretexto de o direito ao tráfico de escravos se lhes encontrar vedado por se tratar de embarcações de fabrico não português, contando-se entre eles dois, o *Urbano* e o *Paquete Volante*, que navegavam na zona de Cabinda. Estes dois navios e as suas cargas, ao contrário do que sucedeu com outros apresados durante este período nas costas da Guiné e de Angola, foram devolvidos aos seus proprietários, embora sem indemnização, pelo facto de o Tribunal Supremo de Apelação de Londres haver concluído, e com razão, que Cabinda não era território português.

A capacidade de Francisco Franque fabricar navios negreiros e se haver tornado, mercê da sua experiência no Brasil, um importante senhor do tráfico de escravos, foi, portanto, de grande relevância para que Portugal persistisse por muito tempo nessa actividade lucrativa. Mas os protestos dos comerciantes brasileiros perante as imposições abolicionistas britânicas também influenciaram a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. Menos de três anos depois do acordo secreto de D. João VI com Francisco

Franque, após complexas negociações empreendidas com o governo britânico, o embaixador português em Londres, o duque de Palmela, tinha conseguido, pelo Tratado de 22 de Janeiro de 1815, que os Portugueses ficassem proibidos de comprar e traficar escravos apenas ao norte do Equador, salvaguardando, portanto, a rota do Atlântico Sul.

Segundo o testemunho de Domingos José Franque em *Nós, os Cabindas*, o exemplo dos Franque de enviar os filhos para o Brasil foi seguido por uma linhagem antiga, os Puna, na sua «renovação» em prestígio dentro da sociedade do Ngoio, operada através da adesão ao tráfico de escravos. Por volta de 1810 seguiram, efectivamente, para o Rio de Janeiro, entregues aos cuidados de capitães de navios negreiros, os jovens M'Buíma e Manuel José Puna, filhos do Mani Puna (ou Mwe Puna ou, aportuguesando, «príncipe» Puna), um *mfumu nsi* (senhor da terra) de Boucunhona, região muito próxima de Simulambuco, na margem norte do rio Lukola. Não cumprindo o que combinara com o Mani Puna, o capitão brasileiro que se responsabilizara por Manuel José Puna faz dele seu escravo doméstico. Reduzido a esta condição, o jovem Puna foi encontrado por Francisco Franque, numa das ocasiões em que este desembarcou no Brasil com um carregamento de escravos, provavelmente a mesma em que se avistou com a Corte Portuguesa e assinou um acordo secreto para o tráfico de escravos com o rei D. João VI. Para conseguir a liberdade de Manuel José Puna, Francisco Franque não hesitou em negociar com os Portugueses a entrega de cinco escravos nem em adverti-los de que «o seu procedimento poderia vir a prejudicar os brancos que fossem a Cabinda, pois que o [Manuel] José Puna era filho de um grande senhor do Reino» [sic].

Como já o escrevemos noutro lugar, este episódio permite-nos retirar três conclusões a respeito de Cabinda no início do século XIX. A primeira é a de que os Puna, uma

«linhagem antiga», mantinha na sociedade do Ngoio o seu prestígio, dispondo de um estatuto social superior ao dos Franque. Em segundo lugar, torna-se evidente que, em detrimento da pretensão de Portugal de dispor de direitos políticos sobre os territórios situados a norte do rio Kongo/Zaire, já ao tempo manifestada às outras potências europeias, a soberania sobre esses territórios era plenamente exercida pelos Cabindenses, os quais, além de procederem à cobrança de tributos sobre o tráfico costeiro, estabeleciam e impunham aos Europeus as condições em que esse comércio devia ser realizado. De outro modo não se compreenderia como é que, em pleno Brasil e ainda por cima num período em que a Corte portuguesa aí se encontrava instalada, os Portugueses tivessem cedido tão facilmente às intimações de um natural de Cabinda, Francisco Franque, para concederem a liberdade a um escravo que era membro da nobreza cabindense, Manuel José Puna. Finalmente, a terceira conclusão é a de que os Portugueses e os Brasileiros, sobretudo os primeiros, eram, evidentemente, os principais parceiros comerciais dos Cabindenses no tráfico negreiro, que inclusive incentivavam, prevaricando nos compromissos assumidos com a Grã-Bretanha.

Este tráfico entre Cabinda e os portos brasileiros não cessaria com a Independência do Brasil, em 1822, tendendo mesmo a intensificar-se. Cabinda tornou-se então uma região ainda mais atractiva para os traficantes, uma vez que nos seus portos, controlados pelas linhagens locais e fora do alcance das autoridades coloniais portuguesas, não se fez sentir a repercussão das taxas sobre a importação de mão-de-obra escrava exigidas pelo novo Estado brasileiro, ao contrário do que sucedeu em Luanda e em Benguela. Escreve Domingos José Franque que «[Francisco] Franque e [Manuel José] Puna regressaram a Cabinda pouco depois de proclamada a independência do

Brasil» [sic]. Regressaram porque tinham agora melhores possibilidades de prosperar em Cabinda, auferindo do tributo que os Manbukos e os Manfuka, cargos doravante desempenhados por membros das suas linhagens, cobravam aos comerciantes estrangeiros. Além disso, eles próprios lucravam com o tráfico negreiro atlântico que dinamizaram entre os dois continentes, legítimo face à lei portuguesa na primeira metade do século XIX, depois clandestino.

No Brasil, Francisco Franque aprendeu bem mais do que a doutrina cristã, a maneira ocidental de vestir ou a leitura e a escrita em língua portuguesa. Aperfeiçoou, sem dúvida, os conhecimentos de náutica e de construção naval, pois de outro modo não se compreenderia como é que conseguiu construir um navio de «grande dimensão» com o qual, após o seu regresso a Cabinda, em 1799, atravessou o Atlântico carregado de 200 escravos que «vendeu a troco de onças de ouro» [sic]. Dispondo de técnicas de construção naval e de navegação consideravelmente mais aperfeiçoadas do que a maioria das linhagens mercantis de Cabinda, Francisco Franque prosperou e conseguiu ascender entre elas. Começou então a celebrar alianças com as linhagens mais antigas, através dos seus próprios casamentos e dos seus ascendentes e colaterais com membros das linhagens Nsambo, Monkata Kalombo e Puna. O lucro comercial permitia-lhe adquirir cada vez maior número de dependentes, considerados pela sociedade tradicional a principal base de poder económico, já que quantos mais fossem os braços a trabalhar nas actividades produtivas, agrícolas, piscatórias ou artesanais, maior era a prosperidade que delas advinha. Muitos dos dependentes de Francisco Franque, uns recrutados entre os homens livres do Ngoio, do Kakongo e do Loango, outros comprados às demais linhagens, que não hesitavam em cedê-los a troco de proventos pelos quais também se

encontravam seduzidas, iriam trabalhar, não apenas na agricultura, na pesca e no comércio, actividades a que o chefe de linhagem tinha o direito de cobrar uma parte da produção, mas essencialmente na construção naval.

Multiplicaram-se, portanto, os navios capazes de atravessar o Atlântico fabricados por naturais de Cabinda, assim como se foi multiplicando o número de Cabindenses que, além de os construírem, os tripulavam. Do interior afluiu, conseqüentemente, ao litoral uma profusão de indivíduos que, impulsionados pela «magia» do tráfico de escravos, pretendiam trabalhar nos portos e nas embarcações de longo curso. O incremento da migração e da prática da marinhagem entre os Cabindenses no século XIX, ao contrário do que o insinuaram autores coloniais, não se ficou a dever aos Portugueses e sim aos senhores do litoral, dos quais se destacaram os Franque. Estes, por sua vez, procuraram com êxito alargar ou reforçar a sua área de influência em povoações comerciais anteriormente controladas por outras linhagens. Foi o caso das localidades de Pernambuco, Vitória e Mutamba, nas proximidades do rio Lukola, e do antigo porto de Tchioua, por tradição ligado aos Nsambo, linhagem com a qual, como vimos, os Franque já haviam estabelecido alianças no século anterior. Porém, nos anos de 1830, o próprio Francisco Franque, à frente de um exército, instalou-se neste porto, obrigando os habitantes a retirarem-se e a ceder os seus terrenos ou a submeterem-se como dependentes. Segundo a historiadora norte-americana Phyllis M. Martin, o êxito de Francisco Franque na conquista de Tchioua deveu-se igualmente ao apoio que recebeu de grupos de libertos recentemente trazidos dos Estados Unidos da América por patrulhas navais e por elas desembarcados na embocadura do Congo/Zaire. Estes antigos escravos, desviados do seu destino, o desastroso projecto norte-americano da Libéria, além de haverem engrossado as fileiras dos exércitos de Francisco Franque,

teriam mesmo sido os autores da mudança do nome da povoação de Tchioua para Porto Rico. A enorme mansão de Francisco Franque em Porto Rico passaria a servir de ponto de referência aos navios que pretendiam desembarcar na baía de Cabinda, mesmo depois da sua morte, em 1875.

Ao fazer fortuna, Francisco Franque recebeu do Mangoio, por doação, o cargo vitalício e hereditário de Boma-Zanei-N'Vimba (*Mboma-za-nsi-nvimba*). Este cargo, imediatamente abaixo do de Manbuko, estava, contudo, acima do de Manfuka, e eram-lhe atribuídos, além da faculdade de cobrar o nbicó, poderes judiciais, pois «chegava ao ponto de poder dar perdão a toda e qualquer pena de morte» [*sic*]. A autoridade de Francisco Franque era, portanto, superior à de seu pai, sem dúvida porque dispunha de maior poder económico, logo de maior prestígio. No entanto este Mangoio, Bat'chi-Nhongo, o «oitavo», segundo Domingos José Franque, veio a falecer no decorrer das cerimónias de coroação, e os seus candidatos a sucessores não chegaram igualmente a reinar.

Cremos, portanto, que a instituição do Mangoio – já em crise no final do século XVIII, como o deram a entender Elias Alexandre da Silva Corrêa e Louis de Grandpré – desapareceu definitivamente na segunda ou na terceira década do século XIX. A sua existência como entidade representativa de um poder centralizador exercido a partir do interior, assim como a proibição (*kejila*) de «ver o mar» que a tradição lhe impunha, justificavam-se no âmbito do antigo modo de produção assente nas trocas entre o litoral e o sertão. O Mangoio fora uma garantia e um símbolo do equilíbrio deste sistema de complementaridade. Mas, com a expansão hegemónica das «linhagens novas», de que os Franque são o principal exemplo, o comércio virou-se «para fora», isto é, para o Atlântico, o que fez com que as principais forças de produção, tributação e redistribuição,



agora assentes no comércio transatlântico de escravos, se passassem a concentrar no litoral. Era no litoral que se auferiam os lucros provenientes da venda da mercadoria escrava destinada ao outro lado do Atlântico, assim como era no litoral que eram cobrados aos comerciantes europeus os tributos mais rendosos pelas «linhagens novas» ou renovadas que ascendiam aos cargos de Manfuka e de Manbuko. Os bens trazidos pelos Europeus a troco de escravos e os próprios escravos tinham-se tornado bens de prestígio, suplantando o sal, o peixe ou os panos libongo.

Os Franque, «linhagem nova» que controlava a produção no litoral no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, foram, numa primeira fase, os únicos em condições de financiar a investidura de um novo Mangoio. Embora provenientes da segmentação dos Nsambo, não pertenciam a nenhuma das linhagens que tradicionalmente se revezavam no cargo. Este facto gerou reacções negativas entre os membros das «linhagens antigas», o que explica a morte súbita e inexplicável, durante as cerimónias da coroação, do Mangoio Bat'chi-Nhongo, o mesmo que concedeu o título de Mboma-za-Nsi a Francisco Franque. Se os candidatos seguintes, Mõe N'Pongonga e Mõe Gimbi, não chegaram sequer a submeter-se a essas cerimónias, foi decerto porque não se sentiram apoiados pelos Franque. Mas deixou de fazer sentido a instituição do Mangoio, já que a concentração da produção e da redistribuição da riqueza no litoral gerou um forte desequilíbrio no sistema de complementaridade que o Mangoio legitimava. Aos Franque já não interessava a manutenção da instituição do Mangoio. Os Puna, pretendendo partilhar com os Franque o novo poder, condescenderam na supressão daquela instituição.

A solução de compromisso assumida por Franques e Punas na partilha do poder político consubstanciou-se na recuperação da «Regência» - ou «Régence» -, órgão

colegial cuja designação, oriunda da leitura de livros europeus, corresponde a um luxo linguístico usado como ostentação de barroquismo. Sendo uma instituição já existente na tradição, destinada a vigorar apenas durante os períodos de vacatura do cargo do Mangoio por morte ou deposição deste e até que fosse designado e coroado um sucessor, a «Regência» (*Legênça*, em fiote), conselho constituído por três membros da aristocracia cabindense, tornou-se agora um órgão de soberania de funcionamento permanente. As funções exercidas pelos elementos do triunvirato que integrava a «Regência» mudaram substancialmente depois do desaparecimento do Mangoio. Entre eles passaram a figurar obrigatoriamente membros das linhagens Franque e Puna.

## CAPÍTULO XIV

# **O combate ao tráfico negreiro, os produtos alternativos e a difícil introdução da imprensa em Angola (c.1836-c.1870)**



# Cronologia

**1836 (7 de Dezembro)** - Decreto português que mandava publicar em todas as «províncias do Ultramar» [sic] um boletim oficial sob a inspecção de cada governo local; em Angola; esta directriz só será seguida nove anos depois. - **(10 de Dezembro)** - Decreto de Sá da Bandeira, proibindo o tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas a sul do Equador, mas não a escravatura.

**1837** - O governador de Angola e os comerciantes e proprietários de terras angolanos recusam-se veementemente a dar execução ao decreto de Sá da Bandeira.

**1838** - Fundação do Presídio do duque de Bragança, em Kalandula, nas margens do rio Lukala, primeira fortificação portuguesa no território do antigo Estado da Matamba.

**1839** - Aprovação e publicação, em Londres, do «*bill* de Palmerston», documento legal que permitia que os cruzadores britânicos visitassem e apresassem os navios com bandeira portuguesa empregados no tráfico de escravos. - **(24 de Agosto)** - Em consequência, e por ordem do marquês de Sá da Bandeira e do governador António Manuel de Noronha, a corveta *Isabel Maria*, comandada por Pedro Alexandrino da Cunha e levando a bordo o tenente de artilharia João Francisco Garcia, dirige-se para o sul de Angola a fim de criar um presídio no porto de Mossâmedes. - Deixa de haver, por muito tempo, barcos ancorados na Baía de Cabinda. Cabinda torna-se, no entanto - por acção de Francisco Franque -, o centro a partir do qual é organizada a rede de estradas clandestinas do tráfico de escravos a partir das ilhas e dos mangais do Baixo Zaire. - Antigos comerciantes de escravos tornam-se progressivamente, em Luanda, comerciantes de «produtos lícitos», entre eles: Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, Ana Joaquina dos Santos Silva e António Francisco da Silva Porto. - Sublevação de D. Aleixo Água Rosada, incitando os Dembos pertencentes ao Presídio do Encoje e ao Distrito dos Dembos a recusar o pagamento do imposto, situação que os Portugueses só conseguiriam resolver militarmente em 1842.

**1842 (3 de Julho)** - Tratado Luso-Britânico, no qual Portugal, então governado por Costa Cabral, condescendeu na completa abolição do tráfico de escravos, que reconheceu como crime de pirataria; a Grã-Bretanha instala na Cidade Alta de Luanda um «observatório» para controlar os movimentos dos navios mercantes na baía.

**1845 (13 de Setembro)** - Criação em Luanda, por Pedro Alexandrino, do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*, onde pela

primeira vez aparece escrita a expressão «Província de Angola» para designar os antigos «Reino de Angola» e «Reino de Benguela».

**1846** - Publicação do *Ensaio sobre a Statística...*, de José Joaquim Lopes de Lima.

**1848** - Publicação da *Demonstração Geográfica e Política...*, de Joaquim António de Carvalho e Menezes.

**1850** - Aprovação da legislação brasileira de Euzébio Queiroz, impedindo o desembarque de escravos no Brasil que, por sua vez, exerce pressão diplomática sobre Portugal no sentido de autorizar o estabelecimento de um consulado brasileiro em Luanda, que só seria criado em 1859.

**1852** - Primeiro Acto Adicional à Carta Constitucional - o Acto Adicional Regenerador -, que introduz o termo «Províncias Ultramarinas», inalterado até à Constituição Portuguesa de 1911.

**1855 (15 de Maio)** - Massacre do Ambriz pelos Portugueses, a fim de convencerem falaciosamente a Grã-Bretanha de que condenavam o tráfico de escravos.

**1863** - Mapa de Angola de Sá da Bandeira e de Fernando da Costa Leal que procurava ilustrar a nova organização administrativa da colónia, oficializada no ano seguinte. A «Província de Angola» era agora dividida por cinco distritos: Luanda, Benguela, Moçâmedes, Ambriz e Golungo Alto, subdivididos por concelhos.

# **1 - Angola e o decreto abolicionista de Sá da Bandeira de 1836**

## **a) O carácter extemporâneo do decreto de Sá da Bandeira, a sua inaplicabilidade e a precária organização administrativa da «Província de Angola»**

Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, o marquês de Sá da Bandeira (n. Santarém, 1785-m. Lisboa, 1876), foi um combatente liberal ferrenho durante a Guerra Civil portuguesa de 1828-1834, em cujas contendas, durante o cerco do Porto, perdeu o braço direito, o que lhe valeu a alcunha popular de «Sá Maneta». Tornou-se ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar e também presidente do Conselho de Ministros - cargo que, até 1870, ocuparia por cinco vezes - depois da Revolução de Setembro de 1836. Revelou-se o primeiro político português a compreender que era indispensável um entendimento com a Grã-Bretanha para a definição dos limites geográficos dos territórios ultramarinos e, conseqüentemente, o impulsionamento do livre comércio e da livre entrada de capitais nesses espaços, com vista a transformá-los em colónias de produção e exportação de matérias-primas para o mercado internacional. Os defensores desta corrente - nem todos liberais, note-se, como o demonstra o caso do visconde de Santarém (n. Lisboa, 1791-m. Paris, 1855), um absolutista exilado em França depois da capitulação miguelista de Évora Monte (1834), autor de uma obra brilhante, sobretudo cartográfica, - já alegavam que, no continente africano, a «elevação das populações indígenas à civilização» [*sic*] constituía uma obrigação moral para o colonizador português e mostravam-se favoráveis, quando não entusiastas, à emigração de Portugueses e de outros

Europeus para as colónias africanas. Mas entendiam ser primordial a eliminação definitiva do tráfico de escravos - e depois da escravatura - como forma de «tornar humanitário», diziam, o colonialismo português face à comunidade internacional, que condenara o tráfico de escravos no Congresso de Viena de 1815. Ao mesmo tempo, havia que ceder às persistentes pressões britânicas.

Foi esta a orientação seguida pelo marquês de Sá da Bandeira ao promulgar, logo a 10 de Dezembro de 1836, um decreto que proibia o tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas a sul do Equador. Note-se que proibia o tráfico de escravos, mas não a escravatura. Aliás, parecia que o próprio legislador tinha consciência da extemporaneidade do decreto e da sua efectiva inaplicabilidade, porquanto permitia que os proprietários de escravos em Angola os pudessem transportar para o Brasil quando aí possuísem plantações. Também autorizava a exportação de escravos de Angola para São Tomé e Príncipe, preparando já a recuperação deste arquipélago, uma vez perdido o Brasil, como colónia de plantação. O processo iniciara-se por volta de 1813, quando João Maria de Sousa e Almeida, primeiro barão da Roça Água Izé, introduzira em São Tomé a cultura do cacau, proveniente do Brasil. Com o decreto de 1836, Sá da Bandeira esboçava já o conteúdo da legislação que ele próprio mais tarde produziria, na década de 1850, reguladora do trabalho compelido dos «libertos» - os «indígenas» do final do século, que substituiriam os escravos -, embarcados à força para as roças de São Tomé.

Como não podia deixar de ser, o decreto de Sá da Bandeira de 10 de Dezembro de 1836 começou por revelar-se um fiasco em Angola, onde foi rejeitado em massa pelos comerciantes e pelos proprietários de terras. O próprio governador-geral, Manuel Bernardo Vidal, empossado em Luanda em Agosto de 1837, recusou-se veementemente a dar-lhe execução, acabando por ser exonerado por Lisboa

em Janeiro de 1839, acusado de conluio com os negreiros. Mas os dois anos e meio durante os quais Manuel Bernardo Vidal governou Angola merecem destaque pelo facto de coincidirem com a fase embrionária da metamorfose administrativa que reuniria o «Reino de Angola» e o «Reino de Benguela» numa única entidade colonial designada por «Província de Angola». Embora a expressão «Província de Angola» só surja por escrito na década seguinte, quer no título do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*, criado a 13 de Setembro de 1845, quer nos dois documentos incontornáveis para fornecer as primeiras informações acerca dos pressupostos limites territoriais da dita «Província» – respectivamente, o *Ensaio sobre a Statística...* de José Joaquim Lopes de Lima, de 1846, e a *Demonstração Geográfica e Política...* de Joaquim António de Carvalho e Menezes, de 1848 –, era indubitável a sua utilização já na década de 1830. Demonstra-o o decreto de 7 de Dezembro de 1836, que mandava publicar em todas as «províncias do Ultramar» [sic] um boletim oficial sob a inspecção de cada governo local. A Constituição Portuguesa de 1838 – também conhecida por Constituição Setembrista, que vigoraria até a Carta Constitucional ser recuperada em 1842, por iniciativa de D. Maria II e de Costa Cabral – já insinuava, no seu artigo 2.º, a equiparação dos territórios portugueses ultramarinos a «Províncias». Contudo, só em 1852 é que o primeiro Acto Adicional à Carta Constitucional – o Acto Adicional Regenerador – introduziria pela primeira vez no preceituado constitucional português o termo «Províncias Ultramarinas», inalterável até ser transformado em «Colónias» pelas Constituições de 1911 e de 1933, mas recuperado pela revisão constitucional de 1951.

Em 1848, Joaquim António de Carvalho e Menezes – um mestiço luandense, antigo escrivão da Fazenda de Angola, agora a residir no Rio de Janeiro – informava que a



«Província de Angola» era constituída, além da capital, Luanda, por sete presídios e 11 distritos e confirmava que a distinção entre presídios e distritos já se fazia em Angola dez anos antes, em 1838. Conforme o notou o historiador francês René Pélissier, a diferença entre uns e outros não era muito clara:

Como indica o seu nome, um presídio tinha por base uma fortaleza com uma guarnição; mas um distrito podia ser um território «pacificado» e explorado ao longo de séculos, como o Icolo e Bengo, nos Ambundos, ou um território de «vassalagem» completamente platónica, como o Bié ou a Huíla, que quando muito tinham um regente, isto é, um comerciante branco ou mestiço que servia de transmissor das ordens provenientes de Luanda ou de Benguela quando alguém se recordava da sua existência. A lista dos distritos dos Ovimbundos (Bailundo, Huambo, Galangues e Sambos) servia mais para lisonjear a honra nacional [portuguesa] do que para enriquecer os cofres da administração. Os reis ovimbundos faziam ali o que bem lhes apetecia, quer dizer, no domínio que aos Portugueses interessava, o comércio com os negociantes que lá se deslocavam. [...] E o mesmo sucedia com certos chefes ambundos a norte do vale médio do Kuanza, conhecidos pelo nome de Dembos. No aspecto fiscal, a única diferença entre aqueles e estes é que estes, por vezes, pagavam o dízimo, ao passo que os reis, os sobas e outras autoridades africanas do Centro e do Sul de Angola não só o não pagavam, como até cobravam tributos aos comerciantes que se instalassem nas suas terras ou por elas passassem [sic].

Dois factos ocorridos durante o governo de Manuel Bernardo Vidal parecem dar razão a René Pélissier, quando fala em «vassalagens platónicas». Um deles, ocorrido nas Terras Altas da Huíla, foi a tentativa fracassada de regresso ao Presídio de Alba Nova, fundado no século XVIII por Sousa Coutinho, dos colonos dali escorraçados em 1794, pelas chamadas «Guerras do Nano». Em 1837, o tenente João Francisco Garcia, nomeado regente de Alba Nova, mostrou-se impotente para repelir os ataques dos sobas da Huíla, dos Gambos e de Quilengues, súbditos do rei Nangolo. O outro facto é o retrocesso do Bié da categoria de distrito à de capitania em finais de 1838, quando o major de segunda linha Francisco José Coimbra, natural da Caconda e de

origem goesa, foi nomeado capitão-mor. Pai de muitos filhos, um dos quais mereceria a atenção, no último quartel do século, do explorador inglês V. H. Cameron e do romancista francês Jules Verne, o major Coimbra manter-se-ia, até falecer em 1869, na capitania-mor do Bié, cargo que Silva Porto viria a ocupar em 1885.

Outra realidade relevante é aquela que René Pélissier designa, muito acertadamente, por «domínio virtual» dos Portugueses sobre o norte de Angola. Prende-se, basicamente, com a precariedade do Presídio de São José do Encoje. Das múltiplas autoridades kongo/mbundu da região, os chamados Dembos, só 11 se intitulavam «vassalos» deste presídio português desgarrado. O historiador francês, reportando-se aos relatórios de Lopes de Lima e de Carvalho e Menezes, enumera-os:

- I. Ambuíla: o mais fiel aos Portugueses, podia alinhar 10 000 homens e pagava anualmente, a título de dízimo, 2 escravos pelos 500 fogos que aceitava declarar;
- II. Nambuagongo: o mais poderoso, que era parente do Marquês do Mussulo e a quem são atribuídos 15 000 homens, embora não pagasse senão 2 escravos;
- III. Quiquengo: 5000 homens, 1 escravo e alguns carregadores;
- IV. Quitexi ou Quitexe: pouco amigo dos Portugueses;
- V. Dambi Angola;
- VI. Ambuela de Baixo: não pagava nada havia 40 anos [desde cerca de 1800];
- VII. Ambuela de Cima: nunca pagara nada;
- VIII. Cabonda Cacuhi;
- IX. Muene Coxi (Encoje);
- X. dois outros micro-Dembos de menor importância (menos de 100 fogos);
- XI. cinco *sobas* que, não possuindo o título de Dembos e estando perto de São José de Encoje, faziam o que o comandante do forte lhes ordenava [*sic*].

A estes 11 Dembos, acresciam, pelo menos, 13 completamente independentes, quer de Luanda, quer do rei do Kongo, o enfraquecido D. Garcia V Água Rosada. A propósito deste último, há a registar uma sublevação, ocorrida em meados de 1839, por iniciativa de um pretenso filho seu, D. Aleixo Água Rosada, que incitou os Dembos pertencentes ao Presídio do Encoje e ao distrito dos Dembos a recusar o pagamento do imposto, situação que os Portugueses só conseguiriam resolver militarmente em 1842.

A perspectiva de René Pélissier sai reforçada se atentarmos a que, da lista de circunscrições administrativas coloniais angolanas apresentadas em 1848 por Joaquim António de Carvalho e Menezes, se exceptuarmos o distrito de Quilengues e os Presídios de Novo Redondo e de São José de Encoje, só constam as que se situavam no corredor dos rios Kuanza/Lukala. Os distritos enumerados por Menezes são oito: Icolo e Bengo; Dande, Zenza e Quilengues; Golungo Alto; Golungo Baixo; Ambaca; Barra do Bengo; e Barra do Kuanza (ou Calumbo). Quanto aos presídios, todos indicados com a data da sua fundação, são sete, figurando em último lugar os dois únicos que não se situavam no corredor dos rios Kuanza/Lukala: Massangano (1583), Muxima (1599), Cambambe (1604), Pedras de Pungo Andongo (1671), Duque de Bragança (1838), São José de Encoje (1759) e Novo Redondo (1769). Deparamos com um presídio recentíssimo, fundado precisamente durante o governo de Manuel Bernardo Vidal, em 1838: o Duque de Bragança, conquistado nas margens do rio Lukala, perto das cataratas de Kalandula (depois Quedas do Duque de Bragança), na sequência de uma campanha militar contra um soba chamado Kiluanje Kiassamba, e construído pela guarnição de Ambaca. O presídio, depois distrito, do Duque de Bragança, era uma coroa de loiros para o colonizador português, pois confinava com o antigo Reino da Matamba

da rainha Njinga Mbandi. O próprio nome, Duque de Bragança, constituía uma impudência, pois pretendia homenagear o filho primogénito da rainha D. Maria II e de Fernando de Saxe-Coburgo-Gota (sobrinho do rei dos Belgas, Leopoldo I, e primo direito do príncipe Alberto de Saxe-Coburgo-Gota, futuro marido da então jovem rainha Vitória da Grã-Bretanha), nascido meses antes: o príncipe herdeiro de Portugal, futuro rei D. Pedro V.

### **b) A emergência dos comerciantes de «produtos lícitos» em 1839**

O governo em Angola de António Manuel de Noronha decorreu entre Janeiro e Novembro de 1839, não chegando a durar um ano, pois o governador acabou por ser expulso pelas famílias burguesas de Luanda, todas envolvidas no comércio negreiro. Estas dominavam a Câmara Municipal de Luanda, cujo presidente interino era, havia já dois anos, uma das figuras mais extravagantes e controversas da História de Angola: Arsénio dos Santos, mais conhecido por Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo.

Nascido no Funchal em 1792, numa família pobre e analfabeta, Arsénio desde cedo revelara grande interesse pela literatura e pelo teatro clássico. Ao instalar-se no Rio de Janeiro em 1820, exercendo o ofício de pedreiro, como o pai, assumiu o nome de uma personagem romana que interpretara numa peça de teatro durante a juventude, Pompílio Pompeu. Não se sabe se o terceiro nome que acrescentou, Carpo, é alusivo ao mitológico filho de Zéfiro (o Vento Oeste) e de Clóris (a Primavera), ou se radica antes na frase *Carpe Diem*, do poema de Horácio, significando *colhe o dia* ou *aproveita a hora*. É tentador acreditar na segunda hipótese, pois ajusta-se na perfeição ao percurso biográfico deste madeirense abasileirado e angolanizado. Durante os três anos que viveu no Brasil, Arsénio de Carpo colaborou activamente no jornal nativista *Estrela Brasileira*, do qual alguns exemplares chegaram a

desembarcar em Angola, onde foram apreendidos pelo governador Nicolau de Abreu Castelo Branco. Em 1823, acusado, no Rio de Janeiro, de haver participado numa conspiração contra o rei D. João VI, num tempo em que este já deixara o Brasil, foi degredado para Angola, onde chegou no ano seguinte, incorporado no exército. Desmobilizado pelo governador Nicolau de Abreu Castelo Branco, que lhe votava aversão, Arsénio de Carpo sobreviveu inicialmente como taberneiro em Luanda. Mas não tardou a associar-se ao comerciante Francisco Teixeira de Miranda no tráfico de escravos e a tornar-se um dos moradores mais respeitados da capital de Angola, chegando a presidir à Câmara Municipal em 1837.

No curto governo de António Manuel de Noronha, ainda que marcado, tal como os que se seguiram durante todo o século XIX, pela clivagem entre os interesses da burguesia metropolitana, apostada na abolição do tráfico de escravos e da escravatura e em transformar Angola numa colónia de produção, e os interesses da burguesia angolana, empenhada em salvaguardar o seu modo de subsistência, já é possível vislumbrar tímidos indícios das transformações lentas que a sociedade angolana sofreria em consequência do decreto de Sá da Bandeira de 1836. O principal aspecto a salientar é que os comerciantes angolanos, escravistas na maioria, começaram a encetar esforços por se adaptarem ao chamado «comércio lícito». O próprio Arsénio de Carpo, cuja actividade comercial se centrava essencialmente em exportações para o Brasil – onde deixara mulher e filhos, além da família que, entretanto, constituíra em Angola – já misturava cera com os escravos embarcados. Mas mais evidente, no ano de 1839, é outra figura ilustre do comércio de Luanda: Ana Joaquina dos Santos Silva.

Esta viúva de um rico comerciante – segundo alguns, uma antiga escrava, também conhecida como «Dembo Ulála», «Laluinha», «Baronesa do Bungo» ou «Ana Mulata

do Bungo» - exerceu grande influência política sobre as autoridades coloniais e também sobre os sobados do interior ao longo de todo o segundo quartel do século XIX. O casarão de dois andares de que foi proprietária, localizado no Bungo, na baixa de Luanda, também conhecido como Palácio do Bungo ou Palácio Dona Ana Joaquina, tornar-se-ia património nacional angolano. No entanto, as fantasias dos corredores subterrâneos que ligavam o casarão de Ana Joaquina à praia - às Portas do Mar, porto de Luanda até ser inaugurado o porto do Bungo um século mais tarde - e que permitiriam o embarque clandestino de escravos, tão exaltadas pelos escritores angolanos Pedro Félix Machado (c. 1860-c. 1907), no seu romance *Cenas de África? Romance Íntimo* (1891), e José Eduardo Agualusa (n. 1960), no seu romance *A Conjura* (1989), caso tenham alguma correspondência com a realidade, não fazem o menor sentido antes de 1845, data do início do governo de Pedro Alexandrino da Cunha. Até então, nem Ana Joaquina dos Santos Silva, nem Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, nem qualquer outro comerciante de Luanda, tiveram necessidade de embarcar clandestinamente os seus escravos. Tal não obstou, contudo, a que a «Baronesa do Bungo» tivesse tentado ser prestável para com o governador António Manuel de Noronha.

Este efémero governador trouxera instruções do marquês de Sá da Bandeira para impulsionar as culturas do algodão, do arroz e do café, já com o intuito de fazer de Angola uma colónia de exportação de «produtos lícitos», assim como para substituir os carregadores das caravanas comerciais por animais de carga inexistentes. Desde 1666 que a legislação portuguesa impunha o pagamento de «salários» aos carregadores, embora na prática esses «salários» revertissem quase sempre para os capitães dos presídios e para os sobas que lhes forneciam. Consta que Ana Joaquina se terá prontificado a importar cavalos de

Portugal, disponibilizando os seus navios *D. Maria II* e *Conceição Maria* para o transporte dos animais e da madeira destinada à construção das cavalariças. Tal projecto, contudo, não teve concretização, não obstante em finais do ano - ao mesmo tempo que o governador era expulso pela Câmara, onde sem dúvida interveio igualmente Ana Joaquina - tenham desembarcado em Luanda seis camelos provenientes das Canárias. Desconhece-se o destino destes animais. Mas o uso dos carregadores nas *kibukas* (caravanas comerciais) como forma encoberta de escravatura prosseguiria por muitos anos em Angola, nomeadamente nas caravanas provenientes da Feira de Kasanje, conforme aliás o testemunha um relatório do capitão desta feira datado precisamente desse ano de 1839.

Tal como no que diz respeito à intensificação do «comércio lícito», também quanto à contratação de carregadores voluntários havia que esperar pela segunda metade da década seguinte e, particularmente, pela intervenção no sertão angolano de um homem que, nesse ano de 1839, contava apenas 22 anos e desembarcava despercebido em Luanda. António Francisco Ferreira da Silva era natural da cidade do Porto, no norte de Portugal, onde nasceu em 1817. Aos 12 anos, emigrara para o Brasil, assumindo então o nome da sua terra natal, o Porto. No Brasil, entre o Rio de Janeiro e São Salvador da Baía, o jovem Silva Porto dedicara-se ao comércio. Em 1839, na sequência da revolta autonomista do Estado da Baía, que lhe causou prejuízos nos negócios, decidiu instalar-se definitivamente em Angola, por onde já passara dois anos antes. Segundo o que relata nas suas *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*, redigidas entre os anos de 1846 e 1860, terá permanecido pouco tempo em Luanda como taberneiro, não tardando a partir para o Bié na caravana dos irmãos mestiços Conceição Matos, filhos

de um capitão de presídio. Nos 50 anos subsequentes, até ser levado em 1890 por uma morte a que história de Portugal atribuiu um patriotismo duvidoso, o sertanejo Silva Porto, por ser o primeiro português a percorrer estradas comerciais até então exclusivas dos Angolanos, daria muito que falar.

### **c) O «bill» de Palmerston e o impulsioneamento conflituoso da colonização portuguesa do porto de Mossâmedes e do corredor agrícola da Huíla (1839-1845)**

O ano de 1839 ficou igualmente marcado pela realização, no litoral do sul de Angola, de um projecto gizado três anos antes pelo marquês de Sá da Bandeira para o litoral do norte. No mesmíssimo mês de Dezembro de 1836 em que promulgou o seu decreto abolicionista, Sá da Bandeira nomeou um jovem oficial de marinha, Pedro Alexandrino da Cunha, para uma missão ingrata e votada de antemão ao fracasso: a de comandar, durante cinco anos, a corveta *Isabel Maria*, que deveria patrulhar a costa angolana a fim de fazer cumprir coercivamente pelos comandantes dos navios mercantes o seu infeliz decreto. Infeliz, não apenas por não ter tido exequibilidade, mas também porque, como o escreveria 20 anos mais tarde o marquês de Lavradio, serviu de pretexto aos Ingleses para serem eles próprios a patrulharem a costa de Angola. Tal se acentuou sobretudo depois de Agosto de 1839, quando lorde Palmerston (1784-1865), então ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, fez aprovar no parlamento britânico um documento – celebrizado pela designação de «bill» de Palmerston – que concedia aos cruzadores britânicos, à revelia de qualquer acordo com o governo português, a faculdade de visitar e apresar os navios com bandeira portuguesa suspeitos de se dedicarem ao tráfico de escravos, conferindo aos tribunais britânicos a capacidade para os julgar. Ainda segundo o marquês de Lavradio, só



nos quatro últimos meses do ano de 1839, os vasos de guerra britânicos – os chamados «cruzeiros» – aprisionaram cerca de 200 navios negreiros portugueses.

Não admira, portanto, que nada se saiba acerca da missão da corveta *Isabel Maria* durante os primeiros dois anos e meio que se seguiram ao decreto de Sá da Bandeira. Decerto que, ao longo desse período, a corveta portuguesa patrulhou as costas angolanas a norte do Kuanza e a sul do Loje, mas amesquinhada pelas suas congéneres britânicas. Talvez seja essa a razão pela qual só se conhecem relatórios de Pedro Alexandrino da Cunha posteriores a Agosto de 1839, o mês do «bill» de Palmerston. Nesse mês, a corveta *Isabel Maria*, levando a bordo o tenente de artilharia João Francisco Garcia e um destacamento militar, partia de Luanda para Benguela. Ao contrário dos desígnios iniciais de Sá da Bandeira, o destino da corveta de Pedro Alexandrino da Cunha era agora o sul e não o norte. O objectivo era criar um presídio no porto de Mossâmedes, a miserável feitoria comercial fundada 54 anos antes na Angra do Negro por Gregório José Mendes e por Pinheiro Furtado. Urgia aos Portugueses ocupar militarmente o litoral sul de Angola antes que os Franceses e os Ingleses se lhes antecipassem. O fantasma francês que acoitava Pedro Alexandrino da Cunha era o relato da viagem que o explorador Jean-Baptiste Douville efectuara entre 1827 e 1830 e publicado em 1832 pela *Société de Géographie*. O fantasma britânico era o «bill» de Palmerston.

O próprio marquês de Sá da Bandeira o confirma, na carta dirigida ao governador António Manuel de Noronha, que sem dúvida se encontra na origem da expedição de Pedro Alexandrino da Cunha e de João Francisco Garcia ao litoral sul. A bordo da corveta *Isabel Maria* seguia igualmente António Guimarães Júnior, um comerciante que propusera ao governador fundar em Mossâmedes uma feitoria que visava, além do comércio dos produtos

agrícolas, a exploração da salga de carnes e o fabrico da sola, contando com o fornecimento do gado bovino e ovino dos autóctones. António Guimarães Júnior tencionava associar-se, em Benguela, com o sertanejo Tomás Nicolau de Bonfim, que, todavia, já tinha falecido. A partir de Benguela, o tenente João Francisco Garcia e os seus homens seguiram por terra para Quilengues, Huíla, Jau e Bumbo, a fim de dominarem as autoridades africanas locais, combinando ir depois ao encontro da corveta em Mossâmedes. Avassalando os hambas (sobas) da Huíla, o tenente João Francisco Garcia conseguiu atingir a Serra da Chela. Entretanto, Pedro Alexandrino da Cunha rumou, na corveta *Isabel Maria*, para sul da antiga Angra do Negro e, passando o Padrão do Cabo Negro, erigido em tempos por Diogo Cão, prosseguiu até fundear mais de cem quilómetros ainda mais a sul, na Angra das Aldeias. Este lugar, por haver sido visitado quatro anos antes pelo explorador inglês James Edouard Alexander, com o apoio do governo de Benguela, já era conhecido pelo nome que manteria até à Independência de Angola: Porto Alexandre (hoje Tômbwa).

Conforme o escreveu no seu relatório, Pedro Alexandrino da Cunha contactou com a população local, os Mundombes da nação Herero, que habitavam junto das lagoas e das margens do rio e cultivavam milho, feijão e abóboras. Considerou-os pacíficos e achou o lugar propício à criação de um ancoradouro. Explorou depois toda a costa da Manga das Areias, que só no fim do século seria chamada Baía dos Tigres. Achou-a desoladora: «Este porto é completamente deserto: nas minhas explorações, não encontrei nem gente, nem o rasto ou o indício do homem, muito, porém, de animais ferozes» [sic]. A 17 de Novembro de 1839, Pedro Alexandrino da Cunha reencontrava-se em Mossâmedes com o tenente João Francisco Garcia. Se o primeiro avassalara o soba local, o hamba Mossungu, o

segundo atraía à sua protecção o hamba Loquengo, que salvara das hostilidades do hamba do Jáu. O hamba Loquengo, rebaptizado Giraúl pelos Portugueses, jurou fidelidade à rainha de Portugal a bordo da corveta *Isabel Maria*, onde recebeu de Pedro Alexandrino uma capa vermelha, uma cadeira, um galo, uma galinha e um casal de leitões. Foi ainda brindado com uma salva de pólvora seca. Regressado a Benguela em Dezembro, Pedro Alexandrino declarava ser Mossâmedes o lugar ideal para a criação de um novo estabelecimento que poderia rivalizar com «a pestilenta Benguela, visto não haver dúvida que aquele distrito é mais sadio que este» [sic].

O início da colonização portuguesa do porto de Mossâmedes e do corredor agrícola das Terras Altas da Huíla, na mesma latitude, foi conflituoso. O comerciante António Guimarães Júnior acusou o tenente João Francisco Garcia de o prejudicar nos seus negócios, pois Garcia, que já havia sido regente da malograda feitoria interior de Alba Nova, proclamava-se agora regente da feitoria litoral de Mossâmedes. Guimarães Júnior suspeitava igualmente, não sem razão, de que João Francisco Garcia, aproveitando-se das suas prerrogativas de militar, pretendesse transformar a antiga Angra do Negro num novo porto de embarque de escravos. De facto, logo que a corveta *Isabel Maria* de Pedro Alexandrino da Cunha deixara Benguela, o tenente Garcia apressara-se a aparelhar um barco com 72 soldados da «guerra preta» - o termo «tropa indígena» ia-se progressivamente impondo - destinados ao presídio a erigir em Mossâmedes. A embarcação, porém, foi capturada por um «cruzeiro» britânico que andava à caça de navios negreiros. Embora os Ingleses tenham libertado Garcia em Benguela, não hesitaram em apoderar-se do seu barco e dos seus 72 soldados, que consideraram escravos e, tal como faziam com toda a mercadoria dos navios negreiros portugueses apreendidos, levaram-nos para trabalhar à

força nas colónias de plantação que lhes restavam: a Serra Leoa, na costa ocidental africana, e a Jamaica, nas Antilhas.

A 12 de Janeiro de 1840, com o apoio do novo governador de Angola, Manuel Eleutério Malheiros, Guimarães Júnior partiu, na companhia de um sócio, Jácomo Filipe Torres, de Luanda para Mossâmedes na escuna *Cospe-Fogo*, a bordo da qual também viajava o naturalista suíço João Conrado Lang, que tinha por missão estudar os sertões. António Guimarães Júnior e Jácomo Filipe Torres conseguiram, em pouco tempo, tornar-se populares entre os hambas locais, com cuja colaboração desenvolveram actividade comercial e também agrícola. Mas foi sol de pouca dura, pois meses depois, em Junho de 1840, o tenente Garcia não tardou a desembarcar de novo em Mossâmedes, desta vez formalmente nomeado por Lisboa regente do presídio a erigir e da povoação a fundar. A escoltá-lo vinha Pedro Alexandrino da Cunha com a sua corveta *Isabel Maria* e com a escuna *Ninfa*. A 12 de Agosto, António Guimarães Júnior foi chamado a subir a bordo da corveta *Isabel Maria*, onde acabou posto a ferros sob a acusação de monopolizar o comércio de Mossâmedes. Logo a seguir, os homens de Pedro Alexandrino da Cunha, conluiados com os do tenente João Francisco Garcia, pilharam e destruíram violentamente a feitoria de António Guimarães Júnior, que foi levado preso para Luanda. De nada lhe serviram as reclamações que apresentaria depois ao governo metropolitano. Acumulando com o cargo administrativo e militar a actividade de comerciante, o ambicioso tenente João Francisco Garcia deu então início à construção da Fortaleza de São Fernando, cujo nome homenageava, sem sombra de dúvida, o marido da rainha D. Maria II.

Mas o crescimento da povoação de Mossâmedes revelava-se difícil. Nesse mesmo ano de 1840, o implacável Garcia prendeu e expulsou mais um concorrente: o

experimentado comerciante luandense Clemente Eleutério Freire. No ano seguinte, também não foi duradouro o estabelecimento comercial fundado em Mossâmedes por Bernardino José Brochado, igualmente residente em Luanda, associado a D. Ana Ubertalli. O único comerciante tolerado por Garcia em Mossâmedes foi um negreiro assumido ou, eufemisticamente, um «contratador de trabalhadores» para as roças de São Tomé: João Maria de Sousa e Almeida, então já agraciado por Lisboa com o título de barão de Água Izé. Esta realidade, associada ao facto de a situação ter começado a mudar a partir de meados de 1842, parece dar razão a Guimarães Júnior, ao acusar o tenente Garcia de querer fazer de Mossâmedes um porto negreiro clandestino.

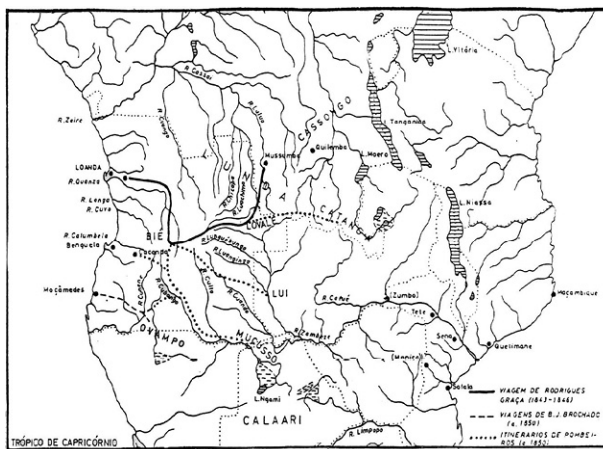
A que se deveu a mudança da situação em meados de 1842? À assinatura, a 3 de Julho, do Tratado Luso-Britânico, no qual Portugal, então governado por Costa Cabral, condescendeu na completa abolição do tráfico de escravos, que reconheceu como crime de pirataria. A cláusula da nação mais favorecida permitiu à Grã-Bretanha instalar em Luanda um «observatório» dos movimentos dos navios mercantes. As autoridades britânicas construíram então um edifício num ponto privilegiado de Luanda, a Cidade Alta, sobre as barrocas da Praia do Bispo, com vista para a Corimba e para Baía do Mussulo. Além desse edifício, que futuramente seria o Consulado Britânico em Angola - e, após a Independência, a Embaixada Britânica -, os Ingleses controlavam igualmente a Estação Naval, na Cidade Baixa, e lograram criar em Luanda uma Comissão Mista Luso-Britânica destinada a combater o tráfico de escravos, assim como uma Junta de Superintendência dos Escravos Libertos, que intervinha com obstinação nos portos angolanos, particularmente no recente entreposto de Mossâmedes.

Note-se que, apesar dos inúmeros telegramas enviados do Consulado Britânico da Cidade Alta para o Foreign

Office, em Londres, denunciando o embarque clandestino de escravos por parte de vários comerciantes angolanos, a maioria desses comerciantes saiu impune, pelo menos até ao início do último quartel do século XIX. Tal foi o caso de Augusto Garrido, que em 1843 continuava a embarcar escravos em Luanda ao mesmo tempo que, em Mossâmedes, o tenente Garcia autorizava João Pinto Gonçalves e João António de Magalhães, sócios de Garrido, a instalar uma salga de pesca. Foi igualmente o caso de Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara e do seu filho José Maria, proprietários de um terreno no Morro da Cruz, a 20 quilómetros a sul de Luanda e ao alcance, a céu aberto, do telescópio do Observatório britânico. O que deu nome ao Morro da Cruz foi uma capela erguida no lugar pelos Matoso de Andrade e Câmara ainda em 1767, ostentando o seu brasão de armas. Dessa capela – onde actualmente se encontra instalado, muito justificadamente, o Museu da Escravatura –, esta família embarcaria escravos para o Brasil, pelo menos até aos anos de 1870, indiferente à vigilância do Consulado Britânico. Caso idêntico foi, vê-lo-emos, o dos comerciantes cabindenses.

Data de Fevereiro de 1843 a criação em Mossâmedes do primeiro estabelecimento comercial não vocacionado para a exportação de mercadorias e plenamente aprovado pelo até então inflexível João Francisco Garcia. Tratava-se de uma empresa de indústria pesqueira, da responsabilidade de Fernando José Cardoso Guimarães e de Luís Baptista, ambos associados à luandense Ana Joaquina dos Santos Silva. Como o demonstraram vários historiadores, a «Baronesa do Bungo» parecia agora, tal como Augusto Garrido e tantos outros, manifestamente apostada no «comércio lícito», em alternativa ao tráfico de escravos. Aliás dois meses depois, em Abril de 1843, a poderosa senhora de Luanda não hesitou em patrocinar uma viagem à Lunda ao comerciante brasileiro Joaquim Rodrigues Graça, que se encontrava instalado no Golungo Alto, onde

procurava introduzir a cultura do café. Com o objectivo inicial de encetar, com as autoridades políticas do fictício «distrito» do Bié, relações comerciais baseadas na transacção de mercadorias alternativas ao escravo, a caravana de Joaquim Rodrigues Graça partiu de Luanda, percorrendo a margem norte do Kuanza até Massangano e flectindo depois em ângulo recto para sul, a fim de evitar atravessar as terras do Jaga do Kasanje. Rodrigues Graça manteve-se durante algum tempo a comerciar com as populações do Planalto do Bié, que só abandonou em 1846. Nas suas notas de viagem, evidencia as potencialidades da região do Bié para a criação de produtos agrícolas, de entre os quais destaca o tabaco, recentemente trazido do continente americano. Ao deixar o Bié, Joaquim Rodrigues Graça seguiu pela estrada que conduzia ao Alto Tchicapa, só então entrando na Jia dia Panda, a via proveniente do Kasanje, por onde atingiu a Musumba, capital do Império Lunda. Este brasileiro foi, portanto, durante dois anos, o primeiro embaixador de Portugal junto do Muatiânvua.



26 - Viagem de Joaquim Rodrigues Graça à Musumba do Muatiânvua, (1843-1846). HENRIQUES, 1997, p. 667.

## 2 - Pedro Alexandrino da Cunha, o impositor em Angola dos interesses

## **britânicos (1843-1848)**

### **a) A resistência económica da burguesia angolana à pressão luso-britânica**

Ainda em 1842, durante o governo de José Xavier Bressane Leite, há a registar um acontecimento bem significativo, que dá conta do grau de violência com que o conturbado Portugal, dito liberal, do marquês de Sá da Bandeira, de António Bernardo da Costa Cabral e de outros já trucidava as aspirações nativistas da burguesia angolana. O episódio é relatado 44 anos depois, em 1886, pelo brilhante jornalista angolano José de Fontes Pereira (1824-1891), num artigo publicado no jornal *O Futuro d'Angola* e intitulado precisamente «A independência d'Angola», ao qual tivemos acesso apenas através da leitura do historiador Carlos Pacheco. José de Fontes Pereira, que contava 18 anos em 1842, informa que o então governador José Xavier Bressane Leite se mostrou complacente para com as reivindicações dos comerciantes luandenses. Autorizara Joaquim António de Carvalho e Menezes, antigo escrivão da fazenda colonial e, desde 1839, deputado por Angola nas Cortes Gerais de Lisboa, a trazer para Angola, a bordo da escuna *Amélia*, a maquinaria necessária à criação de um jornal em Luanda, até então inexistente. Menezes, que regressava a Angola para reassumir o cargo de secretário da Junta da Fazenda, adquirira o prelo em Lisboa às suas próprias custas.

Dá que pensar o facto de, ao fim de seis anos, não ter sido cumprido em Angola o preceituado no decreto de 7 de Dezembro de 1836, o qual, como já vimos, mandava publicar em todas as «províncias do Ultramar» um boletim oficial sob a inspecção do governador local. Se a norma fora tranquilamente observada em Goa e em Cabo Verde, onde já haviam sido criados os respectivos boletins oficiais, em contrapartida em Angola vinha sendo permanentemente



protelada. Mas, ao contrário do que acontecera com o decreto abolicionista de Sá da Bandeira, o incumprimento deste seu outro édito não se ficou a dever aos governadores coloniais e sim aos próprios governantes metropolitanos. Afligia-os a ideia de a intelectualidade angolana nativista passar a ter acesso a um órgão de imprensa onde pudesse exprimir livremente as suas ideias libertárias, de oposição aos interesses económicos e financeiros coloniais de Portugal.

Prova-o a atitude tomada por Lisboa logo que soube dos intentos do deputado mulato Joaquim António de Carvalho e Menezes. Segundo Fontes Pereira, o ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Joaquim José Falcão, apressou-se a expedir para Luanda:

[...] uma Portaria ao Governador-Geral Bressane Leite, recomendando-lhe que empregasse todos os meios que julgasse precisos para destruir o fantasma, isto é, para que não se levasse a efeito a criação do sonhado jornal, vigiando ao mesmo tempo a nossa conduta política, os nossos mais ocultos passos [sic].

O resultado foi que a «secreta polícia da cruzada naval» [sic], que patrulhava a costa angolana, afundou deliberadamente, ao largo de Mossâmedes, a escuna *Amélia*. Os passageiros salvaram-se e Joaquim António de Carvalho e Menezes chegou ileso a Luanda. Também ele, mais tarde, relataria a tragédia por escrito. Mas o carregamento do veleiro abalroado, que incluía o material tipográfico adquirido em Lisboa, foi dado por perdido. O comandante da polícia secreta naval, responsável pelo insidioso abalroamento e pela perda da primeira prensa angolana, não era outro senão Pedro Alexandrino da Cunha.

O governador José Xavier Bressane Leite faleceu subitamente em Julho de 1843 e não foram poucos os que em Lisboa o acusaram de, em muitos momentos, ter sido

cúmplice dos «negreiros» de Luanda. Com a morte do governador, a burguesia nativista luandense, formando um Conselho de Governo que perdurou até que, em Março do ano seguinte, foi nomeado um novo governador, Lourenço Germack Possolo, conseguiu recuperar temporariamente o seu poder sobre as decisões políticas, económicas e sobretudo alfandegárias de Angola. Se a figura mais evidenciada foi, mais uma vez, o corajoso escrivão Joaquim António de Carvalho e Menezes, as personagens mais influentes eram Silva Guardado, juiz comarcão, e Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, sempre à frente da Câmara Municipal de Luanda. Estes «filhos do país», conforme já então se auto-intitulavam – sublinhe-se que «país», no século XIX, significava tão-somente «território» –, mantiveram a sua hegemonia em 1844 e na primeira metade de 1845, durante todo o governo de Lourenço Germack Possolo. Mas confrontaram-se, logo em meados de 1843, com um adversário temível: Pedro Alexandrino da Cunha.

Este capitão-de-fragata fora nomeado por Lisboa comandante da Estação Naval de Luanda, organismo destinado a fiscalizar o tráfico portuário das Portas do Mar, independente do governador-geral de Angola e sob o controlo dos Ingleses. Há muito que Pedro Alexandrino da Cunha ganhara fama de, sob a capa de abolicionista, ser um perseguidor implacável dos comerciantes angolanos e um apaniguado de Sá da Bandeira. Ele próprio o reconhece, numa carta escrita ao ministro a 7 de Fevereiro de 1841.

Portanto, para Pedro Alexandrino da Cunha, os Angolanos e todos os que não se vergassem aos interesses económicos e financeiros de Lisboa e do Porto estavam condenados, de antemão, a ser acusados de «negreiros». De nada valiam, pois, os esforços daqueles que tentavam a todo o custo fazer circular pelo território de Angola as «mercadorias lícitas», como Arsénio Pompílio Pompeu de

Carmo, Ana Joaquina dos Santos Silva ou Joaquim Rodrigues Graça. Em vez de os apoiar, Pedro Alexandrino da Cunha - que a história colonial não podia deixar de celebrar como um herói reformador - perseguiu-os. E o primeiro alvo a abater foi o escrivão mestiço Joaquim António de Carvalho e Menezes, o mesmo que por pouco não perdera a vida no abalroamento da escuna *Amélia*. Dias antes de Lourenço Germack Possolo tomar posse no governo de Angola, em Março de 1844, Pedro Alexandrino da Cunha conseguiu afastar Joaquim António de Carvalho e Menezes do Conselho de Governo, acusando-o de crime de incesto com as suas filhas. Joaquim António de Carvalho e Menezes acabaria os seus dias no Brasil, onde produziu a sua famosa *Demonstração Geográfica e Política...*, na qual não hesitou em chamar «ditador» a Pedro Alexandrino da Cunha nem em acusá-lo de ter caluniado Lourenço Germack Possolo a fim de tomar o seu lugar no governo de Angola, como efectivamente veio a acontecer a 6 de Setembro de 1845. Porém, os 19 meses do governo de Lourenço Germack Possolo foram ricos em episódios, muitos deles ainda hoje por esclarecer, de uma das mais encarniçadas lutas pelo poder em Angola. De um lado encontrava-se a burguesia angolana, protegida pelo generoso governador Possolo, do outro os interesses económicos portugueses - e, acima destes, os britânicos -, de que Pedro Alexandrino da Cunha era cabeça de proa. Em Luanda, a capital, as duas facções concentravam-se, respectivamente, uma na Câmara Municipal, dirigida por Arsénio Pompílio Pompeu de Carmo, e a outra na Estação Naval e na Comissão Mista Luso-Britânica, controladas por Pedro Alexandrino da Cunha.

Ao contrário do que reza a história colonial, não foi o governo de Pedro Alexandrino da Cunha que abriu os portos de Luanda e de Benguela aos navios estrangeiros - isto é, não portugueses nem brasileiros - e sim o de

Lourenço Germack Possolo, num decreto de 5 de Junho de 1844, que criou igualmente a primeira pauta aduaneira de Luanda, deixando a administração portuguesa em Angola de depender dos direitos alfandegários que incidiam sobre as exportações. A urzela era a única mercadoria que se mantinha sob o monopólio do governo de Lisboa. Também foram estabelecidas as mercadorias a importar e fixadas as que eram proibidas: o sal, a pólvora, as chitas, a aguardente vinícola e o vinho que não fosse de origem portuguesa. Houve pressões exercidas pelos organismos controlados por Pedro Alexandrino da Cunha, aos quais acrescia agora uma Associação Marítima e Colonial. As portas dos sertões angolanos ficavam, obviamente, escancaradas ao contrabando dos produtos interditados, agora escoados pela via dos embarcadouros que não fossem Luanda nem Benguela, através dos quais a saída clandestina de escravos se intensificou.

Porém, nos sertões, o «comércio lícito» ia-se espalhando por iniciativa dos próprios comerciantes, à revelia das obsessivas perseguições antiesclavagistas movidas por Luanda, de duvidosa boa-fé, na sombra das quais se encontrava a sinistra figura de Pedro Alexandrino da Cunha. Em meados de 1845, ainda o governador de Angola era Lourenço Germack Possolo, já António da Silva Porto, que instalara dois anos antes o seu centro de actividades comerciais no Planalto do Bié, em Belmonte (actual Kuíto) – onde, tal como o húngaro Ladislau Magiar, casara com a filha de um soba importante –, se deslocava com as suas caravanas ao Barotse, seguindo o curso do rio Lui, afluente do Kuango, procurando alcançar pela estrada de Lutembo o rio Zambeze. Se de início ainda transaccionara escravos, agora trocava sobretudo têxteis, objectos de porcelana e pólvora por marfim, mel, cera e, mais tarde, borracha. Antes disso, os seus pombeiros já haviam percorrido territórios da Lunda, do Katanga e da Garanganja, na actual Zâmbia.

Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo - que em finais de 1842 fora nomeado, pela rainha D. Maria II, coronel comandante das Províncias do Bié, Bailundo e Huambo, além de agraciado com a Ordem de Cristo - também não estava parado em 1845. A 25 de Março, presidindo a uma Comissão de que também fazia parte Ana Joaquina dos Santos Silva, o ilustre madeirense apresentou um projecto ousado de fundar três colonatos: um na abandonada Alba Nova - agora definitivamente designada por povoação da Huíla -, outro em Mossâmedes, e outro ainda na baía do Lobito, cerca de 40 quilómetros a norte de Benguela. No Lobito, até então conhecido por «Catumbela das Ostras», e onde em 1770 um soldado português instalara uma indústria de cal, feito das conchas, que abastecia Benguela, já fora erguido um pequeno forte três anos antes, com verbas retiradas aos cofres do governo de Benguela e com a utilização do trabalho dos escravos dos moradores daquele presídio. Propunha-se Arsénio de Carpo custear a viagem de 200 casais vindos da Madeira e do Brasil, assim como administrar as despesas destes colonos durante três anos e construir, no prazo de um ano, estradas da Huíla para Quilengues e para Mossâmedes. Mas se Arsénio de Carpo contava com o apoio do governador Lourenço Germack Possolo, para quem era um homem sério e empreendedor, em contrapartida esbarrou com a intolerância de Pedro Alexandrino da Cunha, dos Ingleses e da Associação Marítima Colonial, que o consideravam um negreiro desonesto. De nada valeu a Arsénio ter cedido, generosa e gratuitamente, à Estação Naval os seus terrenos da Ilha de Luanda, os mesmos onde futuramente se instalaria o Quartel dos Fuzileiros Navais, ainda hoje existente. Em Julho do mesmo ano de 1845, não só o projecto de Arsénio de Carpo foi rejeitado por Lisboa - que, entretanto, exonerara Possolo das funções de governador-geral -, como o próprio madeirense, ainda presidente da Câmara Municipal de Luanda, foi mandado prender por

Pedro Alexandrino da Cunha. Acusado, sem fundamentos, de ser um «perigoso contrabandista» e um «criminoso», Arsénio de Carpo foi levado preso para Lisboa. Voltaria a Angola, mas só depois do governo de Pedro Alexandrino da Cunha.

### **b) O governo despótico de Pedro Alexandrino da Cunha (1845-1848)**

Mantendo as suas funções de comandante da Estação Naval de Luanda, Pedro Alexandrino da Cunha tomou posse como governador de Angola a 6 de Setembro de 1845. A primeira problemática que o seu governo suscita é a do aparecimento súbito e inexplicável da imprensa em Angola, ao fim de nove anos de permanente embargo. Logo a 13 de Setembro, um sábado, apenas uma semana depois de tomar posse, Pedro Alexandrino da Cunha pôs inusitadamente a circular em Luanda o primeiro número do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*, com apenas duas páginas. A primeira limitava-se a reproduzir, em caracteres de imprensa, quatro despachos exarados meses antes, em Lisboa, pela rainha D. Maria II: a exoneração de Lourenço Germack Possolo das funções de governador-geral de Angola; a nomeação de Pedro Alexandrino da Cunha para o mesmo cargo; a consequente promoção de Pedro Alexandrino da Cunha ao posto de capitão-de-mar-e-guerra; e, finalmente, a ordem de dissolução da vereação da Câmara Municipal de Luanda, na qual o proscrito Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo seria em breve substituído pelos não menos controversos Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara e Augusto Garrido. A segunda página do n.º 1 do *Boletim do Governo-Geral* mais não era do que um repositório de exortações de Pedro Alexandrino da Cunha aos «habitantes de Angola» – persistindo no argumento do combate ao escravagismo e do incentivo à agricultura, a fim de satisfazer quem o protegia em Lisboa – e aos militares, a quem incitava à ocupação enérgica do sertão angolano em

nome da «Defesa da Pátria» [portuguesa], rematado por vivas à rainha.

No mesmo dia, Pedro Alexandrino da Cunha expedia para Lisboa um ofício onde, na qualidade de novo governador da colónia, além de se vangloriar de ser o primeiro a dar execução em Angola ao já remoto decreto de 7 de Dezembro de 1836, solicitava que o ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Joaquim José Falcão, se dignasse:

[...] mandar para este Governo uma imprensa completa para poder emitir um Boletim como o de Goa ou Cabo Verde; vindo igualmente um ou dois compositores para trabalharem com a imprensa [sic].

Se Pedro Alexandrino da Cunha encomendava de Lisboa uma «imprensa completa», é de presumir que dispusesse de uma «incompleta», com a qual foram impressas as duas páginas inaugurais do *Boletim*. Tratar-se-ia dos «salvados» da maquinaria afundada em Mossâmedes, três anos antes, e comprada em Lisboa pelo desventurado Joaquim António de Carvalho e Menezes?

Durante o governo de Pedro Alexandrino da Cunha, que decorreu até Agosto de 1848, não existiu outro órgão de imprensa em Angola senão o *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola*, que aliás se passaria a chamar *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* a partir do n.º 95, de 3 de Julho de 1847. A sua publicação foi regular, todas as semanas, dispondo ou não o governo da «imprensa completa» pedida a Lisboa. Logo no n.º 2, de 20 de Setembro de 1845, se noticiava um baile organizado pelo governador quatro dias antes. Curiosamente o baile, que se pretendia de homenagem a Pedro Alexandrino da Cunha, não abriu as portas ao povo de Luanda, ao contrário do que era costume, e não se realizou no Palácio do Governo, na Cidade Alta, como seria de esperar. Não passou de um sarau íntimo, nas instalações da dúbia «Assembleia de

Luanda», um edifício particular da baixa, muito próximo da Estação Naval, e frequentado apenas por oficiais de marinha britânicos e portugueses.

Houve que esperar por 1866 para que fosse autorizada a criação do primeiro jornal angolano privado e de edição periódica, *A Civilização da África Portuguesa*. Por isso, durante duas décadas, as páginas do *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* seriam utilizadas para finalidades que transcendiam a divulgação dos diplomas governativos e dos actos administrativos. Citamos o historiador Júlio de Castro Lopo:

Na folha governamental se publicavam pastorais e provisões do bispado de Angola e Congo, bem como outros documentos emanados da diocese; crónicas de viagens através de Angola; artigos de estudo e de doutrina ultramarina e sobre economia especialmente aplicada a assuntos de comércio, agricultura e indústria; [...] relatórios de ousados sertanejos que exploravam o interior de Angola; anúncios comerciais e avisos de leilões públicos [...] avisos de rifas de objectos, que entre si organizavam os moradores de Luanda; declarações de credores a avisarem os devedores [...]; participações de casamentos, nascimentos e óbitos; [...] avisos de partidas e chegadas de navios e outras embarcações; avisos de partidas de pessoas para o reino, ou para o Brasil, que assim se despediam de amigos e conhecidos [*sic*].

Depois de Pedro Alexandrino da Cunha deixar o governo de Angola, o *Boletim* começaria igualmente a divulgar textos literários, em prosa ou em verso, na maioria assinados por intelectuais nativistas angolanos, para quem o órgão oficial do governo-geral de Angola constituía o único meio para apresentarem os seus libelos de descontentamento contra uma opressão colonial já inquestionável. Aliás, era nítido o abandono de Angola, e a partida para o Brasil de muitos dos antigos comerciantes angolanos, assim como o aumento da chegada à colónia de naturais da metrópole, ao tempo designada por «reino». Crescia assim a clivagem, sempre constante ao longo de todo o século XIX, entre os «reinóis» (ou «quingundos») –



que, na maioria, continuavam a ser degredados de delito comum – e os «filhos do país» (ou «angolenses»).

É certo que, a julgar pelos dados fornecidos por Joaquim Lopes de Lima relativos ao ano de 1846, a população branca de Angola contabilizava cerca de 1832 indivíduos, a quem acresciam 5770 mestiços, parte deles incluídos na burguesia colonial, e 378 923 negros, dos quais 86 mil eram escravos. Só na cidade de Luanda, então com cerca de 5605 habitantes, os brancos ascendiam a 1601, enquanto os mestiços eram apenas 500. Compreende-se que a maior parte dos mestiços continuasse a comerciar no mato. Mas é preciso ter em conta que a população europeia aumentava igualmente em virtude do Édito Real de 1839, também da iniciativa do incansável marquês de Sá da Bandeira, que foi a primeira lei portuguesa a viabilizar o embarque gratuito para o continente africano às esposas e aos filhos menores dos degredados.

Cabe aqui reforçar a brilhante refutação de Carlos Pacheco à teoria de Júlio de Castro Lopo, segundo a qual a ausência em Angola de outro órgão de imprensa que não o *Boletim Oficial* durante mais de 20 anos, entre 1845 e 1866, se teria ficado a dever ao facto de a «parte da população chamada civilizada» ser até então «flutuante» [sic]. Carlos Pacheco demonstra que, muito antes da criação do *Boletim Oficial*, Luanda e Benguela, e mesmo localidades do interior, como Massangano, contavam com uma população letrada considerável. Essa população, porém, viu-se em 1845, quando não escorraçada para o Brasil, brutalmente silenciada, a partir de Lisboa, pelos liberalismos coloniais de Sá da Bandeira e de Costa Cabral, traduzidos em Angola pela tirania de Pedro Alexandrino da Cunha. Ao longo dos três anos em que este oficial de marinha governou Angola, conforme observou Joaquim António de Carvalho e Menezes – que chama, sarcasticamente, «argonauta» a Pedro Alexandrino da Cunha, pois compreendeu que toda a

sua autoridade de governador continuava a depender da discricionariedade dos Ingleses da Estação Naval –, o *Boletim* limitou-se a:

[...] publicar especialmente os actos da sua ditadura, e os fantásticos melhoramentos que os boletins oficiais apregoam recheados de louvores, talvez muitos saídos da sua própria pena, ao passo que a ninguém é livre a publicação do pensamento não estando em harmonia com as ideias do senhor da terra [sic].

De facto, se exceptuarmos o noticiário dos dramalhões inócuos levados à cena no Teatro da Providência, na baixa de Luanda, e os anúncios da actividade dos raros comerciantes protegidos pelo despótico governador, pode dizer-se que o *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* não passou, nos seus primeiros anos de existência, de um veículo de propaganda colonial, na qual, reconheçamo-lo, Pedro Alexandrino da Cunha se revelou exímio.

Foi basicamente a partir da leitura dos números do *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* anteriores a Agosto de 1848, na maioria redigidos pelo próprio Pedro Alexandrino da Cunha, que os historiadores coloniais, com destaque para Gastão Sousa Dias, conjecturaram sobre as obras reformadoras que atribuíram ao dinamismo deste governador. Essas pretensas reformas, que se nos revelam muito precárias, quando não duvidosas, assentam sobretudo em seis vertentes:

1. As tentativas falhadas de restauração do fabrico do ferro e do aproveitamento da água do Kuanza para abastecer Luanda;
2. As tentativas de impulsionamento do ensino público em Angola, igualmente falhadas, pois não passaram de uma recuperação aparatosa e efémera de

algumas escolas primárias já existentes; tal não obstou, no entanto, ao crescente prestígio do português José Maria da Lembrança de Miranda Henriques, nomeado professor da Escola Principal de Luanda em Julho de 1850 e que, sendo muito popular em Luanda ainda nos anos de 1880, deixaria descendência em Angola;

3. O incentivo à agricultura do algodão, do café e do arroz, onde foram sempre privilegiados os «reinóis» em detrimento dos «angolenses»;
4. A intensificação das campanhas militares contra o «gentio», que na verdade se limitaram à repressão, em 1846, da chamada «revolta dos Mundombes», ou do Dombe Grande, na Catumbela, uma simples rebelião do soba Joanes Gaspar contra o governador de Benguela;
5. A prossecução da política das pautas aduaneiras e do combate ao escravagismo, que no início do ano de 1847 custou graves acusações aos autarcas luandenses Augusto Garrido e Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara, das quais, todavia, conseguiram livrar-se;
6. O pioneirismo da colonização de povoamento no interior de Angola.

Apenas dois meses depois de se encontrar no governo de Angola, Pedro Alexandrino da Cunha não hesitou em criar, finalmente, o Presídio da Huíla, reforçado por uma guarnição militar e directamente ligado ao de Mossâmedes, formando ao todo um distrito. O comandante era o cúbido tenente João Francisco Garcia, agora promovido a major. Em nome de uma falsa política abolicionista, Portugal apropriava-se, desleal e descaradamente, de um projecto de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo.

Mas o que acontecera, entretanto, a este antigo grande senhor de Luanda?

### **c) Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo resiste em reclusão (1845-1848)**

Enclausurado, pela quarta vez na sua vida, no Castelo de São Jorge, em Lisboa, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo não perdia o seu tempo. Ocupava-o redigindo textos notáveis, desmascarando inteligentemente as hipocrisias da administração de Pedro Alexandrino da Cunha. O primeiro texto a evidenciar foi publicado por uma corajosa tipografia de Lisboa, a de Manuel de J. Coelho, no próprio ano de 1845, ao mesmo tempo que Pedro Alexandrino da Cunha assumia o governo de Angola e que Arsénio já penava há meses no Castelo de São Jorge: *Exposição das Circunstâncias Que Acompanharam a Vinda a Portugal de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo e Sua Prisão e Processo em Lisboa*. Sem reconhecer ainda que em tempos ele próprio comerciara escravos – fá-lo-ia num livro publicado oito anos depois, *Dedo do Pigmeu*, ao qual adiante voltaremos –, Arsénio confessava ter colaborado com os Ingleses na luta antiesclavagista, naquele que designava por «Cruzeiro Britânico». Também colaborara com a Estação Naval de Luanda, dirigida por Pedro Alexandrino da Cunha. E, numa prosa literária admirável, relatava como é que, inesperadamente, em Julho de 1845, o mesmo Pedro Alexandrino da Cunha, que ainda não era governador, o mandara prender e levar a ferros para Lisboa pelo capitão-de-fragata João Maria Ferreira do Amaral.

Igualmente em Lisboa na segunda metade do ano de 1845, Ferreira do Amaral não hesitou em publicar, na Imprensa do Governo, uma *Refutação às Aleivosias e Indecências Que Vêm Exaradas na Exposição das Circunstâncias Que Acompanharam a Vinda a Portugal d'Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo e Sua Prisão e*

*Processo em Lisboa.* O oficial de marinha evidenciava dois factos comprometedores para Arsénio de Carpo, ocorridos pouco tempo antes da sua prisão. Ambos se reportavam a embarcações pertencentes a Arsénio e surpreendidas ao largo do Ambriz, um porto ao tempo inteiramente fora da alçada de Luanda e da administração portuguesa, a embarcar escravos. A primeira delas, a barca *Primavera*, fora mesmo incendiada pelo seu proprietário algures a sul do Ambriz, quando era perseguida pela corveta *Relâmpago*. A segunda era uma sumaca com bandeira brasileira, que zarpara igualmente do Ambriz carregada de escravos, e a bordo da qual fora encontrado o próprio Arsénio de Carpo.

Sempre encarcerado, Arsénio de Carpo defendia-se. Em 1846 recorria judicialmente, num texto de 80 páginas que intitulou *Tribunal da Opinião Pública - de 1843 a 1845*, também editado em Lisboa pela Tipografia de Manuel de J. Coelho. Parece ter tido êxito, pois não hesitou em apresentar documentos portugueses e ingleses que comprometiam a actividade, em Luanda, do Consulado Britânico e de Pedro Alexandrino da Cunha. No ano seguinte, ainda fora de Angola, Arsénio iniciava a sua colaboração com dois reputados jornais liberais, um português e outro britânico, respectivamente *A Revolução de Setembro*, de Lisboa, e o *Morning Chronicle*, de Londres. O primeiro, *A Revolução de Setembro*, que viria a ter 61 anos de existência, até 1901, fora fundado em 1840 por José Estêvão Coelho de Magalhães (Aveiro, 1809-Lisboa, 1862), mais conhecido por José Estêvão, brilhante jornalista, político e parlamentar português, entusiasta da *Maria da Fonte* e da *Patuleia*, que até à sua morte foi o mais encarniçado opositor de esquerda, na Câmara dos Deputados, a Costa Cabral. Durante os anos que antecederam o golpe da Regeneração, em 1851, as mesmas páginas de *A Revolução de Setembro*, que - muito pela pena do futuro presidente do Conselho de Ministros,

António Rodrigues Sampaio (n. Esposende, 1806-m. Sintra, 1882) – se radicalizaram contra a ditadura administrativa e parlamentar de Costa Cabral em Lisboa, contaram também com a intervenção flamejante de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo que, como muito bem o reconheceu o historiador angolano Carlos Pacheco, denunciou então sem pejo a calamitosa governação de Pedro Alexandrino da Cunha em Angola.

Carlos Pacheco apresenta um texto não assinado, publicado em *A Revolução de Setembro* a 16 de Setembro de 1847, bem revelador:

Considere V. o aumento de direitos que se vai fazer a todas as mercadorias carregadas nessa [colónia], inclusive as de indústria e manufactura nacional! Considere V. o desgosto em que fica a força de linha por se lhe lançar o labéu de revoltosa, e por se lhe ter prendido e castigado alguns camaradas. Considere V. o ódio e a vontade de vingança daqueles a quem se têm maltratado parentes e amigos. Considere V. a pobreza geral dos habitantes, e os cofres sem dinheiro, nem esperanças de o obter para pagar à tropa e aos empregados. Considere V. o ódio que em geral têm os habitantes a Pedro Alexandrino, que já no princípio do seu mandato mandou despoticamente preso [...] o célebre Arsénio e acrescente a isto ter mandado queimar todas as casas situadas no litoral da costa desde o Dande até Calumbo, alegando que podiam vir a servir para proteger as negociações dos negros. Que maneira de governar? Não haverá quem fale francamente ao ministro de Sua Majestade? Este homem tem merecimento, ninguém lhe pode negar, tem uma probidade a toda prova, serve talvez para qualquer comissão em que o governo o queira empregar. Porém, como governador desta malfadada província, é um déspota sanhudo que zomba dos seus governados, é o seu flagelo, e é finalmente a desonra de um partido ou de um ministério que o conserva em semelhante lugar tão impróprio para ele [sic].

Teria sido este texto redigido pelo próprio Arsénio de Carpo? Não o sabemos. Mas, com a sua assinatura, consta uma série de artigos publicados ao longo de vários números no mesmo jornal e no mesmo ano, com o título geral «Correspondência d'Angola», onde o antigo autarca de Luanda não hesita em pôr a nu os podres, não só de Pedro

Alexandrino da Cunha, mas também dos seus sequazes em Angola. Entre eles, inclui o bacharel mestiço Eusébio Catela de Lemos Pinheiro Falcão, oriundo de uma família de reputados negreiros angolanos e sobrinho por afinidade de Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara, o proprietário do embarcadouro clandestino do Morro da Cruz. Carlos Pacheco, que teve, entre tantos outros méritos, o de recolher e de comentar meticulosamente estes dados, reproduz também, a este respeito, um excerto de um artigo de Arsénio de Carpo, publicado em *A Revolução de Setembro* a 7 de Setembro de 1847:

O secretário [do governo de Angola], o sr. João Reboredo, é muito atendido por ser um capacho cabralista. A única pessoa que tem muita influência é um famoso mulato chamado Catela, membro da Comissão Mista [Luso-Britânica]; noutro tempo grande negreiro, hoje perseguidor de negreiros, apesar de dizerem-me que ainda de vez em quando entra nessa especulação. Este homem teve pretensões a deputado e é o principal correspondente do [Ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar Joaquim José] Falcão. É o homem que dá todas as informações e que serve de conselheiro ao governador [Pedro Alexandrino da Cunha]. Entretanto, ouvi [dizer] que havia aqui um grande partido no qual entram todos os mulatos, que pretende fazer desta província nossa uma província brasileira e vejo que o Catela é o chefe desta conspiração. Não admira, portanto, que ele fomente intrigas e desordens como aparecem a cada passo. Aqui reina o despotismo puro, com todas as suas consequências; a espionagem é feita pelos entes mais abjectos como algum ladrão incorrigível e denunciante dos seus camaradas e alguns escravos [sic].

Evidentemente que concordamos com Carlos Pacheco, ao advertir para o toque de exagero de que enfermam estas palavras de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, pois é sabido que ele próprio encabeçava grupos de interesses angolanos que se opunham a outros, tais como os de Catela e, quiçá, do seu tio Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara. Sem dúvida que a administração de Pedro Alexandrino da Cunha tirava proveito das antigas rivalidades que dividiam os homens de negócios de Luanda.

Mas não podemos deixar de nos deter na passagem onde Arsénio de Carpo associa habilmente Catela aos sobreviventes da Confederação Brazílica, que ainda apregoavam – ou conspirariam secretamente – pela ligação, colonial ou federal, de Angola ao Brasil. Talvez o objectivo do ousado madeirense fosse sensibilizar os governantes metropolitanos para o seu pretenso patriotismo como portugueses.

Tal não é de admirar, pois nas mesmas páginas de *A Revolução de Setembro*, Arsénio de Carpo não tardaria, ainda que em vão, a levantar uma arrojada campanha política: reivindicava a expulsão de Pedro Alexandrino da Cunha do governo-geral de Angola e a sua substituição por ele próprio, Arsénio de Carpo, quer nestas funções, quer nas de comandante da Estação Naval de Luanda. Prometia ainda, caso permanecesse dez anos nos cargos que se propunha desempenhar, acabar no prazo de um ano com o tráfico de escravos em Angola.

#### **d) Pedro Alexandrino da Cunha nos lugares da memória de Angola**

Embora não tenha sido substituído no governo de Angola por Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo – e sim por Adrião Acácio da Silveira Pinto, que governou até 1851 –, Pedro Alexandrino da Cunha foi exonerado das suas funções a 18 de Fevereiro de 1848. O seu futuro não foi feliz. Transferido para o governo de Macau, aí morreria dois anos depois, com apenas 49 anos. Os seus restos mortais desapareceriam com a explosão e o afundamento da fragata *D. Maria II*, que os transportava para Lisboa.

Em 1854, quando José Rodrigues Coelho do Amaral cumpria o seu primeiro mandato de governador de Angola, foi esculpida em Lisboa, por Ernesto Rusconi, uma estátua em bronze, representando de corpo inteiro Pedro Alexandrino da Cunha. A estátua, que terá custado cerca de 1656 escudos, dos quais 444 provieram do espólio



arrecadado pelo próprio Pedro Alexandrino da Cunha em Macau, embora desembarcando em Luanda nesse mesmo ano, ficaria esquecida na Alfândega até 1866, quando o governador Francisco António Gonçalves Cardoso a fez recolher ao Palácio do Governo. Contudo, só seria exposta ao público, em frente ao porto, no Largo das Portas do Mar, em 1871, por iniciativa de comerciantes luandenses que eram, nem mais nem menos, do que os netos de Augusto Garrido e de Inocêncio Matoso de Andrade e Câmara. Arnaldo Santos romanceia-o notavelmente em *A Casa Velha das Margens*.

Pedro Alexandrino da Cunha, cuja estátua foi erguida entre os edifícios da Alfândega e da antiga Estação Naval, tão caros ao homenageado, no então chamado Largo do Calheiros, em pouco tempo baptizou o largo e apagou dele o nome do governador que, dez anos antes, o mandara assorear, Sebastião Lopes Calheiros e Menezes. Como todas as estátuas coloniais sobreviventes em 1975, a de Pedro Alexandrino da Cunha – que muitos consideram ter sido a primeira a ser erigida na cidade de Luanda – foi removida para a Fortaleza de São Miguel. Mas, durante os mais de cem anos em que, com o seu olhar de bronze, contemplou altivamente as Portas do Mar e a baía de Luanda, esta estátua foi alvo de manifestações dos sentimentos extremados que a memória de Pedro Alexandrino da Cunha deixou no povo angolano: a admiração e a subserviência de uns e a aversão e o ódio de outros.

Também não escapou à sátira popular, como o demonstra uma das inúmeras anedotas recolhidas por Óscar Ribas em *Quilanduquilo*. Em determinado período da primeira metade do século xx, um enxame de abelhas ter-se-á instalado num orifício aberto no vinco traseiro das calças de bronze de Pedro Alexandrino da Cunha, de onde, ao longo de muitos anos, brotaram jorros de mel que lambuzavam as pernas da

estátua do famigerado governador. Não representaria o ferrão aguçado das abelhas a discricionariade do governo de Pedro Alexandrino da Cunha? E o mel derramado, um «produto lícito», não aludiria ele ao carácter capcioso da sua política comercial? Enfim, será deliberada ou inconsciente a simbologia contida neste lugar da memória?

### **3 - O Decreto de Eusébio Queiroz de 1850**

A legislação brasileira de Setembro de 1850, da autoria do senador Eusébio Queiroz Coutinho - um angolano naturalizado brasileiro desde as Cortes de 1822 -, proibiu o desembarque de escravos nos portos do Brasil. Tal levou a que este país exercesse pressão diplomática sobre Portugal no sentido de conseguir a instalação em Angola de um Consulado que, à semelhança do britânico, controlasse o contrabando negreiro. As autoridades portuguesas resistiram durante anos à concretização desta pretensão brasileira, só vindo o Consulado do Império do Brasil a ser criado em Luanda em 1859. Não há dúvida de que o tráfico de escravos entre Angola e o Brasil - em 1848 ainda entraram no Brasil 60 mil escravos, na maioria clandestinos, provenientes de Angola - diminuiu substancialmente depois de 1850. Mas os comerciantes de Luanda e os próprios governantes, a quem não convinha que a vigilância obstinada ao tráfico clandestino, já há muito levada a cabo na região pela Grã-Bretanha, se acentuasse agora por via do Brasil, não ficaram indiferentes. Continuando a escravatura a ser legal em Portugal, em Angola, em Cuba e mesmo no Brasil, onde a mão-de-obra escrava ainda era utilizada, justificava-se que, mau grado a proibição do tráfico, o contrabando prosseguisse na clandestinidade com a conivência das autoridades portuguesas.

Comprová-lo-ia o misterioso assassinio, em Luanda, do engenheiro e jornalista brasileiro abolicionista Francisco Pereira Dutra – autor da memorável Planta de Luanda de 1862 –, em 1867. Pouco tempo antes de ser encontrado morto, Pereira Dutra fora preso sob acusação infundada de ter assassinado um escravo. O acusador foi Augusto Garrido, o mesmo comerciante e proprietário de terras cujas práticas escravagistas o jornalista denunciara nos seus artigos publicados no jornal *A Civilização da África Portuguesa*. Assim se compreende, igualmente, porque é que, em 1852, o então governador de Angola, António Sérgio de Sousa, pretendendo ludibriar os Ingleses, conferiu ao magnata cabindense Francisco Franque, cuja fortuna se devia ao tráfico negreiro, de que jamais abdicou, a categoria de seu representante comercial na região de Cabinda. Autorizou que os seus barcos de navegação costeira e fluvial ostentassem a bandeira portuguesa e que os seus capitães exibissem documentos passados em Luanda ou mesmo em Cabinda pelo próprio Francisco Franque. Tais documentos identificavam as embarcações como sendo de transporte legal de passageiros ou de mercadorias.

Em Portugal, onde a notícia do decreto brasileiro de Eusébio Queiroz quase coincidiu com o golpe da Regeneração de 1851 – antecedendo em dois anos a morte prematura da rainha D. Maria II –, Sá da Bandeira não hesitou em dar largas à sua voracidade legislativa. Se em 1854 decretou a abolição parcial da escravatura em Angola – «parcial», porquanto os *libertos* continuavam obrigatoriamente ao serviço dos amos –, em 1858, para festejar o casamento do rei D. Pedro V com D. Estefânia, marcou para daí a 20 anos a sua supressão total. Mas em Angola a realidade foi bem diferente. Não só a escravatura se manteve intacta, como também, durante décadas, o «tráfico clandestino» coexistiria com o «comércio

legítimo». Foi neste contexto que Sá da Bandeira – que só abandonaria o poder em 1870, a seis anos da sua morte – prosseguiu no seu projecto de alargamento da «Província de Angola». É da sua própria autoria, com a coadjuvação de Fernando da Costa Leal, a concepção de um mapa de Angola, publicado em 1863, que já procurava ilustrar a nova organização administrativa da colónia, oficializada no ano seguinte. A «Província de Angola» era agora dividida por cinco distritos: Luanda, Benguela, Moçâmedes – o topónimo passaria, doravante, a ser grafado com ç –, Ambriz e Golungo Alto, por sua vez subdivididos por concelhos, que integravam os presídios compreendidos nos seus limites. O domínio português sobre o Ambriz, porto durante muito tempo inexpugnável, era recente. A que se devera?

O objectivo dos Portugueses era conseguir o reconhecimento da Grã-Bretanha dos direitos de Portugal sobre os territórios do Kongo. O governador José Rodrigues Coelho do Amaral, cujo primeiro mandado decorreu entre 1854 e 1860, começou por enviar missões navais ao Zaire com o encargo de recolher declarações de vassalagem dos chefes congolese. Autorizado por Sá da Bandeira e a pretexto de punir D. Garcia, soba do Ambriz, considerado um negreiro que se opunha à actividade de seis feitorias portuguesas, Coelho do Amaral comandou pessoalmente, a 15 de Maio de 1855, a expedição de três mil homens que arrasou o porto de Ambriz, massacrou a sua população e incendiou cerca de 1500 palhotas nas redondezas. O próprio governador o confirma:

Não existe hoje uma única povoação das que pertenciam ao ex-Régulo do Ambriz. As suas plantações – que não eram abundantes, pois que este povo comprava uma parte dos géneros para sua alimentação, com os lucros que retirava do comércio – ficaram também destruídas. [...] Um grande barracão, próximo à povoação do Rei, e que era destinado para o depósito de escravos, foi igualmente reduzido a cinzas. [...] Ficou, pois, esta questão

decidida, pelo extermínio do povo do Ambriz. Ele assim o quis, assim o teve [sic].

Portugal tentava, assim, demonstrar falaciosamente à Grã-Bretanha que pugnava pelo abolicionismo, quando na verdade, quer Lisboa, quer Luanda, seguindo o exemplo de Pedro Alexandrino da Cunha, protegiam sub-repticiamente alguns negreiros.

Ao contrário do que esperavam os Portugueses, a chacina do Ambriz deu origem a graves protestos da Grã-Bretanha, que se recusava a reconhecer a soberania portuguesa na costa africana entre os 5° 12' e os 8° de latitude sul. A 15 de Julho de 1856, o parlamento português, depois de haver declarado transitoriamente o Ambriz como porto franco, aprovou um decreto que punha fim à escravatura, não só no agora chamado distrito do Ambriz, mas também nos territórios de Cabinda e Molembo. Se a proibição da escravatura no Ambriz, onde os Portugueses ergueram, entretanto, uma fortaleza, logrou silenciar a Grã-Bretanha na sua contestação aos direitos coloniais de Portugal àquela região, o mesmo não aconteceu em relação a Cabinda e Molembo. Tal não é de estranhar, pois Cabinda e Molembo eram plenamente independentes de Portugal, pelo que qualquer legislação portuguesa versando sobre estes territórios não podia deixar de ser delirante, além de fraudulenta. Mas o empenho de Coelho do Amaral em prosseguir na ocupação militar do litoral a norte do Ambriz, de modo a atingir as duas margens do rio Kongo/Zaire, consumando o projecto de Sá da Bandeira de dominar toda a costa angolana e impedir a penetração de potências estrangeiras no interior, não teve efeitos favoráveis às pretensões portuguesas, pois a oposição da marinha de guerra britânica, posicionada a norte do rio Loje, foi tenaz.

Entretanto, na corrida à ocupação e ao desenvolvimento de Angola, a duradoira administração de Sá da Bandeira,

mais uma vez impossibilitada de fazer frente à Grã-Bretanha pela via marítima no litoral norte, optava por outras alternativas, que alguns autores designaram por «nova conquista de Angola»: o embranquecimento racial do território e as campanhas militares no interior, doravante conhecidas, pelo menos até ao fim da primeira metade do século xx, pelo eufemismo «guerras de pacificação do gentio». Quanto ao primeiro, apostou, quer na expropriação de prédios urbanos e terrenos de cultivo em Luanda e no corredor do Kuanza, quer no reforço intensivo das recentes colónias piscatórias e agrícolas meridionais de Moçâmedes/Huíla. Quanto às segundas, levava por diante, quer as hesitantes intervenções militares no Kongo, a noroeste, quer aquelas que ficaram conhecidas por «guerras do Kasanje», a nordeste.

Em Luanda, a imprensa demorava a chegar. Os governadores levaram dez anos a dar cumprimento à carta de lei de Outubro de 1856, sobre liberdade de imprensa, promulgada em Lisboa pelo próprio Sá da Bandeira. Os motivos, como já vimos, não podiam ser outros senão o silenciamento da burguesia angolana, que continuava próspera e a viver, quer da importação e da exportação, quer do crédito que concedia aos menos abastados, nomeadamente aos agricultores. Foi esta situação, interpretada pelos interesses financeiros metropolitanos como um obstáculo à instalação de qualquer indústria em Angola, que desencadeou a criação do Banco Nacional Ultramarino na década de 1860, já no reinado de D. Luís, que sucedera no trono de Portugal ao seu irmão mais velho D. Pedro V, falecido prematuramente de febre tifóide em 1861. Fundado em Portugal pelos irmãos Chamiço em 1864, o BNU abriu a sua primeira sucursal em Luanda dois anos depois, inicialmente com a finalidade de conceder crédito aos mais desfavorecidos. Embora só começando a emitir moeda dez anos mais tarde, foi logo à partida mal recebido em Angola, pois receava-se que, por detrás da sua

actuação, estivesse um desígnio de penetração na colónia do capital financeiro metropolitano em detrimento do capital angolano. Os receios não eram infundados, pois bastaram dois anos para que boa parte dos agricultores angolanos dos arimos da periferia de Luanda ficasse sem as suas terras, que o valor elevado dos juros exigidos pelo Banco não permitiu manter. Ao mesmo tempo, a população europeia de Luanda crescia abissalmente. Mas a acção devastadora do BNU alargar-se-ia nas décadas seguintes.

Já no fim do ano de 1866, Sá da Bandeira pôde, finalmente, autorizar o governador Francisco António Gonçalves Cardoso a dar cumprimento em Angola à carta de lei sobre liberdade de imprensa de dez anos antes. Surgiu então *A Civilização da África Portuguesa*, jornal da propriedade de dois portugueses naturais da metrópole: os advogados provisionários António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua. Num tempo em que, em Portugal, a imprensa dita liberal há muito que proliferava e começava a utilizar tipografias modernas, movidas a vapor, capazes de proporcionar tiragens superiores a um milhar por hora, os jornais que em Angola se seguiram a *A Civilização da África Portuguesa* - na maioria de existência efémera - tiveram de se contentar com prelos manuais e com tiragens reduzidíssimas. Entretanto, em Portugal, por volta de 1865, assistia-se à passagem da imprensa de opinião para a imprensa de informação, sustentada pela publicidade e pelo anúncio pago. Em Angola, até aos anos de 1920, a imprensa foi preferencialmente de opinião.

Em 1869, o ministro da Justiça português, Rebelo da Silva - na esteira da teoria do penalista Silva Ferrão, segundo a qual o degredado seria o «civilizador» do africano -, promulgava um decreto impulsionador da colonização penal, permitindo que as esposas e os filhos menores dos degredados os acompanhassem para terras

africanas. Este decreto, que vigoraria até 1932, visava evitar a «cafrealização», ou seja, que os degredados portugueses se juntassem com mulheres negras e contribuíssem para a multiplicação da população mestiça. Ao contrário do legislador britânico coevo, que limitava aos 30 anos a idade dos degredados, condenados por crimes leves, destinados a «povoar» a Austrália, Rebelo da Silva entendeu que para Angola deveriam seguir os criminosos de penas mais graves: os falsificadores de moeda e os homicidas, sobretudo os autores de homicídio qualificado, nomeadamente os infanticidas e os parricidas. No último quartel do século XIX, Eça de Queirós criticaria, com ironia, esta lei, alegando, numa das suas crónicas, que para conhecer os territórios portugueses ultramarinos teria de matar o pai. Mas, enfim, para Sá da Bandeira e para todos os seus seguidores, o embranquecimento racial da população de Angola era uma imprescindibilidade.



## CAPÍTULO XV

# **Angola entre o tráfico negreiro clandestino, o início da «nova conquista» e o nativismo da «imprensa livre» (c.1850- c.1885)**



# Cronologia

**1849 (Agosto)** – Desembarque, em Moçâmedes, na barca *Tentativa Feliz*, de 177 Luso-Brasileiros, encabeçados por Bernardino Freire de Abreu e Castro.

**1850** – Publicação, em Luanda, da obra de poesia *Espontaneidades da Minha Alma. Às Senhoras Africanas*, do angolano José da Silva Maia Ferreira, primeiro livro impresso em Angola.

**1850/1851** – «Primeira Guerra do Kasanje». A apropriação da Feira de Kasanje pelos Portugueses e a criação do distrito de Tala Mungongo.

**1852** – 1.º Acto Adicional à Carta Constitucional de 1826, onde pela primeira vez, na legislação portuguesa, se introduz o termo «Ultramar», sendo Angola e as outras colónias designadas por «Províncias Ultramarinas». – Tentativa de travessia da África empreendida por Silva Porto.

**1852/1856** – «Segunda Guerra do Kasanje», com os assaltos da guerrilha do soba Bumba.

**1853** – Publicação, em Lisboa, de *Dedo do Pigmeu*, colectânea de poemas autobiográficos de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo. – Manuel José Puna toma a iniciativa de assinar uma petição dirigida ao governo colonial de Luanda reivindicando a extensão do domínio português a Cabinda.

**1857** – Criação do Presídio de Malanje, em consequência das chamadas «Guerras do Kasanje».

**1860 (14 de Fevereiro)** – Assassinato de D. Nicolau Água Rosada no Soyo e conquista de São Salvador pelos Portugueses na segunda metade do ano.

**1861/1862** – «Terceira Guerra do Kasanje». – Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo introduz o comércio da cera e da borracha em Malanje.

**1864** – Fundação, em Lisboa, do Banco Nacional Ultramarino pelos irmãos Chamiço. – Publicação, em Luanda, do primeiro estudo sobre o kimbundu *Elementos Gramaticais de Língua Mbundu*, de Saturnino de Sousa e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina.

**1866** – Criação, em Luanda, do primeiro jornal angolano, *A Civilização da África Portuguesa*, da propriedade de António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua.

**1867** – Morte enigmática, em Luanda, de Francisco Pereira Dutra, poucos dias depois de ter sido preso.

**1869** – Decreto de Rebelo da Silva – que vigoraria até 1932 – impulsionador da colonização penal, permitindo que as esposas e os filhos menores dos

degredados os acompanhassem para terras africanas.

**1874** - Circula por Luanda o panfleto independentista *Voz de Angola*, assinado pelo pseudónimo colectivo Dom Ferrabraz de Alexandria.

**1875 (Abril)** - Morte do magnata cabindense Francisco Franque aos 99 anos. - Lei de Andrade Corvo abolindo a escravatura em Angola e noutras colónias portuguesas e primeiro Código do Trabalho Indígena.

**1877/1880** - Capelo e Ivens exploram os territórios entre os rios Kuanza e Kuango.

**1881** - Criação em Luanda de *O Echo de Angola*, de Inocêncio Matoso da Câmara (Neto), primeiro jornal integralmente redigido e dirigido por «filhos do país», destacando-se João da Ressurreição Arantes Braga.

**1882 (10 de fevereiro)** - João da Ressurreição Arantes Braga funda o jornal *O Pharol do Povo*.

**1885 (28 de Fevereiro)** - Em *O Pharol do Povo*, José de Fontes Pereira critica a Conferência de Berlim, encerrada duas semanas antes, denunciando o facto de não ter sido convidado a participar nela nenhum Estado africano, nomeadamente o Reino do Kongo.

# 1 - Angola e Cabinda no terceiro quartel do século XIX

## a) Luanda entre as *Espontaneidades da Minha Alma*, de José da Silva Maia Ferreira (1850), e o *Dedo do Pigmeu* (1853), de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo

Em 1848, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo encontrava-se em Londres. Depois de prestar homenagem à rainha Vitória, associou-se a Silvano Ferreira e a Eduardo Possolo, com quem elaborou o projecto da criação de uma companhia que se propunha o desenvolvimento do comércio, da agricultura e da indústria em Angola. Visava igualmente a construção de uma linha de caminho-de-ferro de Luanda até Calumbo, na margem do Kuanza. O projecto não se concretizaria, mas é sabido que, em meados de 1849, Arsénio já se encontrava em Luanda, onde ofereceu uma tipografia e papel e tinta à Imprensa do Governo. Por várias vezes, aliás, afirmou que a imprensa periódica, ao serviço de um espírito livre, era uma necessidade vital em Angola, sem a qual não seria possível o verdadeiro desenvolvimento do país. Escreveu-o, inclusive, no livro de poemas autobiográficos *Dedo do Pigmeu*, que editou em Lisboa em 1853:

*Ponde cá [em Angola] prelos e livros,  
Uma linha de vapores  
E vereis estes cativos  
Levantar nossa nação:  
Vê-los-eis nobres senhores.*

O prelo oferecido em 1849 por Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo à Imprensa do Governo imprimiu em Luanda no ano seguinte, a primeira obra literária publicada em Angola: *Esportaneidades da Minha Alma. Às Senhoras Africanas*, de José da Silva Maia Ferreira. O autor, filho de um comerciante angolano seu homónimo, veio a ser biografado em 1990 por Carlos Pacheco, que procedeu a um estudo meticoloso da genealogia do poeta, remontante, do lado paterno e do lado materno, a famílias antigas da burguesia luandense. Nascido em Luanda, a 7 de Junho de 1827, José da Silva Maia Ferreira – o terceiro de dez irmãos, dos quais os dois mais novos vieram a nascer no Brasil – partiu com a família para o Rio de Janeiro em 1834, com sete anos. Fez os seus estudos no Brasil onde, pelo que transparece no único livro que deixou, terá sido leitor entusiasta da poesia romântica coeva, francesa, portuguesa e brasileira. Em citações que servem de epígrafe a alguns dos seus poemas, não esconde a sua admiração pelos franceses Alphonse de Lamartine e Victor Hugo, pelos portugueses Bocage, António Feliciano de Castilho e Almeida Garrett e pelo brasileiro António Gonçalves Dias. Quando visitou Portugal, em 1844, conviveu com o ultra-romântico Bulhão Pato.

Mas em Maio de 1845, num tempo em que o pai há muito falecera e deixando a mãe no Rio de Janeiro, o jovem José da Silva Maia Ferreira, que ainda não completara 18 anos, embarcou na barca brasileira *Constança* e regressou a Angola, instalando-se na baixa de Luanda, no Bairro dos Coqueiros. No ano seguinte, ingressava na administração colonial, primeiro como secretário interino da Junta da Saúde, depois como secretário da Comissão Mista Luso-Britânica, nomeado directamente por Pedro Alexandrino da Cunha. Embora Maia Ferreira tenha privado muito de perto com os burocratas mais chegados ao governador, nomeadamente com o bacharel Eusébio Catela, é de

presumir que não fosse grande a simpatia entre Pedro Alexandrino da Cunha e o jovem poeta. Carlos Pacheco insinua-o, evidenciando a ode com que José da Silva Maia Ferreira abre *Esportaneidades da Minha Alma*. Trata-se de uma sucessão de decassílabos lavrados em dedicatória de boas-vindas ao sucessor de Pedro Alexandrino da Cunha, o governador Adrião Acácio da Silveira Pinto. O mesmo «nobre Acácio» volta a ser exaltado por Maia Ferreira em páginas já quase finais do seu livro, novamente em decassílabos arrebatados, a que o poeta não hesita em chamar «Hino»:

*Nobre Acácio, eis um hino de glória [...]  
Glória a ti que nos reges bondoso  
Nestes plainos do ardente torrão  
Onde a esp'rança já morta renasce,  
Arvorando o seu nobre pendão.*

Segundo Carlos Pacheco pôde apurar, José da Silva Maia Ferreira deslocou-se em negócios ao Rio de Janeiro entre Outubro de 1846 e Setembro de 1849. Voltou de novo a Angola, portanto, num tempo em que já governava Adrião Acácio da Silveira Pinto. Tornou a ingressar na administração, mas foi transferido para Benguela, como tesoureiro da Alfândega. Só conseguiria ser reintegrado em Luanda em meados do ano seguinte, agora como escrivão das descargas da Alfândega. Foi nesse entrementes que publicou o seu livro, onde figuram poemas datados do Rio de Janeiro no ano de 1849, ao lado de muitos sem local nem data e ainda de outros escritos em Luanda e em Benguela nesse mesmo ano ou já em 1850. Não é de estranhar que Maia Ferreira devesse a diligências de Adrião Acácio da Silveira Pinto a sua reintegração nos serviços alfandegários luandenses, o que explicaria os poemaslouvaminheiros ao governador.

Mas em que consiste *Espontaneidades da Minha Alma. Às Senhoras Africanas*?

Embora tratando-se do primeiro livro publicado em Angola, da autoria de um angolano, é um exagero considerá-lo, como alguns o fizeram, a primeira pedra na afirmação da consciência nacional angolana. Tratar-se-á de uma obra nativista, isto é, onde o autor, um «filho do país», se demarca da identidade do colonizador português? Cremos que talvez nem isso. Muitos dos poemas, como aliás o título e o subtítulo o indiciam, são essencialmente líricos. Tem sido um quebra-cabeças, para alguns leitores, a especulação acerca de qual seria a cor da pele daquelas que Maia Ferreira designa por «senhoras africanas» e a quem chama «minhas compatriotas». Mesmo sendo inegável que Maia Ferreira assume por diversas vezes Angola como a sua Pátria, pela qual não esconde um permanente sentimento de nostalgia – ou de «saudades», como prefere escrever –, também é verdade que o autor não se poupou a poemas de louvor à família real portuguesa: à rainha D. Maria II, ao seu marido, o rei consorte D. Fernando II, e ao filho primogénito de ambos, D. Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro V, a quem dedica uma carinhosa poesia infantil por ocasião do dia do seu décimo aniversário. Mas o mais significativo é Maia Ferreira persistir em se auto-proclamar o «vate da África adusta» [sic]. Na substituição do substantivo «Angola» por «África», afasta-se deveras do nativismo, aderindo ao discurso colonial imperialista. E na utilização do adjectivo «adusta» – ardente, árida –, aproxima-se, porventura involuntariamente, do exotismo.

Aquele que nos parece ser o poema mais interessante de José da Silva Maia Ferreira intitula-se, precisamente, «A Minha Terra». Talvez seja até o seu texto mais nativista, mas onde o nativismo se exprime pela negativa, ou seja, não por aquilo que Angola é ou tem, e sim pelo que Angola

não é ou não tem... do Brasil e, sobretudo, de Portugal: «*Minha terra não tem os cristais / Dessas fontes de só Portugal [...]*» [sic].

Ainda segundo o seu biógrafo Carlos Pacheco, José da Silva Maia Ferreira saiu definitivamente de Angola em meados de 1851, demitido da Alfândega por «irregular comportamento e repreensível conduta» [sic]. No final do ano anterior, por motivos sentimentais, fora vítima de uma cena de tiroteio em Luanda. Viveria quatro anos como comerciante nos Estados Unidos da América, para depois se reinstalar no Rio de Janeiro, onde colaboraria em diversos jornais e onde acabaria os seus dias em 1881.

Muito diferente de Maia Ferreira era o madeirense Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, que não hesitou em glosar satiricamente o poeta angolano, no poema «Luanda», inserido no seu notável *Dedo do Pigmeu*:

*O país que adoptei  
Não tem fontes de cristal  
Da sua aridez gostei  
Embora gosto fatal.  
Anos trinta o habitei  
Pagaram-me alfim mui mal.*

Não é difícil perceber porque é que a poesia inofensiva de José da Silva Maia Ferreira foi pacificamente publicada pelo governo de Angola em 1850, ao passo que o fornecedor da máquina que a imprimiu, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, se viu censurado e obrigado, três anos depois, a enviar para um prelo lisboeta os originais do seu *Dedo do Pigmeu*. Talvez as razões não andem longe da aprovação da legislação brasileira de Eusébio Queiroz. Embora Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo fosse descrito, nesse mesmo ano de 1850, pelo médico alemão Georg Tams - na sua *Visita à Possessões Portuguesas da Costa*



*Ocidental de África* –, como uma figura respeitada em Luanda, que ao contrário do comum dos moradores, não se deslocava de maxila (rede) transportada por escravos e sim a cavalo, pois era o «único europeu [...] negociante de escravos, [que] andava acompanhado por um criado branco, igualmente montado» [*sic*], via-se votado ao ostracismo pelas autoridades e pela própria burguesia.

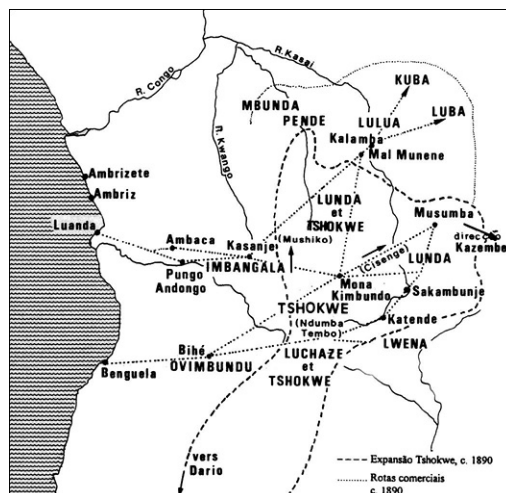
Segundo o relata nas suas notas de viagem, David Livingstone foi calorosamente acolhido em Ambaca, agora sede do distrito do Golungo Alto, por Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, em meados de Abril de 1854. Ao mesmo tempo que, em Luanda, outros antigos escravistas, nomeadamente José Maria Matoso da Câmara, se entregavam a obras de beneficência – como foi o caso da criação do famoso Recolhimento Pio D. Pedro V –, Arsénio de Carpo afastara-se da capital para se fixar como comerciante no Alto Lukala, em contacto directo com a Feira de Kasanje, onde o médico e missionário escocês fora hóspede do recente director português António Rodrigues Neves. Livingstone seguiu depois para Luanda, onde esteve meses hospedado no Consulado Britânico da Cidade Alta, antes de iniciar uma nova travessia até à costa oriental africana. São, aliás, impressionantes as suas observações acerca do estágio de degradação de Luanda, concretamente da abandonada Igreja Matriz da Conceição, utilizada como estábulo antes de ser transformada, 25 anos depois, em Observatório Meteorológico João Capelo.

### **b) As «guerras» e as transformações comerciais do Kasanje, a emergência de Malanje e a hesitante intervenção militar portuguesa no Kongo**

Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo morreu em Malanje em 1869, aos 77 anos. Em Luanda, deixou um filho homónimo, que se distinguiria como jornalista no último

quartel do século. Mas, ao longo dos últimos 20 anos da sua vida, teve tempo de presenciar importantes transformações em Angola. A principal de todas, que inclusivamente protagonizou, traduziu-se na criação do Presídio de Malanje, em 1857, consequência directa das chamadas «Guerras do Kasanje». O que estava em causa?

As três «Guerras do Kasanje» são indissociáveis da legislação brasileira de Eusébio Queiroz, que originou o bloqueio definitivo ao embarque de escravos em Luanda. Esses escravos eram vendidos ao director português da Feira do Kasanje pelo Jaga, que os mandava vir da Lunda. Daí o tampão intransponível ao avanço dos Portugueses para lá do rio Kuango, de que Correia Leitão tanto se queixara em 1756. Compreende-se o prejuízo que a legislação de Eusébio Queiroz representou em 1850 para o Jaga do Kasanje, D. Pascoal Machado, também conhecido por Bumba-a-Kinguri ou, simplesmente, por Jaga Bumba. Bumba e os chefes de linhagem procuraram, por um lado, canalizar as suas kibukas comerciais de escravos para os portos da costa norte, fora da administração portuguesa, uma vez que o acesso aos embarcadouros clandestinos das proximidades de Benguela - Benguela Velha (futuro Porto Amboim), Novo Redondo, Quicombo e Egipto - se lhes encontravam vedados pelos Ovimbundu. Estes, não só dominavam os embarcadouros clandestinos, como mantinham isolada a cidade de São Filipe de Benguela com os assaltos e razias que a sua população de origem portuguesa designava por «Guerras do Nano» (*Guerras [vindas] do Planalto [do Huambo/Bié]*). Por outro lado, Bumba começou a hostilizar os Portugueses da própria Feira de Kasanje e da Feira de Cafuche.



27 – Expansão quioica (ou kioka ou tchokue) após 1850, segundo Miller em 1970, contemporânea das «Guerras do Kasanje» e da fundação do Presídio de Malanje, em 1857, pelos Portugueses. HENRIQUES, 1997, p. 691

É que estes Portugueses, acossados pela síndrome do «comércio dos produtos lícitos», já impunham na região as monoculturas industriais destinadas à exportação, para o que empregavam a força de trabalho, não dos antigos escravos, mas sim de camponeses imbangala expropriados das suas terras.

O caminho encontrava-se aberto para a «Primeira Guerra do Kasanje» que, segundo os relatórios portugueses – nomeadamente o de António Rodrigues Neves, lugar-tenente do major Francisco de Salles Ferreira –, decorreu logo no ano de 1850 e se iniciou com o assassinato, por motivos não esclarecidos, de um oficial português na Feira de Cafuche, por instigação do soba bondo Ndala Kisua. Em represália, o major Francisco de Salles Ferreira, chefe do Presídio de Pungo Andongo, arrasou pelas armas vários sobados do Kasanje durante o mês de Junho, sem, todavia, capturar Ndala Kisua, que se refugiara junto do Jaga Bumba. Este, por sua vez, atacou a Feira de Kasanje, de onde expulsou os comerciantes portugueses. Um mês depois, a 24 de Julho, Salles Ferreira incendiou o kilombo de Bumba, que foi forçado a fugir e declarado rebelde. Os

Portugueses elegeram então um novo Jaga da sua confiança, Kalunga-ka-Kissanga, que foi baptizado D. Pedro Acácio Ferreira – com os nomes do rei de Portugal, do governador de Angola e do comandante da expedição punitiva – e que, além de não ter sido submetido ao tradicional ritual da antropofagia, pois Bumba levara consigo os objectos sagrados, jurou vassalagem a Portugal sem lhe ser exigido o pagamento do dízimo, mas apenas um tributo de dez escravos, um macaco e um papagaio por ano.

A segunda campanha da «Primeira Guerra do Kasanje» decorreu entre Janeiro e Abril de 1851, mas teve origem ainda em Setembro do ano anterior, quando Bumba atacou a Feira de Kasanje e matou, quer o director português, quer o Jaga D. Pedro Acácio Ferreira. Os sobreviventes refugiaram-se no alto da colina de Tala Mungongo (cuja tradução literal do kimbundu é *Olha para o Mundo*). Em Dezembro, uma nova expedição punitiva comandada por Salles Ferreira – com cerca de mil homens, entre os quais os guerreiros do Dembo de Cambambe, Kabuku Kambilu, que daí a cinco anos viria a participar igualmente na ocupação do Ambriz – galgava a encosta íngreme de Tala Mungongo, para a 6 de Janeiro encontrar uma Feira de Kasanje vazia e abandonada. O exército de Salles Ferreira capturou Ndala Kisua mas, tendo atingido o Kuango em Fevereiro, não conseguiu apanhar Bumba, que saiu do território do Kasanje atravessando o rio para a margem leste. No entanto, desta vez, os Portugueses apossaram-se das insígnias de sagração do Jaga e, em Abril, na própria Feira de Kasanje, baptizaram um novo chefe vassalo imbangala com o nome de D. Fernando Acácio Ferreira. Este não ficava com o nome do rei de Portugal, mas com o do seu pai, o rei consorte alemão. E António Rodrigues Neves tornou-se então director da Feira do Kasanje, agora inteiramente nas mãos dos Portugueses. Conforme então

foi escrito em Luanda no *Boletim Oficial*, o caminho para a Lunda encontrava-se plenamente aberto.

A 16 de Agosto desse ano de 1851 era criado o distrito de Tala Mungongo e, como o registaria o mapa de Sá da Bandeira em 1863, o avanço português para leste aumentava em 300 quilómetros. Além de que, para atingir a Musumba do Muatiânvua, na Lunda, os comerciantes portugueses já não eram obrigados a contornar o território do Kasanje, pelo que a duração da viagem de Luanda à Lunda ficava reduzida de um ano, ida e volta, para quatro meses. À Feira do Kasanje, dirigida por António Rodrigues Neves, chegavam agora, fornecidas pelos Imbangala e em troca de tecidos, maiores quantidades de «produtos lícitos», como a cera e o marfim, depois embarcados em Luanda nos navios que seguiam para a Europa e para a América. Porém, em Fevereiro de 1852, rebentava a «Segunda Guerra do Kasanje», com os assaltos da guerrilha de Bumba à feira e ao novo Jaga D. Fernando, considerado usurpador. A guerra prolongar-se-ia até 1856. Por esse motivo, entre 1852 e 1853, um conjunto de antigos comerciantes portugueses da Feira de Kasanje foi progressivamente recuando para oeste e aglomerando-se noutro lugar do planalto, Malanje, onde criaram uma nova feira. Pretendiam salvaguardar-se dos ataques imbangala mas, ao mesmo tempo, assegurar uma ligação com Pungo Andongo, com Tala Mungongo e com o próprio Kasanje, onde o Jaga D. Fernando, com o apoio de Luanda, resistia a Bumba. Foi por essa época, em 1854, que David Livingstone – que já se encontrara no Cassai com Silva Porto e com o ambaquista Lourenço Bezerra, aí instalado desde 1848 – passou pela Feira do Kasanje e reconheceu, nas suas notas de viagem, que a autoridade portuguesa se estendia até à margem esquerda do rio Kuango, onde viu instalados comerciantes mulatos.

Em finais de 1856, após seis anos de guerrilha, Bumba propôs a paz ao governador Coelho do Amaral, que a aceitou. Agora «fiel vassalo» dos Portugueses, depois da morte inexplicável do Jaga D. Fernando, Bumba voltou a ocupar pacificamente o lugar de Jaga do Kasanje até 1860. Mas em 1857, por prudência ou obedecendo a uma estratégia já há muito gizada de aniquilar o poderio imbangala, o governador português elevou Malanje à categoria de presídio e as caravanas comerciais entre Ambaca e Kasanje passaram a ser escoltadas pelos militares. Por essa época, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, que se encontrava na região havia pelo menos três anos, investia em Luanda os seus lucros no efêmero jornal *A Aurora*, cujo sócio, Alfredo Sarmiento – conforme o próprio o reconheceria em *Os Sertões d'África* (1880) – abandonaria para seguir para a Kongo na expedição que tomou posse das minas de cobre e de malaquite do Bembe. Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo solicitou então oficialmente ao rei de Portugal, D. Pedro V, que lhe fosse concedido o cargo de chefe do distrito de Tala Mungongo. O pedido foi indeferido, mas Arsénio de Carpo não desistiu da sua luta pela sobrevivência, como os anos subsequentes o mostrariam.

Entretanto, no Kongo, depois da fulgurante ocupação do Ambriz em 1855, as intervenções políticas e militares portuguesas eram tergiversantes. Sempre auxiliado pela guerra preta do Dembo Kabuku Kambilu, o agora tenente-coronel Salles Ferreira ocupara pacificamente as jazidas de cobre de Bembe em 1856. A criação da respectiva fortaleza e do chamado concelho de D. Pedro V ampliou a influência portuguesa na região muito além do Presídio de São José do Encoje. Mas a crise dinástica conguesa gerada pela morte do rei D. Henrique III, em 1857, deu origem a mais um conflito entre Portugal e a Grã-Bretanha. Contra D. Álvaro Makadolo, marquês do Dongo, que fora eleito

Ntotila pelos seus súbditos em São Salvador, Portugal entendeu que deveria apoiar as pretensões de outro sobrinho do defunto soberano, D. Pedro Lefula, marquês de Katende, que ajudara os Portugueses na tomada de Bembe e, tal como o falecido D. Henrique III, simpatizara com o massacre do Ambriz. Em contrapartida, os Ingleses, aliados aos Franceses de Boma, apoiaram D. Álvaro. Foi então que uma empresa britânica, a Western Africa Malachite Copper Mines Company Ltd, comprou ao português Francisco António Flores as acções de exploração das minas de Bembe, inviabilizando assim as pretensões portuguesas a estas jazidas. Durante dois anos, o governador Coelho do Amaral, vendo-se enfraquecido, não quis intervir nas hostilidades que se acenderam entre D. Álvaro e D. Pedro. Mas em 1859, quando ambos disputavam São Salvador, Coelho do Amaral enviou, através do Ambriz, uma coluna militar a Bembe. Os soldados, debilitados pelas doenças tropicais, não ousaram tomar São Salvador, limitando-se, por intermédio de dois missionários, a coroar, a 7 de Agosto, o marquês de Katende, tornando-o homónimo do monarca reinante em Portugal, D. Pedro V, e seu vassalo. E, em Novembro, o capitão português Militão de Gusmão foi vencido e aprisionado pelo exército de D. Álvaro Dongo, que o decapitou.

Pela mesma época, o *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* noticiava o fim trágico de mais um mártir, que muito mais tarde inspiraria o escritor angolano José Eduardo Agualusa para um conto memorável. Referimo-nos a D. Nicolau Água Rosada e Sardónia, filho do falecido D. Henrique II do Kongo. Este príncipe abandonara a Corte de São Salvador muito jovem, para se tornar funcionário das Finanças da administração portuguesa em Luanda. Segundo a historiografia dos missionários espíritanos franco-belgas François Bontinck e Louis Jadin, no ano de 1859, em Luanda, o cônsul britânico e o recente

cônsul brasileiro, o jovem médico Saturnino de Sousa e Oliveira, terão instigado Nicolau Água Rosada a denunciar, num jornal de Lisboa, a vassalagem do Kongo a Portugal e a proclamar, contra o seu primo D. Pedro V Água Rosada, que o Kongo era «amigo e aliado» de Portugal, mas não seu súbdito. Informado destas declarações, que comprometiam os interesses coloniais portugueses no Kongo em detrimento dos britânicos e brasileiros, o governador Coelho do Amaral transferiu Nicolau Água Rosada precisamente para o Ambriz, o entreposto que tomara ilegalmente e à força quatro anos antes. Mal chegou ao Ambriz, Nicolau Água Rosada, receando ser preso pelas autoridades portuguesas locais, fugiu mais para norte, para a feitoria britânica de Quissembo. No Quissembo – entre o Ambriz e uma localidade a que os Franceses chamavam Ambrizete, isto é, «pequeno Ambriz» em francês (actual Nzeto) –, Nicolau Água Rosada seria entregue pelos próprios comerciantes britânicos a uma multidão de naturais do Soyo que, segundo o *Boletim Oficial*, o consideraram traidor pelo facto de ser filho de um cúmplice da tomada violenta do Ambriz, e o mataram «a golpes de machete e levando em triunfo a [sua] cabeça espetada num pau» [sic].

O assassinato de Nicolau Água Rosada, a 14 de Fevereiro de 1860, serviu de pretexto a Coelho do Amaral para comandar um destacamento militar que atacou por terra os comerciantes britânicos, norte-americanos e franceses do Quissembo, auxiliado no mar pelo comandante José Baptista de Andrade. Mas só na segunda metade do ano de 1860, quando Coelho do Amaral foi substituído no governo de Angola por Carlos Augusto Franco, é que o exército português, reforçado por um contingente considerável trazido pelo novo governador, conseguiu tomar São Salvador, afastando definitivamente D. Álvaro Dongo e consolidando no poder D. Pedro V Água Rosada. A chamada



«reconquista do Kongo», conforme o alardearam os jornais de Lisboa, foi importante para o prestígio português internacional, e por isso nela participou o próprio irmão do rei de Portugal, o infante D. Luís, mal suspeitando que daí a um ano herdaria o trono.

Findo o primeiro mandato de Coelho do Amaral e o curto governo de Carlos Augusto Franco, e cinco meses depois da tomada de posse de Sebastião Lopes Calheiros e Menezes, rebentou a «Terceira Guerra do Kasanje», em Julho de 1861. Os Songos cortaram a via que ligava Pungo Andongo ao Kuango, o que não tardou a gerar revoltas dos Imbangala contra os comerciantes portugueses fixados na margem oriental do rio, os tais mulatos de que falara Livingstone. Em Setembro, o próprio governador Calheiros e Menezes se deslocou a Malanje para organizar uma segunda coluna militar, a acrescer à do tenente-coronel João Francisco do Casal, que atacou a Feira de Kasanje e afugentou o Jaga Bumba, agora novamente considerado um rebelde. A morte em combate do tenente-coronel Casal foi talvez empolada pelas crónicas portuguesas, que lhe chamaram «desastre do Cassange». Mas o certo é que, em Março de 1862, todos os comerciantes e militares portugueses abandonaram a Feira de Kasanje. Recuando 200 quilómetros, refugiaram-se no Presídio de Malanje, que, entretanto, fora fortificado. Malanje era agora, portanto, o baluarte português mais avançado no leste angolano.

Perante este clima de guerra, Luanda atravessava uma crise económica, gerada pela suspensão das transacções com o Kasanje e também agravada por uma epidemia de varíola, que assolou a cidade. A 26 de Setembro de 1863, o novo governador de Angola, o almirante José Baptista de Andrade - o mesmo que participara na conquista de Quissembo e de São Salvador - recebia no Palácio da Cidade Alta uma embaixada do Jaga Bumba, encabeçada pelo seu filho. A acompanhar os plenipotenciários

imbangala encontrava-se um único comerciante português: Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo. O Tratado, assinado por Bumba já em Novembro, não fazia a menor referência a tributos ou ao dízimo, pelo que o Jaga conservava a sua independência, consentindo que os comerciantes portugueses voltassem à Feira de Kasanje. Todavia, vieram a encontrá-la arruinada e passaram a efectuar as suas transacções a partir de Malanje, inclusive aquelas que implicavam a recepção das caravanas do Muatiânvua da Lunda. Estas, que chegavam a integrar dois mil carregadores, comerciavam agora directamente com os Portugueses, sem a intervenção dos Imbangala. Malanje suplantara o Kasanje.

Documentos estudados por Isabel Castro Henriques – nomeadamente relatórios dos chefes do Conselho de Malanje e dos governadores de Angola e a extensa obra produzida por Henrique de Carvalho nos anos de 1890 – demonstram que Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo tudo fez, nos anos subsequentes, por incentivar os Imbangala do Kasanje à produção de «mercadorias lícitas» que, passando por Malanje, eram depois embarcadas nos navios de Luanda. Desde 1864 que Arsénio de Carpo dirigiu caravanas de cerca de 900 carregadores, recrutados às suas próprias custas, transportando de Malanje para o Kasanje mercadorias tais como fazendas, pólvora e missangas. Que outras mercadorias obtinha Arsénio dos Imbangala em troca destas?

Por intermédio de Isabel Castro Henriques, citemos Henrique de Carvalho:

Depois do abandono da feira de Cassange [em 1862], apareceu aqui [no Kasanje] um Arcénio Pompílio Pompeu com uma factura importante de Luanda, e que aguardava e animava as comitivas de Bangalas a internarem-se com comércio fiado para o interior. É daí que data a procura da borracha e da cera, e tal era a fluência destes produtos que às suas fontes sucedeu o mesmo que ao marfim, foram-se esgotando [*sic*].

Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo foi, portanto, dos primeiros, se não o primeiro, a introduzir no nordeste de Angola a seringueira importada do Brasil, a partir de então cultivada pelos Imbangala e pelos Lunda--Kiokos, cujo trabalho na coagulação e na extracção do látex alimentaria, até às primeiras décadas do século xx, a indústria lucrativa da produção da borracha para o mercado internacional.

### **c) Bernardino de Abreu e Castro, o principal agente da colonização branca de Moçâmedes e da Huíla com Luso-Brasileiros e outros Europeus (1849-1871)**

A 26 de Junho de 1848, quando eclodiu em Pernambuco a chamada Revolução Praieira, que se arrastaria até 1850, iniciou-se nesta e noutras cidades brasileiras uma perseguição implacável aos Portugueses residentes no Brasil. Em menos de um mês, a comunidade portuguesa de Pernambuco apressava-se a escrever para Lisboa, solicitando ao governo que providenciasse com urgência a sua transferência para as terras do litoral do sul de Angola e o financiamento da criação de três engenhos de açúcar nessa região.

O redactor deste requerimento foi um intelectual miguelista refugiado no Brasil. Nascido por volta de 1809 em Oliveira do Hospital, na Beira, no centro de Portugal, Bernardino Freire de Abreu e Castro abandonara o curso de Direito, em Coimbra, durante a Guerra Civil Portuguesa de 1828-1834, para se entregar, como tenente de caçadores, à causa absolutista. Depois da Convenção de Évora Monte, ainda participou, durante cinco anos, em conspirações abortadas pelo regresso de D. Miguel a Portugal, às quais sobreviveu milagrosamente. Mas em 1839 fixou-se no Brasil, em Recife de Pernambuco, onde viveu como professor de um colégio e onde escreveu, pelo menos, dois livros: um romance, *Nossa Senhora de*

*Guararapes*, e uma *História Geral* em seis volumes. Passada uma década, a sua pretensão de liderar uma migração voluntária de indivíduos de origem portuguesa dispostos a desenvolver, no sul de Angola, um projecto de plantações agrícolas em grande escala, não podia deixar de agradar a Sá da Bandeira e aos seus seguidores, na prossecução do seu projecto de embranquecer racialmente, a todo o custo, a população do território do corredor de Moçâmedes/Huíla.

Assim, no início de Agosto de 1849, desembarcavam em Moçâmedes, encabeçados por Bernardino Freire de Abreu e Castro, 177 luso-brasileiros. A barca que atravessara o Atlântico para os transportar, escoltada pelo brigue militar português *Douro*, tinha um nome tão romântico que até parecia da autoria do próprio chefe dos colonos: *Tentativa Feliz*. Bernardino Freire de Abreu e Castro foi também o autor da metáfora bizarra – tornada lugar-comum, porque retomada por Ladislau Batalha e por outros – que classificou Moçâmedes como a «Sintra da Costa de África» [sic]. O próprio rio Bero, aliás, até então conhecido como *Rio das Mortes*, em breve foi rebaptizado, pela pena poética de Bernardino Freire de Abreu e Castro, como *Nilo de Moçâmedes*. Mas aos Luso-Brasileiros da barca *Tentativa Feliz* não tardariam a juntar-se outros em menos de dois anos, alguns deles preferindo ficar em Luanda ou noutros lugares. Segundo René Pélissier, no início da década de 1850, os 430 luso-brasileiros chegados a Angola constituíam quase um quarto de toda a população branca da colónia. Só os que se disseminavam entre Moçâmedes e o Planalto da Huíla eram cerca de 300.

Bernardino Freire de Abreu e Castro defendia a ocupação portuguesa das duas margens do rio Cunene, a penetração portuguesa no território do Cuanhama e a ligação terrestre de Angola a Moçambique. Pelo facto de não se tratar, nem de um degredado, nem de um comerciante, nem de um militar com pretensões

mercantilistas, como os que pululavam no sul de Angola e nos sertões angolanos, este intelectual absolutista impressionou, quer os governantes liberais metropolitanos seus contemporâneos, quer os historiadores coloniais vindouros. Viram nele um patriota precursor do sentimento de nacionalismo colonialista, que marcaria Portugal nos subsequentes 125 anos.

Um ano depois de chegar do Brasil e ao regressar a Moçâmedes após uma longa estada em Luanda, Bernardino de Abreu e Castro cruzou-se ocasionalmente em Benguela com dois comerciantes zanzibaritas que tinham atravessado o continente africano de leste para oeste. Depois de os entrevistar, apressou-se a enviar para Luanda as notas do itinerário daqueles que designou por «mouros de Zanzibar», que foram publicadas no *Boletim Oficial*. Tal viabilizou, quer a tentativa de travessia empreendida por Silva Porto em 1852, quer uma proeza cometida em 1854 pelo segundo governador do distrito de Moçâmedes, Fernando da Costa Leal. Invertendo o itinerário dos Zanzibaritas, Costa Leal atingiu a Humpata, com cujo Hamba estabeleceu mais um tratado de vassalagem, e «descobriu» a decepcionante foz do Cunene, oculta em bancos de areia. Percebeu que o leito do grande rio, tortuoso e agitado, não era navegável. Assinalá-lo-ia anos mais tarde, no mapa de Angola que elaboraria com Sá da Bandeira.

Se, mal desembarcou em território angolano, Bernardino de Abreu e Castro se dirigiu a Luanda, onde permaneceu quase um ano, foi para se abastecer de sementes de cana-de-açúcar na foz do Bengo. Na viagem de regresso ao sul, fez questão de acompanhar o recém-nomeado primeiro governador do distrito de Moçâmedes, o capitão-de-fragata António Sérgio de Sousa. Em Outubro do mesmo ano de 1850, os dois se embrenhavam, à frente de uma expedição constituída pelo almoxarife de Moçâmedes, por três

soldados, dois colonos e 60 serviçais negros, na exploração do Planalto da Huíla. Atravessando as escarpas da Serra da Chela, visitaram a povoação da Huíla e atingiram o Jau e os Gambos, da nação Nhaneka-Humbe, com cujos hambas (sobas) assinaram tratados de aliança. Neles interveio um sertanejo que há anos se instalara na região, depois de haver atravessado o rio Caculovar. Tratava-se do luandense Bernardino José Brochado, havia quase uma década escorraçado de Moçâmedes pelo tenente Francisco José Garcia. Os Gambos, onde se encontravam instalados 19 comerciantes brancos, que transaccionavam marfim, cera e gado, foram então elevados à categoria de concelho, com um regente português junto do Hamba.

Entre 1855 e 1857, o comércio da Huíla e de Moçâmedes foi perturbado pela chamada «Guerra dos Gambos», um conjunto de revoltas do novo hamba, Binga, contra os Portugueses, cujas defesas militares eram deficientes. Mas o temor das «Guerras do Nano», perpetradas pelos Ovimbundu, levou Binga a capitular. E, mais uma vez, o receio das incursões britânicas no interior de Angola obrigou os Portugueses a erigirem um forte na Huíla. Em meados 1857, afluía a este presídio uma estranha comitiva de novos colonos, constituída por órfãos portugueses da Casa Pia de Lisboa e por cerca de 40 alemães. Mas em finais do mesmo ano, uma guerra do Nano causou mais de cem mortes na Huíla. Em pouco tempo, os colonos portugueses e alemães do planalto compreenderam que deviam contrariar os desígnios de Lisboa, tendo muito mais a lucrar dedicando-se ao comércio com os Nhaneka-Humbe do que à agricultura. Ainda assim, Sá da Bandeira não desistia dos seus intentos e, em finais de 1858, em resposta aos pedidos desesperados dos colonos do planalto de reforço das defesas militares contra os ataques dos Ovimbundos e dos Nhaneka-Humbe, fazia chegar à Huíla uma companhia militar de 57 degredados de delito comum. Acompanhados das mulheres e dos filhos, eram ao todo 132

pessoas. Porém, em 1860, nova guerra do Nano devastou a Huíla, o Jau e a Humpata, desceu a Serra da Chela e atingiu Moçâmedes, queimando diversas plantações açucareiras dos Luso-Brasileiros e levando o gado. Alguns dos colonos sobreviventes tiveram de se refugiar em navios ancorados na baía. Outros, entre os quais o próprio Bernardino de Abreu e Castro, foram feitos reféns pelos Ovimbundos, embora mais tarde resgatados, por iniciativa dos moradores da Caconda.

Mas os anos que se seguiram até à morte de Bernardino de Abreu de Castro, em 1871, caracterizar-se-iam, no sul de Angola, pelo reforço das fortificações militares portuguesas e das «guerras de pacificação do gentio». Foi o preço a pagar pelo êxito efectivo da cultura do algodão e da cana-de-açúcar na região e também pela instalação, em Moçâmedes, em Porto Alexandre e na Baía dos Tigres, dos pescadores algarvios. O naturalista austríaco Frederico Welwitsch, a viajar por Angola desde 1853, chegava em 1961 a Moçâmedes, em cujo deserto descobriria a emblemática *Welwitschia Mirabilis*.

#### **d) Cabinda: o apogeu dos Franque e dos Puna durante a coexistência do «tráfico clandestino» com o «comércio legítimo» (c.1839-c.1870)**

São quase inexistentes, por razões óbvias, as fontes portuguesas, brasileiras e angolanas que possam documentar o esforço audacioso empreendido pelos dirigentes de Cabinda para, com o acordo secreto das autoridades portuguesas de Luanda e a cumplicidade de comerciantes portugueses, brasileiros e angolanos, conseguirem escapar à perseguição encarniçada da Grã-Bretanha ao tráfico negreiro. Em contrapartida abundam, a este respeito, fontes britânicas, não apenas depoimentos de viajantes, mas sobretudo relatórios enviados para o Foreign Office, quer pelos oficiais de marinha de guerra

responsáveis pelas esquadras que patrulhavam as costas congoleza e angolana, quer pelos membros do Comissariado Britânico que, instalado desde 1842 na Cidade Alta de Luanda, perscrutava os movimentos dos navios mercantes na baía.

O «tráfico clandestino» em Cabinda remontava a 1839, o ano em que foi promulgado o «bill» de Palmerston e em que se intensificou a presença de patrulhas navais britânicas nas proximidades dos portos de embarque a norte do Loje. O número de barcos ancorados na baía de Cabinda diminuiu consideravelmente. No entanto, por acção de Francisco Franque, Cabinda tornara-se o centro a partir do qual era organizada uma rede de estradas clandestinas do tráfico de escravos. Vindos de Boma e passando por Ponta da Lenha, os cativos eram embarcados secretamente, misturados com outras mercadorias ditas «lícitas», nas ilhas e nos mangais do Baixo Kongo/Zaire.

As informações das fontes britânicas acerca do tráfico clandestino perpetrado pelos Cabindenses, sobretudo as que constam dos arquivos do Foreign Office, aumentam depois de 3 de Julho de 1842, data da assinatura de Portugal com a Grã-Bretanha do Tratado que prescrevia a completa abolição do tráfico de escravos e a sua condenação como acto de pirataria. Nesse mesmo ano, a armada britânica destruiu em Cabinda cinco armazéns clandestinos contendo cerca de 1100 escravos, escondidos entre mercadorias, no valor de cerca de 80 mil libras. Suspeitava-se de que Francisco Franque fosse o principal fornecedor de Júlio Augusto da Cunha, agente comercial em Cabinda de Manuel Pinto da Fonseca, comerciante de escravos do Rio de Janeiro. Os dois, com a colaboração de uma rede de agentes espalhados por localidades como Ponta da Lenha, Boma e São Salvador, estendendo-se ao Cabo Lopes e a Benguela, organizar-se-iam de modo a prever os momentos das chegadas dos navios mercantes vindos do Brasil e a detectar as ausências dos vasos de



guerra britânicos nas imediações, com vista a procederem livremente ao embarque da mercadoria humana. Estas suspeitas vêm a ser confirmadas pelos testemunhos de viajantes ingleses, franceses e norte-americanos nos anos seguintes. Em 1845, o inglês Richard Burton afirma que Boma se transformara num grande mercado de escravos, sendo Ponta da Lenha o mais importante ponto de passagem da rede clandestina que ligava Boma a Cabinda. E um marinheiro norte-americano anónimo registava no seu diário de bordo ter visto chegar um navio a Cabinda pelas 13h30, que enviou seis ou oito embarcações a buscar algures cerca de 450 escravos a ele destinados. Já carregado, o navio levantou ferro pelas 14h45.

A própria cidade de Luanda não ficava de fora da rede de tráfico clandestino controlada pelos Cabindenses. Segundo uma carta dirigida ao Foreign Office em 1847, o Observatório do Comissariado Britânico em Luanda terá surpreendido dois «Cabindas» que, havendo participado com alguns Portugueses, na Ilha de Luanda, na construção de duas lanchas, embarcaram a bordo delas como timoneiros, com um carregamento de cem escravos numa embarcação e de 160 noutra. São frequentes, além disso, os relatórios de oficiais britânicos que denunciam o transporte de escravos feito através do litoral até aos portos de embarque, beneficiando os transportadores do vento favorável que sopra de sul para norte.

Mas os Franque não foram a única linhagem de Cabinda a participar no «tráfico clandestino» sob a protecção encoberta do governo colonial português. Também Manuel José Puna, filho do Manbuko Mwe Puna, tendo vivido no Rio de Janeiro em contacto com negreiros aproximadamente entre 1810 e 1830, e em Benguela – outro importante porto de embarque de escravos a que se estendeu a rede clandestina – como empregado de escritório desde o seu regresso do Brasil até à morte do seu pai em 1851, é descrito pelo oficial inglês Arthur Wilmot,

em carta enviada a um colega em Outubro de 1852, como traficante de escravos e proprietário de barcos destinados ao tráfico costeiro, que alugava em Simulambuco aos pequenos comerciantes portugueses. Na mesma carta, Wilmot refere Francisco Franque como «o homem mais rico e influente de Cabinda» [sic]. E, em Dezembro desse mesmo ano de 1852, outro oficial britânico, Seymour, caracterizava Francisco Franque como um «chefe menor», já que não se tratava de um *mfumu nsi*, pois o seu estatuto elevado na sociedade de Cabinda adviera da fortuna acumulada com o tráfico negreiro. Em 1861, outro relatório britânico referia a captura de um barco com pavilhão português pertencente à «família Jack», a antiga linhagem Monkata Kalombo, que seguia para Cuba com um carregamento de 780 escravos.

Facilitando o «tráfico clandestino» às linhagens que governavam em Cabinda e colaborando nele, Portugal iniciava um processo de assédio aos chefes cabindenses, visando atraí-los à sua área de influência, facto que lhe convinha sobremaneira num período em que pretendia obter apoios locais que lhe permitissem no futuro assegurar, face aos seus rivais internacionais, os «direitos históricos» aos territórios para norte do Ambriz, que não só não conseguia ver reconhecidos, como sentia pairar sobre eles a ameaça da Grã-Bretanha. Efectivamente, o capitão Arthur Wilmot, cujo brigue *Harlequin* já patrulhava há algum tempo a costa compreendida entre a baía de Cabinda e a Barra do Bengo, tentara obter, em Janeiro de 1853, primeiro da parte das elites de Cabinda, depois dos chefes do Ambriz, a assinatura de tratados visando a sua submissão à Grã-Bretanha e a consequente supressão do tráfico de escravos. Face a esta exigência, não é difícil imaginar o motivo que levou a «Regência» de Cabinda, sob a influência de Francisco Franque, a rejeitar a proposta e a declarar, segundo a terminologia usada nas fontes

coloniais, a «fidelidade à Coroa Portuguesa» [sic]. Francisco Franque não podia aceitar uma aliança com os Ingleses, que o obrigava a abdicar do tráfico negreiro, a sua principal fonte de receitas, sobretudo depois de o governo português de Luanda já lhe haver garantido toda a protecção a esta actividade. Foi, aliás, para reafirmar essa protecção que, no final desse mesmo ano, o visconde de Pinheiro, governador-geral de Angola nos anos de 1853 e de 1854, apostou numa política de distribuição de condecorações e de títulos honoríficos pelas autoridades de Cabinda, conferindo a Francisco Franque o de coronel honorário do Exército de Portugal.

Em Cabinda e na foz do Zaire, o «comércio legítimo» começou a desenvolver-se logo a partir do início da década de 1840, em concomitância com o incremento do «tráfico clandestino» e, curiosamente, a ele associado. Em 1857, a firma francesa M. Régis, de Marselha, detentora de feitorias em Banana, Cabinda, Ponta da Lenha e Boma, conseguiu comprar cerca de 15 mil escravos na Costa Norte e introduzi-los nas Antilhas Francesas sob o disfarce de «contratados». Pesem embora as questões diplomáticas que Portugal levantou contra a França por este facto, o colonialismo português não hesitaria em seguir o exemplo francês, promovendo a «emigração livre», que os autores coloniais portugueses do virar do século XIX para o XX atribuíram a «aspirações» dos Cabindenses. Antes disso, porém, os mesmos comerciantes portugueses e brasileiros que, instalados nas margens do rio Zaire para se furtarem à vigilância das patrulhas britânicas na costa, eram cúmplices de Francisco Franque e de Manuel José Puna, expediam a partir destes pontos óleo de palma, café, borracha e amendoim, mercadorias no meio de cujos carregamentos os escravos viajavam dissimulados. Com estes comerciantes concorriam os representantes de capitais britânicos e norte-americanos que

transaccionavam, na mesma região, os mesmos produtos, a partir das feitorias estabelecidas a norte do Ambriz, como a de Quissembo.

Na década de 1840, e mesmo nos meados da década de 1850, Francisco Franque conservava o antigo prestígio, dispondo ainda de muitos dependentes e continuando os seus barcos, com capacidade para carregar cerca de cem escravos por viagem, a atravessar o Atlântico. Um comerciante holandês, Lodewijk Kerdijk, diz ter visitado em 1857 a casa de Francisco Franque, onde afirma ter visto cerca de 40 mulheres, sendo uma delas como que a «esposa favorita» e as outras «mais como escravas». Calcula que o número de dependentes do sexo masculino andasse perto dos cem e faz uma descrição curiosa da austeridade da casa e da própria figura física de Francisco Franque:

[...] um velhinho baixo e franzino, de uns 80 anos, e quem o visse não imaginava que fosse tão rico, possuidor de 40 esposas e de mais de 100 escravos. Usava um boné de marinheiro como coroa, vestia camisa e calças brancas, com laço preto e casaco cinzento, e calçava botas, como todos os negros que viviam à maneira dos brancos [sic].

Francisco Franque e os seus congéneres da «Regência» de Cabinda, atendendo à quebra que o tráfico de escravos, mesmo clandestino, foi sofrendo, tentaram participar no «comércio legítimo» já nessa época, procurando criar alternativas ao comércio negreiro. No entanto os Europeus não lhes concederam a menor margem de manobra e não hesitaram em afastá-los sempre que possível, obrigando-os a persistir no comércio «ilícito» como forma de sobrevivência. Um relatório do oficial inglês Douglas de 1863 refere que Francisco Franque se chegou a associar à firma comercial britânica Tobin & Company, de Liverpool, na actividade de exportação de mercadorias para o continente americano, não tardando, contudo, a ser

denunciado sob suspeita de embarcar escravos a bordo dos seus veleiros. No mesmo ano, aliás, outros relatórios britânicos descrevem actos de pirataria praticados por homens de Francisco Franque sobre veleiros costeiros europeus com o fim de utilizarem o cobre, os mastros e as velas na reparação dos seus próprios barcos. Estes factos denunciam, não só as dificuldades que os senhores de Cabinda defrontaram, mercê do colapso do tráfico negreiro, mas sobretudo a exclusão de um comércio alternativo a que foram votados pelos Europeus. Essa exclusão não partia apenas da iniciativa dos Ingleses, mas também dos próprios Portugueses, que com aqueles pretendiam concorrer comercial e politicamente.

## **2 - O despontar da «imprensa livre» de Luanda (1866-1885)**

### **a) Os Portugueses que dirigiram os primeiros jornais de Luanda (1866-1874)**

O primeiro periódico angolano, *A Civilização da África Portuguesa*, fundado em Luanda a 6 de Dezembro de 1866 – no primeiro ano do governo de Francisco António Gonçalves Cardoso –, não foi criado por «filhos do país» e sim por cinco Portugueses e por um Brasileiro: Urbano de Castro, Alfredo Mântua, João Feliciano Pederneira, Feliciano da Silva Oliveira, Francisco António Pinheiro Baião e Francisco Pereira Dutra. Dos seis, só os dois primeiros e o último – os advogados provisionários Urbano de Castro e Alfredo Mântua e o engenheiro brasileiro Pereira Dutra – residiam em Luanda, pois os outros três eram oficiais do exército disseminados por presídios do interior. Um deles, no entanto, Francisco Pinheiro Baião, associara-se dois anos antes, em Luanda, ao brasileiro Pereira Dutra numa iniciativa nobre, mas efémera: a da criação do Liceu de Angola, num tempo em que em todo o

território angolano existiam apenas 31 escolas primárias públicas, das quais seis no distrito de Luanda. O estabelecimento de ensino fecharia as portas por ocasião da morte enigmática de Pereira Dutra, em Outubro de 1867, poucos dias depois de ter sido preso, acusado por Augusto Garrido, a quem tinha chamado negreiro, de ter morto um escravo. Outro brasileiro, o próprio cônsul do Brasil, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira, atrever-se-ia a criar, em 1869, mais uma escola secundária em Luanda, o Liceu Angolense. Também ele morreu misteriosamente dois anos depois, e com ele o Liceu Angolense, pelo que foi necessário esperar pela segunda década do século xx para que o ensino secundário chegasse finalmente a Angola.

O desaparecimento súbito destes dois Brasileiros, homens jovens de não mais de 35 anos, a cujas mortes foram atribuídas inesperadas gastroenterites, é manifestamente suspeito e torna evidente o empenhamento do colonialismo português - aliás permanente até à Independência - em privar Angola e os Angolanos, não apenas da liberdade de imprensa, mas também do direito à educação escolar. Aliás os problemas de Saturnino de Sousa e Oliveira com o governo colonial remontavam a 1859, ano em que desembarcara em Luanda como cônsul do Império do Brasil e em que o então governador, Coelho do Amaral, o acusou - porventura com fundamento - de haver instigado o príncipe congouês Nicolau Água Rosada a emitir declarações anti-portuguesas. No ano de 1864, Saturnino empenhou-se como médico no combate à epidemia que grassou em Luanda e que serviu de pretexto ao governador Baptista de Andrade para mandar queimar as cubatas dos Bairros do Kibandú, do Sangandombe e do Kazunu. Contrariamente aos médicos portugueses, que diagnosticaram a epidemia como sendo de febre-amarela, devida aos mosquitos, não hesitou em contrariá-los e em fundamentar que se tratava de varíola. Chegou mesmo a

redigir sobre o assunto um texto de 302 páginas, que intitulou *Relatório Histórico da Epidemia que Grassou em Luanda em 1864* – documento hoje incontornável – e que ofereceu ao governador de Angola. No mesmo ano, Saturnino de Sousa e Oliveira publicou em Luanda, em colaboração com o seu compatriota Manuel Alves de Castro Francina, o primeiro estudo sobre o kimbundu elaborado por autores não eclesiásticos: *Elementos Gramaticais de Língua Mbundu*. Dedicava esta obra, não ao governador de Angola, e sim ao próprio rei de Portugal, D. Luís I. Nem isso o livrou do infortúnio, pois em 1867, mesmo sendo cônsul, era afastado de Luanda e nomeado para Cambambe como médico facultativo de 2.<sup>a</sup> classe. E em 1871 morria prematuramente.

Em Dezembro de 1867, com apenas um ano de existência, *A Civilização da África Portuguesa* viu ser ordenada a suspensão da sua publicação, por despacho do chefe da polícia e administrador do concelho de Luanda. Os dois editores e principais redactores, Urbano de Castro e Alfredo Mântua, foram proibidos de exercer a advocacia e permaneceram presos até Março do ano seguinte. Durante esses três meses, mesmo enclausurados, conseguiram que a tipografia não fosse fechada e asseguraram, com a ajuda de Francisco Pinheiro Baião, a continuação da edição do jornal, que se manteria até 1869. Já em Janeiro do mesmo ano de 1867, o governador Francisco António Gonçalves Cardoso, em carta ao ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, acusara os dois jornalistas de aventureiros, desordeiros e anarquistas. É que, embora os redactores de *A Civilização da África Portuguesa* se orgulhassem de ser Portugueses e considerassem Angola «tão portuguesa como a província da Europa em que nascemos, [pois] uma e outra amamos com o mesmo sincero amor» [*sic*], declararam-se, desde o primeiro número, antiesclavagistas e denunciaram a cumplicidade dos governantes coloniais de Angola com o

tráfico negreiro clandestino. Foi o que valeu, primeiro a prisão de Pereira Dutra – que apareceu morto no cárcere –, depois a detenção de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, que, todavia, conseguiram ser libertados ao fim de três meses. Quem eram estes dois homens, que deixariam descendência em Angola?

O mais velho, António Urbano Monteiro de Castro, nasceu em Lisboa em 1836, no seio de uma família burguesa. Em 1859, radicou-se em Angola, onde exerceu as profissões de escrivão do Tribunal da Relação de Luanda e de advogado provisionário. Foi também professor na Escola Principal de Luanda. Por duas vezes foi eleito vogal da Câmara Municipal e ocupou em várias ocasiões o cargo de administrador do concelho da cidade. O facto de ter sido proprietário do palhabote *Congo* indicia que também teve actividade comercial. Homem de espírito ultra-romântico, capaz de cenas públicas de pugilato, Urbano de Castro foi, tal como o seu amigo Camilo Castelo Branco, um brilhante prosador e orador. Viveu em Luanda até à sua morte, em 1893, e em todos os artigos que publicou, quer nos jornais que dirigiu, quer naqueles em que colaborou, sempre se mostrou, em nome do antiesclavagismo, entusiasta do sonho imperial português. Em 1890, indignar-se-ia com o Ultimato Britânico. Contudo, nunca manifestou a menor simpatia pelos ideais republicanos, cada vez mais banalizados.

O mais jovem, Alfredo Júlio Cortês Mântua, nasceu em Ponta Delgada, nos Açores, em 1841. Da idade do seu conterrâneo Antero de Quental – que viria a ser padrinho por procuração de um dos seus filhos mulatos nascidos em Luanda –, com ele foi estudar para Coimbra no final da década de 1850. E com ele e outros – os jovens intelectuais a quem mais tarde se convencionou chamar *Geração de 70* –, em protesto contra a arcaica disciplina da Universidade, participou na algazarra que interrompeu o



discurso do reitor durante a cerimónia solene de distribuição dos prémios de 1862. No ano anterior, sempre ao lado de Antero de Quental, Alfredo Mântua fundara em Coimbra a *Sociedade do Raio*, considerada uma «Carbonária Académica». Consta que tenha estado preso na casa de detenção académica, sendo expulso da Universidade. Mas em 1866 – depois de o seu futuro compadre Antero ter publicado o livro de poemas *Odes Modernas* (1865), que arrastaria em Portugal, durante longos meses, a famosa, mas ociosa «Questão Coimbrã» –, Alfredo Mântua, com 25 anos, já se encontrava em Luanda e fundava, com Urbano de Castro, *A Civilização da África Portuguesa*. Morreria em 1895, na Barra do Dande, de acidente provocado por uma arma de fogo.

Embora *A Civilização da África Portuguesa* tenha tido existência até finais de 1869 – a 4 de Dezembro, Urbano de Castro publicava no *Boletim Oficial* o anúncio da venda da tipografia –, Alfredo Mântua deixara de colaborar no jornal desde o n.º 100, do mês de Outubro de 1868. Daí em diante, o percurso jornalístico dos dois homens foi bem distinto. Urbano de Castro fundaria e dirigiria mais dois jornais: *O Cruzeiro do Sul*, entre 1873 e 1878, e *A União Africo-Portuguesa*, nos anos 1882-1883. Dirigiria pontualmente, em 1881, o *Boletim da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geográfico-Africanos de Luanda*, da qual aliás também fazia parte Alfredo Mântua. E colaboraria por diversas vezes com *O Mercantil*. Quanto a Alfredo Mântua, além de colaborar noutros jornais, fundaria em 1882 o seu próprio periódico, *A Verdade*, cuja existência teria duas fases: uma durante todo o ano da fundação, a outra entre Novembro de 1887 e Outubro de 1888. O que diferenciava ideologicamente Alfredo Mântua de Urbano de Castro? Apenas o facto de Mântua se assumir frontalmente como republicano. Tal como os seus congéneres em Portugal, era completamente vazio de

ideias inovadoras, exceptuando a preconização da mudança do regime e do reforço da política colonial, vista como um acto de patriotismo. Portanto, o pensamento de ambos era idêntico: sentiam-se Portugueses e perspectivavam Angola como uma província do Império Colonial Português, legitimado pelo abolicionismo e pelo darwinismo social.

O segundo periódico angolano foi *O Comércio de Loanda*, que existiu entre 1867 e 1870, com tipografia na Cidade Alta, na Rua da Misericórdia. A redacção era anónima. Na verdade, era dirigida pelo presidente do Tribunal da Relação, o juiz Luís José Mendes Afonso. Dele partiram as campanhas pessoais contra os redactores de *A Civilização da África Portuguesa*, das quais Pereira Dutra acabou por ser vítima mortal. Mas o governador Cardoso incompatibilizar-se-ia com o juiz Mendes Afonso, o que levou ao encerramento deste jornal de pacotilha. O ano de 1870 foi também o da fundação do jornal angolano oitocentista de maior longevidade, *O Mercantil*, que subsistiria durante 27 anos, até 1897. Dirigido por um pacato comerciante português, José Pinto da Silva Rocha – mais tarde agraciado pelo rei D. Luís I com um título nobiliárquico –, *O Mercantil* tinha tipografia própria, na baixa de Luanda. Foi o único periódico angolano da época a viver da publicidade e a revelar-se tendencialmente mais noticioso do que doutrinário. Num relatório de 1883, o governador Francisco Joaquim Ferreira do Amaral chegaria ao ponto de o equiparar ao *Diário de Notícias*, de Lisboa.

Em 1873, o militar português Francisco Pinheiro Baião fundou o jornal *O Cruzeiro do Sul*, associando-se ao mestiço Lino Maria de Sousa Araújo, aspirante da Alfândega. Lino Araújo, o primeiro «filho do país» a ser proprietário de um jornal, defrontou-se com dificuldades pelo facto de ter acusado de despotismo o governador José Baptista de Andrade em 1876. Foi processado por abuso de liberdade de imprensa e suspenso do seu lugar na Alfândega. O

problema ficou sanado quando Lino Araújo, depois de se ter deslocado a Lisboa para exigir explicações acerca da repressão exercida sobre o jornal, recebeu uma indemnização e se afastou do jornalismo. *O Cruzeiro do Sul* subsistiria até 1878, agora redigido essencialmente por portugueses, como Urbano de Castro e António Francisco Nogueira, ex-comerciante de Moçâmedes, funcionário do Banco Nacional Ultramarino e autor de uma obra pioneira da antropologia física em língua portuguesa: *A Raça Negra. Sob o Ponto de Vista da Civilização da África* (1880).

### **b) O apelo de D. Ferrabraz de Alexandria à Independência de Angola em 1874**

Em 1874, em pleno mandato de José Baptista de Andrade, um panfleto manuscrito, intitulado *Voz de Angola*, apelando à revolta armada e à Independência de Angola, circulou furtivamente por Luanda até ser apreendido pelas autoridades. Assinava-o um tal Dom Ferrabraz rei de Alexandria, decerto um pseudónimo colectivo:

*Angolenses! Se jamais houve causa justa no mundo, e que tivesse direito a um próspero resultado, certamente é esta de nos roubarem os nossos escravos a título de filosofia e humanidade, sem se cuidar primeiro na civilização, como fez a Inglaterra e outras nações nas suas colónias. [...] Que providências dará o governo depois desta mudança? Temos instrução, caminhos-de-ferro, estradas, oficinas, seminários, missionários, igrejas, médicos, boticários, bibliotecas, museus, estabelecimentos de beneficência e agricultores e industriais? Aonde estão?! [...] Angolenses! Pegai em armas para libertardes a Pátria, a Pátria das nossas mães; porque a emancipação dos escravos franqueia-nos uma boa ocasião. [...] Portugal está pobre; e ainda que rico fosse seria uma estupidez pensar em semelhante coisa quando se trata da liberdade e dos direitos de um povo. Por isso quebrai o jugo e os grilhões que vos prendem há quatro séculos. Não vedes que os pretos dos Dembos estão emancipados? Têm eles alguma instrução? [...] Já é tempo, africanos, [...] uni-vos todos por um só impulso, que o nosso inimigo ficará humilhado. Angolenses, imitai a grande América e o Brasil [...]. Os Dembos esperam a nossa voz, eles se oferecem para a causa comum [...]. Lembrai que os empregos, tudo é só para os portugueses, para nós nada. Vede os nossos campos arrasados, a nossa riqueza aniquilada, as nossas*

*irmãs prostituídas, os nossos concelhos do interior despovoados; a fome e a peste perseguem-nos sempre por causa de uma administração péssima. [...] A cor preta e parda é considerada como uma palha movida pelo vento. [...] Não somos chamados para nada porque entende o governo que somos escravos. [...] As nossas casas [são] demolidas, e [somos] obrigados a residirmos em outros pontos, sem que o governo pague o justo valor delas; e ainda estais calados, africanos! [...] A ideia da independência está por toda a parte na província, todos já se congratulam, só falta pôr-se em prática a obra. [...] A história de Portugal mostra-nos que 40 homens dirigidos por João Pinto Ribeiro fizeram a independência de Portugal, depois de terem atacado a guarda castelhana, que constava de mais de 400 homens, mas logo que se deu o grito de liberdade, tudo ficou a favor dos conspiradores. [...] Imitemos, pois, aquele heróico exemplo. [...] [sic].*

Quem teria redigido este texto notável? João da Ressurreição Arantes Braga? Ou José de Fontes Pereira, que contava ao tempo 50 anos e cuja prosa e ideais tanto parecem transparecer? O assumido esclavagismo da frase inicial já levou autores a conjecturarem que o redactor do manifesto não fosse nenhum destes dois homens e sim Inocêncio Matoso da Câmara, neto do homónimo proprietário da famosa capela do Morro da Cruz e fundador, em 1881, do jornal nativista *O Echo de Angola*. Achamos esta questão de somenos importância, pois o que releva é a denúncia da hipocrisia do abolicionismo metropolitano. Não reproduzimos o texto integral do manifesto, que pode ser consultado no Arquivo Histórico de Angola, como já o foi por vários historiadores, com destaque para Rosa Cruz e Silva. Mas evidenciamos nele quatro elementos-chave da retórica nativista angolana, que se manteriam incólumes até aos anos de 1930:

### 1) Os modelos independentistas a seguir em Angola

Sem dúvida que os principais eram os das antigas colónias do continente americano e, em particular, o do Brasil. Mas não deixa de ser curioso verificar que o autor do texto remata com uma referência ao Dr. João Pinto

Ribeiro, o corajoso jurisconsulto que ajudou o duque de Bragança a tornar-se rei D. João IV por ocasião da Revolução Portuguesa de 1 de Dezembro de 1640, contra o domínio filipino espanhol. A utilização da história independentista do próprio colonizador pela retórica nacionalista angolana não ficaria por aqui, estendendo-se, no século xx, à erecção da estátua de D. Afonso Henriques em Luanda, patrocinada pela Liga Nacional Africana.

## 2) A consciência da marginalização dos negros e dos mestiços nas cidades

É mais do que notória a denúncia desabrida da hipocrisia da política abolicionista, usada por Portugal como pretexto para substituir a burguesia angolana por colonos metropolitanos, sem que se encetasse o menor esforço pelo desenvolvimento de Angola. Mas também o é a constatação do crescimento dos musseques, os terrenos arenosos das periferias das cidades, para onde as populações negras e mestiças eram empurradas pelos que vinham da metrópole. Essas populações, constituídas por antigos comerciantes depauperados, por antigos escravos alforriados e por migrantes vindos do interior, fossem eles ex-dependentes de chefes africanos arruinados ou vencidos – de entre os quais o caso dos Cabindenses viria a ser exemplar –, ou agricultores espoliados das suas terras pelo Banco Nacional Ultramarino, já eram designadas por «indígenas». Aliás o primeiro *Código do Trabalho Indígena* entraria em vigor apenas daí a um ano.

## 3) A inaudita solidariedade com as insurreições dos povos angolanos do interior (ou como D. Ferrabraz de Alexandria se demarca do Kinjangu)

O único elemento inaudito contido no manifesto de D. Ferrabraz de Alexandria é o reconhecimento de angolanidade aos povos do interior – como é o caso dos

Dembos, que não viviam segundo os padrões urbanos europeus nem eram escolarizados –, desde que sublevados contra o colonizador português. Efectivamente, desde 1869 que uma federação de Dembos – liderada pelo famoso Caculo Cacahenda – se recusava a pagar o dízimo a Luanda, o que gerou revoltas sangrentas que culminaram no abandono do território dos Dembos pelos Portugueses em 1873, ficando os comerciantes brancos ou calçados proibidos de atravessar a região até 1907. Este posicionamento singular de solidariedade dos «filhos do país» para com os Dembos só seria repetido ao fim de quase uma década por João da Ressurreição Arantes Braga, em artigo publicado no seu jornal, *O Pharol do Povo*, a 7 de Abril de 1883, com o título «A Revolução», e mais de uma década depois por José de Fontes Pereira, em artigo publicado no mesmo jornal a 28 de Fevereiro de 1885. A generalidade dos «filhos do país» apoiava as «guerras de pacificação do gentio» e alguns até se tornaram famosos, nessas campanhas militares, como oficiais do lado português.

O caso mais conhecido foi o de Geraldo António Victor, nascido em 1835 e filho de um dos antigos soldados napolitanos de Napoleão degredados para Angola em 1828. Em 1874, no mesmo ano em que circulava por Luanda o panfleto de D. Ferrabraz de Alexandria, Geraldo António Victor dominou, em apenas dez dias, uma revolta dos sobas do Golungo Alto e de Ambaca. Esta proeza, aliada à reputação de usar de sortilégios que lhe garantiam a invulnerabilidade às balas, valeu-lhe a alcunha de *Kinjangu*, que em kimbundu significa literalmente *grande catana* – do aumentativo *ki* + *njangu* (*catana*) –, por alusão à capacidade de «decapitar» o inimigo de um só golpe.

Dez anos depois, o Kinjangu inspirava uma canção popular de Luanda, que constituiu coro de massemba. A canção, recolhida por Óscar Ribas e gravada em disco por

vários cantores angolanos, expressa um sentimento de temor pela figura do terrível militar mestiço. O penúltimo verso do refrão tem sido, contudo, objecto de interpretações díspares. Se, para Óscar Ribas, deve grafar-se «*Kinjangu, ngenji ia tumba*» (*Kinjango, forasteiro ilustre*), para Liceu Vieira Dias, segundo Mário Rui Silva, a frase em kimbundu deve ler-se na negativa: «*Kinjangu ki ngenji ia tumba*» (*Kinjangu não é forasteiro*). Ao morrer em Luanda, em 1894, Geraldo António Victor auferia do estatuto de brigadeiro reformado, alto posto na hierarquia militar raramente atribuído a um mestiço. Tal não o impediu de ser admirado pelos «filhos do país», como o demonstram, quer uma charada pretensamente carnavalesca do jornal humorístico *O Tomate*, de Fevereiro 1891, onde Victor, jocosamente promovido a general, é nomeado presidente do Conselho de Ministros de uma hipotética Angola Independente, quer a proposta da Liga Nacional Africana, nos anos de 1930, de lhe ser erigida uma estátua.

#### 4) A lúcida convicção da iminente decadência económica e política de Portugal

Qualquer análise atenta da história económica de Portugal no último quartel do século XIX e do estágio lamentável de penúria financeira a que o país chegaria em 1910, por ocasião da implantação da República, permite avaliar o grau de lucidez destes primeiros nacionalistas angolanos, na firme convicção da decadência económica e política do Estado português e de um muito provável colapso da sua soberania internacional. Em 1883, Joaquim Dias Cordeiro da Matta ilustrá-lo-ia brilhantemente, com a metáfora do leão moribundo, no seu poema «Libelo a Portugal». Só esta realidade explica, em nosso entender, como pôde ser tão longa a ilusão alimentada por alguns Angolanos – bem ao contrário dos Portugueses – de que a República em Portugal traria a «redenção» do colonialismo.

Como veremos, o esboroar desta quimera angolana teria como desfecho trágico a morte prematura de Pedro da Paixão Franco, em 1911.

### **c) Alfredo Troni, um intelectual nativista angolano nascido em Coimbra**

A 7 de Julho de 1878, uma tipografia de Luanda, inicialmente situada na Rua Diogo Cão, na Cidade Alta, e mais tarde na Calçada de Santo António, a descer para a Baixa, dava à luz o primeiro número de um novo periódico: o *Jornal de Loanda*. Este semanário político era dirigido por outro antigo companheiro de Antero de Quental nas lides académicas coimbrãs, mas que, ao contrário de Alfredo Mântua, se tornaria um nativista angolano convicto. Nascido em Coimbra a 4 de Fevereiro de 1845, Alfredo Troni concluíra o curso de Direito na mesma cidade em 1867. Depois de uma passagem por São Tomé, onde foi secretário-geral da Província, e de outra por Cabo Verde, como delegado do Ministério Público, desembarcou em Angola em 1873 para desempenhar as funções de juiz de Direito em Benguela. Depressa se transferiu para Luanda, como curador dos Serviçais, actividade assaz trabalhosa que desenvolveu durante três anos.

Tratava-se de zelar pelas condições de vida daqueles que a lei de Andrade Corvo de 29 de Abril 1875 transformara nominalmente – ou eufemisticamente, como o escreveu Pedro Félix Machado – de «escravos» em «libertos». Alguns desses «libertos» continuavam ao serviço dos amos e, em caso de mau comportamento, como muito bem o descreve Pedro Félix Machado em *Cenas de África? Romance Íntimo*, prestavam-se a ser açoitados por estes ou pela polícia portuguesa do Esquadrão – a Companhia de Segurança Pública de Luanda, que em 1873 substituíra os *empacaceiros* no policiamento da cidade – atrás da Igreja do Carmo. Mas outros eram abandonados e iam engrossar o número dos moradores das cubatas. Os musseques, como



a Planta de Luanda elaborada em 1862 por Pereira Dutra o evidencia, já esventravam o espaço urbano delimitado pelo triângulo Fortaleza de São Miguel/Convento de São José dos Franciscanos (Hospital Maria Pia, a partir de 1883) /Igreja da Nazaré. Além do casario que se aglomerava na encosta da Ingombota, cercando a Igreja do Carmo, o mapa já mostra musseques em formação na periferia da cidade, designando-os pelos nomes dos proprietários dos terrenos, famílias mestiças da burguesia luandense agora a sobreviver com dificuldades financeiras: o Musseque de Magalhães Lima, entre a Maianga e a Samba, e os Musseques do Flores, do Torres e do Van-Dúnem, no barrocal a norte, por sobre a Nazaré, ao lado da qual também emergiria em breve o Musseque dos Cabindas.

Alfredo Troni conviveu de perto com esta população marginalizada de Luanda. Em pouco tempo aprendeu o kimbundu e se tornou exímio nas umbigadas dos bailes de *massemba*. Mostra-o a canção popular luandense recolhida por Óscar Ribas:

«Toloni kina kiambote, / Ilumba iala ku muxinda!»  
(Troni dança bem, / As moças estão na fila [de espera, para com ele dançarem]!)

No seu folhetim *Nga Mutúri*, o próprio Alfredo Troni explicaria que as *massembas*, designadas em português por *rebitas* (do *arrebitar* das nádegas na dança, correspondendo ao kimbundu *ku semba*), eram canções que denunciavam, em kimbundu, problemas sociais. Dançavam-se aos pares, com meneios palacianos e umbigadas, ao som de uma voz – a do mandador – e de uma orquestra constituída por três instrumentos musicais imprescindíveis: a *gaeta* (corrupção de *gaita*, mas referindo-se ao harmónio), o *batuque* (tambor de madeira) e a *dikanza* (reco-reco de bordão).

A popularidade de Alfredo Troni em Luanda parece ter suscitado a simpatia do governador Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, cujo mandato decorreu entre Junho de 1876 e Julho de 1878 e que, num discurso proferido a 30 de Dezembro de 1876 – que tanto impressionou os luandógrafos Manuel da Costa Lobo e Pepetela –, se distinguira pelas suas críticas mordazes ao estágio de penúria da cidade de Luanda:

*Os templos ou jazem derrubados, ou impendem a uma próxima ruína. / As fortalezas desmanteladas. Os edifícios do Estado, onde funcionam as repartições públicas, acanhados, velhos, e pedindo área e renovação. / Os quartéis são infectos. As prisões antros. / Os tribunais quase que convidam a justiça a fugir deles. / / A iluminação pública ainda se descansa na Lua, que pelos serviços aceites pode bem nesta vasta capital considerar-se como uma entidade municipal. / Caminhos, só os que o pé do homem imprime no chão que é forçado a pisar. / Salubridade e higiene são epígrafes de capítulos que não passam das primeiras linhas. / Água potável é o sonho e o desejo nunca realizados de uma terra ardente e uma população sequiosas. [...] [sic].*

Tudo indica que Caetano de Albuquerque tenha incentivado Alfredo Troni a candidatar-se a deputado às Cortes de Lisboa pela colónia de Angola, para o que Troni conseguiu uma esmagadora maioria de votos dos moradores de Luanda no ano de 1878. São de Caetano de Albuquerque, então governador cessante, as palavras de felicitações dirigidas a Alfredo Troni num número do *Boletim Oficial* do primeiro semestre desse ano. Porém, em Julho, com a tomada de posse do novo governador, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que trazia de Lisboa instruções obscuras, tudo mudou. Alfredo Troni foi considerado politicamente incómodo pelo governo metropolitano, de onde partiu a decisão de lhe ser anulada a eleição para deputado e da sua transferência, como juiz, de Luanda para Lourenço Marques, em Moçambique. Alfredo Troni não hesitou em recusar imediatamente tal nomeação e em se demitir das suas funções públicas,

continuando a viver em Luanda, agora como advogado. Entretanto, fundara o *Jornal de Loanda*, em cujo primeiro número não deixou de desconsiderar o governador Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, omitindo a publicação do seu discurso de tomada de posse e substituindo-o por elogios ao seu antecessor, Caetano de Albuquerque. Menos de dois anos depois, a 28 de Março de 1880, Alfredo Troni punha em xeque Carvalho e Menezes, enviando para Lisboa exemplares do *Jornal de Loanda* onde o acusava de conivência com o assassinato de um soldado de artilharia, o degredado Francisco Ramos, de 28 anos, morto a chibatadas na Fortaleza de São Miguel, e onde exigia a sua demissão. O governador ainda replicou, em carta para o ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar, atribuindo a Alfredo Troni ideias subversivas, tais como a da «emancipação imediata das nossas colónias, tornando-as independentes da metrópole, e até a ideia de procurarem o domínio de outra nação» [sic]. Mas o seu mandato não foi renovado, sendo substituído em Julho por António Eleutério Dantas.

O *Jornal de Loanda* subsistiu até 1882. Com ele colaborou o escritor de viagens Ladislau Batalha (n. Lisboa, 1856-m. Arruda dos Vinhos, 1939) durante os vários meses que viveu em Luanda antes de se embrenhar pelos sertões. Segundo o relata nas suas *Memórias e Aventuras* (1928), Ladislau Batalha foi hóspede do próprio Alfredo Troni, na sua casa à Calçada de Santo António, em cujos anexos se encontrava a tipografia. Alfredo Troni dirigiria ainda, em 1888, um jornal satírico com um título em kimbundu, o *Mukuarimi*, que literalmente significa o *Linguareiro* ou o *Maldizente*. O historiador Júlio de Castro Lopo crê que Alfredo Troni terá interrompido a publicação do *Mukuarimi* entre Maio e Novembro de 1891, período durante o qual dirigiu o jornal efémero *Os Concelhos de Leste*, reaparecendo o *Mukuarimi* em finais de 1896.

Mas o que imortalizaria Alfredo Troni e faria dele um nome incontornável entre os precursores da literatura angolana foi o seu folhetim *Nga Mutúri*, publicado durante o ano de 1882 em dois jornais de Lisboa: no *Diário da Manhã*, onde colaboravam igualmente Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, e no *Jornal das Colónias*. Apesar do título em kimbundu – a tradução para português é *Senhora Viúva* –, a novela *Nga Mutúri* contou com muitos leitores em Portugal em 1882, embora só tenha sido publicada em livro passados 90 anos, em 1973, por iniciativa de Mário António Fernandes de Oliveira, que a prefaciou. Relata a história de Nga Ndreza (Senhora Andreza), uma jovem natural de uma aldeia do Kuanza Sul que, em meados do século XIX, é vendida, como penhor pelos crimes (*ituxi*) de um tio, a um comerciante português de Novo Redondo, depois transferido para Luanda. Andreza é, durante anos, concubina (*mucama*) do português, e por morte deste assume-se como sua viúva, herdando os seus haveres e recusando as propostas de casamento de outros colonos, entre os quais figura um plantador de café do Cazengo. A descrição das cerimónias do óbito, onde se entrecruzam a cultura tradicional angolana e a portuguesa, e onde interferem os funcionários municipais, portugueses e «filhos do país», são notáveis. Nga Ndreza torna-se depois uma senhora respeitável de Luanda, tirando proveito, quer do comércio nas quitandas, de que encarrega as suas molecas – ou «libertas», num tempo posterior ao decreto de Andrade Corvo de 1875 –, quer de empréstimos a juros aos colonos. Ao criar Nga Ndreza, Alfredo Troni mal suspeitava de que imortalizava na literatura a resistência feminina angolana às agruras do dia-a-dia colonial e também pós-colonial. Nga Ndreza, a Nga Mutúri, continua e continuará viva, de norte a sul de Angola, em todos os tempos.

Alfredo Troni faleceu a 25 de Julho de 1904, mas a localização da casa onde residiu – cuja biblioteca terá

doado, *in articulo mortis*, à Câmara Municipal de Luanda –, na secular e eternamente nostálgica Calçada de Santo António, tem suscitado polémicas. Num livro publicado em 1992, a pintora portuguesa Sofia Pinto da França retrata, numa belíssima aguarela, um sobrado azul, situado no gaveto de Calçada de Santo António com o antigo Largo Afonso Henriques (Kibandu), à direita da Casa Holandesa (actual Universidade Lusíada) e em frente ao Teatro Nacional (actual sede da Associação Chá de Caxinde). O seu marido, António Pinto da França – primeiro embaixador de Portugal em Angola após a Independência –, afirma ter sido essa a casa onde morou Alfredo Troni. O próprio Pepetela, no seu *Luandando*, reiteraria esta tese. Viemos recentemente a apurar, por intermédio do escritor Carlos Ferreira (Cassé), que este sobrado, que infelizmente desapareceu por degradação e incúria, pois teria merecido ser restaurado e integrado no património de Luanda, era muito mais recente, datando já dos anos de 1940 e sendo propriedade da família Capelo Martins. Sabemos onde se localiza a casa onde verdadeiramente viveu Alfredo Troni, mais uma vez por informação de Carlos Ferreira, cuja família é sua proprietária há muitos anos. Trata-se de uma casa bem mais modesta do que o sobrado azul do Kibandu e situada efectivamente na subida da Calçada de Santo António. Visitámo-la em 2006 e foi-nos possível imaginar, nas traseiras dos aposentos sóbrios, a arrecadação onde Alfredo Troni guardava o prelo que imprimiu o *Mukuarimi* e outros jornais.

#### **d) Os primeiros jornais nativistas dos «filhos do país» (1881 - 1885)**

Em 1881, ao mesmo tempo que, no sul de Angola, se fundava o *Jornal de Moçâmedes* – em Benguela, *O Progresso* tivera existência efémera dez anos antes –, em Luanda surgia o primeiro periódico integralmente redigido e dirigido por «filhos do país»: *O Echo de Angola*, de

Inocência Matoso da Câmara (Neto), o homem que, havia dez anos, subsidiara as estátuas de Pedro Alexandrino da Cunha e de Salvador Correia. O jornal durou apenas um ano, mas o suficiente para criar incómodos aos governadores coevos: o malogrado António Eleutério Dantas, falecido em funções em Julho de 1882; e Francisco Joaquim Ferreira do Amaral – oficial de marinha, filho do capitão-de-fragata João Maria Ferreira do Amaral, que quase 40 anos antes, por ordem de Pedro Alexandrino da Cunha, levava Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo preso para Lisboa –, que tomou posse a 30 de Agosto. *O Echo de Angola* lançou um dos nomes mais eminentes do jornalismo angolano republicano e independentista: João da Ressurreição Arantes Braga. Ignora-se a data e o local do seu nascimento. Sabe-se apenas que era mestiço, que viveu cerca de 15 anos na região dos Dembos – segundo informação do próprio nos seus artigos – e que as razões da sua morte súbita em Luanda, a 16 de Novembro de 1885, nunca ficaram esclarecidas. Todavia, a família e os amigos conseguiram quotizar-se para lhe darem sepultura no Cemitério do Alto das Cruzes.

Durante o ano de 1882, no curto período em que os seus primeiros artigos brilharam em *O Echo de Angola*, João da Ressurreição Arantes Braga foi condenado a 40 dias de prisão por incitamento à sublevação. Mas logo no início do ano seguinte, a 10 de Fevereiro, não hesitou em fundar o seu próprio jornal, *O Pharol do Povo*, que se proclamou abertamente republicano e «verdadeiramente africano» [sic]. A tipografia situava-se na baixa de Luanda, primeiro na Rua de Salvador Correia, depois na Rua de Avelino Dias, ruas que, por ironia, ostentavam, respectivamente, o nome do primeiro governador brasileiro de Angola e o daquele que, após a independência brasileira, reprimiu os entusiastas da aliança de Angola com o Brasil. Mas, entre 1883 e 1885, *O Pharol do Povo* seria o grande e único

defensor da independência total de Angola. *O Echo de Angola* já havia fechado as portas. E outro jornal de «filhos do país», perfilhando igualmente ideais republicanos, nativistas e mesmo independentistas, fora fundado no início de 1882, mas teve de interromper a sua publicação durante o ano seguinte com a deslocação a Portugal do seu proprietário por motivos de saúde. O jornal era *O Futuro d'Angola* e o proprietário Arsénio de Carpo, filho do lendário madeirense homónimo. Mas só reapareceriam em Luanda dois anos depois, em meados de 1885. Foi, portanto, *O Echo de Angola*, de João da Ressurreição Arantes Braga, o único periódico de Luanda a acompanhar, de uma perspectiva nacionalista angolana, todos os acontecimentos que conduziram à Conferência de Berlim, assim como o seu desfecho.

Também se ausentara de Angola, por motivos desconhecidos, o republicano português Alfredo Mântua, que só regressaria em finais de 1887 para retomar a publicação do seu jornal *A Verdade*. Alfredo Mântua recebeu elogios do governador Ferreira do Amaral, no seu relatório de finais de 1883. O mesmo aconteceu com o proprietário daquele a que o governador chamou «o velho *Mercantil*», que ao tempo já contava com 13 anos de existência. E a mesma sorte teve Urbano de Castro e a sua efémera *União Áfrico-Portuguesa*. Para acentuar o carácter insuspeito da sua apreciação, Ferreira do Amaral salientava que o jornal de Urbano de Castro nem sempre fora favorável à sua política, evidenciando a crítica que a *União Áfrico-Portuguesa* tecera à autorização dada pelo governador ao Banco Nacional Ultramarino para que assumisse uma posição de monopólio na recente Companhia de Navegação do Kuanza, que introduzira naquele rio embarcações a vapor destinadas ao transporte rápido de passageiros e mercadorias, sem haver indemnizado os proprietários dos palhabotes que

anteriormente efectuavam esse serviço, como era o caso do próprio Urbano de Castro.

Mas Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, se não foi um precursor do mito do anti-racismo português e da retórica darwinista do escravagismo atávico dos Africanos, foi pelo menos um grande entusiasta dessas imposturas, ao assegurar que governava Angola «sem as odiosas distinções de raças e cores» [sic]. Assim, e à semelhança de muitos outros colonialistas até aos nossos dias, não hesitava em acusar de racismo... os Angolanos! Quem eram, para Ferreira do Amaral, os principais instigadores dos ódios entre as raças? João da Ressurreição Arantes Braga e o seu *O Pharol do Povo*! Sobre o jornal, e reduzindo-o à categoria de «panfleto», escrevia o governador:

[...] Nos primeiros números, defendia-se naquele jornal, em nome de princípios liberais, os direitos dos donos de escravos e libertos à posse destes indivíduos nossos irmãos em nascimento e direitos, nossos iguais em constituição física e simplesmente afastados de nós em educação e civilização. [...] Pretendia-se que o governo tinha a obrigação de conceder uma indemnização que a Inglaterra deu em suas colónias a alguns dos que haviam obtido os escravos segundo a lei [...]. [...] Não, porém, pára aqui o liberalismo falso do panfleto a que me refiro. Em nome dos princípios mais avançados, pregava e prega o ódio da raça, faz distinções odiosas entre europeus e africanos, e entende dever propagar, felizmente sem êxito, os mais estranhos princípios do renegado, com relação à primitiva nacionalidade dos cidadãos da província, aconselhando-os a rebelarem-se contra a bandeira daqueles que deram o ser aos próprios redactores, invectivando sem critério e sem gramática aqueles que foram seus pais. [...] De todas as autoridades diz mal o *Pharol do Povo*, mentindo sem reboço e sem coerência; de resto, o seu redactor principal [João da Ressurreição Arantes Braga] é conhecido nos registos da polícia e nos do crime, e deverá em pouco tempo espiar na cadeia parte dos seus crimes [sic].

Estas aleivosias, que não eram apenas tecidas pelo governador mas também por uma boa parte da população portuguesa de Luanda, não tardaram a ser contundentemente denunciadas por um «filho do país», o



professor primário e de kimbundu João Ignácio de Pinho, num artigo intitulado «Não Nos Entenderam!», publicado no n.º 6 de *O Pharol do Povo*, de 17 de Março de 1883:

*O Pharol do Povo* tem sido censurado e caluniado pelos inimigos da luz; entendem uns que estabelecemos ódio de raças –, mas esta questão não é nossa, é dos próprios portugueses (com raríssimas excepções) e dela nascem consequências de que nós somos as vítimas [sic].

Mas que «crimes» eram, afinal, aqueles de que Francisco Joaquim Ferreira do Amaral acusava João da Ressurreição Arantes Braga e os seus colaboradores, de cometerem na redacção de *O Pharol do Povo*? Como muito bem o estudou Maria Cristina Portella Ribeiro, os «crimes» eram a aspiração à Independência de Angola. Logo no n.º 5, escreve Arantes Braga:

Lutemos [...] para que este povo, esta nação, este grande mundo de Angola, entre na fileira das nações civilizadas, e se faça conhecida pelos seus feitos, pelo seu grande comércio, pela sua agricultura e indústria – por vida própria [sic].

E no número seguinte, com o título «Angola perante a ideia do século», um artigo de fundo não assinado defendia que o Direito Internacional reconhecia a todas as colónias o direito a emanciparem-se caso tivessem força para ser independentes, como seria o caso de Angola, e caso à metrópole faltassem os meios económicos para poder dominá-la e «civilizá-la», como seria o caso de Portugal.

Estas ideias, expressas em Abril de 1883, não deixaram de ser imediatamente postas em causa por outros «filhos do país», aqueles que Nelson Pestana incluiu, com acuidade, naquela que chamou a vertente «evolucionista» do nativismo angolano. Tratava-se de intelectuais mestiços e negros que preconizavam a libertação de Angola da tutela do colonizador, mas não de forma abrupta e revolucionária e sim como consequência de um processo de «evolução

política, económica e social do país e dos seus filhos» e mesmo de consumação da «missão civilizadora» portuguesa, na qual acreditavam. O primeiro a manifestar-se nesse sentido foi Pedro Félix Machado, um jovem de pouco mais de 20 anos - nascera em Luanda por volta de 1860 -, filho de um comerciante açoriano e de uma luandense da família Amaral Gourgel e futuro autor do incontornável romance *Cenas de África? Romance Íntimo* (1891). Recentemente regressado de Portugal, onde fizera os seus estudos, Pedro Félix Machado sobrevivia como professor da Escola Principal de Luanda e como advogado provisionário quando contestou Arantes Braga num artigo publicado em... *A União África-Portuguesa*, de Urbano de Castro! Em resposta, Arantes Braga publicou em *O Pharol do Povo* um artigo acirrado onde, chamando ao jovem intelectual luandense «padre Félix», lhe atirava à cara: «A vossa crença é uma impostura, a vossa fé uma ilusão, o vosso patriotismo é uma mentira» [sic]. No mesmo texto, Arantes Braga reincidia na já emblemática utilização da independência dos Dembos como exemplo a seguir.

João da Ressurreição Arantes Braga dotou *O Pharol do Povo* de uma vasta rede de correspondentes disseminados pelo litoral e pelo sertão angolano: Barra do Dande, Barra do Bengo, Barra do Kuanza, Ambriz, Zenza do Golungo, Massangango, Alto Dande, Benguela-a-Velha e Novo Redondo. O mais distinto de entre eles foi Mamede Santana e Palma, neto de um dos famosos soldados napolitanos de Napoleão degredados para Angola em 1828. Mamede Santana e Palma, natural da Muxima, residia ao tempo na Barra do Dande, mas mais tarde, em 1889, também fundaria em Luanda o seu próprio jornal, *O Desastre*. O próprio Dembo Kabuku Kambilu colaboraria em *O Pharol do Povo*, publicando cartas redigidas pelos seus secretários ambaquistas que denunciavam roubos praticados aos sobas do concelho de Cambambe.

Outro colaborador assíduo foi Joaquim Dias Cordeiro da Matta, filho de um professor da Escola Primária de Icolo-e-Bengo, distrito onde nasceu em 1857. Durante os anos de existência de *O Pharol do Povo*, Cordeiro da Matta, que contava então entre 26 e 28 anos e residia em Luanda desde a adolescência – só na segunda metade da década é que se instalaria nas margens do Kuanza, como chefe de divisão do concelho de Calumbo – já produzira, esparsa por diversas publicações, nomeadamente pelo *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, boa parte da sua obra poética, marcada sobretudo pela estética do bilinguismo entre o kimbundu e o português. Mas foi no n.º 9 de *O Pharol do Povo*, de Julho de 1883, com dedicatória expressa a Arantes Braga, que aquele que viria a ser conhecido como «o poeta negro do rio Kuanza», Joaquim Dias Cordeiro da Matta, publicou o seu poema mais anticolonialista, «Libelo a Portugal»:

*Portugal, foste grande... Tuas tradições  
gloriosas assombram todas as nações!*

*De Camões o poema e de Herculano a história,  
tudo, ó egrégio velho, fala em tua glória.*

*Porém, se eras o forte, o temerário, o ousado,  
da marítima empresa o grande iniciador,  
o intrépido, o valente náutico – soldado –  
atestando em doiradas páginas ao mundo  
qual foi – após heróicas lidas – teu valor;  
hoje, ó velho leão, estás moribundo!...*

*O que foste, ai! Apenas em livros se lê,  
tua força potente hoje exausta é!...*

*Se pra cova sem força e alento caminhando,*

*já vais tua misérrima vida chorando,  
e mesmo os filhos teus teu fado amaldiçoam  
e tua triste morte, ó velhinho, apregoam; -  
oh! não deixes Angola em mísera orfandade,  
oh! dá-lhe, Portugal, a sua liberdade...*

Embora a ambiguidade do substantivo «orfandade» possa levar à suspeição de que Cordeiro da Matta, tal como outros «filhos do país» - e antecipando em 70 anos o conceito falacioso de «descolonização» -, se deixava arrastar pela ilusão de que a libertação de Angola resultaria de uma concessão generosa do colonizador português e não exigia ao colonizado um combate árduo, «Libelo a Portugal» é, sem dúvida, a expressão poética oitocentista mais conseguida da aspiração angolana à Independência.

Mas o mais ilustre, esclarecido e talentoso dos intelectuais angolanos da «imprensa livre» do último quartel do século XIX foi o luandense José de Fontes Pereira, nascido em 1824 e falecido de pneumonia fibrinosa aos 67 anos, em Maio de 1891. Sobrevivendo, tal como outros mestiços letrados, da profissão de advogado provisionário, José de Fontes Pereira, embora colaborando em diversos jornais, começou por se evidenciar como ousado plumitivo em *O Futuro d'Angola*, de Arsénio de Carpo Filho. No n.º 6 deste jornal, de 8 de Abril de 1882, num artigo intitulado «Escolas», denunciava a inequívoca falta de vontade política dos governantes portugueses de desenvolver o ensino público em Angola, atribuindo-a - com toda a assertividade, até porque muitos colonialistas portugueses viriam mais tarde a reconhecê-lo abertamente - ao desejo de manter os «filhos do país» na ignorância, para obstar à emancipação da colónia. E acrescentava:

E quando assim vier a suceder [a emancipação de Angola], Portugal teria alguma coisa a perder com isso? Pois não ganhou muito com a

independência do Brasil, para onde seguem muitos portugueses para lá ganharem riquezas por meio de trabalho honrado, indo para lá até a maior parte com o fim de aprender a ler e escrever, conseguindo por este modo a civilização que não podiam encontrar na terra natal? O que tem lucrado Angola com o domínio português? A mais negra escravidão, o desprezo e a mais completa ignorância! E até o governo tem feito mais: com o fim de humilhar e aviltar os filhos desta terra que possuam as preciosas habilitações, não os tem nomeado para colaborarem na administração pública da sua terra natal! Preferem mandar governadores impossíveis, e certos empregados de fazenda, ladrões, deixando de autorizar os povos para escolherem quem melhor pudesse desempenhar os cargos superiores da administração pública! [sic].

Ainda não se distingue aqui a aspiração à Independência total de Angola do sentimento, assaz banalizado entre os intelectuais angolanos coevos, de reivindicar a substituição de Portugal por outro colonizador. O mesmo se nota, aliás, nas primeiras colaborações de José de Fontes Pereira com *O Pharol do Povo* de Arantes Braga, nomeadamente no artigo intitulado «A República a criar raízes em Angola», publicado no n.º 36, de 27 de Outubro de 1883. José de Fontes Pereira limita-se aí a exaltar os méritos do tenente-coronel Francisco Pereira Diniz e da sua fracassada sublevação em Benguela, havia 60 anos, que de nacionalista nada tinha, pois mais não pretendia do que a transferência da soberania sobre Angola de Portugal para o Brasil.

O pensamento de José de Fontes Pereira radicalizar-se-ia no segundo semestre de 1884, às vésperas da Conferência de Berlim. Em Julho desse ano, o *Boletim Oficial* publicou um ofício no qual o ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, autorizava o governador Ferreira do Amaral a resgatar 400 «libertos» angolanos destinados a integrar um contingente militar que seguiria para Moçambique. Pela pena de José de Fontes Pereira, *O Pharol do Povo* denunciou os governantes portugueses com o artigo intitulado «O governo português a comerciar em escravos» e com as palavras acrimoniosas: «A dominação

portuguesa é hipócrita como a cobardia, retraída como o crime, rancorosa como a inveja e desumana como ela só» [sic].

José de Fontes Pereira foi então processado e perdeu clientes como advogado. A penúria levou-o a retirar-se da redacção de *O Pharol do Povo*, alegando que «quem precisa não pode ter carácter independente» [sic]. No entanto, no mesmo número do jornal onde anunciava a sua saída – o n.º109, de 28 de Fevereiro de 1885, apenas dois dias depois do encerramento dos trabalhos da Conferência de Berlim –, José de Fontes Pereira publicava o quinto e último artigo de uma série intitulada «A Europa no Congo» e nele reiterava o que já afirmara num texto anterior: que o rei do Kongo deveria ter sido convidado a participar na Conferência de Berlim, pois esta tomara decisões sobre a Bacia do Congo e sobre a África sem consultar os Africanos. A propósito da Conferência de Berlim, o angolano José de Fontes Pereira punha a nu o colonialismo, tal como cinco anos mais tarde o tornaria a fazer, por ocasião do Ultimato Britânico.

Mas em que é que consistiu a Conferência de Berlim de 1884-1885, quais os seus antecedentes e consequências e o que é que representou para Angola?

## CAPÍTULO XVI

# **Dos antecedentes da Conferência de Berlim (1870-1884/1885) às consequências do Ultimato Britânico (1890-1900)**



# Cronologia

**1884/1885** - Conferência de Berlim (**12 de Outubro de 1884 a 14 de Fevereiro de 1885**) e consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios na partilha colonial da África. - A Associação Internacional do Congo, de Leopoldo II da Bélgica, adquire o estatuto e o nome de Estado Livre do Congo. - Segunda expedição de Capelo e Ivens, travessia relatada no livro *De Angola à Contracosta* (1886). - Expedição de Henrique de Carvalho à Musumba do Muatiânvua e assinatura de Tratados de Protectorado de Portugal com a Lunda.

**1885 (1 de Fevereiro)** - Assinatura do Tratado de Protectorado de Simulambuco, entre Portugal, representado pelo comandante Guilherme Augusto de Brito Capelo, e a Regência Cabindense - (**14 de Fevereiro**) - Em Berlim, Portugal renuncia à margem direita do rio Congo/Zaire, mas conservando o enclave de Cabinda.

**1886 (12 de Maio)** - Portugal celebra com a França um tratado onde ficam definidas as fronteiras setentrionais de Angola. - (**30 de Dezembro**) - Portugal celebra com a Alemanha um tratado onde ficam definidas as fronteiras meridionais de Angola. - Aos textos de ambos os tratados, os Portugueses juntam o Mapa Cor-de-Rosa.

**1887** - Expropriação da Fazenda Prototypo, produtora de café no Cazengo e da propriedade de Angolanos, pelo Banco Nacional Ultramarino.

**1885/1891** - Migrações de Madeirenses para o Planalto da Huíla.

**1886/1889** - Artur de Paiva, com um exército de Bóeres, avança para sudeste da Huíla e ocupa o território dos Nganguela.

**1889/1891** - Campanha militar em Angola de Henrique de Paiva Couceiro, obedecendo à estratégia do ministro Barros Gomes de fazer face à Companhia Britânica da África do Sul.

**1890 (11 de Janeiro)** - Ultimato Britânico e desvanecimento do sonho colonial português do Mapa Cor-de-Rosa. - (**30 de Março**) - Silva Porto morre, fazendo explodir a sua Embala de Belmonte.

**1891 (7 de Fevereiro)** - O jornal luandense *O Tomate*, de Mamede de Santana e Palma, publica o texto jocoso anticolonial não-assinado «A Independência de Angola». - (**11 de Junho**) - Tratado Luso-Britânico onde se definem as fronteiras orientais de Angola.

**1893** - Joaquim Dias Cordeiro da Matta publica o *Ensaio de Dicionário de Kimbundu-Português*. - Na derradeira edição de *O Desastre*, Mamede de Santana e Palma refuta brilhantemente o discurso racista do deputado português Dantas Baracho.



**1896** - O missionário suíço Héli Chatelain cria um jornal redigido em kimbundu, *Kamba dia Ngola* («O Amigo de Angola»), que é proibido em Luanda pelo governo colonial. - Teixeira da Silva derrota, no Moxico, o último rei independente do Bié, Numa II, sucessor de Ekuikui I.

**1891/1897** - «Guerras do Humbe», onde se distingue do lado português o tswana Oorlog.

**1898** - Assinatura de um Tratado de Protectorado de Portugal, representado pelo capitão Trigo Teixeira, com a rainha luena Nha Katole, que permitiria a Portugal, em 1905, no desfecho da questão do Barotze, integrar com êxito o quadrado do Kazombo no território da colónia de Angola.

**1900** - Weyulu, rei dos Cuanhamas, recebe amistosamente na sua capital, Onjiva, militares alemães, com quem se alia contra Portugal no controlo do rio Cunene.

# **1 - A Conferência de Berlim (1885): antecedentes e consequências**

## **a) A disputa europeia pela Bacia do Congo/Zaire (c. 1870- -c. 1881)**

A chamada «Corrida à África» (*Scramble for Africa*), incentivada já na primeira metade do século XIX, após as independências americanas, acentuou-se no último quartel da centúria, depois de, por volta de 1870, a Grã-Bretanha ter perdido, entre as potências europeias, a hegemonia que detinha desde o Congresso de Viena de 1815. Compreender o que significou para Angola a «Corrida à África» – ou a «partilha da África» – implica delimitá-la à sua última fase: a da disputa, pelos Europeus, da bacia hidrográfica do rio Congo/Zaire, a parte do continente menos conhecida – por se situar no interior – a mais apetecível para a exploração de matérias-primas e para o escoamento de mercadorias para o litoral. Há que, igualmente, ter em conta as cinco potências europeias que, pressionadas pela opinião pública e pelas ambições pessoais de alguns dos seus cidadãos – ou do seu soberano, como foi o caso excepcional da Bélgica –, se engalfinharam nesta altercação internacional: a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, a Alemanha e, finalmente, Portugal.

Se exceptuarmos o expansionismo português dos séculos XV e XVI, politicamente sigiloso, tendencialmente mercantilista e preferencialmente vocacionado para o comércio litoral e para a ocupação de ilhas desertas, podemos considerar que a Grã-Bretanha era, em 1870, o Estado europeu com maior antiguidade na exploração do chamado «continente negro» e no pretenso desvendamento dos seus mistérios. Ainda no século XVIII, exploradores britânicos marcaram presença no Nilo Azul, no noroeste da

Etiópia, e no Alto Níger. E nas décadas de 1820 e de 1830 também foram viajantes britânicos que percorreram o deserto do Sara e o delta do Baixo Nilo. Entre 1852 e 1856, o médico, prospector, missionário e explorador escocês David Livingstone (n. 1813-m. 1873), que já deambulava pelo continente africano desde o início dos anos de 1840, efectuou duas travessias da África Subsariana, nos dois sentidos – em 1855, ao percorrer o Zambeze, baptizou as Cataratas de Mosi-ua-Tuya («Fumo Trovejante») com o nome de Cataratas Vitória, em homenagem à jovem rainha do Reino Unido –, e na segunda metade do decénio já era um herói nacional na Grã-Bretanha. Na década de 1860, outros exploradores britânicos – Richard Burton, John Hanning Speke e Samuel Baker – foram os primeiros Europeus a «descobrir» o Lago Tanganica e o Lago Vitória, que tomaram por nascentes do Nilo. Mas, no respeitante ao Congo/Zaire, os Britânicos limitavam-se ao patrulhamento naval costeiro, dificultando as veleidades portuguesas para norte do rio Loje, e à instalação de feitorias comerciais muito próximas da foz.

Em 1866, a Grã-Bretanha vitoriana viu com orgulho o seu «herói nacional», David Livingstone, tornar a embrenhar-se ousadamente pelo «continente misterioso». Como o reconheceu o historiador norte-americano Adam Hochschild, o «heroísmo» forjado de David Livingstone é hoje facilmente explicável. Além de eleito o primeiro homem a efectuar a grande travessia de ida e volta da África Central – fabulação da autoria de quem ignorava ou quis ignorar a viagem dos angolanos Pedro João Baptista e Anastácio Francisco, pombeiros de Honorato da Costa, feita meio século antes –, Livingstone personificava a tríade dos principais argumentos coloniais que, sendo ao tempo ainda esgrimidos basicamente pela Grã-Bretanha e pela França, não tardariam a ser apropriados por outras potências europeias empurradas para a «Corrida à África»:

- I. A busca de matérias-primas;
- II. A «missão civilizadora», traduzida pelo evangelismo cristão;
- III. A retórica do antiesclavagismo. Embora condenando o tráfico de escravos e a escravatura, a Grã-Bretanha e a França ainda os praticavam, mas assacando-os aos seus rivais europeus, sobretudo a Portugal. Também inauguravam o axioma darwinista do esclavagismo atávico dos Africanos – ou das «raças não civilizadas que escravizavam outras» – e aplicavam-no, essencialmente, aos traficantes muçulmanos de Zanzibar, os quais Livingstone iria, supostamente, combater e evangelizar.

Mas, passados três anos, a Grã-Bretanha vitoriana, perdendo o rasto ao seu «herói», deixou-o lançado às feras e deu-o por desaparecido. Foi então que um norte-americano, James Gordon Bennett, editor do jornal *New York Herald*, viu no sumiço de Livingstone um furo jornalístico e encarregou de o procurar um repórter sensacionalista, então correspondente do jornal em Paris: o galês John Rowlands, havia dez anos naturalizado norte-americano com o nome de Henry Morton Standley (n. 1841-m. 1904). Só em Março de 1871 é que Standley, à frente de uma caravana de guardas armados e de carregadores africanos que ostentavam a bandeira dos Estados Unidos da América, partiu de Zanzibar, na costa oriental africana, em busca do escocês desaparecido. Ao longo de oito meses, as suas reportagens, enviadas por telégrafo para Nova Iorque, fizeram multiplicar as tiragens do *New York Herald*. Mas a 10 de Novembro de 1871 – exactamente meio ano depois do dia do desfecho definitivo da Guerra Franco-Prussiana, com a França a reconhecer a derrota de Sedan

de Agosto/Setembro de 1870 pela assinatura do Tratado de Frankfurt, humilhação francesa determinante para o futuro da «Corrida à África» -, Standley encontrou finalmente Livingstone em Ujiji, perto do Lago Tanganica. Livingstone explorava a parte superior do rio Lualaba, que julgava ser afluente do Nilo. Os dois homens tornaram-se amigos e, durante meses, navegaram pela costa norte do Lago Tanganica, até terem a decepção de não encontrar nele as nascentes do Nilo, mas apenas outro rio que nele desaguava.

Depois de se separar de Livingstone, Standley regressou à Europa, e o livro que publicou, *How I Found Livingstone* («Como encontrei Livingstone»), assim como as suas reportagens - agora divulgadas, não apenas pelo *New York Herald*, mas também pelo *Daily Telegraph* de Londres - não deixaram de impressionar a Grã-Bretanha. Daí que, no início de 1873, a *Royal Geographical Society* tenha finalmente decidido prestar auxílio a Livingstone, enviando ao seu encontro o oficial de marinha Verney Lowett Cameron. A caravana de Cameron partiu de Zanzibar, mas não tardou a cruzar-se com antigos servidores de Livingstone, que lhe entregaram os documentos e o corpo do missionário, falecido em Março. Cameron prosseguiu na sua travessia, que culminaria em São Filipe de Benguela já em 1876. Embora só tenha publicado o seu livro *Across Africa* em 1877 - onde, como Livingstone e Standley, denunciou o escravagismo português e zanzibarita nos sertões angolanos -, Cameron, tal como Standley, fora enviando por telégrafo para a Europa, durante a viagem, os seus diários, que iam sendo publicados em jornais britânicos. Ao ler esses jornais, o francês Jules Verne concebeu, no próprio ano de 1873, o seu romance *Un Capitaine de Quinze Ans*, onde intervêm personagens reais descritas por Standley e por Cameron, nomeadamente os angolanos José António Alves e Lourenço de Sousa Coimbra

(filho do famoso major Coimbra), que comerciavam escravos com os Zanzibaritas entre Kasonde, Bié e Kasanje.

Standley, entretanto, patrocinado pelos jornais *New York Herald* e *Daily Telegraph*, empenhava-se numa segunda expedição africana, entre os anos de 1874 e 1877. Desceu o Lualaba ao longo de 1600 quilómetros e percebeu que este rio era o curso de água inicial do Congo/Zaire. Deteve-se num lago natural formado pelo próprio rio, com 35 quilómetros de comprimento e 23 de largura, a que chamou Standley Pool (Lago Standley, actual Lago Malebo). Depois, em vez de descer o Congo/Zaire pelos 32 rápidos e cascatas denominadas Cataratas de Livingstone, contornou-as e concluiu a expedição já no estuário do rio poderoso, na feitoria portuguesa – outrora holandesa – de Boma. Ao regressar à Europa, em 1878, Standley, ainda mais famoso pelos seus artigos e conferências, não cessou de tentar seduzir os industriais britânicos e os governos vitorianos para a exploração comercial dos territórios africanos a leste das Cataratas de Livingstone, com frases proverbiais tais como: «[é preciso] despejar a civilização europeia no barbarismo africano» ou «há 40 milhões de pessoas nuas do outro lado das cataratas e os industriais têxteis de Manchester estão à espera de as vestir» [sic]. Mas quem acabou por ficar seduzido foi Leopoldo II, rei dos Belgas desde 1865.

Nascido em 1835, apenas cinco anos depois da Independência da Bélgica – na sequência de uma revolta contra a Holanda e ao cabo de séculos de dominação espanhola, austríaca, francesa e holandesa –, Leopoldo II sucedeu ao pai, seu homónimo, e desde cedo procurou ir além do papel quase simbólico de monarca constitucional de um pequeno país europeu que se pretendia neutro. Ao longo da primeira década do seu reinado, não se cansou de lembrar aos súbditos que as fronteiras belgas nunca poderiam ser alargadas para dentro da Europa, mas que a

Bélgica deveria lutar pela posse de uma colónia. Sempre contra a vontade do parlamento e do governo da Bélgica – que viam as colónias como fontes de despesas sem nenhum retorno –, o rei dos Belgas tentou em vão a aquisição de uma província argentina, a compra do Bornéu aos Holandeses, o arrendamento das Filipinas à Espanha, o estabelecimento de colónias na China, no Vietname, no Japão, nas Ilhas do Pacífico e, por fim, em Moçambique, no Senegal e no Congo. Leopoldo II retirou duas conclusões que seriam decisivas para o seu percurso futuro: por um lado, se o governo da Bélgica não adquirisse uma colónia, ele, o rei, fá-lo-ia às suas próprias custas; por outro – e percebendo quanto os relatos de Livingstone, de Standley e de Cameron haviam impressionado os Europeus com as suas denúncias contra o escravagismo português e zanzibarita –, compreendeu que só atingiria o seu objectivo se recorresse a argumentos humanitários e filantrópicos.

Assim, em Setembro de 1876, depois de longos meses na Grã-Bretanha a seduzir personalidades influentes, que verificou, comprazido, não se interessarem pela bacia do rio Congo/Zaire – nomeadamente a rainha Vitória, sua prima, o filho dela, o príncipe de Gales (futuro Eduardo VII), reputados geógrafos e militares, a baronesa Angela Burdett-Coutts, famosa protectora dos missionários, e o próprio explorador Cameron, recém-chegado da sua viagem –, Leopoldo II patrocinava uma Conferência Geográfica Internacional em Bruxelas. Para ela convidou delegados de sociedades científicas de toda a Europa – excepto Portugueses, cujo escravagismo desprezava –, mas os escassos assuntos científicos discutidos, como seja a melhor maneira de coordenar a fabricação de mapas, visavam, alegadamente, apenas finalidades humanitárias: o combate ao tráfico de escravos na costa ocidental africana e o envio de ajuda médica à África. No encerramento, Leopoldo II propôs a criação de uma comissão filantrópica

internacional, a Associação Internacional Africana, da qual aceitou «modestamente» a presidência.

Ao contrário dos Britânicos, centrados no Egito e na África do Sul, revelou admiração pelas proezas de Standley no Congo/Zaire e mostrou interesse pela continuação da exploração desse rio gigantesco, que irrigava 13 milhões e meio de quilómetros quadrados – uma superfície superior à da Europa Ocidental – e cujo sistema de afluentes em leque permitia uma rede de transportes de mais de 11 mil quilómetros. Era navegável desde que os vapores, uma vez desmontados, fossem para lá transportados por terra, ladeando os rápidos.

Em Fevereiro de 1879, sob um nome falso, Standley embrenhava-se novamente pelo continente africano, partindo de Zanzibar. Servia a Comissão de Estudos do Alto Congo, organismo fictício introduzido por Leopoldo II na Associação Internacional Africana, que em breve se transformaria noutra instituição de fachada: a Associação Internacional do Congo. Por conta dela, Standley instalou uma base perto da foz do Congo/Zaire, a Estação de Vivi, e construiu, por entre as Montanhas de Cristal e contornando os rápidos, uma estrada por onde, futuramente, um caminho-de-ferro transportaria, desmontados, os navios a vapor que subiriam o curso navegável do grande rio. O trabalho de sapador de Standley na perfuração das Montanhas de Cristal – utilizando frequentemente a dinamite – valeu-lhe, dos Bakongo, a alcunha de *Bula Matari* («Parte-Pedras» ou «Rebenta-Pedras»). Ainda sem caminho-de-ferro, transportou para Standley Pool o material destinado à montagem dos navios, recorrendo ao trabalho de carregadores africanos. Depois pôde subir o rio e criar uma rede de entrepostos comerciais ao longo de 1600 quilómetros para o interior. Standley empenhou-se nesta tarefa árdua até Junho de 1884 – apenas com a interrupção de três meses do ano de 1882, que passou na



Europa a convalescer de doenças tropicais -, e reconheceria mais tarde que Leopoldo II «engolira» vorazmente um milhão de milhas quadradas africanas. No seu livro *The Congo and the Founding of its Free State. A Story of Work and Exploration*, publicado em Nova Iorque em dois volumes no ano de 1885, já depois da Conferência de Berlim, Standley afirma ter sido, logo de início, informado por oficiais belgas fiéis a Leopoldo II de que os objectivos do monarca - aos quais o galês, aliás, nada opôs - eram os de «criar um novo Estado, tão grande quanto possível, e depois administrá-lo» e que «no projecto era claramente inteligível que não havia possibilidade de garantir o menor poder político aos negros», pois «seria absurdo» [sic].

O que acontecera, entretanto, com a Alemanha, com a França e com Portugal?

O desfecho da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) - com a derrota humilhante da França na Batalha de Sedan, a 31 de Agosto de 1870, e o triunfo alemão -, acabou por atizar o nacionalismo e os apetites expansionistas destes três países europeus no continente africano. O primeiro-ministro prussiano, Otto von Bismarck (n. 1815-m. 1898), unificara a Alemanha e tornara-se o primeiro chanceler do Império Alemão, também chamado «II Reich», sendo Guilherme I da Prússia proclamado imperador da Alemanha em Versalhes. Embora Bismarck só tenha começado a apregoar a urgência de uma colónia alemã no continente africano já na década de 1880, a estruturação ideológica do projecto colonial germânico iniciou-se logo em 1871, no ano de fundação do «II Reich». Nesse mesmo ano, colonos alemães já se encontravam instalados a sul do rio Cunene, na Damaralândia (futura Namíbia). Se a Sociedade de Geografia de Berlim existia desde 1828, o etnólogo Adolf Bastian (n. 1826-m. 1905) - que em 1857 já percorrera o território angolano entre o Ambriz e Mbanza Kongo -

fundou em 1873 a Sociedade Alemã para a Investigação da África Equatorial, cujo primeiro empreendimento foi a organização de uma expedição científica que explorou o Luango até 1876. Entre 1874 e 1876, outra expedição alemã, chefiada por Alexander von Homeyer, saiu de Luanda propondo-se atingir o Kasanje. Nela se evidenciaria Paul Pogge, que logrou chegar à Lunda e avistar-se com o Muatiânvua. E a ela se seguiriam a de Otto H. Schutt pelo baixo Luachimo, em 1877, e a de Max Buchner, novamente ao Muatiânvua, em 1878.

Quanto à França, sendo certo que as bases da sua expansão colonial foram sendo edificadas ao longo da Segunda República (1848-1852) e do Segundo Império (1852- 1870) – muito embora privilegiando o Magrebe e o Próximo Oriente, se exceptuarmos o projecto de Louis Faidherbe de ligação do Senegal ao Vale do Níger nos anos de 1850 e 1860 –, é indubitável que a «Corrida à África» só arrancou em força na vigência da Terceira República. Ou seja, depois da queda inglória de Napoleão III, aprisionado pelos Prussianos na Batalha de Sedan, e do humilhante pagamento à Alemanha, como indemnização de guerra, de cinco mil milhões de francos em ouro, imposto em 1871 pelo Tratado de Frankfurt. A concorrência com a Grã-Bretanha e com a Alemanha, assim como a retórica da «missão civilizadora», obcecou os governantes franceses das décadas de 1870 e de 1880, particularmente Léon Gambetta (n. 1838-m. 1882) e Jules Ferry (n. 1832-m. 1893). Embora a Société de Géographie de Paris existisse desde 1821, foram estes políticos os patrocinadores da primeira viagem de exploração africana de Pierre Savorgnan de Brazza (n. 1852-m. 1905), um aristocrata italiano naturalizado francês que, entre 1875 e 1878, subiu a bacia hidrográfica do rio Ogooué, percorrendo o território do Gabão e penetrando no que viria a ser o Congo Francês. Em segunda expedição, entre 1879 e 1882, Brazza, já apoiado pela Société de Géographie de Paris, atingiu o rio

Congo/Zaire e, em 1880, na margem norte de Standley Pool, propôs com êxito a Makoko, rei dos Bateke – os mesmíssimos Bateke (ou Anzikos) que, quase 400 anos antes, haviam sido combatidos pelo Ntotila D. João I Nzinga-a-Nkuvu, aliado ao português Rui de Sousa –, a assinatura de um Tratado de Protectorado com a França e fundou um entreposto comercial. Brazza avistou-se com Standley, que «partia pedras» na margem esquerda do rio, mas não o informou do Tratado de Protectorado que celebrara com Makoko. Standley só o soube um ano depois e apressou-se então, em nome da Associação Internacional do Congo, de Leopoldo II, a assinar um «Tratado de Amizade» com Ngaliema, outro chefe nteke. Esboçavam-se assim, de um lado e de outro de Standley Pool, as futuras cidades de Brazzaville e de Léopoldville (hoje, Kinshasa).

O cambaleante Portugal oitocentista só apanhou o comboio da «Corrida à África», na sua vertente científica, a 11 de Novembro de 1875, com a fundação tardia da Sociedade de Geografia de Lisboa. Os principais impulsionadores da iniciativa foram o historiador Luciano Cordeiro (n. 1844-m. 1900) e o economista Rodrigo Afonso Pequito (n. 1849--m. 1931), mas o apadrinhamento coube ao ministro João de Andrade Corvo (n. 1824-m. 1890), por muitos considerado o grande estratega português para a África no século XIX. Andrade Corvo gizou um projecto de colonização africana cujo realismo se afastava da opinião pública portuguesa dominante, nomeadamente da dos membros da Sociedade de Geografia de Lisboa, centrados em devaneios que, evocando um passado expansionista «glorioso» e os chamados «direitos históricos», preconizavam que o império português deveria abranger todo o Centro e Sul da África. Para Andrade Corvo havia que, basicamente, delimitar as fronteiras orientais de Angola e ocidentais de Moçambique, e apenas esse objectivo legitimava o envio de expedições científicas. A abertura das colónias portuguesas ao capital e à emigração

estrangeira e a preservação da aliança de Portugal com a Grã-Bretanha eram outras prioridades do ministro.

A clivagem de perspectivas entre os Portugueses quanto à África reflectiu-se, quer na preparação da primeira viagem de exploração científica, em 1877, quer durante a própria expedição. Dela foram encarregues os oficiais de marinha Hermenegildo de Brito Capelo (n. 1841-m. 1917) e Roberto Ivens (n. 1850-m. 1898), aos quais se juntou o capitão de infantaria Alexandre Serpa Pinto (n. 1846-m. 1900). Se os dois primeiros se pautaram pelos objectivos iniciais da expedição, delineados por Andrade Corvo, o mesmo não aconteceu com Serpa Pinto, que se deixou enredar pelas alucinações da Sociedade de Geografia de Lisboa. Os três homens desembarcaram em Luanda em Agosto de 1877, mas, ao serem informados pelo governador Caetano de Albuquerque da escassez de carregadores, Serpa Pinto foi procurá-los ao Congo/Zaire, onde se cruzou com Standley, que terminava a sua segunda travessia. Este encontro convenceu Serpa Pinto da inconveniência de subir o grande rio, pelo que viria a iniciar o périplo, com os seus dois companheiros, a partir de Benguela, a 12 de Novembro. Seguiram por Quilengues e pela Caconda até ao Bié, onde foram acolhidos por Silva Porto na sua embala de Belmonte. Mas, durante os três meses da viagem em conjunto, a ambição desmedida de Serpa Pinto de efectuar um percurso insensato até Moçambique já lhe causara divergências insanáveis com os seus associados, sobretudo com Capelo, a quem nem dirigia a palavra, limitando-se a trocar bilhetes escritos com Ivens. Deixando Serpa Pinto, vítima de uma enfermidade tropical, na embala de Silva Porto, Capelo e Ivens prosseguiram a sua viagem, mantendo-se fiéis aos objectivos da expedição na exploração dos territórios compreendidos entre os rios Kuanza e Kuango até 1880 e elaborando um notável trabalho científico, espelhado nos dois volumes de *De*

*Benguela às Terras de Iaca* (1881). Quanto a Serpa Pinto, uma vez convalescido, persistiu na veleidade de atingir Quelimane e seguiu pelos Luchazes e pelas Ambuelas até ao rio Zambeze, que alcançou em Agosto de 1878. Muito doente, foi acolhido em Lexuma pelo missionário francês Coillard, concluindo a sua expedição a 19 de Março de 1879, em Durban, no Transval (recentemente anexado pela Grã-Bretanha), sem ter conseguido chegar a Moçambique. Deixou como testemunho a obra em dois volumes *Como Eu Atravessei a África* (1881), que prima mais pelo valor documental e pela qualidade narrativa de romance de aventuras do que como trabalho de investigação científica.

### **b) Do malogrado Tratado do Zaire luso-britânico à Conferência de Berlim: reacções portuguesas e angolanas aos princípios consagrados em 1885**

Na década de 1880, o encarniçamento europeu na «Corrida à África», concretamente à Bacia do Congo/Zaire, acentuou-se ainda mais, sobretudo em Portugal, durante o segundo governo de Fontes Pereira de Melo, que decorreu entre 1881 e 1886. A pasta da Marinha e do Ultramar foi ocupada pelo zoólogo José Vicente Barbosa du Bocage (n. 1823-m. 1907) até Outubro de 1883, que então transitou para os Negócios Estrangeiros e deu lugar, na Marinha e Ultramar, ao escritor Manuel Pinheiro Chagas (n. 1842-m. 1895). Ambos os ministros eram fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa e entusiastas das teses megalómanas da ocupação portuguesa da totalidade da África Central – o futuro Mapa Cor-de-Rosa – e do fantasioso projecto da criação de «estações civilizadoras» pela iniciativa privada, que mais não rendeu, como contributo dos comerciantes e industriais portugueses, senão a miserável quantia de 6,6 milhões réis.



Augusto Dias de Carvalho (n. 1843-m. 1909), que já trabalhara quatro anos em Luanda no Serviço das Obras Públicas. Partiu de Luanda a 8 de Junho de 1884 e alcançou a Musumba do Muatiânvua, na Lunda, três anos depois, a 16 de Junho de 1887. A brilhante obra etnográfica de Henrique de Carvalho é vastíssima e já por diversas vezes a referimos. Evidencie-se apenas, neste momento, o facto de ter conseguido do Muatiânvua a assinatura de um Tratado de Protectorado a favor de Portugal, antecipando-se a Standley e à Associação Internacional do Congo.

Os Tratados de Protectorado assinados com os soberanos Bateke na Bacia do Congo/Zaire – respectivamente o de Brazza, de 1880, a favor da França, e o de Standley, de 1881, a favor de Leopoldo II e da Associação Internacional do Congo – não pressionaram apenas Portugal. Pressionaram também a Grã-Bretanha, que alterou a sua atitude de obstrução às pretensões portuguesas à região. Vendo que a sua soberania estava perdida no Congo/Zaire, em benefício de adversários fortes como a França e Leopoldo II, a Grã-Bretanha entendeu ser boa política apoiar-se em Portugal, um país aliado, ainda que fraco. Por isso, o governo britânico, em 1882, se mostrou receptivo à proposta do governo português – com Serpa Pimentel nos Negócios Estrangeiros – de reabertura das negociações de reconhecimento dos direitos de Portugal à Bacia do Congo/Zaire, quando seis anos antes recusara discutir com Andrade Corvo a mesmíssima questão. Mas agora a Grã-Bretanha, embora reconhecesse a Portugal a ocupação da costa ocidental da África, entre 8° e 5° 12' de latitude sul, não deixava de exigir contrapartidas, bem expressas na nota de resposta de 15 de Dezembro de 1882:

- I. Total liberdade de navegação britânica, não apenas no rio Congo/Zaire, mas também no rio Zambeze e nos respectivos afluentes;

- II. Fixação, em todas as colónias portuguesas do continente africano, de uma pauta moderadora de direitos alfandegários, garantindo-se à Grã-Bretanha o tratamento da nação mais favorecida;
- III. Transferência para a Grã-Bretanha de todos os eventuais direitos de Portugal no litoral africano entre as longitudes de 5° oeste e 5° este;
- IV. Limitação da soberania portuguesa no interior só às localidades já ocupadas.

Ao longo do ano de 1883, a Grã-Bretanha também se sentiu pressionada pela França, no Egipto e no Vale do Nilo, e confrontou-se com a surpresa de ver a Alemanha de Bismarck, sua aliada, não só reclamar a Togolândia, na costa ocidental africana, e a Angra Pequena, no sudoeste namibiano – onde o comerciante Adolf Luderitz fundara recentemente uma cidade a que deu nome –, mas igualmente apoiar as pretensões francesas no Egipto e no Sudão. Foi o que apressou a assinatura com Portugal, a 26 de Fevereiro de 1884, daquele que ficaria conhecido como Tratado do Zaire (ou do Congo) luso-britânico. A Grã-Bretanha reconhecia aos Portugueses a soberania a norte do rio entre 5° e 8° de latitude sul e, na margem esquerda, até ao porto fluvial de Noqui. Mas privava Portugal do Lago Niassa, onde nascia o rio Chire, afluente do grande Zambeze.

Nos meses seguintes, a opinião pública portuguesa não manifestou entusiasmo pelo Tratado do Zaire, queixando-se da perda do Lago Niassa e da redução dos direitos portugueses apenas a uma faixa do litoral do Congo/Zaire. Os jornais de Lisboa e da província, sobretudo os progressistas e republicanos, não se cansaram de alimentar este crescente mito da espoliação de Portugal em África. Porém o Tratado do Zaire não agradou, sobretudo, à França e à Associação Internacional do Congo, de



Leopoldo II da Bélgica, que por ele ficariam privados, na bacia hidrográfica do Congo//Zaire, do acesso ao mar. Ambos já se encontravam aliados.

Inicialmente os Franceses acharam que o rei dos Belgas, com tantos empreendimentos pretensamente filantrópicos, acabaria por ficar sem dinheiro. Por isso recearam que, quando tal acontecesse, os vastos territórios africanos da Associação Internacional do Congo recortados por Standley fossem vendidos à Grã-Bretanha. Mas Leopoldo II, depois de, a 22 de Abril de 1884, ter conseguido o reconhecimento, pelos Estados Unidos da América, dos interesses da Associação Internacional do Congo – naqueles que o presidente Chester A. Arthur acreditou serem os «Estados Livres do Congo» –, logrou tranquilizar a França, prometendo-lhe direito de preferência caso os vendesse. Por fim, no Verão do mesmo ano, e em troca de garantias de liberdade de comércio no Congo aos Alemães, Leopoldo II obteve o apoio de Bismarck, que preferia ver o Congo nas mãos do rei da Bélgica do que nas da Grã-Bretanha, da França ou de Portugal. Por isso a Alemanha aprovou a transformação da Associação Internacional do Congo de Leopoldo II em «Estado Livre do Congo». Aliás em Maio, o «Chanceler de Ferro» encarregara o embaixador alemão em Londres de informar o governo britânico de que o seu país, não só não reconhecia o Tratado do Zaire, entre a Grã-Bretanha e Portugal, como também ameaçava romper a aliança com a Grã-Bretanha, não na Europa, mas no continente africano, apoiando as reivindicações francesas e belgas. Leopoldo II, por sua vez, desencadeou uma campanha publicitária na Grã-Bretanha onde, evidenciando o horror do escravagismo português – que tornava desprezíveis os «direitos históricos» reivindicados por Portugal –, garantia aos comerciantes britânicos, na Bacia do Congo, o mesmo estatuto de «nação mais favorecida» que Portugal oferecia.

Perante estas ofensivas, a Grã-Bretanha renunciou então ao Tratado do Zaire. A reacção inicial do governo português, impregnado do sentimento de nacionalismo imperial, não foi de desagrado e houve mesmo esperanças, entre os Portugueses, de conseguirem fatias maiores do bolo africano caso negociassem também com outros parceiros europeus além da Grã-Bretanha. Por esse motivo, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Barbosa du Bocage, propôs em Maio de 1884 ao governo britânico a realização de uma Conferência Internacional. A proposta revelou-se um tiro no pé para as pretensões portuguesas no continente africano, pois foi Bismarck - com o apoio de Leopoldo II da Bélgica e de Jules Grévy, presidente da República Francesa - quem acabou por convocar e organizar, em Berlim, a requerida Conferência.

Os trabalhos da Conferência de Berlim estenderam-se entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. A Conferência reuniu representantes de 13 Estados europeus: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda/Luxemburgo, Itália, Império Austro-Húngaro, Império Otomano, Portugal, Reino da Suécia e Noruega e Rússia. Não esteve nela presente nem um único Africano. Tratou-se, aliás, de um facto histórico tão determinante para o futuro da África quanto para o da Europa. Foi admitido um décimo quarto Estado não europeu, apenas como observador e sem direito a voto: os Estados Unidos da América. Mas as intervenções de dois dos seus delegados, Henry Shelton Sanford e Henry Morton Standley, foram suficientes para que a Associação Internacional do Congo - que não se encontrava oficialmente representada em Berlim - adquirisse o estatuto e o nome de Estado Livre do Congo, do qual Leopoldo II, rei da Bélgica - que durante os três meses da Conferência de Berlim não saiu de Bruxelas -, se proclamaria, em nome individual, proprietário e soberano.

Ao contrário do mito que veio a propagar-se, não foi na Conferência de Berlim que se efectuou a «partilha da África» ou, como soe dizer-se, que a Europa desenhou as fronteiras africanas «a régua e esquadro». Mas a Acta Geral assinada a 26 de Fevereiro de 1885 foi um texto jurídico incontornável, por meio do qual se impuseram os princípios fundamentais de Direito Internacional que legitimariam, nos anos subsequentes, a referida «partilha». Que princípios eram esses? Essencialmente quatro:

### *1. Proibição do tráfico de escravos*

Não era uma novidade, pois já vinha do Congresso de Viena de 1815.

### *2. Princípio da livre navegabilidade nos rios africanos*

Visava sobretudo os rios Congo/Zaire e Níger, através dos quais as potências europeias podiam fazer escoar as mercadorias, do interior para o litoral, isentas do pagamento de direitos alfandegários umas às outras.

### *3. Princípio da liberdade de religião*

Na realidade, tratava-se do princípio de liberdade de missão cristã. Nenhuma potência colonial podia impedir os missionários de outra de penetrar nas suas colónias. Teria enorme importância no futuro de Angola, particularmente na formação do independentismo novecentista.

### *4. Princípio da ocupação efectiva dos territórios*

Foi a sentença de morte aos obsoletos argumentos portugueses dos «direitos históricos» ou da antiguidade dos Padrões de Diogo Cão. A «ocupação efectiva» teria de ser demonstrada, ou pela imposição das armas aos Africanos, ou pela celebração, com estes, dos Tratados de Protectorado. A esse propósito, o darwinismo influenciaria a ciência jurídica para a criação da distinção teórica – ainda hoje crível por muitos – entre Protectorados de Direito Internacional e os chamados «Protectorados Coloniais», que alegadamente não protegeriam Estados e sim populações cujo «grau evolutivo de civilização» lhes não permitia serem consideradas nações, mas apenas «etnias» ou «tribos».

Curiosamente, o discurso colonial português jamais abdicaria do argumento dos «direitos históricos» e, bem pelo contrário, agigantaria o mito de que Portugal fora espoliado pela Conferência de Berlim. O grande arauto desta tese na metrópole, durante o final do século XIX – com inúmeros seguidores no século XX –, foi Luciano Cordeiro, um dos delegados portugueses na Conferência de Berlim. Mas outros houve, Portugueses e Angolanos, que perfilharam nessa época as mesmas perspectivas.

Um deles é uma figura algo esquecida: o jurista – depois igualmente etnógrafo – Francisco António Pinto. Natural de Ovar, no norte de Portugal, Francisco António Pinto, tal como Alfredo Troni, licenciou-se em Direito em Coimbra, embora oito anos depois, em 1875, e também foi nomeado para um cargo de magistratura em Angola. Mas o pensamento de Francisco António Pinto era radicalmente oposto ao do autor de *Nga Mutúri*. Francisco António Pinto sentira-se atraído pelo continente africano por haver sido, confessa-o, um leitor entusiasta dos relatos dos «principais exploradores» [sic], provavelmente os de Douville, do século XVIII, ou os dos britânicos dos anos de 1860 e do primeiro lustre de 1870. Assumiu em 1877 as funções de

juiz da recém-criada comarca de Ambaca, com sede em Pungo-Andongo. Não descansou enquanto não conseguiu, passado um ano, mandar para a prisão o ambaquista Manuel Mendes Machado, defensor dos direitos dos camponeses espoliados pelo Banco Nacional Ultramarino. Logo a seguir, e também ao invés do colega Alfredo Troni – que foi curador dos Serviçais de Luanda –, Francisco António Pinto era nomeado curador dos Colonos da Província, o que lhe permitiu percorrer os distritos de Luanda, Benguela e Moçâmedes. Não chegou a visitar os concelhos do Nano (Bailundo, Huambo e Bié) porque em 1880 foi transferido para a 1.<sup>a</sup> Vara de Luanda. Muitas acareações judiciais deve ter tido então com Alfredo Troni, depois de o jornalista e escritor, anatemizado pelo colonialismo português, ter renunciado à magistratura e abraçado a advocacia.

No início de 1882, aproveitando uma licença, Francisco António Pinto percorreu o curso do Congo/Zaire até Boma, na caça ao hipopótamo. Ficou chocado com a recente ocupação por Brazza e por Standley das margens do rio, que considerava portuguesas. Por isso conseguiu, nesse mesmo ano, a 1 de Julho, ser destacado pelo governador Ferreira do Amaral para uma missão de estudo pelos diversos portos setentrionais, do Ambriz ao Maiombe, passando por toda a bacia hidrográfica do Congo/Zaire e pelos territórios de Cabinda e Malembo. A pretexto de procurar resolver, pela via do julgamento arbitral, conflitos que envolviam comerciantes portugueses, britânicos, franceses, holandeses e congoleses, Francisco António Pinto recolheu informações importantes num extenso *Relatório*, que concluiu a 8 de Novembro e que mais tarde, através de Ferreira do Amaral, fez chegar aos delegados portugueses na Conferência de Berlim, onde foi lido publicamente em vão. Lamentando a degradação dos vestígios portugueses no Congo – nomeadamente o já

remoto derrube pelos Holandeses do Padrão de São Jorge, colocado por Diogo Cão no Soyo, assim como as ruínas em que se encontrava o antigo convento de Santo António dos Barbadinhos, igualmente no Soyo –, o *Relatório* procurava exaltar, em detrimento da Missão Protestante britânica instalada em São Salvador do Congo em finais de 1880, o papel das Missões Católicas: a francesa de São Tiago de Lândana, existente desde 1873 e dirigida pelo padre Charles Duparquet – que estabeleceu sede em Boma em 1880 –, e a recente Missão portuguesa, chegada a São Salvador em 1881, na canhoneira *Bengo*. Era superintendida pelo padre António Barroso (n. 1854--m. 1918), que obteria do rei D. Pedro V Água Rosada a renovação da vassalagem a Portugal e a autorização do regresso do exército português ao Congo. Este feito valeu ao missionário vir a dar nome, no século xx, a uma avenida de Luanda (da qual, logicamente, uma perpendicular se veio a chamar Rua Francisco António Pinto).

Francisco António Pinto só regressou a Portugal uma vez concluído o mandato do governador Ferreira do Amaral, em 1886. Realizaria então, na Sociedade de Geografia de Lisboa, seis longas conferências muito aplaudidas, que apelavam à urgente ocupação do Congo por Portugal. Numa dessas conferências – reunidas em 1904 no livro intitulado *Angola e Congo*, prefaciado por Oliveira Martins –, Francisco António Pinto, referindo-se aos princípios consagrados na Acta Geral da Conferência de Berlim, não resistiu a um amargo desabafo lusocêntrico: «cedemos à força» [sic].

Em Luanda, apenas dois meses após a Conferência de Berlim, o *Pharol do Povo*, agora sem a colaboração do brilhante José de Fontes Pereira, reproduzia um artigo de um jornal republicano do Porto impregnado do mito da espoliação de Portugal no continente africano:

[...] Malogrou-se a ocupação daquilo que já era nosso e [...] vê-se que os leões das grandes potências, Inglaterra, Alemanha e França, repartiram o Zaire como os Fariseus repartiram a túnica de Cristo, [mas] ao mártir é que não pertenceu o menor pedaço [sic].

Nesse número de 11 de Abril de 1885, o tão «temível» nativista – ou independentista? – angolano João da Ressurreição Arantes Braga desculpava o autor do artigo, alegando que ele, antes de ser republicano, era português. Resta saber se o próprio Arantes Braga não punha o republicanismo à frente da sua angolanidade. Será que os ideais republicanos eclipsavam o nacionalismo em benefício... do colonialismo?

## **2 - Cabinda: de Francisco Franque ao «Protectorado Colonial» (1875-1885)**

### **a) A morte do magnate Francisco Franque e a aproximação de Manuel José Puna e das principais linhagens ao colonizador português**

Há muito que Cabinda assistia ao apertar de um cerco montado por dois colonizadores, o britânico e o português, às suas elites. A reacção dos Cabindenses à pressão colonial variava conforme o seu posicionamento na hierarquia social: as linhagens da «Regência» – «antigas» e «novas» – procuravam sobreviver do «tráfico clandestino» agonizante ou, em alternativa, perseverar na malograda tentativa de competir com os Europeus no «comércio legítimo»; os seus dependentes, por sua vez, substituíam progressivamente os antigos senhores, cuja situação de descalabro financeiro cada vez mais dificultava a sua manutenção, por patrões europeus.

O combate travado pelas linhagens da nobreza de Cabinda a fim de sobreviverem através da participação no «comércio legítimo» intensificou-se depois da morte de Francisco Franque, em 1875, aos 99 anos. O património do

magnate cabindense foi então dividido por um grande número de herdeiros, que se multiplicaram mercê da conjugação da regra tradicional do chamamento à herança dos descendentes matrilineares, os sobrinhos maternos, com o princípio ocidental da legitimação sucessória dos descendentes na linha recta, os filhos e os netos. Assim se compreendem as divergências que, daí em diante, ocorreram entre os sucessores de Francisco Franque, das quais os colonizadores britânico e português não hesitariam em procurar tirar partido para afirmar subtilmente a sua hegemonia. Manuel Bonzola Franque, um dos filhos mais velhos do falecido nonagenário, assenhoreara-se de Porto Rico, antiga Tchioua e futura cidade de Cabinda, principal porto mercantil e sede do empório da família. Mas em 1880 foi expulso desta localidade pelo seu primo Luemba Franque, que reclamava o direito à sucessão de acordo com a tradição da matrilinearidade, pois era sobrinho materno de Francisco Franque. Luemba Franque não conseguiria atingir o que se propunha se não tivesse procurado a protecção britânica. Defrontando dificuldades financeiras e de prestígio entre os seus, aliou-se por casamento aos Monkata Kalombo, desde 1870 distinguidos pela rainha Vitória da Grã-Bretanha com o título honorífico de King Jack, e trabalhou como *linguist* (intérprete) para a feitoria inglesa Hatton & Cookson. Teriam sido os donos desta casa comercial britânica quem lhe forneceu as armas com as quais combateu o seu primo. O direito de participar no comércio legítimo como parceiro dos Europeus parece, pois, ter-lhe sido vedado pelos Britânicos, o mesmo acontecendo, de resto, com aos seus parentes King Jack.

O percurso de Francisco (Chico) Rodrigues Franque, outro sobrinho materno de Francisco Franque, constitui um exemplo ainda mais nítido de como, no final do século XIX, os Cabindenses não dispunham de qualquer meio de



resistência ao assédio colonial a não ser o recurso a um eventual pacto com o colonizador. Francisco Rodrigues Franque tentara estabelecer-se como comerciante independente ainda antes da morte do seu tio e conseguira ser dono de quatro pequenas feitorias: uma em Pernambuco, sua cidade natal; outra em Chinga, cidade governada pelo seu primo Nsambo Franque (descendente da já secular aliança entre os Nsambo e os Franque); outra no Povo Grande, localidade dominada pela linhagem Nsinda (oriunda do Maiombe e provavelmente também em tempos aliada aos Franque); e outra em Intea, a curta distância de Ponta da Lenha. Através delas, Francisco Rodrigues Franque comprava mercadorias locais que vendia a uma pequena filial da casa holandesa Nieuwe Afrikdansche Handels Vennootschap (AHV) em Simulambuco, recebendo bens a crédito da companhia flamenga para obter mais mercadorias. As suas pequenas feitorias dependiam, portanto, do capital das grandes casas comerciais europeias instaladas nas margens do rio Congo/Zaire e fornecedoras para todo o litoral congolês de fazendas vindas da Europa destinadas a serem trocadas por produtos locais. Entre essas casas comerciais, destacavam-se além da holandesa AHV, as inglesas Hatton & Cookson e Edwards Brothers, de Liverpool, as francesas Daumas & Beraud e A. Conqui Ainé, ambas de Paris, e ainda uma belga, instalada em Boma, complementar da expedição de Standley. Mas Francisco Rodrigues Franque viu essas mesmas companhias, particularmente a AHV, a Hatton & Cookson e a Daumas & Beraud, negarem-lhe o acesso ao crédito e redobram assim as suas dificuldades em resgatar as mercadorias. Francisco Rodrigues Franque acabaria por se suicidar com um tiro de carabina.

Uma primeira aproximação de Manuel José Puna aos Portugueses terá ocorrido ainda em 1853 quando, segundo um relatório do capitão Arthur Wilmot datado de 25 de

Fevereiro, teria tomado a iniciativa de assinar, juntamente com outros chefes de linhagem cabindenses, uma petição dirigida ao governo colonial de Luanda reivindicando a extensão do domínio português a Cabinda. Observe-se que o referido relatório britânico data do mês seguinte àquele em que o mesmo Arthur Wilmot tentou obter das elites do Ambriz e de Cabinda a assinatura de tratados de submissão à Grã-Bretanha com a exigência da supressão total e imediata do tráfico de escravos, rejeitada pela «Regência» para evitar um suicídio financeiro de Cabinda. À semelhança dos seus compatriotas, Puna sabia que o governo português de Luanda era conivente com o tráfico de escravos. Mas foi dos primeiros a compreender que tal situação não poderia manter-se por muito tempo. O massacre do Ambriz em 1855 viria, de resto, a dar-lhe razão. Face à legislação brasileira de 1850, de que estaria plenamente informado, à quebra no tráfico que logo a seguir se fez sentir e à pressão exercida pela Grã-Bretanha para que os Africanos extinguissem abruptamente aquela actividade, Puna percebeu que Cabinda só conseguiria sobreviver mediante uma transição gradual para uma actividade comercial internacionalmente reconhecida como legítima que permitisse aos seus naturais tornarem-se parceiros dos Europeus e dos Americanos no mercado internacional, como anteriormente o tinham sido no tráfico de escravos. Os Britânicos constituíam, obviamente, um obstáculo a que se processasse essa transição gradual, assim como os Holandeses e os Franceses. Havendo há muito abolido a escravatura nos seus países e nas suas colónias e desinteressando-se, por isso, do tráfico de escravos, Britânicos, Holandeses e Franceses estavam agora apostados em fazer prosperar as suas feitorias a norte e a sul do rio Congo/Zaire, pelo que era manifesto o seu empenho em afastar do seu caminho qualquer concorrente, desde logo os mais débeis, como os

comerciantes portugueses por conta própria ou a burguesia de Cabinda.

Manuel José Puna foi, decerto, o primeiro dirigente cabindense a perceber que, tendo os Cabindenses interesses bem diferenciados dos Europeus, dos Americanos e mesmo dos demais Africanos, só lhes restava unir as suas chefias e encontrarem um aliado forte entre aqueles a que se opunham. Com Britânicos, Holandeses ou Franceses não era possível contar, nem como parceiros comerciais, nem como aliados. Também não era possível contar com os Brasileiros, que haviam fechado os seus portos ao escravo, aquela que ainda era a principal mercadoria transatlântica de Cabinda. Restavam os Portugueses, eles próprios também a defrontar graves dificuldades face à concorrência comercial dos outros Europeus no rio Congo/Zaire, não obstante as suas veleidades colonizadoras manifestadas através da reivindicação de «direitos históricos» sobre a região. Conhecedor das cidades coloniais portuguesas de Luanda e de Benguela, Manuel José Puna sabia que nelas ainda se praticava a escravatura, o que justificava o interesse na prossecução do tráfico clandestino de uma boa parte dos seus homens de negócios. A substituição do comércio de escravos pelo de outras mercadorias operar-se-ia necessariamente, entre os Portugueses, de forma gradual, o que convinha sobremaneira aos Cabindenses. Havia, portanto, que transformar os antigos protectores do «tráfico ilícito» em protectores do «comércio legítimo». Mas essa protecção, que não podia ser clandestina, exigia uma contrapartida: a de que Cabinda fizesse crer aos Portugueses que lhes reconhecia os «direitos históricos» que eles tão falaciosamente brandiam aos seus rivais Europeus. Os Cabindenses não podiam, portanto, esquivar-se a atribuírem-se a si próprios, ainda que só nominalmente, o estatuto de «vassalos» dos Portugueses. A

protecção comercial tinha, pois, que ser politicamente assumida.

Com este gesto, Manuel José Puna conseguiu, não apenas confederar muitos dos chefes políticos de Cabinda, mas também impressionar os Portugueses. A estes não convinha, em 1853, nem responder à pretensão dos Cabindenses, nem publicitar o facto. Uma resposta portuguesa favorável à solicitação dos Cabindenses poderia ter sido dada imediatamente, através da ocupação militar do território ou mediante a assinatura de um tratado. Mas, num tempo em que não estava ainda em curso a política temerária que Coelho do Amaral procuraria levar a cabo daí a dois anos, os Portugueses receavam as represálias britânicas, quer militares, quer diplomáticas. As represálias militares sofrê-las-iam, sem dúvida, caso se atrevessem a ocupar Cabinda, e sabiam que delas sairiam derrotados, pois reconheciam não dispor de forças suficientes para defrontar a armada britânica posicionada a norte do rio Loje. Quanto às represálias diplomáticas, essas sobreviriam se as autoridades portuguesas ousassem propor a Cabinda a assinatura de um tratado que, celebrado no rescaldo de uma rejeição maciça dos Cabindenses a uma proposta abolicionista britânica, só poderia ter êxito se fosse omissa quanto à proibição do tráfico de escravos. Traduzir-se-iam em mais uma acusação de escravagismo a Portugal por parte da Grã-Bretanha. Assim se compreende o silêncio das fontes portuguesas quanto à petição de Manuel José Puna e dos seus pares em 1853. Mas o facto foi suficiente para que Puna começasse então a adquirir, entre os Portugueses, a reputação de «amigo», de que procuraria tirar partido ao longo de toda a sua vida.

Ao contrário do seu pai, já não interessava a Manuel José Puna enviar os filhos para o Brasil, país com o qual Cabinda deixara de ter relações comerciais relevantes, e sim para Portugal. Também não lhe interessava entregá-los ao cuidado de capitães de navios mercantes, o que nesta fase

seria, certamente, prejudicial para o seu prestígio. Assumindo-se como chefe político de Cabinda, Manuel José Puna fez questão de contactar directamente com as autoridades portuguesas. Assim, em 1868, diligenciou junto do governador-geral de Angola, o contra-almirante Francisco António Gonçalves Cardoso, no sentido de conseguir que os seus filhos João e Vicente fossem levados para Portugal, a fim de estudarem em Lisboa, pedido que foi deferido, enviando o governador a Cabinda «propositadamente, a canhoneira *Rio Minho*, onde os dois rapazes embarcaram» [sic]. Segundo Martins dos Santos, os irmãos João e Vicente Puna, que figurariam em 1885 entre os signatários do Tratado de Simulambuco, fizeram os seus estudos secundários num colégio particular de Lisboa, a Escola Académica, localizada na Calçada do Duque, perto do Rossio:

Em 1 de Dezembro de 1873, estavam hospedados no seminário de Coimbra, de onde escreveram ao director, pedindo que os retirasse imediatamente dali, colocando-os a aprender no Arsenal. E ameaçavam de que, se o pedido não fosse satisfeito, fugiriam do seminário... [...] Resta-nos acrescentar que existe um volumoso processo no Arquivo Histórico Ultramarino, referente à educação dos dois angolanos. O pedido para serem tomados sob a protecção das autoridades e do Estado foi feito em 27 de Janeiro de 1868. [...] João Puna e Vicente Puna foram condiscípulos de Trindade Coelho, que se lhes refere com simpatia [sic].

Mais tarde, em 1871, durante o reinado de D. Luís I, o próprio Manuel José Puna deslocar-se-ia a Portugal para aí ser baptizado e condecorado, não só com o grau de coronel honorário do exército, mas também com os títulos de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de barão de Cabinda, além de lhe ser atribuída uma pensão vitalícia. Ostentaria um título nobiliárquico português, o de barão, recebido directamente do rei de Portugal e muito superior, evidentemente, ao de coronel honorário do exército usado pelos Franque.

## **b) O(s) Tratado(s) de Simulambuco (c.1880-1885)**

Do mesmo modo que a sujeição de Luemba Franque aos Britânicos começou por uma aliança de casamento com os King Jack, seus «vassalos», também o matrimónio de Francisco Rodrigues Franque com uma filha de Manuel José Puna acabaria por conduzi-lo, mais tarde, a uma submissão ao colonizador português. A aliança de Francisco Rodrigues Franque com os Puna, provavelmente posterior à morte do seu tio Francisco Franque em 1875, é sem dúvida anterior a 1880, ano em que, ao lado de Manuel José Puna, procurou ajudar o seu primo Manuel Bonzola Franque a recuperar o domínio sobre Porto Rico (já designado pelos Britânicos e pelos Portugueses por porto de Cabinda), movendo uma guerra contra Luemba Franque e contra a Hatton & Cookson, detentora do monopólio comercial naquela localidade. Embora derrotados numa primeira escaramuça dessa guerra, Francisco Rodrigues Franque e Manuel José Puna projectaram continuá-la em 1882, agora com o apoio da feitoria holandesa local, que visava enfraquecer a sua concorrente britânica.

Francisco António Pinto, no seu *Relatório* de 1882, testemunha-o:

O barão [Puna] não é príncipe, mas tem uma importância grande entre os príncipes de Cabinda porque é civilizado e tem fama de rico. O principal dos príncipes, seus aliados, é o Chico Franco [Francisco Rodrigues Franque], que é seu genro à moda do país. O Chico Franco e os seus aliados tiveram há pouco uma guerra com outros príncipes de Cabinda, capitaneados por o de Loemba; este venceu; mas há quem diga que foi auxiliado pelos ingleses, que lhe deram a pólvora e espingardas aperfeiçoadas por intervenção da casa inglesa de Cabinda. [...] O Chico Franco e o barão de Cabinda vão em breve travar nova luta, para que já se estão preparando, contra o Loemba; e parece que o gerente da casa holandesa pensa em auxiliar o Chico Franco, com mira em que, vencendo ele, obrigará a casa inglesa a retirar de Cabinda [...]. O barão de Cabinda está velho; e diz-se que lhe sucederá um sobrinho, chamado Frederico, que é empregado da casa holandesa. Parece-me conveniente captar para nós [Portugueses] as boas graças deste sucessor e

do Chico Franco, que provavelmente vai agora vencer o Loemba e ficar dispondo de Cabinda. A aliança destes dois pode conseguir-se por meio do barão, que nos é dedicado; e, a meu ver, deve alcançar-se, porque se os holandeses nos não prejudicarem não será por não terem muita vontade disso [*sic*].

Francisco António Pinto antecipava assim o projecto português dos Tratados de Protectorado com os chefes de Cabinda, que começaria a concretizar-se no ano seguinte. Havia que tirar proveito das divisões existentes entre as chefias de Cabinda a fim de fechar de vez o cerco, que há muito tempo se ia estrangulando, e submeter definitivamente os sitiados à tutela colonial portuguesa. Face a povos tão «facilmente colonizáveis» – a expressão é do próprio Francisco António Pinto – como os de Cabinda, Portugal afirmar-se-ia finalmente como uma potência colonial capaz de concorrer com os seus rivais europeus mais fortes. Os Tratados de Protectorado constituíram para Portugal, na década de 1880, ao contrário do que acontecia 30 anos antes, um excelente pretexto para invadir o território de Cabinda, fazendo-se os Portugueses passar por aliados dos Cabindenses e conseguindo assim, perante aqueles que seriam seus pares na Conferência de Berlim, tornar legal o ilegal.

Na celebração dos Tratados de Protectorado, o que estava em causa pelo lado português era, portanto, uma afirmação de Portugal no âmbito das suas relações com as outras potências europeias, no quadro da homogeneidade internacional do colonialismo, e não qualquer propósito de «protecção» ou de aliança política com os Cabindenses, aos quais não era reconhecida, de resto, nem cultura, nem organização estadual. Em conformidade com esta perspectiva, e apontando as vantagens do governo colonial português em apoiar Manuel José Puna e Francisco Rodrigues Franque na guerra que moviam contra Luemba Franque e contra os comerciantes britânicos, Francisco

António Pinto já ressaltava: «As forças dos principais de Cabinda merecerão esse nome para se medirem reciprocamente; mas, para nós ou para qualquer país da Europa, não são de tomar a sério» [sic]. A existência da outra parte signatária dos tratados de Protectorado, assim como a sua manifestação de vontade, representavam, para os Portugueses, aspectos fictícios destinados à legitimação meramente formal da ocupação territorial pretendida. Também quanto a este ponto, Francisco António Pinto já dava a entender que as aspirações autênticas das populações de Cabinda eram perfeitamente irrelevantes para o colonizador português quando, a propósito do seu encontro com Manuel José Puna, referia:

O barão declarou-se-me amigo dedicado dos portugueses, e pronto para os servir em tudo, inclusive para a ocupação; mas observou que este pensamento precisa de ser insinuado com muita prudência, porque amedronta o povo [sic].

Francisco António Pinto tinha, afinal, a convicção de que já não bastava a Portugal, na competição com os seus rivais Europeus, nem reivindicar «direitos históricos», nem conceder títulos nobiliárquicos aos Africanos em troca de vassalagens periclitantes. A hegemonia da Grã-Bretanha – e de outras potências que daí a dois anos se sentariam à mesa de negociações da Conferência de Berlim – sobre os territórios e as populações a sul e a norte da Bacia do Congo/Zaire, consumada no monopólio do controlo da circulação e da exportação de mercadorias, acentuava o carácter singular e caricato que, desde meados do século, a política portuguesa vinha assumindo no continente africano: não obstante persistir na defesa do princípio dos «direitos históricos», consagrados na ordem jurídica interna pelos textos constitucionais, Portugal confrontava-se com a evidência de só conseguir defendê-los no plano



externo através do recurso desesperado ao princípio da ocupação efectiva.

Esta realidade explicava a orientação já seguida na década de 1850 pelo visconde de Pinheiro e por Coelho do Amaral, apostados por um lado em captar as atenções dos Cabindenses através da concessão de distinções honoríficas e por outro, sempre que possível, na ocupação militar dos seus territórios. Orientação que veio a ser retomada 30 anos depois por Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, que certamente levou em consideração as observações de Francisco António Pinto. Agora, porém, a conjuntura exigia que Portugal recorresse ao expediente cada vez mais utilizado pelos seus rivais para assegurar a ocupação efectiva sobre territórios situados a norte e a sul do rio Congo/Zaire: a celebração de Tratados de Protectorado com os chefes africanos. Na sua penetração pelo interior angolano, incentivada havia menos de duas décadas, os Portugueses tinham celebrado tratados com os chefes locais, sem que estabelecessem, aliás, uma distinção bem nítida entre protectorado e vassalagem. Em Cabinda, no entanto, nunca o tinham feito, por um lado por receio da Grã-Bretanha, que lhes vedava o acesso à costa a norte do Ambriz, por outro para darem credibilidade à falácia de que o território lhes pertencia. Mas agora o quadro apresentava ligeiras alterações. À data em que Francisco António Pinto escrevia o seu *Relatório*, em 1882, já decorriam as morosas negociações, entre diplomatas portugueses e britânicos, que conduziram ao Tratado do Zaire de 1884. As negociações do malogrado convénio bastaram para que as autoridades portuguesas de Luanda, com o assentimento de Lisboa, se libertassem de constrangimentos quanto à costa a norte do Ambriz. O litoral do Congo era agora patrulhado igualmente pela marinha portuguesa, conforme o testemunham os oficiais que participaram nessas patrulhas, nomeadamente o médico João de Matos e Silva:

Não permitiam os ingleses que ocupássemos a costa ao norte do Ambriz; tínhamos várias vezes, com aquiescência e até a pedido deles, feito a polícia do baixo Zaire e da costa desde Ambriz até Mayumba [Mayombe], quando Standley descia o Congo e Brazza alargava a colónia do Gabão. Este explorador estendia este domínio francês pelas costas abaixo, passava Mayumba, comprava terrenos em Loango quando [eu], fazendo parte da guarnição da canhoneira *Bengo*, ali estive em Março de 1883 [sic].

Encontravam-se, pois, criadas as condições para que os oficiais da marinha portuguesa, por intermédio de alguns dos raros comerciantes seus compatriotas dispersos pela região, estabelecessem contactos com as federações de chefes de Massabi, Kakongo e Cabinda e os convidassem a aderir a propostas de Tratados de Protectorado.

Foram realizados, no curto período de dois anos, entre 1883 e 1885, cinco Tratados de Protectorado entre oficiais da marinha de guerra portuguesa, encabeçados por Guilherme Augusto de Brito Capelo (n. 1839-m. 1926) – futuro governador de Angola e irmão do explorador Hermenegildo –, então comandante da corveta *Rainha de Portugal*, em representação do rei de Portugal, e as autoridades cabindenses com soberania sobre os territórios correspondentes aos antigos Reinos de Loango, Kakongo e Ngoio que não tivessem antes celebrado convénios similares com outras potências europeias. Os tratados foram todos redigidos em Luanda, possivelmente pelo jurista Francisco António Pinto e sob a observação do governador Ferreira do Amaral. Os seus textos são cópias uns dos outros. Quatro deles, os do Tratado de Chinfuma (1883), do Tratado de Simulambuco (1885), do Tratado de Futila (1885) e do Tratado de Moanda (1885), estão divididos por 11 disposições praticamente gémeas. O articulado é sempre antecedido de uma Acta e rematado com assinaturas de Portugueses e de Cabindenses. O texto do Tratado de Chicamba (1884) limita-se à Acta e às assinaturas, pois mais não pretende ser do que a

manifestação, a 26 de Dezembro, da adesão dos chefes de Chicamba e N'cula ao convénio assinado com os Portugueses em Chinfuma, perto de Lândana, três meses antes, a 29 de Setembro, pelos seus vizinhos de Kakongo e Massabi. Futila e Moanda, por sua vez, também são declarações de adesão ao Tratado de Simulambuco por parte das chefias de Malembo e das regiões interiores do antigo Reino de Loango, o Mayombe, fora da jurisdição francesa. O Tratado de Simulambuco, de 1 de Fevereiro de 1885, apresenta duas particularidades: a de ser o único onde figuram quatro africanos que assinam com o seu próprio nome e não de cruz – Manuel José Puna, Francisco Rodrigues Franque, Manuel Bonzola Franque e João Puna –, e a de incluir uma *Petição* datada de 22 de Janeiro cuja redacção é atribuída aos Cabindenses.

Do ponto de vista formal, os Tratados de Chinfuma, Chicambo, Simulambuco, Futila e Moanda consistiam, efectivamente, em Tratados de Protectorado tal como as legislações e as doutrinas jurídicas ocidentais então os definiam. Distinguir-se-iam dos pactos de vassalagem, porquanto não vinculavam nenhuma das partes a qualquer obrigação de natureza tributável em relação à outra. Apresentavam, portanto, a forma de acordos escritos celebrados entre Estados soberanos mediante os quais o Estado «protector» se obrigava a tutelar o Estado «protegido» contra eventuais agressões do Direito Internacional, mantendo o Estado «protegido» a sua soberania interna e mesmo a sua soberania externa, muito embora no exercício desta devesse ser representado pelo Estado «protector». Todos os tratados continham a fórmula:

Os príncipes e mais chefes do país, e seus sucessores declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governados [*sic*].

O reconhecimento da soberania de Portugal pelos dirigentes cabindenses não implicava a submissão destes a essa soberania. Esse reconhecimento da soberania Estado a Estado era, aliás, recíproco entre as duas partes do convénio, como o demonstra o disposto no artigo 2.º daqueles tratados: «Portugal reconhece os actuais chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção» [sic]. O artigo 4.º dos mesmos tratados constituía, de resto, um corolário do artigo 2.º, ao preceituar:

Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento de costumes, marcando-se de uma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos navios de guerra portugueses.

Portugal assumia a obrigação de «manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protectorado», expressa no artigo 3.º. E a personalidade jurídica interna e internacional dos Estados cabindenses mantinha-se, embora cerceada, como era da essência de um Tratado de Protectorado:

Os príncipes e os mais chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4.º [sic].

Foi esta, sem dúvida, a interpretação dos articulados dos Tratados de Protectorado feita pelos signatários Cabindenses, nomeadamente os letrados Manuel José Puna, Francisco Rodrigues Franque, Manuel Bonzola Franque e João Puna. Nunca foi, no entanto, a dos Portugueses. Estes, preocupados em inserir-se no quadro capitalista

internacional, de que Cabinda constituiria apenas uma parcela dentro do todo de um império colonial, não hesitaram em aderir às teses darwinistas aceites pelas potências europeias para fundamentar a exclusão dos Africanos como parceiros comerciais e, por consequência, políticos. Essas mesmas concepções, marcadas pelas teorias espúrias do evolucionismo biológico e social, estiveram subjacentes à criação jurídica do *protectorado colonial* ou *pseudoprotectorado*: a «parte protegida», sendo menos «evoluída» do que a «protectora», não seria uma «nação» e sim uma «etnia», pelo que não corresponderia a um Estado. Esta figura fictícia viria a ser banalizada na generalidade das doutrinas jurídicas ocidentais durante os séculos XIX e XX e a manter-se, em alguns casos, até aos dias de hoje.

Os Cabindenses que assinaram o Tratado de Simulambuco estavam inteirados dos interesses divergentes entre as potências europeias que então se jogavam na Conferência de Berlim, cujo desfecho se aproximava. Mas estavam convencidos de que a aliança com os Portugueses ia dar a Cabinda uma projecção externa capaz de a reabilitar do marasmo que adviera do fim do tráfico de escravos. Quando julgavam assinar um Tratado de Protectorado, não podiam suspeitar de que os objectivos dos signatários Portugueses eram bem diferentes dos seus. E que, depois da Conferência de Berlim, os interesses coloniais das potências europeias que nela participaram seriam mais convergentes do que divergentes no sentido de excluir de vez os Africanos de um quadro de relações comerciais e políticas, que aliás até então já os marginalizava. Em Luanda, o incansável articulista José de Fontes Pereira bem o denunciava com lucidez.

Em 1887, dois anos depois do Tratado de Simulambuco, o governador português do distrito do Congo, o capitão

João Brissac das Neves Ferreira, tomava militarmente posse de Cabinda, integrando-a naquele distrito da província colonial de Angola.

### **3 - O Ultimato Britânico: reacções em Portugal e em Angola**

#### **a) O Mapa Cor-de-Rosa e o Ultimato Britânico em Portugal (1885-1890)**

Ainda em Berlim, a 14 de Fevereiro de 1885, a dias do encerramento dos trabalhos da Conferência, os delegados portugueses assinaram com os representantes da Associação Internacional do Congo um tratado onde Portugal renunciava à margem direita do rio Congo/Zaire, mas conservando o enclave de Cabinda, legitimado pelo Tratado de Protectorado de Simulambuco, celebrado apenas duas semanas antes. É este Tratado que está na origem do facto de, geograficamente, Cabinda ser um enclave de Angola. No ano seguinte, já ao abrigo das disposições da Acta Geral da Conferência de Berlim, Portugal celebraria mais dois tratados com outras potências europeias, a França e a Alemanha, para definição das fronteiras setentrionais e meridionais de Angola.

Agora era unânime, entre os políticos portugueses, todos tremendamente chocados com o desenlace da Conferência de Berlim, a convicção ilusória de que, para que Portugal estendesse, em África, o seu «império de costa a costa» [*sic*], teria de se aproximar da França e da Alemanha, pois no interior do continente africano, ao contrário do que acontecia no Congo, a Grã-Bretanha era considerada o grande obstáculo às pretensões portuguesas. O principal paladino destas ideias era o progressista Henrique de Barros Gomes (n. 1843-m. 1898), que as expusera claramente, quando ainda deputado da oposição, num discurso parlamentar a 1 de Junho de 1885. No Tratado

que, a 12 de Maio de 1886, Portugal assinou com a França - delimitando os respectivos territórios na Guiné (onde Portugal abdicava de Casamansa) e em Cabinda (onde a parte ocidental do Loango passava a pertencer à França) -, o ainda ministro dos Negócios Estrangeiros do governo regenerador, Barbosa du Bocage, juntou em anexo a primeira versão de um Mapa da África, elaborado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, onde os territórios de Angola e de Moçambique, assim como as vastas regiões compreendidas entre as duas colónias portuguesas - os futuros Estados anglófonos da Zâmbia, do Zimbabué e do Malawi -, apareciam cobertas a cor-de-rosa. A França, que não tinha qualquer interesse sobre essas zonas, declarou, no artigo 3.º do Tratado, respeitar as pretensões portuguesas, embora ressalvando, com habilidade diplomática, eventuais direitos entretanto adquiridos por terceiros.

Meses depois, a 30 de Dezembro de 1886, Portugal assinava com a Alemanha um tratado que delimitava a fronteira meridional de Angola, separada do Sudoeste Africano (futura Namíbia) - colónia alemã que incluía ao centro a Damaralândia, a norte a Ovambolândia, a oeste o Deserto do Namibe, a leste o Deserto do Kalahari e a sul a região de Windhoek - pelo leito do rio Cunene até às Cataratas do Ruacaná e pelo paralelo que passa por um marco daquelas cataratas até encontrar o rio Cubango. Desenhou-se, desde o ponto do Mucusso, naquele rio, até ao rio Cuando, no ponto onde terminaria a fronteira sudeste, uma linha recta. Em Portugal já governavam os progressistas, presididos por José Luciano de Castro (n. 1834-m. 1914), e o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, o prestigiado Henrique de Barros Gomes, ainda foi mais ostensivo na exibição aos Alemães do Mapa Cor-de-Rosa do que o fora o seu antecessor aos Franceses. Também a Alemanha declarou que não tinha pretensões directas nas regiões que Portugal reivindicava. Mas,

igualmente no artigo 3.º do Tratado, ressaltava, tal como a França, eventuais direitos entretanto adquiridos por terceiros. As fronteiras coloniais de Angola encontravam-se, portanto, demarcadas a norte e a sul.

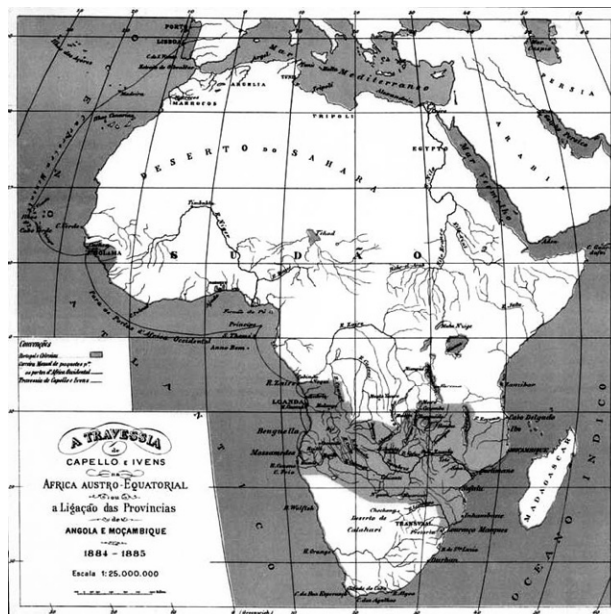
Mas não a leste, onde já operava a Companhia Britânica da África do Sul. Fora fundada recentemente pelo inglês Cecil Rhodes (n. 1853--m. 1902), pela fusão de duas outras que, havia dez anos, controlavam a produção de diamantes e de ouro nas colónias britânicas do Cabo e do Transval. O projecto de Cecil Rhodes de expandir o império britânico para a África Central e da criação de uma linha férrea que ligasse o Cabo, na África do Sul, ao Cairo, no Egipto, acabaria por conquistar a simpatia da rainha Vitória e do primeiro-ministro Salisbury, que em Outubro de 1889 concederiam à Companhia Britânica da África do Sul privilégios majestáticos, com direito a exército próprio.

Para fazer face à Grã-Bretanha, a estratégia de Barros Gomes consistiu na organização, entre 1888 e 1890, de uma terceira leva de expedições portuguesas – desta vez, secretas – de exploração e de ocupação dos territórios africanos almejados. Se em Moçambique e nas suas zonas limítrofes se registaram seis expedições, em Angola evidenciou-se apenas uma: a que o capitão de cavalaria Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (n. 1861--m. 1944) efectuou entre 1889 e 1891 e que se traduziria num conjunto de operações militares designadas por Campanha de Pacificação de Angola.

Paiva Couceiro desembarcou em Luanda a 1 de Setembro de 1889 e foi logo nomeado, pelo governador Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante do Esquadrão Regular de Cavalaria da Humpata, criado por Artur de Paiva (n. 1856-m. 1900), que se encontrava ausente, entre Benguela, o Bailundo e o Bié, a combater uma «guerra do Nano» que assolava a região. Situada nas Terras Altas da Huíla, a Humpata albergava, desde 1880, mais de 300 famílias bóeres sob a autoridade de Jacobus Frederick



Botha, saídas do Transval em 1875, às vésperas da anexação britânica.



29 - Mapa Cor-de-Rosa (1886-1890) - correspondendo à zona sombreada que vai do Atlântico ao Índico -, tal como foi apresentado por Portugal nos tratados que celebrou com a França e com a Alemanha em 1886, espelhando um sonho colonial português que só se desmoronaria em 1890 com o Ultimato Britânico.

Entre 1880 e 1882, as autoridades portuguesas distribuíram 200 hectares de terras da Humpata por cada família bóer e decretaram a sua naturalização em bloco como cidadãos portugueses. Além da entrada em Angola de cerca de 300 cavalos e dois mil bois, a população branca da Huíla triplicara. A maioria destes colonos sabia servir-se de espingardas de carregar pela culatra, que se revelariam úteis nas campanhas contra os Cuanhamas e os Cuamatos até meados do primeiro quartel do século xx. O capitão Artur de Paiva, que desposara uma filha de Jacobus Botha, pôde contar com um exército de Bóeres quando, entre 1886 e 1889, levou por diante uma campanha militar que permitiria aos Portugueses avançar muito para sudeste da Huíla e ocupar o território dos Nganguela - delimitado a norte pelos Luxazes, a sul pela fronteira com a Damaralândia, a leste pelo rio Cuando e a oeste pelo rio

Cunene -, onde foram erguidos os Fortes Maria Pia e Princesa Amélia, junto ao rio Cubango.

Para contrabalançar a influência bóer, e sempre com a preocupação de «embranquecer» o sul de Angola, o governo português apoiou, entre 1885 e 1891, sucessivas migrações de camponeses e indigentes madeirenses. Estes, que em 1891 contabilizavam um total de 1500 indivíduos, dividiram-se por duas colónias: uma na povoação do Lubango - à qual chamaram «colónia de Sá da Bandeira», que só em 1923 adquiriria foros de cidade - e a outra em São Pedro da Chibia, na Humpata, na margem esquerda do rio Tchimpumpunhime, afluente do Caculovar. Cada família recebeu apenas dois hectares de terra irrigável. Apesar de não terem prosperado, os colonos madeirenses - que se autodenominariam *chicoronhos*, uma adaptação do plural de *colono* em língua lunhaneka - deixaram vestígios indeléveis nas Terras Altas da Huíla, nomeadamente o Santuário de Nossa Senhora do Monte, na Serra da Chela. A eles se juntariam mais tarde os colonos transmontanos, que também influenciariam as festividades locais, como o desfile dos cabeçudos em Agosto. Alguns dos colonos transmontanos começaram por ser soldados das «guerras de pacificação do gentio». Foi o caso do capitão de infantaria Gastão Sousa Dias, que se evidenciaria como historiador.

Mas Paiva Couceiro não permaneceu muito tempo no cargo deixado na Humpata por Artur de Paiva, nem tão-pouco recorreu alguma vez à ajuda dos Bóeres. Em Dezembro de 1889, recebeu do governador Guilherme Augusto de Brito Capelo ordens de acompanhar o capitão-mor do Bailundo e do Bié, Teixeira da Silva, numa expedição ao Barotze, a sudeste de Angola, onde, contra as pretensões britânicas à região, deveriam propor ao imperador Levanica a assinatura de um Tratado de Protectorado. A coluna militar de Paiva Couceiro e de

Teixeira da Silva permaneceu longos meses no Bié, muito perto da embala de Silva Porto, à espera de reforços. Mas, em Fevereiro de 1890, Luanda informava-os de que a missão ao Barotze tinha sido inopinadamente cancelada e que deviam desviar-se para o Mucusso. O que é que acontecera entretanto?

Logo que Londres concedeu à Companhia Britânica da África do Sul privilégios majestáticos, Cecil Rhodes organizou uma expedição de «pioneiros» destinada a ocupar o que designava por Zambézia – futuras Rodésia do Norte (Zâmbia) e Rodésia do Sul (Zimbabué) – e por Niassalândia (futuro Malawi). Sabia que as expedições militares portuguesas de Paiva de Andrade e de Serpa Pinto se encontravam, respectivamente, no Planalto de Manica e no sudoeste do Lago Niassa. Por isso convenceu previamente Johnston, cônsul britânico em Lourenço Marques, a celebrar Tratados de Protectorado a favor da Grã-Bretanha com os chefes africanos da região para onde Serpa Pinto se preparava para avançar, os Makokolos. Além disso, e como se previsse um provável encontro entre Serpa Pinto e Paiva Couceiro, vindo de Angola, de modo a consumarem o Mapa Cor-de-Rosa, Cecil Rhodes encarregou Lochner, agente da Companhia Britânica da África do Sul, e o missionário francês Coillard – o mesmo que, em tempos, salvara a vida a Serpa Pinto – de assinarem, em seu nome e da Grã-Bretanha, um Tratado de Protectorado com Levanica, o que veio a acontecer a 20 de Junho de 1889. O Barotze tornara-se, portanto, um protectorado britânico, com o nome de Barotzelândia.

Ao fazer frente, a sudoeste do Lago Niassa, em finais de 1889, a um grupo de Makokolos armados que ostentavam a bandeira britânica, Serpa Pinto desencadeou um incidente diplomático que culminaria no Ultimato de 11 de Janeiro de 1890. O governo britânico exigiu veementemente que «todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makokolos e dos

Machonas se retirem» [*sic*], sob pena de ruptura imediata das relações diplomáticas. O memorando recebido pelo governo português era claro no sentido de que uma resposta satisfatória às exigências da Grã-Bretanha devia ser dada nessa mesma tarde ao embaixador britânico em Lisboa, George Glynn Petre, e referia a concentração de uma esquadra inglesa em Zanzibar, pronta a ocupar a Ilha de Moçambique, e de outra em Gibraltar, disposta a penetrar no Tejo. O Conselho de Ministros português reuniu precipitadamente, sob a presidência do rei D. Carlos I (n. 1889-m. 1908), que acabara de subir ao trono. Durante os 18 anos do seu reinado, que culminaria num trágico regicídio em 1908, o infeliz monarca representaria, para os Portugueses – sobretudo para os republicanos, cada vez mais populares –, o bode expiatório da decisão que o Conselho de Ministros se viu forçado a tomar na tarde de 11 de Janeiro de 1890: a capitulação perante a Grã-Bretanha, da qual resultou o desvanecimento fatal e definitivo do sonho do Mapa Cor-de-Rosa.

A propaganda republicana não hesitou em aproveitar-se da onda de indignação generalizada entre os Portugueses com a tibieza atribuída aos seus governantes e com a humilhação que o Ultimato gerou. Vinte dias depois do Ultimato, a 31 de Janeiro, uma tentativa de revolta contra a Monarquia estalou na cidade do Porto e foi dominada a muito custo. A queda imediata do governo progressista deu lugar a um frágil executivo regenerador, presidido por António de Serpa Pimentel (n. 1825--m. 1900) e com Ernesto Hintze Ribeiro (n. 1849-m. 1907) nos Negócios Estrangeiros. Em Agosto, o parlamento português recusou uma primeira proposta britânica de tratado para definição das fronteiras coloniais africanas. Só a 11 de Junho de 1891 – e depois de Luís de Soveral, embaixador em Paris, haver evitado um acordo secreto onde a Grã-Bretanha e a Alemanha repartiam entre si Angola e Moçambique – é que

foi assinado um tratado luso-britânico, que privou definitivamente Portugal do sudoeste do Lago Niassa e do Planalto de Manica. Mas respeitava o Tratado de 25 de Maio, celebrado entre Portugal e o Estado Livre do Congo, que apartava o Katanga da Lunda, cabendo o primeiro a Leopoldo II da Bélgica e a segunda a Portugal.

Durante mais de um ano, Portugal foi palco, de norte a sul, de manifestações populares exacerbadas, eivadas de um nacionalismo sobressaltado, associado a um sentimento antibritânico não menos efervescente. Eça de Queiroz, então cônsul em Paris, manifestou, em carta ao seu amigo Oliveira Martins, a sua perplexidade:

Esse inteligente patriotismo que leva os jornais a não quererem receber mais periódicos ingleses (!), os professores a não ensinar mais o Inglês, os empresários a não quererem que nos seus teatros entrem ingleses, os proprietários de hotéis a não quererem que nos seus quartos se alojem ingleses [sic].

Eça podia acrescentar os casos, frequentes sobretudo no Porto, dos barbeiros que recusavam cortar o cabelo ou barbear os comerciantes ingleses e dos cabeleireiros que se negavam a pentear as suas esposas.

O cúmulo veio a ser a composição de uma marcha patriótica, enaltecadora da vocação colonial e expansionista portuguesa, sem jamais mencionar a figura do rei, que foi entusiasticamente entoada na revista teatral *A Torpeza*, exibida com lotações esgotadas no Teatro da Alegria, em Lisboa. Da autoria do pianista de origem alemã Alfredo Keil (n. 1850-m.1907) e do dramaturgo Henrique Lopes de Mendonça (n. 1856-m.1931) – oficial da marinha outrora residente em Angola e colaborador assíduo do jornal luandense *O Mercantil* –, a marcha lembrava *A Marselhesa* e intitulava-se *A Portuguesa*. Tinha três estrofes de oito versos e um refrão de seis. O terceiro e o quarto verso da primeira estrofe diziam: «Levantai hoje de novo o

esplendor de Portugal». E os dois últimos versos do refrão rematavam: «Contra os Bretões marchar, marchar!». Duas décadas mais tarde, depois da implantação da República, A *Portuguesa* seria promovida, em Portugal, a Hino Nacional. Passaram a cantar-se apenas a primeira estrofe e o refrão. Mas os «Bretões» invectivados no penúltimo verso do refrão foram, por óbvias razões diplomáticas de política internacional, eufemisticamente transformados em «canhões».

### **b) Consequências em Angola do Ultimato Britânico de 1890 e do Tratado Anglo-Português de 1891 até ao fim do século (1890-1900)**

O trauma do Ultimato Britânico e a fixação das fronteiras de Angola e de Moçambique, ditada pelo Tratado Anglo-Português de 11 de Junho de 1891, foram determinantes para que a política colonial portuguesa em Angola se reforçasse, no sentido de salvaguardar os lucros provenientes da cultura do café, ao tempo ainda centrada no corredor do Kuanza, sobretudo na região de Cazengo, e da borracha, esta produzida pelos Angolanos – quer nesta região, quer no Planalto Central Ovimbundo, quer mais tarde nas Ganguélas e no Moxico – e escoada para o litoral através de Luanda e de Benguela.

Embora os projectos de criar caminhos-de-ferro já fossem remotos – o primeiro, recorde-se, datava de 1848 e era da autoria de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo –, os comboios só chegariam a Angola no século xx. Mas a pauta aduaneira tornou-se excessivamente proteccionista em favor da metrópole e viabilizou o fortalecimento da legislação tributária referente ao controlo da mão-de-obra indígena. As expropriações de terras acentuaram-se e repetiam-se sucessivamente episódios idênticos à famosa expropriação, pelo Banco Nacional Ultramarino, da

Fazenda Prototypo, no Cazengo, em 1887, que Arnaldo Santos tão bem relatou no seu romance histórico *A Casa Velha das Margens*. A Fazenda Prototypo produzia anualmente uma média de 3229 sacos de café, que rendiam ao Banco Nacional Ultramarino e a Lisboa cerca de 54 mil escudos anuais. Os expropriados afluíam às cidades ainda em maior número e multiplicavam-se os musseques. Em resposta à indignação angolana, as autoridades portuguesas persistiram, até ao fim do primeiro quartel do século xx, quer na repressão e na censura à imprensa urbana, quer na dinamização das operações militares no interior de Angola, que ficariam conhecidas como «campanhas de pacificação do gentio». Mas tudo foi impulsionado na última década do século xix.

### l) Repressão dos «filhos do país»: censura à «imprensa livre»

A reacção dos «filhos do país» ao Ultimato Britânico é a primeira prova contundente de quão díspares eram as perspectivas dos republicanos angolanos das dos seus correligionários portugueses em relação ao facto colonial. Desde 1886 que José de Fontes Pereira voltara às lides jornalísticas e o seu génio dera curso, nas páginas de *O Futuro d' Angola*, de Arsénio de Carpo Filho, a uma série de artigos de fôlego sob o título genérico «A Independência de Angola». Mas o Ultimato Britânico apanhou José de Fontes Pereira já a colaborar com um novo jornal, *O Arauto Africano*, fundado em 1889 pelo jovem luandense Carlos da Silva. Nele publicou José de Fontes Pereira, no seu n.º 34, de 20 de Janeiro de 1890, o artigo «Partido Colonial», onde brindou fulgorantemente o Ultimato Britânico, de dez dias antes, com o texto mais temerário da sua carreira. Chamando «caverna de bandidos» ao Estado português, José de Fontes Pereira convidava a Grã-Bretanha a

negociar directamente com os Angolanos e não com os Portugueses:

[...] não admira que os estrangeiros [...] procurem apossar-se das terras portuguesas ainda conservadas no estado da natureza, e que as aproveitem como bens assentes para as cultivar e civilizar os aborígenes, tornando-os cidadãos úteis a si e ao resto da humanidade. Pela nossa parte, aconselharíamos a esses estrangeiros que não gastassem o seu tempo lá na Europa a discutir os assuntos que lhes possam convir em relação à África; bastaria que se dirigissem aos seus habitantes, como senhores naturais que são das suas terras, e fizessem com eles todos os tratados de comércio e protecção recíproca, porque está provado que de Portugal nada têm que esperar além dos ardis e dos ferros da escravidão, únicos elementos que possui para melhor poder embrutecer e subjugar os indígenas! E com esta conclusão declaramos que não confiamos nem na boa-fé, nem na sinceridade do Partido Colonial, cujos membros não passam duns jacarés a chorar para melhor atraírem a presa. Demais os conhecemos. Fora com eles! [sic].

Este artigo virulento, embora não tenha sido o último de José de Fontes Pereira, pode ser considerado o seu canto do cisne, pois o autor, acerrimamente perseguido pelas autoridades coloniais, morreu em Maio do ano seguinte, de pneumonia. Mas antes disso não deixou de ser aplaudido pelos Ingleses residentes em Angola, que se apressaram a enviar para Inglaterra inúmeros exemplares do jornal. A informação é fornecida pelo próprio governador de Angola, Guilherme Augusto de Brito Capelo, numa carta que endereçou, dias depois da publicação do tempestuoso artigo, ao ministro da Marinha e Ultramar, acompanhada da edição de *O Arauto Africano* onde figurava o texto a que chamou «antipatriótico», cujo autor era, declarava, «um mulato, advogado de profissão, acérrimo defensor dos princípios republicanos» [sic]. Na mesma carta, Guilherme Augusto de Brito Capelo lamentava que José de Fontes Pereira e Carlos da Silva, o proprietário de *O Arauto Africano*, não pudessem ser processados criminalmente, mercê da lei da liberdade de imprensa, em vigor na colónia. Mas acrescentava que, em Luanda, cerca de 90



portugueses, indignados com o artigo, se manifestaram à porta da tipografia, exigindo que o jornal mudasse de nome. E foi o que aconteceu, pois o periódico, por iniciativa do próprio Carlos da Silva, passou a chamar-se *O Polícia Africano*.

Carlos da Silva perfilhava ideias bem distintas das de José de Fontes Pereira. Num artigo publicado anos antes, em 1882, nas páginas de *O Mercantil*, afirmara estar convicto de não haver condições para que Angola fosse independente de Portugal, pois estaria sempre condenada a ficar sob a tutela de outra potência colonizadora. Carlos da Silva previa assim, com inteligência, o neocolonialismo dos séculos xx e xxi. Mas, tal como Pedro Félix Machado e Cordeiro da Matta, integrava-se na chamada vertente «evolucionista» do nativismo angolano, bem oitocentista. No mesmo número de *O Arauto Africano* onde José de Fontes Pereira publicara o artigo explosivo a propósito do Ultimato Britânico, o jovem director do jornal mostrava-se defensor da união de todos os habitantes de Angola, sem distinção de raças, na preservação das fronteiras portuguesas. Tal não o impediu, como o relatou mais tarde, de ser ameaçado de morte por moradores da Cidade Alta nem de ser violentamente agredido à bengalada na Baixa.

Mas outros «filhos do país» se solidarizaram com José de Fontes Pereira. Prestaram-lhe homenagens ainda em vida e chorariam amargamente a sua morte, a 3 de Maio de 1891. Um deles foi Arsénio de Carpo Filho, que partilhou das suas ideias num artigo intitulado «Verdades Amargas», publicado no seu *O Futuro d'Angola* já quatro meses depois do Ultimato Britânico, no n.º 147, de 26 de Maio de 1890:

[...] nesta triste condição será melhor [os Portugueses] abandonarem as colónias e deixarem que elas se emancipem, para utilidade universal. Negar a luz da civilização a um povo, estacionar a sua produção, negando-lhe a liberdade, não é só de um egoísmo condenável, como é também um crime de lesa-humanidade [sic].

Outro foi Mamede Santana e Palma, quer num jornal de circunstância, *O Tomate*, quer no seu periódico *O Desastre*, fundado em 1889. *O Tomate* publicou, no seu único número, de Fevereiro de 1891, um impressionante texto carnavalesco não assinado – provavelmente de autoria colectiva – intitulado «A Independência de Angola», no qual se noticiava um fantasioso ataque armado à Fortaleza de São Miguel pelos independentistas, a 7 de Janeiro, e a declaração de independência um mês depois. Transcrevemos apenas alguns excertos:

*Raiou enfim [a Independência de Angola]! Salve o glorioso de 7 de Fevereiro, que sacudindo o jugo de Portugal, deixámos os ingleses de cara à banda [...]! [...] Viva sempre pois na memória de todos nós filhos d'Angola e de Portugal, secretamente se reunia, em diversas partes para tratar de sua emancipação. [...] Só agora se explica a razão por que tivemos suspensa por tanto tempo a folha republicana O Desastre! É que o seu redactor [Mamede Santana e Palma] fora em serviço à Muxima, tratar com o Quimona-quiasongo, ao Duque de Bragança, com a Rainha Ginga, ao Libolo, com o Capololo, ao Bailundo, com o N'gola Ecuicui, e até ao Bié com o Soba Grande – para virem a Luanda, para no caso de haver revoltas eles nos defenderem! [sic].*

Uma importante análise deste texto já foi feita pela historiadora angolana Rosa Cruz e Silva. Ao seu encontro, afirmamos que é indubitável, nesta carnavalização, uma ousada «invenção da nação» angolana, pesem embora as ambiguidades. A primeira com que deparamos é o facto de, não obstante a demarcação frontal em relação aos apetites britânicos decorrentes do Ultimato, estes «Angolenses» se reclamarem, não apenas «filhos» de Angola, mas também de Portugal. No entanto, o mais importante a realçar – como aliás muito bem o fez Rosa Cruz e Silva – é a convocação, por parte destes intelectuais urbanos, das autoridades tradicionais do interior para com eles se solidarizarem na emancipação de Angola. Trata-se de uma convocação simbólica que, como também o notou Rosa

Cruz e Silva, envolve duas dimensões: uma diacrónica, outra sincrónica. A historicidade colonial – brilhantemente utilizada pelo recurso estilístico ao anacronismo satírico – é, porventura pela primeira vez, subvertida, pois intervêm neste fantasiado golpe militar figuras do século XVII – os autores do texto leram, decerto, Cadornega – que se distinguiram no combate aos Portugueses: é o caso de Kimona Kiasongo, título da autoridade suprema da Muxima do século XVII, que no século XIX ainda era evocado na Kissama resistente; é o caso da rainha Njinga Mbandi, já plenamente assumida como símbolo nacional e evocada pela via de um sarcasmo ao nome colonial que adquirira a sua Matamba, o Duque de Bragança; e é ainda o caso dos soberanos do Libolo, já combatidos pelos Portugueses no século XVII, não obstante a capitulação definitiva a Portugal dos montanheseiros desta região só vir a acontecer em 1917. Mas a contemporaneidade também se encontra presente no texto, através da evocação de Ekuikui, monarca reinante no Bailundo, e de Ndunduma, soberano do Bié recentemente vencido por Artur de Paiva, militar português anatemizado no texto.

Contudo, entre os revolucionários desta imaginária «Independência de Angola», figuram «filhos do país» que, na realidade, participaram nas «guerras de pacificação do gentio» do lado português, como é o caso de Francisco Van-Dúnem, vencedor dos Dembos, e do famoso Geraldo António Victor, o Kinjangu, ficticiamente promovido a general. Relata-se a chegada a Luanda dos «potentados» – expressão colonial – convocados do interior e a sua reunião conspirativa com um:

[...] conselho executivo composto dos estadistas Fontes Pereira [...] não obstante velho e alquebrado, João [Ignácio] de Pinho [...], Arsénio de Carpo [Filho], o valente e destemido jornalista que tanto tem pugnado pela independência (que acaba de realizar-se), Cornélio de Castro Francina, [...] e Mamede Santana e Palma, o arrojado redactor do *Desastre*, e em conselho

resolveram dar o posto de general em chefe das tropas ao cidadão Castro Francina e nomeá-lo comandante da coluna de operações [sic].

A narrativa jocosa prossegue, relatando as façanhas do «general» Cornélio de Castro Francina – filho do brasileiro Manuel Alves de Castro Francina, que quase 30 anos antes fora co-autor, com Saturnino de Sousa e Oliveira, dos *Elementos Gramaticais de Língua Mbundu* – na conquista da cidade de Luanda, primeiro decapitando o «traidor» Carlos da Silva no Alto das Cruzes, depois atacando a Cidade Alta com tropas cedidas pelos sobas do interior e que inicialmente, por não entenderem a língua portuguesa, hesitam em obedecer-lhe. Mas, depois de incendiarem o Tribunal, atacam com êxito a Fortaleza de São Miguel, de onde os degredados enclausurados lograram fugir com gritos de vivas à independência de Angola e onde, «depois de quatro horas de combate, o general Francina [...] hasteava a bandeira da independência de Angola» [sic]. Infelizmente os autores do texto não descrevem a bandeira escolhida para a Angola independente, limitando-se a rematar:

Eis pois a razão, leitores, porque hoje de manhã, quando olhardes para a Fortaleza de São Miguel, em vez da conhecida bandeira das quinas [da monarquia portuguesa], avistareis um farrapo de cor duvidosa [sic].

Por detrás das ambiguidades deste texto, satírico, mas convictamente independentista, encontrava-se uma repressão aos Angolanos que se acentuou violentamente nesta última década do século XIX. Os jornais dos «filhos do país» começaram a escassear, assim como eram censuradas as suas publicações em livro. Foi a custo que Joaquim Dias Cordeiro da Matta publicou em 1893 – a um ano da sua morte prematura, aos 37 anos – o seu *Ensaio de Dicionário de Kimbundu-Português*, seguindo a metodologia da *Cartilha Maternal*, que João de Deus publicara em

Portugal no ano anterior. Cordeiro da Matta muito foi instado pelo missionário suíço Héli Chatelain, que pela mesma época desempenhava em Luanda as funções de cônsul dos Estados Unidos da América. Ele próprio autor de uma incontornável recolha de 50 narrativas da tradição oral mbundu, *Contos Populares de Angola*, publicados em edição bilingue kimbundu/português, Héli Chatelain sobreviveria a Cordeiro da Matta e criaria, em 1896, um jornal redigido em kimbundu que baptizou com o nome pelo qual era conhecido entre os Angolanos: *Kamba dia Ngola* («o amigo de Angola»). A divulgação do jornal *Kamba dia Ngola* foi proibida em Luanda pelo governo colonial, pelo que Héli Chatelain se viu obrigado a publicá-lo em Nova Iorque, do outro lado do Atlântico.

A cultura angolana já corria o mundo, mas os Portugueses tudo faziam por silenciá-la. Em 1896, um decreto revogou a lei liberal de dez anos antes e instituiu em Angola o crime de imprensa. Vendo-lhe fechadas as portas de *O Futuro d'Angola*, Arsénio de Carpo Filho procurou resistir ao implacável governador Guilherme de Brito Capelo, criando no mesmo ano o jornal *Propaganda Colonial*. Apesar da ambiguidade do título, o jornal não tardou a ser apreendido e, no ano seguinte, Arsénio de Carpo Filho voltava à carga com um periódico que exibia um título assumidamente nativista: *Propaganda Angolense*. Nos textos que nele efemeramente publicou, o jornalista, além de pedir aos polícias que o deixassem em paz, aconselhava os novos assinantes a enviar cópias do jornal para a Europa ou para outras regiões de Angola sem ser pelo serviço postal de Luanda, pois por essa via seriam fatalmente apreendidas pelas autoridades.

Quanto a Mamede Santana e Palma, embora, na edição de *O Desastre* de 30 de Maio de 1891, tenha dedicado duas páginas lisonjeiras a José de Fontes Pereira por ocasião do seu falecimento, a grande homenagem que prestou à

memória do decano dos «filhos do país» ocorreria dois anos depois, no número derradeiro do periódico, de 7 de Maio de 1893. O brilhante articulista fechou as portas de *O Desastre* com chave de ouro. Um recente jornal luandense, *Comércio d'Angola*, fundado no ano anterior, reproduzira e rebatera com indignação, a 5 de Abril de 1893, o discurso que, a 7 de Fevereiro, o deputado Sebastião de Sousa Dantas Baracho (n. 1844-m. 1921) – oficial de cavalaria de ideias republicanas, mas cujas concepções sobre os Africanos se assemelhavam às do darwinismo social de Oliveira Martins e do então comissário régio em Moçambique, António Enes – proferira na Câmara dos Deputados, em Lisboa. Em Maio, Mamede de Santana e Palma juntou-se à polémica e atacou frontalmente Dantas Baracho. Embora apoiando-se nas opiniões moderadas de três portugueses – o jornalista Urbano de Castro, ainda residente em Angola; o jornalista Eduardo Balsemão, agora redactor de *O Século*, em Lisboa, mas antigo secretário para os Assuntos Indígenas em Angola; e o ex-governador-geral de Angola e ex-ministro da Marinha e Ultramar, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral –, Mamede Santana e Palma invectivava:

*Disse o Sr. Dantas Baracho:*

*1.º que o preto não deve ter foros de cidadão, porque é indolente, bêbado e ladrão;*

*2.º que a raça negra e a raça cruzada devem ser banidas dos cargos públicos e dirigentes;*

*3.º que, finalmente, os indígenas não devem ter ingresso nos corpos de polícia e outras forças militares.*

*Quanto ao 1.º ponto, diremos que o preto trabalha muito, e tanto nas repartições públicas é quem está sempre agarrado à banca, escrevendo com submissão e tolerância, apesar de mal pago e tratado com menos polidez; e em todas as obras públicas e municipais devia o Sr. Baracho ter visto que é o carpinteiro e pedreiro, pretos, quem está mais aturado no trabalho, apesar da mesquinha retribuição. Lojas de alfaiataria, sapataria, marcenaria, e barbearia foram, e ainda são, de pretos e cruzados. [...] Quanto ao 2.º ponto [...], diremos que alguns da terra do Sr. Baracho, que para aqui têm vindo*

*servir em certas repartições públicas, têm dado provas de si, porque os pretos e os pardos hão mostrado melhor aptidão e prática de serviço, salvo sempre honrosas excepções. [...] Respondendo ao 3.º ponto, diremos que alguns oficiais africanos têm dado provas de mais patriotismo e dedicação pela lusa-pátria, do que o Sr. Baracho, porque S. Ex.<sup>a</sup> enquanto está em Lisboa a passear tranquilamente com os seus galões de tenente-coronel, eles aqui vão repelindo gentios e castigando sobas rebeldes, como sucedeu com o sr. general Victor [o Kinjangu, mais uma vez venerado e promovido a «general» por Mamede Santana e Palma] nas guerras do Duque de Bragança e da Guiné, como sucede agora com o senhor tenente-coronel Padrel. [...] Se não fossem, pois, os soldados pretos, como castigaria o governo os rebeldes, e como faria hoje respeitar o seu domínio na África? [sic].*

## II) As campanhas militares de «pacificação do gentio», sob o signo da morte «heróica» de António Francisco da Silva Porto

O domínio português em Angola impôs-se, sobretudo, pelas campanhas militares. As mais relevantes, na última década do século XIX, repartiram-se essencialmente por quatro regiões: o Planalto Central, o Sul, o Nordeste e o Leste.

No Planalto Central, evidencia-se a conquista do Bié, desencadeada em finais de 1889 por Paiva Couceiro e Teixeira da Silva, e plenamente consumada um ano depois por Artur de Paiva. Instalados perto de Belmonte, a embala de Silva Porto, Paiva Couceiro e Teixeira da Silva iniciaram a construção de uma fortaleza e de um quartel, o que muito desagradou ao soba do Bié, o impulsivo Cikunyu, mais conhecido como Ndunduma («o Trovão»). Ndunduma tolerava os comerciantes, como Silva Porto, mas não os missionários nem os militares. Passados dois meses sobre o Ultimato Britânico e sobre a ordem de suspensão da sua missão ao Barotze, Paiva Couceiro e Teixeira da Silva ainda permaneciam no recente quartel português de Belmonte. Indignado, Ndunduma ditou aos seus secretários ambaquistas, a 28 de Março de 1890, uma carta dirigida a Silva Porto, ordenando que os dois oficiais portugueses

abandonassem imediatamente as suas terras. Logo no dia seguinte, o velho capitão-mor, agora com 72 anos, deslocou-se a Ekovongo, a libata de Ndunduma, para com ele parlamentar. Ao contrário do que esperava, o soba não o respeitou. Uma certa mitologia colonial criada em torno de Silva Porto insinua mesmo que Ndunduma o terá esbofeteado e arrancado pêlos da barba. Humilhado, o velho sertanejo incendiou e fez explodir o paiol de pólvora da sua embala de Belmonte, na noite de 30 para 31 de Março. Silva Porto expirou a 1 de Abril. Nesse mesmo dia, Paiva Couceiro encontrou o seu corpo, ainda moribundo, encoberto pela bandeira de Portugal, cujo estandarte, com a explosão, lhe caíra em cima. Foi o suficiente para que a historiografia colonial – fazendo jus ao 1.º de Abril – especulasse que Silva Porto se «enrolara» deliberadamente na bandeira portuguesas para morrer... «por patriotismo»!

Em todo o caso, logo dois meses após a sua morte, Silva Porto foi considerado, em Portugal, um herói nacional, o que incentivou mais três avanços militares portugueses no Planalto Central de Angola. Um foi o de Paiva Couceiro, que até Outubro de 1890 explorou o rio Cubango e distribuiu bandeiras portuguesas pelos sobados das margens até ao Mucusso, antecipando-se à expedição de Cecil Rhodes na ocupação do sueste do planalto ovimbundo, só se detendo no início do território alemão da Damaralândia. Outro foi a própria conquista do Bié e a captura de Ndunduma, de que foi incumbido Artur de Paiva e um exército de 591 combatentes, de entre os quais 218 eram os seus fiéis bóeres, com duas metralhadoras e quatro canhões. Ekovongo, a capital do Bié, foi arrasada a 4 de Novembro. Um mês depois, Ndunduma era capturado e desterrado para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde, sendo substituído por um soba que recebeu a bandeira portuguesa. Finalmente, em 1896, Teixeira da Silva, a pretexto de represálias a um assalto contra uma coluna de degredados a caminho da colónia penal do Moxico,



derrotou o último rei independente do Bié, Numa II, sucessor de Ekuikui II.

No Sul, o pretexto para as campanhas militares foram as três revoltas do concelho do Humbe: uma a 31 de Outubro de 1885; outra a 5 de Março de 1891; e outra ainda ao longo dos anos de 1897 e 1898. A primeira partiu da iniciativa de Chaungo, soba dos Humbes que assaltava os funantes e se recusava a pagar imposto aos Portugueses, ao atacar a fortaleza portuguesa do Humbe. A libata de Chaungo foi arrasada pelo exército português, mas o soba emboscou-se e conseguiu massacrar os inimigos. Foi depois perseguido por um destacamento vindo da Huíla, constituído por Portugueses, por Bóeres, mas também por mercenários africanos Hereros, Boximanes e Bienes. Conseguiu escapar, acolhido por contingentes de Cuamatos que tinham atravessado o Cunene, onde formaram um tampão intransponível para os Portugueses e para os seus aliados. Estes, todavia, devastaram as margens do Caculovar, onde elegeram um soba fantoche, Tchioa, e pilharam cerca de 500 cabeças de gado bovino.

Seis anos depois, em 1891, o soba Tchioa foi derrubado por um concorrente, Luhuna, que se fez eleger soberano dos Humbes da margem direita do Caculovar e, aliado aos Cuamatos, submeteu a margem esquerda. Luhuna teve então de defrontar, da parte portuguesa, um chefe de concelho que - como bem o sublinhou Jorge Arrimar nas suas ficções - era quase seu homónimo: o capitão Joaquim Maria Luna de Carvalho. Este recorreu ao auxílio do fraco esquadrão de cavalaria da Humpata, comandado pelo major mestiço Lourenço Justiniano Padrel. Segundo o relatório deixado por Padrel, Luna de Carvalho viu-se obrigado a contratar auxiliares Berg-Damaras, Boximanes e Bastardos (mestiços de Bóeres, Koi-San e Bantu). Entre eles evidenciava-se Tom, um tswana (natural do Botswana) educado nas missões alemãs da Damaralândia. Aliando-se a quem lhe convinha com a sua horda de mercenários, Tom

era o pai do famoso Vita, que ao tempo já combatia ao lado dos Portugueses no Bié. Vita – cujo nome, em várias línguas do sudoeste africano, significa «guerra» – seria rebaptizado pelos Bóeres com o nome que o celebraria: Oorlog, palavra com o mesmo significado, «guerra», em afrikaans. Em Maio de 1891, a expedição assolou as terras do Humbe. Luhuna refugiou-se no Cuamato, atravessando o Cunene. Padrel, obtendo o apoio de Weyulu, rei dos Cuanhamas, devastou em poucos dias o noroeste do Humbe e avançou para o Cuamato. Mas o soba Iquera, dispondo de armamento fornecido pelos Alemães, repeliu esta primeira incursão portuguesa em território ovambo, um fracasso curricular para Padrel.

A chamada «terceira revolta do Humbe», também conhecida por «guerra dos bois», teve origem na *Omu-Nomo* ou *Omunomo*, a epizootia de peste bovina que se declarou, em Abril de 1897, no sudoeste africano. Um mês depois, chegaram a Moçâmedes notícias de que, em Windhoek, os Alemães haviam vacinado o gado dos colonos, mas não o dos Herero, para quem os bovinos representavam a riqueza e que atravessavam quotidianamente o Cunene para o território angolano com as suas manadas. Moçâmedes proibiu a travessia do rio e ordenou a vacinação urgente do gado dos Humbles, por cujo território passavam as rezes dos Herero. Temendo-se uma reacção hostil dos Humbles às vacinas – que consistiam na extracção de um líquido das entranhas dos animais vitimados para depois ser inoculado no gado são –, Artur de Paiva, agora coronel, foi encarregado de organizar um efectivo militar, a Companhia de Dragões de Moçâmedes, constituída por 155 homens distribuídos por quatro pelotões, que se encarregaria da campanha de vacinação na zona ameaçada, sob a autoridade do soba Nambonga. Durante os três meses que permaneceram nas terras do soba Nambonga, entre Outubro e Dezembro de 1897, os

militares portugueses, sob a chefia do capitão José Eugénio da Silva, além de não terem sido bem acolhidos pelos Humbe – como aliás era de esperar – superaram as dificuldades da estação das chuvas com pilhagens às populações. Os quatro pelotões de Dragões viram-se obrigados a retirar-se com prudência, um de cada vez. O quarto e último, comandado pelo tenente João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, conde de Almostrim – descendente do marquês de Pombal e neto do duque de Saldanha –, caiu numa emboscada e foi integralmente massacrado em Jamba Camufate, a 12 de Dezembro. Avisado poucos dias depois de mais esta «morte heróica» de um português – ainda por cima aristocrata –, o então governador de Angola, o pacífico médico António Ramada Curto, emitiu ordens para que intervisse no conflito o valente Artur de Paiva. Entre Janeiro e Agosto de 1898, este *condottiero* colonial pôs fim à «terceira revolta do Humbe», varrendo os últimos sobados. Dois anos depois, em 1900, Artur de Paiva voltava para a metrópole, a fim de convalescer de doenças tropicais, mas morreria na viagem, a bordo do vapor *Portugal*.

No Nordeste, o que importava, para os Portugueses, era preservar o Protectorado da Lunda, criado por Henrique de Carvalho, a quem os Lundas se haviam aliado a fim de se protegerem das invasões dos Kiokos, tão bem retratadas nos romances de Castro Soromenho. Ao mesmo tempo, urgia consolidar o tampão aos apetites alemães e belgas em relação à borracha e, mais tarde, aos diamantes. Em 1895 foi criado o distrito da Lunda e o sucessor de Henrique de Carvalho, o capitão de artilharia Veríssimo Gouveia de Moraes Sarmiento, aumentou os efectivos militares e, até 1900, dominou plenamente as revoltas dos Bondos, que assaltavam as caravanas comerciais para o Kasanje.

Finalmente, as campanhas do Leste relacionaram-se directamente com uma problemática internacional que só

ficaria definitivamente resolvida entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1905, por sentença arbitral do rei de Itália: a questão do Barotze. O Tratado Anglo-Português de 11 de Junho de 1891 não definira uma fronteira precisa entre Angola e a Rodésia do Norte. Ficou apenas vagamente acordado que a fronteira portuguesa, embora prosseguisse para lá dos rápidos de Katima, seguindo o curso do Zambeze, deter-se-ia na junção do grande rio com a fronteira ocidental do Império do Barotze de Levanica, agora submetido à Grã-Bretanha sob o nome de Barotzelândia. Ou seja, toda a Barotzelândia seria britânica, embora o tratado previsse a constituição de uma comissão mista para estabelecer os limites territoriais angolanos a oeste. A 31 de Maio de 1893, foi assinado um acordo de *modus vivendi* entre a Grã-Bretanha e Portugal que vigoraria até 1 de Julho de 1896. As duas potências teriam tempo para demarcar as fronteiras das suas duas colónias. Tudo dependia, segundo o Direito Internacional consagrado na Conferência de Berlim, do número de tratados de protectorado coloniais que uma e outra realizassem com as autoridades africanas locais. Mas a celebração de tratados de protectorado dependia, evidentemente, da capacidade militar de cada uma das potências coloniais para impressionar os futuros colonizados.

Foi neste contexto que, perante a escassez de efectivos militares, Portugal tomou, em Janeiro de 1894, uma medida astuciosa para ludibriar os Britânicos: decretou a criação de uma Colónia Penal, Militar e Agrícola no Moxico. Desta missão foi encarregue o chefe do concelho do Ambriz, o capitão Frederico César Trigo Teixeira, que partiu de Benguela para o Moxico em Maio com apenas 72 degredados, seis graduados e nenhum soldado. Depois de uma penosa travessia de 700 quilómetros, instalaram a colónia penal em Peo, uma antiga povoação kioka

abandonada, a 1 de Março de 1895, a 14 quilómetros a sueste da futura Vila Luso (actual Luena). Trigo Teixeira conseguiu avassalar sobas kiokos e nganguela, mesmo tendo de ceder a um deles o casaco da farda e a espada. Mas o que o tornaria um herói da história colonial foi ter enviado emissários à rainha luena Nha Katole (ou Nhakatoro), que procurava o apoio dos Portugueses para se furta à hegemonia de Levanica, aliado aos Britânicos. Tal viabilizou, em 1898, a assinatura de um Tratado de Protectorado com Nha Katole que permitiria a Portugal, em 1905, no desfecho da questão do Barotze, integrar com êxito o quadrado do Kazombo no território da colónia de Angola. Mas os lados do quadrado só ficariam cartografados a régua e esquadro, por Gago Coutinho, em 1914.

## CAPÍTULO XVII

# ***Voz de Angola Clamando no Deserto do dealbar do século xx e da desilusão da Primeira República Portuguesa (1900-1926)***



# Cronologia

**1901** - Publicação de *Voz de Angola Clamando no Deserto*.

**1902/1903** - Criação da Companhia Agrícola de Exploração da Madeira do Maiombe. - Criação da revista *Luz e Crença*, por Eusébio Velasco Galiano, Augusto Silvério Ferreira, Francisco das Necessidades Castelbranco e Pedro da Paixão Franco. - **(entre Abril e Outubro de 1902)** - Revolta do Bailundo de Mutu-ya-Kevela. - **(28 de Novembro de 1902)** - Assinatura, em Lisboa, do contrato de concessão de direitos de construção e de exploração do Caminho-de-Ferro de Benguela. - **(Março de 1903)** - Construção do porto do Lobito pelos Britânicos.

**1904 (19 de Setembro)** - «Desastre do Vau de Pembe».

**1908** - O «Estado Livre do Congo» passa a chamar-se Congo Belga.

**1910** - Revolução Republicana em Portugal, a 5 de Outubro. - Publicação de *História de Uma Traição*, de Pedro da Paixão Franco.

**1911** - Sobe ao trono do Cuanhama o jovem Mandume Ya Ndemufayo. - Aprovação da Constituição Republicana Portuguesa, que vigorará até Maio de 1926 e que autonomiza o Ministério das Colónias do Ministério da Marinha. - **(16 de Junho)** - Morte misteriosa, em Luanda, do jornalista e escritor independentista angolano Pedro da Paixão Franco.

**1912/1914** - Sob o governo de Norton de Matos: - **(21 de Setembro de 1912)** - O Caminho-de-Ferro de Benguela atinge o Huambo, ao km 430, sendo a povoação elevada à categoria de cidade. - Início da construção do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes. - **(Dezembro de 1912)** - Criação da Liga Angolana. - **(Fevereiro de 1914)** - Extinção da Liga Angolana e prisão dos seus sócios. - **(19/31 de Outubro de 1914)** - «Incidente de Naulila». - **(18 de Dezembro de 1914)** - «Desastre de Naulila».

**1915 (29 de Maio)** - As tropas de Pereira d'Eça reconquistam o Humbe. - **(20 a 24 de Agosto)** - Cuanhamas de Mandume cercam Portugueses de Pereira d'Eça em Môngua; derrotado, Mandume refugia-se em Yole (Namacunde). - **(2 de Setembro)** - Tomada, pelos Portugueses, de Onjiva (Vila Pereira d'Eça).

**1916/1917** - Revolta do Bunda Bando, no Moxico, contra a dupla tributação pelo comércio da borracha pelos Portugueses, que, todavia, acabam por dominar a sublevação.

**1917 (6 de Fevereiro)** - Sul-Africanos assassinam Mandume em Yole (Namacunde).

**1918** - «Sidonismo» em Portugal. - Primeira «carta étnica» de Angola, atribuída ao etnólogo Ferreira Dinis. - Primeiro liceu em Angola.

**1921** - Primeira República Portuguesa institui, em substituição do cargo de governador de Colónia, o de Alto-Comissário da República. - Em Angola, para a exploração dos diamantes da Lunda, é criada a DIAMANG, consórcio de capitais belgas, franceses, ingleses, norte-americanos e portugueses.

**1921/1923** - Alto-comissariado de Norton de Matos em Angola: - **(Outubro)** - Este encerra os últimos jornais dos «filhos do país». - Criação, por Adolfo de Pina, do jornal *A Província de Angola*.

**1924 (Julho)** - Descoberta do primeiro crime financeiro de Alves dos Reis. - **(Setembro)** - Criação da Agência Geral das Colónias.

**1925** - Dominação das revoltas dos Dembos, dos Amboíms, dos Seles e dos Libolos. - A antiga Benguela-a-Velha passa a chamar-se Porto Amboim, por ser o terminal litoral do Caminho-de-Ferro do Amboim, destinado exclusivamente ao transporte de sacos de café. - Criação da COTONANG, empresa de exploração do algodão, cultura que se torna obrigatória na região da Baixa do Kasanje. - **(Junho)** - Descoberta do segundo crime financeiro de Alves dos Reis: o Banco de Angola & Metrópole concedia em Angola empréstimos sem receber depósitos.



# **1 - Duas confecções coloniais portuguesas na viragem do século XIX para o século XX: os «maus» Ambaquistas e os «bons» Cabindas**

## **a) Os «maus» Ambaquistas e o seu definitivo silenciamento urbano e rural**

O chamado fenómeno *ambaquista*, que perdurou em Angola ao longo do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, pode ser considerado um caso histórico, singular no mundo inteiro, de transmissão e imposição da escrita pela via da oralidade. Aplica-se não apenas aos naturais de Ambaca, mas também aos outros povos angolanos perante a administração colonial portuguesa.

Após o encerramento da missão de Santo Hilário, no Ambango Aquitango, em 1834, com a supressão das ordens religiosas pelo liberalismo português, os Ambaquistas, montados em bois-cavalos, espalharam-se pelo território angolano vestidos à europeia, munidos de tinteiro, pena de pato e folhas de papel, acompanhados de ajudantes, jovens que lhes eram confiados para aprender o ofício, prontos a pôr ao serviço de alguém a arte da escrita. Alguns tornavam-se secretários dos sobas, redigindo a sua correspondência com as autoridades coloniais ou lavrando o registo das decisões internas. Outros empregavam-se como anotadores de recibos e facturas nas caravanas comerciais (kibukas).

Ao longo do século XIX, o termo Ambaquista foi aplicado a todos os indivíduos oriundos de Ambaca que soubessem ler e escrever e que, por esse facto, se distinguiam dos *kimbares*, os guias das caravanas descendentes de escravos forros. Alguns dos Ambaquistas diziam-se de origem

européia e descendentes de Portugueses, o que os levava a adoptar com frequência nomes próprios portugueses e apelidos alusivos a localidades de Portugal, tais como Lisboa e Coimbra. A maioria, no entanto, era constituída por Africanos, negros (antigos escravos ou seus descendentes) e mestiços. Eram igualmente conhecidos pelo termo *moradores*, uma vez que, vivendo à revelia da autoridade dos sobas locais, habitavam casas quadrangulares, os *quibangos*, consideradas por isso «europeias», com paredes revestidas de barro de cerca de 1,40 metro de altura, telhado de colmo de duas águas, uma porta de cerca de um metro de altura, e janelas. O facto de falarem a língua portuguesa e saberem ler e escrever conferia-lhes um estatuto especial que os liberava do ofício de carregador, destinado à maioria dos súbditos dos sobas. E, como modo de ostentação desse mesmo estatuto, calçavam sapatos ou botas e usavam vestuário ocidentalizado, ao ponto de poderem ser identificados à distância como Ambaquistas em pleno meio rural angolano. Além de cortarem o cabelo à maneira europeia, por contraposição a outros povos das margens do Kuanza e do Lukala, como os Mbondo e os Songo, revelavam preferência por tecidos pretos, sendo a indumentária por eles usada no quotidiano constituída imprescindivelmente por camisa branca e fato preto, com calças compridas, casaco e chapéu alto de abas largas. Nos meios não urbanos, o casaco e a camisa podiam combinar, em alternativa às calças compridas, com um pano comprido de algodão atado à cintura. Era frequente serem os próprios Ambaquistas a confeccionar a sua roupa, a partir de fibras de ráfia (*mabela*), e o seu calçado, com couro e algodão, tingido artesanalmente, e com solas de madeira.

Aprendiam o kimbundu em casa e falavam-no entre si, introduzindo-lhe terminologia e construções sintácticas do português, que akimbunduavam. Os termos portugueses

introduzidos no kimbundu ambaquista, tais como o substantivo *mama* (do português *mãe*, em alternativa ao genuíno *mudi*), a conjunção coordenativa *maji* (do português *mas*), a conjunção subordinante condicional *se* ou o artigo definido *o* (desempenhando as funções dos quatro artigos definidos da língua portuguesa *o, a, os, as* em género e em número), vieram a ser consagrados nos mais conhecidos dicionários de kimbundu-português ou de português-kimbundu, fazendo cair no desuso e no esquecimento as correspondentes expressões vernáculas. Saindo de casa bastante jovens, normalmente acompanhando os pais, e fazendo viagens em caravana para territórios distantes, quer por conta própria, quer como guias, os Ambaquistas dedicavam-se sobretudo ao comércio, transaccionando com os sobas mercadorias europeias ou americanas vindas da costa, tais como têxteis, espingardas, tabaco, sal, aguardente e gado bovino, em troca principalmente de escravos ou, à medida que estes, ao longo da segunda metade do século XIX, foram sendo substituídos pelo chamado «comércio lícito», de marfim, cera e borracha. Também transaccionavam cobre do Katanga, esteiras de mabela e azeite de palma oriundo da área kongo. Aliás os seus itinerários não se restringiram ao corredor do Kuanza nem às regiões nordestinas imbangala e lunda, abrangendo também os Estados do Planalto Central do Bié e do Huambo. Mas dedicavam-se igualmente, quer à agricultura, quer a ofícios como os de alfaiate, ferreiro, sapateiro, carpinteiro, fabricante de sedas, cozinheiro (inclusive sabiam fazer bolos), latoeiro ou serralheiro.

Era frequente, ao longo da segunda metade do século XIX e em territórios situados entre o Kuangu, o Lulua e o Zambeze superior, ou mesmo para leste do Kuangu, abrangendo as terras lundas para leste do Kasai – o futuro Katanga –, os Ambaquistas instalarem-se, sozinhos ou aos

pares, junto dos chefes africanos, entre os quais gozavam de grande prestígio. O facto de se considerarem «portugueses» ou «brancos» negros e serem letrados levava a que os sobas os contratassem como seus secretários para, através das cartas que os encarregavam de redigir, poderem dialogar com as autoridades portuguesas – capitães de presídios e feiras, chefes administrativos ou o próprio governador de Angola – ao seu nível, utilizando a escrita, a qual se ia impondo nas sociedades africanas como meio de comunicação «mágico», conferindo a quem detinha o seu conhecimento um estatuto superior. O acto da escrita chegou mesmo ao ponto de entrar, a partir de determinado momento, no domínio do sagrado, o que levou a que o vocábulo *nkanda* ou *mukanda*, significando primitivamente *pele*, respectivamente, em kikongo e em kimbundu – daí o facto de designar os ritos de passagem masculinos, onde se «cortava a pele» do prepúcio –, sofresse uma evolução semântica no sentido de, por os pergaminhos serem de pele, passar a ser aplicado também às missivas e aos documentos escritos em geral. Ao adquirirem este estatuto social superior, atribuído aos que possuíam a ciência para praticar o acto sagrado da redacção de *mukandas*, os Ambaquistas lograram desposar filhas, netas e sobrinhas de sobas e participar assim, através de alianças de parentesco, em decisões políticas.

Mas se os Ambaquistas gozavam de prestígio entre os chefes africanos das comunidades do interior, em contrapartida foram sempre votados à indiferença ou mesmo ao desprezo pelas populações africanas das cidades coloniais do litoral. Essas populações radicavam, em primeiro lugar, na migração de indivíduos que, por contacto comercial com os Europeus no tráfico de escravos ou mesmo tendo-os servido como escravos, se foram progressivamente radicando nas cidades de Luanda e de Benguela, ou nas suas periferias, entre o último quartel do

século xvii e meados do século xix. Esta burguesia urbana – os «filhos do país» ou «Angolenses», muitos dos quais distintos plumitivos da «imprensa livre» –, manifestou, curiosamente, em relação aos Ambaquistas, uma perspectiva reducionista que em nada diferia da dos Europeus.

No entanto, outra camada de população africana, esta essencialmente de origem rural, começou a crescer sobretudo em Luanda em meados do século xix, alargando os musseques. A substituição das lavras tradicionais africanas por grandes unidades produtivas agrícolas acelerou o processo de expropriação e ocupação de terras do interior pertencentes a agricultores angolanos, os quais, desapossados, se viram na necessidade de se refugiar na capital. Por outro lado, a substituição do comércio de escravos pelo comércio de produtos «legítimos» produzidos pelos Africanos e a perda da importância destes produtos para o mercado mundial em detrimento de outros provenientes das grandes unidades de produção agrícola e industrial determinaram um enfraquecimento, uma desintegração, das estruturas dos Estados africanos que, no passado, tiveram contacto comercial com os Europeus. As chefias africanas, inclusive as provenientes das novas elites escravagistas, impossibilitadas de se adaptarem ao novo modelo económico, revelar-se-iam incapazes de controlar o êxodo de indivíduos das suas comunidades tradicionais para os centros urbanos coloniais, onde iriam engrossar o número de indigentes.

Procurando servir a necessidade sentida pelo colonizador de mão-de-obra barata para as suas explorações agrícolas, a extinta escravatura foi juridicamente substituída pelo indigenato a partir de 1875, data da publicação do primeiro *Código de Trabalho Indígena*. Foram considerados *indígenas* todos os Angolanos – de «raça negra» – desprovidos da instrução escolar que lhes permitiria adquirir o estatuto de

*assimilados* e, conseqüentemente, de cidadãos portugueses. Estavam, por esse facto, sujeitos ao *imposto de palhota*, cobrado pelas autoridades administrativas coloniais nas aldeias do interior, cujo não pagamento implicava a sujeição ao trabalho forçado ou *contrato*. Fugindo ao *imposto de palhota* e ao *contrato*, muitas famílias saíram das suas terras do interior para procurar trabalho na cidade como serviçais dos colonos ou, em alternativa e sobretudo no caso feminino, como comerciantes ambulantes de peixe, fruta e outros produtos básicos, multiplicando-se assim, nas cidades, as chamadas *quitandeiras*.

À medida que aumentava este êxodo para o litoral e que se assistia ao enfraquecimento das autoridades africanas do interior, o prestígio dos Ambaquistas foi entrando em declínio. Apegados ao mundo rural e desprezando a cidade, alguns procuraram resistir a este fenómeno, nomeadamente redigindo cartas (mukandas) às autoridades, reivindicativas dos poderes dos camponeses. Outros, sobretudo os que se dedicavam à agricultura, viram-se homiziados e votados ao descrédito nos musseques de Luanda, tidos pelos seus habitantes, na maioria oriundos do meio rural como eles, por «feiticeiros». Em 1880, um ambaquista, natural do Golungo Alto, mas residente junto ao Kasai com a família, terá confessado ao explorador alemão Paul Pogge que, se no interior de Angola, por saber ler e escrever e prosperar com a agricultura, era considerado «português», no litoral, pelo mesmo motivo, seria visto como «feiticeiro».

*Uanga (Feitiço)*, romance de Óscar Ribas publicado em primeira edição em 1934, mas reportando-se a 1882, constitui um excelente documento comprovativo deste fenómeno. Muito mais tarde, em 1999, Arnaldo Santos publicaria *A Casa Velha das Margens*, outro romance histórico notável sobre o silenciamento dos Ambaquistas na

viragem do século XIX para o século XX. Ridicularizando-os, votando-os ao desprezo, tomando-os por «feiticeiros», a perspectiva dos habitantes dos musseques de Luanda acerca dos Ambaquistas acabou por coincidir com a dos «filhos do país» e com a dos colonos. Precursores da formação de uma identidade angolana através do uso da escrita, os Ambaquistas viram-se votados ao ostracismo à medida que os Angolanos se foram libertando do mundo rural e assimilando interesses urbanos.

### **b) Os «bons» Cabindas: migrações forçadas de antigos dependentes colonialmente subvertidas em «vocações» para a marinhagem e para o servilismo**

A falta de trabalho em Cabinda depois do Tratado de Simulambuco, de 1885 – acentuada com a criação, em 1902, da Companhia Agrícola de exploração da madeira das matas do Maiombe – intensificou as migrações a que os dependentes das antigas linhagens mercantis já se viam forçados desde que a queda do tráfico de escravos levara os seus senhores à ruína. De início, a emigração era basicamente masculina. Mas, na última década do século XIX, registou-se igualmente a saída de mulheres de Cabinda: para se juntarem aos homens do seu povo, para trabalharem como empregadas dos Europeus, ou ainda para se entregarem à prostituição nas cidades e nos portos coloniais.

Os casos de antigos dependentes dos senhores de Cabinda que ingressaram ao serviço de Europeus começaram a registar-se ainda em meados do século XIX, na década de 1840, multiplicando-se nas décadas seguintes. O fenómeno viria a ser historicamente subvertido pelos autores do colonialismo português, como Francisco António Pinto e João de Matos e Silva, sob a designação de «capacidade» ou «vocação» dos Cabindenses para a emigração. Efectivamente, além de trabalharem como

assalariados nas feitorias inglesas, holandesas e portuguesas das margens do Congo/Zaire, os Cabindenses começaram a emigrar para os principais portos angolanos em busca de emprego. Afluíam a Luanda, a Benguela e a Moçâmedes. Manifestavam preferência pelos ofícios para os quais tinham adquirido melhor preparação e qualificação ao longo do tempo em que serviram os senhores de Cabinda: aquelas tarefas que se ligavam às actividades comerciais marítimas ou fluviais, como a construção e a tripulação de embarcações, o transporte de mercadorias, o carregamento e a descarga de barcos ou o trabalho nas docas. Com a transição da navegação a remos ou à vela para a navegação a vapor, estes antigos dependentes, agora assalariados, começaram a empregar-se igualmente a bordo de navios a vapor, mercantes ou de guerra, que navegavam no Atlântico entre os continentes africano, americano e europeu, trabalhando na casa das máquinas ou como cozinheiros ou criados de bordo.

À semelhança do que aconteceu com os descendentes das antigas elites comerciais de Cabinda, também estes emigrantes, oriundos das populações dos seus antigos dependentes, não conseguiriam, durante o colonialismo português, manifestar o seu «nativismo» a não ser através de atitudes que, passando por uma completa alienação dos seus próprios valores, procuravam ir de encontro a uma aceitação plena das condições impostas pelo colonizador. Se o discurso deste ia no sentido de os descrever como os «mais comodamente colonizáveis» ou como os Africanos que lhe prestavam melhores serviços nos centros urbanos, dentro de determinado tipo de actividades, seriam essas mesmas actividades as mais pretendidas, no final do século XIX e ao longo do século XX, pelos Cabindenses, que desembarcavam nas cidades portuárias angolanas. O próprio termo «Cabindas» já não se aplicava exclusivamente aos povos do litoral da baía de Cabinda.



Generalizara-se aos naturais de todo o enclave, desde que servissem o projecto colonialista em Angola.

Desde cedo, os Cabindenses penetraram na literatura – colonial e angolana –, que os representou obedecendo ao estereótipo que o colonialismo português deles construiu após os Tratados de Protectorado. O romance *O Segredo da Morta*, do angolano António de Assis Júnior, publicado em 1935, mas versando sobre as duas últimas décadas do século XIX, descreve o pai da luandense Ximinha Cangalanga, a «Doida de Cahaios», como sendo um «cabinda» que, na qualidade de «patrão de lancha que fazia carreiras no rio Quanza» [sic], servia de agente de ligação do comércio do litoral ao do interior e de comunicação entre os povos separados pelas margens do rio. A reputação de «docilidade» dos Cabindenses levou outro escritor angolano mais jovem, Arnaldo Santos, a introduzir em «Quinaxixe», um dos seus contos publicados na década de 1960, um neologismo curioso: o advérbio «cabindamente», utilizado na caracterização do sorriso submisso de um cozinheiro cabindense ao seu patrão, em Luanda.

Até meados da década de 1940, quando a cidade branca começou, com as novas construções provenientes dos lucros da alta do café no Pós-II Guerra Mundial, a empurrar os Angolanos para espaços ainda mais distanciados do centro, os Cabindenses concentraram-se no musseque mais próximo da cidade europeia, o «Musseque dos Cabindas», contíguo ao então limite norte da cidade do asfalto, a Igreja da Nazaré.

Também ficaram famosas as exhibições dos grupos de dança cabindenses durante o Carnaval, diante do Palácio do Governador. No seu livro *Izomba. Associativismo e Recreio* (1965), Óscar Ribas descreve a chamada «Dança dos Cabindas», que diz remontar, em Luanda, a um período anterior a 1874:

Este folguedo apresentou três fases: na primeira, aparecida antes de 1874, a turma só era constituída de varões, revestidos de folhas secas de bananeira; na segunda, ainda com os mesmos elementos, tais folhas foram substituídas por um enorme pano, designado por «mukonji», que se atava à cintura, descaindo a outra parte; e na terceira, já figurando damas, trajando vistosos panos e um xale aos ombros, os cavalheiros exibiam fato branco à maruja, boné branco e botas com guizos. As calças tinham uma listra encarnada. [...] Nas duas primeiras fases, a coreografia era singular, cada qual saracoteando isoladamente; e na terceira, era aos pares, o cavalheiro abraçado à dama, em evolução de marcha [sic].

O facto de na primeira e na segunda fase o grupo ser constituído apenas por homens confirma que a emigração cabindense anterior ao último quartel do século XIX era sobretudo masculina. Só na terceira fase, posterior ao Tratado de Simulambuco, já com a presença das mulheres, os Cabindenses começaram a dançar aos pares. Daí em diante, fariam questão de se exhibir envergando trajos de «marujo», indumentárias escolhidas de acordo com a imagem que o colonialismo português deles construía.

## **2 - Angola na primeira década do século XX, a última da Monarquia Portuguesa (c. 1900-c. 1910)**

### **a) O canto do cisne da liberdade de imprensa: da *Voz de Angola Clamando no Deserto* (1901) à *História de Uma Traição* (1911), de Pedro da Paixão Franco**

Em 1901, durante o governo de Francisco Xavier Cabral de Moncada, 11 intelectuais «angolenses» publicaram sob anonimato, numa tipografia de Lisboa, um livro constituído por 11 artigos brilhantes, nos quais os abusos dos colonos em Angola eram denunciados com veemência. O livro, intitulado *Voz de Angola Clamando no Deserto*, também

incluía transcrições de documentos oficiais - reproduzidos de jornais de Lisboa e mesmo de alguns de Luanda de tendência colonial - que punham a nu o cunho racista do colonialismo português. *Voz de Angola Clamando no Deserto* - a que acrescia o subtítulo *Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, apelativo ao nativismo angolano - tratava-se de uma resposta colectiva e indignada a um artigo de autoria anónima, «Contra a Lei, pela Grei», publicado a 26 de Março na *Gazeta de Loanda*, um jornal recentemente fundado por Portugueses na capital de Angola. O pusilânime autor de «Contra a Lei, pela Grei» afirmara que os negros que praticassem crimes deviam ser reprimidos com palmatoadas e não com a prisão, pois esta constituiria, alegava, um prémio para eles, porquanto entendia que os seus ideais se restringiam a querer comer sem trabalhar. E acrescentava que punir um branco que açoitasse um negro seria desautorizar a Raça e atentatório contra a Pátria Portuguesa.

Embora não assinados, cada um dos artigos de *Voz de Angola Clamando no Deserto* indica, no final, a localidade e a data em que foi escrito. Todos foram redigidos em Abril e Maio de 1901, portanto em réplica imediata ao artigo da *Gazeta de Loanda*. Os investigadores Júlio de Castro Lopo e Mário António Fernandes de Oliveira conseguiram identificar os autores dos textos de *Voz de Angola Clamando no Deserto*, ordenando-os, por artigo, local e data, no quadro hipotético que reproduzimos:

- I. «Solemnia Verba» - Luanda, 6 de Abril - padre António José do Nascimento;
- II. «A “Contra a Lei, Pela Grei”» - Icolo e Bengo, Abril - Pascoal José Martins;
- III. «A Gazeta Civilizadora de África» - Luanda, Abril - Francisco das Necessidades Castelbranco;

- IV. «Réplica» - Luanda, Abril - Mário Castanheira Nunes;
- V. «Ex Digito Gigas» - Luanda, Abril - Carlos Saturnino;
- VI. «Agora Nós» - Golungo Alto, Abril - Augusto Silvério Ferreira;
- VII. «Um Protesto» - Luanda, Abril - Carlos Botelho de Vasconcelos;
- VIII. «Preconceitos» - Luanda, Abril - José Carlos de Oliveira Júnior;
- IX. «Quis Eritis» - Luanda, Maio - Eusébio Velasco Galiano;
- X. «Confrontos» - Cassange, 22 de Abril - João de Almeida Campos;
- XI. «É o Cúmulo das Infâmias» - Benguela, Maio - Apolinário Van-Dúnem.

O líder destes notáveis plumitivos terá sido, sem dúvida, o padre António José do Nascimento. Sacerdote negro nascido em 1838 e falecido em 1902, um ano após a publicação de *Voz de Angola Clamando no Deserto*, ordenara-se em Portugal, no Seminário Patriarcal de Santarém, e desde o seu regresso a Angola, em 1874, que era acusado pelos governadores de «escritos odientos e subversivos da ordem, no sentido da sonhada independência da Colónia» [sic]. Os acusadores não se enganavam quanto às convicções independentistas do padre Nascimento, que em «Solemnia Verba» - o texto de abertura de *Voz de Angola Clamando no Deserto* e provavelmente uma das suas últimas produções - não deixou de reconhecer que a independência de Angola era uma inevitabilidade, exaltando a revolução para a independência do Haiti, iniciada em 1791 e consumada em 1804: «[...] nunca ninguém tinha pensado que os haitianos,

raça negra, lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francês» [sic].

A figura heróica de François Dominique Toussaint-Louverture (1743-1803), o ex-escravo haitiano que se tornou o primeiro líder negro a vencer um colonizador no seu próprio país, proclamando a independência do Haiti, esteve sempre presente no imaginário dos intelectuais angolanos da segunda metade do século XIX. Essa burguesia «angolense», agora perseguida e em decadência – estrangulada pelos juros abusivos de 66 % ao ano exigidos pelo Banco Nacional Ultramarino e pela consequente espoliação do seu património em prédios urbanos –, foi indubitavelmente leitora da literatura francesa, sobretudo da literatura «negrófila» ou com alguma ligação aos Africanos. Talvez seja essa a razão pela qual proliferam ainda hoje, entre os Angolanos, nomes próprios e apelidos tais como Guilherme e Apolinário – de Guillaume Apollinaire (1880-1918) –, Lamartine, Victor Hugo ou Dumas. Alphonse de Lamartine (1790-1869) foi o primeiro biógrafo de Toussaint-Louverture, com o seu *Toussaint-Louverture. Poème Dramatique*, publicado em 1850. Victor Hugo (1802-1885) imortalizou em 1818 *Bug-Jargal*, um fictício antecessor de Toussaint em São Domingos (futuro Haiti). Finalmente, Alexandre Dumas (1802-1870), escritor francês por demais popular, tinha, como avó paterna, uma negra haitiana, de quem herdou o apelido. Se Pedro Félix Machado foi leitor de *Bug-Jargal*, é curiosa a referência que, no seu artigo de *Voz de Angola Clamando no Deserto*, «A “Contra a Lei, Pela Grei”», Pascoal José Martins faz a Gavroche, personagem de *Les Misérables*, outro clássico de Victor Hugo.

Embora todos os co-autores de *Voz de Angola Clamando no Deserto* mereçam destaque e apresentem apelidos que ainda hoje ecoam entre as famílias mais ilustres da sociedade luandense, deter-nos-emos apenas nos nomes de

três jovens intelectuais – aos quais se juntaria um quarto – que, logo no ano seguinte, em 1902, fundariam em Luanda a revista *Luz e Crença*. Tratava-se de uma publicação de vocação essencialmente cultural, onde eram divulgados ensaios literários e históricos, contos e poesias de Angolanos, mas também de Europeus, nomeadamente de Victor Hugo, de Gomes Leal e de Guerra Junqueiro. Apesar de ter tido apenas duas edições, uma em 1902 e outra em 1903, *Luz e Crença* foi um oásis no deserto angolano do dealbar do século xx, onde a voz dos filhos do país parecia clamar em vão. O mais velho dos seus fundadores, Eusébio Velasco Galiano – descendente do militar português de origem italiana Manuel Velasco Galiano, desembarcado em Angola em 1784, na comitiva do barão de Mossâmedes –, pertencia a uma abastada família mestiça de comerciantes de Luanda. Já dirigira, anos antes, o *Comércio d'Angola*, o jornal que, em 1893, fora o primeiro em Luanda a rebater com indignação o discurso racista do deputado Dantas Baracho em Lisboa. O segundo e o terceiro fundadores de *Luz e Crença*, também mestiços, eram, respectivamente, Augusto Silvério Ferreira, torneiro mecânico de profissão, e Francisco das Necessidades Castelbranco, funcionário da Alfândega. Este último – que em 1913 se oporia a Norton de Matos fundando o Grémio Africano e em 1930 publicaria uma *História de Angola* – criara, ainda em 1901, uma publicação efémera, *Almanach Ensaios Literários*, e no ano seguinte outra, *Ensaios Literários*, que não o foi menos.

Mas o êxito da fulgurante *Luz e Crença* ficou a dever-se a um quarto redactor, que assumiu a direcção da revista. Pedro da Paixão Franco, que se orgulhava de ser negro e não mestiço, como os seus companheiros de vida literária, descendia de uma família modesta do Dondo e nasceu em Luanda em 1869. Subsistiu sempre como funcionário do miserável Caminho-de-Ferro de Luanda, cujos trabalhos, inaugurados em 1886, após um contrato com a Real

Companhia dos Caminhos-de-Ferro através de África (Companhia de Ambaca), para a qual o Estado português contraíra um empréstimo em Londres, haviam sido interrompidos durante anos e recomeçado precisamente em 1901. O Caminho-de-Ferro de Luanda – mais tarde também chamado Caminho-de-Ferro de Ambaca e Caminho-de-Ferro de Malanje – ainda se encontrava reduzido a uma extensão ridícula de menos de 30 quilómetros, até Calumbo, só vindo a atingir Ambaca em 1907 – num percurso total de 364 quilómetros – e Malanje em 1909.

No texto de abertura do n.º 1 de *Luz e Crença*, Pedro da Paixão Franco, cujo nome fazia jus ao seu carácter temperamental, escrevia:

...Queremos luz, muita luz, por onde não há luz não há actos [...] Queremos luz a jorros. [...] Se alguém espera graxa, manteiga, bajulação, perde o seu tempo – que rasgue o nosso trabalho [*sic*].

No n.º 2, o último da revista, sob o pseudónimo de Severine, traçava o seu auto-retrato:

Baixo, nutrido, olhos vivos, testa larga em que se descortina talento – nervoso e arrebatado como todos os corações generosos que sentem uma paixão –, ele tem a dupla paixão do saber e da liberdade [*sic*].

E, no artigo «Os Espíritos Parasitas», assumiu-se frontalmente um defensor da independência de Angola:

Autonomia é a aspiração de todos; é boa e todos a desejam, até mesmo aqueles que lucram com a actual situação. Contudo, os que podem trabalhar, dentro dos limites da lei, para que ela se realize, não se mexem. [...] Nada fazem, o que é mau, e nada deixam fazer, o que é péssimo [*sic*].

Quatro anos mais tarde, a 16 de Setembro de 1907, Eusébio Velasco Galiano fundou um novo periódico, *O Angolense*, do qual foi editor. Os três redactores principais

eram novamente Augusto Silvério Ferreira, Francisco das Necessidades Castelbranco e Pedro da Paixão Franco, que estabeleceram um pacto de não assinarem os artigos de fundo, pelos quais ficariam todos solidariamente responsáveis. O pacto, no entanto, não foi cumprido por Augusto Silvério Ferreira, uma ocasião em que, havendo escrito um artigo denunciando a demissão de um funcionário municipal negro, o jornal foi processado pela Câmara Municipal de Luanda. Com a melhor das intenções, a de ilibar os seus companheiros, Augusto Silvério Ferreira apresentou-se em tribunal e assumiu-se culpado. Mas Pedro da Paixão Franco acusou-o de traição e abandonou *O Angolense*, jornal que não tardaria a fechar as portas. Pedro da Paixão Franco escreveu então a obra que o tornaria famoso: *História de Uma Traição. Jornal de Um Proscrito. 1909/1910*. Seria publicada em dois volumes, impressos em Portugal, na cidade do Porto, em finais de 1910. Neste livro, Pedro da Paixão Franco, além de explicar o motivo pelo qual se afastara dos seus colegas de *O Angolense*, a quem chamava mulatos racistas, exaltava várias personalidades negras ilustres, angolanas e estrangeiras.

No início do ano de 1911, os caixotes vindos de Portugal e desembarcados em Luanda com os exemplares de *História de Uma Traição* desapareceram do armazém alfandegário e foram queimados, suspeitava-se, por duas famílias luandenses aliadas por casamento. O historiador Júlio de Castro Lopo, que relata este episódio meio século depois, a partir de depoimentos de antigos moradores de Luanda, não refere os nomes das duas famílias. Ainda assim, alguns luandenses terão conseguido ficar na posse de um número escasso de exemplares do livro, chegados na mala do correio. A 16 de Junho de 1911, meses depois do desaparecimento dos caixotes na Alfândega, Pedro da Paixão Franco morria subitamente, aos 42 anos. No



atestado de óbito, foi-lhe diagnosticada uma pneumonia. Mas qual a verdadeira causa da morte prematura de Pedro da Paixão Franco? Homicídio? Neste caso, da autoria de quem? E porquê?

As opiniões dividem-se, embora sendo todas unânimes num ponto: na véspera de morrer, Pedro da Paixão Franco aceitara um convite para almoçar em casa de uma mulher «africana», que o teria envenenado. Segundo os informadores de Júlio de Castro Lopo, essa «africana» pertenceria a uma das famílias luandenses supostamente atacadas pelo escritor em *História de Uma Traição*. Cremos que esta versão é falsa, provavelmente propagada pelas autoridades coloniais, que visavam atribuir a autoria do crime aos Angolanos. O escritor Henrique Guerra, descendente de moradores de Luanda na época, afirma que os seus parentes sempre estiveram convictos de que Pedro da Paixão Franco fora de facto envenenado. No entanto a «africana» que lhe ministrou a peçonha na refeição estaria, na realidade, ao serviço, não das famílias luandenses ofendidas, e sim da Kuribeka, nome pelo qual era conhecido, em Angola, o Grande Oriente Lusitano, organização maçónica dos colonos portugueses republicanos.

Os assassinos de Pedro da Paixão Franco foram, portanto, os republicanos portugueses, esses sim, efectivamente atingidos pelas denúncias feitas no livro, pois pretendiam continuar a colonizar os Angolanos, inclusive aqueles que perfilhavam os mesmos ideais. Se a República, ainda mais colonialista do que a Monarquia, fora instaurada em Portugal a 5 de Outubro de 1910, os republicanos portugueses já antes disso se tinham apropriado descaradamente da imprensa de Angola. Demonstra-o a existência em Luanda dos jornais *A Defesa de Angola*, entre 1903 e 1907, e *Voz de Angola*, entre 1908 e 1911, ambos interditos a colaboradores angolanos e

dirigidos pelos jornalistas republicanos portugueses José de Macedo e Júlio Lobato, adrede vindos de Portugal para robustecer em Angola a propaganda colonial. O republicano angolano Pedro da Paixão Franco foi cobardemente assassinado por ter desvendado a tempo, com lucidez e coragem, as imposturas do republicanismo colonialista português.

Apesar do fim trágico, o desventurado escritor, amante da autenticidade e inimigo da estultícia, pôde morrer desenganado acerca da hipocrisia republicana. Foi ele quem, na sua *História de Uma Traição*, escreveu com eloquência: «A injustiça não é um exclusivo da Monarquia, como a equidade não é uma virtude da República» [sic].

### **b) Caminhos-de-ferro entre guerras: da Revolta do Bailundo de Mutu-ya-Kevela (1902) ao Conflito Luso-Cuamato (1904-1910)**

A primeira revolta angolana do século xx deu-se no Bailundo, no Planalto Central, entre Abril e Outubro de 1902. O seu principal factor foi a desvalorização internacional dos preços da borracha brasileira e angolana – Angola exportava anualmente 2377 toneladas de borracha –, sentida desde 1899, mercê da concorrência da borracha asiática, de melhor qualidade e comercializada pela Grã-Bretanha. Os caravaneiros ovimbundu não aceitavam receber dos comerciantes portugueses metade ou um terço do valor da sua produção, além de não se conformarem com a concorrência do Moxico, da Lunda e do Garenganze (no Katanga) na actividade extractiva do látex.

Um segundo factor – tal como este, notavelmente ilustrado por Pepetela no seu romance *Yaka*, embora desvalorizado pelo historiador René Pélissier – relaciona-se com a substituição do «escravo» pelo «indígena» (ou «serviçal»): a fim de enriquecerem, militares e comerciantes portugueses armadilhavam os Ovimbundu, fingindo abandonar garrafas de aguardente ou barris de

pólvora e, a pretexto de os surpreenderem em delito de furto, capturavam-nos e vendiam-nos para o trabalho forçado em São Tomé ou no norte. Foi aliás o que levou Mutu-ya-Kevela, o grande protagonista desta Guerra Luso-Ovimbunda de 1902 – também conhecida por «guerra da aguardente» –, a opor-se ao comércio de «serviçais» e a proibir o consumo de bebidas alcoólicas aos seus súbditos.

Mutu-ya-Kevela (ou Mutu-a-Quebera, literalmente «Cabeça de Abóbora») tinha sido um *dikota* (conselheiro) do soba Hundungulu, falecido dias antes de 18 de Março de 1902. Nessa data, um comerciante português queixou-se ao capitão-mor do Bailundo de que alguns súbditos do defunto soba se recusaram a pagar-lhe quatro barris de aguardente porque, alegavam, por ordem de um certo Mutu-ya-Kevela, iam festejar a eleição de Kalandula, o novo soberano. Intimado a comparecer perante o oficial português a 7 de Abril, Mutu-ya-Kevela replicou que os Bailundos «não queriam mais brancos na região» [*sic*] e ameaçou que confederaria contra os Portugueses, como efectivamente o fez, outros soberanos do Planalto, sendo o mais importante Livongue, rei do Estado independente do Huambo, assessorado pelo kimbanda Samakaka. Mesmo receando que a Confederação Ovimbundu vitimasse os cerca de cem comerciantes de borracha portugueses disseminados pelo Bailundo e pelo Bié, o capitão-mor do Bailundo limitou-se a prender o soba Kalandula, atraindo-o a uma cilada.

Revelando-se então um excelente chefe de guerra, Mutu-ya-Kevela conseguiu que a Confederação Ovimbundu bloqueasse aos Portugueses as estradas entre o Bié e a Caconda e entre o Bailundo e o Moxico, assim como as vias de acesso a Benguela. A força militar portuguesa enviada de Benguela em Maio contra Mutu-ya-Kevela contava apenas com 30 homens. Mercê da sua debilidade – e também da dispersão de outra expedição vinda do Bié, composta por 90 ex-degredados e por 200 auxiliares

negros -, a Fortaleza do Bailundo ficou pejada de refugiados sertanejos. Uma área de mais de 50 mil quilómetros quadrados de terra angolana fora abandonada pelos Portugueses.

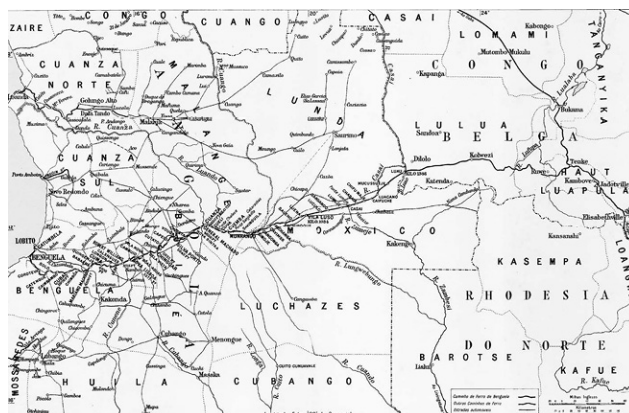
Só a 10 de Junho é que uma coluna portuguesa vinda do Libolo, sob o comando do tenente Albano Augusto Pais Brandão - oficial que obtivera recentemente vitórias militares na Kissama -, entrou na Fortaleza do Bailundo e foi entusiasticamente acolhida pelos missionários católicos alsacianos da Congregação do Espírito Santo. Estes Espiritanos antipatizavam com as quatro missões protestantes norte-americanas (16 missionários ao todo) instaladas na região, que ensinavam aos Ovimbundu o catecismo em inglês e na sua língua vernácula, o umbundu, além de fazerem concorrência aos Portugueses no comércio da borracha. No mesmo mês, chegou à Fortaleza do Bailundo outra coluna portuguesa, esta vinda do sul, com 25 soldados e duas peças de artilharia, comandada pelo governador de Benguela, o capitão Joaquim Teixeira Moutinho.

A 13, 14 e 16 de Julho, Mutu-ya-Kevela atacou a Fortaleza do Bailundo com seis mil homens, que foram repelidos, sendo mortos dois dos seus lugares-tenentes. A 4 de Agosto, o próprio Mutu-ya-Kevela morreria baleado, numa batida incitada pelos Espiritanos e comandada por Pais Brandão. Uma terceira coluna portuguesa, vinda de Luanda, constituída por 770 homens e comandada pelo capitão Pedro Massano de Amorim, só chegaria em Agosto. Mas, até Outubro, consumaria definitivamente a conquista portuguesa do Planalto, assassinando o rei Livongue e tomando o Huambo.

Bastou o fim da Guerra Luso-Ovimbunda para que em Portugal, a 28 de Novembro de 1902, o ministro da Marinha e do Ultramar, o médico António Teixeira de Sousa, assinasse com o escocês Robert Williams um contrato que, a troco de cem mil libras esterlinas para o

Estado português, o autorizava a construir e a explorar por 99 anos aquele que ficaria conhecido como o Caminho-de-Ferro de Benguela: uma linha férrea que, partindo do Lobito, atravessaria 1347 quilómetros do território angolano, até atingir a fronteira com o Estado Livre do Congo, de Leopoldo II da Bélgica.

Robert Williams era um engenheiro especializado em minas que, em 1897, ao serviço da Companhia Britânica da África do Sul, de Cecil Rhodes, descobrira os dois maiores jazigos de cobre da África: o Copper Belt, na Rodésia do Norte, e o Katanga, no Estado Livre do Congo. Criada por Cecil Rhodes em 1899, a Tanganyika Concession conseguiria, em 1901, a autorização de Leopoldo II para a exploração de 60 mil milhas quadradas do Katanga e para a construção de uma linha férrea de 1700 milhas que ligaria o Katanga à Beira, em Moçambique, a fim de escoar o cobre pela costa oriental africana. Nos contactos com o governo português para a concessão do porto moçambicano, Rhodes, que em Portugal não se libertara da má reputação de instigador do Ultimato, utilizou como intermediário o engenheiro escocês, desligado das suas companhias majestáticas. Mas a morte de Rhodes, em Fevereiro de 1902, gerou dificuldades financeiras que levaram Robert Williams a concluir ser menos dispendioso o escoamento do cobre do Katanga pela costa ocidental africana, pois o caminho-de-ferro pouparia 700 milhas se ocupasse a antiga rota dos escravos para Benguela.



30 – Linha do Caminho-de-Ferro de Benguela tal como foi idealizada em 1902 pelo tratado celebrado entre o governo português e o engenheiro Robert Williams, só atingindo o Katanga em 1920. ALMADA, 1951.

Eis porque Robert Williams, obtida a autorização de Leopoldo II, requereu com êxito, de Lisboa, o Contrato de Concessão da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela. Exigiu, no entanto, que a linha férrea se iniciasse, não em São Filipe de Benguela, a quase tricentenária cidade fundada por Cerveira Pereira, e sim 30 quilómetros a norte, na baía do Lobito – a antiga Catumbela das Ostras –, formada por estreita e alongada restinga, logo mais propícia à construção de um porto de embarque de mercadorias. Dali desceria até Benguela – atravessando o rio Catumbela por uma ponte de aço de 66 metros de largura, inaugurada em Março de 1905 –, antes de flectir para leste. Os trabalhos começaram a 1 de Março de 1903, com a construção do porto do Lobito – que em breve suplantaria Benguela em importância comercial – e, no fim da década, atingiriam o quilómetro 395, cujo apeadeiro daria origem à Vila Robert Williams (a Caála), só chegando ao Huambo, no quilómetro 430, em 1912.

Por detrás do chamado Conflito Luso-Cuamato, de entre 1904 e 1910, esteve sempre a disputa entre Portugal e a Alemanha pelas fronteiras do sul de Angola, mal definidas no Tratado de 1886. Apesar das relações aparentemente amistosas entre Portugal e o rei Weyulu – para as quais

muito contribuiu o esforço diplomático do padre spiritano francês Ernest Lecomte -, a transposição do rio Cunene de oeste para leste e a penetração no território do Cuanhama encontravam-se vedadas aos Portugueses. A boa recepção de Weyulu, em Njiva, capital do Cuanhama, a dois destacamentos militares alemães, uma em 1900 e a outra no ano seguinte, demonstra duas realidades inequívocas: por um lado que, no início do século xx, os Cuanhamas já se encontravam aliados aos Alemães; por outro, que a Alemanha estava manifestamente apostada em empurrar para norte a fronteira que, em 1886, definira com Portugal. Percebendo-o, os Portugueses, que haviam criado recentemente o distrito da Huíla - para que o interior se autonomizasse de Moçâmedes, no litoral -, organizaram em 1904 uma numerosa expedição militar, comandada pelo capitão João Maria de Aguiar, que se propôs atravessar o Cunene. Porém, a 19 de Setembro, foi humilhantemente dizimada por guerreiros cuamatos. Neste massacre, a que a história colonial chamou «desastre do Vau do Pembe», deram a vida «pela Pátria portuguesa» o tenente Roby e o cabo Bexiga.

Depois dos fracassos do Mulondo, em 1905, e do Cuamato Pequeno, em 1906, Luanda nomeou governador do distrito da Huíla um militar vindo da Índia, o tenente-coronel José Augusto Alves Roçadas. Foi ele quem comandou uma expedição que, a 21 de Julho de 1907, atravessou o Cunene e construiu, em território cuanhama, o Forte Roçadas (depois Vila Roçadas, actual Xangongo). Mas o grande obreiro da conquista portuguesa do sul de Angola - incentivada por Paiva Couceiro, que, entretanto, assumiu em Luanda o cargo de governador entre 1907 e 1909 - foi o capitão João de Almeida. Em quatro meses do ano de 1909, conseguiu encurralar os Cuanhamas - comandados por Nande, irmão e sucessor de Weyulu -, edificando fortificações situadas em pontos estratégicos do Baixo Cubango, numa extensão de mais de 700

[illegible]

31 - Angola colonial «portuguesa» na viragem do século xix para o século xx.  
PÉLISSIER, 1977.

### **3 - Angola durante a Primeira República Portuguesa (1910-1926)**

Em Portugal, o mito do Império Português em África – ou «Terceiro Império» – foi uma constante na estratégia do Partido Republicano desde o Ultimato Britânico. Esteve presente no Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, que vitimou mortalmente, não só o rei D. Carlos I, mas também o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, de 21 anos e que, por ironia, realizara meses antes um périplo pelas colónias,



dando nome, em Angola, ao posto militar de Katala-ka-Jinga (Posto Príncipe Real D. Luís Filipe), na Lunda. Também esteve presente na Revolução de 5 de Outubro de 1910, que pôs termo ao efêmero reinado de D. Manuel II, filho mais novo de D. Carlos I e último rei de Portugal. Assim se compreende a prioridade atribuída pelos republicanos, uma vez no poder, às colónias. A Constituição Republicana de 1911 consolidou o estatuto daquelas como parte integrante de Portugal, embora com administração descentralizada. Logo em 1911, o Ministério das Colónias autonomizou-se do Ministério da Marinha. E, ao longo dos quase 16 anos da Primeira República, houve reformas significativas:

- I. Entre 1914 e 1917, foram promulgadas leis orgânicas reguladoras da administração colonial;
- II. Em 1921, em substituição do cargo de governador da Colónia, foi criado o de Alto-Comissário da República, dotado de autonomia financeira em relação à Metrópole e com total independência do ministro das Colónias;
- III. Em 1924, foi criada em Lisboa a Agência Geral das Colónias, primeiro organismo político e oficial – manifestamente tardio, se comparado com os seus congéneres europeus – de propaganda colonial em Portugal.

Em Angola, a José Augusto Alves Roçadas, último governador da Monarquia, sucederam-se em dois anos cinco governadores republicanos. Mas seriam eclipsados em prestígio por um sexto: o então major José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos.

### **a) Reformas do primeiro governo em Angola de Norton de Matos (1912-1915)**

Nascido em Ponte de Lima, a 23 de Março de 1867, Norton de Matos fez o curso da Escola do Exército e iniciou a sua carreira na administração colonial em 1898, na Índia Portuguesa. Aí se manteve até 1910, coincidindo o seu regresso a Portugal com a proclamação da República. Identificando-se com o novo regime, foi nomeado Chefe do Estado-Maior da 5.<sup>a</sup> Divisão Militar e aderiu à Maçonaria, sendo iniciado na Loja Pátria e Liberdade do Grande Oriente Lusitano a 17 de Maio de 1912. Exactamente um mês depois, a 17 de Junho, tomava posse, em Luanda, como governador de Angola, cargo que exerceria até 1915. Voltaria a governar Angola, com poderes reforçados de alto-comissário, entre Abril de 1921 e Setembro de 1923. Mas em Fevereiro de 1924, em Lisboa, seria alvo de um libelo virulento lançado na Câmara dos Deputados pelo engenheiro militar Francisco Pinto da Cunha Leal (n. 1888-m. 1970), que o conhecia desde o seu primeiro governo, quando, entre 1912 e 1915, trabalhara em Angola como director dos Caminhos-de-Ferro. Cunha Leal reuniu as acrimoniosas acusações ao alto-comissariado de Norton de Matos num livro publicado no mesmo ano de 1924, que intitulou *Calígula em Angola*. Eis como, no Prefácio, Cunha Leal descreve Norton de Matos:

Homem de estatura meã, obeso, a face gordalhuda sem expressão, os olhos, por via de regra, semi-serrados, deixando adivinhar, em rápidos lampejos, as qualidades fundamentais do seu carácter: a dissimulação, o orgulho, a crueldade e o medo – o senhor Norton de Matos tem, nos seus traços, semelhança física e moral com aqueles imperadores romanos que ainda hoje causam o espanto e o horror da humanidade [*sic*].

O governo de Norton de Matos em Angola entre 1912 e 1915 pode ser apreciado em duas dimensões: por um lado, a do desenvolvimento económico, a que procedeu – seguindo os modelos britânico e belga e continuando o caminho já tentado por Paiva Couceiro na década anterior – pela incrementação dos transportes e das comunicações,

pelo incentivo às grandes explorações agrícolas através da promoção do trabalho livre dos Angolanos e pelas reformas urbanas; por outro lado, a das dificuldades com que deparou face aos apetites alemães ao sul de Angola nos primórdios da I Grande Guerra de 1914/1918.

A prossecução da política de povoamento europeu de Benguela, de Moçâmedes e da Huíla era uma prioridade da Primeira República Portuguesa, mas revelou-se inexequível, mercê da crise financeira que Portugal atravessava. Ainda foi discutida em vão, no parlamento português, a colonização judaica do Planalto Central angolano, que deparou com a oposição, quer de sectores metropolitanos, quer coloniais, em Angola, nomeadamente de quatro jornais de Benguela. Mas Norton de Matos procurou ultrapassar as dificuldades orçamentais apoiando-se na Grã-Bretanha e na Bélgica. As suas principais preocupações, o incremento da rede de transportes e a abertura de estradas em Angola, prendiam-se com duas ordens de factores: a cada vez maior dificuldade de obtenção e manutenção de carregadores no transporte de mercadorias do interior para o litoral; e a violenta campanha de imprensa que a Grã-Bretanha – desde que em 1901 o chocolateiro Cadbury denunciara as condições da mão-de-obra africana nas roças de cacau de São Tomé – vinha fazendo contra o modo de os Portugueses recrutarem trabalhadores africanos. Este segundo factor também influenciou Norton de Matos na sua apologia da aculturação do indígena. E foi determinante para que tentasse suprimir, em Angola, os pagamentos ou as permutas em géneros, e impusesse a prática monetária – em escudos, a unidade adoptada em Portugal pela República –, quer nas transacções comerciais, quer na liquidação dos salários aos trabalhadores indígenas. Esbarrou, contudo, em 1913, com a carência de moedas metálicas, mercê da crise acentuada pela baixa da cotação da borracha. Foi o que o obrigou a prorrogar os privilégios

concedidos ao Banco Nacional Ultramarino, que até 1921 remediou o problema monetário através da emissão e distribuição de cédulas pela Junta da Fazenda.

Logo em 1912, Norton de Matos promulgou portarias decisivas. Destaca-se a que autorizou a ligação telegráfica entre Angola e o agora Congo Belga. Assim se passara a chamar o antigo Estado Livre do Congo desde que, em 1908, um ano antes da sua morte, Leopoldo II o transferira para o governo belga, concedendo-lhe o estatuto de colónia da Bélgica. Destaca-se igualmente a aprovação, a 10 de Julho, do prolongamento do Caminho-de-Ferro de Benguela desde o quilómetro 430, o Forte do Huambo – que, apenas dez anos antes, ainda era a cidade-Estado do rei Livongue –, até ao Cuemba/Chitende, o quilómetro 783. Seguiu-se-lhe a Portaria de 1 de Agosto, que obrigava à construção de 300 quilómetros de estrada por cada um dos cinco distritos em que Angola fora dividida e fixava de antemão uma rede de sete estradas que se articulariam com os três caminhos-de-ferro em obras. Estava, de facto, em construção, um terceiro Caminho-de-Ferro, o de Moçâmedes, cujos trabalhos tinham sido iniciados em 1905, apenas dois anos depois dos do de Benguela. A linha, partindo de Moçâmedes, pretendia atingir o Lubango, a 246 quilómetros. Todavia, em 1912, o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes não avançara além da Bibala, no quilómetro 169. Em 1914, Norton de Matos autorizou um polémico e dispendioso projecto de engenharia que permitiria ao Caminho-de-Ferro de Moçâmedes transpor o obstáculo da Serra da Chela. Em homenagem a Manuel de Arriaga (n. 1840-m.1917), então presidente da República Portuguesa, a Bibala passou a chamar-se Vila Arriaga até à Independência de Angola.

A 21 de Setembro, Norton de Matos elevou a povoação do Huambo, onde o Caminho-de-Ferro de Benguela acabara de chegar, à categoria de cidade. E fez questão de presidir à sua inauguração solene. Este facto – associado ao nome

colonial, Nova Lisboa, que a localidade adquiriria em 1933 - deu origem ao mito de que Norton de Matos alimentaria o projecto megalómano de edificar uma capital do Império Português em pleno centro do território angolano. O mito manteve-se até aos dias de hoje, embora o próprio Norton de Matos se tenha encarregado de o desfazer nas suas *Memórias*, redigidas em 1935. Na realidade, a atribuição apressada do estatuto de cidade à antiga embala do rei Livongue mais não foi do que uma manobra estratégica contra possíveis pretensões britânicas ao Planalto Central, dada a posição maioritária da Grã-Bretanha como accionista da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela. Urgia silenciar os rumores correntes segundo os quais a Grã-Bretanha já designava o Planalto Central de Angola por Robértia - neologismo derivado do nome de Robert Williams, tal como Rodésia o era do de Cecil Rhodes - e a povoação do Huambo por Pauling Town, topónimo concebido a partir do nome do empreiteiro britânico que ao tempo dirigia as obras no local. Esclarece ainda Norton de Matos, em 1935:

Legislação recente elevou a cidade do Huambo a capital de Angola e deu-lhe o nome de Nova Lisboa. Não concordei nem com uma coisa nem com outra, mas isso são contos largos [*sic*].

Seja como for, o ordenamento urbano do Huambo muito deve a Norton de Matos, que é considerado o pioneiro, em Angola, do ajardinamento das cidades. A acção fez-se sentir na própria capital, Luanda. Na Ilha de Luanda, cujos terrenos nacionalizou, asfaltou uma estrada de sete quilómetros, concluída em 1917, já durante o governo de Pedro Massano de Amorim, que acabaria por dar nome à avenida. Mas foi Norton de Matos quem mandou plantar, na ponta norte da Ilha, uma floresta de casuarinas - árvores importadas da Austrália -, ainda hoje existente. Como celebração do dia 8 de Julho de 1912, em que em

Chaves, no norte de Portugal, milícias populares republicanas repeliram um ataque de tropas monárquicas vindas de Espanha – por ironia comandadas por Paiva Couceiro e por João de Almeida –, o jardim municipal de Luanda que ocupou o espaço do Musseque do Kazunu foi baptizado Parque Heróis de Chaves.

Procurando sempre combater o trabalho forçado dos indígenas e incentivar o trabalho livre – embora manual e nunca intelectual – pela via da educação laica dos Angolanos, Norton de Matos revelou, no entanto, dificuldades em distinguir o tratamento a dar aos *indígenas*, ainda comumente designados por *gentio*, daquele que era devido aos letrados urbanos, os «filhos do país», que se auto-intitulavam *nativos*. Estabelecia uma distinção rígida entre brancos e não brancos (os negros e os mestiços) e entendia urgente que a educação destes últimos fosse feita exclusivamente em língua portuguesa. Para tal, havia que proibir o ensino das línguas bantu, ministrado nas missões religiosas – agora apenas as estrangeiras, uma vez que as missões portuguesas haviam sido proscritas pela República –, e criar missões laicas. As suas palavras, no 3.º volume de *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, são elucidativas:

A educação e a instrução dos indígenas apareceu-me, desde as primeiras horas, como necessidade absoluta [...]. O problema da instrução das crianças europeias em idade escolar não era de preocupar quando, em 1912, cheguei à Província. Havia em Angola professores em número suficiente para ensinar as primeiras letras àquela diminuta população infantil, e era prática seguida, na maioria dos casos, mandarem os pais europeus os seus filhos para Portugal, a fim de ali serem instruídos. [...] Bem sabia eu que o indígena só renasceria para a nossa vida, que connosco queria viver, quando a sua língua fosse o português e a sua instrução crescesse paralelamente à dos nossos filhos. [...] Em 10 de Abril de 1913, mandei ao ministro das Colónias um projecto de organização da instrução pública da Província de Angola, precedido de um extenso Relatório. [...] [Nele] aponte as três classes em que se encontrava dividida a população indígena da Província. A grande massa dos pretos, quase completamente fechados pelas trevas de

civilizações primitivas; um número limitado de pretos e mestiços, com uma rudimentar instrução, que apenas servia para os tirar da sua civilização sem os introduzir na nossa, e para formar homens sem carácter; um grupo cada vez maior, também de pretos e mestiços, digno de toda a nossa consideração e elevando-se, quase exclusivamente devido ao seu esforço e vencendo mal-entendidas oposições, ao nível da nossa civilização. [...] Indispensável era, antes de mais, tomar providências necessárias para não se produzirem mais pretos pseudo-instruídos e pseudocivilizados, como os do segundo grupo da minha classificação. Melhor seria deixar os pretos de Angola para sempre analfabetos do que criar aquele híbrido degenerado a que se deu o nome de «ambaquista», e cujas principais características são o desprezo pelo trabalho manual e a não sujeição, a que obriga a moral e a civilização ocidental, que declaravam, em português mascavado, ser a sua. [...] Não vi, e ainda não vejo hoje, outro meio de evitar o aparecimento de elementos demográficos desta natureza, que não seja [...] o ensino de uma profissão manual, agrícola ou industrial, adequada ao sexo e às conveniências da região. O sexo feminino receberia, além disso, ensino de trabalhos de agulha e de economia doméstica [sic].

Assim foi inaugurada em Luanda, a 31 de Janeiro de 1913, uma Escola-Oficina destinada a crianças angolanas do sexo feminino que, em regime de semi-internato, eram instruídas nos trabalhos de lavadeiras, cozinheiras e costureiras. A Escola-Oficina foi baptizada com o nome da filha do governador, Rita Norton de Matos.

Embora tratando todos os Angolanos como «indígenas», Norton de Matos ainda tentou, inicialmente, conquistar a simpatia dos «assimilados» de Luanda, a terceira classificação que enunciou no Relatório antes de anatemizar os Ambaquistas. Por isso autorizou em Luanda, quer a criação da Liga Angolana, em Dezembro de 1912, quer a do Grémio Africano, em Março de 1913, presidido por Francisco das Necessidades Castelbranco. No entanto, em 1914, o «caso Miranda» e o «caso Malanje» tiraram de vez aos «filhos do país» a ilusão de que Norton de Matos seria o Messias Republicano da Libertação de Angola. A 7 de Março, Norton de Matos suspendeu do seu cargo de 2.º Escriurário da Fazenda o mestiço António Joaquim de Miranda, acusando-o de haver dificultado a cobrança do

imposto de palhota aos indígenas. Um mês depois, no *Eco d'África*, um jornal de Lisboa da propriedade de Angolanos, Miranda denunciava uma arbitrariedade de Norton de Matos cometida em Fevereiro: mandara prender sem provas cinco sócios da Liga Angolana – João de Oliveira Neves, Manuel Van-Dúnem, Inácio Torres, Maurício de Almeida, César Lacerda e Água Rosada – apenas porque corria o boato de terem organizado, em Malanje, uma conspiração de nativos contra o governo. No jornal *A Reforma*, um dos raros periódicos de Luanda onde ainda era tolerada a colaboração de «filhos do país», outros Angolanos acusavam a República Portuguesa, personificada em Norton de Matos, de não ter irradiado de Angola o degredo, considerando os degredados os autores da maioria dos crimes atribuídos aos nativos. E concluíam:

[...] aconteceu assim na Monarquia e acontece assim na República: o nosso Império Colonial não passa de uma roça onde os administradores improvisados vão arranjar a vida [sic].

De facto, foi apenas para salvaguardar o Império Colonial que os republicanos de Lisboa decidiram que Portugal participasse na Grande Guerra.

Em Março de 1915, Norton de Matos foi forçado a abandonar o cargo de governador de Angola para assumir, em Lisboa, as funções de ministro da Guerra, que desempenhou até 1917. Foi ele o principal organizador do chamado «Milagre de Tancos», a preparação do Corpo Expedicionário Português que partiu para as trincheiras francesas da Flandres em Janeiro de 1917. No entanto, no sul de Angola, a Grande Guerra travava-se desde meados de 1914. E o papel de Norton de Matos fora relevante.

## **b) De Naulila (1914) a Môngua (1915), entre Norton de Matos e Pereira d'Eça: a Grande Guerra em Angola ou o fim da resistência**



## **ovambo com Mandume?**

No sul de Angola, os recursos militares portugueses eram precários desde a partida de João de Almeida. No início de 1911, Nande, o soberano do Cuanhama, segundo certos documentos militares portugueses, morreu envenenado. O fulgurante reinado do seu sucessor, o jovem Mandume Ya Ndemufayo, marcado por um projecto de reunificação dos povos pastores do antigo Império Ovambo (ou Ambó) – Cuamatos, Evales, Cafimas, Dombondolas e os próprios Cuanhamas –, perdura na memória angolana como a derradeira resistência ovambo aos colonialismos germânico e lusitano.

Educado numa das quatro missões alemãs há muito instaladas no Cuanhama, Mandume sabia ler e escrever e dominava na perfeição o idioma alemão e o português. Pela descrição do padre espiritano alsaciano Luís Alfredo Keiling, Mandume também era um apreciador de vinho do Porto, de conhaque e de champanhe e vestia à europeia, deslocando-se num cavalo branco, de chapéu à cowboy, escoltado por uma centena de jovens guerreiros munidos de espingardas de repetição *Kropatschek* fornecidas pelos Alemães. Escreve o missionário:

Acho-me afinal diante de Mandume, esse déspota temido dos pretos num raio de 20 dias, o incendiário da nossa missão, o terror dos brancos e o pesadelo do Governo. Esperava ver um bandido terrível, de olhar sanguíneo, movimentos nervosos, aspecto feroz, e, em vez disso, tenho diante de mim um rapaz novo de 24 a 25 anos apenas, de uma estatura imponente, bastante nutrido, rosto imberbe, apresentando uma leve cicatriz no olho esquerdo [*sic*].

A tradição oral cuanhama recolhida nos anos de 1960/70 por outro missionário espiritano alsaciano, Carlos Milttelberger – transmitida ao chefe português do concelho do Cuanhama, Fernando Cerviño Padrão –, atribui a cicatriz de Mandume a um desastre sofrido na infância, ao tropeçar e cair sobre uma fogueira, queimando a face. Segundo a

mesma tradição, aquela queda estaria na origem do temperamento rancoroso do jovem monarca, que não terá hesitado, logo que subiu ao trono, em condenar à morte a ama que em tempos não conseguira evitar-lhe o acidente. Foi despoticamente, e recorrendo com frequência à pena de morte, que Mandume governou o seu povo durante seis anos. Mas, por essa via, conseguiu levar a cabo uma política com a qual a pecuária cuanhama prosperou: concentrou a transumância no Chimporo, evitando que o pisoteio do gado secasse, como era frequente, as *mulolas*, terrenos alagadiços. Lançava os *lengas*, seus chefes de guerra, em razias permanentes aos escassos aquartelamentos portugueses e às missões católicas, contando com uma vasta rede de espiões entre o Humbe e o Lubango.

No entanto, quando Norton de Matos decretou, a 8 de Setembro de 1914, o estado de sítio no distrito da Huíla, não foi a espionagem de Mandume nem os seus actos de «banditismo» no sul de Angola – ao contrário do que ao tempo oficialmente invocou, mas mais tarde desmentiria nas suas *Memórias* – que o incomodaram. O que o incomodava era a espionagem alemã, movimentada a partir de Moçâmedes pelo vice-cônsul Schoss, homem de negócios que se vangloriava publicamente de vir a ser, muito em breve, o novo governador do distrito da Huíla, e pela sua esposa, que também não se poupava a ufanias. À revelia e contra a vontade de Norton de Matos, Lisboa autorizara uma missão científica alemã ao sul de Angola, cujo pretexto era estudar a possível ligação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes à Damaralândia. Norton de Matos percebeu que o verdadeiro objectivo da expedição era outro: enviar mantimentos para a colónia germânica, sob o bloqueio da Grã-Bretanha desde a declaração de guerra de 4 de Agosto. O acordo celebrado em Londres um ano antes, entre o embaixador alemão, o príncipe Lichnowsky, e o

secretário do Foreign Office, Edward Grey, para a partilha das colónias portuguesas, ficara sem efeito. Mais um motivo, entendia Norton de Matos, para que os Alemães tentassem invadir Angola. Os acontecimentos que se seguiram ao lamentável incidente de Naulila, de 19 de Outubro, dar-lhe-iam razão.

A 19 de Outubro de 1914, uma coluna militar alemã, comandada pelo doutor Schultz-Jena, administrador do Outjo, solicitou, no posto português de Naulila, autorização para entrar em território angolano. Os soldados germânicos pretendiam assegurar comunicações postais com a Damaralândia. Mas a má tradução do intérprete dinamarquês Jensen deu a entender ao alferes português Manuel Sereno que perseguiam um desertor. Os Alemães foram autorizados a entrar no posto, mas tentaram fugir quando Sereno os informou de que não podiam sair sem serem recebidos pelo capitão-mor do Cuamato. Do tiroteio que se gerou, resultou a morte do doutor Schultz-Jena e de dois dos seus oficiais. Em Windhoek, o governador Seitz ordenou represálias contra os Portugueses. A primeira foi, a 31 de Outubro, a chacina do Forte do Cuangar, onde perdeu a vida o capitão Joaquim Ferreira Durão, eleito herói de guerra em Portugal.

Em Novembro, Alves Roçadas, promovido a coronel e novamente nomeado governador da Huíla, franqueou o Cunene com quase três mil homens chegados de Portugal, nove canhões e seis metralhadoras pesadas. Tentou reeditar as proezas de 1907, mas recusou o auxílio dos mercenários Cuamatos e Bóeres. A 18 de Dezembro, precisamente em Naulila, os homens de Alves Roçadas sofreram um ataque devastador da coluna alemã do major Viktor Franke, aliado a Sihetekela, o soba que o próprio Roçadas expulsara sete anos antes do Cuamato Pequeno. O pânico gerado entre os Portugueses pelo chamado «desastre de Naulila» levou Alves Roçadas a fazer explodir o forte a que em tempos dera nome e a debandar para o

Humbe, 70 quilómetros a norte. Depois disso, Roçadas cometeu um tremendo erro estratégico que só podia merecer censuras ao ainda governador Norton de Matos: abandonou todas as fortificações portuguesas entre o Cunene e a fronteira rodesiana, abaixo da linha Cassinga//Cuito Cuanavale. A 23 de Dezembro, Lisboa recusou a Alves Roçadas o pedido de demissão. Mas a 21 de Março de 1915, 12 dias depois da partida de Norton de Matos, tomava posse em Luanda o novo governador, o general António Júlio da Costa Pereira d'Eça.

Antigo ministro da Guerra e famoso pelas campanhas militares de Moçambique - onde recebera as alcunhas de «general de aço» e de «Pêra de Aço» -, Pereira d'Eça, um homenzinho franzino de pequena estatura, foi nomeado governador de Angola aos 63 anos com o único encargo de dirigir pessoalmente a guerra no sul. Gizara três objectivos: recuperar os territórios do Humbe e do Cuamato, perdidos por Alves Roçadas; ocupar o Cuanhama; e, o principal de todos, defrontar os Alemães invadindo a Damaralândia. Decretando o estado de sítio em todo o território angolano, Pereira d'Eça trouxera uma poderosa força militar portuguesa de seis mil soldados - a maior que alguma vez desembarcara em Angola -, à frente da qual seguiu imediatamente para Moçâmedes. As tropas de Pereira d'Eça, assistidas por carros de bois dos Bóeres e por 80 camiões *Fiat*, reconquistaram, a 29 de Maio, o Humbe, que quase não ofereceu resistência. Aí organizou Pereira d'Eça quatro forças que partiram para tomar o Cuamato. Mas em Julho encontrava-se no Lubango pois, segundo o escreveu no seu Relatório, foi nesta localidade que recebeu um telegrama que o informou da recente rendição do comandante alemão Viktor Franke ao general sul-africano Louis Botha. Foi uma decepção para o velho «Pêra de Aço», pois Lisboa ordenava-lhe que renunciasse à invasão da Damaralândia. A Grã-Bretanha, aliada virtual de Portugal

na Grande Guerra, apoderara-se do Sudoeste Africano Alemão através da União Sul-Africana, Estado fictício que criara em 1910, abrangendo os antigos Estados Livres de Orange e do Transval, assim como o Cabo e o Natal. A Grande Guerra terminara em Angola, embora os Portugueses ainda viessem a prosseguir nela em Moçambique e na Flandres francesa.

Na primeira quinzena de Agosto de 1915, Pereira d'Eça reocupou o Cuamato, de onde Sihetekela debandou em poucos dias. E na segunda quinzena já pisava as planícies arenosas do Cuanhama, as *chanas*, preparando-se para atacar a capital, Njiva (ou Onjiva), disposto a capturar Mandume. Consta que, ao sabê-lo, o jovem monarca terá discursado para o seu povo:

Se o governo português quiser vir ocupar a minha terra, resistirei enquanto tiver um cartucho e um soldado capaz de atirar e, se for vencido, suicidar-me-ei, bem como os meus lengas [*sic*].

Segundo fontes escritas portuguesas, as únicas existentes, Mandume dispunha de um exército de 47 mil homens, providos de 10 a 12 mil espingardas modernas e de cinco carros de munições. Mandume sabia que, no seu itinerário, os Portugueses encontrariam as *chanas* sem água e por isso avançariam até à enorme planície de Môngua, recheada de *cacimbas*, onde procurariam matar a sede aos animais. Mas, a 20 de Agosto de 1915, os homens de Pereira d'Eça verificaram que as *cacimbas* de Môngua também se achavam secas. E perceberam então que estavam cercados por inúmeros guerreiros cuanhamas, ocultos nas matas em torno da planície.

Nos dois primeiros dias do cerco de Môngua, o comando cuanhama coube ao lenga Calola, que causou 16 mortes e 30 feridos aos Portugueses e dizimou a maioria dos seus bovinos e equídeos de montaria, tracção e carga. Pereira d'Eça escreveria mais tarde: «Confesso que não esperava

uma tão dura investida do gentio, nem que este estivesse tão bem armado [com] muitas «Mausers» alemãs, muitas «Kropatschek» e inúmeras «Martini», abundante municiamento e que eram ótimos atiradores» [sic]. Mas Calola cometeu o erro de não atacar os camiões de reabastecimento, o que obrigou o próprio Mandume, no terceiro dia, a intervir pessoalmente na batalha, vindo de Njiva com mais 20 mil homens e 12 mil espingardas aperfeiçoadas. Entre 20 e 24 de Agosto, os Cuanhamas mantiveram os Portugueses sitiados e teriam saído vitoriosos se não fosse a intervenção inusitada do destacamento do Forte Cuamato. O próprio Pereira d'Eça, vencedor da batalha de Môngua, elogiaria o inimigo cuanhama vencido:

Atacar três dias seguidos um destacamento constituído por duas baterias de artilharia de campanha, quatro baterias de metralhadoras, dois batalhões de infantaria e dois esquadrões de cavalaria, estando estas forças em quadrado, e aproximando-se delas [...] a uma distância que chegou a ser de 50 metros, revela um moral e uma instrução de tiro e de aproveitamento de abrigos que fariam honra às melhores tropas brancas [sic].

Pereira d'Eça percorreu depois 60 quilómetros até Njiva, onde chegou a 2 de Setembro de 1915. O velho general mandou hastear a bandeira portuguesa na capital cuanhama, abandonada e reduzida a cinzas, e que, entre 1923 e 1975, ostentaria o seu nome. Quanto a Mandume, refugiou-se em Yole, na zona neutra de Namacunde, que separava Angola do Sudoeste Africano - doravante administrado pela União Sul-Africana -, e fez várias incursões aos dois territórios no ano de 1916. Se Mandume já era hostil aos Portugueses, agora também o era aos Sul-Africanos. Foram estes que, a 6 de Fevereiro de 1917, perpetraram um massacre à embala de Yole, durante o qual assassinaram Mandume com quatro balas de metralhadora e o enterraram muito perto. Porém, uma tradição cuanhama diz que Mandume, vendo-se mortalmente ferido,

ter-se-ia suicidado, depois de balear os seus últimos lengas. E outra afirma que os Sul-Africanos teriam decapitado Mandume para enterrarem a sua cabeça em Windhoek. Esta versão, contudo – segundo a informação do padre Mittelberger a René Pélissier em 1973 –, parece ter sido influenciada pela efígie da cabeça de um africano que, em Windhoek, ornamentava o monumento comemorativo da vitória contra os Ovambo.

Em 2002, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, inaugurou em Namacunde um Memorial ao rei Mandume Ya Ndemufayo. E, em 2022, foi-lhe erigida, em Onjiva, uma estátua equestre, da autoria do arquitecto Francisco José Miguel e do escultor português António Vidigal.

### **c) A década que preparou a Ditadura Militar portuguesa (1916-1926)**

#### **l) Revoltas permanentes na suplantação da borracha pelo café, pelos diamantes e pelo cultivo obrigatório do algodão**

Uma das incursões de Mandume a Angola durante o ano de 1916 deu-se por ocasião da revolta do Bunda Bando, ocorrida no Moxico entre Junho desse ano e Abril de 1917. Também é conhecida por «revolta dos Bundas», pois foi protagonizada por este subgrupo nganguela, os Bundas, pese embora a intervenção dos Kiokos. Sobre esta insurreição, que não exigiu grandes deslocamentos de tropas portuguesas, só existem praticamente duas fontes escritas: o testemunho do almirante Gago Coutinho, ao tempo acampado no Moxico nos trabalhos de delimitação da fronteira oriental de Angola; e o romance *Princesa Negra. O preço da Civilização em África* (1932), escrito década e meia depois da rebelião bunda por Luís Figueira, um comerciante português de borracha que combatera os

insurrectos. Gago Coutinho e Luís Figueira atribuem a revolta dos Bundas a um único factor: a desvalorização do preço da borracha, da qual os Bundas eram produtores, e o descontentamento com os principais compradores, os Portugueses.

Cremos, no entanto, como já o escrevemos noutro lugar e na esteira do historiador francês René Pélissier, que o factor principal foi outro: encontrando-se as capitánias-mores dos Luchazes (com sede em Cangamba) e do Lungué-Bungo (com sede em Mungai) isoladas num espaço de cerca de cem mil quilómetros quadrados, consideravelmente distantes das povoações bundas e com um número reduzido de efectivos, confiavam a cobrança do imposto indígena a comerciantes portugueses que, para aumentar os seus lucros, recorriam frequentemente a subterfúgios que resultavam numa dupla tributação. Aliás a revolta só visou chacinar os comerciantes portugueses.

O seu principal impulsor foi o Muêne Bunda Bando, soba supremo dos Bundas, que em 1915 repelira, a partir da região do Ninda, as forças militares portuguesas da capitania-mor dos Luchazes que avançavam para a fronteira luso-britânica, arrasando o posto militar do Luáti. Bunda Bando foi capturado e deportado para Benguela, onde tomou conhecimento, quer da Grande Guerra que se travava na Europa, quer da resistência de Mandume aos Portugueses no Cuanhama. Ao evadir-se da Fortaleza de Benguela, no início de 1916, Bunda Bando já estava informado de que Mandume fora derrotado em Môngua por Pereira d'Eça, mas também sabia que, mercê da sua concentração no Cuanhama e na guerra da Europa, o exército português se encontrava disperso no Moxico. Por isso confederou, não só os sobas bundas seus vassallos, mas também kiokos, luchazes e luenas, todos munidos de armamento fornecido por Mandume. O objectivo era um ataque simultâneo a todos os comerciantes portugueses do Moxico no dia do aparecimento da Lua de Outubro. No

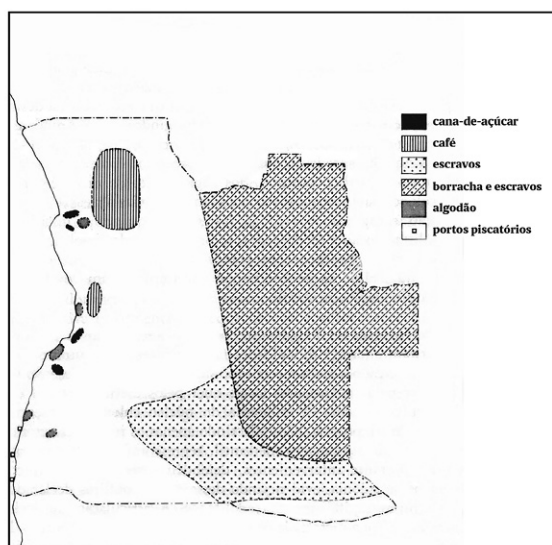


entanto, a precipitação de Chicunga, um chefe kioko, ao atacar o comerciante português Nobre ainda em Setembro, além de permitir a salvação de muitos Portugueses – que ficaram informados do projecto de insurreição bunda –, causou a indecisão de muitos dos confederados, inclusive do próprio Bunda Bando, que se acoitou nas terras do seu vassalo Musserindinde durante os largos meses em que as razias aos comerciantes portugueses se multiplicaram desordenadamente. Mas os Portugueses conseguiram unir-se em milícias civis e, sob o comando dos capitães-mores dos Luchazes e do Lungué-Bungo, capturaram o último soba bunda revoltado, o Muêne-Jimbo, em Abril de 1917. Desconhece-se o destino do Bunda Bando, mas é plausível a hipótese fictícia, levantada por Luís Figueira em *Princesa Negra*, de que se tenha refugiado no Barotze.

Outras revoltas se desencadearam em Angola durante a década que antecedeu a implantação em Portugal da Ditadura Militar, em 1926. Todas se relacionaram directamente com a suplantação, na economia angolana, da borracha pelo café e pelos diamantes, e constituíram resistências contra o recrutamento de homens para o trabalho forçado, quer para as plantações cafeeiras dos Dembos e do Amboim, quer para as minas de diamantes da Lunda desde que, em 1912, fora criada a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA), que explorava as jazidas diamantíferas na fronteira do nordeste, confinando com as que haviam sido encontradas no Congo Belga em 1907. Em 1921, o alto-comissariado de Norton de Matos conseguiu suprir as dificuldades financeiras de Portugal na exploração dos diamantes, celebrando um contrato com a DIAMANG, consórcio de capitais belgas, franceses, ingleses, norte-americanos e portugueses, mas no qual preponderava a Société Générale de Belgique.

Nos anos de 1924 e 1925, Angola exportava anualmente 12 600 toneladas de café, que rendiam a Portugal cerca de

76 335 000 de escudos. A exportação anual de diamantes orçava pelos 36 171 000 de escudos (ou contos de réis), dispondo a DIAMANG de cerca de 4500 mineiros lunda-kiokos contratados à força nos sobados locais. Pela mesma época, a borracha – e a expressão é de uma personagem de Castro Soromenho no seu romance *Terra Morta* (1948), um comerciante da Lunda que se enforcou ao ver-se arruinado – «passou a valer tanto como um punhado de areia» [sic].



32 – Produções angolanas por volta de 1910. A borracha, aparentemente, ainda não foi suplantada pelo café e pelos diamantes. SMITH, 1983, p. 171.

A exploração do café em grandes unidades agrícolas cedidas a colonos metropolitanos – entre 1910 e 1920, a população europeia de Angola duplicou de dez mil para 20 mil colonos – gerou sublevações, das quais a primeira a registar não passou de uma conspiração, em 1917, na comarca do Golungo Alto. O então procurador judicial da comarca, o escritor e advogado provisionário António de Assis Júnior (n. Luanda, 1887--m. Lisboa, 1960), um «filho do país», deixou um excelente testemunho no seu *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Mas outras revoltas, essas efectivas e duradoiras – as dos Dembos, dos

Amboims, dos Seles e dos Libolos -, só ficariam inteiramente dominadas em 1925. Nesse ano, a antiga Benguela Velha passou a chamar-se Porto Amboim, por ser o terminal litoral de uma quarta linha férrea angolana, esta construída com capital inteiramente privado, pertencente à Companhia do Amboim, de Bernardino Correia. O Caminho-de-Ferro do Amboim, com apenas quatro estações - Porto Amboim/Gabela/Kibala/Libolo, cobrindo as regiões montanhosas propensas à cafeicultura -, destinava-se exclusivamente ao transporte de sacos de café. Ao mesmo tempo, a Companhia do Amboim associava-se a um grupo luso-belga para a criação da COTONANG, empresa de exploração do algodão, cultura que se tornara obrigatória na Baixa do Kasanje. Em 1926, a COTONANG exportava anualmente mais de 750 toneladas de algodão, à custa de 35 mil camponeses imbangala forçados ao seu cultivo.

## II) A bonança sidonista e o primeiro liceu em Angola

Os historiadores portugueses de todas as tendências políticas têm convergido na classificação do chamado «sidonismo», que vigorou em Portugal entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918, como um período de «ditadura» e mesmo de embrião do que só em 1933 viria a ser o Estado Novo. Não só estas perspectivas se encontram eivadas de enormes exageros irreflectidos, como ignoram deliberadamente a efémera acalmia da sanha colonialista que a fugaz «República Nova» representou para Angola.

A 8 de Dezembro de 1917, deu-se em Lisboa um golpe de Estado perpetrado por um grupo de descontentes com a vergonhosa participação de Portugal na Grande Guerra - e não de «germanófilos», como têm sido apodados -, que entregaram o poder a uma Junta Revolucionária presidida pelo ex-embaixador português na Alemanha, o oficial de artilharia e professor de matemática Sidónio Pais, de 35 anos. Inaugurando um regime presidencialista - e não

«monárquico», como lhe chamou poeticamente Fernando Pessoa –, Sidónio Pais foi eleito massivamente, a 28 de Abril de 1918, presidente da República por sufrágio universal, dispositivo plenamente democrático – de modo algum autocrático ou «ditatorial» – que a Constituição de 1911, dita democrática, interditava.

Antes disso, porém, a 23 de Fevereiro, Sidónio Pais conseguira uma proeza irreversível: recuperar as relações diplomáticas entre Portugal e a Igreja Católica Romana, o que viabilizou o regresso a Angola das missões católicas portuguesas. Pela mão do governador-geral sidonista, o oficial de marinha de guerra Filomeno da Câmara de Melo Cabral, Angola pôde, não só readquirir o ensino escolar eclesiástico, mas também dar um passo decisivo na educação laica dos seus naturais: a criação, finalmente, de um liceu. É impressionante pensar que a maioria dos intelectuais angolanos nativistas da «imprensa livre» não dispunha de estudos além da quarta classe, pois é conhecida a ancestral resistência do colonialismo português ao impulsionamento do ensino secundário – e o universitário ainda teria de esperar quase meio século – em Angola. Mas, já depois do assassinato de Sidónio Pais e precisamente um ano após a reconciliação de Portugal com a Santa Sé, a 22 de Fevereiro de 1919, o governador Filomeno da Câmara de Melo Cabral emitia uma Portaria que instituía o Liceu Central de Luanda. Este, baptizado Liceu Nacional de Salvador Correia (actual Escola Secundária Mutu-ya-Kavela), iniciou os seus trabalhos em Maio com 17 alunos, quase todos mestiços. Situava-se na Avenida Álvaro Ferreira ou do Hospital (actual Avenida do 1.º Congresso do MPLA), só se mudando em 1943 para as instalações definitivas, na Avenida Brito Godins (actual Avenida Lenine). O seu primeiro Reitor foi um sacerdote português que deixaria um rasto indelével na cultura angolana ao longo de toda a primeira metade do século xx. Desembarcado em Luanda em 1901, o Dr. Manuel Alves da

Cunha (n. Chaves/Portugal, 1872-m. Luanda/Angola, 1947) vira suspensa a sua actividade de missionário deste a implantação da República. Pôde, felizmente, recuperá-la com o sidonismo, vindo depois a ser vigário-geral da Arquidiocese de Luanda, além de produzir uma notável obra etnográfica e historiográfica sobre Angola e os Angolanos e de fundar, já no final da década de 1930, os Arquivos de Angola (actual Arquivo Histórico), na Rua de Neves Ferreira, e o Museu de Angola (hoje, Museu de História Natural), de início instalado na Fortaleza de São Miguel e mais tarde na Rua de Nossa Senhora da Muxima.

O assassinato de Sidónio Pais pela Maçonaria, a 14 de Dezembro de 1918, e a consequente reposição em Portugal do arquejante regime republicano de 1911 não lograram apagar, nem a prossecução da missionação católica portuguesa em Angola, nem a proliferação na colónia de novas escolas secundárias. A segunda veio a ser, em 1927, o Liceu Diogo Cão, no Lubango, cidade baptizada Sá da Bandeira em 1923, quando o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes a alcançou enfim. Após a Independência de Angola, em 1975, a estátua de Monsenhor Manuel Alves da Cunha foi o único monumento representativo de uma figura portuguesa a não ser retirado das ruas de Luanda, permanecendo até hoje, precisamente, na Rua de Nossa Senhora da Muxima.

### III) O dissipador e repressivo alto-comissariado de Norton de Matos

O alto-comissariado de Norton de Matos em Angola, iniciado a 16 Abril de 1921 e suspenso a 18 de Setembro de 1923, pode ser sintetizado com dois substantivos abstractos: prodigalidade e repressão. O primeiro, a prodigalidade, relaciona-se com as políticas de colonização branca e de indigenato. O segundo, a repressão, aplica-se ao tratamento que o alto-comissário reservou, quer aos

chamados brancos «cafre realizados», quer sobretudo aos «filhos do país», aos quais desferiu o golpe de misericórdia.

Como pôde Norton de Matos, em apenas dois anos, delapidar mais de um milhão de contos de réis ao Estado português? Os plenos poderes de alto-comissário fizeram-no esquecer as suas próprias convicções de que os recursos financeiros portugueses eram insuficientes para colonizar Angola e que havia que recorrer à ajuda do capital estrangeiro. Efectivamente, de início, Norton de Matos recorreu a ela, como o demonstra o contrato que celebrou com a empresa britânica Norton Griffiths & C.<sup>a</sup> para a construção do porto de Luanda. Custa a crer que Luanda, fundada por Paulo Dias de Novais em 1576, não tenha tido um cais de acostagem durante cerca de 370 anos, ficando os navios ancorados ao largo da baía, enquanto a ligação à cidade das cargas e dos passageiros era feita por pequenas embarcações – inicialmente os dongos dos Axiluanda, depois as lanchas dos Cabindenses e mais tarde os chamados «gasolinas» –, cujo ponto de partida e de chegada se fixara, desde o governo de Sebastião Lopes de Calheiros e Meneses, no pequeno ancoradouro das Portas do Mar, junto ao Largo de Pedro Alexandrino e à Alfândega. Retomando projectos abortados em 1886, aquando do início da construção do Caminho-de-Ferro de Luanda/Ambaca/Malanje, Norton de Matos gizou um plano ambicioso para o porto de Luanda: um cais de cinco quilómetros, localizado na Ilha e destinado a navios de grande calado; e outro cais de um quilómetro a partir das Portas do Mar, com a edificação de armazéns, que ultrapassava a Igreja da Nazaré e o Musseque dos Cabindas e atingia o Bungo e a Ponta da Mãe Isabel. Mas o contrato com os empreiteiros britânicos seria rescindido em 1925, dois anos depois da saída de Norton de Matos de Angola, e Luanda ficaria mais 20 anos sem cais.

Se Norton de Matos recorria avisadamente ao capital não português, em contrapartida decretava obrigatória a

contratação de Portugueses vindos da metrópole para as empresas estrangeiras sediadas em Angola. Ou seja, a uma fonte de receitas associava imediatamente outra de despesas, gastando com uma mão o que auferia com a outra. Logo ao desembarcar em Angola, estando já em curso a política de povoamento de Porto Alexandre com famílias de pescadores naturais da Póvoa do Varzim, Norton de Matos reforçou-a despendendo 300 mil contos na construção de 600 aldeias de alvenaria para as alojar. A sua obsessão pelo povoamento europeu levou-o a aumentar desmedidamente o funcionalismo público com metropolitanos, aos quais atribuiu vencimentos exorbitantes, acrescidos das chamadas «gratificações de permanência» e ainda – a pretexto de dinamizar as estradas – com direito ao uso gratuito de automóveis. Igualmente gratuita era a habitação e a assistência médica. Muitos elogiam Norton de Matos por ter sido um incentivador do turismo em Angola. Mas todos os hotéis de vilegiatura que mandou construir em Luanda, no Lobito e no Huambo com o dinheiro que delapidou abririam falência logo a seguir ao seu calamitoso alto-comissariado. Um desses hotéis, o Hotel Miradouro, situado na Cidade Alta de Luanda, viria a ser sede da PIDE em 1957.

Assumidamente segregacionista e contrário à miscigenação, Norton de Matos desalojou moradores dos musseques de Luanda para levar a cabo mais uma prodigalidade infrutuosa: a construção do que designou por Bairros Indígenas. Tal como já o fizera em 1912, expulsou para Portugal muitos dos brancos que viviam com mulheres negras, os chamados «cafrealizados». Apercebendo-se de que o número de mulheres brancas em Angola era reduzido – restringindo-se às degredadas –, Norton de Matos atulhou os Serviços das Obras Públicas e da Agricultura de Angola com jovens dactilógrafas vindas de Portugal, todas auferindo de vencimentos equiparáveis aos dos chefes dos postos administrativos. Também facilitou

viagens para Angola a professoras portuguesas sofríveis para disciplinarem as suas missões laicas.

O número de técnicos, sobretudo de engenheiros e de operários portugueses, tornou-se excessivo, como bem o denuncia Cunha Leal. Acrescenta, aliás, o autor de *Calígula em Angola* que a Agência Geral de Angola, criada em Lisboa por Norton de Matos a pretexto de promover a emigração, mais não foi do que um centro de lavagem de dinheiro para o alto-comissário e os seus apaniguados. Da fúria colonizadora de Norton de Matos resultou no Moxico, criada de raiz, mais uma pretensa cidade europeia que se tornou capital do distrito: Vila Luso, actual Luena. A política de aumento dos salários aos trabalhadores indígenas fez Norton de Matos ganhar, no sul de Angola, um inimigo figadal, que se juntaria a Cunha Leal na galeria dos seus detractores: o comandante Venâncio Guimarães, ao tempo já próspero proprietário de terras e criador de gado nos distritos da Huíla, de Moçâmedes e do Cunene. No seu opúsculo *Angola - Uma Administração Ruinosa*, Venâncio Guimarães não hesitou em afirmar que, se com o alto-comissariado de Norton de Matos a população branca de Angola duplicara, tal não se devera à afluência de colonos e sim à invasão de um enxame de burocratas dependentes de subsídios estaduais, com dinheiro dos contribuintes portugueses.

A política de educação do indígena de Norton de Matos também não deixou boa recordação entre os Angolanos e, evidentemente, gerou resistências culturais. Depois de, ao iniciar o seu mandato de alto-comissário, ter imediatamente multiplicado por toda a Angola as escolas-oficinas femininas a que dera o nome da sua filha Rita, Norton de Matos foi alvo em Luanda, no Carnaval de 1922, de uma sátira popular corrosiva: a canção *Kunguenu (Esfreguem)*, mais tarde traduzida do kimbundu para o português por Óscar Ribas, no seu *Missosso* (1964). Os



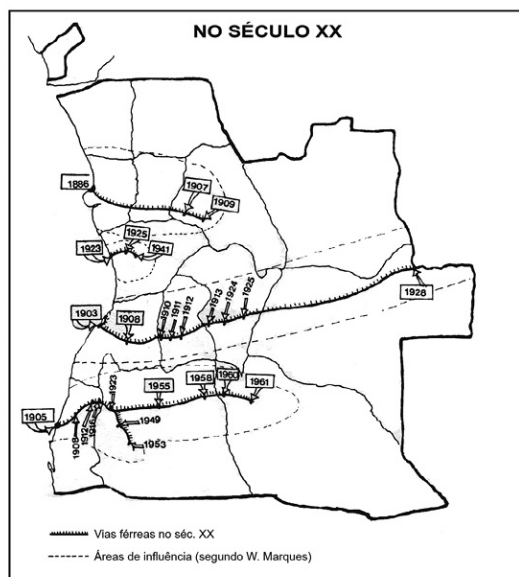
intérpretes e executantes dos passos de massemba, simulando os gestos de esfregar, lavar e passar a ferro, repetiam com sarcasmo o estribilho «kunga, kungenu o mabaia» («esfreguem, esfreguem as tábuas»), escarnecendo das «jiminina ja Kibeba» («meninas da Kibeba»), as raparigas internadas na Escola Rita Norton de Matos, popularmente conhecida por Kibeba.

Mas o maior «erro de política colonial» de Norton de Matos – segundo a expressão dos seus detractores Cunha Leal e Júlio Ferreira Pinto – foi ter dado importância, em Outubro de 1922, aos rumores que corriam acerca de uma certa «Revolta de Catete», a qual não passou de outra queixa dos camponeses pela expropriação dos seus terrenos. Tal como a de 1917, teve o patrocínio judiciário de António de Assis Júnior. Foi o suficiente para que o alto-comissário extinguisse a Liga Angolana e o Grémio Africano e mandasse prender, e mais tarde desterrar, os seus principais dirigentes: António de Assis Júnior, António Ferreira de Lacerda, Francisco António Octávio, António Botelho Alves do Nascimento, Narciso do Espírito Santo e Manuel dos Santos Van-Dúnem. Norton de Matos encerrou imediatamente os derradeiros jornais dos «filhos do país»: *O Angolense* – o segundo do nome e dirigido por Eusébio Velasco Galiano desde 1917 –, *A Verdade* – também o segundo do nome desde 1919 –, o *Independente* (de 1912), o *Imparcial* (de 1919) e o *Jornal do Comércio*.

Este último, com apenas dois anos de existência, foi transformado em órgão oficioso do governo, com o título *Correio de Angola*. Para o dirigir, Norton de Matos mandou vir de Benguela um jornalista portuense residente em Angola desde 1910, Adolfo Pina (n. Porto, 1890--m. Lisboa, 1935), que no ano seguinte rebaptizaria o jornal com o nome *A Província de Angola*. Depois da morte prematura de Adolfo Pina em 1935, *A Província de Angola* manter-se-ia, dirigida pela família Correia de Freitas, até à

Independência, em 1975. E sobreviveu até hoje com o título *Jornal de Angola*. Fruto da política repressiva de Norton de Matos, *A Província de Angola* marcou o fim definitivo da imprensa nativista de opinião. Júlio de Castro Lopo utiliza, a respeito de *A Província de Angola*, um eufemismo: chama-lhe «veículo angolano do jornalismo industrial e profissional» [sic]. Na verdade, como melhor veremos, *A Província de Angola* seria acima de tudo, durante meio século, um veículo privilegiado de propaganda colonial.

Chamado a Portugal, Norton de Matos embarcou para Lisboa no vapor *Angola*, a 18 de Setembro de 1923. Em Fevereiro do ano seguinte foi alvo, no Parlamento, das críticas acirradas dos seus detractores. A 30 de Junho de 1924, a seu próprio pedido, cessou as funções de alto-comissário de Angola para assumir o cargo de Embaixador de Portugal em Londres. Nele permaneceria dois anos, até ser subitamente afastado pelo Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, que pôs fim à Primeira República em Portugal.



33 - As quatro linhas de caminhos-de-ferro construídas no século xx: de norte para sul, Luanda-Malanje, Amboim, Benguela e Moçâmedes. TORRES, 1991, p. 88.

## CAPÍTULO XVIII

# ***Vamos Descobrir Angola...*** **na Ditadura Militar e no** **Estado Novo e em** **consequência da II Guerra** **Mundial (1926-1951)**



# Cronologia

- 1926 (28 de Maio)** - Golpe de Estado em Portugal, derrubando a I República. - **(16 de Agosto)** - Cunha Leal e António Videira criam o Banco de Angola, que retira ao Banco Nacional Ultramarino o privilégio de emitir moeda em Angola.
- 1927 (20 de Junho)** - 4.<sup>a</sup> Convenção do Lobito, pela qual ficam definitivamente traçadas as fronteiras angolanas.
- 1928 (Julho)** - Entra em circulação o angolar, nova unidade monetária angolana.
- 1930** - Legalização, em Luanda, da Liga Nacional Africana (LNA). - **(Julho)** - Entra em vigor o Acto Colonial, que veda, nas colónias portuguesas, o acesso ao capital estrangeiro, recuperando a figura do governador colonial.
- 1932 (13 de Fevereiro)** - Abolição da pena de degredo para as colónias portuguesas e instituição da «carta de chamada».
- 1933** - Em Luanda, a Liga Nacional Africana substitui o seu *Boletim* pelas publicações *Angola* e *O Direito*, cujos colaboradores, sem renunciarem ao Pan-Africanismo, se assumem como Portugueses, comparando Angola a qualquer província de Portugal. - **(Setembro)** - O Huambo adquire o nome colonial de Nova Lisboa.
- 1934 (Junho/Outubro)** - Exposição Colonial do Porto, organizada por Henrique Galvão, que promove a exibição pública de Africanos, entre os quais Angolanos. - **(7 a 11 de Outubro)** - 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, no Porto, que privilegia a antropologia física e a condenação da mestiçagem em Angola.
- 1935** - António de Assis Júnior publica *O Segredo da Morta*, primeiro romance angolano do século xx, aconselhando outros a seguirem-lhe o exemplo, envia-o para o CLC/AGC, onde, tal como *Uanga (Feitiço)* de Óscar Ribas, não obterá qualquer classificação.
- 1936** - António Correia de Freitas inaugura, n'A *Província de Angola*, o «Suplemento de Domingo», com autores coloniais portugueses residentes em Angola.
- 1938 (15 de Agosto/18 de Setembro)** - Exposição Feira de Luanda, que impulsiona o Bairro Operário (Bê Ó) e uma especulação imobiliária durante quase quatro décadas.
- 1939/1945 (II Guerra Mundial)** - Alta dos preços do café: os índices das relações comerciais de Angola com a metrópole sobem de 7,8 % para 20 %.

**1940 (23 de Junho/2 de Dezembro)** - Decorre em Lisboa, no Jardim Colonial, a Exposição do Mundo Português, cuja secção colonial fica a cargo de Henrique Galvão. - Chacina dos Mucubais, no sul de Angola, incentivada pelos criadores de ovelhas caracul do Planalto da Huíla e da área semidesértica a leste de Moçâmedes.

**1942** - Fundação, em Luanda, por colonos opositores ao regime salazarista, da Sociedade Cultural de Angola e do jornal *Cultura*.

**1944 (3 de Julho)** - Criação, em Portugal, da Casa dos Estudantes do Império.

**1945 (26 de Junho)** - A Carta das Nações Unidas consagra o Princípio da Autodeterminação; Grã-Bretanha, França e Bélgica «preparam» para a Independência os seus «territórios não autónomos» e criam o neologismo «descolonização». - **(29 de Junho)** - Inauguração do Porto de Luanda por Marcelo Caetano, ministro das Colónias português, e início da construção da Avenida Marginal.

**1947 (Fevereiro)** - Henrique Galvão incompatibiliza-se com o regime de Salazar, equiparando o trabalho forçado em Angola à escravatura.

**1948** - Ano das Comemorações do 3.º Centenário da Restauração de Angola aos Holandeses, no âmbito das quais foram publicadas obras de referência da historiografia colonial sobre Angola, como a *História de Angola*, de Ralph Delgado. - A Casa dos Estudantes do Império emite o boletim *Mensagem*, onde colaboram os estudantes angolanos Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara. - Na Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), Viriato da Cruz cria o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), proferindo a frase proverbial «Vamos descobrir Angola!».

# **1 - Angola entre a Ditadura Militar e o Acto Colonial (1926-1930)**

Ao contrário do que o silenciam certos sectores da historiografia e da intelectualidade portuguesas - que confundem, deliberada e absurdamente, o conceito de autocracia com o de monarquia e o de democracia com o de república (omitindo que, quer as monarquias, quer as repúblicas, podem ser autocráticas ou democráticas) -, o regime político ditatorial que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974 foi uma república. A Segunda República Portuguesa, de natureza autocrática, abrange a Ditadura Militar, entre 1926 e 1933, e o Estado Novo, o regime institucionalizado pela Constituição de 1933, que vigoraria - alterado por oito leis de revisão constitucional - até 1974.

## **a) Do golpe militar de 28 de Maio de 1926 ao «milagre financeiro» de Salazar; as primeiras viagens de Henrique Galvão a Angola, escrevendo *Em Terra de Pretos***

Desde a tomada do poder, em 1910, que o Partido Republicano se tripartira, em Portugal, pelos Partidos Democrático, Evolucionista e Unionista. A instabilidade política e económica da Primeira República - que, em 16 anos, conhecera oito presidentes e 50 governos - não pôde deixar de levar largos segmentos da sociedade portuguesa, influenciados pela ditadura militar de Miguel Primo de Rivera (n. 1870-m. 1930), em Espanha desde 1923, a defender, como solução política para Portugal, um regime republicano ditatorial. Foi o que gerou a Revolução de 28 de Maio de 1926, proclamada em Braga pelo general Manuel Gomes da Costa (n.1863-m. 1929), antigo

combatente em África e na Flandres. O movimento teve uma adesão massiva mais no norte do que no sul do país, mas amedrontou Lisboa, pois o presidente da República, Bernardino Machado (n. 1851-m. 1944), pediu a demissão e entregou a presidência a um oficial de marinha maçom e republicano convicto, o comandante José Mendes Cabeçadas (n. 1883-m. 1965). O mandato de Mendes Cabeçadas só durou até 17 de Junho, dez dias depois de Gomes da Costa, ao tomar posse como ministro da Guerra, comandar em Lisboa, a cavalo, um impressionante desfile militar de 15 mil homens, aplaudido por centenas de milhares de populares. Não considerando Mendes Cabeçadas, que ainda era fiel à Constituição de 1911, o homem indicado para a transição de regime, Gomes da Costa afastou-o, com a cumplicidade de outro general maçom que tinha a particularidade de ser dos raros a nunca ter combatido nas campanhas de África: António Óscar Fragoso Carmona (n. 1869-m. 1951). Mas também Carmona irradiaria Gomes da Costa, a 9 de Julho. Iniciava-se assim a Ditadura Militar (ou Nacional) e era instituída a censura prévia à imprensa, exercida por comissões militares.

Durante o ano de 1927, a Ditadura Militar, que tinha o apoio da maioria do exército, conseguiu dominar duas tentativas de golpe de Estado, uma a 7 de Fevereiro e outra a 12 de Agosto. A segunda, de tendência ideológica próxima dos nacionalistas e dos monárquicos integralistas, teve um desfecho digno de opereta. Ficou conhecida pelo epíteto de «Golpe dos Fifis», por alusão ao nome dos dois principais conspiradores, o primeiro dos quais fora o governador de Angola do sidonismo: o capitão-de-mar-e-guerra Filomeno da Câmara de Melo Cabral (n. 1873-m. 1934), que aspirava à chefia do Estado; e o linguista e historiador Fidelino de Sousa Figueiredo (n. 1889-m. 1967), autor moral da intentona e com pretensões a ocupar o cargo de ministro das Finanças.

Inicialmente condenado ao degredo para Angola, Fidelino de Figueiredo conseguiu fugir para Madrid, onde passou a leccionar língua e literatura portuguesa, vindo mais tarde a proferir conferências em universidades europeias e americanas e a viver no Brasil entre 1934 e 1952, ano em que regressou definitivamente a Portugal. Quanto a Filomeno da Câmara, após um curto e brando «exílio» de ano e meio em São Tomé, coube-lhe a sorte de tornar a governar Angola. Foi nomeado Alto-Comissário no início de 1929, sendo o quarto a exercer o cargo durante a Ditadura Nacional, depois do engenheiro militar e economista António Vicente Ferreira e de dois colonos de mandato interino: António Alberto Torres Garcia e António Damas Mora, este último reputado especialista em Medicina Tropical outrora da confiança de Norton de Matos.

Entre os demais conjurados do «Golpe dos Fifis», evidenciou-se um jovem tenente vindo do movimento de 28 de Maio que, no futuro, seria muito popular em Angola: Henrique Carlos Malta Galvão (n. Barreiro//Portugal, 1895-m. São Paulo/Brasil, 1970). A 15 de Novembro de 1927, ao fim de três meses de reclusão no Governo Militar de Lisboa, Henrique Galvão foi embarcado para Angola, no navio mercante *Pedro Gomes*, como deportado político. Embora fazendo escala em Luanda, preferiu desembarcar em Moçâmedes e daí seguir para Sá da Bandeira (Lubango), onde se instalou a 13 de Dezembro. Durante seis meses, ao mesmo tempo que redigia as 15 crónicas que reuniria no livro *Em Terra de Pretos* (1929), Henrique Galvão percorreu Angola e conviveu com colonizadores e colonizados. Mas as suas amizades centraram-se nos colonos do distrito da Huíla, particularmente no caçador profissional de elefantes Teodósio Cabral e no veterinário Abel Pratas. Com eles ganhou a paixão pela caça grossa e conceberia em 1934, em co-autoria, os três volumes de *Da*



*Vida e da Morte dos Bichos (Subsídios para o Estudo da Fauna de Angola e Notas de Caça).*

Henrique Galvão regressou a Portugal quando foi amnistiado, em Junho de 1928. Mas em Fevereiro do ano seguinte partia novamente para Angola, agora como Chefe de Gabinete do Alto-Comissário Filomeno da Câmara de Melo Cabral. Em Abril de 1929, foi nomeado governador interino do distrito da Huíla, cargo que exerceu até se incompatibilizar com o seu antigo chefe no «Golpe dos Fifis», Filomeno da Câmara, que o exonerou a 21 de Junho. Henrique Galvão chegou a Portugal a tempo de apresentar o seu livro de crónicas autobiográficas *Em Terra de Pretos* ao Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias, onde foi desclassificado. As argumentações do agente geral Armando Zuzarte Cortesão, acusando-o de antipatriotismo por manifestar no livro simpatia pelos Bóeres – que ao tempo saíam da Huíla em massa, regressando ao Transval – e exaltar o colonialismo britânico em detrimento do português, não diferiam substancialmente das de Filomeno da Câmara ao exonerá-lo do governo da Huíla.

Entretanto em Portugal, em Abril de 1928, Óscar Fragoso Carmona fora eleito oficialmente presidente da República. O coronel cartógrafo José Vicente de Freitas, que ocupara a pasta das Finanças e fracassara na obtenção de um elevado empréstimo para equilibrar as contas públicas, passou a chefiar o governo. Foi então chamado para o Ministério das Finanças um professor da Faculdade de Direito de Coimbra – docente da cadeira de Economia Política e Finanças, em que se doutorara em 1918 –, que em 1926 já ocupara fugazmente o cargo durante os 13 dias agitados que se seguiram ao golpe de 28 de Maio: António de Oliveira Salazar (n. Santa Comba Dão, 1889-m. Lisboa, 1970). Aceitou reassumir a pasta na condição de poder controlar as despesas e as receitas de todos os ministérios.

Ficou célebre a frase que proferiu na tomada de posse: «Sei muito bem o que quero e para onde vou» [sic]. Ao fim de dois anos de rigorosa austeridade e controlo orçamental, Salazar conseguiu – facto inédito na história de Portugal, desde o reinado de D. João II! – um superavit financeiro que não tardou a ser considerado um «milagre». O que acontecera em Angola durante esse período?

### **b) O caso Alves dos Reis (1925) e o alto-comissariado de António Vicente Ferreira (1926-1928): a criação do Banco de Angola e a emissão do angolar**

O coronel de engenharia António Vicente Ferreira (Lisboa, 1874-1952) – que já desempenhara as funções de ministro das Finanças em 1912-13 e em 1921 e as de ministro das Colónias em 1923 – foi o primeiro alto-comissário a ser nomeado para Angola pela Segunda República Portuguesa, tomando posse em Luanda a 16 de Setembro de 1926. Embora uma das primeiras medidas tomadas em Angola por Vicente Ferreira tenha sido a extinção das missões laicas criadas por Norton de Matos – tão criticadas pelos escritores Hipólito Raposo e Henrique Galvão –, é frequente a confusão estabelecida entre estes dois altos-comissários. Um dos motivos prende-se com o velho mito de Nova Lisboa, pois Vicente Ferreira tentou, em Abril de 1927, fazer do Huambo a capital de Angola, mais não conseguindo senão deslocar para lá a Secretaria da Agricultura. Outra explicação é de carácter menos fantasista: Vicente Ferreira procurou dar continuidade à incrementação acelerada da construção das estradas e dos caminhos-de-ferro. Para esse fim, tal como Norton de Matos, usou com discricionarieidade dos plenos poderes de alto-comissário para aumentar desmesuradamente a despesa pública, o que lhe custaria a exoneração, por iniciativa de Lisboa, em finais de 1928.

Uma das principais preocupações de Vicente Ferreira logo em 1926, o primeiro ano do seu mandato, foi estabelecer relações amistosas com os colonizadores dos territórios vizinhos de Angola: os Belgas, a respeito das fronteiras com o Congo Belga; e os Sul-Africanos (intermediários dos Britânicos), no tocante às fronteiras orientais com a Rodésia do Norte e meridionais com o Sudoeste Africano. Com os primeiros, condescendeu na abolição dos vistos diplomáticos entre Angola e o Congo Belga, o que viabilizou que a fronteira oriental angolana avançasse 300 quilómetros para dentro do território belga, desde o rio Lumeji até ao rio Luau. Nas margens deste, a povoação fronteiriça homónima adquiriria o nome de Vila Teixeira de Sousa, em homenagem ao ministro das Colónias português que em 1902 assinara com Robert Williams o contrato de concessão da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela. Este, por sua vez, chegava ao quilómetro 1146, a antiga fronteira no rio Lumeji, a 27 de Novembro de 1926. E a 28 de Agosto de 1928 atravessaria o rio Luau, ao quilómetro 1332, não tardando em breve a atingir o Dilolo, no quilómetro 1350, já em território do Congo Belga. Pouco antes, em Junho desse mesmo ano, o rei Alberto I da Bélgica inaugurara a linha do Katanga//Kasai, que ao fim de mil quilómetros para oeste se ligaria ao Caminho-de-Ferro de Benguela. Tal inspiraria, daí a dois anos, o clássico da banda desenhada *Tintin au Congo*, de Hergé.

Quanto aos Sul-Africanos, Vicente Ferreira retomou, a 23 de Setembro de 1926, apenas uma semana depois de tomar posse, negociações que já haviam sido iniciadas em Junho e que diziam respeito aos direitos à tão discutida zona neutra de Namacunde, onde havia uma década repousavam os restos mortais do rei Mandume. Através de uma Convenção assinada um mês depois com a União Sul-Africana, Portugal aumentava o território angolano, adquirindo

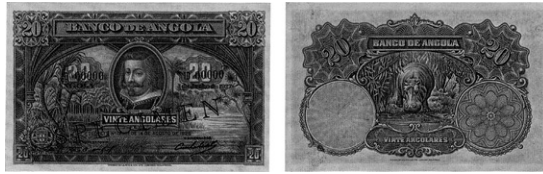
Namacunde a troco da cedência gratuita anual de 160 mil trabalhadores angolanos para as minas da Rodésia do Sul e do Transval. As fronteiras angolanas, que se manteriam depois da Independência, em 1975, ficaram definitivamente delineadas na 4.<sup>a</sup> Convenção do Lobito, realizada a 20 de Julho de 1927.

Vicente Ferreira foi o primeiro governante de Angola a tentar fazer face ao problema económico e financeiro que, remontando a 1922 e ao alto-comissariado de Norton de Matos, tomara proporções alarmantes depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926 e antes do «milagre financeiro» de Salazar. A autonomia financeira concedida à colónia pela Primeira República tornara-se inviável devido à falta de capitais próprios das empresas e dos colonos, que já dependiam exclusivamente do crédito concedido pelo Banco Nacional Ultramarino em descontos e contas correntes. O escudo de Angola sujeitava-se permanentemente à inflação galopante do banco emissor, ao ponto de em 1923 terem sido proibidas as transferências de moeda entre Angola e Portugal.

Depois de Norton de Matos, durante o seu alto-comissariado, ter tentado resolver o problema pela via de inábeis recursos a capitais estrangeiros, outro homem procurara solucioná-lo, em 1924, a partir de Lisboa, mas socorrendo-se de um processo original que, como o afirmou Alfredo Margarido, só podia conduzir à penitenciária: a invenção de capitais inexistentes. Esse homem era o tristemente célebre Artur Virgílio Alves dos Reis (n. 1898-m. 1955), que, fazendo-se passar por engenheiro, vivera em Angola entre 1916 e 1919, ocupando lugares de destaque nos Serviços das Obras Públicas e no Caminho-de-Ferro de Luanda/Malanje. Com cheques sem cobertura, adquiriu a maioria das acções da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes. Regressado a Lisboa em 1922, onde viveu luxuosamente, comprou uma empresa de revenda de automóveis americanos sob a firma A. V. Alves Reis, Lda.

Com dificuldades financeiras por haver investido grandes somas na Companhia Mineira do Sul de Angola, que não produzira nem uma tonelada de ferro, Alves dos Reis conseguiu apoderar-se da Ambaca, a Real Companhia de Caminhos-de-Ferro Transafricanos de Angola, passando cheques em branco ao National City Bank, de Nova Iorque, os quais cobriu com cem mil dólares americanos pertencentes à própria Ambaca. Descoberta a fraude em Julho de 1924, o escroque esteve preso apenas 54 dias. Ao ser libertado, em finais de Agosto de 1924, Alves dos Reis já forjara a burla mais famosa das histórias de Portugal e de Angola, que, com a ajuda de três cúmplices, poria em prática na segunda metade do ano e no ano seguinte: a falsificação de um contrato em nome do Banco de Portugal, instituição emissora ao tempo parcialmente privada, e pôr a circular 200 mil notas falsas de 500 escudos, com a efígie de Vasco da Gama, a pretexto de financiar projectos de desenvolvimento em Angola. A Alves dos Reis coube apenas 25 % do valor das notas, mas foi o suficiente para fundar, em Junho de 1925, o Banco de Angola & Metrópole. As manobras fraudulentas do banco – que concedia em Angola empréstimos a taxas de juro baixas sem receber depósitos – acabariam por ser denunciadas pelo jornal lisboeta *O Século*, em Dezembro desse mesmo ano. Desta vez o burlão cumpriu pena de prisão durante 20 anos. Mas o caso vergonhoso a que deu nome agravou, entre os Portugueses, uma enorme crise de confiança nos poderes públicos que não podia deixar de apressar o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926.





34 – Notas de 50 e 20 angolares emitidas pelo Banco de Angola em 1928, exibindo no verso uma onça e um hipopótamo e no anverso a efígie de Salvador Correia de Sá. SOUSA, 1969, p. 119.

Sob a influência do engenheiro Cunha Leal, em Lisboa, e do seu cunhado, o advogado António Videira, em Luanda, Vicente Ferreira criou em Angola um banco que retirou ao Banco Nacional Ultramarino o privilégio da emissão de notas: o Banco de Angola. Pelo Decreto n.º 12 124, de 16 de Agosto de 1926, instituiu a Junta da Moeda de Angola, destinada a cunhar moedas metálicas e a proceder à conversão do *escudo angolano* numa nova unidade monetária, o *angolar*, que entraria em circulação em Julho de 1928. As primeiras quatro notas emitidas pelo Banco de Angola – de 20, 50, 100 e 500 angolares – datam de 1 de Agosto de 1928. No verso exibiam animais da fauna angolana: um hipopótamo, uma onça, um jacaré e uma águia. Mas no anverso de todas figurava a efígie de Salvador Correia de Sá, emergindo sobre paisagens exóticas tais como as margens do rio Kuanza, as Cataratas do Duque de Bragança (Kalandula), a baía de Luanda ou, simplesmente, palmeirais. A desvalorização de 20 % sofrida pelo *angolar* em relação ao *escudo angolano* suscitou resistências às associações comerciais dos colonos. Mas, em 1929, o governo metropolitano procedeu a uma reforma financeira de unificação fiduciária em Angola, extinguindo a Junta da Moeda e criando um fundo de garantia e amortização constituído por acções e obrigações da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela e da Companhia de Diamantes de Angola.

## 2 - Angola no apogeu do Império

## **Colonial salazarista (1930-1947)**

### **a) O papel de Armindo Monteiro no Acto Colonial (1930) e na abolição do degredo (1932): o epílogo da «Colónia do Minotauro de Creta» de Henrique Galvão**

Nas colónias portuguesas, particularmente em Angola, o regime do Estado Novo foi antecipado em três anos, dada a entrada em vigor, em Julho de 1930, do Acto Colonial, cujo texto seria mais tarde incorporado na Constituição de 1933. Tratava-se de uma lei com força constitucional, composta por 46 artigos e dividida por quatro títulos – *Das Garantias Gerais; Dos Indígenas; Do Regime Político e Administrativo; e Das Garantias Económicas e Financeiras* –, que dispunha logo no artigo 3.º: «Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português» [sic].

As principais inovações institucionais introduzidas pelo Acto Colonial no regime colonialista português eram de ordem administrativa e reduziam consideravelmente a já escassa autonomia das colónias em relação à metrópole:

- I. A supressão dos Altos-Comissários e a recuperação da figura dos Governadores-Gerais, na dependência directa do ministro das Colónias e do Conselho Superior das Colónias – mais tarde Conselho do Império Colonial –, órgão consultivo em assuntos de política e administração colonial (matéria regulada nos artigos 26.º a 33.º);
- II. A proibição das concessões de prerrogativas de administração pública e outras a empresas não portuguesas, desde logo as Companhias Majestáticas Britânicas – nomeadamente a que explorava o Caminho-de-Ferro de Benguela –, cuja

prorrogação e renovação dos contratos com o Estado português era vedada pelo disposto no artigo 12.<sup>o</sup>.

Duas condicionantes externas para o encarniçamento do Portugal salazarista na apologia do exclusivismo na exploração das colónias foram a crise económica internacional de 1929 e a separação económico-financeira definitiva do Brasil. Os mesmos factores estiveram na origem da reforma financeira que, nesse mesmo ano, proscreeu de Angola o investimento estrangeiro. Efectuada às vésperas do Acto Colonial, a reforma teve como principal autor o então subsecretário de Estado das Finanças: Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (Vila Velha de Ródão, 1896-Loures, 1955). Com Salazar e com o jornalista Quirino Avelino de Jesus (Funchal, 1865- -Lisboa, 1935), Armindo Monteiro foi um dos três redactores do texto do Acto Colonial. Em 1932, com a ascensão de Salazar à Presidência do Conselho de Ministros, tornou-se ministro das Colónias, cargo que exerceu até meados de 1935. O seu papel foi decisivo noutra transformação de fundo da política colonial portuguesa: a abolição do degredo.

Em Julho e Agosto de 1930, ainda na qualidade de subsecretário de Estado das Finanças, Armindo Monteiro deslocara-se a Angola, viajando no paquete *Quanza*, a pretexto de uma missão de estudo sobre a situação financeira da colónia. Na verdade, segundo o historiador português Fernando Rosas, o objectivo da missão era mais lato, prendendo-se com uma altercação que se desencadeara em Janeiro entre Salazar, ainda ministro das Finanças, e Cunha Leal, governador do Banco de Angola, que acabou demitido por haver criticado duramente a política de equilíbrio financeiro em Angola. Armindo Monteiro desembarcou em Luanda a 3 de Agosto,



acompanhando o novo governador-geral, o contra-almirante José de Sousa e Faro, que vinha substituir Filomeno da Câmara, contra o qual eclodira, em Março, uma revolta por parte da guarnição militar e da Polícia de Angola. No dia seguinte, Armindo Monteiro endereçava a Salazar uma carta descrevendo a capital angolana e os seus habitantes:

[...] Ontem de manhã o «Quanza» fundeou em frente desta feia e árida Luanda - onde não lobriguei ainda um canto de verdura. Às dez horas já o soba da ilha, fardado de almirante, de general e de músico, profusamente condecorado, desfilava diante do navio, à frente de uma numerosa armada de «dongos», entre apitos estridentes e alta gritaria. De terra vinham as primeiras autoridades - o governador cessante e os comandantes dos navios de guerra. [...] O novo governador desembarcou envergando o seu uniforme de gala [com] os oficiais que o acompanhavam. Em terra esperavam-nos os chefes dos serviços. [...] Passada a revista à guarda de honra (a 1.<sup>a</sup> Companhia Indígena) - que, deve dizer-se, executou mal as vozes e estava longe de se apresentar com correcção - o governador tomou lugar num automóvel à frente de uma fila de sete ou oito carros; parou o cortejo diante do famoso «Palácio do Governo» - construção do gosto das muitas que, nos meados do século XIX, por graça dos brasileiros de torna viagem, se multiplicaram em Portugal: lisa, sem harmonia nem imponência de linhas, sem relevo, sem grandeza. O Palácio do Governo Geral de Angola podia perfeitamente ser a Câmara Municipal de freixo de Espada à Cinta. À porta fazia a guarda de honra uma Companhia de Marinheiros, limpos, correctamente alinhados, imóveis. Confesso-lhe que os vi com comoção e orgulho. Dentro das salas destinadas à posse, acumulava-se uma multidão diferente de todas as que tenho visto: tive a impressão de que todos os barbeiros das aldeias de Portugal se tinham reunido aqui. [...] Eu fiquei instalado no rés-do-chão do Palácio; disponho de um quarto grande e de uma ínfima sala de banho: aposentos de burgueses pretensiosos e pouco amigos da água. É tudo assim cá no «Palácio» - Palácio, é claro, em atenção às cubatas que enxameiam nas voltas de Luanda. [...] Dei, em automóvel, uma volta por Luanda. E quando se passa por uma avenida com boas casas, por um edifício bem lançado, por uma rua bem calçada e se pergunta - quem mandou fazer isto? - a resposta é inevitável: o Norton [sic].

Depois destas considerações nada abonatórias para Luanda e da referência aos vestígios deixados na cidade pelas administrações de Norton de Matos, Armindo

Monteiro manifesta a Salazar alguma preocupação com a colonização alemã crescente no sul de Angola. Mas o tópico mais relevante da missiva diz respeito aos degredados, ao tempo ainda a maioria da população branca de Angola, e encontra-se impregnado de desdém pela sua tendência para a *cafrealização* e pela mestiçagem que originavam:

[...] A nota que mais me feriu foi a dos degredados – que enxameiam por estas ruas. Chega-se a ter a impressão de que, aqui e ali, dominam a população. É horrível. No Palácio vivem cercados por eles. Cruzam-se com os pretos com uma facilidade que desgosta. Contam-me que há por aqui produtos dessas ligações que são um peso morto formidável na vida da província: às taras dos pais aliam todas as tendências inferiores da raça das mães. Desnorream o povo, indisciplinam o preto. Apontam-nos como a causa mãe de toda a desmoralização corrente. Por isso os melhores elementos da terra clamam em coro que os façam sair daqui – que tirem de cima de Angola a ignomínia de servir de penitenciária [*sic*].

Armando Monteiro mais não reproduzia senão ideias recentes – embora já veiculadas no início do século por Paiva Couceiro – contrapostas às clássicas concepções oitocentistas, caras a Silva Ferrão e a Rebelo da Silva, do degredado como agente da «missão civilizadora». No ano anterior, nas crónicas de *Em Terra de Pretos*, Henrique Galvão inaugurara o tropismo «Colónia do Minotauro de Creta», comparando Angola a um labirinto onde Portugal – tal qual o lendário rei Minos o fizera em Creta com o monstro Astério, o Minotauro, de corpo humano e cabeça de touro – abrigava os criminosos, os «minotauros» portugueses. A metáfora seria muito mais tarde reutilizada pelo historiador francês René Pélissier. Ao mesmo tempo, sendo o próprio degredado criminal encarado pelo darwinismo social e pelo positivismo naturalista como uma degenerescência do civilizado, foi-se banalizando a perspectiva causalista que via nele o principal factor de *cafrealização* ou de asselvajamento dos Portugueses em África.

Foi, efectivamente, para combater a cafrealização e a mestiçagem e garantir a segregação das raças na colonização de Angola e de Moçambique que o decreto n.º 20 877, de 13 de Fevereiro de 1932 – cuja promulgação, embora da competência do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, é de um tempo em que, não só já vigorava o Acto Colonial, como o próprio Armindo Monteiro já estava à frente do Ministério das Colónias –, aboliu definitivamente o envio de degredados para as colónias portuguesas africanas a partir da Metrópole. Data da mesma época, e igualmente com fundamento na visão colonial segregacionista e no combate à cafrealização, a instituição da «carta de chamada», que subsistiria após a Independência de Angola até aos dias de hoje. Todavia, o decreto de 1932 não suprimiu totalmente o degredo, porquanto não só não interferia na cessação das penas em vigor, como não impedia que chegassem às colónias portuguesas, por motivos criminais ou políticos, deportados vindos de outras colónias portuguesas. Um estabelecimento penal em Vila Roçadas (Xangongo) acolheu, a partir de então, presidiários vindos de Moçambique e da Índia Portuguesa. Só em 1954 seriam definitivamente extintas, na legislação portuguesa, as penas de degredo. Em todo o caso, o decreto de 1932 abriu caminho, em Portugal e em Angola, às colónias penais, existentes na legislação francesa já desde meados do século XIX. Ficaram famosas, em Portugal e em Angola, a Colónia Penal de Vila Boim, no Alentejo, e a da Baía dos Tigres, a sul de Porto Alexandre (Tômbwa), no então distrito de Moçâmedes (Namibe).

**b) O extinto Depósito de Degredados da  
Fortaleza de São Miguel segundo os  
testemunhos literários de Hipólito Raposo e  
de Emílio de San Bruno**

A abolição do degredo em 1932 foi benéfica para um dos monumentos mais notáveis do património histórico de Luanda: a Fortaleza de São Miguel. A sua casamata central, onde outrora se enclausuravam os degredados, pôde daí a seis anos, em 1938, ser transformada na secção militar do então criado Museu de Angola que, dispondo de secções de Etnografia, História, Zoologia, Botânica, Geologia, Economia e Arte, além de uma Biblioteca e de um arquivo histórico colonial, ali se encontrou sediado até ser transferido em 1956 – pelo menos o seu acervo ligado às ciências naturais – para um novo edifício construído na Rua Nossa Senhora da Muxima. Era o segundo museu etnográfico de Angola, pois dois anos antes, em 1936 – por iniciativa e da propriedade privada de uma das raras empresas de capital maioritário não português poupado pelo Acto Colonial, a Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) –, fora criado o Museu Etnográfico do Dundo, no extremo norte da Lunda, especializado em colecções de obras de pintura e de escultura tradicional lunda/kioka. A organização das colecções ficara a cargo do português José Redinha, antigo funcionário administrativo do Citatu, a sete quilómetros do Dundo, e antropólogo autodidacta com formação em artes plásticas.

Entre 1961 e 1974, durante os 13 anos da Guerra da Independência, a ala sul da Fortaleza de São Miguel foi caserna de soldados portugueses, mantendo-se a ala norte aberta ao público. Após a Independência, depois de um curto período em que também foi caserna de soldados angolanos, a Fortaleza de São Miguel, albergando as estátuas coloniais apeadas e material bélico da guerrilha, tornou-se o Museu das Forças Armadas, passando o antigo Museu de Angola a ser designado por Museu Nacional de História Natural. Recentemente, a Fortaleza de São Miguel recebeu merecidas obras de restauro e a sua secção museológica foi rebaptizada como Museu Nacional de

História Militar. Mas é de crer que em 1932, ao tempo da abolição do degredo, o estádio de degradação desta obra ímpar da engenharia militar holandesa seiscentista fosse caótico.

O projecto do decreto de Rebelo da Silva de 1869 – que concedia o embarque gratuito para Angola às esposas e aos filhos menores dos degredados e previa o estabelecimento de colonatos penais agrícolas no interior de Angola e a construção de dois ergástulos em Luanda e mais dois em Benguela e em Moçâmedes, a fim de garantir o povoamento branco da colónia – revelou-se um fracasso, pois o único depósito de degredados improvisado em Angola até 1932 foi precisamente a Fortaleza de São Miguel. Era, evidentemente, insuficiente para acolher os cerca de 130 condenados que anualmente desembarcavam em Luanda, dos quais, aliás, dois terços não sobreviviam mais do que um ano, vitimados por doenças tropicais como a malária e a biliosa. Na sua maioria, eram libertados ao fim de pouco tempo, subsistindo do comércio. Mas alguns permaneciam enclausurados na Fortaleza de São Miguel em condições desumanas.

Atendendo aos silêncios que ainda impendem sobre a história do degredo em Angola, a literatura colonial tem-se revelado uma fonte de informações privilegiada. Destacamos dois escritores portugueses que conheceram a Fortaleza de São Miguel como depósito de degredados e que viram os seus livros silenciados, quer pelo Estado Novo, quer pela Terceira República Portuguesa de após 25 de Abril de 1974, até aos dias de hoje, mercê do facto de terem ousado abordar literariamente a temática do degredo em Angola e fazer dos degredados protagonistas das suas ficções.

O primeiro é Hipólito Raposo (São Vicente da Beira/Portugal, n. 1885-m. 1953), intelectual monárquico integralista convicto e defensor da pena de morte. Depois de ter sido preso em 1919, na sequência de uma tentativa

de golpe de Estado em que se envolveu - e demitido dos cargos de chefe de repartição e de professor da Escola da Arte de Representação -, Hipólito Raposo foi deportado para Angola e exerceu a advocacia em Luanda nos anos de 1922 e de 1923. Em 1926, já regressado a Lisboa, publicou *Ana a Kalunga. Os Filhos do Mar*, um dos primeiros livros da língua portuguesa com título bilingue em kimbundu e em português, onde reuniu dois ensaios e oito narrativas, quatro das quais de temática histórica angolana e as outras quatro testemunhando a vida colonial em Angola durante a década de 1920. No Posfácio, Hipólito Raposo relata que, poucos dias depois de desembarcar em Luanda, teve a preocupação de visitar o Depósito de Degredados da Fortaleza de São Miguel e se apressou a endereçar uma carta a Norton de Matos, então alto-comissário, indignado com as condições em que viviam os reclusos em dois recantos sinistros da Fortaleza: a Cova da Onça, um antigo poço, e a Casa da Cal, onde duas mulheres penavam imersas na escuridão. Norton de Matos dignou-se responder-lhe, assegurando-lhe que poria fim à Cova da Onça e à Casa da Cal. Contudo, a instituição do degredo ainda estava longe de ser extinta. E o Depósito de Degredados da Fortaleza de São Miguel sobreviveria por mais uma década.

O segundo autor é Filipe Emílio de Paiva (Lisboa, n. 1871-m. 1954), oficial de marinha de guerra que se evidenciou como romancista de temáticas coloniais com o pseudónimo Emílio de San Bruno. Em 1929, dois anos depois de ter ganho o Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias com *Zambeziana*, romance sobre Moçambique, viu ser recusado o mesmo prémio literário a outro romance seu: *A Velha Magra da Ilha de Luanda*, o qual, reportando-se a Angola no último quartel do século XIX, era protagonizado por uma degredada. Em *A Velha Magra da Ilha de Luanda*, uma informação

interessante sobre os degredados em Angola é fornecida por Scholtz, um oficial de marinha de origem alemã, que os classifica em cinco categorias:

- I. Os recém-chegados da metrópole, que ficavam temporariamente enclausurados na Fortaleza de São Miguel;
- II. Os que, uma vez libertados, saíam de Luanda e se tornavam comerciantes do mato;
- III. Os que, embora em liberdade, se mantinham em Luanda, explorando as tabernas do Bungo, na Cidade Baixa, e da encosta da Ingombota;
- IV. Os que conseguiam empregos públicos e que apenas eram obrigados, de oito em oito dias, a apresentar-se na Secretaria da Polícia;
- V. Finalmente os que, emergindo das categorias anteriores, conseguiam prosperar e tornar-se importantes na sociedade colonial de Angola, a qual não hesitava em ignorar ou apagar o seu passado de delinquentes.

Outro aspecto relevante sobre os degredados evidenciado em *A Velha Magra da Ilha de Luanda* diz respeito às mulheres. Embora a matéria careça de estudos mais aprofundados e os documentos oficiais da época não nos permitam apurar números, estamos em crer que até 1932 a maioria das mulheres brancas residentes em Angola eram degredadas de delito comum. O romance de Emílio de San Bruno, reportando-se a estas Portuguesas, estabelece uma diferença clara entre as que desembarcavam na cidade de Luanda com idade superior a 30 anos, uma minoria, e as mais jovens, a maioria. O destino das primeiras, quando não tinham a sorte de se tornar taberneiras, era a prostituição. Quanto às outras, muitas

das quais menores de idade, isto é, com menos de 21 anos, afluíam a Angola condenadas por crime de infanticídio voluntário ou involuntário. Este crime não era outro senão a interrupção da gravidez – vulgo, «aborto» –, considerada voluntária ou involuntária consoante a delinquente fosse maior ou menor de idade. Em *A Velha Magra da Ilha de Luanda*, Emílio de San Bruno descreve um episódio verídico impressionante: o director do superlotado Depósito de Degredados da Fortaleza de São Miguel joga às cartas com um comerciante português do sertão a sorte de uma daquelas jovens, entregando-a depois, como troféu, ao vencedor da partida. Este e outros casos similares, no relato dos quais a silenciada literatura colonial portuguesa – nomeadamente, já na década de 1940, a de Artur Ferreira da Costa – se revelou particularmente rica, levam-nos a depreender que, ao chegar a Angola, a maior parte destas Portuguesas não tinha dificuldade em encontrar marido entre os colonos, sedentos de mulheres europeias, que escasseavam, e repudiando as mulheres africanas, que desprezavam. A realidade foi, portanto, bem contrária às imposturas veiculadas pelo Luso-Tropicalismo e por outros discursos retóricos coloniais e pós-coloniais.

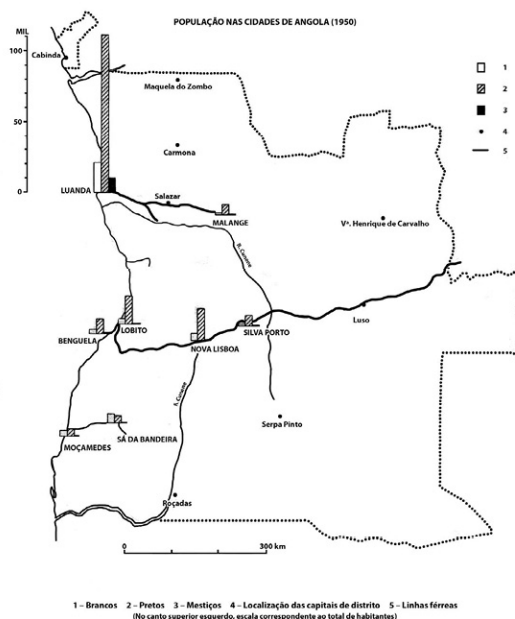
### **c) A «Colónia do Velo d'Oiro» de Henrique Galvão nas estatísticas populacionais e económicas, na literatura e nas exposições coloniais (1930-1937)**

Por estimativa, calcula-se que em 1930 a população total de Angola fosse de 3 343 500 habitantes, sendo 30 mil brancos, 13 500 mestiços e 3,3 milhões de negros. A capital, Luanda, contaria com cerca de seis mil brancos, 5500 mestiços e 39 mil negros. Passada uma década, em 1940, foi realizado um censo populacional cujos resultados elevaram para 3 738 010 o número de habitantes de Angola, sendo agora os brancos 44 083, os mestiços 28 098



e os negros 3 665 829. A capital, Luanda, contava com 8944 brancos, 6175 mestiços e 45 884 negros. Os resultados do censo de 1940 foram, ao tempo, considerados decepcionantes no que dizia respeito ao aumento do número de colonos durante a década – um acréscimo de apenas 14 mil –, quando estimativas do início dos anos de 1930 apontavam exageradamente para quase 60 mil brancos em Angola. Alguns observadores alegaram que o censo não tomara em conta a saída de Angola de cerca de 1900 Bóeres e de 2500 degredados após a extinção do degredo. Alberto de Lemos, um mestiço que se considerava branco, acrescentou mesmo que, como ele, pelo menos 52 493 mestiços deviam ter sido contabilizados no censo como Europeus. É de estranhar que este argumento tenha tido a adesão de Norton de Matos.

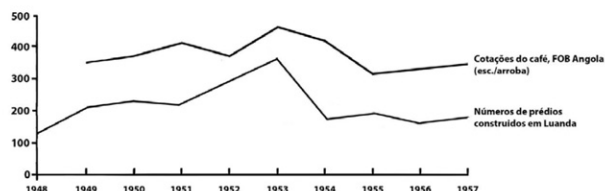
No entanto, análises posteriores mais distanciadas demonstraram que os factores decisivos do reduzido aumento de colonos em Angola durante a década de 1930 foram outros. Pelo menos até 1937, a compressão financeira, o aumento dos impostos e as diminuições dos salários levaram a que saíssem de Angola 24 637 Portugueses. Na maioria eram, sem dúvida, os burocratas outrora injectados por Norton de Matos. Ao contrário do que propagandeava o salazarismo – de que a literatura de Henrique Galvão, como veremos, era então porta-voz –, o Estado português nada diligenciou, nestes anos, em matéria de políticas de povoamento europeu de Angola. Bem pelo contrário, só criou entraves, quer através da «carta de chamada», quer através de restrições à entrada na colónia a Portugueses que não depositassem um mínimo de 50 mil angolares no Banco de Angola e auferissem de rendimentos inferiores a 1500 escudos mensais. Escusado será dizer que se multiplicaram as entradas clandestinas em Angola e que a actividade principal da maioria dos Portugueses na colónia continuou a ser o comércio.



35 - Mapa do índice da população nas principais cidades angolanas por volta de 1950. AMARAL, 1962, pp. 50-51.

Só na década de 1940 é que as condições mudariam, em grande medida devido ao acréscimo abrupto dos valores de exportação do café, não obstante a importância de outros produtos como o açúcar, o algodão e os diamantes – além da cera, da qual Angola fora sempre a maior exportadora ao nível mundial. Mas o aumento destas produções ao longo da década de 1930 já era considerável. Em 1930, as exportações angolanas totalizavam 136 731 toneladas, no valor total de 233 968 000 escudos. Angola exportava anualmente 11 838 toneladas de café, 11 994 de açúcar, 780 de algodão e mais de mil de cera. Os diamantes angolanos exportados atingiam um total de 318 534 quilates (ou *carats*). Dez anos depois, em 1940, o total das exportações angolanas subira para 257 234 toneladas, no valor de 372 566 000 escudos, dos quais 37 430 provinham do café, que se aproximava das 20 mil toneladas. O açúcar aumentara para 28 997 toneladas – situando-se as suas principais fábricas no Dombe Grande, no Icolo e Bengo, e na Catumbela (a CASSEQUEL) –, o algodão para 2227

toneladas e os diamantes para 558 719 quilates. A partir de meados da década, outra produção proveniente do Brasil e essencial à indústria da cordoaria cresceu desmesuradamente em Angola: as fibras de sisal, cuja exportação já contabilizava, em 1937, um total de 4907 toneladas.



36 - Gráfico da evolução da cotação do café em Angola e da construção urbana em Luanda, entre 1948 e 1957. AMARAL, 1962, p. 41.

Se, nesta sua primeira fase, o Estado Novo deixara para segundo plano o povoamento europeu de Angola, em contrapartida foi tenaz em matéria de medidas administrativas rígidas destinadas a pressionar o trabalho do «indígena» e a acelerar o ritmo das produções coloniais de que Portugal beneficiaria. Na qualidade de ministro das Colónias, Armindo Monteiro procedeu, em 1933, à Reforma Administrativa Ultramarina, que organizou devidamente a hierarquia da administração colonial portuguesa: 1.º - Governador-geral e governador de colónia; 2.º - Inspector-geral da administração colonial; 3.º - Governador de província; 4.º - Inspector administrativo; 5.º - Intendente de distrito; 6.º - Administrador de circunscrição; 7.º - secretário de circunscrição; 8.º - Chefe de posto; 9.º - Aspirante administrativo. A vida árdua destes funcionários, concretamente no caso do «contrato» para o trabalho forçado nas minas da DIAMANG, na Lunda, ficou imortalizada pela literatura de Castro Soromenho (Chinde/Zambézia/Moçambique, 1910 - São Paulo/Brasil, 1968), na chamada «trilogia de Camaxilo»: os romances *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A Chaga* (1972).

Na esteira das reformas do Acto Colonial, o ano de 1932 foi também o da reorganização da principal instituição portuguesa de propaganda colonial, a Agência Geral das Colónias – da qual foi afastado Armando Zuzarte Cortesão, substituído pelo tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre –, e da ascensão, como figura pública, do agora capitão Henrique Galvão, que desde Março do ano anterior dirigia a revista mensal *Portugal Colonial*. Nesse mesmo ano, Henrique Galvão apresentara ao Concurso de Literatura Colonial um romance intitulado *O Velo d'Oiro*, no qual, incitando à colonização de povoamento no planalto da Huíla, procurava demonstrar que, se com a abolição do degredo Angola deixara de ser a «Colónia do Minotauro de Creta», em contrapartida continuava a ser a «Colónia do Velo d'Oiro», para onde os aventureiros sem escrúpulos partiam, tal como Jasão e os Argonautas, em busca do enriquecimento fácil. Era essa mentalidade – associada aos fenómenos da cafrealização e da mestiçagem – que, segundo Henrique Galvão, urgia combater. O jovem Rodrigo, protagonista do romance, após múltiplas aventuras por terras do Cuanhama em busca de um quimérico filão de ouro na Mulola do Tchimporo, acabava por se fixar na Huíla como agricultor, casando com uma portuguesa e concluindo que o verdadeiro «Velo d'Oiro» de Angola era a fertilidade da terra, propícia à agricultura portuguesa «civilizada», em detrimento da tradicional e «selvagem» agricultura de pousio angolana.

Na Sociedade de Geografia de Lisboa, Henrique Galvão defendeu que a emigração de Portugueses – preferencialmente de agricultores – para Angola e Moçambique só seria possível se o Estado português estivesse disposto a fazer sacrifícios financeiros, incentivando as pequenas empresas nacionais a aplicar os seus modestos capitais naqueles territórios. Elogiava ainda Armino Monteiro por haver conseguido combater a crise

financeira em Angola protegendo a cultura obrigatória do algodão e as concessões de terrenos a colonos para a criação de gado e para as explorações florestais.

A confiança que Henrique Galvão inspirou ao ministro das Colónias valeu-lhe ser incumbido, no ano de 1933, de organizar as Feiras de Amostras Coloniais em Angola e em Moçambique, nas respectivas capitais, Luanda e Lourenço Marques (Maputo). Desde a Exposição Colonial Nacional de Paris de 1931 que Armino Monteiro projectava a realização de uma exposição similar em Lisboa, capital do Império Português, para o que também requisitou os serviços de Henrique Galvão. Mas a exposição revelou-se mais viável no Porto, graças ao apoio financeiro dos empresários vinhateiros do norte de Portugal. Estes já conseguiam fazer escoar anualmente para Angola quase oito milhões de litros de vinhos comuns sem aceitação internacional, conhecidos na gíria portuense pela expressão «vinho pró preto». Foi, portanto, o «vinho pró preto» que patrocinou a 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial do Porto, para a qual Henrique Galvão concebeu um mapa que proclamava, em caixa alta, «PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO» [sic] e onde se mostrava a Europa polvilhada pelas então colónias portuguesas: a Galiza, parte da Estremadura Espanhola e a Andaluzia encontravam-se cobertas pela Guiné, por Timor e pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; Moçambique preenchia os territórios da Estanha, da França, da Suíça, da Áustria e da Itália; Angola, por sua vez, ocupava os espaços geográficos da Alemanha, da Polónia, da Checoslováquia, da Hungria, da Jugoslávia e da Roménia.

A Exposição realizou-se nos jardins do Palácio de Cristal entre Junho e Outubro de 1934. Durante cinco meses foram exibidos, a céu aberto, animais da fauna das colónias e também... seres humanos! Henrique Galvão – que nesse

ano tornara a ser premiado com um novo livro, *Terras do Feitiço*, desta vez de contos – escreveu no Catálogo:

Cada Colónia enviou os seus nativos, que foram alojados em aldeias ou habitações típicas, continuando na Exposição a sua vida, usos e costumes coloniais. E assim reunimos indígenas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor [*sic*].

A representar Angola, foi improvisada, em plenos jardins do Palácio de Cristal, uma senzala com cubatas e palmeiras, onde ficaram alojados: o soba Cangangue Muenegundo, do Quipungo (Circunscrição do Humbe, distrito da Huíla); a sua filha, a jovem Maria Nangombe, uma adolescente; o soba Calungeia, da região do Bié; e a sua filha, a pequena Sagala, uma criança. Foram estes, de entre os Angolanos «expostos» no Porto, os que aceitaram posar para o pintor português Eduardo Malta (n. Covilhã, 1900--m. Óbidos, 1967), responsável pelos painéis da Exposição. Várias mulheres africanas, exibidas nuas nos jardins do Palácio de Cristal, integraram o Concurso *Miss Exposição Colonial*, que fez vender grande número de jornais. Consta que, por esta época, o músico e herbanário cabindense Luís Sambo, residente em Luanda, se terá oferecido em vão para ser «exibido» na Exposição Colonial do Porto, prometendo revelar alguns segredos da sua arte às autoridades coloniais caso lhe pagassem a viagem a Portugal.

Em paralelo com a 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa, foi realizado no Porto, entre 7 e 11 de Outubro de 1934, o 1.<sup>o</sup> Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Embora tenha contado com escassas intervenções de alguns investigadores que já se aventuravam no estudo dos costumes, das línguas e das religiões africanas – de entre os quais há a destacar, quanto a Angola, o venerável Monsenhor Manuel Alves da Cunha –, o Congresso privilegiou, como aliás aconteceu nas universidades

portuguesas até 1975, a antropologia física. Entre as preferências da maioria dos congressistas, avultavam temáticas tais como: «Classificação das raças da Guiné, Angola e Moçambique»; «Valor social das raças indígenas»; «Hereditariedade nos cruzamentos étnicos»; «Psicologia dos mestiços»; e ainda, directamente relacionados, «Factores de criminalidade nas colónias». As comunicações contabilizaram quase uma centena e a maioria consistia em estudos de osteologia e antropometria, preocupados em classificar psicologicamente os Africanos a partir da dosagem de melanina das suas epidermes ou da medição dos seus crânios, dos seus membros, do seu tórax, e mesmo das suas partes genitais. Muitos dos congressistas elaboraram as suas comunicações *in loco*, utilizando como objectos de observação para os seus estudos os próprios «indígenas» expostos no Palácio de Cristal.

A opinião de que os mestiços eram um «acidente a combater», uma «raça degenerada» considerada causadora dos piores dos males nas colónias, parecia ser quase unânime. Partilhavam-na dois dos mais eminentes cientistas portugueses da época: António Mendes Correia (n. Porto, 1888-m. Lisboa, 1960) e Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação (Tomar, 1880-1972). Mendes Correia, que fazia parte da organização do Congresso, apresentou duas comunicações: uma intitulada «Os mestiços nas colónias portuguesas» e a outra «Valor psicossocial comparado das raças coloniais». Quanto a Eusébio Tamagnini, que desempenhava ao tempo as funções de ministro da Instrução, coube-lhe abrir os trabalhos com a conferência plenária «Os problemas da mestiçagem».

Em 1936, Henrique Galvão publicava o romance *O Sol dos Trópicos*, onde reincidia na temática de *O Velo d'Oiro*. Mas desta vez o herói, além de casar com uma portuguesa e de assegurar uma descendência branca em Angola, cometia mais duas proezas na «missão civilizadora»: fazia

dos pastores Mucubais seus serviçais submissos e plantava árvores portuguesas em plena Serra da Chela. No ano seguinte, mais uma vez premiado no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias, Henrique Galvão era nomeado pelo novo ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado – que substituíra Armindo Monteiro quando este se mudou para a pasta dos Negócios Estrangeiros –, Inspector Superior da Administração Colonial, incumbido de estudar em Angola «os métodos mais convenientes para intensificar a colonização branca por nacionais portugueses» [sic]. O que acontecia em Angola durante esse período?

#### **d) A literatura colonial do «Suplemento de Domingo» de *A Província de Angola* e o nacionalismo ambíguo dos sócios da Liga Nacional Africana (1930-1937)**

Ao abrigo do Acto Colonial, o governador José de Sousa e Faro legalizou em Luanda, em 1930, uma associação constituída por muitos dos antigos membros da Liga Angolana, extinta oito anos antes por Norton de Matos: a Liga Nacional Africana (LNA).

Muitos anos mais tarde, numa entrevista ao investigador francês Michel Laban, as palavras do brilhante intelectual angolano Mário Pinto de Andrade (Golungo Alto/Angola, 1928-Londres, 1990) a respeito da Liga Nacional Africana confirmam o *modus vivendi* então estabelecido em Angola entre os «filhos do país» e o colonialismo português:

O termo «Nacional», na Liga Nacional Africana, é ambíguo: relacionava-se com a África ou com a Europa? Aliás havia uma discussão homérica em minha casa, com esses velhos [da LNA]: uns, com Nacional, pensavam na nação angolana, e outros no nacionalismo português... Era o Portugal de África, a Liga portuguesa de África... Porque tinha havido outra Liga anterior, a Liga Angolana [...]. Portanto a associação, em 1930, insere o seu combate numa problemática de colonização [sic].



De facto, se confrontado com a retórica colonial da época, o discurso dos «filhos do país» que integravam a nova Liga Nacional Africana nos anos de 1930 apareceu carregado de ambiguidades. António de Assis Júnior – que em tempos defendera os camponeses de Dalatando e Lucala e de Catete e que, com alguns companheiros, fora expulso de Luanda por Norton de Matos, quando a imprensa livre foi extinta e substituída por *A Província de Angola*, jornal dirigido pelo português Adolfo Pina – colaborava, desde meados de 1929, no próprio jornal de Adolfo Pina. Inicialmente, nas páginas de *A Província de Angola*, António de Assis Júnior assinava com o pseudónimo Dr. X uma «Secção de Quimbundo», de que resultaria o seu incontornável *Dicionário de Kimbundu-Português*. Mas meses depois assinou com o seu próprio nome a rubrica «Subsídios para a História de Angola». Nesse mesmo ano, aos 42 anos, António de Assis Júnior concebeu em folhetim, no jornal efémero *A Vanguarda*, o romance que o imortalizaria: *O Segredo da Morta*, versando sobre a burguesia negra de Luanda e do corredor do Kuanza em finais do século XIX. Em 1935, editou-o na tipografia luandense A Lusitânia, dedicando-o a Monsenhor Manuel Alves da Cunha.

Este eminente eclesiástico, que naquele tempo de asfaltamento da Ingombota, quase atingindo o Maculusso, desempenhava as funções de vigário-geral da Arquidiocese de Luanda, tivera recentemente um papel relevante no crescimento da cidade do asfalto. Em 1933, autorizara a construção da Missão dos Franciscanos Capuchinhos de São Paulo dos Musseques, assim chamada porque erigida no meio dos musseques situados a norte da colina do Maculusso, nomeadamente o Cayatte, o Marçal e o Rangel. Dois anos depois, em 1935, presidiu à inauguração do monumento aos mortos no sul de Angola durante a Grande

Guerra de 1914/18, erigido no lugar alcatroado da antiga lagoa do Kinaxixi. Embora com o nome oficial de Largo dos Lusíadas, a praça ficou popularmente conhecida pelo epíteto de Maria da Fonte. O monumento exibia, no alto de pedestal, ladeada das figuras esculpidas de soldados brancos e negros, uma mulher brandindo uma espada, alegoria da Pátria portuguesa que o povo identificou, quer com a Maria da Fonte, a heroína lendária das revoltas contra o cabralismo, quer com a Kianda, o espírito dos antepassados que se acreditava viver no fundo da lagoa, agora aprisionado pelo betão e pelo asfalto, mas manifestando-se através de uma fonte que deles brotava durante a estação das chuvas.

No mesmo ano de 1935, António de Assis Júnior apressou-se a enviar para Lisboa o seu romance *O Segredo da Morta*, para o Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias. Em artigos publicados em *A Província de Angola*, aconselhou outros escritores angolanos a seguirem-lhe o exemplo, a fim de rivalizarem com os Portugueses na literatura colonial. O jovem Óscar Ribas, então com 26 anos, também mandou para Lisboa a primeira versão do seu romance *Uanga (Feitiço)*, cuja acção se desenrolava em 1882, no Bairro do Kazunu, o musseque que em 1915 Norton de Matos transformara no Parque Heróis de Chaves. Mas a Agência Geral das Colónias não atribuiu qualquer prémio ou distinção aos dois Angolanos nem às suas obras.

O espírito segregacionista da literatura colonial portuguesa, tutelada por Henrique Galvão, não tardaria a transferir-se de Lisboa para Luanda. Em 1936, depois da morte prematura de Adolfo Pina, *A Província de Angola*, agora dirigida por António Correia de Freitas, inaugurou o «Suplemento de Domingo», que marcaria o advento de uma literatura ideologicamente colonialista, mas produzida no próprio território angolano pelos seus residentes. Salvato

Trigo designou os autores desta literatura por «geração do Suplemento de Domingo». Salvo raras excepções – como as dos intelectuais negros António de Assis Júnior e Roberto Silva e as dos historiadores Alberto de Lemos, mestiço natural de Luanda, e Ralph Delgado, branco natural de Benguela –, a maioria dos homens da «geração do Suplemento de Domingo», embora conhecendo bem Angola, não nascera no seu território, onde desembarcara já em idade adulta. Por isso o perspectivaram, inevitavelmente, como continuidade do seu Portugal de origem.

Entre eles evidenciou-se, na historiografia, o transmuntano Gastão Sousa Dias (n. Chaves/Portugal, 1887-m. Lubango/Angola, 1955), antigo oficial do exército nas «campanhas de pacificação», agora fixado no Lubango – cidade que, aliás, nunca designou pelo nome colonial, Sá da Bandeira –, onde era reitor do Liceu Diogo Cão. Na crónica, destacou-se o portuense António Gonçalves Videira (Lousada, 1889-Lisboa, 1955), reputado advogado residente em Luanda e famoso pelas suas excentricidades. Na ficção em prosa, emergiu o nome do coimbrão Manuel de Resende (n. 1907-m.?) e, a partir de 1938, o do transmuntano Manuel Joaquim Reis Ventura (n. Chaves, 1910-m. Oeiras, 1988), um ex-padre que em 1934, com o poema *Romaria*, recebera o Prémio Antero de Quental do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) ex aequo com *Mensagem* de Fernando Pessoa. *A Província de Angola* também foi rampa de lançamento para dois artistas plásticos que se tornariam emblemáticos, até aos dias de hoje, nas representações pictóricas das paisagens, dos povos e dos costumes angolanos: o português Albano Neves e Sousa (n. Matosinhos, 1921-m. Salvador da Baía, 1995) e o angolano Roberto Silva, ao tempo membro da direcção da Liga Nacional Africana.

Mas os nomes mais marcantes do «Suplemento de Domingo» foram os dos poetas: Alberto Correia (n. Porto/Portugal, 1861--m. Luanda/Angola, 1941), agrimensor de profissão e pai de António Correia de Freitas, proprietário e director do jornal; João Baptista Pereira (n. Alijó/Portugal, 1899-m.?), chefe de posto administrativo que tentou transpor para a linguagem poética um certo regionalismo linguístico angolano, com influências notoriamente brasileiras; e, finalmente, Tomás Vieira da Cruz, o grande vulto da poesia colonial sobre Angola, o poeta da língua portuguesa que em todos os tempos melhor aliou a perversidade à estética, numa obra paradoxalmente genial e abjecta, mas por muitos bizarramente considerada precursora da nova poesia angolana.

Nascido em 1900, em Constância - a localidade ribatejana que alguns acreditam ter sido igualmente berço de Camões -, Tomás Vieira da Cruz partira para Angola em 1924, fixando-se em Novo Redondo como comerciante, até se mudar em 1931 para Luanda, onde abriu uma farmácia de que viveu até regressar a Portugal, em 1950. Ainda em Novo Redondo, Tomás Vieira da Cruz dirigiu o jornal cultural *Mocidade*, onde publicou poemas impregnados de um sentimento de nacionalismo lusitano exaltado, nos quais Alcácer-Quibir, o Sebastianismo, o fado, a saudade e outros mitos e lugares-comuns da «portugalidade» facilmente se articulavam para legitimar o colonialismo português em Angola. Onde é que Tomás Vieira da Cruz foi «angolano»? No exotismo, apenas. Em 1932, num tempo em que Henrique Galvão, no romance *O Velo d'Oiro*, comparava as mulheres negras a feras vorazes e em que os cientistas portugueses se preparavam para, daí a dois anos, no 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial do Porto, anatemizarem a mestiçagem, Tomás Vieira da Cruz

publicava o seu primeiro livro: *Quissange, Saudade Negra*, onde figurava o famoso poema «Mulata».

Como se adivinhasse a operação falaciosa a que, pela mesma época, nos Estados Unidos da América, o brasileiro Gilberto Freyre procedia ao redigir o estudo sociológico *Casa Grande & Senzala* – no qual, subvertendo a mistofobia do seu compatriota Nina Rodrigues, transformava em virtudes da mulher mestiça o que este classificava como defeitos –, o poeta farmacêutico de Novo Redondo e de Luanda abria e encerrava a sua composição de oito quadras de sete sílabas com estas endechas, não a uma «Bárbara Escrava», como o seu ilustre conterrâneo quinhentista, mas a uma mestiça angolana:

*Os teus defeitos são graças  
que mais me prendem, querida...  
Mistério de duas raças  
que se encontraram na vida.  
[...]  
Os teus defeitos são graças  
desse mistério profundo...  
Saudades de duas raças  
que se abraçaram no mundo! [sic].*

Não admira, portanto, que, passadas duas décadas, a poesia de Tomás Vieira da Cruz viesse a merecer tantos elogios ao sociólogo pernambucano. Mas muito antes disso, em 1938, Tomás Vieira da Cruz, que ainda deixaria para a posteridade mais dois livros de poesia exótica sobre Angola – *Tatuagem* (1941) e *Cazumbi* (1950) –, era galardoado em Lisboa com o Prémio de Poesia Nacionalista nos Jogos Florais da Emissora Nacional, dirigida por Henrique Galvão. E no ano seguinte, finda a Guerra Civil Espanhola com a vitória franquista de 1 de Abril, o poeta da mulata de Angola revelar-se-ia um fascista entusiasta com o

poema «Vitória de Espanha». Quando faleceu, em 1960, embora residindo em Lisboa havia dez anos, os restos mortais de Tomás Vieira da Cruz foram trasladados para Luanda, para o Cemitério do Alto das Cruzes, por iniciativa do seu filho, o poeta nacionalista angolano Tomás Jorge (n. Luanda, 1929--m. Lisboa, 2009).

Em 1933, como que prevendo o que daí a três anos viria a ser a orientação do «Suplemento de Domingo» de *A Província de Angola*, a Liga Nacional Africana substituíra o seu inofensivo *Boletim* pela revista *Angola*, que rivalizava em animação cultural com um jornal também criado no mesmo ano por associados da Liga: *O Direito*. Ao espírito destas publicações subjaziam as ideias do Movimento Nacionalista Africano, de que faziam parte em Lisboa naturais de várias colónias africanas de Portugal. Estes, ao tempo, não estabeleciam nenhuma distinção identitária nítida entre Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé ou Cabo Verde. O seu discurso confundia-se dramaticamente com a retórica colonialista, diluindo Angola na parafernália da África em geral. Tal como o movimento ideológico em que se inspirava - o Pan-Africanismo, instituído na Conferência de Chicago de 1893 e divulgado na Europa pelo Congresso de Paris de 1919 -, também o MNA vivia obcecado pela réplica ao postulado hegeliano do «não ser» dos Africanos, através da exaltação do «ser negro» e de uma pretensa «cultura negra» (aliás ironicamente orquestrada pelo colonialismo). Como bem o observou Mário António Fernandes de Oliveira, os redactores de *O Direito* utilizavam essa «cultura negra» como reacção à ameaça que o acréscimo de colonos em Angola representava para a salvaguarda dos seus lugares no funcionalismo público, agora tão em xeque quanto, no final do século XIX, o estiveram as propriedades rurais dos seus pais, então expropriadas pelo Banco Ultramarino. A «cultura negra» dos redactores de *O Direito* contrastava

paradoxalmente com um sentimento ambíguo de «portugalidade» – ou de «angolanidade provinciana»? –, aliás bem expresso no n.º 1, de Fevereiro de 1933:

Sem necessidade de ressalvamos o nosso patriotismo, que nenhum acto da nossa vida desmente ou sequer põe em dúvida em relação a Portugal como Pátria Mãe, no sentido regionalista Angola é o nosso País, como o Minho é do minhoto, a Beira do beirão, porque [Angola] é o nosso berço natal e a herança, rica e orgulhosa [...], dos nossos pais. Temos, portanto, para com ela, o dever [...] de zelar, com carinho e interesse extremos, a sua existência, promovendo o seu progresso e a sua grandeza [*sic*].

A partir de então, em artigos que se repartiam pelos jornais *O Direito* e *A Província de Angola*, António de Assis Júnior começou a apelar insistentemente à contribuição financeira dos demais sócios da Liga Nacional Africana para a erecção, em Luanda, de monumentos a Luís Lopes de Sequeira e a Geraldo António Victor (o Kinjangu), mestiços angolanos que haviam comandado exércitos portugueses. A 30 de Julho de 1938, com a Exposição Feira quase pronta e às vésperas da visita a Angola de Óscar Fragoso Carmona, presidente da República Portuguesa, António de Assis Júnior preconizava a construção de uma estátua a D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. A estátua seria inaugurada em 1947, num largo asfaltado que ocupava o antigo Musseque do Kimbandu, onde se situava a Casa Comercial Holandesa e onde em 1931 já fora inaugurado o Cine-Teatro Nacional. O remanescente dos fundos recolhidos para a construção da estátua custeou o novo edifício da sede da LNA, ainda hoje existente.

### **e) A perversa «prosperidade angolana» da II Guerra Mundial (1938-1947)**

No ano de 1938, o segundo do governo do coronel António Lopes Mateus, as estatísticas revelaram que Angola já contava com uma rede de estradas de cerca de 40 mil quilómetros asfaltados. Foi também o ano da

chegada tardia da iluminação eléctrica às cidades angolanas e aquele em que se realizou a Exposição Feira de Luanda - influenciada pela Exposição Internacional de Paris do ano anterior e antecipação do que dois anos depois seria, em Lisboa, a Exposição do Mundo Português -, que decorreu entre 15 de Agosto e 18 de Setembro e foi inaugurada pelo presidente Carmona, que se deslocou a Angola na companhia do ministro das Colónias Francisco Vieira Machado.

A Exposição Feira de Luanda abriu portas a uma especulação imobiliária que se prolongaria por quase quatro décadas e que se iniciou nos musseques que mediavam entre o Kinaxixi e a Missão de São Paulo, onde seriam construídos os prédios da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (actual Avenida Comandante Valódia). Em 1940, fora apenas inaugurado o Cine Colonial, não muito distante da Missão de São Paulo. Embora vendesse ao público três classes de bilhetes - para brancos (lugares superiores), para «assimilados» (plateia) e para «indígenas» (bancada geral) -, era inicialmente frequentado apenas por negros. Mas os frequentadores brancos do Cine Colonial não tardariam a chegar, pois muitos especuladores vindos de Portugal começaram a comprar, a custos baixos, terrenos a proprietários angolanos para depois os venderem, por um valor superior, aos colonos portugueses enriquecidos com a alta dos preços do café. As vivendas construídas nos bairros asfaltados destinavam-se exclusivamente a eles, expulsando a população negra para novos musseques ainda mais periféricos. É a própria literatura colonial que o confirma, nomeadamente a de Reis Ventura, que transforma os comerciantes de café e os empreiteiros portugueses em heróis. A Exposição Feira de Luanda, como o observou Jacques Arlindo dos Santos, impulsionou igualmente o crescimento do Bairro Operário, o famoso Bê Ó. Este, que em 1889 já albergara os operários da Conduta de Água (na



futura Estrada da Cuca) e no início do século xx os operários do Caminho-de-Ferro de Luanda, acolhia agora também as famílias da burguesia angolana – Van-Dúnem, Vieira Dias, Burity, Fontes Pereira, entre tantas outras – expulsas da Ingombota e do Maculusso, onde o antigo Musseque Braga, atrás do Liceu Salvador Correia, na avenida Brito Godins, dera lugar a um bairro de vivendas para colonos chamado, bem a propósito, Bairro do Café.

Mas esse ano marcante de 1938 iniciou-se, em Angola, com uma tragédia. A 28 de Janeiro, um homem atirou-se da Ponte de Diogo Cão – que liga a Cidade Alta de Luanda à Fortaleza de São Miguel – e esmagou-se mortalmente nas pedras da Calçada D. Francisco de Soveral, à Praia do Bispo. Esse homem chamava-se Jorge do Sacramento Neto, era natural de São Tomé e contava 37 anos ao cometer tal acto de desespero. Segundo o depoimento do seu amigo Jerónimo Belo ao *Jornal de Luanda* de 29 de Janeiro de 1938, dia do funeral, Jorge Neto vivia em Luanda desde 1923, onde se tornara funcionário do quadro judicial, desposara uma jovem praticante da Igreja Evangélica, de quem tivera cinco filhos, e era um sócio destacado da Liga Nacional Africana. Por que motivo se suicidou Jorge Neto?

Não obstante a carga dramática contida na notícia do *Jornal de Luanda* e na oração fúnebre proferida pelo enfermeiro Jerónimo Belo, a narração mais impressionante da tragédia é a de Óscar Ribas, quer no seu romance autobiográfico *Tudo Isto Aconteceu*, quer na entrevista que concedeu a Michel Laban em 1991. No dia 28 de Janeiro de 1938, um sábado soalheiro em Luanda, Jorge Neto, acompanhado da família, deslocara-se à Ilha de Luanda, a fim de instalar a sua barraca de praia e desfrutar dos banhos, como muitos dos munícipes da cidade. Jerónimo Belo acompanhava-os. Mas as autoridades coloniais expulsaram-nos da praia por serem negros. Indignado, Jorge Neto quis mudar de nacionalidade – tratando-se de

um santomense e não vigorando em São Tomé o Estatuto do Indigenato, a sua nacionalidade era, forçosamente, a portuguesa - e por isso se apressou a dirigir-se à Cidade Alta e a bater furiosamente à porta do Consulado Britânico. Como não o atenderam, largou a correr desesperado pela calçada abaixo. Jerónimo Belo, que o acompanhara à Cidade Alta, não conseguiu evitar que o desgraçado saltasse da ponte.

Pese embora a censura instituída pelo regime político, a tragédia da Ponte de Diogo Cão, em Luanda - prova contundente de que havia racismo na Angola colonial, ao ponto de um cidadão português ser impedido de fazer praia por ser negro -, fez correr rios de tinta nos jornais e traumatizou fortemente os Angolanos. Cerca de dez anos depois, inspiraria a poesia de Agostinho Neto. Na abertura da sua impressionante ode «A Renúncia Impossível», onde a voz alegórica do homem negro na sociedade colonial, ironizando o postulado hegeliano do «não ser» a respeito dos Africanos, entoa o virulento estribilho «atingi o zero», escreveu o futuro primeiro presidente de Angola:

*Não creio em mim.  
Não existo.  
Não quero, eu não quero ser.  
Quero destruir-me:  
- atirar-me de pontes elevadas  
e deixar-me despedaçar  
sobre as pedras duras das calçadas.*

Contudo, o poder colonial português permanecia indiferente e petulante perante o descontentamento angolano, como aliás também o era face à guerra mundial que se anunciava. Durante os quase seis anos da II Guerra Mundial - que se prolongariam até Maio de 1945, com a vitória dos Aliados e a fundação da Organização das Nações

Unidas (ONU), substituindo a antiga Sociedade das Nações (SDN) –, uma classe colonial de novos-ricos, que crescia exorbitantemente com os lucros do café e do sisal, reproduziu em Angola a postura jactanciosa da Metrópole. Entre os Portugueses endinheirados de Angola, tal como entre os de Portugal, tudo se passava como se não houvesse guerra e como se todos vivessem na maior prosperidade e abundância. Como bem o escreveu o poeta português Henrique Paço d'Arcos, então funcionário do Banco de Angola, foi nessa época que o uísque, a bebida do século, entrou em Luanda, fazendo concorrência à cerveja alemã da Cervejaria Bicker. Mas depois da Guerra, em 1947, a Sociedade Central de Cervejas portuguesa criaria a Companhia União de Cervejas de Angola, cujas iniciais, CUCA, baptizariam a cerveja angolana mais conhecida.

Muito antes de a II Guerra Mundial rebentar – a 1 de Setembro de 1939, com a invasão da Polónia pela Alemanha Nazi – e da assinatura com a Espanha Franquista do «Tratado de Amizade e Não Agressão» (ou «Pacto Ibérico»), em Março de 1939, pelo qual o Portugal salazarista assumiu a neutralidade, já Salazar anunciava que o ano de 1940 seria o da comemoração de dois centenários: o oitavo da Fundação do Estado Português por D. Afonso Henriques (arredondando para 1140 a data da Conferência de Zamora, que na realidade foi três anos mais tarde); e o terceiro da Restauração da Independência do domínio da Espanha Filipina, em 1640. E, plenamente convicto de uma futura vitória alemã no tremendo conflito bélico que devastava a Europa e o mundo, António Ferro (n. 1895-m. 1956), director do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), organizou em Lisboa, entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940, a Exposição do Mundo Português. A mesma convicção sobre a eventual vitória das potências do Eixo tinha Henrique Galvão, que ficou com o encargo de dirigir a Secção Colonial da Exposição, realizada no Jardim Colonial, em frente aos Jerónimos. Porém, desta vez,

grande parte dos «indígenas» exibidos não veio das colónias, tendo sido recrutados entre os Africanos residentes em Lisboa, que vestiram tangas de propósito para se apresentarem nas cubatas improvisadas no Jardim Colonial. Ainda assim, Angola enviou 37 «indígenas», de entre os quais a grande atracção foi D. Pedro VII, rei do Congo. Por que motivo Henrique Galvão foi menos diligente do que em 1934? Acaso pensaria no relatório sobre a «Mão-de-obra de Angola para São Tomé» que, na qualidade de Inspector Superior da Administração Colonial, entregara dois anos antes ao ministro Vieira Machado e que fora silenciado pelo facto de ter ousado equiparar à escravatura os processos de «contratação» dos trabalhadores Bailundos para São Tomé?

Enquanto em Lisboa decorria a Exposição do Mundo Português, no sul de Angola – durante o governo de Manuel Marques Mano – desenrolava-se um facto histórico que René Pélissier classificou como «uma campanha de pacificação do gentio anacrónica»: a caça aos Mucubais. Este subgrupo do povo Herero, de cerca de entre quatro e cinco mil indivíduos, continuava a viver da pastorícia do gado bovino entre os rios Cuporolo e Curoca, a oeste do Planalto da Huíla, na área semidesértica a leste de Moçâmedes. A sua presença e a sua insubmissão constituíam um estorvo aos projectos dos comerciantes portugueses da região, apostados na criação de ovelhas caracul, a fim de rivalizarem com o Sudoeste Africano na produção de peles astracã. Frequentemente, os comerciantes portugueses apropriavam-se de reses dos Mucubais, marcando-as depois de embriagarem os proprietários. Os Mucubais lesados que tentassem recuperar os seus animais eram acusados de ladrões por aqueles que de facto os espoliavam, os Portugueses. A 4 de Setembro de 1940, um «roubo» de gado a um comerciante português do Pocolo – povoação dos Gambos, no distrito da Huíla – foi atribuído aos Mucubais e desencadeou a

perseguição encarniçada de um avião militar, que metralhou as famílias mucubais esparsas para norte, até à estrada de Benguela a Quilengues. A chacina, classificada como «Revolta dos Mucubais», ficou plenamente consumada a 15 de Fevereiro de 1941. Muito mais tarde, Pepetela romaneçaria a tragédia em *Yaka*.

A II Guerra Mundial e os bloqueios económicos que originou na Europa fizeram de Angola e de outras colónias portuguesas importantes centros de abastecimento da Metrópole. Eis a razão pela qual, embora a economia colonial de Angola, da qual beneficiava apenas uma minoria de famílias portuguesas, continuasse a assentar na submissão das economias locais – em torno das culturas obrigatórias, do trabalho forçado e da expropriação de terrenos –, os índices percentuais das relações comerciais entre Angola e Portugal, que em 1930 não iam além dos 7,8 %, atingiram os 20 % durante a Guerra. Foi nesta conjuntura que o salazarismo decidiu apoiar, no começo do ano lectivo de 1943-44, a iniciativa de um grupo de universitários oriundos de Angola de criar em Lisboa a Casa dos Estudantes de Angola (CEA). A comissão organizadora, dirigida por Alberto Marques Mano de Mesquita – sobrinho de Manuel Marques Mano, que governara Angola entre 1939 e 1941 –, era constituída por uma maioria de estudantes brancos, filhos de colonos e de funcionários administrativos, embora contasse já com alguns mestiços e com um número muito reduzido de negros. Esta disparidade somática reflectia, obviamente, os recursos económicos de que dispunham as famílias de Angola – onde continuava a não existir Universidade – para mandarem os filhos estudar para Portugal. A iniciativa teve o apoio do então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano (n. Lisboa, 1906-m. Rio de Janeiro, 1980), um antigo líder juvenil do Integralismo Lusitano que em 1929 se tornara apoiante de Salazar,

sendo mesmo, em 1932, um dos fundadores da União Nacional, o partido único do regime, e o principal redactor da Constituição do Estado Novo. Mas logo surgiram Casas de Estudantes de outras colónias, o que não agradou ao regime, que desejava reunir todas na mesma «mentalidade imperial». Assim, a 3 de Julho de 1944, o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, na presença de Marcelo Caetano – que não tardaria a suceder-lhe no cargo –, instituiu a Casa dos Estudantes do Império (CEI), com sede em Lisboa, no Arco do Cego, e com uma delegação em Coimbra. Embora no início de 1945, ao tomar posse como ministro das Colónias, Marcelo Caetano tenha chamado «filha da Mocidade Portuguesa» [*sic*] à Casa dos Estudantes do Império, verificou amargamente, passados meses, que a grande maioria dos seus membros, tanto em Lisboa como em Coimbra, assinara as listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD). No ano seguinte, ingressariam no MUD Juvenil.

O fim da II Guerra Mundial foi comemorado em Angola, a 29 de Junho de 1945, com a inauguração do tão almejado cais de acostagem de Luanda, inexistente durante os quase 370 anos de vida da cidade. Os trabalhos haviam durado cinco anos e a zona portuária ocupou toda a Ponta da Mãe Isabel, varrendo definitivamente o Musseque dos Cabindas. Mas, ligeiramente a norte, no antigo Morro das Lagostas, crescia um novo musseque, o Sambizanga – de *Samba + Zanga (Ilha)* –, que devia o nome ao facto de, no ano anterior, ter abrigado os pescadores refugiados de uma calema que arrasara os casarios da Samba e da ponta sul da Ilha (Belela, Mbimbi e Tundo). O porto de Luanda foi solenemente inaugurado pelo ministro das Colónias, Marcelo Caetano, que efectuava um périplo pelo Império Português. A ele se juntou o ainda Inspector Superior da Administração Colonial, Henrique Galvão, que se encontrava em Angola desde Março. Fora, aliás, muito

aplaudido na conferência que realizara no Liceu Nacional de Salvador Correia, a convite do reitor Cruz Malpique, fundador em 1942 da Sociedade Cultural de Angola e director de uma primeira série da revista *Cultura*.

O prestígio de Henrique Galvão em Angola valeu-lhe, em 1946 – após eleições de fachada organizadas por Salazar na conjuntura pretensamente democrática do Pós-Guerra –, ser nomeado pelo Estado Novo deputado por Angola na Assembleia Nacional, em Lisboa. Em Fevereiro de 1947, Henrique Galvão, incompatibilizado com os três ministros das Colónias de quem fora grande amigo – Armindo Monteiro, Francisco Vieira Machado e Marcelo Caetano –, expunha pela primeira vez, no parlamento português, ainda que em sessão secreta, o seu «Relatório sobre o Trabalho dos Indígenas nas Colónias». Da sua intervenção bombástica, contida em 57 folhas, que o tornaria um proscrito e um opositor ao regime de Salazar, transcrevemos apenas dois parágrafos:

Se quisermos ser realistas, a situação é pelo menos tão desumana como era nos tempos da completa escravatura. Contudo, nesse tempo, o negro, comprado como um animal de trabalho, continuava a ser uma peça de propriedade pessoal que o seu dono tinha interesse em manter saudável e vigorosa, como fazia com o seu boi ou o seu cavalo. [...] Actualmente, o negro não é vendido, mas simplesmente alugado ao Governo sem perder o rótulo de homem livre. O patrão importa-se pouco que o homem viva ou morra, desde que trabalhe enquanto puder; pois o patrão pode pedir que lhe forneçam outro trabalhador, se o primeiro ficar incapacitado ou se morrer [sic].

O ano de 1947 foi o da morte do carismático monsenhor Manuel Alves da Cunha e o da tomada de posse de um governador enérgico e implacável que se manteria à frente de Angola durante oito anos: José Agapito da Silva Carvalho. Mas no ano seguinte, o do 3.º Centenário da Restauração de Angola aos Holandeses, algo iria mudar.

### **3 - Vamos Descobrir Angola!: os novos intelectuais de Angola e o projecto nacionalista da(s) revista(s) *Mensagem* (1948-1951)**

Por ocasião das Comemorações do Tricentenário da Restauração de Angola, em 1948 – assinalando a reconquista de Luanda aos Holandeses por Salvador Correia de Sá, em 1648 –, foram publicadas em edição de luxo obras como a *História de Angola*, de Ralph Delgado, e *Julgareis Qual é Mais Excelente...*, título camoniano escolhido por Gastão Sousa Dias para um conjunto de biografias de heróis coloniais de Angola, de entre os quais coube ao «Restaurador», Salvador Correia de Sá, o privilégio de figurar na capa. Em Lisboa, ao mesmo tempo que as livrarias facturavam os lucros dos *best-sellers* de leitura fácil sobre Angola do jornalista Artur Ferreira da Costa (Lisboa, n. 1907-m. 1972) – *Na Pista do Marfim e da Morte* (1944) e *Pedra do Feitiço* (1945) –, a Agência Geral das Colónias premiava o romance *Sangue Cuanhama*, de António Pires, o primeiro escritor da literatura colonial portuguesa nascido em Angola, em 1916, filho de colonos portugueses. Mas outro escritor, Fernando Castro Soromenho, esse nascido em Moçambique em 1910, mas tendo vivido em Angola desde a idade de um ano – filho de mãe cabo-verdiana e de pai português antigo governador do distrito da Lunda da confiança de Norton de Matos –, redigia nessa época a chamada «trilogia de Camaxilo» – *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A Chaga* (1972) –, três dos raríssimos romances anticolonialistas de toda a história da literatura portuguesa. Castro Soromenho também fora anos antes premiado pela Agência Geral das Colónias com obras de ficção realista sobre a história dos povos Lunda e Tchokue, a última das quais o romance



*Homens sem Caminho* (1942). Em 1948, incompatibilizado com o regime político português, exilara-se no Rio de Janeiro, onde publicaria no ano seguinte a primeira edição de *Terra Morta*.

A Casa dos Estudantes do Império emitia um boletim intitulado *Mensagem*, em cuja redacção já se evidenciavam os jovens angolanos Agostinho Neto (n. Kaxikane, Icolo e Bengo, 1922-m. Moscovo, 1979), Mário Pinto de Andrade (n. Golungo Alto, 1928-m. Londres, 1990) e Lúcio Lara (n. Huambo, 1929). Todos os dirigentes da Casa dos Estudantes do Império militavam na oposição ao regime de Salazar e Carmona, apoiando a malograda candidatura à Presidência da República do agora general Norton de Matos. Mas, entretanto, a juventude de Luanda é que soltava o primeiro grito de apelo à libertação angolana do jugo colonial português: «Vamos descobrir Angola!».

«Vamos descobrir Angola!» foi o lema do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), surgido em 1948 a partir da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). O acrónimo ANANGOLA, sigla desta associação, legalizada em 1930 ao mesmo tempo que a Liga Nacional Africana, também podia ser interpretado em kimbundu, *Ana a Ngola*, isto é, «Os Filhos de Angola». O principal animador do MNIA – e autor da frase emblemática «Vamos descobrir Angola!» – foi Viriato da Cruz, um jovem mestiço de 20 anos, nascido em Porto Amboim em 1928. Nos seus poemas, Viriato da Cruz deixaria para sempre claro que a poesia até então produzida em Angola, marcada por uma perspectiva colonialista, não evidenciava o homem Angolano e que este, o colonizado – o negro, o mestiço e mesmo o branco filho de colonos –, tinha tudo por descobrir do seu país e da sua identidade. Os mesmos ideais seriam plenamente divulgados numa revista homónima do boletim da CEI, mas criada em Luanda pela ANANGOLA em Julho de 1951: *Mensagem – Voz dos Naturais de Angola*. Esta

publicação constituiu uma viragem decisiva no projecto nacionalista angolano, vincado por uma poesia onde os nomes que mais se distinguiram foram, além do de Viriato da Cruz, os de António Jacinto e de Agostinho Neto. António Jacinto do Amaral Martins, filho de colonos transmontanos, nascera em Luanda em 1924 e crescera em contacto com as roças do café do norte de Angola. Fora um dos melhores alunos do Liceu Salvador Correia, mas os escassos recursos financeiros dos pais, mesmo sendo Portugueses, não lhe permitiram sair de Angola para obter uma formação universitária. Em 1951, era empregado de escritório em Luanda. Quanto a António Agostinho Neto - a quem o destino reservava a sorte de vir a ser o primeiro presidente da República de Angola -, nascera em 1922, na aldeia de Kaxikane, no Icolo e Bengo, filho de um pastor metodista e de uma professora primária, ambos falantes de kimbundu como língua materna. Igualmente um dos melhores alunos do Liceu Salvador Correia, obtivera em 1947, da Igreja Metodista, uma bolsa para estudar na Faculdade de Medicina de Coimbra, mudando-se em 1950 para a de Lisboa. Colaborou na *Mensagem* a partir de Portugal, onde era um dos mais destacados dirigentes da Casa dos Estudantes do Império e onde, militando no MUD Juvenil, já passara várias vezes pelas cadeias da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política do regime do Estado Novo.

Na busca da angolanidade, os três poetas enveredaram por três caminhos comuns:

- I. A memória da infância, indispensável a qualquer formação identitária;
- II. A Negritude, evocação do homem negro vítima da opressão escravagista e colonialista, mas vigorosamente transposta para o caso angolano;

### III. A denúncia dos fenómenos específicos do facto colonial português em Angola: a expropriação do património dos «assimilados», burguesia letrada urbana, e a imposição do trabalho forçado aos «indígenas».

Na poesia de Viriato da Cruz, a memória da infância está contida em poemas como «Serão de Menino» e «Mamã Negra». Se, no primeiro, o poeta apela à recuperação da cultura africana silenciada – «*na noite de breu / ao quente da voz / de suas avós / meninos se encantam / de contos bantus*» [sic] –, no segundo, onde já se vislumbra claramente a Angola do trabalho forçado e das culturas obrigatórias como uma Pátria – «*Tua presença, minha Mãe – drama vivo duma Raça [...] Pela tua voz / Vozes vindas dos canaviais dos arrozais dos cafezais dos seringais dos algodoais*» [sic] –, equiparam-se os Angolanos oprimidos aos escravos e aos trabalhadores forçados das plantações do continente americano e referem-se dois poetas pan-africanistas: o norte-americano Langston Hughes (n. Missouri, 1902-m. Nova Iorque, 1967) e o cubano Nicolás Guillen (n. Gamaguei, 1902-m. Havana, 1989). Chegara definitivamente a Angola a corrente literária francófona da Negritude, baptizada em 1935 pelo martinicano Aimé Césaire (n. 1913 – m. 2008) e transportada pelos ventos de após a II Guerra Mundial. De entre os dez poemas que se conhecem a Viriato da Cruz, três ficaram imortalizados: «Namoro», onde muitos vêem uma metáfora do encontro da Angola letrada com a Angola popular na união de um rapaz da média burguesia de Luanda com uma jovem operária; «Sô Santo», um antigo proprietário de musseques de Luanda desapossado pela especulação imobiliária que se seguiu à Exposição Feira de 1938; e, finalmente, «Makézu», onde o pregão da avó Ximinha, uma velha

quitandeira de Luanda, vendedora de cola entre os musseques e a Baixa, resiste à invasão das «avenidas de alcatrão».

António Jacinto tem sido considerado um caso singular em todo o mundo por se tratar de um «poeta da Negritude» ... que era «branco»! Em 1950, escreveu um poema onde descrevia o fascínio que sentira em 1938, aos 14 anos, quando viu Carmona desfilarm em Luanda. E, perdoando a si próprio a ingenuidade da adolescência, rematou-o com um verso lapidar: *«Era tudo isto em que acreditavas, Antoninho!»* [sic]. Só no início da década de 1960 é que António Jacinto publicaria os seus quatro poemas maiores. Num deles, «O Grande Desafio», recorre a uma memória de infância bem diferente da visita de Carmona a Angola. E nos outros três – «Castigo pró Comboio Malandro», «Carta dum Contratado» e «Monangamba» – assume plenamente a voz da revolta do Angolano explorado no trabalho forçado:

*Naquela roça grande tem café maduro  
e aquele vermelho-cereja  
são gotas do meu sangue feitas seiva.  
O café vai ser torrado,  
pisado, torturado,  
vai ficar negro, negro da cor do contratado* [sic].

O único poema que a Censura impediu de ser publicado no n.º 1 de *Mensagem* – substituído pelo aparentemente inócuo «Estrela Pequeninã» – intitulava-se «Bandeira» e era da autoria de Maurício Gomes, um poeta nascido em Luanda em 1920 e que noutra texto proclamara estrepitosamente: «É preciso criar a poesia de Angola». «Bandeira» é um poema premonitório, pois antecipa aquelas que muito mais tarde viriam a ser as cores da bandeira da Angola independente: o negro – *«Clamo e proponho, Negro, que a nossa bandeira seja um pano negro,*

[...] *da cor da noite sem luar [...] da cor da nossa cor» [sic];* e o vermelho – «*vermelho-vivo, vermelho-sangue/ Com tinta feita de negros corpos desfeitos/ Em lutas que vamos travar» [sic].* E, igualmente em premonição, concluía o poeta que, por sobre o negro e o vermelho da bandeira, sobressairia a estrela:

*Semeia estrelas às mãos cheias  
Estrelas belas da nossa Esperança  
Estrelas lindas da nossa Fé  
Estrelas que serão a certeza da nossa BANDEIRA.*



Embora também não tenha sido publicado em *Mensagem*, presume-se que date da viragem da década de 1940 para 1950 o clássico poema de esperança – messiânica ou nacionalista? Ou ambas as coisas? – «Adeus à Hora da Largada», de Agostinho Neto, anunciador, para a segunda metade do século, de uma nova era para Angola:

*Minha Mãe [...]  
tu me ensinaste a esperar  
como esperaste paciente nas horas difíceis  
Mas a vida  
Matou em mim a mística esperança  
Eu já não espero  
sou aquele por quem se espera.*

## CAPÍTULO XIX

# ***A Sagrada Esperança* independentista angolana (1951-1974)**



# Cronologia

**1951 (18 de Janeiro a 11 de Junho)** - Revisão constitucional em Portugal, que revoga o Acto Colonial e recupera os termos «Ulamar» e «Províncias Ultramarinas».

**1953** - É estabelecido o escudo como unidade monetária em todas as «Províncias Ultramarinas».

**1954 (Maio a Julho)** - Craveiro Lopes, percorre o território de Angola.

**1954 (7 de Julho)** - Os Bakongo angolanos protestantes criam a União das Populações do Norte de Angola (UPNA).

**1955 (18 a 24 de Abril)** - Conferência de Bandung. - **(12 de Novembro)** - Fundação, em Luanda do Partido Comunista Angolano (PCA).

**1956 (10 de Dezembro)** - Fundação clandestina, em Luanda, do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA).

**1957 (Dezembro)** - É fundado o Movimento Anti-Colonialista (MAC).

**1958 (7 de Dezembro)** - Na I Conferência Pan-Africana, em Acra, Holden Roberto muda o nome à UPNA para União das Populações de Angola (UPA). - Criação do Movimento para a Independência de Angola (MIA).

**1959 (Março a Junho)** - «Processo dos 50».

**1960 (25 a 31 de Janeiro)** - II Conferência dos Povos Africanos, em Tunes, finda a qual o MAC se dilui na FRAIN e emerge o MPLA. - **(Fevereiro/Março)** - A partir de Luanda, Agostinho Neto associa o MPLA, em Conakry, ao MINA. - **(11 de Junho)** - Independência da República Democrática do Congo. - **(8 de Julho)** - Prisão pela PIDE, em Luanda, de Agostinho Neto. - A PIDE encerra o jornal *Cultura*.

**1961 (4 de Janeiro)** - Revolta na Baixa de Kasanje. - **(22 de Janeiro a 2 de Fevereiro)** - À frente da «Operação Dulcineia», Henrique Galvão apodera-se do paquete *Santa Maria*, não desembarcando em Luanda, mas no Recife (Brasil). - **(4 de Fevereiro)** - Seis assaltos malogrados em Luanda às prisões onde penavam os réus do «Processo dos 50», logo reivindicados pelo MPLA em Conakry. - **(15 de Março)** - Operações terroristas, organizadas pela UPA, de assalto a fazendas portuguesas de café no norte de Angola. - **(13 de Abril)** - Salazar profere o discurso que dá início à que ficou conhecida, em Portugal, por Guerra do Ultramar (depois de 1974 chamada Guerra Colonial). - **(Setembro)** - O MPLA muda-se de Conakry para Léopoldville.

**1962** - Supressão do indigenato nas colónias portuguesas e criação da Universidade em Angola. - **(5 de Abril)** - A UPA forma a Frente Nacional de

Libertação de Angola (FNLA), que cria o Exército Nacional de Libertação de Angola (ELNA) e o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). - **(30 de Junho)** - Agostinho Neto foge de Lisboa para Marrocos, apoiado pelo PCP. - **(1 a 3 de Dezembro)** - I Conferência Nacional do MPLA, em Leópolisville, que culmina com a eleição de Agostinho Neto para a Direcção e o afastamento de Viriato da Cruz.

**1963** - A população branca de Angola triplica em apenas dois anos. - **(25 de Maio)** - Criação da Organização de Unidade Africana (OUA). - **(Novembro)** - O MPLA é expulso de Léopoldville e fixa-se em Brazzaville.

**1964** - Agostinho Neto traça a divisão de Angola em seis Regiões Político-Militares do MPLA.

**1966 (13 de Março)** - Jonas Savimbi, dissidente da FNLA, funda a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

**1967** - Massacre, pelo ELNA, do Esquadrão Kamy.

**1968** - Frente Leste do MPLA inicia a «Rota Agostinho Neto». - **(27 de Setembro)** - Em Portugal, afectado por um traumatismo craniano, Salazar é substituído por Marcelo Caetano.

**1968** - No Moxico, o Exército Português liquida cinco acampamentos do MPLA. A 14 de Abril, morre em combate o comandante José Mendes de Carvalho (Hoji-ya-Henda).

**1969** - «Revolta de Jibóia»: 1.<sup>a</sup> fase da «Revolta de Leste», no interior do MPLA.

**1971** - Aliando-se aos madeireiros portugueses, a UNITA passa a cooperar com o exército português na luta contra a Frente Leste do MPLA.

**1972** - Daniel Chipenda lidera a «Revolta de Leste», no interior do MPLA; com a solidariedade da URSS, responsabiliza Agostinho Neto pelas sucessivas derrotas sofridas na Frente Leste.



# **1 - O Nacionalismo Angolano em contraste com as maquilhagens luso-tropicalistas do colonialismo português (1951-1960)**

## **a) O capitalismo cresce em Angola enquanto a Revisão Constitucional de 1951 e o Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre escondem da ONU o racismo português**

A década de 1950, iniciada ao fim dos três primeiros anos do governo de José Agapito da Silva Carvalho, prometia vir a ser ainda mais próspera para a Angola colonial do que a anterior. As exportações angolanas, das quais o café, os diamantes, o milho e o sisal constituíam 66 %, atingiam o valor total de 3 189 277 000 escudos. Exportavam-se anualmente 1 527 725 toneladas de café, 38 904 de açúcar, 6186 de algodão e 734 324 quilates de diamantes, a 330 escudos por unidade. O censo populacional de 1950 registara um acréscimo substancial de colonos brancos em Angola - mais de 34 mil - durante a década transacta, pois os 44 083 de 1940 tinham dado lugar a 78 826. Luanda contava agora com 20 710 brancos, mais do dobro dos 8944 de dez anos antes. No entanto, se o aumento dos mestiços na capital fora apenas de 3570 - isto é, de 6175 em 1940 para 9755 em 1950 -, em contrapartida o número dos negros duplicara quase tanto como o dos brancos: os 45 884 de 1940 passaram a ser 111 112 em 1950. O fenómeno traduzia-se, no tecido urbano, pelo alastramento estrondoso dos musseques, pois a cidade asfaltada restringia-se aos brancos. Por outro lado, a diminuição da taxa de crescimento do número de mestiços, em Luanda e noutras

idades, revelava-se directamente proporcional à do aumento das mulheres brancas. Mais uma vez era óbvio que, podendo contar com companheiras europeias, a maioria dos Portugueses não procurava as negras para procriar, mas tão-somente como objectos sexuais. Pelo que as doutrinas do anti-racismo português – que aliás não tardariam a contar com um reforço luso-tropicalista desesperado – eram (e infelizmente continuam a ser) uma das maiores falácias da história de Portugal.

A política do governador Agapito e do ministro Teófilo Duarte – que desde 1947 substituíra Marcelo Caetano na pasta das Colónias – foi amplamente empenhada no embranquecimento da população angolana pela via da facilitação da chegada a Angola de mulheres portuguesas. A operação consistiu em propiciar dois tipos de migração: a de casais e a de mulheres jovens solteiras, nomeadamente órfãs. O exemplo mais paradigmático do primeiro caso é o Colonato da Cela, ainda que outros colonatos se tenham multiplicado pelo território angolano. No segundo caso, teve particular relevância a colaboração das congregações religiosas femininas, em especial a das Irmãs de São José de Cluny. Presentes em Angola desde o início do século – embora temporariamente expulsas durante a Primeira República Portuguesa –, só em 1948 é que viram inaugurado em Luanda o edifício do colégio feminino a que deram nome, da autoria do arquitecto Fernando Batalha, na Rua de Nossa Senhora da Muxima. Também em Sá da Bandeira foi concedido às Irmãs de São José de Cluny um edifício público, onde instalaram a Casa das Raparigas da Huíla. Muitas das jovens portuguesas chegavam a Angola pela via de uma instituição colonial assaz silenciada: a da «criada branca». Atente-se numa curiosa notícia, publicada no número do *Boletim Geral das Colónias* de Junho de 1950 e intitulada «Emprego de serviçais brancas no Ultramar»:

Como se sabe, é corrente em Angola e em Moçambique o emprego de negros em serviços domésticos, costume que por mais de uma vez tem merecido a crítica na imprensa do Ultramar pelos inconvenientes que importa. [...] Tem o senhor Ministro das Colónias adoptado ultimamente [...] uma orientação tendente a impulsionar a substituição de criados pretos por criadas brancas idas daqui. Para isso autorizou que todos os funcionários casados, que o quisessem, se fizessem acompanhar por criadas, a quem se pagaria a passagem pelo fundo de colonização. Ao abrigo dessa disposição, já seguiram para Angola, na companhia dos respectivos amos, 25 criadas, e para Moçambique 34. [...] A fim de impulsionar o movimento, estão em curso negociações com ordens religiosas para se estabelecerem em Luanda e em Lourenço Marques casas do género da [casa] da Costa do Castelo, em Lisboa, destinadas a receber raparigas idas da metrópole, até se empregarem. Dados os precedentes observados, é de esperar que a maior parte das raparigas idas nestas condições se casem a breve trecho [sic].

Está por fazer um estudo que nos elucide sobre o número aproximado das jovens provenientes de todos os pontos de Portugal e destinadas a trabalhos ancilares – na maioria de origem rural e analfabetas – que efectuaram este périplo ao longo dos 25 anos que se seguiram. Mas não temos dúvidas de que nem todas se empregavam no serviço doméstico, pela simples razão de que só uma minoria de colonos dispunha de recursos económicos suficientes para lhes pagar um ordenado que, nas décadas de 1950 e de 1960, já se aproximava dos mil escudos mensais. Em 1953, a Lei Orgânica do Ultramar restabeleceu o escudo como unidade monetária em todas as «Províncias Ultramarinas» portuguesas, embora o angolar desvalorizado tenha continuado em circulação em Angola até 1957. A maioria das famílias de colonos via-se, portanto, na obrigação de continuar a recorrer aos serviços dos negros, muito menos dispendiosos, quer enquanto foram remunerados em angolares, quer depois de 1957, pois cada «criada preta» continuou a receber em escudos cerca de metade do vencimento de uma «criada branca». O racismo português em Angola ia ao ponto de atingir o serviço doméstico.

Parte considerável das «criadas brancas», uma vez desembarcadas na colónia, não teve dificuldade em encontrar marido, respondendo a anúncios postos em jornais, preferencialmente em *A Província de Angola*, por colonos que, havendo conseguido prosperar nos seus negócios, largavam as companheiras negras e os filhos mestiços para casarem com mulheres europeias. Mas os Portugueses tentavam ludibriar os seus sentimentos de racismo com medidas pretensamente filantrópicas. Em Luanda, o Asilo D. Pedro V era, mais do que nunca, o depósito dos mulatos abandonados pelos pais brancos. A chegada da «criada branca» a Angola, nos anos de 1950, contribuiu assim para que os colonos celibatários dotados de recursos financeiros pudessem recrutar noivas europeias recorrendo a anúncios nos jornais da própria colónia e não nos metropolitanos, como acontecera nos anos de 1930 e conforme mostra Ferreira da Costa na novela «O Testamento do Papa Rolas», incluída em *Pedra do Feitiço* (1945). Porém, a conjuntura mundial afigurava-se ameaçadora para este «paraíso colonial» português.

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituíra-se com base na convicção, generalizada na opinião pública internacional após a II Guerra Mundial, de que a aspiração à Independência e ao Estado-Nação não era um apanágio dos povos ocidentais, fossem eles Europeus ou de origem europeia, como os Americanos. Assim sendo, o Direito à Autodeterminação deveria ser estendido a todos os povos colonizados, nomeadamente aos Asiáticos e aos Africanos. Com esse objectivo, a Carta das Nações Unidas – assinada em São Francisco (EUA) a 26 de Junho de 1945 e entrando em vigor em Outubro – consagrou expressamente o Princípio da Autodeterminação dos Povos no seu Capítulo XI, intitulado «Declaração sobre os territórios não autónomos». E preceituou, nas duas primeiras alíneas do seu artigo 73.º:

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si próprios reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover ao mais alto grau [...] o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b. Promover o seu governo próprio, tendo na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares de cada território e dos seus habitantes e dos diferentes graus do seu adiantamento [...] *[sic]*.

De início, a ONU exigia apenas aos seus Estados membros colonizadores de «territórios não autónomos» que transmitissem regularmente ao secretário-geral informações sobre a forma como os administravam. Mas cedo alcandorou o Princípio da Autodeterminação em direito humano fundamental e começou a pressionar as potências coloniais para «prepararem para a independência» os seus «territórios não autónomos». A Grã-Bretanha, a França e a Bélgica criaram então um neologismo: «descolonização».

Portugal só foi admitido como membro das Nações Unidas em 1955, em sessão especial da Assembleia Geral realizada a 14 de Dezembro – oito meses depois da Conferência de Bandung, que se realizara entre 18 e 24 de Abril desse ano –, no âmbito de um acordo entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. A Carta das Nações Unidas, portanto, só entrou em vigor em Portugal a 21 de Fevereiro de 1956. No entanto, muito antes dessa data, a ditadura de Salazar – que, tal como a de Franco em Espanha, se mantivera incólume, com o apoio dissimulado dos Estados Unidos da América e de todos os Estados ditos

democráticos da Europa Ocidental - já começara a preocupar-se em maquilhar a terminologia imperialista e segregacionista do Acto Colonial, adaptando-a aos novos tempos de, como então soía dizer-se em Portugal, «hipocrisia internacional» [sic]. Nos anos de 1944 e de 1945, ainda a II Guerra Mundial não havia terminado, já vários notáveis portugueses, uns filiados na União Nacional, outros procuradores da Câmara Corporativa e outros ainda deputados da Assembleia Nacional, preconizavam a incorporação das disposições do Acto Colonial na Constituição Portuguesa e a substituição das expressões «Império» e «Colónias», respectivamente, por «Ultramar» e por «Províncias Ultramarinas». Contrariando os princípios imperiais idealizados quase 20 anos antes por Armando Monteiro - que, aliás, se lhes manteve fiel até ao fim -, alegavam que aquilo que designavam por «princípio da assimilação» serviria melhor o propósito da «integração» das colónias na vida da metrópole e da salvaguarda de um «Portugal do Minho a Timor» [sic]. Na realidade, acreditavam que uma maquilhagem terminológica estampada nos principais textos jurídicos portugueses seria o bastante para que Portugal se isentasse da obrigação de prestar contas à ONU sobre a administração dos seus «territórios não autónomos», uma vez que doravante não disporia de «colónias» e sim de «províncias ultramarinas».

Os termos oitocentistas «Ultramar» e «Províncias Ultramarinas» foram sendo progressivamente recuperados pela legislação ordinária portuguesa. Mas só a 18 de Janeiro de 1951 é que Salazar apresentou à Assembleia Nacional uma proposta de revisão constitucional cuja discussão se arrastaria até 11 de Junho, data em que entrou finalmente em vigor a lei que revogou o Acto Colonial. No mesmo mês de Janeiro de 1951, o capitão-de-mar-e-guerra Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (n. freixo

de Espada à Cinta, 1899-m. Lisboa, 1979) - ministro das Colónias desde Agosto do ano anterior, mas já designado por ministro do Ultramar - obteve de Salazar a autorização para, em nome do Estado português, convidar o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre a efectuar uma «viagem de estudo» pelo «Ultramar Português». O convite foi formalizado no mês seguinte. Sarmiento Rodrigues compreendia que, para encapotar da ONU o racismo português nas colónias, não bastavam reformas legislativas internas. Havia que proceder igualmente a reformulações doutrinárias. Se, nos anos de 1930-40, as teorias de Gilberto Freyre, académico de renome internacional, não tiveram a menor receptividade nos meios políticos e intelectuais portugueses - dominados pelas ideias segregacionistas do Império Colonial, preconizadas por personalidades como Armindo Monteiro e Henrique Galvão -, agora, nos anos de 1950, seriam muito úteis a um novo discurso colonial que se propunha envergar as roupagens da «integração nos trópicos».

Entretanto, a 18 de Abril, falecia o presidente da República de Portugal, Óscar Fragoso Carmona, aos 81 anos. Durante três meses, Salazar assegurou interinamente o lugar e indigitou, como candidato da União Nacional à sucessão de Carmona, o general da Força Aérea Francisco Higinio Craveiro Lopes (Lisboa, n. 1894-m. 1964). Mas, para que este fosse eleito presidente da República a 21 de Julho de 1951, o Estado Novo teve de sufocar duas candidaturas oposicionistas: a do matemático comunista Ruy Luís Gomes (Porto, n. 1905-m. 1984) e a de um antigo ministro da Ditadura Militar, o almirante Manuel Quintão Meireles (n. freixo de Espada à Cinta, 1880-m. Lisboa, 1962). Este último contou com o apoio entusiástico de Henrique Galvão, que no início do ano seguinte seria preso pela PIDE, permanecendo recluso sete anos, até à sua fuga audaciosa do Hospital de Santa Maria em Janeiro de 1959.

## **b) As visitas de Craveiro Lopes exaltam a Angola «luso-tropicalista»; e a literatura colonial, rebaptizada «ultramarina», reage à Conferência de Bandung**

Após a abolição do Acto Colonial, a 11 de Junho de 1951, o novo preceituado da Constituição Portuguesa não apresentava qualquer inovação em matéria de política colonial, além das alterações terminológicas e de uma tímida abertura aos investimentos estrangeiros em Angola e em Moçambique. A instituição do indigenato permanecia inalterada – só seria extinta apressadamente, como veremos, dez anos depois –, pese embora a ousadia do deputado Mendes Correia, figura tutelar da antropologia física do Estado Novo, em haver proposto em vão a eliminação das expressões «indígena» e «indigenato» e a extensão da cidadania portuguesa a todos os habitantes do rebaptizado Portugal Ultramarino. Mas bastaram passar dois meses sobre a supressão do Acto Colonial para que Gilberto Freyre iniciasse o seu longo périplo pelas colónias portuguesas, que decorreu entre Agosto de 1951 e Fevereiro de 1952. Em finais de 1953, volvidos menos de dois anos, publicava no Rio de Janeiro – a edição portuguesa viria no ano seguinte – um extenso diário da viagem: *Aventura e Rotina*. O título visava sintetizar o que, para o autor, seriam as duas faces de um Janus hermafrodita do «modo português de estar no mundo», pois do seu ponto de vista a «aventura» era apanágio dos Portugueses do sexo masculino e a «rotina» dos do sexo feminino. Freyre dedicava 39 subcapítulos desse livro a Angola, cujo território percorrera, «escoltado» por Sarmento Rodrigues e por Agapito da Silva Carvalho, entre Dezembro de 1951 e Janeiro de 1952.

Só depois dessa viagem é que Gilberto Freyre baptizou com o nome de Luso-Tropicalismo as teorias que há muito formulara em obras como *Casa Grande & Senzala* (1933) e



*O Mundo que o Português Criou* (1940), segundo as quais os Portugueses – e os Ibéricos em geral – seriam «mestiços» ou «híbridos» por descenderem de Semitas (Judeus e Árabes) e, conseqüentemente, encontrar-se-iam mais vocacionados do que os outros Europeus para colonizar e se misturarem com as mulheres dos trópicos, desde que perfilhassem e espalhassem a religião cristã, sobretudo na sua vertente católica. Em livros como *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953) e *O Luso e o Trópico* (1961), Gilberto Freyre não hesitou em aplicar às colónias portuguesas do continente africano, particularmente a Angola, o que já teorizara em relação ao Brasil. Em *Aventura e Rotina*, numa visão delirante dos Angolanos, apresentava Angola como uma continuidade de Portugal, ou pelo menos do Portugal islamizado – que em seu entender era sinónimo de «Portugal híbrido» –, não resistindo sequer, socorrendo-se de uma metáfora estafada, a comparar Angola a uma «moura encantada». Mais delirante ainda – aliás de um desvario que atingia a perversidade – era a concepção de Freyre sobre as mulheres angolanas. Tal como já o fizera com a mulher brasileira, reincidia na operação alquímica de transformar em virtudes da «mulata» o que Nina Rodrigues e outros – no caso português, Mendes Correia e Eusébio Tamagnini – consideravam lúbrico. E o sociólogo pernambucano – utilizando as classificações buffonianas setecentistas «terça» e «quartã» – elegia como paradigma da mulher angolana a «mulata clara», desde que fosse filha de pai português, educada em colégio religioso católico e gerasse filhos de pai português mais claros em cor de pele do que ela. Freyre nada dizia sobre o homem mestiço. *Et pour cause*: o homem mestiço não se prestava, como a mulher, a ser utilizado como instrumento sexual de «limpeza racial» nas colónias portuguesas.

Não foi necessário esperar pela década de 1960 e pela brilhante refutação dos pressupostos históricos do Luso-Tropicalismo pelo historiador britânico Charles Boxer para que vozes angolanas se erguessem contra essa que foi a mais insidiosa versão, no século xx (e, infelizmente, também neste primeiro quartel do século xxi), das teorias oitocentistas de Gobineau, suplantando o próprio Nazismo em hipocrisia. A mais eloquente dessas vozes foi a de Mário Pinto de Andrade, que em 1955 publicou sob pseudónimo, na revista parisiense *Présence Africaine*, o artigo «Qu'est-ce que le lusotropicalisme?». Muito acertadamente, Pinto de Andrade comentava os resultados dos recentes censos populacionais em Angola, onde era por demais evidente que a «mestiçagem» nas colónias portuguesas mais não se devia senão à ausência de mulheres brancas, porquanto a taxa do aumento do número destas era directamente proporcional à da diminuição dos mestiços. Os Portugueses foram e são tão racistas quanto qualquer outro povo e não têm, aliás, qualquer motivo para se envergonharem desta realidade.

Aberta ao capital estrangeiro, a Angola colonial capitalista ia crescendo. No início da década de 1950 foi criado, com a comparticipação de 50 % do Banque Belge d'Afrique, o Banco Comercial de Angola, para cuja sede seria construído, no decénio seguinte, um dos primeiros arranha-céus que mudaram a paisagem da baixa de Luanda. Na parte nova da capital de Angola, por sobre o planalto e ocupando antigos musseques, proliferavam recentes bairros residenciais como a Vila Alice, a Vila Clotilde, o Cruzeiro e a CAOP. Este último, que ao lado da Avenida dos Combatentes preenchia o espaço do antigo Musseque do Cayatte, fora baptizado com a sigla da Companhia da África Ocidental Portuguesa, antiga empresa agro-industrial atingida pela febre lucrativa da construção civil. O aumento da população branca em Luanda já se

reflectira, durante a década de 1940, na edificação de recintos para espectáculos e diversões ao estilo arquitectónico *art déco*. Além do Cine-Teatro Nacional, inaugurado em 1931, ergueu-se dez anos depois o Cine Bar Dancing Tropical, na Avenida Brito Godins, que separa a encosta da Ingombota do planalto do Maculusso. E em 1948 inauguraram-se duas salas de espectáculo destinadas a servir dois bairros luxuosos: o Cinema Restauração (futuramente Palácio dos Congressos e Assembleia Nacional), com as traseiras para o Parque Heróis de Chaves e rematando o Bairro do Saneamento, destinado às moradias dos Secretários Provinciais, na Cidade Alta; e o Cine-Esplanada Miramar, construção corbusiana erguida num novo bairro de vivendas sito numa nova «cidade alta setentrional», o Miramar. Mas o grande surto arquitectónico deu-se na década de 1950.

Em 1952, além de ter sido erguida uma estátua a Diogo Cão no largo fronteiro do porto de Luanda, iniciaram-se, igualmente na capital de Angola, duas obras emblemáticas da arquitectura colonial. Uma delas foi o Mercado do Kinaxixi, projectado pelo arquitecto português Vasco Vieira da Costa (n. Aveiro, 1911 – m. Porto, 1982) e inaugurado em 1954. O recinto era uma adaptação arquitectónica aos trópicos dos mercados europeus, com as secções bem divididas, nomeadamente as áreas reservadas à venda de peixe e de hortaliças. Erguido sobre pilares, exhibia à sua volta as mais diversas lojas, tais como floristas, mercearias, drogarias, padarias, pastelarias, frutarias, talhos e aviários. O mais interessante a observar no Mercado do Kinaxixi, durante as duas décadas de colonialismo em que subsistiu, é que não era apenas europeu na arquitectura, mas sobretudo nos vendedores e na clientela, tudo Portugueses ou brancos naturais de Angola, e mesmo nas mercadorias que transaccionava, preferencialmente produtos importados ou oriundos de Portugal. Por isso, como o

escreveu Pepetela em *Luandando*, após a Independência, em 1975, com a saída maciça dos Portugueses, o Kinaxixi tornou-se «um mercado triste, silencioso, sem a vitalidade e a cor dos outros» [*sic*], pois não tinha tradição entre o povo angolano.

A outra grande obra arquitectónica, iniciada em 1952 e inaugurada em 1956, foi o edifício sede do Banco de Angola, ocupando na Marginal – que crescera, ao longo da baía, depois da inauguração do Porto de Luanda em 1945 – o terreno da baixa de Luanda que outrora fora o do Mercado da Caponta. Da autoria de Vasco Regaleira (1897-1968), especialista em arquitectura religiosa e conotado com o chamado «Estilo Português Suave», o edifício do Banco de Angola (hoje Banco Nacional de Angola) manteve em todos os tempos a sua elegância. São famosos, à entrada, os azulejos alusivos ao desembarque de Diogo Cão no Soyo. Mas a configuração da sua torre central, lembrando um minarete e evocando reminiscências arquitectónicas islâmicas, inspirou aos colonos dos anos de 1950 o apodo humorístico de «Mesquita do Ali (h)á Massa».

Estes edifícios foram solenemente inaugurados em 1956 pelo presidente da República de Portugal, Craveiro Lopes, assim como o foi o novo Aeroporto Internacional de Luanda – dotado do notável mural de Neves e Sousa –, a que o presidente deu nome e que após a Independência se passou a chamar Aeroporto 4 de Fevereiro. Dois anos antes, entre Maio e Julho de 1954, Craveiro Lopes, o primeiro Chefe de Estado português a deslocar-se às colónias de avião, realizara uma visita presidencial retumbante a Angola. Os transportes e as comunicações angolanos encontravam-se, aliás, assaz desenvolvidos. Luanda contava com oito linhas de autocarros urbanos azuis e brancos (os maximbombos) – da marca *Daimler*, alguns dos quais de dois pisos, tal como em Lisboa – que,

pertencentes à Câmara Municipal, efectuavam todos os seus itinerários a partir do Largo da Mutamba. No entanto, só uma das carreiras chegava aos musseques – e, mesmo entre estes, só aos setentrionais, como o Marçal e o Rangel –, pelo que o autocarro que a efectuava, de apenas um piso, em breve ficou popularmente conhecido como o «Maximbombo do Munhungo», que a literatura de Arnaldo Santos imortalizou. Também a rede de táxis pretos e verdes – a cor portuguesa tradicional dos táxis – era considerável. Mas a maioria dos taxistas eram colonos cuja origem humilde em Portugal os tornava arrogantes em Angola e recusavam-se muitas vezes a transportar mestiços e negros ou a entrar nos musseques, como o celebrizou, em 1968, a canção *Chofer de Praça*, de Luiz Visconde (n. 1940-m. 1970). Aliás, como veremos, os taxistas portugueses de Luanda seriam, em 1974, as primeiras vítimas das retaliações urbanas contra a opressão colonial. Luanda contava igualmente com uma rede de telefones automáticos desde 1952, ano em que se iniciara a prospecção de jazidas de petróleo em Angola, pela Petrofina. As viagens internas de avião já se realizavam desde 1938, com a criação da Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos de Angola (DTA), que após a Independência daria origem à TAAG.

Em 1954, sempre acompanhado pelo governador José Agapito da Silva Carvalho no seu périplo por Angola, Craveiro Lopes inaugurou: uma nova obra de abastecimento de água a Luanda; a Barragem das Mabubas, perto do Caxito, que baptizou com o nome do anterior ministro do Ultramar, Teófilo Duarte; um aeroporto em Vila Luso, no Moxico – agora promovida a cidade –, com o nome do ministro do Ultramar em funções e que seguia na comitiva presidencial, Sarmento Rodrigues; uma estátua a Silva Porto, da autoria do escultor português Gil Perdigão, erigida na capital do distrito do Bié, a antiga embala de Belmonte (actual Kuito), que também foi

promovida a cidade e baptizada com o próprio nome do sertanejo suicida; um cruzeiro de pedra no Colono da Cela, onde o presidente foi entusiasticamente acolhido pelos colonos e onde, além de conceder foros de cidade à povoação principal, Waku Kungu, transferiu-lhe o nome da terra natal do ditador Salazar, Santa Comba Dão, passando Waku Kungu a chamar-se Santa Comba da Cela; o início das obras de prolongamento do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, no Lubango, interrompido desde 1923, quando a cidade fora baptizada Sá da Bandeira precisamente porque lá chegara o comboio; e ainda, no Forte de São Pedro da Catumbela, uma estátua ao seu próprio bisavô, Francisco Xavier Lopes, construtor da fortificação em 1846, no tempo do governo tenebroso de Pedro Alexandrino da Cunha.

Toda a viagem presidencial fora meticulosamente organizada por José Agapito da Silva Carvalho, que se revelou um exímio mobilizador da propaganda colonial em Angola. Conseguiu que Craveiro Lopes se deslocasse a Cabinda, onde condecorou descendentes dos signatários do Tratado de Simulambuco e depositou flores no túmulo do barão Manuel José Puna. Conseguiu que Craveiro Lopes, aquando da visita ao México, se avistasse com a rainha luena Nha Katole, homónima da sua avó que assinara o Tratado de Protectorado com Trigo Teixeira em 1898. Conseguiu que Craveiro Lopes promovesse à categoria de cidade, além de Vila Luso, outros agregados populacionais portugueses incipientes. Foi o caso do Uíje, no distrito homónimo nortenho, que passou a chamar-se Carmona. E foi o caso de Dalatando, povoação do distrito do Kuanza Norte que, mercê da cafeicultura portuguesa do Cazengo, suplantara a velha Ambaca e já era conhecida, em homenagem ao ditador, como Vila Salazar. Agora, com o estatuto de cidade, passara a chamar-se apenas Salazar. E Agapito conseguiu, por fim, que Craveiro Lopes, depois de

felicitar os criadores de ovelhas caracul do Planalto da Huíla – que tinham cometido a proeza de suplantar os Sul-Africanos na exportação de peles astracã, depois da chacina que infligiram aos Mucubais em 1940 –, fosse artificialmente ovacionado por uma multidão de Cuanhamas adrede mobilizada na cidade de Pereira d'Eça, a antiga (e actual) (O)Njiva, outrora capital do rei Mandume Ya Ndemufayo.

A 22 de Julho de 1954, poucos dias depois da partida de Craveiro Lopes de Angola, deram-se os assaltos aos enclaves indianos de Dadrá e de Nagar-Aveli, sob administração portuguesa, primórdios do conturbado processo que culminaria na invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em Dezembro de 1961. Foram noticiados em Angola logo no dia seguinte, a 23 de Julho, a tempo de José Agapito da Silva Carvalho «convocar», em 24 horas, uma curiosa manifestação – que de «espontânea» nada teve – defronte do Palácio, na Cidade Alta de Luanda, na manhã de dia 24, para a qual discursou em defesa da «integridade da Nação portuguesa» [sic]. Reis Ventura consagra ao evento todo um capítulo do romance *Cidade Alta*, onde, não só põe os Angolanos a aclamar Agapito, como designa os Indianos por «bandoleiros».

A própria literatura colonial fora rebaptizada como «literatura ultramarina», mas, curiosamente, os escritores coloniais levaram tempo a apropriar-se da lição luso-tropicalista de Gilberto Freyre. O caso mais flagrante em Angola foi, precisamente, o de Reis Ventura. Ao longo da década de 1950, publicou nas páginas de *A Província de Angola* dois folhetins de subtítulo quase igual, que não tardaria a editar sob a forma de livros: *Quatro Contos por Mês (Cenas da Vida em Luanda)* (1955) e *Cidade Alta (Cenas da Vida de Luanda)* (1958). Tal como nos artigos e ensaios de teor político e económico que produziu em paralelo, não se vislumbra nestes romances de Reis

Ventura, ancorados na mesma perspectiva segregacionista de Henrique Galvão e de outros autores, qualquer simpatia pelo Luso-Tropicalismo. No entanto, no ensaio *A Nova Angola*, publicado em 1959, ao citar um discurso solene de Agapito, o ex-padre transmontano aludia pela primeira vez, de modo lisonjeiro, à presença de Gilberto Freyre em Angola, quase oito anos antes. E, reagindo à Conferência de Bandung de 1955 e à consequente consolidação do grupo afro-asiático – com 35 representantes africanos e 27 asiáticos – na Assembleia Geral da ONU, Reis Ventura criava um aberrante conceito de «Euro-África», que associava às vetustas falácias da «fraternidade cristã» e do «anti-racismo português»:

[...] porque surgem, no adoentado seio da ONU, as fracções afro-asiáticas? Porque se começa a falar tanto e tão abusivamente de teóricos agrupamentos afro-asiáticos, quando o que na realidade existe – e deve continuar a existir – é uma Euro-África, apoiada na multiseular obra do passado e na insofismável realidade do presente? [...] Trata-se, como toda a gente sabe, dum mero artifício da infiltração soviética, ajudado pela ingenuidade suicida com que os Estados Unidos têm interferido em algumas questões euro-africanas [...] Em tempos de muito maior comunicabilidade mundial, com satélites russos à volta do planeta [...], Portugal repete agora aqui o que fez no Brasil. E faz de Angola uma terra caracteristicamente euro-africana, com a mesma naturalidade com que fez do Brasil o país mais europeu das Américas. [...] Consequentemente, se Portugal pode hoje apresentar a sua Província de Angola como a mais perfeita concretização do conceito da Euro-África, é porque soube resolver, melhor do que ninguém, a questão basilar da convivência entre pretos e brancos. [...] Existe, na verdade, um tipo de indiscriminação racial que podemos chamar nosso, porque só os portugueses o têm sabido realizar. A verdadeira indiscriminação racial não é uma fórmula jurídica nem uma teoria sociológica: – é um sentimento de fraternidade cristã [sic].

A lição freyreana estava, pois, já bem estudada. E em 1960, a um ano da eclosão da Guerra da Independência, Reis Ventura publicava um romance protagonizado por uma mulata angolana, *Filha de Branco*, experiência



embrionária da enxertia do Luso-Tropicalismo na literatura colonial sobre Angola.

### **c) A evolução do(s) Nacionalismo(s) Angolano(s) entre 1954 e 1959**

Os percursos do nacionalismo angolano ao longo da década de 1950 contrastam abissalmente com o universo paradisíaco propalado pelo discurso colonial português coevo. Reportando-nos ao incontornável estudo testemunhal e documental de Edmundo Rocha, podemos considerar que a emergência do nacionalismo angolano na época se traduziu numa progressiva actividade política clandestina dividida, basicamente, por duas grandes áreas geográficas bem distintas e distantes: Portugal (com ramificações pela Europa e pelo mundo) e Angola (sobretudo centros urbanos, particularmente Luanda). Em Angola também há que ter em conta, evidentemente, as movimentações dos Bakongo, lideradas por Álvaro Holden Roberto, que conduziram à criação da UPA. Pese embora a importância, durante a primeira metade da década, da dinamização cultural do MNIA em Angola e do Centro de Estudos Africanos da Casa dos Estudantes do Império em Portugal, a grande viragem deu-se em 1954. Foi, por coincidência (ou não?), o mesmíssimo ano da visita espantosa de Craveiro Lopes a Angola e dos assaltos aos enclaves indianos de administração portuguesa de Dadrá e de Nagar-Aveli.

Em Lisboa, já no final do ano, a 13 de Dezembro, foi criado o Clube Marítimo Africano, uma associação recreativa, desportiva e cultural que congregava, não apenas embarcações africanos, mas também estudantes oriundos das colónias, como Humberto Machado, Agostinho Neto, Lúcio Lara e outros. Outro estudante angolano, Mário Pinto de Andrade, fixara-se em Paris nesse mesmo ano de 1954, colaborando na *Présence Africaine* – e sobrevivendo como secretário pessoal do fundador da

revista, o senegalês Alioune Diop (n. 1910-m. 1980) –, depois de ter publicado em Lisboa, com o santomense Francisco José Tenreiro (n. 1921-m. 1963), os *Cadernos de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. A maioria dos sócios do Clube Marítimo Africano residia em Portugal e muitos deles eram Cabindenses, como a família do músico e investigador Filipe Zau (n. Lisboa, 1950), que deixou um importante estudo sobre o tema. Estes marítimos, numa tradição que remontava ao século XIX, trabalhavam a bordo dos cargueiros e paquetes das companhias de navegação portuguesas: a Empresa Insulana de Navegação, existente desde 1871, que efectuava viagens entre Portugal e os arquipélagos adjacentes da Madeira e dos Açores; a Companhia Nacional de Navegação – criada em 1922, mas sucessora das oitocentistas União Mercantil, Empresa Lusitana e Companhia Nacional de Navegação a Vapor para a África Portuguesa –, cujos navios serviam, além do continente americano, as costas africanas ocidental e oriental, chegando à Índia Portuguesa; e, finalmente, a Companhia Colonial de Navegação, existente desde 1920 e que concorria, nos trajectos transatlânticos, com a anterior.

Desde cedo vigiado pela PIDE, o Clube Marítimo Africano servia de canal de ligação entre Lisboa e os nacionalistas angolanos de Luanda, inicialmente através da correspondência do estudante Humberto Machado com o seu irmão mais velho, Ilídio Machado, dirigente da Liga Nacional Africana e fundador, a 12 de Novembro de 1955, com o pseudónimo «Paulo Costa» – numa casa situada no Largo Ramada Curto, em Luanda –, do Partido Comunista Angolano (PCA). Os outros três fundadores do PCA foram: Viriato da Cruz, com o pseudónimo «Monamundo» (isto é, «Filho do Mundo»), o mais politizado dos quatro, pois distribuía pelos companheiros livros de economia política e materialismo dialéctico e ministrava-lhes aulas de marxismo-leninismo; António Jacinto, com o pseudónimo

«Carlos Duarte»; e o mais jovem de todos, Mário António Fernandes de Oliveira, de apenas 20 anos, natural de Maquela do Zombo e então funcionário do Observatório Meteorológico de Luanda, com o pseudónimo «José Nunes». Malgrado os esforços de Viriato da Cruz – que redigiu os estatutos do partido a partir dos do Partido Comunista Brasileiro e conseguiu contactos, quer com as publicações clandestinas do Partido Comunista Português (PCP) em Lisboa (o jornal *Avante* e o boletim *O Militante*), quer com o cidadão belga Van der Leyde, dinamizador do Partido Comunista do Congo (PCC) –, a existência do PCA foi efémera. Não só não teve aceitação nos sectores nacionalistas angolanos, mercê do seu discurso marxista-leninista exagerado, como também não a teve em Moscovo, que ao tempo, em plena política reformista de Nikita Khrushchov (n. 1894 – m. 1971), repudiava a criação, em territórios africanos, de movimentos que fossem assumidamente comunistas.

Os quatro fundadores do PCA criaram, no ano seguinte – o primeiro do governo de Horácio de Sá Viana Rebelo, que decorreria até Agosto de 1959 –, um partido político que se pretendia ideologicamente mais abrangente: o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Desta vez reuniram-se, a 10 de Dezembro de 1956, em casa do próprio Ilídio Machado, um sobrado situado na esquina da Rua Neves Ferreira (actual Rua Pedro Félix Machado) e da Calçada Capelo e Ivens (em tempos Estrada da Maianga e actualmente Rua Higino Aires). Desde a Independência, em 1975, esse sobrado tem sido oficialmente assinalado como a casa onde foi fundado o MPLA. Sem querermos entrar na polémica – e reportando-nos apenas aos estudos de Carlos Pacheco, Edmundo Rocha e Jean-Michel Mabeko-Tali, além da própria documentação publicada em 1998 por Lúcio Lara –, damos por certo o facto de ter sido redigido por Viriato da Cruz, em Luanda, um longo texto datado do

mesmo mês de Dezembro de 1956, no qual se exortavam todos os Angolanos a unirem-se na conquista da Independência. Nele se lia, em dado passo:

Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através, portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA [sic].

Pela primeira vez emergia a sigla do futuro partido político. No entanto, continua a ser um mistério o facto de o texto deste Manifesto – posteriormente designado por «Manifesto do MPLA» – não ter chegado à posse dos estudantes da CEI, nem dos nacionalistas angolanos, entre os anos de 1957 e 1960. Além disso, ao contrário de muitos outros panfletos, jamais foi apreendido pela PIDE, que a partir de 1957 começou a operar com tenacidade em Angola. Mas o Manifesto de 1956 serviu para congregar no PLUAA os militantes Higino Aires de Sousa, André Franco de Sousa e Matias Miguéis. Este último, nascido em Novo Redondo em 1917, era um destacado dirigente da LNA e fundara em 1947, com o seu amigo Carlos Aniceto (Liceu) Vieira Dias (n. Banana, 1919-m. Luanda, 1994) – o «pai» da música popular angolana que, havendo recebido a alcunha de «Liceu» por ter nascido no dia da inauguração do Liceu Salvador Correia, crescera em Luanda e era ao tempo morador no ainda existente Musseque do Cayatte e funcionário do Banco de Angola –, o inesquecível grupo musical *Ngola Ritmos*.

Entretanto, no Congo Belga, a Aliança dos Bakongo (ABAKO), fundada em 1950 como associação de defesa cultural da língua kikongo e de apologia da restauração do antigo Reino do Kongo, aumentara consideravelmente em número de simpatizantes desde que, em 1954, Joseph

Kasavubu (n. 1917-m. 1969) assumira a liderança. Veio mesmo a transformar-se num partido político independentista em 1956, com a publicação do *Manifeste de l'Abako*, em resposta ao *Manifeste de Conscience Africaine*, de tendência nacionalista, saído meses antes. Eram antigas as migrações regionais entre os Bakongo do Congo Belga e os de Angola - na vasta região congoleza compreendida entre Matadi e Léopoldville habitavam cerca de 150 mil Bakongo nascidos em território angolano, a maioria expropriados pelos cafeicultores Portugueses -, pelo que a ABAKO congregava um agrupamento de Angolanos, naturais de Maquela do Zombo: a Aliança dos Emigrantes do Zombo (ALIAZO). Até meados de 1955, data da morte do rei do Kongo, D. Pedro VII - o mesmo que, 15 anos antes, fora exibido em Lisboa na Exposição do Mundo Português -, a harmonia reinou entre os Bakongo católicos, seguidores de uma tradição missionária de quase 500 anos, remontante a Diogo Cão e a Rui de Sousa, e os protestantes, oriundos de uma missionação muito mais recente, posterior a 1885 e à consagração do princípio colonial da liberdade de evangelização pela Conferência de Berlim. As autoridades portuguesas de Luanda apoiaram a entronização de D. António III da Gama, católico do ramo Ki Nvuzi, tal como o seu antecessor. Mas esta decisão desagradou aos Bakongo protestantes, cujos líderes eram José Eduardo Pinnock, Francisco Lulendo e ainda o ex-secretário do falecido monarca, Manuel Barros Nekaka, secundado pelo seu sobrinho materno Álvaro Holden Roberto.

Manuel Barros Nekaka era filho de Miguel Zinjiza, também conhecido como Miguel Nekaka por haver sido, na juventude, afastado da família - *nekaka* significa *solitário* -, vendido em penhor por dívidas a credores do Congo Belga. Entre Maio de 1913 e Janeiro de 1914, Miguel Nekaka distinguira-se como um dos principais lugares tenentes de

Álvaro Buta durante a revolta deste contra o domínio português. Igualmente filha de Miguel Nekaka era Joana Lala Helena Nekaka, que se uniu pelo matrimónio a um príncipe da família real conguesa, Garcia Diasiwa Roberto. Dessa união nasceu Álvaro Holden Roberto (n. São Salvador do Congo, 1923--m. Luanda, 2007), que durante a infância foi educado por missionários protestantes baptistas, chegando mesmo a adoptar, em homenagem a um deles, o nome Holden. Seguiu depois, com o seu tio Manuel Barros Nekaka - atravessando o rio Kongo/Zaire às cavalitas dele, segundo o relatou em várias entrevistas -, para Léopoldville, onde estudou na Escola Central Missionária BMS. Até regressar a Angola, em 1951, Holden Roberto foi funcionário do Ministério das Finanças da Bélgica, em Standleyville (actual Kisangani). Mas em 1955, em oposição à subida ao trono do novo Ntotila católico, tornou a acompanhar o tio materno a Léopoldville, onde entraram em contacto com o missionário protestante George M. Houser, dirigente do American Committee On Africa (ACOA), o mais importante organismo anticolonialista norte-americano. Esta ligação foi-lhes essencial para que daí a dois anos, em 1957, se autonomizassem da ABAKO e criassem, com o apoio dos EUA e da ONU, a União das Populações do Norte de Angola (UPNA).

Também em 1957, no mês de Junho, chegavam a Luanda os primeiros sete agentes da PIDE - até então só existia em Angola a Polícia de Investigação Criminal (PIC) -, desembarcados do vapor *Uíge*. Testemunham-no dois jovens recém-licenciados que, por coincidência, haviam viajado a bordo do mesmo paquete: o jurista e escritor angolano Antero Abreu (n. Luanda, 1927), que regressava ao seu país depois de estudar na Metrópole; e o economista português Alberto Alves de Oliveira Pinto (n. Paços de Brandão/Portugal, 1932) - daí a cinco anos pai do autor

destas linhas –, que pisava pela primeira vez o solo angolano. Três meses bastaram para que a PIDE vigiasse de perto Viriato da Cruz e o considerasse um «elemento declaradamente comunista» [sic]. Em Outubro, o autor do Manifesto do «Amplio Movimento Popular de Libertação de Angola» abandonava subitamente, pretextando razões de saúde, o emprego na empresa Singer, em Luanda, e embarcava, por ironia, no mesmo paquete *Uíge*, rumo a Lisboa. Aí permaneceu até Dezembro, hospedado em casa do engenheiro agrónomo guineense Amílcar Cabral (n. Bafatá/Guiné-Bissau, 1924-m. Conakry, 1973), que dois anos antes participara na Conferência de Bandung e no ano anterior fundara clandestinamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Edmundo Rocha faz coincidir a estada de Viriato da Cruz em Lisboa com a fundação, em finais do ano, do Movimento Anti-Colonialista (MAC). A iniciativa partira da CEI, que contava agora com duas camadas geracionais de estudantes – os «mais velhos», nascidos na década de 1920, e os da «nova vaga», nascidos na década de 1930 – e que dois anos depois criaria o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA). Ainda segundo Edmundo Rocha e o seu amigo e colega médico Eduardo Macedo dos Santos, Agostinho Neto, embora saído da prisão em Junho – pois passara dois anos e meio entre o Forte de Caxias e a Cadeia do Aljube, desde que fora preso pela PIDE a 9 de Fevereiro de 1955 –, não esteve presente na criação do MAC, em Lisboa, e por isso não conheceu Viriato da Cruz nessa ocasião. No entender de Edmundo Rocha, criou-se a partir de então um clima azedo de falta de diálogo entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto, os dois grandes líderes da corrente nacionalista marxista angolana, que cinco anos mais tarde, em Léopoldville, teria um desfecho dramático e traumático.

No entanto, Lúcio Lara assegura que a reunião clandestina que criou o MAC - na qual, aliás, apenas alguns estudantes angolanos da «nova vaga», como Iko Carreira e Gentil Viana, defenderam que o movimento fosse exclusivamente angolano e não de todas as colónias portuguesas - se realizou no primeiro semestre do ano de 1957, com a presença de Agostinho Neto (que todavia só foi libertado em Junho). Acrescenta Lúcio Lara que em Outubro - o mesmo mês em que participou como observador no V Congresso do Partido Comunista Português, realizado clandestinamente na linha do Estoril e onde, pela primeira vez, os comunistas portugueses reconheceram ser prioritária a independência das colónias - ficara surpreendido ao saber casualmente da presença de Viriato da Cruz em Lisboa, em casa de Amílcar Cabral. Em Dezembro, Viriato da Cruz juntou-se a outros membros do MAC em Paris, onde Mário Pinto de Andrade o pôs em contacto com a *Présence Africaine*. Edmundo Rocha, que fazia parte do grupo do MAC em França, afirma que Viriato da Cruz conferiu uma nova dinâmica ao movimento. Se, em 1955, Mário Pinto de Andrade e Manuel dos Santos Lima já haviam participado, em Paris, na I Conferência dos Escritores Africanos, em 1958, com Viriato da Cruz, foram à Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos, em Tashkent, na União Soviética. Convidados pela delegação chinesa, Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade visitaram a China durante três semanas, contactando pela primeira vez com a Revolução Maoista, em curso havia uma década, e intervieram numa Conferência de Escritores do Terceiro Mundo. No ano seguinte, participaram no II Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma, onde também estiveram presentes Lúcio Lara e o padre Joaquim Pinto de Andrade, meio-irmão mais velho de Mário Pinto de Andrade.



Ainda em 1958, em Luanda, Ilídio Machado, André Franco de Sousa, Higino Aires de Sousa, Liceu Vieira Dias e mais cinco companheiros fundaram um novo movimento cujo discurso secundarizava o marxismo em benefício do nacionalismo: o Movimento para a Independência de Angola (MIA). A sua aparição estava relacionada com a ferina campanha eleitoral para a Presidência da República que então decorria em Portugal. Não tendo Craveiro Lopes, ao fim de sete anos de mandato, querido recandidatar-se, Salazar indigitou, como candidato presidencial da União Nacional, o almirante Américo Tomás (n. 1894-m. 1987). A oposição ao regime apoiava, e aclamava mesmo como herói, um oficial da Força Aérea, o general Humberto Delgado (n. 1906-m. 1965), cujas excentricidades e descomedimentos levariam a que fosse assassinado pela PIDE anos depois. Foi nele que os independentistas angolanos apostaram em vão, pois perdeu as eleições mercê de mais uma fraude eleitoral do regime salazarista. A campanha eleitoral de Humberto Delgado serviu, contudo, para impulsionar em Luanda a criação de um jornal de ideias oposicionistas, o *ABC - Diário de Angola*, cuja tipografia nascera para a feitura dos cartazes. O *ABC*, dirigido pelo empresário socialista Machado Saldanha, teve como chefes de redacção, primeiro José Mensurado e mais tarde Acácio Barradas, e fez brilhar, na década de 1960, a coluna «Letras Descontadas», com as crónicas inteligentes e arrojadas de Alfredo Bobela-Motta (n. Abrantes/Portugal, 1904-m. Lisboa, 1978). Mas em 1959, após a eleição de Américo Tomás e o exílio de Humberto Delgado no Brasil, a colaboração estreita entre o MIA em Luanda e o MAC em Lisboa intensificar-se-ia e viabilizaria a chegada ao Lobito de uma policopiadora que permitiria a difusão de panfletos nacionalistas por diversas localidades angolanas durante muitos meses.

No mesmo ano de 1958, a UPNA, presidida em Léopoldville por Manuel Barros Nekaka, decidira enviar Holden Roberto ao Gana para participar, como representante de Angola, na I Conferência Pan-Africana, que se realizou em Acra. Bem-sucedido nos contactos que então estabeleceu - quer com o psiquiatra martinicano Franz Fanon (n. Fort-de-France/Martinica, 1925-m. Washington, 1961), dirigente da Front de Libération Nationale (FLN) argelina, quer com o sindicalista congolês Patrice Emery Lumumba (n. Onalua/Congo Belga, 1925-m. Katanga, 1960), que nesse mesmo ano fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC) -, Holden Roberto decidiu-se a conferir à UPNA um estatuto menos regionalista e mais nacionalista. Por isso, refugiando-se em casa de um irmão em Brazzaville (Congo Francês) - uma vez que, entretanto, era procurado em Léopoldville pelas polícias belga e portuguesa -, propôs com êxito a alguns dos seus correligionários que o movimento em que militavam se passasse a chamar apenas União dos Povos de Angola (UPA). Logo a seguir, Holden Roberto regressou a Acra, onde o governo de Kwame Nkrumah (n. Nkroful/Gana, 1909-m. Bucareste, 1972) o empregou como representante de Angola e tradutor nos serviços de imprensa do Ghanaian Bureau of African Affairs. Depois de publicar, sob o pseudónimo de Ruy Ventura, artigos condenando o colonialismo português, Holden Roberto obteve um passaporte da Guiné-Conakry e o apoio financeiro do American Committee On Africa (ACOA) para uma viagem aos EUA, onde foi submetido a uma intervenção cirúrgica no olho direito e onde permaneceria até ao início de 1960.

Menos sorte do que Holden Roberto tiveram, em 1959, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e os irmãos Pinto de Andrade no contacto com Franz Fanon e com os Argelinos da FLN. A proposta de Fanon, durante o II Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma, no sentido de a FNL preparar militarmente um grupo de 11 jovens angolanos, não pôde

ser concretizada pelo MAC. Conforme Lúcio Lara o escreveria muito mais tarde, tal facto levou os Argelinos a menosprezarem os militantes do MAC, considerando-os «gente da cidade», e a entenderem que, em Angola, a UPA de Holden Roberto estaria mais «ligada às massas» [sic]. Mas, como o reconheceu Edmundo Rocha, os Argelinos ignoravam que, à época, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e os irmãos Pinto de Andrade estavam impossibilitados de contactar com os nacionalistas de Luanda, uma vez que, enquanto em Roma decorria o Congresso, a PIDE efectuava na capital angolana as prisões em massa que ficariam conhecidas por «Processo dos 50».

#### **d) O «Processo dos 50», a passagem fulgurante de Agostinho Neto por Angola e o nascimento do MPLA em Tunes (1959-1960)**

Entre Março e Junho de 1959, em Luanda, a PIDE prendeu inopinadamente 32 angolanos e sete portugueses, acusando-os de conspirarem subversivamente pela Independência de Angola. Repartiu-os por três processos judiciais, aos quais acrescentou um quarto onde figuravam os nomes de mais 14 angolanos exilados no estrangeiro (esta lista incluía, ao lado de Viriato da Cruz, de Lúcio Lara e de Mário Pinto de Andrade, os dirigentes da UPA, nomeadamente Holden Roberto, com o pseudónimo Ruy Ventura, e o seu tio Manuel Barros Nekaka). Do 1.º Processo constavam 16 nomes, conotados com o MIA: evidenciavam-se Ilídio Machado, André Franco de Sousa, Higino Aires de Sousa e Liceu Vieira Dias. Do 2.º Processo constavam 19 nomes, conotados com o chamado Exército de Libertação de Angola (ELA). Finalmente, os nomes constantes do 3.º Processo eram conotados com o Movimento de Libertação de Nacional (MLN) – que Ilídio Machado tentara em vão, meses antes, fundir com o MIA no Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA) –, constituído, na maioria, por intelectuais portugueses de

ideias socialistas e comunistas, sócios da Sociedade Cultural de Angola.

Os quatro processos judiciais, que se arrastariam até meados da década de 1960, ficaram conhecidos pela antonomásia «Processo dos 50», da autoria do padre Joaquim Pinto de Andrade – então Chanceler da Arquidiocese de Luanda, ele próprio preso pela PIDE mais tarde, em Junho de 1960 –, em carta que endereçou para Paris, ao seu irmão Mário. O destino da maioria dos detidos seria o Campo de Concentração do Tarrafal, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde. A atitude dos raros advogados que se atreveram a defendê-los – de entre os quais se distinguiu Maria do Carmo Medina (Lisboa, n. 1925-m. 2014), a primeira mulher com escritório de advocacia em Luanda –, foi um acto inequívoco de coragem. Merecem hoje, sem qualquer contestação, o estatuto de heróis nacionais angolanos. Porém há que compreender que o que desencadeou o «Processo dos 50» foi a vaga de panfletos nacionalistas que, durante meses, enxamearam os musseques e alvoroçaram os colonos de cidades como Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa e Malange. Eram redigidos em português, francês, kikongo e kimbundu e lançavam vivas a figuras históricas da resistência angolana, tanto concretas, como a rainha Njinga Mbandi, quanto abstractas, como o Ngola Kiluanji. Mas havia, indubitavelmente, «informadores» angolanos da PIDE infiltrados entre os grupos independentistas difusores dos panfletos. Que grupos eram esses? Evidenciamos seis.

Além do MIA, tendencialmente marxista e com raízes em Luanda, há que destacar os grupos então ligados à UPA, mas com grande influência na capital angolana. O principal era o chamado Exército de Libertação de Angola (ELA), dirigido pelos cabindenses António Pedro Benge (n. 1902-m. 1962) e André Rodrigues Mingas (n. 1905-m.?) – este último cunhado de Liceu Vieira Dias –, ambos funcionários, respectivamente, dos Serviços da Saúde e da Fazenda de

Angola. O ELA tinha enorme apoio do Grupo dos Enfermeiros, cuja figura mais proeminente era Agostinho André Mendes de Carvalho (n. Colomboloca/Icolo e Bengo, 1924-m. Luanda, 2014), muito mais tarde militante do MPLA e conhecido como escritor pelo pseudónimo Uanhenga Xitu (em kimbundu «*pendura a carne*», a ordem que lhe davam diariamente no tempo em que, na infância, trabalhou num talho). Segundo os arquivos da PIDE, ambos os grupos tinham contactos estreitos com a UPA em Léopoldville – para onde enviavam dinheiro e de onde recebiam os panfletos –, por intermédio do Cónego da Sé de Luanda, Monsenhor Manuel das Neves. Nascido no Golungo Alto em 1896, Manuel Joaquim Mendes das Neves tivera sempre popularidade nos meios intelectuais de Luanda, particularmente na Liga Nacional Africana, de que fora presidente da Direcção em 1947 e da Assembleia-Geral em 1950 e 1951, e era designado, na correspondência secreta com a UPA, por «amigo Makário». O papel deste eminente eclesiástico viria a ser decisivo na insurreição de 4 de Fevereiro de 1961. A ele se juntava, no chamado «grupo dos católicos», o padre Joaquim Pinto de Andrade, cujas homilias na Sé de Luanda lograram congregar para a causa independentista muitos membros do clero angolano.

Edmundo Rocha menciona ainda um quinto grupo, organizado basicamente no Musseque Rangel: a Frente Unida de Libertação de Angola (FULA), igualmente simpatizante da UPA e também com a adesão do Cónego Manuel das Neves. Congregavam-na indivíduos que, mais tarde, enfileirariam no MPLA, como Jaime Araújo, Aníbal Melo e Domingos Van-Dúnem. Mas, bem antes do «Processo dos 50», por ocasião do qual quase todos foram detidos, conseguiram organizar a saída de Angola dos estudantes Carlos Belo (também conhecido como Carlos Belli-Bello), Tomás Ferreira, Irene Cohen, Maria da Conceição Legot e Olga Lima.

Acrescentamos um sexto grupo, que incomodou particularmente a PIDE por ser constituído, sobretudo, por Portugueses e por Angolanos de origem portuguesa muito recente: a Sociedade Cultural de Angola. O jornal *Cultura* prestigiava-a desde que fora criado em 1942. A partir de 1949, *Cultura* passou a ser dirigido pelo então vice-presidente da Sociedade Cultural de Angola, o advogado madeirense Eugénio Bento Ferreira (n. 1906-m. 1998), que vivia em Angola desde 1943. Expulso da Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG) por haver casado com uma mestiça, Eugénio Ferreira instalara-se em Luanda em 1947, onde exercia a advocacia num escritório perto da sua residência, à Calçada de Santo António, na casa onde em tempos morara Alfredo Troni. Assumiu a direcção de *Cultura* assegurando que o jornal ia «entrar numa nova fase de crescimento» [sic]. Contudo, *Cultura* só reapareceu em 1957. Tal não obstou a que, durante esses oito anos, a Sociedade Cultural de Angola, sempre vigiada de perto, se tenha multiplicado por iniciativas corajosas de dinamização cultural: recitais de poesia, exposições de artes plásticas, concertos musicais e projecções de filmes.

Ao contrário dos colaboradores do «Suplemento de Domingo» de *A Província de Angola*, criado 20 anos antes, os sócios da Sociedade Cultural de Angola – mesmo os que eram Portugueses – não viam Angola como uma continuidade de Portugal e sim como um país cujo povo, oprimido pelo colonialismo, aspirava à Independência. Na impossibilidade de nos referirmos a todos, homenageamos apenas o multifacetado Alfredo Margarido (n. Moimenta de Vinhais/Portugal, 1928-m. Lisboa, 2010) – jornalista, poeta, romancista, pintor, historiador, investigador, brilhante ensaísta e professor universitário –, cujos ensinamentos ao autor destas linhas foram determinantes para este e outros trabalhos. Técnico agrícola de formação, Alfredo Margarido trabalhara nessa qualidade em São Tomé e Príncipe – onde

casara com a escritora santomense Manuela Margarido –, antes de se mudar para Angola, onde viveu entre 1957 e 1959. Por ocasião de umas férias em Portugal, ousou publicar no *Diário Popular* e noutros jornais portugueses artigos onde desmascarou o racismo em Angola. Exceptuando-se o ainda incipiente *ABC*, os jornais de Luanda – *A Província de Angola* (da família Correia de Freitas), *O Comércio* (de Artur Ferreira da Costa) e o *Diário de Luanda* (órgão da União Nacional) – apressaram-se a denunciar o caso à PIDE e a convencer o governador Horácio de Sá Viana Rebelo a lavrar um despacho proibindo o regresso de Alfredo Margarido a Angola. O colonialismo português punha a nu as suas contradições: se Angola era «território português», como podia um cidadão português ser expulso de Angola? Corajosamente, Acácio Barradas perdeu o emprego em *A Província de Angola* para, em defesa de Alfredo Margarido, instaurar um processo judicial contra esse jornal e contra *O Comércio*. O advogado que abraçou a causa foi Eugénio Ferreira. Mas em vão. O poder colonial impusera-se ao dos tribunais, pois Alfredo Margarido nunca mais pôde voltar a Angola antes da Independência.

Nos 12 números de *Cultura* que foram publicados entre 1957 e 1960, colaboraram escritores de idades e de proveniências diversas, uns nascidos em Angola, outros em Portugal: desde os quinquagenários Alfredo Bobela-Motta e Óscar Ribas, passando por Agostinho Neto, Aires de Almeida Santos, Antero Abreu e António Jacinto, nascidos nos anos de 1920, até uma nova geração de autores já nascidos na década de 1930, como António Cardoso, Arnaldo Santos, Costa Andrade, Ermelinda Xavier, Hélder Neto, Henrique Abranches, Henrique Guerra, Tomás Jorge e José Vieira Mateus da Graça, posteriormente conhecido como José Luandino Vieira. Durante o «Processo dos 50», a PIDE prendeu três sócios portugueses da Sociedade

Cultural de Angola: o engenheiro electrotécnico António Calazans Duarte (n. Aljezur/Portugal, 1914--m. ?), o arquitecto António Matos Veloso (n. Porto, 1922) e a médica Maria Julieta Gandra (n. Oliveira de Azeméis/Portugal, 1917-m. 2007). E, em 1960 – o mesmo ano em que, em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império publicava o incontornável *A Cidade e a Infância*, de José Luandino Vieira –, a PIDE encerrava em Luanda o jornal *Cultura*. Cinco anos depois – ao mesmo tempo que, em Lisboa, a PIDE encerrava a CEI e a Sociedade Portuguesa de Escritores, por ocasião da atribuição de um prémio literário a *Luuanda* de Luandino Vieira –, a Sociedade Cultural de Angola era extinta pelo então governador-geral, Silvino Silvério Marques, que também lavrou a ordem de expulsão de Angola de Eugénio Ferreira. Mas esta, decerto por os tempos já serem de guerra, não veio a efectuar-se, como o fora anos antes a de Alfredo Margarido.

Entretanto, em Lisboa, a 27 de Outubro de 1958, Agostinho Neto, aos 36 anos, concluía a licenciatura em Medicina e casava, no mesmo dia, com a jovem transmontana Maria Eugénia, então com apenas 23 anos. Durante um ano, Agostinho Neto viveu pacatamente em Lisboa como médico hospitalar e pai de família. Mas em finais de 1959, recusando reunir-se ao grupo do MAC em Paris, teve a coragem de regressar a Angola, com a mulher e o filho Mário Jorge, de apenas um mês de idade, e de fixar residência e consultório médico em Luanda, na Rua Ferreira do Amaral, n.º 76, entre a Vila Clotilde e a Avenida dos Combatentes. Tinham-se passado apenas seis meses sobre da vaga de prisões do «Processo dos 50». Pouco tempo depois, em Agosto de 1960, de novo enclausurado na Cadeia do Aljube, Agostinho Neto escrevia o poema «O Içar da Bandeira», onde aludia ao rescaldo da tempestade pidesca em que encontrara Luanda à sua chegada, evocando a ausência de Liceu Vieira Dias e de outros



amigos da LNA, como Ilídio Machado. Mas a vigilância da PIDE continuava apertada, pois, como veremos, Agostinho Neto não permaneceria em Angola mais do que meio ano.

Entre 25 e 31 de Janeiro de 1960, realizou-se em Tunes (Tunísia), a II Conferência dos Povos Africanos, organizada pela All African Peoples Conference (AAPC). Na qualidade de partido político nacional angolano, a UPA esteve presente, com uma delegação liderada pelo próprio Álvaro Holden Roberto. Representando o MAC, vindos da Alemanha, estavam Viriato da Cruz, Lúcio Lara e a sua esposa, Ruth Manuela Rosenberg Plüger, portuguesa de origem alemã. A eles se juntaram o médico santomense Hugo Azancot de Meneses (n. 1928-m. 2000), proveniente de Conakry, onde então residia, e o guineense Amílcar Cabral, vindo de Paris. Durante a Conferência, o MAC, pelo facto de congregar indivíduos de várias colónias e não se apresentar como um partido nacional, como o exigiam os estatutos da AAPC, mereceu a censura da maioria das delegações africanas, ao contrário da UPA de Holden Roberto. Foi o que levou a que no dia 31 de Janeiro, findos os trabalhos da Conferência, os delegados angolanos, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Holden Roberto, juntamente com o santomense Hugo Azancot de Menezes e o guineense Amílcar Cabral, se reunissem no hotel *Bristol* para redigirem e assinarem um documento do qual nasceram duas novas organizações. A principal foi a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), com um impacto muito superior ao do MAC, pois assumia-se, não como uma organização de indivíduos, e sim como uma aliança de partidos políticos independentistas dos países sob dominação colonial portuguesa. O santomense Hugo Azancot de Menezes assinou apenas pela FRAIN. O guineense Amílcar Cabral assinou pela FRAIN e pelo PAIGC. O angolano Álvaro Holden Roberto assinou pela

FRAIN e pela UPA. E os angolanos Viriato da Cruz e Lúcio Lara assinaram pela FRAIN e... pelo MPLA! Assim nascia, além da UPA, mais um partido de projecção internacional que se pretendia unificador de todos os Angolanos. Viriato da Cruz aproveitara, inteligentemente, a expressão por ele próprio introduzida no Manifesto de 1956 para lhe dar nome na noite de 31 de Janeiro de 1960.

Logo no mês seguinte, Viriato da Cruz instalava-se em Conakry, em casa de Hugo Azancot de Menezes. Este obtivera do presidente Ahmed Sékou Touré (n. 1922 - m. 1984) - o único dirigente de uma antiga colónia francesa que, em 1958, tivera a coragem de vaiar, com um rotundo «não», a falsa «Comunidade» com a França preconizada por Charles de Gaulle, proclamando então a Independência imediata da Guiné-Conacri -, autorização para o alojamento da FRAIN (e do MPLA) na capital guineense. Poucos meses depois, chegariam Mário Pinto de Andrade e Eduardo Macedo dos Santos, vindos de Paris, Lúcio Lara, vindo de Frankfurt, e Matias Miguéis, este em permanente itinerância entre Conakry e as cidades de Léopoldville e de Pointe-Noire, respectivamente no Congo-Léopoldville, que se tornaria independente da Bélgica a 30 de Junho, e no Congo-Brazzaville, que se tornaria independente da França a 15 de Agosto. Mas foi Viriato da Cruz quem redigiu os primeiros Estatutos e Programas do MPLA, assim como desenhou o seu primeiro emblema e a sua primeira bandeira. Os Estatutos instituíam: um secretário-geral, o próprio Viriato da Cruz; um presidente em Exercício, cargo que competia a Mário Pinto de Andrade; e um presidente de Honra, o qual seria... Agostinho Neto! O que fizera Agostinho Neto para merecer tal distinção?

Em Luanda, no próprio mês de Fevereiro de 1960, Agostinho Neto tomara conhecimento da recente criação do MPLA, em Tunes, e apressara-se a enviar para Conakry uma mensagem defendendo que o movimento se deveria estender ao interior de Angola. A resposta foi-lhe dada em

Março a partir de Brazzaville, onde se deslocara Lúcio Lara por dificuldades de comunicação com Angola em Conakry: alguém deveria ser enviado de Luanda, como emissário, a Brazzaville. O escolhido foi Manuel Pedro Pacavira, um operário de Luanda nascido no Golungo Alto em 1939 e que fazia parte de uma nova força política clandestina, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). O MINA fora criado na primeira semana de Dezembro de 1959, depois da realização em Luanda do Congresso da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Era constituído, na maioria, por operários residentes nos musseques – bem diferentes da burguesia urbana até então predominante nos movimentos independentistas –, que retomavam a difusão de panfletos e tentavam auxiliar as famílias dos presos do «Processo dos 50». Em Fevereiro de 1960, um dos seus militantes, Cândido Fernandes da Costa, visitou Agostinho Neto no seu consultório para o convidar a aderir ao movimento. O médico não aceitou de imediato e só no mês seguinte é que outro militante do MINA, Fernando Coelho da Cruz, convenceria Agostinho Neto a participar numa reunião em sua casa e a assumir a liderança, ao lado do padre Joaquim Pinto de Andrade. Depois do encontro de Pacavira com Lúcio Lara em Brazzaville, em Abril, e a instâncias de Agostinho Neto, o MINA passou a ser designado por MPLA e considerado um partido genuinamente angolano que operava no próprio interior de Angola. O comité instalado em Conakry e liderado por Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara teria apenas o estatuto de seu representante no exterior. Um dos primeiros documentos emitidos por este comité e assinado por Mário Pinto de Andrade, na qualidade de presidente em Exercício do MPLA, foi um *Memorandum* dirigido a Salazar a 13 de Junho, propondo a realização de uma mesa-redonda para a resolução pacífica dos conflitos entre Angola e Portugal. A resposta de

Salazar, chegada cinco dias depois, primava pela sobrançeria: «Nem mesa redonda, nem quadrada» [sic].

No mesmo mês de Junho de 1960, o padre Joaquim Pinto de Andrade, com parte do clero angolano, foi preso pela PIDE e enviado para o Aljube, em Portugal, depois para a Ilha do Príncipe e, mais tarde, para um mosteiro da Diocese de Braga. E, a 8 de Julho, era a vez de Agostinho Neto ser detido no seu próprio consultório por São José Lopes, subdirector da PIDE em Luanda. Ainda no cárcere de Luanda, Neto escreveu o memorável poema «Assim Clamava Esgotado»: «[...] *nunca fiz nada contra a vossa pátria / mas vós apunhalastes a nossa [...] durmo como pedra lançada ao poço/e sou estúpido como as carnificinas vingativas*» [sic]. Em protesto contra a prisão de Agostinho Neto, realizou-se na sua aldeia natal, Kaxikane, em Icolo e Bengo, uma marcha pacífica, que as autoridades coloniais não tardaram a reprimir com uma carnificina que ficou conhecida por Massacre de Icolo e Bengo. A enorme popularidade de Agostinho Neto apressou os governantes coloniais a embarcá-lo à força para Lisboa. Penando no Aljube entre Agosto e Outubro, seria depois deportado para Cabo Verde, onde exerceu a medicina durante um ano. Porém, mercê do prestígio adquirido em três frentes importantes - o operariado de Luanda, o meio rural e os intelectuais expatriados -, o poeta da *Sagrada Esperança* já era o líder carismático e incontestado do MPLA.

## **2 - A Guerra da Independência (1961-1974)**

**a) A revolta da Baixa de Kasanje, o assalto ao Santa Maria, o 4 de Fevereiro, o 15 de Março e as réplicas de Salazar ao «Terrorismo» de 1961**

O ano de 1961, o segundo do governo do juiz de direito Álvaro da Silva Tavares, foi o da eclosão da Guerra da Independência de Angola, que se arrastaria por 13 anos. Começou logo belicosamente, com a revolta da Baixa de Kasanje, o território do antigo Estado Imbangala que, a leste de Malanje, se estende por 75 mil quilómetros quadrados e cujos cerca de 150 mil habitantes se encontravam, desde a criação da COTONANG em 1926, sujeitos ao cultivo obrigatório e exclusivo do algodão, em detrimento das culturas alimentares, e sem direito a qualquer indemnização nos maus anos agrícolas. Além de vinculados ao imposto de capitação, eram obrigados a vender toda a colheita a um preço fixado pelo governo muito inferior ao do mercado mundial. A primeira sublevação deu-se a 4 de Janeiro de 1961, na sanzala de Kivota, a dez quilómetros do posto administrativo de Milando: os cultivadores ameaçaram amarrar os capatazes e os cipaio da COTONANG e recusaram-se a trabalhar e a pagar o imposto de capitação. Mas, ao longo de todo o mês, outras insurreições de camponeses armados de facas e de catanas não tardaram a alastrar pela região. Já em Fevereiro, os relatórios da PIDE informavam Luanda de que a situação na Baixa de Kasanje se agravara e que os trabalhadores da COTONANG tinham entrado em greve. A reacção portuguesa foi violenta e culminou numa chacina, perpetrada pelas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Companhias de Caçadores Especiais – comandadas, respectivamente, pelo capitão Teles Grilo e pelo major Camilo Rebocho Vaz – e pela aviação, de cujos bombardeamentos com lança-chamas de *napalm* às aldeias locais resultaram entre cinco e dez mil mortos, homens, mulheres e crianças.

Para a revolta da Baixa de Kasanje têm sido apresentadas explicações políticas, nomeadamente a da recente Independência do Estado vizinho, o Congo-Léopoldville, antigo Congo Belga, e da ascensão de um

Kikongo, Joseph Kasavubu, à sua Presidência. Mas há também explicações religiosas que evocam reminiscências do movimento antonista de Beatriz Kimpa Vita do século XVIII. Em Dezembro de 1960 – segundo informações recolhidas pelos historiadores René Pélissier e Dalila Cabrita Mateus –, dois Congolese instalaram-se na região algodoeira e, dizendo-se apóstolos de «Maria», nome que derivaria do de António Mariano, militante da UPA, incitaram as populações a atacar com facas e catanas os brancos, uma vez que as armas destes «só deitavam água» [sic]. Outros depoimentos referem uma carta, encontrada nos bolsos de um congolês morto na Baixa de Kasanje durante a chacina de Fevereiro de 1961, cujo texto afirmava que o segredo revelado em Fátima, por Nossa Senhora à pastora Lúcia, fora o de que os Angolanos, abençoados por Deus, conquistariam a sua Independência. Pela primeira vez, o sincretismo kikongo se aproximava de Nossa Senhora de Fátima, um mito católico português que, datando de 1917, não tinha sequer meio século de existência. E houve ainda quem relacionasse «Maria» com a pregadora Nguriakame, que se intitulava «Rainha dos Mussucos» e que anos antes influenciara o chefe de posto do Luremo a baptizar com o nome de «Maria» a Missão dos Mussucos. O certo é que, em qualquer dos casos, directa ou indirectamente, a UPA teve influência. E é igualmente certo que, mais uma vez, o colonialismo português optava pela via repressiva. E agora com armamento sofisticado, que incluía o lança-chamas e material bélico anfíbio, os quais, segundo o confirmam documentos militares portugueses, já vinham sendo comprados por Portugal – que há muito previa inevitáveis guerrilhas em Angola e noutras colónias – aos Estados Unidos da América desde o início da década de 1950.

A 22 de Janeiro de 1961, outro acontecimento de repercussão internacional pôs em xeque a política colonial

do salazarismo. Henrique Galvão, Camilo Mortágua e os demais componentes da chamada «Operação Dulcineia» apoderaram-se do paquete português *Santa Maria*, da Companhia Colonial de Navegação, que viajava no Mar das Caraíbas, de Curaçau para Miami, ao largo do porto venezuelano de La Guaira. Desviaram-no para o continente africano, projectando atacar a possessão espanhola de Fernando Pó, no Golfo da Guiné. Largando dessa ilha e dispondo de uma canhoneira e de três aviões, pretendiam navegar para Luanda e bombardear a capital de Angola de surpresa. A operação relâmpago estava prevista para 4 de Fevereiro. E a expectativa da chegada do *Santa Maria* a Luanda atraiu a Angola a imprensa internacional. Contudo, após um acidentado périplo de 11 dias, durante os quais o governo de Salazar em Lisboa não se cansou de tentar convencer a opinião pública internacional de que Galvão e os companheiros haviam praticado um acto de pirataria, o *Santa Maria* desembarcaria a 2 de Fevereiro, não em Angola e sim no Brasil, em Recife. E o futuro de Henrique Galvão não seria brilhante. Em declarações públicas posteriores, o outrora organizador das Exposições Coloniais salazaristas – mantendo-se fiel à concepção de uma Angola independente de hegemonia branca, aliás já implícita nos romances da juventude, como *O Velo d'Oiro* – negar-se-ia a reconhecer legitimidade aos movimentos independentistas UPA e MPLA, acabando por morrer pobre e isolado em São Paulo, no Brasil, em 1970.

A madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 marcou o início da luta armada pela Independência de Angola: em Luanda, algumas dezenas de homens saídos dos musseques e armados de simples facas e catanas, procurando libertar os presos do «Processo dos 50», efectuaram seis assaltos malogrados. Antigos elementos do ELA ligados à UPA afirmam que a conjura seria muito anterior ao «Processo dos 50», pois dataria de 1957, e que a insurreição estaria

prevista para Março de 1960, tendo sido protelada apenas devido ao adiamento da Independência do Congo Belga para 30 de Junho desse mesmo ano. Decerto que a expectativa do desembarque do *Santa Maria* e a presença em Luanda de muitos jornalistas estrangeiros a 4 de Fevereiro de 1961 terá impulsionado os conspiradores a levarem, finalmente, por diante a sublevação nessa data. Mas confrontemos as versões da imprensa coeva com os documentos, orais e escritos, estudados pelos historiadores Carlos Pacheco e Jean-Michel Mabeko-Tali.

O grande inspirador da insurreição foi o Cónego Manuel das Neves. A mobilização de cerca de 300 homens – oriundos, quase todos, de Icolo e Bengo – em torno da sua figura venerável começara em Novembro de 1960. O líder deles era Adão Neves Bendinha (n. Icolo e Bengo, 1937- -m. Luanda, 1961), um elegante empregado de escritório de 24 anos, tido como militante da UPA. O treino militar sumário dos operacionais do 4 de Fevereiro foi da sua responsabilidade e foi também por sua iniciativa que envergaram fardas azuis-escuras confeccionadas com tecido comprado na empresa Mabílio de Albuquerque e utilizaram catanas de cortar capim, adquiridas na empresa de ferragens Castro Freire, as quais durante meses permaneceram escondidas na casa do Cónego Manuel das Neves. Como o sublinha Carlos Pacheco, o fabrico de catanas, a partir de arcos metálicos que protegiam as tábuas das pipas, era até então relativamente fácil. Só depois é que passaria a ser estreitamente controlado pela PIDE.

Nessa madrugada, os homens de Neves Bendinha, empunhando as catanas e levando uma fita à cintura com um sortilégio ou um pauzinho nos dentes que acreditavam ter propriedades imunizantes, defrontaram as pistolas e as metralhadoras dos polícias portugueses e atacaram seis pontos fulcrais da cidade: o Aeroporto Craveiro Lopes



(operação dirigida pelo próprio Neves Bendinha, que contudo fracassou); a Casa da Reclusão de Luanda, às barrocas da Boavista; a Companhia Móvel da PSP (4.<sup>a</sup> Esquadra), na baixa; a Cadeia da Administração de São Paulo; a Companhia Indígena (na Avenida dos Combatentes, ex-Musseque do Cayatte); e a Estação dos Correios, Telégrafos e Telefones (no Largo Pedro Alexandrino da Cunha, à baixa de Luanda). Segundo os jornais e as rádios afectos ao poder colonial, desta operação resultaram as mortes de sete polícias portuguesas, havendo os assaltantes sofrido nove mortos. No entanto, entre estes últimos, o número de mortos foi muitíssimo superior, e ocorreu sobretudo depois de os insurrectos haverem sido capturados e cruelmente torturados. Entre estes massacrados conta-se o próprio chefe da operação, Neves Bendinha – mais tarde imortalizado como herói pelo MPLA, vindo mesmo a dar nome, após a Independência, ao Bairro Popular em Luanda –, o qual, havendo-se ausentado de Luanda e deambulado durante algum tempo por Malanje, se atreveu a voltar à capital em meados de Abril. Foi então capturado e, no mês seguinte, morto à paulada nos calabouços da Administração de São Paulo. A certidão de óbito, assinada por um médico da PIDE, declarava que o seu falecimento se dera em consequência de «anemia por hemorragia aguda» [*sic*].

Por sua vez o MPLA, ainda sediado em Conakry e por iniciativa de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara, reivindicou, a 5 de Fevereiro, perante a opinião pública internacional, o início da luta armada pela Independência de Angola e também, ainda que de forma insinuada, a paternidade da insurreição da véspera. Quanto ao Cónego Manuel das Neves, só a 22 de Março seria preso pela PIDE. Esteve três semanas encarcerado no edifício-sede da Rua Diogo Cão, sujeito a torturas como a

extirpação das unhas dos pés e das mãos com aparelhos eléctricos e queimaduras no corpo com cigarros. Foi depois transferido para Lisboa, onde passou quatro meses nos calabouços do Aljube, antes de ser internado, a 19 de Agosto, no Noviciado dos Padres da Companhia de Jesus, em Soutelo (Vila Verde), a cinco quilómetros de Braga. Aí viveu durante cinco anos, vigiado de perto pelos Jesuítas e pela PIDE, até ser encontrado misteriosamente morto no seu quarto, a 11 de Dezembro de 1966. Sepultado no cemitério local, sem a presença de qualquer familiar ou amigo, só a 5 de Julho de 1994, quase duas décadas depois da Independência, é que os restos mortais do Cónego Manuel das Neves – que, entretanto, dera nome, em Luanda, à antiga Avenida Paiva Couceiro – seriam trasladados para Angola, para o Cemitério do Alto das Cruzes.

No dia 5 de Fevereiro de 1961, os jornais de Lisboa e de Luanda limitaram-se a noticiar a morte dos polícias portugueses e a relatar as cerimónias das suas exéquias. Foi, aliás, por ocasião dos funerais dos sete polícias que se verificaram novamente em Luanda confrontos entre os nacionalistas e o ainda escasso exército colonial, de onde resultaram mais quatro mortos. Começaram então a formar-se em Luanda, com a anuência do governador Silva Tavares, milícias armadas civis, constituídas por colonos e por alguns brancos naturais de Angola, que em dois dias apenas, a pretexto de represália e de «defesa da Pátria Portuguesa», provocaram a morte de mais de mil moradores dos musseques, sobretudo do Marçal e do Rangel, onde se supunha terem residido os cerca de entre 80 e 180 componentes dos comandos do 4 de Fevereiro. Esta chacina cruel, ainda hoje silenciada na sociedade portuguesa, reflecte a dimensão do clima de pânico então vivido pelos Portugueses em Angola, ao ponto de Silva Tavares decidir distribuir armas de fogo pelas suas famílias, que aliás se mantiveram na posse delas até 1974.

Mas outro acontecimento agravaria em breve o terror que reinava entre os já cerca de 60 mil brancos que então se estimava habitarem Luanda: a insurreição de 15 de Março, no Norte de Angola. Tratou-se de uma série de operações terroristas, organizadas pela UPA, de assalto às fazendas portuguesas de café das áreas de São Salvador (Mbanza Kongo), Carmona (Uíje) e Dembos, multiplicando massacres, mutilações e violações a colonos (incluindo mulheres e crianças) e a trabalhadores bailundos (cerca de quatro e cinco mil vítimas), que se prolongaria por mais de quatro semanas. Muitas famílias atingidas refugiaram-se em Luanda e algumas embarcaram para Portugal numa ponte aérea improvisada. Mesmo entre a população branca de Luanda – que ainda tinha na memória a fuga dos colonos do Congo Belga dois anos antes –, alguns dos mais abastados não hesitaram em enviar os familiares para a metrópole, onde permaneceram durante cerca de um ano. Ainda assim, o sentido de humor não faltou aos que ficaram na colónia: utilizando um trocadilho com a sigla UPA (União dos Povos de Angola), designaram jocosamente os outros por UFA (União dos Fugitivos de Angola).

Se em Luanda as milícias de brancos, enquadradas pela PIDE, matavam indiscriminadamente nos musseques, no Lobito e em Benguela, a Frente de Unidade Angolana (FUA) – constituída por brancos independentistas, então criada e liderada por Fernando Falcão e Sócrates Dáskalos, posteriormente deportados pela PIDE – promoveu milícias multirraciais de carácter preventivo. Perante os prolongados queixumes dos colonos da falta de contingentes militares que os protegessem, só a 13 de Abril é que Salazar, em reacção à tentativa de golpe de Estado do general Botelho Moniz e assumindo interinamente a pasta da Defesa, proferiu o discurso – «andar rapidamente e em força [...] para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a

integridade da Nação» [sic] – que marcaria o início da que ficou conhecida, em Portugal, por Guerra do Ultramar (depois de 1974 chamada Guerra Colonial). Portugal contou, nessa guerra, com o apoio sub-reptício dos países da Europa Ocidental, sobretudo da França, que pôde oportunamente vender o armamento que sobejara das suas guerras coloniais da Indochina (1946-1954) e da Argélia (1954-1962).

Desembarcadas as primeiras tropas portuguesas em Angola nos paquetes *Niassa* e *Vera Cruz*, os combates aos «terroristas» no Norte prolongaram-se até Outubro. Datam de então as famosas fotografias onde soldados portugueses exibem triunfalmente cabeças de negros decepadas. E, na memória de muitos Portugueses, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961, de origem bem distinta, ficariam confundidos na expressão «Terrorismo», tornando-se o adjectivo «terrorista», no vocabulário da língua portuguesa de Portugal e suas colónias africanas, sinónimo de «independentista» até 1974. O 4 de Fevereiro, um ataque de homens armados de armas brancas a outros homens armados de armas de fogo, não pode, obviamente, ser considerado um acto de terrorismo, porquanto este se define como sendo uma agressão a vítimas inocentes e indefesas. Mas a confusão estendeu-se à gíria militar, pois durante os 13 anos da chamada Guerra Colonial, os soldados Portugueses não hesitaram em designar o inimigo por «turras», abreviatura depreciativa de «terroristas». Nos aludidos «anos do início do Terrorismo», 1961 e 1962, muitos Portugueses, em Luanda e noutras cidades angolanas, saíam à rua e para os locais de trabalho com pistolas à cintura. Confundiam o «terrorista» com o negro em geral. E havia quem desconfiasse dos próprios serviços (cozinheiros e lavadeiros).

No entanto, na propaganda colonial difundida pela comunicação social até 1974 – em Angola nos jornais e na

rádio, mas em Portugal abrangendo já a televisão –, os negros continuaram a ser descritos como «amigos» e «fiéis» aos Portugueses. Mas em momento algum foi reconhecido aos guerrilheiros ditos «terroristas» o estatuto de independentistas ou sequer de Angolanos. Prevaleceu o embuste salazarista da «infiltração soviética», antecipado literariamente por Reis Ventura em 1959. Muitos Portugueses e Angolanos interiorizaram que os «terroristas» eram bandidos de outras nações que enganavam os «pretos» para que estes se tornassem também «terroristas». Na literatura de Reis Ventura, que continuou a proliferar por toda a década de 1960, a falácia da redução dos ideais nacionalistas angolanos ao «complexo de inferioridade do negro» atingiria o seu auge em 1970, no conto «Carabina de Repetição», incluído em *Cidade e Muceque*: um jovem angolano revolta-se e torna-se «terrorista» apenas porque a namorada o rejeita, trocando-o por um soldado português. O Luso-Tropicalismo robustecera-se, portanto, na literatura colonial sobre Angola. O crítico literário fascista Amândio César reconheceu-o indirectamente, ao escrever: «Na década de 60 põe-se ao homem de Angola – lá nascido ou lá radicado – o problema do Terrorismo» [sic].

Em Luanda, os grupos de Carnaval – a Cidrália, os Invejados, os Cabindas, a União Kiela, a União 54, o Kabokomeu, a União Mundo da Ilha – foram proibidos de desfilar na Marginal, mesmo aqueles que eram organizados por associações recreativas que, como a da famosa Maria Esquerquenha, serviam a propaganda colonial, adoptando os nomes dos presidentes da República do salazarismo: *Tristeza Carmona*, *Alegria Craveiro Lopes* ou *Tristeza Craveiro Lopes*, *Alegria Américo Tomás* (este último presidente visitou Angola em finais de 1963). Só em 1972 é que o agonizante marcelismo – Marcelo Caetano sucederia a Salazar em 1968 – levantaria a proibição. Mas, bem

antes, já o poder colonial tentara aproximar-se artificialmente dos musseques. Em 1964, a cerveja CUCA patrocinou *Tondoya Mukina o Kizomba*, programa da Rádio Ecclesia apresentado pelo jornalista Sebastião Coelho, outrora preso em Nova Lisboa por divulgar canções em umbundu. E em 1968 foi criada a *Voz de Angola*, para evitar que os Angolanos ouvissem a *Angola Combatente*, emissão clandestina do MPLA a partir de Brazzaville. Chegaram aos estúdios de gravação, à rádio e aos palcos, os primeiros músicos angolanos que, além de cantarem em kimbundu – como já antes o tinham feito os *Ngola Ritmos* ou o *Duo Ouro Negro* –, eram oriundos dos musseques. Foi o caso de Elias dia Kimuezu e do inesquecível Minguito, «o ceguinho do acordeão».

Foram rápidas as réplicas liberalizantes e desenvolvimentistas de Salazar – após a Independência de 18 países africanos em 1960 – às críticas da ONU à anacrónica política colonial portuguesa. Em Abril de 1961, logo a seguir ao discurso de incitação à guerra em Angola, o ditador português nomeou ministro do Ultramar um luso-tropicalista entusiasta: o académico, jurista e politólogo Adriano Moreira (n. Grijó, Macedo de Cavaleiros/Portugal, 1922), que pressurosamente aboliu a instituição do indigenato em Angola e em Moçambique, estendendo a cidadania portuguesa a todos os habitantes desses territórios. E foi escolhido para governar Angola um general da Força Aérea, Venâncio Deslandes, que, contra muitos ventos e marés, conseguiu um milagre: criar em Luanda, finalmente, uma Universidade! Mas, um ano depois, Salazar demitia Adriano Moreira e Venâncio Deslandes, considerando-os... «homens de esquerda»!

O capitalismo em Angola acelerou-se desenfreadamente durante toda a década de 1960 e na primeira metade da de 1970. Luanda era, mais do que nunca, um estaleiro infernal, onde a toda a hora brocas ensurdecadoras,

retroescavadoras, guindastes, betoneiras e cimenteiras erguiam febrilmente torres de escritórios ou de apartamentos. O betão assustador dos prédios de andares não se limitava a cercar os musseques, como o Prenda, que a arte de Neves e Sousa imortalizou. Atingiu também bairros antigos, como a Ingombota, ou recentes, como a Vila Clotilde, que depressa ficaram descaracterizados.

Os Portugueses – sempre avessos às opiniões sensatas, das quais o discurso do Velho do Restelo, que Camões celebrizou n’*Os Lusíadas*, e a metáfora da colónia do Velo d’Oiro de Henrique Galvão são consagrações sublimes – eram ilusoriamente aliciados a emigrar para Angola e viana, tal como infelizmente ainda hoje, como a terra do enriquecimento fácil. O número de brancos, que em 1960 já atingia os 118 348, disparou em flecha. Registara-se um aumento, embora não substancial, de profissionais liberais (médicos e advogados) e de técnicos superiores (engenheiros e economistas). Mas – apesar dos esforços avisados de homens como Alberto Alves de Oliveira Pinto, director-geral do Banco de Angola, e de Jorge Eduardo da Costa Oliveira (n. Monsul/Portugal, 1964), secretário provincial da Economia e do Planeamento e Finanças – a maioria dos colonos continuava a ser muito humilde. Predominavam os operários angariados a prazo para a construção civil, em pouco tempo condenados ao desemprego e a sobreviver do comércio especulativo ou mesmo da mendicidade.

Por estranho que pareça, o «Terrorismo» não repeliu os Portugueses de Angola. Pelo contrário, atraiu-os masoquistamente. Tal como, masoquistamente, não se registou em Portugal – mesmo nos sectores da sociedade opostos ao regime salazarista – a menor crítica à Guerra Colonial. A maioria dos rapazes de 20 anos aceitou estoicamente arriscar a vida sem protestar, acreditando que ia «defender a Pátria» [*sic*]. As «criadas brancas»

aumentaram em Angola, pois o serviço doméstico também incluía agora as raparigas dos meios rurais portugueses que, para não se separarem dos noivos mobilizados para a guerra, embarcavam no *Vera Cruz* e no *Niassa*, os paquetes que transportavam soldados para as colónias. Em 1963, apenas volvidos dois anos sobre o 4 de Fevereiro e o 15 de Março, a população branca de Angola... triplicara!

Poucos ousam reconhecê-lo, mas de entre os Portugueses que, nos anos de 1974 e de 1975, integraram o êxodo histórico a que se convencionou chamar «Retorno» – os ditos «Retornados» –, só um terço vivera em Angola mais do que uma década.

## **b) O Nacionalismo Angolano durante a Guerra da Independência**

Em Abril de 1961, dois meses depois de declarada a luta armada de libertação angolana, o MPLA, dirigido provisoriamente por Viriato da Cruz, por Mário Pinto de Andrade e por Lúcio Lara, avistou-se em Casablanca (Marrocos) com representantes de 11 movimentos nacionalistas das colónias portuguesas – reunião a que UPA se recusou a comparecer – e desse encontro nasceu a sucessora da FRAIN, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Em Setembro, a direcção provisória do MPLA mudar-se-ia de Conakry para Léopoldville, de onde poderia estabelecer melhores contactos com Angola. Mas o antigo Congo Belga fora palco de grandes conturbações desde que conquistara a Independência, a 30 de Junho do ano anterior, quando Joseph Kasavubu – da Aliança dos Bakongo (ABAKO) – e Patrice Lumumba – do Movimento Nacional Congolês (MNC) –, o primeiro como presidente da República e o segundo como primeiro-ministro, convencionaram partilhar o poder.



Logo a 11 de Julho de 1960, Moisés Tshombé (n. 1919-m. 1969), líder anticomunista do partido regionalista CONAKAT, proclamara, com o apoio da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha e dos EUA - aos quais prometera a exploração das minas de cobre katanguesas -, a secessão da província do Katanga, a cujo Estado artificial presidiria até ser deposto em 1963 pela ONU. O patriotismo de Patrice Lumumba, que sempre se opôs a qualquer intromissão neocolonialista no Congo, condenou-o a - tal como Sékou Touré na Guiné-Conakry - aceitar ajuda médica, alimentar e militar da União Soviética, o que, em pleno clima de Guerra Fria, serviu de pretexto às potências ocidentais, lideradas pelos EUA, para forçarem Kasavubu a demitir o primeiro-ministro. A indignação de Lumumba, que conquistara o apoio do senado congolês, gerou uma crise política à qual pôs fim, em Setembro, um golpe de Estado comandado pelo coronel Joseph Désiré Mobutu (n. 1930-m. 1997), um antigo sargento do exército belga. Mobutu manteve Kasavubu na Presidência - só o depondo cinco anos depois -, mas capturou Lumumba, que em Janeiro de 1961 foi transferido para Lubumbashi, no Katanga, e fuzilado por ordem de Moisés Tshombé, sem a menor oposição da ONU.

A colagem do governo do Congo-Léopoldville aos interesses capitalistas ocidentais constituía um entrave ao acolhimento ao MPLA, já com reputação internacional de marxista. Para se introduzirem na cidade que daí a cinco anos se chamaria Kinshasa, os dirigentes do MPLA usaram do expediente da ajuda humanitária aos imigrantes Angolanos no Congo, através de um Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR), constituído por 11 médicos - encabeçados por Américo Boavida (n. Luanda, 1923-m. Bundas, 1968), que anos depois morreria em combate, no Moxico - e 25 enfermeiros angolanos. Testemunha-o Edmundo Rocha, outro médico do CVAAR. Mas o MPLA e o CVAAR confrontaram-se com múltiplos

obstáculos em Léopoldville. Os Angolanos refugiados no Congo eram, na maioria, simpatizantes da Aliança dos Zombo (ALIAZO), que no ano seguinte, em 1962 – com o nome de Partido Democrático de Angola (PDA) –, se juntaria à UPA para formarem a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Com o apoio dos EUA e da China, a FNLA já dispunha de um quadro de acção militar que operava nas fronteiras angolanas: o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), constituído por 20 mil homens. Após a contra-ofensiva portuguesa de Abril/Outubro de 1961, o ELNA recuara para o Congo-Brazzaville. Seria recuperado depois de 1965, após a tomada do poder por Mobutu no Congo-Léopoldville – rebaptizado Zaire –, país a partir do qual os ataques do ELNA passariam a realizar-se contra o exército português. Mas já a 5 de Abril de 1962, apenas uma semana depois da sua formação, a FNLA criara o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). O GRAE tinha como presidente Álvaro Holden Roberto, líder da UPA, como vice-presidente Emanuel Kunzika, líder do PDA, e como secretário para os Assuntos Exteriores um jovem bieno que daria muito que falar: Jonas Malheiro Savimbi (n. Bié, 1934--m. Moxico, 2002). Filho de um funcionário do Caminho-de-Ferro de Benguela fiel da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA), Savimbi estudara em Portugal e na Suíça, onde se licenciou em Ciências Sociais e Políticas, com o apoio financeiro daquela congregação religiosa. Enquanto exerceu funções no GRAE, recebeu formação militar na China, que se lhe revelaria muito útil mais tarde e lhe permitiria criar, em 1966, o seu próprio partido político independentista: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Mas o grande adversário do MPLA em Léopoldville era o próprio Álvaro Holden Roberto. O agora líder supremo da FNLA tivera excelentes relações políticas com Lumumba, tinha-as com Kasavubu e, depois de 1965, tê-las-ia, como já

vimos, com Mobutu. Logo em 1961, a fim de desacreditar o MPLA e o CVAAR no plano internacional, acusou-os de serem dirigidos por mestiços e brancos – descendentes do colonizador português – e não por negros. Numa atitude desastrosa de auto-racismo, Viriato da Cruz engendrou então a teoria absurda do «recuo tático» dos mestiços e dos brancos dos órgãos directivos do MPLA. A 25 de Maio de 1962, ele próprio, por ser mestiço, renunciou ao cargo de secretário-geral, embora dirigindo o partido na sombra.

Entretanto, em Outubro de 1961, Agostinho Neto era de novo levado preso, de Cabo Verde para a cadeia do Aljube, em Lisboa. As pressões internacionais no sentido da sua libertação, assim como os advogados que o defenderam, mais não conseguiram senão que a PIDE, a 24 de Março de 1962, lhe concedesse residência fixa em Lisboa. Depois de um curto período a residir em Alfama, trabalhando como médico no Hospital de Santa Marta, mudou-se com a família – que aumentara, pois, a segunda filha, Irene, nascera no ano anterior – para uma casa de férias pertencente à sogra, perto da Praia das Mações. Nessa casa planeou, com Dias Lourenço (n. 1915-m. 2010) e Arménio Ferreira, dirigentes do Partido Comunista Português – havia um ano dirigido por Álvaro Cunhal (n. Coimbra, 1913-m. Lisboa, 2005) –, uma fuga audaz e memorável. A 30 de Junho, acompanhado da mulher, dos filhos e do guineense Vasco Cabral, militante do PAIGC, Agostinho Neto embarcou na Doca do Bom Sucesso, em Pedrouços, no *José Gabriel*, pequeno iate de recreio tripulado por José Nogueira, um jovem oficial da Armada simpatizante do PCP, e por Jaime Serra, antigo operário da construção naval que dois anos e meio antes, a 3 de Janeiro de 1960, fora companheiro de Álvaro Cunhal na célebre «fuga de Peniche». Furtando-se à vigilância da GNR nas costas portuguesas e apesar de uma viagem acidentada, o *José Gabriel* desembarcou Vasco Cabral e a família Neto em

Tânger três dias depois, a 2 de Julho. Em Rabat foram calorosamente acolhidos pelas autoridades marroquinas e pela CONCP, que se fez representar pelo presidente em Exercício do MPLA, Mário Pinto de Andrade. Este pôs imediatamente o seu lugar à disposição de Agostinho Neto, que, todavia, não o aceitou, preferindo seguir para Léopoldville e conhecer de perto os militantes e as estruturas partido.

Apoiado financeiramente, tal como a FNLA, pela China, o MPLA, então dirigido na sombra por Viriato da Cruz, tentava igualar-se à sua rival, organizando um incipiente Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA). Os combatentes estavam já a ser treinados em Marrocos e na Argélia, que conquistara recentemente a Independência da França. Em Agosto de 1962, apenas um mês após a chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, Viriato tentou em vão uma aliança com a FNLA, que mereceu a total reprovação de Neto. Este, ciente do xadrez que as potências da Guerra Fria jogavam no continente africano, repudiava alianças com Holden Roberto, que sabia apoiado pelos EUA, e defendia que o MPLA rejeitasse as ajudas financeiras da China e se aproximasse da União Soviética e de Cuba. Verificou-se então o inevitável confronto entre as personalidades inflexíveis de Viriato da Cruz e de Agostinho Neto. Na I Conferência Nacional, realizada nos três primeiros dias de Dezembro de 1962, Agostinho Neto – com largo apoio dos antigos estudantes em Portugal e dos militantes de credo protestante – seria eleito, por ampla maioria de 39 votos contra 12, presidente do Bureau Político e do Comité Director do MPLA. Desdenhando a teoria implicitamente racista do «recuo táctico» dos brancos e dos mestiços da direcção do MPLA, Neto integrou no Comité Director os mestiços Lúcio Lara, Aníbal Melo e Henrique Teles (Iko) Carreira. Os únicos mestiços excluídos foram precisamente os defensores daquela

estratégia aberrante: Eduardo Macedo dos Santos e Viriato da Cruz.

Longe de unir o partido, a I Conferência Nacional gerou a primeira crise interna do MPLA. A questão racial, sempre mal resolvida entre os Angolanos – por herança cultural do colonialismo português –, encontrava-se bem viva, embora artificialmente dissimulada. Edmundo Rocha relata um episódio curioso: em Janeiro e Fevereiro de 1963, houve tiroteios nas ruas de Léopoldville entre os apoiantes de Agostinho Neto (negro), comandados por Iko Carreira (mestiço), e os de Viriato da Cruz (mestiço), comandados por Manuel dos Santos Lima (negro). Em Julho de 1963 deu-se a dissidência de Viriato da Cruz, de Matias Miguéis e de cerca de 70 apoiantes que, proclamando-se o «verdadeiro MPLA», ingressaram na FNLA. No entanto, dois anos depois, desiludidos, romperam com Holden Roberto. Matias Miguéis foi capturado em Brazzaville e fuzilado no campo militar do Centro de Instrução Revolucionária (CIR) do MPLA, em Dolisie. Quanto a Viriato da Cruz, passando temporariamente por Argel e por Paris, fixar-se-ia na China como secretário-geral da Associação Internacional dos Jornalistas Afro-Asiáticos. Em 1973, vítima de doença grave, faleceria em Pequim.

Em 2018, ao ser-lhe atribuído *post-mortem* o Prémio Nacional de Cultura (na categoria da Literatura) e a Condecoração da Ordem da Independência, 1.º Grau, já na vigência da presidência de João Lourenço, a sua memória como ideólogo do independentismo angolano será reabilitada.

Depois da fundação, em Addis Abeba (Etiópia), da Organização de Unidade Africana (OUA), a 25 de Maio de 1963, o reduzido MPLA tentou desesperadamente o reconhecimento dessa organização internacional, que a FNLA já havia obtido. Por isso Agostinho Neto formou, a 8 de Julho, a Frente de Libertação de Angola (FDLA),

congregando os pequenos partidos angolanos do Congo não absorvidos pela FNLA, como o Movimento Nacional Angolano (MNA), o NGWIZAKO (Ngwizani ya Congo) – com fama de ter ligações à PIDE e ao consulado português de Léopoldville – e a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), que depois da Independência viria a ser o sindicato único de Angola, até às reformas dos anos de 1990. A criação da FDLA – aliás de existência efémera – não só não resolveu o problema das pressões exercidas, em Léopoldville, pela FNLA e pelo GRAE sobre o MPLA, como levou a mais uma cisão no seio do partido de Agostinho Neto: o afastamento voluntário de Mário Pinto de Andrade e de militantes mais jovens como Tomás Medeiros, Manuel Videira, Gentil Viana e Edmundo Rocha. Mas um facto inesperado iria mudar a sorte do MPLA: o golpe de Estado que, a 15 de Agosto derrubou do poder, no Congo-Brazzaville, o abade Fulbert Youlou (n. 1917-m. 1972) e instituiu o regime marxista de Alphonse Massamba-Débat (n. 1921-m. 1977). Expulso de Léopoldville em Novembro de 1963, o MPLA instalou-se definitivamente em Brazzaville. Em Janeiro de 1964, Agostinho Neto convocou a «Conferência Nacional de Quadros» e reforçou os apoios externos. Com a abertura da Frente de Cabinda, iniciou-se a actividade militar do MPLA. Além das ajudas exógenas da União Soviética e de Cuba, contou com os apoios africanos da Tanzânia e da Zâmbia, a antiga Rodésia do Norte, que conquistaram as independências nesse mesmo ano de 1964. Os presidentes Julius Nyerere (n. 1922-m. 1999) e Kenneth Kaunda (n. 1924) autorizaram a abertura da Frente Leste em 1966. O próprio Agostinho Neto, que vivia entre Brazzaville, Dar-es-Salam e Lusaka, gizou no seu inseparável bloco de notas a divisão de Angola em seis Regiões Político-Militares (RPM) do MPLA:

1.<sup>a</sup> – Entre as fronteiras a norte e a leste com o Congo/Zaire-Léopoldville/Kinshasa e o corredor do Kuanza

(aproximadamente), ou seja, os antigos territórios kongo e mbundu, abrangendo a região dos Dembos e de Nambuangongo, a norte de Luanda, visando estabelecer contactos com a capital angolana (1961);

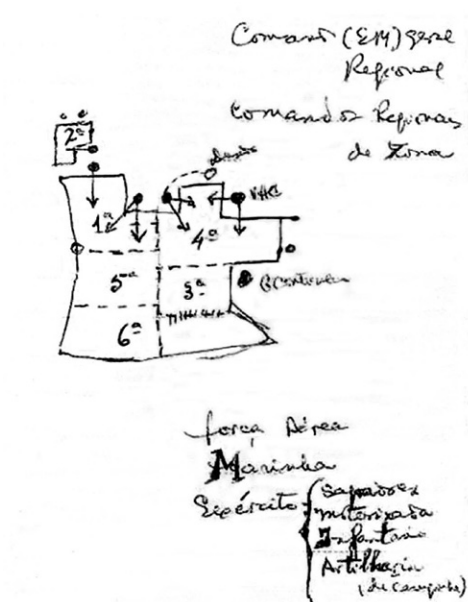
2.<sup>a</sup> - Frente de Cabinda (1964);

3.<sup>a</sup> - Frente Leste, nos então distritos do Moxico e do Cuando Cubango (1966);

4.<sup>a</sup> - Abrangendo os então distritos de Malanje e da Lunda (1969);

5.<sup>a</sup> - Os então distritos de Kuanza-Sul, Benguela, Huambo e Bié (1970);

6.<sup>a</sup> - Os então distritos de Moçâmedes e Huíla (não chegou a ser aberta).



37 - As regiões político-militares da guerrilha do MPLA, desenhadas pelo próprio Agostinho Neto no seu bloco de notas. BARRADAS, 2005, p. 93.

Durante o ano de 1963, o MPLA contou em Luanda com a cumplicidade de um grupo clandestino que, durante um curto período - até ser desmantelado pela PIDE -, espalhou panfletos e angariou alguns fundos para ajudar os guerrilheiros: o Movimento Interno Popular de Libertação

de Angola (MIPLA), impulsionado por dois jovens luandenses, o jornalista Hermínio Escórcio e o funcionário dos caminhos-de-ferro Lopo do Nascimento (n. 1942). E nesse mesmo ano, em Argel, inaugurou um Centro de Estudos Angolanos, constituído por Henrique Abranches, Adolfo Maria, Mário Afonso (Kasesa), João Vieira Lopes e Artur Pestana (Pepetela) e que dois anos depois daria à luz uma *História de Angola* – ilustrada com desenhos do seu principal redactor, Henrique Abranches – elementar, mas concebida de uma perspectiva nacionalista, destinada a circular pelas regiões do território angolano já controladas pelo partido.

Em 1965, o MPLA foi finalmente reconhecido pelo Comité de Libertação da OUA. Mas até 1974 atravessaria enormes dificuldades no campo da luta armada em Angola, derivadas, quer dos confrontos com o exército português, quer das adversidades criadas pelos rivais independentistas: a FNLA, a FLEC e a UNITA. Na Frente de Cabinda, Agostinho Neto não tardou a reconhecer a falta de adesão ao MPLA por parte das populações cabindenses. A questão, aliás, foi abordada discretamente por um comandante local do MPLA, Artur Pestana (Pepetela), no seu romance *Mayombe* (1980). Liderada por Luís Ranque Franque, que se recusou a participar de outros movimentos nacionalistas angolanos, a guerrilha separatista cabindense da Frente Nacional para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) – fusão do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), do Comité de Acção da União Nacional de Cabinda (CAUNC) e da Aliança Nacional do Mayombe (ALLIAMA) – lutava autonomamente, desde 1963, contra o exército português. Nos anos de 1966 e 1967, os esquadrões enviados pelo MPLA àquela que considerava a 1.<sup>a</sup> Região Político-Militar, a região dos Dembos e de Nambuangongo, sofreram reveses violentos por parte da FNLA. O caso mais



recordado é a chacina do Esquadrão Kamy, em 1967, onde perderam a vida várias guerrilheiras, entre as quais a lendária Deolinda Rodrigues de Almeida (n. Catete, 1939), fundadora da Organização da Mulher Angolana (OMA).

Desde cedo que os contingentes da guerrilha do MPLA integravam – mesmo em Cabinda – indivíduos oriundos de todas as regiões de Angola e de várias «etnias», nomeadamente Bakongo, Mbundu, Ovimbundu, e Nganguela, além dos chamados «assimilados» e «destribalizados» e, evidentemente, dos de origem portuguesa, mestiços e brancos. Agostinho Neto foi o político angolano que mais tomou a sério – ao ponto de o combater – o artefacto a que os discursos coloniais chamaram «tribalismo» e que elegeram como apanágio dos povos africanos. A esse propósito, o diplomata português Alberto Franco Nogueira (Vila Franca de Xira/Portugal, n. 1918-m. 1993), ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar entre 1961 e 1969, apresentava ao tempo, na ONU, para legitimar o colonialismo português, argumentos brilhantes ao lado de outros manifestamente medíocres. No primeiro caso está a frontalidade com que alegou que Portugal não podia «descolonizar» porque não dispunha de recursos financeiros para «neocolonizar». No segundo caso está a afirmação estulta segundo a qual, se Angola se tornasse independente, depressa ficaria «esboroadá» [sic] pelo «tribalismo». Foi em resposta a estas retóricas néscias que Agostinho Neto incentivou prematuramente, no MPLA, o *slogan* – aliás de inspiração salazarista – «um só Povo, uma só Nação» [sic].

Em 1966 – no ano em que o coronel Camilo Rebcho Vaz assumiu o governo de Angola –, o xadrez da luta independentista angolana contou com mais um jogador. Jonas Savimbi criou a UNITA, com base social nos Ovimbundu, a sua etnia de origem e a mais numerosa entre os povos de Angola. A UNITA reclamava ter quatro mil

guerrilheiros, mas o exército português sempre os estimou em apenas 500. Embora conseguindo uma penetração clandestina significativa entre os Ovimbundu, muito graças à influência da IECA, as acções militares da UNITA restringiram-se, até 1974, ao Leste de Angola. Em 1971, a UNITA estabeleceu contactos com madeireiros portugueses do Moxico e cooperou com o exército português na luta contra a Frente Leste do MPLA. No ano seguinte, o governador Rebocho Vaz e o comandante-chefe militar português em Angola, general Francisco da Costa Gomes, chegaram mesmo a passar um salvo-conduto a Savimbi, garantindo-lhe a «liberdade pessoal e a integridade física» [sic].

Depois da obtenção do apoio da Zâmbia em 1964, o avanço dos guerrilheiros do MPLA – que o exército português estimava entre 3000 e 4500 homens – pelo território angolano foi notável. Pelo menos até 1969, ano em que a ofensiva militar portuguesa – por ironia aquando da subida ao poder em Portugal do pretenso «liberal» Marcelo Caetano (Salazar ficara inutilizado por uma queda em 1968 e faleceria em 1970) – se intensificou. Em 1967, o MPLA atingira Mavinga, no Distrito do Cuando Cubango, no extremo sudeste. E em 1968, a Frente Leste, defrontando os Portugueses e a UNITA, iniciava aquela que designou por «rota Agostinho Neto»: a ligação da 3.<sup>a</sup> Região Militar, a Leste, à 1.<sup>a</sup> Região Militar, a Noroeste. Começou por progredir ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela – desde Teixeira de Sousa (Luau) até Lumege, perto do Luso (Luena) –, seguindo depois pelas matas em direcção a Malanje, passando por Sautar e por Nova Gaia (Songo).

Nesta região se travaram os combates mais violentos com o exército português, que em 1969 liquidou cinco acampamentos do MPLA e obrigou a «rota Agostinho Neto» a desviar-se para sul. Numa dessas contendidas, em



dos Norte-Americanos na Guerra do Vietname, recorreu à chamada «acção psicológica», visando atrair à sua órbita, pela via do medo, quer os guerrilheiros, quer as populações do Moxico, sobre as quais o MPLA já exercia grande influência. Helicópteros portugueses largavam, sobre as bases da guerrilha, produtos químicos desfolhantes que neutralizavam as pequenas unidades agrícolas de que dependia a sobrevivência de uns e de outros. Depois destas operações, intensificavam-se no terreno as largadas de tropas helitransportadas, cuja acção era devastadora. Em Dezembro desse mesmo ano, perante o ambiente de penúria instalado entre os guerrilheiros e as populações Nganguela, rebentou uma revolta interna no MPLA, a «Revolta de Leste», conhecida na sua primeira fase por «Revolta de Jibóia».

Barreiros Freitas – que devia o nome de guerra, «Jibóia», aos seus gostos gastronómicos – era um nganguela que estudara na URSS e que, em 1969, desempenhava as funções de director adjunto do CIR e da Sub-Região Sul da III Região (Frente Leste). Em Dezembro desse ano, em reacção ao fuzilamento de outro nganguela por decisão das altas esferas do MPLA, mobilizou as populações suas contrerrâneas contra os camaradas da Frente Norte (as I e II Regiões), acusando-os de receberem dos aliados soviéticos armamento mais sofisticado. Na realidade, a redução do fornecimento de armas ao MPLA por parte da URSS era generalizada. Mas Jibóia organizou uma marcha de protesto até Lusaka, de cerca de 800 homens, gritando «*Neto tchinjanga*» («Abaixo Neto»). O movimento foi abafado na fronteira com a Zâmbia, mas três anos depois, em 1972, adquiriria contornos políticos, pois o representante de Agostinho Neto em Lusaka, o umbundu Daniel Júlio Chipenda (n. Lobito/Angola, 1931 – m. Cascais/Portugal, 1996), solidarizou-se com as reivindicações regionalistas de Jibóia em declarações à

imprensa internacional. Chipenda, em torno do qual se juntara uma facção substancial de dirigentes do MPLA, com o apoio da URSS, responsabilizava Agostinho Neto pelas sucessivas derrotas sofridas pela Frente Leste face ao exército português.

A reacção de Agostinho Neto e dos homens da sua confiança, como Lúcio Lara, não foi brilhante. Em Novembro de 1972, Lúcio Lara deu uma conferência em Brazzaville, responsabilizando o regime zairense de Mobutu pelo atraso da luta armada em Angola. Mobutu retorquiou que a culpa era do MPLA, que recusava entender-se com a FNLA. E, no mês seguinte, Agostinho Neto avistou-se em Brazzaville com Holden Roberto, na presença dos presidentes Mobutu e Marien Ngouabi (n. 1938-m. 1977). Da cimeira resultou um acordo efémero, que só serviu de pretexto à Facção Chipenda para acusar Agostinho Neto de traidor. Seguiram-se, em Lusaka, confrontos armados entre «netistas» e «chipendistas». Ao longo do ano de 1973, a direcção do MPLA foi alertando a opinião pública internacional para uma «conjura» fomentada por Chipenda para assassinar Agostinho Neto. Em Outubro, receando pela sua segurança, Chipenda pediu a intervenção das autoridades de Lusaka, com as quais, em Novembro, Agostinho Neto foi forçado a sentar-se à mesa. Recusou a proposta zambiana de desarmamento do MPLA, pois estava prestes a perder a guerra contra os Portugueses no Leste de Angola.

Mas outra movimentação de descontentamento, que ficaria conhecida por «Revolta Activa», emergia dentro do MPLA. A um «grupo de reflexão», organizado em torno de Gentil Viana, aderiram vários quadros políticos e administrativos residentes em Dolisie e em Pointe-Noire, assim como os influentes irmãos Pinto de Andrade. Além de preconizar uma mudança de estratégia no campo da guerrilha militar, a chamada «Revolta Activa» punha em causa a democracia no seio do partido, acusando a

liderança de Agostinho Neto de «presidencialista». No documento publicado a 11 de Maio de 1974 pode ler-se:

O presidencialismo absoluto está na base das consecutivas crises de carácter ideológico, político, militar, organizativo e financeiro em que o Movimento tem estado mergulhado; é fonte de divisão interna no campo nacionalista [sic].

Militarmente debilitado e politicamente dividido por três tendências - a de Agostinho Neto, a da «Revolta de Leste» e a da «Revolta Activa» -, o MPLA em breve se viu manipulado pelas diplomacias africanas - a do Congo-Brazzaville, a da Zâmbia, a do Zaire e a da Tanzânia - e agrilhado a um efémero acordo celebrado a 8 de Junho de 1974 em Lusaka que protelava um congresso a realizar igualmente na capital da Zâmbia daí a dois meses. Mas, como o afirmou Edmundo Rocha, Agostinho Neto era um homem iluminado pela sorte. Um facto inesperado, ocorrido em Portugal quase quatro meses antes, mudaria o curso dos acontecimentos: o golpe de Estado de 25 de Abril.

## CAPÍTULO XX

# **Angola Independente e em Guerra Civil (1974-2002)**



# Cronologia

**1974 (25 de Abril)** - Golpe de Estado em Portugal derruba o Estado Novo. - **(14 de Junho)** - Cessar-fogo entre a UNITA e o MFA. - **(25 de Julho)** - Nomeação da Junta Governativa para Angola. - **(27 de Julho)** - Aprovada a Lei n.º 7/74, onde é grafado o neologismo «descolonização». - **(1 de Agosto)** - Agostinho Neto institui as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). - **(12 a 15 de Outubro)** - Acordo de cessar-fogo entre a FNLA e o MFA. - **(21 de Outubro)** - Acordo de cessar-fogo entre o MPLA e o MFA.

**1975 (15 de Janeiro)** - Acordo do Alvor marcando a Independência de Angola para 11 de Novembro. - **(4 de Fevereiro)** - Em Luanda, Agostinho Neto é aclamado pelo povo. - **(Agosto a Novembro)** - FNLA (pelo norte) e UNITA (pelo sul) tentam isolar o MPLA em Luanda e impedi-lo de proclamar a Independência a 11 de Novembro. - **(10 de Novembro)** - Batalha de Kifangondo. - **(11 de Novembro)** - Em Luanda, Agostinho Neto proclama a Independência da República Popular de Angola, da qual se torna o primeiro presidente.

**1976** - Promulgação da «Emenda Clark». - **(13 de Março)** - «Longa Marcha» da UNITA. - **(23 a 29 de Outubro)** - Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, onde Nito Alves e os seus simpatizantes são designados por «fraccionistas».

**1977 (8 de Janeiro)** - Criação do *kwanza* como moeda nacional. - **(27 de Maio)** - Tentativa de «Golpe de Estado nitista». - **(30 de Novembro a 10 de Dezembro)** - 1.º Congresso do MPLA, passando a chamar-se MPLA - Partido do Trabalho (PT).

**1979 (10 de Setembro)** - Agostinho Neto morre num hospital de Moscovo. - **(21 de Setembro)** - José Eduardo dos Santos toma posse como presidente da República Popular de Angola.

**1986 (Fevereiro)** - Jonas Savimbi é recebido por Ronald Reagan. - **(Março)** - Savimbi oficializa a Jamba como o seu «mini-Estado» [*sic*]. - **(meados do ano)** - Chester Crocker, preconiza a chamada política do *linkage*. - **(meados do ano)** - As FALA/UNITA chegam ao centro de Angola.

**1987 (Agosto)** - As FAPLA angolanas e as FAR cubanas avançam para a Jamba. - **(27 a 30 de Setembro)** - Visita de José Eduardo dos Santos a Portugal, a fim de encontrar uma ponte de negociações com os EUA e com as Comunidades Europeias. - **(15 de Novembro, até 23 de Março de 1988)** - Batalha de Kuito Kuanavale, entre o MPLA e a UNITA.



**1988 (22 de Dezembro)** - Acordo de Nova Iorque, entre Angola, Cuba, África do Sul e SWAPO.

**1989 (24 de Junho)** - Cimeira de Gbadolide, onde pela primeira vez José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi apertam as mãos.

**1990 (Janeiro)** - Jonas Savimbi é recebido em Lisboa.

**1991 (25 de Maio)** - Retirada de Angola dos últimos soldados cubanos. - **(31 de Maio)** - Acordos de Bicesse: José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam em Lisboa um armistício com vista à reconciliação nacional. - **(15 de Novembro)** - Constituição das Forças Armadas de Angola (FAA).

**1992 (Maio)** - O III Congresso Extraordinário do MPLA-PT rebaptiza o partido com a sigla primitiva, MPLA. - **(16 de Setembro)** - Revisão Constitucional em Angola, que consagra o multipartidarismo e o semi-presidencialismo e altera a designação oficial da República Popular de Angola para República de Angola. - **(29 e 30 de Setembro)** - Eleições legislativas e presidenciais em Angola, ganhas pelo MPLA. - **(3 de Outubro)** - Jonas Savimbi declara não aceitar os resultados eleitorais e ameaça voltar à guerra. - **(31 de Outubro)** - Batalha de Luanda.

**1993 (19 de Maio)** - Os EUA reconhecem a República de Angola.

**1994 (Novembro)** - As FAA conquistam o Uíje e o Huambo e Savimbi é obrigado a deslocar-se para o Andulo. - **(20 de Novembro)** - Acordo de Lusaka.

**1997 (11 de Abril)** - Em Luanda, toma posse o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), integrando elementos da UNITA.

**2002 (22 de Fevereiro)** - Savimbi é morto pelas FAA no Moxico e esta data é convencionada como a do advento da paz em Angola.

# **1 - A Transição para a Independência ou... a «Descolonização»?**

*A «descolonização» quer simplesmente dizer que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os dominados, descolonizando-os. [...] Vistas assim as coisas, os portugueses aparecem como os únicos actores do processo político: colonizadores graças às malhas que o Império tece, mas também descolonizadores, quando se trata de destecer as mesmas malhas. [...] A verdade é mais simples: não houve descolonização, mas vitória dos africanos, que impuseram ao exército português a obrigação de resolver o nó górdio da guerra que não podia ser ganha, porque já estava perdida. Ou ainda por outras palavras: não foram os portugueses que descolonizaram, foram os africanos que ganharam a guerra de libertação. [...] Não podendo manter o domínio sobre os africanos, pretende-se manter o processo graças à colonização da independência. [...] as querelas da maneira como foi «concedida» a independência às antigas colónias [provam] a ausência de qualquer processo de «descolonização».*

Alfredo Margarido, «Das várias maneiras de ver e de não ver a colonização», 1980.

## **a) O 25 de Abril e as vicissitudes da «descolonização» durante o ano de 1974**

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, perpetrado em Lisboa por oficiais subalternos do Movimento das Forças Armadas (MFA) descontentes com a Guerra Colonial, derrubou o regime político português do Estado Novo e afastou do poder o presidente da República, Américo Tomás, e o presidente do Conselho, Marcelo Caetano,

inicialmente deportados para a Madeira e depois para o Brasil. Os chamados «Capitães de Abril» confiaram a soberania do Estado português a uma Junta de Salvação Nacional (JSN), constituída por sete oficiais de alto posto e presidida pelos generais António de Spínola (n. Estremoz//Portugal, 1910-m. Lisboa, 1996) e Francisco da Costa Gomes (n. Chaves//Portugal, 1914-m. Lisboa, 2001). Spínola publicara no início do ano o livro *Portugal e o Futuro*, considerado polémico por defender uma solução política e não militar para o problema colonial português. Costa Gomes apoiara-o, demitindo-se das funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Mas o 25 de Abril chegou a Angola com dois dias de atraso. Só no dia 27 é que o governador-geral nomeado em 1972 pelo regime deposto, o engenheiro Fernando Augusto dos Santos e Castro, apresentou a demissão. E só no 1.º de Maio – Dia do Trabalhador, pela primeira vez decretado feriado pela lei portuguesa – é que se assistiu, nas ruas da baixa de Luanda, à primeira manifestação – que aliás provocou dezenas de feridos e de detenções – onde foram exibidos cartazes independentistas. Integravam-na Angolanos e Portugueses. Os Angolanos gritavam: «Abaixo o colonialismo!» e «Paz e trabalho!». Mas as palavras de ordem dos colonos eram bem diferentes: «Autonomia, sim! Independência NÃO!». Do lado dos que condenavam o colonialismo e defendiam a Independência de Angola encontravam-se apenas 20 brancos. Esta realidade, além reflectir a clivagem que já se fazia sentir, em Lisboa, nos sectores diferenciados da JSN e do MFA – uns favoráveis à Independência total e imediata das colónias, outros partidários de um projecto federalista delirante de Spínola –, traduzia em Luanda a inequívoca discrepância de sentimentos entre colonizadores e colonizados. Nesse início de Maio, chegada à capital de Angola uma delegação do MFA e da JSN presidida pelo general Costa Gomes, foram

libertados os presos políticos. Segundo Pezarat Correia, começaram então a proliferar em Luanda agrupamentos políticos de três categorias:

1. Partidos constituídos, na maioria, por colonos ou seus descendentes, vindos da oposição à ditadura colonial, e que mais tarde se integrariam no MPLA:
  - a. O Movimento Democrático de Angola (MDA), do advogado Eugénio Ferreira, ligado ao MDP/CDE português;
  - b. A Frente Unida de Angola (FUA), de Fernando Falcão e Sócrates Dáskalos, com alguma expressão na área de Benguela/Lobito;
2. Grupos oriundos do norte de Angola, ditos «tribalistas» ou apoiados em personalidades – como o profeta Simão Toko –, que seriam depois absorvidos pelo Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), apoiante da FNLA;
3. Organizações armadas, mais ou menos clandestinas, contra o MFA e a JSN:
  - a. A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC);
  - b. A Frente de Resistência Angolana (FRA).

Esta última organização, a Frente de Resistência Angolana (FRA), fundada a 19 de Julho de 1974, viria a revelar-se particularmente problemática, pois era constituída por colonos que pugnavam por uma Independência branca de tipo rodesiano, a exemplo do que, em 1965, fizera Ian Smith (n. 1919-m. 2007) em relação à

Grã-Bretanha, declarando uma Independência da Rodésia do Sul jamais reconhecida por qualquer Estado. Contavam, aliás, com o apoio da própria Rodésia do Sul e da África do Sul, e o armamento de que dispunham era o mesmo que, desde os acontecimentos de 1961, as administrações coloniais vinham distribuindo pelas populações brancas de Angola.

Uma vez indigitado, em Portugal, pela JSN, António de Spínola como presidente da República, e uma vez constituído, a 16 de Maio, o I Governo Provisório – liderado por Adelino da Palma Carlos e vindo a durar apenas dois meses –, criavam-se, aparentemente, as condições institucionais para a nomeação de governos provisórios nas colónias. Foi neste contexto que António de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial – Ministério então criado para substituir o extinto Ministério do Ultramar –, se deslocou a Angola em finais do mês e, após ter percorrido várias localidades, se confrontou, no dia em que regressava a Lisboa, com duas manifestações acirradas concentradas no largo fronteiro ao Palácio do Governo, na Cidade Alta de Luanda. A primeira manifestação, exigindo a Independência total e imediata de Angola, foi aplacada pela intervenção do angolano Diógenes Boavida (n. 1928-m. 2012) – irmão de Américo Boavida e famoso por ter sido o primeiro advogado negro a abrir escritório em Angola, ainda nos anos de 1950 –, que apareceu na varanda ao lado de Almeida Santos, de quem fora colega em Coimbra nos tempos de estudante. A segunda, uma contramanifestação, era constituída por brancos membros da FRA, que chegaram a ameaçar fisicamente o ministro, o qual, contudo conseguiu seguir ileso para o aeroporto.

A esta viagem de Almeida Santos – e enquanto Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do mesmo I Governo Provisório, iniciava em Lusaka os primeiros encontros com os dirigentes guineenses do PAIGC e

moçambicanos da FRELIMO -, seguiu-se em Lisboa um surpreendente golpe de teatro por parte da JSN, da iniciativa de Spínola: a nomeação para governador-geral de Angola do general Silvino Silvério Marques, que tomou posse a 11 de Junho. Silvino Silvério Marques, que sempre se reivindicara um defensor do «integracionismo» - tradução política portuguesa do insidioso Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre -, já fora governador de Angola entre 1962 e 1966 e até intensificara a operação de armamento dos colonos, além de, recordemo-lo, ter mandado encerrar a Sociedade Cultural de Angola em 1965. Como era de prever, esta segunda nomeação de um «integracionista» para governador de Angola revelar-se-ia desastrosa. Silvino Silvério Marques viu-se obrigado a demitir-se a 17 de Julho. No entanto, os 40 dias do seu mandato seriam ricos de acontecimentos.

Em Luanda, além dos movimentos estudantis, que se registavam desde o início de Julho, formavam-se espontaneamente «Comissões de Trabalhadores», «Associações de Estudantes», «Comités de Acção» e «Comissões Populares de Bairro» (CPB), futuros aliados políticos urbanos do MPLA. Intensificavam-se os assassinatos e as perseguições aos brancos *fubeiros*, expulsos dos musseques, assim como aos taxistas. A má reputação de uns e de outros entre os Angolanos vinha de longa data: os primeiros eram pouco escrupulosos na troca directa e nas vendas, viciando os preços, e tinham fama de serem os informadores dilectos das autoridades coloniais; os segundos, se antes se recusavam a transportar negros e mestiços, agora também se negavam a prestar os seus serviços aos estudantes, chegando mesmo a hostilizá-los. Os confrontos armados entre Angolanos e Portugueses, em Luanda e noutras localidades, multiplicavam-se. O MFA, assim como o governador, revelavam-se impotentes para lhes pôr cobro, o mesmo acontecendo com os já escassos

agentes da PSP, muitos dos quais começavam a retirar-se para Portugal. Aliás muitos funcionários públicos já haviam abandonado Angola e requerido a prossecução das suas carreiras na ainda metrópole, convictos de que a sua permanência numa colónia prestes a atingir a Independência era inviável. Logo nos dois meses após 25 de Abril de 1974, saíram de Angola nove mil Portugueses. Em Junho foi criado em Lisboa o Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU), que esteve na origem do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), instituído nove meses depois pelo Decreto-Lei n.º 196/75, de 31 de Março, já na vigência do IV Governo Provisório, o terceiro presidido por Vasco Gonçalves e, portanto, em pleno PREC (Processo Revolucionário em Curso). Ou, se preferirmos, em pleno «gonçalvismo». Em Junho de 1975, era organizada a ponte aérea que conduziu a Portugal os chamados «Retornados».

Em Junho e Julho de 1974, os guerrilheiros da FNLA já iam estabelecendo contactos pontuais com militares portugueses com vista a um cessar-fogo, que, todavia, só se consumaria depois do encontro de Spínola com Mobutu na Ilha do Sal, já em Setembro. Quanto à UNITA, não hesitou, logo a 14 de Junho de 1974, em assinar um acordo de cessar-fogo com o MFA, que enviou uma delegação às margens do rio Lungué-Bungo. Compreende-se como é que, a partir dessa data, a UNITA se instalou sem dificuldade nas cidades do Planalto Central, de população maioritariamente Ovimbundu, e como é que na mais importante, o Huambo (então ainda Nova Lisboa), conquistou, mercê da sua reputação de aliada dos Portugueses, a simpatia dos colonos.

O projecto de Spínola de neocolonização de Angola – ou, como diria Alfredo Margarido, de «colonização da Independência de Angola» – deu um salto sigiloso a 19 de Junho, quando o próprio Spínola se avistou com o presidente norte-americano, Richard Nixon, na Base das

Lajes, nos Açores. Salto sigiloso e misterioso, pois Spínola conversou com Nixon utilizando como intérprete um norte-americano, sem a presença na sala de nenhum dos membros da delegação portuguesa. Segundo Costa Gomes, Spínola já se encontraria, ao tempo, conluiado com o então primeiro-ministro, Palma Carlos, naquilo a que alguém chamou «golpe Palma Carlos»: o adiamento das eleições previstas pela JSN, a elaboração de uma Constituição, que seria plebiscitada em Outubro ou Novembro, e o reforço dos poderes do presidente da República. O principal instigador desse «golpe» terá sido o ministro sem pasta Francisco Sá Carneiro, líder do recém-criado Partido Popular Democrático (PPD), futuro Partido Social Democrata (PSD). Mercê da oposição exercida pela Comissão Coordenadora do MFA, Palma Carlos demitiu-se do cargo de primeiro-ministro a 9 de Julho, sendo três dias depois substituído, por iniciativa de Spínola, por um membro da Comissão Coordenadora, o coronel Vasco Gonçalves, que formou o II Governo Provisório. Nesta conjuntura, a 17 de Julho, Silvino Silvério Marques demitiu-se do cargo de governador de Angola.

Dez dias depois, em Lisboa, era aprovada a Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, na qual pela primeira vez se grafava, em língua portuguesa, o neologismo «descolonização». E Spínola fazia um discurso onde aparentemente se lhe mostrava favorável, embora tivesse confidenciado aos oficiais do MFA: «Entretanto é necessário salvar Angola, [porque] Angola é comigo» [*sic*]. Mas na antevéspera, a 25 de Julho, Spínola nomeara uma Junta Governativa para Angola, presidida pelo almirante António Alva Rosa Coutinho (Lisboa, n. 1926-m. 2010). Ao desembarcar em Angola em finais do mês, Rosa Coutinho ainda não manifestava claramente a sua simpatia efectiva pelo MPLA. Contudo, não tardou a receber em Luanda, por parte dos colonos, o apodo de «Almirante Vermelho», isto é,



«Almirante Comunista». Para tal muito contribuiu o facto de, no início da década de 1960, quando comandava um navio hidrográfico no rio Congo/Zaire, Rosa Coutinho ter sido capturado por guerrilheiros da FNLA, que o encarceraram durante largos meses em Kinshasa. Guardar-lhes-ia rancor? As múltiplas especulações dos Portugueses conservadores sobre o carácter e a vida pessoal de Rosa Coutinho encontravam-se eivadas de racismo e de todos os artifícios maliciosos da retórica colonial. Mas é indubitável que, quer enquanto presidiu em Luanda à Junta Governativa de Angola, entre Julho e Outubro de 1974, quer depois de adquirir o estatuto de alto-comissário, entre Outubro de 1974 e a assinatura dos Acordos do Alvor, em Janeiro de 1975, Rosa Coutinho favoreceu o MPLA em detrimento dos outros movimentos independentistas angolanos. Ele próprio, de resto, o reconheceu, declarando 20 anos depois, num lamentável luso-centrismo, ainda considerar o MPLA... «o mais *português* (!) dos movimentos de libertação de Angola» [sic]!

As medidas políticas do «Almirante Vermelho» que mais agastaram os colonos portugueses foram tomadas muito antes da entrada oficial do MPLA em Luanda, a qual só ocorreria em Novembro de 1974, depois da assinatura dos acordos de paz deste movimento com o exército português, a 21 de Outubro, na Chana do Lunhamege, perto da fronteira com a Zâmbia. Que medidas foram essas? O decretar do recolher obrigatório em Luanda, o desarmamento dos agentes da PSP e, acima de tudo, a apreensão aos colonos de todo o material bélico que por eles tinha sido distribuído e armazenado desde 1961. Tal ocorreu a 1 de Agosto de 1974 – por coincidência (ou não?) o mesmo dia em que, em Lusaka, Agostinho Neto instituiu as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) –, na sequência de rixas raciais que levaram à expulsão para Lisboa de um grupo de comerciantes

brancos, os quais, na afluência à capital portuguesa e embarcados à cunha em aviões da TAP, seriam seguidos, em apenas um mês, por cerca de mais 35 mil Portugueses e Angolanos.

Nos primeiros dias de Setembro de 1974, Spínola chamou Rosa Coutinho a Lisboa para lhe dizer que se encarregaria pessoalmente da «descolonização de Angola» e que, a esse propósito, no dia 15, se encontraria com Joseph Mobutu, presidente do Zaire, na Ilha do Sal, em Cabo Verde. Logo a seguir, Spínola convocou para uma reunião em Lisboa 23 residentes em Angola, que designou por «representantes das forças vivas de Angola» [sic]. Pretendia dar prossecução a um projecto que visava atingir, segundo as suas próprias palavras, a mesma quimera falaciosa esgrimida pela política salazarista depois de 1951 e que consistiria, alegadamente, em «transformar Angola num Brasil» [sic]. Esses «representantes das forças vivas» não só não eram Angolanos como eram, na sua maioria, militantes e simpatizantes da FRA. E pela mesma época, em Luanda, entre 7 e 23 de Setembro, era reprimida uma manobra golpista da FRA, liderada pelo engenheiro Pompílio da Cruz. Segundo Rosa Coutinho, quer este movimento, quer o de Jorge Jardim em Moçambique, estariam directamente ligados à tentativa reaccionária de golpe de Estado em Lisboa, a 28 de Setembro de 1974. Em todo o caso, o projecto dos «representantes das forças vivas» não iria longe, precisamente em consequência dos acontecimentos de 28 de Setembro em Portugal. Todos, ao regressarem a Angola, após a demissão de Spínola do cargo de presidente da República, a 30 de Setembro de 1974 – sendo sucedido por Costa Gomes até Julho de 1976 –, foram imediatamente «expulsos» por determinação do «Almirante Vermelho».

## **b) Do Acordo do Alvor de 15 de Janeiro ao 11 de Novembro de 1975: a Independência de**

## **Angola sob o signo da Guerra Fria**

Sem realizarem qualquer consulta prévia entre si, a FNLA, o MPLA e a UNITA, argumentando terem sido os únicos a fazer a Guerra da Independência, reivindicaram a chamada «legitimidade revolucionária»: o direito à exclusividade, em detrimento de qualquer outro partido político angolano, para encetarem negociações com o colonizador português na transferência da soberania política sobre o território. Esta deveria ser imediata, sem longos processos de transição. Neste quadro se celebrou, entre 12 e 15 de Outubro de 1974, a bordo do iate presidencial de Mobutu – portanto em águas fluviais zairenses e não angolanas –, o acordo de paz entre o MFA e a FNLA, a qual abriria em Luanda, logo no dia 30, uma delegação chefiada por Hendrick Vaal Neto. As mesmas premissas pautaram, a 21 de Outubro, o acordo de cessar-fogo entre o MFA e o MPLA, na Chana do Lunhamege. A 8 de Novembro de 1974, sob a liderança de Lúcio Lara, o MPLA também inaugurava a sua delegação em Luanda, na Vila Alice.

A 15 de Janeiro de 1975, os três movimentos assinaram com o Estado português no Algarve, no Hotel Penina, o Acordo do Alvor, destinado regular a «descolonização» de Angola com vista à Independência, e do qual ressaltavam sete directrizes principais:

1. Os movimentos de libertação de Angola – FNLA, MPLA e UNITA – eram os únicos e legítimos representantes do povo angolano (artigo 1.º);
2. As fronteiras do Estado angolano eram as definidas pelo colonialismo, e Cabinda fazia parte integrante do território (artigo 3.º);
3. A data da Independência de Angola – a mais tardia de entre as das colónias portuguesas do continente

africano em vias de autodeterminação - ficava marcada para o dia 11 de Novembro desse mesmo ano de 1975 (artigo 4.º);

4. Nomeava-se para Angola um novo alto-comissário português, o general António Silva Cardoso, que presidiria a um Governo de Transição para a Independência, empossado duas semanas depois, a 31 de Janeiro (artigo 5.º);
5. O Governo de Transição era constituído por Portugueses e por representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA (artigos 14.º-27.º);
6. Previam-se eleições para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses contados a partir de 31 de Janeiro de 1975 (artigos 40.º-44.º);
7. A nacionalidade angolana definia-se pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio (artigos 45.º-48.º).

Mas, como o reconheceu o historiador Jean-Michel Mabeko-Tali, para os três movimentos, o Acordo do Alvor representou apenas, além da legitimação internacional e do reconhecimento mútuo, a eliminação de outros intervenientes na cena política angolana: quer Portugal, quer novos eventuais partidos políticos angolanos. Longe de almejamem uma coexistência democrática, a FNLA, o MPLA e a UNITA visavam dar continuidade às hostilidades recíprocas, aliás de longa data, agora na conquista efectiva do poder e com o apoio assumido dos velhos aliados, tanto do pólo ocidental capitalista, encabeçado pelos EUA, quanto do bloco socialista de leste, liderado pela URSS. Mercê da sua riqueza em recursos naturais - nomeadamente petróleo e diamantes -, Angola tornar-se-ia, no plano internacional, um campo de experimentação por excelência da Guerra Fria. Bastaram passar poucos dias sobre o Acordo do Alvor para o demonstrar.

Na última semana de Janeiro de 1975, a campanha empreendida por apoiantes do MPLA em Luanda, através da Emissora Oficial, de dinamização do «poder popular» – incitando Angolanos acabados de cumprir o serviço militar no exército português, assim como os ex-Fiéis, antigos mercenários catangueses que após a queda de Moisés Tshombé tinham combatido ao lado dos Portugueses e que se encontravam desarmados desde o Acordo do Alvor, a aderir às FAPLA – agastou a FNLA. Um grupo de militantes deste movimento, comandado pelo próprio Vaal Neto, invadiu as instalações da emissora e sequestrou durante horas o escritor António Cardoso (n. Luanda, 1933-m. Lisboa, 2006), seu chefe de redacção desde que saíra do campo de concentração do Tarrafal após o 25 de Abril. A FNLA libertou António Cardoso graças à intervenção do exército português, mas os trabalhadores da estação de rádio já tinham declarado greve.

A 4 de Fevereiro de 1975, precisamente passados 14 anos sobre os feitos heróicos de Neves Bendinha e dos seus companheiros – cuja data, desde o início convencionada pelo MPLA como a da eclosão da luta armada pela Independência, foi imediatamente declarada feriado nacional e deu novo nome ao Aeroporto da capital –, Agostinho Neto desembarcava triunfalmente em Luanda, acolhido em júbilo pelos populares. Para esse sucesso muito contribuíram as mobilizações das CPB e dos «Comités de Acção»: os Comités Henda e Amílcar Cabral, tendencialmente maoístas; e os Comités N’zinga e Toupeira, de ideias trotskistas. A eles se dirigiu abertamente o líder do MPLA, no discurso que proferiu uma semana depois, a 12 de Fevereiro, no Bairro do Golfe, que passou a chamar-se Bairro Kilamba Kiaxi (de *kilamba kixi*, isto é, *o condutor dos homens*, um dos apodos populares em kimbundu pelos quais Agostinho Neto ficou conhecido). Nesse discurso, Agostinho Neto não só

sublinhou a importância de Luanda como chave para a Independência - «A capital não é o país [...], mas [...] o que aqui [em Luanda] podemos conquistar, terá necessariamente repercussões em todo o país» [sic] -, como pela primeira vez se declarou favorável à dinamização do «poder popular» e a uma «economia socialista» a instituir na ainda futura Angola Independente.

Após o Acordo do Alvor, a FNLA não retirou do Norte de Angola o seu exército, subsidiado pelos EUA e constituído, na maioria, por tropas regulares zairenses e por mercenários norte-americanos (daí a meses também por mercenários portugueses). Este facto, associado à indubitável popularidade de Agostinho Neto em toda a Angola - e mesmo em Portugal, onde habilmente se apoiou nos antigos camaradas do MUD Juvenil e do PCP, então com enorme influência política e diplomática -, levou a URSS, ainda em Fevereiro de 1975, a rever a sua posição de reserva face ao apoio militar ao MPLA, que até então contara apenas com o da Jugoslávia do Marechal Josip Broz Tito (n. 1892-m. 1980). Testemunhá-lo-ia o jornalista João Van-Dúnem, que participara, no início do ano, como representante do MPLA, nas negociações de solicitação aos Soviéticos de auxílio militar cubano para reforço das FAPLA e para conter eventuais invasões estrangeiras. E prova-o igualmente o descrédito a que, a partir de então, a URSS votou o líder da «Revolta de Leste», Daniel Chipenda, cuja facção se viu compelida a aproximar-se da FNLA, embora sem se integrar nela formalmente. Ainda assim, a Facção Chipenda abriu uma sede em Luanda, na Avenida dos Combatentes, a qual o MPLA, a 13 de Fevereiro, alegando que Chipenda violara o Acordo do Alvor, atacou a tiro - morrendo, do lado das FAPLA, o comandante «Valódia», que passaria a dar nome à Avenida -, conseguindo convencer o Governo de Transição a encerrá-la.

Entretanto em Portugal, a ainda potência colonizadora – ou «descolonizante»? –, a instabilidade política interna agravava-se. O fracasso da tentativa de golpe de Estado de 11 de Março, que visara devolver o poder a Spínola, o qual se viu obrigado a fugir para Espanha (e depois para o Brasil), apressara a queda do III Governo Provisório – o IV seria presidido pelo mesmo primeiro-ministro, Vasco Gonçalves – e a substituição da Junta de Salvação Nacional por um Conselho da Revolução. O exército português em Angola ficou ainda mais fragilizado para se opor aos confrontos armados entre a FNLA e o MPLA, que se prolongaram em Luanda até Maio. Alguns Estados africanos e o governo português conseguiram então convocar os três movimentos independentistas angolanos para uma nova cimeira de paz, a realizar na cidade de Nakuru (Quênia). Mas da Cimeira de Nakuru, de 15 de Maio de 1975 – à qual, aliás, Agostinho Neto hesitou em comparecer, por intimação dos «Comités de Acção» e das CPB –, resultou um acordo de paz de curtíssima duração. A 6 de Junho, travava-se a primeira grande batalha de Luanda, que desmembrou definitivamente o Governo de Transição. Pela primeira vez, a FNLA e a UNITA aliaram-se, acusando o MPLA de ser o principal provocador dos conflitos. A FNLA retirou de Luanda e reforçou as tropas do ELNA. Em Setembro – com três colunas de carros blindados e artilharia pesada – ocuparia o Caxito, nas margens do rio Dande, cerca de 45 quilómetros a norte de Luanda. A UNITA incitou naturais do sul residentes em Luanda a abandonarem a capital e concentrou as suas forças no Planalto Central, a partir da cidade do Huambo. Quanto ao MPLA, começara precisamente em Maio a receber auxílios militares cubanos. O primeiro, constituído por 250 instrutores, desembarcara discretamente em Porto Amboim. O MPLA já dominava praticamente todos os entrepostos do litoral angolano, à excepção do porto de Luanda, ainda sob administração das autoridades

portuguesas. Outras ajudas cubanas ao MPLA se seguiriam em breve: uma em Julho, consistindo em arsenal bélico transportado em aviões soviéticos, que o desembarcavam nos aeroportos congolezes de Brazzaville e de Pointe-Noire, com a conivência do presidente Marien Ngouabi; e outra a 5 de Outubro, novamente desembarcada em Porto Amboim, agora um contingente de tropas de elite.

A 30 de Julho, o alto-comissário português, general Silva Cardoso, demitia-se e era substituído pelo almirante Leonel Cardoso. Em Luanda, o Governo de Transição já não contava com a FNLA nem com a UNITA, mas apenas com os representantes do MPLA e com os últimos Portugueses. Em Lisboa, o IV Governo Provisório caía a 8 de Agosto, quando o Partido Socialista (de Mário Soares) e o Partido Popular Democrático (de Sá Carneiro) abandonaram a coligação governamental, em oposição às orientações leninistas do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves. O Conselho da Revolução e o efémero V Governo Provisório – ainda presidido por Vasco Gonçalves – aprovariam, a 22 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 458/A-75, que suspendeu o Acordo do Alvor.





39 - Posicionamento das forças militares da FNLA, do MPLA e da UNITA no território angolano, às vésperas do 11 de Novembro de 1975, procurando encurralar o MPLA no corredor do Kuanza e conquistar Luanda. TALI, 2001, II vol., p. 143.

O cenário de guerra acesa que o território de Angola representou entre Agosto e Novembro de 1975 traduziu-se basicamente em duas complexas operações concertadas entre a FNLA e a UNITA, num movimento em pinça de norte para sul e de sul para norte, com o objectivo de conquistar Luanda e de impedir o MPLA de declarar a Independência a 11 de Novembro. De norte para sul, Mobutu (presidente do Zaire), Kaunda (presidente da Zâmbia), Holden Roberto e Jonas Savimbi cooperaram naquela que os Norte-Americanos designaram por «Operação Iafeature». O ELNA, exército da FNLA, integrava, não só tropas de elite zairenses, mas também mercenários norte-americanos financiados pela CIA. A eles se juntaram, quer a «Coluna Chipenda», quer uma coluna de militares portugueses comandada pelo coronel Gilberto Santos e Castro, antigo comandante do Centro de Instrução de Comandos em Luanda durante a Guerra Colonial e irmão do último governador-geral de Angola nomeado pelo Estado Novo. Gilberto Santos e Castro estava ligado ao Exército de Libertação de Portugal (ELP) e ao Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), organizações terroristas de extrema-direita sediadas em Espanha, criadas por um ex-subdirector da PIDE e presididas por Spínola. Às vésperas do 11 de Novembro, o ELNA - com os seus 11 200 soldados e as suas três colunas de carros blindados - encontrava-se em Kifangondo, ao quilómetro 28 do Caminho-de-Ferro de Luanda/Malanje, nas margens do rio Bengo e por isso reservatório do abastecimento de água canalizada a Luanda desde 1889. O ELNA estava, portanto, pronto a cair como uma ave de rapina sobre a capital de Angola.

De sul para norte, aliado à UNITA, o exército sul-africano – de seis mil soldados africanos, a que acresciam mercenários portugueses –, avançava na que ficou conhecida por «Operação Savannah». O apoio sul-africano à UNITA – com a conivência dos EUA, que criam ser aquela a única solução para repelir o «alastramento do comunismo» no continente africano – remontava ao início do ano. A África do Sul do *apartheid* não só compreendera que a FRA, que apoiara durante um curto período, era uma organização amadorística, como reconheceu a inevitabilidade de a Independência de Angola ser protagonizada por um dos movimentos de libertação. O primeiro encontro, em território angolano, de Jonas Savimbi com o chefe dos Serviços Militares de Informação da África do Sul, general Du Toit, realizara-se em Fevereiro, logo após o Acordo do Alvor. A UNITA recebera então, de Pretória, 402 metralhadoras, 100 pistolas, 95 mil caixas de munições e a quantia de 200 mil dólares. Por sua vez, Savimbi ofereceu-se para travar, na Namíbia – ex-Sudoeste Africano, que a África do Sul assumia como colónia desde 1946 –, as incursões da SWAPO, movimento independentista namibiano fundado em 1966. A 9 de Agosto de 1975, os Sul-Africanos da Coluna Zulu fizeram uma primeira entrada em Angola, atacando as barragens de Calueque e de Ruacaná. Dez dias depois, tomavam Pereira d'Eça (Onjiva), e a 17 de Setembro instalavam-se em Silva Porto (Kuito). Mas a grande invasão sul-africana começou a 23 de Outubro. Em poucos dias, a Coluna Zulu tomou as cidades que o MPLA ainda dominava no sul e no centro do país: Sá da Bandeira (Lubango), a 24 de Outubro; Moçâmedes (Namibe), entre 27 e 28; e Benguela, a 6 de Novembro. Às vésperas do 11 de Novembro, a Coluna Zulu, embora retardada no dia 8 pela explosão da ponte sobre o rio Keve – causada em desespero por militares e civis angolanos do MPLA, auxiliados pelos Cubanos –, pôde

entrar em Novo Redondo. Mas não foi a tempo, como era seu objectivo, de atingir Luanda pelo sul.

Apertado em tenaz pelos seus inimigos, o MPLA já só dominava o litoral entre Luanda e Porto Amboim, o corredor do Kuanza, incluindo Malanje, e ainda a Lunda. Mas a 10 de Novembro, naquela que se celebrizou como Batalha de Kifangondo, as FAPLA, com o apoio dos Cubanos e dos populares mobilizados pelos «Comités» e pelas CPB - incluindo delinquentes recrutados nos musseques e nas penitenciárias -, infligiram aos batalhões zairenses do ELNA uma derrota estrondosa e humilhante. Surpreendidas pelos *rockets* cubanos de 122 bocas - ou BM-21, engenhos bélicos de fabrico soviético que ficariam conhecidos em Angola como «Monacaxitos» -, as forças de choque da FNLA dispersaram e debandaram para nordeste, sempre perseguidas pelas FAPLA. No mesmo dia 10 de Novembro, a Bandeira de Portugal foi descida dos seus estandartes: o do Palácio do Governo, na Cidade Alta, e o da Fortaleza de São Miguel. O alto-comissário português, Leonel Cardoso, depois de declarar solenemente que Portugal entregava Angola ao povo angolano, embarcava numa fragata para o seu país.

Às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, no Largo 1.º de Maio, Agostinho Neto, perante uma multidão efusiva, proclamava a Independência de Angola e pedia um minuto de silêncio em memória dos «heróis tombados pela Independência da Pátria» [*sic*]. Em silêncio foi desfraldada, pela primeira vez, a Bandeira de Angola, muito idêntica, nas cores, à que o poema de Maurício Gomes idealizara havia quase 25 anos: o negro do povo, o vermelho do sangue e o amarelo da estrela, da catana dos camponeses e da roda dentada dos operários. Horas depois, no edifício da Câmara Municipal de Luanda, no Largo da Mutamba, Lúcio Lara, em nome do Comité Central do MPLA, investia Agostinho Neto como presidente da República. O primeiro

Estado a reconhecer internacionalmente a República Popular de Angola foi o Brasil – que, ironicamente, era ao tempo governado por uma Ditadura Militar de extrema-direita –, antes mesmo de Cuba, da URSS e dos congéneres africanos. O ex-colonizador, Portugal, só o faria quatro meses mais tarde. A canção *Angola Avante*, com letra de Manuel Rui Monteiro e melodia de Ruy Vieira Dias Mingas, foi então consagrada Hino Nacional de Angola.

## **2 - A I República ou a República Popular de Angola (1975-1991)**

### **a) A «II Guerra de Libertação» de 1975-1976 e o «Carnaval da Vitória»**

A 11 de Novembro de 1975, enquanto em Luanda o MPLA proclamava a República Popular de Angola, a FNLA e a UNITA também proclamavam em conjunto, no Huambo, a República Democrática de Angola. Mas a bandeira vermelha e verde do Galo Negro da UNITA não esteve hasteada mais do que um mês, pois a própria UNITA depressa se demarcou da coligação, hostilizando a FNLA. Ao contrário do que aconteceu com a República Popular de Angola, que em breve contaria com o reconhecimento da OUA e da ONU, nenhum Estado reconheceu a espúria República Democrática de Angola, architectada pela CIA no Huambo. Tal não obstou, contudo, a que os Sul-Africanos permanecessem em território angolano, o que levou Luanda e Havana a intensificarem a «Operação Carlota»: a ponte aérea que transportava de Cuba para Angola tropas cubanas e equipamento bélico soviético, os quais agora desembarcavam directamente no Aeroporto 4 de Fevereiro. Dois anos antes, em 1973, Fidel Castro (n. 1926), presidente de Cuba, comemorara oficialmente, em Havana, os 130 anos da Revolta de Carlota. Carlota era uma escrava negra que, em 1843, morrera chefiando uma

rebelião contra os Espanhóis em Cuba. Por isso, em 1975, Fidel Castro baptizou a operação de ajuda a Angola – país de origem de muitos escravos outrora expatriados para o continente americano – com o nome dessa brava escrava insubmissa. Durante 16 anos, até 1991, a «Operação Carlota» transcenderia, em Angola, a ajuda militar, tornando-se também humanitária. Não envolveu apenas soldados e material de guerra, mas igualmente médicos, enfermeiros, engenheiros e professores cubanos.

A primeira ofensiva militar triunfante da Angola independente contra a UNITA e os Sul-Africanos deu-se dez dias depois da Batalha de Kifangondo, mas desta vez a sul de Luanda. Logo a seguir à vitória sobre a FNLA, um dos oficiais cubanos que repeliram o ELNA em Kifangondo, o comandante Raúl Díaz Argüelles, seguiu com um destacamento para Waku Kungu, na agora província do Kuanza Sul. Informado por naturais da região, percebeu que um batalhão de infantaria da UNITA – que não era constituído apenas por Angolanos e por Sul-Africanos, responsáveis pela artilharia, mas também por Portugueses, que conduziam carros blindados *Panhard* de origem francesa – visava como ponto estratégico a vila de Ebo, delimitada pelos municípios da Kibala, a norte, da Cela, a leste, da Conda, a sul, e do Amboim e da Quilenda, a oeste. A 16 de Novembro, Argüelles montou a defesa na margem direita do rio Keve – nesta região interior chamado Kuvu – e, quatro dias depois, destruiu a ponte sobre o rio e inutilizou completamente os blindados do inimigo com cerrado tiroteio de bazuca. A Batalha do Ebo, de 20 de Novembro de 1975, foi considerada decisiva, pelo MPLA, para que a UNITA e os Sul-Africanos recuassem em direcção ao sul, como de facto aconteceu ao longo dos quatro meses subsequentes. O comandante Argüelles, que morreria tragicamente no mês seguinte, com apenas 39 anos, vítima da explosão de uma mina antitanque que

destruiu o seu blindado na travessia do rio Massaba, perto de Cambambe, foi declarado herói e depressa o seu nome substituiu, na toponímia de Luanda, o de D. João de Castro – mais uma incongruência colonialista, pois tratava-se de um vice-rei da Índia do século xvi que nunca esteve em Angola – na rua que liga a Av. Revolução de Outubro (ex -Av. de Lisboa) ao bairro da Kinanga, na Praia do Bispo.

A 27 de Novembro, a Nigéria, por iniciativa do seu efémero presidente Murtala Mohamed (n. 1938-m. 1976), reconheceu o governo do MPLA na República Popular de Angola, o que desencadeou, no mês seguinte, uma cimeira da OUA que condenou drasticamente a FNLA e a UNITA por se haverem aliado à África do Sul do *apartheid*. Os próprios presidentes Kenneth Kaunda da Zâmbia e Félix Houphouët-Boigny da Costa do Marfim, amigos pessoais de Savimbi, tiveram de ceder. Mais uma vez houve alterações na toponímia colonial de Luanda. Tal como o nome do então presidente do Congo-Brazzaville, Marien Ngouabi, substituiu o do padre António Barroso numa das grandes artérias da cidade, também o de Murtala Mohamed se sobrepôs ao do governador Pedro Massano de Amorim na principal avenida da Ilha. A 19 de Dezembro de 1975, o Senado dos EUA votava a suspensão de qualquer intervenção militar em Angola, o que seria reforçado a 9 de Fevereiro de 1976, com a promulgação da «Emenda Clark» pelo presidente Gerald Ford. Contudo, como veremos, os EUA já preparavam, através da CIA, a transferência do apoio militar da FNLA para a UNITA.

O exército da FNLA já se encontrava desmantelado em Kinshasa. Mas a UNITA resistiria no Planalto Central até Março de 1976. Ainda em Dezembro de 1975, o comandante militar sul-africano em Angola avisou Savimbi de que ia retirar para a Namíbia as suas unidades da posição avançada da Caála (ex-Vila Robert Williams), 190 quilómetros a norte do Huambo. A 8 de Fevereiro de 1976,

a própria cidade do Huambo era tomada pelo MPLA e pelas tropas cubanas, auxiliadas por helicópteros e por aviões de combate MIG. Durante dois dias, Savimbi acoitou-se na povoação vizinha de Vila Nova, mas depressa foi corrido pelas FAPLA e pelos Cubanos, que nas semanas seguintes retomaram Benguela, Lobito, Lubango e Namibe. A 23 de Fevereiro – por ironia, às vésperas do Carnaval –, o VI Governo Provisório português, presidido pelo almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo (n. 1917-m. 1983), reconhecia finalmente a República Popular de Angola. Portugal, o ex-colonizador, era o 82.º Estado a fazê-lo, antecedendo em poucos dias a própria Zâmbia. E a 13 de Março, data da celebração do 10.º aniversário da UNITA, Savimbi e os seus últimos guerrilheiros, assim como as suas famílias, já se encontravam na província do Moxico, agrupados na cidade de Lumbala Nguimbo (ex-Gago Coutinho), que foi bombardeada nesse mesmo dia pelas FAPLA. Não sem antes difundir um comunicado à imprensa em que anunciava o propósito de prosseguir com a guerrilha, Savimbi iniciou então a sua longa marcha pelo mato angolano com o fim de juntar todos os sobreviventes da UNITA. Conseguiu refugiar-se na Jamba, no extremo sudeste de Angola, junto à fronteira com a faixa de Caprivi, território da Namíbia. Savimbi deslocou-se então a Kinshasa, onde se avistou com St. Martin, chefe da delegação da CIA e principal responsável pela malograda «Operação Iafeature». Este, obedecendo a ordens de Washington, aconselhou Savimbi a tentar reabrir negociações com o MPLA. Mas o entendimento entre a UNITA e o MPLA, que seria vantajoso para os interesses dos EUA, foi liminarmente recusado por Agostinho Neto. E Washington incitou então Jonas Savimbi a retomar a guerrilha em Angola.

No dia 27 de Março de 1976, o governo sul-africano oficializou perante o mundo a total retirada do seu exército de Angola. Foi essa a data que, por iniciativa de Agostinho

Neto, passou a ser celebrada como a da vitória angolana sobre os Sul-Africanos e como a do desfecho daquela que a propaganda do MPLA, enquanto foi partido único, designou durante anos por «Segunda Guerra de Libertação» (uma vez que a «Primeira» fora a da Independência, contra Portugal). Havendo já declarado Angola um Estado laico e sendo ideologicamente contrário a feriados religiosos, como a Terça-Feira de Carnaval, Agostinho Neto – a quem muitos, além de Camarada Presidente, já chamavam, carinhosa e popularmente, Manguxi, akimbundamento do nome português Agostinho – encontrou no 27 de Março uma excelente oportunidade de satisfazer os anseios do povo angolano na preservação das suas tradições: decretou que as festas do Carnaval em Angola passassem a ser realizadas nesse dia. E assim nasceu o «Carnaval da Vitória», que o escritor Manuel Rui parodiaria no seu inesquecível *Quem Me Dera Ser Onda* (1982), e que por largos anos rivalizaria em Angola com o Carnaval católico, o qual, tal como outras festas religiosas, o povo angolano nunca deixou de celebrar.

### **b) Candura revolucionária, heranças coloniais, emissão da moeda nacional (o kwanza) e nacionalizações cautelosas**

Os primeiros 18 meses da Independência de Angola ficaram marcados, particularmente em Luanda, por um clima sincero, ainda que eufórico, de solidariedade entre os Angolanos na salvaguarda da sua autodeterminação, ao tempo expressa sobretudo nos discursos de «combate às invasões estrangeiras» e ao «Imperialismo Internacional» [sic]. Multiplicavam-se as difusões radiofónicas dos *sembas* e dos *lamentos* de louvor ao nacionalismo do MPLA, à Revolução Angolana e à personalidade de Agostinho Neto, entoados pelas vozes de inúmeros músicos angolanos notáveis, muitos dos quais popularizados ainda nos últimos



anos do colonialismo. As farras nos quintais eram animadas pelos seus discos e por pares de dançarinos exímios.

No entanto, cedo se fizeram notar duas inevitáveis heranças institucionais do colonialismo português. A primeira foi, logo a 29 de Novembro de 1975, a criação de uma polícia política: a Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA) – dirigida por João Rodrigues Lopes (Ludy Kissassunda), coadjuvado por Henrique de Carvalho Santos (Onambwe), ambos membros do Comité Central do MPLA –, que por ironia se instalou no edifício da Cidade Alta outrora sede da extinta e odiosa PIDE.

A outra foi o revigoramento da Organização dos Pioneiros de Angola (OPA), instituição criada por Agostinho Neto na Frente Leste em 1966 e decalcada da Mocidade Portuguesa do salazarismo. Tal como acontecia antes da Independência, as crianças eram industriadas a dar a vida pela Pátria e marchavam fardadas e armadas. Com três diferenças insignificantes: se antes as crianças eram, na maioria, brancas, agora eram sobretudo negras; se antes marchavam fazendo a saudação nazi de braço estendido, agora avançavam de punho erguido, reproduzindo a simbologia socialista; e se antes entoavam os hinos salazaristas e colonialistas – «Cá Vamos Cantando e Rindo» ou «Angola é Nossa» –, agora bradavam as palavras de ordem do MPLA: «A Vitória é Certa». O patrono dos Pioneiros das «Gloriosas FAPLA» era um herói/mártir, espécie de Gavroche angolano: Augusto Ngangula, um jovem nganguela protegido pelos guerrilheiros do MPLA da Frente Leste que tivera a infelicidade, em 1969, de ser morto por soldados portugueses perto da sua aldeia, no Moxico, com apenas 12 anos.

À partida, a Angola de Agostinho Neto teve o mérito de privilegiar o conhecimento intelectual em detrimento do hedonismo capitalista do lucro comercial. Uma das provas paradigmáticas é a União dos Escritores Angolanos (UEA), proclamada ainda a 10 de Dezembro de 1975 pelo próprio

Agostinho Neto - que foi o seu primeiro presidente da Assembleia Geral, com José Luandino Vieira como secretário-geral - e que, até hoje, tem assegurado uma plena autonomia literária em relação ao Estado, prevalecendo como uma instituição interventiva de referência na sociedade angolana.

Contudo, como seria de esperar, uma vez investido partido de poder de um Estado independente - ou, na expressão de Jean-Michel Mabeko-Tali, «Partido-Estado» -, o MPLA confrontou-se com enormes dificuldades. Desde logo com a falta de quadros suficientes para assegurar o regular funcionamento dos sectores estruturais do país. A saída abrupta de mais de 90 % dos colonos portugueses - os «Tugas» que «bazaram», como se tornou linguagem corrente - deixara ao abandono os principais serviços públicos: a saúde, a justiça, a educação e a comunicação social. Não foram poucos os enfermeiros promovidos a médicos nos hospitais, os oficiais de justiça que passaram a juízes nos tribunais e mesmo os antigos contínuos que se tornaram professores nas escolas primárias e secundárias. E não faltou ao MPLA capacidade de improviso. A direcção do principal jornal diário, a outrora *Província de Angola*, agora rebaptizado *Jornal de Angola*, foi entregue ao escritor Fernando Costa Andrade (n. Lépi/Huambo, 1936 - m. Lisboa, 2009) - também conhecido pelo pseudónimo Ndunduma we Lepi -, o primeiro a grafar o neologismo «angolanidade», criado por Alfredo Margarido. E recorde-se o caso verídico vivido por José Luandino Vieira, que muitos anos mais tarde nos seria narrado pelo próprio. Quando o Comité Central do MPLA o nomeou director da recente Televisão Popular de Angola (TPA) - instalada por técnicos portugueses às vésperas da Independência -, Luandino tentou declinar o convite, alegando com sinceridade que nada percebia de televisão e que, inclusive, só vira televisão em casa de um primo em Lisboa, onde

esteve hospedado durante o ano de 1973, quando saiu em liberdade condicional do campo de concentração do Tarrafal. Agostinho Neto terá então retorquido que só essa curta experiência já era muito importante. E assim vicejaram as emissões da TPA nos primeiros anos, exemplarmente dirigidas por Luandino Vieira.

Agostinho Neto não tardou a perceber que, para governar Angola, não podia contar apenas com os seus apoiantes revolucionários de 1975, congregados nos «Comités» e nas CPB, mas também com o que ainda restava do tecido produtivo colonial: uma pequena burguesia constituída por brancos, por mestiços e por antigos negros assimilados. Assim, nos seus discursos, o Manguxi – também chamado «Guia Imortal da Pátria e da Revolução» – tanto apelava ao fervor revolucionário dos operários e camponeses, quanto ao patriotismo de todos os Angolanos, inclusive daqueles que não perfilhavam as suas ideias. Já germinava uma clivagem social que teria consequências dramáticas no 18.<sup>o</sup> mês da Independência, Maio de 1977. No entanto, os primeiros 18 meses, mesmo atingidos por acentuadas carências alimentares – para muitos, a refeição diária era arroz branco com peixe frito, e a ementa dos melhores hotéis de Luanda restringia-se à galinha –, foram suficientes para que se consolidasse uma burguesia burocrática, que ia ascendendo na administração, no comércio e até nos fragilizados sectores industrial e agrícola – neste último registou-se um certo regresso a uma economia familiar de subsistência – pela via da adesão à militância no partido único. Depressa se instalou a corrupção em todos os sectores produtivos. Iniciaram-se nessa época, à revelia (ou com a conivência) da Organização de Defesa Popular (ODP), as vendas fortuitas – ou «candongueiras» (do kimbundu *kandongá*, isto é, negócio clandestino) – de mercadorias das Lojas do Povo, quer a preços inferiores aos regulados pelo

Ministério das Finanças (instalado no antigo Edifício da Fazenda, na Mutamba) e pelo Banco Nacional de Angola (ex - Banco de Angola), quer a preços altamente especulativos. A clientela abrangia praticamente toda a população, inclusive os dirigentes políticos. A desvalorização monetária foi tal que ficaram famosos os casos das compras de viagens - e mesmo de imóveis para habitação - em grades de cerveja.

Datam de então, nas cidades, as ocupações indiscriminadas das residências abandonados pelos colonos: a elas procediam, quer os novos burocratas, nem todos oriundos dos musseques, quer marginais que se apropriavam ilegalmente das casas em nome do MPLA. O fenómeno da transposição abrupta do modo de vida nos musseques para os edifícios da cidade do asfalto, outrora «branca» e agora «enegrecida» - estereotipado pelas imagens da criação de porcos, coelhos ou galinhas em apartamentos e pela desoladora acumulação das lixeiras nos elevadores inutilizados -, era inevitável. Estas e outras realidades, como a da proliferação do mercado informal - inicialmente protagonizado pelas empresas de venda de geradores de electricidade e de camiões-cisterna que, abastecendo-se no rio Bengo, distribuía água pelos bairros de Luanda, aliás ainda hoje bem vivas e plenamente legalizadas -, sensibilizaram os escritores angolanos, que as mostraram nas suas ficções do início da década de 1980. Foi o caso de Manuel Rui, com *Quem Me Dera Ser Onda*, e de Pepetela, com *O Cão e os Calús*.

A criação, a 8 de Janeiro de 1977, da moeda nacional, o kwanza - com o nome do grande rio historicamente estratégico para a economia de Angola -, substituindo em paridade o escudo angolano, foi insuficiente para fazer face às carências generalizadas. Efectuaram-se acordos de cooperação, não apenas com Cuba, mas também com outros «países amigos» do Bloco de Leste. Ao mesmo

tempo, por solidariedade internacional, Angola acolheu representantes de movimentos de libertação de todo o mundo: da SWAPO namibiana, do ANC sul-africano, da FRETILIN timorense, dos Tupamaros (MNL-T) do Uruguai, da OLP palestina ou da Frente Polisário do Sara Espanhol. A cooperação não se restringiu aos sectores da saúde e da educação, estendendo-se aos da agricultura e da indústria, abandonados pelos Portugueses. O primeiro-ministro, Lopo do Nascimento, tentou incentivar uma reforma agrária, que se limitou à ocupação das terras abandonadas pelos colonos, não conseguindo uma repartição racional dos terrenos cultiváveis em todo o território. A constituição de cooperativas agrícolas não passou das províncias do corredor do Kuanza. Tal como as grandes fazendas agrícolas, também as fábricas tinham sido abandonadas pelos proprietários coloniais e, mesmo dirigidas por Angolanos que aderiram ao militantismo clientelista, confrontavam-se com a falta de matérias-primas. O Estado angolano socorreu-se então do expediente dos confiscos das terras e das fábricas abandonadas, e das nacionalizações, ao abrigo da Lei n.º 3/76, de 3 de Março: nacionalizou os bancos, o ensino, a saúde, a habitação e os seguros.



40 - Uma das primeiras notas de cem kwanzas, emitida em 1977 pelo Banco Nacional de Angola, representando Agostinho Neto em trajes de guerrilheiro.

Mas o MPLA foi prudente em relação à nacionalização dos sectores petrolífero e diamantífero, os quais no tempo colonial eram explorados maioritariamente por capitais não portugueses. O petróleo era explorado, em Cabinda, pela

Gulf Oil Company norte-americana, e na bacia ocidental do Kuanza pela Petrangol-Angol-Texaco, igualmente de capital norte-americano. Os EUA conseguiram pressionar o governo angolano a não nacionalizar o sector petrolífero, recusando o pagamento de *royalties* devidos pela Cabinda Gulf a Angola, assim como a entrega de aeronaves Boeing-737 à companhia aérea TAAG. O MPLA assinou então acordos de parceria com companhias petrolíferas estrangeiras e, em 1976, criou a sua própria companhia distribuidora, a SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. Algo de idêntico aconteceu com a exploração diamantífera. O Estado angolano ficou com as antigas participações portuguesas na DIAMANG e entrou numa parceria com a companhia anglo-sul-africana De Beers. Em 1981, rebaptizou o consórcio com o nome de ENDIAMA – Empresa Nacional de Diamantes – e foi progressivamente assumindo o seu domínio.

### **c) Um Saint-Just angolano ou a hecatombe «nitista» do 27 de Maio?**

Se a Revolução Angolana forjou o seu Gavroche, Augusto Ngangula, é certo que também contou – e a analogia é de Jean-Michel Mabeko-Tali – com um Saint-Just: Bernardo Alves Baptista (n. Piri/Bengo, 1945 – m. Luanda, 1977), mais conhecido por Nito Alves. Oriundo de uma família modesta de camponeses do concelho dos Dembos, Nito Alves fez a escola primária na missão evangélica local, prosseguindo os estudos no Liceu Salvador Correia, em Luanda, enquanto trabalhava na Direcção Geral da Fazenda e Contabilidade. Em 1966, prestes a terminar o liceu, saiu de Luanda, fugindo à PIDE, e juntou-se aos guerrilheiros da 1.ª Região Político-Militar do MPLA. Aí adquiriu a sua formação política básica, com a leitura do manual *Fundamentos do Marxismo-Leninismo*, trazido da URSS pelo guerrilheiro «Valódia». E também com o então comandante dessa 1.ª Região, um seu conterrâneo: João

Jacob Caetano (n. Piri/Bengo, 1941-m. Luanda, 1977), chamado o «Monstro Imortal». Este fugira em 1961 à UPA – que lhe entregara uma catana com que se recusou a chacinar os amigos de infância brancos e mestiços – e juntara-se ao MPLA, em Léopoldville. Em 1967, já na guerrilha, o «Monstro Imortal» seria um dos raros sobreviventes do massacre do Esquadrão Camy.

Em Agosto de 1974, já na qualidade de comissário político e de delegado da 1.<sup>a</sup> Região, Nito Alves deslocou-se ao Congresso de Lusaka, agendado por Kenneth Kaunda para o dia 8 e onde deveriam chegar a acordo as três facções do MPLA: a «presidencialista», de Agostinho Neto, a «Revolta de Leste», de Daniel Chipenda, e a «Revolta Activa», representada por Joaquim Pinto de Andrade. Agostinho Neto tivera a habilidade de convocar todos os chefes de guerrilha, que na maioria lhe eram fiéis. Já em Lusaka, mas antes do início da Conferência, proclamou uma reestruturação militar e, em substituição do enfraquecido EPLA, criou as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). O 1.<sup>o</sup> de Agosto, Dia das FAPLA, seria posteriormente decretado feriado em Angola. Foi nesse dia que Nito Alves se evidenciou, lendo inflamadamente uma mensagem da 1.<sup>a</sup> Região de apoio incondicional a Agostinho Neto.

O jovem guerrilheiro, que se avistava pela primeira vez com os altos dirigentes do MPLA, impressionou fortemente Agostinho Neto e Lúcio Lara com as suas diatribes enérgicas contra a «Revolta de Leste» e a «Revolta Activa». E as suas ideias «maoizantes» depressa conquistaram militantes mais jovens, entre os quais o luandense José Jacinto Vieira Dias Van-Dúnem (n. 1951 – m. 1977), acabado de sair do campo de concentração do Tarrafal, onde penara dois anos condenado por traição ao exército português. Com José Van-Dúnem, seguiu Nito Alves para a Conferência Inter-Regional do MPLA, realizada nas matas do Lunhamege, em meados de Setembro de 1974, e para a

qual não foram convocadas, nem a «Revolta de Leste», nem a «Revolta Activa». Agostinho Neto soubera que Chipenda estava então reunido na Ilha do Sal com Spínola e com Mobutu. Na Conferência Inter-Regional, a primeira reunião do MPLA que juntou os guerrilheiros aos militantes das células clandestinas urbanas e conferiu ao movimento uma estrutura de partido político, debateram-se pela primeira vez questões essenciais à Independência de Angola, anunciada para breve por Portugal – os acordos de paz com o exército português realizar-se-iam no mês seguinte –, nomeadamente a da nacionalidade. Ainda que vencidos, Nito Alves e José Van-Dúnem estiveram entre os que votaram pela atribuição da nacionalidade angolana exclusivamente a indivíduos de raça negra.

Durante o período de transição para a Independência, em 1975, o papel de Nito Alves, orador cativante, foi determinante na dinamização dos «Comités» e das CPB, quer nos bairros mais pobres de Luanda, quer nas localidades da 1.<sup>a</sup> Região. E logo após o 11 de Novembro, por ocasião da formação do 1.<sup>o</sup> Governo da República Popular de Angola, já alcandorado por Agostinho Neto a membro do Comité Central e suplente no Bureau Político, Nito Alves ascendeu ao cargo de ministro da Administração Interna. Embora Nito Alves não superintendesse às polícias, cabia-lhe a tarefa ingrata, que aliás cumpriu com zelo, de prender os cidadãos da extrema-esquerda da OCA (Organização Comunista de Angola) e do que restava da «Revolta de Leste» e da «Revolta Activa». Nas suas intervenções em comícios, não só chamava traidores aos simpatizantes daquelas antigas facções do MPLA, como os equiparava à FNLA e à UNITA naquilo que classificava como «inimigos internos de Angola» [*sic*]. Depois de, com José Van-Dúnem, ter representado o MPLA no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que se realizou em Março de 1976, Nito Alves começou a



anatemizar igualmente a Revolução Chinesa, que em tempos tanto admirara. Logo que regressou de Moscovo, a 20 de Março, proferiu na Câmara Municipal de Luanda um discurso onde elogiou a revolução bolchevique, evidenciando o «milagre da URSS» [sic], e chamou «imperialista» ao Partido Comunista Chinês pelo facto de a China Popular fornecer armamento à FNLA já desde 1960. Noutras perorações públicas, persistiu na retórica do «poder popular», em que fora exímio em 1975, no sentido de aliciar as populações negras dos musseques a ascender ao poder político deixado pelos colonialistas. Confundindo deliberadamente o conceito de «classe social» com o de «raça», Nito Alves não hesitava em alertar as populações dos bairros pobres de Luanda de que, naqueles curtos meses de Independência, a hierarquização socio-racial, privilegiando os brancos e os mestiços em detrimento dos negros, continuava, tal como no tempo colonial, a ser uma realidade em Angola. Ficou famosa uma sua afirmação que chegou a incomodar, quer os dirigentes mestiços do MPLA, nomeadamente Lúcio Lara (o principal ideólogo do partido), Paulo Jorge (ministro dos Negócios Estrangeiros) e Iko Carreira (ministro da Defesa), quer o próprio Agostinho Neto: «Angola só será verdadeiramente independente quando brancos, mestiços e negros passarem a varrer as ruas juntos» [sic].

Curiosamente, a reputação de justiceiro de Nito Alves não se restringia às populações negras dos musseques, indignadas com a alegada corrupção instalada nos costumes dos governantes, da qual os bodes expiatórios já eram os brancos, os mestiços e os cooperantes estrangeiros com privilégios nas Lojas do Povo. Os simpatizantes do descontentamento «nitista» com o poder instituído pela ala do MPLA dita «pragmatista» (organizada em torno de Agostinho Neto e de Lúcio Lara) também estavam infiltrados nos meios militares – onde se destacavam José

Van-Dúnem e o «Monstro Imortal» - e nos meios universitários, nos quais, aliás, Nito Alves penetrara após a Independência, matriculando-se em Direito. E chegavam mesmo a abranger uma larga camada da média burguesia colonial mestiça e branca. Nem todos os «nitistas» desta camada eram de credo político comunista, embora tenham ganho notoriedade os jovens que, havendo estudado em Portugal, tinham sido membros da União dos Estudantes Comunistas (UEC), ligada ao Partido Comunista Português (PCP). O exemplo mais apontado era o de uma jovem médica, Sita Valles (n. 1951-m. 1977), companheira e mãe de um filho de José Van-Dúnem. Já imbuído de um «puritanismo ideológico pró-soviético» - e também «messiânico» -, que preconizava um «poder popular» à imagem dos soviets da Revolução bolchevique, tornando as assembleias do povo, nomeadamente as CPB, independentes do poder central, Nito Alves infiltrara, através de Sita Valles e de outros elementos dos antigos «Comités Henda», uma célula clandestina no Departamento da Organização de Massas - o DOM nacional -, que actuava paralelamente aos seus dirigentes e aviltava, quer Lúcio Lara, quer Manuel Pedro Pacavira, antigo preso político do 4 de Fevereiro, agora acusado de, nessa época, ter dirigido a *Tribuna dos Muceques*, jornal criado pela PIDE. Segundo Jean-Michel Mabeko-Tali, Pacavira terá sido o primeiro a sentir-se humilhado por aqueles jovens que punham em causa a sua trajectória política marxista e, consequentemente, o primeiro a denunciar uma «conjura nitista» dentro do MPLA. Além disso, valendo-se da sua actividade como ministro da Administração Interna, Nito Alves conseguira que as milícias da Organização de Defesa Popular (ODP) reclamassem a sua independência em relação ao Ministério da Defesa, de Iko Carreira. A DISA, sempre vigilante, não hesitou em efectuar rusgas aos

musseques, sobretudo ao Sambizanga e ao Rangel, onde encontrou armas escondidas.

Na Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, de entre 23 e 29 de Outubro de 1976, os responsáveis pela DISA acusaram Nito Alves e os seus simpatizantes de conspirarem dentro do partido, designando-os pela primeira vez por «fraccionistas». Recordando que os «nitistas» já haviam perdido os programas radiofónicos «Kudibanguela» e «Juventude em Luta» da JMPLA – suprimidos em 1975, ainda pelo Governo de Transição –, a DISA alertou para o facto de os agora chamados «fraccionistas» continuarem a ter acesso, quer ao jornal *Diário de Luanda* (por ironia pertencente, no tempo colonial, à União Nacional fascista), quer ao programa radiofónico das FAPLA «Povo em Armas», que era dirigido por José Van-Dúnem. O Comité Central extinguiu imediatamente estes órgãos de comunicação, expulsou Sita Valles e os seus companheiros do DOM nacional e destituiu Nito Alves, quer do lugar de suplente do Bureau Político, quer do cargo de ministro da Administração Interna, eliminando mesmo este Ministério e o da Informação. Por solicitação dos próprios Nito Alves e José Van-Dúnem, que negaram veementemente as acusações de «fraccionismo», foi criada uma Comissão de Inquérito, presidida por José Eduardo dos Santos, membro do Bureau Político, destinada a apurar a verdade dos factos. Os trabalhos da Comissão arrastaram-se por largos meses, até Maio de 1977, e deram tempo a Nito Alves de elaborar as famosas «Treze Teses em Minha Defesa». Deste texto de 143 páginas dactilografadas a um espaço, datado de 11 de Fevereiro de 1977, há a retirar apenas duas ideias chave: a exaltação do mérito exclusivo, durante a Guerra da Independência, da 1.<sup>a</sup> Região, na qual ele próprio, Nito Alves, fizera a guerrilha; e, embora preservando Agostinho Neto, a virulenta acusação de «viragem à direita» aos mais altos dirigentes

do MPLA, com destaque para Lúcio Lara, considerado simultaneamente «maoísta», «social-democrata» e «anti-soviético».

Os resultados da Comissão de Inquérito só foram apresentados na 5.<sup>a</sup> Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, iniciada e encerrada a 20 de Maio de 1977 – em apenas um dia, contrariamente ao que era comum –, e realizada integralmente no Palácio Presidencial do Futungo de Belas, quando antes estivera prevista uma sessão de abertura no anfiteatro do Museu Nacional de História Natural, ao tempo dirigido por Henrique Abranches, um dos acusados nas «13 Teses». Muito mais tarde, vários dos presentes na 5.<sup>a</sup> Reunião declarariam que o Relatório da Comissão de Inquérito não fora conclusivo sobre qualquer actividade «fraccionista» dirigida pelos acusados e que a decisão da sua expulsão do Comité Central coubera exclusivamente a Agostinho Neto, que aliás o declarou publicamente no dia seguinte, na Assembleia de Militantes, realizada na Cidadela Desportiva de Luanda perante uma multidão maciça:

Vamos dar um combate sério ao fraccionismo. Não pode haver fracções dentro do MPLA [...] esta é uma ditadura e se for necessário tomar medidas mais duras, nós vamos tomar medidas mais duras [*sic*].

Dias depois, a 26 de Maio, Lúcio Lara lia na televisão um comunicado do Bureau Político declarando que havia «camaradas a preparar um golpe de Estado» [*sic*].

O chamado «Golpe de Estado nitista» ou «fraccionista» deu-se a 27 de Maio de 1977, uma sexta-feira. Às quatro da madrugada, o destacamento feminino da 9.<sup>a</sup> Brigada, dirigido pela comandante Elvira da Conceição (Virinha) e pela comissária política Fernanda Delfim (Nandy), tomaram a Cadeia de São Paulo, destruindo o portão com um tanque. Também foi tomada a Casa de Reclusão. Segundo um comunicado feito daí a horas pelos revoltosos a partir da

Rádio Nacional de Angola (RNA) - ocupada por volta das seis horas e começando logo a seguir a emitir o extinto programa «Kudibanguela», com o seu conhecido indicativo, *Kudibanguela! Weia, weia* -, Nito Alves e José Van-Dúnem terão sido libertados da Casa da Reclusão, pelo que, contrariamente às versões oficiais do MPLA, já lá estariam desde há dias, presos pela DISA. Uma manifestação saiu à rua e, cerca das oito horas da manhã, os ocupantes da Rádio Nacional apelaram à população para que avançasse para o Palácio Presidencial, na Cidade Alta. Mas, não muito depois, os apelos do locutor do «Kudibanguela» convidavam os manifestantes a concentrarem-se em frente da estação emissora. Tal se devia ao facto de os blindados cubanos do batalhão presidencial terem barrado as ruas de acesso ao Palácio. Alguns historiadores aventaram a hipótese plausível de os «nitistas» se terem manifestado desarmados por alimentarem a esperança vã de que os Soviéticos, e mesmo os Cubanos, os apoiariam. Mas, ao contrário dos Soviéticos, que se mantiveram neutros na sua Embaixada, os Cubanos, por solicitação de Agostinho Neto, intervieram na repressão ao «golpe fraccionista», tomando a Rádio Nacional com camiões, blindados e 200 homens armados. Confirmá-lo-ia o próprio comandante cubano da operação, o então brigadeiro Rafael Moracén Limonta, que nos anos de 1960 já participara em combates de guerrilha ao lado do MPLA, sob uma falsa identidade angolana. Na manhã de 27 de Maio de 1977, Moracén prendeu e tirou o microfone ao locutor do «Kudibanguela» e falou em seguida para o povo angolano, tecendo elogios a Agostinho Neto em castelhano, antes de mandar difundir o indicativo oficial de abertura da programação normal. Depois disso, Moracén e os seus homens tomaram o quartel da 9.ª Brigada e a Cadeia de São Paulo, prendendo todos os suspeitos de insurreição. Pelo meio-dia, a tentativa de

«Golpe de Estado fraccionista» estava plenamente dominada.

Em poucas horas, Agostinho Neto fez quatro comunicações ao país pela rádio e pela televisão que muito contribuiriam, no futuro, para macular a sua memória. Na primeira, emitida às 14 horas de 27 de Maio, limitava-se, num tom grave, a informar o país de que destacados membros da direcção política e das forças armadas tinham tentado «manifestar pela força das armas» [sic] o seu descontentamento com as sanções aplicadas na véspera pelo Comité Central. E apelava ao diálogo e à reconciliação, concluindo, referindo-se a Nito Alves e a José Van-Dúnem:

Eles foram expulsos e [...] muito bem expulsos do Comité Central. E terão de fazer um grande trabalho de reabilitação para poderem regressar às fileiras do Movimento como dirigentes [sic].

Mas numa segunda intervenção, feita pelas 18 horas do mesmo dia, o tom de voz do presidente azedou-se, ao informar que vários dirigentes militares e civis do MPLA haviam sido raptados pelos autores da tentativa de golpe. E, na mensagem do dia seguinte, ao confirmar a morte de todos os dirigentes do MPLA raptados, Agostinho Neto, além de classificar como «fascista» a atitude dos «fraccionistas», prometeu uma justiça célere e impiedosa:

Os fraccionistas não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar os nossos compatriotas [...] eu penso que o nosso povo vai compreender por que razão nós agiremos com uma certa dureza em relação a indivíduos que agiram hoje com má fé [...] Certamente não vamos perder muito tempo com julgamentos [...] Seremos o mais breve possível [sic].

Três dias depois, Agostinho Neto fazia uma quarta e última comunicação ao país, onde dava a entender que os «nitistas» se haviam infiltrado em todos os sectores da vida política, social, económica e militar do país: na OMA,

organização feminina, na JMPLA - que congregava a juventude -, nas forças armadas - a 9.<sup>a</sup> Brigada -, no sindicato único, a UNTA, e mesmo na polícia política, a DISA. Sem, porventura, conseguir medir as consequências, Agostinho Neto legitimava assim - emulado, nos meses subsequentes, pelos editoriais do *Jornal de Angola* intitulados «Bater no Ferro Quente» e assinados por Costa Andrade «Ndunduma» - a caça ao homem e o banho de sangue que, ao longo de dois anos, traumatizariam toda a sociedade angolana e a que alguém chamou «purga de Angola».

Os cálculos sobre o número de mortos variam, mas crê-se terem sido assassinadas mais de 30 mil pessoas. Entre elas, além de Nito Alves, de José Van-Dúnem, de Sita Vales e de João Jacob Caetano, o «Monstro Imortal», destacam-se três jovens músicos e compositores emblemáticos do nacionalismo angolano: Urbano de Castro (n. Kazenga/Luanda, 1941), David Gabriel José Ferreira, conhecido como David Zé (n. Kifangondo, 1944), e Artur Nunes (n. Luanda, 1950). O número de militantes do MPLA baixou subitamente de 110 mil para 32 mil, perfazendo um diferencial de cerca de 80 mil. Ou seja, mesmo que o número de mortos não tenha ido além dos 30 mil, pelo menos 50 mil indivíduos saíram do partido ou abandonaram Angola. Em 1980, numa população de oito milhões de pessoas, só 0,4 % eram membros do MPLA. O país perdeu muitos dos seus melhores quadros e a terrível repressão provocou um grande vazio na sociedade civil angolana, onde passou a reinar o terror e de onde desapareceu o debate e o espírito crítico. As Comissões Populares de Bairro foram dissolvidas. E o obscurantismo intelectual reflectiu-se, não só nas organizações de massas, como a OMA ou o sindicato único UNTA, mas sobretudo na juventude angolana, que se tornou tendencialmente

acrítica e dependente das decisões das altas esferas do partido único.

**d) O canto do cisne de Agostinho Neto: o 1.º Congresso do MPLA (-PT) em 1977, as viragens internacionais em 1978 e a supressão da DISA em 1979**

A 30 de Novembro de 1977, apenas seis meses depois do 27 de Maio, iniciaram-se em Luanda os trabalhos do 1.º Congresso do MPLA, no antigo Cinema Restauração, que se tornaria a Assembleia Popular (mais tarde Assembleia Nacional), vindo o próprio Congresso a dar nome à antiga Avenida Álvaro Ferreira. Dez dias depois, no discurso de encerramento, concluía Agostinho Neto: «Neste 10 de Dezembro de 1977, sob o olhar silencioso de Lenine, fundámos o Partido do Trabalho» [*sic*]. Com efeito, após este Congresso, onde os oradores discursaram ao lado do busto do histórico bolchevique – que daria nome à antiga Avenida Brito Godins –, o partido único angolano passou a chamar-se MPLA – Partido do Trabalho (ou tão-somente MPLA-PT) e assumia-se como um «Partido orientado pelo Marxismo-Leninismo, ideologia do proletariado» [*sic*], propondo-se impulsionar em Angola o socialismo científico. O súbito avatar ideológico do MPLA (-PT) – reflectindo, sem dúvida, uma estratégia de aproximação à URSS – tem sido atribuído à necessidade sentida por Agostinho Neto de desmentir as acusações de Nito Alves de «desvio à direita» e de seduzir os simpatizantes do desventurado líder «fraccionista» – o Saint-Just angolano –, fuzilado meses antes na Fortaleza de São Miguel. Esta hipótese também pode repercutir-se na despromoção a que foram votados – ou pela qual optaram estrategicamente, seguindo o lamentável exemplo de Viriato da Cruz 15 anos antes –, na hierarquia do Comité Central do MPLA, os dois mestiços



históricos: Lúcio Lara desceu do 2.º para o 8.º lugar; e Iko Carreira do 4.º para o 9.º.

O ano de 1978, que Agostinho Neto proclamou como o «Ano da Agricultura», foi para o presidente da República Popular de Angola um ano de êxitos diplomáticos. Além do secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, recebeu em Luanda o presidente cubano, Fidel Castro, e vários dirigentes de países africanos. Em 25 e 26 de Junho, avistando-se em Bissau com António Ramalho Eanes, presidente da República Portuguesa, regularizou as relações diplomáticas com Portugal. Angola retomou então a importação de vinho tinto português, que durante algum tempo seria designado popularmente por «Vinho Ramalho Eanes». E o Manguxi participou ainda, em Cartum (Sudão), na 15.ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da OUA, conseguindo que Angola fosse finalmente admitida como membro. Mas o êxito mais notável do Kilamba Kiayi foi a reconciliação de Angola com o Zaire, o aliado histórico da FNLA: a 20 de Agosto, Agostinho Neto foi recebido em Kinshasa por Joseph Mobutu; e a 15 de Outubro, era a vez de Mobutu ser recebido por Neto em Luanda. Álvaro Holden Roberto, líder da FNLA, exilou-se em Paris e só voltaria a Angola 13 anos depois.

Intensificou-se então o afluxo a Angola dos chamados «regressados Zairenses». Tratava-se, não só dos Bakongo naturais de Angola há anos residentes no Zaire, mas também de descendentes seus e mesmo de parentes putativos que não eram Angolanos. Foram muitos os apodos que os «Zairenses regressados a Angola» receberam por parte dos Angolanos, sendo os mais conhecidos *Zaza*, *Zaiko* e *Langa-Langa*. Este último deve-se ao facto de serem quase todos falantes de lingala (em francês pronuncia-se *langala*), língua franca já centenária, falada no nordeste do Congo-Kinshasa e em grande parte do Congo-Brazzaville, criada a partir do imbangala, do

kikongo, do francês e do português. O papel dos «Zairenses» foi essencial, na dinamização urbana de Luanda e de outras cidades angolanas, a partir dos anos de 1980. A eles se ficou a dever a resolução do tremendo problema do transporte quotidiano, através da introdução do táxi colectivo, popularmente conhecido por *candongueiro*, pelo facto de, inicialmente, ter sido ilegal. E, fazendo face à escassez de moeda estrangeira, eram «Zairenses» as primeiras *kinguilas* – substantivo derivado do kimbundu «aquele(a) que espera (pelos clientes)» –, mulheres (mais tarde igualmente homens) que proliferaram pelas esquinas das cidades, pelas entradas dos prédios (e mesmo entre os seus moradores) ou nas imediações dos mercados e que procediam (e procedem) ao câmbio do kwanza por moeda forte estrangeira, sobretudo o dólar norte-americano e, já no século XXI, o euro. Também se deve aos «Zairenses» a banalização, no jargão angolano, do termo *Dipanda* para designar a Independência, pois *Dipanda* significa Independência em lingala.

Se o ano de 1978 foi apoteótico para Agostinho Neto, 1979 seria o do seu canto de cisne. As prisões, as torturas de inocentes, as mortes inexplicáveis e os julgamentos sumários em consequência do fatídico dia 27 de Maio de 1977 continuavam a produzir-se. A repressão, pela qual Agostinho Neto era considerado o principal responsável, começou a ser posta em causa, quer internamente, pelas famílias das vítimas, manifestando que «quem devia pagar já pagara o suficiente» [*sic*], quer nos meios internacionais – certamente alertados por Kurt Waldheim, que visitara cadeias de Luanda –, onde o presidente da República Popular de Angola já era acusado de violar os direitos humanos. Entre 16 e 20 de Julho de 1979, realizou-se em Monróvia (Libéria) a 16.<sup>a</sup> Conferência de Chefes de Estado e de Governo da África, onde Leopold Sédar Senghor (n. 1906-m. 2001), presidente do Senegal,

apresentou um esboço preliminar de uma Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Agostinho Neto deslocou-se a Monróvia para subscrever a resolução. Segundo uns, ao desembarcar no aeroporto, foi aconselhado pelo presidente liberiano, William Tolbert (n. 1913-m. 1980), a não ir à reunião para não ser humilhado, pois circulavam listas com nomes de jovens angolanos assassinados pela DISA. Segundo outros, Agostinho Neto chegou a ir à reunião, onde foi violentamente criticado por Leopold Senghor por desrespeitar os direitos humanos e confrontado com um dossier que exibia fotografias dos massacres do pós-27 de Maio. A notícia terá sido depois divulgada por inúmeros órgãos de comunicação internacionais.

Ao regressar a Angola, Agostinho Neto tomou a iniciativa de dissolver a DISA e de nomear uma comissão de inquérito aos responsáveis pela repressão. Mas já não teve tempo de apreciar as conclusões do inquérito, pois a 10 de Setembro – depois de lhe haver sido diagnosticado um tumor no pâncreas – morria num hospital em Moscovo. Após as exéquias de Agostinho Neto em Luanda, a que o povo acorreu em pranto e durante as quais se decidiu erguer-lhe um Mausoléu na Praia do Bispo, tomou posse como presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola, a 21 de Setembro, José Eduardo dos Santos, o nome mais bem colocado na hierarquia do Comité Central.

Nascido em Luanda em 1942, José Eduardo dos Santos estudou no Liceu Salvador Correia e saiu de Angola em finais do conturbado ano de 1961 para integrar, em Léopoldville, o EPLA e dirigir a Juventude do MPLA. Em finais de 1963, ano em que foi o primeiro representante do MPLA em Brazzaville, beneficiou de uma bolsa de estudos para seguir para Baku (Azerbaijão), na URSS, concluindo a licenciatura em Engenharia de Petróleos em 1969. Ingressou no Comité Central e no Bureau Político do MPLA por ocasião da Conferência Inter-Regional, em Setembro de

1974, e após a Independência, a 11 de Novembro de 1975, desempenhou as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros. Durante o ano de 1976, presidiu à Comissão de Inquérito aos «fraccionistas», que se revelou inconclusiva. E, ao longo dos anos de 1978 e de 1979, exerceu o cargo de ministro do Planeamento. Ao tomar posse como presidente da República, com apenas 37 anos, José Eduardo dos Santos declarou, modestamente, que suceder a Agostinho Neto não se tratava de uma substituição fácil nem tão-pouco possível, mas tão-somente de uma «substituição necessária» [sic].

### **e) A Guerra Civil angolana no estertor da Guerra Fria (1976-1990)**

O quartel-general de Jonas Savimbi e da UNITA na Jamba - no extremo sudeste da província do Kuando Kubango, ao norte da Namíbia e na fronteira com a faixa de Caprivi -, existente desde 1976, viu-se intensamente fortalecido a partir de Março de 1979, mercê do apoio reincidente da África do Sul, prosseguido na segunda metade dos anos de 1980 pelos EUA. Durante década e meia, a base da Jamba - o próprio nome era perturbador, pois *jamba* significa *elefante* nas línguas bantu a sul do Kuanza - impressionou muitos jornalistas ocidentais, que lá se deslocaram de avião para publicar nos jornais, nas rádios e nas televisões reportagens que mostravam, em pleno mato, além das residências dos dirigentes da UNITA, uma cidadela dotada de infra-estruturas sociais que chegaram a comparar às Comunas Populares da China de Mao Tsé-Tung: hospitais e escolas bem equipadas, um estádio, ruas com semáforos e um aeroporto.

No entanto, nem todos os jornalistas traçaram este quadro idílico da Jamba. Alguns não hesitaram em denunciar que Savimbi, sempre apoiado pelos Sul-Africanos, procedia, tal como os Imbangala do Kinguri, à captura de crianças nas povoações que dizimava, para as

incorporar nas suas forças militares, cujo fim era a mera pilhagem.

Compreender os 15 anos de Guerra Civil angolana que mediarão entre 1976 e 1990 implica, evidentemente, considerar factores subjectivos de ordem interna: por um lado a salvaguarda dos interesses da Angola urbana, associada à implacabilidade do então MPLA-PT e das FAPLA; por outro, a insatisfação da Angola rural, corporizada particularmente na legítima e inquestionável identidade colectiva do povo Ovimbundu, mas também, infelizmente, na personalidade ambiciosa e imprevisível de Jonas Savimbi. No entanto, os interesses externos em relação ao petróleo e aos diamantes – agora as únicas produções de uma Angola relegada para o nível de um dos países mais pobres do mundo, no âmbito de um neocolonialismo complexo – é que predominaram. Há, portanto, que evidenciar sobretudo o enquadramento externo, que se traduzia em duas realidades de repercussão internacional ao tempo bem vivas, embora já agonizantes: a África do Sul do *apartheid* e a Guerra Fria (ou «conflito Leste-Oeste»).

A África do Sul do *apartheid* persistia na tentativa, que vinha dos anos de 1960, de congregar política e economicamente os países vizinhos da África Austral num mercado comum, o SACOM. Contava com dois aliados africanos: a Rodésia do Sul, de Ian Smith, governada por brancos; e a República do Zaire, de Joseph Mobutu, apoiada por países ocidentais como os EUA, a França e a Bélgica. Contava também com dois inimigos ameaçadores: a SWAPO, movimento independentista da Namíbia; e, internamente, o *African National Congress* (ANC), partido sul-africano existente desde os anos de 1920 e que lutava pelo poder da maioria negra na África do Sul. Mas os dois grandes obstáculos com que a África do Sul do *apartheid* deparou em relação aos seus objectivos surgiram em 1975:

as Independências de Angola e de Moçambique, sob a égide do Bloco Soviético. Daí que, a partir desse ano, a África do Sul, não só nunca deixou de apoiar a UNITA, mesmo furtivamente, no intuito de neutralizar as bases da SWAPO em Angola, como ainda alimentou um movimento rebelde moçambicano, a RENAMO, com o fim de atacar as bases do ANC em Moçambique. No entanto, em 1980, o mesmo ano em que nove países independentes da África Austral criaram a *Southern African Development Coordination Confederation* (SADCC) – futura *Southern Africa Development Community* (SADC), a partir de 1992 –, a África do Sul do *apartheid* perdeu um dos seus aliados africanos. Na Rodésia do Sul, na sequência do Acordo de Lancaster House, assinado no ano anterior, realizaram-se eleições supervisionadas pela Grã-Bretanha e pela ONU. A África do Sul ainda apostou no bispo negro Abel Muzorewa, que pouco tempo antes Ian Smith nomeara primeiro-ministro. Mas as eleições deram a vitória à *Zimbabwe African Nacional Union* (ZANU), liderada por Robert Mugabe. A 18 de Abril de 1980, a antiga Rodésia do Sul passava a chamar-se Zimbabué, Estado que, não só viu a sua Independência universalmente reconhecida, como se integrou imediatamente na SADCC, no combate à África do Sul do *apartheid*.

Em 1984, a África do Sul sentiu-se enfraquecida e reconheceu a necessidade de efectuar compromissos com os Estados africanos que apoiavam a SWAPO e o ANC. Assim se realizaram os encontros de Lusaka, entre dirigentes sul-africanos e angolanos, a 16 de Fevereiro, e de Nkomati, entre sul-africanos e moçambicanos, a 16 de Março. Se em Nkomati ficou acordado que a África do Sul retiraria o apoio à RENAMO e Moçambique ignoraria o ANC, em Lusaka, enquanto a África do Sul se comprometia a retirar de Angola as suas forças militares aliadas à UNITA – desde que se retirassem igualmente as forças

cubanas –, os delegados angolanos aceitaram impedir as actividades da SWAPO no interior do seu território. Logo no mês seguinte, em Março, José Eduardo dos Santos encontrou-se em Havana com Fidel Castro. Ambos concordaram com a retirada de Angola das forças militares cubanas, mas impuseram uma condição, além da correspondente retirada dos Sul-Africanos: a de que na Namíbia, ainda sob mandato da África do Sul, se realizassem eleições com vista à Independência, conforme o previa a Resolução 435/78 da ONU. Seria, contudo, necessário esperar seis anos para que tal acontecesse. A explicação encontra-se no lamentável reacender da Guerra Fria, da responsabilidade de dois políticos de má memória: Margaret Thatcher (n. 1925-m. 2013), conhecida por «Dama de Ferro» e primeira-ministra da Grã-Bretanha entre Maio de 1979 e Novembro de 1990; e Ronald Reagan (n. 1911-m. 2004), presidente dos Estados Unidos da América entre Janeiro de 1981 e Janeiro de 1989.

Durante o primeiro mandato de Ronald Reagan, entre 1981 e 1985, a Guerra Fria manteve-se, aparentemente, como na década anterior. Os dois grandes Blocos litigantes, fazendo jus ao nome histórico do conflito, continuavam a preferir guerrear-se por delegação, nomeadamente no continente africano. Em Angola, a URSS mantinha o apoio aberto ao MPLA e o custeio das despesas dos Cubanos, enquanto os EUA, ao arrepio da «Emenda Clark» e através da CIA, canalizavam armamento para a UNITA. Mas em Julho de 1985, seis meses depois de ser reeleito, Ronald Reagan – que já antes chamara «terroristas» à SWAPO e ao ANC – conseguiu que a Câmara dos Representantes revogasse a «Emenda Clark». A partir de então, o apoio dos EUA à UNITA passou a ser aberto e Reagan chegou a proclamar que Jonas Savimbi era, tal como todos os que se opusessem à URSS, um «combatente da liberdade» [*sic*]. Em Fevereiro de 1986, Jonas Savimbi foi mesmo recebido

na Casa Branca com honras de Chefe de Estado. O exército da UNITA, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), foi, conseqüentemente, presenteado com mísseis antiaéreos FIM 92 - Stinger e demais equipamento bélico fornecido «em nome da liberdade» [sic] pelos EUA.

Em Março de 1986, um mês depois da visita de Savimbi a Washington e ainda sem ter recebido o novo armamento norte-americano, a UNITA - que já no ano anterior, se arrogara de ser um «baluarte da democracia» [sic], quando Savimbi organizou um encontro de líderes de movimentos anticomunistas na Jamba, que então oficializou como o seu «mini-Estado» [sic] - quis evidenciar-se perante a opinião pública internacional, raptando 150 trabalhadores estrangeiros das minas de diamantes de Njazi (ex-Andrada/Vila Paiva de Andrade), na Lunda Norte, e alardeando ter apreendido «quilos de diamantes» [sic]. Ao mesmo tempo, entre a Jamba e Pretória, Savimbi avistava-se frequentemente, quer com o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, quer com o subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, Chester Crocker. Este, arvorando-se em porta-voz da jactância dos EUA de se pretenderem polícia mundial - capaz, inclusive, de suplantar a ONU -, preconizou então a chamada política do *linkage*: só seria «concedida» a Independência à Namíbia quando os Cubanos (e os Sul-Africanos?) saíssem de Angola. Em meados do ano, já reequipada belicamente pelos EUA, a UNITA exibiu ostensivamente a sua força. Sul-Africanos vindos da Namíbia atravessaram Angola e ocuparam o porto de Namibe (ex-Moçâmedes), atacando navios mercantes e petroleiros. Savimbi conseguiu chegar, com o seu exército, ao centro de Angola, conquistando Munhango, no Bié, sua terra natal. Se antes, com o apoio da África do Sul do *apartheid*, a táctica preferida da UNITA já consistia na destruição de pontes, com vista a impedir os seus



inimigos de atravessar os rios angolanos, agora, por instigação dos EUA da administração Ronald Reagan, passara igualmente a danificar a linha do Caminho-de-Ferro de Benguela, até então salvaguardada mercê de um acordo tácito entre os próprios MPLA e UNITA.

Em 1987, o governo de Angola, presidido por José Eduardo dos Santos e continuando a dispor do apoio da URSS e de Cuba, organizou uma ofensiva militar destinada a expulsar do sudoeste angolano, particularmente da província do Kuando Kubango, a *South African Defense Force* (SADF) e o «mini-Estado» da UNITA. O primeiro passo das FAPLA angolanas e das FAR cubanas – num total de 18 mil soldados – no avanço para a Jamba foi, em Agosto, a tentativa de conquista de Mavinga, uma antiga base militar portuguesa ocupada por oito mil guerrilheiros da UNITA, auxiliados por quatro mil soldados sul-africanos. Mas este ataque a Mavinga foi um fracasso para as forças vindas de Luanda. A manobra de contra-ataque da SADF obrigou as FAPLA e as FAR a retrocederem 200 quilómetros para oeste, até à planície de Cuito Cuanavale. Aí se barricaram até finais de Novembro, formando a leste do rio Cuito um tampão destinado a evitar que o inimigo avançasse para o Menongue (ex-Serpa Pinto), ligeiramente a norte, onde havia uma base importante das FAPLA. A UNITA fizera explodir a ponte sobre o rio Cuito dez meses antes, mas os Cubanos conseguiram improvisar uma ponte de madeira, a que chamaram «Pátria ou Morte». No início de Dezembro, chegava de Cuba um reforço de 15 mil soldados de elite. O exército de Luanda atingiu um total de 50 mil homens, incluindo os que chegaram do Menongue.

A Batalha de Cuito Cuanavale, considerada a mais prolongada no continente africano desde a II Guerra Mundial, prosseguiu até 23 de Março de 1988, com grandes vantagens para a UNITA devidas à estação das chuvas, que dificultou o avanço das tropas das FAPLA

vindas do Menongue. Ainda assim, o exército nacional angolano não cedeu. Na realidade, Cuito Cuanavale traduziu-se num longo impasse militar que durou quatro meses e cuja vitória foi reivindicada por ambas as partes beligerantes. No entanto, tal empate foi suficiente para que se desfizesse de vez o mito da invencibilidade das forças sul-africanas, o que abriu caminho a que, ainda em Fevereiro, o engenhoso Chester Crocker conseguisse convencer Luanda e Havana a aceitar o *linkage*. Seguiram-se negociações quadripartidas entre Angola, Cuba, África do Sul e SWAPO, que se foram realizando ao longo do ano entre Londres, Brazzaville e Sal e culminariam, a 22 de Dezembro de 1988, no Acordo de Nova Iorque, onde ficou regulada a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola e a Independência da Namíbia. O secretário-geral das Nações Unidas, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, propôs então a criação de uma Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, destinada a fiscalizar a retirada progressiva dos Sul-Africanos e dos Cubanos. Assim nasceu a UNAVEM-I.

Mas em Janeiro de 1989 tomava posse o novo presidente dos EUA, George Bush, do Partido Republicano, como Ronald Reagan, e continuador da sua política genocida. George Bush e o novo subsecretário de Estado para os assuntos africanos, Herman Cohen, apressaram-se a reafirmar o seu apoio à UNITA. Pese embora o desmantelamento da URSS, a que Mikhail Gorbatchev (n. 1931) vinha procedendo desde 1985 – com a sua *glasnost* («transparência») e a sua *perestroika* («reconstrução») e os seus encontros amistosos com Margaret Thatcher e Ronald Reagan –, os EUA procediam como se a Guerra Fria continuasse e substituíam-se agora ostensivamente à África do Sul no apoio à UNITA na falaciosa luta pela «liberdade», pela «democracia» e pelos «direitos humanos» em Angola. Tinham, contudo, que concretizar três diligências urgentes,

a primeira das quais se relacionava com a consumação do prometido *linkage*:

- I. A proclamação da Independência da Namíbia, com Sam Nujoma (n. 1929), líder da SWAPO, como presidente da República, o que efectivamente viria a acontecer a 21 de Março de 1990;
- II. Em nome dos «direitos humanos», pressionar o presidente da África do Sul, Frederik De Klerk, a abolir o *apartheid*, a legalizar o ANC e mais outras 33 organizações que se lhe opunham e, evidentemente, a libertar o líder histórico do ANC, Nelson Mandela (n. 1918 – m. 2013), preso havia 27 anos, o que viria de facto a ocorrer entre 2 e 11 de Fevereiro de 1990;
- III. A transferência do fornecimento de armas à UNITA da fronteira meridional de Angola para a setentrional, através de Mobutu, presidente do Zaire, cujo regime estrebuchante os EUA fizeram questão de salvar.

Com os EUA de George Bush na retaguarda, Mobutu alcandorou-se em «pacificador de Angola» e tomou a iniciativa de convocar o presidente angolano e o líder da UNITA para uma cimeira de paz, testemunhada por 18 Chefes de Estado africanos, que se realizou em Gbadolide a 24 de Junho de 1989. Ficou famoso o primeiro aperto de mão entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Mas os resultados foram desastrosos, pois todos os estadistas presentes em Gbadolide anunciaram que Jonas Savimbi concordara em afastar-se temporariamente de Angola, o que veio a ser negado com veemência, quer pelo próprio Savimbi, quer pelos EUA.

No mês seguinte, a diplomacia norte-americana, através de uma visita de Herman Cohen a Lisboa, viabilizou a intervenção no conflito angolano de um mediador inusitado: Portugal, o ex-colonizador. Dois anos antes, em 1987, José Eduardo dos Santos, a fim de encontrar uma ponte de negociações com os EUA – com os quais Angola nunca tivera relações diplomáticas – e com as Comunidades Europeias, realizara uma visita oficial a Portugal, por ocasião da qual o primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva (n. 1939), se mostrara disposto, quer a solidarizar-se com o governo angolano, quer a contribuir para uma solução de paz. Em Janeiro de 1990 – enquanto em Mavinga se perpetrava mais um ataque das FAPLA, onde os Sul-Africanos acabaram por intervir novamente para defender a UNITA e que levou os EUA a emitir um ultimato ao governo de Luanda –, era a vez de Savimbi ser recebido em Lisboa pelos políticos portugueses, ainda que oficialmente apenas pelo presidente da República, Mário Soares. Ano e meio depois, celebrar-se-iam os Acordos de Paz de Bicesse.

### **3 - A primeira década da II República (ou República de Angola) e a última e mais mortífera de todas as Guerras Civis (1991-2002)**

#### **a) Os Acordos de Bicesse de 1991 e 16 meses de paz efémera**

A 25 de Maio de 1991, retiraram de Angola os últimos dos 50 mil soldados cubanos. E a 31 do mesmo mês, José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, e Jonas Savimbi, presidente da UNITA, assinaram em Lisboa, em cerimónia presidida pelo primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, e com a presença do secretário-geral

das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, dos responsáveis pela política externa dos EUA e da URSS e do presidente da OUA, um armistício que passaria à posteridade como Acordos de Paz de Bicesse. O nome deve-se ao facto de as negociações do cessar-fogo, dinamizadas pelo subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português, José Manuel Durão Barroso, terem decorrido, durante os 15 dias anteriores, nas instalações da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, sita na povoação de Bicesse, no concelho de Cascais. Foram dois os principais factores favoráveis a Bicesse: o fim da Guerra Fria e a consequente concordância, entre os EUA e a URSS, em pôr termo ao envio de armamento para Angola; e as alterações constitucionais anunciadas pelo próprio governo angolano.

Efectivamente, a 10 de Dezembro de 1990, o Comité Central do MPLA-PT já aprovara o princípio do multipartidarismo em Angola e o abandono do marxismo-leninismo. A 6 de Maio de 1991, enquanto em Bicesse ainda decorriam as negociações com a UNITA, a Assembleia do Povo aprovava, em Luanda, o início dos trabalhos de uma revisão da Constituição Angolana. Precisamente um ano depois, em Maio de 1992, o 3.º Congresso Extraordinário do MPLA-PT rebaptizava o partido com a sigla primitiva, MPLA, deixando cair a carga ideológica marxista-leninista contida no enunciado «Partido do Trabalho» (PT). E a 26 de Agosto de 1992 era aprovada a revisão constitucional, que se consumaria na Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro. Além da consagração do multipartidarismo e do semipresidencialismo, a revisão constitucional angolana também alterou a designação oficial da República Popular de Angola para República de Angola e a da Assembleia do Povo para Assembleia Nacional. Aliás o adjectivo «popular» foi proscrito da maioria das instituições angolanas, nomeadamente dos órgãos de comunicação social. A Televisão Popular de Angola, por exemplo, embora

mantendo a sigla, TPA, passou a chamar-se Televisão Pública de Angola.

Além do imediato cessar-fogo entre os beligerantes da guerra civil angolana, MPLA e UNITA, os Acordos de Bicesse, de 31 de Maio de 1991, preconizavam:

1. Um processo de reconciliação nacional durante um período de transição, a decorrer até à realização de eleições multipartidárias para uma Assembleia Legislativa e de eleições pluralistas para a Presidência da República;
2. O desarmamento das FAPLA e das FALA e a constituição de forças militares angolanas mistas: as Forças Armadas de Angola (FAA);
3. O reconhecimento, pela UNITA, dos órgãos estatais angolanos em exercício;
4. A aceitação, por parte do MPLA e da UNITA, em concorrerem às eleições em pé de igualdade com qualquer outro partido político angolano;
5. As eleições realizar-se-iam num prazo de entre 15 e 18 meses;
6. Durante o período de transição, a aplicação dos Acordos de Bicesse seria assegurada por três órgãos constituídos por representantes do MPLA e da UNITA: a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização do cessar-fogo (CMVF) e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (CCFA);
7. Nestes órgãos, participariam também representantes da chamada *troika* de observadores internacionais: os EUA, a URSS e Portugal;
8. À ONU cabia um papel de observação e fiscalização, através da UNAVEM-II, presidida por um representante do secretário-geral em Angola.

Conforme mais tarde o reconheceria a própria delegada da UNAVEM-II, Margareth Anstee, que se manteve em Angola até 1993, a ONU cometeu o erro de, invocando razões de soberania, não haver reforçado a componente armada da sua missão de manutenção da paz em Angola, o que se revelaria desastroso após as eleições. Aliás, a definição precipitada do prazo para a sua realização fora outro erro cometido durante as negociações de Bicesse. Os governos de Angola e de Portugal propunham que o prazo até às eleições fosse de três anos. Mas a UNITA, com o apoio pleno dos EUA de George Bush, exigia nove meses. Por sua vez, a ONU, a fim de poupar despesas exigidas por prazos dilatados, recorreu a uma solução matemática: multiplicou o prazo da UNITA por dois e dividiu pelo mesmo número o prazo do MPLA. Os 18 meses que daí resultaram foram flexibilizados para baixo, até 15 meses. Na realidade, as eleições legislativas e presidenciais angolanas viriam a ser realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, ou seja, 16 meses depois da assinatura dos Acordos de Bicesse. Durante esses 16 meses, a paz reinou em Angola como não acontecia havia 30 anos. Os centros urbanos viveram mesmo uma reanimação comercial e social. No entanto, o medo também estava latente entre os Angolanos e percebia-se que a paz era precária.

Entre Agosto e Dezembro de 1991, o colapso da União Soviética não pôde deixar de ter alguma repercussão no processo de paz em Angola. A 18 de Agosto, deu-se em Moscovo a tentativa de golpe de Estado dos radicais comunistas, repelida por Boris Ieltsin (n. 1931-m. 2007), cujos poderes reforçados levariam, a 24 de Dezembro, ao afastamento de Mikhail Gorbatchev e à dissolução da URSS. A Federação Russa substituiu a URSS na *troika* de observadores do processo de paz angolano, mas numa

posição fragilizada, que conferia aos EUA um protagonismo como potência política e económica unipolar ao nível mundial. Fragilizada ficou, igualmente, a posição do MPLA e do governo de Angola, pois os EUA persistiram no apoio à UNITA.

Jonas Savimbi, que marcara o seu regresso a Luanda para o dia 1 de Julho de 1991 – um mês após a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse –, só veio a instalar-se na capital angolana a 29 de Setembro, onde lhe foi concedida uma vivenda no bairro luxuoso do Miramar. A demora de Savimbi a chegar a Luanda tem sido atribuída a um crime – entre tantos outros anteriores silenciados – que então terá praticado: o assassinato do seu correligionário e seu ex-«Ministro dos Negócios Estrangeiros» Tito Chingunji, oriundo de uma família aristocrática ovimbundu tida por rival de Savimbi na liderança do movimento e cujos membros vinham sendo mortos misteriosamente quase desde os primórdios da UNITA. O último da família a desaparecer fora um cunhado de Tito Chingunji, Wilson dos Santos, ex-representante da UNITA em Washington, que em 1986 fora detido na Jamba como espião americano durante um congresso e que, pouco tempo depois, constava ter sido queimado vivo, condenado por feitiçaria, no estádio da Jamba, em cerimónia pública presidida pelo próprio Savimbi. Fossem ou não verídicos estes factos, o certo é que Savimbi, embora de origem plebeia, reivindicava uma legitimidade política assente numa falsa «tradição africana» e na «linhagem» – veja-se, por exemplo, a bengala de soba com que gostava de se exhibir – e acreditava retirar dividendos ao assumir, perante amigos ou inimigos, Angolanos ou estrangeiros, o papel do «Mau Selvagem» e do chefe despótico, representações concebidas pelos discursos colonial e pós-colonial ocidentais como apanágio dos Africanos. Em 1988, o próprio Tito Chingunji foi demitido do lugar de «ministro» e chamado à Jamba, onde foi preso e torturado. Até ao



Acordo de Bicesse, embora enclausurado, Chingunji era exibido ao lado de Savimbi durante visitas de estrangeiros ao «mini-Estado» da Jamba. Mas após Bicesse, Savimbi recebeu levá-lo na comitiva para Luanda, pois Tito Chingunji tinha excelentes relações com os Norte-Americanos e poderia em dois tempos pôr em causa a sua reputação internacional de «combatente da liberdade» e de «estadista democrata».

A 3 de Outubro de 1991, Savimbi teve o seu primeiro encontro em Luanda com José Eduardo dos Santos. E, a 1 de Novembro, a UNITA transferia oficialmente a sua sede da Jamba para Luanda, legalizando-se como partido político. Nesse mesmo dia, José Eduardo dos Santos anunciou as eleições para a primeira quinzena de Setembro de 1992. E, duas semanas depois, tomaram posse, nas novas Forças Armadas de Angola (FAA), alguns oficiais superiores oriundos das FAPLA e das FALA, nomeadamente o general Arlindo Pena «Ben Ben», sobrinho materno de Savimbi. No início de 1992, já se encontravam legalizados em Angola, além do MPLA, da UNITA e da regressada FNLA, os 15 partidos políticos que com eles disputariam as eleições de Setembro. Logo em Janeiro, José Eduardo dos Santos, na qualidade de presidente da República, convocou uma Reunião Multipartidária. O único partido que não compareceu foi a UNITA. Não querendo ser tratada ao nível dos demais partidos e sim ao nível do governo, preferiu reunir em separado com o MPLA para a apreciação dos resultados.

Entre os Angolanos, receava-se cada vez mais que, tal como acontecera recentemente noutros países do antigo bloco socialista de longas governações de partido único, o MPLA viesse a ser eleitoralmente derrotado pela UNITA. E o pânico perante uma provável vitória eleitoral de Savimbi aumentou sobremaneira depois de Fevereiro, quando os dois co-fundadores da UNITA e principais lugares tenentes de Savimbi, os cabindenses António (Tony) da Costa

Fernandes e Miguel Nzau Puna, que faziam parte da comitiva de negociadores em Luanda, desertaram e pediram asilo político a Portugal. Um mês depois, no início de Abril, Savimbi confirmou publicamente a execução, na Jamba, de Wilson dos Santos e de Tito Chingunji, mas atribuiu as responsabilidades a Miguel Nzau Puna. Logo a seguir, este último e Tony da Costa Fernandes deram uma conferência de imprensa em Lisboa, onde declararam que Savimbi, não só era o autor moral daqueles homicídios, como também mantinha um exército escondido que não iria desmobilizar e com o qual poderia, a qualquer momento, voltar à guerra. A 29 de Agosto, iniciou-se oficialmente a campanha eleitoral, durante a qual os discursos de Savimbi nos comícios nada anunciavam de conciliador. E um mês depois, a reacção da UNITA aos resultados das eleições confirmariam o vaticínio dos seus dois dissidentes.

### **b) As eleições de Setembro de 1992 e mais uma década de guerra**

As eleições presidenciais e legislativas realizaram-se durante os dias 29 e 30 de Setembro de 1992, supervisionadas por uma Comissão Nacional Eleitoral com representação de todos os partidos e sob a fiscalização da ONU. As populações acorreram em massa ao recenseamento e à votação, compreendendo o que o escrutínio significava para a paz tão ansiada. Votaram 91 % dos 4,82 milhões de recenseados.

As eleições legislativas foram ganhas pelo MPLA, com maioria absoluta de 53,74 % dos votos, o correspondente a 129 deputados. O segundo partido mais votado foi a UNITA, com 34,1 % dos votos e 70 deputados eleitos. Em terceiro lugar ficou a FNLA, com 2,4 % dos votos, e em quarto lugar o Partido Liberal Democrático (PLD), com 2,39 %. Significativa foi a percentagem de 2,27 % obtida pelo Partido da Renovação Social (PRS), partido regionalista de Lunda-Kiokos descontentes com os abusos

dos «forasteiros» - MPLA e UNITA - no garimpo diamantífero nas Lundas Norte e Sul. As percentagens dos 13 restantes partidos políticos foram todas decimais.

RESULTADOS, EM TERMOS PERCENTUAIS

PRESIDENCIAS

|                             |                      |
|-----------------------------|----------------------|
| J. Eduardo dos Santos 49,57 | Bengui P. João 0,97  |
| Jonas Savimbi 40,07         | Simão Cacete 0,67    |
| Alberto Neto 2,16           | Daniel Chipenda 0,52 |
| Holden Roberto 2,11         | Anália Pereira 0,29  |
| Honorato Lando 1,92         | Rui Pereira 0,23     |
| Luís dos Passos 1,47        |                      |

Votos nulos - 2,79 % Votos brancos - 7,67 % Abstenção - 8,85 %

LEGISLATIVAS

|             |              |
|-------------|--------------|
| MPLA 53,74  | FDA 0,30     |
| UNITA 34,10 | PDP-ANA 0,27 |
| FNLA 2,40   | PSDA 0,25    |
| PLD 2,39    | CNDA 0,26    |
| PRS 2,27    | PNDA 0,26    |
| PRD 0,89    | PAI 0,23     |
| AD 0,86     | PDLA 0,20    |
| PSD 0,84    | PDA 0,20     |
| PAJOCA 0,35 | PRA 0,17     |

Votos nulos - 1,81 % Votos brancos - 8,58 % Abstenção - 8,65 %

Fonte: *Jornal A Capital*, de 17.10.1992 e 18.10.1992

41 - Resultados das eleições angolanas presidenciais e legislativas de 1992.  
DOMINGUES, 2002, p. 152.

Quanto às eleições presidenciais, contaram com 11 candidatos. O vencedor, José Eduardo dos Santos, não conseguiu, por simples quatro décimos, a maioria absoluta que lhe permitiria ganhar à primeira volta, obtendo um resultado de 49,57 %. Era, portanto, previsível que disputasse uma segunda volta com o segundo mais votado, Jonas Savimbi, que obtivera uma votação de 40,07 %, largamente superior à do terceiro candidato, Alberto Neto, com 2,16 %, e do quarto, Álvaro Holden Roberto, com 2,11 %.

Estes resultados eleitorais levaram uma semana a ser oficialmente revelados pela ONU, que cedeu à chantagem da UNITA de proceder a uma recontagem. Iam, no entanto,

sendo divulgados pelas rádios e pela televisão. E a 3 de Outubro, na rádio Voz da Resistência do Galo Negro (VORGAN), Savimbi fazia um discurso no qual, além de não aceitar os resultados provisórios, acusando-os de fraudulentos, reivindicava uma vitória eleitoral do seu partido e procedia a uma autêntica declaração de guerra:

[...] o MPLA está roubar as urnas [...] o MPLA está a desviar votos [...] cabenos a nós, combatentes da liberdade [...] dizer-vos que o MPLA não está a ganhar e o MPLA não pode ganhar [...] em todas as províncias quem está à frente, tanto nas legislativas como nas presidenciais, é a UNITA [...] temos todos os dados de fraude, de violação, de roubo de votos [...] não competirá a nenhuma organização internacional dizer que as eleições foram livres e justas [...] tudo isto levará a UNITA a tomar posição que poderá perturbar profundamente a situação deste país [...] nesta hora grave apelo a todos os militantes da UNITA para manterem a calma e serenidade e, cada qual no seu posto, cumprirem as instruções que receberem [...] saberemos, quando for necessário, assumir as nossas responsabilidades [sic].

Dois dias depois, numa conferência de imprensa à meia-noite, Arlindo Pena «Ben Ben» anunciava que ele próprio e mais dez oficiais oriundos das FALA abandonariam as FAA. No dia seguinte, 6 de Outubro, Savimbi embarcava secretamente, no aeroporto de Luanda, rumo ao Huambo, remetendo-se ao silêncio num edifício dos arredores desta cidade, que designou por sua «Casa Branca».

Mas não era só o Planalto Central que a UNITA dominava. No mesmo dia 6 de Outubro, começaram a chegar a Luanda mensagens dos governadores de mais duas províncias – o Uíje, no norte, e o Moxico, no leste –, relatando ataques armados de soldados da UNITA. Conforme Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna haviam advertido oito meses antes, a UNITA não desarmara o seu exército. Em contrapartida, o governo angolano do MPLA e as recém-criadas FAA encontravam-se enfraquecidos, além de imobilizados pela diplomacia internacional dos representantes da ONU e, acima deles, pelos políticos norte-americanos, que persistiam em

negociar com um Jonas Savimbi enlouquecido, indiferentes ao genocídio que vitimava Angola e os Angolanos.

Durante três meses, até à reconstrução e organização das FAA, que só se iniciou verdadeiramente a 9 de Dezembro de 1992 – data da nomeação, como seu chefe do Estado-Maior, do jovem general João de Matos (n. 1955) –, o governo angolano só contou, para repelir os ataques da UNITA, quer em Luanda, quer na maioria das cidades do país, com a Polícia Antimotim, os chamados «Ninjas». Ainda assim, ao longo desse período, nunca os governantes angolanos deixaram de convidar a UNITA a colaborar num governo de unidade nacional. A primeira diligência nesse sentido foi tomada em vão logo no dia em que Savimbi abandonou Luanda, 6 de Outubro de 1992, pelo então ministro das Relações Exteriores, Pedro de Castro Vandúnem (Loy) (n. 1942-m. 1997), que chegou a admitir a inclusão do próprio Savimbi nesse governo. A 26 de Novembro, ao fim de quase dois meses de impasse causado pelos massacres de Luanda e de outras cidades, foi finalmente investida a nova Assembleia Nacional, que primou pela ausência dos 70 deputados da UNITA democraticamente eleitos. A 4 de Dezembro, tomava posse um novo governo constitucional do MPLA, cujo primeiro-ministro, Marcolino Moco (n. 1953), natural do Huambo e de famílias ovimbundu, não hesitou em chamar militantes da UNITA para pastas ministeriais. Só cinco dias depois é que alguns deputados da UNITA anunciaram que iam ocupar os seus lugares na Assembleia Nacional. Era um primeiro prenúncio do que, só em 1998, viria a ser a chamada «UNITA Renovada». Mas muito sangue haveria de correr, entretanto, por todo o país.

Até finais de 1994, a UNITA de Jonas Savimbi dominou pelas armas cerca de 75 % do território angolano, sitiando e saqueando cidades e aldeias, espoliando e massacrando populações, minando estradas e arrasando o que restava das três grandes linhas férreas. O governo legítimo do

MPLA controlava apenas: o litoral compreendido entre Luanda e a fronteira sul com a Namíbia; o corredor do Kuanza, mas sem ir muito além de Ndalatando, pois a UNITA dominava Malanje; e pequenos redutos nordestinos na Lunda Norte, como o do Dundo, sede da ENDIAMA, e as minas de Nzaji e Chitato, pois a UNITA ocupava a maioria do território das Lundas. Tal como antes de Bicesse, Savimbi continuou a controlar o tráfico diamantífero, beneficiando de uma força especial, a chamada «Polícia Mineira», criada pela UNITA. O movimento explorava directamente algumas minas, utilizando os seus soldados ou mão-de-obra civil recrutada localmente ou no Zaire (com o apoio de Mobutu), cobrava um imposto aos garimpeiros independentes e vendia licenças de comercialização aos compradores de diamantes para que pudessem operar dentro do seu território. Estima-se que, entre os anos de 1992 e de 2000, a UNITA tenha comercializado anualmente entre 450 e 800 milhões de dólares.

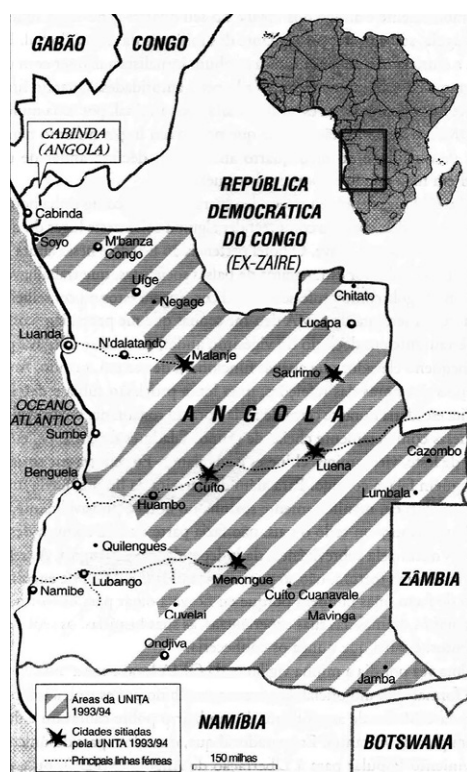
Uma vez reacendida a guerra em 1992, Savimbi utilizou os proventos do tráfico diamantífero sobretudo na aquisição de mais armamento: numa primeira fase, ainda aos EUA; numa segunda fase – após a eleição de Bill Clinton (n. 1946), do Partido Democrático, a 20 de Janeiro de 1993 –, aos países da Europa de Leste que emergiram da desagregação da URSS, nomeadamente à Ucrânia e à Bulgária. Nunca Jonas Savimbi, na sua demência, cumpriu tão zelosamente o enunciado que atribuiu a Júlio César, em *Commentarii de Bello Gallico* («Comentários sobre a Guerra das Gálias»), e que tantas vezes citou em entrevistas – «mais vale ser chefe na aldeia do que subchefe na cidade» [sic] –, como durante os dez anos que decorreram entre as eleições de 1992 e sua morte, a 22 de Fevereiro de 2002. No entanto, Savimbi era um louco que, além de dispor de cúmplices a nível mundial, tinha um projecto, do qual, aliás,

nunca abdicou: o de ser o grande chefe... da «cidade»! E a «cidade» era, indubitavelmente, Angola.

O alvo principal da UNITA de Savimbi, logo em Outubro de 1992, foi a própria capital angolana, Luanda, posta a ferro e fogo durante um mês. No dia 11, um carro armadilhado explodiu junto ao Hotel Turismo, residência de dirigentes da UNITA, que ripostaram com tiroteio e capturaram alguns polícias. A partir de então, as FALA, novamente dirigidas por Arlindo Pena «Ben Ben» e contando com três mil soldados, ocuparam posições estratégicas dentro da capital e intensificaram as suas demonstrações de força militar. As mais fulgurantes deram-se no fim do mês. No dia 22, fizeram explodir uma bomba junto ao Hotel Meridien. E no dia 28, depois de atacarem a velha Esquadra da Polícia da baixa (outrora Esquadrão da Cavalaria), em frente ao Hotel Turismo, os soldados do Galo Negro procederam à captura de reféns em vários lugares da cidade, sobretudo de diplomatas estrangeiros residentes nas vivendas do Miramar, enclausurando-os na casa onde residira Savimbi. Nela se aquartelaram os seus sobrinhos «Ben Ben» e Salupeto Pena, além de Jeremias Chitunda e de Abel Chivukuvuku. O tiroteio no Miramar foi intenso e vitimou mortalmente vários polícias. No dia 30, as FALA fizeram explodir uma bomba no Aeroporto 4 de Fevereiro, que causou oito vítimas mortais. A capital só ficou livre depois da expulsão da UNITA, que custou aos luandenses uma violenta contenda - a Batalha de Luanda - a 31 de Outubro de 1992. O governo do MPLA mobilizara, tal como em 1975, milícias populares, distribuindo armas aos civis e a antigos soldados das FAPLA para que defendessem os seus bairros. Os quatro dirigentes da UNITA refugiados no Miramar dividiram-se em dois grupos e fugiram em direcção ao Caxito, capital da Província do Bengo, ocupado pelas forças da UNITA do general Numa. Só «Ben Ben» logrou chegar vivo ao Caxito. O seu irmão Salupeto Pena e Jeremias Chitunda foram mortos. Quanto a

Abel Chivukuvuku, gravemente ferido, foi levado para um hospital de Luanda, integrando-se mais tarde entre os deputados da UNITA que ocuparam os seus lugares na Assembleia Nacional.

O ano de 1993 foi prestigioso para os governantes angolanos do MPLA, não só internamente, na recuperação paulatina de territórios ocupados pela UNITA, mas sobretudo a nível internacional, onde revelaram uma notável habilidade diplomática.



42 - Áreas ocupadas em Angola pela UNITA nos anos de 1993 e 1994.  
BRITAIN, 1999, p. 19.

O embaixador José Patrício (n. Luanda, 1954), residente nos EUA desde que, em Dezembro de 1991, fora nomeado para chefiar a Missão permanente de Observação de Angola junto da Organização dos Estados Americanos (OEA), conseguiu, após árduos esforços, que os EUA, pela voz do próprio presidente Bill Clinton, reconhecessem o Estado de Angola a 16 de Maio de 1993. No final do ano,



José Patrício seria creditado como primeiro embaixador da República de Angola nos EUA, e dois anos depois, em Dezembro de 1995, o próprio presidente José Eduardo dos Santos seria recebido em Washington por Bill Clinton. Mas ainda em Janeiro de 1993, enquanto em Addis Abeba (Etiópia) decorriam negociações entre o governo angolano e a UNITA, mediadas por Margareth Anstee, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 804. Pela primeira vez, a ONU condenava a UNITA por não ter aceitado os resultados eleitorais nem ter cumprido anteriores resoluções, e ameaçava Savimbi da aplicação de sanções. Apoiando-se em burocratas americanos ainda sobreviventes da administração Bush, Savimbi replicou que defendia uma solução federal para Angola, pela divisão do país em dois, demarcada pela linha do Caminho-de-Ferro de Benguela. Perante a inoperância da proposta, apressou-se a declarar que a delegação da UNITA não compareceria no reatamento das negociações em Addis Abeba, marcado para 10 de Fevereiro. No mês seguinte, as FAA recuperavam à UNITA as instalações petrolíferas do Soyo e o Caxito.

No início de Abril, o mesmo mês em que os EUA reconheceriam a República de Angola, Savimbi, através da rádio VORGAN, insultava Margareth Anstee, chamando-lhe «prostituta internacional», e no fim do mês as FALA atingiam a tiro, em Luena, um avião de assistência humanitária da ONU. Ainda assim, no dia 30, a ONU aprovou a Resolução 823, incitando a UNITA a reunir-se em Abidjan (Costa do Marfim) com delegados do governo angolano para um acordo de paz, que Savimbi se recusaria a assinar, enquanto as FALA voltavam a ocupar as instalações petrolíferas do Soyo. Mas em Junho, a ONU aprovou mais duas Resoluções, a 834 e a 864, nas quais impunha sanções à UNITA e ameaçava reforçá-las. No mesmo mês, era nomeado para Angola um novo representante das Nações Unidas, o jurista maliano Alioune

Blondin Béye (n. 1939-m. 1998), que conseguiria, em Novembro, mediar negociações entre o governo de Angola e a UNITA em Lusaka, que se arrastariam durante um ano, até Novembro de 1994. Ao longo desse ano, Savimbi perdeu alguns trunfos. Em Maio, realizaram-se eleições multirraciais na África do Sul, que levaram Nelson Mandela, líder do ANC, à Presidência da República. E em Angola, já no fim do ano, as FAA conseguiram conquistar o Uíje e o Huambo, vendo-se Savimbi obrigado a deslocar o seu quartel-general para o Andulo, pequena vila rural do Bié com um bom aeródromo. O Acordo de Lusaka, assinado a 20 de Novembro com a presença de José Eduardo dos Santos e a ausência de Jonas Savimbi – que se fez representar por Jorge Valentim –, além de impor a desmobilização das FALA, trouxe apenas a novidade de permitir que a ONU enviasse para Angola uma nova missão, a UNAVEM-III, desta vez integrando as forças militarizadas dos «Capacetes Azuis», que, todavia, só chegariam em Maio de 1995.

Seguiram-se os cinco anos e meio do declínio moroso de Jonas Savimbi. As dissidências na UNITA iam-se sucedendo e foi possível, a 11 de Abril de 1997, em Luanda, a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). A queda do regime de Mobutu, em Maio de 1997, em princípio, não afectou Savimbi, que transferiu para o Togo, quer o seu armamento, incluindo os mísseis antiaéreos SAM-6, quer o escoamento dos diamantes para o mercado internacional, continuando a obter receitas líquidas na ordem dos dois mil milhões de dólares, muito superiores às da ENDIAMA. Permanece um mistério o motivo pelo qual só a 12 de Junho de 1998 é que a ONU promulgou a Resolução 1173, que proibiu a comercialização internacional de diamantes angolanos ilícitos e ordenou o congelamento das contas bancárias da UNITA. Dois meses depois, a 2 de Setembro, Eugénio Manuvakola e Jorge Valentim, que no ano anterior já

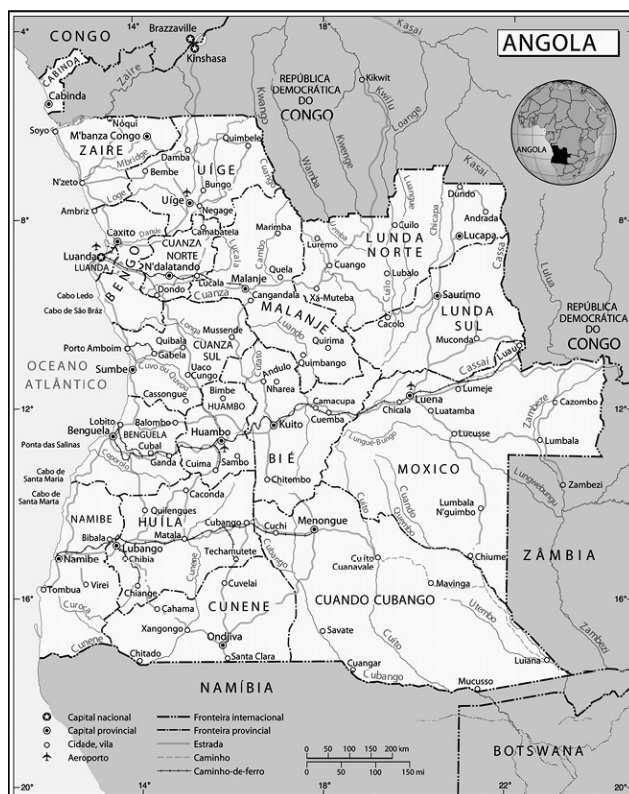
havam rompido com Savimbi, apresentavam à imprensa angolana e internacional o Manifesto do Movimento Renovador da UNITA, favorável à paz e à reconciliação nacional. Em finais de 1998, as FAA anunciaram o retomar dos combates com a UNITA – o que lhes custaria a retirada de Angola da MONUA, última missão de observação da ONU – e, passado um ano, Savimbi perderia o domínio do Planalto Central e o quartel-general do Andulo. As suas restantes forças militares, assaz debilitadas, voltaram aos métodos da guerrilha tradicional, embora contando ainda com veículos motorizados cujo abastecimento em combustível era cada vez mais precário.

Savimbi refugiou-se na província do Moxico – a mesma que vira nascer a UNITA em 1966 – e foi morto de armas na mão pelas FAA, atingido por sete tiros, a 22 de Fevereiro de 2002. O seu cadáver foi exibido durante dias em todas as televisões do mundo e a data da sua morte foi convencionada como a do advento da paz em Angola. Considerado por muitos o «mais antigo guerrilheiro do mundo» [*sic*], Jonas Savimbi, um homem belicoso e de ambição desmedida, teve (e terá) muitos émulos históricos. Um deles, por ironia, é o rei D. Afonso Henriques, fundador do Estado português. Se, em muitos momentos da sua vida, Savimbi se revelou um político hábil, que soube oportunamente tirar proveito da cupidez e das tibiezas dos seus congéneres, noutros, sobretudo depois de 1992, viu-se relegado pela vesânia para a galeria daqueles a quem se aplica a eterna interrogação sobre se vieram ao mundo tarde demais ou cedo demais.

No fim do século xx, Luanda encheu-se de refugiados de guerra e estima-se ter chegado a atingir 2,3 milhões habitantes, dos perto de 17 milhões de todo o país. Se a capital acolheu mutilados e órfãos, também cresceu como grande centro do mercado paralelo ou informal do qual os quatro quilómetros quadrados do Mercado do Roque

Santeiro, ao Sambizanga, foram um exemplo impressionante. Mas a sociedade civil soube sempre organizar-se na defesa dos direitos dos cidadãos.

Ainda não é o momento de procedermos a uma apreciação do quarto de século decorrido desde o fim da Guerra Civil, mas diversas análises têm sido feitas ao nível das ciências da Economia e da Sociologia e, sem dúvida, que a da historiografia não tardará.



43 – Mapa de Angola com as fronteiras actuais, as mesmas que foram definidas na 4.ª Convenção do Lobito de 1927 e mantidas por ocasião da Independência em 1975.

| REIS E PRESIDENTES DA REPÚBLICA DE PORTUGAL             |                                          | REIS DO KONGO                |                                                         |
|---------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------------------|
| ANOS                                                    |                                          | ANOS                         |                                                         |
| 1481 - 1495                                             | D. João II                               | (?) - 1507                   | D. João I Nzinga-a-Nkuvu                                |
| 1495 - 1521                                             | D. Manuel I                              | 1507 - 1542                  | D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga                             |
| 1521 - 1557                                             | D. João III                              | 1544 - 1546                  | D. Pedro Nkanga-a-Mvemba<br>D. Francisco Mpudi-a-Nzinga |
| 1557 - 1578                                             | D. Sebastião                             | 1546 - 1561                  | D. Diogo Nkumbi-a-Mpudi                                 |
| 1578 - 1580                                             | D. Henrique                              | 1561 - 1567                  | D. Bernardo I Mvemba-a-Nzinga                           |
| 1581 - 1598                                             | D. Filipe I                              | 1568 - 1587                  | D. Álvaro I Mpangu Lua Mvemba                           |
| 1598 - 1621                                             | D. Filipe II                             | 1587 - 1614                  | D. Álvaro II Mpangu Lua Mvemba                          |
| 1621 - 1640                                             | D. Filipe III                            | 1614 - 1616                  | D. Bernardo II                                          |
| 1640 - 1656                                             | D. João IV                               | 1616 - 1620                  | D. Álvaro III                                           |
| 1656 - 1683                                             | D. Afonso VI                             | 1620 - 1624                  | D. Pedro II Afonso                                      |
| 1683 - 1706                                             | D. Pedro II                              | 1624 - 1626                  | D. Garcia I Afonso                                      |
| 1706 - 1750                                             | D. João V                                | 1626 - 1631                  | D. Ambrósio I                                           |
| 1750 - 1777                                             | D. José I                                | 1631 - 1636                  | D. Álvaro IV                                            |
| 1777 - 1816                                             | D. Maria I                               | 1636                         | D. Álvaro V                                             |
| 1816 - 1826                                             | D. João VI                               | 1636 - 1641                  | D. Álvaro VI                                            |
| 1826 - 1828                                             | D. Pedro IV                              | 1641 - 1661                  | D. Garcia II Afonso                                     |
| 1828 - 1834                                             | D. Miguel I                              | 1661 - 1666                  | D. António I Manimulaza                                 |
| 1834 - 1853                                             | D. Maria II                              | 1666 - 1667                  | D. Álvaro VII                                           |
| 1853 - 1861                                             | D. Pedro V                               |                              |                                                         |
| 1861 - 1889                                             | D. Luís I                                |                              |                                                         |
| 1889 - 1908                                             | D. Carlos I                              |                              |                                                         |
| 1908 - 1910                                             | D. Manuel II                             |                              |                                                         |
| PRESIDENTES DA I REPÚBLICA                              |                                          | EM MBANZA KONGO SÃO SALVADOR |                                                         |
| ANOS                                                    |                                          | ANOS                         |                                                         |
| 1910 - 1911                                             | Teófilo Braga                            | 1667 - 1669                  | D. Álvaro VIII                                          |
| 1911 - 1915                                             | Manuel de Arriaga                        | 1669 - 1675                  | D. Rafael I                                             |
| 1915                                                    | Teófilo Braga                            | 1678 - 1680                  | D. Daniel I                                             |
| 1915 - 1917                                             | Bernardino Machado                       | 1694 - 1710                  | D. Pedro IV Água Rosada                                 |
| 1917 - 1918                                             | Sidónio Pais (Interregno Constitucional) | 1710                         | D. Pedro Constantino de Castro (Chibenga)               |
| 1918 - 1919                                             | João do Canto e Castro                   |                              |                                                         |
| 1919 - 1923                                             | António José de Almeida                  |                              |                                                         |
| 1923 - 1925                                             | Manuel Teixeira Gomes                    |                              |                                                         |
| 1925 - 1926                                             | Bernardino Machado                       |                              |                                                         |
| PRESIDENTES DA II REPÚBLICA                             |                                          | EM MBULA                     |                                                         |
| ANOS                                                    |                                          | ANOS                         |                                                         |
| 1926                                                    | José Mendes Cabeçadas                    | 1667 - 1679                  | D. Pedro II Nzuzi-a-Ntumba                              |
| 1926                                                    | Manuel Gomes da Costa                    | 1679 - 1710                  | D. João II Nzuzi-a-Ntumba                               |
| 1926 - 1951                                             | António Oscar Fragoso Carmona            |                              |                                                         |
| 1951 - 1958                                             | Francisco Higinio Craveiro Lopes         |                              |                                                         |
| 1958 - 1974                                             | Américo Deus Rodrigues Tomás             |                              |                                                         |
| PRESIDENTES DA III REPÚBLICA PRESIDÊNCIA MILITAR        |                                          | NO MONTE KIMPANGU            |                                                         |
| ANOS                                                    |                                          | ANOS                         |                                                         |
| 1974                                                    | António de Spínola                       | 1667 - 1669                  | D. Afonso III                                           |
| 1974 - 1976                                             | Francisco da Costa Gomes                 | 1669 - 1678                  | D. Garcia III Nkanga-a-Mvemba                           |
|                                                         |                                          | 1679                         | D. André I Nlaza                                        |
|                                                         |                                          | 1680                         | D. Álvaro IX Nimi-a-Mvemba                              |
|                                                         |                                          | 1680                         | D. Manuel I Nzinga                                      |
|                                                         |                                          | 1694 - 1710                  | D. Pedro IV Água Rosada                                 |
| PRESIDENTES DA III REPÚBLICA PRESIDÊNCIA CONSTITUCIONAL |                                          |                              |                                                         |
| ANOS                                                    |                                          |                              |                                                         |
| 1976 - 1986                                             | António Ramalho Eanes                    |                              |                                                         |
| 1986 - 1996                                             | Mário Soares                             |                              |                                                         |
| 1996 - 2006                                             | Jorge Sampaio                            |                              |                                                         |
| 2006 - 2016                                             | Aníbal Cavaco Silva                      |                              |                                                         |

| ANOS           | REIS DE NDONGO (NGOLAS)<br>E DA MATAMBA | ANOS        | GOVERNADORES<br>E ALTOS-COMISSÁRIOS E<br>PRESIDENTES DE ANGOLA |
|----------------|-----------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------|
| Até 1514..     | Ngola Inene Musuri? Kiluani kia Samba?  | 1575 - 1589 | Paulo Dias de Novais                                           |
| 1548 - 1562    | Ngola Inene                             | 1589 - 1591 | Luis Serrão                                                    |
| 1562 - 1568    | Ndambi-a-Ngola                          | 1591 - 1592 | André Ferreira Pereira                                         |
| 1568 - c. 1584 | (?)                                     | 1592 - 1593 | D. Francisco de Almeida                                        |
| 1582 - 1586    | Nzinga Ngola Kilombo kia Kasenda        | 1592 - 1594 | D. Jerónimo de Almeida                                         |
| 1586 - 1598    | (?)                                     | 1594 - 1601 | João Furtado de Mendonça                                       |
| 1598 - 1617    | Mbandi-a-Ngola Kiluani                  | 1601 - 1603 | João Rodrigues Coutinho                                        |
| 1617 - 1624    | Ngola Mbandi                            | 1603 - 1607 | Manuel Cerveira Pereira                                        |
| 1624 - 1663    | Njinga Mbandi (Rainha Jinga)            | 1607 - 1611 | Manuel Pereira Forjaz                                          |
| 1663 - 1666    | D. Bárbara Mucambo                      | 1611 - 1615 | Bento Banha Cardoso                                            |
| 1666 - 1674    | D. António Carrasco Jinga Amona         | 1615 - 1617 | Manuel Cerveira Pereira                                        |
| 1674 - 1681    | D. Francisco Guterres Ngola Kanini      | 1617 - 1621 | Luis Mendes de Vasconcelos                                     |
| 1681           | D. Verónica Guterres                    | 1621 - 1623 | João Correia de Sousa                                          |
|                |                                         | 1623 - 1624 | Frei Simão de Mascarenhas                                      |
|                |                                         | 1624 - 1630 | Fernão de Sousa                                                |
|                |                                         | 1630 - 1635 | Manuel Pereira Coutinho                                        |
|                |                                         | 1635 - 1639 | Francisco de Vasconcelos da Cunha                              |
|                |                                         | 1639 - 1643 | Pedro César de Menezes                                         |
|                |                                         | 1643        | António de Abreu de Miranda (interino)                         |
|                |                                         | 1643 - 1645 | Pedro César de Menezes                                         |
|                |                                         | 1645 - 1646 | Francisco Sotomaior                                            |
|                |                                         | 1646 - 1648 | Triunvirato Governativo Provisório                             |
|                |                                         | 1648 - 1652 | Salvador Correia de Sá e Benevides                             |
|                |                                         | 1652 - 1653 | Rodrigo de Miranda Henriques                                   |
|                |                                         | 1653 - 1654 | Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha                             |
|                |                                         | 1654 - 1658 | Luis Martins de Sousa Chichorro                                |
|                |                                         | 1658 - 1661 | João Fernandes Vieira                                          |
|                |                                         | 1661 - 1666 | André Vidal de Negreiros                                       |
|                |                                         | 1666 - 1667 | Tristão da Cunha                                               |
|                |                                         | 1667 - 1669 | Governo do Senado da Câmara                                    |
|                |                                         | 1669 - 1676 | D. Francisco de Távora                                         |
|                |                                         | 1676 - 1680 | Alres Saldanha de Menezes                                      |
|                |                                         | 1680 - 1684 | João da Silva e Sousa                                          |
|                |                                         | 1684 - 1688 | Luis Lobo da Silva                                             |
|                |                                         | 1688 - 1691 | D. João de Lencastre                                           |
|                |                                         | 1691 - 1694 | Gonçalo de Menezes                                             |
|                |                                         | 1694 - 1697 | Henrique Jacques de Magalhães                                  |
|                |                                         | 1697 - 1701 | Luis César de Menezes                                          |
|                |                                         | 1701 - 1702 | Bernardino Tavares                                             |
|                |                                         | 1709 - 1713 | António de Castro e Ribafria                                   |
|                |                                         | 1713 - 1717 | João Manuel de Noronha                                         |
|                |                                         | 1717 - 1722 | Henrique de Figueiredo e Alarcão                               |
|                |                                         | 1722 - 1725 | António de Albuquerque Coelho de Carvalho                      |
|                |                                         | 1725 - 1727 | José Carvalho da Costa (interino)                              |
|                |                                         | 1727 - 1732 | Paulo Caetano de Albuquerque                                   |
|                |                                         | 1732 - 1738 | Rodrigo César de Menezes                                       |
|                |                                         | 1738 - 1748 | João Jacques de Magalhães                                      |
|                |                                         | 1748 - 1749 | Fonseca Coutinho (interino)                                    |
|                |                                         | 1749 - 1753 | Marquês do Lavradio                                            |
|                |                                         | 1753 - 1758 | António Álvares da Cunha                                       |
|                |                                         | 1758 - 1764 | António de Vasconcelos                                         |
|                |                                         | 1764 - 1772 | Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho                          |
|                |                                         | 1772 - 1779 | António de Lencastre                                           |
|                |                                         | 1779 - 1782 | José Gonçalo da Gama                                           |

# MAPA

## de Reis, Governadores, Altos-Comissários e Presidentes

| GOVERNADORES<br>E ALTOS-COMISSÁRIOS E<br>PRESIDENTES DE ANGOLA |                                            | GOVERNADORES<br>E ALTOS-COMISSÁRIOS E<br>PRESIDENTES DE ANGOLA |                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| ANOS                                                           |                                            | ANOS                                                           |                                                                                    |
| 1782 - 1784                                                    | Juntas Governativas                        | 1911 - 1912                                                    | Manuel Maria Coelho                                                                |
| 1784 - 1790                                                    | Barão de Mossamedes                        | 1912                                                           | António Romeiras de Macedo (Interino)                                              |
| 1790 - 1797                                                    | D. Manuel de Almeida e Vasconcelos         | 1912 - 1915                                                    | José Maria Mendes Ribeiro Norton de Mattos                                         |
| 1797 - 1802                                                    | D. Miguel António Melo                     | 1915 - 1916                                                    | Antonio Júlio Pereira d'Eca                                                        |
| 1802 - 1806                                                    | D. Fernando António Soares de Noronha      | 1916 - 1917                                                    | Pedro Francisco Massano de Amorim                                                  |
| 1806 - 1810                                                    | D. António Saldanha da Gama                | 1917 - 1918                                                    | Jaime Morais (Interino)                                                            |
| 1810 - 1815                                                    | José de Oliveira Barbosa                   | 1918 - 1919                                                    | Filomeno da Câmara de Melo Cabral                                                  |
| 1815 - 1819                                                    | Luis da Mota Fêo e Torres                  | 1919 - 1920                                                    | Francisco Coelho do Amaral Reis                                                    |
| 1819 - 1821                                                    | Manuel Vieira de Albuquerque Touvar        | 1920 - 1921                                                    | José Inácio da Silva (Interino)                                                    |
| 1821 - 1822                                                    | Joaquim Inácio de Lima                     | 1921 - 1923                                                    | José Maria Mendes Ribeiro Norton de Mattos                                         |
| 1822 - 1823                                                    | Junta Provisória de Governo                | 1925 - 1926                                                    | Francisco da Cunha Rego Chaves                                                     |
| 1823 - 1824                                                    | Cristóvão Avelino Dias                     | 1926 - 1928                                                    | António Vicente Ferreira                                                           |
| 1824 - 1829                                                    | Nicolau de Abreu Castelo Branco            | 1928 - 1929                                                    | António Damas Mora (Interino)                                                      |
| 1829 - 1834                                                    | Barão de Santa Comba Dão                   | 1929 - 1930                                                    | Filomeno da Câmara de Melo Cabral                                                  |
| 1834 - 1837                                                    | Junta Governativa                          | 1930                                                           | Bento Esteves Roma                                                                 |
| 1837 - 1839                                                    | Manuel Bernardo Vidal                      | 1930 - 1931                                                    | José Dionísio de Sousa e Faro                                                      |
| 1839                                                           | António Manuel de Noronha                  | 1931 - 1934                                                    | Eduardo Viana (Interino)                                                           |
| 1839 - 1842                                                    | Manuel Eleutério Malheiros                 | 1934 - 1935                                                    | Júlio Garcês de Lencastre (Interino)                                               |
| 1842 - 1843                                                    | José Xavier Bressane Leite                 | 1935 - 1939                                                    | António Lopes Mateus                                                               |
| 1843 - 1845                                                    | Lourenço Germack Possolo                   | 1939 - 1941                                                    | Manuel Marques Mano                                                                |
| 1845 - 1848                                                    | Pedro Alexandrino da Cunha                 | 1942 - 1943                                                    | Álvaro de Freitas Morna                                                            |
| 1848 - 1851                                                    | Adrião Acácio da Silveira Pinto            | 1943 - 1947                                                    | Vasco Lopes Alves                                                                  |
| 1851 - 1854                                                    | António Sérgio de Sousa (Interino)         | 1947 - 1955                                                    | José Agapito da Silva Carvalho                                                     |
| 1853 - 1854                                                    | Visconde de Pinheiro                       | 1955 - 1956                                                    | Manuel de Mascarenhas Galvão                                                       |
| 1854 - 1860                                                    | José Rodrigues Coelho do Amaral            | 1957 - 1959                                                    | Horácio José de Sá Viana Rebelo                                                    |
| 1860 - 1861                                                    | Carlos Augusto Franco                      | 1959 - 1961                                                    | Álvaro Rodrigues da Silva Tavares                                                  |
| 1861 - 1862                                                    | Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes     | 1961 - 1962                                                    | Venâncio Augusto Deslandes                                                         |
| 1862 - 1865                                                    | José Baptista de Andrade                   | 1962 - 1966                                                    | Silvino Silvério Marques                                                           |
| 1865 - 1866                                                    | Conselho Governativo                       | 1966 - 1972                                                    | Camilo Augusto Rebocho Vaz                                                         |
| 1866 - 1869                                                    | Francisco António Gonçalves Cardoso        | 1972 - 1974                                                    | Fernando Augusto Santos e Castro                                                   |
| 1869 - 1870                                                    | José Rodrigues Coelho do Amaral            | 1974                                                           | Silvino Silvério Marques                                                           |
| 1870                                                           | Joaquim José da Graça (Interino)           | 1974 - 1975                                                    | António Alva da Rosa Coutinho                                                      |
| 1870 - 1873                                                    | José Maria da Ponte e Horta                | 1975                                                           | António da Silva Cardoso                                                           |
| 1873 - 1876                                                    | José Baptista de Andrade                   | 1975                                                           | Leonel Cardoso                                                                     |
| 1876 - 1878                                                    | Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque |                                                                |                                                                                    |
| 1878 - 1880                                                    | Vasco Guedes de Carvalho e Menezes         |                                                                |                                                                                    |
| 1880 - 1882                                                    | António Eleutério Dantas                   |                                                                |                                                                                    |
| 1882 - 1886                                                    | Francisco Joaquim Ferreira do Amaral       |                                                                |                                                                                    |
| 1886 - 1892                                                    | Guilherme Augusto de Brito Capelo          | ANOS                                                           | PRESIDENTES DA REPÚBLICA DE ANGOLA<br>I REPÚBLICA<br>(REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA) |
| 1892 - 1893                                                    | Jaime Lobo de Brito Godins (Interino)      |                                                                |                                                                                    |
| 1893 - 1894                                                    | Álvaro António da Costa Ferreira           | 1975 - 1979                                                    | António Agostinho Neto                                                             |
| 1894 - 1895                                                    | Francisco Eugénio Pereira de Miranda       | 1979 - 1992                                                    | José Eduardo dos Santos                                                            |
| 1895 - 1896                                                    | Álvaro António da Costa Ferreira           |                                                                |                                                                                    |
| 1896 - 1897                                                    | Guilherme Augusto de Brito Capelo          |                                                                |                                                                                    |
| 1897                                                           | Conselho Governativo                       |                                                                |                                                                                    |
| 1897 - 1900                                                    | António Duarte Ramada Curto                |                                                                |                                                                                    |
| 1900 - 1903                                                    | Francisco Xavier Cabral de Moncada         | ANOS                                                           | PRESIDENTES DA REPÚBLICA DE ANGOLA<br>II REPÚBLICA<br>(REPÚBLICA DE ANGOLA)        |
| 1903 - 1904                                                    | Eduardo Ferreira da Costa                  |                                                                |                                                                                    |
| 1904                                                           | Custódio Miguel de Borja                   | 1992 - 2017                                                    | José Eduardo dos Santos                                                            |
| 1904 - 1906                                                    | António Duarte Ramada Curto                | 2017 - ...                                                     | João Lourenço                                                                      |
| 1906 - 1907                                                    | Eduardo Ferreira da Costa                  |                                                                |                                                                                    |
| 1907 - 1909                                                    | Henrique Mitchell de Paiva Couceiro        |                                                                |                                                                                    |
| 1909 - 1910                                                    | José Augusto Alves Roçadas                 |                                                                |                                                                                    |
| 1910 - 1911                                                    | Caetano Gonçalves (Interino)               |                                                                |                                                                                    |

## **POSFÁCIO**

Num mundo em constantes transformações sociais, tecnológicas, geopolíticas e económicas, conscientes da sua memória e história colectivas, preocupados com a paz e com a unidade nacional, imersos em colocar as bases que impulsionarão a democracia, o nascimento de uma sociedade civil moderna, activa e tolerante, o desenvolvimento sustentável, o combate à corrupção, a luta contra a pobreza e uma melhor distribuição da riqueza, passados 13 anos do fim da guerra, os Angolanos vivem hoje um dos momentos mais tensos e complexos da sua história social e política.

No meio do actual turbilhão da história está a juventude angolana, prenhe de preocupações, com uma visão própria do mundo actual, à espera da resolução do muito sensível problema da sucessão geracional e de liderança mas, também, de um modo geral, da descompressão das fortes tensões verificadas entre o Governo liderado pelo MPLA e os partidos da oposição, entre o Governo e segmentos da sociedade civil organizada e emergente, entre o Governo e a União Europeia no que diz respeito à governação, à gestão dos recursos económicos do país, ao respeito pelos direitos humanos, à liberdade de expressão e, sobretudo, as tensões entre o Governo e os cidadãos a propósito da necessidade de repensar a Nação, adaptando-a ao mundo de hoje e projectá-la ao futuro. Entretanto, num mundo cada vez mais globalizado, aproveitando as vantagens do alto preço do barril de petróleo, uma conjuntura económica internacional favorável e com alianças estratégicas com vários países, entre os quais a Rússia, o Brasil, a Índia e a China, entre 2003 e 2013, verificou-se em Angola um



período de certo florescimento económico que aparece bem reflectido, entre outros, nos dados macroeconómicos, no aumento do ritmo do investimento público, na conexão entre a banca angolana e a banca internacional e no aumento da qualidade de vida da população.

E mais, nesta primeira década, assistiu-se à emergência de uma classe média consumista e à criação de uma nova burguesia nacional dita patriótica que, não obstante, ter possibilitado a entrada de muitos cidadãos nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, o acesso às novas tecnologias e o nascimento e consolidação tanto da pluralidade informativa como de uma exposição pública de uma diversidade de juízo de valores e múltiplas opiniões como nunca antes vista na sociedade angolana provocou, também, o aumento das clivagens entre as diferentes classes sociais.

Porém, a partir de fins de 2013, foi-se verificando um cenário diferente e, aqui e agora, o mundo presencia a crise do valor dos recursos fósseis e das matérias-primas tradicionais no mercado internacional. Em plena globalização os saberes endógenos estão forçados a dialogar e a interactuar com novas formas de registo, processamento e gestão de conhecimentos no mundo virtual, é necessária uma diversificação da economia que coloque, numa perspectiva mais solidária, as indústrias criativas, o cuidado da Natureza e o homem no seu epicentro.

É neste contexto que, com a publicação da *História de Angola*, Alberto Oliveira Pinto nos convida a uma reflexão de carácter introspectivo a propósito da nossa autoconsciência colectiva como Nação. Complementando os estudos monográficos dispersos, generalizadamente, focalizados num período histórico e social, na vida e na obra de uma personalidade concreta, dedicado à análise de questões metodológicas, temáticas e/ou epistemológicas,

Alberto Oliveira Pinto faz, com coragem, aquilo que, eu saiba, nos últimos 40 anos, nenhum investigador e ou instituição estatal e ou privada, nem tão-pouco grupo de investigadores fez: publicar uma história de Angola.

Quando há 20 anos, eu estava ainda a terminar a Licenciatura em História de Arte, as únicas referências que pude consultar sobre a História de Angola são as que, também aqui, este interessante autor faz constar na sua Nota do Autor e durante muitos anos era comum associar determinados especialistas a áreas de investigação muito concretas como, por exemplo, ao Reino do Ndongo (Virgílio Coelho), aos Ovimbundus (Maria Conceição Neto), aos Cokwés (Américo Kowononoka), à Rainha Nzinga Mbandi (Rosa Cruz e Silva), ao Kimbanguismo (Ana Maria de Oliveira), ao Reino do Kongo (Manzambi Vuvu Fernando) e às História de Angola 785 Comunidades Pastoris do Sudoeste de Angola (Ruy Duarte de Carvalho/Samuel Aço). O certo é que o desconhecimento da História do nosso país é tão comum que até mesmo acontecimentos muito recentes não foram registados, narrados, analisados e contrastados com a profundidade que requerem, entre outras causas, pela ausência da distância suficiente que permita uma análise fria dos factos, pelo predomínio das ideologias, pela forte partidarização da sociedade e, em geral, por causa da hegemonia da Política (e da sua praxe) sobre a História como ciência.

A contracorrente, com a dedicação, rigor e a honestidade intelectual que tem caracterizado o seu percurso como escritor e como investigador, com uma postura situada constante e persistentemente entre a revisão crítica das fontes e do discurso colonial, a sistematização e confrontação do revisionismo identitário e da tradição realizadas por diversos investigadores angolanos e estrangeiros durante todo o período pós-independência, sem obviar o que de melhor existe no discurso pós-colonial,

Alberto Oliveira Pinto oferece-nos esta *História de Angola* escrita de uma maneira amena e quase divertida não fosse, em muitos casos, a crueza dos factos históricos em si mesmos.

Ao publicar este texto, o que o autor e a editora Mercado de Letras pretendem é facilitar ao grande público um texto de vulgarização dos conhecimentos históricos sobre Angola, mas, dada a escassez de textos do género, a meu ver, esta *História de Angola* funciona também como um gesto performativo que, por um lado, demonstra que, para além das suas limitações e vantagens, os referentes arqueológicos, da tradição oral, da bibliografia sobre a história, a sociedade, a economia, a política e a cultura angolana estão aí e que só precisam é de ser sistematizados.

Por outro lado, temos entre as mãos um texto que poderá servir como instrumento didáctico, de consulta e de estudo para professores e estudantes e, também, como ponto de partida para outras pesquisas e debates mais exaustivos.

Assim, pois, desejo que o caro leitor tenha desfrutado desta *História de Angola* de Alberto Oliveira Pinto, lendo-a com a mesma paixão e espírito crítico com que foi escrita e, oxalá, contribuamos todos para a sua divulgação e, de um modo mais amplo, encontremos nela subsídios para reescrever constantemente a História Geral de Angola.

Adriano Mixinge  
Madrid, 24 de Outubro de 2015<sup>6</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV – Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de *Antropologia Colonial*, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, I volume, Porto, 1934, 409 p.
- \_\_\_\_\_. Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de *Antropologia Colonial*, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, II volume, Porto, 1934, 571 p.
- \_\_\_\_\_. *História de Angola*, Porto, Afrontamento (publicada inicialmente em Argel, em Julho de 1965, pelo Centro de Estudos Angolanos, Grupo de Trabalho História e Etnologia), s/d, [1965] 178 p.
- \_\_\_\_\_. *Voz de Angola Clamando no Deserto*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1984 [1.ª edição de Lisboa, 1901], 185 p.
- \_\_\_\_\_. *Iniciação à História de Angola. Ensino de Base – 4.ª Classe*, Luanda, Ministério da Educação, s/d, 128 p.
- ABRANCHES, Henrique – *Misericórdia para o Reino do Kongo!*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, 415 p.
- \_\_\_\_\_. *Sobre os Basolongo. Arqueologia da Tradição Oral*, Luanda, Fina, 1991, 182 p.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre Cultura Nacional*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1980, 127 p.
- \_\_\_\_\_. *E Nsanta Madiya Habitou entre Nós*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2002, 93 p.
- ABRANTES, José Mena – *Teatro, Coimbra, Cena Lusófona*, 2 vols., 1999, 264 e 222 p.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (org.) – *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, 635 p.
- AGUALUSA, José Eduardo – *D. Nicolau Água-Rosada e Outras Estórias Verdadeiras e Inverosímeis*, Lisboa, Vega, 1990, 138 p.
- \_\_\_\_\_. *A Conjura*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, 187 p.
- ALBUQUERQUE, Luís de – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, 576 p.
- \_\_\_\_\_. ( direcção, comentários e transcrição em português actual de) – *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI. Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé, escrita por um piloto português. Documentos vários referentes à Ilha de São Tomé (Séc. XV)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 109 p.
- \_\_\_\_\_. *Curso de História da Náutica*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 233 p.
- \_\_\_\_\_. *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, 287 p.

- ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (org.) - *O Império Africano 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, 864 p.
- ALEXANDRE, Valentim - «A Questão Colonial no Portugal Oitocentista», in Valentim Alexandre e Jill Dias (org.), *O Império Africano 1825-1890*, pp. 21-132.
- ALMADA, José de - *Para a História do Caminho de Ferro de Benguela*, s/l, Edição do Autor, 1951, 76 p.
- ALMEIDA, António de - *Os Bosquímanos de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, 403 p.
- ALMEIDA, Fortunato de - *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385 a 1580*, Tomo III, Coimbra, Edições F. de Almeida, 1925, 822 p.
- ALTUNA, P. Raul Ruiz de Asúa - *Cultura Tradicional Banto*, Luanda, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1993, 622 p.
- AMARAL, Ilídio do - *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2000, 278 p.
- \_\_\_\_\_. *O Rio Cuanza (Angola), da Barra a Cambambe: Reconstituição de Aspectos Geográficos e Acontecimentos Históricos dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2000, 110 p.
- \_\_\_\_\_. *O Reino do Kongo, os Mbundu (ou Ambundus), o Reino dos «Ngola» (ou de Angola) e a Presença Portuguesa de Finais do Século XV a Meados do Século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996, 276 p.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*, Lisboa, Junta da Investigação do Ultramar, 1962, 99 p.
- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (sob a dir. de) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, 1999, 226 p.
- ANDRADE, Mário Pinto de - *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, 228 p.
- ANSTEE, Margareth Joan - *Órfão da Guerra Fria. Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992/1993*, Tradução de Jorge Pinho, Porto, Campo das Letras, 1997, 709 p.
- ARRIMAR, Jorge - *O Planalto do Kissonde*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2013, 264 p.
- \_\_\_\_\_. *O Planalto do Salalé*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2012, 239 p.
- \_\_\_\_\_. *O Planalto dos Pássaros*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2002, 198 p.
- ASSIS JÚNIOR, António - *Dicionário Kimbundu-Português*, Luanda, s/d, 384 p.
- AZEVEDO, João Lúcio de - *Épocas de Portugal Económico. Esboço de História*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920, 498 p.
- BARRADAS, Acácio (ed. de) - *Agostinho Neto. Uma Vida sem Tréguas. 1922-1979*, Lisboa/Luanda, Fundação Agostinho Neto, 2005, 222 p.
- BATALHA, Fernando - *Angola. Arquitectura e História*, Lisboa, Vega, 2006, 270 p.

- BATTEL, Andrew - «The Strange Adventures of Andrew Battel», in R. Ravenstein, *Angola and Adjoining Regions*, Londres, 1901, 210 p.
- BENDER, Gerald J. - *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980, 368 p.
- BIRMINGHAM, David - *A Short History of Modern Angola*, Londres, Horst & Company, 2015, 159 p.
- BLOOM, Murray Teigh - *A Grande Burla. O Caso Alves do Reis*, Lisboa, Editorial Panorama, s/d, 337 p.
- BOAVIDA, Américo - *Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*, Prefácio de Carlos Rocha Dilowa, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1981 [2.<sup>a</sup> edição; orig. São Paulo/ Brasil, 1966], 207 p.
- BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du - *Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas*, Lisboa, ERL, 1991, 169 p.
- Boletim Geral das Colónias*, n.º 163, Ano XV, Janeiro de 1939, [Número especial dedicado à viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e a Angola (II)], 628 p.
- BONAVENTA, E. - «Pedro Félix Machado (um precursor do realismo angolano)», Prefácio a Pedro Félix Machado. *Cenas de África. Romance Íntimo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004 [1.<sup>a</sup> edição de 1892], pp. 7-28.
- BONTINCK, François - «Un Mausolée pour les Jagas», *Cahiers d'Études Africaines*, Paris, 20 (3), 1979, pp. 387-389.
- BRANCO, Camilo Castelo - *Perfil do Marquês de Pombal*, Porto, Porto Editora, 1981, 282 p.
- \_\_\_\_\_. *Luta de Gigantes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1976, 280 p.
- BRASIO, P. Antonio (ed. de) - *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vols. I-XI, 1952 a 1971; Academia Portuguesa de História, vols. XII-XIV, 1981 a 1985.
- \_\_\_\_\_. *História do Reino do Congo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1969, 93 p.
- BRITAIN, Victoria - *Morte da Dignidade. A Guerra Civil em Angola*, Introdução de Pepetela e Tradução de Tânia Sofia Rocha, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 190 p.
- BRITO, Domingos de Abreu e - «Sumário e Descrição do Reino do Congo e do descobrimento da Ilha de Luanda e da grandeza das capitânias do Estado do Brasil», in Prefácio de Alfredo de Albuquerque Felner, *Um Inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa pelo licenciado Domingos de Abreu e Brito*, 1591, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, 97 p.
- CABRAL, Teodósio, GALVÃO, Henrique e PRATES, Abel - *Da Vida e da Morte dos Bichos: Subsídios para o Estudo da Fauna de Angola e Notas de Caça*, 5 vols., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1934.

- CADORNEGA, António de Oliveira de - *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 3 vols., 1972, 629, 595 e 509 p.
- CAETANO, António Filipe Pereira Caetano - «O Contraponto no Ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser Sombra e ser Sol», *X Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, História e Biografias*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- CAPELO, Hermenegildo e IVENS, Roberto - *De Benguela às Terras de Iaca*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1996 [1.<sup>a</sup> edição da Imprensa Nacional de 1881], 2 vols., 319 e 344 p.
- \_\_\_\_\_. *De Angola à Contracosta*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1996 [1.<sup>a</sup> edição da Imprensa Nacional de 1886], 2 vols., 313 e 252 p.
- CAPOCO, Zeferino - *O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo sobre a História Política de Angola*, Dissertação de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Universidade Católica Portuguesa em Abril de 2013, 333 p. (in <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13435/1/TESE%202013%20I%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>, consultado a 21 de Março de 2015).
- CARDOSO, J. C. Feo - *Memórias*, Paris, Fantin, 1825, 382 p.
- CARREIRA, Iko - *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, 234 p.
- CARVALHO, Cor. João Augusto de Noronha Dias de - *Henrique de Carvalho. Uma Vida ao Serviço da Pátria*, Lisboa, Liga dos Combatentes, 1975, 351 p.
- CARVALHO, Henrique Augusto Dias de - *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- \_\_\_\_\_. *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- \_\_\_\_\_. *Método prático para fallar a língua Lunda contendo narrações históricas de diversos povos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- CARVALHO, Ruy Duarte de - *Ana a Manda. Os Filhos da Rede*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, 354 p.
- CASTELBRANCO, Francisco - *História de Angola. Desde o Descobrimento até à Implantação da República (1482-1910)*, Luanda, Tipografia A Lusitana, 1932, 299 p.
- CASTELO, Cláudia - «O modo português de estar no mundo». *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Prefácio de Valentim Alexandre, Porto, Edições Afrontamento, 1998, 166 p.
- \_\_\_\_\_. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, 405 p.

- CASTILLON, Jean-Louis - *Zingha, Reine d'Angola. Histoire Africaine en Deux Parties*, Paris, A. Bouillon, 1769, 298 p.
- CASTRO, Ricardo Borges de - «As Razões da Participação de Portugal na Tentativa de Resolução do Conflito Angolano (1987-1990)», in [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/210/1/ld\\_n1\\_artigo\\_4.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/210/1/ld_n1_artigo_4.pdf), consultado a 3 de Abril de 2015.
- CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, João António - *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- CERQUEIRA, Fernando - *Portugal na Guerra Colonial. Treze Anos de Isolamento*, Prefácio de Alberto Oliveira Pinto, Lisboa, Mercado de Letras Editores, 2015, 240 p.
- CHASSE, Fernando Hedvigues - *O Processo dos Cinquenta. Tempo e Memória (1940-1962) Considerações Históricas*, Prefácio de Alberto Oliveira Pinto, Lisboa, Edição do Autor, 2012, 374 p.
- CHATELAIN, Héli - *Contos Populares de Angola*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964, 570 p.
- CHAUNU, Pierre - *L'expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*, Paris, PUF, Nouvelle Clio, 1969, 445 p.
- COELHO, Virgílio - «Em busca de Kábàsà: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do “Reino de Ndòngò”», *Encontro de Povos e Culturas de Angola, Actas do Seminário*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 3 a 6 de Abril de 1995.
- \_\_\_\_\_. «“Os de dentro, os de fora e outros”: análise sucinta de um modelo estrutural de organização administrativa e urbana do “Reino de Ndòngò”, desde a sua fundação até aos fins do século XVI», *Africa's Urban Past*, Londres, School of Oriental and Africans Studies of University of London, 1998.
- CORDEIRO, Luciano - *Diogo Cão*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1971, 188 p.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva - *História de Angola*, Prefácio de Manuel Múrias, Lisboa, Editorial Ática, 1937 [original de c. 1792], 2 vols., 369 e 251 p.
- CORREIA, Fernando - *Américo Boavida. Tempo e Memória (1923-1968)*, Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 2008, 525 p.
- CORREIA, Pedro Pizarat - *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império português*, Mem-Martins, Editorial Inquérito, 1991, 198 p.
- \_\_\_\_\_. *Angola do Alvor a Lusaka*, Lisboa, Hugin, 1996, 405 p.
- CORREIA, Roberto - *Angola. Datas e Factos (1.º Volume 1482-1652)*, s/l [Coimbra], Edição do Autor, 1998, 191 p.
- \_\_\_\_\_. *Datas e Factos (2.º Volume 1652-1837)*, s/l [Coimbra], Edição do Autor, 1998, 285 p.



- COSME, Leonel - *Crioulos e Brasileiros de Angola*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2001, 102 p.
- COSTA, Ferreira da - *Pedra do Feitiço*, Porto, Edição LEN, 1945, 485 p.
- \_\_\_\_\_. *Na Pista do Marfim e da Morte*, Porto, Editora Educação Nacional, 1944, 480 p.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva - *Angola. Dois Anos de Governo. Junho 1907 - Junho 1909. História e Comentários*, Lisboa, Edição Comemorativa do Terceiro Centenário da Restauração de Angola, 1948, 463 p.
- COUTO, Carlos - *Os Capitães-Mores de Angola no Século XVIII*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, 399 p.
- CRUZEIRO, Manuela (entrevista de) - *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, 403 p.
- DÁSKALOS, Maria Alexandre - *A Política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*, Prefácio de Armando Malheiro da Silva, Coimbra, Edições Minerva, 2008, 207 p.
- DÁSKALOS, Sócrates - *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000, 276 p.
- DEGRANPRÉ, Louis - *Voyage à la côte occidentale d'Afrique. Faite dans les années 1786 et 1787*, Paris, 1801, 226 p.
- DELGADO, José Matias - «Prólogo do Anotador» a António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Tomo I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1972 [reprodução fac-similada da edição de 1940], p. VII-XX.
- DELGADO, Ralph - *História de Angola*, Luanda, Edição do Banco de Angola, s/d [1971] (1.<sup>a</sup> edição do Jornal de Benguela de 1948), 4 vols., 442, 427, 403 e 406 p.
- DEVISSE, Jean - «Les Africains, la mer et les historiens», *Cahiers d'études africaines*, volume 29, n.º 115-116, 1989, pp. 397-418.
- DIAS, Gastão Sousa - *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1959, 329 p.
- \_\_\_\_\_. *Julgareis Qual é Mais Excelente...*, Luanda, Museu de Angola, 1948, 433 p.
- \_\_\_\_\_. *A Batalha de Ambuíla*, Luanda, Museu de Angola, 1942, 163 p.
- \_\_\_\_\_. *Manuel Cerveira Pereira*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, 77 p.
- DOMINGUES, Carlos Alberto - *Guerra, Justiça e Paz. Contribuição para a História Contemporânea de Angola*, Lisboa, Universitária Editora, 1972, 290 p.
- DUARTE, José Bento - *Senhores do Sol e do Vento. Histórias Verídicas de Portugueses e Angolanos e outros Africanos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, 314 p.
- EÇA DE QUEIROZ (neto), José Maria de - *Angola. Seara dos Tempos*, Ilustrações de Neves e Sousa, Praia da Granja, Edição do Autor, s/d.

- ERVEDOSA, Carlos - *Arqueologia Angolana*, Luanda, Ministério da Educação da República Popular de Angola, 1980, 444 p.
- \_\_\_\_\_. *Itinerário da Literatura Angolana*, Luanda, Editorial Culturang, 1972, 140 p.
- ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola. Colectânea de Textos Dispersos*, Coligidos por Geraldês Pereira e Apresentação de Manuel Viegas Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983, 2 vols., 483 e 523 p.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque - *Angola. Apontamentos sobre a Ocupação e Início do Estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Extraídos de Documentos Históricos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, 593 p.
- FERNANDES, José Manuel - *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p.
- FERNANDO, Manzambi Vuvu - «DIAMANG, Museu e o Conhecimento do "Outro"». A Pesquisa em Duas Épocas Distintas do Museu do Dundu», *Arte Cocwe. A Arte na Sociedade Cocwe e nas Comunidades Circunvizinhas*, Luanda, Fundação Escom/Ministério da Cultura de Angola, 9/10 de Novembro de 2010.
- FERREIRA, José da Silva Maia - *Espontaneidades da Minha Alma. Às Senhoras Africanas*, Texto actualizado com Introdução por Gerald Moser, Lisboa, Edições 70, 1980, [1.ª edição de Luanda, 1840], 139 p.
- FERRONHA, António Luís Alves (introdução, comentários e transcrição em português actual de) - *Angola no Século XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 210 p.
- FIGUEIRA, Luís - *Princesa Negra. O Preço da Civilização em África*, Coimbra, Coimbra Editora, 1932, 428 p.
- FIGUEIREDO, Leonor - *Luanda 1974/1975. O Movimento Estudantil*, Óbidos, Sinapis Editores, 2012, 168 p.
- FODOR, István - *Introduction to the History of Umbundu. L. Magyar's Records (1859) and the Later Sources*, Budapeste, Akadémiai Kiadó, 1983, 323 p.
- FONSECA, António - *Sobre os Kikongos de Angola*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1989, 219 p.
- FRANQUE, Domingos José - *Nós, os Cabindas; História, Leis e Costumes dos Povos de N'Goio*, Coordenação e Notas finais de Manuel de Resende, Lisboa, Editora Argo, 1940, 231 p.
- FREYRE, Gilberto - *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d [1957] (1.ª edição brasileira de 1933), 525 p.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou & Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira*, Prefácio de António Sérgio, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d [1951], 221 p.

- \_\_\_\_\_. *Interpretação do Brasil. Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas*, Introdução de Olívio de Montenegro e Prefácio de José Osório de Oliveira, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d [1940], 210 p.
- \_\_\_\_\_. *Aventura e Rotina. Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d [1954], 453 p.
- \_\_\_\_\_. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Introdução a Uma Possível Luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, África e Atlântico*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d [1954].
- \_\_\_\_\_. *O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, 312 p.
- \_\_\_\_\_. *Portuguese Integration in the Tropics*, Lisboa, 1961, 107 p.
- GALLO, Bernardo da - «Rélations 1694-1718», *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, t. XXXIII, Bruxelas, 1961, pp. 411-614.
- GALVÃO, Henrique - *Em Terra de Pretos. Crónicas de Angola*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1929, 199 p.
- \_\_\_\_\_. *O Velo d'Oiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1933, 291 p.
- \_\_\_\_\_. *Terras do Feitiço. Contos Africanos*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934, 201 p.
- \_\_\_\_\_. *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Prefácio de Armindo Monteiro, Ilustrações de Eduardo Malta, Porto, Litografia Nacional, 1934, 52 p. e xiv estampas.
- \_\_\_\_\_. *O Sol dos Trópicos*, Lisboa, 1936, 322 p.
- \_\_\_\_\_. *O Assalto ao «Santa Maria»*, Lisboa, Edições Delfos, 1973, 274 p.
- GARCIA, Carlos Alberto - *Paulo Dias de Novais e a Sua Época*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964, 334 p.
- GODINHO, Vitorino Magalhães - *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962, 247 p.
- GONÇALVES, António Custódio - *Kongo, le Lignage contre l'Etat*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, 255 p.
- GONÇALVES, José Júlio - *A Informação em Angola. Alguns Subsídios para o Seu Estudo*, Lisboa, Universidade Técnica, 1964, 95 p.
- GOODY, Jack - *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (edição inglesa de 1977), 190 p.
- \_\_\_\_\_. *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 (edição inglesa de 1986), 218 p.

- GOVERNO-GERAL DE ANGOLA - «Visita Presidencial Descrição Completa da Viagem», *Actividade Económica de Angola. Revista de Estudos Económicos, Propaganda e Informação*, Luanda, 1954, n.º 38, pp. 3-142.
- GUERRA, Henrique - «Prefácio» a António de Assis Júnior, *O Segredo da Morta*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985 [3.ª edição; orig. 1935], pp. 9-20.
- GUIMARÃES, José António Nobre Marques - *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola - Séculos XIX e XX* (dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 2 vols., Lisboa, 2002, 388 p. (policopiado).
- GUIMARÃES, Venâncio - *Angola. Uma Administração Ruinosa. Para a História do Reinado de Norton de Matos*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1923, 44 p.
- \_\_\_\_\_. *A Situação de Angola. Para a História do Reinado de Norton de Matos Factos e Depoimentos*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1923, 81 p.
- HEINTZ, Beatrix - *Exploradores Alemães em Angola (1611-1954). Apropriações Etnográficas entre Comércio de Escravos, Colonialismo e Ciência*, Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, in <http://www.frobenius-institut.de/images/downloads/exploradores.pdf>, Berlim, Instituto Frobenius, 2010, 479 p.
- \_\_\_\_\_. *Pioneiros Africanos. Caravanas e Carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004, 483 p.
- HELENO, Manuel - *Os Portugueses no Congo: Duarte Lopes*. Lisboa, Anuário Comercial, 1933, 27 p.
- HENRIQUES, Isabel Castro - *Território e Identidade*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, 100 p.
- \_\_\_\_\_. *O Pássaro de Mel*. Estudos da História Africana, Lisboa, Edições Colibri, 2003, 244 p.
- \_\_\_\_\_. *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*, Lisboa, Vega, 2000, 151 p.
- \_\_\_\_\_. *Percursos da Modernidade em Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, 836 p.
- HERGÉ - *Tintim no Congo*, Lisboa, Difusão Verbo, 1996 [1.ª edição em álbum de Bruxelas, Casterman, 1946], 62 p.
- \_\_\_\_\_. «Tintin au Congo (1930)», *Archives Hergé*, Bruxelas, Casterman, 1978, pp. 181-293.
- HILTON, Anne - «The Jaga Reconsidered», *Journal of African History*, Londres, 22 (3), 1983, pp. 191-202.
- HOCHSCHILD, Adam - *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma História de Voracidade, Terror e Heroísmo na África Colonial*, Tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Caminho, 2002, 484 p.
- HODGES, Tony - *Angola. Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Lisboa, Princípia Editora, 2002, 303 p.

- HUGO, Victor. *Le dernier jour d'un condamné* Précedé de *Bug-Jargal*, Prefácio de Roger Borderie, Paris, Gallimard, 1977, 448 p.
- JACOB, Berta Maria Oliveira - *O Toponímia de Luanda. Das memórias coloniais às pós-coloniais*, Lisboa, Universidade Aberta (policopiado), 2011, 199 p.
- JADIN, L. - «Rivalités luso-néerlandaises au Soho, Congo, 1600-1675», *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, t. XXXVII, Bruxelas, 1966, pp. 137-360.
- JESUS, Frei Rafael de - *Castrioto Lusitano. História da Guerra entre o Brasil e a Holanda durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes*, Paris, J. P. Aillaud, 1844, 605 p.
- JÚNIOR, António de Assis - *O Segredo da Morta*, Prefácio de Henrique Guerra, Luanda, União dos Escritores Angolanos, [3.ª edição; orig. 1935], 1985, 284 p.
- \_\_\_\_\_. *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Prefácio de Henrique Guerra, Luanda, União dos Escritores Angolanos, [2.ª edição; orig. 1917], 1980, 158 p.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário Kimbundu-Português*, Luanda, s/d, 384 p.
- KEILING, Luís Alfredo - *Quarenta Anos de África*, Braga, Missões de Angola e Congo, 1934, 192 p.
- KI-ZERBO, Joseph - *História da África Negra* (1.ª edição de Paris, Hatier, 1972), 3.ª edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, 2 vols., 452 e 464 p.
- LABAT, Jean-Baptiste de - *Rélation historique de l'Ethiopie occidentale*, Paris, Chez Charles Jean-Baptiste Delespine, 1732, 552 p.
- LABAN, Michel - *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1997, 207 p.
- LAMARTINE, Alphonse de - *Toussaint-Louverture. Poème Dramatique*, Paris, Michel Lévy Frères, 1850, 352 p.
- LARA, Lúcio - *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara (até Fevereiro de 1961)*, I volume, Luanda, LitoCor, 1998, 553 p.
- LARANJEIRA, Pires (com a colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos) - *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, 423 p.
- LEAL, Cunha - *Calígula em Angola*, Porto, Sociedade de Papelaria, 1924, 207 p.
- LE GOFF, Jacques - *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000, 2 vols., 254 e 246 p.
- LEITE, Ana Mafalda, OWEN, Hilary, CHAVES, Rita e APA, Livia (org.) - *Narração e Narrativa Pós-Colonial I*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, 443 p.
- LE MOS, Alberto de - *História de Angola*, I volume, Lisboa, 1932, 256 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude - *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença (edição da UNESCO de 1952), 6.ª edição, 2000, 103 p.

- LIGA AFRICANA – *Monsenhor Manuel Joaquim Mendes das Neves. Íncrito Nacionalista Angolano*, Luanda, Liga Africana, 2004, 228 p.
- LIMA, José Joaquim Lopes de – *Ensaio sobre a Statística d'Angola e Benguella e suas Dependências na Costa Occidental d'Africa ao Sul do Equador, Livro III*, Lisboa, s/d [1846].
- LOBO, Manuel da Costa – *Subsídios para a História de Luanda*, Prefácio de Henrique Paço d'Arcos, Lisboa, Edição do Autor, 1967, 264 p.
- LOPES, Carlos M. – *Roque Santeiro. Entre a Ficção e a Realidade*, Lisboa, Princípia Editora, 2007, 271 p.
- LOPES, Francisco Xavier – *Três Fortalezas de Luanda em 1856*, Luanda, Edição do Museu de Angola, 1954, 75 p.
- LOPO, Júlio de Castro – *Jornalismo de Angola. Subsídios para a Sua História*, Luanda, Centro de Informação de Angola, 1964, 127 p.
- LUCQUES, J. B. – «Rélations sur le Congo 1700-1717», *Mémoires de l'Institut Royal Colonial Belge*, Bruxelas, XXXII, 2, 1953.
- MACÊDO, Tania – *Luanda, Cidade e Literatura*, São Paulo/Luanda, UNESP/Nzila, 2008, 237 p.
- MACHADO, Pedro Félix – *Cenas de África?, Romance Íntimo, Organização e Prefácio de E. Bonavena*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004 [1892], 251 p.
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000, 220 p.
- MAIA, P. António da Silva – *Dicionário Complementar Português-Kimbundu-Kikongo, 2.ª edição*, Luanda, Cooperação Portuguesa, 1994, 658 p.
- MANSO, L. M. J. de Paiva – *História do Congo: Obra Póstuma do Visconde de Paiva Manso. Documentos*, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, 369 p.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 263 p.
- \_\_\_\_\_. «Das várias maneiras de ver e de não ver a colonização», in Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp.7-8.
- MARIA, Adolfo – *Angola. Sonho e Pesadelo*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, 214 p.
- MARQUES, Alexandra – *Segredos da Descolonização de Angola. Toda a Verdade sobre o Maior Tabu da Presença Portuguesa em África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2013, 543 p.
- MARQUES, Irene Guerra e FERREIRA, Carlos (recolha e pesquisa) – *O Boletim Cultura da Sociedade Cultural de Angola*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 2013, 210 p.
- MARTIN, Phyllis M. – «Family strategies in nineteenth-century Cabinda», *The Journal of African History*, Cambridge, 1987, vol. 28, n.º 1, pp. 65-86.
- \_\_\_\_\_. «Cabinda e os seus naturais: alguns aspectos de uma sociedade africana», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.º 3, Janeiro-

- Fevereiro, 1985, pp. 45-61.
- \_\_\_\_\_. *The External Trade of the Loango Coast 1576-1870. The effects of changing commercial relations on the Vili Kingdom of Loango*, Oxford, University Press, 1972, 193 p.
- MARTINS DOS SANTOS - *Primeiras Letras em Angola*, Luanda, Câmara Municipal, 1973, 503 p.
- MATTA, J. D. Cordeiro da - *Delírios*, Prefácio de E. Bonavena, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001 [1.ª edição angolana de 1888], 220 p.
- MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro - *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Lisboa, Texto Editora, 2011, 279 p.
- \_\_\_\_\_. *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977*, Lisboa, Edições Asa, 2007, 206 p.
- MATEUS, Dalila Cabrita - «Conflitos sociais na base da eclosão das guerras coloniais», in Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira (coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 179-188.
- M'BOKOLO, Elikia - *África Negra. História e Civilizações. Até ao século XVIII*, Tomo I, Tradução de Alfredo Margarido, Lisboa, Editora Vulgata, 2003, 584 p.
- \_\_\_\_\_. *África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos Nossos Dias*, Tomo II, Tradução de Manuel Resende, Revisão científica de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques, Lisboa, Edições Colibri, 2007, 2.ª edição, 621 p.
- MEDINA, João (Dir. de) - *História de Portugal dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias, 15 vols.*, Alfragide, Ediclube, s/d [1993].
- MEDINA, João - *História de Portugal Contemporâneo (Político e Institucional)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, 468 p.
- MEILLASSOUX, Claude - *Anthropologie de l'esclavage*, Paris, PUF, 1998, 375 p.
- MENEZES, Joaquim António de Carvalho e - *Demonstração Geográfica e Política do Território Português na Guiné Inferior que Abrange o Reino de Angola, Benguela e Suas Dependências, Causas de Sua Decadência e Atrasamento, Suas Conhecidas Produções e Meios que Se Podem Aplicar para o Seu Melhoramento e Utilidade Geral da Nação*, Rio de Janeiro, Tipografia Clássica de F. A. de Almeida, 1848.
- \_\_\_\_\_. *Memória Geográfica e Política das Possessões n'África Ocidental, Que Diz Respeito aos Reinos de Angola, Benguela e Suas Dependências*, Lisboa, Tipografia Carvalhense, 1834.
- MEROLLA, Girolamo da Sorrento di - *Breve e succinta relatione del viaggio nel regno di Congo nell'Africa meridionale*, Nápoles, Per F. Mollo, 1692.

- MILHEIROS, Mário - *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, 291 p.
- MILLER, Joseph C. - *Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola*, Tradução de Maria da Conceição Neto, Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1995 (edição original da Oxford University Press de 1976), 308 p.
- \_\_\_\_\_. «The Imbangala and the Chronology of Early Central African History», *JAH*, III.4, pp. 549-74.
- \_\_\_\_\_. «Requiem for the “Jaga”...», *Cahiers d'études africaines*, vol. 13, n.º 49, 1973, pp. 121-149.
- MIRANDA, Manuel Ricardo - *Ginga Rainha de Angola*, Lisboa, Oficina do Livro, 2008, 249 p.
- MONTOITO, Eugénio - *Henrique Galvão. Ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 211 p.
- MOTA, Francisco Teixeira da - *Henrique Galvão. Um Herói Português*, Alfragide, Oficina do Livro, 2011, 401 p.
- MPLA - *História de Angola*, Porto, Edições Afrontamento, s/d (1975; 1.ª edição de Argel, Centro de Estudos Angolanos, 1965), 179 p.
- MÚRIAS, Manuel. «Nota Prévia» a Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, I volume, Lisboa, 1937, p. V-XV.
- NETO, Agostinho - *Sagrada Esperança*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 7.ª edição, 1995, 103 p.
- NETO, Irene Alexandra - *Angola à Flor da Pele*, Luanda, INALD, 1998, 126 p.
- NETO, João Pereira - *Angola. Meio Século de Integração*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, 332 p.
- NORTON DE MATTOS, J. R. - *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda., 4 vols., 1944, 280, 312, 368 e 308 p.
- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa - *Memórias de África. 1961-2004. Figuras e factos da minha vida*, Lisboa, Edição do Autor, 2005, 318 p.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de - *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, 405 p.
- \_\_\_\_\_. *Rerer África*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990, 554 p.
- \_\_\_\_\_. «Insígnias do Poder entre os Cabindas», in *Angola. Os Símbolos do Poder na Sociedade Tradicional*, Coimbra, Instituto de Antropologia, 1983, pp. 11-25.
- \_\_\_\_\_. (anotações de) *Angolana (Documentação sobre Angola)*, I (1783-1883), Luanda/Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, 848 p.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de - *Magnífica e Miserável Angola desde a Guerra Civil*, Tradução de Susana Sousa e Silva, Lisboa, Tinta da China, 2015, 376 p.



- PACAVIRA, Manuel Pedro - *Nzinga Mbandi*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985, 271 p.
- PACHECO, Carlos - *Angola, um Gigante com Pés de Barro (e outras reflexões sobre a África e o Mundo)*, Lisboa, Vega, 2011, 359 p.
- \_\_\_\_\_. *MPLA. Um Nascimento Polémico (As Falsificações da História)*, Posfácio de Joaquim Pinto de Andrade, Lisboa, Vega, 1997, 201 p.
- \_\_\_\_\_. *José da Silva Maia Ferreira. Novas Achegas para a sua Biografia*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1992, 117 p.
- \_\_\_\_\_. *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990, 307 p.
- PAÇO D'ARCOS, Henrique, «Prefácio» a Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a História de Luanda*, Lisboa, 1967, pp. 11-21.
- PADRÃO, Fernando Cerviño - *A Colonização do Sul de Angola 1485-1974*, Prefácio do Eng. António J. Cardoso e Cunha, Mira-Sintra, Gráfica Europam, 1998, 305 p.
- PATRÍCIO, José - *Angola-EUA. Os Caminhos do Bom Senso*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998, 272 p.
- PAWSON, Lara - *Em Nome do Povo. O Massacre que Angola Silenciou*, Tradução de Susana Sousa e Silva, Lisboa, Tinta-da-China, 2014, 398 p.
- PANNOF, Michel e PERRIN, Michel - *Dicionário de Etnologia*, Lisboa, Edições 70, s/d (edição francesa de 1973), 195 p.
- PARREIRA, Adriano - *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola séculos XV-XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, 248 p.
- PÉLISSIER, René - *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, I volume, Tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, 397 p.
- \_\_\_\_\_. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, II volume, Tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, 433 p.
- PEPETELA - *A Sul. O Sombreiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2011, 359 p.
- \_\_\_\_\_. *A Gloriosa Família. O Tempo dos Flamengos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, 408 p.
- \_\_\_\_\_. *Parábola do Cágado Velho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, 183 p.
- \_\_\_\_\_. *Lueji. O Nascimento de um Império*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, 486 p.
- \_\_\_\_\_. *Luandando*, Luanda, Elf Aquitaine Angola, 1990, 107 p.
- \_\_\_\_\_. *O Cão e os Caluandas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, 191 p.
- \_\_\_\_\_. *Yaka*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, 397 p.
- \_\_\_\_\_. *A Revolta da Casa dos Ídolos*, Lisboa, Edições 70, 1980, 157 p.
- \_\_\_\_\_. *Mayombe*, Lisboa, Edições 70, 1980, 286 p.

- PEREIRA, José de Fontes - «A independência d'Angola, VI», *O Futuro d' Angola*, n.º 56, ano 3, Luanda, 30 de Dezembro de 1886.
- PHILLIPSON, David W. - *African Archaeology*, Cambridge, University Press, 1993, 268 p.
- PIGAFETTA, Filippo e LOPES, Duarte - *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* (obra publicada pela primeira vez em Roma, em 1591), Edição comentada e transcrita para português actual por António Luís Alves Ferronha, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 141 p.
- PIMENTEL, Jaime Forjaz de Serpa - «O Congo Português», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 7.ª Série, n.º 4, 1887, 42 p.
- PINA, Rui de - *Crónica de D. João II*, Comentário de Luís de Albuquerque e transcrição em português actual de Maria da Graça Pericão, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 161 p.
- PINTO, Alberto Alves de Oliveira - *Memórias de um Gestor. Nove Anos na Presidência da Caixa Geral de Depósitos*, Lisboa, Mercado de Letras Editores, 2013, 176 p.
- \_\_\_\_\_. *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*, Prefácio de Isabel Castro Henriques, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, 689 p.
- \_\_\_\_\_. *Angola e as Retóricas Coloniais. Roupagens e Desvendamentos*, Prefácio de Ana Mafalda Leite, Lisboa, Mercado de Letras Editores, 2012, 333 p.
- \_\_\_\_\_. «Quinaxixe de Arnaldo Santos: a formação do nacionalismo angolano na memória colonial de Luanda», in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves e Livia Apa (orgs.), *Nação e Narrativa Pós-Colonial I. Angola e Moçambique. Ensaio*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 19-35.
- \_\_\_\_\_. «O fantasma do Brasil em *Cenas de África? Romance Íntimo* de Pedro Félix Machado», *Via Atlântica*, Universidade de São Paulo, n.º 22, São Paulo, 2012, p. 15-26.
- \_\_\_\_\_. *Cabinda e as Construções da sua História 1783-1887*, Prefácio de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques, Lisboa, Dinalivro, 2006, 306 p.
- \_\_\_\_\_. «Um Capitão de Quinze Anos ou Angola na obra de Júlio Verne», *Via Atlântica*, Universidade de São Paulo, n.º 10, São Paulo, 2006, pp. 133-150.
- \_\_\_\_\_. «Diplomacia pré-colonial nos reinos angolanos de Kongo e Ndongo (Séculos. XV e XVI)», *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura. Anais Científicos da Universidade Independente, Nova Série, N.º 9*, Lisboa, Estúdios Cor, Inverno de 2005, pp. 123-133.
- \_\_\_\_\_. «A Carta do Padre Garcia Simões e os portugueses de Luanda e do interior do reino de Ngola (ou de Angola)», *Liberdade. Revista de Cultura e Contraculturas. Anais Científicos da Universidade Independente*, n.º 10, Lisboa, Verão de 2005, pp. 27-34.

- \_\_\_\_\_. *A Oralidade no Romance Histórico Angolano Moderno*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2003, 71 p.
- \_\_\_\_\_. *Domingos José Franque e a História Oral das Linhagens de Cabinda*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2003, 104 p.
- \_\_\_\_\_. «Alguns aspectos do romance histórico pós-modernista em *A Gloriosa Família* de Pepetela», *O Escritor. Revista da Associação Portuguesa de Escritores*, Lisboa, n.º 18/19/20, Dezembro de 2002, pp. 321-330.
- \_\_\_\_\_. *Travessa do Rosário*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 2001, 146 p.
- PINTO, Alberto Oliveira - *Mazanga*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999, 167 p.
- \_\_\_\_\_. *A Sorte e a Desdita de José Policarpo*, Lisboa, 1995, Bertrand Editora, 316 p.
- PINTO, Francisco António - *Angola e Congo*, Prefácio de Oliveira Martins, Lisboa, Livraria Ferreira, 1888, 419 p.
- RANDLES, W.G.L. - *L'Ancien Royaume du Congo, des origines à la fin du XIX siècle*, Paris, Mouton & Cie, 1968, 275 p.
- RAPOSO, Hipólito - *Ana a Kalunga. Os Filhos do Mar*, Lisboa, Ottosgráfica Conde Barão, 1926, 244 p.
- RAVENSTEIN, R. - «The Strange Adventures of Andrew Battel», *Angola and Adjoining Regions*, Londres, 1901, 210 p.
- REBELO, Manuel dos Anjos da Silva - *Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, 452 p.
- REGO, A. da Silva - *O Ultramar Português no Século XVIII*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, 404 p.
- RIBAS, Óscar - *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, Matosinhos, Contemporânea Editora, 1998, 314 p.
- \_\_\_\_\_. *Tudo isto aconteceu. Romance Autobiográfico*, Luanda, Edição do Autor, 1975, 641 p.
- \_\_\_\_\_. *Uanga (Feitiço). Romance Folclórico Angolano*, Luanda, 1969 [2.ª edição revista e aumentada; orig. 1934], 320 p.
- \_\_\_\_\_. *Izomba. Associativismo e Recreio*, Luanda, Tipografia Angolana, 1965, 136 p.
- \_\_\_\_\_. *Missosso. Literatura Tradicional Angolana, III vol.*, Luanda, 1964, 327 p.
- RIBEIRO, Maria Cristina Portella - *Ideias Republicanas na Consolidação de um Pensamento Angolano Urbano (1880 c. - 1910 c.): Convergência e Autonomia*, Lisboa, Tese de Mestrado em História de África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, 145 p.
- ROCHA, Edmundo - *Angola. Contribuições ao Estudo do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964)* (testemunho e estudo documental), Luanda, Kilombelombe, 2003, 366 p.
- RODRIGUES, Francisco - *História da Companhia de Jesus, 2. vols.*, Lisboa, Apostolado da Imprensa, 1932.
- ROSAS, Fernando, BARROS, Júlia Leitão de e OLIVEIRA, Pedro de - *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Lisboa,

- Editorial Estampa, 1996, 482 p.
- RUI, Manuel – *Quem Me Dera Ser Onda*, Lisboa, Cotovia, 1982, 68 p.
- \_\_\_\_\_. *Rioseco*, Lisboa, Cotovia, 1997, 532 p.
- SAN BRUNO, Emílio de – *A Velha Magra de Ilha de Luanda. Cenas da Vida Colonial*, Lisboa, Tipografia Rua da Era, 17, 1929, 354 p.
- SANTARÉM, Visconde de – *Demonstração dos Direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os Territórios Situados na Costa Ocidental d'África entre 5.º12' e 8.º(merid.) e por Consequente aos Territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, 40 p.
- SANTOS, Arnaldo – *A Casa Velha das Margens*, Porto, Campo das Letras, 1999, 378 p.
- \_\_\_\_\_. *Prosas*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1980, 181 p.
- SANTOS, Eduardo dos – *A Questão do Barotze*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1986, 174 p.
- SANTOS, Jacques Arlindo dos – *ABC do Bê Ó*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 1999.
- SANTOS, José de Almeida – *A Alma de uma Cidade*, Luanda, Câmara Municipal de Luanda, 1973, 524 p.
- \_\_\_\_\_. *Vinte Anos Decisivos na Vida de uma Cidade (1845-1864)*, Luanda, Câmara Municipal de Luanda, 1970, 503 p.
- SANTOS, Martins dos – *Cinquentenário do Liceu Nacional de Salvador Correia. Monografia 1919-1969*, Luanda, Edição dos Serviços do Comissariado de Publicações Provincial, 1969, 170 p.
- SAUSSURE, Ferdinand – *Curso de Linguística Geral*, Tradução de José Víctor Adragão, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999 (edição francesa de 1971), 392 p.
- SERPA PINTO, Alexandre Alberto – *Como Eu Atravessei a África II – A Família Coillard*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990 [1.ª edição de Londres de 1881], 279 p.
- SERRANO, Carlos Moreira Henriques – *O Poder Político no Reino Ngoyo. Um Estudo Sociológico*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, 135 p. (policopiado).
- SERRÃO, Joel (dir. de) – *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, s/d (1981).
- SILVA, Mário Rui – *Ensaio para uma Gramática Comparativa Português-Kimbundu*, Luanda, Edição de Autor, 2015, 149 p.
- SILVA, João de Matos e – *Contribuição para o Estudo da Região de Cabinda*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1904, 403 p.
- SILVA, Raul José Candeias da – *Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes Durante o Século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, 262 p.

- SILVA, Rosa Cruz e - «O Nacionalismo Angolano, um projecto em construção no século XIX? Através de três periódicos da época: *O Pharol do Povo*, *O Tomate* e *O Desastre*», in Inocência Mata e Laura Padilha, *Mário Pinto de Andrade. Um intelectual na Política*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 231-284.
- SOROMENHO, Castro - *Terra Morta*, Luanda, União dos Escritores Angolanos [3.<sup>a</sup> edição; orig. 1948], 1988, 238 p.
- \_\_\_\_\_. *Viragem*, Lisboa, Sá da Costa [3.<sup>a</sup> edição; orig. 1957], 1979, 226 p.
- \_\_\_\_\_. *A Chaga*, Lisboa, Sá da Costa [2.<sup>a</sup> edição; orig. 1972], 1979, 241 p.
- SOUSA, L. Rebelo de - *O Papel-Moeda em Angola. Subsídios para o Seu Estudo*, Ilustrações de Neves e Sousa, Luanda, Banco de Angola, 1969, 157 p.
- \_\_\_\_\_. *Moedas de Angola*, Ilustrações de Neves e Sousa, Luanda, Banco de Angola, 1967, 116 p.
- TALI, Jean-Michel Mabeko - *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, vols. I e II, Luanda, Editorial Nzila, 2001, 473 e 334 p.
- TAVARES, Ana Paula e SANTOS, Catarina Madeira (edição, introdução, glossário e textos por) - *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos*, I volume, Arquivo de Caculo Cachahenda, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002, 561 p.
- TEIXEIRA, Heitor Gomes - *António de Oliveira de Cadornega. Descrição de Vila Viçosa (Introdução, proposta de leitura e notas por...)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, 155 p.
- THORTON, John - *Warfare in Atlantic Africa*, Londres, University College of London Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. «A Resurrection for the Jaga», in *Cahiers d'Études Africaines*, Paris, XVIII (1-2), 1978, pp. 223-228.
- TORRES, Adelino - *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Prefácio de Alfredo Margarido, Lisboa, Escher, 1991, 355 p.
- TORRES, Manuel Júlio de Mendonça - *O Distrito de Moçâmedes nas fases da Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, 530 p.
- TRIGO, Salvato - *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora, 1977, 163 p.
- TRONI, Alfredo - *Nga Mutúri*, Prefácio de M. António, Lisboa, Edições 70, 1991, 92 p.
- VANSINA, Jan - *Oral Tradition as History*, Oxford, James Currey, 4.<sup>a</sup> edição (edições anteriores de 1985, 1988 e 1992), 1997, 258 p.
- \_\_\_\_\_. «A Tradição Oral e a sua Metodologia», *História Geral de África I. Metodologia e Pré-História de África*, São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1982, pp. 157-179.
- \_\_\_\_\_. «More on the Invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda». *Journal of African History*, Londres, VII (3), p. 421.

- \_\_\_\_\_. «De la Tradition Orale, essai de méthode historique», *Anales du Musée Royal de l'Afrique Centrale*, in *Sciences Humaines*, Tervuren, Série 8, n.º 36, 1961, 22 p.
- VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (coord.) – *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, 240 p.
- VEILLUT, Jean-Luc – «Notes sur la Lunda et la frontière Luso-Africaine (1700-1900)», *EHA*, III, pp. 61-166.
- \_\_\_\_\_. «Le royaume de Cassanje et les réseaux luso-africains (1750-1810)», *Cahiers d'Etudes Africaines*, Paris, vol. 15, n.º 57, 1975, pp. 117-1.
- VENÂNCIO, José Carlos – *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVIII. Um Estudo de Sociologia Histórica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 227 p.
- VENTURA, Reis – *Cidade e Muceque*, Braga, Editora Pax, 1970, 181 p.
- \_\_\_\_\_. *Queimados do Sol*, Capa de Neves e Sousa, Braga, Editora Pax, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Filha de Branco (Cenas da Vida de Luanda)*, capa de Neves e Sousa, Luanda, Livraria Lello, 1960.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Angola*, Capa de Neves e Sousa, Luanda, Tipografia Angolana, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Cidade Alta (Cenas da Vida de Luanda)*, Capa de Neves e Sousa, Luanda, Livraria Lello, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Quatro Contos por Mês (Cenas da Vida em Luanda)*, capa de Neves e Sousa, Luanda, Publicações Unidade, 1955.
- VERA CRUZ, Elizabeth Ceita – *O Estatuto do Indigenato. Angola. A legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*, Lisboa/Luanda, Novo Imbondeiro/Chá de Caxinde, 2005, 175 p.
- VERNE, Júlio – *Um Herói de Quinze Anos*<sup>1</sup>. *Primeira Parte. A Viagem Fatal*, Tradução de Pedro Guilherme dos Santos Dinis, capa de José Cândido e desenhos da edição original francesa de 1872 de Henri Meyer, gravados por Ch. Barbant, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d, 210 p.
- \_\_\_\_\_. *Um Herói de Quinze Anos*<sup>2</sup>. *Segunda Parte. Na África*, Tradução de Pedro Guilherme dos Santos Dinis, capa de José Cândido e desenhos da edição original francesa de 1872 de Henri Meyer, gravados por Ch. Barbant, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d, 226 p.
- VIEIRA, José Luandino – *A Cidade e a Infância*, Prefácio de Manuel Ferreira e capa e ilustrações de António P. Domingos, Lisboa, Edições 70, 1978 [2.ª edição; orig. Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1960], 163 p.
- ZAU, Filipe – *Marítimos Africanos e um Clube com História*, Lisboa, Universitária Editora//Embaixada da República de Angola em Portugal, 2005, 286 p.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné, (c.1453)*, Edição organizada e anotada por José de Bragança, Porto, Livraria Civilização Editora, 1973, 438 p.

---

1

CARVALHO, Ruy Duarte de (27 de Fevereiro de 1998), *Notas para um debate sobre as categorias de Estado e Nação referidas a Angola*, Universidade Agostinho Neto, Angola, p. 3.

2 KAJIBANGA, Victor (2000), *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade*, Instituto Nacional das Indústrias Culturais, Luanda, p. 94.

3 Veja-se, entre outros ensaios e a propósito da edificação de uma História de Angola: CORRÊA, Elias Alexandre da Silva (1972) [1937], *História de Angola*, Editorial Ática, 2 vols., Lisboa; CASTELBRANCO, Francisco (1932), *História de Angola. Desde o Descobrimento até à Implantação da República (1482-1910)*, Tipografia A Lusitana, Luanda; DELGADO, Ralph (1971) [1948], *História de Angola*, Edição do Banco de Angola, 4 vols., Luanda; VVAA (1965), *História de Angola*, Afrontamento, Porto, (obra publicada inicialmente em Argel, em Julho de 1965, pelo Centro de Estudos Angolanos, Grupo de Trabalho História e Etnologia); VVAA (s/d), *Iniciação à História de Angola. Ensino de Base - 4.ª classe*, Ministério da Educação, Luanda; MANUEL, Carlos Mariano (2021), *Angola: Desde antes da sua Criação pelos Portugueses até ao Êxodo destes por nossa Criação*, Perfil Criativo, 3 vols., Lisboa.

4 Traduzido do francês pelo autor, Alberto Oliveira Pinto.

5 Director de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Professor da Universidade de Kinshasa.

6 Historiador e crítico de arte.

7 Título da edição original francesa de 1872: *Un Capitaine de Quinze Ans*.